00100.183934/2025-14

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX SUP. ÚNICO AO Nº 164, QUINTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2025

## ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

# COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

**Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)**
Presidente

**Senador Eduardo Gomes (PL-TO)**
1º Vice-Presidente

**Senador Humberto Costa (PT-PE)**
2º Vice-Presidente

**Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)**
1ª Secretária

**Senador Confúcio Moura (MDB-RO)**
2º Secretário

**Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)**
3ª Secretária

**Senador Laércio Oliveira (PP-SE)**
4º Secretário

---

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)
3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)
4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

**Danilo Augusto Barboza de Aguiar**
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

**Ilana Trombka**
Diretora-Geral do Senado Federal

**Patricia Gomes de Carvalho Carneiro**
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

**Quésia de Farias Cunha**
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

**Paulo Max Cavalcante da Silva**
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

**Gleison Carneiro Gomes**
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

**Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho**
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

**Celso Dias dos Santos**
Diretor da Secretaria de Expediente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

**1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL**

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 37ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2025 ..... 5

Ata da 38ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2025 ..... 76

Ata da 39ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de Setembro de 2025 ..... 114

1.1.1 – SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Ata da 2ª Reunião, realizada em 23 de Setembro de 2025 ..... 118

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 27ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Setembro de 2025 ..... 168

Ata da 28ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2025 ..... 200

Ata da 29ª Reunião, Ordinária, realizada em 17 de Setembro de 2025 ..... 263

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Ata da 29ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Setembro de 2025 ..... 354

Ata da 30ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Setembro de 2025 ..... 369

Ata da 31ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2025 ..... 410

Ata da 32ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de Setembro de 2025 ..... 454

Ata da 33ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de Setembro de 2025 ..... 520

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 3 de Setembro de 2025 ..... 539

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Setembro de 2025 ..... 558

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2025 ..... 659

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 17 de Setembro de 2025 ..... 674

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de Setembro de 2025 ..... 736

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Setembro de 2025 ..... 768

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Setembro de 2025 ..... 783

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Setembro de 2025 ..... 798

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Setembro de 2025 ..... 804

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Setembro de 2025 ..... 825

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Setembro de 2025 ..... 874

Ata da 26ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Setembro de 2025 ..... 884

1.8 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 24ª Reunião, Extraordinária, realizada em 2 de Setembro de 2025 ..... 893

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de Setembro de 2025 ..... 1087

1.9 – COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp

Ata da 21ª Reunião, Ordinária, realizada em 3 de Setembro de 2025 ..... 1108

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de Setembro de 2025 ..... 1168

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 37ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quatorze horas e treze minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Efraim Filho, Jayme Campos, Veneziano Vital do Rêgo, Styvenson Valentim, Mara Gabrilli, Lucas Barreto, Wellington Fagundes, Romário, Paulo Paim, Ana Paula Lobato, Leila Barros, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves, e ainda dos Senadores Rogério Carvalho, Beto Faro, Izalci Lucas, Eduardo Gomes e Giordano, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Jussara Lima, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Dra. Eudócia, Wilder Morais e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 18/2025 - CAS, de autoria Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PSD/RN), REQ 25/2025 - CAS, de autoria Senador Dr. Hiran (PP/RR), Senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP), e REQ 30/2025 - CAS, de autoria Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Paulo Paim (PT/RS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 2294, de 2024, que "altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os Conselhos de Medicina e dá outras providências, para instituir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina". **Participantes:** Sandro Schreiber de Oliveira, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica; Arthur Chioro, Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Gabriel Sanchez Okida, Presidente da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil; Cristina Sette, Consultora Técnica do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde; Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos; Francisco Eduardo Cardoso Alves, Delegado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Jurandi Frutuoso Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde; e Marcos Gutemberg Fialho, Diretor de Saúde Suplementar da Federação Médica Brasileira. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Teresa Leitão**
Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/03

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todas e a todos, me desculpando pelo pequeno atraso.

Havendo número regimental, declaro aberta a 37ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 18, 25 e 30/2025-CAS, de minha autoria, Senadora Teresa Leitão, e de autoria dos Senadores Zenaide Maia, Dr. Hiran, Humberto Costa e Paulo Paim, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei 2.294, de 2024, que altera a Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, que dispõe sobre os conselhos de medicina e dá outras providências, para instruir o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

Informo que teremos uma terceira audiência, por determinação do Presidente deste Colegiado, sobre o mesmo tema, a ser realizada em data oportuna, ainda a ser definida.

Informo ainda que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão, pela Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211, e pelo e-Cidadania, por meio do portal senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Aqui à mesa também, o Dr. Hiran, que vai sair rapidinho para comer alguma coisa.

Vamos chamar os nossos convidados. São oito convidados e já começo pelo Dr. Sandro Schreiber – me desculpe a pronúncia – de Oliveira, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem). (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Pela ordem.) – Senadora Teresa...

Boa tarde a todos e a todas, sejam muito bem-vindos.

Presidente, na última audiência pública que nós fizemos, nós concedemos a cada expositor dez minutos. Depois, abrimos para as perguntas e para as considerações finais.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Exato.

Lá na Comissão de Educação, que eu presido, eu venho de uma jornada, de um ciclo de 12 audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação. E nós fizemos dessa mesma maneira, Dr. Hiran. Pode ficar tranquilo que o ritual será obedecido, que eu acho que é de bom tamanho, não é? A gente concede a palavra para os dez minutos iniciais. O relógio toca automaticamente, é um pouco estridente, não se assustem. Ele, quando toca, falta um minuto para concluir. Aí a gente faz a primeira exposição, e, havendo perguntas do e-Cidadania, depois da exposição dos convidados, passa-se a palavra para os Parlamentares que estiverem presentes, para fazer as suas considerações. Depois, a palavra é devolvida à mesa por um tempo menor. Combinado?

Vamos embora.

Convido também o Dr. Arthur Chioro, Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh). (*Palmas.*)

Convido também Gabriel Sanchez Okida, Presidente da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil (AEMED/BR). (*Palmas.*)

Convido ainda o Francisco Eduardo Cardoso Alves, Delegado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. (*Palmas.*)

Convido, agora, o Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam). (*Palmas.*)

Vou fazer o seguinte: os que eu estou chamando posteriormente ficam nessa primeira bancada. Senão, vão ficar sem microfone. Só faltam dois, no caso. Aí a gente troca na hora de falar.

Pode vir para a frente se quiser, Dr. Geraldo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, agora, o Dr. Marcos Gutemberg Fialho, Diretor de Saúde Suplementar da Federação Médica Brasileira. (*Palmas.*)

Convido ainda o Sr. Jurandi Frutuoso Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). (*Palmas.*)

Finalmente, uma mulher.

Dra. Cristina, está remota, né?

Cristina Sette, Consultora Técnica do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). (*Palmas.*)

Sejam todos muito bem-vindos e bem-vindas.

Esta é a segunda audiência sobre este mesmo tema. Foi requerida, inicialmente, por mim, mas, depois, enriquecida com mais dois requerimentos. E acho que vão chegar mais dois por conta da necessidade já indicada pelo nosso Presidente, Senador Marcelo Castro, de realizarmos uma terceira audiência.

O tema nos chegou no ano passado e chegou com uma expectativa muito grande de debate. É um tema importantíssimo. E nós queremos que este debate flua e corra com a importância que ele merece ter. Tudo o que diz respeito à medicina diz respeito à saúde e, em última instância, que é a primeira também, diz respeito à vida das pessoas. Portanto, todo o cuidado e toda a atenção que possamos dedicar a temas desta natureza são importantes.

Nós vamos começar pela representação dos estudantes, naquele formato que a gente anunciou no início. São dez minutos para cada exposição. Quando o relógio tocar, não precisa terminar de brusco, tem um tempo ainda de um minuto para concluir o pensamento. Abre-se em seguida, e, depois, voltaremos para as considerações complementares.

Então, primeiro, Gabriel Sanchez, Presidente da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil, para seus dez minutos iniciais.

**O SR. GABRIEL SANCHEZ OKIDA** (Para expor.) – Boa tarde a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de cumprimentar o estimado Senador Dr. Hiran Gonçalves, a Senadora Teresa Leitão, Deputados Federais aqui presentes, representantes do Conselho Federal de Medicina, colegas médicos, professoras, professores e estudantes.

Em nome da Associação dos Estudantes de Medicina do Brasil, agradeço especialmente ao Senador Hiran o convite, que nos permite trazer a voz dos estudantes de Medicina para este debate de tamanha relevância, a aprovação do Exame Nacional de Proficiência.

Senhoras e senhores, esta proposta não é um capricho burocrático, tampouco uma barreira aos estudantes de Medicina ou aos jovens médicos. Pelo contrário, o exame representa uma ferramenta de proteção social, um mecanismo que assegura a qualidade da formação, fortalece a credibilidade da profissão médica e, sobretudo, protege a vida da população brasileira.

O contexto atual é preocupante. O Brasil conta hoje com 449 escolas médicas. Segundo os últimos levantamentos, deste total, 266 foram abertas desde 2013.

Esse número coloca o Brasil atrás apenas da Índia, país cuja população é aproximadamente seis vezes maior que a nossa. Superamos, portanto, na quantidade de cursos de Medicina, países mais populosos e mais desenvolvidos, como a China e os Estados Unidos.

A maioria dessas instituições de ensino é privada, com mensalidades que variam entre R$6 mil e R$16 mil por mês. Uma grande parte, como sabemos, foi criada com o objetivo de acumular capital financeiro e político e não de educar o médico, ou seja, vivemos um tempo em que o estudante, muitas vezes, paga para se formar em vez de efetivamente estudar para se formar.

Há alguns meses, os Ministérios da Educação e da Saúde anunciaram a criação do Enamed, para disciplinar esse segmento. Realmente, cabe a eles a tarefa de normatizar e fiscalizar a qualidade do ensino médico. É um avanço muito relevante.

Porém o Enamed, apesar de necessário, não substitui a pertinência do Exame Nacional de Proficiência em Medicina. Estas alternativas não são excludentes, mas, sim, complementares: o Enamed, avaliando as escolas e estudantes em formação; já o Exame de Proficiência, avaliando o egresso, o médico que deseja iniciar sua prática profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o Exame Nacional de Proficiência surge como uma necessidade inadiável. Falamos de um cenário em que o ensino médico sofre de crônica falta de infraestrutura.

Dos cerca de 250 municípios que abrigam escolas médicas, 78% dos que possuem o curso de Medicina não contam com quantidade de leitos hospitalares adequados e 72% não contam com hospital de ensino. Estamos diante de uma realidade que beira à catástrofe educacional, considerando-se a importância dos campos de estágio e de treinamento para a adequada formação médica. Além disso, não é raro encontrar cursos em que profissionais não médicos são contratados para administrar disciplinas centrais da formação, como a clínica médica.

Os sinais de alerta causados por tantas distorções já estão postos. As avaliações oficiais do Enade revelam que diversas faculdades de Medicina recebem notas 1 e 2, classificações que refletem desempenho insatisfatório e qualidade comprometida da formação. Isso nos mostra que não basta apenas aumentar o número de faculdades desenfreadamente, nem expandir a quantidade de médicos formados a cada ano. Se não houver uma garantia de qualidade mínima na formação, estaremos colocando em risco a saúde da população brasileira, e saúde não admite improvisos, tão pouco tolera erros. Estamos tratando de vidas humanas, e a vida não tem preço.

Alguns podem argumentar que o exame de proficiência seria uma punição ao egresso. Discordo veementemente. O exame não é uma barreira, o exame é uma proteção. Ele protege a sociedade, que terá a certeza de que o médico que a atende atingiu padrões mínimos de competência; protege os médicos ao reforçar a credibilidade da profissão; e protege os estudantes e egressos porque obrigará as faculdades a melhorar currículos, infraestrutura e qualidade de ensino, impedindo que o futuro médico seja prejudicado por uma formação deficiente.

Aqui não estamos inventando nada de novo. Países como Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Alemanha e Austrália já aplicam exames semelhantes há décadas como parte essencial do processo de formação médica – ou seja, estamos atrasados – e são justamente países reconhecidos pela excelência em educação e pela segurança no exercício da medicina.

Faço a analogia do Senador Astronauta Marcos Pontes: ninguém embarcaria em um avião pilotado por alguém que não foi fiscalizado pela Anac; da mesma forma, não podemos admitir que médicos inaptos assumam a responsabilidade de cuidar da saúde do nosso povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aos bons estudantes, todos que se dedicaram de forma séria e comprometida ao longo de seis anos, o exame não deve inspirar temor; pelo contrário, ele será a chancela de sua competência e a confirmação de que estão preparados para exercer a medicina com dignidade e responsabilidade. Portanto, o Exame Nacional de Proficiência em Medicina é, antes de tudo, um instrumento de justiça social. Ele garante que o diploma médico represente, de fato, competência e também assegura que, independentemente da instituição onde estudou, todo egresso atingiu um padrão mínimo de qualidade antes de assumir a responsabilidade de cuidar de vidas.

Senhoras e senhores, a medicina brasileira vive hoje um paradoxo: nunca formamos tantos médicos e, ao mesmo tempo, nunca estivemos tão inseguros quanto à formação. O Exame Nacional de Proficiência é a resposta concreta a esse desafio, é um passo fundamental para recuperar a confiança da sociedade, elevar o padrão da prática médica em nosso país e, principalmente, proteger a saúde da população brasileira. Prova disso, de que atinge esses objetivos, é o apoio que essa iniciativa tem recebido.

Levantamentos feitos junto a médicos e estudantes de Medicina informam que mais de 90% desses dois grupos são favoráveis ao exame de proficiência. Outra pesquisa conduzida pelo Datafolha com a população em geral indica que 96% dos brasileiros querem a implantação dessa prova no país. Sem dúvida, a opinião pública deve ser considerada neste debate, afinal é a população que mais será afetada pela decisão tomada no Congresso.

Quando falamos de saúde, não podemos aceitar nada menos do que excelência, pois cada lacuna no conhecimento, cada demora em um diagnóstico, cada tratamento insuficiente pode custar uma vida, e a vida, volto a falar, como todos sabemos, não tem preço.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Gabriel.

Caso queira deixar o texto, que está formulado e escrito, para a Secretaria da Comissão, pode ficar à vontade; ele irá para a nossa ata.

Passamos a palavra agora para o Dr. Sandro de Oliveira, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem) para seus dez minutos iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. SANDRO SCHREIBER DE OLIVEIRA** (Para expor.) – Boa tarde, Senadora Teresa.

São uma honra e um privilégio estar ao seu lado nesta Comissão hoje.

Parabenizo o Senador Dr. Hiran, que tem conduzido também esses trabalhos, e trago aqui, através da posição da Associação Brasileira de Educação Médica, uma perspectiva de colocar luz com alguns argumentos um tanto científicos sobre os processos de avaliação mundo afora.

A gente sabe que temos muitos consensos: temos o maior sistema de saúde pública do mundo, e, portanto, nisso somos muito maiores do que a Índia; temos má distribuição da força de trabalho devido à nossa área geográfica, e nisso somos muito maiores do que a Índia; sim, temos uma expansão acelerada de cursos e de vagas de Medicina; temos critérios de regulação frágeis; e, sim, temos poucas consequências às escolas avaliadas como ruins. Nisso não há nenhuma dúvida, e, portanto, isso requer alguma ação do poder público brasileiro. Por isso, esta Casa está de parabéns por pensar nesse tema.

Eu vou passar rapidamente por esses dados, porque são dados que já vêm sendo trazidos grandemente, para mostrar que temos números que demonstram esse crescimento, que é, fundamentalmente, ocorrido não da lei do Mais Médicos, o que frequentemente é dito, mas, sim, do período em que a gente deixou de seguir a lei do Mais Médicos e decretou uma moratória no país. Aí, sim, a gente teve uma expansão brutal e sem nenhum critério dos cursos de Medicina.

Não temos muito consenso sobre que o Brasil tem médicos demais. Isso é um enorme problema porque as comparações são muito ruins; a gente se compara com países muitos distintos, com sistemas de saúde muitos distintos e, portanto, com necessidades muito distintas. Também não há consenso sobre de quantos médicos o Brasil precisa. O SUS é certamente o único sistema de saúde num país grande geograficamente e grande populacionalmente.

A medicina no Brasil tem vários aspectos como, por exemplo: somente um médico pode prescrever óculos, o que não acontece na maior parte dos países mundo afora e o que, portanto, significa dizer não que a gente esteja errado, mas que a gente precisa de mais médicos do que outros países; o mesmo acontece com partos, em boa parte dos países eles são feitos por profissionais que não são médicos, e no Brasil apenas médicos fazem partos, e, de novo, isso não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é ruim, apenas significa que o Brasil precisa de mais médicos do que outros países; e isso acontece com vários outros procedimentos.

Temos ainda uma relação público-privada que é ímpar mundo afora. Nenhum outro sistema de saúde, mesmo nos universais, tem essa dualidade que o Brasil tem, e também temos um constante receio sobre a qualidade da formação médica que nos aponta para um receio de que ela caia. As evidências concretas ainda não mostram isso, mas nós também partilhamos desse receio que todos temos sobre a qualidade da relação médica.

Formar médicos – e esse é um artigo bem recente que tem circulado muito no meio médico – é algo altamente complexo que exige muitas variáveis e muitos esforços de diferentes ordens. Portanto, estamos diante de uma questão altamente complexa. E essa frase, esse pensamento também não é nada recente: "Para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada".

Que razões temos para a proposta que estamos discutindo? Proteger a sociedade – essa é uma razão indiscutível –; garantir a qualidade dos médicos – razão indiscutível –; ainda, nos espelharmos no exame da OAB; e também no fato de que muitos países já fazem.

Muito bem.

Como cuidar de pessoas com menos médicos do que temos hoje? Essa é uma pergunta para pensar a proteção da sociedade. O Exame de Ordem da OAB aprova qualquer coisa em torno de 20% dos egressos. O exame de São Paulo – eu acho que o colega falará –, nos anos em que foi aplicado, aprovou qualquer coisa perto de 50% ou menos de 50% dos médicos. Isso significa, seguindo um exemplo, metade e, no outro exemplo, 20% – menos ainda do que a metade. Então, isso, claro, não significa que há qualquer defesa de que qualquer médico serve – de forma alguma. Há uma defesa de que não é assim que se protege a sociedade, e, sim, de outras formas.

Que funções o médico que não for aprovado nesse exame exercerá? Esse médico tem muita chance de ir para o mercado ilegal do exercício ilegal da profissão e, no final das contas, causar ainda maior ausência de proteção à sociedade, coisa que não acontece com os advogados, que têm inúmeras outras formas de exercer a sua profissão, que não com o registro da OAB.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O médico não tem uma única forma sequer de exercer a sua profissão sem o seu registro no Conselho de Medicina. Não há dúvida de que boa parte destes irão para o mercado clandestino e, portanto, exercerão ilegalmente a sua profissão, tendo, portanto, um efeito contrário daquele que a gente deseja.

Essa é só uma figura de um dado sobre o exame do Direito, mostrando que só cerca de 30% dos estudantes de Direito, quando cursam Direito, já não têm outra profissão, o que não acontece na Medicina. Portanto, a maior parte dos estudantes de Direito busca uma maior qualificação, frequentemente um *upgrade* na sua profissão, já é alguém que é concursado no serviço público, exerce, frequentemente, um cargo de nível secundário e deseja progredir, e o Direito é uma grande oportunidade para esses estudantes.

Portanto, o problema que acontece com a Medicina não ocorre da mesma forma com o Direito; e, por isso, a solução para o Direito talvez seja boa, porque, aqui, não cabe nenhuma crítica à solução do Direito, e, sim, que o que se aplica, às vezes, a uma coisa, a um país, a uma profissão talvez não se aplique a outra profissão, a outro país e a outra situação.

E a garantia da qualidade? Bom, uma prova pontual, de fato, avalia a competência para o cuidado em saúde? Não haverá nenhum artigo científico que responda "sim" a esta pergunta. É unânime, na comunidade científica da educação médica internacional, que uma única avaliação não é capaz de determinar competência para o exercício profissional.

Cursinhos preparatórios. É um efeito que já conhecemos, grandemente, com relação à residência médica. Hoje, é um problema, nos cursos de Medicina, que, no internato, no quinto e, especialmente, no sexto ano, frequentemente os estudantes esvaziam os hospitais, as unidades básicas de saúde, os centros de atendimento psicossocial, para ficarem assistindo a aulas preparatórias ao exame para residência.

Se criarmos outra prova, aí mesmo teremos ainda mais esvaziado este campo. E isso resulta não em maior qualidade dos médicos, e, sim, em menor qualidade, porque, em vez de exercerem a medicina sob supervisão de médicos docentes e preceptores altamente qualificados dentro dos cenários universitários, estarão em casa estudando *online* para fazerem uma prova e serem aprovados, porque serão, sem nunca terem feito uma reanimação de uma parada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cardiorrespiratória, porque isso acontece dentro do hospital, onde eles não estavam porque estavam num cursinho preparatório para a prova.

E o exemplo da OAB? E, aí, os dados que a gente tem aqui são das publicações da própria OAB, que faz publicações permanentes sobre isso. Primeira questão: melhorou a qualidade da formação em Direito? Hoje, temos 2 mil cursos de Direito, e só 198 alcançam o selo de qualidade que a própria OAB coloca; ou seja, a qualidade não melhorou.

Esse é o gráfico de expansão. Reduziram-se os cursos de Direito? Não. Em 1994 e 1995, quando foi criado, era ali. Vejam, só visualmente, não precisam nem olhar para os números. Eram poucos cursos de Direito, e, inclusive, isso vinha estável até a criação do Exame da OAB. Depois do Exame da OAB, disparou; ou seja, o efeito foi contrário. Não houve redução da expansão dos cursos de Direito, ou seja, o mercado não regulou coisa alguma no Direito.

Reduziu-se a expansão dos cursos? Não; e aí é a mesma informação, só que no compilado anual.

Esse aí é...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. SANDRO SCHREIBER DE OLIVEIRA** – ... um compilado das taxas de aprovação, das quais eu já falei, que giram em torno de 20%. Essa é a mesma informação.

E há outro problema, além disso? Sim, há. As taxas de aprovação são muito maiores em famílias de estudantes de maior renda: de 30%, entre os acima de 30 salários, e de 9%, entre os sem renda; de 20%, entre brancos, e de 13%, entre indígenas; mais em escolas públicas do que em privadas.

E, agora, o próximo. Muitos países já fazem. É verdade, bem verdade; no entanto, a residência é obrigatória para o exercício profissional no Canadá, na Inglaterra, nos Estados Unidos, na Austrália e na maior parte dos países.

Há registros provisórios para quem cursa residência sem avaliação. Dentro do processo formativo, portanto, é que acontecem esses estudos. E há alta participação de médicos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estrangeiros no mercado de trabalho de todos estes países, além de que os conselhos profissionais de vários desses países têm alta participação social, o que não é realidade no país.

Outras questões: responsabilização exclusiva dos estudantes – já falamos bastante disso –; e aumento da vulnerabilidade social pelo endividamento desses estudantes.

E, por fim, desperdício de recursos. Há um investimento de recursos públicos e privados brutal para formar médicos, e, ao final, não teremos os médicos formados. De novo, não estamos defendendo que qualquer médico deva atuar, e, sim, que esses recursos devam ser honrados, de modo que a gente garanta que todos esses médicos tenham qualidade, para que a gente não desperdice recursos financeiros, humanos, intelectuais e, inclusive, políticos.

O que fazer, então? A Abem tem trabalhado muito nisso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Concluindo...

**O SR. SANDRO SCHREIBER DE OLIVEIRA** – Precisamos ter uma ampla resposta regulatória que combine avaliação de cursos, comitês de avaliação adequados, avaliadores apropriados, testes, ao longo de todo o curso de Medicina – primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto e sexto –, e que, dentro do curso de Medicina, esse estudante seja avaliado e que ele não saia do curso, caso essa competência não seja aprovada.

Portanto, temos acordo com o problema e desacordo com a solução. Precisamos qualificar nossa solução.

Desculpe-me, Senadora, por ter exacerbado, em um minutinho, do tempo, mas acho que eram necessárias reflexões novas, para que a gente aprofundasse e chegasse a um termo que, de fato, protegesse a sociedade do problema em questão.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também.

Passo a palavra, agora, para o Dr. Francisco Eduardo Cardoso Alves, Delegado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, para os seus dez minutos iniciais. Em seguida, será a Dra. Cristina Sette.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES** (Para expor.) – Boa tarde a todos.

Ilma. Senadora, V. Exa., Teresa, Senador Hiran, parabéns pela organização deste debate. Nas suas pessoas, eu cumprimento a todos na audiência.

Estou aqui falando pelo Conselho Regional de São Paulo, mas eu acho que eu falo por todos os médicos do Brasil e do sistema conselhal também. Queria falar para você, cidadão, que está me vendo neste momento aqui, nesta audiência pública: você sabia que, em 2023, o Enade, que é um exame feito pelo Governo, constatou que, do total de alunos que se formaram em faculdades com nota um ou dois – ou seja, em faculdades, em tese, ruins –, quase se chegou a 8 mil médicos? E que esses médicos receberam CRM? E que esses médicos estão atuando e podem estar, neste momento, atendendo seu filho no pronto-socorro? Alguém aqui quer que um médico nota zero bote a mão em você, ou na pessoa que você mais ama, ou no seu avô? Eu não quero. Eu duvido que alguém aqui nesta audiência queira.

"Ah, Francisco, mas eles têm diploma". É verdade, eles têm diploma. E, se já têm diploma, por que precisam fazer provas e provas e provas? A medicina é uma carreira muito peculiar, em que você está lidando com a vida e a morte, e você não pode falhar. O médico não tem o direito de errar. É por isso que são exigidas tantas provas, residência médica, tudo, o tempo todo. A gente tem que fazer isso para se qualificar. E a maior prova de que isso é necessário é que, tirando o Brasil e o México, todos os países, os grandes países, os principais países em termos de população e tamanho exigem que, após a formatura, o aluno passe por provas de qualificação, por provas de suficiência. Como bem disse o meu colega aqui da Abem, em muitos casos a formação da residência médica é vinculada e obrigatória.

O Cremesp, quando fez, no início deste século, o chamado exame do Cremesp, a prova do Cremesp... Era uma prova não obrigatória, até porque não podia não ser, mas que tinha grande adesão dos médicos de São Paulo. Até a época da pandemia, quando acabou o exame – teve a pandemia e tudo, e até agora não voltou o exame; também é outra época –, reprovavam 50% dos que faziam a prova, mas eles ganhavam o CRM. E, considerando que só ia fazer a prova quem queria, quem achava que não iria bem nem ia fazer a prova, esse percentual provavelmente iria ser maior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamentavelmente, até a data de hoje, a gente não viu uma preocupação do Ministério da Educação ou da Saúde – e aí eu falo de qualquer Governo – em resolver esse problema; pelo contrário, em períodos com maior ou menor densidade, houve uma explosão das escolas médicas como promessa de solução para o problema da saúde no Brasil, como o Programa Mais Médicos e outros programas. O fato é que nós estamos agora com 430 escolas médicas; se somarem as que estão com liminar e as que estão para abrir, vão passar de 500 facilmente. Provavelmente, esse número chega a 600 ou 700 escolas médicas.

Os exames propostos pelo MEC e pelo Ministério da Saúde não são suficientes para avaliar a qualidade individual do médico que está botando a mão no seu filho. Eles podem servir, mas estão vindo com muito atraso – antes tarde do que nunca – avaliar a escola, a qualidade do ensino... Mas a gente não está falando aqui de qualidade de ensino; eu estou falando da qualidade do médico que está na sua frente, no pronto-socorro, na UPA, na UBS, para atender você. É disso que trata o exame de proficiência, ou o exame de suficiência, como eu prefiro falar.

Muito cuidado com quem faz discurso contrário a qualquer exame que queira avaliar a qualidade individual do médico que vai para o mercado de trabalho. Provavelmente, essa pessoa não está dependente do Sistema Único de Saúde – eu tenho quase certeza disso. É por isso que eu falo para você, cidadão que está me ouvindo aqui: o seu filho vai ser atendido por quem? Quem é esse médico que vai botar a mão no seu filho?

Por isso, eu queria parabenizar o Senador Astronauta pelo projeto de lei, e todos os Senadores que aqui apoiam esse projeto de lei, porque ele olha o óbvio: a preocupação com o cidadão, a preocupação com a pessoa, a preocupação com a saúde em nível individual.

É muito bom saber que vamos ter exame; e, como eu falei outro dia, eu não achei que iria viver para ver o Ministério da Educação e o da Saúde defenderem fechamento de vestibular de escola com nota ruim em exame. Agora, eles estão defendendo isso. Beleza, mas isso não resolve o problema. Fecharam o vestibular, mas esses alunos das escolas ruins continuam entrando no mercado de trabalho.

Eu queria trazer um número aqui que talvez os impressione. Se nós continuarmos nessa toada... Vamos supor que esse exame fosse aprovado no Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República. Até ele começar a entrar em vigor, a perspectiva é de entrada de pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos 700 mil médicos no mercado de trabalho, sem serem avaliados quanto à sua suficiência. São 700 mil somados aos 650 mil atualmente: mais de 1 milhão de médicos no mercado de trabalho. E eu não sei aí até que ponto a gente precisa de tanto médico assim para fazer óculos.

A questão é que a gente não pode, e não deve, usar qualquer tipo de desculpa para falar que a gente não vai avaliar a qualidade individual, a suficiência. Quando eu estou falando de exame de suficiência, eu estou falando do médico que vai cuidar de você. Eu estou falando de um médico que vai ter o mínimo – o mínimo –; não estou querendo o médico nota dez. Eu estou falando do médico que vai ter as mínimas competências para atender um cidadão no SUS – as mínimas.

Não falo pelo SUS, mas, desde que eu me formei... Eu me formei no SUS, eu me formei em faculdade pública e eu trabalho no SUS até hoje, e a gente sabe da importância do Sistema Único de Saúde, mas eu nunca... Eu estou surpreso em saber que falar de qualidade no SUS significa que o SUS vai prescindir de médicos de qualidade. Eu nunca consegui entender esse discurso.

Eu queria aqui, então, parabenizar os políticos que são a favor da vida, que são a favor da saúde da população, que são a favor da sua saúde, que são a favor de que você seja avaliado por um médico que tenha o mínimo de competência para lhe botar a mão, para lhe dar um diagnóstico e para lhe propor um tratamento.

Como se protege a sociedade dispensando o recém-formado de ser avaliado? Como eu consigo proteger a sociedade de engenheiros, de advogados ou de pilotos de avião...? Estou pegando o que o Senador Astronauta sempre faz, esta referência que é muito boa: eu vou entrar num avião que tem um piloto lá que tirou o brevê sem ter sido avaliado em exame de suficiência, em nada disso? Eu vou deixar esse piloto pilotar um Boeing sem ter tantas mil horas de voo, de treino, de não sei o quê? Então, é muito complexo a gente ir por aí.

O que o médico reprovado vai fazer? Com todo o respeito, o problema é dele. Ele é adulto, ele fez a faculdade, ele que se responsabilize pela carreira dele. Se ele quer fazer oftalmologia, ele vai fazer a residência, vai fazer a prova. Se ele quer trabalhar no SUS, ele tem que se formar, ele tem que estudar. Ele não pode ser um médico ruim no SUS – nem no SUS, nem na iniciativa privada. É um problema dele, porque, senão, o que eu estou falando? Eu, político, estou dizendo para você, cidadão do SUS: "Olhe, este cidadão aqui, esse médico, é nota zero, mas, tadinho, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele vai fazer se não tiver o diploma? Então, ele vai atendê-lo, o.k.?". Não, eu não concordo com isso, o sistema conselhal não concorda com isso, e eu tenho certeza de que quem defende a saúde não concorda com isso.

"Ah, vão criar exames de cursinho". O que o exame tem a ver? O problema não é existir exame de cursinho. O problema é a faculdade ruim que permite que o aluno saia do internato para fazer cursinho. Isso é um problema que o Ministério da Educação vai ter que ver no Enamed, no Enade, em todos esses exames que eles já estão fazendo. Tem que ter fiscalização. Cadê a fiscalização do MEC? Como pode permitir que o aluno saia do internato da saúde básica e que não vá à UPA ou não vá à UBS cumprir os 30% de estágio para furar, para fazer medcurso? Sabe? Então, com todo o respeito, não cola essa desculpa? "Ah, não isenta". Como não isenta a escola? Você acha que algum pai vai querer pagar o preço de uma escola particular para uma escola que notoriamente está todo mundo sabendo que ninguém está conseguindo aprovar num exame de suficiência que venha a ter, ou seja, uma escola que ganha fama de que lá você não recebe o CRM, porque você não consegue aprovar? É óbvio que a escola é avaliada, mas eu repito: a gente não está falando aqui de avaliar a escola. Avaliar a escola é para o MEC. A gente está falando aqui de avaliar um médico. Médico é com o CFM. Está na lei. Não é questão de protecionismo, não é questão de que: "Esses médicos são corporativistas". O CFM e o CRM são responsáveis pelo médico formado. Recebeu o diploma, está com a gente.

Então, avaliamos, aplaudimos e estamos até dando suporte para o MEC com o Saeme, que é a nossa experiência, levando para o SUS e tudo em relação à escola, mas quem cuida da escola é o MEC. Nós vamos cuidar do médico. O Ministério da Saúde cuida da assistência à população. Eu não consigo acreditar...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES** – ...que nós temos um Ministro da Saúde que fale "não" para médicos com qualidade. Que fale: "Não, eu não quero que o médico que eu estou botando aqui no Mais Médicos, que eu estou botando aqui na UBS tenha o mínimo de suficiência". Pelo contrário, eu falaria o seguinte: "Eu quero, eu colaboro, eu incentivo, porque eu quero, CFM, que os médicos que eu estou trazendo para o Sistema Único de Saúde tenham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade, porque eu quero trazer qualidade para o cidadão, principalmente para o cidadão que não tem escolha a não ser o Sistema Único de Saúde".

Então, eu queria só finalizar para fazer uma pequena correção: não é verdade que só médico faz parto aqui no Brasil. Gente, pelo amor de Deus! Essa é a ótica de quem só usa o plano de saúde. Realmente, no plano de saúde é só médico que faz parto, mas, para os mais de 150 milhões de brasileiros que usam o SUS, a enfermagem, os enfermeiros, as obstetrizes são a realidade. Então, vamos colocar as coisas no lugar.

Eu não vou estourar o tempo que já está acabando, mas eu só queria dizer que a gente defende o Mais Médicos, o SUS defende o Mais Médicos, mas, do jeito que está, não está virando Mais Médicos, está virando "qualquer médico". E a gente não quer qualquer médico botando a mão na nossa criança, no nosso pai e em nós mesmos.

Era isso que eu tinha para falar no momento.

Quero agradecer a oportunidade. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dr. Francisco.

Passo a palavra agora, no sistema remoto, para a Dra. Cristina Sette, Consultora Técnica do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems).

**A SRA. CRISTINA SETTE** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Boa tarde a todos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Dez minutos, quando tocar é porque falta um.

**A SRA. CRISTINA SETTE** (*Por videoconferência.*) – O.k. Por gentileza, pode me dar o retorno se me ouvem bem?

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Sim, estamos ouvindo bem.

**A SRA. CRISTINA SETTE** (*Por videoconferência.*) – Pronto. Eu quero me apresentar. Eu sou Cristina Sette, Professora de Saúde Coletiva da Universidade de Pernambuco, Faculdade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ciências Médicas e também Consultora do Conasems, que é o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. A gente representa os 5.571 – agora são 5.571 municípios –, no tocante à gestão do SUS.

Então, representamos as Secretarias Municipais de Saúde. Parte do que... Eu acho que até o tempo fica mais fácil do que a gente ia colocar... Eu acho que o Dr. Sandro já colocou. Eu acho que tem muitas questões que a Abem colocou em sua fala, na representação do Dr. Sandro, que a gente endossa.

A gente se posiciona de forma diferente do meu colega que falou antes, em relação ao exame de proficiência, porque a gente entende que ele não é o suficiente para garantir a boa prática médica, ainda que esse discurso de que um exame vai garantir a boa prática ou a seleção dos médicos que têm a melhor formação seja um discurso lógico. É por isso que a gente entende também o posicionamento da população sobre isso. Se perguntar a qualquer usuário, ao usuário do SUS do qual eu faço parte, a pessoa vai dizer: "Eu quero um bom médico", e por isso eu vou entender que é uma prova, mas isso é um discurso simplista. A gente precisa avançar nele. O que garante realmente uma boa formação? É uma escola de qualidade, então a gente tem que discutir a qualidade da formação, essa é a visão.

Nós recebemos profissionais com informação suficiente sobre o processo, nos nossos 1,6 milhão postos de trabalho que estão sob gestão municipal no país – recebemos –, mas também recebemos a grande maioria com boa qualidade na formação. A questão é que os exemplos que vão sendo citados negativos e se acumulam na opinião pública favorecem a impressão de que nós temos, em grande maioria, maus profissionais trabalhando. Essa não é a realidade que é vista pelos gestores e gestoras.

A gente tem algumas outras dificuldades que nem sequer diriam respeito à questão da qualidade da formação, mas, sim, à qualidade do atendimento, mas não seria uma discussão para esta audiência pública. A gente entende que as medidas hoje do MEC são robustas e suficientes. Assim como o meu colega anterior, a gente aplaude o Enamed, e o que está em discussão aqui é – imagino que todo mundo que está aqui nesta sala entende que o problema é o mesmo –, a gente precisa melhorar a formação médica no país. A forma como trabalhar e enfrentar essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão é que tem divergências, e nessas divergências o Conasems se alinha com a Abem, ainda que com algumas questões que a gente possa debater melhor mais à frente.

A gente entende que a residência médica deve ser, como foi citada, universal. A gente deveria ter o Congresso ao lado da gente, que discute a formação médica, no sentido de a gente garantir o que está na Lei 12.871, que é garantir a universalidade de vagas para a residência médica, para os estudantes de Medicina. A residência médica teria um papel muito importante na formação, com todas as discussões e problemas que a gente precisa enfrentar nessa área também.

Quando a gente vê o argumento de que proliferação de cursinhos e tal não procede, que o problema é do estudante, na realidade, é o problema da escola, porque a escola permite que aquele estudante tenha colado grau, e a colação de grau é uma outorga do Estado brasileiro. Ao ser uma outorga do Estado brasileiro, a gente tem que discutir sobre o prisma do Estado, já que a educação é de relevância pública e cabe ao Estado a sua regulamentação, fiscalização e supervisão. A gente tem que pensar que medidas o Estado brasileiro precisa reforçar e tomar – porque eu acho que o Enamed tem uma grande vantagem agora de impor sanções, que era algo que não se fazia antes, e que a gente, enquanto Estado, porque o Conasems é uma instituição privada sem fins lucrativos, mas representa os municípios, portanto, representa o Estado e está amparado pela Lei 8.080 –, que medidas o Estado tem que contar para que a gente avance nessa questão?

Eu gostaria de colocar algumas questões em cima do que foi dito agora, já colocado nesta audiência. Quando a gente tem a informação – e isso foi amplamente divulgado – de que os médicos e estudantes de Medicina apoiam um exame de proficiência, a gente se permite fazer algumas inferências sobre isso. Consultando estudantes de Medicina da minha escola – é lógico que não é uma evidência, porque é uma consulta informal –, a resposta deles foi o seguinte: "Ah, a gente concorda porque é para o futuro, não é para mim. Se fosse para mim, eu teria que discutir". Aí eu acho que a pergunta talvez fosse interessante fazer no sentido de: todos os médicos formados no Brasil apoiariam fazer um exame de proficiência hoje? Perdoem-me pela provocação, mas eu acho que a pergunta também poderia ter sido essa e também para os estudantes de Medicina atuais, porque, na hipótese, as pessoas entendem que uma prova vai garantir a qualidade, mas na prática não é assim. Na prática não é assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a gente fizer, lógico que a analogia é perigosa, com o teste da OAB, mas eu procurei levantar alguns artigos em relação à boa prática da advocacia, em relação ao teste da OAB, e não há consenso entre quem estuda. Não há consenso e há muita discussão, inclusive esta Casa já fez audiências públicas sobre extinção ou não do exame da OAB. Eu ouvi algumas audiências e me lembro de uma de 2011, e é uma analogia na fala que eu me permiti colocar, porque eu acho que pensar que um exame vai garantir, ao longo de 40 anos de vida profissional, o bom exercício profissional é um pensamento muito discutível, sabe? Esse exame vai garantir um acúmulo de conhecimento para aquele momento em que o estudante está fazendo, e ele não vai ser processual ao longo da vida.

Cabe ao Estado, e aí explicitamente ao MEC, avaliar a qualidade da formação. Essa é uma função de Estado, é constitucional. Agora, o meu colega que falou anteriormente, falou muito bem: o CFM tem que se responsabilizar – e a lei já coloca isso como tarefa fundamental – pelo bom exercício profissional e nisso o CFM tem desenvolvido ao longo dos anos muitas atividades para que isso seja garantido. Agora, a formação em si não é função do Conselho Federal de Medicina, permitam gentilmente que eu discorde dessa fala, ainda que seja importante que todas as entidades médicas participem da discussão da formação. Agora, o ato de colar grau, o ato de dizer a um estudante que ele pode exercer ou não a profissão é um ato de competência do setor da educação, sequer é competência do SUS, na forma como a gente vê.

Então, essas questões precisam ser muito discutidas, e é o grande mérito do tema em discussão. Ainda colocaria – porque eu estou aqui olhando o cronômetro para não passar o tempo – que a gente quando pensa no acesso a um curso de Medicina, a gente está pensando em algo que o Prof. Sandro também colocou. Quem tem o maior poder aquisitivo tem duas vantagens. Ele tem a vantagem de poder acessar uma melhor formação do ensino fundamental e médio e, com isso, em uma prova futura, consegue acesso a uma escola pública, e tem-se feito o comparativo de escolas públicas e privadas. Também ele tem acesso às escolas privadas. Esse formato não é garantidor do direito de acesso à educação que a gente tem na nossa Constituição, mas é garantidor de que para quem tem mais se pode mais. Pode-se tudo no Brasil mais, na realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, para pensar Brasil, com 5.571 municípios, e a gente pensar em medidas que seriam restritivas de atuação, a gente teria que ter um processo de planejamento de 20, 30 anos, para que a gente tivesse o médico e a médica, que a gente tem como maioria esmagadora da prática...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CRISTINA SETTE** (*Por videoconferência.*) – ... de medicina, no SUS.

Eu queria concluir dizendo que, na realidade, nem a fala que diz assim – "Eu acho que representa todos os médicos do Brasil" – me representa, porque eu sou médica, sou usuária do SUS, a minha família é usuária do SUS, e eu não tenho plano de saúde. E eu não tenho sido atendida com médicos de baixa qualidade no Sistema Único de Saúde. Essa discussão precisa ter o tamanho certo e a formatação adequada. E as medidas que o MEC propõe são robustas e suficientes para, num processo, a gente ter um futuro melhor.

Muito obrigada aos senhores e senhoras. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dra. Cristina Sette.

Nós vamos fazer agora uma dança das cadeiras: vão sair três e entrar mais três. Já combinei aqui com todos, não é? E aí a gente vai formar essa segunda parte da audiência com: o Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos – que aqui já se encontra, peço para tomar assento à mesa –; Dr. Jurandi Frutuoso Silva, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), que também aqui se encontra; Arthur Chioro já está na mesa; e Dr. Marcos Gutemberg Fialho, Diretor de Saúde Suplementar da Federação Médica Brasileira.

Seja muito bem-vindo!

Muito obrigada pela presença de todos.

Vou dar como exemplo a disciplina do primeiro bloco, para a gente seguir também essa disciplina no segundo bloco. (*Pausa.*)

Vamos aguardar os senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Geraldo, começa pelo senhor, viu?

Só recuperando: são dez minutos e, quando o sininho tocar, falta um.

Passo, então, inicialmente a palavra para o Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), para os seus dez minutos iniciais.

**O SR. GERALDO FERREIRA FILHO** (Para expor.) – Obrigado, Senadora Teresa, meus cumprimentos. Meus cumprimentos aos colegas de mesa. Senador Hiran, meus cumprimentos.

Senadores, Deputados, Assessor Fausto. Tudo bom, meu querido?

Bem, eu presido a Federação Nacional dos Médicos e a que este exame interessa à Federação? A Federação cuida do trabalho médico e eis a razão por que nós precisamos de médicos bem formados.

Nós estamos, Senadora, Senadores, Deputados, atravessando uma crise imensa em Natal. Nós temos um problema muito grave na área trabalhista brasileira. Ela foi invadida, na área médica, por empresas chamadas SCP (Sociedade em Conta de Participação). Essa é a maior ameaça que nós estamos enfrentando em relação ao trabalho médico. É uma precarização completa.

A empresa coloca o médico como sócio, numa sociedade falsa. Resta dizer que essa sociedade em conta de participação é legítima para investimentos. No entanto, todos os municípios e estados brasileiros estão aplicando este mecanismo para a intermediação de mão de obra. Isso motivou uma conversa já com o Senador Hiran. Nós precisamos, com urgência, de uma audiência pública sobre a precarização do trabalho médico, porque o médico recebe como falso investidor e está sendo multado pela Receita Federal. Não é simplesmente pejotização, é muito pior, muito pior do que isso.

Então, com essas empresas, os médicos não têm direitos trabalhistas, não têm direitos previdenciários e ainda recebem multas da Receita Federal como cúmplices de sonegação de impostos. Mas por que estou falando nessas empresas? Porque a crise em Natal, Senadora, provocou o seguinte: médicos que trabalhavam há cinco, dez anos no serviço, por uma determinada empresa ou cooperativa, foram afastados através de uma licitação que absorveu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma empresa desse molde. E lá estão quem? Os médicos recém-formados, jovens, colocados para trabalhar nas urgências e emergências, nas UPAs, no atendimento à população brasileira.

E qual é a nossa preocupação?

Vou fazer um relato aqui do que aconteceu na segunda-feira. Isso foi colocado por uma residente que estava no plantão.

"O paciente chega vomitando lombriga [eu vou me referir aos termos que ela usou], com dor abdominal, sem comer, sem beber, vomitando. Relatou expulsão de vermes pela boca. Faz tratamento recorrente de verme. O médico medicou com albendazol [um desses médicos recém-formados] e liberou o paciente para casa", o médico que estava assumindo a unidade de atendimento. A residente, sem querer magoar a médica, disse: "Doutora, se fosse o outro médico, ele iria internar". Aí ele acordou. Era um paciente gravíssimo. Era um médico que tinha sido afastado e ainda estava na unidade porque os médicos foram escorraçados pela empresa que assumiu, não é? Eles não queriam esses médicos porque querem baixar valores dos salários.

Durante muito tempo, a Federação Nacional dos Médicos teve uma posição de reflexão sobre o exame de proficiência, porque as preocupações colocadas pelo expositor Sandro também ocupavam a cabeça da Federação: "O que é que esses médicos vão fazer? Eles não se tornarão mão de obra a ser utilizada pelos outros?". E nós refletíamos também: "Mas por que os países avançados aplicam?". Claro que ele já respondeu também: "A maioria sequencia na residência médica".

Mas o que nós estamos vendo nas conversas – eu tenho dois filhos médicos e meus filhos comentam – é que não aguentam mais ver a má-formação dos médicos e a questão de colocar em risco a sociedade que está sendo atendida.

Então isso motivou também não só a mim, mas uma reflexão dentro da Federação, pois nós estamos passando por um momento muito crítico. Evidentemente, da parte das entidades médicas precisa haver uma resposta a isso. Como foi colocado aqui pelo colega Francisco, não está na nossa alçada corrigir, infelizmente, as universidades ou fechar escolas médicas, embora seria até interessante que isso pudesse ser feito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E se nós não temos, qual é o mecanismo? Proteger a sociedade através da seleção dos profissionais que vão servi-la.

Então, meus amigos, a Federação, depois de muito tempo, de muita meditação, abraçou também essa causa porque, diante dessa formação desenfreada de 448 escolas médicas abertas sem sequer ter um hospital. Na primeira intervenção, na última audiência, foi colocado esse método PBL, onde o ensino é feito em sala de aula, e muitas vezes não são médicos. Fica ali um instrutor, um coordenador de um grupo de debate. Até que ponto esse ensino vai permitir ao médico atender a um paciente?

A maioria das faculdades, algumas até com professores que encerraram sua carreira – e muito bons professores que encerraram sua carreira na Universidade Federal, por exemplo, porque às vezes as faculdades privadas aproveitam esses professores, mas não têm sequer um hospital. Eu visitei alguns que são hospitais de bonecos. Então, o médico se forma sem ter colocado a mão num paciente. Isso é muito grave, não é?

Eu noto que há um desejo da sociedade...

É claro que cada um dá o depoimento como pode ser feito. Eu convivo com as pessoas, nós estamos incluídos na sociedade, eu tenho família, não é? Eu tenho netos que são atendidos nessa rede e eu sei quando é um bom médico e quando é um médico limitado. Então, nós estamos vendo e percebendo que os hospitais, procurando pagar cada vez menos aos médicos, terceirizando os seus serviços para essas empresas que exploram o trabalho médico e são predadoras do trabalho médico, escolhem aqueles profissionais que estão disponíveis, que não foram convocados para outros serviços, infelizmente, e que, definitivamente, não estão formados à altura para o atendimento. É lamentável, mas hoje existe uma grande parcela deles, que é crescente, porque as faculdades continuam a ser abertas num ritmo alucinante, não é?

A vida humana não admite improviso e isso é colocado, não é? Por mais inteligente que seja o profissional – e nós sabemos que têm muitos na nossa área que são absolutamente inteligentes, hábeis –, existe uma formação técnica que é necessária. E essas faculdades estão falhando nessa formação que está sendo oferecida aos alunos que ali chegam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quando nós colocamos médicos malformados especificamente, não é falta de denodo para a pessoa que percorreu aquele caminho, é porque as faculdades pecam na forma do ensino. Elas não estão fornecendo..

Nós tivemos recentemente em Natal uma faculdade que foi comprada por um grupo estrangeiro e a primeira providência dela foi demitir todos os médicos que tinham mestrado e doutorado e chamar professores iniciantes. Isso, evidentemente, vai comprometer a formação do ensino.

Eu ressalto a importância desta Comissão, Senadora. Agradeço a oportunidade de estarmos expondo o nosso pensamento. Agradeço ao Senador Hiran a sua dedicação à causa dos médicos brasileiros e à saúde do povo brasileiro também, porque nós estamos tratando disso aqui, e ao Senador Marcos Pontes...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. GERALDO FERREIRA FILHO** – ... que é o Relator do projeto.

Deixo aqui a nossa proposta de efetivamente nós termos um exame de ordem. Ele pode ser discutido na sua forma de implantação: que seja gradual, respeitando direitos adquiridos, que ele deva ser complementado por acreditação e fiscalização das faculdades, que haja critérios mínimos dessas faculdades, como cinco leitos do SUS por aluno, máximo três alunos por equipe de saúde da família, presença de hospital de ensino, transparência na publicação dos indicadores...

E digo também que esse exame deve ser conduzido pelo Conselho Federal de Medicina, mas sugeriria que fosse acompanhado pelas entidades médicas nacionais, as federações médicas que cuidam do trabalho e a Associação Médica Brasileira, auxiliando o conselho nesse formato.

Senadora, por enquanto, é o que nós teríamos a dizer.

Agradeço a oportunidade de ter usado a fala nesta audiência. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Nós também agradecemos a sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos registrar a presença do Senador Rogério Carvalho e da Deputada Federal Ana Pimentel e dizer aos expositores da mesa anterior que tem três cadeiras aqui na primeira fila. Se os senhores quiserem vir para a primeira fila para participar melhor do debate, fiquem à vontade.

Vamos passar a palavra agora para o Dr. Jurandi Frutuoso Silva, Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, para os seus dez minutos iniciais.

**O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA** (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria, inicialmente, saudar a Senadora Teresa, o Senador Hiran, o Senador Rogério Carvalho e a Deputada Ana Pimentel, dizendo do cuidado que o Senador Hiran tem tido ao longo do tempo em discutir os temas da saúde pública, e, agora, apoiado pela Senadora Teresa e pelo Senador Rogério, ele traz este tema que é muito relevante.

Quem vai falar aqui não é o médico sanitarista com 45 anos de formado, militante do Sistema Único de Saúde, sempre em serviço público em prol da causa pública, defendendo saúde para o povo brasileiro. O Ministro Chioro sabe desse trabalho que a gente faz e sabe do nosso compromisso com a qualidade na gestão que a gente prega e daquilo que a gente faz na prática. Quem vai falar aqui é o Secretário-Executivo do Conass (Conselho Nacional de Secretários de Saúde), representando a Presidente Tânia Coelho, que não pôde comparecer a esta audiência por motivo de saúde, que traz aqui a nossa preocupação com a saúde dos 213 milhões de brasileiros.

O Senador Rogério foi Secretário de Estado, a gente trabalhou junto; o Deputado Fernando Máximo foi Secretário de Estado, nós trabalhamos junto; a Cristina Sette, lá de Pernambuco, foi Secretária Municipal, participamos de vários e vários debates com ela sobre este assunto.

E o que eu trago é uma preocupação da gestão estadual com a qualidade da saúde que se deve ofertar a esse povo. A gente não pode ter conivência nem pode ter complacência com algo que esteja em prática de maneira danosa à saúde dessa população. Portanto, do ponto de vista dos secretários de estado, a gente queria já de pronto dizer que esta audiência é muito bem-vinda, Senador Hiran, porque os senhores colocam em pauta um assunto da maior gravidade.

O Sistema Único de Saúde do Brasil, nos seus trinta e tantos anos, tem tentado oferecer, ofertar à população brasileira saúde, de forma que você possa ter a certeza de que aquela ação que é implementada no município, no distrito, na grande cidade vem contribuir para qualificar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde das pessoas. No entanto, várias falhas acontecem – isso é fato –, e a gente se preocupa com a garantia da qualidade da educação médica hoje no Brasil – no mundo, é um desafio global, e aqui não é diferente. O que deveria ser um projeto nacional estratégico da formação do profissional de excelência, alinhado à necessidade do Sistema Único de Saúde, acabou, em grande medida, capturado por interesses econômicos, em detrimento da qualidade da formação deste profissional de saúde, o médico, e de outras categorias.

Portanto, eu tendo a concordar com as falas anteriores que também colocaram essa preocupação. Obviamente que tendo a defender vários métodos que forcem a avaliar esse ensino e que coloquem-no em uma rota correta que possa dar a garantia de que esse profissional saia bem formado.

A expansão acelerada levanta a seguinte questão: como assegurar que os futuros médicos estejam de fato preparados para cuidar da população brasileira? Nós temos atualmente – isso foi dado aqui pelo representante da mesa anterior – cerca de 600 mil médicos em atividade. Com essa explosão, em menos de dez anos, talvez, chegaremos a 1 milhão de médicos. Nós temos 460 faculdades de Medicina, com o aumento absurdo de 170, há pouco mais de 15 anos, para esse número de hoje. Eu pergunto... Nós, que conhecemos bem o Brasil, e conhecemos bem o Brasil porque andamos o Brasil inteiro o tempo todo... Nós temos faculdade de Medicina em cidades que não têm a menor condição, talvez, de manter uma escola de segundo grau. Ali não há campo de estágio e nem tem sequer professores preparados para poder garantir que esse ensino seja de qualidade. A gente não tem hoje 700 faculdades de Medicina porque o MEC botou o pé no freio durante a moratória e tentou não credenciá-las mais, mas a gente fica muito preocupado com o que está acontecendo, e eu acho que começa por aí a preocupação de formar o bom profissional.

Eu não tenho a menor preocupação de dizer que a gente não pode ser conivente com profissionais formados que tenham uma qualidade duvidosa. Eu também... Ele não está aqui, ele saiu. Eu também não teria, Doutor, a menor condição de entregar um parente meu a um profissional que eu soubesse que era mal formado. Agora, eu tenho uma preocupação muito grande pelo processo que se dá, porque ele chega, com essa formação, a obter o seu título; portanto, ao ceifar essa carreira depois da formação, eu entro aí com duas vítimas: a primeira é o próprio profissional que pensou que estava estudando numa faculdade que daria a ele uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

capacidade de formação adequada, e aí se diz: "Não, você agora não pode, *stop*. Você estudou seis anos, mas agora não pode seguir. Você vai para a clandestinidade". E ele vai, porque ele não tem outra profissão a seguir. E a segunda vítima – e isso é grave –: a família, que investiu tudo o que tinha pelo orgulho de ter na sua família um médico. Nós sabemos do orgulho dos nossos pais, do meu pai, da minha mãe, da sua... Eles têm orgulho em ter um filho médico ou uma filha médica. Então, ele vende a casa, vende o carro e faz empréstimo em um banco se não conseguir... Eu conheço gente que, para terminar a faculdade, o dinheiro exauriu-se. Aí o seu filho não pode mais ser médico porque ele se formou de uma maneira péssima e não tem qualidade para exercer a profissão. E ele vai perguntar: "Porra...".

Desculpa, desculpa, Senadora. (*Risos.*)

É porque na hora sai. Tem hora em que você tem que falar a verdade e, nessa hora, desculpa, sai.

Aí ele fica preocupado: "Como é que deixaram esse menino se formar? Por que não me avisaram antes que ele não podia ter essa formação? Alguém devia ter me dito".

É aí que entram as várias responsabilidades e as várias instituições. O MEC vai, o Ministério da Saúde... A gente discute isso todo dia. Hoje, pela manhã, a Deputada esteve com a gente no Conass, num seminário grande, discutindo qualificação e melhoria das escolas de saúde pública do Brasil. Nós estamos querendo formar uma escola de saúde pública por estado, já são vinte e uma, tem mais cinco em formação e apenas uma que nós vamos atrás do secretário para tentar fazer o convencimento de isso acontecer. É uma preocupação constante.

Mas eu queria saudar o Senador Marcos Pontes, porque, ao colocar o PL que está em discussão, ele colocou o tema à baila. E, agora, a gente não pode mais parar de discutir esse tema até que se chegue a um consenso e que se possa, com a compreensão de todos, fazer com que essa avaliação aconteça. E o que eu vou dizer aqui é o que já aconteceu.

Qual é o ano do Mais Médicos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA** – Em 2013, a lei dizia que era preciso fazer exame de proficiência no segundo, no quarto e no sexto anos. Por qual motivo? Porque eu avaliaria o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estudante e, ao mesmo tempo em que eu avalio o estudante, eu avalio também a instituição de ensino. Eu posso corrigir a rota do estudante que está se formando, mas eu posso, principalmente, dependendo do resultado, dizer: "Para, vamos corrigir, vamos dar agora a oportunidade de ver qual é o currículo que está posto". E, com isso, fazer a correção de rumo dentro da instituição que ensina.

Está aí nessa discussão desse binômio estudante-escola a resposta para o que nós todos queremos. O método pode ser diferente, mas nós todos estamos preocupados com o mesmo problema. E é aí que eu exalto o PL, porque ele trouxe à baila essa discussão, que pode ser uma grande vitória do povo brasileiro, mas ela só vai acontecer se cada um de nós nos despirmos das nossas vaidades e colocarmos em primeiro lugar o direito do povo...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA** – ... e a saúde das pessoas.

Então, esta é a posição do nosso conselho, o Conselho Nacional de Saúde: ele discute a necessidade, mas acha que é preciso fazê-lo no meio do curso. No final do curso, é prejuízo para o aluno, é prejuízo para a família e é prejuízo para a sociedade. O risco que se corre é ter um profissional mal formado que, sem avaliação nenhuma, possa causar danos que serão irreparáveis. Não dá para operar o rim direito quando deveria ser o esquerdo, não dá para amputar o pé quando deveria ter feito o tratamento correto de prevenção do diabético complicado.

Nós trabalhamos com saúde em rede, nós estamos lá pelo Conass trabalhando na planificação da atenção à saúde e nós já estamos lá pelo Conass em 1,8 mil municípios, trabalhando nessa integração da atenção primária com a especializada e com o hospital. A gente quer avançar até que o país todo decida saúde de maneira responsável e que possa oferecer ao povo brasileiro aquilo que nós, secretários de estado, de municípios e profissionais de saúde de todas as categorias possamos bater no peito e dizer: "Eu tentei e consegui". Mas o tempo não pode ser longo, o tempo tem que ser agora, porque, daqui a pouco, nós jogaremos uma grande oportunidade fora e teremos um manancial de profissionais que não terão capacidade de exercer a sua profissão.

Muito obrigado pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu trago aqui um abraço da Presidente Tânia e um abraço de todos os secretários de saúde do estado que lutam e almejam por essa resposta de maneira vantajosa e vitoriosa para todos nós, não para um segmento ou para outro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Dr. Jurandi.

Quero registrar a presença do Deputado Federal Dr. Fernando Máximo, e do Deputado Leonardo Avalanche.

É isso mesmo? (*Pausa.*)

Sejam bem-vindos.

Passo a palavra, agora, para o Dr. Marcos Gutemberg Fialho, Diretor de Saúde Suplementar da Federação Médica Brasileira.

**O SR. MARCOS GUTEMBERG FIALHO** (Para expor.) – Boa tarde a todos, quero cumprimentar a mesa, na pessoa da Senadora Teresa Leitão; os presentes, na pessoa do Dr. Hiran Gonçalves, Presidente da Frente Parlamentar da Medicina; Dr. Hiran Gallo, Presidente do Conselho Federal de Medicina; e Dr. Luiz Osvaldo, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Parlamentares aqui presentes e os colegas médicos.

Meus amigos, eu sou Presidente do Sindicato dos Médicos do DF, fui Presidente da Federação Nacional dos Médicos e sou Diretor da Federação Médica Brasileira. Eu sempre fui contra o exame de ordem, trazer da OAB para a medicina o exame de ordem, mas, meus amigos, a realidade é cruel, eu tive que me render à realidade.

Eu estou no movimento sindical há mais de 20 anos, e, há mais de 20 anos, nós brigamos, questionamos e lutamos por uma melhoria na formação médica. Isso até agora não aconteceu, e as medidas são urgentes.

Todos aqui concordam com o fato de que é preciso melhorar a formação, mas como? Não existe o ideal, existe o possível. Eu ouvi muitos palestrantes aqui falarem que o médico tem que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser bem formado, mas eu não fecho escola médica, eu não faço avaliação seriada. O que se discute aqui é se aprova ou não se aprova o PL 2.294, que cria o exame de proficiência médica.

Qual é a dificuldade em aprovar e depois brigar para melhorar a formação dos profissionais? Nós não podemos continuar na situação em que estamos, com abertura indiscriminada e profissionais mal formados.

E aí vêm as narrativas... O exame da OAB não proibiu, não impediu a formação de péssimos advogados. Eu fiz o exame de ordem, fui aprovado assim que terminei o curso, já médico, casado e trabalhando. Formalmente, eu sou advogado também. Se não existisse o exame de ordem, nós teríamos mais de 5 milhões de advogados no país; hoje nós temos 1,5 milhão. Modulou. É o ideal? Não é.

Acabamos de ouvir a doutora falando da necessidade de residência plena, e isso é utópico! Nós precisamos trabalhar para o possível, não para o ideal. Eu preciso de médico bem formado; eu preciso que o médico saia da faculdade e tenha capacidade resolutiva de resolver pelo menos 80% dos problemas da população; eu preciso que o médico saia da faculdade e consiga fazer um diagnóstico de abdômen agudo sem precisar pedir uma tomografia. Não, ele vai sair malformado, ele vai sair incapaz de fazer um exame físico e só solicitar exames complementares porque está sendo conduzido, forçado pelo segmento empresarial, e, depois, ele faz uma residência médica. Tem sentido isso? Evidentemente que não.

Os senhores conhecem o Relatório Flexner, de 1910 – nós estamos há 115 anos do Relatório Flexner –, que mudou a forma de formação médica e fechou faculdades de Medicina. Na época, o relatório fazia a abertura de escolas comerciais; e, 115 anos depois, nós estamos vendo no Brasil o segmento empresarial do mercado financeiro abrindo escolas indiscriminadamente, comprando segmentos de escolas de Medicina, colocando profissionais não médicos para dar aula, cobrando caríssimo e abrindo em locais que não têm nem hospital. O que é que a gente faz com isso?

Foi criado o Enamed. Parabéns. Eu acho que as coisas não se excluem; elas se complementam, como disse muito bem o Presidente da Associação dos Estudantes de Medicina. Enquanto não se consegue uma situação ideal, vamos trabalhar para impedir que essa avalanche de médicos malformados saia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Dr. Jurandi falou ainda há pouco da questão de penalizar o estudante e a família. Concordo plenamente, eu sempre tive esse discurso, sempre falei isso. É por isso que eu fui contra o exame de ordem, porque você não pode permitir que a família invista seu patrimônio e não consiga no final ter seu filho formado. Mas o jogo aqui está sendo jogado. Ele só vai fazer o exame de proficiência a partir do ingresso, quando ele for aprovado. Então, ele já sabe do custo.

Agora, nós vamos continuar deixando que essa situação aconteça, e os empresários da área não sofram nenhuma sanção?

Parabéns pela elaboração do Enamed, pela portaria, mas quais são as medidas cautelares com relação às escolas médicas que tirarem nota baixa? Impedimento de ampliação de vagas, suspensão de novos contratos, suspensão de participação no curso do Programa Universidade Para Todos, suspensão da participação no curso de outros programas, redução de vagas, suspensão de ingresso de novos estudantes. E o fechamento das escolas? Tem que fechar as escolas, mas tem que estar aqui, tem que normatizar. Isso não é por portaria; isso é por lei: lei complementar, lei ordinária – eu não sei, Senador Hiran, mas isso tem que ser resolvido.

Portanto, o que todo mundo quer... Aqui todo mundo quer um médico bem formado. Todo mundo quer a população sendo bem atendida. Mas está parecendo jogo de fla-flu: tem a torcida que é contra a aprovação do PL e tem a torcida que é a favor. Nós temos que ser a favor de medidas que resolvam esse problema ou pelo menos mitiguem a formação de maus médicos e a proliferação sem controle, precária de escolas médicas. Vamos tomar uma solução possível, e não ideal.

Senhores, preliminarmente, são essas minhas colocações. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dr. Marcos.

Passo a palavra para o nosso último convidado, Dr. Arthur Chioro, Presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), para os seus dez minutos iniciais.

**O SR. ARTHUR CHIORO** (Para expor.) – Obrigado, Senadora Teresa Leitão, Presidente desta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero agradecer, na sua pessoa, o convite e saudar o Senador Hiran; o Senador Rogério Carvalho; a Deputada Federal Ana Pimentel; o Deputado Fernando Máximo; saudar o Felipe Proenço, representando aqui o Ministério da Saúde, nosso Secretário de Gestão do Trabalho; e, em nome de todas as entidades, me dou o direito de saudar o nosso Presidente do CFM, o Dr. Hiran.

Eu quero iniciar dizendo de que lugar eu falo. Eu sou um médico formado há 38 anos, há 36 anos eu sou professor de Medicina: professor da Escola Paulista de Medicina (Unifesp), professor da Universidade Metropolitana de Santos, duas escolas muito bem avaliadas. Fui Secretário Municipal de Saúde por nove anos, Ministro da Saúde por dois anos. Atualmente, tenho a responsabilidade de compor a equipe do Ministro Camilo Santana, no MEC, e presido a estatal Ebserh, que é responsável pela gestão de 45 hospitais universitários federais em todo o país. E, talvez o dado mais importante, sou pai do Leonardo, sextanista na Faculdade de Medicina de Botucatu, da Unesp. Portanto, trago aqui também a dimensão da família, que está lidando com este momento de formação, que eu acho que é muito importante para dialogar com a população brasileira.

Parto do pressuposto, Senadora Teresa, de que todos que participam deste debate, sem exceção, estão alimentados por um objetivo comum que é o de garantir a formação de médicos com qualidade e com segurança para a população brasileira. Se tiver alguém que não esteja com esse objetivo, está em dissintonia com o momento, com os desafios e com a responsabilidade. Ainda mais porque nós estamos vivendo uma situação inusitada, que nós não vivemos antes, até então, que é a expansão – eu vou usar uma expressão do Ministro Alexandre Padilha, recente –, uma expansão metastática das escolas médicas que ocorreu exatamente a partir da farsa da moratória.

Pois vejam, 134 faculdades de Medicina entre 2016 e 2022 – 134, quando nós vivíamos a moratória –, 30.339 vagas novas neste período. De 2015 para 2022, o número de vagas dobrou, indo de 29.383 para 60.555 vagas.

Então, é preciso colocar a urgência deste tema, deste debate, e o Senado está de parabéns por produzir um aprofundamento deste tema que nos interessa a todos. E eu quero respeitosamente, mas muito respeitosamente, declarar a todos vocês por que me posiciono de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma contrária ao exame de ordem de Medicina, sob responsabilidade do Conselho Federal de Medicina, sob um debate franco, honesto e respeitoso – não é, Professor, Dr. Hiran? –, como nós já estamos fazendo.

Primeiro, a proposta não combate a causa da má-formação e pune o estudante e sua família em vez da instituição responsável pela qualidade da formação. Acho que esse é um aspecto que não pode ser colocado em segundo plano. Nós estamos falando, como bem disse aqui o meu querido amigo Jurandi, de famílias que colocam toda a sua energia, todo o seu empenho, todos os seus recursos na formação de um determinado ente querido, com aspiração de formar um médico, tr um médico na família, e que se frustram nesse sentido. Então, nós não estamos combatendo a má-formação ao instituir um exame de ordem. Na verdade, estamos gerando um grave problema social.

Em segundo lugar, nós vamos criar um contingente de profissionais sem função social específica. Não há função para um bacharel de Medicina, e isso é um problema, em particular, para todas as entidades médicas, para o Estado brasileiro e para a sociedade. Não há comparação entre o exame de ordem da OAB com um exame de ordem para Medicina. E insisto: nós estamos falando em milhares de pessoas com nível de formação de uma universidade que exige seis anos, dedicação integral, sem poder, concomitantemente, exercer outra profissão, que sairão sem profissão, sem a capacidade de exercício profissional, à mercê, como bem disse aqui o Sandro, da exploração do exercício ilegal e de uma pressão social imensa sobre as próprias entidades.

O terceiro aspecto que eu quero levantar: a graduação será fortemente prejudicada pelo foco na aprovação de um exame. E falo como professor, isso distorce a formação. Os nossos alunos, em vez de experimentar os cenários de prática, se dedicarão exatamente a se preparar para uma prova que não os formará. Afinal de contas – e este é o quarto elemento já também destacado aqui, anteriormente, pelo Sandro –, a aprovação numa prova teórica não é, nunca e jamais será a garantia de que nós teremos profissionais bem formados.

E todos nós que somos mais experientes, mais vividos na prática médica, sabemos que nem sempre um mau médico é apenas malformado. Ele pode até ter uma boa formação e ter problemas de outra natureza, e nós sabemos disso, nós sabemos muito bem deste desafio!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, é fundamental... Na perspectiva de formar um médico, uma médica, nas perspectivas das Diretrizes Curriculares Nacionais, com uma capacidade de atenção integral, fazer um diagnóstico, fazer um tratamento, fazer um prognóstico com o paciente, saber acompanhá-lo, mas acima de tudo respeitá-lo e tratá-lo de forma humanizada, é preciso muito mais do que uma prova; é preciso um processo de formação pedagógico muito qualificado.

Um quinto aspecto que eu quero destacar – que não é menor e não é para alunos de escola de baixa qualidade – é a elitização da Medicina em particular com o pagamento de cursinhos preparatórios cada vez mais caros. Conversem com qualquer professor das melhores escolas do Brasil – e eu me refiro à minha escola, a Escola Paulista de Medicina, mas também aos alunos da USP, da Unicamp, da UFRJ, da Uerj, de várias outras escolas –, e vários abandonam o acompanhamento do internato para fazer os chamados cursos preparatórios para vaga de residência. É um crime isso, porque o internato é o período mais importante na formação prática de um determinado aluno de graduação.

Quero chamar atenção para mais um aspecto. Esse debate permite que a gente traga à luz um fenômeno essencial: nós precisamos pactuar uma política para ampliação da residência médica, essa, sim, o padrão ouro de formação e que nos permitia comparações internacionais que são feitas de maneira desajuizada. Não há comparação, na formação nos sistemas de saúde, entre aqueles que utilizam uma prova ao fim da residência e aqueles que o fazem no final da graduação. Vejam, nós temos que retomar o compromisso previsto na lei do Mais Médicos de que, para toda vaga nova de Medicina, haja uma correspondência, uma vaga de residência médica – melhorar os cenários de prática, melhorar a formação dos preceptores, garantir a ampliação da formação de especialistas para melhorar a qualidade da formação. Este é um tema essencial sobre o qual esta Comissão, o Senado brasileiro precisa se debruçar, porque ele é essencial.

E aí eu quero, Senadora Teresa, entrar numa questão fundamental. Diante deste cenário de expansão metastática, desordenada, judicializada, com vagas abrindo onde não se precisava, sob critérios que não passaram pelo MEC, talvez propositalmente naquele período, e que não estão passando, porque, na gestão do Ministro Camilo Santana, efetivamente, os processos estão sendo absolutamente tratados, nós precisamos ter muito claro que a função de fiscalizar a formação é de responsabilidade do Ministério da Educação. E, para isso, medidas anunciadas pelo Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Camilo, que estão em vigor, são fundamentais e são medidas para agora, não para daqui a seis anos.

Eu me refiro ao Enamed anual para o sexto ano, com prova marcada no dia 19 de outubro, com resultados para serem divulgados em dezembro, que já garantiu a adesão de 39.839 formandos, e vai valer essa nota individual para o Enare, o maior exame de residência médica, com mais de 235 instituições, em que esses meninos e meninas estarão disputando mais de 7 mil vagas de residência.

A partir de 2026, o nosso Ministro Camilo já anunciou, que o Enamed passa também a ser feito no 4º ano. E detalhe: para garantir a adesão e uma boa participação dos meninos, vai valer 20% da nota do Enare...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ARTHUR CHIORO** – Peço só um pouquinho mais para poder concluir o meu raciocínio.

Vai valer 20% da nota do Enare quando ele chegar no 6º ano e for se candidatar à residência médica.

Mas mais do que isso, o que é importante? As notas serão amplamente divulgadas de forma transparente pelo Inep. A nota 3 no concurso que a instituição tiver, como média dos seus alunos, é esperada como suficiente para a faculdade formando bons médicos; as notas 4 e 5, colegas, vão reconhecer as faculdades de excelência; e as notas 1 e 2 indicarão medidas drásticas que serão tomadas pelo Ministério da Educação já a partir do próximo ano. Notas 1 e 2: suspensão do Fies, suspensão do Prouni, entrada em regime de supervisão da instituição de ensino superior. Nota 1: proibição já imediata de entrada de novos vestibulandos, de novos alunos de graduação. Nota 2: diminuição pela metade do número de ingressos e, ao longo de um ano, se aquela instituição não se mobilizar e não apresentar melhoria, cancelamento do registro do curso de Medicina. Vai fechar curso de Medicina, sim, que não tiver qualidade, fazendo aquilo que outros Governos não tiveram coragem de fazer, cujo MEC não teve o coragem de fazer. É com isto que nós estamos nos comprometendo, inclusive com as entidades médicas, com a sociedade brasileira: cumprir o papel de regulação do ensino superior, que é de responsabilidade do MEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais: todas as escolas – só mais um minutinho, eu já vou concluir, Senadora –, no ano que vem, todas, mesmo as que tirarem 4 e 5, passarão por uma visita técnica para que nós tenhamos uma linha de base, todas, sem exceção. Ou seja, medidas duras, inovadoras, potencializadas por este debate que nós estamos fazendo e que vão entrar em vigor, como eu disse, a partir de agora e não só daqui a seis anos.

Eu termino, de verdade, dizendo o seguinte: algumas lideranças médicas têm trazido um tema que é importante. Perfeito. O MEC, então, a partir de agora, estabeleceu um controle rigoroso do funil de entrada e vai acompanhar o processo de avaliação de desempenho das instituições ao longo da formação. E a responsabilização individual daquele formando, daquele aluno durante a sua formação? Várias instituições privadas dizem assim: "Nós vamos ser penalizados se os jovens resolverem nos boicotar". Ora, além de valer para o Enare, valer para a residência médica, que é o sonho de praticamente todos os médicos e médicas, nós podemos avançar e já estamos discutindo e queremos discutir com vocês sobre isso, porque nós podemos aperfeiçoar os mecanismos que impliquem responsabilização. Por exemplo, constar a nota da instituição e do próprio aluno do Enamed no histórico escolar. Nós podemos ter medidas objetivas que nós podemos construir juntos, que possam aperfeiçoar esse processo.

Eu finalizo mesmo dizendo o seguinte: para este tema tão complexo que nós estamos vivendo, não cabem respostas simplistas. Nós vamos ter que nos debruçar, nós vamos ter que respeitosamente enfrentar este debate e construir junto. Nós temos uma oportunidade ímpar de aperfeiçoar a formação médica, e esse é o compromisso do Governo do Presidente Lula, do Ministro Camilo Santana e de toda a equipe do Ministério da Educação.

Obrigado e desculpe por ter passado um pouquinho do meu tempo. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também, Dr. Arthur Chioro.

Nós já temos três Parlamentares inscritos, mas eu queria fazer uma breve consideração na condição de Coordenadora desta mesa, o que muito me honra, e na condição de primeira proponente desta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois, o meu Requerimento nº 18 foi apensado com sugestões de novos convidados e convidadas.

Eu sou professora e, no dia em que este PL, projeto de lei, chegou aqui na CAS para votar, o relatório foi lido com toda a calma que a gente conhece do Senador Astronauta, e eu levantei uma questão de ordem que era a impossibilidade de tamanho relatório, de tamanha monta daquele projeto a gente votar naquele dia. Tive que usar toda a força do argumento que a vida política me legou, ajudada por alguns Senadores, o Senador Rogério, o Senador Humberto Costa, porque tinha que votar naquele dia. Felizmente, o Presidente acatou o meu pedido que não era o de retirada de pauta, não era um pedido de vista, era realizar isso que nós estamos realizando hoje, que realizamos na semana passada e que, por determinação do Presidente desta Comissão, vamos realizar mais outra rodada.

Vejam que riqueza de debates nós presenciamos nesta tarde, na tarde da terça-feira passada, com várias visões. Até direito trabalhista veio à tona nesta mesa; a perspectiva do olhar dos estudantes veio a esta mesa; gestores municipais, gestores estaduais, professores, médicos, conselhos... Nós poderíamos ter votado naquele dia sem ter essa riqueza toda, e é isso que é bom no Parlamento. Por isto, o nome é Parlamento: porque a gente fala, a gente ouve, a gente constrói.

Pelo que eu ouvi aqui e soube na semana passada, em que não pude participar porque estava presidindo no mesmo horário uma audiência pública na Comissão de Educação, há caminhos, há caminhos para consensos. Quando a gente está diante de um problema que é reconhecido por todos e a busca de solução nos divide, a gente precisa partir para o que – e eu também fui sindicalista, viu, doutor? – a gente chama, numa negociação, a política do ganha-ganha. Deixar de lado a quebra de braço, deixar de lado o fla-flu e buscar alternativas para o ganha-ganha: o que está na mesa, o que está construído, a responsabilidade institucional do Governo, as prerrogativas dos conselhos, a vida dos médicos e, em última instância, a nossa vida, a vida do povo.

Então, muito obrigada a todos aqui que estiveram presentes hoje pelas ricas contribuições.

Acho que a gente vai votar, o projeto está em tramitação. Evidentemente que a gente vai votar. Como a gente vai votar? As audiências públicas que instruem o projeto – assim elas são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chamadas – vão, certamente, contribuir com o nosso discernimento e com a nossa democrática posição.

Muito obrigada a todos que compareceram e a todas também, porque nós temos a nossa Dra. Cristina *online*.

Vou passar a palavra para os Senadores que já se inscreveram.

O primeiro inscrito é o Senador Rogério Carvalho; em seguida, o Senador Dr. Hiran.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discursar.) – Sra. Presidente, Senadora Teresa Leitão, quero cumprimentar todos que participaram desta audiência pública – Dr. Geraldo Ferreira, Dr. Marcos Gutemberg, Dr. Jurandi Frutuoso, Arthur Chioro e os que os antecederam. Cumprimento o Senador Dr. Hiran e todos os Deputados e Deputadas aqui presentes.

Eu quero começar concordando com o Dr. Marcos Gutemberg Fialho e dizer que a gente precisa ser mais explícito e duro com relação às medidas restritivas, para não dar sinal trocado em relação às fábricas que se tornaram as faculdades de Medicina no Brasil. Fábricas e ladrões de sonhos, porque eles viraram ladrões de sonhos. Eles vendem o que não podem entregar.

Portanto, é preciso que a gente devolva a dignidade às famílias e aos estudantes, certo? Para isso, a gente precisa ser duro nessa questão e ser bem direto. Não podemos ter meio termo. Não, tem que interromper a entrada e garantir que aquela instituição possa ser penalizada para além daquilo que é a formação do médico, se não entregar aqueles médicos até o final, porque teve o curso interrompido. Essa é a primeira questão.

A segunda, que eu propus em 2013, quando da aprovação do Mais Médicos, era colocar um teto máximo de médicos formados no Brasil de no máximo cinco por mil habitantes – no máximo, mas poderia ser menos. Eu pedi que botasse, porque todos sabem que todo país que tem sistema público universal precisa ter controle universal e gratuito, e que tem, ainda por cima, a integralidade como princípio, porque a integralidade enseja um custo que não tem quem controle se não tiver um número controlado de profissionais ordenadores de procedimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, a gente tem que ter um teto do número de médicos que podem estar no mercado controlado por todas as instituições.

Então, eu acho que estou trazendo aqui mais um elemento. Acho que a gente precisa ousar de novo, não fazer de conta que o mercado vai regular; o mercado não regula isso. Quem tem que regular isso é o Estado. E eu estou aqui colocando o Conselho Federal de Medicina na condição de Estado, porque ele é uma autarquia especial, não pode se furtar à condição de Estado e não pode se apartar na hora de construir uma solução que é de interesse público e não de interesse de uma única corporação – mas de interesse público. A gente precisa olhar com o interesse público. Eu tenho certeza de que o Dr. Hiran, que é Presidente do Conselho, e quem ele representa têm essa perspectiva, porque, nas conversas que eu tive com ele, isso ficou muito claro.

Quero dizer que este não é um debate em que a gente deva colocar este contra aquele, porque isso é um desserviço que, no passado, gerou esse absurdo do número de escolas que a gente tem hoje, porque foi aquele movimento contra o Mais Médicos e contra a lei que foi aprovada que gerou a desregulação da criação de novos cursos, que gerou o fim da residência, que seria obrigatória para todos que estavam lá, certo? Ou seja, uma série de benefícios de controle... O teste de progresso, que estava previsto já na lei de 2013. O fla-flu destruiu tudo aquilo que seriam os mecanismos de controle, porque tinha um fla-flu, como foi dito aqui. Está certo?

Acho que a gente não pode negar a necessidade de uma prova ou de um exame de proficiência. Nós não podemos negar isso. Como tudo isso se integra para garantir que a gente vai ter profissionais de qualidade, com formação adequada, sem colocar o ônus inteiro nas famílias, como disse o Dr. Jurandi Frutuoso aqui, e nos próprios estudantes? É muito simples: eu libero, formam quantos querem, e a responsabilidade é da família. A família não tem elementos, tem sonho – tem sonho – de ter um filho médico, de ter uma filha médica, e não... "Aí, deixa, você faz o que você quiser. Não, depois você se vira". Não, não é assim. É a vida das pessoas que está ali.

Um curso de Medicina custa mais de 1,2 milhão, 1,5 milhão. Quem tem 1,5 milhão? Tem não. "Problema seu!". Não. Isso é um problema de um país pobre, país rico de população pobre, um país que tem muita concentração de riqueza. Essas famílias de classe média se esforçam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demais para forma um filho, uma filha médica. Nós não podemos não ter responsabilidade com isso. E a gente não pode deixar que esses conglomerados que compraram várias universidades continuem explorando a boa-fé das pessoas, livremente!

Portanto, eu acho que a gente tem – viu, Dr. Marcos Gutemberg?... O senhor tem razão. Tem que ser mais claro, Arthur. Tem que dizer: "Tem que fechar". Não tem que ter receio com isso.

E é preciso que a gente acabe com o Fla-Flu e que todos encarem esse debate. Todos! Não só o Governo. O Governo, o CFM, a Fenam (Federação Nacional dos Médicos), a Associação Médica Brasileira, a Abem... Quem tem compromisso tem que encarar o problema com a gravidade e com a profundidade que ele tem.

Portanto, eu fico muito tranquilo de dizer que eu defendo, sim, que tenha uma prova de proficiência, mas eu defendo todas as medidas que o MEC e o Ministério da Saúde estão encaminhando e defendo que isso se integre, que isso se encontre e que a gente monte um sistema que seja responsabilidade de todos, para a gente botar a mão, de fato, do Estado brasileiro, porque o CFM é Estado brasileiro. Negar isso é se colocar fora da sua responsabilidade com o interesse público.

E eu tenho certeza... (*Palmas.*)

... de que o CFM não está contra isso, porque é Estado brasileiro, porque é autarquia especial.

Eu sou funcionário do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. Eu fui o quinto médico fiscal concursado. Então, sei muito bem o que é uma autarquia especial. Sou professor universitário. Então, eu sei muito bem... Participei e estou, desde 1986, acompanhando a educação médica. Fui pesquisador da maior pesquisa de educação médica da América Latina. Conheço bem esse meandro. Fui da Comissão Nacional de Residência Médica; fui da Comissão Mista de Especialistas do MEC, que unificou as especialidades médicas brasileiras numa lista única, que criou o conceito de área de atuação, especialidade mãe, especialidade que organizou o sistema de especialidades médicas no Brasil e deu uniformidade à titulação. Então, é uma área que eu conheço, mas nem por isso me desobriga a entender que o fla-flu atrapalha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não quero fazer prevalecer a minha opinião. Eu quero que o objeto, que é a gente ter profissionais de qualidade e responsabilidade social sobre essas famílias, esses médicos, e que essas escolas tenham responsabilidade com o que estão formando.

Tudo isso junto é o que a gente precisa para ter uma equação com a responsabilidade toda.

Só para concluir, Senadora, no Mais Médicos, o fato de uma parte ficar desresponsabilizada gerou o que a gente está vivendo hoje. Nós não podemos, no futuro, ter uma parte desresponsabilizada agora com um sistema, e, lá na frente, essas coisas desmoronarem de novo, porque isso é um processo que deve perdurar por décadas, para que a gente consiga ter o resultado que a gente almeja.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Rogério.

Pelas regras de audiência pública, quando a gente passa a palavra para os colegas Parlamentares, a gente não limita o tempo – eles têm o tempo que desejarem para falar –, mas eu quero pedir aos colegas, encarecidamente, que se organizem entre cinco e oito minutos.

Nós temos quatro Parlamentares inscritos: depois do Dr. Hiran, inscreveram-se o Deputado Fernando Máximo e a Deputada Ana Pimentel. A Deputada pergunta se pode inverter a ordem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Está certo, está bom. É o caso dela também, mas aí a gente vai se organizando.

Então, passo a palavra agora para o Dr. Hiran; depois, para o Deputado Fernando Máximo.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discursar.) – Bom, Presidente, Senadora Teresa Leitão, todos os expositores que fizeram suas falas aqui, aliás, falas pertinentes, defendendo suas posições com muita clareza; meus queridos colegas, Deputados, Senadores; Senador Rogério Carvalho, que acabou de sair, mas com quem tenho profunda amizade e respeito, eu fiquei muito feliz aqui. Eu estava pensando como o nosso projeto da proficiência uniu todo mundo e está virando não mais um fla-flu, mas todo mundo torcendo pelo Botafogo. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Que maravilha! Que beleza!

Olhem só, ninguém é contra um exame de proficiência. Eu já fui contra. O Prof. Chioro falou que ele é professor, e eu também sou professor universitário da Universidade Federal do meu estado, concursado. Sou médico legista federal aposentado. Sou médico do Ministério da Saúde concursado também no ex-Inamps – a maioria não era nem nascida aqui quando eu fiz o último concurso de 1982 – e sou médico ativo: continuo trabalhando e fazendo oftalmologia, sou especialista em oftalmologia.

Eu já fui Presidente do conselho duas vezes no meu estado, minha querida Senadora, e, àquela época, quando o Cremesp começou a construir uma avaliação de egressos que era voluntária, eu era contra – eu era contra, Geraldo –, porque eu tinha o sonho de que o Ministério da Educação, que sempre falou em fechar escolas de má qualidade, que formam profissionais de má qualidade, colocando a situação do povo brasileiro em absoluta vulnerabilidade, em perigo. Mas, ao longo do tempo eu vi que isso nunca se configurou. A gente ficou nessa esperança, e, como o Ministro Chioro falou aqui, nós vimos, durante os dez anos, de 2013, a 2023, na moratória, o Poder Executivo, o poder econômico do Brasil prevalecer e se abrirem escolas médicas neste país sem nenhum critério através de liminares concedidas pelo Supremo Tribunal Federal. E aí eu vi que não tínhamos saída. Nós precisávamos dar uma resposta à sociedade, pois quase 100% da sociedade é a favor de uma avaliação de egressos. É a sociedade que diz, não somos nós aqui. Quase 100% do povo brasileiro é a favor de uma prova de proficiência.

Agora, eu, como Relator da matéria na CAS, acho, Senadora Teresa, que aqui é a Casa realmente da argumentação e do convencimento. A argumentação prevaleceu, nós fizemos as audiências públicas, que estão sendo muito profícuas – parabéns! –, e certamente elas vão ornamentar o nosso relatório.

Será um relatório que vamos aprovar aqui sem grandes problemas, até porque nós já sentamos com o Senador Rogério Carvalho no Conselho Federal de Medicina e aqui fizemos um debate com o Ministério da Saúde, com o Ministério da Educação, falando da importância do tema. Agora mesmo, ele foi muito claro.

Isso não elimina tudo que o Ministério da Educação está fazendo para melhorar a formação dos nossos futuros médicos, mas nós precisamos realmente sinalizar para a sociedade que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

determinada escola médica não está aprovando alunos que fizeram Medicina lá. E sabe o que vai acontecer, querido Gutemberg? Os pais não vão querer pagar R$10 mil, R$12 mil, R$15 mil naquela faculdade que não está aprovando os seus filhos. Vai ser uma seleção natural – vai ser uma seleção natural! Eu acho que certamente, depois de dez, quinze, vinte anos desse modelo, a gente vai ver escolas médicas se exaurirem neste país.

E, quando o Prof. Chioro fala que residência médica é nosso padrão ouro na especialidade, é o padrão ouro, mas o senhor sabe o que está acontecendo? Mesmo na USP, na Unifesp, nós estamos vendo uma fuga do residente, o médico não quer mais fazer residência. Sabem por quê? Porque, com todo o respeito, esse modelo do Mais Médicos, que dá um salvo-conduto para um médico que a gente não sabe de onde veio, onde se formou, se foi numa faculdade financiada pelo PCC lá no Paraguai ou sei lá onde... Ele vem para o Brasil, querido Jurandi, que conhece este país, e vai trabalhar lá em Coari, lá em Benjamin Constant, lá em Caracaraí, nos rincões da Amazônia, sendo teleorientado remotamente, e ele tem um salvo-conduto para praticar os maiores absurdos por quatro anos! É algo que fere aquilo por que nós lutamos muito aqui no Congresso Nacional e que aprovamos por dois votos que foi o nosso Revalida, que também foi aprovado para que a gente pudesse proteger o povo brasileiro de atos médicos de pessoas que não foram avaliadas adequadamente para praticar medicina neste país. E eles ficam quatro anos fora. E, além de ficar quatro anos fora, Ministro Chioro, eles competem com residência médica, porque a residência paga míseros R$4 mil, e o médico do Mais Médicos ganha de R$12 mil a R$15 mil, dependendo da atuação dele em determinadas localidades do nosso país. Isso é uma coisa que a gente precisa discutir. Nós temos 75 mil vagas de residência. E vocês sabiam, senhoras e senhores, que 25 mil não são ocupadas?! Nós temos que discutir isso! O senhor sabe que isso é verdade.

Este projeto é fundamental, é uma vitória do movimento médico, porque, Senadora, quando nós capitaneamos isso aqui, eu ouvi com muito cuidado... Sou Presidente da Frente Parlamentar da Medicina quase desde que cheguei ao Congresso Nacional, há quase 12 anos. Eu ouvi sociedade... Na minha clínica, minha querida Presidente, que eu respeito muito, nós operamos mais de 500 pessoas pelo SUS. Não é conversa. Quando dizem "ah, o médico tem que ir para o interior", eu estou há 40 anos no interior! Eu fui para Roraima quando tinha 80 mil pessoas morando naquele estado, era território ainda. Então, eu sei das necessidades, eu sei da realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é por isso que eu defendo com tanta tenacidade, com tanta energia que a gente faça uma prova de proficiência.

Eu também, querido Jurandi, tenho uma médica, um genro médico, dois se formando aqui em Brasília, e o Hiranzinho, depois de engenheiro, também resolveu fazer Medicina, está fazendo Medicina. Então, eu acredito que nós aqui, hoje, nós estamos... Acabou, não existe fla-flu. Aqui todo mundo que nos assiste está vendo a importância e está vendo as manifestações, que são absolutamente a favor de todo esse processo que nós estamos discutindo aqui – claro, sem inviabilizar, sem desvalorizar aquilo que o Ministério da Educação está fazendo.

Eu quero aqui, até à guisa de... Eu sou Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado da República e eu queria dar ciência aqui de que eu acho que, na fala do Presidente da Abem, ele deveria ter colocado que ele tem conflito de interesse em discutir esse tema, com todo o respeito que lhe tenho, porque o senhor recebe recursos do Ministério da Saúde, recursos importantes, vultosos, de 197 milhões, para fazer um projeto chamado "Formação Médica para o Brasil: onde estamos e para onde vamos? Um olhar comprometido com a responsabilidade social no século XXI". Isso está no Siafi. Então, eu acho que isso tem que ser colocado aqui, a título de transparência só, com todo o respeito que lhe tenho. Eu acho que o seu posicionamento aqui se contamina através dessa relação que o senhor tem, mas o respeito também, com muita energia.

E eu quero aqui pedir a todos que a gente continue este debate. Temos mais uma semana para debater essa matéria e, depois disso, Senadora Teresa, que a gente construa um texto pelo qual a proficiência seja feita com a participação do MEC, do Ministério da Saúde e com a coordenação do Conselho Federal de Medicina, que é uma autarquia federal especial que tem como finalidade precípua fiscalizar o exercício da medicina, através de uma lei que tem 68 anos. Nós vamos alterar essa lei com a participação de todos.

Muito obrigado e parabéns a todos que participaram. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada também, muito obrigada.

Passo a palavra agora ao Deputado Fernando Máximo e depois à Deputada Ana Pimentel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. DR. FERNANDO MÁXIMO** (Bloco/UNIÃO - RO. Para expor.) – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Senadora Teresa Leitão, o Senador Dr. Hiran Gonçalves, que está aqui. Cumprimento também Dr. Hiran Gallo – me orgulha muito o senhor ser rondoniense, assim como eu, e estar à frente do Conselho Federal de Medicina, fazendo uma gestão tão profícua –, e aproveito e cumprimento a todos do Conselho Federal de Medicina aqui presentes.

Cumprimento a todos os representantes das demais instituições aqui, na pessoa do Dr. Jurandi Frutuoso, meu amigo lá do Conass.

Senhoras e senhores, nós não precisamos, Gutemberg, inventar a roda. Nós temos que copiar aquilo que deu certo em outros lugares, em outros países. Quando a gente olha Austrália, Inglaterra, Alemanha, França, Itália, Canadá, Estados Unidos, Japão, Nova Zelândia, China, tem exame de proficiência. Se o cidadão que fez a faculdade de Medicina não passa na prova, ele não vai atuar como médico, não vai poder clinicar pacientes, é proibido. Para que isso? Para preservar os cidadãos.

Nós devemos pensar, sim, no cara que se formou, na família que gastou o dinheiro, mas primeiramente nós temos que pensar na saúde de quem vai ser atendido por aquele médico sem qualidade, sem boa formação.

Quantas dezenas ou centenas de pessoas aquele médico vai matar, vai aleijar, vai deixar sequelado? É nisso que nós temos que pensar primeiramente.

E quem é que aplica a prova na maioria desses países? O Conselho Federal de Medicina, uma autarquia que é responsável por fiscalizar os atos médicos? É isso mesmo.

Quando se faz uma prova, não é para punir ninguém. Vou punir o médico recém-formado, punir a família? Não. Eu vou apenas fazer com que os médicos sejam mais bem formados. O próprio aluno vai querer estudar mais, vai querer se dedicar mais. A faculdade, como disse muito bem o Dr. Hiran, daqui a pouco... Na faculdade que não aprova ninguém, qual pai vai querer colocar o filho, naquela faculdade? Qual aluno vai querer estudar numa faculdade da qual a maioria dos alunos saem, e não conseguem passar numa prova para serem médicos? Nós temos que pensar nisso sim, e, repito, não precisamos inventar a roda, precisamos copiar o que deu certo em outros países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos nós aqui dentro dessa sala sabemos que a formação médica no Brasil, infelizmente, está sendo muito ruim nos últimos anos, estão saindo muitos médicos despreparados, que têm causado sérios danos à saúde pública. É só fazer uma pesquisa na rua e você vai ver, primeiro, o número de processos médicos, o quanto tem aumentado o número de processos médicos no Conselho Federal de Medicina e quantas pessoas têm passado por problemas de atendimento por maus médicos. Façam uma pesquisa na rua que vocês vão perceber. O Conselho Federal de Medicina tem esses dados. Aumentou estrondosamente o número de processos médicos nos últimos 10, 15 anos. Na rua, todo mundo tem um parente sequelado, um parente que morreu, tem uma história para contar, um caso real de atendimento por um mau médico. Nós não podemos aceitar isso. É nossa função, é nossa obrigação, aqui neste Parlamento, lutar, Senadora Teresa, para que nós tenhamos uma melhor formação.

Eu parabenizo o MEC, parabenizo-o por todas as ações que eles estão fazendo para haver uma melhor formação médica. Concordo. Mas, além de tudo isso, nós temos que ter a proficiência como a de todos estes países que eu citei: França, Inglaterra, Itália, Alemanha, Japão, Estados Unidos, China, Canadá e até o México, vizinho aqui da América do Norte, país também de terceiro mundo.

Nós precisamos, imediatamente, o mais breve possível, Dr. Luiz Ovando, que está aqui, que é uma autarquia da medicina, uma referência da medicina para nós na Câmara dos Deputados, implementar esse exame de proficiência.

E, sim: "Ah, vai ficar triste, coitadinho, fez seis anos de faculdade!" Se fez mal feito e não tem condição de atender como médico, nós não podemos punir a nossa população, especialmente os menos favorecidos (*Palmas.*), especialmente os menos favorecidos, porque quem tem condição de pagar um bom plano de saúde, condição de pagar uma consulta, uma cirurgia, vai procurar os melhores médicos nos melhores hospitais. Esses, com certeza, tiveram uma boa formação. Agora, o pobre, que depende única e exclusivamente do SUS, é quem vai sofrer mais, porque vai ter que ser atendido por médicos que não passaram por exame de proficiência, que não têm capacidade técnica para atendê-los, que podem matá-los ou sequelá-los.

Gente, pelo amor de Deus, vamos pensar na nossa população, especialmente na população mais pobre, que depende, única e exclusivamente, do SUS para sobreviver, para ter saúde. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos de que essa saúde seja de qualidade, e só se vai fazer isso com médicos bem formados, com as demais medidas que o MEC está tomando, sim, mas também com o exame de proficiência médica, como acontece, repito, na Europa, nos Estados Unidos, no Canadá, no Japão, na China, na Austrália, na Nova Zelândia e em vários outros países.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Deputado.

Peço desculpas por não ter anunciado antes, mas o faço agora, a presença do Deputado Luiz Ovando.

Passo a palavra para a Deputada Ana Pimentel e pergunto se algum outro Deputado quer se inscrever para gente encerrar essa parte.

**O SR. DR. FREDERICO** (Bloco/PRD - MG. *Fora do microfone.*) – Deputado Dr. Frederico, se puder fazer...

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Deputado Dr. Frederico.

**A SRA. ANA PIMENTEL** (Bloco/PT - MG. Para expor.) – Boa tarde.

Quero começar cumprimentando a Senadora Teresa Leitão por mobilizar este debate tão importante, por dar a importância que ele tem de fato para que nós consigamos ouvir todos os posicionamentos. Quero cumprimentar todos os membros da mesa e vou fazê-lo nomeando o Jurandi, que fez uma fala tão importante e propositiva, também colocando de maneira tão qualificada o tema, e a nossa querida referência Arthur Chioro, que está conduzindo a Ebserh de maneira tão importante para o nosso país.

Eu quero começar colocando assim cada... Primeiro, eu queria partir do ponto que todo mundo apresentou aqui, que nós partimos de um consenso de que todo mundo quer uma boa formação médica para o nosso país, para o fortalecimento do Sistema Único de Saúde. Nós não temos nenhuma divergência com relação a isso. Esse é o nosso ponto de consenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu tenho, desde que cheguei à Câmara Federal... Eu estou no meu primeiro mandato, venho de uma trajetória que é bem diferente da dos meus colegas com quem eu partilho esse espaço, Senadora Teresa Leitão, porque, diferentemente de muitos deles que vieram de famílias tradicionais e que, então, podem retratar toda essa trajetória, eu vim de uma família diferente, sou a primeira médica formada na minha família. Eu tive a oportunidade e, por uma escolha, fiz mestrado, doutorado. Eu sou sanitarista, tenho mestrado e doutorado em saúde pública e escolhi ser professora de uma universidade da interiorização, que foi fruto do processo Reuni e Mais Médicos no nosso país. Então, a realidade que eu conheço é bastante diferente da realidade que é apresentada aqui.

Tem pressupostos que são colocados como dados que ainda não foram submetidos à avaliação para que a gente possa afirmá-los. Nós não podemos afirmar, baseados em dados, que a formação verdadeiramente piorou, até porque nós temos um ponto que é pacífico: de fato, teve uma proliferação de cursos de Medicina, a que nós fomos contrários, passamos os últimos anos todos falando contrariamente a essa expansão. Mas é uma expansão recente e todo mundo sabe que, para fazer pesquisa e avaliar, nós precisamos de tempo. Então, nós não podemos passar... Nós podemos ter hipóteses, e essas hipóteses precisam ser confirmadas. Elas precisam ser confirmadas.

E aí tem uma pergunta que nós precisamos fazer, que é: o que é um médico bem formado? Eu tenho colocado essa pergunta em todos os debates, Arthur. Porque o que é um médico bem formado? Eu, professora de um curso do interior, mas que tem pesquisa, tem mestrado, tem doutorado... Nós fizemos isso tudo, fizemos... Tem tudo lá com evidências científicas, fazemos tudo com muita pesquisa. Nós recebemos vários relatos de violência obstétrica de universidades, inclusive, tradicionais. Nós recebemos vários relatos de práticas que são práticas equivocadas eticamente, mas também são práticas equivocadas tecnicamente, porque, afinal de contas, também não tem diferenciação entre técnica e ética, e que são de cursos bem formados de universidades tradicionais, de médicos que estão no mercado e que teriam passado em qualquer exame de proficiência em medicina.

Então, nós precisamos debater o que é uma boa formação médica. Nós que somos da saúde e da educação precisamos colocar este debate: o exame de proficiência quer avaliar qual médico?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é o médico que será importante para construir o Sistema Único de Saúde? Porque isso precisa ser colocado, nós precisamos fazer este debate.

Não é verdade – não é verdade – que nós estamos formando... que as gerações anteriores foram mais bem formadas que as gerações atuais. Não é verdade, até que a gente tenha evidências e de fato nós consigamos compará-las e que a gente coloque também a ética médica, a ética e o cuidado e a humanização com centralidade. Esse não é um debate só... É importante. Eu jamais vou fazer uma fala de que a técnica não é importante, porque eu sou defensora da técnica e das evidências científicas, inclusive, porque um colega aqui... Com muito respeito ao debate, com muito respeito a esta Casa, por isso nós temos que colocar o debate, porque com respeito, inclusive às diferenças... Isso aqui não é fla-flu, mas nós temos pontos de vista diferentes. Então, eles precisam ser abordados.

Nós não podemos, por exemplo, dizer que uma entidade como a Abem tem conflito de interesses, porque é uma entidade que tem trajetória, relevância, que apresenta pesquisas consistentes, que faz exames, inclusive, nos cursos de Medicina consistentes, e não colocar como conflito de interesses entidades que bateram palma para medidas que foram anticientíficas durante a pandemia e que custaram vidas do povo brasileiro. Essas entidades deveriam se considerar com conflito de interesses. (*Palmas.*)

Entidades que bateram palma para a Dra. Cloroquina, que defendia a cloroquina, como quando vítimas ficaram sem oxigênio na Amazônia.

Então, isso precisa ser colocado, isso precisa ser colocado para gente de fato dizer qual é o...

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Por favor, vamos respeitar a fala de quem está falando. Foi assim até agora, independentemente do que tenha sido dito.

**A SRA. ANA PIMENTEL** (Bloco/PT - MG) – É, eu ouvi, com todo o respeito, eu ouvi toda sorte de questões aqui que são equivocadas, para dizer o mínimo, para ser respeitosa com os meus colegas, e não fiz esse tipo de barulho, porque eu respeito o debate, eu respeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que eu quero dizer, o que eu quero colocar, para concluir, é que nós precisamos fazer um debate sério, sim, do que é uma formação. E aí eu tenho muito acordo com os meus colegas para concluir, Senadora, que nós precisamos fazer uma boa avaliação. E eu entendo que eles tenham uma percepção de que o Estado brasileiro não fez nada até agora, porque durante os Governos Temer e Bolsonaro, em que aconteceu a moratória e em que houve a maior expansão, de fato o Estado brasileiro não fez nada, assistiu pacificamente.

Mas, agora, o Estado brasileiro, através do Governo Federal – e cumprimento o MEC e o Ministério da Saúde –, propuseram uma avaliação consistente, que é a avaliação individual e institucional com punição para as instituições. Nós temos um caminho institucional proposto que é coerente para dar as respostas necessárias neste momento, para avaliar de maneira consistente o que aconteceu nos últimos anos, e daí nós seguimos o debate.

Então, acho que o exame de proficiência não atende e, de outra maneira, a proposta que o Governo Federal apresentou neste momento é o caminho mais consistente para a gente de fato construir uma boa formação médica no Brasil.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Deputada. (*Palmas.*)

Passo a palavra para o último Deputado inscrito, o Deputado Dr. Frederico.

**O SR. DR. FREDERICO** (Bloco/PRD - MG. Para expor.) – Muito obrigado, Presidente, Senadora Teresa Leitão.

Cumprimento os membros da mesa, parabenizo a participação de todas.

É uma honra estar aqui ao lado do nosso Presidente da Frente Parlamentar da Medicina, Senador Hiran. Parabenizo V. Exa. pelo empenho nessa causa tão importante para a saúde brasileira.

E a gente entende que temos pensamentos às vezes diferentes de outros colegas, a gente às vezes fica instado a insuflar o discurso, a inflamar o debate. E às vezes, para rede social, para vídeo, fica muito bom quando a gente faz isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E às vezes para rede social, para vídeo, fica muito bom quando a gente faz isso. E eu sei que isso acaba seduzindo colegas a fazer esses discursos insuflados e causar comoções. Só que o motivo de a gente estar aqui hoje não é esse. O motivo de a gente estar aqui hoje é realmente preservar a melhor saúde da população. E a saúde é feita com um amplo leque de profissionais em várias áreas. Só que, na grande maioria das vezes, a coordenação da saúde é feita pelo médico, que coordena a equipe multidisciplinar, e a opinião do médico, na hora de atender o indivíduo, costuma ser a mais importante e, muitas vezes, para diferenciar entre a vida e a morte, entre a sequela ou ausência de sequela, entre o melhor cuidado e o pior cuidado.

Então, acredito que números falam muito mais do que narrativas. E essa pesquisa em que 96% da população deseja, pede uma prova de proficiência para certificar o médico, que ele está qualificado a exercer a profissão de médico para cuidar de pessoas, isso é muito forte.

A gente não está falando de 70, de 60, que já seria muito forte. Estamos falando de 96. Então, eu acho que esta Casa, que o Senado, que a gente tem a honra de estar participando, agradeço a V. Exa., Presidente, permitindo que nós participemos, e o Congresso Nacional precisa ouvir a população. Acho que é um tema muito crítico em termos de número.

E, em relação à abertura de escolas, alguns colegas aqui talvez fiquem até chateados que ficam aqui: "Não, já abriu isso". A gente não consegue resolver problema olhando para trás, meus amigos. Não conseguimos resolver problema olhando para trás. O fato é que ocorreu uma abertura desregulada, atropelada, com muita coincidência na maior parte das vezes pelo Poder Judiciário, que sempre intervém no Poder Legislativo e no próprio Poder Executivo. E hoje, realmente é uma situação caótica, que a gente é a favor que se avalie melhor as escolas médicas existentes, e que, na medida do possível, faça as devidas punições e os ajustes, e a gente é totalmente favorável se a escola não tem competência para formar um bom médico, que ela seja fechada, que interrompa o seu vestibular. Isso é certo, mas a gente sabe que isso não vai resolver o problema.

E mais do que isso, Senadora, meu filho também está fazendo faculdade, e eu faço questão que meu filho seja avaliado. Até porque a nossa ideia é que eu quero que ele seja um bom médico. Se meu filho me enrolar a faculdade toda, o azar é dele. Ele que vai sofrer, vai estudar mais um ano, dois anos, três anos, até passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente quer, eu acho que em qualquer profissão, e principalmente na de médico, a gente quer médico bem formado. Então, isso fica muito óbvio, que não há – eu vou falar aqui, apesar de alguns quererem insuflar o discurso – fla-flu aqui, há 96% da população entendendo que a proficiência médica não tem nenhum tipo de malefício para a população, só benefício.

E as pessoas que forem fazer a sua faculdade, que se dediquem para passar na prova. Isso é óbvio. A gente quer realmente uma saúde de qualidade. A saúde de qualidade passa por toda a equipe multidisciplinar, inclusive eu sou Relator de um projeto de exame de proficiência para Medicina Veterinária, que foram nos buscar e nos pedir – talvez isso seja fato para todas as áreas da saúde –, porque realmente é importante esse tipo de avaliação, mas a gente também não pode deixar de colocar números e realidades aqui.

Tanto se fala no Mais Médicos, e o Mais Médicos, indiscutivelmente, foi o que abriu a porteira para abertura de cursos de Medicina sem hospitais próprios, sem referências hospitalares, sem relação leito/paciente. Isso aí é fato, a gente sabe. E, lamentavelmente, esse Mais Médicos, mesmo tendo feito esse gesto, parece que não consegue alcançar os objetivos.

Então, às vezes a saúde pública vira um dogma, como coisas que não se podem falar. Não se pode falar do SUS, não se pode falar do Mais Médicos, mas a gente usa dados.

Então, sugiro, Senador Hiran, que, algum dia, aqui na CAS ou em outra Comissão... Eu já fiz isto lá na Comissão da Saúde: a gente solicitou uma audiência pública também para discutir o relatório de auditoria do TCU, que foi produzido no dia 6 de agosto, no TCU, agora. Nesse relatório, o TCU identificou falhas na formulação e na execução do Programa Mais Médicos e, aprovado pelos auditores, concluiu que o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva não apresentou evidência suficiente para sustentar o diagnóstico de carência de médicos em áreas vulneráveis no momento da reformulação política. Então, isso é um relatório do TCU. A gente não está aqui falando de opinião pessoal, nem experiência de vida. Eu não vou colocar meu currículo aqui, até porque por enquanto eu não estou pedindo emprego, mas eu realmente entendo que a gente precisa falar de dados, dados da pesquisa do relatório do Tribunal de Contas da União, que são dados que a gente luta muito para ter.

Por fim, nesse próprio relatório, o que chama mais atenção... É uma pena, Dr. Hiran, que eu não pude preparar, eu gostaria de entregar o gráfico a todos. Nesse relatório tem um gráfico que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chama a atenção – é lógico que não vão ver, mas peço que entrem nesse relatório –: o ano em que mais aumentou médicos na atenção primária à saúde foi o ano, Senador Hiran, em que nós conseguimos aprovar, junto com o Ministro Mandetta, o Programa Médicos pelo Brasil, foi disparado o ano de 2019, que foi o ano em que a gente terminou o sistema do Mais Médicos, que foi uma questão superdiscutida aqui hoje, até sanções internacionais dos médicos cubanos, e fizemos um programa sério, com perspectiva de cargos e carreiras, com remuneração de acordo com a vulnerabilidade dos locais em que os médicos iam trabalhar, foi o ano que mais aumentou médicos em todas as regiões do Brasil.

Então, Senadora, eu agradeço á senhora e peço mais dez segundinhos para concluir.

É óbvio que aqui não é relatório, narrativa, falácia; aqui é o que o povo deseja.

E, para finalizar, quero parabenizar e cumprimentar o Conselho Federal de Medicina, porque quem mais vai perder com esse exame de proficiência é o Conselho Federal de Medicina. Ele recebe uma anuidade por médico. Então, quanto mais médico formar, mais o Conselho Federal de Medicina vai ter faturamento. Todo mundo hoje quer faturamento, e o conselho está abrindo mão, está falando "não, nós não queremos mais faturamentos; nós queremos qualidade".

Então, é uma coisa muito séria, é muito justa. A gente lida aqui com a verdade. E eu espero que o Dr. Hiran tenha toda a força para nos liderar nesse processo.

E acredito, Senadora Teresa Leitão, que o Senado, com certeza, vai cumprir o seu papel de elaborar uma lei muito adequada e aprovar o mais rápido possível a proficiência, para garantir a segurança da saúde da população brasileira.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Obrigada também, Deputado. Não tenha dúvida: foi com esse pensamento que nós suspendemos a votação para realizar esse ciclo de audiências públicas.

Antes de voltar a palavra para os nossos convidados, eu vou fazer uma rápida leitura das perguntas e comentários do e-Cidadania que chegaram. Aqueles que quiserem incluir na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

devolutiva podem fazê-lo, já adiantando que algumas das perguntas já foram previamente respondidas na exposição inicial.

George, de Goiás: "O projeto contempla [...] [a] integração de uma nova avaliação às já existentes, como Enade, avaliações do MEC [...]?".

Bárbara, do Distrito Federal: "Quais os custos para os estudantes? Há medidas para que o exame não se torne uma barreira financeira para alunos de baixa renda?".

Sara, da Bahia: "O Exame de Proficiência avaliará apenas o conhecimento teórico ou também as competências práticas do futuro médico?".

Richard, do Paraná: "Se o estudante não atingir a nota mínima e a sua escola médica não atingir uma média mínima exigida, poderão sofrer sanções e não ter o CRM?".

Rodrigo, da Bahia: "Como a avaliação pontual do exame se integrará à educação continuada e à revalidação periódica para assegurar reputação médica constante?".

Amanda, do Acre: "Como seriam avaliados os profissionais médicos formados no Brasil? Seriam de forma teórica e prática?".

Anísio, do Ceará: "Qual será o impacto do Exame Nacional de Proficiência na formação médica dos estudantes?".

Bárbara, do Distrito Federal: "Como o Exame de Proficiência garantirá que médicos recém-formados tenham raciocínio clínico e diagnóstico aprimorados?".

Micael, de Pernambuco: "Como garantir que o PL resulte em medidas efetivas de fiscalização das instituições e promoção da qualidade do ensino médico?".

São comentários agora.

Andressa, do Piauí: "A queda da qualidade médica exige resposta imediata. Apoio o exame que deve ser sério, rigoroso e condizente com a realidade médica".

Sérgio, de Minas Gerais: "A população agradece quando é atendida por profissionais de verdade. Passar no Enem, qualquer um passa! Excelente iniciativa!".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bárbara, do Distrito Federal: "O exame de suficiência [deve ser proficiência] é fundamental. Se advogados e contadores têm, por que não médicos, [...] [cuja prática envolve vida e saúde, também devem ter]".

O exame de proficiência é necessário, mas também é essencial avaliar a abertura desenfreada de novas faculdades de Medicina.

Ana, de São Paulo: "O impacto será positivo pois existem médicos que não sabem nem fazer um diagnóstico pelo RX [...]".

Victor, do Rio de Janeiro: "Trabalhar alguns anos no interior do país deveria ser pré-requisito no exame de proficiência para aqueles que querem ingressar na carreira".

Antônio, do Rio de Janeiro: "Penso que mais eficaz do que o exame será exigir que as faculdades criadas tenham obrigatoriamente que construir um hospital universitário".

Bom, acredito que todas as perguntas e comentários tenham sido dentro do contexto aqui apresentado pelos nossos convidados.

Vou devolver a palavra, agora por um tempo menor, para todos aqueles que quiserem fazer uso. Vou perguntando...

Pronto, quatro aqui. Três na primeira bancada e Cristina Sette, que continua *online*.

Então, cinco minutos são suficientes para os comentários complementares? Eu sei que nunca é, mas o relógio corre, né? Vamos ver. Vamos ver se a gente se organiza.

Gabriel, Presidente da Associação dos Estudantes de Medicina, Gabriel Sanchez Okida, seus complementos.

**O SR. GABRIEL SANCHEZ OKIDA** (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Entendo o que foi dito sobre o Enamed e sua importância e, novamente, não desqualifico a importância do Enamed na avaliação das escolas e de seus estudantes. Mas, repito, a complementação do Enamed é o exame de proficiência ao avaliar o egresso. Como disse o Dr. Hiran Gonçalves, até o momento não obtivemos a qualidade esperada das escolas. E fica sobre o Conselho Federal de Medicina a responsabilidade de avaliar para que o egresso tenha uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualidade mínima na formação, para que o médico seja responsável e tenha a competência necessária.

Sobre as vítimas, sendo o egresso e sua família, compreendo o que os senhores falam. Mas acabamos deixando de citar a vítima principal, que seria o povo brasileiro.

Entendo também o Deputado Dr. Frederico, que comentou do seu filho, que ele quer que realize o exame de proficiência. Eu, como estudante, quero ser avaliado, porque é direito da população saber que sou minimamente qualificado e competente para atendê-la. Vamos para uma aprovação! (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Dr. Sandro de Oliveira, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Educação Médica (Abem).

**O SR. SANDRO SCHREIBER DE OLIVEIRA** (Para expor.) – Obrigado mais uma vez, Senadora.

Quero começar dizendo, Dr. Marcos e – acho que foi ele – Senador Rogério, que eu quero discordar inteiramente que estejamos diante de um fla-flu. Como um bom gaúcho, isso se trata de um gre-nal daqueles, e é uma lástima que assim seja, porque de fato a questão central é a mesma e preocupa do mesmo jeito a todo mundo. E aí a gente não conseguir ser capaz de produzir uma solução única e consistente me entristece.

Também acho que tem uma questão muito importante. A gente falou muito aqui de querer ser cuidado pelo médico que seja capaz de fazer bons diagnósticos, instituir bons tratamentos, cuidar bem das nossas famílias, e não resta nenhuma dúvida de que também isso é algo que todos nós desejamos; e, portanto, a gente quer um médico especializado e bem-formado. Quando a gente trata de educação e de educação médica, a gente também precisa olhar para onde se encontra a *expertise*, a maior *expertise* do ponto de vista científico, no campo da educação médica e da formação médica.

E aí essa minha fala vai logo se juntar com a questão que o Senador Hiran trouxe do financiamento do projeto Formação Médica para o Brasil, o projeto Rever, que, sim, não traz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma novidade de que a Abem tem um projeto financiado pela Opas e pelo Ministério da Saúde desde 2023, justamente porque a Abem é identificada como a instituição especialista em formação e avaliação médica. E, portanto, a partir da *expertise* acumulada da Abem desde 1962, a gente, sim, tem um projeto financiado que tem sido capaz de nos trazer até aqui. Tudo isso que a gente trouxe aqui – e aí aproveitando para contrapor algumas possíveis representações de todos os médicos –, tudo isso que trouxemos aqui não é opinião minha, tampouco apenas da diretoria da Abem. Ela é a opinião coletada e compilada graças a esse projeto de mais de 1,2 mil pessoas em todo o país que participaram de uma série de eventos e oficinas realizados pela Associação Médica Brasileira e que culminam com essas visões e propostas que trazemos aqui. Esses mais de 1,2 mil são todos médicos e estudantes de Medicina. O último evento, inclusive, foi feito agora, 15 dias atrás, aqui em Brasília, com a presença de 500 coordenadores de cursos médicos, quase todos médicos também.

Então, juntar isso. E isso, portanto, que o Senador Hiran traz não é novidade para nenhum de nós.

Esse projeto é gerido, inclusive, por um G30, que tem várias instituições: a Ebserh, que está aqui; o Conass, que está aqui; o Conasems, que está aqui; o próprio CFM; a própria Academia Nacional de Medicina; a própria AMB; uma dúzia de pesquisadores renomados na educação médica; o Conselho Nacional de Saúde; o Conselho Nacional de Educação. Todo esse conjunto de atores e outros mais que esqueço participam desse projeto e acompanham esse projeto. Então, não me parece haver nenhum conflito de interesse. Pelo contrário, parece-me aqui haver uma consulta e um investimento em identificar quais são as melhores estratégias possíveis.

A novidade que o Senador traz é o valor de R$197 milhões, que sugiro ao Senador que revise com a sua assessoria...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. SANDRO SCHREIBER DE OLIVEIRA** – ... porque o valor não chega sequer a 10% disso. Então, recomendo ao Senador que confira com os seus assessores, porque tem um equívoco aí na informação, mas de resto é isso mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, gostaria de dizer o que a gente precisa juntar em todos esses pedaços: a Abem não é contra. Pelo contrário, eu já disse isso, parece que ninguém ouve. A Abem é extremamente a favor do processo de avaliação. A Abem tem uma prova desde o século passado que avalia estudantes de Medicina. No ano passado, avaliamos 110 mil estudantes de Medicina. Agora em outubro, avaliaremos 164.647 estudantes de Medicina. No ano passado, todos os anos, temos feito esse exame. Inclusive, oferecemos a esta Casa e vim aqui mostrar com clareza o que é um exame bem-feito e como a gente pode tirar desse exame dados que corroboram as nossas propostas e não a ideia de que um único exame pontual é capaz de aferir o que quer que seja, tanto a respeito da escola médica quanto a respeito do médico específico.

Então, precisamos unir forças, encontrar e adequar este ou qualquer outro projeto de lei que inclua, sim, respostas aos nossos anseios que são comuns. A questão aqui central é: estamos encontrando uma solução simplista e provavelmente equivocada que nos levará a um lugar, provavelmente no futuro, pior do que o que estamos hoje, assim como a moratória, que todos nós achamos ótima no passado,e trouxe-nos hoje a esse caos.

Somos a favor, defendemos, queremos e exigimos mais rigor na avaliação das escolas médicas e também dos estudantes de Medicina durante o seu processo de graduação.

Obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Sandro. (*Palmas.*)

Vamos passar agora para o Dr. Francisco Cardoso, Delegado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

**O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES** (Para expor.) – Obrigado, Senadora. Parabéns pela condução do debate!

Obrigado a todos aqui. Gostei muito das falas em geral, porque a gente percebe que todo mundo concorda que há um problema na formação, o.k.. Todo mundo concorda que houve uma explosão de formação, o.k. Todo mundo concorda que a moratória foi uma farsa, todo mundo sabe disso, principalmente porque a Justiça não respeitou muito a moratória – não houve moratória. Todo mundo sabe que é um problema a questão da formação médica, mas aí, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chega a hora de falar "vamos avaliar então o aluno individualmente, o médico formado, para ver se ele pode tocar no paciente do SUS?", alguns falam "não".

É surpreendente entender, porque eu gostei muito da fala do Secretário do Conass – parabéns por sua fala –, principalmente quando você fala que você vê duas vítimas desse processo: o aluno, que gasta seis anos em um curso e depois não vai ser aprovado; e a família do aluno, que investe uma vida inteira de economia e vê o filho não conseguir ser médico. Mas tem uma terceira vítima aqui que não foi citada, que é a família da criança que morreu porque foi atendida por um médico nota zero, é a família da viúva que perdeu o marido, o arrimo, o esteio da família, com criança pequena no colo, porque o marido foi mal atendido num hospital com médico nota zero.

Quem aqui quer médico nota zero atendendo a população? Duvido!

O Ministro Chioro, atualmente, é Presidente da Ebserh. Eu fui aluno de universidade pública, do hospital universitário do Fundão, e eu via como que o diretor do hospital universitário na época sofria. Se um hospital universitário deixou o diretor de cabelo branco, imaginem cuidar de 50 hospitais universitários. Eu tenho certeza de que ele não quer nenhum médico nota zero na Ebserh. Ele não quer, faz concurso, os concursos da Ebserh são concorridíssimos, são de qualidade, ele não quer médico nota zero lá. Ninguém quer médico nota zero.

Então, fica a pergunta, por que algumas pessoas se colocam contra você poder avaliar o médico na individualidade? Da mesma forma como o médico que sai de uma escola Enade nota um tem mais chance de ser nota zero, eu posso ter aluno que se formou na USP, na Escola Paulista, na UFRJ, onde eu me formei, que também não poderia tocar num paciente durante um bom tempo, mas esse aluno toca.

Nos últimos dois anos, os CRMs registraram mais de 60 mil novos médicos. O Enade, de 2023, nos mostrou que boa parte desses médicos, uma parte significativa, é de escola ruim. Quais desses alunos são nota zero? Tivemos 8 mil alunos que vieram de Enade com nota um e nota dois, e esses alunos receberam o CRM.

Então, "a proposta não resolve o problema da formação, não". Resolve! A proposta pune o mau aluno – o mau aluno, o mau aluno –, que teve seis anos para estudar e não conseguiu passar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

numa prova. Pune, pune a sua família indiretamente, pune, mas a prova não é... não se trata disso, a prova é para proteger a sociedade e o paciente do mau médico, do médico nota zero, eu não quero médico nota zero recebendo CRM.

E a gente não está se imiscuindo com o Ministério da Educação, a gente não está se metendo na formação. A formação é toda com o MEC, que deveria estar fazendo, há muito mais tempo, o que diz que está fazendo agora, ainda bem que falou que vai fazer agora, mas, quando ele recebe o diploma de que ele é médico, acabou o MEC, a partir daí é com o Conselho Federal de Medicina e com os CRMs. Nós temos essa responsabilidade, somos nós que damos o registro para o médico nota zero atender mal um paciente no SUS e a criança morrer.

E aqui a gente está falando da população vulnerável, porque quem tem condições financeiras acaba recorrendo a sistemas de saúde suplementares que não vão ter médicos nota zero. Do jeito que está crescendo, daqui a pouco até isso a gente vai perder. Então, a proposta não é para o ensino, a proposta é para o cidadão, é para a segurança da família.

Discordo respeitosamente do colega que me antecedeu, porque eu acho que quando uma entidade vem para um debate no Senado e recebe centenas de milhões ou está num projeto que tem centenas de milhões de reais envolvidos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FRANCISCO EDUARDO CARDOSO ALVES** – ... ela tem que, sim, anunciar que ela tem esse conflito de interesse.

Conflito de interesse não é que você está impedido do debate, não é que o seu debate está viciado, as pessoas têm que saber se você pode ter um conflito de interesse ou não. Conflito de interesse é uma regra de *compliance* mundial.

Então, parabéns, Senador Hiran, eu desconhecia, fiquei um pouco chocado, mas tudo bem, faz parte do jogo, é entidade privada. Eu acho que o problema é entidade privada cuidando de coisa do estado, não poderia existir isso, mas no Brasil tem essa situação.

Então, para finalizar, eu queria dizer que a população brasileira quer o exame. O CFM fez uma pesquisa junto ao Datafolha, com metodologia e tamanho equivalente a de eleição para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, quase 11 mil brasileiros foram escutados, 96% querem o exame e mais de 90% acham que o exame vai melhorar a qualidade do ensino.

Então, nós temos que dar uma resposta para a população, para a sociedade, aqui é a Casa do Povo, a gente não pode ficar entre os 4% que não querem que a família tenha acesso ao médico nota zero. Eu não quero médico nota zero atendendo a população, eu não quero dar CRM para médico nota zero.

É isso, Senadora, muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada. Só esclareço que todos os nossos convidados receberam o convite por indicação dos Senadores que acompanham este debate aqui. Eu fiz o primeiro requerimento, o Requerimento nº 18, em que indiquei algumas entidades para estarem presentes. Depois houve um requerimento de Dr. Hiran, indicando mais outro, um requerimento de Dra. Zenaide, indicando mais outra, e este critério levantado pelo senhor não é critério para não participar de uma audiência pública. Desculpe-me, mas ninguém pede determinado nível de critério para participar de uma audiência pública, só esclarecendo, porque foi feito por nós, certo? Foi feito por nós, Senadores!

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vou passar a palavra agora para a Dra. Cristina Sette, para fazer as suas considerações complementares em cinco minutos.

**A SRA. CRISTINA SETTE** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está certo. Com cinco minutos, neste debate tão rico, a gente fica ainda instigada a falar mais.

Mas eu queria – queria não, quero, né? – colocar três pontos para a gente fechar. Primeiro, assim, eu cometi um lapso – quero pedir desculpas – e não falei, nos cumprimentos, do Presidente do Conasems, que é Hisham Hamida, que é Secretário de Saúde de Pirenópolis, Goiás, e de Mauro Junqueira, que é nosso Secretário-Executivo, talvez porque eu estivesse ansiosa com o uso do tempo no início da fala. Então, quero me desculpar com eles e por não ter falado no nome deles neste momento, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem algumas questões sobre que a gente poderia refletir a mais. Eu acho que, quando a gente tem uma fala de que a gente não resolve um problema olhando para trás, a gente precisa contra-argumentar com essa fala, sabe? Até mesmo quando a gente atende um paciente ou quando a gente discute um problema de saúde pública, de saúde coletiva, a gente tem que olhar para trás. Quando a gente está discutindo uma política – uma política social, uma política pública –, a gente também tem que olhar para trás, porque a gente tem que entender o que foi que levou a gente a essa situação. Quando a gente está conversando com um paciente, a gente pergunta. Todos nós tivemos que estudar, na minha época chamavam de burrinho; a gente tinha que estudar, e o paciente que colocasse a história da doença atual, como foi que ela começou e tal. Então, olhar para trás é muito importante para que a gente não cometa os mesmos erros, e me parece que a gente precisa pensar sobre tudo o que a gente viveu até hoje para que a gente tenha um futuro diferente, tá? E aí, nesse ponto, eu gostaria de fazer essa pontuação.

A outra é colocar, muito tranquilamente, enquanto Conasems, que não é a questão de ninguém ser contra avaliar o médico. A questão é quem e quando, porque avaliar é preciso. Por isso que a gente está aqui discutindo o processo de avaliação. E a gente enxerga no Enamed uma possibilidade muito mais consequente e muito mais imediata de atuação.

Quando a gente pensa no Enade – eu não coloquei essa discussão aqui, porque o tempo não daria –, eu sempre pensei que a nota zero deveria ser mais investigada, porque a gente afirma com muita ênfase, né? "Eu não quero que ser atendida por ninguém com nota zero". Como foi a motivação, já que é um exame em que as universidades indicam quem foi? Eu sempre tive essa discordância, sabe? Eu estou expressando aqui, até aproveitando o momento, porque eu acho que o Enamed é muito mais interessante para um estudante de medicina do que o Enade, sabe? Porque o estudante de medicina sabe que dali ele pode progredir ou não para residência, enquanto antes ele ia fazer... Eu já ouvi de estudante de medicina – eu ensino desde 1995, na FCM, completei 30 anos agora, em abril, muito honrosamente –: "Não, eu vou fazer porque a faculdade está mandando, mas eu vou fazer de qualquer jeito". Então, a gente teria que discutir melhor essas notas zero, nota um, nota dois. Isso me parece que seria uma discussão importante, mas a questão aqui não é ser contra avaliar médico. Acho que essa fala precisa ser refeita: é quem e quando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aí, eu acho que sobre isso também é importante a gente refletir, os senhores da Comissão – está certo? – atentarem-se para isso.

E o meu último raciocínio, Senadora Teresa Leitão, é que, assim, a gente tem fala de que o mau médico atende mal no SUS. Eu queria me contrapor, sabe? O mau médico atende mal em todo canto. A violência obstétrica é maior num lugar do em que outro? A gente pode pegar muito material para estudar e refletir, mas o mau médico também comete erros no serviço privado e nos planos de saúde, e a gente poderia ter vários exemplos aqui que não cabem nesta audiência pública para a gente refletir. O fato concreto é: há consenso, em parte, e não são de pessoas... são de instituições que operam e trabalham pelo Sistema Único de Saúde e pela formação médica brasileira, não são pessoas apenas. São instituições que se posicionam de forma diferente em relação a como melhor enfrentar um problema.

Eu quero agradecer, em nome do Conasems, do nosso Presidente, do nosso Secretário-Executivo, a esta Comissão pela oportunidade de participação e mandar um abraço para a Senadora Teresa Leitão, que é minha conterrânea. Eu estou falando de Recife, Pernambuco.

Muito obrigada, viu? (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dra. Cristina, pela sua grande contribuição.

Vou passar a palavra agora para o Dr. Geraldo Ferreira Filho, Presidente da Fenam.

**O SR. GERALDO FERREIRA FILHO** (Para expor.) – Bem, Senadora, agradeço a oportunidade, ao Senador Hiran também, que nos proporcionou estar aqui.

Eu acho engraçado que eu não me senti aqui numa disputa. (*Risos.*)

Eu não sei se é porque eu tenho um espírito muito conciliador, mas eu aprendi tanto – não é? – e acho que nós estamos caminhando para um entendimento. Eu acho que podem até existir antecedentes que justifiquem a ideia de que alguém está de um lado, alguém está de outro, mas, assim, eu entendo que o que o MEC tem feito tem valor. A história do exame, de dois em dois anos, no segundo, no quarto e no sexto, sempre foi pauta da Federação Nacional dos Médicos do mesmo jeito que eu acho que a gente pode evoluir um pouco mais agora. Seria o freio depois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de formado – não é? –, porque, se nós avaliamos no segundo ano, o indivíduo foi bem; avaliamos no quarto, o indivíduo foi bem; chegou ao sexto, vai chegar bem. Então, não há justificativa para a gente não ter o exame de ordem.

Então, eu entendo que a gente pode construir um consenso, até porque a implantação do exame de proficiência é dado de forma gradual. Então, nós teremos um prazo a ser percorrido. Então, eu acho que nós estamos próximos de um entendimento, Senadora. Eu não vejo que nós sairemos desta reunião mais divididos. Acho que não.

Eu reconheço extremamente essa ideia de avaliar os estudantes a cada dois anos. Isso foi eternamente discutido, dentro dos congressos da Federação Nacional dos Médicos, como uma pauta importantíssima para poder o estudante sentir se está vocacionado para aquilo, se está aprendendo – não é? O que poderia ser aperfeiçoado é, se a nota dele tiver um ponto de corte aí, ele não precisaria repetir alguma coisa, antes de seguir o curso? Não é verdade?

Então, eu acho que o que está colocado pelo MEC tem muito valor, muito valor, e deve ser implementado, e terá o apoio da federação. Agora, eu acho importante o exame de proficiência no final, não é? Eu acho que, talvez, isso aí é que precise ser amadurecido pelos que se posicionam ainda de modo contrário, porque...

Só fechando o meu raciocínio: se passou no segundo ano, se passou no quarto ano, se está chegando bem ao fim do curso, eu acredito que esses índices de aprovação serão bem maiores, não é? E acho muito importante também, eu aqui daria uma sugestão ao MEC, que neste início aí, Ministro Chioro, se puder nos ajudar nisso, eu acho importante a participação das entidades médicas nessa avaliação do segundo, quarto e sexto anos. Eu sugiro isso, a Federação Nacional dos Médicos se propõe a colaborar com isso. Agora, a nossa posição também envolve a aprovação do exame de proficiência.

Então, nós entendemos que poderíamos dar esse passo a mais, porque realmente, eu tenho a impressão de que os alunos, com essa vigilância, chegarão mais bem formados, e os que não chegarem precisarão ter uma barreira, porque realmente estão incapacitados a servirem à sociedade brasileira.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Dr. Geraldo. Isso vai muito de acordo com o que a representante do Conselho Nacional de Educação colocou na primeira audiência – quem estava aqui deve ter percebido, não é? –, Profa. Ludhmila. Foi bem interessante, nessa direção.

Passo a palavra agora para o Dr. Jurandi, Secretário-Executivo do Conselho Nacional.

Já informo que o Dr. Marcos precisou sair, aí, em seguida, já passo para Arthur Chioro.

**O SR. JURANDI FRUTUOSO SILVA** (Para expor.) – Eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui.

Pela minha idade, eu aprendi que a prudência é um grande atributo da pessoa humana. A sociedade me ensinou. Você tem alguns inimigos: um é a ignorância, o outro é o saber, quando você não tem, o terceiro é o poder, o quarto é a velhice, e essa ninguém passa. Aqui todo mundo tem um filho médico, eu também tenho. Eu não quis citar, porque eu acho que não devia. Eu me neguei a dizer que eu tinha, porque eu teria que dizer que eu me neguei a pagar para ela faculdade particular – questão de princípio, cada qual tem o seu, eu tenho o meu. Ela se virou, estudou e passou na UnB, depois fez residência em Infectologia e é uma grande médica hoje.

A minha mulher também é médica. Nós passamos, só no interior, 20 anos, e lhe garanto que trabalhando para pobre. Ela chegou a ganhar um salário mínimo por mês, porque não tinha como pagar outro no hospital que eu dirigia.

Portanto, colega, não posso aceitar o argumento de que eu defendi o médico, a pobre da família, e me esqueci do povo. Me desculpa, em mim não cabe, tá? Porque a palavra é como um bumerangue, ela vem, ela volta. Se eu aceitar isso calado e não responder dessa maneira, eu estou sendo injusto comigo mesmo. Eu sou médico de serviço público e defendo 100% que o povo brasileiro tenha acesso a serviço público de qualidade. Portanto, isso é defender médico... É defender a população, está bom? Então, não dá para eu ir para casa com essa resposta, porque aí eu não aceito. O povo está me ouvindo e o povo também me conhece, pela minha longa história de saúde pública, e aí passaria para fora uma impressão que não é a verdadeira.

A segunda é o seguinte: como o colega não tem mais a palavra para responder, porque já passou a hora dele, e eu não tive o prazer de conhecê-lo antes... O Dr. Sandro – eu só o vejo agora,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela primeira vez na minha vida – acabou de dizer que o valor que foi dito que ele recebe não é 10% do que de fato é. Então, como ele não tem mais oportunidade de responder, eu estou respondendo por ele: pegue o documento da mensalidade que você recebe e passe o documento para quem respondeu assim, para também não sair desonrada a sua palavra. É o conselho que eu lhe dou.

E, por fim, eu vou repetir o que eu falei no começo. Eu defendo que se faça prova no quarto ano de faculdade, porque, lá no Mais Médicos, quando o Arthur era Ministro – e deve ter registro disso por aí afora –, a gente era mais radical, a gente queria que fosse no segundo, no quarto e no sexto anos. E não é para eliminar o profissional; pelo contrário, é para permitir que ele se capacite ainda mais. Como o segundo ano está difícil, a gente quer negociar pelo menos no quarto e no sexto. E não há como aprovar o contrário de que uma prova no quarto e no sexto anos não seja tão importante quanto uma prova de proficiência. Aí eu salvo o estudante, a família do estudante e a sociedade.

Essa é a minha posição e essa é a posição do Conass, com todo o respeito aos contrapontos que foram colocados aqui.

Obrigado, Senadora.

Até a próxima. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada.

Passo a palavra agora para o Dr. Arthur Chioro para encerrar a nossa sessão.

**O SR. ARTHUR CHIORO** (Para expor.) – Bom, em primeiro lugar, eu quero agradecer, em nome da Ebserh e do Ministério da Educação, a oportunidade de estar aqui no Senado e registrar também o meu profundo respeito e desagravo a essas questões que foram levantadas em relação à Abem, entidade que tem sido fundamental na produção do ensino médico, na avaliação do ensino médico, envolvendo estudantes, docentes, dirigentes das universidades, pesquisadores, uma entidade extremamente séria, e mais ainda ao meu querido amigo e companheiro de vida Jurandi Frutuoso, que é uma unanimidade entre os gestores do SUS, os conselheiros de saúde que o conhecem muito bem e sabem de que lado ele está.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria dizer isso, Senadora, porque acho que é importante num debate como este tão qualificado, com opiniões às vezes divergentes, mas qualificado. Hoje nós tivemos aqui apresentações de defesas de pontos de vista que são muito respeitosos. Eu vi só um desconforto na hora em que a querida Deputada Ana Pimentel trouxe uma questão que é fundamental. E a sociedade brasileira vai cobrar a conta de onde estiveram determinados setores das entidades médicas quando a gente viveu o descalabro da pandemia e a defesa de práticas sem fundamento científico. Isso é uma verdade. E não foram jovens médicos, né? O Francisco sabe muito bem do que eu estou falando. Não foram jovens médicos que defenderam práticas médicas insustentáveis. Foram veteranos. Assim como boa parte dos erros médicos – e ainda bem que são em pequena monta perto dos milhões e milhões de internações, procedimentos, cirurgias que nós médicos e médicas fazemos, são de pequena monta – não são os jovens médicos que os praticam. Basta ver os processos ético-profissionais que vocês tratam nos âmbitos dos conselhos regionais, que vão ao Conselho Federal de Medicina e que eu trato no âmbito da Ebserh, a despeito de fazer concurso, ter nota e ter médicos qualificados. Nós estamos falando de um desafio para esta sociedade e nós temos que tratar de uma maneira mais importante.

Vieram várias questões, Senadora, que foram colocadas, e eu me prontifico, junto com a equipe da Ebserh e do MEC, a respondê-las e a devolvê-las para cada uma das pessoas que colocaram e indico o *site* do Ministério da Educação, onde eles podem acessar.

Eu quero me dedicar a dialogar respeitosamente com três questões que foram levantadas no debate a partir do momento em que os Senadores, os Deputados e, agora nessa rodada final, nós trouxemos. O meu querido amigo Geraldo... Eu estava aqui ó: estamos indo, estamos indo na concordância, estamos indo, estamos indo e, no finalzinho, a gente discordou, mas é ótimo que tenha sido só no finalzinho, porque a gente está próximo de chegar a um entendimento.

Veja, eu quero destacar três questões que foram colocadas aqui que não são verdadeiras e que precisam ser enfrentadas. Primeiro, este debate de que vários países do mundo fazem prova de proficiência no final da graduação. Não é verdade. Basta buscar, como fez o Ministério da Saúde e da Educação, como fez a Abem, como pode fazer o Conselho Federal de Medicina e as entidades, e entendendo do que trata esses exames de proficiência. São exames feitos ao final do processo da residência, da especialização – está certo? –, e que são fundamentais mesmo para garantir a qualidade da formação do especialista, que nós já praticamos no nosso país. Nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticamos, seja pelo sistema regulado pelo MEC, as residências, como as reguladas pelo MEC, seja pela própria sociedade de especialistas: a Sbot, o Colégio Brasileiro de Cirurgiões, todos têm sua prova ao final, que dão o título de especialista. Nós não estamos discutindo isso. Nós estamos discutindo um cenário em que nós não conseguimos prover vagas de residência para todo mundo. Então, esta é a primeira questão que nós precisamos limpar no nosso debate, porque ele não é verdadeiro.

A segunda questão é a tal da nota da opinião pública com 96% de aprovação.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ARTHUR CHIORO** – Se eu perguntar para a sociedade brasileira se a gente quer que um motorista de Uber que nos carrega faça um exame mais qualificado, mais de 96% vai dizer que é a favor. Se a gente perguntar para a sociedade brasileira se a gente quer engenheiros, se a gente quer operários que façam uma obra com qualidade e que façam algum teste, todo mundo vai querer – todo mundo vai querer –, inclusive se a gente quer políticos, desculpe, com todo o respeito, se a gente quer políticos com mais experiência. Tem político que diz que precisa ter proficiência para dirigir avião, mas muitas vezes pode não ter proficiência, ainda que o povo o tenha escolhido. Então, acho que este debate precisa ser colocado no seu devido lugar. Nós estamos tratando uma política de Estado e nós precisamos entregar para a sociedade brasileira médicos com formação e qualidade.

E, por fim, eu quero dialogar com a tal da nota zero, o médico nota zero. Vejam, acho que é extremamente importante entender do que nós estamos falando. Nós temos um sistema de avaliação médica, da formação médica, que começa no primeiro ano e vai até o sexto ano. Ninguém passa do primeiro para o sexto ano, e a maior parte hoje das instituições são semestrais, ninguém muda de semestre sem se submeter a um conjunto de avaliações. Na medida em que a gente tem o Enamed, o Enamed no quarto e no sexto ano, em que o desempenho da instituição vai ser dado pela média do desempenho dos seus alunos, agora fazendo a prova para valer, e não indo para o baile no dia anterior, não indo para os jogos no dia anterior, por quê? Porque não valia para muita coisa. Agora vale, vale inclusive para residência médica. Vocês acham, sinceramente, que qualquer instituição vai começar, vai deixar o processo de avaliação, de progressão do aluno fluir sem que a gente tenha desde o começo a retenção daqueles alunos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sem capacidade? E é por isso, Geraldo, que nós defendemos que este processo tem que ser um processo progressivo, no quarto, no sexto anos, e por que não no segundo ano neste momento? Porque nós temos uma situação muito concreta, e quem está no ensino médico sabe do que eu estou falando.

Os currículos médicos, os projetos de formação médica são muito variáveis no primeiro, no segundo e no terceiro anos. E eles se confluem no quarto, quando todos devem preparar o aluno para entrar no círculo do internato. Mas muitas faculdades têm uma estratégia pedagógica no segundo ano que diverge muito da outra, e, portanto, no quarto ano, nós temos certeza de que nós conseguimos fazer uma avaliação homogênea. Nós temos a capacidade de fazer uma avaliação no sexto ano, e é sobre isso que nós temos que nos provocar a debater.

Então, eu quero concluir dizendo que todo processo de avaliação tem que fugir da perspectiva – e eu concluo com isso – de que nós estamos tratando de uma reserva de mercado, de que nós estamos tratando de uma dimensão meramente corporativa, de que nós estamos tratando de alguma coisa que só vai começar daqui a seis anos, quando o problema está colocado agora. E é por isso que nós defendemos que o sistema de avaliação da formação e da titulação deva ficar sob o sistema de educação, e que o Conselho Federal de Medicina, que a gente tanto admira, que é tão importante, continue exercendo o seu papel fundamental de exercício da ética profissional. Mas a titulação, o processo de formação está com o MEC, e ele vai cumprir para valer. As medidas concretas já estão acontecendo, e vamos continuar debatendo com o Conselho Federal de Medicina e com as demais entidades como é que a gente pode...

Senadora Teresa, eu concluo, de verdade, falando o seguinte: no Enare, por exemplo, nós já temos a participação das entidades médicas em todo o processo de formulação e estamos unificando, caminhando para ter um "Enem da residência médica". Nós podemos construir juntos, sim, com muito diálogo, com muito respeito, uma solução para este problema que é comum a todos nós.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Hiran, nós temos três requerimentos que estão sendo analisados pela Presidência da Comissão: o Requerimento nº 18, de minha autoria; o Requerimento nº 25, de autoria do Senador Hiran; e o Requerimento nº 30, de autoria do Senador Humberto Costa. Com o Presidente, nós vamos verificar como será o andamento da do processo de debate e análise deste PL.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, a todos que nos assistiram, a presença especialmente dos convidados, dos expositores, e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 14 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 05 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 38ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e nove minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as presidências dos Senadores Marcelo Castro e Fernando Dueire, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Jussara Lima, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Flávio Arns, Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Nelsinho Trad, Dra. Eudócia, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Dr. Hiran, Damares Alves, Mecias de Jesus e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Beto Faro, Pedro Chaves e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jayme Campos, Plínio Valério, Romário, Paulo Paim, Ana Paula Lobato e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei nº 2460, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Cuidados Paliativos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei nº 2158, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências", para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico." **Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei nº 2621, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para tornar obrigatória a distribuição, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), do cordão de fita com desenhos de girassóis para a identificação de pessoas com deficiências ocultas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei nº 2336, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra. **Relatório:** Favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto, com a Emenda nº 1-CAE. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2880, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Damares Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS (de redação) e 2-CAS (de redação). **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 5181, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei n° 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, a realização de testes genéticos para mulheres pertencentes aos grupos de alto risco, objetivando a identificação de mutações hereditárias associadas ao aumento de probabilidade de neoplasias malignas de ovário, mama e colorretal." **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 126, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 6 (substitutivo), e pela prejudicialidade das Emendas nº 1-T a 5-T. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2992, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1018, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Nacional de Prevenção à Insegurança Alimentar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental." **Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC). **Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 74, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre "Os Riscos da Exposição de Trabalhadores ao Benzeno"." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 75, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater as necessidades e dificuldades de acesso dos pacientes com Trombocitopenia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imune (PTI), anteriormente conhecida como Púrpura Trombocitopênica Idiopática." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 76, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2025 - CAS, seja incluído o convidado que especifica." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Marcelo Castro**
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente: Ofício nº 510, de 2025, da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, São Paulo, o qual encaminha cópia de requerimento sobre a possibilidade de implantação de um centro de referência em saúde no município.

O expediente encontra-se à disposição da Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Srs. Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, assim como nas matérias terminativas.

Informo que os itens 4, 8 e 9, dos Projetos de Lei nºs 2.336, de 2023, 2.992, de 2022, e 1.018, de 2024, foram retirados de pauta a pedido das Relatoras, Senadoras Professora Dorinha Seabra e Ana Paula Lobato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 2336, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Dispõe sobre o exercício da atividade de condutor de ambulância da administração pública e da iniciativa privada; e altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro).*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE.

**Observações:**

*1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer favorável ao Projeto.*

*2- Em 27/08/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

**ITEM 8**

**PROJETO DE LEI Nº 2992, DE 2022**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, que altera a legislação do imposto de renda das pessoas físicas e dá outras providências, para tornar dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda das pessoas físicas as despesas com vacinas.*

**Autoria:** Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

**Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Favorável ao Projeto.

**Observações:** *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*

**ITEM 9**

**PROJETO DE LEI Nº 1018, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Institui o Programa Nacional de Prevenção à Insegurança Alimentar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.*

**Autoria:** Senador Alan Rick (UNIÃO/AC)

**Relatoria:** Senadora Ana Paula Lobato

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas que apresenta.

**Observações:** *Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação e Cultura, em decisão terminativa.*)

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra V. Exa., Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Se V. Exa. permitir e o Plenário não se opuser, pergunto se poderia haver uma inversão de pauta do item 7 para primeiro da pauta, porque, em seguida, eu presido também a reunião da CCT.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não.

Submeto à deliberação do Plenário. (*Pausa.*)

Não havendo discordância, está feita a inversão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, com a palavra...

Item 7.

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI Nº 126, DE 2025**

**- Terminativo -**

*Institui o Marco Regulatório da Vacina e dos Medicamentos de Alto Custo Contra o Câncer no Brasil e cria normas para o desenvolvimento, pesquisa, produção, distribuição e acesso de vacinas contra o câncer, com foco em inovação científica, acesso universal e equidade no Sistema Único de Saúde (SUS), e estabelece diretrizes para o fomento à pesquisa, à produção nacional e à colaboração internacional.*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda nº 6 (substitutivo), e pela prejudicialidade das Emendas nº 1-T a 5-T.

**Observações:** *Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço a V. Exa.

Quero cumprimentar a Senadora médica Dra. Eudócia, também pela apresentação do projeto.

Se V. Exa. permitir, eu passo diretamente à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O câncer constitui um dos principais problemas de saúde pública da atualidade. Nas últimas décadas, houve um aumento expressivo na incidência global da doença, decorrente, entre outros fatores, do envelhecimento populacional e da maior exposição a fatores de risco associados ao estilo de vida contemporâneo. No Brasil, de acordo com o Inca, são estimados mais de 700 mil casos novos da doença por ano... Aliás, foram identificados, entre 2023 e 2025.

Quero cumprimentar a Senadora Dra. Eudócia, que está aqui ao meu lado também. Estou iniciando a leitura do relatório do projeto de lei apresentado por V. Exa.

Esse cenário impõe grandes desafios aos sistemas de saúde, tanto no tocante à assistência quanto ao financiamento de ações e serviços.

Diante desse quadro, o desenvolvimento de terapias inovadoras assume papel central no enfrentamento da morbimortalidade associada ao câncer.

Todavia, para que o Brasil possa incorporar tais avanços de forma segura, equitativa e sustentável, é necessário dispor de um marco normativo compatível com os princípios constitucionais, com a legislação sanitária vigente e com as diretrizes do SUS. Por isso o PL nº 126, de 2025, é meritório.

Não obstante o mérito da proposição, ela apresenta alguns aspectos de natureza formal e material que podem suscitar controvérsias quanto a potenciais vícios de inconstitucionalidade que afetam determinados dispositivos; por exemplo, a proposta de criação de fundo público por meio de lei ordinária e por iniciativa parlamentar.

Diante desses óbices, esse parecer tem o propósito de preservar os fins legítimos da proposição — estimular a inovação terapêutica, fortalecer a produção nacional e ampliar o acesso a tecnologias oncológicas — sem incorrer em vícios constitucionais ou contrariar normas de técnica legislativa.

A emenda substitutiva global apresentada pela Senadora Dra. Eudócia, que contempla grande parte das emendas anteriores apresentadas pelo Senador Astronauta Marcos Pontes, reestrutura a proposição e amplia seu escopo para incluir os produtos de terapia avançada oncológicos. A mudança harmoniza o texto original do projeto de lei com a evolução tecnológica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do setor (terapias celulares e gênicas) e com o arcabouço normativo vigente, reforçando a aderência às políticas públicas já estabelecidas.

Nesse sentido, discorre-se sobre as mudanças trazidas pela Emenda Substitutiva Global nº 6.

O art. 1º, em seu parágrafo único, faz referência expressa aos princípios do SUS, ao Estatuto da Pessoa com Câncer e à Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer.

Estão também relacionados os princípios e diretrizes relativos às vacinas contra o câncer e aos medicamentos e produtos de terapia avançada oncológicos em três eixos: produção e regulação sanitária (art. 2º); pesquisa, desenvolvimento e inovação (art. 3º); e acesso universal e igualitário (art. 4º). No primeiro eixo, destacam-se a redução da dependência externa, a transferência de tecnologia, as parcerias público-privadas, a transparência e a criação de ambiente regulatório favorável, respeitadas as competências dos órgãos reguladores.

No segundo eixo, detalham-se instrumentos concretos de fomento, quais sejam, subvenção econômica, incentivos fiscais, poder de compra do Estado e encomenda tecnológica, além do apoio à inteligência artificial, ao sequenciamento genético e à modernização de laboratórios públicos.

No tocante ao acesso, que é o foco do terceiro eixo, a Emenda nº 6 estabelece um conjunto de diretrizes claras, tais como gratuidade, educação em saúde, critérios de utilização baseados em perfil clínico e imunológico e ampliação do acesso a tratamentos inovadores.

No campo regulatório, a emenda propõe o enquadramento das vacinas contra o câncer e dos medicamentos e produtos de terapia avançada oncológicos na categoria prioritária em processos de registro e de alteração pós-registro, com prazos estabelecidos pelo art. 17-A, § 2º, inciso I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976.

Quanto ao financiamento, a Emenda nº 6, em vez de criar um fundo com fontes predefinidas, permite sua criação pelo Poder Executivo, solução que é mais compatível com o ordenamento orçamentário e fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos da técnica legislativa, a Emenda Substitutiva Global nº 6 suprime capítulos e dispositivos redundantes (como a cláusula de "regulamentação obrigatória" do art. 13 do original), compactando a matéria em oito artigos suficientes para enunciar princípios e diretrizes e propor instrumentos administrativos pertinentes ao tema.

Além disso, a Emenda Substitutiva Global nº 6 acolhe parcialmente diversas sugestões das emendas apresentadas na CAS.

Em conjunto, as modificações aprimoram a segurança jurídica, reforçam a integração com a legislação vigente e promovem a exequibilidade da política pública proposta.

No mais, não há óbices relativos à juridicidade, à técnica legislativa ou à regimentalidade que impeçam a aprovação da proposição.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 126, de 2025, na forma da Emenda Substitutiva Global nº 6, e pela prejudicialidade das Emendas nºs 1-T, 2-T, 3-T, 4-T e 5-T.

Esse é o voto, Sr. Presidente, mas quero parabenizar a Senadora Eudócia pela proposição, pela emenda substitutiva global, acolhendo todo o debate que aconteceu nas Comissões e, principalmente, mostrando que este é um avanço importante para a população, que se vê no tratamento oncológico muitas vezes em situação de perceber que existem instrumentos, alternativas, e que não são acessíveis a boa parte da população. Então, nesse sentido, há uma nova perspectiva para que isso realmente garanta a cidadania, o direito à saúde, o direito ao tratamento numa hora tão difícil muitas vezes, e com soluções, hoje em dia, em muitas situações para o tratamento oncológico.

Então, esse é o voto, Sr. Presidente.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Parabenizando o Senador Flávio Arns pelo brilhante relatório, submeto-o à discussão.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra a Senadora Damares, para discutir a matéria.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Presidente, nós temos agora, na nossa Comissão, uma Subcomissão do câncer, da qual eu faço parte, com muito carinho, liderada pela minha amiga Senadora Eudócia, e nós já começamos as nossas reuniões técnicas. Nós estamos nos reunindo com sociedade médica, associação médica, especialistas, e nós tivemos uma importante reunião ontem. E eu queria pedir vista.

Conversei aqui com a minha colega sobre esse projeto, Senador Flávio Arns. Seu voto está extraordinário. Eu vou pedir vista por conta de uma reunião que nós tivemos ontem, para a gente apresentar uma adequação. E já quero deixar um recado ao pessoal do Governo: conversem comigo se tiverem alguma dúvida, para gente também já trazer as adequações necessárias, mas requerendo, Presidente, dada a grandiosidade da matéria, a gente trazer de volta para a pauta, a semana que vem.

Então, eu faço as adequações, junto com a equipe técnica da CAS Câncer. A gente faz a adequação técnica e volta para a pauta a próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vista concedida. A matéria voltará na próxima sessão.

Senadora Eudócia pede a palavra.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Quero dar um bom dia a todos aqui presentes, cumprimentar o nosso Presidente Marcelo Castro, parabenizar o seu relatório, Senador Flávio Arns, que com muita presteza e muita inteligência o senhor redigiu. Quero cumprimentar a minha amiga Damares; Senador Fernando, que está aqui presente, e todos aqui presentes: Senador Humberto e Senador Wilder.

Eu só quero fazer um registro, Presidente, da importância desse projeto de lei, que que se chama marco regulatório da vacina contra o câncer. A vacina contra o câncer, que é a vacina de RNA mensageiro, está fazendo toda a diferença no tratamento oncológico em outros países. Quero abrir um parêntese e colocar que ela está em fase de estudo, é bem verdade. Porém, os estudos estão muito avançados. Eles já saíram da fase pré-clínica, Senador Flávio Arns, para a fase

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

clínica, que é quando você começa a estudar em seres humanos. E o país que está mais avançado é a Rússia. Eles já estão fazendo, numa gama da população oncológica, em larga escala, e os resultados são muito positivos.

Para vocês terem uma ideia, há uma diminuição importantíssima do número de metástases com essa vacina. E quando você tem um número bem menor de metástases, você tem um número bem menor de hospitalização, um custo bem menor para o Governo Federal e uma diminuição bem menor da mortalidade. Então, isso faz a diferença no tratamento do câncer.

E aqui nós incluímos também, nesse projeto, as imunoterapias, que são medicamentos de alta complexidade, que vêm fazendo a diferença já. Esses, sim, não estão em fase de estudo; já estão sendo utilizados na população. E muitas pessoas já foram... Já houve um avanço porque essas pessoas...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Eu pediria silêncio, há oradora na tribuna.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada, Presidente.

Muitas pessoas deixaram de evoluir insatisfatoriamente. Eu estou aqui com alguns médicos, como o Senador Humberto Costa, como o Senador Presidente Marcelo Castro. Muitos pacientes, com as imunoterapias, Senador Humberto, diminuíram as chances de serem hospitalizados e de irem a óbito. E aqui nós estamos falando de vida – estamos falando de vida.

Aí eu pergunto aos senhores, como a Senadora Damares colocou... Tem muita gente aqui do Governo Federal. Aí eu pergunto aos senhores se os senhores já tiveram alguém na família com diagnóstico de câncer. E se os senhores tivessem algum paciente com câncer em fase avançada, e o oncologista dissesse: "Se vocês iniciarem imunoterapia, há uma chance grande de o pai, de a mãe, do avô, de um sobrinho, de um filho não ir a óbito, de evoluir satisfatoriamente". Aí eu pergunto aos senhores que estão aqui em peso, do Governo Federal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que aqui, Presidente, estamos em 10%, e 90% é do Governo Federal. Isso me indigna, causa-me indignação, porque nós não estamos falando de textos, de relatos, nós não estamos falando de projetos de lei partidários, não; estamos falando de um projeto de lei suprapartidário. Qualquer um de nós aqui presente, não só nós, Senadores, qualquer um de vocês que estão aqui, pessoal do Governo, ministérios, os nossos queridos assessores, todos nós estamos passíveis de termos diagnóstico de câncer a qualquer momento. E, antigamente, Senador Flávio Arns, nós detectávamos câncer em pacientes mais idosos. Hoje não. Hoje, em crianças – eu sou pediatra –, aumentou substancialmente o número de diagnóstico infelizmente.

Então, eu quero dizer aos senhores que vieram aqui, do Governo Federal, desculpem-me pelo meu desabafo; Sr. Presidente, desculpem-me pelo meu desabafo. A Senadora Damares falou com mais, tranquilidade. Eu não estou falando com tranquilidade porque eu estou indignada.

Então, os senhores aqui do Governo Federal, podem me procurar também, porque eu sou médica, sou pediatra, sou gastroenterologista pediátrica, mas como uma boa médica, modéstia à parte, estudei muito oncologia nesses últimos anos, mesmo antes de assumir o Senado, porque eu já entendia, como médica, que eu não poderia ser omissa com o que está acontecendo no nosso país, ou seja, ver os outros países avançando na cura do câncer e a gente ficando para trás, Sr. Presidente. Isso eu não aceito, deixo aqui a minha indignação.

A Senadora Damares, oportunamente, pediu vistas, sob pena – sob pena – de nós perdermos hoje, Senador Flávio Arns, sob pena de perdermos a votação hoje, quando nós precisávamos de 11 votos para esse projeto passar, Sr. Presidente, porque esse projeto é terminativo, sob pena de não passar o projeto, a Senadora Damares pediu vista. Mas eu quero dizer ao Governo Federal e a todos que estão aqui presentes – porque eu acho que estão em massa, ou seja, 90% de quem está aqui presente é do Governo Federal, eu peço até que todos do Governo Federal, 100%, possam me procurar – que eu vou explicar aos senhores detalhe por detalhe do que consta aqui nesse projeto.

Mais uma vez, Presidente, desculpe-me por me delongar, porque eu não sou de falar muito, mas hoje é impossível não falar muito. Perdoe-me por me delongar mais uma vez, mas o que está aqui... Eu estou falando de vidas. Vidas, e são vidas para vocês mesmos, para nós, para o pai, para a mãe, para a avó, para o filho de vocês. É sobre isso que eu estou falando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou cansada, Presidente, de ver os pacientes morrendo nas filas do SUS, precisando de imunoterapia e não ter a medicação para poderem receber e poderem salvar as próprias vidas. Estou cansada de ver isso. E eu só queria colocar dois dados aqui: até 2030, espera-se que haja mais de 27 milhões de casos incidentes de câncer no mundo. E outra coisa que eu quero colocar: no mundo, pode ter um aumento de 31% nos casos de câncer em pacientes com menos de 50 anos de idade até 2030. A gente vai ficar de braços cruzados? Vamos ver a nossa população morrer quando nós sabemos que, na saúde suplementar, a gente tem condições de receber essas medicações de alta complexidade? Porque eu posso pagar, X pode pagar, Y pode pagar, e as pessoas que dependem exclusivamente do SUS não podem pagar. Aí eles estão fadados a morrer porque tem um diagnóstico de câncer? Isso me indigna.

Vocês que vieram aqui em peso do Ministério da Saúde, que vocês tenham um mínimo de sensibilidade – um mínimo de sensibilidade. Eu queria muito que todos vocês do Governo Federal que vieram hoje, que procurem a mim, procurem o Senador Flávio Arns e procurem a Senadora Damares...

**O Sr. Dr. Hiran** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora...

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ...para a gente explicar a vocês o que está acontecendo.

**O Sr. Dr. Hiran** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senadora... Senadora... Senadora Eudócia...

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

**O Sr. Dr. Hiran** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... a senhora me permite um aparte?

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não, Dr. Hiran.

**O Sr. Dr. Hiran** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para apartear.) – Presidente, me desculpe, eu também não vou me delongar.

Eu só quero ressaltar o seu compromisso com a saúde, com a inovação, com a pesquisa, com o acesso de pessoas, principalmente as pessoas do SUS, a tratamentos de maior complexidade para tratar doenças raras, doenças de difícil tratamento. Enfim, eu estou aqui me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comprometendo com V. Exa. a ajudá-la na aprovação desse projeto, que é um projeto muito pertinente. Quero parabenizar a senhora.

Eu tinha um compromisso com a senhora e me atrasei um pouco porque o trânsito está muito complexo aqui ao redor do nosso Congresso em virtude do que está acontecendo no Supremo, mas eu quero só reforçar aqui o meu compromisso com a senhora de ajudá-la a levar à frente esse projeto.

Parabéns! Parabéns pelo seu trabalho!

Parabéns também pela postura da Senadora Damares, que, com muita prudência, salvaguarda o seu projeto!

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada.

Era só isso, Sr. Presidente.

Muito grata.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Sr. Presidente...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin; em seguida...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, Wilder.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – É lógico que... O senhor é o decano.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Esperidião Amin, aqui nesta Comissão, idade é posto, viu?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Olhe, isso deve ser remorso de... Remorso de...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. tem a palavra pela idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Só pode ser remorso de psiquiatra essa sua manifestação.

Eu só quero me solidarizar com a manifestação da Senadora Eudócia. Já comentamos isto e não vou repetir a minha arenga. Ela cumpre um papel como médica e como Senadora ao insistir nessa questão. O diagnóstico precoce é hoje um imperativo de segurança pública e humana, de forma que eu me congratulo com as suas palavras e as subscrevo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senador Wilder, desculpe ter colocado o Senador Esperidião Amin à sua frente.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Ele sempre está na frente.

Sr. Presidente, eu também queria colocar a minha posição aqui – ontem eu recebi uma ligação da Dra. Eudócia – sobre a importância desse projeto de sua autoria. Eu tenho... Ela perguntou aqui se algum colega Senador tem, e eu tenho três tios por parte de mãe que estão com câncer e todos eles dependem do SUS. Então, o projeto é de uma urgência... Como bem disse ela, o mundo já está trabalhando com isso e nós já estamos atrasados.

Eu queria pedir vista coletiva para que, na próxima quarta-feira, a gente possa votar aqui, Dra. Eudócia.

Eu tenho certeza de que o Brasil nos acompanha agora, vê aqui o que nós estamos fazendo, o trabalho da senhora e, desde a sua chegada aqui ao Senado, o quanto tem se dedicado. Então, quero parabenizar a senhora e também o Relator.

Que a gente possa, na semana que vem, votar essa matéria tão importante para o povo brasileiro!

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois não, Senador Fernando Dueire.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eu me dirijo à Senadora Eudócia para colocar para a senhora, com clareza, que o espírito desse projeto nos comove. É uma iniciativa pertinente e oportuna. Eu, às vezes, me pergunto se ela já não chega um pouco tarde, se nós não estamos atrasados nisso. A senhora tem toda a nossa solidariedade. Nós estaremos atentos aqui.

Inclusive, sobre a vista coletiva, eu me associo a esse pedido de vista da Senadora Damares, que, de forma pertinente, correta e equilibrada, pediu vista – já concedida –, porque este projeto precisa, de fato, ser votado de forma terminativa, se eu não me engano, aqui nesta Comissão, para que nós possamos atender àqueles que estão lá na ponta, sofrendo e precisando da responsabilidade desta Casa em fazer com que a aprovação deste projeto aconteça a tempo e hora.

Muito obrigado.

Parabéns, Senador Flávio Arns, pelo seu brilhante relatório!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Concedida vista coletiva ao item 7 da pauta, que voltará na quarta-feira da próxima semana.

Eu quero comunicar às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores aqui desta Comissão que, no dia 16, terça-feira, às 10h, haverá uma sessão solene em homenagem aos 125 anos da nossa queridíssima Fiocruz, de tantos relevantes serviços prestados ao nosso país. Nós contaremos com a presença – farão parte da mesa – do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha; da Ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos; do Presidente da Fiocruz, Mario Moreira; do representante da Opas no Brasil, Cristian Morales Fuhrimann; da Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernanda Magano; do Presidente do Conass, Tânia Mara Coelho; do representante do Conasems, Hisham Hamida.

Então, ficam V. Exas. convidados, se puderem prestigiar esta sessão solene tão importante.

Continuando aqui na pauta, item 2.

**ITEM 2**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI Nº 2158, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras Providências", para permitir que os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados, que disponham de farmacêutico.*

**Autoria:** Senador Efraim Filho (UNIÃO/PB)

**Relatoria:** Senador Humberto Costa

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

**Observações:**

*1- Em 27/05/2025, 11/06/2025 e 09/07/2025, foram realizadas audiências públicas para instrução da matéria.*

*2- Em 05/09/2025, foi apresentada a Emenda nº 3, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes (pendente de relatório).*

*3- Em 09/09/2025, foi apresentada a Emenda nº 4, de autoria do Senador Laércio Oliveira, posteriormente retirada pelo autor na mesma data.*

*4- Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.*

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Costa para a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, vem à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 2.158, de 2023, do Senador Efraim Filho, que altera a Lei 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras providências, para permitir que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêutico.

A matéria é composta por dois artigos: o art. 1º dispõe sobre o objeto da lei, isto é, o registro apresentado na ementa; o art. 2º, por sua vez, estabelece a cláusula de vigência, a qual indica que a lei terá efeito imediato.

Em sua justificação, o autor destaca que:

> Há muito o Brasil precisa modernizar sua legislação sanitária concernente à assistência farmacêutica, emulando os países mais desenvolvidos e permitindo a venda de medicamentos isentos de prescrição em estabelecimentos não farmacêuticos, como as grandes redes de supermercados, que têm a estrutura e a capacidade para garantir que um farmacêutico, devidamente habilitado pelo Conselho Regional de Farmácia, atue como responsável técnico e forneça aos consumidores as orientações de uso necessárias ao consumo seguro desses fármacos amplamente utilizados pela população.

No prazo regimental, foram apresentadas duas emendas: a Emenda nº1, da CAS, de autoria do Senador Eduardo Girão, permite a comercialização de medicamentos isentos de prescrição em supermercados, mesmo sem a presença de farmacêutico, desde que respeitados todos os requisitos sanitários; a Emenda nº 2, da CAS, de autoria do Senador Efraim Filho, altera o texto da matéria para prever a instalação de uma farmácia completa dentro do supermercado, em área específica.

A proposta foi encaminhada para análise desta Comissão, em decisão terminativa.

Análise.

Com fundamento no inciso II do art. 100 do Regimento Interno, compete a esta Comissão apreciar matérias que digam respeito à proteção e à defesa da saúde. Segundo o disposto no inciso I dos arts. 49 e 91, também do normativo interno, foi confiada à CAS competência para decidir terminativamente sobre o mérito da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em razão do caráter exclusivo, cabe ainda a este Colegiado pronunciar-se em relação à constitucionalidade, à juridicidade e à regimentalidade da matéria em discussão.

Quanto à constitucionalidade, a proteção e a defesa da saúde são matérias sobre as quais compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente, nos termos do art. 24, XII, da Constituição Federal. É igualmente legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, visto não se tratar de projeto de reserva privativa do Presidente da República. Revela-se, por fim, adequado o tratamento por meio de lei ordinária, uma vez que a Constituição Federal não reserva o tema à esfera de lei complementar.

Quanto à juridicidade, a proposição está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Portanto, não se vislumbram óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental.

No que diz respeito ao mérito, entendemos que a matéria deve prosperar.

Peço um pouquinho de silêncio. (*Pausa.*)

O Projeto de Lei nº 2.158, de 2023, de autoria do nobre Senador Efraim Filho, propõe a alteração da Lei nº. 5.991, de 1973, para autorizar a comercialização de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) em supermercados que disponham de farmacêuticos, devidamente inscritos no Conselho Regional de Farmácia, como responsável técnico para prover orientação de uso, de forma presencial ou virtual, desde que os requisitos sanitários sejam cumpridos.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A iniciativa se insere em um debate de natureza econômica, social e com forte impacto de natureza sanitária: a proposta representa uma expansão do regime de autorização sanitária que amplia o acesso a medicamentos de uso comum pela população, o que traz legítimas preocupações no que se refere à automedicação.

Os MIPs, apesar de isentos de prescrição, não são isentos de riscos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo dados da pesquisa Vigitel, publicada pelo Ministério da Saúde, estima-se que cerca de 20% a 30% das internações hospitalares estejam relacionadas a problemas decorrentes do uso inadequado de medicamentos, como superdosagem, interações medicamentosas e efeitos adversos evitáveis.

Corroborando com a pesquisa do Ministério da Saúde, dados publicados pelo Conselho Federal de Farmácia apontam que mais de 70% da população brasileira admite ter se automedicado. Essa prática, muitas vezes associadas à facilidade de acesso a medicamentos sem prescrição, somadas à crença na experiência pessoal ou de terceiros, resulta em efeitos colaterais graves e podem mascarar doenças que requerem avaliação médica adequada.

Observa-se, portanto, que este fenômeno é de alta relevância sanitária, frequentemente associadas a desfechos adversos evitáveis. O consumo de medicamentos sem adequada orientação profissional leva a erros de dose, tempo de uso prolongado e duplicidade terapêutica, resultando em intoxicações, falhas de tratamento e agravamento de quadros clínicos.

Trata-se de um ponto de bastante atenção em um projeto como o que ora discutimos, pois substâncias que são popularmente consideradas de baixo risco, como analgésicos e anti-inflamatórios, estão entre as principais responsáveis por intoxicações notificadas nos sistemas de vigilância em saúde, demonstrando que até mesmo os MIPs importam em potenciais danos à saúde pública.

Permitir, então, a venda de medicamentos fora do ambiente farmacêutico, ainda que se apresente como medida destinada a ampliar o acesso e a conveniência do consumidor, pode intensificar práticas que comprometem de forma significativa a saúde pública.

Além disso, a presença virtual de farmacêuticos é igualmente preocupante. A ausência destes profissionais de forma presencial e em tempo integral para orientar sobre contraindicações, interações medicamentosas e sinais de alerta retira do cidadão a possibilidade de uma assistência segura. Esse cenário aumenta a probabilidade de uso incorreto de medicamentos, especialmente em populações vulneráveis, como idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, que estão mais sujeitas a interações e complicações. Por estas razões, inclusive, recomendamos a rejeição da Emenda nº 1 – CAS, de autoria do Senador Eduardo Girão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta, ainda, poderá afetar a sustentabilidade de pequenas farmácias e drogarias, sobretudo em regiões periféricas, além de reduzir a demanda por serviços de orientação farmacêutica. Logo, é importante observar que a ponderação entre livre concorrência e a proteção social exige equilíbrio regulatório, de modo a evitar prejuízos a profissionais e empreendedores locais.

Sob este entendimento, consideramos que a Emenda nº 2 – CAS, de autoria do Senador Efraim Filho, pode ser parcialmente acatada, uma vez que sana importantes preocupações em relação ao risco sanitário e social que permeiam o texto inicial da matéria.

Esta emenda estabelece requisitos mais rigorosos, como a instalação de farmácia completa em área específica do supermercado. Inclusive mediante convênio ou contrato de parceria com farmácia ou drogaria, presença obrigatória de farmacêutico durante todo horário de funcionamento, cumprimento integral das normas sanitárias expedidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), vedação à comercialização por marcas próprias e a proibição de atendimento por teleconsultas.

Ressalte-se que a proposta em análise foi objeto de amplo debate entre os diversos setores envolvidos, incluindo Governo, representantes da indústria farmacêutica, do setor produtivo e do comércio varejista. Nos meses de junho e julho, esta Comissão de Assuntos Sociais promoveu audiências públicas que contribuíram de forma significativa para o amadurecimento da discussão e a partir desses diálogos, consolidou-se o reconhecimento da relevância da matéria. Todavia, persiste a necessidade de aperfeiçoamentos legislativos que assegurem, simultaneamente, a proteção da população e a preservação do rigor sanitário.

Com esse intuito, estamos propondo um texto substitutivo, com base na Emenda nº 2 – CAS, ao projeto original, com as seguintes alterações: mantivemos a possibilidade de instalação de farmácia ou drogaria no interior de supermercados, desde que em espaços fisicamente delimitados, segregados e de uso exclusivo para a atividade farmacêutica, de modo independente dos demais setores comerciais. Além disso, admitimos que os supermercados possam exercer tal atividade diretamente ou, alternativamente, mediante convênios com farmácias ou drogarias devidamente licenciadas e registradas junto aos órgãos competentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica ainda determinada a exigência da presença de farmacêutico legalmente habilitado durante todo o horário de funcionamento da farmácia instalada em área de supermercado. Adicionalmente, estabeleceu-se que os medicamentos sujeitos a controle especial somente poderão ser dispensados após o pagamento, ou então deverão ser transportados do balcão de atendimento ao local de pagamento em embalagem lacrada, inviolável e devidamente identificada. Também se autorizou que farmácias e drogarias regularmente licenciadas possam contratar canais digitais e plataformas de comércio eletrônico, exclusivamente para fins de logística e entrega ao consumidor final, desde que respeitado, de forma integral, o marco regulatório sanitário.

No que se refere à comercialização de medicamentos e produtos por marcas próprias e ao atendimento por teleconsultas, pela relevância destes temas, entendemos que eles precisam ser mais debatidos e, por isso, não serão abordados neste relatório.

Sob a ótica regulatória e da equidade social, é necessário reconhecer que a comercialização de medicamentos envolve um bem de saúde sujeito a regras especiais de proteção. Nesse sentido, permitir a venda desses produtos fora do ambiente farmacêutico representa fragilização da vigilância sanitária e risco potencial à coletividade. Quaisquer políticas públicas devem buscar conciliar o objetivo de ampliar o acesso com a necessidade de preservar a segurança, a racionalidade terapêutica e a proteção à saúde, sob pena de transformar uma aparente conveniência em ameaça estrutural à sociedade.

Tenho aqui ainda um adendo a esse parecer para, enfim, apresentar o voto.

No prazo regimental, após a apresentação do relatório inicial, foram apresentadas duas emendas: a Emenda nº 3 – CAS, de autoria do Senador Astronauta Marcos Pontes, pretende vedar o desenvolvimento de marcas próprias de medicamentos por farmácias e drogarias.

Por sua vez, a Emenda nº 4 – CAS, de autoria do Senador Laércio Oliveira, permite a instalação de farmácia ou drogaria sob mesma identidade fiscal dos supermercados, desde que mantenha contabilidade individualizada da atividade farmacêutica, com controles operacionais e regulatórios próprios. Posteriormente, esta emenda foi retirada pelo autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, observamos necessários outros ajustes na redação do substitutivo oferecido preliminarmente, para que sejam refutadas todas as dúvidas que durante este período surgiram.

Análise.

A Emenda nº 3 – CAS, apresentada pelo ilustre Senador Astronauta Marcos Pontes, propõe incluir no texto legal o art. 8º-A, para vedar que farmácias e drogarias possam desenvolver marcas próprias de medicamentos.

O projeto que ora analisamos tem como objetivo específico permitir que medicamentos isentos de prescrição possam ser comercializados e dispensados por supermercados que disponham de farmacêuticos devidamente inscritos no Conselho Regional de Farmácia, sendo, ainda, permitido que a orientação de seu uso possa se dar por meio virtual.

No substitutivo oferecido, avançamos nesta discussão e concluímos pela permissão da instalação de uma farmácia ou drogaria na área de venda dos supermercados, respeitados os regramentos sanitários estabelecidos pela Anvisa e pela legislação vigente, como a Lei nº. 13.021, de 8 de agosto de 2014, e a Lei nº. 6.360, de 23 de setembro de 1976. Em que pese a importância e a relevância da Emenda nº 3, entendemos que vedar a possibilidade de desenvolvimento de marcas próprias por farmácias e drogarias extrapola o núcleo de matéria que ora analisamos e disciplina um assunto que requer discussões aprofundadas em um projeto autônomo, sobretudo porque envolve análise de seus impactos sociais, concorrenciais e regulatórios.

Por esta razão, opinamos respeitosamente pela rejeição da Emenda nº 3, que obviamente pode finalizar pela apresentação de um projeto próprio específico.

Por fim, observamos serem necessários ajustes redacionais para aclarar dispositivos do substitutivo anteriormente apresentado, notadamente, no §4º, mantivemos a necessidade de as farmácias e drogarias assegurarem a dispensação de medicamentos de controle especial após o pagamento ou, alternativamente, que estes sejam transportados até o local de pagamento em embalagem lacrada, inviolável e identificável, reforçando que tal norma se aplica aos estabelecimentos instalados na área de venda de supermercados. E 2: Quanto ao §5º, ajustamos seu teor para não restar quaisquer dúvidas sobre a proibição da venda de medicamentos fora da área estabelecida no projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a análise, Sr. Presidente.

Voto.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação do Projeto de Lei 2.158, de 2023, pela rejeição das Emendas nºs 1 e 3, da CAS, e pelo acolhimento parcial da Emenda nº 2, CAS, nos termos do substitutivo abaixo. Em seguida vem o substitutivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente! Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Em discussão a matéria.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente! Presidente Marcelo!

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Com a palavra, para discutir a matéria, Senador Dr. Hiran.

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Para discutir.) – Presidente Marcelo, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, eu quero parabenizar o autor do projeto, o Senador Efraim, que, juntamente com o Relator, foram aperfeiçoando esse texto, que ficou o mais adequado possível até hoje. Mas V. Exa., Senador Efraim, inclusive, quando teve essa emenda parcialmente acatada... É bom que a gente deixe bem claro que uma parte da sua emenda que não foi acatada versava sobre esse tema muito controverso que é a gente autorizar o desenvolvimento de marcas próprias de medicamentos para serem vendidos em cadeia de supermercado.

Eu fico muito preocupado com isso, porque tem cadeias de supermercado muito poderosas, e a gente vai ter um profissional, um farmacêutico dentro da farmácia... Aliás, inicialmente, isso não tinha no projeto inicial e esse projeto foi aperfeiçoado. Inicialmente se propôs que houvesse um farmacêutico que poderia fazer orientações virtuais à distância e a gente garantiu, inclusive, um mercado de trabalho ampliado para os farmacêuticos dentro das farmácias, nos supermercados.

Mas, meu querido Relator Humberto, eu acho que a gente precisa analisar com muito cuidado essa questão do desenvolvimento de marcas próprias dentro das cadeias, porque tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cadeias gigantescas de supermercados que vão fazer uma concorrência, eu acho, muito assimétrica com determinados pontos de venda muito menores, que não vão ter a influência de um farmacêutico dentro dessas redes.

Então, é por isso que, com o devido respeito tanto ao autor quanto ao Relator do projeto, eu vou pedir vista, para gente discutir mais sobre esse ponto da autorização de marcas próprias dentro dos supermercados.

Então, peço vista ao projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Senador Humberto pede a palavra.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Como Relator.) – Só para um esclarecimento: o projeto não autoriza a introdução de marcas próprias por parte de farmácias dentro ou fora do ambiente do supermercado. Segundo, já existe uma determinação da Anvisa que proíbe a adoção, a existência das marcas próprias. Terceiro, eu próprio sou contrário à existência das marcas próprias.

Eu acho que o que nós estamos fazendo aqui é aprovando uma lei que eu acho que é um marco importante, extremamente importante para o consumidor, extremamente importante para a política de saúde pública do nosso país. Então, o que eu fiz, na verdade – é lógico que nós vamos discutir de novo na semana que vem –, foi não adentrar em outro tema que, embora seja importante, eu acho que pode ser tratado de uma outra maneira, até porque, como eu disse, hoje já há uma proibição por parte da Anvisa de que haja a adoção dessas marcas próprias.

Então, era só para efeito de esclarecimento.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente...

**O SR. DR. HIRAN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Presidente, é só porque...

Wilder, o senhor me dá a licença? É só à guisa do que o nosso Relator comentou.

Eu queria deixar claro aqui que existe resolução da Anvisa. Resoluções são marcos infralegais, e eu acho que o que abunda não prejudica. Quer dizer, se a gente já tem uma resolução que proíbe na Anvisa, eu acho que não custa nada a gente consignar no texto legal, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que passa a ser não uma política de governo, nem uma política que tem um marco temporal dentro de uma administração da Anvisa, que muda ao longo do tempo, mas para que fique consignada, no texto, de forma mais perene, essa vedação, porque eu acho muito importante e porque isso vai desequilibrar a concorrência no mercado farmacêutico.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Bom, eu vou conceder a palavra ao Senador Wilder e à Senadora Jussara. No entanto, aviso que foi pedido vista; quer dizer, nós vamos fazer a discussão na próxima reunião. Mas...

Senador Wilder.

**O SR. WILDER MORAIS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Eu quero só, Presidente, já que tem vista, a vista coletiva, para que a gente possa...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Ah, tranquilo.

**O SR. HUMBERTO COSTA** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – ... na terça-feira, garantir essa matéria aqui em pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Perfeito.

Senadora Jussara.

**A SRA. JUSSARA LIMA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - PI. Pela ordem.) – Bem, Sr. Presidente, peço vista coletiva para a próxima semana, para uma melhor compreensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Concedida a vista coletiva.

Vamos ao próximo item da pauta.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Senadora Dra. Eudócia com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Pela ordem.) – Eu queria fazer só um pedido.... (*Pausa.*)

Presidente, eu queria só fazer um pedido: se for possível, inverter a pauta.

Eu sou Relatora do item 6 e eu precisava ir para um evento agora. Seria possível a inversão da pauta? Inverter e colocar o item 6, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – O Humberto tinha pedido o item 4, parece... (*Pausa.*)

Pois não, Senadora Eudócia.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – V. Exa. manda aqui nesta Comissão.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – O senhor manda, e eu obedeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Vamos ao item 6 da pauta, por pedido de inversão da pauta da Senadora Eudocia.

**ITEM 6**

**PROJETO DE LEI Nº 5181, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, para assegurar, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, a realização de testes genéticos para mulheres pertencentes aos grupos de alto risco, objetivando a identificação de mutações hereditárias associadas ao aumento de probabilidade de neoplasias malignas de ovário, mama e colorretal.*

**Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senadora Dra. Eudócia

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

Concedo a palavra à nobre Senadora Eudocia para fazer a leitura do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, peço permissão para ir direto à análise.

Quero primeiro parabenizar pela autoria e iniciativa o Senador Rogério Carvalho, por esse brilhante projeto de lei.

Louvamos a iniciativa, como eu já falei, do ilustre autor, Senador Rogério Carvalho, que visa a assegurar o teste genético...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Gente, por favor.

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

O teste genético às mulheres consideradas grupos de alto risco para neoplasias malignas de ovário, mama e colorretal.

Cerca de um entre dez casos de câncer de mama e um entre quatro casos de câncer de ovário têm origem em alterações genéticas herdadas. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (Inca), estima-se que ocorram cerca de 73.610 novos casos de câncer de mama no Brasil, anualmente, para o período de 2023 a 2025. Em relação ao câncer de ovário, cerca de 7.310 mulheres serão diagnosticadas nesse período. Por fim, são esperados 45.630 novos casos de câncer colorretal anualmente no Brasil.

Os testes genéticos exercem papel fundamental tanto na prevenção quanto na detecção precoce e na decisão do melhor tratamento para o tumor. Esses testes permitem a identificação de mutações em genes como BRCA1 e BRCA2, associadas a um risco elevado de câncer de mama e ovário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante ressaltar que os estudos científicos que comprovam a eficácia desses testes começaram a ser desenvolvidos e utilizados na década de 1990. Desde então, países ao redor do mundo adotaram os testes genéticos para mulheres de alto risco de câncer. Cito como exemplo: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido, Austrália, França, Alemanha, Espanha, Japão, China e Coreia do Sul.

O Brasil tem avançado na implementação de testes genéticos, especialmente em centros de referência e em algumas instituições públicas e privadas voltados para populações de risco.

Nota-se que alguns estados também já contam com legislações, incluindo testes genéticos, em seus protocolos médicos, por exemplo, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Amazonas, em Goiás e no Distrito Federal, o que representa um avanço importante, mas ainda precisamos caminhar para implementar em todo o país.

Chamo a atenção para outro fato importante, que é a realização do teste genético para pacientes que já estão com câncer, para ajudar a determinar os rumos do tratamento.

Nesse contexto, o oncologista Fernando Maluf, fundador do Instituto Vencer o Câncer, explica que existem drogas específicas para mutações dos genes BRCA1 e BRCA2 que podem contribuir para o sucesso do tratamento. Ademais, em portadoras de uma dessas mutações que têm câncer de mama, a cirurgia pode envolver não apenas a remoção da mama afetada, mas da outra mama, dado o alto risco de outro câncer no local.

Vale ressaltar que seis cientistas brasileiros que são referência em oncologia, ginecologia, genética e genômica aplicada apresentam as diretrizes para o avanço do diagnóstico e manejo nos pacientes que apresentam mutações genéticas associadas com a síndrome de câncer de mama e de ovário hereditário.

As recomendações foram publicadas na revista científica da Sociedade Americana de Oncologia Clínica (Asco). E aqui diz:

> Apresentamos as evidências científicas que podem orientar os tomadores de decisão nos sistemas de saúde pública e suplementar a implantar as ações regulatórias que aumentem o acesso à tecnologia de teste genético e de estratégias redutoras de risco, propiciando assim melhor qualidade de vida para os pacientes com perfil de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> hereditário em todo o país, destaca a Médica Oncogeneticista e autora principal da pesquisa, Maria Isabel Achatz, Coordenadora do Departamento de Oncogenética do Centro de Oncologia do Hospital Sírio-Libanês em São Paulo.

São inúmeros os estudos científicos ao redor do mundo que comprovam a eficácia, segurança e efetividade dessa nova tecnologia que deve ser incorporada no SUS, para garantir o acesso equitativo da população brasileira.

Por fim, vale ressaltar que a Lei nº 11.664, de 29 de abril de 2008, que ora se pretende alterar, traz, em seu texto, dispositivos que fortalecem a ideia de incorporação do teste genético no SUS. Assim dispõe:

> Art. 2º O Sistema Único de Saúde – SUS, por meio dos seus serviços próprios, conveniados ou contratados, deve assegurar:
>
> .....
>
> IV - o encaminhamento a serviços de maior complexidade para a complementação de diagnóstico, tratamento ou seguimento pós-tratamento sempre que a unidade que prestou o atendimento ou diagnóstico não dispuser de condições para fazê-lo.

Mais adiante, o §1º do mesmo artigo dispõe: “Os exames citopatológicos do colo uterino, mamográficos e de colonoscopia poderão ser complementados ou substituídos por outros [exames] sempre que solicitado pelo médico responsável”.

Sabemos que um único dia pode fazer a diferença na vida do paciente oncológico, que luta contra o tempo para ter acesso ao tratamento indicado e aumentar suas chances de cura.

A adoção dos testes genéticos tem crescido nos últimos anos, embora ainda existam desafios no acesso amplo pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em especial devido à omissão normativa para a concretização das políticas públicas de saúde.

Entendo que os procedimentos burocráticos não podem estar acima da ciência e do direito à saúde. São inúmeros os estudos científicos publicados no Brasil e no mundo que evidenciam a eficácia e a segurança dos testes genéticos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, devido à interpretação constitucional ampla do direito à saúde, a avaliação econômica dos benefícios do teste genético deve considerar que a falta de incorporação no SUS gera um gasto ainda maior com a judicialização e o acesso compulsório.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.181, de 2023.

Muito grata, Sr. Presidente. Agradeço aos colegas Senadores e Senadoras aqui presentes e que estão virtualmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Parabenizando a Senadora Eudócia pelo brilhante relatório, coloco a matéria em discussão.

Com a palavra a Senadora Damares, para discutir a matéria.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para discutir.) – Eu tenho tanta pressa de aprovar esta matéria que eu nem queria discutir, mas nós aprovamos aqui, recentemente, mudanças no oferecimento de mamografia no serviço de saúde pública, e uma das mudanças é: quem tiver predisposição já ter o acesso à mamografia com 30 anos.

Mas como essa pessoa vai saber se tem predisposição? Com o teste genético. As coisas se complementam.

Então, esta Comissão tem trabalhado dialogando as matérias. Então, eu acho mais que oportuna a aprovação dessa matéria hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Muito bem.

Então, não havendo mais quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e vou submeter à votação nominal. (*Pausa.*)

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Como Relatora.) – Sr. Presidente, ainda está aberto para discussão o meu relatório?

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Sim, pode falar, se V. Exa.quiser.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. DRA. EUDÓCIA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu queria, nobres colegas Senadores e Senadoras que estão aqui presentes e virtualmente, reforçar a importância desse projeto de lei de autoria do Senador Rogério Carvalho e da minha relatoria, complementando as palavras da Senadora Damares.

Esse teste genético já existe, Sr. Presidente, desde 1990. Já existe há 35 anos. Só que já se passaram 35 anos, e nós ainda não temos na rede SUS. E esse teste genético, literalmente, salva vidas, como a Senadora Damares acabou de falar. É como se fosse um norte, uma bússola, para que os oncologistas possam entender que tipo histológico seria mais agressivo ou não, e exatamente o tipo de tratamento, Senadora Damares, a instituir para cada paciente.

Então, eu peço aos colegas que estão participando desta reunião que possam analisar a questão desses testes genéticos, que inclusive no sistema SUS, Senador Fernando Dueire, já tem aparato. Ele coloca claramente aqui na legislação do SUS que qualquer tipo de exame que o especialista solicite e que favoreça o diagnóstico do paciente, o SUS abraça, autoriza. Então, não sou eu que estou dizendo, é a legislação do SUS.

Então, eu peço aos nobres Senadores e Senadoras que vejam a importância do teste genético tanto para diagnóstico como para acompanhamento dos pacientes que já estão em tratamento médico.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – V. Exa. tem toda a razão. É um projeto oportuno. E a Senadora Damares estava, há pouco, colocando com propriedade o quanto esse trabalho nas Comissões tem a ver com as entregas para a população. São projetos que têm a ver diretamente com as pessoas. E a Senadora Damares tem toda a razão.

Eu acompanho por ser membro desta Comissão e acompanho em particular o trabalho que ela desenvolve cuidando, sobretudo, das doenças em geral, mas também com relação às doenças raras, de forma que, Senadora Eudócia, é oportuno, nós vamos aprovar, se Deus quiser, e sua complementação foi de grande valia aqui para todos nós, Senadores, que atentamente estávamos ouvindo e aprendendo com a senhora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, enquanto estamos aqui em votação, o item 5.

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 2880, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a criação de programa de saúde direcionado às mulheres alcoolistas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senadora Damares Alves

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com duas emendas (de redação) que apresenta.

**Observações:**

*1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.*

*2- Em 01/09/2025, foi apresentado relatório reformulado pela Senadora Damares Alves.*

Senadora Damares, que a senhora está com a palavra.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Como Relatora.) – Presidente, o relatório já foi lido, foi pedida vista coletiva e havia uma preocupação do Governo quanto à criação de um novo programa. E a gente fez uma adequação no voto, já conversamos com o autor do projeto e ele concordou.

Já existe, Presidente, um programa nacional de enfrentamento ao alcoolismo, está? Já existe. Então a gente estaria criando um para mulher. Qual é a nossa mudança agora, o que a gente fez? Dentro do programa nacional que já existe, nós vamos criar não um outro programa, mas uma estratégia específica para a mulher, dentro do que já existe, fazer só o recorte. E a gente está trazendo aqui também uma atenção especial às gestantes puérperas. Por quê? Porque nós estamos preocupados com a síndrome alcoólica fetal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu acredito que, com o voto da forma como nós estamos apresentando agora, nós não vamos causar problema para o Governo, porque criar um novo programa implica em orçamento, não dá para aplicar, vai ter que mudar tudo dentro do ministério, uma vez que já existe um programa nacional. Então, a gente cria uma estratégia e com um olhar também às mulheres que estão dependentes do álcool e que estão grávidas para a gente cuidar do bebezinho também.

Eu acho que o voto ficou bom, o autor concordou, todo mundo concordou, e eu faço paz, fico em paz com o Governo Federal, que não me ama, e a gente faz essa grande entrega hoje. Então, foi só essa adequação. O voto já está lido, já podemos ir para votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Pois não, Senadora Damares.

Projeto lido, apresentado.

Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Votação simbólica. (*Pausa.*)

Aprovado.

Voltamos então para o item que se encontra em votação nominal.

Senadora Eudócia, estamos aguardando apenas um voto para o quórum de votação nos permitir abrir aqui o placar.

Estamos aguardando aqui. Rapidamente nós vamos ter aqui a conclusão do quórum de votação. (*Pausa.*)

Senadora Damares... (*Pausa.*)

Ah, não. Deu, sim, deu o quórum de votação. Então, nós vamos abrir...

Encerrada a votação.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Parabéns, por unanimidade!

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à mesa para as providências cabíveis, já que aqui foi em caráter terminativo.

Senadora Damares, há o requerimento da Comissão.

**ITEM 11**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 75, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos, com o objetivo de debater as necessidades e dificuldades de acesso dos pacientes com Trombocitopenia Imune (PTI), anteriormente conhecida como Púrpura Trombocitopênica Idiopática.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Passo a palavra a V. Exa. para a leitura do requerimento.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Bom, vou ler apenas a ementa.

Nos termos regimentais, é para a gente realizar aqui na Comissão uma audiência pública em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos – a gente já aprovou lá –, com o objetivo de debater as necessidades e dificuldades de acesso dos pacientes com trombocitopenia imune, anteriormente conhecida como púrpura trombocitopênica idiopática. Então, a gente precisa fazer essa conversa, a gente está muito preocupado inclusive com áreas rurais, áreas indígenas. É uma realização de uma audiência, e os convidados eu já estou indicando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Oportunos o requerimento e a iniciativa.

Aprovado.

Senadora Damares, aqui também tem outro requerimento, o item 12.

**ITEM 12**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 76, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 14/2025 - CAS, seja incluído o convidado que especifica.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Eu passo a palavra a V. Exa. para a leitura do requerimento.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Para encaminhar.) – Presidente, esse é mais simples ainda.

Já temos uma audiência pública que foi aprovada. Eu só estou, nesse meu requerimento, solicitando a inclusão de mais um orador, que é o José Mauro Braz de Lima, Neurocientista e Professor associado de Neurologia da Faculdade de Medicina da UFRJ.

**O SR. PRESIDENTE** (Fernando Dueire. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Fala da Presidência.) – Com certeza irá contribuir muito no debate, no diálogo que nós teremos na audiência.

Aprovado.

Lembro que amanhã às 9h30 teremos reunião desta Comissão destinada à deliberação das indicações às programações decorrentes das emendas RP 8 da CAS à LOA de 2025.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 9 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 39ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 2025, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e quarenta e sete minutos do dia onze de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Jussara Lima, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Fabiano Contarato, Damares Alves e Esperidião Amin. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Efraim Filho, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Plínio Valério, Mara Gabrilli, Zenaide Maia, Flávio Arns, Romário, Wilder Morais, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Indicações de Emendas RP8**. **Finalidade:** Deliberação das indicações às programações decorrentes de emendas RP-8 da CAS à LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Serão deliberadas as sugestões de indicações apresentadas no período de 28/08 a 10/09/2025 (2º ciclo). Relatoria/Coordenação das sugestões de indicações na CAS: Senador Marcelo Castro. **Resultado:** A Comissão deliberou e aprovou, por unanimidade, as 251 indicações, conforme planilha anexa, e os 6 cancelamentos de indicações aprovadas em reunião anterior, em decorrência de impedimento técnico ou erro material, conforme planilha anexa. Em seguida, a presidente submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e cinco minutos. A presente Ata, assinada pela Senhora Presidente, será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Dra. Eudócia**
Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Assinado eletronicamente, por Sen. Dra. Eudócia

Para verificar as assinaturas, acesse https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3693474832

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/11

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos os presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de indicações às programações decorrentes de emendas da Comissão de Assuntos Sociais RP 8, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Dados das emendas.

Emenda nº 60060003. Ação: 2E89. Incremento temporário ao custeio dos serviços de atenção primária à saúde para cumprimento de metas. Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

Emenda nº 60060004. Ação: 2E90. Incremento temporário ao custeio dos serviços de assistência hospitalar e ambulatorial para cumprimento de metas. Unidade orçamentária: Fundo Nacional de Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A coordenação e relatoria das indicações na CAS ficaram a cargo do Senador Marcelo Castro, Presidente desta Comissão.

A votação será simbólica.

Passo à leitura *ad hoc* do relatório do Senador Marcelo Castro.

Relatório.

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025, do Congresso Nacional, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução de programações decorrentes de emendas de Comissão à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2025 (Lei nº 15.121/2025).

Na LOA de 2025, esta Comissão apresentou Emenda RP 8 nas programações:

- 2E89: Incremento Temporário ao Custeio de Serviços de Atenção Primária à Saúde para Cumprimento de Metas (Emenda 60060003);

- 2E90: Incremento Temporário ao Custeio dos Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial para Cumprimento de Metas (Emenda 60060004).

Em 28/08/2025, foi realizada a primeira reunião destinada à deliberação de indicações desta Comissão, com a aprovação de 2.124 indicações.

Após a reunião, o sistema Sinec foi reaberto para novas indicações, e, no prazo concedido por esta Comissão, foram apresentadas 275 indicações.

Posteriormente, foram retiradas, pelos próprios autores, sete indicações.

Dessa forma, restaram 268 indicações listadas no Anexo I.

Ademais, foi solicitado pelos respectivos autores o cancelamento de 12 indicações aprovadas na primeira reunião, realizada no dia 28 de agosto, em decorrência de impedimento técnico ou erro material.

É o relatório.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto ao mérito, após análise, foram selecionadas 251 indicações, que constam no Anexo II, e não se vislumbra óbice ao cancelamento de seis das indicações já aprovadas em decorrência de impedimento técnico ou erro material, que constam no Anexo III, solicitado por seus autores.

Voto.

Tendo em vista o exposto, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo II e pelo cancelamento das indicações elencadas no Anexo III, aprovadas na primeira reunião, em decorrência de impedimento técnico ou erro material.

Lido o relatório, coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, a planilha constante do Anexo II, conforme as indicações feitas pelos Parlamentares no sistema Sinec e a planilha constante do anexo 3 para cancelamento das indicações aprovadas na primeira reunião em decorrência de impedimento técnico ou erro material, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado.

As indicações e as solicitações de desconsideração são aprovadas.

A decisão desta Comissão será comunicada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e ao Ministério da Saúde.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 47 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e cinco minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Dra. Eudócia, reúne-se a Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Paulo Paim e Damares Alves, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Augusta Brito, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Fabiano Contarato, Nelsinho Trad e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixa de comparecer o Senador Dr. Hiran. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 1, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a regulação da pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 2, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a aprovação e registro de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 3, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o financiamento da pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 4, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a incorporação no SUS de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer." **Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer. n° 5, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer do colo do útero: promoção da saúde, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e assistência integral", a fim de debater ações integradas para a redução da mortalidade por câncer do colo do útero no Brasil." **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF), Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2025 - CASCANCER, de autoria Senadora Dra. Eudócia (PL/AL). **Finalidade:** Debater sobre a regulação da pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer. **Participantes:** Gustavo Cardoso Guimarães, Coordenador dos Departamentos Cirúrgicos Oncológicos e Medicina Genômica da Beneficência Portuguesa de São Paulo; Martín Bonamino, Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz; Dayana Mendes Ribeiro, Coordenadora Médica da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Amor de Barretos; Eduardo Jorge da Fonseca Lima, Conselheiro Federal pelo Estado de Pernambuco do Conselho Federal de Medicina - CFM; José Barreto Campello Carvalheira, Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde; Angélica Nogueira, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica - SBOC; e Raphael Sanches Pereira, Gerente-Geral de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA. **Resultado:** Realizada. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata desta reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e sete minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Dra. Eudócia**

Presidente da Subcomissão Temporária com o objetivo de debater propostas relacionadas à prevenção e ao tratamento de câncer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/23

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Subcomissão Temporária com o Objetivo de Debater Propostas Relacionadas à Prevenção e ao Tratamento de Câncer da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião divide-se em duas partes.

A primeira parte destina-se à deliberação de requerimentos apresentados à Subcomissão.

A segunda parte atende ao Requerimento nº 1, de 2025, de minha autoria, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre a regulação de pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

Cumprimento os colegas e todos os palestrantes que vão participar de modo virtual.

Passemos à primeira parte da reunião.

O requerimento é de minha autoria. Passo à leitura.

**1ª PARTE**

**ITEM 1**

**REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. Nº 1, DE 2025**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a regulação da pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O Item 2.

**1ª PARTE**

**ITEM 2**

**REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. Nº 2, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a aprovação e registro de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Além das instituições listadas nesse requerimento, a pedido do Senador Dr. Hiran, proponho a inclusão da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (Abimed) como convidada para essa audiência.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos para o item 3, que é o Requerimento da CASCANCER nº 3, de 2025, não terminativo, da minha autoria. Passo à leitura.

**1ª PARTE**

**ITEM 3**

**REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. Nº 3, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o financiamento da pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4, Requerimento da CASCANCER nº 4, de 2025, não terminativo, da minha autoria. Passo à leitura.

**1ª PARTE**

**ITEM 4**

**REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. Nº 4, DE 2025**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a incorporação no SUS de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.*

**Autoria:** Senadora Dra. Eudócia (PL/AL)

Além das instituições listadas neste requerimento, a pedido do Senador Dr. Hiran, proponho a inclusão da Associação Brasileira da Indústria de Tecnologia para Saúde (Abimed) como convidada para esta audiência.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E agora o item 5, Requerimento da CASCANCER nº 5, de 2025, não terminativo. A autoria é da Senadora Damares Alves, e eu o subscrevo. Dessa forma, eu vou ler, subscrevendo a autoria da nossa querida Senadora Damares.

> Senhora Presidente,
> Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir, no âmbito da subcomissão temporária CASCANCER, o tema "Câncer do colo do útero: promoção da saúde, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e assistência integral", a fim de debater ações integradas para a redução da mortalidade por câncer do colo do útero no Brasil.

**1ª PARTE**

**ITEM 5**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER. Nº 5, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o tema "Câncer do colo do útero: promoção da saúde, prevenção, diagnóstico precoce, tratamento oportuno e assistência integral", a fim de debater ações integradas para a redução da mortalidade por câncer do colo do útero no Brasil.*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Agora vamos dar início à segunda parte da reunião, a audiência pública destinada a debater sobre a regulação da pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Ouvidoria, através do telefone 0800 0612211; e e-Cidadania, por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

A finalidade dessa audiência pública interativa é debater sobre a regulação da pesquisa e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e terapias contra o câncer.

A reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria, que eu já mencionei, 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento de realização de audiência é o Requerimento nº 1/2025, da CASCANCER, de minha autoria.

E os convidados: o primeiro convidado é o Sr. Dr. José Barreto Campello Carvalheira, que é Coordenador-Geral da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde; o Dr. Raphael Sanches Pereira, que é Gerente-Geral de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa); o Dr. Martín Bonamino, que é pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), através de videoconferência; a Dra. Dayana Mendes Ribeiro, que é Coordenadora Médica da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Amor de Barretos, também através de videoconferência; o Dr. Gustavo Cardoso Guimarães, que é Coordenador dos Departamentos Cirúrgicos Oncológicos e Medicina Genômica da Beneficência Portuguesa de São Paulo, também através de videoconferência; o Dr. Eduardo Jorge da Fonseca Lima, que é Conselheiro Federal pelo Estado de Pernambuco do Conselho Federal de Medicina (CFM), que também fará sua exposição através de videoconferência; e a Dra. Angélica Nogueira, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC), também tem a sua presença confirmada e está aqui conosco presencialmente.

Nós iniciaremos a nossa audiência com a exposição do Dr. José Barreto Campello Carvalheira.

E aqui eu quero fazer uma ressalva: a Dra. Angélica Nogueira, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia, solicitou aqui à Presidência para que ela pudesse falar logo após o Dr. José Barreto, em virtude de ela ter um compromisso agora urgente. Ela não poderá se demorar aqui na nossa audiência pública.

Então, com a palavra, o Dr. José Barreto Campello Carvalheira.

Com a palavra, Dr. José Barreto.

**O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA** (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Dra. Eudócia. Para mim, é um prazer estar aqui.

Eu queria dizer que a gente vem aqui com muita vontade de vir, tanto eu como a Angélica. Na verdade, estou presidindo a banca do Conselho Nacional do Câncer hoje, a gente saiu, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Secretário vai presidi-la. E aí, nessa hora, tanto eu quanto a Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica vamos ter de nos ausentar.

Agradeço bastante por esta oportunidade de poder apresentar para vocês a Política Nacional do Câncer.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Eu queria só fazer uma colocação, Dr. José Barreto: o senhor e os demais expositores terão dez minutos para exposição. Pode ficar à vontade.

**O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CAVALHEIRA** – A senhora me dá cinco a mais? Tenho muita coisa para falar. Já vou pedir. (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Permitido.

**O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA** – Eu fico no meu tempo claramente aqui dentro dos 15.

Primeiro, quero dizer que a gente está vivendo um momento único no Ministério da Saúde em relação à Política Nacional de Câncer. Eu consto aqui como Coordenador, mas sou o atual Diretor, porque foi criada a Coordenadoria no começo do ano, em 2023, 2022, no início do mandato do Presidente Lula. E, logo em seguida, a gente recebeu a incumbência de ficar como Coordenador. Entrei no ano passado, e a pauta ficou tão importante que agora a gente criou uma Diretoria para coordenar a Política Nacional do Câncer.

Eu agradeço muito, e esse nome provavelmente ainda está constando em algum local do *site* do ministério, mas a gente tem uma Diretoria agora, e isso é uma coisa bastante importante.

Queria começar mostrando a importância do câncer, né? Eu acho que esse é um eslaide do pessoal da Unifesp. Eu sou professor titular da Unicamp e entrei nessa incumbência, nessa condição, na hora em que a gente da oncologia clínica da Unicamp... Esse trajeto mostra claramente um aumento da taxa de mortalidade por câncer em relação à doença cardiovascular. Acho que esse gráfico aí é perfeito para mostrar a transição demográfica que a gente vive. Primeiro, um aumento tanto de doença cardiovascular como de doença como câncer, e, apesar disso, como o Farmácia Popular foi muito efetivo em reduzir a mortalidade por doença

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cardiovascular, a gente teve uma política muito potente para doença cardiovascular e a política para o câncer ficou dentro das doenças crônicas, mas o câncer não dá para ser entendido como doença crônica.

O que acontece é que agora a gente tem praticamente todos com relação um para um e meio, todos os estados da nação estão mais azuis. E o que a gente vê naquela condição do Amazonas... Em seis estados – Amazonas, Amapá, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina –, a mortalidade por câncer já é maior do que a doença cardiovascular. Então, esse é um cenário que mostra claramente como a gente vive.

E qual é o nosso principal problema nessa situação? A gente diagnostica o paciente tardiamente. O percentual de câncer diagnosticado em estágio 3 e 4 beira 60% a 70%. Para ter uma ideia, no país desenvolvido é o contrário, tá? Então, em torno de 30% dos pacientes com câncer estariam em estágios 1 e 2. Então, isso já dá a dica de onde que a gente tem que trabalhar mais para conseguir modificar essa coisa. Olha que horrível que é colo uterino: 50% numa doença que você consegue curar. Curar: curar e não ter a doença, né? Na verdade, é chegar a erradicá-la se a vacina e a prevenção funcionarem de forma adequada.

E aqui a gente fica nessa condição ruim, que é a situação do investimento nosso em relação à quimioterapia, cirurgia e radioterapia. A gente vê como que a quimioterapia vem aumentando os gastos, enquanto a cirurgia e a radioterapia estão com pouco aumento de gasto. E quando você vai olhar aquele 13% ali, eu não sei quem foi que botou o um para mim, porque ali é três, tá? Ah, não, está certo, três embaixo, desculpe. Eu estou falando coisa que não é verdade. Aqui, ó, esse 3% eu não consigo apontar, não aparece. Mas, assim, aquele 3% na bola da quimioterapia, quando a quimioterapia está isolada, ele está apontando na ponta do gráfico. Ele aponta lá. Então, assim, quando a gente está com 3%, a quimioterapia, entre nove a gente tem... O que é bom? É você realmente conseguir fazer o diagnóstico precoce e ter aquela cura que eu falei no gráfico anterior.

Então, para a gente mudar, a gente tem que mudar um perfil que tem dentro da nossa organização oncológica, né? Para isso, o que é que a gente fez? A gente teve uma lei, a 14.758, que foi publicada em 2023, e a gente regulamentou essas normativas. Todas essas normativas mudaram completamente aí o esteio, o fundamento da associação da política do câncer. E para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regulamentar a lei, a gente fez uma portaria com a sexta rede. A sexta rede, que é a rede só para câncer, tirando-a da doença cardiovascular. Dentro dessas outras, a gente tem essa outra portaria, que está bastante avançada, que está em discussão, que é a portaria da assistência farmacêutica. Existe uma pactuação complexa com Conass e Conasems, por conta de como é que vai funcionar a situação de compra de medicamento, mas ela está funcionando a todo vapor, tanto é que hoje de manhã a gente anunciou a organização dentro do Consinca das novas drogas para o tratamento de câncer de mama, que são o trastuzumab entansina, os inibidores de ciclina. Então, eles entraram dentro do protocolo clínico de diretrizes terapêuticas, e a gente vai passar a ofertar em outubro aqui no Outubro Rosa, tá?

Então, como é que é essa linha de cuidado? Para sair dessa visão hospitalocêntrica e fechada dentro da própria quimioterapia, radioterapia e cirurgia, o que é que a gente fez? A gente mudou para fazer todas as linhas de cuidado dentro do departamento, onde a gente teria uma área de vigilância do câncer, que ficaria dentro do próprio Instituto Nacional do Câncer, isso já está dentro da SVSA. Aqui a gente tem imunização contra o HPV, contra hepatite B, as campanhas de promoção de saúde, nessas ações de vigilância e promoção.

A ação de prevenção secundária e detecção precoce, a gente está com o plano de eliminação de câncer de colo uterino, que foi recentemente lançado. É um grande avanço aí, porque, desde que eu me formei, eu me formei em 1994, me falavam que a cobertura de câncer de colo uterino era de 40%; ela caiu para 36%. Então, assim, a gente não consegue, e a meta da OMS é que ela seja 70%.

A gente está com um programa inteiro, foi lançado agora para levar uma tecnologia de ponta para a rede, com a tecnologia de DNA-HPV. Vale destacar que com a tecnologia para o HPV, a imunização, a gente está com 82% de cobertura vacinal da meta da OMS, que é de 90% para as meninas, tá?

Então, meta de vacinação excelente, chegando ao cumprimento do HPV DNA, a elaboração do plano de eliminação de câncer de colo uterino funcionando.

E, hoje, o Ministro lançou, dentro do Consinca, o protocolo de alta suspeição, que a gente acabou de lançar – ele está em elaboração ainda aí, mas é porque ele foi lançado hoje, e, então, não tive tempo de mudar o eslaide, me desculpem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da confirmação diagnóstica, em seguida, a gente tem todas as ofertas de cuidado integrado dentro dessa lógica. Aqui seria dentro das ofertas de cuidado integrado para mama, colorretal, colo uterino, estômago e próstata, que são as primeiras a serem lançadas.

Há mais os veículos de transporte e as carretas. Hoje foram anunciadas 27 carretas para ver essa condição, para melhorar essa carreta do câncer de colo uterino, do câncer de mama...

Há o Super Centro Brasil para Diagnóstico, o Programa Nacional de Navegação, que está com o Proadi-SUS, que está sendo anunciado agora, quando eu estou aqui. Esse Proadi-SUS, que é do Navega SUS, está sendo anunciado agora e é um projeto da Sgtes (Secretaria de Gestão do Trabalho). A gente tem aqui o Super Centro Brasil para Diagnóstico de Câncer, que é uma cooperação com a A.C.Camargo, que é capaz de fazer mil biópsias por dia. E a gente está começando a receber essas lâminas para fazer essas biópsias.

Há o componente cirurgia, o componente radioterapia – aqui, dentro do componente radioterapia, a gente tem o Persus, o Pronon, de que vou falar com mais detalhe – e o componente quimioterapia.

Vejam que a linha de cuidado vai: rede para habilitação, estratégia inovadora para financiamento, reabilitação oncológica, continuidade do cuidado, volta para provimento, reabilitação oncológica... Aqui, eu vou passar mais rápido, porque, senão, vou comer muito tempo da senhora.

Aqui, o que a gente tem aqui? O impacto de uma política nacional de câncer no mundo. Quero dizer que o Brasil é pioneiro nessa situação. Este é um estudo publicado no *The Lancet Oncology*, que foi publicado em 2024 – eu não sei o que é que aconteceu com a referência. Desde 2018, 72 novas PNPCCs, aumento de 7% para 23% dos países... Só para a senhora ter uma ideia, comparando com os Estados Unidos, a nossa portaria, antes de a gente botar o PNPCC, já era melhor em vários aspectos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA** – ... dentro dessa introdução, dentro da condição de prevenção, dentro da condição de diagnóstico e *screening*. Com isso que a gente está fazendo, acelerando todas as áreas, a gente muda completamente com essa rede.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que a gente está fazendo para essa ação? Olhe, isto aqui foi o compromisso do Ministro Padilha no dia com o Presidente Lula para lançar o Programa Agora Tem Especialistas. Se a senhora ler aí, todas as ações são voltadas para o câncer de alguma forma. Aqui tem uma superimportante, que é consolidar a maior rede pública de prevenção e controle do câncer. Ele reafirmou essa missão hoje, e a gente tem isso como uma das principais missões do Ministério da Saúde hoje. O que é que a gente tem? Todas essas portarias são regulamentadas. A gente foi regulamentado, nessa situação, por uma medida provisória do Presidente Lula, considerando a urgência. Em seguida, foi a Portaria 7.266, que abre todos os componentes de condição de tratamento para câncer: o componente ambulatorial e cirúrgico, acesso à radioterapia, crédito financeiro para descompensação de dívida tributária de hospital privado, chamando toda a rede para participar desse problema, pois a gente está com urgência, porque a gente não consegue fazer aqueles diagnósticos serem precoces e, por isso, a gente está fazendo isso.

Isso aqui é o Manual de Diagnóstico Precoce. Então, todos os tumores... Esse manual tem cem páginas, foi dado para a prevenção primária. Isso aqui foi feito enquanto a gente estava na coordenadoria. E aqui isso foi para a prevenção primária.

Ofertas de cuidado integrado: 99% de abrangência das regiões de saúde, prevenção orçamentária de R$2,4 bilhões. Isso aqui é uma revolução no SUS, porque você coloca, dentro da equação, não só o tratamento, mas a duração, o tempo que você tem que fazer aquilo. Você tem que fazer aquilo em 30 dias para poder receber a verba completa. É isso que é a oferta de cuidado integrado. Então, ter a oferta de cuidado integrado seria você fazer uma colposcopia, a biópsia e ter o resultado da biópsia na mão da paciente em 30 dias. Só desse jeito que ele vai ganhar um acréscimo de duas a três vezes o procedimento total dessa situação. Isso é uma forma de conseguir remunerar o SUS de forma adequada. O câncer foi uma das primeiras.

Olha só o que aconteceu com a habilitação e o que é que a gente está vivendo com a condição. As habilitações passaram de 105. Eram 317 hospitais habilitados, 105 com radioterapia, em 2022. A gente está com 332, mais 15 hospitais em três anos, 113 com radioterapia, com oito novas unidades oferecendo radioterapia.

Esses são os investimentos em 2022, 23, 24 e 25. Dentro das habilitações oncológicas, a gente em 2025 já está com R$29 milhões e todas que a gente precisava estão habilitadas agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha o que aconteceu com a cirurgia oncológica, que era o nosso principal déficit, o principal gargalo: a gente cresceu 19,5%. Então, melhorando o componente cirúrgico, melhorando essa condição, foi aumentando gradativamente desde 2022, e a gente está batendo recorde, com maiores números, aqui dentro do componente de cirurgia.

Aqui é a quimioterapia. Olha só que coisa está acontecendo. A gente está conseguindo, de alguma forma – Deus me ouça, para falar a verdade –, ver que na portaria de quimioterapia a gente conseguiu ficar praticamente igual em 2025. Isso é o analisado do primeiro semestre, mas, se a gente continuar essa tendência aqui, significa que a gente está conseguindo fazer cirurgia – aumentando – e o paciente não está chegando tanto em estágio 3 e 4. Conseguimos estabilizar isso agora. Eu espero que esse número se mantenha, essa é a nossa meta. Se Deus quiser, a gente consegue isso para a frente.

Aqui é a condição de radioterapia. Olha só que absurdo que a gente tem no Brasil, como a gente precisa de radioterapia. Tudo o que está cinzento é onde não tem radioterapia. Tem gente andando mais de 20 horas para chegar a um aparelho de radioterapia. É inaceitável isso. A gente está com vários programas para mudar essa situação, por isso é que o componente de radioterapia está dentro da medida provisória.

Olha só: Amapá e Roraima sem. Amapá e Roraima não têm um aparelho de radioterapia! Amapá e Roraima não têm, a gente está colocando os dois agora. Se Deus quiser, será inaugurado o primeiro do Amapá até o final do ano.

Então, o que é que a gente tem aqui? A radioterapia aumentando, por conta das nossas projeções. Como isso é dependente das máquinas, as máquinas foram instaladas, a maioria este ano... Estão sendo instaladas, como a gente vê aqui, olha.

Do Pronon a gente colocou cinco projetos. A gente então forçou o Pronon inteiro para dentro de radioterapia, com cinco projetos em 2024; 13 projetos em 2025; 18 aceleradores.

O Persus vai entregar agora. Já entregou esse ano. São 28 entregas em 11 estados, com previsão até abril de mais 20. A gente entregou até agora 11 esse ano. Só esse ano, 11 aparelhos de radioterapia foram entregues. Então, isso aí com a perspectiva de a gente zerar o déficit lá no Amapá e em Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Persus II, R$400 milhões, com licitação em andamento agora, e o convênio aqui de fundo a fundo. Aqui tem emenda parlamentar, mas 35 desses 40 foram por emenda do PAC de uma ação da nossa coordenadoria direto. Foi ela que instruiu depois para ter o Persus e as outras coisas.

Então, a gente fez a primeira instrução para dentro desse programa de radioterapia, em que tem 35 mais 40 no Persus, tudo em andamento, com vários desses do convênio e do Persus I sendo entregues agora, o Pronon e o Persus II em licitação.

Isso aqui é a entrega do acelerador do Pronon, 2024/2025. Cada aparelho de radioterapia atende mil casos novos de câncer por ano. Na verdade, são 600 que fazem a radioterapia, mas cada aparelho faz mil, faz uma demanda de mil casos novos. Quando você vai fazer, ele só atende 60% dos pacientes que precisam de radioterapia. Então, a gente coloca que ele atende 600 casos novos de câncer, mas ele está correspondendo a uma cobertura de mil. Então, a gente faz mais de 10,8 mil pacientes que serão beneficiados, dessa ausência de radioterapia que existe. O Persus I é a entrega completa dentro do local.

Aqui é o atendimento chegando ao público. Colonoscopia, endoscopia, mamografia, biópsia, tudo vai estar dentro desses caminhões, onde agora tem especialistas, nessas carretas, com os mutirões, que a gente está fazendo dentro da modalidade 3 da Portaria 7.266. Então, as carretas, os mutirões e o Agora Tem Especialistas.

Aqui são as vans e ambulâncias, que a gente está colocando, por conta de um programa superinteressante, que foi colocando no SAV a distância dos municípios. Quanto mais distantes, mais ambulâncias, mais vans, mais micro-ônibus, porque ele vai ter prioridade para o câncer, desses 3,3 mil veículos que a gente vai estar ofertando.

Acho que é isso. Tempo é vida. Muito obrigado. Acho que eu cumpri com os meus 15 minutos, que eu pedi. (*Palmas.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela sua exposição, Dr. José Barreto, você que é Diretor – corrigindo aqui...

**O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA** – Mais importante é a diretoria do que eu ser Diretor. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Você, que é Diretor da Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer do Ministério da Saúde.

Agradeço a sua presença aqui nesta audiência pública e, na sua pessoa, eu agradeço ao Ministro Alexandre Padilha e também à nossa querida Dra. Angélica, que será a próxima expositora.

E eu só tinha uma pergunta a fazer a você, Dr. José Barreto, quando você colocou de diagnóstico precoce, esse é um ponto pacífico para todos nós, que somos médicos, e especialmente para os oncologistas, mas o que acontece? Além da questão de que nos falta tornar mais pública essa questão dos exames de rotina e, além da publicidade, conscientizar as pessoas, é importante a gente colocar esses exames expostos, acessíveis – esta é a palavra correta: acessíveis – para a população. Eu sei que não tem como a gente chegar a 100% em tudo, em políticas públicas, porque realmente a demanda é grande, mas eu acho que o Ministério da Saúde pode, sim, avançar um pouco mais na questão do diagnóstico precoce, dando à população a oportunidade de ter mais acesso aos exames, que fazem com que nós consigamos ter o diagnóstico precoce.

Por exemplo, para o câncer de pulmão, nós precisaríamos de tomografia, porque o raio-X simples não detecta as lesões incipientes, e, para a nossa população conseguir uma tomografia, é muito difícil. Nós temos ciência disso, não é?

Em se tratando de câncer de colo do útero – muito bem colocado –, a vacina veio para erradicar, vamos dizer assim, o câncer de colo de útero. Isto é muito importante: começar o trabalho nas escolas...

**O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA** (*Fora do microfone*.) – Sim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – ... com as nossas crianças e jovens.

E outra questão que eu queria colocar também é sobre a questão de biópsias, porque para que o colega oncologista, o cirurgião oncológico possa fazer a cirurgia e, aí, o paciente não precisar chegar ao ponto de ter que fazer quimioterapia ou outros tratamentos avançados, ele precisa saber o tipo histológico do tumor. E os nossos pacientes, às vezes, passam meses para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguir uma biópsia – meses. Especialmente no meu Estado de Alagoas, essa é a realidade. Então, às vezes, eles dependem de ter que pagar a biópsia para poder ter esse acesso.

Então, eu queria colocar esses pontos para que vocês, que fazem parte do Ministério da Saúde, possam estar vendo também essas questões, para que a gente possa avançar cada vez mais e diminuir os casos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Sim, com certeza.

... e diminuir os casos de diagnósticos tardios de câncer.

Pois não, pode voltar com a palavra, Dr. José Barreto.

**O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA** – Não, só quero colocar que a gente concorda plenamente com o diagnóstico precoce. Não tem dúvida de que a política está toda dirigida, inclusive, para isso. Essa política, nesse novo Pronon aí, que está sendo lançado agora, vai ser lançado – foi lançada a semana passada a portaria e essa semana está sendo constituído o edital dele –, tem três categorias principais: uma para continuar o aparelho de radioterapia, uma segunda para diagnóstico precoce e uma terceira para imagem, tá? Então, assim, a gente tem um diagnóstico claro... Por exemplo, para ter uma ideia da dimensão do que a senhora fala, a gente tem, dentro dessas unidades de tomografia... dessas nossas habilitações, 31 unidades habilitadas – UNACONs, CACONs – de oncologia que não têm um tomógrafo; e, desses, 72... em torno de 31 e 72, não sei se é 31 e 71, mas, nessa faixa numérica, muito próximo, não têm ressonância. Então, dentro dessa história, estão previstos 40 tomógrafos e 40 ressonâncias dentro do Pronon. Além disso, há uma chamada exclusiva para aumentar tomógrafo e ressonância dentro do PAC, que a gente chama de PAC imagem.

Então, assim, com certeza a gente está com isso que a senhora falou no radar, e isso é realmente muito importante, tem uma magnitude grande, porque a gente precisa realmente fazer uma biópsia para o câncer de pulmão, por exemplo, porque a gente vai fazer uma biópsia transtorácica normalmente guiada por tomografia ou por broncoscopia, né? Então a gente está fomentando exatamente essa condição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação às biópsias, a gente está indo a estado a estado. Peço até a ajuda da senhora para que vá rápido para Alagoas, porque a gente não está... Por esse programa do Super Centro para Diagnóstico, a pessoa não precisa pagar pela sua biópsia – são mil por dia, feitas no maior centro de especialista que a gente tem, que é dentro do A.C.Camargo, no Proadi do A.C.Camargo, que é um local que eu... Apesar de ser recifense, eu estou há 30 anos em São Paulo. Então eu convivi com o A.C.Camargo sendo uma referência em anatomia patológica, na minha cabeça. Então, a gente tem todas essas biópsias aí à disposição. E o pessoal começou...

Hoje a gente marcou um encontro... a gente colocou até que estava chegando a primeira lâmina nesse programa do Super Centro. Então, assim, o Super Centro está funcionando, o Super Centro está chegando; a primeira lâmina chegou do Pará.

Eu queria que a senhora nos ajudasse a que a gente fizesse com que esse Super Centro entrasse. A gente está colocando que não chegue de jeito nenhum em 30 dias. Isso tem que chegar em 21 dias, por favor. Ninguém quer... A condição da anatomia patológica no local, a gente quer preservar, quer crescer, quer fazer com que ela tenha mais vida no local, mas, se você não conseguiu fazer esse diagnóstico em 21 dias, a gente tem uma retaguarda muito potente. Então, assim, a gente está pensando nesse tempo para não chegar nos 30 dias de forma alguma.

Então assim, eu espero que todos os estados entrem rapidamente no Super Centro. Realmente essa é uma porta muito importante que muda esse diagnóstico. A gente tem muito problema de pacientes que não conseguem fechar os 30 dias, principalmente por falta de biópsia.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Obrigada pela sua explicação, Dr. José Barreto, e pode ter certeza que você me tem como parceira, vamos dizer assim, aqui, no Senado Federal, até porque é para isso que estamos aqui e até porque é para isso que foi criada esta Subcomissão CASCANCER.

Agradeço a sua exposição, a sua colocação. Pode ficar à vontade, Dr. José Barreto.

E agora, eu chamo a Dra. Angélica.

**O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA** (*Fora do microfone*.) – Vou ter que sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não. Pode ficar à vontade.

**O SR. JOSÉ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA** (*Fora do microfone*.) – Muito obrigado – viu? – por tudo. Realmente é uma Presidente da mesa bem completa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito grata, Dr. José Barreto.

Agora eu chamo a Dra. Angélica Nogueira, que é Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, para sua exposição.

Dra. Angélica, a senhora tem dez minutos para fazer sua exposição.

**A SRA. ANGÉLICA NOGUEIRA** (Para expor.) – Perfeito.

Muito boa tarde a todos. Eu sou Angélica Nogueira, Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica. Agradeço à Senadora Dra. Eudócia e parabenizo-a por cuidar da Subcomissão de prevenção e tratamento de câncer. Nós, da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica, entendemos que esse é um tema necessário, complexo, e a gente tem que ir somando os nossos esforços junto ao grupo do Ministério da Saúde, junto aos Senadores, Deputados, porque o desafio do controle do câncer no Brasil não é pequeno.

Esses são meus potenciais conflitos de interesse.

Não é essa apresentação. Acho que veio errada. Eu vou... Não é essa apresentação. É, não, não é essa apresentação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone*.) – Não?

**A SRA. ANGÉLICA NOGUEIRA** – Foi a apresentação errada.

Só um segundinho, eu vou mandar outra. (*Pausa*.)

Enquanto isso a gente tem música, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone*.) – É.

**A SRA. ANGÉLICA NOGUEIRA** – Por favor, se puder abrir a apresentação que chegou agora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ela quer que abra a apresentação. (*Pausa.*)

**A SRA. ANGÉLICA NOGUEIRA** (*Fora do microfone*.) – Vai demorar um pouquinho? Eu posso falar sem os eslaides? Posso passar sem os eslaides, que vai ficar mais simples?

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. *Fora do microfone*.) – Pode, por favor, Dra. Angélica.

**A SRA. ANGÉLICA NOGUEIRA** – Aí a gente não perde o tempo do grupo de trabalho.

Então, entre esses pontos trazidos de vacina, vacina de prevenção, vacina terapêutica e pesquisa em câncer – todos temas muito importantes –, primeiro, eu gostaria de começar trazendo um pouquinho do tamanho do problema do câncer no Brasil.

Então, segundo dados do Ministério da Saúde, são 700 mil pessoas, e câncer vai ser a principal causa de morte já em 2030. É um problema que afeta todos nós, com familiares, nossa população e nossos gastos – tratar câncer e prevenir câncer exige uma organização complexa de recursos financeiros, e, nos próximos 20 anos, haverá um aumento significativo dos casos de cânceres. Então, o delta de aumento não estagnou: ainda há uma previsão de aumento de 60%. No Brasil são 700 mil pessoas com cânceres, e, como já dito, a primeira causa de morte será câncer, no ano de 2030.

Existem vacinas contra câncer, existem vacinas gratuitas, e a principal delas é a vacina do HPV. Se a gente for pensar, 11% dos cânceres da mulher, mais de um em dez, são cânceres do vírus HPV. Então, se a gente conseguir efetivar a vacinação no Brasil, a gente tem como mudar toda essa epidemiologia. E 5% dos cânceres dos homens são associados a HPV, que são cânceres de vulva, vagina, pênis, canal anal, garganta – então, também afetando os homens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A vacina do HPV corre o risco de ser a mesma coisa do Papanicolau, que foi uma tecnologia incrível, mas que no Brasil nunca atingiu o seu potencial. Países de alta renda eliminaram o câncer do colo do útero com o Papanicolau. Se a gente não utilizar a vacina direito, a gente está fazendo um grande investimento e a gente não vai conseguir eliminar. Então, a gente tem que cobrar adesão à vacina, alta adesão à vacina, que, hoje, no Brasil, como todos sabemos, é aquém do necessário.

Então, não falta vacina profilática no Brasil, mas falta adesão, e existe uma queda de vacinação. O Brasil vacinou muito bem quando vacinou nas escolas no ano de 2014, a gente teve um movimento da Ministra Nísia para voltar a vacinação para a escola, mas isso não se efetivou até o momento. Então, acho que esta é uma cobrança, Senadora, muito importante, de o Ministério da Saúde, junto com o Ministério da Educação, fazer um movimento de volta da vacinação HPV na escola, porque ela é uma vacina de 9 a 14 anos, e, nessa faixa etária, a criança ou adolescente já não vão mais ao posto de saúde. Então, um movimento simples de mudança do local da vacinação pode levar à eliminação. Então, acho que esse que é um ponto simples, de baixo custo, que é a mudança de ponto de vacinação. E todos os programas vacinais HPV bem-sucedidos no mundo são programas escolares – na Austrália, no Reino Unido, no norte da Europa. Criança e adolescente, então, a gente não aguarda no posto de saúde. Esse é um movimento fundamental.

Sobre vacinação HPV e agora, neste momento de incorporação do HPV-DNA no Brasil, uma nova tecnologia, não existe tecnologia boa que sem adesão vá funcionar. Acho que essa é a grande mensagem. Em se tratando de câncer de colo de útero, as tecnologias estão disponíveis gratuitamente no Brasil – vacinação, Papanicolau e HPV-DNA –, mas com coberturas muito baixas. A gente está jogando recurso fora. Então, programas de conscientização, colocar vacina no lugar certo: aqui não é incorporar nova tecnologia em vacina HPV, mas é fazer a tecnologia chegar e ter adesão.

Outro ponto que está dentro da pauta da sessão de hoje, de extrema relevância, é a pesquisa clínica no Brasil. O que é pesquisa clínica? Pesquisa clínica é pesquisa que envolve seres humanos. Quando ela envolve medicamentos... Então, se eu estudar quantos brasileiros têm acesso à água encanada, isso é uma pesquisa clínica, porque ela envolve um ser humano, mas, se eu envolvo a testagem de uma tecnologia para saber se um remédio é melhor que o outro, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

radioterapia, isso é chamado ensaio clínico. E isso anda muito travado no Brasil, todos sabem. Pesquisa clínica, ensaios clínicos, isso é uma chance de a população brasileira ter acesso a novas tecnologias, para mitigar, reduzir o custo do SUS, que hoje é tão alto e não traz as melhores tecnologias. E, quando a gente traz pesquisa clínica para um centro público, a gente capacita toda a equipe, a gente melhora aquela equipe do SUS.

Então, a gente destravar a pesquisa clínica, fazer com que o processo de desenvolvimento de novas tecnologias do Brasil passe a fazer parte é fundamental. Hoje o Brasil corresponde a 2% do total de pesquisas clínicas no mundo, e a gente tem um potencial significativamente maior. Até 2024, a pesquisa clínica no Brasil era regida por regulamentos. Agora a gente tem a lei da pesquisa clínica, que ainda está bastante travada, mas, quando efetivada, ela tem o potencial de trazer o Brasil para o protagonismo em pesquisa clínica mundial. Como a gente tem o principal sistema público de saúde do mundo, se a gente implementa a pesquisa clínica, a gente vai para um ponto de protagonismo, a gente oferece novas tecnologias para os pacientes e reduz custo para o Governo, que já está tão sobrecarregado. E há perspectivas de incremento direto de R$3 bilhões por ano se a gente libera a realização de pesquisa clínica no sistema público de saúde. Então, a questão é muito de regulação, de morosidade de prazos de aprovação de pesquisa. E o que precisa é mudar a mentalidade, é a gente entender que essa introdução, que o Brasil ser protagonista em pesquisa clínica mundial pode nos colocar num cenário de ajudar o desenvolvimento de novas tecnologias e dar acesso para a nossa população.

Para finalizar – são tantos pontos de acesso a novas tecnologias, pesquisa –, a Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica fez um documento com 12 eixos fundamentais para melhorar o acesso ao rastreio e tratamento de câncer no Brasil, o que ela considera fundamental que o Governo faça. Isso foi entregue para o Dr. Mozart Sales, e, a partir desse documento, foi criado um comitê de assessoramento técnico da Sociedade Brasileira de Oncologia junto ao Ministério da Saúde, que atualmente se reúne semanalmente, desde o meio do ano, a partir desse documento, que fala de pesquisa clínica, incorporação tecnológica. Eu acho que é uma demonstração de que só trabalhando juntos... Em vez de a gente montar o embate num tema tão complexo, de alto custo, que envolve vidas, a gente precisa somar os esforços em Comissões como esta para conseguir progredir o tema.

Muito obrigada pelo convite. É uma honra participar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL. Para interpelar.) – Dra. Angélica Nogueira, parabéns pela sua fala, pela sua exposição. Você conseguiu, em pouco tempo, resumir tudo que a gente queria ouvir de fato. Então, mais uma vez, parabéns.

Eu me lembro de que, quando eu fiz a sessão de debates temáticos, há mais ou menos três meses, quatro meses, você foi convidada, esteve lá no Plenário e colocou que o nosso país tem em torno, salvo engano, de 2% de pesquisadores de pesquisas clínicas, comparado com todo o mundo. Você até colocou que não é tão aquém, mas não é o que nós queríamos que fosse.

Então, realmente a pesquisa clínica é muito importante para que nós possamos avançar cada vez mais, já que estamos tratando de câncer, em relação ao avanço de tratamentos, de tecnologias, de diagnósticos precoces em relação ao câncer.

Eu quero até colocar nesta oportunidade, Dra. Angélica e todos que estão nos escutando neste momento, que eu sou autora do marco regulatório da vacina contra o câncer, em especial a vacina RNA mensageiro, que é uma vacina que está sendo pesquisada não só aqui no nosso país, mas em todo o mundo. Inclusive, no próximo mês, eu estou indo ao Reino Unido e também à Rússia, estou indo visitar o Instituto Gamaleya. Lá na Rússia, eles já avançaram muito nessa vacina terapêutica, através do RNA mensageiro, e, agora, nesse mês, eles já começaram a fazer na população oncológica esse estudo. Possivelmente, nos próximos meses, nós já teremos um levantamento efetivo de como que essa vacina se comportou nos seres humanos.

Então, essa vacina eu acredito, pelo que eu já estudei, que venha realmente para fazer a diferença na questão da evolução clínica dos pacientes oncológicos, uma vez que essa vacina já mostrou, em laboratório – e agora vamos ver fazendo os estudos clínicos nos seres humanos –, que realmente tem a capacidade de eliminar a célula cancerígena, uma vez que é uma vacina personalizada.

É feita a biópsia do tumor do paciente, o histopatológico, e você produz essa vacina especificamente para aquele caso. Aí o RNA mensageiro vai ativar o sistema imunológico através dos linfócitos T, e esses linfócitos, que anteriormente não tinham identificado essas células oncológicas, passam a entender que aquela célula é uma célula anômala, vão lá, combatem a célula e a matam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esses foram os estudos em nível de laboratório. E agora vamos ver, em nível clínico, em seres humanos, como é que ela vai se comportar, mas eu queria colocar isso aqui oportunamente, já que estamos falando de vacinas, tanto vacinas profiláticas, que é o caso da vacina contra o HPV, como essa vacina RNA mensageiro, que será uma vacina terapêutica.

E aqui, Dra. Angélica, eu quero mais uma vez parabenizá-la e dizer a você que essa é a segunda vez que eu a convido para participar das nossas atividades, aqui no Senado, em relação ao câncer, mas será a segunda entre inúmeras. Eu quero já lhe agradecer e lhe dizer que você será ainda convidada várias e várias vezes para estar aqui nos ajudando na CASCANCER, para que a gente possa avançar, cada vez mais, no tratamento oncológico dos nossos pacientes.

E quero fazer uma pergunta a você, Dra. Angélica, em relação às imunoterapias, que também fazem parte desse meu projeto de lei – a questão das imunoterapias. Você, como oncologista clínica, e vários colegas que devem estar nos acompanhando neste momento virtualmente... Nós sabemos que as imunoterapias vieram fazer a diferença no tratamento oncológico dos nossos pacientes, não é? E nós sabemos também que os pacientes que têm direito e que têm acesso à rede suplementar têm mais facilidade, obviamente, a ter esse tipo de tratamento, uma vez indicado por vocês oncologistas clínicos.

Aí a minha colocação é: eu lamento os nossos pacientes do SUS, as nossas queridas brasileiras e os nossos queridos brasileiros que dependem unicamente do sistema, do SUS, não terem acesso ainda às imunoterapias. Poderão ter num tempo breve, mas ainda não têm; e, se tem na nossa lei, tem na nossa lei do SUS, mas, efetivamente, isso não é uma realidade. Então, os nossos pacientes têm que judicializar quando têm indicação de imunoterapia para eles poderem ter acesso a esse tipo de tratamento imunoterápico.

Eu queria que você, Dra. Angélica, como oncologista clínica, colocasse para nós essa questão, essa nossa realidade.

**A SRA. ANGÉLICA NOGUEIRA** (Para expor.) – O atraso das incorporações de medicamentos no sistema público chegou a um ponto que nos traz uma discussão inadiável e um cenário inadmissível. Por mais de 20 anos – e eu não estou falando só de imunoterapia –, não houve incorporação adequada de medicamentos para o tratamento de câncer. Então, se a gente voltar 15, 20 anos, o SUS tinha um tratamento muito próximo do tratamento do privado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coincidentemente, nesses 15 anos, houve uma revolução do tratamento do câncer, o câncer passou a ser uma doença curável na maioria dos casos, controlável quando não é curável, quase chegando aos 100%, e, infelizmente, o SUS não andou a contento nessa incorporação. Então, hoje tem um abismo de diferença, e não só com a imunoterapia, mas com inibidores de ciclina, com drogas alvo direcionadas, agora os ADCs.

Então, urge essa câmara, esse comitê de assessoramento que a gente está fazendo, com um índice de priorização, porque a gente entende também que é complexo receber uma bola de neve desse tamanho, e qual é a droga mais importante? Se a gente focar só na imunoterapia, imunoterapia leva paciente sem chance de cura à cura em vários cânceres: melanoma, câncer de pulmão, câncer do colo do útero, câncer do endométrio, câncer de mama... Imunoterapia já é um tratamento padrão em vários cânceres. Então, urge termos uma solução para a incorporação de medicamentos, priorizar quais as doenças em que há mais impacto, trabalharmos juntos.

Hoje saímos de uma sessão vitoriosa, depois de décadas sem incorporação adequada no câncer de mama, com anúncios importantes, e saímos cobrando em melanoma, em que o impacto do benefício é incrível. É uma doença que tem poucos pacientes no Brasil, então não é tão caro. A gente precisa urgentemente pelo menos começar pelo melanoma e assim a gente ir puxando a fila. Como? Compras centralizadas, produção pelo Governo, produção própria, parcerias público-privadas, realização de pesquisas clínicas com braço controle.

Dentro desse documento, a gente coloca 12 eixos em que o Governo precisa atuar para melhorar o acesso. Não há uma solução única, muito menos fácil, mas ficarmos parados, como ficamos por 20 anos, só vai levar à mortalidade alta e a custos cada vez mais elevados com o cuidado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito grata pela sua resposta, Dra. Angélica. Isso só corrobora o que eu já pensava anteriormente. Inclusive, nós teremos uma outra audiência pública – e já antecipo que você, com certeza, será convidada, espero que você possa estar presente nesta audiência –, em virtude de o Ministério da Saúde ainda não entender dessa forma. Espero que eles venham a entender em algum momento, porque, enquanto a Conitec coloca 180 dias para decidir se aquele paciente que um oncologista clínico indicou para fazer imunoterapia – pela lei do SUS, através da Conitec, que leva de 180 dias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em média para decidir – deve ou não deve receber imunoterapia, o paciente já foi a óbito ou então já complicou com metástases.

Então, eu espero que o Ministério da Saúde entenda essa questão para que a gente tenha, cada vez menos, um nível de equidade pequeno, porque o que é que a gente quer? Que todos tenham direito, de uma forma equitativa, aos avanços tecnológicos no tratamento do SUS. Então, eu espero veementemente que o Ministério da Saúde entenda que 180 dias é muito tempo para que um paciente receba uma imunoterapia que foi indicada por um colega ou por uma colega oncologista clínica. Então, eu espero que realmente o Ministério da Saúde se debruce sobre esse caso, para que a gente não veja, Dra. Angélica, tantos pacientes morrendo na fila do SUS esperando por uma dose de imunoterapia.

Muito obrigada.

Dando continuidade à nossa audiência pública, eu quero chamar agora o Dr. Raphael Sanches Pereira, que é Gerente-Geral de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Com a palavra o Dr. Raphael Sanches.

Dr. Raphael, o senhor tem dez minutos para sua exposição.

**O SR. RAPHAEL SANCHES PEREIRA** (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde, Sra. Senadora. Muito prazer estar aqui.

Eu vou ser breve, até porque não vou focar nos pontos que já foram levantados, mas eu vou focar então no processo da Anvisa de registro de medicamentos, também vou falar um pouco da pesquisa clínica que passa pela autorização da Anvisa.

Então, brevemente, os medicamentos são classificados, do ponto de vista regulatório, de forma diferente. Nós temos os medicamentos sintéticos, e alguns medicamentos oncológicos mais antigos são sintéticos, medicamentos biológicos, temos imunoterapias, temos vacinas. Essas classificações são diferentes e são tratadas de forma diferente no âmbito da Anvisa. Até mesmo os genéricos e os similares têm a sua importância no tratamento para câncer para haver disponibilidade maior e até redução do preço de alguns tipos de tratamentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, dentro da Anvisa, eu só vou mencionar três grandes áreas que são importantes aqui. Primeiro a Copec, que é onde são analisados os estudos clínicos. Aí, além do que a Dra. Angélica já falou muito brilhantemente, eu vou só mencionar que nós temos uma grande parte – cerca de 90% dos estudos clínicos atualmente – que é financiada por empresas de fora do Brasil, então nós temos uma concentração muito grande de estudos estrangeiros, e os estudos executados no Brasil também em grande parte são no eixo Sul-Sudeste. Então, o Brasil, de fato, tem um potencial de realização de estudos clínicos, mas em parte existe uma desigualdade grande onde esses estudos são realizados. Talvez até alguns centros estejam saturados, enquanto outros locais têm um potencial maior a ser explorado.

Recentemente, tivemos a lei da pesquisa clínica, como também mencionado pela Dra. Angélica, e agora os estudos clínicos são aprovados tacitamente, ou seja, são aprovados por decurso de prazo, se a Anvisa não se manifesta em 90 dias, no caso de ordinários, ou em 75 dias, no caso de priorizados.

Temos então, dentro da GGBio, produtos biológicos, e aí entram também as vacinas, as imunoterapias; e a GGMed, na parte de medicamentos sintéticos, em que entram alguns dos oncológicos mais antigos, mas também alguns mais novos.

O registro da Anvisa – é importante mencionar – passa por uma avaliação de benefício-risco; não é a mesma avaliação feita pela Conitec no âmbito da incorporação. A avaliação da Conitec é uma avaliação de custo envolvido, e a avaliação da Anvisa é muito mais de benefício-risco. Então, existe a necessidade de submissão por uma empresa interessada – esse é um ponto importante também. Muitas vezes, a gente recebe o questionamento: "Por que esse produto não tem registro?". Muitas vezes, é porque ele não foi submetido ainda, não há uma empresa capacitada ou interessada em fabricar ou importar esse produto.

Os registros passam por uma triagem, inclusive para verificação de priorização, de que eu vou falar um pouco mais adiante. Temos uma fila de análise, e os registros são tratados em ordem cronológica dentro de dois tipos: priorizada ou ordinária. Então, nós temos sistema de priorização de análise, que eu vou mencionar logo depois. A análise técnica passa, então, pelos aspectos de eficácia, segurança e qualidade, áreas de conhecimento até um pouco diferentes e distribuídas por diferentes áreas da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em termos de publicidade, só mencionando rapidamente, a Anvisa tem uma fila pública de análise de medicamentos e um painel em que a colocação nas diferentes áreas da Anvisa pode ser verificada. Temos também um painel com os princípios ativos, os insumos ativos que aguardam decisão da Anvisa. Então, qualquer cidadão pode consultar se existe um registro de princípio ativo tal pendente de decisão da Anvisa – isso é público. Nós não disponibilizamos a empresa que solicitou, mas disponibilizamos qual ou quais são os princípios ativos aguardando decisão. Isso inclui vários medicamentos, vários princípios ativos usados na oncologia, tanto sintéticos quanto biológicos.

O registro de um medicamento é uma análise de vários pontos. Eu não vou entrar aqui, por conta do tempo, em detalhes, mas é uma análise técnica que envolve vários aspectos. A Anvisa tem buscado recentemente, nos últimos cinco, dez anos, a harmonização internacional. A Anvisa faz parte do ICH, que é uma junção de várias agências reguladoras de países como Estados Unidos, de regiões como a União Europeia, para discutir regras harmonizadas para registro de medicamentos. Isso é importante para que os medicamentos cheguem rápido aos pacientes brasileiros. Nós observamos que, quanto mais requisitos locais, mais vai demorar para o produto chegar ao Brasil. Em geral, uma empresa multinacional prefere mercados mais estabelecidos e maiores, como Estados Unidos e Europa. Se o Brasil não tiver uma regulação harmonizada, ele acaba ficando para um segundo ou terceiro lugar, e o produto acaba demorando mais para chegar aqui. Então, nós temos buscado a harmonização internacional, e esse é um ponto bastante importante para nós.

A Anvisa tem tido dificuldade em lidar com a quantidade de pedidos de registro que tem entrado. Aqui, em 2023, nós tivemos um pico de pedidos de registro e uma saída menor que a entrada, o que significa que temos tido geração de passivo. Isso se deve principalmente ao fato de que a Anvisa tem uma força de trabalho defasada. Nós estamos até no programa mencionado pelo colega do Ministério da Saúde, que agora tem especialistas também. Há um aporte de especialistas para a Anvisa, para fazer a análise desses pedidos de registro e outros tipos de gestão dentro da Anvisa, pós-mercado, etc. Isso é importante, porque nós temos, já há alguns anos, dificuldade em atender a todos os pedidos de registro que nos são colocados.

Formas de priorização. Aqui é importante para medicamentos oncológicos principalmente, que podem ser priorizados por vários mecanismos. Nós temos duas normas de priorização, uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é mais geral, digamos assim. Então, ela dá um prazo de 120 dias para a Anvisa decidir. Esse prazo é o relógio para quando nós fazemos um questionamento para a empresa, e a empresa tem 120 dias para responder, para que a Anvisa possa decidir. Então, vários medicamentos para câncer vão entrar nesse sistema de priorização, sejam genéricos inéditos, produtos sem alternativa terapêutica – e vários tipos de câncer ainda não têm alternativa terapêutica –, produtos em que há uma melhoria significativa de eficácia, segurança. E aqui nós temos vários medicamentos novos para câncer que estão chegando, que têm melhoria em relação às terapias. Então, eles acabam sendo priorizados e de certa forma acabam até não sendo afetados por aquela dificuldade que nós vimos de lidar com a entrada, porque os priorizados, como o nome já diz, passam na frente, são analisados primeiro na fila de análise da Anvisa.

Temos ainda uma regra específica para medicamentos para doenças raras. Alguns tipos de câncer são considerados doenças raras – isso é importante dizer –, cânceres com mutações específicas. Então, essa norma dá prazos até mais restritos para a Anvisa e para a empresa e ela também dá a possibilidade de termo de compromisso. E aqui é um ponto importante: muitos medicamentos para câncer acabam sendo submetidos a algumas agências reguladoras com estudos ainda em andamento. E aí algumas agências fazem o chamado registro condicional, aprovação condicional. No caso da Anvisa, é um registro com termo de compromisso, em que se faz, obviamente, uma avaliação de benefício-risco, mas pode-se aceitar um registro com dados parciais de um estudo clínico, e os dados são complementados posteriormente. Caso não sejam complementados ou caso não estejam de acordo, o registro é cancelado.

Outro ponto importante também é a dispensa do controle de qualidade no Brasil para medicamentos para doenças raras. Como eu mencionei, isso inclui alguns tipos de câncer. Isso é importante para diminuir o custo de trazer esse produto para o Brasil. Como eu mencionei, a grande maioria dos medicamentos novos que nós temos e de pesquisas clínicas são de fora do país. Então, nós fazemos o possível para que a submissão aconteça no Brasil o quanto antes, para que não só o tempo da Anvisa, mas o próprio tempo que a empresa usa para preparar o dossiê acabe sendo reduzido para que o produto possa chegar aos pacientes brasileiros mais rapidamente.

Aqui só uma comparação da Anvisa com outras agências reguladoras em termos de quantidade de petições priorizadas que nós temos. A FDA, a agência dos Estados Unidos, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante dizer que é uma agência reguladora que tem um comportamento de fomento em grande parte. Por isso ela tem uma grande quantidade de petições priorizadas, ela tem vários mecanismos de priorização e ela tem um comportamento de acompanhar o desenvolvimento dos produtos desde muito cedo.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RAPHAEL SANCHES PEREIRA** – Isso é importante. Até para incentivar o desenvolvimento nacional, esse acompanhamento é importante, senão as indústrias acabam ficando sem orientação e acabam não tendo incentivo a investimento – é um investimento alto, então elas buscam uma segurança – ou não conseguindo ali, por barreiras regulatórias, desenvolver seus produtos.

O último ponto que eu queria trazer aqui, nós temos uma quantidade considerável de medicamentos que são registrados e não são comercializados. Nós entendemos que esse é um ponto que é importante de ser trazido e de ser discutido, porque existe um trabalho tanto da empresa quanto da Anvisa no sentido de analisar esses registros, e muitos não chegam aos pacientes, por vários motivos. Então, no último levantamento que nós temos, de 2024, 30% dos medicamentos priorizados – ou seja, não são nem todos, são aqueles que a gente analisou com prioridade – não são comercializados um ano após a concessão do registro. E é importante nós entendermos por que isso acontece tanto para direcionar os esforços da Anvisa e das próprias empresas que pedem esses registros quanto para buscar evitar que isso aconteça de alguma forma.

E aí são as conclusões, resumindo.

E termino aqui.

Fico à disposição para perguntas.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Brilhante explanação, Dr. Raphael Sanches. Parabéns. Foi muito elucidativo. E eu até entendi quando você colocou que tem alguns registros que vocês colocam como prioridade e que, passando um ano,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passando dois anos, no entanto, não são utilizados. Então, que isso seja evitado para que não sobrecarregue a Anvisa.

**O SR. RAPHAEL SANCHES PEREIRA** – De fato.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – E aí acaba que vocês, em vez de se dedicarem às medicações que de fato irão ser empregadas nos pacientes, têm que também estudar aquelas medicações que são registradas na Anvisa para ter o registro, e isso não acontece. Então, isso é lamentável, mas parabéns pelo trabalho, parabéns pelo trabalho da Anvisa.

Quero cumprimentar, na sua pessoa, o Dr. Leandro Safatle, o Dr. Thiago Campos e a Dra. Daniela, que acabaram de ser empossados. O trabalho da Anvisa realmente é um trabalho gigante. Vocês estão de parabéns.

E obrigada por terem aceitado o nosso convite e estarem aqui na CASCANCER para nos ajudar a avançar no tratamento, no diagnóstico do câncer no nosso país.

**O SR. RAPHAEL SANCHES PEREIRA** – Muito obrigado, Sra. Senadora.

Quero destacar que a Anvisa é parte do SUS. Reconhecemos isso. Isso foi muito destacado pelos Diretores recentemente empossados e também pelos Diretores que lá estão. E, como parte do SUS, nós estamos totalmente à disposição para discutir esses temas tão importantes para a população brasileira.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito obrigada, Dr. Raphael Sanches. Muito grata.

Agora, eu chamo para fazer a sua exposição o Dr. Martín Bonamino, que é Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Dr. Martín, muito grata por você ter aceitado o nosso convite e por você se unir a nós para que a gente possa, juntos, ter um direcionamento e um avanço na área do câncer para minimizar os diagnósticos tardios e os tratamentos que, às vezes, não chegam a contento para os nossos pacientes no nosso país. Muito grata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E você tem, Dr. Martín Bonamino, dez minutos para a sua exposição.

**O SR. MARTÍN BONAMINO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito.

Dra. Eudócia, muitíssimo obrigado.

Quero dizer que é um prazer estar aqui de novo. Tive a oportunidade de estar numa outra sessão alguns meses atrás sobre a vacina, com o grande entusiasmo sobre a questão das vacinas de RNA.

Eu vou aproveitar aqui a oportunidade para dividir um pouco com vocês o papel que a gente está vendo aqui de cada um dos atores que está sendo colocado e, então, trazer também as potenciais contribuições da Fiocruz, que é uma instituição que acho que todos aqui conhecem, mas é um grande ecossistema de competência, de capacidade analítica, de capacidade produtiva e de inovação.

Então, a Fiocruz nasceu e teve por muitos anos uma vocação mais ligada a doenças infecciosas, mas, há dez anos, começou a organizar uma rede transnacional com foco em câncer, que a gente chama de Fio-Câncer. E esse programa transnacional conseguiu reunir e alinhar boa parte da força de trabalho da Fiocruz, que tem trabalhado nessa temática – hoje temos mais de 70 membros no programa. Ele se dedica a abordagens de pesquisa tanto básicas, para o entendimento dos mecanismos em câncer, quanto transnacionais, que levam ao estudo de modelagem de tumores, identificação de biomarcadores, desenvolvimento de diagnósticos, *kits*, biópsia líquida, algumas das principais tendências na questão molecular, aplicação de inteligência artificial para detecção de câncer de mama e de pulmão, com iniciativas ainda mais incipientes e, mais recentemente, com etapas de implementação de algumas dessas iniciativas não só na rede, mas na Fiocruz como um todo. E aqui eu queria citar principalmente a detecção de HPV por DNA, que já foi mencionada aqui em apresentações anteriores, dizendo que isso está sendo estabelecido dentro da Fiocruz, dentro do que foi a plataforma de detecção da covid, que era unidade diagnóstico, que está sendo ressignificada agora para albergar um desses esforços de detecção sistemática de HPV, num dos esforços de rastreamento que a gente já ouviu aqui falar bastante. Então, a gente vê aqui que tem essa coordenação entre a questão da vacinação e a questão ainda do rastreamento, e isso certamente servirá como plataforma para rastreamento e detecção de outros patógenos não só associados a câncer, mas também a outras doenças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também esforços importantes em prover terapias de última linha, de última geração, como o já mencionado aqui esforço em vacinas de RNA, lembrando que a Fiocruz, na figura de Biomanguinhos, tem o *hub* da vacina de RNA, que está liderado pela Patrícia Neves, e também iniciativas importantes lideradas por Biomanguinhos em terapias avançadas: então, em terapias gênicas para doenças raras e doenças metabólicas e em câncer, especialmente um arranjo de transferência de tecnologia para geração de células modificadas geneticamente, as já conhecidas CAR-T. Estes dois esforços do HPV e CAR-T são um esforço coordenado em conjunto com o Instituto Nacional de Câncer; então, aqui, de novo, reforço a parceria entre atores relevantes do SUS e de institutos que a gente tem, no caso, aqui, geograficamente, no Rio de Janeiro.

A gente queria destacar também outras contribuições, no âmbito da pesquisa clínica, principalmente no atendimento a mães e crianças, através do Instituto Fernandes Figueira, onde uma série de iniciativas estão em andamento, algumas delas ligadas a câncer, muitas delas ligadas a outras doenças, e destacar esse perfil que a Fiocruz tem muito particular da geração de conhecimento, de estudos populacionais também e da produção. A gente tem unidades produtivas como Biomanguinhos, que tem feito essas terapias gênicas que a gente está mencionando, a vacina de RNA e que também teve iniciativas e tem iniciativas na produção de anticorpos monoclonais para tratamento do câncer, um gargalo importante que a Angélica mencionou agora há pouco; e o braço de Farmanguinhos, com a produção de pequenas moléculas inibidoras, que hoje são superimportantes na oncologia, aplicadas a diversos tipos de tumores.

A Fiocruz não fica encastelada nas suas interações intramuros, não é? Eu mencionei aqui a parceria com o Inca. A gente tem também uma iniciativa fundada no ano passado, que é o Centro Pasteur-Fiocruz de Imunoterapia, com o objetivo de desenvolver imunoterapias não só em câncer, mas também aplicadas a outras patologias. Esse centro está alocado na Fiocruz do Ceará, no *campus* de Eusébio, e está completando agora, em um evento que será realizado na quinta e na sexta-feira desta semana, o primeiro ano de atividade.

Tem iniciativas também no Museu da Vida, com ações educacionais, em diferentes territórios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vê a Fiocruz, então, como uma grande plataforma, em que a gente pode ter uma série de oportunidades de desenvolvimentos e codesenvolvimentos. Então, queria deixar aqui à disposição todo o conhecimento e a capacidade instalada da Fiocruz para auxiliar na solução ou na resolução dos gargalos que a gente está vendo apontados, aqui, nesta reunião, até agora – e veremos certamente outros trazidos. Então, a gente tem uma capilaridade enorme, está presente em muitas unidades da Federação. Isso é um ativo muito importante.

A gente tem um histórico importante de parcerias público-privadas, principalmente em produção, nas unidades produtivas, mas também vêm sendo construídas no âmbito da pesquisa, visando acelerar o desenvolvimento tecnológico, reduzir o tempo até a descoberta do câncer e a atenção ao paciente e como maneira de compartilhar riscos que a gente vê aqui, tão inerentemente ligados à inovação.

Então, a gente tem centros: por exemplo, um Centro Integrado de Pesquisa em Oncologia Translacional, que foi estabelecido, há pouco tempo, entre a Fiocruz e o Grupo Oncoclínicas, e parcerias com o grupo... com indústrias farmacêuticas, só para mencionar algumas das muitas parcerias que a gente encontra em curso na Fiocruz. A gente realmente acredita que é um esforço conjunto, e todos os setores da sociedade devem se esforçar para a gente dar a melhor atenção aos pacientes.

Claramente a gente tem uma série de desafios de manutenção dessa infraestrutura de ponta. Reparem que os investimentos em unidades como a Fiocruz permitiram, durante a pandemia, por exemplo, uma aceleração da vacina de RNA, uma aceleração da terapia com CAR-T, em que se usa uma estrutura que foi montada para vacina viral para covid, mas a gente tem limitações de financiamento: vamos buscando essas melhores parcerias de recursos humanos especializados, e é difícil manter e acompanhar uma área tão dinâmica.

Queria fazer um elogio aqui ao esforço da Anvisa, principalmente com marcos regulatórios mais claros, que, para a gente, são um desafio: a gente vai se adaptando na velocidade, com o desafio de a gente obter os financiamentos contínuos que a gente precisa. Então, a gente conta muito com o apoio do poder público, de uma maneira mais ampla, para manter este mecanismo e toda esta máquina aqui em andamento, para que a gente possa fazer contribuições importantes, porque a gente acredita, de fato, que o Brasil tem características particulares territoriais, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

genoma da população, de exposição a certos agentes causadores. Com isso, a gente pode, de fato, fazer uma contribuição muito original e tornar o Brasil protagonista no combate ao câncer.

Então, a gente vê que algumas das iniciativas que eu já expus aqui podem servir como plataforma para desdobramentos importantes, diagnósticos moleculares, desenvolvimento de terapias avançadas, desenvolvimento de imunoterapias baseadas em anticorpos.

Então, eu queria só reforçar que a Fiocruz está à disposição da população brasileira, à disposição desta Casa e dos diferentes atores que estão aqui trazendo suas experiências, para que a gente possa, em conjunto, fazer os desenvolvimentos e disponibilizar isso para a população brasileira. Então, muito obrigado de novo pelo convite. Seguimos sempre à disposição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Muito grata pela sua exposição, Dr. Martín Bonamino.

Realmente, é a segunda vez que você aceita o nosso convite para juntos podermos avançar no estudo das novas terapias para o câncer e nos exames, para detectarmos e, cada vez mais, darmos o diagnóstico precoce da doença.

É um prazer imenso tê-lo novamente aqui conosco. Quero parabenizar o trabalho de vocês, Dr. Martín, aí na Fiocruz.

Tive a oportunidade de conhecer o nosso Presidente Mario Moreira, aqui no Senado, no Plenário, na ocasião em que estávamos comemorando 80 anos do CFM (Conselho Federal de Medicina). Já agendei com o nosso Presidente Mario Moreira uma visita a vocês, aí na Fiocruz. Será um prazer imenso poder estar junto com vocês. E, nessa ocasião, espero que você esteja, Dr. Martin, para que eu possa conhecê-lo pessoalmente.

Parabéns, mais uma vez, pelo trabalho de vocês.

Quero parabenizar aqui a Dra. Patrícia, que você mencionou, que é pesquisadora, uma das pesquisadoras da Fiocruz. E parabenizar o trabalho de vocês junto ao Inca, em parceria. Isso é muito, muito importante.

Quero, também, parabenizar pela produção das células CAR-T e dos anticorpos monoclonais, que são as terapias avançadas, e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns a todos vocês, e espero encontrá-los em breve, Dr. Martín.

Muito grata.

**O SR. MARTÍN BONAMINO** (*Por videoconferência*.) – Será um prazer. Aguardamos a senhora aqui.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Pois não.

Pode falar, Dr. Martín.

**O SR. MARTÍN BONAMINO** (*Por videoconferência*.) – Não, eu ia dizer que será um prazer recebê-la aqui. Aguardamos a senhora aqui na Fiocruz.

Contem conosco sempre que for necessário.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Está bem. Muito grata pela sua atenção e pela sua exposição.

Agora, eu convido a Dra. Dayana Mendes Ribeiro, que é Coordenadora Médica da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Amor de Barretos, para fazer a sua exposição.

A senhora, Dra. Dayana, tem dez minutos para a sua exposição. Muito grata por ter aceitado o nosso convite.

Seja muito bem-vinda nesta reunião tão importante para o nosso país. Muito grata.

**A SRA. DAYANA MENDES RIBEIRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos.

Sou Dayana Mendes Ribeiro, médica oncologista. Atualmente, atuo como Coordenadora Médica da Unidade de Pesquisa Clínica do Hospital de Amor de Barretos.

É uma grande honra participar desta audiência pública. Quero agradecer imensamente o convite da Senadora Dra. Eudócia e de sua equipe.

O tema, realmente, é de muita importância – o desenvolvimento de vacinas, no setor da prevenção, do tratamento do câncer –, mas eu gostaria também de levantar um ponto relevante: falando como oncologista, nós também já temos muitos tratamentos disponíveis, aprovados pela Anvisa, mas infelizmente os nossos pacientes do sistema público de saúde não têm acesso a essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terapias, e, durante a prática clínica, na análise dos estudos clínicos, na parte de análise estatística, nós conseguimos observar que, realmente, o acesso a essas terapias é traduzido em ganho de sobrevida, de maior tempo de vida para esses pacientes.

De uma maneira geral, na pesquisa clínica, a gente vê que realmente é uma forma de acesso a esses pacientes, mas no Brasil, devido à sua dimensão, os centros são localizados mais na Região Sul e Região Sudeste, então muitos pacientes não têm acesso a esses protocolos de pesquisa; logo, não têm acesso também a essas terapias inovadoras, que realmente impactam a sobrevida.

Eu fiquei muito feliz quando ouvi a Senadora Doutora falar sobre a tentativa de realmente incorporar essas novas terapias ao sistema público de saúde, o que realmente é um desafio, mas realmente é de extrema importância, porque isso se traduz em tempo de vida para esses pacientes.

É fundamental que haja audiências como esta, para que a gente consiga, de alguma forma, desenvolver estratégias para que esses medicamentos se tornem de mais fácil acesso para todos os pacientes que dependem do sistema público de saúde.

É isso, e agradeço mais uma vez a participação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dra. Dayana Mendes, muito obrigada pela sua fala, pela sua exposição.

Eu fiquei muito feliz de ouvir você, como oncologista, falar dessa questão, que é pelo que eu mais estou lutando aqui no Senado, e especificamente aqui na CASCANCER, Dra. Dayana, que é o acesso equitativo dos pacientes do SUS, dos pacientes oncológicos que só têm acesso ao SUS, para que eles possam ter uma sobrevida maior quando são indicadas terapias avançadas no tratamento do câncer pelos colegas oncologistas.

O que nós vemos é o seguinte, a nossa realidade é a seguinte: aqueles pacientes, aquelas pessoas que têm acesso à saúde suplementar ou que podem pagar o tratamento oncológico com as terapias mais avançadas, que são diversas, elas têm uma sobrevida muito maior; e, como a Dra. Angélica bem colocou, hoje, o câncer, devido a tantas terapias avançadas, é uma doença controlável. Obviamente não todos os casos, porque cada caso é um caso, mas a maioria é controlável. E em uma boa quantidade dos casos, podemos dizer, sim, que nós temos a cura, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir do momento em que o diagnóstico é precoce e que o tratamento também é oportuno; mas não é bem assim que a gente vê no SUS.

É por isso, Dra. Dayana, que sou autora do marco regulatório da vacina contra o câncer e, nesse marco regulatório, eu falo sobre as imunoterapias e as diversas terapias avançadas, como as células CAR-T, como os anticorpos monoclonais e assim por diante. Por que, se nós temos pacientes que têm acesso à rede suplementar, outros que podem pagar, por que não todos os brasileiros e todas as brasileiras terem o mesmo direito, de forma igualitária e equitativa? Por que um grupo de pacientes têm chances de sobreviver e outros são fadados à morte? É isso a minha indignação, é isso que eu não aceito. E é por isso que estou aqui, que estamos aqui, lutando para que o nosso Ministério da Saúde, o nosso Governo Federal entenda a importância de colocar essas terapias avançadas no SUS, para que as nossas queridas brasileiras, para que os nossos queridos brasileiros tenham direito também, tenham direito à sobrevida maior ou à cura.

Então, é sobre isso, Dra. Dayana. Até me emociono quando eu falo sobre isso, até me emociono, porque esta é a minha bandeira aqui no Senado Federal, esta é a minha bandeira como médica: levantar essa questão, para que todos tenham, de forma igualitária, o mesmo tratamento no SUS, do mesmo jeito que tem na rede suplementar.

Mas eu lhe agradeço, Dra. Dayana, a sua colocação. E vamos avançar, vamos lutar juntas, juntos, para que a gente tenha uma saúde de qualidade, de forma equitativa, de forma igual para todos. É isso que nós queremos. E, mais uma vez, quero lhe agradecer a participação, você ter aceitado o nosso convite, Dra. Dayana.

E mande o meu grande abraço para a Dra. Josiane Mourão, que é uma grande amiga que tive a oportunidade de conhecer na ocasião em que fui pessoalmente ao Hospital de Amor de Barretos; mande para ela o meu abraço, está bom, Dra. Dayana? Muito grata.

E agora eu passo a palavra ao Dr. Gustavo Cardoso Guimarães, que é Coordenador dos Departamentos Cirúrgicos Oncológicos e Medicina Genômica da Beneficência Portuguesa de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dr. Gustavo, muito grata por ter aceitado o nosso convite e por estar aqui conosco na CASCANCER fazendo a sua exposição. O senhor tem dez minutos, para a sua apresentação. Muito grata.

**O SR. GUSTAVO CARDOSO GUIMARÃES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – É uma grande honra estar aqui com a senhora, Exma. Senadora Dra. Eudócia, é uma honra para nós aqui demonstrar apreço e respeito para com o Senado Federal do Brasil. Em nome da Beneficência Portuguesa de São Paulo e meu, a gente dá os cumprimentos a todos os Senadores, através da senhora.

É um assunto extremamente importante falarmos sobre a regulação, sobre como acelerar com segurança a pesquisa em oncologia. Tentei trazer alguns tópicos, principalmente para demonstrar aqui para a gente a importância de uma Comissão como a CASCANCER e de a gente falar sobre o assunto, tentar avançar.

O câncer é um problema global. Em 2022, foram 20 milhões de casos de câncer, quase 10 milhões de mortes em todo o mundo. E uma a cada cinco pessoas vão ter câncer durante a vida. Há um aumento de 77% esperado até 2050, para os próximos anos, com uma projeção de 35 milhões de novos casos. Afeta famílias e comunidades economicamente deficientes, gera problemas globais, e é, sim, urgente investir em pesquisa e desenvolvimento.

Como já foi falado um pouco, os principais problemas do Brasil são, como na maioria do mundo, câncer de mama, próstata, colorretal, pulmão e, pasmem, colo de útero, que foi mais de uma vez citado durante esta apresentação – são os principais. Esperam-se mais de 700 mil casos novos ao ano, com uma quantidade absurda de mortes envolvendo a doença. Isso é muito importante levar em consideração, principalmente para as pesquisas.

Isso causa um custo global gigantesco. O impacto econômico é fora das dimensões. A Organização Mundial da Saúde prevê em torno de US$25 trilhões de custo entre 2020 e 2050, somados os custos diretos do tratamento – quase a metade –, a perda de produtividade, os cuidados aos familiares e os custos indiretos. E regulações eficientes, que é o motivo até do que estamos falando, podem reduzir os impactos sociais massivos e acelerar os tratamentos. Então, isso é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Brasil, entre 2011 e 2030, se espera um aumento de mais de 65% nesses custos, chegando a em torno de US$36,3 bilhões com tratamentos e perdas de produtividade tomados como base.

Então, nesse acesso e barreiras regulatórias, a gente tem que pensar muito – isso foi aqui bastante conversado –, já que a gente tem uma demora em torno de 4,75 anos – quase cinco anos – entre a aprovação nos diversos países, como na FDA e na União Europeia, e a chegada e incorporação nos serviços públicos do Brasil ou nos serviços privados. Essa incorporação também pode demorar muito tempo na parte regulatória. Desde que a Conitec foi incorporada, em alguns momentos, essa aprovação e reembolso levou até mais de sete anos. E, na pesquisa clínica, como a Dra. Angélica já falou bem, entre 2% a 8% dos adultos com câncer participam de ensaios clínicos no Brasil. Isso é um número muito abaixo da média mundial. E, é óbvio, as necessidades regulatórias são muito importantes, e aí eu faço a jus ao Projeto de Lei 126, da Exma. Sra. Senadora Dra. Eudócia, que pode nos ajudar bastante – eu tenho certeza de que vai nos ajudar bastante – a melhorar isso.

O gasto é praticamente catastrófico, como já se falou. Há um empobrecimento global e uma toxicidade financeira gigantesca para as famílias, sendo que até 50% da renda familiar, dependendo do tipo de câncer e país, podem ser comprometidas com o tratamento do câncer. Então, isso mostra a importância do nosso SUS. E, para isso, há necessidade de políticas públicas robustas, que são essenciais para proteger essas famílias e evitar o empobrecimento causado pelo câncer.

Quanto às oportunidades perdidas também já se falou bastante. Uma em cada seis meninas elegíveis para receber vacina HPV realmente recebe. O câncer de colo de útero segue líder de mortes em 37 países, não só no nosso. Isso reforça a urgência de combater *fake news*, ter terapias curativas e vacinas, como também no caso da hepatite B, que está disponível para nós.

Então, desde a pandemia, houve grandes impactos. Houve uma redução de 39% nos programas de rastreio oncológico, 23% em quedas de diagnóstico de câncer e uma diminuição de 28% nos tratamentos oncológicos. Isso aumentou a nossa fila, isso levou a diagnósticos tardios, pressões terapêuticas e uma necessidade de uma inovação regulatória para vias mais rápidas, políticas sociais para reduzir as mortes evitáveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por isso, fica claro que uma boa regulação e vias rápidas não é um luxo para nós. São políticas sociais para reduzir mortes evitáveis. E é necessário e urgente, para poder fazer pesquisa e desenvolvimento em oncologia.

Existem várias formas de se fazer. As agências europeias e americanas, o que já foi muito bem falado aqui pelo nosso colega da Anvisa, mostrando toda a dificuldade que ele tem... Alguns projetos, como o Orbis/Rtor, são projetos que visam a comunicação entre as agências regulatórias para diminuir essa restrição de acesso.

Então essas pesquisas têm um roteiro, têm que ter uma qualidade e colaboração. A qualidade tem que ser desde o desenho da pesquisa, baseada em riscos, desde o planejamento do protocolo, com rotas colaborativas internacionais, como já citei o projeto Orbis e outros, para que eles aconteçam simultaneamente em diversos países. E tem que ser um processo amplo, com transparência e acesso, como no caso da União Europeia, que tem o CTIS, que é obrigatório.

A gente tem a regulação aqui, a Resolução 466/12, de ética em pesquisa, que ainda depende de algumas colocações, mas está avançando. Há a LGPD, que protege o nosso participante. Mas, principalmente para as nossas terapias avançadas e as vacinas oncológicas, que são produtos de terapias avançadas, a gente tem as regulações, as que já foram mostradas, como a RDC 505, da Anvisa, que tem todo o controle, a rastreabilidade para garantir segurança para os nossos pacientes, para a nossa população.

Essas práticas regulatórias são importantíssimas, porque tem que se avaliar os *endpoints* clínicos e biológicos adequados, as liberações de lotes, planos de risco específico, farmacovigilância e tomar os cuidados diagnósticos importantes. Isso leva a uma necessidade de ter agilidade, mas não abrir mão do rigor.

Então essas inovações regulatórias, com parceria com a FDA, a agência europeia e a Anvisa, são extremamente importantes. A gente tem bastantes leis, que estão sendo cada vez mais ágeis para dar a nós acesso, com a redução da burocracia e implementação gradual, em desenvolvimento ainda pelos órgãos competentes.

A gente tem todo esse mapeamento oncológico, é um roteiro, que vai desde o regulamento inicial à submissão em reuniões científicas, estratégias de evidências de vida real e qualificação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desses desenhos de estudo, que vai desde a fase pré-clínica até a mais avançada, na farmacovigilância contínua, com boas práticas clínicas.

Então isso tem que passar, sem dúvida nenhuma, por uma ética em pesquisa; autoridades regulatórias têm que estar envolvidas; e a proteção de dados dos participantes na pesquisa é extremamente importante ter, com os mais altos níveis de requisitos legais e éticos apropriados.

Isso vai levar para a gente velocidade com segurança. Então há um equilíbrio essencial, principalmente quando a gente está falando de terapias avançadas, como a imunoterapia e a CAR-T. Sobre a CAR-T, a própria Beneficência Portuguesa hoje participa de estudo nacional do CAR-T, junto com a USP de Ribeirão, a USP de São Paulo, a Unicamp, o Sírio-Libanês, no desenvolvimento do CAR-T em solo nacional, o que diminuirá o custo, sem dúvida nenhuma, e promoverá o acesso.

Ter os marcos regulatórios e a inovação regulatória é importante, para ser ágil, sem comprometer o rigor, e faço novamente alusão ao PL 126, de 2025, da Senadora.

E, em tudo isso, temos que pensar que isso visa a, além disso: construir um complexo econômico industrial da saúde que seja resiliente, inovador e exportador – saindo o país de uma posição de consumidor –; receber esses dados, para uma regulação e para poder até participar, do ponto de vista de um posicionamento regional e mundial, como formador de tecnologia e exportação significativa; acelerar a pesquisa e desenvolvimento oncológico e reduzir vulnerabilidades estratégicas, ainda mais num mundo com tantos conflitos.

Isso foca principalmente em oncologia estratégica avançada. Como a gente falou, as terapias avançadas e produtos médicos, como CAR-T, até terapia gênica.

Hoje, na BP, como hospital de excelência do Proadi-SUS, temos uma participação importante no projeto Genomas Brasil, no qual, até o final desse triênio, o Mapa Genoma Brasil da nossa instituição deverá ter já, em seu banco de dados, o genoma completo de mais de 25 mil brasileiros para o projeto Genomas Brasil, que é a base de dados para análises genômicas e terapias futuras.

Precisamos focar na avaliação de vacinas e plataformas, tanto com tecnologias de RNA mensageiro e proteínas recombinantes avançadas, vetores virais e atualização, e, é claro – ficou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

claro quando o colega da Fiocruz fala de infecciosas, que são muito parecidas –, entre oncologia e dispositivos críticos estratégicos, como *kits*, radioisótopos e insumos laboratoriais. Ou seja: acelerar com segurança em oncologia, unindo boas ciências, boas práticas, vias ágeis e éticas, garantir inovação que chegue rápido e com qualidade aos pacientes que mais precisam, que é a nossa população.

Obrigado, Senadora, pela atenção de todos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Parabéns pela sua exposição, Dr. Gustavo Cardoso Guimarães.

Eu tive a honra de estar com o senhor lá na Beneficência Portuguesa e também aqui, no Senado Federal, o senhor, que é uma pessoa que realmente faz a diferença como coordenador lá na Beneficência Portuguesa de São Paulo, nos departamentos cirúrgicos, oncológicos e na medicina genômica.

E você só tem a somar conosco, Dr. Gustavo, para que a gente possa avançar mais e mais nesse grande projeto, que é o projeto de combater o câncer aqui no nosso país.

E aqui eu quero aproveitar e parabenizar o Dr. Fernando Maluf e Dr. Buzaid, que são os – vamos dizer assim – autores, os criadores da ONG, do Instituto Vencer o Câncer. Quero parabenizá-los por estarem sempre focados nessa questão do câncer, para que a gente avance e possa, cada vez mais, estar junto com todos os países e não ficarmos tão aquém dos números dos países mais desenvolvidos.

Então, eu quero parabenizá-los e também parabenizar você, Dr. Gustavo, por também fazer parte dessa grande equipe de médicos que, cada vez mais, quer diminuir a quantidade de diagnósticos, de pessoas com diagnósticos de doenças oncológicas no nosso país.

Então, vamos juntos aí nessa luta, levantar essa bandeira e, se Deus quiser, vamos chegar mais rápido aí, para que os nossos pacientes tenham acesso, através do sistema SUS, aos avanços terapêuticos para o tratamento do câncer.

E, como você bem colocou, precisamos ter uma boa regulação, porque, através da boa regulação, a gente vai fazer diferença nesses diagnósticos, nos tratamentos, e assim por diante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito grata mais uma vez, Dr. Gustavo Cardoso.

Agora, com a palavra, o Dr. Eduardo Jorge da Fonseca Lima, que é Conselheiro Federal, pelo Estado de Pernambuco, do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Seja muito bem-vindo, Dr. Eduardo Jorge. Muito grata por você ter aceitado o nosso convite para participar deste momento tão importante, que é, justamente, sobre essas fronteiras em tratamento e pesquisa contra o câncer no nosso país.

O senhor tem dez minutos, Dr. Eduardo, para a sua exposição.

**O SR. EDUARDO JORGE DA FONSECA LIMA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito boa-tarde.

Primeiramente, agradeço o convite, em nome do CFM, e parabenizo a Senadora Eudócia por essa luta tão importante contra o câncer.

O CFM, como órgão, como casa, cuida da ética do médico e, fundamentalmente, cuida da saúde da população brasileira e a ajuda, garantindo uma coisa que foi falada muito aqui: qualidade da assistência e uma assistência que seja equitativa, uma assistência que não separe a medicina do rico e do pobre, mas a boa prática médica.

Do ponto de vista individual, eu sou pesquisador em vacinas há mais de 35 anos e me alegro muito, nesta tarde, de ter ouvido de tantas pessoas a preocupação com a nossa hesitação vacinal. A pandemia de covid trouxe a agudização das pessoas pró e contra vacinas, e isso acabou se refletindo em todas as demais vacinas.

Hoje, a gente tem duas vacinas profiláticas, que já foram ressaltadas aqui, que protegem do câncer: a vacina de hepatite B, disponível de zero a 99 anos... Mas, na prática, a gente vê um quantitativo de adultos ainda não vacinados que poderiam estar protegidos de hepatocarcinoma, relacionado ao vírus da hepatite B.

Mas, especialmente, faço essa defesa – e aí eu digo intransigente – da vacina de HPV, uma vacina que, comprovadamente, erradica o câncer de colo uterino.

Nós estamos ainda em um patamar, dos 9 aos 14 anos, com 80% de cobertura, ou seja, temos 20% das crianças de 9 a 14 anos não vacinadas contra o HPV.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, há esse esforço para vacinar os adolescentes de 15 a 19 anos que, por algum motivo, não tomaram a vacina, e nós temos até dezembro para vaciná-los, Senadora. Estamos em outubro, e com 47%, apenas, de cobertura nessa faixa etária – 47%.

Então, menos da metade dos adolescentes, de 15 a 19 anos, que precisariam tomar esta vacina, para estarem protegidos de câncer de colo uterino, de câncer de vulva, de câncer anal, de câncer de orofaringe – um câncer importantíssimo, cujo agente etiológico é o HPV –, desprotegidos.

Eu peço aqui ajuda à senhora, para que a gente entre também nessa luta de expansão da faixa etária desta vacina. Esta vacina precisaria expandir essa faixa etária até os 26 anos.

Ela é uma vacina segura, é uma vacina que está disponível, e a gente precisa, sim, caminhar, expandi-la, para que ela seja administrada dos nove aos 26 anos, mas, especialmente, para que a gente leve a vacina aonde o povo está, como a gente diz.

Nós precisamos de ações de vacinas em escolas – esse é um caminho que vários países adotaram, conforme já comentado aqui –, mas também em *shoppings*, em festas, em baladas de adolescentes.

Nós precisamos realmente garantir que essa meta da OMS, de 2030, da redução do câncer de colo uterino no Brasil seja realmente atingida.

Nós temos neste país, hoje, 600 mil médicos. O CFM pode ajudar, Senadora, com campanhas educativas para a população e para os médicos. Pode ajudar também levando informação de qualidade e conclamando os médicos sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer.

O diagnóstico precoce garante, como todo mundo sabe, uma sobrevida muito melhor.

Então, o CFM se coloca à disposição da sua Comissão, para, juntos, contribuirmos para a redução do câncer no Brasil.

Outra ação que o CFM pode realizar é fazer com que chegue a mensagem.

Nós temos o cadastro desses médicos nos conselhos regionais. Então, a gente pode utilizar os conselhos, para que a informação seja rápida, precisa e eficaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E estamos juntos na luta pela incorporação de medicamentos, de pesquisas. A vacina de RNA veio com a covid, mas hoje nós temos mais de 120 ensaios clínicos da vacina de RNA para câncer. Então, câncer de pâncreas, melanoma, câncer de intestino...

Logicamente, chama-se vacina, mas aí é uma terapia imunológica, é uma terapia para fortalecer o sistema imunológico, realizada com a proteína do próprio paciente.

É uma vacina individualizada, mas a tecnologia de RNA permite que se faça isso de forma rápida.

Então, não temos ainda no mundo nenhuma vacina de RNA para câncer aprovada, mas estamos muito próximos disso. Há vários estudos de fase 3, e é fundamental hoje.

Já que os Estados Unidos diminuíram o aporte em pesquisas de RNA, em vacinas de RNA, é fundamental que outros países, inclusive o Brasil, assumam o estímulo, para que essas pesquisas continuem caminhando.

Então, é essa a minha fala, colocando o CFM como parceiro dessa luta tão bonita que a senhora faz.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Dr. Eduardo Jorge, muito grata pela sua participação, pela sua exposição. Você, que é Conselheiro Federal pelo Estado de Pernambuco – nosso Estado de Pernambuco, posso assim dizer, por sermos vizinhos, já que eu sou de Alagoas... Então, é motivo de muita honra, Dr. Eduardo.

E foi muito pertinente a sua fala, quando você colocou a questão da baixa imunização contra a hepatite B, que causa vários casos de hepatocarcinoma, como também outras doenças hepáticas.

Porém, o vírus B tem vacina. Então, se nós temos uma vacina que evita, que imuniza, que protege o paciente contra o hepatocarcinoma, por que não tomá-la?

E é isto o que a gente vê, realmente, Dr. Eduardo: uma baixa adesão à imunização.

Você citou o vírus B e também citou o HPV. Realmente, a faixa etária em que é feita, atualmente, pelo SUS a vacina contra o HPV é uma faixa etária pequena: é de 9 a 14 anos. De fato, o ideal é ampliar essa margem de imunização para ao menos 26, 27 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ter certeza, Dr. Eduardo, de que você vai ter o meu apoio aqui no Senado, para que eu possa, junto com os colegas que compõem a Cascancer e também outros tantos colegas Senadores e Senadoras que fazem parte da CAS, elaborar um projeto de lei para que a gente possa ampliar essa faixa etária para os de 9 até 26, 27, 28 anos de idade, que é uma faixa, realmente, que é muito importante, porque vai começar a imunizar, a criar anticorpos, para que, quando chegarem à fase sexualmente ativa, já estejam imunizados contra esse vírus.

Eu tenho só a lhe agradecer, Dr. Eduardo, pela sua participação. Quero dizer ao senhor que é a primeira de várias participações que você ainda terá nesta nossa Subcomissão.

Eu me sinto muito honrada por você ter aceitado o convite e espero que, nas próximas datas, você tenha agenda, para que possa, junto conosco, participar desse momento tão importante.

Quero agradecer a todos os colegas Senadores e Senadoras que participaram deste momento. (*Pausa.*)

Quero agradecer a todos os colegas médicos e a todas as colegas médicas que participaram aqui, de forma presencial e também de forma virtual.

E quero dizer a todos vocês que vocês podem participar de uma forma ativa, ativamente ou de uma forma indireta, através do e-Cidadania e também do 0800 que eu coloquei aqui no início da nossa reunião, da nossa sessão aqui de debates, da nossa audiência pública.

Quero cumprimentar o meu querido Senador Esperidião Amin, e o senhor tem a palavra, Senador, o senhor, que é tão participativo, que é tão atuante aqui no Senado Federal – e não poderia ser diferente aqui na CAS. A sua atuação aqui é brilhante, e agradeço a sua participação aqui na nossa audiência pública.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A minha participação, Senadora, é só para cumprimentá-la pela cruzada que a senhora está encetando e lhe dar uma breve notícia.

Na quinta-feira da semana passada, eu visitei uma empresa no Complexo Industrial Perini, no Parque Industrial Perini, em Joinville, uma empresa que trata de logística da terapêutica do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

câncer, ou seja: pesquisa, inovação, prevenção, equipamentos, terapias e a modernização que a senhora proclamou já no primeiro dia.

Eu tive a conversa com o engenheiro Guilherme, Guilherme de Lima, que é o CEO da empresa. Ele me mostrou os esforços que ele está fazendo para transformar Joinville em um verdadeiro *hub* destas funções da cadeia logística, vamos chamar assim, mas incluindo pesquisa, e eu espero poder oportunizar uma vinda dele e, quem sabe, num segundo momento, uma visita sua a essa iniciativa que me agradou muito, pela criação de um ecossistema para lidar com essa complexidade e com as defasagens que são a razão da criação desta Comissão.

Portanto, é um cumprimento e um aceno, o sentimento de possibilidade de termos um avanço inteligente nessa questão do ecossistema, para valorizar cada etapa.

Ele apresentou uma colmeia, da colmeia, que representa o tratamento eficiente, tempestivo e bem-sucedido do câncer, tanto para homens quanto para mulheres.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Que notícia maravilhosa, Senador, o senhor está trazendo aqui para a Cascancer, Senador Esperidião Amin. E, com certeza, vai ser uma honra recebê-los aqui.

Perini – não é isso o nome da empresa que você visitou?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Amoveri...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Ah, desculpa, tá.

Aí, oportunamente, você passa...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Farma...

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Farma. Tá.

Então, já antecipe falando para essa equipe que será de grande valia a presença deles aqui, na CAS, para que possam nos ajudar, nos orientar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Desculpe; é Amoveri Farma.

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Então, será um motivo de muita alegria, de muita honra recebê-los. E esse ecossistema será muito importante, porque, realmente, a questão do câncer é um passo a passo – um passo a passo. É um degrau, depois outro degrau.

(*Intervenção fora do microfone*.)

**A SRA. PRESIDENTE** (Dra. Eudócia. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AL) – Exatamente, até chegarmos ao diagnóstico e ao tratamento. Então, será motivo de muita alegria.

Muito grata pela ajuda, Senador, pela participação, pela colocação. Muito grata. E já está convidado antecipadamente. Muito obrigada pela sua participação ativa, como sempre.

Antes de encerrarmos a reunião, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa*.)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Quero aqui, mais uma vez, agradecer a cada expositor, a cada colega, a cada membro desta audiência pública que participou ativamente para que juntos possamos ter um objetivo único, de ajudar, de cooperar, de acompanhar o desdobramento, o desfecho dos nossos estudos e dos tratamentos avançados, para que cada vez mais avancemos nesses tratamentos e cada vez menos tenhamos diagnósticos de câncer no nosso país. E também para que, uma vez diagnosticados, os pacientes possam, de uma forma equitativa, ter direito a todo tipo de terapia que tenhamos disponível no nosso Brasil. Que a gente possa avançar cada vez mais!

Muito obrigada a todos e um grande abraço.

E quero deixar aqui o meu abraço ao Vice-Presidente da CASCANCER, o meu querido Senador Dr. Hiran.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um grande abraço a todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Meu muito obrigada a todos.

(*Iniciada às 14 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 27ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quatorze horas e trinta e dois minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Rogério Carvalho e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Efraim Filho, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti, Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Augusta Brito, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Pacheco, Cid Gomes, Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério, Rogerio Marinho, Fabiano Contarato, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa** sobre a PEC 148/2015, de autoria Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros. **Finalidade:** Destinada a instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 148, de 2015, que "altera o inciso XIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal". **Participantes:** Sr. Alexandre Sampaio Ferraz, Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Sr. Valter Souza Pugliesi, Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados do Trabalho (ANAMATRA); Sr. Pablo Rolim Carneiro, Especialista em Políticas e Indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. Luiz Carlos Motta, Deputado Federal e Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC); Sr. Rodrigo Rodrigues, Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal (CUT/DF); e Sr. Willian Ferreira da Silva, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Frentistas de Brasília e Diretor na Força Sindical (FS). **Resultado:** Realizada a audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Paulo Paim**
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Senador Rogério Carvalho**
Presidente Eventual da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/02

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Fala da Presidência.) – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar o Senador Paulo Paim, que é o autor da PEC 148, de 2015.

Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instituir a Proposta de Emenda à Constituição nº 148, de 2015, que altera o inciso VIII do art. 7º da Constituição Federal, para reduzir a jornada de trabalho semanal.

Esta reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e dos Srs. Senadores e dos convidados por sistema de videoconferência para exposições e debate. Será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Ouvidoria 0800 0612211.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria convidar, para participar e para compor a mesa, o Sr. Alexandre Sampaio Ferraz, Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), representante de José Gonzaga da Cruz, Presidente do Dieese.

Quero convidar também o Sr. Valter Souza Pugliesi, Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados do Trabalho (Anamatra).

Quero convidar também o Sr. Luiz Carlos Motta, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, e o Sr. Willian Ferreira da Silva, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Frentistas de Brasília e Diretor da Força Sindical, representante de Miguel Torres, Presidente da Força Sindical.

E nós temos remotamente o Sr. Pablo Rolim Carneiro, especialista em políticas e indústria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), representante de Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da CNI, e o Sr. Rodrigo Rodrigues, Presidente da Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal, representante de Sérgio Nobre, Presidente da CUT.

Justificaram a ausência o Sr. José Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, e o Sr. Vinícius Carvalho Pinheiro, Diretor do Escritório da OIT para o Brasil. Não responderam ao convite, até o momento, a Sra. Elise Ramos Correia, Presidente da Associação Brasileira da Advocacia Trabalhista (Abrat).

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Sr. Alexandre Sampaio Ferraz, Economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), para sua exposição, por dez minutos.

**O SR. ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ** (Para expor.) – Primeiramente, eu gostaria de agradecer ao Senador Rogério Carvalho, pela oportunidade dada ao Dieese – muito obrigado! – para fazer esta intervenção num debate tão importante para o país; e, na sua pessoa, a todos os demais Senadores e Deputados aqui presentes, em especial ao autor da proposta, o Senador Paulo Paim. A redução da jornada de trabalho é um dos pontos centrais da pauta da classe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhadora deste ano, juntamente com a tributação dos super-ricos, defendida pelas centrais sindicais e todo o movimento sindical.

Eu queria começar dizendo que em poucos países do mundo se trabalha tanto como no Brasil, Senador. O brasileiro trabalha em média 39 horas por semana, mais do que os norte-americanos, mais do que os coreanos, mais do que os portugueses, argentinos, espanhóis, italianos, franceses e muito mais que os alemães, que estão entre os trabalhadores mais produtivos do mundo hoje em dia. Para todos terem uma ideia mais concreta do que eu estou falando, os alemães trabalham apenas 33 horas semanais; a gente trabalha 39. Por outro lado, nós temos um dos menores custos de trabalho do mundo – ou seja, não é um problema para a gente subir um pouco o custo do trabalho, né? – e uma das legislações mais favoráveis ao empregador quando da demissão individual ou coletiva, uma das menos restritas para que se possa fazer essas demissões sem justa causa.

Nós sabemos que o país avançou muito com a Constituição de 1988, reduzindo a jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais. O Senador Paulo Paim presenciou essa discussão e sabe os argumentos que foram usados dos dois lados, né? Sabemos também que a redução da jornada afeta o interesse daqueles que exploram o trabalho e que pensam somente no seu ganho próprio e não no trabalhador, argumentando que isso elevaria o custo do trabalho e acabaria com a economia. Não acabou em 1988 e também não vai acabar numa transição para 40 horas, nem para 36 horas.

No Brasil, 43% da mão de obra do setor privado é informal, completamente desamparada e sem nenhum dos direitos previstos na CLT ou mesmo aqueles previstos no art. 7º da Constituição, de que a gente está tratando agora, além de ainda convivermos com a mão de obra análoga à de escravo, não apenas no campo, mas também nas cidades. Hoje são mais de 700 empregadores na lista suja do trabalho escravo, várias construtoras, várias empresas do comércio, da indústria, tendo sido resgatados mais de 66 mil trabalhadores, desde 1995, quando a inspeção do trabalho começou a criar essa força-tarefa – inspeção do trabalho que vem, governo após governo, sendo cada vez mais sucateada, reduzida, e que é uma das grandes responsáveis por essa fiscalização da mão de obra informal que eu citei. Os dados da Rais de 2022 referentes ao trabalho formal mostram uma realidade ainda mais dura em relação à jornada de trabalho do brasileiro: foram 41 horas e 20 minutos trabalhados em média por semana, contra as 39 horas no comparativo internacional que eu citei anteriormente, da OIT; sendo que 67% dos trabalhadores formais têm jornada superior a 40 horas, limitando o tempo para a vida social, família, lazer,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descanso, qualificação, e aumentando os riscos de acidentes de trabalho e doenças ligadas ao excesso de trabalho, como o *burnout*.

Não é à toa que muitos hoje dizem preferir trabalhar à margem da CLT. Se, para trabalhar registrado é preciso se sujeitar a uma jornada de seis dias por semana, com apenas um dia de descanso, incluindo trabalhar ao sábado, não surpreende que alguns queiram, às vezes, fugir da CLT, principalmente os mais jovens.

Os dados da Pnad Contínua, do IBGE, para o quarto trimestre de 2024, indicam que um empregado em setor privado sem carteira assinada trabalhava, em média, 38 horas por semana; enquanto um com carteira assinada trabalhava 43 horas por semana.

A redução da jornada de trabalho sem redução de salário é fundamental para tornar mais atrativa novamente a CLT, bem como é fundamental uma maior fiscalização que iniba esta vergonha que é ter um país com mais de 14,2 milhões de empregados no setor privado – não estou falando de trabalhador doméstico – sem carteira assinada de trabalho.

E desculpem-me usar o termo forte vergonha, Senadores – porque a minha esposa viu aqui no texto, pediu para eu tirar –, mas eu acho que é uma vergonha mesmo, acho que a gente tem que se sentir envergonhado por isso.

Nem estou falando dos trabalhadores domésticos, como eu disse, sem carteira, ou os por conta própria, sem CNPJ, que juntos somam mais de 30 milhões de trabalhadores sem nenhum direito neste país.

A jornada de 40 horas é já uma realidade no setor público, quando não a de 36 horas, e uma realidade para boa parte dos trabalhadores com maior escolaridade e maior remuneração – mas ela não pode ser um privilégio desses trabalhadores.

Vocês já se perguntaram quem são os excluídos, os trabalhadores excluídos desse privilégio, que têm jornadas mais extenuantes? São justamente os trabalhadores com menor escolaridade, com ensino fundamental incompleto, analfabetos muitas vezes, com menores salários, proporcionalmente à sua jornada e à qualificação.

Os dados do mercado de trabalho formal, já citados da Rais de 2022, do Ministério do Trabalho, mostram que, enquanto um trabalhador com ensino fundamental incompleto trabalha em média 42 horas semanais no país, um trabalhador com superior completo trabalha menos de 37 horas. Ao mesmo tempo, o trabalhador que tem jornada média de 44 horas recebia apenas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$2.193, enquanto um trabalhador que trabalha 36 horas recebia quase R$3 mil. E, surpreendentemente, não tanto, mas um trabalhador que trabalha hoje em dia 40 horas semanais, formal, recebe quase o dobro disso daí, recebe em média R$6 mil.

O Instituto DataSenado fez uma pesquisa excelente, ano passado, mostrando que o brasileiro deseja, almeja uma jornada mais curta sem redução salarial – eu não sei se os senhores têm conhecimento dessa pesquisa feita no próprio Senado –, para poder respirar um pouco, para ter tempo para cuidar da sua família, principalmente, isso está nas respostas dadas, da sua saúde, para estudar e para aproveitar um pouco a vida também. Mas não é apenas da duração da jornada que a gente tem que falar aqui, também é preciso falar da sua alocação. A gente está aqui falando, lutando pela jornada ou pela escala 5x2, enquanto muitos países que oferecem uma boa condição de vida para sua classe trabalhadora têm adotado, já com sucesso, a escala 4x3. E, se um dia a gente chegar à jornada almejada pelo projeto do Senador Paim, de 36 horas, a gente pode pleitear essa escala, que dá aos pais de família, aos trabalhadores, o direito, por exemplo, de sair um dia da semana para resolver os seus problemas domésticos, para levar o filho na escola, sem ter nenhuma punição por isso. O Brasil devia estar na vanguarda dessa discussão, mas, como diz o sociólogo Jessé Souza, a gente parece às vezes ser a vanguarda do atraso.

Para encerrar, eu queria apontar brevemente dois trabalhos importantes sobre o impacto da redução da jornada, dois trabalhos acadêmicos.

Um excelente estudo, de 2022...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ALEXANDRE SAMPAIO FERRAZ** – ... no *Cambridge Journal of Economics,* conduzido por Cárdenas e Villanueva, mostra que uma redução de 5 horas na jornada espanhola, de 40 para 35 horas, criaria milhares de empregos, mais de 500 mil empregos, reduziria o desemprego e aumentaria a participação dos salários na renda, ao mesmo tempo em que elevaria o PIB do país. Contrariando alguns trabalhos que vêm sendo falados no Brasil, que falam que isso daí prejudicaria o PIB, reduziria o PIB, aumentaria o desemprego, não é o que aparece nos trabalhos acadêmicos que a gente tem lido.

E também um estudo... Essas conclusões vão em linha com o estudo que o próprio Dieese fez, mostrando que uma redução de 44 para 4 horas criaria mais de 3,5 milhões de novos postos de trabalho e engendraria uma massa salarial adicional de até R$9 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A PEC 148, de 2015, de autoria do nobre Senador Paulo Paim, aqui presente, é fundamental para dar dignidade para todos os trabalhadores e trabalhadoras deste país e coloca uma pauta ambiciosa, ao propor a redução gradual da jornada até a 36 horas semanais. Os trabalhadores merecem participar dos ganhos de produtividade que a nova revolução digital está trazendo. E essa proposta é uma parte fundamental desse projeto para essa conquista, que pode colocar o país não no atraso, mas na vanguarda da discussão da jornada no mundo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Quero agradecer ao Economista Alexandre Sampaio Ferraz, que falou aqui representando o Dieese.

E quero, ato contínuo, passar a palavra para o Sr. Valter Souza Pugliesi, Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho, para a sua exposição, por um período de dez minutos.

**O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI** (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Quero cumprimentar aqui a mesa de debate na pessoa do Senador Rogério Carvalho, que é o Relator da PEC 148, objeto desta audiência pública. Cumprimento, de um modo muito especial, o Senador Paulo Paim, autor da proposta de emenda constitucional. Cumprimento, também de uma maneira especial, aqui o Deputado Luiz Carlos Motta, que também, enfim, tem atuado bastante nas causas que dizem respeito ao direito do trabalho.

A minha participação aqui é como Juiz do Trabalho, Presidente da Associação Nacional das Magistradas e dos Magistrados da Justiça do Trabalho, entidade que representa juízes do trabalho de todo o país, que enfrentam, ali na sala de audiência, muitas das ações que tratam das consequências de jornadas de trabalho extensivas. A perspectiva que eu gostaria de abordar aqui, nesta audiência pública, é a perspectiva dos princípios do direito do trabalho, os princípios do direito do trabalho que são encartados na nossa Carta Constitucional. E esses princípios do direito do trabalho têm por norte a inegável desigualdade que há nos contratos de trabalho que são decorrentes de uma relação de trabalho. Não há igualdade nesta relação. Empregados e empregadores, trabalhadores e empregadores não estão no mesmo pé de igualdade e não têm condições de negociar, de forma equilibrada e no mesmo pé de igualdade, questões que dizem respeito ao contrato de trabalho – e a jornada de trabalho é uma delas.

Nessa perspectiva, observamos algumas críticas que se fazem não apenas a essa Proposta 148, de 2015, que está tramitando aqui no Senado, mas a outras propostas que tramitam no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parlamento – aqui no Senado, na Câmara dos Deputados – e que tratam da questão da redução da jornada de trabalho, precipuamente a definição por força de lei, inclusive na Constituição Federal. Isso nos parece lógico a partir desse próprio princípio que retrata essa desigualdade. Se não houver uma definição legal de um patamar mínimo ou civilizatório, como queiram, de uma jornada de trabalho, ela não será observada dentro de parâmetros razoáveis civilizatórios.

Tenta-se buscar como argumento que a questão da redução da jornada de trabalho deveria ser tratada no âmbito apenas das negociações coletivas, ou acordos coletivos, ou mesmo acordos individuais. E nós sabemos, pela experiência prática, que isso não é o melhor caminho. Se nós não estabelecermos um patamar mínimo legal, dificilmente os trabalhadores avançarão nessa perspectiva ou nesse objetivo de redução de jornada de trabalho ou de definição de uma jornada de trabalho equilibrada, porque nós sabemos que, quando se examina a questão da jornada de trabalho, não podemos abstrair outros fatores que tomam um tempo daquele trabalhador.

Não é apenas o período em que o trabalhador está ali, exercendo as suas funções dentro daquela carga ou daquela jornada de trabalho estipulada no seu contrato de trabalho. Nós temos também o tempo de deslocamento, que é um período extremamente relevante, principalmente nas grandes cidades. Como nós sabemos, trabalhadores gastam várias horas do dia apenas para o deslocamento da sua casa para o trabalho e no retorno, bem como com o chamado trabalho não remunerado, que diz respeito às atividades domésticas e às atividades de cuidado.

Isso tudo engloba, isso tudo forma esse bloco de jornada no qual aquele trabalhador está inserido. Se você observar esse bloco de jornada, a depender da carga de trabalho a que está submetido esse trabalhador, praticamente não terá qualquer – ou pouquíssima – sobra de tempo para outras atividades, como lazer e atividades físicas, que não apenas descansar, dormir um pouco, fazer as suas refeições, para já iniciar a sua jornada no dia seguinte.

Então, é nessa perspectiva de efetivamente dar qualidade de vida para o trabalhador que nós temos que examinar e buscar um equilíbrio nas normas que definem a jornada de trabalho. Sabemos que são imprescindíveis a importância e o valor social, a importância das empresas na contratação, na manutenção de mão de obra, na manutenção dos empregos, mas é preciso que se busque esse equilíbrio. Quando está se tratando de jornada de trabalho, está se tratando de qualidade de vida dos trabalhadores, do resguardo da saúde mental, da saúde física, e não apenas como um custo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos como críticas, digamos assim, ou contraposições do setor do capital, do setor empresarial em relação à redução da jornada de trabalho, questões que envolvem um aumento do custo de folha de pagamento, de que isso poderia repercutir, inclusive, no nível de preços na questão da inflação.

Há estudos que se contrapõem também em relação a isso. Faço aqui referência a um estudo do Prof. Belluzzo que diz que a redução da jornada de trabalho propiciaria o aumento do emprego, situação que nós verificamos, na prática, na França, quando houve a redução no início dos anos 2000. Houve a redução da jornada de trabalho na França para 35 horas e isso promoveu, de imediato, um aumento dos postos de trabalho. A redução da jornada de trabalho, com o aumento dos postos de trabalho, permitiria também um aumento da renda, com essa renda do trabalho fortalecendo, de igual forma, a composição da renda nacional.

O que nós temos que ver, da perspectiva dos trabalhadores, é que jornadas extenuantes, Senador Paim, são contraproducentes, são contrárias a uma produtividade. Elas são motivos de adoecimento.

Por falar em adoecimento, nós estamos iniciando – hoje é dia 2 de setembro – o chamado Mês Amarelo, das chamadas doenças mentais, e, só em 2024, foram registrados mais de 470 mil afastamentos do trabalho por transtornos mentais. E se verifica, também por pesquisas, o grau de insatisfação dos trabalhadores com a chamada jornada de 6x1. E verifica-se que... É importante pontuar que, nessas atuais propostas em que se discute a redução da jornada de trabalho, não se discutem apenas as chamadas jornada diária ou jornada duração do trabalho semanal, mas também o que se denomina escala, porque, mesmo na proposta – que foi encaminhada pelo Senador Paim – de redução para 36 horas, se não se modificar a escala, é possível se manterem as 36 horas numa jornada de 6x1, o que daria seis horas de trabalho por seis dias na semana...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI** – ... com apenas um dia de folga.

Então, é preciso que se tenha em mente os benefícios que se obteriam com a redução da jornada de trabalho, com a escala, como está proposto na PEC em discussão, que é a 148, de 2015, que propôs, pela proposta inicial do Senador Paim, a redução gradual – e isso é interessante pontuar, porque permitiria um planejamento – inicialmente para 40 horas e depois para 36 horas, com a contribuição do Relator, o Senador Rogério Carvalho, que fez a proposta de que essa escala, essa jornada reduzida – de 40 para depois 36 horas – fosse acomodada numa escala de 5x2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos a proposta que tramita também na Câmara dos Deputados, que é a proposta que ataca também a 6x1, reduzindo para 36 horas, numa escala de 4x3, que deve ser observada dentro deste contexto de aumento dos postos de trabalho e aumento da renda. É nessa perspectiva que também deve ser analisada, e não única e exclusivamente apenas na perspectiva de encarecimento dos custos da mão de obra para as empresas e possivelmente uma quase velada ameaça de transposição desses custos para os preços, compulsoriamente a aumento de inflação.

Dentro dessa perspectiva, faço aqui um rápido comentário, Senador Paim, porque, no momento em que se estão discutindo...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI** – ... as questões que envolvem redução da jornada diária de trabalho para 40 ou 36 horas, como também redução das escalas para 5x2 ou 4x3, veio à tona uma discussão interessante, que é uma jornada aplicada em alguns segmentos da República Socialista da China. É a chamada jornada 996 – é difícil se imaginar que, ainda em pleno século XXI, nós tenhamos ainda jornadas nessa perspectiva. Para quem não sabe, essa jornada 996 quer dizer trabalho das 9h às 21h, por seis dias da semana, o que alcançaria 72 horas semanais. E há um grande empresário chinês que declarou de forma muito clara que é uma bênção para aqueles que trabalham nessa jornada – é uma bênção para aqueles que trabalham nessa jornada!

(*Soa a campainha.*)

**O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI** – E me permitam, neste último minuto que me falta, Senador Paim, pontuar...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Tem três minutos ainda.

**O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI** – Três minutos? Ah, que beleza.

Quero pontuar uma situação que é extremamente relevante para a Anamatra, quando se estão discutindo direitos do trabalho, em especial jornada de trabalho, que é a questão que diz respeito à precarização. Nós estamos com a discussão, no Supremo Tribunal Federal, do Tema 1.389, que trata especificamente da questão da precarização, quando se trata de outras formas de divisão do trabalho e, principalmente, desse neologismo que é a pejotização, que ocorre em situações em que precipuamente se enfrentam situações de fraude, em que se afastam a regulação e a formalização do contrato de emprego por formas fraudulentas. E aqui eu não estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a dizer que todas as outras formas de divisão de trabalho... É possível isso, não há nenhuma dúvida. O próprio Supremo já placitou, já declarou a constitucionalidade, por exemplo, da terceirização. É possível o trabalho autônomo, que talvez seja muito interessante na perspectiva de quem é efetivamente autônomo. O que nós estamos aqui a contrariar são as situações de fraude em que trabalhadores subordinados, dependentes ganham uma roupagem de autônomos, ou de pejotizados, ou de, ao fim e ao cabo, precarizados. E há a importância dessa discussão, a partir do que virá da decisão do Supremo Tribunal Federal, que não apenas está a decidir...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. VALTER SOUZA PUGLIESI** – ... sobre eventual legalidade dessas formas de contratação, mas principalmente o segmento do Poder Judiciário competente para enfrentar as situações de fraude.

É nesse ponto que a Anamatra suscita a importância desse tema, a importância desse debate que hoje está em discussão no Supremo Tribunal Federal, a importância e as consequências que daí advirão, porque, de forma muito clara e muito tranquila, o direito à percepção ética não admite a fraude, não admite a simulação. E a Justiça do Trabalho é o segmento do Poder Judiciário especializado, com as melhores condições para efetivamente verificar aquelas situações em que há efetivamente a contratação de um autônomo, de uma prestação de serviço e aquela em que há uma fraude e uma simulação.

Então, finalizando, a Anamatra entende que a Proposta de Emenda à Constituição 148, de 2015, com a contribuição, o aprimoramento proposto pelas emendas apresentadas pelo Relator Rogério Carvalho, vai ao encontro dessa noção de humanização das relações de trabalho – é disto que se trata: humanização das relações de trabalho.

Não há aqui, de maneira nenhuma, repito, qualquer pensamento de prejudicar as empresas, aquelas que efetivamente produzem, aquelas que efetivamente abrem as portas ao mercado de trabalho e mantêm a mão de obra, mas é preciso buscar este equilíbrio entre a necessidade das empresas, no que concerne especificamente aos custos decorrentes da sua produção, mas principalmente à qualidade de vida do trabalhador, à centralidade da pessoa, na sua dimensão ética, quando presta esse serviço que deve ser feito com toda a capacidade desse trabalhador, mas sempre privilegiando e resguardando a sua qualidade de vida, o seu direito de ter um tempo livre para poder gozá-lo com a sua família, com momentos de lazer, com momentos de atividade física, ou mesmo com o chamado ócio criativo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são essas as ponderações e as contribuições que a Anamatra traz para esse importantíssimo debate, agradecendo mais uma vez ao Senador Paulo Paim e ao Senador Rogério Carvalho pela oportunidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu queria agradecer ao Dr. Valter Souza Pugliesi, magistrado, Presidente da Anamatra.

Eu queria passar a palavra agora para o Deputado Luiz Carlos Motta, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio.

**O SR. LUIZ CARLOS MOTTA** (Bloco/PL - SP. Para expor.) – Obrigado, Senador.

Na pessoa do senhor, Senador Rogério Carvalho, Presidente em exercício desta atuante Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, quero cumprimentar também o Senador Paulo Paim. Cumprimento as senhoras e os senhores que participam desta importante audiência pública. Quero cumprimentar também os meus companheiros aqui de mesa: o Alexandre Sampaio, do Dieese; o William Ferreira, do Sindicato dos Frentistas; e o Dr. Valter Souza, da Anamatra.

Agradeço o convite formulado a mim, enquanto Presidente da CNTC, uma confederação que conta hoje com 21 federações filiadas, entre elas a Federação dos Comerciários do Estado de São Paulo, por mim também presidida. Essas 21 federações que integram a CNTC reúnem cerca de 800 sindicatos filiados. Juntos, eles representam mais de 12 milhões de trabalhadores no comércio de bens e serviços em todo o Brasil. No momento, faço ecoar, portanto, a voz desses trabalhadores.

Assim como se vê na CNTC, na Fecomerciários, em São Paulo, e enquanto Deputado Federal, também tenho marcado posição favorável à redução da jornada semanal de trabalho, sem redução salarial e sem horas extras. O mote dessa atuação conjunta, ou seja, na liderança sindical comerciária e como Parlamentar, é a redução da jornada semanal de trabalho sem redução salarial e sem hora extra, onde menos vale muito mais.

Nesse sentido, os objetivos vão ao encontro dos propósitos do autor, Senador Paulo Paim, da PEC 148, que propõe a redução gradual da jornada semanal de trabalho. O amigo do sindicalismo comerciário, Senador Paulo Paim, é merecedor de todas as nossas considerações. Pela proposta, a citada redução gradual seria iniciada com 40 horas no primeiro ano e seguiria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançando até 36 horas semanais, sem redução de salários. Assim como ele, queremos reduzir a jornada semanal de trabalho com o objetivo de preservar a dignidade humana e combater a precarização, direitos fundamentais dos trabalhadores.

Essa PEC é uma resposta concreta ao que a Constituição Federal já consagra: a dignidade da pessoa humana e a proteção do trabalho, do descanso e da saúde. Reduzir a jornada, sem cortar salários, é respeitar esses princípios, equilibrando tempo, renda e qualidade de vida.

Comemoramos em 1988, o êxito da Constituição Federal, ao estabelecer a jornada semanal de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais, o que representou uma redução de 48 para 44 horas semanais.

Em 2013, obtivemos outra vitória histórica, também nesse sentido, ao conquistarmos a regulamentação da profissão de comerciário. A Lei 12.790 determinou a jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 horas semanais. Estabeleceu ainda a admissão da jornada de 6 horas para o trabalho realizado em turnos de revezamento, sendo vedada a utilização do mesmo empregado em mais de um turno de trabalho.

O tema "redução de jornada e seus impactos nas empresas e aos trabalhadores" é assunto constante nos eventos organizados pelos comerciários ao longo desses anos. Este ano não será diferente. No dia 12 de setembro, nós teremos o 29º Congresso Sindical Comerciário do Estado de São Paulo, onde vamos abordar o tema: "Saúde mental do comerciário: uma responsabilidade de todos nós". Sim, porque o excesso de jornada de trabalho está comprometendo a saúde mental dos comerciários e dos trabalhadores que atuam no setor de serviços.

Segundo o Ministério da Previdência Social, em 2024, o Brasil registrou mais de 400 mil afastamentos do trabalho por transtornos mentais, o maior número em pelo menos dez anos, um número muito preocupante. Destaco que o apoio sindical à proposta é fruto histórico de mobilizações unitárias e de debates em fóruns estaduais e nacionais de trabalho.

O Brasil é signatário do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e segue orientações da OIT, que recomenda jornadas equilibradas para promover a saúde e a produtividade.

A redução da jornada semanal de trabalho também tem sido apontada em todo o planeta como alternativa para enfrentar o desemprego. Defendo que essa redução se configure numa política permanente de geração de empregos a ser adotada no Brasil – isso porque, se adotada, a medida permitirá que o brasileiro trabalhe menos horas por semana, fator que tende a dobrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o número de vagas legais no mercado de trabalho. Estudos do Dieese apontam que a redução de jornada para 40 horas semanais já teria potencial de gerar milhões de empregos, distribuindo melhor carga horária e fortalecendo o mercado interno. Menos horas trabalhadas, com organização adequada, também significam ganhos em termos de qualidade de vida, menor rotatividade e maior eficiência econômica.

A redução da jornada se encaixa no arcabouço das normas regulamentadoras, como a NR-1, NR-7 e NR-17, que tratam de riscos ocupacionais, ergonomia e saúde no trabalho. É uma política que integra emprego, saúde pública e dignidade, sem renunciar à produtividade e à competitividade.

É preciso frisar a necessidade de serem gerados empregos formais, com todos os direitos garantidos e rigoroso cumprimento da nova jornada estabelecida e sem horas extras, afinal, o trabalhador tem direito ao descanso, ao convívio familiar, à prática religiosa, à educação e ao lazer.

Toda e qualquer forma de trabalho tem que ser digna. Foi ao ter como base este princípio que assinei a PEC 8, de 2025, de autoria da Deputada Erika Hilton, que defende o fim da escala de trabalho 6x1. Agora estamos conhecendo melhor a proposta; o objetivo é construir um debate responsável sobre o tema. Na Câmara Federal, componho a Subcomissão que analisa a matéria, além de ser membro titular da Comissão de Trabalho.

Os comerciários representam a maior categoria de trabalhadores urbanos no Brasil. Só no Estado de São Paulo, somos 2,5 milhões de trabalhadores.

Ressalto que, no debate sobre o fim da escala 6x1, é importante ouvir todos os lados envolvidos, incluindo trabalhadores e empresários, a fim de garantir uma proposta que seja equilibrada e justa.

A defesa dos direitos dos trabalhadores continua sendo o meu interesse fundamental, sempre com respeito ao diálogo e ao entendimento de todos os setores. Por isso, reitero os meus agradecimentos ao Senador Otto Alencar, Presidente desta Comissão, pelo honroso convite para participar desta eficiente audiência pública.

Considero que, para a aprovação da PEC 148, é preciso haver uma ação de articulação nacional, liderada pelo movimento sindical, a fim de sensibilizar o Congresso Nacional, dada a perspectiva de análise do Plenário para votação em dois turnos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso dar um basta à elevada carga horária do Brasil, hoje em cerca de 2,1 mil horas/ano, frente a 1,4 mil horas/ano em países desenvolvidos. Adotemos, como ponto de análise, o exemplo da França, que reduziu de 39 para 35 horas a sua jornada semanal de trabalho, e vale salientar que obteve apoio de 87% da população. Essa e outras experiências internacionais comprovam que jornadas mais curtas podem aumentar a produtividade por hora, reduzir faltas e melhorar a qualidade de vida sem prejudicar a competitividade das empresas e trazem, na verdade, ganhos em inovação, satisfação e eficiência.

Reafirmemos, em nossas discussões, quais são os efeitos esperados da redução da jornada semanal de trabalho, que conta com forte apoio popular. Entre eles, ressalto, primeiro, criação de novas vagas no trabalho pela redistribuição da carga horária; segundo, redução dos custos com horas extras e melhor adequação da mão de obra à produção; terceiro, benefícios sociais, como preservar a saúde física e mental do trabalhador, tempo para a família, formação e lazer, entre outros.

Com a aprovação da PEC 148, os grupos que mais se beneficiarão serão os jovens, mulheres, trabalhadores que exercem funções desgastantes, além de contribuir com a redução de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Diante das melhores expectativas do trâmite da matéria nesta Casa, sob a relatoria do brilhante Senador Rogério Carvalho...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. LUIZ CARLOS MOTTA** (Bloco/PL - SP) – ... sublinho que confio numa condução democrática dos trabalhos para conquistarmos a redução da jornada semanal de trabalho, sem redução salarial e sem hora extra, com a aprovação da PEC 148, que deve contar com efeito imediato. As realizações de audiências públicas como esta apontam para esse caminho.

Cumprimento o Senador Rogério Carvalho pela apresentação do seu parecer favorável, reforçando a irredutibilidade salarial e dois dias de descanso semanal, medidas que fortalecem os direitos sociais previstos na Constituição.

Estou à disposição para esclarecimentos adicionais, com a reafirmação do meu posicionamento, enquanto líder sindical comerciário e também Deputado Federal, de que a redução semanal na jornada de trabalho não significa prejuízo econômico, significa, sim, um modelo de organização de um novo modelo de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senhoras e senhores, a PEC 148, do Senador Paim, se apresenta como uma oportunidade histórica. Com ela, estamos abraçando uma política pública integrada, que valoriza a vida, protege os trabalhadores, impulsiona uma economia mais justa e moderna.

Enfim, solicito a esta Comissão que aprove a proposta com as devidas salvaguardas, pois menos horas trabalhadas não significam menos resultado, significam mais vida, mais saúde e mais cidadania.

Muito obrigado, Senador. Obrigado, Paim, por esta oportunidade.

Estamos à sua disposição. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Muito bem. Muito obrigado, Deputado Luiz Carlos Motta, aqui representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC).

Eu queria passar a palavra agora para o Sr. Pablo Rolim Carneiro, que está remoto, especialista em políticas e indústria, da Confederação Nacional da Indústria, representante de Antonio Ricardo Alvarez Alban, Presidente da CNI.

**O SR. PABLO ROLIM CARNEIRO** (*Por videoconferência.*) – Me ouvem?

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sim.

**O SR. PABLO ROLIM CARNEIRO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Sr. Senador Rogério Carvalho, na pessoa de quem eu cumprimento aqui todos os demais Senadores e os demais participantes e pessoas que acompanham esta audiência pública.

Eu agradeço, em nome da CNI, a oportunidade de participar desta audiência sobre a redução da jornada de trabalho no Brasil. É um assunto que não temos dúvidas de sua grande importância, reconhecido como um debate que envolve também preocupações com qualidade de vida, com saúde, com bem-estar, tempo de lazer, convívio familiar, aspectos sobre os quais a indústria do Brasil se debruça e atua para seguirmos aprimorando no Brasil.

A posição da CNI é bem conhecida sobre o tema, mas acho que é importante trazer aqui alguns dos principais elementos, especialmente elementos técnicos, comparativos e, sim, o que é muito importante avaliar também: impactos econômicos sobre a redução da jornada de trabalho, à luz em especial da PEC 148, de 2015, que prevê, como objetivo final, a redução da semana de trabalho para 36 horas, sem redução de salário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicialmente, Sr. Presidente, eu vou adiantar, já entrando aqui nos aspectos do tema, especialmente, que entendemos necessário já expressar a nossa preocupação, a preocupação da CNI em relação à proposta, pois na nossa avaliação, a redução por lei, por imposição legal, do limite semanal para 36 horas de trabalho deve ter mais efeitos negativos do que benefícios para a economia nacional como um todo e para todo o desenvolvimento da economia nacional.

Cabe lembrar aqui, para a gente fazer um panorama sobre o tema, que já é de conhecimento de todos, mas vale lembrar que a Constituição, no art. 7º, XIII, estabelece os limites de 8 horas diárias e 44 semanais para o trabalho e permite ali a compensação ou a redução da jornada por acordo ou convenção coletiva. O que é importante, o que é o destaque nesse dispositivo, Sr. Senador, é que esse limite já garante um espaço para negociações relacionadas a ajustes sobre duração do trabalho, quando conveniente às partes envolvidas.

Aqui já foi mencionado este dado, mas vale destacá-lo novamente: segundo o IBGE, a média de horas efetivamente trabalhadas no Brasil gira em torno de 39 horas semanais, o que já é inferior ao limite estabelecido na Constituição, de 44 horas, ou seja, é um fato que o trabalhador brasileiro, na média, já cumpre menos que essas 40 horas semanais, mas isso na média de todos os trabalhadores. Esses ajustes de diferentes setores decorrem ou de uma negociação coletiva ou dos ajustes diretos entre a empresa e o trabalhador, ou mesmo porque a empresa, ao contratar o trabalhador, já o contrata por um limite semanal inferior a 44 horas, por exemplo, 42, 41, 40 horas, ou mesmo por menos horas.

Portanto, a jornada praticada atualmente no Brasil, de cerca de 39 horas, não decorre da lei, mas dos ajustes realizados na prática, observando-se as importantes diferenças entre os setores e as regiões do país, que não podem, nesse caso, ser tratados da mesma forma, sob o risco de amplificar negativamente distorções na produtividade e competitividade do país. Essa é a nossa preocupação principal, Senador.

Outro aspecto relevante nessa discussão é saber – aí eu acho que vale a pena trazer, é importante esse dado – que a média de 39 horas do Brasil, patamar de horas efetivamente trabalhadas, é um patamar coerente com a média dos países desenvolvidos. Nesse sentido, nos países da OCDE, por exemplo, a média semanal hoje é de 37 horas. Nos países do G20 é de 38,5 horas, 38 horas e meia, bem próxima do Brasil. O Brasil está muito próximo desse limite.

Nos países desses blocos, contudo, a queda nesse número de horas trabalhadas não ocorreu de forma geral por imposição legal. Eu acho que esse é um ponto importante de ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram citados alguns países que têm uma duração média menor, mas alguns deles têm, em lei, uma duração maior, como, por exemplo, a Alemanha, a Dinamarca, a Estônia, a Grécia, a Irlanda, os Países Baixos e do Reino Unido, que definem, como um limite legal, 48 horas semanais. Já a Suíça tem um limite de 50 horas – isso na lei. Lógico que, na prática, por negociações diretas, isso acaba sendo reduzido.

Raras, portanto, são as exceções em que essa redução ocorreu por imposição legal. Posso citar aqui o caso da França, de fato, o limite atual de 35 horas. Contudo, é importante destacar que, na França – a gente também fez algumas pesquisas acerca desse tema –, há fortes discussões sobre os impactos negativos dessa redução para 35 horas por semana na economia, com alguns estudos e artigos apontando queda no nível de renda, competitividade da economia, aumento de custos e pressão por resultados. E mais: muitos estudos apontam que essa redução não trouxe, de fato, um impacto positivo na geração de emprego. Houve ajustes internos dentro do próprio contexto produtivo ali na França.

Na verdade, Sr. Senador, o que se viu nos países em que a duração efetiva do trabalho semanal se reduziu ao longo do tempo foi que isso ocorreu em virtude das transformações dos processos produtivos, do uso das tecnologias dos processos produtivos e da elevação da qualificação dos trabalhadores. Isso porque esses fatores geraram, como consequência direta – esse é um ponto bastante relevante dessa discussão –, aumentos da produtividade do trabalho nesses países. Infelizmente, essa não é a realidade do Brasil.

Há décadas, o Brasil tem a produtividade estagnada e atualmente ocupa a centésima posição em um *ranking* de 189 países da OIT sobre produtividade do trabalho, ou seja, o Brasil está ali na parte inferior do *ranking*. Para a gente fazer algumas outras comparações diretas aqui, a Suíça, que eu já citei, e os Estados Unidos, que de fato também foram citados, têm produtividade no trabalho quatro vezes maior que a do Brasil. A Noruega, 3,8 vezes maior; e a Bélgica, 3,7 vezes superior à brasileira. Isso para não mencionar os dois países com maior produtividade do trabalho: Luxemburgo e Irlanda. Nesses dois países, a produtividade do trabalho é sete vezes superior à do Brasil.

Diante disso, Srs. Senadores, a nossa reflexão é que qualquer alteração legal, qualquer imposição legal, ou seja, uma obrigação de redução por lei do número de 44 horas por semana é uma redução que não decorre de efetivos ganhos de produtividade. Uma redução que não ocorre em decorrência de ganhos de produtividade vai elevar, sim, como foi bem mencionado, o custo do trabalho. Isso pode impactar a geração de empregos e a capacidade de investimento e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de inovação das empresas brasileiras, além de pressionar os custos dos serviços privados e dos serviços públicos, com efeito sobre o Orçamento do Estado e sobre o custo de vida. São fatores, sim, que devem ser levados em consideração.

E a esse respeito, Senadores, a gente aqui na CNI fez uma estimativa do impacto econômico que teria a redução por lei de 44 para 36 horas por semana, em quatro dias, que é uma das principais discussões. Partindo da premissa de que as empresas buscariam manter o volume de produção semanal, senão elas perdem produção, perdem produtividade, nossas estimativas apontam que, somente na indústria – só na indústria –, a elevação dos custos com empregos formais seria de cerca de R$178,8 bilhões, o que equivale a um aumento de 25,1% do custo estimado para 2023. Isso só em (*Falha no áudio.*)... estimativa de impacto para o setor público. No setor público, esse impacto seria de cerca de R$150 bilhões, um aumento de 23,7% nos gastos, nos custos. Desses, quase R$32 bilhões seriam um aumento direto de custos com servidores na esfera federal, R$42,7 bilhões na esfera estadual e quase R$48 bilhões na esfera municipal; fora um impacto estimado de quase R$30 bilhões nas empresas estatais. Já os contratos com a administração pública teriam um aumento estimado de R$4,6 bilhões de reais, por exemplo, Senador. Na economia como um todo, o aumento estimado desse gasto médio seria de 20,7%.

Destaco ainda aqui, Senador, que a maior demanda por mão de obra deve pressionar, sim, ainda mais o mercado de trabalho, que atualmente registra a taxa de desemprego mais baixa da história. Com maior demanda, é, sim, provável que ocorram aumentos maiores no salário-hora, sem que tenha havido ganho de produtividade, o que afetaria os custos e a competitividade dos produtos brasileiros. Essa situação pode levar a desequilíbrios comerciais e a uma posição mais fraca do Brasil nos mercados internacionais, além de custos internos mais altos para a população brasileira. Ressalto ainda que a eventual redução para 36 horas semanais penalizará especialmente aqueles setores de menor produtividade e de mão de obra mais intensiva, além das pequenas empresas, o que deve gerar impactos ainda maiores nos empregos no longo prazo.

Portanto, aqui – indo para a conclusão – considerando todos esses dados apresentados, a proposta de redução do limite semanal de trabalho geraria um altíssimo impacto tanto para o setor privado como para o setor público, sem trazer um correspondente e necessário aumento de produtividade. Nosso grande desafio não é simplesmente, Senadores, reduzir a jornada de modo uniforme e obrigatório para todos, mas ampliar a produtividade, fortalecer a qualificação da força de trabalho e criar condições concretas para que tal mudança seja fruto dos ajustes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estabelecidos nas diferentes realidades produtivas entre empresas e trabalhadores e não de imposições legais de difícil sustentação.

Portanto, entendemos que, neste momento, não é hora de votar um modelo legal que pode comprometer a competitividade e os empregos, sem resolver os desafios de produtividade e desenvolvimento social que a gente ainda enfrenta.

A conclusão, assim, é que o caminho mais positivo para o país é continuar incentivando negociações que promovam melhorias reais na organização do trabalho, conforme a realidade de cada setor produtivo. Acreditamos, aqui na CNI, Senadores, que assim preservamos empregos, promovemos avanços sociais e garantimos sustentabilidade econômica para os pilares negociais do Brasil.

Senadores, são esses os pontos que eu queria trazer aqui inicialmente.

Agradeço enormemente a oportunidade, e ficamos aqui à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu queria agradecer ao Sr. Pablo Rolim, representando aqui a CNI.

Quero cumprimentar a presença do Vereador Camilo Daniel, de Aracaju, que veio especialmente para acompanhar esta audiência pública, um defensor da redução da jornada de trabalho.

É importante que a gente pense no trabalhador. É muito importante pensar na produtividade, pensar na nossa capacidade de ter competitividade, de ser competitivo, mas não pode ser às custas do trabalhador, da condição de vida dos trabalhadores. É importante dizer que este debate sempre volta com uma leitura do passado. Quando foi para abolir a escravidão, quando foi para acabar com a escravidão no Brasil, diziam que o país ia acabar. Quando reduziram a jornada de 48 para 44 – Paulo Paim foi testemunha disso –, disseram que a gente ia quebrar as empresas. Agora, o argumento continua o mesmo, e ninguém leva em consideração todas as transformações por que o mundo está passando, as transformações que estão acontecendo no mundo produtivo, com a nova indústria, com a incorporação de inteligência artificial, incorporação de várias tecnologias. E, toda vez em que há tensão no sentido de redução da disponibilidade de força de trabalho, aumenta-se a capacidade tecnológica do trabalho e dos meios de produção; ou seja, incorpora-se a tecnologia, aumenta-se a produtividade... Tudo isso vem casado. Nós não podemos, sob nenhuma hipótese, penalizar mais o trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estava aqui conversando com o Sr. Alexandre Sampaio Ferraz, representando aqui o Dieese, e ele estava me dizendo que os trabalhadores informais ou subempregados trabalham mais do que 44 horas. É importante dizer que essas 39 horas de trabalho... Se a gente colocar que tem trabalhadores que hoje já têm jornada de 30 horas, já têm jornada de 36 horas, que os trabalhadores do serviço público, os servidores públicos, de maneira geral, têm jornada máxima de 36 e 40 horas, a gente está chegando a uma conclusão em cima de uma média que esconde a moda, que esconde uma realidade, para determinados segmentos dos trabalhadores, que trabalham mais.

Geralmente, quem mais trabalha, Senador Paulo Paim, são os trabalhadores que mais disponibilizam a sua força de trabalho, ou seja, os que estão submetidos a trabalhos mais pesados, mais extenuantes, pessoas que moram mais distante, que dependem do transporte público... Portanto, é uma questão de humanidade, é uma questão de respeito à vida e de respeito à cidadania pensar na redução de trabalho para os trabalhadores brasileiros.

E, com essa introdução aqui, eu quero passar a palavra para o Sr. Willian Ferreira da Silva, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Frentistas de Brasília e Diretor da Força Sindical, representando Miguel Torres, Presidente da Força Sindical.

**O SR. WILLIAN FERREIRA DA SILVA** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Quero cumprimentar aqui o Senador Rogério Carvalho – belas palavras –, o Senador Paulo Paim, que nos convidou... Como frentista que estou aqui hoje, o Senador, sempre que a gente pede socorro, está aqui, atendendo-nos aqui.

É uma satisfação estar aqui, sendo convidado.

Deputado Motta, sempre muito ativo na defesa dos trabalhadores do comércio, na qual me enquadro também – sou frentista, não é?

O Dr. Valter falou muito bem, deu um aspecto jurídico importante, em defesa da redução.

O companheiro Alexandre, do Dieese, de uma forma técnica, colocou dados para a gente.

Eu tinha muita coisa para falar que já foi falada aqui e quero, agora, puxar para um aspecto mais humano mesmo.

Ouvi também... Eu não me recordo do nome, mas é da CNI, que colocou sua posição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o Senador aqui falou, a gente está vivendo um mundo diferente do que eu imaginei que iria viver, porque, hoje, o ser humano não está preocupado com o ser humano mais. Nós estamos perdendo a identidade de seres humanos. Nós devemos ser mais humanos. A humanidade é se preocupar com o outro, e a gente não está preocupado com o outro.

Quando eu vejo a defesa tão veemente, com tantos argumentos, da indústria, do setor produtivo, sendo que, na verdade, o setor produtivo somos nós, os trabalhadores, mas a nomenclatura é que, agora, o setor produtivo é o setor patronal, mas o setor produtivo é quem produz, e quem produz é a mão do trabalhador. Então, já é uma coisa que estão tentando até desvirtuar.

Eu abomino quando eu chego a uma empresa, hoje, e eu vejo falar "colaborador". Não. Não vamos romantizar muito a relação de trabalho. A gente está romantizando muito a relação de trabalho quando é necessário; quando não precisa, não: é "mão de obra", "eu sou patrão"... A gente não pode romantizar. A gente tem que esclarecer os fatos de que o trabalhador, nessa jornada exaustiva, hoje, que a gente tem, não tem tempo para nada. Quando eu vejo alguém falar que nós devemos nos qualificar, eu acho que devemos sim. Eu sou frentista desde o ano 2000 – entrei no ano 2000 no posto de gasolina –, me qualifiquei e hoje estou aqui nesta Casa defendendo a minha categoria, a categoria dos trabalhadores em geral, porque eu me qualifiquei, mas a duras penas. Não foi fácil estar aqui hoje. Para chegar até aqui, foi muito sacrifício. E o trabalhador normal não tem essa oportunidade. O trabalhador normal não tem tempo nem para família, que dirá para se qualificar. A gente fala: "Ah, tem que se qualificar, a mão de obra tem que ser qualificada". Com que tempo, pessoal? Com que tempo a gente tem tempo para se qualificar? O trabalhador trabalha aí... Vamos dizer que, no mundo dos sonhos hoje, ele está trabalhando oito horas por dia; com mais duas horas de almoço, ele vai ficar dez horas lá na empresa. Se a gente colocar mais três horas do transporte, sendo generoso, porque a gente leva uma hora e meia para ir e uma hora para voltar, estamos falando de treze horas. E onze horas sobram para quê? Para se qualificar? Para cuidar da família? Se a gente colocar as mulheres, é pior ainda, porque a mulher tem a dupla, a tripla jornada. Que hora sobra para a gente se qualificar?

Então, com esses olhos, a indústria e o setor patronal não estão querendo que a gente se qualifique. Eles estão querendo que o frentista gere filhos frentistas, o comerciário gere filhos comerciários. Por quê? Porque vai ser aquele mundo em que as crianças vão crescer vendo o pai ali trabalhando 12, 13, 14 horas por dia, porque a gente fala em 44 horas na teoria, assim como ele falou que... Eu estou rebatendo, porque realmente, para nós trabalhadores, quando a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escuta algumas coisas, dói na alma. Então, não tem como a gente escutar isso sem ir para um debate, algum tipo de enfrentamento. Talvez não seja nem o caso aqui, mas eu não posso deixar de colocar a minha indignação.

Nos Estados Unidos, hoje, a gente tem lá as 40 horas. Porém, um americano... Eu não estou falando daqueles imigrantes que vão lá e trabalham 14, 15 horas, estou falando do americano, que hoje trabalha, em média, 34 horas. Se a gente quer usar bons exemplos, vamos usar um exemplo de lá, porque é muito bonito a gente sair daqui defendendo: "Ah, vamos importar aqui modelos". Então, vamos importar os modelos que funcionam também.

É um absurdo o trabalhador ficar trabalhando 44 horas semanais e ter que dividir um único dia para fazer afazeres domésticos, um único dia para ter um convívio social com sua família, um único dia para ter qualificação, um único dia para ter cultura. No Brasil, o brasileiro trabalhador não pode perder sua cultura. A cultura do nosso povo é a nossa essência. E a gente não está tendo tempo nem para a cultura, para nada. A gente está tendo tempo para trabalhar, pagar boleto, trabalhar no mês que vem esperando que o próximo mês chegue, e assim os anos estão passando. Isso tem que acabar.

Essa iniciativa do companheiro Paulo Paim é fundamental para que o Brasil cresça. Dos estudos que foram feitos até hoje, nenhum mostra uma relação entre redução da jornada e redução da riqueza. Pelo contrário, países que evoluíram, países que estão lá na frente estão reduzindo. Por quê? Melhora a qualidade de vida do trabalhador, melhora o empenho do trabalhador, a produtividade melhora. Isto sim, tem estudos que comprovam esta correlação: diminuiu a carga horária, deu mais tempo para o trabalhador se qualificar, conviver com a família, ter uma qualidade de vida realmente – que é o que prega a nossa Constituição –, aí nós teremos um Brasil mais justo, nós vamos ter mão de obra mais qualificada, nós vamos ter aumento de produtividade nas empresas. Isso é fundamental.

A gente não pode mais ficar procurando, dentro desse debate, monstros para assombrar, porque o que eu vejo é que, toda vez que aparece um debate destes sobre redução de jornada, sobre melhoria nas condições de trabalho dos trabalhadores, aparecem monstros, bichos-papões, falando assim: "Vai acabar, vai quebrar, vai destruir o Brasil". E isso... Eu não participei da Constituinte, mas os estudos mostram, pelo que eu já vi, pelo que eu já estudei, que não existe correlação nenhuma. Acabou a escravidão, não acabou o Brasil; acabou o trabalho infantil, não acabou o Brasil; e vão acabar essas 44 horas semanais e o Brasil não vai acabar e vai melhorar!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com isso, eu quero encerrar falando que vamos parar de achar monstros, procurar monstros. Não existe essa correlação. Eu acho que deixar o trabalhador e o patrão definirem a jornada de trabalho é uma brincadeira, porque não tem como você comparar a força – são forças diferentes. A força nossa, do trabalhador, é a união.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. WILLIAN FERREIRA DA SILVA** – E é por isso que nós estamos aqui hoje, juntando forças, para podermos combater isso. Mas, na hora que se vai balizar, o patrão já sai na frente, porque ele tem a força do capital. Se não for imposto, não adianta, a negociação não vai dar certo.

Então, com isso, eu quero encerrar e parabenizar novamente a iniciativa e as palavras do Senador, porque foi muito boa a introdução, e é disso que a gente precisa. A gente precisa de gente nesta Casa, como o Senador Paulo Paim, que realmente defenda os trabalhadores, defenda que o país cresça, porque eu não vi nenhum aqui falando assim: "Eu quero que o trabalhador trabalhe menos para quebrar o Brasil, eu quero que o trabalhador trabalhe menos para quebrar as empresas", não. Todo mundo, dentro de um senso comum, quer que melhore a vida do trabalhador, quer que o Brasil evolua, quer que os trabalhadores evoluam. E é isso. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, Willian, aqui representando a Força Sindical.

Recentemente, num debate aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, eu chamei a atenção para um problema que a gente precisa enfrentar, e o Senador Paulo Paim tem sido porta-voz desta demanda de forma sistemática, que é sobre os sindicatos que representam os trabalhadores, porque os sindicatos que representam o setor patronal têm um sistema inteiro que os ajuda: por exemplo, nós temos a CNI, nós temos a CNC, nós temos o Sistema S, que ajuda bastante os sindicatos patronais. No caso do sindicato dos trabalhadores, as centrais sindicais, as confederações não têm nenhum tipo de amparo e de recursos, e isso tem gerado um problema que não dá... Sem resolver isso, não é justo, não é nem... Eu diria que é até desleal propor que se dê essa evolução a partir da negociação entre trabalhadores e empregadores.

Não há correlação de força equilibrada entre os representantes ou aqueles que representam os trabalhadores e os que representam os patrões, os empregadores. Então, propor isso, com a atual correlação de forças, é quase uma deslealdade, uma covardia com os trabalhadores brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu queria também, mais uma vez, dizer isso.

Veja, eu já fui presidente de sindicato de uma corporação ou de uma categoria profissional que, por muitas décadas, foi bastante privilegiada. Eu sou médico de formação, professor universitário... Portanto, eu estou falando aqui dos trabalhadores que, de fato, não têm, individualmente, poder de barganhar na relação com quem emprega, certo? Dependem daquele trabalho, estão submetidos a uma necessidade premente de verba alimentar, portanto, precisam trabalhar para se alimentar, e não têm como fazer esse enfrentamento se não há, entre os sindicatos do setor patronal e do setor dos trabalhadores, equilíbrio de força.

Portanto, sem lei, a gente não vai conseguir induzir este país a aumentar a sua produtividade, melhorar a condição de vida dos nossos trabalhadores.

E, nesse sentido, para a gente concluir a participação dos nossos convidados, eu quero convidar o Sr. Rodrigo Rodrigues, representando a Central Única dos Trabalhadores aqui no Distrito Federal, que está no sistema remoto.

**O SR. RODRIGO RODRIGUES** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Uma boa-tarde a todas e todos.

Uma boa-tarde, Senador Rogério Carvalho. Também me somo ao companheiro Willian e agradeço as suas palavras.

Boa tarde, Senador Paulo Paim, e a todos os demais presentes, a todos aqueles que estão em mesa, trazendo as palavras aqui sobre o debate.

Nós temos que discutir essa questão da redução da jornada de trabalho à luz de melhoria da qualidade de vida da classe trabalhadora. De fato, o que tem que ser levado em consideração, nessa discussão, é de que forma aqueles que produzem a riqueza deste país estão vivendo, de que forma aqueles que, de fato, realizam os serviços e fazem o trabalho, neste país, estão vivendo.

Nós estamos, nesse momento, em pauta com o plebiscito popular, que é uma consulta pública que movimentos sociais, sindicatos estão fazendo, dialogando com a população sobre duas questões muito importantes. Uma delas é a de se fazer justiça tributária neste país e trazendo para discussão a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$5 mil, mas com a colocação de que é preciso taxar os super-ricos, para que se faça, de fato, justiça social.

Hoje, um trabalhador paga muito mais imposto, proporcionalmente, do que uma pessoa que vive de rendas ou de uma pessoa que vive da sua herança exclusivamente. Então, é preciso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se fazer justiça social neste país, fazendo um equilíbrio no pagamento de imposto, e aqueles que ganham muito menos... E aí estamos falando de 80% dos trabalhadores brasileiros, que ganham menos do que R$5 mil, né? Então, essa seria uma das questões do plebiscito popular.

A outra questão, muito importante, é exatamente a da redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1. Nós temos uma situação no nosso país em que a grande maioria dos trabalhadores que estão em empregos formais trabalham em jornadas extenuantes. Nós não estamos aqui nem falando de boa parte da população brasileira que não está em trabalhos formais, ou é autônoma ou está na informalidade ou está numa situação ainda pior que é a da subcontratação, quando nem sequer são reconhecidos como trabalhadores, que são aqueles que estão colocados em trabalhos de forma mediada por alguma plataforma. É o caso dos milhões de entregadores de comida que temos pelo Brasil, é o caso de motoristas de transporte de pessoas que estão em plataformas e que nem sequer são reconhecidos como trabalhadores pelas plataformas que contratam seus serviços e que dizem ser apenas mediadoras de um serviço, o que não é verdade – contratam, impedem de trabalhar. Esses estão em jornadas extremamente extenuantes, que chegam até a 16 horas por dia.

É exatamente por conta disso que nós estamos discutindo e é por isso que nós trazemos a necessidade da redução da jornada de trabalho como uma solução. Na medida em que nós regulemos a redução da jornada de trabalho, nós vamos abrir mais oportunidades para aqueles que estão subempregados, para aqueles que estão desempregados ou para aqueles que estão fora do mercado formal de trabalho. Nós precisamos, sim, de um instrumento legal; precisamos, sim, de imposição de lei que regulamente essa redução.

Para além das questões da própria abertura de mais postos de trabalho para a manutenção da produtividade, nós estamos falando aqui de questão de qualidade de vida. Nós estamos falando de mais tempo para trabalhadores, sim, para suas atividades pessoais. Nós estamos aqui falando, sim, da redução de riscos de acidentes de trabalho, que, em grande medida, são causados pelas imensas jornadas, pelas jornadas extenuantes. Nós temos números que provam que a terceirização ilimitada aumentou a quantidade de acidentes de trabalho, porque ela aumentou as jornadas de trabalho. Nós estamos falando da redução de doenças que são relacionadas a jornadas extenuantes de trabalho. Tudo isso traz um custo essencial para o próprio serviço público, né? Mais acidentes de trabalho trazem um custo para o serviço público, mais doenças trazem custo para o serviço público. E, quando falamos de adoecimento por conta do trabalho, estamos falando tanto de doenças físicas, que são causadas por esforços repetitivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por exemplo, como também de doenças mentais, como já foi falado aqui pelo Deputado Luiz Carlos, que me antecedeu, sobre as questões do adoecimento mental. Então, nós precisamos regular a redução da jornada de trabalho, como uma forma de garantirmos aos trabalhadores mais tempo para as suas qualidades de vida. Isso significa também qualificação para melhores trabalhos.

Então, quando eu trago, aqui no começo, a fala sobre o plebiscito popular, que é uma ação que está sendo desenvolvida, é porque, ao longo do último período, eu tenho visitado locais de trabalho e tenho falado especialmente com uma categoria de trabalhadores muito específica que são os garis, os trabalhadores da limpeza urbana, que estão submetidos a uma jornada extenuante, que estão submetidos a uma jornada de 6x1 e que, em sua grande parte, são mulheres, que trabalham na varrição, na limpeza das cidade. E, nesse único dia de descanso, elas têm uma jornada extra que são os serviços domésticos, que, em boa quantidade, recaem sobre as obrigações femininas.

Então, quando nós estamos falando da necessidade de se regularem jornadas menores e de se reduzirem as jornadas para 40, reduzir a escala de trabalho de 6x1 para 5x2 e chegar ao patamar de 36 horas semanais, nós estamos falando também de qualidade da vida das famílias e das pessoas.

E tudo isso, ao contrário do que foi dito, esse temor de que o Brasil vai quebrar, de que a produção vai acabar, de que os empregadores vão falir, já foi falado aqui pelo próprio Senador Rogério Carvalho. Sempre foi um temor levantado pelos donos da riqueza, pelos controladores da riqueza, de que, ao se mudar o sistema de trabalho, como foi a questão da proibição da escravidão, ao se reduzirem jornadas de trabalho – como já se fez, reduzindo-as de 48 para 44 –, o Brasil continuou crescendo; muito pelo contrário, à medida que a gente reduz a jornada de trabalho, aumenta os postos de trabalho e coloca mais trabalhadores que estão na informalidade, subempregados ou desempregados, no mercado formal de trabalho, nós fazemos com que a economia do país aumente, fazemos com que circulem mais recursos na economia e, com isso, a gente pode melhor desenvolver o nosso país.

Portanto, a nossa defesa, a defesa da Central Única dos Trabalhadores, junto com as demais centrais sindicais, junto com os trabalhadores de todo o país, é pela redução da jornada de trabalho sem redução salarial para, com isso, fazermos um país mais justo.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Obrigado, Rodrigo, pela sua participação, representando a Central Única dos Trabalhadores aqui do Distrito Federal.

Eu queria passar a palavra para o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para interpelar.) – Relator, Senador Rogério Carvalho, que preside a sessão, eu quero, primeiro, cumprimentar todos os painelistas. Eu acho que os senhores que estão na mesa, o Valter, o Deputado Luiz Carlos Motta, o Rogério, o Alexandre, o Willian e esse da CUT que falou... Como é o nome dele?

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O Rodrigo.

Se eu fosse falar aqui, eu ia repetir tudo o que vocês falaram, do Rodrigo a vocês quatro que estão na mesa, mas, para não repetir os mesmos argumentos, eu perguntaria, de forma muito respeitosa – ele sabe que eu sou um homem de diálogo e de muito respeito com todos –, ao cidadão que falou pela CNI: há 40 anos, como eram as máquinas? Como era a produção dos senhores nas empresas?

A nossa jornada continua a mesma de 40 anos atrás, porque eu fui Constituinte. Então, é fácil lembrar. E olha o que avançou a automação, a robótica, a cibernética... E vão chegar num ponto que, para mim, é irreversível. Eles têm que pensar... É uma questão, como vocês falaram, de políticas humanitárias. É humanizar o mundo do trabalho deles e o nosso, dos empreendedores, dos empresários, que são importantes para o país, como são os trabalhadores.

Se eles modernizam, nós teremos que continuar trabalhando da mesma forma e com jornada mais exaustiva. Já falo aqui, como foi falado, dessa tal de 9x6. Você falou... Qual é o país?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – China.

E agora fiquei sabendo também que estão fazendo a experiência nos Estados Unidos com esse mesmo molde.

Vejam... Mas eu quero ir um pouquinho mais além nessa conversa para dialogar com eles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém tem dúvida de que a inteligência artificial vai atropelar o mundo do trabalho? Eu não tenho nenhuma dúvida disso. Eu participei de um debate, pouco tempo atrás, com empresários, e eles diziam claramente: "E vai mesmo, porque não tem como. Qual é o jeito"?

É só ver... Só vamos pensar... Até no mundo em que nós estamos hoje, Rogério, no mundo da política. Vocês vão ver, e você sabe... Eu vou dar um exemplo: o que vai ser a inteligência artificial nas eleições do ano que vem? Eles estão com tudo preparado e vão atropelar a mil, porque é pago. Agora, se a inteligência artificial na política tem todo esse peso que terá no ano que vem – e nós temos que saber que vamos ter que enfrentar isso –, calculem dentro de uma empresa.

Sabem o que me disse um empresário? "Olha, é verdade, na minha empresa, eu tinha 200 trabalhadores; agora eu faço com 20". E daí como é que se faz? O que nós queremos, a gente bota este debate... E não é um ou outro. São todas as centrais, são todas as confederações, são inúmeros Deputados e Deputadas e sindicalistas, todos debatendo, porque estão sabendo para onde o mundo está indo. É irreversível. É como se fosse uma nova revolução industrial com a tal de inteligência artificial.

Dr. Valter, o que eles querem, e nós sabemos disso, é acabar com a CLT. Esse é um fato real. É tirar o direito dos trabalhadores. Aí vem a tal de pejotização – "Ah, é PJ, é liberdade", é sei lá o quê. Querem fazer a tal de PJ, mas paguem os direitos básicos desse trabalhador. Até no supermercado já tem PJ. Eu digo ali, carregando caixa, entregando caixa para cá, carregando caixa para lá: PJ.

Eu li uma matéria muito interessante – e quem a escreveu assume e diz que prova, foi um auditor fiscal – sobre o número de PJs que já existem.

Então, eles estão cada vez mais nos atropelando. Mas a Justiça do Trabalho... Alguém tem dúvida de que estão atacando a Justiça do Trabalho? Eu sempre fui defensor do direito do trabalho, com orgulho, sempre – sempre. Não é que a gente quer... Eu tenho uma CLT na minha mesa, que eu ganhei acho que mais de 80 anos atrás, porque um senhor, que era o dono dela, cujos pais morreram e pediram que o filho a entregassem para mim. Vieram me entregar aqui, lá de Novo Hamburgo. Não é que eu quero manter a CLT ali guardadinha embaixo do braço, como se fosse o orgulho da minha vida. Ela pode ser atualizada, melhorada, discutida, mas acabar com a Justiça do Trabalho... E eles sabem que é isso. Tem até Ministro do Supremo que tem essa visão, e nós sabemos – eu não vou citar por uma questão de respeito a todos, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Justiça do Trabalho não cumpre um papel fundamental num país como o nosso, que ainda tem trabalho escravo? Eu me lembro de que eu estava ainda como sindicalista, Senador Rogério, e quantas vezes eu tive que recorrer à Justiça do Trabalho... Eles, então, chamavam as partes lá até que chegassem a um acordo do tal dissídio coletivo. Acabar com a Justiça do Trabalho num país como o nosso... Às vezes, eu pergunto, Rogério – e digo isso publicamente: me diga um único estado que não tem trabalho escravo. Eu não achei ainda. Se tiver um único estado no Brasil que não tem trabalho escravo, me explique, me diga onde. O próprio trabalho que o Ministério do Trabalho está fazendo, que os fiscais estão fazendo, é um trabalho gigantesco, diante da realidade deste país.

E, num momento como este em que nós estamos vendo que, cada vez mais, é menos carteira de trabalho sendo assinada, em que nós estamos vendo os acidentes no trabalho de quem trabalha, só como exemplo, o Uber, porque é um exemplo bem comum. O que é o Uber? É o melhor negócio do mundo. Eu tenho uma empresa, em que ganho tantos por cento e não tenho compromisso com nada: com gasolina, manutenção, carro, seguro, doença do trabalhador. Uma uberização do mundo do trabalho é o que eles querem fazer.

Eu não estou bravo aqui, não. Estou só falando de forma mais contundente. Mas eu quero, no mínimo, parar, sentar, discutir e conversar sobre como podemos construir.

Eu acho que, num momento desses, em que a ofensiva dessa revolução virá e virá e virá, como todos os senhores sabem – eu apenas estou enfatizando mais aqui, porque ela virá e virá para dentro das fábricas –, a gente tem que discutir, no mínimo, a questão da jornada de trabalho. Se nós reduzirmos a jornada de trabalho, nós estamos... Não digo nem que aumentaremos o número de empregos, mas garantiremos que eles serão mantidos, diante da ofensiva de um processo que é natural, que é essa tecnologia nova nesse sentido.

Eu sempre conto, Rogério, e vou contar aqui – mas prometo que é um minuto e com essa aí eu encerro. Quando eu era Vice-Presidente da CUT Nacional – sempre tive uma relação excelente com todas as centrais e tenho até hoje, viu? –, fui numa delegação, com as centrais, à França, que tem a menor jornada de trabalho do mundo hoje praticamente. É uma das menores. É de 36, mas a maioria lá está com 31,5. Eu fui visitar um museu na beira de um rio famoso lá. Eu disse: "Por que botaram um museu aqui?" E me disseram: "É porque, no passado, o nosso pessoal, cada vez que vinha uma máquina nova, eram dez, doze, vinte, cem trabalhadores demitidos, porque a máquina vai produzir muito mais [e é natural isso]. E o que nós fazíamos? Quebrávamos as máquinas e as jogávamos no rio, achando que, com isso, íamos manter os empregos. O que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecia? Vinha uma máquina mais moderna ainda e nós perdíamos mais emprego ainda. Aí entendemos que o caminho era a redução da jornada." Eu nunca vou esquecer isso. E trabalharam, ao longo da vida deles, para a redução da jornada sem redução do salário, como uma forma de melhorar.

Mas quero terminar na linha que alguém falou aqui.

Aqui no Congresso, tem inúmeras propostas. Tem a da Erika Hilton, tem a do... Como são os nomes que eu tinha aqui dos que têm proposta? São inúmeras. (*Pausa.*)

Vamos ver. Tem aqui do Weverton, do Cleitinho – tem proposta de 40 horas do Cleitinho. É um homem de esquerda? Não. Também não vou eu rotulá-lo, mas não é de esquerda –, da Eliziane Gama, da Erika Hilton, do Reginaldo Lopes, da Daiana Santos, e por aqui vai. Tem de outros mais, que já apresentaram outras propostas.

Isso que foi falado pelos senhores aqui, nós temos que ter uma unidade para trabalhar, para que um projeto seja aprovado lá ou aqui no Senado. E o que aprovar primeiro, o outro apensa, não importa nem que é o mais antigo. Eu ia dizer: não importa, mas o nosso é de 2015. Não, não é isso. Não importa qual é o mais antigo. Projeto bom é projeto aprovado, não é só o projeto sonhado.

Por isso, cumprimento o Rogério Carvalho, porque ele fez algumas adaptações já.

Eu falava... Naquela época, eu apresentei 4x3. Aí o Rogério vai para cá, vai para lá e começou a falar em 5x2, como alternativa, que tem todo um fundamento, sem prejudicar o projeto.

Se nós unificarmos e fizermos debate em todos os estados... Por que não podemos fazer? Tenho certeza de que o Rogério vai àquele estado em que ele puder, eu irei em outros que eu puder, e outros irão.

Eu estou fazendo no Rio Grande do Sul. Neste fim de semana, eu vou à região de Pelotas; depois, vou à região do litoral. Vou ficar lá uma semana, viu? Na verdade, não vai ser um fim de semana. Eu vou na quarta à noite e vou ficar lá uma semana. Depois, eu vou para Grande Porto Alegre, vou a Viamão, vou para o Vale do Sinos. Fazer campanha eleitoral? Não. O Rogério sabe que, se depender de mim, eu não sou candidato. Eu vou debater esses temas que os senhores falaram aqui e vou levar as informações que eu ouvi aqui.

Se nós conseguirmos fazer com que isso aconteça nos estados, quem sabe tenhamos no futuro um grande evento aqui em Brasília para discutir esse tema?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas parabéns a vocês. Eu sei que aqui a questão não são palmas, mas eu quero dar palmas para esta mesa aqui e para você, Rogério.

Parabéns pela iniciativa! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Rogério Carvalho. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu queria agradecer a todos os colaboradores do dia de hoje, começando pelo Dr. Valter Souza Pugliesi, representando aqui a Anamatra; e pelo Deputado Luiz Carlos Motta, representando a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio.

Cumprimento o Sr. Alexandre Sampaio Ferraz, representando o Dieese; o Willian Ferreira da Silva, representando a Força Sindical; o Rodrigo Rodrigues, representando a CUT; e o Sr. Pablo Rolim, representando a CNI.

Eu queria deixar um uma breve reflexão. Nós estamos caminhando para a desumanização do mundo e robotização das pessoas. Nós não podemos pensar no ser humano como alguém desprovido de subjetividade, de relações socioafetivas, desprovido de qualquer dimensão afetiva, emocional. Ou seja, é isto que a gente, de certa maneira, acaba vendo quando se trata de redução de jornada de trabalho: as pessoas coisificam o trabalhador como sendo mais uma máquina que segue comando de voz, que, no futuro nem vai precisar de pessoas para seguir comando de voz ou comandos inteligentes. É assim que nos veem, é assim que veem os trabalhadores de uma maneira geral.

O trabalhador tem necessidade, tem carência, tem desejo, tem subjetividade, tem humanidade. E essa dimensão precisa ser preservada sob pena de a gente começar o processo de extinção da própria espécie humana.

Portanto, ficam aqui os meus agradecimentos a todos que participaram e os meus cumprimentos ao Senador Paulo Paim, pela sua obra na condição de Senador e de Parlamentar, um dos mais brilhantes e de maior contribuição ao Brasil e aos trabalhadores brasileiros.

Muito obrigado, Paulo Paim.

(*Iniciada às 14 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 28ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e oito minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Sergio Moro, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Zequinha Marinho, Efraim Filho, Eliziane Gama, Rodrigo Pacheco, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Irajá, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Jaime Bagattoli, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Augusta Brito, Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Tereza Cristina e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Wilder Morais e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães, Omar Aziz, Vanderlan Cardoso, Cid Gomes, Eduardo Girão, Magno Malta, Rogerio Marinho, Weverton e Ciro Nogueira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas das 26ª e 27ª Reuniões Extraordinárias, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 108, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto e, total ou parcialmente, às Emendas nºs 2, 6, 8, 12, 13, 17, 18, 20, 23, 29, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 46, 50, 54, 56, 59, 64, 68, 69, 70, 74, 78, 81, 89, 100, 101, 105, 106, 113, 121, 123, 127, 145, 151, 152, 157, 162, 167, 169, 178, 180, 183, 184, 185, 190, 193, 194, 200, 202, 203, 204, 206, 208, 210, 220, 221, 229, 235, 237, 244, 245, 249, 251, 255, 257, 274, 278, 280, 281, 283, 286, 289, 290, 292, 298, 310, 311, 314, 317, 319, 328, 333, 334, 335, 338, 339, 357, 358, 363, 364 e 365, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas apresentadas (Apreciadas as emendas nº 1 a 368). **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

termos regimentais. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 680, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos Municípios a competência para definir os seus requisitos." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4809, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos); a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), para endurecer a resposta penal aos crimes cometidos com violência." **Autoria:** Comissão de Segurança Pública. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, acatando parcialmente as Emendas nºs 1 e 2, com 8 emendas que apresenta, e contrário à Emenda nº 3. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1630, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes da Educação Nacional"; o art. 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que "dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância"; o art. 396 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que "aprova a Consolidação das Leis do Trabalho"; e o art. 209 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União", para dispor sobre a facilitação à amamentação e ao aleitamento materno." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2231, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir a realização de sustentação oral no julgamento de habeas corpus e no de agravo interno interposto contra decisão monocrática que extinguir habeas corpus ou lhe negar seguimento." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos Rogério. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Concedida vista ao Senador Sergio Moro, nos termos regimentais. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 116, de 2020 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1612, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a devolução da Carteira Nacional de Habilitação ao condutor reincidente na infração da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, à realização de avaliação médico-psicológica, que poderá cominar na necessidade de participação em programa educativo sobre álcool e outras drogas e na participação em tratamento médico-psicológico."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1473, de 2025 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar mais rígidas as disposições a respeito da medida de internação; e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para alterar os critérios etários de atenuante e de redução dos prazos de prescrição." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (PT/ES). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento parcial da Emenda nº 1-CDH, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 425, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera o art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para aumentar a pena do crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Otto Alencar**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 26ª e da 27ª Reunião Extraordinária.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de nove itens.

Pede aqui o Senador Randolfe Rodrigues que se retire o item 2; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, os itens 4, 6 e 7.

Eu acato o pedido dos Srs. Senadores, estão retirados esses itens que eu citei.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 680, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.468, de 26 de agosto de 2011 e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 para garantir o direito à transferência dos direitos à exploração do serviço de transporte público individual de passageiros e atribuir aos Municípios a competência para definir os seus requisitos.*

**Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA)

**Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

**Observações:**

*- A matéria foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura;*

*- Na 26ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/08/2025, a Presidência concedeu vistas coletivas do relatório;*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*- Em 09/09/2025, foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Carlos Portinho;*

*- Votação nominal.*

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 1630, DE 2019**

**- Não terminativo -**

*Altera o art. 30 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que "estabelece as diretrizes da Educação Nacional"; o art. 4º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, que "dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância"; o art. 396 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que "aprova a Consolidação das Leis do Trabalho"; e o art. 209 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que "trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União", para dispor sobre a facilitação à amamentação e ao aleitamento materno.*

**Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF)

**Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH.

**Observações:**

*- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;*

*- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.*

**ITEM 6**

**PROJETO DE LEI Nº 116, DE 2020**

**- Terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera a Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, para caracterizar, dentre outras, a forma de violência eletrônica contra a mulher.*

**Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF)

**Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto.

**Observações:**

*- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;*

*- Votação nominal.*

**ITEM 7**

**PROJETO DE LEI Nº 1612, DE 2019**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para condicionar a devolução da Carteira Nacional de Habilitação ao condutor reincidente na infração da Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, à realização de avaliação médico-psicológica, que poderá cominar na necessidade de participação em programa educativo sobre álcool e outras drogas e na participação em tratamento médico-psicológico.*

**Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

**Relatoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo

**Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

**Observações:**

*Votação nominal.*)

O primeiro item da pauta é de relatoria do Senador Eduardo Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Eduardo Braga

**Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao Projeto e, total ou parcialmente, às Emendas nºs 2, 6, 8, 12, 13, 17, 18, 20, 23, 29, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 46, 50, 54, 56, 59, 64, 68, 69, 70, 74, 78, 81, 89, 100, 101, 105, 106, 113, 121, 123, 127, 145, 151, 152, 157, 162, 167, 169, 178, 180, 183, 184, 185, 190, 193, 194, 200, 202, 203, 204, 206, 208, 210, 220, 221, 229, 235, 237, 244, 245, 249, 251, 255, 257, 274, 278, 280, 281, 283, 286, 289, 290, 292, 298, 310, 311, 314, 317, 319, 328, 333, 334, 335, 338, 339, 357, 358, 363, 364 e 365, nos termos do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas apresentadas (Apreciadas as emendas nº 1 a 368).

**Observações:**

*- Foram realizadas quatro audiências públicas para instrução da matéria;*

*- Foram apresentadas 379 emendas ao Projeto;*

*- Dependem de relatório as Emendas nº 369 a 379.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Meu querido amigo Presidente Otto Alencar, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, primeiramente, Presidente, eu gostaria de agradecer a V. Exa. pela distinção de ter, talvez como seu primeiro ato como Presidente eleito da CCJ, me dado a responsabilidade de relatar o PLP 108, que representa exatamente a última etapa da reforma tributária que o Brasil aguarda há pelo menos três décadas, para que nós possamos desmontar um manicômio tributário que foi estabelecido neste país sobre bens de consumo.

Eu gostaria também de poder fazer aqui um agradecimento ao ex-Presidente Davi Alcolumbre, da CCJ, que me designou também Relator da emenda constitucional que tratou da mesma reforma tributária, bem como do PLP 68, que se transformou na Lei Complementar 214, e ao Presidente Rodrigo Pacheco, que apoiou as nossas iniciativas, e, obviamente, agradecer aos senhores e às senhoras Senadores e Senadoras pelo apoiamento que eu obtive para a aprovação tanto da emenda constitucional quanto do PLP 68, que se transformaram na Emenda Constitucional 132 e na Lei Complementar 214.

Antes de iniciar o relatório, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir permissão a V. Exa., porque, General Hamilton Mourão, amanhã meu pai faria exatamente 100 anos de vida. Eu, lamentavelmente, perdi meu pai no dia 11 de maio de 2025. Portanto, amanhã, eu estaria celebrando, com a minha família, com os nossos amigos, 100 anos de vida do meu pai. Meu pai, com certeza, foi um dos maiores influenciadores na minha formação até política, porque ele era um homem extremamente voltado para o desenvolvimento econômico, social e ambiental do meu estado. Era um homem além do seu tempo, um autodidata. E eu gostaria de, com a permissão dos colegas, prestar a ele esta homenagem quando entrego a última etapa da minha contribuição para uma obra tão marcante e um legado tão importante do Senado da República que é a reforma tributária.

Dito isso, Sr. Presidente, eu também gostaria de pedir permissão aos meus pares, porque o relatório é isto aqui: são 244 páginas de substitutivo e 88 páginas de relatório. Não vou tomar o tempo de V. Exas. lendo, portanto, essas quase 350 páginas. Eu o farei, lendo um resumo bem menor, que é importante para que a gente possa ter conhecimento dos dados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, haverá pedido de vista coletiva. E aí, ao longo desse período de vista coletiva, eu tenho certeza de que nós construiremos, a múltiplas mãos, o texto que levaremos à votação no dia 17, se assim for da decisão do eminente Presidente Otto Alencar.

Então, vamos ao relatório, Sr. Presidente.

Chega, ao exame desta Casa e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2024, de autoria do Poder Executivo, que trata da terceira etapa da regulamentação da reforma tributária sobre o consumo.

O PLP visa instituir o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), estabelecer regras para a transição do ICMS, definir o processo administrativo do IBS e fixar normas gerais para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e para o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), além da Contribuição para o Custeio, a Expansão e a Melhoria do Serviço de Iluminação Pública (Cosimp).

Para viabilizar a melhoria do ambiente de negócios brasileiros, incentivando empresas a gerar mais empregos e renda, e simultaneamente para aperfeiçoar a arrecadação de recursos, tornando o Estado mais efetivo em suas políticas públicas, tornou-se inevitável a discussão e a implementação de um novo sistema tributário nacional. Esse novo sistema materializa-se com a reforma tributária, viabilizada por três proposições legislativas, nas quais tive a honra de atuar como Relator: a Proposta de Emenda à Constituição nº 45/2019, o Projeto de Lei Complementar nº 68 e agora o Projeto de Lei Complementar 108, de 2024.

A primeira etapa foi vencida. A PEC 45 foi promulgada, no final de 2023, e estabeleceu as bases do novo sistema tributário. Ela determina que serão criados por lei complementar uma contribuição federal e um imposto de competência compartilhada entre estados, Distrito Federal e municípios, ambos sobre bens e serviços, substituindo diversos outros tributos que serão gradualmente extintos.

A segunda etapa também foi superada pelo Projeto de Lei Complementar 68 e atende a exigência normativa da PEC 45. O PLP 68 regulamenta efetivamente os novos tributos e estabelece período de transição para que os entes federativos se adaptem à nova estrutura jurídica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resta conquistar a aprovação da terceira e última etapa: o Projeto de Lei Complementar 108, de 2024, que institui o Comitê Gestor para o novo imposto sobre bens e serviços, com administração compartilhada entre estados e municípios. Grande inovação do presente projeto.

É exatamente este o nosso compromisso aqui. Não pretendo ler, nesta sessão, as quase 300 páginas do parecer que instrui a matéria. Meu objetivo é apresentar as principais alterações sugeridas à proposta do Executivo, de forma clara e acessível, para que todos possam compreender o impacto e a relevância deste documento.

Vamos à análise.

Primeiramente, cumpre anotar que inexistem óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental à propositura como um todo. Nada obstante, potenciais vícios de constitucionalidade em dispositivos específicos foram saneados, conforme oportunamente apontado neste relatório.

O PLP nº 108, de 2024, estabelece normas gerais em matérias de legislação tributária, dispõe sobre o processo administrativo do IBS, regula o exercício integrado pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, das competências administrativas relacionadas ao IBS, por meio do Comitê Gestor do IBS, bem como trata do aproveitamento dos saldos credores do ICMS nos termos constitucionais. Ademais, a espécie legislativa, lei complementar, é adequada conforme determinam os dispositivos supracitados.

No que diz respeito à técnica legislativa, vários ajustes foram necessários para tornar o texto mais simples, transparente e coerente. Após um trabalho intenso de análise, que incluiu a realização de quatro audiências públicas e avaliação de 368 emendas, entendemos que, no mérito, a proposta merece prosperar na forma do substitutivo que ora apresentamos. Uma parte das alterações propostas diz respeito a alterações necessárias na Lei Complementar nº 214, de 2025, que trata da tributação sobre o consumo.

Aqui eu ressalvo e fiz em caixa alta a seguinte observação: é imprescindível defender a coerência entre nossos posicionamentos públicos e o disposto em nosso relatório. Desde a nossa designação para a relatoria do PLP 108 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, fomos categóricos ao afirmar que essa não seria uma oportunidade para reabertura de debates setoriais que permearam o PLP 68. Esse PLP, convertido na Lei Complementar nº 214, de 2025,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

congregou interesses dos mais variados setores econômicos nacionais, ao dispôr sobre tributos que certamente comporão a maior parcela da arrecadação de estados e municípios. Reabrir essa disputa contaminaria a tramitação do PLP 108, ao transformá– lo em um terceiro turno de discussão.

Não obstante – e aqui é em caixa alta e em negrito –, é nosso dever entregar a segurança jurídica que nós, Congressistas, prometemos ao aprovar a reforma tributária. Para isso, entendemos oportuno realizar alguns ajustes na Lei Complementar nº 214, de 2025.

Nesse sentido, incluímos uma regra para a solução de conflitos internos, em caso de cumulação de tratamentos favorecidos. A proposta é que, se houver mais de uma redução de alíquota, prevalece a maior, e a acumulação só ocorrerá se houver previsão expressa, conferindo maior segurança jurídica.

Clarificamos as regras sobre o momento da ocorrência do fato gerador, no caso de operações contínuas ou fracionadas, e especialmente em relação ao pagamento antecipado e a apropriação de créditos. Isso simplifica a operação e evita que o crédito seja apropriado duas vezes, o que incorreria em grave erro na legislação.

Ampliamos o alcance da regra de localização, para abranger todos os bens e serviços não especificados, eliminando dúvidas interpretativas e garantindo a incidência do IBS e da CBS, inclusive em operações com adquirentes estrangeiros.

Aperfeiçoamos as regras para o setor elétrico, detalhando a representação de consumidores livres por agentes varejistas e explicitando o diferimento do recolhimento do IBS e da CBS na importação de energia.

Estipulamos que a alíquota de que serve de paradigma para a redução prevista nos regimes específicos deve ser de cada ente federativo.

Ajustamos as regras aplicáveis a plataformas digitais. Agora, as plataformas podem optar por ser substitutas tributárias do fornecedor, o que facilita a emissão do documento fiscal e o recolhimento do imposto, mantendo o caráter opcional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para evitar o uso indevido de fundos de investimento para planejamento tributário abusivo, retomamos restrições e adaptamos a redação à Medida Provisória nº 1.303, de 2025. Isso garante a isonomia e evita brechas no sistema ora estabelecido.

Estendemos o regime de nanoempreendedores a taxistas, mototaxistas e frentistas, garantindo isonomia tributária e prevenindo litígios judiciais.

Propusemos ajuste de caráter técnico no marco final, para devolução de débitos pagos a maior pelo contribuinte, em virtude da extinção de débitos após o período de apuração.

Realizamos ajustes importantes no mecanismo de segregação de pagamento *split payment*, esclarecendo conceitos e procedimentos, além de permitir flexibilidade operacional em transações iniciadas pelo recebedor. Isso é crucial para que o sistema não se torne burocrático e funcione de forma adequada.

Criamos soluções para devoluções e cancelamentos de operações, prevendo a apropriação ou o estorno de créditos e débitos, inclusive para os casos de *split payment*. Isso traz segurança jurídica e evita que os valores já recolhidos aos Fiscos fiquem sem tratamento adequado.

Explicitamos que o Domicílio Tributário Eletrônico (DTE) valerá inicialmente apenas para o IBS e que a unificação futura com DTE da CBS dependerá de acordo entre os entes federativos, mantendo inclusive as prerrogativas constitucionais dos referidos entes.

Procuramos resolver problemas operacionais relacionados ao mecanismo de *cashback*, criado para reduzir a regressividade tributária e garantir a devolução de parte do IBS e da CBS às famílias de baixa renda do CadÚnico.

Incluímos as correntes da gasolina e do diesel no regime específico para combater a sonegação.

Aqui abro parêntese e chamo atenção, General Hamilton, para os casos, inclusive, que estão acontecendo de possíveis lavagens de dinheiro de facções criminosas em atividades pseudamente legalizadas.

Também permitimos o adiamento da inclusão do setor de gás combustível, devido à dificuldade operacional em identificar o uso final e definir a alíquota correta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Corrigimos erros materiais e incorporamos, diretamente, no texto da lei a alíquota calculada para serviços financeiros, o que traz mais segurança jurídica e reduz o risco de judicialização.

Esta alíquota estava remetida para um regulamento, sobre o qual o Congresso Nacional não teria controle nem transparência. Trouxemos, portanto, para a legislação, sobre a qual o Congresso Nacional tem total controle e total transparência, para evitar qualquer risco de insegurança jurídica, reduzindo o risco da judicialização.

Ajustamos o regime específico de bens imóveis, clarificando a definição de permuta e os critérios para que as pessoas físicas sejam consideradas contribuintes.

Também especificamos o crédito para imóveis adquiridos para construção, bem como o redutor social para aluguéis residenciais.

Aqui, quando aprovamos a legislação, estabelecemos o valor do fator social, Presidente Otto Alencar, e, no que deveria ser um valor mensal, nós omitimos que seria mensal, e ficou parecendo que a intenção do legislador era de que aquele valor fosse anual, o que traria graves e sérios prejuízos para as camadas menos favorecidas da população.

Estabelecemos que a venda de alimentos, bebidas, por hotéis e parques seguirá as regras do regime específico de bares e restaurantes. Isso garante neutralidade e evita assimetrias concorrenciais. Exemplo: nós estabelecemos que, nos benefícios para o segmento de bares e restaurantes, excetuam-se as bebidas alcoólicas e os alimentos que não são manipulados pelo restaurante, ou seja, que não agregam mão de obra. Ora, se os hotéis têm bares e restaurantes, eles também têm que ter, nos bares e nos restaurantes, por assimetria, o mesmo tratamento que é dado para os bares e restaurantes fora dos hotéis, sob pena de nós estarmos dando regime diferenciado para bebida alcoólica dentro de hotéis e dentro de parques de diversão – por simetria.

Incluímos as bebidas açucaradas no escalonamento das alíquotas do imposto seletivo, entre 2029 e 2033, garantindo uma transição mais suave e um tratamento isonômico em relação às bebidas alcoólicas e produtos fumígenos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu explico: o Senado da República votou contra a inclusão das bebidas açucaradas no Imposto Seletivo. Portanto, nós não tratamos do escalonamento das bebidas açucaradas, como o fizemos para as bebidas alcoólicas e para os fumígenos.

Como a Câmara restabeleceu a alíquota do Imposto Seletivo sobre a bebida açucarada, por assimetria, nós temos que aqui – não é que o Senado tenha mudado de posição, mas, por assimetria – também estabelecer para as bebidas açucaradas o mesmo critério tributário estabelecido para as bebidas alcoólicas e para os fumígenos, no caso do Imposto Seletivo tão somente.

Esclarecemos ainda que, para as indústrias não incentivadas situadas na Zona Franca de Manaus e nas Áreas de Livre Comércio aplicam-se os mesmos incentivos previstos para a pessoa jurídica que desenvolva atividade comercial ou fornecimento de serviços. Portanto, definimos que o saldo devedor para o crédito presumido é essencial para garantir a aplicação do *split payment* na Zona Franca de Manaus.

Da mesma forma, por assimetria, não há nenhuma mudança de alíquota; é apenas assimetria, para que se possa implementar um sistema operacional do *split payment* no mecanismo do benefício fiscal estabelecido pela emenda constitucional e pela lei complementar.

Adequamos as regras para compras governamentais, especificando quando o redutor da alíquota não se aplica, como é o caso de regimes de alíquotas uniformes ou do Simples Nacional.

Fizemos ajustes para adequar o regime do Simples Nacional aos novos tributos e à criação do Comitê Gestor do IBS, incluindo a opção de recolhimento pelo regime regular para as empresas em início de atividade.

Também propusemos a harmonização – e aqui é importante – entre o IBS e a CBS. Muitas regras inicialmente pensadas apenas para o IBS foram estendidas para a CBS, promovendo uma legislação unificada e simplificada. Isso inclui as novas regras para infrações e penalidades.

Essas foram as principais alterações propostas à Lei Complementar 214, de 2025. Portanto, não são modificações de mérito, e, sim, de mecanismos e de segurança jurídica, para dar mais transparência à operação da Lei 214.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em relação ao Comitê Gestor do IBS (CGIBS), ressaltamos que se trata de entidade pública que deve ser considerada... caracterizada – perdão – pela independência técnica, administrativa, orçamentária e financeira.

Reiteramos que sua missão é definir diretrizes e coordenar a atuação entre entes em relação ao IBS e garantir a distribuição justa da arrecadação.

Aqui chamo a atenção ao Senador Amin, que durante todo o debate fez bastante observações para que o Comitê Gestor fosse restritivamente estabelecido para cumprimento do mandamento legal estabelecido pelo Congresso Nacional e não para ser um formulador de legislação.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Muito bem, Relator!

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Reiteramos que sua missão é definir diretrizes e coordenar a atuação entre os entes ao IBS e garantir tão somente a justa arrecadação entre os entes federativos.

Para assegurar sua efetividade e sua eficácia, propusemos o seguinte: aprofundamento e detalhamento às competências do CG-IBS, que ficará encarregado de editar o regulamento único, uniformizar a interpretação da legislação, arrecadar, compensar, distribuir o imposto e decidir contencioso administrativo.

Propusemos que o CG-IBS seja o único responsável pela criação de obrigações acessórias do IBS, garantindo unicidade do regramento jurídico e a simplificação almejada pela reforma. Admitimos que as fiscalizações, entretanto, poderão ser realizadas em conjunto por diferentes entes federativos, com a coordenação do Comitê Gestor, para evitar múltiplas fiscalizações simultâneas e otimizar os recursos.

No que tange à estrutura do Comitê Gestor, garantimos a efetividade dos mandatos dos membros do Conselho Superior, com regras mais estritas para perda de cargo, assegurando a independência da entidade. Também definimos que haverá alternância na Presidência entre representantes de estados e municípios, promovendo a paridade federativa, e que a Diretoria-Executiva, órgão técnico e executivo, será composta por diretores com reputação ilibada e notório

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento, com ocupação mínima – chamo a atenção: ocupação mínima! – de 30% das vagas por mulheres.

Em relação ao controle externo, definimos que os tribunais de contas dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e municipais, de forma coordenada e compartilhada, devem realizar também a fiscalização financeira e orçamentária do Comitê Gestor, e não apenas a fiscalização contábil, operacional e patrimonial da entidade, garantindo, portanto, fiscalização, comando e controle sobre o Comitê Gestor.

Valorizamos ainda o papel do Senado Federal como guardião do endividamento federativo, ao prever que esta Casa Legislativa fixará o limite da dívida consolidada do Comitê Gestor em acréscimo à situação inicial de instituidor dos limites e condições para a contratação de operações de crédito. Previmos também que o Comitê Gestor deverá disponibilizar os relatórios relativos aos valores arrecadados, distribuídos e compensados do IBS à sociedade, elevando a transparência e o controle social da entidade. Ademais, delimitamos o tamanho do orçamento da nova entidade, que além dos valores retidos do IBS, contará com outras receitas projetadas e previstas para ele no exercício, com destaque para os rendimentos de aplicações financeiras de suas receitas próprias. Isso foi articulado para valorizar a autonomia orçamentária do CGIBS. Mais ainda, possibilitamos que o estado, o Distrito Federal ou o município destine mais recursos aos programas de cidadania fiscal via Comitê Gestor, com permissão de o acréscimo beneficiar as entidades de direito privado sem fins lucrativos que prestem serviços de interesse público para prestigiar o terceiro setor e elevar a arrecadação do novo imposto.

Quanto às infrações e penalidades, propusemos sistemática conjunta para o IBS e a CBS, deslocando essas disposições para a Lei Complementar 214, de 2025. Isso atende à demanda por uma legislação unificada e simplificada. Introduzimos o conceito de tributo de referência como base de cálculo para as penalidades, garantindo que infratores que pratiquem o mesmo tipo de infração com o mesmo grau de reprovação sofram a mesma punição, mesmo que sejam beneficiários de alíquotas reduzidas. Isso alinha as penalidades à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, evitando o caráter confiscatório.

Reduzimos as multas para os casos de tributos declarados a menor, mas com todos os fatos informados à administração tributária. Também ampliamos os descontos para atender a quem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quer realizar parcelamento. Afastamos a punição para meras falhas ou erros materiais que não prejudiquem o conhecimento da operação, incentivando a autorregularização. E criamos penalidades administrativas não tributárias para o descumprimento das regras do *split payment*. É essencial para reduzir drasticamente a sonegação e garantir efetividade da reforma.

No que concerne ao Processo Administrativo Tributário (PAT) do IBS, procuramos assegurar celeridade e prevenção de conflitos por meio de consulta fiscal. O PAT terá as instâncias de julgamento integradas à Diretoria de Revisão do Crédito Tributário do Comitê Gestor. Criamos a Câmara Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS para julgar recursos específicos em caso de divergência e em casos concretos de interpretação da legislação do Comitê Gestor e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Isso busca uniformizar a jurisprudência administrativa em âmbito nacional.

Ampliamos o objeto do PAT do IBS para abranger o indeferimento de pedidos de restituição e ressarcimento. Definimos que as sessões de julgamento serão síncronas e virtuais, assegurando a realização de audiências e sustentações orais, promovendo celeridade e transparência. Detalhamos as hipóteses de impedimento dos julgadores para garantir imparcialidade das decisões. Também definimos que o processo de consulta sobre aplicação da legislação tributária será proferido em conjunto pelo Comitê Gestor do IBS e pela Receita Federal, após consulta ao outro órgão. Havendo discordância, será objeto de harmonização pelo Chat, garantindo uniformidade da interpretação e estabelecendo regras normativas únicas que passarão a ter jurisprudência sobre a matéria.

Relativamente à distribuição de produtos da arrecadação do IBS, nossa proposta vai na direção da segurança jurídica nas relações federativas envolvendo 26 estados, o Distrito Federal e os 5.569 municípios. A distribuição das receitas do IBS, sabemos, é um processo complexo e de suma importância. Adaptamos as regras de alocação de diversas rubricas de receitas de IBS aos ditames da Lei Complementar nº 214, de 2025, inclusive daquelas relativas aos regimes específicos de tributação. Além disso, determinamos que os rendimentos de aplicação financeira da arrecadação do IBS serão distribuídos integralmente – repito: integralmente – aos estados, Distrito Federal e municípios, e não integrarão as receitas do Comitê Gestor, garantindo que os benefícios dessas aplicações retornem diretamente aos entes detentores do principal do tributo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Propusemos que as multas punitivas e os juros de mora sejam acrescidas à receita do IBS, independentemente de o imposto ter sido apropriado como crédito pelo ente, para evitar o surgimento de receitas não atribuídas a nenhum ente e estimular a fiscalização do imposto.

Não nos esquecemos, todavia, do ICMS. Ao propor que a distribuição da cota-parte desse imposto, a partir do exercício de 2033, observará os índices percentuais vigentes no exercício de 2032. Trata-se de uma medida para viabilizar a distribuição de valores residuais a serem arrecadados quando o imposto já estiver sido extinto.

Também esclarecemos regras para o reconhecimento e a utilização dos saldos credores do ICMS... Chamo a atenção dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, porque esta é outra questão extremamente importante para os entes federativos: também esclarecemos regras para o reconhecimento e a utilização dos saldos credores do ICMS existentes em 31 de dezembro de 2032, período crucial de transição.

Vedamos que os créditos de ICMS vinculados ao saldo credor homologado sejam objeto de posterior lançamento.

Eliminamos a necessidade do transcurso do período até 31/12/2032, para que o titular do saldo credor do ICMS homologado o transfira para o mesmo grupo econômico ou a terceiros.

O Livro II do nosso substitutivo estabelece a Lei Geral do ITCMD, que estabelecerá o novo marco legal do imposto vinculado, a partir da sua entrada em vigor, em todos os estados e o Distrito Federal.

Para aperfeiçoamento da técnica legislativa, consideramos em um único dispositivo, o art. 147, todas as definições de termos técnicos que estavam dispersas em diversos artigos do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, além de termos acrescidos outros relevantes para a devida aplicação da norma.

Consolidamos em um único artigo as hipóteses de imunidade do ITCMD e acrescentamos outras que tinham sido omitidas, como a imunidade para livros e fonogramas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos adequado ainda trazer para o texto diversas outras hipóteses de não incidência já reconhecidas pela jurisprudência brasileira e previstas em diversas legislações estaduais.

Suprimimos, no substitutivo, a redação do art. 171 do PLP aprovado na Câmara, que prevê regras especiais de decadência para o ITCMD. Entendemos que tal previsão é desnecessária, pois as regras gerais de decadência previstas no CTN são aplicáveis a todos os tributos, no Código Tributário Nacional.

Aperfeiçoamos o texto referente às hipóteses de incidência do imposto. Clarificamos ainda o momento da ocorrência do fato gerador, como a data do óbito ou do registro em cartório de imóveis para doações e para o caso de trustes. Ainda neste contexto, simplificamos o processo de avaliação da base de cálculo do imposto na transmissão de cotas ou ações não negociadas em bolsa, que passa a ser o valor patrimonial – o valor patrimonial.

Inspirando-nos em diversas legislações estaduais, trouxemos para o texto a previsão de que, na transmissão de bens móveis ou imóveis financiados, ou adquiridos na modalidade de consórcios, considera-se como base de cálculo:

a) o valor do bem acobertado por seguro prestamista; ou

b) nas demais hipóteses, o valor de mercado do bem, subtraído o valor presente do saldo devedor do financiamento ou consórcio.

As alíquotas do ITCMD devem respeitar o teto fixado por resolução do Senado, atualmente de 8%, e a progressividade em razão do valor da transmissão. Nesse contexto, cada estado e o Distrito Federal, ao fixarem suas alíquotas, deverão considerar o enquadramento do valor da base de cálculo na faixa inicial e, naquilo que a exceder, na faixa subsequente e assim sucessivamente, a fim de assegurar a correta progressividade.

O art. 180 do PLP aprovado pela Câmara cria regras especiais de responsabilidades diferentes das previstas no Código Tributário Nacional, de forma injustificada. Foram, portanto, suprimidas do substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, definimos que a Receita Federal deverá compartilhar informações econômicas fiscais com as administrações estaduais e distritais, mediante convênio, fortalecendo o poder de fiscalização.

Tributos municipais.

O art. 165 do nosso Substitutivo faz duas alterações significativas no Código Tributário Nacional. Altera a redação do CTN para estabelecer normas gerais do ITBI. Acresce no Código Tributário Nacional um novo título para regular, em caráter geral, a Contribuição para o Custeio, a Expansão e a Melhoria dos Serviços de Iluminação Pública e de Sistemas de Monitoramento para Segurança e Preservação de Logradouros Público (Cosimp). Quanto ao ITBI, deixamos claro que as administrações tributárias dos municípios e do Distrito Federal deverão divulgar os critérios – estou me encaminhando para o fim, Presidente – utilizados para estimar o valor venal a que se refere o *caput* deste artigo, o qual poderá ser contestado pelo contribuinte mediante apresentação de avaliação contraditória em procedimento específico nos termos da legislação específica municipal ou distrital. Alteramos a redação do art. 41 do Código Tributário Nacional, para estabelecer que o imposto compete ao município de situação do bem ou ao Distrito Federal.

Por fim, sugerimos a revogação do art. 39 do Código Tributário Nacional, o qual estabelece que a alíquota do imposto não excederá os limites fixados em resolução do Senado Federal. Essa regra, nos termos da Constituição, não se aplica ao ITBI, e sim ao ITCMD. Em relação à Cosimp, adaptamos a designação do tributo, conforme Emenda Constitucional 132, de 2023 – a emenda da reforma tributária –, e mantivemos a faculdade de cobrança na fatura de consumo da energia elétrica.

Foram essas, em resumo, Sr. Presidente, as alterações propostas, inúmeras delas oriundas de emendas democraticamente propostas ao texto original, e agora consolidadas na forma do substitutivo.

Acreditamos que essa nova versão do texto representa um avanço significativo na regulamentação da reforma tributária. Entretanto, Presidente, esta é uma obra humana, feita a múltiplas mãos. Portanto, nós temos a convicção de que ela não é uma obra acabada e perfeita em si própria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós buscamos aperfeiçoá-la, aproveitamos a experiência em longos debates, em longas discussões, em longas audiências públicas; nos reunimos, conversamos, buscamos informações com a Sert, com os estados, com os municípios, fizemos inúmeras reuniões com todos os envolvidos, com todas as áreas, e estamos apresentando um texto que sabemos que ainda sofrerá melhorias e adequações em função do debate político que se estabelecerá a partir de agora até a votação na próxima quarta-feira.

Portanto, esta relatoria está absolutamente aberta ao diálogo com todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, para que possamos alcançar a bom termo um texto que possa representar o melhor de nós para o Brasil, para os contribuintes, para a economia, para a geração de emprego, para a geração de renda, para a simplificação, para a transparência e para o combate à sonegação, o que assegurará a queda, no médio e no longo prazo, da alíquota e da carga tributária do tributo de consumo. Não tenho dúvida de afirmar isso.

As alterações propostas conservam o objetivo último e principal do texto enviado pelo Executivo. Visam à simplificação, à segurança jurídica, à redução do contencioso jurídico, elementos essenciais para um ambiente de negócio mais favorável e uma relação mais justa entre o Fisco e o contribuinte.

Agradeço a todos e a todas que contribuíram para a construção deste novo referencial. Foram seis meses de trabalho exaustivo só nesta etapa – só nesta etapa. Eu estou há três anos debruçado sobre esse tema, acumulando algumas centenas de horas de trabalho, juntamente com uma equipe de colaboradores do Senado, de colaboradores dos estados, dos municípios, do Governo Federal, do meu gabinete, das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores e das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados.

Quero dizer aos Srs. Senadores que ontem estive reunido com o Relator da Câmara dos Deputados, Deputado Mauro Benevides, a quem aqui quero prestar minhas homenagens pelo seu trabalho, e à Consultoria da Câmara, que o ajudou a elaborar o texto que nos possibilitou fazer os avanços que estamos imaginando termos conseguido na apresentação desse substitutivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer aos consultores Ricardo Barros, Marco André, Alberto Zouvi, Ismael Noronha, Gustavo Haddad, Ronaldo Peres, Daniel Carvalho, Raphael Borges, Pedro Amaral, Ailton Braga.

Quero agradecer à equipe do meu gabinete, Tatiana Araújo, Diala Vidal e Valéria Thomé.

Quero registrar aqui a importância do Ministério da Fazenda, através do Ministro Fernando Haddad, que sempre e permanentemente estabeleceu um diálogo construtivo com este Relator em todas as fases da reforma tributária, bem como a equipe da Sert, toda a equipe da Sert, na pessoa do Bernard Appy, do Roni e de vários dos companheiros e quero, nas pessoas desses dois, agradecer a todos os técnicos da Sert que foram envolvidos nesse trabalho.

Na pessoa do Barreirinhas, quero agradecer a todos os técnicos da Receita Federal que também estiveram envolvidos com este trabalho.

Quero fazer algumas menções presentes a esta sessão da CCJ. Flávio César de Oliveira, Presidente do Comsefaz e Presidente do Comitê Gestor do IBS – foi extremamente importante a contribuição tanto do Comsefaz como do comitê gestor provisório estabelecido pela Lei Complementar 2.214. Quero, mais uma vez, destacar o Bernard Appy, o Fernando Haddad, o Governo do Presidente Lula, na articulação, no diálogo. Quero destacar as entidades representativas do setor produtivo, seja do agronegócio, seja da indústria, seja do comércio, seja dos serviços, que também estiveram presentes neste debate. Quero também, por fim, registrar a presença de André Horta, Diretor do Comsefaz.

Portanto, Presidente, ao encerrar, tenho fé em que, com essas medidas, estamos construindo um sistema tributário mais transparente, eficiente e equitativo para todos os brasileiros e entes federativos do Brasil.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, optamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PLP 108, de 2024, e, total ou parcialmente, das Emendas nºs 2, 6, 8, 12, 13, 17, 18, 20, 23, 29, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 46, 50, 54, 56, 59, 64, 68, 69, 70, 74, 78, 81, 89, 100, 101, 105, 106, 113, 121, 123, 127, 145, 151, 152, 157, 162, 167, 169, 178, 180, 183, 184, 185, 190, 193, 194, 200, 202, 203, 204, 206, 208, 210, 220, 221, 229, 235, 237, 244, 245, 249, 251, 255, 257, 274,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

278, 280, 281, 283, 286, 289, 290, 292, 298, 310, 311, 314, 317, 319, 328, 333, 334, 335, 338, 339, 357, 358, 363, 364 e 365, nos termos do substitutivo a seguir, rejeitadas as demais emendas apresentadas.

Esse é o parecer. Esse é o voto, Sr. Presidente.

Que Deus nos abençoe!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo o Senador Eduardo Braga pelo trabalho, pelo relatório – ele se dedicou muito a esse projeto, com várias audiências públicas, ouvindo todos os segmentos, num trabalho exaustivo – e também pela quantidade de emendas que V. Exa. acatou. Torna-se recorde, V. Exa. é o Senador que mais emendou no Senado Federal em toda a nossa história. Portanto, parabéns! Foram apresentadas 379 emendas e quase 100 acatadas – noventa e poucas emendas acatadas –, de tal forma que a contribuição foi dada por vários setores, como Senadores e Senadoras que assim o fizeram.

Quando assumi a Comissão de Constituição e Justiça – V. Exa. lembrou bem que estava sentado naquela primeira cadeira –, eu indiquei que V. Exa. fosse o Relator, porque tinha sido também o Relator da PEC e também da primeira lei complementar da reforma tributária, que era um grande desafio. E esse desafio foi vencido pela capacidade, pela dedicação, pelo grande Senador que V. Exa. é, pelo grande brasileiro que representa tão bem o seu Estado do Amazonas.

Está aberta a discussão.

Está inscrito, para discutir o tema, o Senador Efraim Filho.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Meu caro Presidente Otto Alencar, meu caro Senador Eduardo Braga, Relator, primeiramente, meus parabéns! Você foi e é um gigante. A gente sabe que esse é um tema árido, um tema técnico, um tema sobre o qual tem que se debruçar. Ele não é um tema estanque, né? Ele participa de um sistema que tem que ser hermeticamente fechado, né? E você, durante três anos – conversávamos ontem sobre isso –, tem se dedicado a essa pauta, não a esse projeto, mas à reforma tributária – PEC, regulamentação da reforma tributária, lei complementar e agora o 108.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um tema que sempre me despertou muito interesse, porque, apesar de não ter sobre ele os mesmos holofotes que outros temas tiveram, que aos olhos talvez do senso comum da sociedade parecem mais importantes, como a definição de alíquotas, por exemplo, que mobilizou o Brasil nessa discussão, aqui está o custo Brasil, aqui está a questão da burocracia excessiva, aqui está a questão dos nós que transformam a nossa legislação num manicômio tributário.

E V. Exa. teve a dimensão exata desse problema para se dedicar durante algum período, meses, e amadurecendo esse relatório, que chega numa envergadura extremamente positiva, né? Tem meu elogio pelos aperfeiçoamentos que você fez.

Eu também sou fã do trabalho do Deputado Mauro Benevides, que eu sei que é muito dedicado, mas a Câmara teve uma limitação de alcance, até pelo tamanho da Casa, e aqui no Senado caberá a nós poder avançar.

O primeiro elogio que eu lhe faço, do ponto de vista temático, é em ter avançado no princípio da cooperação. O princípio da cooperação foi uma das emendas que você acolheu minha, lá na PEC. Foi de autoria minha essa necessidade de se definir bem, e acho que ainda há inclusive espaço dentro do comitê gestor para avançar, ou quem sabe até mesmo no texto, para que não haja uma justaposição de funções, às vezes três níveis de Federação fazendo a mesma coisa, enquanto haverá uma lacuna ainda para definir como isso irá acontecer.

Não é possível permitir que o setor produtivo... Porque a gente tem que ter o olhar para o Governo, para o poder público, sim, mas o prisma do olhar produtivo tem de estar presente. E V. Exa. teve esse cuidado. Quem é contribuinte? Quem é o cidadão? Quem tem o seu CNPJ, a empresa, vai ser fiscalizado pelo município, pelo estado, pela Receita Federal? Vai poder ser pelos três? Se for por um, veda o outro?

Então, esse princípio da cooperação dessa atuação e também a preocupação com a jurisdição... Quem está insatisfeito, quem discorda de um fato gerador, de uma notificação, vai judicializar isso na Justiça Estadual, na Justiça Federal? São preocupações que estão presentes aqui no texto e avançam.

Eu queria agradecer o acolhimento de algumas das emendas que nós sugerimos. Quanto a algumas, nós vamos continuar no debate, na discussão e na expectativa de tentar convencê-lo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mas eu sei que essa... Até porque conversávamos também ontem. A apresentação do relatório não é ponto de chegada, é ponto de partida. É um ponto de partida de uma discussão que agora ganha corpo, ganha uma espinha dorsal. A espinha dorsal está aí, está apresentada, mas, claro, vamos discutir aperfeiçoamentos, porque eu sei que você tem essa percepção de convencer e ser convencido, né? Tanto está pronto para convencer com quem tem divergência a seu texto, porque a sua posição é correta, como também tem a humildade de acolher aqueles que porventura venham a avançar.

Para não entrar na discussão específica de temas, eu trago apenas duas preocupações para que sua equipe possa se debruçar durante a semana, não necessariamente agora. Nós trouxemos uma preocupação na Emenda nº 322, que está apresentada por nós, porque a gente tinha a expectativa que nesse regulamento do comitê pudesse aperfeiçoar algo que ficou em aberto dentro do sistema, que é exatamente, Senador Eduardo, uma previsão que existe de que para quem produz... E essa é uma emenda que eu trago em nome da FCS, a Frente do Comércio e Serviços. Para quem produz, as obrigações trabalhistas, como vale transporte, vale alimentação, para que você tenha acesso ao crédito, quem paga está vinculado a uma autorização em acordo coletivo. Ou seja, você está terceirizando algo que está previsto no direito, que depende de uma negociação sindical com quem sequer faz parte dessa relação jurídico-tributária entre fisco e empresa. Então, é um tema mais técnico sobre o qual, se a equipe pudesse se debruçar – a Emenda 322 –, seria importante, porque eu acho que foi uma assimetria que ficou no sistema e prejudica muito quem produz para ficar dependente de negociação sindical a um direito que ela já tem, que é o da não cumulatividade para o crédito ficar acumulado. Então, essa é uma preocupação sobre a qual eu peço que a equipe possa se debruçar durante essa semana.

E a segunda é a emenda que já foi apresentada ontem – então também lhe disse que não tinha a menor expectativa de que fosse analisada já no seu relatório, mas a gente ganha essa semana –, que corrige uma situação em que o produto importado não está previsto em ter o Imposto Seletivo, enquanto o produto nacional tem. Então, a Emenda 371 vem corrigindo essa assimetria para não prejudicar a produção nacional. Ela não discute Imposto Seletivo ou não, mas quer uma simetria entre o produto importado e aquele que é produzido nacionalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para não me debruçar sobre essa discussão de mérito, que fica para quarta-feira, até porque, se tiver um acolhimento de V. Exa., já poupa o tempo dobrado, meu e seu, eu deixo essas duas preocupações.

Parabenizo-o não pelo excelente, mas pelo extraordinário trabalho apresentado. Vocês sabem que eu sou um dos poucos que acompanha *pari passu* toda essa caminhada, e fiquei muito feliz com a envergadura e a dimensão que o seu parecer traz, no dia de hoje, para quem sonha, como nós sonhamos, com um modelo mais simples, menos burocrático e que facilita a vida de quem produz.

Reforma tributária não é feita e não está sendo feita para resolver o problema dos governos. Reforma tributária é para facilitar a vida de quem produz, e é isso que está sendo entregue.

Parabéns.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA. Pela ordem.) – Presidente, é que eu, infelizmente, não vou poder... Eu tenho uma reunião e eu vou ter que sair.

Eu queria só pedir a V. Exa. sobre o item 8, cujo relatório é do Senador Flávio Bolsonaro e autoria do Contarato... Eu e a Senadora Mara Gabrilli solicitamos uma audiência pública para, antes da aprovação desse relatório, aliás, atendendo a um pedido de várias entidades que trabalham com crianças e adolescentes no país. Então, eu queria pedir a V. Exa. que pudesse admitir esse nosso relatório. A gente faria essa audiência esta semana e, na sequência, a gente colocaria o item 8. Quero pedir a V. Exa. que fizesse essa análise para mim.

E só finalizando, porque eu não vou ter como fazer a discussão, gostaria de parabenizar o Braga.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer, Braga, que você se notabiliza no Senado Federal como alguém que trabalha com muita robustez, com muita responsabilidade, e com um detalhe muito especial: com muita flexibilidade, ouvindo a todos e admitindo as emendas no seu relatório.

Parabéns a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Eliziane Gama, o Senador Flávio Bolsonaro pediu a retirada de pauta do projeto, atendendo a esse apelo de V. Exa. e também da Senadora Mara para uma discussão.

Eu não vou colocar o requerimento que V. Exa. pede agora, para não interromper a discussão, mas, numa próxima, pode debater e, inclusive, aprovar o requerimento. Como ele pediu para retirar, para ouvir, inclusive, as razões de V. Exa. e da Senadora Mara, eu posso, depois disso, combinando com ele, fazer o requerimento para a audiência pública.

Atende a V. Exa.?

**A SRA. ELIZIANE GAMA** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MA) – Sr. Presidente, atende 100%.

E quero só dizer também que, em relação ao item 9, que é o meu último item da pauta, de que eu sou Relatora, se for possível a inversão de pauta, eu agradecerei muito, mas também, se não for possível, eu peço apenas a V. Exa. que possa designar um Relator *ad hoc*, porque, infelizmente, eu não poderei ficar até o final da reunião.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, farei a indicação de um Relator *ad hoc*.

Senadora Augusta Brito, para discutir o tema.

**A SRA. AUGUSTA BRITO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Para discutir.) – Sr. Presidente, muito obrigada pela oportunidade.

Eu quero aqui, hoje, testemunhar o que para mim é um dos maiores trabalhos com que eu pude e estou tendo oportunidade de conviver, do nosso querido Relator Eduardo Braga. Tudo o que foi dito, todos os elogios que foram feitos aqui não estão sendo vazios, são muito válidos, até pela grandeza dessa construção. Eu tenho um respeito muito grande pela forma como V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trata todos os Parlamentares aqui e todas as proposições, pela forma paciente e inteligente de argumentar e de trazer realmente o que, eu diria, é hoje um dos principais temas que está sendo aqui apreciado no Senado Federal.

Eu queria aqui dizer, em nome do país como um todo, em nome de toda a questão econômica que a gente precisa verdadeiramente apoiar com essa reforma tributária e, hoje, com essa regulamentação que está sendo aqui tão bem relatada pelo nosso nobre Relator Eduardo Braga, que isso é bom para o Governo, isso é bom para o país como um todo, isso é bom para produtores. Sobretudo eu quero fazer o reconhecimento de uma regulação que vem aí com palavras que foram sempre ditas aqui pelo nosso Relator: com a transparência que isso vai dar para toda essa questão da tributação do nosso país, com essa simplificação também desse processo burocrático e, além de tudo, com a eficiência realmente que vai ter com todo esse trabalho.

Então, eu sou admiradora – você já sabe – do seu trabalho, tenho muito respeito, já aprendi muito com V. Exa. Tenho certeza de que o Brasil hoje ganha, e você pode dizer que você realmente fez parte desse processo de vitória para o país como um todo. Isso aqui é uma grande vitória, esperada há muito tempo.

Só para finalizar, quero dizer do meu orgulho de ter participado também desse processo, de ter apresentado emendas, de ter tido a oportunidade de discutir sobre a reforma tributária em si e, agora, sobre essa regulação.

Eu vejo também aqui nesse PLP que 30% das vagas em todas as instâncias de julgamento serão ocupadas por mulheres. Eu não podia deixar de ressaltar a importância também desse seu olhar em relação à participação das mulheres também nesse processo de regulação, nesse processo de acompanhamento dessa questão tributária. Então fico muito feliz.

Parabéns mais uma vez. Estou muito orgulhosa de ter aqui no Senado Federal um Senador que respeita a todos e todas. E o Governo fica muito feliz em poder ter essa contribuição, porque isso é uma dedicação realmente, você fica totalmente dedicado, como já foi dito, e fica refém de fazer, de entregar um bom trabalho, ausentando-se muito, acredito, no seu estado, na sua família, mas a importância desse trabalho tem o meu reconhecimento e com certeza tem o reconhecimento do nosso Presidente Lula também, que é sempre favorável ao diálogo. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parabéns. Que felicidade poder conviver com o Senador que contribuiu e está contribuindo muito para o nosso país.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Augusta e passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, ficando bem claro que nós vamos aproveitar da melhor maneira possível este espaço, que pode ser de uma semana, pelo menos presume-se, eu não posso deixar de também cumprimentar o Senador Eduargo Braga pelo esforço que vem fazendo em torno de uma causa que se discute há 40 anos e que tem o mérito de ter sido uma reforma tributária parida, gestada, em pleno vigor da democracia, o que a torna realmente um fenômeno legislativo que nós temos que celebrar.

Quanto a ressalvas tais ou quais, emendas satisfeitas ou não, isso eu acho que faz parte do cenário democrático.

Mas eu queria cumprimentá-lo. Acho que o ponto que V. Exa. enfatizou eu também enfatizei, que é a questão do comitê, de não criarmos aí mais uma instância judicial, administrativa, política e lobística, o que acompanha a democracia também.

Então, ressalvados os destaques, os meus cumprimentos, que são incondicionais. E, aos destaques, nós iremos com a mesma convicção que embala as missões de cada um de nós, não é?

Agradeço pela aceitação das emendas e vou continuar lutando por aquelas que eu considero justas e meritórias.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Obrigado, obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci, depois a Senadora Dorinha e depois o Senador Moro.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Presidente, eu só quero parabenizar o Relator. Eu sei o trabalho hercúleo que foi feito.

Realmente, essa matéria é uma matéria muito complexa. Eu tive o privilégio de acompanhá-la desde ainda quando era Deputado, durante anos e anos. Então, de qualquer forma, a gente chega aí com um produto muito, muito importante para o país.

Agradeço também o acolhimento das emendas, foram oito emendas acatadas.

Ressalvado aqui um ou outro destaque – nós vamos ainda conversar, não é? –, não poderia deixar aqui de realmente parabenizá-lo pelo esforço, pelo trabalho, pela competência que V. Exa. exerceu, ouvindo todos os segmentos, muitas audiências públicas... Então, parabenizo e torço para que a gente possa votar essa matéria, ressalvados alguns destaques, que a gente possa votar logo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Dorinha.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom dia, Presidente.

Eu entendo que a discussão não vai ser encerrada hoje, em virtude da complexidade do texto, mas gostaria de destacar, numa apresentação inicial, essa preocupação, primeiro, da coerência e da unidade, uma vez que o Relator vem acompanhando o tema.

Uma das grandes preocupações que eu tinha, em relação ao comitê, era essa questão da organização, porque é complexo – o pacto federativo, a independência, a relação entre os entes públicos e, logicamente, com a área privada, que é quem mantém a economia rodando. Então, assim, vou me debruçar sobre isso, mas quero já, inicialmente, parabenizar pelo grande trabalho e pela disposição de ouvir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como Líder da Bancada Feminina, não poderia deixar de observar o avanço que já traz o texto sobre a questão de, no mínimo, 30% de participação das mulheres. Esse foi um projeto que nós votamos recentemente, e, logicamente, aqui já há a inovação presente, nesse cuidado com a participação feminina.

No conjunto do texto, acho que houve grandes avanços, que permitem essa segurança, porque, como o Líder Efraim falou, a questão do custo Brasil tem muito a ver com isso, a segurança jurídica, as regras claras.

Obviamente, um projeto dessa complexidade vai exigir, ao longo da implementação, ajustes necessários, mas quero parabenizar a V. Exa. pelo trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço à Senadora Dorinha.

Senador Moro, o Senador Rogério Carvalho era o segundo inscrito e me pede para falar agora, porque ele tinha outro... Se V. Exa. permitir, o Senador Rogério Carvalho, depois o Senador Moro.

Agradeço a V. Exa.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Presidente, muito obrigado pela antecipação. Eu queria agradecer também ao Senador Moro por essa deferência.

Eu quero, Senador Eduardo Braga...

Aqui, nesta Casa, a gente convive com vários Senadores, Senadoras; é um privilégio para nós todos compartilhar a convivência e conviver com pessoas, na sua grande maioria, do mais alto nível, com muita competência, muita história de vida e muitas qualidades.

Eu quero dizer que V. Exa. é admirável pela sua inteligência, a sua capacidade de trabalho, a sua capacidade de fazer leitura em diversos momentos de tensão, de criatividade, que necessita de criatividade, ou seja, V. Exa. é um excelente Parlamentar. Só faz sentido a gente perder a presença de V. Exa. nesta Casa se for para um bem maior, que é cuidar do povo do Estado do Amazonas, que é a sua paixão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero também dizer que o povo do Amazonas, do Estado do Amazonas, deve a V. Exa. e ao Senador Omar Aziz a condição da Zona Franca de Manaus. Eu sou testemunha viva do empenho, do trabalho, da luta permanente para garantir a continuidade da Zona Franca de Manaus, e o mundo precisa ter clareza de que aquilo importa para a preservação ou para a área de maior preservação do mundo, que é a Amazônia e que é o Estado do Amazonas.

Portanto, eu fico muito feliz de falar essas coisas para V. Exa., falar publicamente isso, porque a gente, às vezes, não tem esta oportunidade de declarar o imenso carinho, respeito e amor que a gente tem pelos colegas. E V. Exa., como vários aqui, tem essas características, essas qualidades, essa habilidade.

Com relação à reforma tributária, eu era Presidente do Sindicato dos Médicos de Campinas, o Fernando Henrique era Presidente da República, e uma das coisas que a gente discutia era uma tal de uma reforma tributária, uma reforma fiscal, não é? E a gente, neste período, está conseguindo realizar este sonho, que não é da nossa geração, mas é a realização e é a aprovação de um projeto que não vai impactar somente para quem está vivo, mas para quem vai viver, e esperamos que muitas gerações possam viver sob este território, mas é um marco muito importante na história da institucionalidade brasileira, do Estado brasileiro e do povo brasileiro esta reforma tributária.

Nós vamos dar transparência, nós vamos ser um dos países do mundo com a melhor estrutura tributária e com a possibilidade de a gente ter 100% dessa operação complexa, com um país desse tamanho, com 27 unidades federadas, sendo totalmente digital, praticamente autogerida pelas regras, ou seja, um sistema que vai fazer as regras prevalecerem. Talvez seja a primeira vez, na história do Brasil, que a gente vá ter regras que serão regras e que serão seguidas objetivamente para o bem maior do país e do povo brasileiro.

E V. Exa. foi o principal maestro – junto com os companheiros Parlamentares que votaram, que aprovaram, que deram suas contribuições, mais a Câmara –, aquele que assumiu essa tarefa de conduzir essa grande orquestra com tantas interfaces, porque, veja, nós estamos falando de toda a economia do Brasil: todos os setores da economia do Brasil procuraram V. Exa., procuraram as Casas Legislativas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, eu quero dizer que tenho muito orgulho de ser Parlamentar e de exercer uma função política neste país, porque – ao contrário do que as pessoas dizem e falam de que a gente não é produtivo, que a gente não tem importância, que é dispensável – veja: quando e como seria possível, senão numa democracia, senão num Parlamento aberto, interfacear com todos os segmentos da economia neste período de praticamente três anos? Veja, isso é hercúleo, é gigantesco, é quase uma maravilha, do ponto de vista da participação e da interação da sociedade brasileira, na construção desta que vai ser uma grande estrutura tributária, de gestão tributária, ou seja, é algo muito extraordinário!

Concluindo, Sr. Presidente e Sr. Relator, eu estou chamando a atenção, porque não é um tema qualquer, não é uma questão social, não é uma questão que mexe diretamente com o dia a dia das pessoas; mexe com a estrutura, com o funcionamento do Estado e, por conseguinte, vai mexer com a vida das pessoas, vai diminuir a cobrança de imposto, vai ter mais justiça tributária, tudo isso, mas as pessoas não sentem isso, e isso mobilizou milhares de pessoas que interagiram e que ajudaram, e sob sua batuta, sob sua condição de maestro, esse concerto está pronto, e a música vai começar a ser tocada.

Parabéns, digníssimo Relator, meu amigo Eduardo Braga!

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Rogério Carvalho e passo a palavra ao Senador Sergio Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, muito rapidamente também. É apenas para elogiar aqui o trabalho do Relator, um trabalho robusto.

Também cumprimento V. Exa. pela homenagem que fez ao seu pai, Carlos Braga, um justo reconhecimento de que cada um mantém a sua origem, e creio que, do trabalho que V. Exa. fez, ele ficaria ali orgulhoso.

Agradeço, Senador, pelo acolhimento de parte das minhas emendas. De fato, é um projeto muito complexo. Eu vou examiná-lo junto ali com o meu gabinete e vou tomar a liberdade de, eventualmente, lhe procurar para aqueles embargos de declaração até a próxima sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E pediria também ao Presidente que não fosse encerrado o debate, dada a complexidade do projeto, para que nós pudéssemos, eventualmente, discutir na próxima sessão, antes da votação final.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço, Senador Sergio Moro.

O Senador Eduardo Braga – está marcado para a próxima quarta-feira a votação desse projeto aqui na CCJ e, provavelmente, à tarde, se for aprovado o requerimento de urgência, no Senado Federal – estará à disposição dos Senadores e Senadoras até a próxima terça-feira, às 18h, para que as emendas sejam encaminhadas, se for o caso de algum Senador ou Senadora desejar encaminhar as emendas para ele apreciar, acolher ou não. Então, nós vamos encerrar a discussão hoje, para, na próxima quarta-feira, votar.

Agora está aberto o acolhimento das emendas até a próxima terça-feira, às 18h.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Presidente, não entendi. Na próxima reunião, nós não vamos poder discutir essa matéria?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, vamos encerrar a discussão hoje.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas não deu nem para ler o relatório. Estou lendo aqui o relatório desse tamanho.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas ele leu aqui o relatório aqui antes de V. Exa...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, mas não dá, você tem que analisar. Isso não é assim.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bem, Senador...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Você tem que avaliar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele leu o relatório todo aqui hoje. E eu estou colocando em discussão, e pode continuar a discussão.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) – Presidente, mas eu também fiz o pedido. É um texto complexo.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Após o relatório, pode continuar a discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Gente, pode continuar a discussão.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Na próxima semana?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vão pedir vista, e pode continuar a discussão.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É isso que nós falamos.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É isso que nós queremos.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, assim, ainda não foi pedida vista, ninguém tomou a iniciativa.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Se o Presidente me permite um pela ordem, eu, na qualidade de Relator, eu vou tirar o chapéu de Relator e botar o de Líder do MDB, para a gente pedir vista coletiva, porque aí suspende-se a discussão, mantém-se a discussão até...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Mas, até o momento, não tinha sido pedido vista.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Até o momento, ninguém tinha pedido vista para o Presidente. Então...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, com o pedido de vista, eu encerro a discussão, porque ele leu o relatório todo, e eu estou colocando em discussão.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Eu venho falando isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só para concluir: então, o último Senador a discutir foi o Senador Sergio Moro, nenhum outro foi inscrito. Como não tinha sido pedida vista, eu iria encerrar a discussão.

Já que o Líder pede vista, então, está aberta a discussão para a próxima quarta-feira. E, depois da discussão, votação e encaminhamento ao Plenário do Senado Federal.

Eu estou seguindo o Regimento aqui.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu tinha um entendimento aqui, quando eu cheguei, de que havia já um entendimento de pedir vista coletiva.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, mas não foi solicitada.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Portinho pediu aqui para...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, nenhum Senador ou Senadora pediu vista.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Havia a intenção, mas a gente se esqueceu de formalizar o pedido.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Esqueceu-se de formalizar. Então, se não foi pedida vista, eu poderia encerrar a discussão.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ele não pediu vista.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Claro, sem dúvida nenhuma!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Ótimo!

Obrigado.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, eu peço a palavra pela ordem, se V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, V. Exa. tem a palavra.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu gostaria...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Líder do MDB, nosso amigo que prestou esse serviço à nação, pede agora a palavra.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E está concedida vista coletiva. Voltaremos à discussão na próxima quarta-feira. Encerradas a discussão e a votação, haverá encaminhamento ao Plenário do Senado Federal.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Primeiro, eu queria agradecer muito a V. Exa. e agradecer a cada um e a cada uma dos Srs. e Sras. Senadores pela confiança e pelas palavras aqui proferidas, mas eu acho importante dizermos ao povo brasileiro que está nos assistindo que esta reforma que está se encaminhando finalmente para a sua última votação, do último passo, é uma reforma, como disse o nosso eminente Líder Rogério Carvalho, que traz benefícios ao consumidor brasileiro e traz benefícios ao setor produtivo brasileiro.

Ela é uma reforma, como disse o nosso eminente Líder Rogério Carvalho, que traz benefícios ao consumidor brasileiro e traz benefícios ao setor produtivo brasileiro. Um exemplo disso é a questão da nossa indústria nacional. O Brasil passou por um processo de desindustrialização em função do manicômio tributário que onerava o custo Brasil e impedia que nós fôssemos competitivos com os produtos internacionais. Com esta reforma, a não cumulatividade permitirá que os nossos produtos manufaturados possam ser exportados sem nenhum resíduo de tributo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e sem criar um volume de créditos que se criava, criando verdadeiras bolas de neve dentro dos tributos estaduais, inviabilizando, inclusive, muitos estados. Isso tudo está sendo resolvido.

Mas, para a D. Maria, para o Sr. João, para o Sr. Joaquim, para o Sr. Antônio, para o Sr. Carlos, o que vai ser muito importante é que ele não vai mais pagar imposto no arroz, no feijão, ele não vai pagar imposto na carne, ele não vai pagar imposto no frango, ele não vai pagar imposto no transporte coletivo urbano, não vai pagar imposto quem é do CadÚnico, terá um novo mecanismo, que é o *cashback*.

Nós estamos invertendo a lógica do imposto da origem para o destino, que era um dos grandes desafios da economia brasileira, e nós conseguimos fazer isso em regime democrático, em equilíbrio com a Federação, numa busca de consenso. Tudo isso só foi possível graças ao amplo diálogo que se estabeleceu entre os diversos entes da Federação brasileira, independentemente de cor partidária, independentemente de ideologia, independentemente de posições políticas partidárias.

Eu me reuni com 100% dos Governadores do Estado brasileiro – 100% dos Governadores – , e não me reuni uma vez, me reuni várias vezes. O Senado da República promoveu, na Presidência do Senador Rodrigo Pacheco, fazendo justiça ao Senador Rodrigo Pacheco, sessões temáticas no Plenário do Senado da República, tanto para Governadores quanto para Prefeitos, dando espaço tanto à Confederação Nacional de Municípios quanto à Frente Nacional de Prefeitos, para que nós pudéssemos ouvir os entes federativos. Portanto, nós ouvimos o setor produtivo, nós ouvimos os consumidores, nós ouvimos o setor público brasileiro, nós ouvimos as instâncias dos fiscos brasileiros, nós ouvimos o fisco municipal, o fisco estadual, o Fisco da União.

Nós nos reunimos com os procuradores, com os auditores fiscais, nós tivemos reuniões inúmeras horas e horas e horas e horas e horas e horas de debate, de convencimento e, quando não chegávamos a um entendimento, como na democracia se recomenda, nós decidíamos no voto. Havia o destaque da matéria, a matéria ia a voto, e nós a votávamos. Aqueles que tinham a maioria, que representavam pelo voto direto... Todos aqui somos representantes pelo voto direto do cidadão, porque somos cargos majoritários. O Senador Otto Alencar aqui está pela maioria dos votos do Estado da Bahia; o Senador Sergio Moro está aqui pela maioria dos votos do Paraná; o Senador Renan está aqui pela maioria dos votos do Estado de Alagoas; a Senadora Dorinha... E,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assim, sucessivamente, cada um dos Senadores e das Senadoras, representantes pelo voto direto na democracia direta, deliberaram em destaque pautas para as quais nós, muitas vezes, não acreditávamos que seria possível encontrar um equilíbrio federativo – e o encontramos. Esse é o grande milagre que a arte da boa política promove na democracia, quando o regime das maiorias obedece ao direito das minorias e o respeita, e em que não há intransigência, em que o diálogo é permanente e construtivo.

Portanto, eu quero aqui agradecer muito as palavras, quero me colocar, a partir de hoje à tarde, à disposição dos Senadores que quiserem me procurar. Eu estarei aqui hoje o dia todo, estarei à noite... Amanhã, ficarei até às 4h da tarde aqui em Brasília, à disposição dos Senadores. Chegarei na segunda-feira ao meio-dia em Brasília e ficarei de meio-dia até a hora em que for necessário, agora, peço encarecidamente que a decisão do Presidente Otto, de que as emendas parem de ser apresentadas na terça-feira, seja respeitada, porque senão eu não terei tempo... Nós estamos agora tratando de matérias que têm repercussão técnica, administrativa, jurídica e federativa. Portanto, nós teremos que ouvir os especialistas para que não cometamos nenhum tipo de equívoco em algo que é fundamental para funcionar.

A reforma que nós construímos só vai ser exitosa se o PLP 108 for o mais correto e o mais perfeito possível numa obra humana.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. *Fora do microfone*.) – Justiça tributária.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Justiça tributária e eficiência para que ela possa rodar num *split payment*.

Eu quero aqui, ao encerrar, dizer o seguinte: Srs. Senadores, Sras. Senadoras, brasileiros que nos assistem, o modelo de reforma tributária que a democracia brasileira aprovou não tem similitude no mundo. Nós criamos um sistema dual único – único – para consumo. Não tem comparação com o da Austrália, não tem comparação com o europeu, não tem comparação com o americano, não tem comparação com o canadense, não tem comparação com nenhum deles. Nós estamos desenvolvendo um modelo absolutamente brasileiro, com a curva de aprendizagem que todo o mundo moderno implementou no setor de tributos de consumo, de bens de consumo, que é do que nós estamos tratando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, quero dizer que a nossa tarefa só será concluída quando enfrentarmos a reforma do Imposto de Renda, porque não adianta nós resolvermos a reforma dos bens de consumo, tributária, e continuarmos tratando o Imposto de Renda como um imposto salarial. Tem um projeto de minha autoria tramitando nesta Casa, desde 2019, que trata exatamente disto: de desonerar em até R$5 mil o Imposto de Renda, de reequilibrar a taxação das empresas de pessoas jurídicas e de fazer com coragem uma cobrança equilibrada de dividendos neste país. Portanto, se nós quisermos avançar, nós teremos que ter a ousadia de concluir a tarefa sobre a reforma dos tributos sobre bens de consumo e ter a coragem de enfrentar a reforma sobre o Imposto de Renda. Chega de Imposto de Renda distorcido e transformado em imposto sobre salário. Imposto sobre salário não é Imposto de Renda. Desculpe-me, é uma falta de coerência o sistema tributário brasileiro tributar injustamente salário e não tributar renda, e não tributar patrimônio. E isso precisa ser enfrentado pelo Congresso Nacional, para que nós possamos concluir a construção de um Brasil moderno na área tributária, para que a economia cresça, gere emprego e renda de forma sustentável.

Muito obrigado, Presidente Otto.

E estou à disposição dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, até terça-feira, às 18h.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Quero concordar com o Senador Eduardo Braga e parabenizá-lo.

Foi pedida vista, nós voltaremos na próxima quarta-feira, no mesmo horário, às 9h, reabrindo como primeiro item da pauta essa matéria.

E nós vamos agora para o item 3, um projeto que vem da Comissão de Segurança Pública, o Senador Alessandro Vieira é o Relator, a quem eu passo a palavra.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 4809, DE 2024**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento); a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei de Crimes Hediondos); a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações), para endurecer a resposta penal aos crimes cometidos com violência.*

**Autoria:** Comissão de Segurança Pública

**Relatoria:** Senador Alessandro Vieira

**Relatório:** Favorável ao Projeto, com sete emendas que apresenta, e contrário às Emendas nºs 1 a 3.

**Observações:**

*- Em 27/08/2025, foram recebidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria do Senador Sergio Moro; e a Emenda nº 3, de autoria do Senador Fabiano Contarato.*

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em síntese, o projeto trata sobre os seguintes itens:

a) definir critérios para a aferição da periculosidade concreta do agente que implica riscos à ordem pública, para a decretação ou não da prisão preventiva;

b) reduzir a exigência mínima para início de cumprimento da pena em regime fechado, de superior a 8 anos para superior a 6 anos, com o consequente ajuste para o regime semiaberto;

c) incluir a exigência de pagamento da pena de multa para a progressão de regime...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Peço aos Srs. assessores silêncio para que o Senador Alessandro possa proferir o seu relatório.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

c) incluir a exigência de pagamento da pena de multa para a progressão de regime, nos casos de crime de organização criminosa, tráfico de drogas, associação para o tráfico ou constituição de milícia privada;

d) incluir, entre os critérios para a fixação da pena, a habitualidade criminosa;

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – e) adicionar às circunstâncias agravantes "a existência de elementos probatórios que indiquem conduta criminosa habitual, reiterada ou profissional do agente";

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu gostaria que os assessores... Sr. Bernard Appy, V. Sa. poderia discutir lá fora, porque o Senador está relatando a matéria, e é necessário silêncio no Plenário. Eu agradeço a V. Sa. por discutir esse tema na sala anexa, por favor.

Senador Alessandro.

**O SR. ALESSANDRO VIEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SE) – Transformar a causa de aumento de pena em roubo qualificado, com pena de 6 a 12 anos e multa, para os casos de concurso de agentes, de vítima em serviço de transporte de valores, cargas ou de bens comerciais, entre os demais previstos no § 2º do art.157;

- Aumentar a pena para o roubo com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido (pena máxima sobe de 10 para 20 anos de reclusão);

- Aumentar a pena para o roubo de que resulta lesão corporal grave (de 7 a 18 anos de reclusão e multa para de 10 a 20 anos, e multa);

- Aumentar a pena de um terço até metade em caso de extorsão com emprego de arma de fogo ou para impor a contratação de serviços ou aquisição de mercadorias;

- Aumentar a pena para o crime de constituição de milícia privada, dos atuais 4 a 8 anos de reclusão, para de 6 a 10 anos, e multa;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Criar o tipo penal da resistência qualificada, com pena de um a três anos de reclusão, para o caso de fuga do agente ou impedimento ou dificultação de deslocamento de agentes de segurança pública para o cumprimento de suas funções (mediante uso de barricadas e escudo humano, por exemplo). Caso haja uso de explosivo ou fogo, a pena será de reclusão de dois a quatro anos;

- Ajustar a redação do tipo penal de coação no curso do processo para incluir testemunha e colaborador;

- Criar tipo penal para punir quem emprega arma de fogo de origem ilícita ou indeterminada, com as características que descreve (automática, cano longo etc.), com pena de 10 a 20 anos de reclusão, e aumento das penas para os crimes de comércio ilegal e tráfico internacional de arma de fogo quando envolver armas com as características apontadas;

- Considerar crime hediondo quando houver o emprego de arma de fogo nas características descritas acima, ou seja, as armas de grosso calibre;

- Prever aumento de pena para o crime de tráfico de drogas quando cometido nas dependências ou imediações de “praças públicas” ou “associação de moradores”, ou ainda houver emprego de arma de fogo ou qualquer meio de intimidação difusa ou coletiva; e

- Prever a dispensa de licitação para a aquisição de bens ou serviços relacionados à atividade fim do policiamento preventivo ou repressivo.

Passo à análise, Sr. Presidente.

Preliminarmente, verificamos que não existe qualquer vício de constitucionalidade, regimentalidade e que a proposição é oportuna e relevante.

O art. 1º do PL pretende alterar o art. 312 do CPP para definir critérios para a aferição da periculosidade concreta do agente, que implica riscos à ordem pública, com o fim de decretação de prisão preventiva.

A nosso ver, a definição de critérios objetivos para instruir o juiz na decretação ou não da preventiva é importante, especialmente na aferição da “periculosidade do agente”, impedindo, portanto, que essa análise seja exclusivamente subjetiva e, não raras vezes, arbitrária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ressalte-se, por oportuno, que, nos termos do § 5º a ser inserido no art. 312 do CPP, tais critérios deverão ser obrigatoriamente analisados na audiência de custódia, de modo fundamentado, antes da concessão de liberdade provisória ou da conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.

Assim, a regra em questão determina que o juiz analise tais critérios, mas, por outro lado, não impede que ele considere outras circunstâncias presentes no caso concreto para decretar ou não a prisão preventiva, preservando, com isso, a liberdade na decisão a cargo do magistrado.

Por fim, o art. 1º do PL inclui o §4º ao art. 312 do CPP, para positivar um entendimento jurisprudencial já consolidado, inclusive no STF, de que "é incabível a decretação da prisão preventiva com base em alegações de gravidade abstrata do delito, devendo ser concretamente demonstrada a periculosidade do agente e o risco à ordem pública, à ordem econômica, à regularidade da instrução criminal e à aplicação da lei penal, conforme o caso".

Embora o dispositivo em questão possa ser redundante, em parte, quando confrontado com o atual §2º do art. 312, entendemos que ele possui, em certa medida, individualidade própria, motivo pelo qual concordamos com a sua permanência.

Noutro giro, o PL, por meio de seu art. 2º, promove diversas alterações no Código Penal, as quais comentaremos brevemente a seguir.

No art. 33, é reduzida a exigência mínima para início de cumprimento da pena em regime fechado de, hoje, superior a oito anos para superior a seis anos, com o consequente ajuste para o regime semiaberto, além de se exigir o pagamento da pena de multa para a progressão de regime, nos casos de crime de organização criminosa, tráfico de drogas, associação para o tráfico ou constituição de milícia privada.

Concordamos com essas alterações. No nosso entendimento, o condenado à pena superior a seis anos já praticou crime grave, motivo pelo qual deve iniciar o cumprimento da pena em regime fechado. Ressalte-se que ainda há no Brasil a cultura da pena mínima ou próxima da mínima, razão pela qual apenas em poucos casos há, de fato, condenação acima de seis anos.

Ademais, no caso especificamente dos crimes de organização criminosa, tráfico de drogas, associação para o tráfico ou constituição de milícia privada, a exigência do pagamento da pena

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de multa para a progressão de regime é uma medida relevante, uma vez que tal sanção tem caráter patrimonial e, não raras vezes, os referidos crimes envolvem grande volume de recursos financeiros.

Entretanto, em casos excepcionais em que for comprovada a hipossuficiência financeira do condenado, entendemos que deve ser dispensado o pagamento da pena de multa para a obtenção da progressão, de forma que a regra em questão não venha a atingir somente aqueles presos considerados mais pobres.

Esse é, inclusive, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça para a extinção da punibilidade do condenado, onde se entende que não impede o seu reconhecimento a falta de pagamento da pena de multa, após o cumprimento da pena privativa de liberdade ou restritiva de direitos, desde que reconhecido como hipossuficiente.

Assim, ao final, apresentaremos emenda estabelecendo essa exceção.

No art. 59, Sr. Presidente, inclui-se, entre os critérios para o juiz fixar a pena, a habitualidade criminosa, que pode ser caracterizada, entre outras circunstâncias, por aquelas dispostas nos termos do inciso IV do §3º do art. 312 do CPP, também inserido pelo PL nos termos de seu art. 1º, ou seja, existência de outros inquéritos e ações penais em curso, ou se recebido o benefício da liberdade provisória nos dois anos anteriores à nova prisão. Por sua vez, no art. 61, é adicionada às circunstâncias agravantes “a existência de elementos probatórios que indiquem conduta criminosa habitual, reiterada ou profissional do agente”.

Concordamos com essas medidas. Aquele que pratica conduta criminal habitual, reiterada ou profissional não comete uma simples infração penal, mas sim, torna a atividade criminosa um meio de vida.

Atualmente, já é vedada a proposição de acordo de não persecução penal quando “o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas”.

Assim, no nosso entendimento, aquele que pratica tal tipo de conduta possui tendência para a prática de crimes, devendo, em razão disso, ser tratado mais rigorosamente pelo aparato repressivo estatal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante essas considerações, apresentaremos ao final uma emenda de redação ao art. 59, nos termos propostos pelo art. 2º do PL, uma vez que o dispositivo nos parece ambíguo por tratar da "habitualidade criminosa" logo após ao "comportamento da vítima", fazendo parecer que se verificará a habitualidade criminal da vítima e não do agente autor do crime, emenda redacional.

No §2º do art. 157, propõe-se a criação de um tipo penal qualificado para o crime de roubo, com pena de reclusão, de seis a doze anos, e multa, ao invés do chamado "roubo circunstanciado", que atualmente aumenta a pena da conduta simples de um terço até a metade.

Ademais, altera a redação do atual inciso III do referido dispositivo para torná-la mais ampla, ou seja, se a vítima está em serviço de transporte de valores em espécie, cargas, bens ou produtos com valor econômico ou comercial e o agente conhece tal circunstância.

Por sua vez, nos §§2º-B e 3º do art. 157, cria-se também tipo penal qualificado para o roubo com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, com pena de reclusão de 8 a 20 anos, e multa, bem como se aumenta a pena do roubo de que resulta lesão corporal grave: de 7 a 18 anos de reclusão e multa para de 10 a 20 anos, e multa.

Estamos de acordo com a criação dos tipos penais qualificados. No §2º do art. 157, somente com a aplicação do aumento de pena máximo é que a majoração atual poderia superar o tipo penal qualificado proposto. Por sua vez, no §2º-B, não há qualquer alteração na quantidade de pena a ser aplicada.

Entretanto, no nosso entendimento, a criação de tipo penal qualificado confere uma maior prevenção geral ao delito, sendo que, neste último dispositivo, apresentaremos uma emenda de redação para incluir o regime de reclusão, que foi omitido na proposta original.

Outrossim, estamos de acordo com o aumento de pena para o roubo de que resulte lesão corporal grave, que é uma conduta evidentemente reprovável e com consequências muitas vezes definitivas para a vítima, bem como pela ampliação do escopo do atual inciso III do §2º do art. 157, para abranger o transporte de cargas, bens ou outros produtos com valor econômico ou comercial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No art. 158, aumenta-se a pena de um terço até metade em caso de extorsão com emprego de arma de fogo ou para impor a contratação de serviços ou aquisição de mercadorias. Concordamos com as alterações propostas, que, além de incluírem na causa de aumento de pena a extorsão com a finalidade de impor a contratação de serviços ou aquisição de mercadorias, restringem a redação do atual §1º do art. 158 para o emprego de arma de fogo, e não qualquer arma.

Uma omissão do projeto que nos parece bastante relevante diz respeito ao tratamento penal do crime de receptação. Trata-se de um delito em que, conquanto formalmente não se verifique o uso de violência, na prática, ou o produto é proveniente de roubo ou, ao menos, de furto qualificado.

O tratamento penal muito benéfico, especialmente do §3º do art. 180, cria uma série de dificuldades para a efetiva repressão penal da criminalidade patrimonial, razão pela qual sugerimos a majoração das penas do *caput,* que passaria, de um a quatro anos, para dois a seis anos, e do citado §3º, que passaria, de um mês a um ano, para de um a cinco anos de reclusão. Com referidas penas máximas, o crime passa a admitir a decretação de preventiva, razão pela qual sugerimos emenda nesse sentido.

No art. 288-A, aumenta-se a pena para o crime de constituição de milícia privada, de quatro a oito anos de reclusão, para de seis a dez anos, e multa, o que consideramos uma medida acertada, tendo em vista a gravidade do crime.

No art. 329, altera-se o preceito secundário da conduta simples, prevista no *caput,* para informar que a pena é aplicada cumulativamente à pena decorrente da violência.

Além disso, cria-se o tipo de resistência qualificada, com pena de reclusão de um a três anos, para o caso de fuga do agente ou impedimento ou dificultação de deslocamento de agentes de segurança pública para o cumprimento de suas funções (mediante uso de barricadas e escudo humano, por exemplo). Nesse último caso, se houver uso de explosivo ou fogo, a pena passa a ser de reclusão de dois a quatro anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos de acordo com as mudanças propostas, as quais, no nosso entendimento, aperfeiçoam o tipo penal qualificado do crime de resistência para abranger circunstâncias mais gravosas que estão presentes no dia a dia de nossas polícias, no ato de efetuar prisões.

Entretanto, apresentaremos duas emendas de redação. A primeira, para trocar a expressão "agente" por "autor", prevista no inciso II do §1º, para não confundir com a expressão "agentes de segurança pública", que consta, logo em seguida, no inciso III. A segunda, para retirar a expressão "além da pena decorrente da violência" do preceito secundário, uma vez que ela já está prevista no §3º do mesmo artigo.

No *caput* do art. 344, ajusta-se a redação do tipo penal de coação no curso do processo para incluir a "testemunha" e o "colaborador". Ademais, no parágrafo único do mesmo dispositivo, acrescenta-se causa de aumento de pena se o processo envolver crime contra a dignidade sexual, "sem prejuízo das penas correspondentes ao crime mais grave". Tais alterações, embora não alterem o escopo da redação vigente, aperfeiçoam o dispositivo, motivo pelo qual estamos de acordo com elas.

Por sua vez, no art. 3º do PL, é proposta a criação do art. 16-A, bem como alterações nos arts. 17 e 18 do Estatuto do Desarmamento, com a finalidade de criar tipo penal para punir a conduta de quem, na prática de crime, emprega arma de fogo de origem ilícita ou indeterminada, com as características que descreve (arma automática, de cano longo, etc.), com pena de dez a vinte anos de reclusão, bem como aumentar as penas para os crimes de comércio ilegal e tráfico internacional de arma de fogo quando envolver armas com as características apontadas. Ademais, na forma do art. 4º do PL, inclui-se o novo crime tipificado no art. 16-A no rol dos crimes hediondos.

Sobre esse assunto, Sr. Presidente e colegas, é importante ressaltar que o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, já em 2020, chamava a atenção para o fato de que, apesar de os sistemas gerenciados pela Polícia Federal e pelo Exército destinarem-se, em tese, para monitorar toda a vida das armas de fogo, desde a fabricação até a sua destruição, se for o caso, incluindo, neste caminho, todos os seus proprietários e as ocorrências em que estejam envolvidas, as pesquisas feitas no Brasil com a finalidade de rastrear a origem das armas de fogo apreendidas sempre se deparam com obstáculos normalmente relacionados a falhas no Sigma (Sistema de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gerenciamento Militar de Armas). Por ser um sistema mais fechado e inacessível, as próprias polícias muitas vezes não conseguem saber se uma determinada arma está registrada lá. É uma crítica que o anuário vem fazendo reiteradamente ao longo dos últimos anos e que diz respeito à diferença gritante entre as armas apreendidas pelas polícias e os registros destas apreensões nos sistemas mencionados. Os números simplesmente não batem.

Diante desse buraco negro, o PL vai bem ao prever punição mais rigorosa quando há emprego de arma de origem ilícita ou indeterminada. Diante da dificuldade de mensurar a origem da arma apreendida, o que dificulta a construção de uma política de prevenção e repressão, o direito penal, como compensação, deve aumentar a severidade da punição.

Não obstante essas considerações, apresentaremos aqui uma emenda de redação ao art. 5º do PL, que altera a Lei dos Crimes Hediondos, para adequá-la à redação proposta ao art. 16-A, de forma a dispor que o tipo penal em questão abrange tanto "armas de fogo de uso proibido" como aquelas "de origem ilícita ou indeterminada".

Noutro giro, o art. 5º do PL tem como objetivo propor causa de aumento de pena para diversos crimes previstos na Lei 11.343, de 2006, a Lei de Drogas, quando cometidos nas dependências ou imediações de "praças públicas" ou de "associação de moradores", ou ainda quando houver emprego de arma de fogo ou qualquer processo de intimidação difuso ou coletivo.

No caso do emprego de arma de fogo, exclui expressamente da abrangência da causa de aumento de pena a conduta do art. 16-A, hipótese na qual haverá concurso material de crimes.

Estamos de acordo com as alterações em questão, que, a nosso ver, aperfeiçoam a Lei de Drogas, previnem e combatem, de uma forma mais rigorosa, o tráfico de drogas.

Finalmente, o art. 6º do PL propõe a alteração do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos), para prever a dispensa de licitação para a aquisição de bens ou serviços relacionados à atividade fim do policiamento preventivo ou repressivo.

Estamos de acordo com essa alteração. É possível constatar uma forte reconfiguração do *modus operandi* dos crimes contra o patrimônio, o que teve início com o isolamento social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

imposto pela pandemia de covid-19, em 2020. Essa tendência é marcada pelo movimento de substituição dos roubos por modalidades como estelionatos e golpes virtuais.

Assim, esse novo cenário demanda maior aptidão institucional para a investigação tecnológica, o que significa reduzir a tendência de muitas polícias civis de buscar fortalecer o seu lado operacional em detrimento da sua dimensão investigativa.

O Brasil precisa hoje articular esforços para conter essa nova configuração dos crimes patrimoniais, na medida em que é ela que financia o crime organizado e fortalece o poder das facções e milícias. Por essas razões, parece-nos acertada a alteração na Lei de Licitações, para acelerar e facilitar a aquisição de tecnologia para a investigação mais eficiente.

Entretanto, para garantir uma transparência mínima e, consequentemente, o controle da higidez da dispensa, alteraremos o §8º do art. 75 da Lei de Licitações e Contratos, nos termos propostos pelo art. 6º do PL, para prever que as informações essenciais da contratação devem ser disponibilizadas em meio eletrônico de acesso público, resguardado o sigilo nos casos legalmente justificados.

Foram apresentadas três emendas, Sr. Presidente.

A Emenda nº 1, do Senador Sergio Moro, propõe condicionar a progressão de regime do cumprimento da pena, nos casos de condenação por crimes de organização criminosa, tráfico de drogas, associação para o tráfico ou constituição de milícia privada, à comprovação do fim do vínculo associativo.

O §9º do art. 2º da Lei de Organizações Criminosas prevê que o condenado por integrar organização criminosa ou por crime praticado por meio de organização criminosa não poderá progredir de regime de pena ou obter livramento condicional ou outros benefícios prisionais, se houver elementos probatórios que indiquem a manutenção do vínculo associativo. É diferente de exigir prova de que o vínculo não mais existe, de aferição mais complexa. Em razão disso, consideramos acatar parcialmente a emenda, com a proposta de ajuste redacional que apresentamos ao final.

No que se refere à Emenda nº 2, também do Senador Moro, observa-se a sugestão de inclusão do art. 310-A ao CPP, com o objetivo de viabilizar a coleta de material biológico para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

obtenção de perfil genético do custodiado. Não há pertinência temática, quando avaliamos o projeto, e a proposta não se harmoniza com o que já prevê o art. 9º-A da Lei de Execução Penal.

A emenda também propõe a substituição do termo “conduta criminosa habitual” por “reiteração delitiva” e a separação das hipóteses em dois incisos (IV e V), no art. 312 do CPP. Consideramos "reiteração delitiva" expressão mais precisa do que "habitualidade criminosa", e que o dispositivo ganha com objetividade e clareza. Outrossim, o benefício da liberdade anterior não deve se confundir com a ideia de reiteração.

Pelas razões expostas, acatamos parcialmente a Emenda nº 2 apenas no tocante às mudanças propostas para o art. 312 do CPP.

A Emenda nº 3, apresentada pelo Senador Fabiano Contarato, deve ser rejeitada por ausência de pertinência temática, além de versar sobre matéria já discutida nesta Casa, já aprovada nesta Casa.

Nesse sentido e em atenção à economia processual, voto pela rejeição da Emenda nº 3.

O voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.809, de 2024, acatando parcialmente as Emendas nºs 1 e 2 e rejeitando a Emenda nº 3, com emendas de redação que seguem.

É o voto, Sr. Presidente.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Alessandro Vieira pelo relatório e agradeço a sua dedicação a esse projeto que veio da Comissão de Segurança.

Passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho; em seguida, ao Senador Sergio Moro.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero primeiro cumprimentar V. Exa. e cumprimentar o Senador Alessandro Vieira pela relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que o projeto é meritório. Nós, eu particularmente, temos concordância com 95% do texto, mas eu vou pedir vista, porque tem uma questão sobre o custo e o impacto financeiro que a gente precisa discutir com o Relator, por isso a gente vai pedir vista.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pronto, será concedido vista, e eu passo a palavra ao Senador Sergio Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, quero aqui só elogiar o projeto que veio da CSP, e também o trabalho do Relator que aperfeiçoou o projeto.

Inclusive, quero agradecê-lo por ter acolhido duas sugestões que fiz, embora não tenha acolhido a terceira sugestão. Entendo aí que faz parte do relatório.

E, no fundo, a gente precisa deixar mais rigorosa a legislação penal e processual penal. Nós estamos vendo uma escalada da criminalidade no país, uma escalada do crime organizado, e o projeto pontualmente aborda dois problemas centrais: um deles é a audiência de custódia, que hoje, infelizmente, se tornou uma porta giratória para criminosos. Em qualquer lugar para onde eu viajo, no interior do meu estado – eu tenho certeza de que os colegas têm tido experiências semelhantes também nas capitais –, há uma reclamação da polícia de uma certa leniência excessiva em relação a presos em flagrante.

As estatísticas do CNJ demonstram que 40% dos presos em flagrante são soltos em audiência de custódia. Claro que não dá para dizer que as solturas são todas indevidas, mas sempre tem aqueles casos mais escabrosos, no qual alguém que foi preso em flagrante por um crime violento, alguém que foi preso em flagrante em circunstâncias que apontam que é membro de uma organização criminosa, tem até aqueles casos que viram anedóticos, se não fossem trágicos, de alguém que é preso pela manhã em flagrante, é solto e, à tarde, já comete um novo delito e é preso novamente. Então, precisa ter realmente critérios mais rigorosos para essas solturas.

O Relator acertou aqui ao colocar as recomendações de que prisão preventiva obrigatória, provavelmente, teria problemas ali de passar no teste de constitucionalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um outro aspecto também que o Relator acolheu, e que, a meu ver, é bastante pertinente, é a questão da progressão de regime: dificultá-la e torná-la mais rigorosa, primeiro reduzindo de oito para seis anos o início do regime fechado. É importante isso, até porque existe uma cultura, de fato, de fixação de pena mínima, na dosimetria da pena.

E dois, uma sugestão que eu coloquei, na verdade, até já tem na lei, e que os juízes precisam começar a cumprir, embora houve uma ampliação aqui na proposição que o Relator acolheu: quem está preso, cumprindo pena e mantém vínculo com o crime organizado, não tem direito à progressão de regime.

Não faz o menor sentido você pegar lá alguém condenado, às vezes, a 30 anos por praticar os mais variados delitos de uma organização criminosa e, de repente, conceder progressão de regime para esse indivíduo, mesmo ele sendo membro ainda do PCC, do Comando Vermelho ou dessas milícias**.** Progressão de regime é para aquela pessoa que quer se reabilitar e quer se ressocializar. Isso pressupõe uma escolha óbvia que é: eu preciso querer abandonar o mundo do crime. Se o preso não tem essa opção de vida, não tem por que progredir.

E aí o projeto deixa claro que, se houver indicativos de que se mantém o vínculo com o crime organizado, não tem direito à progressão de regime. Aí, que cumpra os 30 anos preso. Não faz o menor sentido nós liberarmos antecipadamente para regimes menos gravosos pessoas que mantém vínculo com organizações criminosas.

Então precisa um pouco de uma análise mais individualizada do juiz de execução penal no momento da progressão de regime. Não é impossível. Eu falo aqui por experiência própria, pois eu fui Juiz Corregedor do presídio federal de Catanduvas, que foi o primeiro presídio federal de segurança máxima, e nós lá, Senador Marcos Rogério, fazíamos uma análise criteriosa para saber se o indivíduo que foi encaminhado para lá – que já foi encaminhado, porque normalmente era membro do crime organizado – que vinha com um pedido de progressão de regime... Se nós não estivéssemos seguros de que havia um rompimento desse vínculo, se havia indicativos de que o vínculo estava mantido, eu não concedia progressão de regime. Para que eu vou conceder progressão de regime para Fernandinho Beira-Mar, Marcola, na época, Elias Maluco, Marcinho VP? Não, não, não concedíamos. Ainda que o requisito objetivo fosse alcançado, mas, enquanto fosse mantido o vínculo subjetivo com a organização criminosa, não cabia fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então cumprimento aqui o Relator, felicito-o também.

Eu acho que é necessário também esse aumento de rigor em relação aos crimes patrimoniais. Muitas vezes isso acaba sendo banalizado: "Ah, isso não tem gravidade". Não, tem gravidade, sim. Hoje não existe atividade criminal desenvolvida de maneira frequente não vinculada ao crime organizado. Passou muito tempo já daquela história de amarrar – como é que se diz vulgarmente, né? – o cachorro com linguiça. Na verdade, hoje o crime patrimonial normalmente está vinculado ao crime organizado. Furtos em série, mesmo de celulares, e roubos de automóveis em série estão vinculados ao crime organizado. Então nós temos que parar de ser ingênuos aqui no Legislativo e ser mais rigorosos.

É um projeto meritório, espero que ele possa ter uma tramitação rápida nesta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Sergio Moro. Concordo plenamente com V. Exa., sobretudo no que tange à audiência de custódia. É uma queixa geral das polícias, do meu estado também – Polícia Civil, Polícia Militar –, no caso do reincidente no crime, que é reincidente, reconhecidamente reincidente, que tem direito a sair com audiência de custódia. Ele vai cometer os mesmos crimes depois. Acho que a emenda de V. Exa. contempla mais ou menos para dar uma rigidez maior a esses casos. Parabéns a V. Exa..

E o item 5, a relatoria...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sobre esse assunto ainda, se V. Exa. me permite.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Nós já vamos para o próximo item, mas eu apenas quero sublinhar... Eu quero reservar a oportunidade de discutir essa matéria no momento apropriado, mas cumprimento o Relator, Senador Alessandro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja V. Exa. – é apenas uma pequena observação – que não basta melhorarmos a norma, a legislação penal, processual penal, a Lei de Execução Penal. Se não tivermos essa conjugação de uma boa norma, de uma boa lei com um bom julgador, com um bom magistrado, o resultado lá na frente é inócuo. Porque tudo vai passar sempre pelo crivo da interpretação, pela análise das circunstâncias.

Mesmo com a legislação que nós temos hoje, se nós tivéssemos, naqueles que julgam, essa compreensão que trouxe aqui, a exemplo, o Senador Sergio Moro, nós teríamos um ambiente muito mais seguro. Porque a progressão não é um requisito apenas formal. Então, verificada a previsão legal, é de se impor a progressão? Não! Quais as condições desse preso, qual é a condição dele? Qual é o *animus* desse preso, sabe? Mudou de vida? Tem uma conduta compatível? Está realmente procurando demonstrar que houve mudança de comportamento, mudança de foco, mudança de objetivo, aliás, passou a ter objetivo na vida, porque o crime não é objetivo na vida? O.k., aplica-se a progressão. Mas, às vezes, a coisa é feita meio assim: "Olha, há previsão legal, houve pedido, eu tenho que despachar e conceder, não há opção". E não é assim. Então, o critério da lei... A lei, por mais avançada que seja, por mais moderna que seja, não vai compreender todos os aspectos. O crivo da apreciação do magistrado, do representante do Ministério Público sempre vai ser essencial para a gente acertar ou errar nas escolhas.

Então, eu cumprimento o Relator, porque a lei tem que ser aperfeiçoada para gente corrigir essas distorções que há, mas eu aproveito a fala do Senador Moro para destacar que, com tudo isso que nós fazemos aqui, se lá na ponta não tivermos magistrados realmente preparados, com a visão correta para poder fazer as escolhas certas, a sociedade vai continuar pagando um preço alto, em razão da criminalidade que só aumenta.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, V. Exa. agora com o item 5, Projeto de Lei nº...

**ITEM 5**

**PROJETO DE LEI Nº 2231, DE 2022**

**- Não terminativo -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para permitir a realização de sustentação oral no julgamento de habeas corpus e no de agravo interno interposto contra decisão monocrática que extinguir habeas corpus ou lhe negar seguimento.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Marcos Rogério

**Relatório:** Favorável ao Projeto.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone*.) – Só uma questão, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador Sergio Moro.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – É vista coletiva então, não é? Porque não foi mencionado.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Ah, perfeitamente. Do anterior, vista coletiva, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Foi vista coletiva.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O.k., o.k.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isso, isso, isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Rogério Carvalho pediu vista coletiva, fica para a próxima reunião da CCJ.

Senador Marcos Rogério, com a palavra.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Sr. Presidente, eu tive a honra de ser designado para relatar esse projeto e eu queria, como é um texto curto, um relatório curto, falar um pouquinho do relatório e ir direto ao voto na sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se do Projeto de Lei 2.231, de 2022, que veio da Câmara dos Deputados, onde tramitou sob a designação de PL 4.514, de 2012, de autoria da então Deputada Federal Professora Dorinha Seabra, atualmente Senadora da República, com assento, inclusive, nesta Comissão.

O Projeto de Lei modifica o art. 664 do Decreto-Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941, o Código de Processo Penal, com a finalidade de garantir a sustentação oral no julgamento de *habeas corpus*.

Especificamente, o projeto substitui o atual parágrafo único do art. 664 do CPP por quatro parágrafos novos, quatro novos parágrafos, com a seguinte redação:

> § 1º Se o impetrante o requerer na impetração, será intimado da data do julgamento do *habeas corpus*, no qual ser-lhe-á assegurada a sustentação oral.
> § 2º Caberá sustentação oral no agravo interno interposto contra decisão monocrática que extinguir o *habeas corpus* ou lhe negar seguimento, ainda que tenha sido analisada a hipótese do §2º do art. 654 deste Código.
> § 3º Aplicar-se-á ao julgamento do *habeas corpus* e do agravo interno interposto contra decisão monocrática que o extinguir ou lhe negar seguimento o previsto no art. 937 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).
> § 4º A decisão será tomada por maioria de votos e, em caso de empate, se o presidente não tiver tomado parte na votação, proferirá voto de desempate, e, em caso contrário, prevalecerá a decisão mais favorável ao paciente.

Cabe observar que o §4º tem redação semelhante à do atual parágrafo único, de modo que a novidade legislativa reside mesmo nos §§ 1º a 3º que se pretende inserir no art. 664 do CPP.

Não foram apresentadas emendas até o momento.

Análise.

Não identificamos no projeto vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, nem óbices de natureza regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre direito processual penal, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 48 da Constituição Federal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, consoante dispõe o art. 61 da Carta Política.

No mérito, consideramos o projeto de lei conveniente e oportuno.

Por se tratar de processo urgentíssimo, dispensa-se a formalidade de inclusão em pauta de julgamento, podendo o *habeas corpus* ser "levado em mesa". Ocorre que essa prática, embora privilegie a celeridade processual inerente à espécie, praticamente impede a realização de sustentação oral, o que constitui verdadeira mitigação do princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório.

Os advogados são obrigados a manter contato diário com gabinetes dos magistrados para saber quando o HC será levado a julgamento. Infelizmente, nem sempre as informações prestadas se confirmam, e, muitas vezes, o advogado acaba sendo pego de surpresa, sem poder sustentar oralmente o direito do seu constituinte.

Diante disso, consideramos acertada a fórmula estabelecida no §1º, no sentido de o impetrante ser intimado do julgamento, caso tenha formulado esse pedido na impetração. Assegura-se, desse modo, a possibilidade de sustentação oral.

Concordamos também com o §2º, pois o agravo interno em HC não é outro processo, senão mera extensão do próprio HC, razão pela qual se lhe deve imprimir celeridade e garantir a possibilidade de sustentação oral.

No mais, o §3º apenas estabelece o rito do julgamento, nos moldes do que dispõe o art. 937 do Código de Processo Civil.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.231, de 2022, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Marcos Rogério.

Pede a palavra ao Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes, eu quero parabenizar a iniciativa da Senadora Professora Dorinha Seabra. Isso é um projeto que eu julgo importante, de dar a condição, de dar defesa, através dos advogados, para essa questão de *habeas corpus*.

O Senador Sergio Moro, que é um especialista nisso, vai ter a palavra para discutir o tema.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, eu vou fazer aqui o advogado do diabo.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Depois desse introito do Presidente, a discussão com o juiz Senador Sergio Moro...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é, rapaz!

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... terá até um outro peso.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Tem uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A CCJ está bem servida de conhecedores das leis e também...

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – É verdade.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É claro que a gente reconhece a importância histórica do *habeas corpus,* e, em primeira vista, parece algo, assim, absolutamente defensável e necessário você ter ampla sustentação oral no julgamento de *habeas corpus* perante os tribunais e cortes superiores, mas os tribunais, normalmente, não reconhecem amplamente esse direito porque tem uma questão prática. Eu coloquei aqui até, no Google, para checar o número de *habeas corpus* no STJ, e as matérias aparecem: "Como o STJ chegou a 1 milhão de *habeas corpus*?", matéria de 11 de maio de 2025. Outra matéria: "HC 1 milhão: série debate a explosão de *habeas corpus* no STJ". Outra: "Relator do HC 1.000.000 cita 'utilização desmedida' do instituto". Em 2023, foram 87 mil *habeas corpus* impetrados só no STJ; em 2024, o número saltou para 107 mil *habeas corpus*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí existe uma questão muito prática, Presidente, que é a seguinte: a realização de sustentação oral em todos esses *habeas corpus*, na prática, acaba inviabilizando o funcionamento do tribunal. Imagine 107 mil por ano, 107 mil sustentações orais só de *habeas corpus*.

E um pouco aqui decorre do fato de que acabou se desenvolvendo uma certa largueza para o *habeas corpus* no Brasil, o que não ocorre em outros lugares do mundo, porque, em outros lugares do mundo, inclusive no próprio Reino Unido, Inglaterra, de onde veio o instituto, só se admite *habeas corpus* quando o paciente – a quem se apresenta o pedido ali de liberdade, em favor de quem se apresenta – se encontra preso, enquanto, aqui no Brasil, há uma largueza maior em relação a esse tema.

Eu tenho uma experiência própria aqui, porque eu trabalhei como juiz convocado no Supremo Tribunal Federal, em 2012, na área criminal, e, naquela época, nós passávamos a maior parte do tempo despachando processos de *habeas corpus*, apreciando se era cabível, se não era cabível – e a grande maioria não era cabível. Tudo bem, pode-se dizer: "Não, é o preço a se pagar pelo *habeas corpus*", só que os tribunais têm uma capacidade limitada de trabalho, e isso faz com que daí outros casos, também importantes, acabem tendo um retardo na sua tramitação. Por exemplo: quando a gente ficava só examinando *habeas corpus*, a gente não conseguia ver outros casos de ação penal originária ou de investigação lá no Supremo Tribunal Federal.

Então, assim, eu estava conversando aqui com o Relator e sei que o projeto é meritório e também elogio aqui a iniciativa, mas eu gostaria de pedir vista, e pode ser vista coletiva, para eventualmente sugerir algumas alterações nesse projeto, para tentar contornar este tipo de dificuldade: preservar a sustentação oral naqueles casos em que ela realmente seja absolutamente necessária, mas não em todos os casos, sob pena de que, a pretexto de sermos generosos com o instituto, nós podemos trazer dificuldades ao funcionamento dos tribunais superiores e dos tribunais recursais.

Então, contando com a compreensão de V. Exa., do Relator e da Senadora Dorinha, nossa colega, eu pediria vista, para que pudéssemos eventualmente apresentar alguma proposição para aperfeiçoar o projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senadora Dorinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para discutir.) – Bom, Sr. Presidente, eu quero primeiro agradecer a disposição do Senador Marcos Rogério.

Esse é um projeto de 2012, não é? Eu creio que é extremamente importante, porque a minha preocupação aqui, e, aí, ao colega Senador Sergio Moro... Eu penso que o princípio não é o problema do projeto. O próprio argumento usado pelo meu colega mostra que nós temos um problema talvez – e vou abrir aspas – pela "largueza" do uso do *habeas corpus*. Eu creio que aí está o problema, porque, na verdade, o projeto se sustenta simplesmente na garantia de defesa.

Quantas vezes, na hora do julgamento, por alguns motivos inclusive, às vezes, desconhecidos, alguém passa a mão num projeto que não estava, num processo que não estava nem previsto? E, simplesmente, quando eu – lógico, eu não sou da área – recebi a demanda vinda da OAB por várias situações concretas, embora tenha o *habeas corpus* para ser julgado, sem nenhuma responsabilidade ele é julgado, sem ter a defesa e sem conhecimento até prévio.

Então, assim, eu penso que logicamente é importante pensar em como poderia ser avaliado, mas faço um desafio ao Senador Sergio Moro: trabalhe na questão do *habeas corpus*! Será que ele cabe na quantidade e nas situações que estão propostas? É isso? Esse não é o tema, o tema aqui é garantia de ampla defesa e do contraditório, mas agradeço a disposição do Relator.

E tenho certeza de que o que puder vir para contribuir para a legítima efetividade... Porque, se não tiver efetividade, ele vai continuar sem cumprir o propósito do projeto, e é um projeto de mais de dez anos, já apresentado há mais de dez anos, na Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. ainda era Deputada na época, não é?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Marcos Rogério.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Se V. Exa. me permite, eu queria agradecer ao Senador Sergio Moro pelas ponderações que faz e, vindo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senador Sergio Moro, que é alguém que conhece da matéria e teve, conviveu com esse cenário, portanto, tem uma experiência que deve servir para nós para balizar pelo menos a nossa reflexão sobre o melhor caminho, o melhor cenário.

Eu acho que o projeto da Senadora Dorinha é um projeto meritório, uma iniciativa acertadíssima, na minha visão, e absolutamente contemporâneo, porque, se lá atrás ele já era necessário, neste momento, na quadra atual, ele é muito mais necessário e talvez até inadiável, em face do que estamos a observar.

Mas isso, obviamente, não nos dá o direito de fazer algo sem levar em consideração as variáveis todas que estão à mesa.

Eu queria me colocar à disposição do Senador Sergio Moro para as contribuições, da Senadora Dorinha também.

E, na próxima semana, para não ter prejuízo em relação à tramitação para frente, de repente, na terça-feira, a gente poderia fazer um bate-papo, chamando quem quiser participar, mas vou pedir ao pessoal da OAB também para participar e talvez mais alguns nomes com relação a isso, porque a questão aqui não é o instituto nem o direito à ampla defesa, que isso é garantia constitucional. A questão é como a gente dá o contorno, para não atacar, ter uma situação de varejo sendo totalmente contaminada com aquilo que é positivo. Nós estamos construindo algo que é positivo e necessário, mas tem uma situação colateral que precisa ser enfrentada, como a gente dá o encaminhamento para isso, para que aquilo que é certo não se torne um problema.

Então, eu queria me colocar à disposição. De repente, na terça-feira, depois a gente faz, combina algum horário com a Profa. Dorinha, o Sergio, e vou chamar também, vou ver se o Presidente da OAB quer participar.

Eu acho que o problema está na mesa. Vamos colocar os pares agora para encontrar a solução.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu sugeriria, Senador Marcos Rogério, que, de repente, chamássemos o Presidente do STJ, o Ministro Herman Benjamin, porque os principais afetados são os tribunais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu separei uma outra notícia aqui, ó: só no dia 12 de dezembro de 2024, o STJ recebeu 625 *habeas corpus*, num dia. Então, imagine se tiver que fazer 625 sustentações orais só de *habeas corpus* que entraram naquele dia? Então, a situação realmente é um pouco mais complexa.

Mas sugeriria que pudéssemos também chamar ou convidar os Ministros do STJ.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vou fazer, vou acatar a sugestão de V. Exa. Farei o convite ao Presidente da OAB.

Se o Presidente do STJ tiver disponibilidade e quiser vir ou designar alguém para acompanhar, também teremos essa possibilidade.

E, aí, vamos tentar ver se é nesse projeto que a gente teria que fazer alteração para adequar ou se seria em outra matéria, para poder abrigar as preocupações que V. Exa. tem.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço.

Acho que o espírito dessa lei da Senadora Dorinha é exatamente a negação do *habeas corpus* a inocente, aquele que é inocente e não tem direito de defesa. Pode e acontece em vários casos, muitos casos.

Não tem nenhuma outra matéria para tratar.

Eu declaro encerrada a reunião.

Foi concedido vista.

*(Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 10 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Soraya Thronicke, Marcio Bittar, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Plínio Valério, Fernando Farias, Efraim Filho, Omar Aziz, Jussara Lima, Rodrigo Pacheco, Angelo Coronel, Zenaide Maia, Sérgio Petecão, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Marcos Rogério, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Weverton, Randolfe Rodrigues, Paulo Paim, Humberto Costa, Ana Paula Lobato, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Mecias de Jesus, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Nelsinho Trad, Lucas Barreto e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Alan Rick, Oriovisto Guimarães, Vanderlan Cardoso, Flávio Arns, Carlos Portinho, Magno Malta, Rogerio Marinho e Augusta Brito. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 108, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário relativo ao lançamento de ofício do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos e sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD); altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), 1.079, de 10 de abril de 1950, e 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as Leis Complementares nºs 63, de 11 de janeiro de 1990, 87, de 13 de setembro de 1996, 123, de 14 de dezembro de 2006, e 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, favorável ao PLP nº 108, de 2024, e, total ou parcialmente, às Emendas nºs 2, 6, 8, 12, 13, 17, 18, 20, 23, 29, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 50, 54, 56, 59, 68, 69, 70, 74, 78, 81, 89, 100, 101, 105, 106, 113, 121, 123, 127, 145, 151, 152, 157, 162, 167, 169, 178, 180, 183, 184, 185, 190, 193, 194, 200, 202, 203, 204, 206, 208, 210, 211, 220, 221, 229, 235, 237, 244, 245, 249, 251, 257, 270, 273, 274, 278, 280, 281, 283, 286, 289, 290, 292, 298, 310, 311, 314, 317, 319, 323, 328, 333, 334, 335, 338, 339, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 368, 369, 370, 371, 373, 376, 379, 380, 382, 398, 400, 410, 412, 413, 417, 418, 420, 421, 422, 423,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

424, 425, 426, 427, 428, 429, 431, 433, 438, 439, 440, 441, 444, 450, 458, 460, 473, 482, 492, 495, 497, 499, 500, 503, 505, 506, 509 e 511, nos termos do Substitutivo que apresenta, sendo contrário às demais emendas apresentadas. **Resultado:** Aprovado o Parecer da Comissão favorável ao Projeto, com acolhimento total ou parcial das Emendas nºs 2, 6, 8, 12, 13, 17, 18, 20, 23, 29, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 50, 54, 56, 59, 68, 69, 70, 74, 78, 81, 89, 100, 101, 105, 106, 113, 121, 123, 127, 145, 151, 152, 157, 162, 167, 169, 178, 180, 183, 184, 185, 190, 193, 194, 200, 202, 203, 204, 206, 208, 210, 211, 220, 221, 222, 229, 235, 237, 244, 245, 249, 251, 257, 270, 273, 274, 278, 280, 281, 283, 286, 289, 290, 292, 298, 310, 311, 314, 317, 319, 322, 323, 328, 333, 334, 335, 338, 339, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 368, 369, 370, 371, 373, 376, 379, 380, 382, 394, 398, 400, 405, 410, 411, 412, 413, 414, 417, 418, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 431, 433, 435, 438, 439, 440, 441, 444, 450, 458, 460, 473, 482, 492, 495, 497, 498, 499, 500, 503, 505, 506, 509 e 511, nos termos da Emenda n° 518-CCJ (Substitutivo), e contrário às demais emendas apresentadas. **Observação:** Aprovado o REQ 47/2025-CCJ, de urgência para a matéria, de iniciativa do Senador Eduardo Braga. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 47, de 2025** que: "Requer urgência para o PLP 108/2024". **Autoria:** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Otto Alencar**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição e Justiça da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 28ª Reunião Extraordinária.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação de um item único, que é da relatoria do nobre Senador Eduardo Braga, o PLP 108, de 2024, a quem eu passo a palavra.

Peço silêncio ao Plenário da Comissão de Constituição e Justiça para ouvirmos o relatório do Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro, eu queria agradecer a V. Exa., Presidente, por ter atendido a um pedido nosso de postergar o início da CCJ, no dia de hoje, para às 10h, e acabamos iniciando às 10h30, tendo em vista o número de emendas que entraram até às 18h de ontem.

Para que os Srs. e as Sras. Senadoras possam ter uma ideia, próximo das 18h entraram mais 100 emendas para serem relatadas. Quando da apresentação do relatório, nós tínhamos 368 emendas. Depois do pedido de vista coletiva, foram acrescentadas mais 149 emendas. Dessas 149, Senador Amin, aproximadamente 100 emendas entraram entre as 16h do dia de ontem e as 18 h do dia de ontem. Então, nós tivemos que ter todo um trabalho durante a madrugada e hoje pela manhã para podermos fazer o complemento de voto em cima das emendas apresentadas.

Então, eu quero aqui, mais uma vez, publicamente agradecer ao Presidente Otto Alencar e aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras pela compreensão para que nós pudéssemos cumprir com o nosso dever para com a apresentação do relatório.

Eu peço permissão ao Presidente para ir direto à análise do adendo de voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nosso relatório, acolhemos diversas emendas para que o Comitê Gestor do IBS permita a emissão de documentos consolidados, para fins de simplificação. As Emendas nºs 425, do Senador Rogério Carvalho, 473, do Senador Izalci, 503, do Senador Laércio Oliveira, e a do Senador Efraim Filho estendem essa permissão para compreender também a Contribuição Social sobre Bens e Serviços, a qual será feita por ato conjunto do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (art. 60, §7º, da Lei Complementar nº 214, de 2025, na redação dada pelo art. 174 do substitutivo).

Julgamos a iniciativa elogiável, pois contribui para a harmonização entre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a CBS e, nesse ponto, acolhemos a redação proposta.

Acolhemos também a Emenda nº 498, do Senador Otto Alencar, e parcialmente a Emenda nº 410, do Senador Efraim Filho, para ajustar o regime das eleições dos representantes dos municípios no Conselho Superior do Comitê Gestor do IBS. Dessa forma, dispensamos apoiamento mínimo das chapas e disciplinamos que o regulamento eleitoral seja veiculado em ato conjunto da Confederação Nacional de Municípios e da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos.

Como salvaguarda à representatividade da eleição e à própria realização do pleito, contudo, dispusemos um percentual mínimo de votos que a chapa mais bem votada deve alcançar para ser considerada vencedora, bem como consignamos a competência subsidiária do Comitê Gestor para disciplinar e conduzir as eleições, caso as citadas associações não cheguem a um acordo em tempo hábil, considerando a duração dos mandatos iniciais até o fim de março de 2027. Essa data foi escolhida para permitir aos novos Prefeitos, que tomarão posse no referido ano, organizarem suas administrações tributárias e fazerem suas indicações.

Em termos da estrutura administrativa do órgão, e ainda em acolhimento parcial da Emenda nº 410, já mencionada, delegamos ao Regimento Interno dispor a forma de deliberação da Diretoria Executiva do Comitê Gestor do IBS.

No tocante à cessão de servidores, acolhemos parcialmente a Emenda nº 438, da Senadora Augusta Brito, para impor ao CGIBS o respectivo ônus apenas a partir do segundo semestre de 2026.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adiante, consideramos adequada a sugestão feita pelo Senador Jorge Kajuru, por meio da Emenda nº 400, no sentido de ajustar...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... a redação do inciso III do art. 150 do substitutivo, com vistas a adequá-la à Tese 1.214 do Supremo Tribunal Federal. Desse modo, alteramos o dispositivo para passar a prever que o ITCMD não incide sobre benefício devido em razão de contrato de previdência privada complementar, aberta ou fechada, de seguro, de pecúlio ou de similares negócios jurídicos onerosos com elementos de aleatoriedade, ainda que o beneficiário seja um terceiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu peço ao Plenário, aos assessores que façam silêncio, até porque a matéria é importante, o relatório do Senador Eduardo Braga mais ainda, portanto é necessário que possamos ouvir em silêncio.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – De igual modo, acatamos também a Emenda nº 440, mudando nossa posição em relação às Emendas nºs 46 e 255, anteriormente acolhidas. Entendemos que as redações propostas pela Senadora Augusta Brito garantirão maior segurança jurídica para os estados e os municípios. Desse modo, tanto o ITCMD quanto o ITBI poderão ser cobrados desde a formalização do respectivo título translativo, assim considerado a escritura pública de doação de imóveis ou documento equivalente passível de ser levado a registro no cartório de registro de imóveis.

Ainda no contexto do ITCMD, consideramos adequado o acolhimento da Emenda nº 441, da Senadora Augusta Brito, para alterar a redação do art. 154, II, de nosso substitutivo, com a finalidade de estabelecer que a base de cálculo na transmissão de quotas ou ações de emissão de pessoas jurídicas não negociadas na bolsa, ou em balcão organizado, será calculada com base no valor de mercado dos bens que compõem o patrimônio líquido da empresa, acrescido do valor de mercado do fundo de comércio, conforme estabelecido na legislação do ente tributante.

Decidimos aperfeiçoar a redação do contencioso do IBS, que é vertente do processo administrativo tributário (PAT). Detectamos a necessidade de adequar a composição da Câmara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Integração do Contencioso Administrativo do IBS e da CBS ao modelo prevalecente no PLP 108, de 2024 – arts. 92 e 94 do substitutivo, por exemplo –, no qual o presidente do órgão julgador somente vota em caso de empate.

Para tanto, acrescemos um membro adicional na referida câmara (inciso IV do §1º do art. 323-G da LCP nº 214, inserido pelo substitutivo), que figurará na condição de presidente. Em consequência, suprimimos, ao final do §8º do mesmo artigo, a menção ao voto de qualidade constante da redação atual.

Por fim, no inciso IV do §5º do mesmo art. 323-G, estendemos o escopo dos efeitos vinculantes das decisões da Câmara Nacional de Integração aos órgãos julgadores da União, de forma a alcançar as Delegacias de Julgamento da Receita Federal, além do Carf. Aqui, acolhemos, em parte, as Emendas nºs 428, do Senador Rogério Carvalho; 495, do Senador Hamilton Mourão; e 506, do Senador Esperidião Amin.

Acolhemos parcialmente a Emenda nº 420, do Senador Rogério Carvalho, para esclarecer que a aplicação exclusiva dos benefícios previstos na própria LCP nº 214, de 2025, para o Programa Nacional de Conformidade Tributária (PNCT) restringe-se apenas ao IBS e à CBS (parágrafo único do art. 471-C da LCP nº 214, de 2025).

A Emenda nº 421, do Senador Rogério Carvalho, propõe modificar o regime aplicável aos bens de uso e consumo pessoal.

No que se refere ao art. 4º, §4º, da LCP nº 214, de 2025, a emenda remove a remissão ao art. 57, §4º, da mesma lei, que será revogado. A regra de incidência sobre operações com ativo não circulante torna-se, assim, autônoma e mais clara. Por sua, vez, a inserção do novo §6º ao art. 4º introduz uma regra explícita que separa a esfera de atuação da pessoa física como contribuinte de sua esfera como consumidor final, garantindo que o consumo privado seja tributado como o de qualquer outro cidadão.

As alterações do art. 5º da LCP nº 214, de 2025, visam focar no fornecimento a pessoas específicas (sócios, empregados, entre outros), abrangendo tanto bens adquiridos (com crédito) quanto os produzidos internamente. Propõe-se a inserção de uma exceção para bens de uso preponderantemente profissional e estabelece-se o valor de mercado como base de cálculo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alinhando-se ao princípio do *arm's length*. O novo §10 permite a simplificação para casos de uso temporário, visando à razoabilidade.

Em complemento, o novo §9º garante a neutralidade ao introduzir uma regra fundamental para a não cumulatividade: se não houve crédito na entrada, não deve haver tributação integral na saída. Isso evita a dupla oneração econômica na venda de ativos usados ou adquiridos antes do regime. As revogações no art. 57 representam consequência natural da transferência das regras de tributação do consumo pessoal para o art. 5º, eliminando redundâncias e tornando a lei mais coesa.

Ao redefinir com maior precisão as hipóteses de incidência sobre operações não onerosas e fornecimentos a partes relacionadas, a proposta fortalece o princípio da não cumulatividade, garantindo que o ônus tributário recaia, finalmente, sobre o consumo final. A nova redação assegura que o uso privado de bens e serviços adquiridos por pessoas jurídicas seja devidamente tributado e inibe a utilização de estruturas societárias para dissimular despesas pessoais e erodir a base de arrecadação tanto do IBS quanto da CBS.

Com a reconfiguração promovida em acolhimento à referida Emenda nº 421.

Propomos ajuste redacional ao §9º-A do art. 26 da Lei Complementar nº 214, de 2025, para tornar mais claro que não haverá a bitributação dos rendimentos de fundos e que, nas condições especificadas, não integrarão a base de cálculo do regime específico de serviços financeiros. Aqui, acolhemos a Emenda nº 412, do Senador Efraim Filho.

A Emenda nº 424, do Senador Rogério Carvalho, que propõe alterações no art. 33 da Lei Complementar nº 214, de 2025, deve ser acolhida por incorporar ajustes necessários ao modelo simplificado de *split payment*, compatíveis com o desenho operacional da nova sistemática de recolhimento tributário.

A proposta amplia a possibilidade de adoção do procedimento simplificado para todos os contribuintes, e não apenas para operações B2C (*business to consumer*), com a permissão de sua utilização, por conveniência operacional, também em operações B2B (*business to business*). Essa ampliação confere flexibilidade ao contribuinte, com afastamento do risco de que mero entrave tecnológico do procedimento padrão atrapalhe o fluxo negocial de sua atividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na emenda, é prevista a opção "automática" pelo procedimento simplificado na ausência de identificação dos valores do IBS e da CBS na transação de pagamento. Em outras palavras, essa omissão de informação equivalerá à opção pelo procedimento simplificado, o que assegurará clareza normativa e segurança jurídica.

Além disso, define-se, na proposição, a ordem de extinção de débitos com os valores recolhidos e se mantém a devolução de eventuais saldos ao contribuinte no prazo célere de até três dias úteis.

Ao vedar que o adquirente contribuinte no regime regular aproprie crédito pelo valor segregado na operação caso seja utilizado o modelo simplificado de *split payment*, a proposta preserva a coerência do novo modelo que exige... Mas isso aqui está riscado? (*Pausa.*) O que exige a confirmação da extinção do débito para que ocorra o creditamento pelo adquirente.

Acatamos, ainda, a Emenda nº 427, do Senador Rogério Carvalho, para alterar a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a fim de retirar o IBS cobrado nas operações de que trata o art. 446 da Lei Complementar nº 214, de 2025, do recolhimento unificado do Simples Nacional. Aqui, não há inovação, mas mera transposição do modelo atual do ICMS para o IBS.

A Emenda nº 417 também foi parcialmente acolhida. Ela propõe alterar algumas disposições referentes à importação e exportação de bens e regimes aduaneiros especiais, além de modificar pontualmente a legislação aduaneira para padronizar as normas do Imposto de Importação e do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (Afrmm) com o tratamento dado ao IBS. Na linha da nossa atuação durante a tramitação do PLP, a emenda busca, de forma geral, evitar duplicidade e garantir simplicidade operacional e segurança jurídica. (*Pausa.*)

Acolhemos parcialmente as Emendas 323 e 368 para afastar a insegurança jurídica que permeia a aplicação do §3º do art. 149 da Lei Complementar nº 214, de 2025, manifestada pelo ajuizamento das ADIs nºs 7.779 e 7.790, que interpelam a constitucionalidade do referido dispositivo. Contudo, em vez de simplesmente suprimi-lo, esclarecemos que a transmissão de câmbio automática será considerada adaptação desde que a pessoa com deficiência seja impossibilitada fisicamente de dirigir automóvel com transmissão de câmbio manual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere ao regime específico de combustíveis, resolvemos acatar as Emendas 369, 370, 482 e 505, dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Izalci Lucas, Carlos Portinho e Laércio Oliveira, respectivamente, e, por consequência, ampliar o escopo do acolhimento das Emendas 289, 298, 357 e 358, desses mesmos Senadores e do Senador Jorge Seif, para autorizar que o ato conjunto do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços excepcione a aplicação do regime monofásico em operações com hidrocarbonetos líquidos derivados de petróleo não combustíveis ou de gás natural, inclusive nafta, cujos adquirentes sejam centrais petroquímicas devidamente autorizadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e que sejam utilizados como insumo pela indústria petroquímica (art. 172, §2º, da Lei Complementar nº 214, de 2025).

Também inserimos a previsão de que o aumento de receita poderá ser utilizado para programa de incentivo à indústria química.

Essas são medidas cruciais para que o combate à sonegação e o tratamento isonômico conferido pela inclusão das correntes de gasolina e diesel no regime monofásico não se reverta em prejuízo para o setor petroquímico. Esse segmento enfrenta a concorrência global e o risco de fraudes e sonegações é diminuto, o que justifica o atendimento ao pleito consubstanciado nas referidas emendas.

No regime específico de bens imóveis, acatamos as Emendas nºs 423 e 450, dos Senadores Rogério Carvalho e Izalci Lucas, para definir o valor do redutor de ajuste na hipótese de permuta entre contribuinte do regime regular do IBS e da CBS e não contribuinte. Como o redutor de ajuste corresponde ao custo de aquisição do imóvel, que pode ser deduzido da base de cálculo quando de sua alienação, não faz sentido que este valor seja alterado quando da mera permuta entre dois imóveis, pois não houve custo adicional para o contribuinte do regime regular. Nesse contexto, na permuta sem torna, o valor do redutor de ajuste do imóvel recebido em permuta pelo contribuinte do regime regular corresponde ao valor do redutor de ajuste do imóvel cedido na permuta.

Já na hipótese de permuta com pagamento de torna pelo contribuinte do regime regular, como houve um custo adicional para ele, propomos que o valor pago seja acrescido ao valor do redutor de ajuste. Inversamente, na permuta com pagamento de torna pelo não contribuinte do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regime regular, o valor do redutor de ajuste do imóvel cedido pelo contribuinte do regime regular será deduzido do valor da torna.

Em relação às Emendas nºs 429, do Senador Rogério Carvalho, e 500, do Senador Weverton, que alteram o art. 174 do presente PLP, para modificar o art. 212 da Lei Complementar nº 214, de 2025, consideramos adequado incorporar no texto da lei a alíquota sobre as operações relacionadas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a exemplo do que foi feito durante a tramitação do PLP nº 68, de 2024, para os regimes específicos de bares e restaurantes e de hotéis e, na tramitação deste PLP nº 108, de 2024, para o regime específico de serviços financeiros.

Acolhemos parcialmente as Emendas nºs 361, 371, 382, 413 e 497, dos Senadores Zequinha Marinho, Efraim Filho, Marcos Rogério, Eduardo Gomes e Mecias de Jesus, respectivamente, para incluir os §§3º e 4º ao art. 348 da LCP nº 214, de 2025, com o intuito de estabelecer o caráter pedagógico que deve nortear a fiscalização tributária durante o período de transição para o novo modelo de incidência do IBS e da CBS.

Também mudamos nossa posição em relação às Emendas nºs 211 e 460, ambas do Senador Weverton, para ajustar o art. 168 a fim de contemplar a agricultura familiar. Trata-se de omissão que a emenda corretamente veio a preencher.

As Emendas nº 458, do Senador Jorge Kajuru, e nº 492, do Senador Hamilton Mourão, propõem a fixação das alíquotas de referência estadual e municipal do IBS para os anos de 2029 a 2033, com base na redução gradual das alíquotas dos tributos atuais (ICMS/ISS). As alíquotas de referência serão ajustadas para garantir equivalência entre a razão da receita de referência e o PIB nos anos de 2024 a 2026 e a razão entre a receita de referência somada à receita do IBS e o PIB no ano-base (ou a média das razões em caso de dois anos-base).

Reconhecemos que a redação atual dos arts. 361 a 365 da Lei Complementar nº 214, de 2025, vincula erroneamente a estimativa da alíquota de referência do IBS ao percentual da receita dos tributos ICMS e ISS, e não à receita efetivamente resultante da aplicação da redução sobre suas alíquotas. Como o ICMS e o ISS são tributos “por dentro”, por exemplo, uma redução de alíquota de 10% provoca uma queda de receita superior a esse percentual. Isso contraria o disposto nos incisos II e III do art. 130 do ADCT, que asseguram a manutenção da receita dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados e municípios, determinando que o montante arrecadado com o IBS corresponda à receita reduzida do ICMS e do ISS ao longo do período de transição.

Assim, acatamos as emendas, com dois ajustes: i) no inciso I dos §§ 1º e 2º dos arts. 362 a 365, é necessário se referir à "média da razão" e não à "razão", para manter o paralelismo com a redação proposta para a CBS nos arts. 356 a 359 da Lei Complementar nº 214, sendo que, a bem da verdade, esse ajuste está contemplado na Emenda nº 492; e ii) o período relevante para o cálculo da razão entre a receita de referência e o PIB deve ser de 2012 a 2021, e não de 2024 a 2026. O período de 2012 a 2021 foi adotado para a CBS para manter sintonia com o inciso II do §3º do art. 130 do ADCT, que define que o Teto de Referência Total será apurado para as receitas como proporção do PIB no período de 2012 a 2021. O último ajuste reduz o risco de elevação da alíquota de referência relativa ao IBS entre 2029 e 2033 e de sua redução em 2035.

A Emenda nº 422 promove mudanças no art. 392, da Lei Complementar nº 214, de 2025, para acrescentar outras hipóteses de marco inicial da contagem do prazo de 60 dias para reconhecimento automático dos créditos para fins de ressarcimento por recursos do Fundo de Compensação de Benefícios Fiscais ou Financeiro-Fiscais (FCBF), instituído pelo art. 12 da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Trata-se de ajuste técnico para contemplar as hipóteses em que a transmissão da escrituração fiscal ocorra em atraso ou seja retificada, razão pela qual a acolhemos.

Com as modificações propostas ao art. 408 pela Emenda nº 418, procura-se corrigir as datas da regra de transição (para 2026/2027) e especifica os dispositivos relativos aos regimes opcionais. Essa proposta aumenta a clareza, a precisão e a segurança jurídica da norma.

É acolhida também a Emenda nº 426, que promove ajustes no Imposto Seletivo. A inclusão do inciso VI ao art. 414 objetiva suprir eventuais lacunas na definição da base de cálculo, ao estabelecer o valor de mercado do bem como referência nas hipóteses não previstas nos demais incisos do dispositivo que preveem bases específicas para operações de venda, arremate, transação não onerosa, entre outras. A inclusão da nova regra garante segurança jurídica na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formatação da norma de incidência do Imposto Seletivo. A modificação do inciso I do art. 424, também do mencionado imposto, substitui a expressão "primeira comercialização" por "primeiro fornecimento", com vistas a harmonizar a redação com a do art. 412, inciso I, da Lei Complementar 214.

Ainda em matéria de Imposto Seletivo, acatamos as Emendas 373, do Senador Efraim Filho; 379, da Senadora Tereza Cristina; e 499 do Senador Mecias de Jesus, para garantir isonomia no tratamento das operações com os produtos fumígenos no mercado interno em relação ao produto importado. Nesse sentido, fixamos o valor de referência como a base de cálculo também para a importação desses produtos, esclarecendo que a base de cálculo na importação do produto fumígeno com alíquota do Imposto Seletivo *ad valorem* seja a maior entre o valor aduaneiro e o valor de referência; ou seja, sempre que o valor aduaneiro em relação ao importado for maior do que o valor de referência sobre o produto nacional, ficará mantido o valor aduaneiro.

No que se refere às modificações do §10 do art. 475, propostas pela Emenda nº 418, procura-se estabelecer que a estimativa de alíquota de referência a ser considerada é a de 2033 e não aquela vigente a partir de 2033. Ademais, a referência ao período 2026-2030 não é a ideal, pois não haverá arrecadação em 2026, e a arrecadação nos anos iniciais é menos precisa que aquela dos anos finais do período. (*Pausa.*)

Eu me perdi agora aqui.

No que se refere às propostas da Emenda nº 418, do Senador Rogério Carvalho, procura-se estabelecer que a estimativa de alíquota de referência a ser considerada é a de 2033 e não aquela vigente a partir de 2033. Ademais, a referência ao período 2026-2030 não é a ideal, pois não haverá arrecadação em 2026, apenas obrigações acessórias não cobráveis, e a arrecadação nos anos iniciais é menos precisa que aquela dos anos iniciais do período. Outra correção é que se trata de alíquotas "estimadas" e não "aplicadas".

Por fim, realizamos um pequeno ajuste no *caput* do art. 493, ao incluir "especial" ao lado de "associação pública", para deixar clara a natureza especial já consignada no §1º do referido dispositivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente Otto me pergunta se na questão do art. 4º...

Olha, nada me deu mais trabalho neste relatório, que é extremamente técnico, como vocês estão vendo, do que a composição entre Confederação Nacional dos Municípios e Frente Nacional de Prefeitos. Olha, é um exercício quase desumano de busca de consenso. E agora estão me propondo que a gente reduza o percentual do resultado para a chapa vencedora da Frente de 40% para 30%. Pergunto aos Srs. Senadores se posso acatar isso como emenda verbal, porque nós não temos uma emenda, e eu não posso acatar como emenda de Relator porque reabro o prazo para pedido de vista.

Se os Srs. Senadores entendem que esta emenda verbal pode ser apresentada, por eu não ter concluído o relatório e não ter encerrado as discussões, posso fazê-lo e acato perfeitamente a sugestão, porque, assim, creio que finalmente estaremos fazendo a satisfação da Frente Nacional dos Prefeitos, para ter a eleição dos 13 membros dos municípios e, assim, ter finalmente a representatividade dos municípios no Comitê Gestor do IBS e da CBS.

Eu pergunto a V. Exas. se posso proceder dessa forma. (*Pausa.*)

Podendo, Sr. Presidente, está acatada a sugestão de V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. e V. Exa...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O médico não vai mandar essa fórmula para o TSE...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Esperidião Amin, V. Exa. está acatando uma emenda de vários Prefeitos do Brasil, representados pelo Prefeito de uma das cidades mais bonitas do Brasil, depois de Salvador, que é o Prefeito do Rio de Janeiro, que está aqui, meu estimado amigo Eduardo Paes.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A quem a gente nunca consegue dizer não. Eu quero dizer que a gente nunca consegue dizer não. E ele faz parte desse bloco dos eduardos, sabe? Então, está acatada a emenda verbal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Só um pequeno comentário...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não diga verbal, diga emenda auricular.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Como? Auricular? Tem que ser verbal, porque auricular soa mal, né? Soa mal, é verbal.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – A interpretação pode levar a outras fontes.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Efraim está certo.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Imagino o tamanho do seu trabalho hercúleo, porque, se eles estão querendo 30% de mínimo de aprovação, já se antevê uma disputa ali bastante renhida para ver quem irá para lá, porque 30%...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Trinta por cento é o resultado da eleição, macho.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não vamos adentrar no...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Só uma dúvida, mas que ficou claro: quem está lá no comitê não ganha nada, é voluntário, não tem jetom, não?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não tem jetom, não.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – A briga vai ser grande.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Bem, do voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do PLP nº 108, de 2024, e, total ou parcialmente, das Emendas 2, 6, 8, 12, 13, 17, 18, 20, 23, 29, 34, 35, 37, 38, 41, 43, 50, 54, 56, 59, 68, 69, 70, 74, 78, 81, 89, 100, 101, 105, 106, 113, 121, 123, 127, 145, 151, 152, 157, 162, 167, 169, 178, 180, 183, 184, 185, 190, 193, 194, 200, 202, 203, 204, 206, 208, 210, 211, 220, 221, 229, 235, 237, 244, 245, 249, 251, 257, 270, 273, 274, 278, 280, 281, 283, 286, 289, 290, 292, 298, 310, 311, 314, 317, 319, 323, 328, 333, 334, 335, 338, 339, 357, 358, 361, 363, 364, 365, 368, 369, 370, 371, 373, 376, 379, 380, 382, 398, 400, 410, 412, 413, 417, 418, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 431, 433, 438, 439, 440, 441, 444, 450, 458, 460, 473, 482, 492, 495, 497, 499, 500, 503, 505, 506, 509, 511 e da emenda verbal, sem número, acatada pelo Relator, nos termos do substitutivo a seguir, rejeitadas as demais emendas.

Sr. Presidente, esse é o adendo, o complemento de voto que apresento aos Srs. Senadores.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Antes...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não, Senador.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Antes de encerrar, Sr. Presidente, eu só quero agradecer a uma equipe extremamente dedicada, que operou quase que um grande milagre em a gente conseguir proferir um relatório desta complexidade, e de uma complexidade eminentemente técnica, em tempo hábil para a apresentação do relatório na manhã de hoje, do complemento de voto.

Refiro-me aos Consultores do Senado: Ricardo Barros, Marco André, Alberto Zouvi, Ronaldo Peres, Raphael Borges, Daniel Melo, José Ailton, Gustavo Haddad – que não tem nada a ver com o Haddad, Ministro –, Ismael Noronha; e à equipe do nosso gabinete, a Valéria Thomé, a Tatiana Araújo e a Diala Vidal; além, obviamente, da equipe do Ministério da Fazenda, através da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária, na figura do Bernardo Appy e de seus colaboradores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na pessoa do Ministro Fernando Haddad, agradeço; e também na figura do Assessor da Casa Civil da Presidência da República, Bruno Moretti, que, ao final, nos ajudou a conciliar determinados atritos ou divergências que estavam acontecendo entre diversos ministérios, para a configuração final deste complemento de voto.

Além disso, agradeço à equipe do Comsefaz: Flávio César Mendes de Oliveira, Luiz Cláudio Gomes, Samuel Kinoshita, Rogério Gallo, Pricilla Santana, Carlos Giovani, Matheus Segalla, André Horta, Carolina Michelman, Rafael Duarte, Ricardo Oliveira, Leonardo Gaffrée Dias, José Alberto Oliveira Macedo.

Além do Bernardo Appy, cito nominalmente o João Nobre, o Manoel Procópio e o Roni Peterson, Auditor Fiscal e Assessor da Receita Federal, cujos nomes eu destaco pela participação fundamental para que nós pudéssemos chegar ao cabo.

Presidente, só para informar aos colegas Senadores e Senadoras: 146 emendas acatadas.

Passo a palavra ao nosso Presidente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas aí é a estatística completa ou só deste segundo turno?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não. É completa, completa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Das 149, quantas?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Das 149, quase 50, Senador; 49, para ser preciso.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabenizo o Senador Eduardo Braga pelo seu trabalho, pelo seu conhecimento, pela sua dedicação na relatoria desta matéria tão importante para o Brasil. Há muitos anos, os brasileiros esperavam a reforma tributária, e ele, sem dúvida nenhuma, prestou esse grande serviço à nação.

Destaco a presença de vários componentes do Comsefaz e saúdo todos na pessoa do Presidente do Comsefaz, Dr. Flávio Oliveira, e de todos os outros Secretários de Fazenda que contribuíram e compareceram a esta reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão.

Da inscrição, pela ordem, está o Senador Esperidião Amin, em seguida o Senador Efraim Filho, depois o Senador Mecias de Jesus, o Senador Izalci Lucas e depois o Senador Paulo Paim.

Então, pela ordem de inscrição, eu passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu quero, em primeiro lugar, me associar aos cumprimentos ao Senador Eduardo Braga. Pensei até que ele ia providenciar um advogado trabalhista para reclamar as horas extras dele e da equipe. Seria justo, mas não seria aplicável, eu acho, mas moralmente justo.

Quero me congratular com o seu esforço e de toda essa legião de qualificadas e qualificados servidores, seja do Executivo, seja do Legislativo, que contribuíram para elaborar esse trabalho de ourives. Um trabalho realmente muito meritório e necessário.

Eu não gostaria de estar muito perto dessa conversa, mas sou solidário com os dois. (*Risos.*)

Especialmente com o meu amigo Plínio Valério. Absolutamente, então ele vem para perto de mim e assim eu posso falar com V. Exa. de maneira mais desinibida. Sem praticar censura.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E já praticando.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu tenho dois pedidos para fazer que não serão orais, porque são emendas, mas quero dizer que conversei com o Secretário Especial Bernard Appy. E antes de apresentar destaque, eu quero fazer uma breve justificativa e fazer uma afirmação.

Ele está aí ainda?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Dr. Bernardo Appy está presente?

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está, está presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ele está onde?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem que ouvir. Tem que ouvir e protestar ou não.

A respeito de duas emendas...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Dr. Bernard, eu pediria a V. Sa. que se pudesse se sentar aqui ao lado.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Acho que sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Porque o Senador Esperidião Amin citou V. Sa., e é importante que ouça as razões que eles estão colocando.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E nem precisa ser nos bancos dos réus.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Sa. que é um dos pais da reforma tributária, ao lado aqui daquele que adotou a reforma tributária, que é o Eduardo Braga.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Presidente, no sentido da objetividade do diálogo, eu acho que é um procedimento correto, ético.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sem problema, sem problema nenhum.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Cumprimento V. Exa. pela iniciativa.

A Emenda 414, V. Exa. não a aceitou? Ela pretende retirar até a impressão de que a União está pegando dinheiro dos municípios. Do que se trata? No período da transição, o que é receita de ISS vai para o IBS, e o que exceder a tanto por cento da receita vai só para a União. O que nós estamos propondo é que seja também compartilhada com estados e municípios.

No diálogo que eu mantive com o Sr. Bernard Appy, como queiram, ficou claro que isso não implica um grande valor, os 5% de ISS já é hoje o limite máximo que o município pode cobrar, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma que esse valor residual, sendo compartilhado no período de transição entre União, estados e municípios, seria moralmente o mais correto. É o sentido da emenda.

E o que eu gostaria de dizer, sujeito, sem nenhum problema, à objeção ou não dele, é que eu estou informado de que a Secretaria Especial não se opõe à solicitação.

**O SR. BERNARD APPY** (Para expor.) – Bom, de fato nós estamos falando de um valor pequeno. Só para explicar do que se trata, hoje, no Simples, o ISS é uma porcentagem da receita. Para a faixa mais alta de receita, isso ultrapassa 5%, que é a alíquota máxima do ISS, e aí isso vai para os outros tributos, que são todos federais.

A União... O texto que o senhor apresentou mantém a proposta de que isso vá para os tributos federais. Esse excesso que eles estão propondo é que seja distribuído entre os tributos federais e o IBS...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No que exceda.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO** – ... no que exceder esse valor que excede hoje. Eu acho... E é durante a transição só o efeito. Eu efetivamente acho que o valor é pequeno, compensa na alíquota de referência. Eu acho que não tem...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Em que pese eu não tenha conseguido receber a emenda até agora nas minhas mãos, o que demonstra que o meu pessoal está exaurido, está cansado, não consegue trazer a emenda para que eu possa...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mas eu acho que aí vale...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É. Eu acolho a emenda de...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. destacou a emenda?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não... Eu estou apresentando isso para não ter que destacar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não. O.k. Está acolhida.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, se ele acolher a emenda, sem problema nenhum.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É a 444.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É a 414.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É a 414.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, é claro que o destaque está preparado, mas eu não vou apresentar...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não é auricular, mas ele pode atender, sem dúvida nenhuma.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, a emenda está apresentada e eu acho que essa explicação autêntica é pública, consta da ata.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Acatada, não tem problema nenhum.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – E a segunda, Presidente, para que eu peço esse rito, é a 506...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ó, 506.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... que V. Exa. aceitou parcialmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então já aceitou.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Não, parcialmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que a solicitação que é feita também pelo Comsefaz é no sentido de que ficam alteradas as redações de vários dispositivos que tratam da integração do contencioso. Essa oral do Prefeito do Rio de Janeiro não é obstaculizada por isso. Há competência exclusiva dos estados, Distrito Federal e municípios para decidir o seu contencioso por meio do comitê gestor e, consequentemente, tendo a participação da União, de forma direta ou indireta, através do Carf. A decisão do contencioso do IBS não acompanha essa alternativa que foi adotada como regra. Então, a proposta... (*Pausa.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu posso tentar explicar ao amigo qual foi a nossa posição e por que é parcialmente apenas?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Veja, nós criamos a figura da Câmara Nacional de...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Que significa a terceira instância.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Terceira instância. E não criar uma quarta instância. Por que não criar uma quarta instância? Porque isso pode significar uma procrastinação sem limite nesse contencioso. Ora, nós temos a câmara de harmonização, que vai harmonizar os casos que são normativos. Ela, quando decidir, estabelecerá normas para casos futuros.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só norma geral.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Para casos futuros. Mas, no caso do fato concreto, nós precisamos ter...

Os assessores precisam me ajudar e os meus colegas precisam me ajudar, porque está muito difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Se os assessores continuarem falando, vou pedir o esvaziamento da sala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É difícil...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Ednaldo, Ednaldo, peça ao cidadão aí que ele faça silêncio, para que o Senador possa usar a palavra.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, veja bem, o que nós estamos fazendo na estruturação do relatório? Nós mantivemos a câmara de harmonização, que vai estabelecer as normas que vão valer para o futuro, e criamos, não como uma quarta instância, mas como uma terceira instância, a câmara...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Mantiveram na terceira instância.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É, mantiveram, está certo? Porque, na realidade, criava-se uma quarta instância, e nós não criamos a quarta instância. E só vai para essa câmara os casos concretos; não os casos normativos, mas os casos concretos em que o Carf e o CG-IBS não chegaram a um denominador comum. E aí, quem julga, o julgamento desta câmara, tem que levar em consideração aquilo que foi decidido como norma geral...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Para o futuro.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... para o futuro, para que as pessoas não sejam prejudicadas em função de que a câmara de harmonização não pode tratar fato concreto. Então, para que não haja desequilíbrio entre o passado e o futuro, nós criamos a câmara.

E aí, na minha opinião, está muito claro que não haverá intromissão da CBS no IBS – as autonomias estão preservadas. Mas o espírito de toda a reforma é que nós tenhamos uma legislação comum e que, portanto, não possamos ter uma interpretação pelo Carf e outra interpretação pelo CG-IBS. E por isso é que nós acatamos parcialmente a Emenda 506, porque nós não gostaríamos de manter uma quarta instância, já que, se estabelecêssemos uma quarta instância, isso iria criar uma série de discussões que iriam complicar o sistema. Portanto, nós preferimos simplificar para não termos problemas futuros, criando a... mantendo a câmara de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

harmonização, o conselho de harmonização, e a Câmara de Julgamento de casos concretos. E assim acho que ficou muito bem posta a segurança jurídica para o contribuinte.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, o fato concreto resolvido passará a ser subsídio para o futuro também.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Perfeito, perfeito.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Então, eu concordo que isso seja uma matéria correta e aparentemente simplifica...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Simplifica.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu me dou por satisfeito. Obrigado.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O.k. A 414 atendida e a 506 mantida parcialmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço ao Senador Esperidião Amin, e passo a palavra ao nobre Senador Efraim Filho.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, já tinha feito na primeira audiência, na primeira sessão que tivemos da apresentação do relatório: quero mais uma vez reiterar os parabéns ao Senador Eduardo Braga! A gente sabe do trabalho hercúleo que é se dedicar a esse tema.

Queria agradecer as emendas que foram acatadas, acolhidas, todas elas no sentido de contribuir, principalmente trazendo a voz do setor produtivo. É claro que a gente sabe que o olhar do Governo sobre o tema tem relevância, mas é importante também sempre levar em consideração o olhar de quem produz, afinal a reforma tributária não é e não deve ser feita para resolver os problemas do Governo: ela deve ser feita principalmente para facilitar a vida de quem produz. E quem produz é que merece, sem dúvida nenhuma, ter o seu olhar sempre levado em consideração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é nessa linha, Sr. Presidente, que eu faço aqui dois apelos ao nosso Relator, o Senador Eduardo Braga. O primeiro, para ir mais tranquilo; e o segundo será objeto de destaque, caso não tenha acolhimento.

O primeiro, o Senador Eduardo Braga já o acolheu e diz respeito à questão das notas fiscais consolidadas. Já foi acolhido, e eu só queria um complemento, porque restou uma lacuna, Senador Eduardo Braga. Eu vou fazer a sugestão para sua equipe avaliar.

Quando no art. 348, V. Exa. acolhe, dizendo que o sujeito passivo será intimado para, no prazo de 60 dias, contados da intimação, suprir a omissão apontada pela fiscalização... V. Exa. acolheu esse prazo de 60 dias, só que não acolheu o fato de que só poderá ser autuado depois que tiver a regulamentação do art. 160, §7º. Então seria fazer uma remissão, porque lá no art. 60, §7º, ele fala que será regulamentado, mas, no período de transição, está em aberto ainda a possibilidade de fazer autuação de empresas – e aí são empresas de plataformas, que emitem centenas de milhares e até milhões de notas fiscais, em fazer a nota fiscal consolidada. Eu conversei com o Secretário Appy sobre esse tema.

Então, Secretário Appy e Relator Eduardo Braga, seria simplesmente no que já foi acolhido, no 348, deixar claro um §4º, que diz o seguinte: "Durante o período a que se refere o *caput* deste artigo, e até que seja editado o regulamento a que se refere o art. 60, §7º, dessa lei complementar, não será lavrado auto de infração em razão da emissão de documentos de forma consolidada".

E aí eu concluo, Relator Eduardo Braga, porque eu conversei com a Receita Federal...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, pode até ouvir, e eu conheço demais o nosso Consultor, e isso é bem importante.

O que é que eu conversei com a Receita Federal? Falei: "Não, nós vamos ter o bom senso e a boa vontade de não atuar ninguém", mas o bom senso e a boa vontade, se estiverem escritos, trazem segurança jurídica. Então é esta coisa: "Ah, nós vamos ter paciência e esperar que todo mundo esteja consolidado, com o regulamento, para poder autuar". Eu só queria que isso ficasse presente, porque foi exatamente... E me parece que não há nem divergência no mérito, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

querem usar o bom senso e a boa vontade como critério, e a gente sabe que, ao lidar com a Receita Federal na base do bom senso e do bom argumento, nem sempre a reciprocidade existe.

Então, a gente fica nesse crivo pela segurança jurídica positivada na regra, né?

É uma regra de transição, e claro que, acabada essa regra de transição, regulamentado o artigo 60, §7º – está certo, Presidente? –, quando for regulamentado, ela se encerrou.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pois não.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... me permita aqui contra-argumentar a posição que V. Exa. está colocando.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Toda norma legal, se não houver sanção, é absolutamente inócua. O que é que está dito no nosso relatório? Que durante a implementação toda a autuação dará um prazo de 60 dias para que o autuado corrija a sua infração. Ele o fazendo, o auto de infração está anulado.

Por que nós precisamos manter esta posição? Porque senão vai virar uma porta aberta seja para as plataformas digitais, seja para quem não cumprir as normas que estão estabelecidas, porque nós estamos submetendo essa norma a um futuro regulamento que nós não sabemos quando estará pronto.

Então, como a lei entrará em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2026, para todos, inclusive para as plataformas digitais – e o ano de 2026 é um ano de pedagogia pura –, nós vamos estar aprendendo com o desenvolvimento dos sistemas e o contribuinte vai estar também se adequando às normas como obrigações acessórias não exigíveis do ponto de vista do pagamento, mas exigíveis do ponto do ponto de vista do cumprimento da norma. Ora, se ele não o fizer, o que vai acontecer? Ele vai ser autuado. Na autuação, está dito no relatório, terá que ser dito item a item, pedagogicamente, o que está sendo descumprido e será dado um prazo de 60 dias para que o consumidor – e aí vale para todos, para a plataforma digital, para todo mundo –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possa corrigir o seu erro. Se ele não corrigir o seu erro, aí sim, ele será considerado um descumpridor da norma por vontade, por dolo próprio. Aí ele tem que ser, obviamente, penalizado, sob pena de a norma ser inócua.

Então, o que nós estamos fazendo em caráter geral? Dar os 60 dias como um prazo para todo e qualquer contribuinte, sendo autuado, regularizar a sua autuação, e ela será anulada. E aí eu não preciso especificar: só para um ou para outro; é regra geral, todos estarão sujeitos a esta posição.

Por isto nós não acatamos *in totum* a emenda, porque entendemos que, se nós não mantivermos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... a sanção para o cumprimento da norma, a norma vai ser inócua.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito. Concordo totalmente com V. Exa., só que eu quero ir além no caso prático, exatamente porque o artigo 60, §7º, que diz o que V. Exa. está dizendo, carece de regulamentação. O problema é nesse vazio da regulamentação da nota fiscal consolidada. Vou dizer um exemplo prático...

Vou até aguardar o consultor falar com o Relator para poder ter atenção. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Aproveito para destacar a presença do Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Dr. Samuel Kinoshita, que está presente nesta reunião, e de outros secretários de Estado.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Deixe-me trazer um caso prático, se puder, só para V. Exa. ter a compreensão. A gente está falando de plataformas que emitem milhões de notas, e hoje ela emite uma nota... Eu vou pegar o caso de uma Netflix: ela emite uma nota fiscal consolidada pelo seu pagamento, da sua casa, do Otto, da minha e tal; então, ela emite uma nota. Pela regra que está aqui, ela vai ter que emitir dez... Se tiver 10 milhões de clientes, ela vai ter que emitir 10 milhões de notas fiscais, porque ela tem que emitir uma a uma. E aí – deixe-me seguir –, se fizer autuação pra corrigir em 60 dias, ela emitiu a nota fiscal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consolidada, a Receita diz: "Eu não quero a nota fiscal consolidada, porque ela não está regulamentada. Você tem que me mandar uma a uma", a correção...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... vai ser na contramão da simplicidade, porque essas plataformas vão ter que emitir 10, 20, 30 milhões de notas de cada cliente específico.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas, Senador, acontece que o imposto agora é no destino. Essa plataforma não está no destino. Quem está no destino é o usuário da plataforma, isso é parte inerente do *core business* dele. Então, eu não posso ter uma nota fiscal consolidada em São Paulo sob pena de eu prejudicar a Paraíba, porque como é que eu vou ter uma nota consolidada em São Paulo e segregar o que é da Paraíba, o que é do Amazonas, o que é da Bahia? Eu não posso. Ele tem que ter... De acordo com a fatura dele, ele emite pelo seu CPF a fatura que paga. Então, ele tem que ter também, do ponto de vista fiscal, o documento que referenda aquela fatura, porque o imposto será arrecadado para o município, para o estado e para a União de acordo com o destino, não mais com onde está localizada a plataforma, e isso foi parte central da emenda constitucional. Então, eu não tenho como fazer isso.

O que posso fazer para, talvez, atender à demanda de V. Exa. é em vez de "poderá" colocar "deverá", ou seja, que sejam impositivos os 60 dias – em vez de ser "poderá" coloca-se no texto da lei complementar "deverá"...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone.*) – Até 60 dias.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... até 60 dias. Portanto, aí está resolvido. Agora, eu não posso para a Netflix nem para nenhuma outra plataforma unificar a nota fiscal dela para o Fisco em um único lugar. Por quê? Porque agora a competência da fiscalização e a competência do pagamento do tributo é no destino.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone.*) – É por município.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É por município. Ele terá que consolidar por município, não terá jeito; ele terá que consolidar por município! Caso contrário, nós estaremos descumprindo a Emenda Constitucional 132.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Bem, Relator, eu confio que hoje, no mundo digital em que nós vivemos, será possível – por isso que eu pedi a regulamentação – que a gente não tenha esse retrocesso do ponto de vista de simplicidade e de excessiva burocracia, mas, entendendo os argumentos de V. Exa., vamos fazer o debate adequado no momento adequado. Eu acho que hoje os instrumentos que nós temos permitem, sim, que a nota fiscal consolidada venha trazendo a repartição desse recurso pela localidade, mas está compreendido.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Acolho o entendimento de V. Exa., e o "deverá" já nos ajuda a dar a garantia de segurança jurídica.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pronto! Então, eu acolho a sugestão e coloco, em vez de "poderá", o "deverá", e digo a V. Exa.: isso não vai valer apenas para a plataforma de *streaming*, isso vai valer para todos.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não, para todos os serviços que eles têm difusão...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agora, o *core business*...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... é Uber, é Netflix, é Mercado Livre, é tudo, são todas essas plataformas que vendem para o Brasil todo, e elas vão ter que fazer.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sim, iFood e companhia limitada.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Exato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agora, isso faz parte do *core business* deles. Portanto, esse ônus é deles. Esse ônus tecnológico é deles, faz parte do negócio deles. Eles têm que adaptar a sua tecnologia à regra que passa a valer no país. Nos países onde tem IVA, eles já fazem isso. Nos países onde tem IVA... Vamos lá, nos Estados Unidos da América, o IVA é eminentemente municipal. A Netflix já faz isso.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Gostei da sua sugestão. Vou pesquisar o direito comparado e, se tiver algum exemplo fora que possa ser um exemplo de simplificação para que a gente não tenha essa emissão de milhões de notas a mais, vamos tentar utilizar aqui. Se não tiver, como V. Exa. diz, já é o que é utilizado lá fora, vamos também acatar aqui.

Eu estava querendo facilitar a vida do empreendedor, de quem produz.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Porque diz aquele ditado: o Governo, quando não atrapalha, já ajuda muito. Então, se essa regra pudesse ser melhor... Eu entendo que vamos tentar trazer essa experiência para cá. Se não tiver, eu me rendo aos argumentos de V. Exa.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu apenas quero esclarecer a V. Exa. que isso é do *core business* do negócio deles.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mas é um ônus de burocracia que se...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não é burocracia! Desculpa, Senador, não é burocracia.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Se eu posso consolidar 10 milhões de notas em uma só, meu caro Relator... É melhor uma nota fiscal só do que 10 milhões.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador, ele emite a fatura individualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por favor...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Por que que, quando ele emitir a fatura individualmente, ele não faz a somatória das faturas do município e emite uma nota fiscal consolidada?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso está na lei! Isso está na lei!

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Presidente...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Está escrito no nosso projeto.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perfeito.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Bom, o tempo do debate já está esgotado.

Eu vou passar para outro inscrito aqui. V. Exa. quer falar ainda?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A cobrança do ISS...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É sobre...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Efraim.

Senador Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Tem que pagar no território onde a pessoa embarca.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Amin...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No município onde a pessoa embarca, tem que ser recolhido o ISS.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Amin, não interrompa o Senador Efraim, com rima, com tudo... (*Risos.*)

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Para concluir, porque essa discussão acabou se estendendo sobre esse tema e foi muito profícua para que a gente possa buscar convergência... Eu vou buscar convergência, eu vou buscar exemplos de fora, que são praticados fora, e que, de repente, possam ajudar a gente a ter um modelo mais simples e mais funcional.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Efraim...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O segundo tema: a Emenda 322.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Efraim...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Pois não, Senador Omar.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – É só para entender: vamos supor que o destino é a Bahia. Aí, o Senador Otto tem uma conta na Netflix. Ele tem um tipo de pacote. O pacote dele não dá direito a tudo, mas a uma parte. O Senador Angelo Coronel, que também é da Bahia, tem outro pacote que é diferente. Não tem que ser duas notas diferentes uma da outra?

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Mas hoje, Senador Omar, faz sentido o seu argumento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Eu só estou perguntando até para me inteirar mais e para explicar para quem está nos vendo neste momento.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Faz todo sentido a sua...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Você está entendendo? Porque, se você colocar um pacote só, cada um vai pagar um ISS. O Senador Otto vai pagar um valor – ele não, né? Quando emitir a nota vai ser pago um valor–, porque o pacote dele não é o pacote completo da Netflix. Eu estou dando aqui um exemplo aleatório. O Senador Angelo Coronel, que é da Bahia também, vai receber outro. Quem vai receber esse ISS? Eles moram em Salvador. Esse Imposto Sobre Serviços, que hoje não é mais ISS, vai ser para a cidade de Salvador, não é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não é para o município? Só que ele vai receber um valor do Otto, porque o pacote dele é menor, então vai receber um valor menor, e do Angelo Coronel... Estou citando os dois Senadores do PSD, não vou citar o Senador do PT, só vou citar do meu partido como exemplo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Para concluir, Presidente, aqui eu trago... Esse assunto está esgotado, os planos hoje já são diferentes e permitem a nota consolidada. Então, acho que a gente tem um caminho para buscar.

A Emenda 322, essa será o objeto de destaque, meu caro Relator, Senador Eduardo Braga, porque eu acredito que ela corrige um erro material enorme que existiu na Lei Complementar 214. Ela diz respeito ao fato de que serviços de plano de assistência à saúde, fornecimento de vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação destinados a empregados e seus dependentes, os créditos na aquisição desses serviços dependem de uma autorização do sindicato. Olha o que é...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não, amigo, calma. Calma, calma, calma, calma. Vamos colocar como realmente tem que ser. E aí, nesse caso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu e o Senador Omar temos muita experiência porque isso já é assim na Zona Franca de Manaus, que tem 140 mil trabalhadores diretos neste momento.

No acordo coletivo ou na convenção dos trabalhadores, fica comprometida a contraprestação dos benefícios, sob pena de você não ter controle. A única forma de você ter o controle e o autocontrole é... O beneficiado sobre o programa de educação, sobre o programa de vale-transporte, sobre o programa de alimentação, sobre todos esses benefícios é o trabalhador. Então, ele, o trabalhador, tem que ter declarado não só para o fisco municipal, como para o estadual, como para o federal, que, sim, ele está recebendo esse benefício. E onde é que ele faz isso? É exatamente no acordo coletivo da indústria dele, é exatamente na convenção do segmento dele, se ele é metalúrgico, se ele é químico, se ele é eletrônico, etc., tem que ter uma alta regulação, porque senão isso vai virar um uma festa.

Eu digo que dou pós-doctor para os meus engenheiros e os meus engenheiros não cursam, e eu me beneficio. E como é que eu controlo isso? Como é que eu fiscalizo isso? Então, a forma de simplificar é fazer isso que nós estamos fazendo na lei. É dizendo: "O.k., nós vamos dar todos os benefícios de crédito". E isso foi uma luta do seu amigo quando do PLP 214, quando da emenda constitucional, porque todos achavam que era quase que impossível, mas a partir do momento em que o trabalhador coloca na sua convenção ou no seu acordo coletivo, aí está a autorregulação e a autofiscalização de quem recebe o benefício.

Portanto, é fundamental que tenhamos isso, porque senão como é que nós vamos comprovar? São milhões e milhões e milhões e milhões e milhões de reais de que nós estamos falando, não é de pouca coisa, não. Em um estado como o do Amazonas, que fatura R$200 bilhões por ano no setor da indústria, isso equivale a 10%; são R$20 bilhões de crédito – R$20 bilhões de crédito. Então, se não tiver o trabalhador atestando, nós estamos dando um cheque em branco para o cara que queira não cumprir fazer uma distorção do benefício.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Perdão, eu só quero colocar qual é o problema. É que, a partir do momento em que... Para essa nova sistemática, esse pagamento que vai fazer eu me creditar de um valor – só vai ser a inovação com essa nova regra – fica condicionado agora ao sindicato dar ou não o direito legítimo fiscal que eu tenho de ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

creditado, porque se o sindicato disser "eu não estou de acordo com isso", não passa... Está escrito.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, amigo, não diga isso, pelo amor de Deus! O que o sindicato está dizendo é só uma coisa: que ele reconhece que o transporte dos trabalhadores está acontecendo. O que ele vai reconhecer é que está havendo benefício de educação infantil para seus filhos. O que ele vai reconhecer é que ele está tendo um curso de especialização pago pela empresa. Portanto, não é o sindicato que vai dizer que "sim" ou que "não". O sindicato vai apenas transformar isso em força de lei.

Amigo, a zona franca tem mais de 50 anos. Os benefícios só passaram a acontecer de verdade na zona franca a partir do momento em que nós passamos a ter um controle social dos benefícios. Caso contrário, nós estamos abrindo a porta para sonegação e para elisão fiscal. Portanto, é fundamental que isso exista. É fundamental que isso exista. Nós não estamos inventando a roda; nós estamos fazendo as boas práticas que acontecem no Brasil serem aplicadas numa regra geral. Essa é uma boa prática que acontece no Brasil.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Relator, eu entendo e compreendo os argumentos de V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Efraim...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – É para concluir.

Eu vou levar em conta esse argumento de V. Exa., vou, enquanto a discussão continua aqui com os outros Senadores, me debruçar para... Se for do jeito, da forma como V. Exa. está dizendo, eu vou retirar o meu destaque. Mas, se eu entender, como no primeiro estudo, que o direito ao crédito tributário está condicionado à autorização do sindicato, o que V. Exa. disse que não é, que é só sobre a prestação do serviço – porque, pela primeira leitura que eu fiz, eu diria que esse crédito tributário estaria condicionado –, aí eu voltarei a dialogar com V. Exa. Mas, se for da forma como V. Exa. diz, eu vou retirar o meu destaque para a gente poder...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa., Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, só um minutinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias de Jesus.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só um minutinho. O crédito tributário, quem tem que dizer se tem um benefício ou não é a pessoa...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É que já se alongou demais o debate, tem quase meia hora.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... a pessoa física. Só um minutinho, Senador Otto. É a pessoa física, sou eu que tenho que dizer que tenho o crédito, não é ninguém que tem que falar isso por mim, não é o dono da empresa que vai dizer que está me dando benefício para ele ter vantagem naquele negócio. Quem tem que dizer sou eu, como trabalhador: "Não, eu tenho, ele me paga uma universidade, ele paga isso e isso para mim". Aí eu tenho o crédito. Agora, o cara pode colocar lá 10 mil coisas que o beneficiam, como está acontecendo agora em relação ao INSS, com as pessoas sendo descontadas sem saber que estavam sendo descontadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, nós vamos ter...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O problema, Senador Omar, o problema...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Nós vamos ter dez minutos para cada Senador e, se não houver acordo, vamos para o destaque. Não podemos é ficar debatendo já há meia hora sem concluir.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É que estão misturando.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O problema, Senador Omar, é que, pelo que está escrito aqui, seria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Seria o sindicato?

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Seria o seguinte: eu pago o vale-transporte, mas o direito ao crédito vai depender da autorização do sindicato. Foi a leitura que foi feita, é a dúvida que persiste, e eu vou acolher o entendimento do Senador Eduardo Braga para me aprofundar.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

Senador Mecias de Jesus.

Nós vamos ter dez minutos para o debate. Se não tiver conclusão, vai para o destaque.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acredito que o debate trazido à baila pelo Senador Efraim, sem dúvida nenhuma, é importante, mas nós teremos mais tempo para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exato.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu gostaria de iniciar, Sr. Presidente, parabenizando o Relator, Senador Eduardo Braga, pela deferência que ele tem tido com as emendas e com as propostas de todos os Senadores.

Eu fiz aqui um apanhado, Senador Eduardo Braga. V. Exa., na PEC 45, recebeu 837 emendas do Senado Federal, 59 de minha autoria e 24 acatadas por V. Exa., e eu quero agradecer. No PLP 68, V. Exa. recebeu 2.239 emendas do Senado Federal, 308 emendas apresentadas pelo meu gabinete e 85 emendas acolhidas por V. Exa. No PLP 108, até agora V. Exa. recebeu 517 emendas do Senado Federal. Espero que meus dados estejam coerentes com os seus. E há 151 emendas de minha autoria e 35 emendas acolhidas por V. Exa., emendas apresentadas por mim. Eu fico muito feliz, agradecido. V. Exa. sabe, somos de um estado vizinho e, além da admiração pessoal que lhe tenho e tenho pelo povo do Amazonas, tenho também a certeza de que V. Exa. faz tudo com muita ética e zelo, da melhor forma possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O fato é que no total V. Exa. recebeu 3.619 emendas – 3.619 emendas. Só do Senador Mecias de Jesus foram 511 emendas. E V. Exa. acatou, de emendas minhas, 144 emendas, que contribuíram para uma reforma tributária, uma lei mais justa para a sociedade brasileira.

Parabéns a V. Exa., parabéns a toda a sua equipe, tanto à equipe do seu gabinete quanto à equipe do Governo que veio lhe ajudar. Eu também quero fazer um agradecimento ao meu gabinete e à Liderança do Republicanos, nas pessoas do Dr. Cristiano Monteiro e do Dr. Rafael Vidal.

Mas, Senador Relator, meu querido amigo, Senador Eduardo Braga, eu tenho mais dois pedidos aqui a fazer a V. Exa. e levar à consideração de V. Exa. A Emenda nº 36, de minha autoria, pretende fazer justiça. E aí, quando a gente fala em agro, a gente sempre acha que está falando do grande. Eu estou falando do pequeno, do médio, do grande, de todo aquele que está dentro do agro. O que nós pretendemos? O que a nossa emenda pretende? Pretende garantir que terras e propriedades rurais, maquinários e bens vinculados ao agro, à pesca, à agricultura, à silvicultura e ao extrativismo vegetal *in natura* sejam tributados apenas na alíquota da faixa primeira do ITCMD – só na faixa primeira. O que nós queremos é só que todas as terras e os equipamentos agrícolas sejam tributados na faixa primeira do ITCMD. Isso não vai tirar poder do estado. Isso vai permitir, pelo contrário, que o estado possa fazer a sua regulamentação, mas que os produtores rurais continuem produzindo, com muita tranquilidade, onde estão ali alocados os seus recursos, seus maquinários, com o imposto que para ele deve ser emitido.

Esse é um primeiro pedido pelas famílias brasileiras, pelos pequenos produtores brasileiros, a Emenda nº 36. A Emenda nº 36 é só para manter na faixa primeira. Se V. Exa. já conseguiu entender, eu vou para o segundo pedido.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Entender, eu entendi. O que eu não posso... Nós estamos falando de impostos de transferência...

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ITCMD.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... de mortos, não é?

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, é herança.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Nós estamos falando de herança.

Durante a atividade econômica, o setor do agronegócio ou da agropecuária ou da agricultura, etc., é superincentivado no Brasil. Agora, quando se vai fazer o pagamento do ITCMD, o que é avaliado é o valor do patrimônio. Então, se eu, independentemente do valor do patrimônio, fixar uma taxa, eu estou tendo um tratamento diferenciado ao patrimônio da área do agro em relação às demais áreas. Então eu fico com um desequilíbrio. Agora, se destacado e a maioria dos Senadores entenderem que isso é justo, tudo bem. Agora, deixando claro, nós estamos falando agora de transferência de patrimônio entre mortos e herdeiros. Então, eu fixar... Imagina, e eu não estou dizendo isso aqui, que vale só para o pequeno, para o pequeno agricultor.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É para todos.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu estou dizendo para todos.

Vamos dar um exemplo. Uma Cargill da vida, que tem um patrimônio da ordem de centenas de bilhões de dólares, eu vou dar aos herdeiros da Cargill a faixa um do ITCMD?

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Mas eu quero também citar a V. Exa. que tem o seu José da Conceição, lá no Município de Rorainópolis, que só tem um tratorzinho e a família dele....

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O.k., mas o patrimônio dele é pequenininho.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... e a família dele não vai ter condições de pagar. E a família dele não vai ter condição de pagar.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O patrimônio dele é pequenininho e esse já está na primeira faixa. Ele já está...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Não, esse não está na primeira.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Já está na primeira faixa, Senador. Já está na primeira faixa.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu vou... Então me comprometo de analisar, se ele já estiver na primeira faixa, eu retiro o destaque que irei fazer.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O patrimônio dele é pequeno e ele já está enquadrado na primeira faixa. Agora, eu não posso fazer o enquadramento... O pequeno já está na primeira faixa.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É, na verdade, eles já são tributados na renda deles. Agora, com o ITCMD, essa situação muda. Mas nós temos tempo até a hora da sessão para discutir sobre isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, Mecias, desculpa. Meu amigo Mecias, desculpa.

Novamente o seu assessor brilhante, que eu já conheço de longas temporadas neste processo... Deixe-me dizer...

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Brilhante mesmo.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É, brilhante.

Deixe-me dizer uma coisa. Ele paga os impostos pela atividade econômica dele, como qualquer um paga.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só que, como ele é da agricultura, paga as atividades subtributadas. O.k., bacana. Aí, quando ele morre, ele deixa um patrimônio, só que, se ele é pequeno, o patrimônio dele é pequeno, se o patrimônio dele é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pequeno, ele já está na primeira faixa. Agora, eu não posso considerar isso para os grandes, eu não posso.

Agora, mantenha o destaque de V. Exa. e, se o Plenário entender que os grandes devam pagar pela primeira faixa, aí não depende de mim.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Eu concordo com V. Exa., não tem problema, eu só tentei antecipar aqui para que não seja necessário levar um destaque.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E outra coisa, só para esclarecer a V. Exa.: como o ITCMD é um imposto estadual, se o estado assim entender, encaminha uma lei para a Assembleia Legislativa e coloca todo o agronegócio do seu estado em questão na faixa um, agora, eu não posso aqui, na lei nacional, colocar para valer para todo mundo, porque vou estar pegando patrimônios bilionários e fixando na faixa um. Se, no Estado de Roraima, o Governador encaminhar para a Assembleia Legislativa...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... ou um Deputado Estadual apresentar um projeto replicando a emenda de V. Exa., isso é autonomia do Estado de Roraima, não há nenhum problema.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O que está no art. 156, no voto de V. Exa., no relatório, no §2º diz: "Para a aplicação das alíquotas, deverá ser considerado o enquadramento do valor da base de cálculo na faixa inicial e, naquilo que a exceder, na faixa subsequente, e assim sucessivamente.". Então, nós não estamos retirando...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Essa é a regra geral, mas, quando V. Exa. fixa: "Aplica-se a alíquota da primeira faixa tributada, relativa à progressividade de que trata o inciso II, às terras e propriedades rurais e aos maquinários e bens agropecuários, aquícolas, pesqueiros, florestais e extrativistas vegetais *in natura*", em geral, V. Exa. não está distinguindo se é pequeno, médio ou grande. Mas, o.k., fazemos o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Se V. Exa. quiser, e pode, se V. Exa. quiser, pode acolher que seja para os pequenos dentro da faixa inicial. Nós acabamos de receber uma emenda verbal...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Isso já está dito.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Já está?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Senador Mecias, isso já está dito...

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Ótimo, ótimo.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... que os pequenos serão na faixa inicial. Isso já está dito na lei.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Então, vamos para o meu segundo pedido.

O meu segundo pedido, Senador, é para que a gente não possa incidir o ITCMD sobre as casas do Minha Casa, Minha Vida. É uma doação, normalmente quem recebe são pessoas sem a menor condição financeira e, se o pai morre, ou o dono da casa, a mãe morre, vão ter que pagar o ITCMD para poder transferir. Então, eu gostaria que V. Exa. pudesse não incidir o ITCMD sobre as casas do Minha Casa, Minha Vida.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eminente Senador, meu amigo Mecias de Jesus, só tem um probleminha: o ITCMD é imposto estadual, a União não pode conceder isenção. Portanto, tem que ser o Estado de Roraima que vai ter que encaminhar à Assembleia Legislativa, por causa da competência federativa, a lei que vai desonerar as casas ou apartamentos do Minha Casa, Minha Vida para o ITCMD – o que eu, inclusive, defendo que seja feito, mas eu sou vedado, eu não posso conceder isenção sobre imposto estadual em lei federal.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O.k., Senador Eduardo Braga, V. Exa., como sempre, brilhante.

Apesar de a gente nunca ficar 100% satisfeito em tudo – é impossível –, eu... (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

... agradeço a V. Exa. pela deferência em acolher as minhas emendas e participar efetivamente.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – No total, foram quantas acolhidas? Quinhentas e...

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Minhas?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quinhentas e dezessete...

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quarenta e poucas... (*Risos.*)

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Quinhentas e onze (*Fora do microfone.*) quinhentas e... Não, desculpem, desculpem, desculpem... (*Pausa.*)

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente...

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Mecias...

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Só um minutinho, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – ... V. Exa. usou um termo bíblico: o homem nunca está satisfeito com tudo. Parabéns!

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sim, nunca!

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É um termo bíblico.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – O total de emendas minhas acolhidas por V. Exa. são 144 emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Cento e quarenta e quatro emendas!

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Sou o Senador, graças a Deus...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É o relatório todo.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... e graças à honra de todos os colegas aqui do Senado...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – V. Exa. foi o Relator.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – ... que mais teve emendas acolhidas na reforma tributária.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Um recorde!

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – É um recorde.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, V. Exa. é o Relator revisor. (*Risos.*)

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – E este debate aqui valeu a pena para fazer o nosso querido Presidente Otto acordar, porque ele chegou num voo tarde da Bahia e ele estava meio...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, não... V. Exa. é o Relator revisor.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Revisor. Eu aceito, eu aceito com honra. Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Pela ordem.) – Eu acho que, daqui a pouco, dependendo da conversa nossa, eu vou dizer que o relatório ficou quase perfeito...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Só um minutinho, Senador Izalci...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – V. Exa. realmente trabalhou muito bem.

Presidente...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Izalci, é só para o Senador Otto... Eu estou inscrito para discutir o destaque? Tem também o destaque da Senadora Mara Gabrilli, que ela vai defender por via remota.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas não está no destaque, ainda, não. Já está discutindo o destaque?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não, não.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, não está ainda.

Presidente, eu quero, primeiro...

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, Presidente Otto...

Izalci, só um segundo aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Presidente Renan tem a primazia, com certeza.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Pela ordem.) – É só um segundinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria cumprimentar V. Exa., cumprimentar o Senador Eduardo Braga, cumprimentar todos os Senadores, especialmente o Mecias de Jesus, pelo debate que faz de interesse da sociedade.

Lamentavelmente, a Câmara dos Deputados, a outra Casa do Congresso Nacional, fez uma opção pelo divórcio litigioso com a sociedade nacional e ontem votou a PEC da blindagem! Sr. Presidente, será essa PEC uma PEC do PCC? Se nós aprovarmos isso aqui no Congresso Nacional, os criminosos do PCC vão disputar mandatos em todo o Brasil para virem buscar a impunidade no Congresso Nacional! Com isso, não se pode concordar!

Eu exerço o meu quarto mandato aqui no Senado Federal – meu quarto mandato –, mas, se for para exercer um quinto mandato dessa forma, eu confesso que vou desistir.

Parabéns a V. Exa.!

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Renan, eu concordo plenamente com V. Exa. Acho que foi uma matéria totalmente inapropriada para esse momento.

Senador Izalci...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Senador, pela ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu o inscrevo aqui.

Senador Izalci.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Pela ordem, Presidente, depois.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Silêncio, só para eu poder...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Eu vou iniciar pela fala do meu querido Efraim, que é especialista nessa área.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. *Fazendo soar a campainha*.) – Vamos ouvir o Senador Izalci Lucas.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Quando o Senador Efraim falou sobre a questão dos acordos coletivos, os exemplos que foram dados foi bolsa, não sei o quê. O que ele está falando é, por exemplo, o vale-transporte. O vale-transporte é uma lei, não tem que estar em acordo coletivo. O vale-alimentação, de acordo com a lei também, a empresa pode dar porque é lei. Agora, os demais eu acho que sim, mas exigir acordo coletivo para vale-transporte é um negócio totalmente fora do contexto.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Acho que foi isso que ele tentou...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Vale-transporte, o.k.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E vale-alimentação, que tem uma lei específica. O resto, de fato, é importante, concordo com V. Exa.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – E, da forma como está no texto, está condicionado, entendeu? Vamos corrigir?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – O.k. Vale-transporte e vale-alimentação não têm problema.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Então, têm que ser retirados do texto. Se V. Exa. puder operar a correção, eu agradeço.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu altero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É aquilo que está em lei.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu queria pela ordem, Senador Otto.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pela ordem, Senador Plínio Valério.

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Senador Izalci.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, eu só queria que o senhor me informasse... Eu preciso me situar, porque tem outras coisas para eu ir e voltar aqui... Até agora, ninguém tratou de destaque, e eu estou com destaque para apresentar. Quando nós vamos começar a falar sobre destaque? Depois que cada um falar?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Depois que encerrar a discussão, votaremos os destaques.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Quantos têm inscritos, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Tem aqui o Senador Paulo Paim, o Senador Rogério Carvalho, o Senador Omar Aziz, o Senador Contarato.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – E a Mara, seis.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu pediria até a compreensão para que, depois do Senador Izalci, pudéssemos ouvir a Senadora Mara Gabrilli, numa deferência a ela, que vai falar pelo sistema remoto.

Não é a palavra que ela quer? Ou destaque?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Ela quer defender o destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, a defesa do destaque é depois do encerramento da discussão.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Passando, então, essa questão do Senador Efraim, eu quero também parabenizar – viu, Relator, Senador Eduardo Braga? – pelo acolhimento das emendas... Quero parabenizar V. Exa. pelo acolhimento das emendas, primeiro, sobre a questão dos PCDs. Então, parabéns a V. Exa. Era uma reivindicação antiga.

A questão também que V. Exa. acatou do Nafta, que é uma questão séria. V. Exa. acompanhou o que aconteceu com o PCC com essas questões de sonegação fiscal. Então, acho que ficou perfeito.

Agora, só tem dois pontos que eu gostaria de pedir a V. Exa., inclusive com apoio aqui. É uma emenda do Portinho, inclusive, e também o Laércio tem.

Juntamente com o Senador Efraim, nós trabalhamos muito com a defesa do consumidor. Foram dez leis que nós apoiamos aqui, sempre partindo do princípio de que o contribuinte é honesto.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O número da emenda.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Emenda 479.

O que diz a Emenda 479? Na prática, com a correção do Código Tributário Nacional com relação à base de cálculo do ITBI... Do jeito que está aí, tem que ser o valor que o Governo define. Ora, se eu vender um imóvel e tiver que vender mais barato, eu vou ter que pagar em cima do que o Governo vai definir? Não tem sentido. Então, eu acho que tem que levar em consideração que o contribuinte é honesto e, se não o for, cabem várias autuações, e tal.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Izalci, V. Exa. compreende e entende bem a matéria.

Eu queria apenas dizer o seguinte: o ITBI está diretamente li vinculado à planta de valores do município. Portanto, o ITBI é cobrado pelo município de acordo com a planta de valores que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gera o IPTU e que gerará o ITBI. Quando você fala aqui que será definido pelo poder público, é a planta de valores que é aprovada pelas câmaras municipais.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E será que o Governo compraria um imóvel por esse preço de todo mundo?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Esse é o problema.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu quero vender minha casa...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Izalci, Izalci...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – ... por um valor abaixo, porque eu tenho que vender. Eu vou pagar o imposto em cima de um valor...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Amigo, amigo, a planta de valores, no Brasil, é um dos metros quadrados mais... Você pega a planta de valores do Distrito Federal e compara com os valores das escrituras. Pega o valor da planta de valores de Manaus e compara com valores das escrituras. É para que você tenha o mínimo, o *minimum minimorum* de limite para o cara declarar, porque, se você não botar uma tabela de referência, o cara passa a escritura por R$1. Aí lascou-se.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, você tem mecanismos de fiscalizar.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Como? Como?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O que não é correto é você cobrar um valor que eu não recebi. Eu vou ter que pagar um imposto de um valor...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A planta de valores... Izalci, eu acatei muitas coisas de autoria de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, isso é do Portinho, não é nem minha, não.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, mas eu só quero dizer a V. Exa. que é impossível não ter para o ITBI um piso. O piso é a planta de valores. Não existe isso.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, existe venda abaixo disso, não tenha dúvida disso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Abaixo de planta de valores?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, existem muitas.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Rapaz, quando você descobrir um imóvel com valor, me informe.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Vou informar V. Exa.

Bem, o outro que eu gostaria de insistir ainda, Presidente, para dar segurança jurídica e evitar ação judicial, é a questão do Prouni de colocar a Emenda 163, que é aquela para deixar claro que é um desconto incondicional, para que não haja alguns municípios... Hoje alguns só entram na Justiça e geram uma insegurança muito grande. Então, é a Emenda 163, daquelas bolsas do Prouni serem tributadas. Tem município que quer tributar uma bolsa do Prouni, o que realmente é complicado. ISS... Tem ações aqui. Tem alguns exemplos de ações de município cobrando.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A lei já não prevê isso? (*Fora do microfone.*) A lei já não prevê isso?

**O SR. BERNARD APPY** – Não, na verdade...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu falo de desconto incondicional. Até a interpretação, seria. Agora, mesmo da forma como está, existem muitas ações judiciais de alguns municípios querendo cobrar isso. Então, é para ficar só claro, para não ter problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 163 só diz: "Aquele concedido a título de bolsas". É só para evitar ações judiciais que têm acontecido muito em alguns municípios.

**O SR. BERNARD APPY** – No âmbito do IBS-CBS, Senador, já é...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu estou falando IBS.

**O SR. BERNARD APPY** – ... e não vai ser tributado. Não, para o IBS não vai ser tributado.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu sei.

**O SR. BERNARD APPY** – Não vai ser tributado.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Eu sei.

**O SR. BERNARD APPY** – Não vai ser tributado, porque é só o valor oneroso.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O CBS está perfeito.

**O SR. BERNARD APPY** – É só o oneroso. Se é bolsa, não é oneroso. É só o valor que é pago. Já é assim.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas aqui nós estamos falando do IBS. Por isso que eu estou... As questões são municipais. As ações judiciais têm acontecido nos municípios.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É que a lei estabelece a não cobrança do imposto federal, não é?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É porque nós da União não podemos invadir a competência municipal e dizer que o município... É a mesma questão que eu falei ainda há pouco eu acho que respondendo...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois é. Mas, hoje, por exemplo, um questionamento que é de 2%, com o IVA, vai para 18%, vai para 8%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não. O que estou tentando dizer é o seguinte: o município, via de regra, estabelece a lei municipal de incentivo às bolsas de ensino, de educação, etc., inclusive até como compensação de pagamento de tributo.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, mas isso aqui é especificamente do Prouni, é federal.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu sei, querido, mas o federal eu posso isentar da CBS. Já está.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A lei já isenta da CBS. É o art. 308 do meu parecer.

Agora, com relação ao IBS, é invasão de competência. Nós não podemos daqui da União zerar o imposto municipal ou estadual. Tem que ter uma lei estadual. Eu não posso, como União, legislar em substituição ao município. Cabe às Assembleias e às Câmaras Municipais.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, isso tem... Isso está feito a toda hora, negócio de distribuição de ICMS.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E a Emenda Constitucional 132, que nós aprovamos, diz que o benefício do Prouni é constitucionalmente da CBS.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Portanto, depende da vontade de cada Prefeito e de cada Governador, em todo o Brasil. Não tem como a gente fazer isso.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É porque não tem sentido realmente, mas tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Soraya saiu por questão de urgência e só me pediu para ver com V. Exa. que tem a Emenda 391, que trata da questão dos... Como é que chama aqui? É com relação aos procuradores.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É a 391?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É a 391, indicação dos representantes das procuradorias, não é?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone.*) – É porque é da Soraya, e ele...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É, é da Soraya. É a Emenda 391. (*Pausa.*)

Porque é o seguinte: no Comitê de Harmonização, eles querem a participação dos procuradores, que hoje não tem.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas, meu amigo, deixe-me lhe dizer aqui uma coisa.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Hã.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ao longo desse período, nós conversamos com os estados, com os municípios, com a União sobre cada um desses temas – cada um desses temas. É claro que os procuradores têm o seu papel, e, inclusive, o Comitê de Harmonização vai ouvir a posição dos procuradores para a decisão das suas normativas. Agora, nós não podemos invadir a competência e colocar instâncias que os estados, os municípios e a própria União não querem colocar. Então, no Comitê de Harmonização, vão ser ouvidos os procuradores. Os procuradores...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas não pode... Aqui a proposta é que eles participem.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E a Procuradoria tem assento no fórum de harmonização, tá? Tem assento no fórum de harmonização.

Portanto, houve um acordo que foi construído a múltiplas mãos, etc. E agora não dá para, no último minuto da prorrogação, a gente desfazer um entendimento que foi construído ao longo de toda essa tramitação.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá. É uma reivindicação do Conab.

Presidente, tem aqui uma emenda...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Agora, no Regimento, ou no regulamento, se alguém quiser lutar por isso no regulamento, isso é uma outra questão.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Entendi.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Para concluir, Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Por último, ainda é em defesa... Porque eu admiro muito o trabalho do Senador Efraim.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu também.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pela competência dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu também admiro muito.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Todos nós!

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – E tem uma emenda que ele não destacou, talvez porque já tinha destacado outras, que é a 465.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Minha cota...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A cota dele já encerrou, Senador.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Porque tem a questão da progressividade em razão da nocividade à saúde humana, o Imposto Seletivo, de ter uma progressividade...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Qual é o número da emenda?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É a 465. É a 465, do Senador Efraim.

Ele cria essa progressividade...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Efraim está com a cota dele satisfeito já.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas é porque ele é um especialista nisso, muito... E eu acho que tem que ter um incentivo mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois é.

O próximo agora é o Senador Paulo Paim, que está ali ansioso para falar.

Espere um minutinho, Senador Paulo Paim, só...

**O SR. EFRAIM FILHO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. *Fora do microfone*.) – Que rima com "Efraim".

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É, com "Efraim". Paulo Paim, Amin e Efraim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente, eu posso falar com o Relator só um minutinho? Trinta segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Deixe-o terminar de ver aqui... É porque o Paulo Paim está inscrito já há algum tempo e está com...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, mas eu estou indo embora e estou querendo liberar um destaque, que até é bom para o Paulo Paim também.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Não, os destaques serão apreciados depois.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Não, mas eu queria liberar o meu. Só quero perguntar dele e abro mão do destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pergunte ao Senador Paulo Paim se ele permite.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Amigo, deixe-me dizer aqui uma coisa...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Trinta segundos.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Essa emenda que trata... Ela diz o seguinte: "Lei ordinária poderá estabelecer alíquotas específicas para os demais produtos fumígenos não referidos no inciso I do § 1º, aplicadas cumulativamente com as alíquotas *ad valorem*, observando-se: I – a diferenciação por categoria de produto; II – a progressividade em razão do grau de nocividade à saúde humana, de modo a assegurar que a tributação seja inferior [...] aos produtos referidos no inciso I [...]", e tal.

Nós vamos reduzir tributo sobre fumígenos?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. *Fora do microfone*.) – ... progressividade, pelo que está na emenda é isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Porque tem produto que faz mais mal do que outros. (*Fora do microfone.*) É prejudicial, muito mais prejudicial. Então, a alíquota seria diferenciada.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É, meu amigo, aí destaca, porque eu mesmo tive câncer de bexiga por causa de fumígenos.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu também não estou...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, destaca...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – É só a questão da progressividade...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Se o Plenário decidir, eu não tenho nada contra. Agora eu, pessoalmente, sou contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – E o Senador Efraim já se diz...

Senador Plínio, porque o Senador Paulo Paim cedeu a palavra. Senador Plínio.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eduardo, a gente conversou há pouco...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Olha, eu vou inclusive retirar meu destaque, em homenagem a V. Exa. realmente, viu?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabéns, parabéns, parabéns!

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O trabalho de V. Exa. foi brilhante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Muito obrigado, muito obrigado.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Para discutir.) – Eduardo, a gente conversou há pouco do destaque que eu vou apresentar, o 360, e você falou que acataria parcialmente. Sobre açucarado e automotivo. Se garantiu parcialmente, eu retiro – eu retiro e me retiro.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Veja, inclusive o Senador Omar...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu tinha apresentado e retirei, aí o PSD pegou. Volta a linha que ele...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, vamos votar o do Omar e está o.k. Eu vou acatar. A parte do concentrado nós vamos acatar.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Acatar. Então o meu era...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Retira. Retira o teu, que aí a gente já resolve.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Açucarado e...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E quero registrar que V. Exa. também apresentou, só que V. Exa. apresentou dois produtos.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Isso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E, em função de não poder substituir, V. Exa. adere ao destaque...

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Que eu havia apresentado e retirei para incluir automotivo, está bom?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – O que importa para nós é o açucarado...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É o açucarado. Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabéns, Senador Plínio Valério.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só uma pergunta: essa do açucarado...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Paulo Paim, por favor.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Só uma pergunta: essa do açucarado...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Paulo Paim, por favor.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – O Omar disse que ia destacar...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É ele. É esse mesmo...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – A minha emenda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Izalci, é o Senador Paulo Paim.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Essa emenda é tua.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Olha, vamos ceder a palavra...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci, por favor, é o Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discutir.) – Presidente Otto Alencar, meu amigo Otto Alencar; meu amigo Relator Eduardo Braga, meu vizinho de porta lá no apartamento funcional do Senado; Secretário Bernard Appy, com quem eu convivi na Câmara ainda há mais de 20 anos e acompanho aqui com muito orgulho o seu trabalho...

Relator Eduardo Braga – Senador Eduardo Braga –, eu não vou fazer nenhum pedido. Eu tive que, hoje pela manhã, dar uma entrevista para a TV Senado, porque eles queriam a entrevista. Era sobre o senhor e sobre uma emenda. Eu dei a entrevista, não sabia ainda se o senhor tinha acatado ou não, mas disse que eu tinha certeza de que o senhor aprovaria, ela seria votada de forma favorável.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – A emenda não é minha, é do Senador Weverton, a Emenda 460, mas eu fui procurado – e eu tenho certeza de que o Líder também foi, o Rogério Carvalho – pelo Ministro Paulo Teixeira.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Eu o avisei...

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Por isso é que eu estou aqui enaltecendo o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Nós estávamos num evento com o Presidente Lula, no movimento dessa semana, com milhares de pessoas lá participando, e ele me levou para o lado e fez toda a defesa. Eu digo: "Eu vou falar com ele, e sei que o Rogério também falaria e deve ter falado. Nós vamos encaminhar", e, felizmente, da informação que eu recebi, é a emenda que garante um tratamento diferenciado, mas dentro daquilo que o passado já mostrou sobre a agricultura familiar. Ele disse que, com essa emenda, nós vamos melhorar a vida de milhares e milhares de trabalhadores da agricultura familiar.

Então, eu faço neste momento esta fala de agradecimento.

E, ao mesmo tempo, todo o período que eu estou aqui no Congresso vai para 40 anos... Que todos aqui me entendam: o seu trabalho em matéria da reforma tributária, e em outras áreas também, é um trabalho magnífico! Eu tenho certeza de que V. Exa. será aplaudido por essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

verdadeira revolução nesse campo, para que os mais pobres, os mais vulneráveis estejam assistidos.

Cumprimento também o Governo atualmente pela iniciativa, mas aqui é cumprimentar V. Exa. e agradecer porque essa emenda – repito, é do Senador Weverton, não é minha – atende um grande grito dos trabalhadores da agricultura familiar.

Muito obrigado. É muito bom estar aqui neste momento.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu quero dizer que conversei com o Ministro Paulo Teixeira e disse a ele que ficasse tranquilo, que nós iríamos acatar essa emenda que cria benefícios para a agricultura familiar através do programa PAA e através do programa de financiamento do Pronaf.

Portanto, foi acatada na íntegra e acho que nós demos um passo a mais para fortalecer a agricultura familiar, a qual eu defendo integralmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Parabéns ao Senador Paulo Paim!

Senador Rogério Carvalho com a palavra.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Sr. Presidente e Sr. Relator, em primeiro lugar eu queria fazer um comentário mais genérico.

Hoje de manhã, eu estava com a equipe da Liderança do Governo aqui no Senado e falava sobre o impacto desta reforma tributária na vida dos brasileiros e na remodelação da estrutura social do Brasil. As pessoas ainda não têm a noção do impacto que isso vai ter na estrutura da sociedade brasileira. Nós estamos fazendo...

E aqui tem um debate. O Efraim trouxe alguns temas que V. Exa. colocou claramente, estão na essência da reforma, como o pagamento no destino, a transparência que vai ser dada a que tributo cada cidadão está pagando ao consumir. Aqui tem uma inovação extraordinária que é devolver, através do *cashback*, para aqueles que estão em programas sociais, que ganham menos e que pagam algum tributo que está além do que deveriam pagar, fazendo justiça tributária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu imagino e fico vendo em perspectiva como o Brasil será depois desta reforma tributária. Temos informações de que o setor produtivo já conta, na definição de investimentos futuros, com o impacto do que vai vir a ser a reforma tributária do ponto de vista da clareza. Ou seja, no Brasil, que é muito difícil de ser compreendido do ponto de vista tributário por quem vem investir aqui... Passam a investir num país com clareza das regras, do funcionamento, dos litígios, de como serão resolvidos, o que em parte está sendo discutido e aprovado nesta lei, das multas, ou seja, tudo vai ser muito mais transparente, muito mais fácil de gerir, além também de terem informações sobre o que se produz de infraestrutura tecnológica para operar esse sistema com muita precisão e com muita qualidade.

Então, eu queria, Sr. Relator, Senador Eduardo Braga, mais uma vez parabenizá-lo e parabenizar todas as equipes, tanto do Governo quanto aqui do Senado, a Consultoria, todos os assessores, por esse trabalho de fôlego, e todos aqueles que pensaram numa reforma como esta ao longo dos anos e que insistiram... O Bernard Appy, que está aqui, e todos que foram capazes de pautar e de fazer essa discussão chegar a este momento, com a aprovação desse projeto de lei agora, lei complementar, que finaliza este processo longo de reforma tributária.

No mais, Sr. Relator, tem uma emenda que V. Exa. acatou, que é a 417, praticamente na integralidade, que é só uma questão de tornar mais claro o que é consumo, o que é importação, exportação...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – ... é só um ajuste para tornar mais claro e não gerar confusões e dificuldades, no futuro, na cobrança do imposto. Então, queria ver se V. Exa. poderia resolver essa questão de entendimento, mas é uma coisa simples.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Na realidade, Senador Rogério, a grande dificuldade para a gente acatar essa parte da emenda é a redação como ela está.

O que a gente pode fazer – o nosso Consultor Marco está aqui – é sentar com V. Exa. para a gente aprimorar a redação, porque, do jeito que está aqui:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] Considera-se consumo de bens imateriais, inclusive direitos, e serviços no País o fornecimento realizado por residente ou domiciliado no exterior:
> [...] cujo local da operação seja no País, nos termos dos incisos II a IX do *caput* do art. 11 desta Lei Complementar; ou
> [...] em que o adquirente ou o destinatário tenham residência ou domicílio no País, nos demais casos.
> [E aí coloca que] [...] para fins da determinação do local e das alíquotas estadual, distrital e municipal [...], o local da importação [...].

Como está redigido, não é possível acatar. O que talvez a gente possa é ainda fazer um esforço no sentido de tentar encontrar uma redação que seja, vamos dizer assim, viável do ponto de vista legal e que, obviamente, a Sert e a Receita Federal entendam como legal.

Eu compreendi o espírito da emenda. Quero dizer que até, em relação ao espírito que V. Exa. buscou aqui apresentar, eu sou favorável. O que, sinceramente, eu não consegui foi encontrar...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Entender no texto o que...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Colocar um texto que seja...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... vamos dizer legal e compatível. Entendeu?

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu vou apresentar a proposta a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Rogério Carvalho, satisfeito?

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Satisfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ó, eu tenho um problema aqui de ordem técnico-legislativa. Até o encerramento dos destaques, nós temos que ter o texto para poder deliberar.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Perfeito. O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu agradeço ao Senador Rogério Carvalho.

Passo a palavra ao Senador Omar Aziz, que, como Líder do PSD, encaminha duas emendas, 22 e 368.

V. Exa. tem a palavra, Senador Omar.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – E tem um destaque da...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – É destaque ou é emenda?

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não, não... Essa aqui está sendo destacada. Há uma emenda do Senador Izalci para que eu estou pedindo destaque que é 222. E tem um destaque também da Senadora Mara Gabrilli que ela irá defender por via remota. E tem um destaque do... É o art. 416?

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – O 417, que é do Senador Petecão, que está sendo feito ainda.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Ainda não foi feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – A 368, a Senadora Mara pode, pelo sistema remoto, entrar para defender a emenda? Eu consulto a mesa e consulte-se a Senadora Mara Gabrilli, por favor. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Senadora Mara Gabrilli pode ter a palavra, pelo sistema remoto. Vamos ouvir as razões da Senadora Mara Gabrilli na defesa da sua emenda.

A Senadora Mara Gabrilli tem a palavra.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Presidente.

Eu queria primeiramente parabenizar...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pode falar, Mara. Estamos ouvindo.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Estamos ouvindo.

**A SRA. MARA GABRILLI** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada, Presidente. É uma honra voltar aqui para a CCJ sob sua Presidência.

Eu queria parabenizar nosso Relator, o Senador Eduardo Braga, pelo brilhante trabalho que tem realizado desde o início da reforma tributária, especialmente com a conquista da Emenda Constitucional 132, que aprovamos em 2023. E já nessa ocasião, o Senador Eduardo Braga teve a sensibilidade de acolher a emenda de minha autoria para não deixar morrer o direito à isenção de tributos para taxistas e pessoas com deficiência na compra de veículos. Um direito previsto desde 1995, de que a gente não podia admitir retrocesso, prejudicando milhares de brasileiros.

Conseguimos manter o direito dos motoristas profissionais na Lei Complementar 142, mas as pessoas com deficiência e suas famílias foram prejudicadas; tiveram seus direitos reduzidos. E nós, Senadores, trabalhamos duro. E o Senador Eduardo Braga, sempre coerente, corrigiu o texto aprovado pelos Deputados. No entanto, no retorno do texto à Câmara, os retrocessos foram mantidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, todos nós sabemos que o nosso sistema de transporte público ainda não é acessível. Esse é o maior problema que a gente enfrenta. Os veículos, sejam ônibus, trens, barcos; portos; paradas; pontos; transportes sobre trilhos, sobre pneus, não importa, já deveriam estar 100% acessíveis, pela nossa legislação, desde 2014, e não estão. Pensem em seus estados: nem mesmo nas capitais há 100% de acessibilidade no transporte. E quem mais sofre com essa dificuldade imensa é aquela mãe que tem um filho na cadeira de rodas, com 13, 14 anos, que ela não consegue mais carregar no colo; aquela que fica horas a fio esperando o ônibus chegar no ponto, um ônibus adaptado – muitas vezes mandam pegar o próximo, porque o ônibus não chega –; ou ainda aquela mãe de uma criança com autismo com um grau severo que entra em um ônibus e tem uma crise profunda dentro dele; a pessoa cega, por exemplo, que depende de um auxílio de terceiros. E já houve caso trágico de cidadã, inclusive uma própria assessora minha, cega, que caiu no trilho do trem do metrô aqui em São Paulo. E depois de ela ter caído, o trem passou em cima dela. E por um milagre, ela sobreviveu.

A falta de acessibilidade é uma forma de discriminação silenciosa, mas extremamente limitante, que impede uma pessoa com deficiência de exercer cidadania. É uma dívida histórica que o nosso país tem com esses brasileiros. Ter acesso facilitado a um automóvel ameniza todas essas dificuldades das famílias, que já têm um custo de vida muito alto.

Olhem só para um estudo da Fipe, a Fundação do Instituto de Pesquisas Econômicas: os custos adicionais da deficiência pesam muito no rendimento das famílias, chegam a ser de 2 a 14 vezes o salário mínimo, apenas de custos extras, a depender da gravidade da deficiência. Então, essas pessoas e suas famílias têm que pagar caro por uma sonda, por uma fralda – para fazer as necessidades fisiológicas básicas elas pagam –, por uma órtese, por uma prótese, por um cuidador, para terem o mínimo de qualidade de vida. E agora é mais uma oportunidade que nós temos no Senado de sermos novamente coerentes e defendermos os direitos dessas pessoas. O Governo luta para que o direito à isenção seja da adaptação veicular, e não da própria pessoa com deficiência. Não é a indústria de adaptação que precisa de estímulo, são os cidadãos que clamam por algum apoio para que não sejam deixados presos em casa.

E o nosso primeiro grande problema é este, Senador Eduardo Braga: a Lei Complementar 142 limitou o desconto apenas para veículos adaptados. Isso significa que pessoas com deficiência

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

auditiva são pessoas que perderam o direito ao benefício; ou ainda uma pessoa amputada de uma perna que pode dirigir um carro automático sem adaptação também perdeu seu direito.

Apenas para a gente ter a dimensão do problema, segundo outros estudos da Associação Nacional de Apoio às Pessoas com Deficiência, com essa injusta mudança, 90% das pessoas com deficiências vão perder o direito à isenção. Até por isso, muitas dessas pessoas entraram com ações na Justiça. Em maio, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) decidiu a favor dos cidadãos com deficiência, definindo que a isenção para pessoa com deficiência não depende de restrição na CNH ou de adaptação no veículo, e já temos jurisprudência clara a respeito. O direito está na Emenda Constitucional 132: a garantia da isenção na compra de veículos por brasileiros com deficiência física, visual, auditiva, intelectual ou com autismo. E colocar a exigência de que o veículo seja adaptado é discriminar e dificultar o acesso a quem mais precisa. É um retrocesso, sim, que o Parlamento não pode permitir.

E, por fim, peço o apoio dos Senadores para que a gente consiga avançar também quanto à restrição do teto limite de 70 mil para o benefício. Trata-se de um valor que foi imposto pelo Confaz em 2009 apenas para a isenção de ICMS. E todo o segmento vem lutando para atualizar esse valor há mais de 15 anos, porque o IPI nunca teve essa restrição. E é muito justo que esse valor seja atualizado de acordo com a inflação do período, que dá 130%. Isso mesmo, essa é a correção monetária pela inflação apurada pelo IPCA do IBGE. E isso resultaria em um limite corrigido para 160 mil. E a gente mantém o limite do valor do veículo em R$200 mil, como já consta na lei, como deseja o Governo. E tal limite já impede que sejam comprados carros de luxo. Basta abrir o jornal para a gente ver que uma SUV de qualquer marca, por exemplo – são carros hoje bastante populares nas ruas –, já ultrapassa os R$200 mil. Carros de luxo nacionais custam mais de R$300 mil, R$500 mil. Não é disso que a gente está falando. Esses carros que são utilitários, que o Senado disponibiliza, por exemplo, para Senadores, que são carros automáticos, têm como média de custo, de preço R$279 mil no mercado.

E a gente não pode usar de argumentos capacitistas dizendo que estamos dando privilégio para pessoa com deficiência rica. Isso é muito feio. E não se combate fraude tirando direitos. A gente está mesmo preocupado com as fraudes, eu me preocupo muito com elas, mas não é limitando o acesso, excluindo pessoas, que a gente vai conseguir combater fraude. Sabe o que a gente precisa fazer? A gente tem que fiscalizar os médicos que dão laudos falsos para uma pessoa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que opera o joelho, por exemplo, e ela passa a ser considerada uma pessoa com deficiência. Isso, sim, que a gente tem que fiscalizar.

O Governo deveria fazer sua parte e regulamentar a avaliação biopsicossocial, que a gente está aguardando há dez anos. E sabe o que essa avaliação faria? Essa avaliação dificilmente deixaria que uma pessoa com artrose de joelho fosse considerada uma pessoa com deficiência. Isso mudaria totalmente a realidade da isenção dos automóveis e das fraudes. Essa é uma avaliação justa, porque, além do impedimento da pessoa, avalia a restrição, a participação e a condição social desse cidadão. Por isso que não é isentar carro para pessoa rica com deficiência.

Por fim, para concluir, Sr. Presidente, Senador Eduardo Braga e caros colegas Senadores, eu faço esse apelo para que a gente corrija esse retrocesso que prejudica o direito de ir e vir dos brasileiros com deficiência, que precisam do nosso olhar, do nosso reconhecimento e de justiça diante da falta de acessibilidade no país. Essa empatia é fundamental para que a gente pense que são pessoas que precisam realizar tratamento, precisam ir para escola e trabalhar para virar contribuintes, entendeu? E exercer cidadania neste país; e que tenham um pouco mais de qualidade de vida e dignidade.

Muito obrigada, Sr. Presidente, por essa oportunidade, que é muito, muito, muito importante ser esclarecida.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, minha querida Senadora Mara Gabrilli, você sabe o quanto eu tenho admiração, respeito e carinho pelo trabalho e pela pessoa de V. Exa. E a causa que V. Exa. defende é uma causa que sensibiliza todos nós. Sem dúvida nenhuma, sensibiliza todos nós.

A proposta que eu gostaria de fazer é que, diante da situação de ausência da Senadora Mara Gabrilli, nós possamos, daqui a pouco, suspender a sessão por cinco ou dez minutos, para que nós possamos nos sentar com o Senador Omar Aziz, Líder do PSD, e com o Bernard Appy, para gente tentar encontrar uma alternativa que seja viável para que nós possamos conceder benefícios adicionais.

É claro que, pelo nosso lado humanitário, nós queremos acatar 100% da emenda da Senadora Mara Gabrilli. Por outro lado, todos nós Senadores sabemos da responsabilidade que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temos com relação ao impacto na alíquota final. Nós temos que conceder benefícios na razão direta da proporcionalidade da deficiência. Ou seja, se uma pessoa tem uma deficiência a ponto de necessitar de um carro adaptado, é claro que essa pessoa tem que ter direito a ter um carro adaptado e com benefício fiscal. E é claro que um valor que está congelado há tantos anos deve ser corrigido, para que não fique desproporcional; só que nós não podemos corrigir acima do razoável, porque, se nós fizermos a correção como proposta, nós estaremos dando mais de 100% de correção. Nós estaremos dando... Hoje é de R$70 mil o benefício, de até R$70 mil, e, passando para R$160, nós estaremos dando um reajuste de mais de 100%. Talvez se nós ficássemos num valor intermediário, que a gente poderia conversar...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Senador Eduardo, conversei... Desculpe interrompê-lo.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Pois não.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Primeiro, eu não tive oportunidade... Parabéns aí porque você tem mil e poucas emendas de destaque, uma série de coisas, e nós estamos discutindo aqui desde dez horas da manhã, ponto a ponto aqui levantado. Eu conversei ao telefone com a Senadora Mara Gabrilli, juntamente com a equipe dela e também do Senador...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Flávio Arns.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... Flávio Arns.

A questão do valor ficaria em R$100 mil, foi o que nós acordamos, não é? A questão... outras, eu acho que nós temos que discutir, eu pedi para a assessoria conversar, mas tem que conversar com a Senadora Mara. Nós temos que colocar...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E acho até, Senador Omar, que esse prazo que nós colocamos, que é da lei, na realidade, da lei que não é nem da reforma, que é de quatro anos, nós poderíamos baixar para três anos; ou seja, a cada três anos haver a renovação do carro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É porque a Senadora... Eu concordo. O que as pessoas às vezes estão dizendo é: "Mas por que vocês estão discutindo isso?". Nós estamos discutindo isso porque a experiência com o BPC tem sido... Hoje você tem 15 mil a 20 mil decisões judiciais de juízes que não entendem absolutamente nada, se a pessoa tem ou não a deficiência, e isso está prejudicando quem tem a deficiência. A clareza é muito grande.

É verdade que você pega uma pessoa que é surda e muda, ela não tem condições de dirigir, ela não pode dirigir. Se é surda e muda, não pode, alguém tem que dirigir por ela, e ela não precisa de um carro adaptado, correto? Uma pessoa que é cega não consegue dirigir, mas também não precisa que o carro seja adaptado, vai ter que ter um motorista para dirigir. O valor que nós estamos estipulando é porque tem pessoas que necessitam desse benefício, mas tem pessoas que, infelizmente também, são deficientes, mas que são bilionárias e não precisam de benefício nenhum, e nem vão comprar um carro de R$100 mil. Vão comprar um carro muito mais caro, correto? Então, nós estamos querendo aqui beneficiar quem realmente precisa.

Então, esse pedido de intervalo de cinco a dez minutos para a gente conversar com a Senadora Mara, e ela tem esse entendimento também, ela é muito... E tanto eu quanto você, Senador Eduardo, eu tive uma filha deficiente, você sabe os programas que eu criei como Governador, posso falar isso, abertamente, sobre o que é ter uma pessoa deficiente dentro da família. E eu tinha condições de dar uma qualidade de vida boa para minha filha, mas eu tenho que pensar naquelas pessoas que não têm as condições que eu tinha, condições de dar para sua filha, para o seu filho, um seu parente seu. Então, é pensando nessas pessoas...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Claro.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... que nós temos que fazer a adequação. Você também não é diferente...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu tenho na minha família, enfim...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sim, não é diferente. Quase todos hoje temos... Se tirar diabéticos, nós temos em torno de 15% de pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deficientes no Brasil, sem estar em guerra. Se o Brasil entrasse em guerra, nós teríamos uma quantidade muito maior. E aumenta para vinte e poucos por cento incluindo pessoas diabéticas.

Então, é uma causa nobre da Senadora Mara, é uma causa que nós defendemos.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sim.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Não defendemos isso por politicagem. Não é para fazer média, é por ter conhecimento próprio. Então, eu fico muito feliz que V. Exa. suspenda para a gente discutir essa questão e a gente possa ver isso num denominador comum, os valores e realmente o que a gente pode adaptar aí.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Claro.

Com relação ao outro item, que é o Destaque 222, eu já acatei. Portanto, o destaque está acatado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, pronto. Acatado o destaque... É da Senadora Mara, né?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, esse 222 é do...

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – É um destaque do Senador Izalci, de que eu pedi o destaque.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É uma emenda do Senador Izalci....

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – ... de que eu pedi o destaque.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A emenda é 222 e houve o destaque.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bom.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Presidente, art. 14...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador... Senador...

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador, só uma questão de ordem rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Um instante. Senador Izalci.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discutir.) – Eu tive... Eu quero agradecer mais uma vez, o Senador Eduardo Braga acatou a Emenda 370 e depois eu conversei com os secretários ali dos outros estados e também com a Appy. De fato, se a gente não corrigir essa redação aqui, daqui até 2033 continuará havendo a sonegação de bilhões e bilhões. Então, é só uma questão de ajuste no texto. Como já foi acatado, em vez de acatar parcialmente, acataria a emenda, com a correção que o Appy sugeriu aí.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Sobre... É o 222?

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Negócio da nafta. Não, a 370.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Deixe-me dizer uma coisa, quanto à questão da monofasia, nós tentamos, só que nós tivemos problemas com o setor. Veja, a gente não pode olhar apenas para a questão do Fisco aqui, porque senão nós vamos fazer uma reforma em benefício do aumento da arrecadação e não é isso que nós estamos fazendo. Nós estamos fazendo uma reforma para o benefício da economia brasileira, na competitividade, na segurança jurídica, na transparência, em uma série de questões. A questão da monofasia no setor não deu acordo quando da discussão do PLP 68, na Lei Complementar 214.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu, durante todo esse período, tenho tido muita, mas muita cautela em abrir a 214 e mexer nela, porque na 214 nós tivemos uma discussão muito ampla com o setor produtivo. No PLP 108, a discussão não foi com o setor produtivo, foi com o Fisco municipal, estadual e federal. Nós não tratamos com o segmento, não tratamos com os produtores. E a questão da monofasia deu problema com os produtores.

Então, se V. Exas. quiserem destacar a monofasia, destaquem e eu me submeto a voto no Plenário. Agora, eu endossar aqui, não vou fazer porque eu vou quebrar o pacto que nós fizemos quando da votação do PLP 68.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Tá, mas deixa... Só para concluir então, Presidente.

Nós estamos falando aqui do que aconteceu naquela operação do PCC. Estou dizendo isso...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só espero que o senhor não misture alhos com bugalhos.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, eu estou dizendo assim...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Porque tudo agora é PCC.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Não, a operação que teve em São Paulo... E eu venho denunciando quando foi do Perse, que tinha mais de 25 bilhões de sonegação no Rio e em São Paulo, que eles usavam nafta. Se não corrigir isso aqui, até 2033 vai continuar acontecendo.

O que eu pediria a V. Exa. é o seguinte... O Fisco concorda, todo mundo concorda. O segmento, pelo que eu tenho informação, concorda, tanto é que eu fiz a emenda pelo segmento, não fiz pelo Fisco. O segmento é que concorda com isso. Então, vamos ver qual é o segmento que discorda para gente conversar, porque...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, então, vamos lá. O setor petroquímico, que depende da nafta...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Sim, isso está o.k.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... ele é contra a monofasia – ele é contra a monofasia.

**O SR. IZALCI LUCAS** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Mas aqui está excluindo, a petroquímica já está excluída no texto aqui da emenda. Quando é direto para petroquímica não tem, já está o.k., já está excluída no texto, a Emenda 370 trata disso. Eu só estou alertando, Senador Eduardo, porque a questão...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sinceramente, eu detesto fazer as coisas que não são combinadas e que não são às claras debatidas. Eu não conversei com o setor sobre monofasia no setor, porque, no PLP 68, não deu entendimento na monofasia, do ICMS, está certo? Não deu. Inclusive, para você ter uma ideia, os Governadores queriam substituição tributária e o Governo Federal não aceitou a substituição tributária, que eu achava que era mais efetivo para combater a sonegação, criar a figura da substituição tributária para o combustível. Não só para combustível, seriam três produtos que eu defenderia, que eu defendia, mas a Fazenda, o Ministério da Fazenda, a Sert não foi favorável, e eles foram vitoriosos.

Então, eu digo a V. Exa., se V. Exa. quiser destacar a monofasia e nós levarmos a voto, não tenho nenhum problema quanto a isso; agora, não sei o que o setor pensa. Se o setor estiver de acordo, o.k., mas eu não sei. Eu não fui, ninguém me procurou para conversar. O Fisco estadual sentou comigo um milhão de vezes, ninguém falou sobre isso comigo, ninguém falou. Então, se tem agora, na última hora, alguma pretensão, que os Senadores decidam e eu acolherei. O relatório não é da minha autoria, o relatório é do conjunto dos Senadores. Se os Senadores estiverem de acordo, o.k., eu não obsto, agora, eu não vou é acatar sem que os Senadores se manifestem.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – O Senador Izalci já teve oportunidade três vezes.

Senador Petecão com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para discutir.) – Senador Eduardo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Omar, esse teto de 2% aqui é para incluir o concentrado, "a alíquota do Imposto Seletivo estabelecida nas operações com bebidas açucaradas respeitará o percentual máximo de 2%". Esse é o destaque, está certo e estou acatando.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Eduardo, aqui, Petecão.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Desculpa, Petecão, é que...

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É porque eu sou pequeno demais.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, não é isso não, é que eu já estou é tonto.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Calma, respira, respira.

Senador Eduardo, o nosso Líder, Senador Omar Aziz, o Regimento permite que ele faça dois destaques, e eu tenho um terceiro destaque – é isso, não é, assessoria? – que trata a respeito dos servidores da Receita, que são os analistas tributários.

V. Exa. incluiu aqui, porque a Receita é composta de tributação, arrecadação, que é mais importante, lógico, tão importante quanto os outros, e a fiscalização. E aqui, o que é que eles pedem? Entre outras justificativas que eles me mandaram aqui, eles pedem que a arrecadação tenha o controle e o acompanhamento dos servidores de carreira da Receita. Só isso. É porque isso ajuda na arrecadação.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Não, isso é considerar como autoridade fiscal... Isso é muito mais amplo, meu amigo Petecão. O que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

analista fiscal está querendo é que a gente o considere uma autoridade fiscal, e, como autoridade fiscal, ele terá uma série de prerrogativas que não são inerentes à condição de analista fiscal...

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Entre elas, a arrecadação!

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, querido! Aqui nós estamos falando da competência para lançamento de fiscalização, autuação, etc. O analista fiscal não tem essa competência. Eu estaria dando ao analista fiscal uma competência que não é dele; ele não tem isso na competência da carreira dele. Ele não passou no concurso para fazer esse tipo de coisa, e eu não posso agora, passado o concurso, passada a implantação da carreira do analista fiscal, transformá-lo num auditor fiscal.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Analista tributário.

Não, mas aí o senhor está falando de outra coisa.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E... e...

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A função do auditor é uma, mas nós estamos falando...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, é, mas essa... Está aqui, eu estou com a emenda na mão.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É, eu estou com ela na mão...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A emenda diz o seguinte: "Considera-se autoridade fiscal o servidor efetivo [...] [de carreira] tributária com competência para fiscalização, lançamento ou arrecadação".

Então, você está querendo colocar o analista como um cara que vai fazer fiscalização e lançamento ou arrecadação! Ele não pode fiscalizar; ele não tem essa competência. Ele deveria ter feito o concurso para auditor fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, mas as prerrogativas... O senhor tem razão, mas o que o analista está questionando aqui é que a arrecadação tenha controle e acompanhamento. Ele especifica: "arrecadação". Ele não está falando...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, amigo; então nós estamos com emendas diferentes na mão.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu estou falando...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Se eu estou... Se é a Emenda 416...

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – É a 416; a 416.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, você está lendo a justificativa e eu estou lendo o conteúdo e o mérito, porque na justificativa a gente escreve o que quer, né? Agora, o que a gente diz no artigo é o seguinte: "Considera-se autoridade fiscal o servidor efetivo das carreiras da administração tributária com competência para fiscalização, lançamento ou arrecadação".

Petecão, além de eu estar...

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – "[...] autoridade fiscal o servidor efetivo [...]".

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, além de eu estar invadindo a carreira, eu estou invadindo a competência federativa. Eu não posso fazer isso; eu não posso! Eu não tenho como fazer isso. Se eu fizer isso, eu estarei incorrendo em abuso de competência!

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, o problema, Senador Eduardo... Eu acompanho essa disputa dentro da Receita há muitos anos. Os auditores e...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas aqui você não está falando só de Receita Federal, não; você está falando da receita estadual, você está falando da receita municipal... Você não está falando só da Receita Federal, não.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu estou falando...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu fui Governador do Amazonas oito anos. Eu sei exatamente o que eu estou falando!

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu estou falando...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu fui Prefeito de Manaus quatro anos. Eu sei exatamente o que eu estou falando!

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu estou falando dos analistas tributários.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, os analistas tributários não existem só na Receita Federal. Eles existem nas fazendas estaduais e nas fazendas municipais.

Eu não posso dar... Eu não posso, primeiro, invadir a competência dos estados e dos municípios; segundo, eu estaria, num PLP que trata da reforma tributária, mudando a competência da carreira de analista e transformando o analista em fiscalizador e lançamento de arrecadação, em auditor.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, eu respeito a sua opinião, até porque o Relator é V. Exa., mas o que está sendo questionado, isso foi feito em várias reuniões, é que a arrecadação, que, no meu entendimento... Porque aqui, o senhor trata só da tributação e da fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Mas eles estão querendo é exatamente essa competência, homem. O que eles querem é ter essa competência. O que está escrito na justificativa é uma coisa. O que está dito na emenda...

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não, o senhor está falando de fiscal municipal, o senhor está falando de fiscal estadual. Não tem como.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não, claro que tem, porque o IBS é estadual e municipal. A definição de carreira da administração tributária vale para a União, estados e municípios. Eu estaria invadindo a competência de estados e municípios, além de eu estar deturpando a carreira federal.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A minha preocupação é que, quando você se refere aqui, você usou só o TF. Eu estou falando da arrecadação, porque, sem arrecadação, eu quero saber como é que este país...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Amigo, isso é Código Tributário Nacional. Nós não vamos ter entendimento sobre o tema. Se V. Exa. destacar, a gente leva a matéria a voto.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na minha humilde opinião, não sou um especialista, mas eu gostaria que V. Exa. analisasse com bastante... Na verdade, a reivindicação aqui...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Petecão, você sabe quantas horas eu me dediquei a isso? Mais de 400 horas, nos últimos três anos.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu não sou um especialista.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, eu estou dizendo ao amigo e ao colega Senador que, nos últimos três anos, pelo fato de eu ter sido o Relator da emenda constitucional, o Relator do PLP 68 e, agora, do 108, eu dediquei três anos da minha vida e 400 horas. E o que eu estou dizendo a V. Exa., com absoluta sinceridade, é que eu não tenho como transformar o analista tributário em auditor fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Mas eu não estou pedindo isso, pelo amor de Deus.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu não posso, eu não posso, mas eu não vou convencer V. Exa.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – O.k. Eu fiz aqui o registro. Se V. Exa. puder analisar com bastante carinho, eu ficarei muito grato.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Carinho por V. Exa., eu tenho há pelo menos 30 anos de amizade que nós temos. Eu o conheço há mais de 30 anos. Portanto, eu tenho um carinho especial por V. Exa. e, principalmente, sendo V. Exa. do Acre, vizinho do Estado do Amazonas, nós somos irmãos.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Pois é.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – A nossa polícia militar foi lá.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E somos nós quem cuidamos dos municípios ali vizinhos de vocês, Boca do Acre, Guajará... (*Risos.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Aliás, eu peço até o apoio de V. Exa. lá nesses municípios.

**O SR. SÉRGIO PETECÃO** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Petecão, obrigado.

Senador Fernando Farias, para encerrar a discussão.

Vamos votar o texto. Não ficou nenhum destaque, não?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só tem o da Mara Gabrilli pendente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Só tem o da Senadora Mara Gabrilli.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Só o da Mara Gabrilli pendente.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fernando Farias.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL. Para discutir.) – Líder Braga, é a Emenda 394, que dá tratamento à alocação de bens móveis.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – É emenda três...

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Emenda 394, é referente a aquisições centralizadas, certo?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sim.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Então, para simplificar o processo de compra de empresas com abrangência nacional. Vamos dizer assim, você tem uma empresa grande que faz uma grande...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Por favor, eu peço ao pessoal aí da geral, que está na geral, para fazer silêncio para ouvir o Senador. É só o pessoal da geral, o pessoal que está lá atrás.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – É só desburocratização, não tem impacto nenhum em imposto, nada disso.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Desculpa, eu fiquei aqui... Você pode repetir, Fernando, por favor?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Posso, sim. É a Emenda 394, que dá tratamento à alocação de bens móveis de aquisições centralizadas, para simplificar o processo de compra com empresas de abrangência nacional. Em resumo, você tem uma empresa grande, Braga, então você faz compras centralizadas, então é para facilitar isso. Ela é que manda para filial tal, filial qual. Então, você não precisa na hora da grande aquisição dizer: esse carro vai para ali, ou esse computador vai para ali, essa coisa... Então, você compra e depois você distribui, descentraliza.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Meu amigo Fernando, quando nós analisamos a emenda de V. Exa., o que V. Exa. está pretendendo para o bem móvel material é exatamente o que está definido no texto para serviços e bens imateriais. Aí, quando V. Exa. coloca o bem móvel material, nós ficamos diante de uma situação que é parecida com a que eu falei para o Senador Efraim, no caso das plataformas. Porque agora a competência do imposto é do destino. Se a matriz compra um bem móvel, mas vai destinar para... Vamos dizer, a minha matriz está em Manaus, e eu vou destinar o bem móvel para Itacoatiara, o imposto pertence a Itacoatiara, e não a Manaus. Se eu concentrar as operações numa só, eu vou distorcer o que dá o comando da Emenda Constitucional 132, de que a competência do imposto é do município onde o bem móvel vai prestar serviço.

Então, o serviço a gente permitiu que fosse concentrado, porque era muito complicado e quase impossível fazer a segregação. Mas, no caso do bem móvel material, é possível que a filial compre e arrecade, porque senão, se o município tal questionar isso, ele vai ter direito a ficar com o imposto. Então, nós vamos criar uma insegurança jurídica sobre o tema, é essa a argumentação, inclusive para fins de fiscalização. Se eu acatar a sua emenda, eu vou ter que acatar a da Netflix, e eu não vou poder fazer. É esse o problema.

Dizer "não" a V. Exa. é muito difícil, em função da minha amizade, do meu carinho e, inclusive da nossa relação partidária, mas eu fico aqui diante de uma situação em que eu tenho que manter a minha coerência. Eu não permiti concentrar as notas fiscais da Netflix e não posso permitir concentrar as notas fiscais dos bens móveis porque eles não serão usados naquele município. Eles serão desagregados para os municípios onde eles vão ter a finalidade, e o direito do IBS é desse município, e não daquele outro. Eu não tenho como segregar com nota fiscal de transferência, eu não posso tributar com nota fiscal de transferência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Hum-hum.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Esse é o grande problema fiscal que nós temos na questão.

Vou ficar devendo essa a V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Fernando, V. Exa. deseja falar?

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Não, não. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Então, agradeço a V. Exa.

Está encerrada...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu queria apenas... Nós chegamos a um acordo com relação ao texto proposto pelo Senador Rogério Carvalho. E aí nós vamos resolver a questão da Mara.

Agora eu vou ler.

A Emenda 417 passou a ter a seguinte redação:

> § 1º Considera-se consumo no País de serviço ou de bem imaterial, inclusive direitos, o fornecimento realizado por residente ou domiciliado no exterior:
> I – cujo local da operação seja no País, nos termos dos incisos II a IX do *caput* do art. 11 desta Lei Complementar; ou
> II – em que o adquirente ou o destinatário tenham residência ou domicílio no País, nos demais casos.
> .....
> § 5º .....
> .....
> IV – para fins da determinação das alíquotas estadual, distrital e municipal do IBS, considera-se ocorrida a importação no local:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a) da operação definido nos termos dos incisos II a IX do *caput* do art. 11 desta Lei Complementar; ou

b) do domicílio principal do adquirente ou do destinatário, nos demais casos.

....." (NR)

"Art. 80. .....

§ 1º .....

.....

II – o fornecimento dos seguintes bens e serviços, desde que vinculados direta e exclusivamente à exportação de bens materiais ou associados à entrega no exterior de bens materiais:

.....

§ 1º-A. Considera-se consumo no exterior de serviço ou de bem imaterial, inclusive direitos, o fornecimento:

I – cujo local da operação não seja no País, nos termos dos incisos II a IX do *caput* do art. 11 desta Lei Complementar; ou

II – em que o adquirente e o destinatário sejam residentes ou domiciliados no exterior, nos demais casos.

....." (NR)

Aí, temos o inciso V:

V – os seguintes dispositivos da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025:

.....

f) a alínea "b" do inciso I do § 5º e o § 7º do art. 64;

g) os §§ 2º, 3º e 6º [...];

.....

Mas não teria que estar dito aqui que... (*Pausa.*)

E onde é que está a cláusula de revogação? Não está escrito aqui. (*Pausa.*)

E cadê o artigo? O artigo qual é? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, não está dito aqui, a redação não está correta. Não dá para eu acatar esse texto como está, ela não está correta. Tem que corrigir a redação.

Acho melhor a gente suspender, ou votar, ressalvado o destaque da Mara Gabrilli...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Eu vou votar o texto original, ressalvado o destaque.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Então, ressalvado o destaque da Mara Gabrilli, aí a gente...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Encerrada a discussão.

Em votação o texto original do Senador Líder e Relator Eduardo Braga.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o texto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O texto está aprovado.

V. Exa. deseja encaminhar o requerimento de urgência?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Eu queria, ao encaminhar o requerimento de urgência, destacar que duas matérias estão sob destaques...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exato.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – ... formalizados pelo Relator, o destaque apresentado à Emenda 417, de autoria do PT, do Senador Rogério Carvalho; e à de autoria do Senador Líder Omar Aziz, a Emenda 368. Essas duas estão ressalvadas como destaque.

E eu já aproveito para encaminhar o requerimento de urgência, para que a gente possa, ao estabelecer o entendimento sobre os dois destaques, já ter o requerimento de urgência para a apreciação de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Agradeço a V. Exa.

Está em votação o requerimento de urgência.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento de urgência ao Plenário do Senado Federal e o relatório apresentado, ressalvados os destaques e as observações feitas pelo Relator referentes à proposta do Partido dos Trabalhadores, enviada pelo Líder Rogério Carvalho.

Agora, em destaque... (*Pausa.*)

V. Exa. quer que suspenda?

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, eu queria que suspendesse por dez minutos, para que nós pudéssemos encontrar um entendimento sobre esses dois destaques.

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Está bem. Acato a solicitação de V. Exa.

Suspensa por dez minutos.

(*Suspensa às 13 horas e 27 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas e 42 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Reaberta a sessão.

Passo a palavra ao nobre Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Como Relator.) – Bem, Sr. Presidente, houve um entendimento sobre as matérias pendentes.

No destaque apresentado pelo Senador Omar Aziz para a Emenda 368, houve um entendimento, e nós vamos acatar o valor. Onde se lê na Emenda 368 "R$160 mil" será "R$100 mil". Nós vamos suprimir o art. 3º, aliás, o §3,º e vamos transformar o §3º-A no §3º.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – E tem os três anos.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – O inciso II do art. 152, que estabelecia dois anos, passa a ser de três anos.

Portanto, nós acatamos, o destaque da Emenda 368, com as modificações: a operação de R$100 mil, suprimindo o §3º e transformando o §3º-A no §3º; e o art. 152, inciso II, substituindo "dois anos" por "três anos"; e a emenda está acatada.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Sr. Relator...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar Aziz.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM. Pela ordem.) – Sr. Relator, é só para dizer para quem está nos vendo que tanto a assessoria como a Senadora Mara... Nós conversamos com a assessoria e com a Senadora agora, ao telefone, e também a assessoria do Senador Heinze, que esteve presente, e há uma concordância tanto da Senadora Mara como da assessoria para que a gente faça essas mudanças.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Aqui tem o texto correto.

Cadê o Ricardo?

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Omar, V. Exa. é Líder do nosso partido, e eu quero parabenizar a Senadora Mara Gabrilli pela sua luta, pela vitória que conquistou hoje nessa proposta de lei complementar relatada pelo Senador Eduardo Braga, pela defesa dela, pela luta, pela coragem e superação para apresentar uma emenda que vai atender milhares de brasileiros e brasileiras.

Senadora Mara, minha admiração, meu respeito pelo trabalho de V. Exa. Fique com Deus! Um forte abraço.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Eu quero aqui, Sr. Presidente, no destaque que o Senador Rogério Carvalho apresentou sobre a Emenda 417, dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a V. Exa. que nós estamos acatando, com o texto apresentado, que diz que considera-se consumo, no país, de serviço ou de bem imaterial, inclusive direitos, o fornecimento realizado por residente ou domiciliado no exterior:

> I - cujo local da operação seja no País, nos termos dos incisos II a IX do *caput* do art. 11 desta Lei Complementar; ou
> II - em que o adquirente ou o destinatário tenham residência ou domicílio no País, nos demais casos.
> .....
> § 5º.....
> .....
> IV - para fins da determinação [...] das alíquotas estadual, [federal], distrital e municipal do IBS [perdão, federal, não, estadual, distrital e municipal do IBS, considera-se ocorrida a importação no local] [...]:
> a) [...] da operação definido nos termos dos incisos II a IX do *caput* do art. 11 desta Lei Complementar; ou
> b) [...] do domicílio principal do adquirente ou do destinatário, nos demais casos.
> .....
> "Art. 80.....
> § 1º.....
> .....
> II - o fornecimento dos seguintes bens e serviços, desde que vinculados direta e exclusivamente à exportação de bens materiais ou associados à entrega no exterior de bens materiais:
> .....
> §1-A. Considera-se consumo [no exterior de serviço ou] de bens imateriais, inclusive direitos, [...] o fornecimento:
> I - cujo local da operação não seja no País, nos termos dos incisos II a IX do *caput* do art. 11 desta Lei Complementar; ou
> II - em que o adquirente e o destinatário sejam residentes ou domiciliados no exterior, nos demais casos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera-se o art. 180 do substitutivo apresentado para acréscimo dos seguintes dispositivos:

Art. 180. Ficam revogados:
V - os seguintes dispositivos da Lei Complementar 214, de 16 de janeiro de 2025:
.....
e) a alínea "b" do inciso I do §5º e o §7º do art. 64; e
f) os §§2º, 3º e 6º do art. 80.

Ainda sobre o mesmo destaque, a Emenda 411 acatamos... (*Pausa.*)

Mas essa daqui não é a que trata... Não, na realidade, a que tem a referência correta é a 411. Portanto, a 394 fica prejudicada pelo acatamento da 411, que foi a solicitação do Senador Fernando Farias, que nós estamos acatando pela referência correta que está na Emenda 411, no destaque apresentado pelo Senador Rogério Carvalho.

O parágrafo...

É esse o número do artigo? (*Pausa.*)

Não, mas aqui está dizendo: "[...] O parágrafo 4º...", e aí não diz o nome do artigo.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Não. (*Pausa.*)

O art. 174 fica:

[...] O parágrafo 4º do art. 11 da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, passa a vigorar com a seguinte alteração:
Art. 11.....
.....
§4º.....
I – os serviços de que trata o inciso IX do *caput* deste artigo e a locação de bem móvel material serão considerados fornecidos no domicílio principal do adquirente [...].

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, esses são os acatamentos em cima dos destaques apresentados e, desta forma, creio que alcançamos todas as questões que estavam destacadas e pendentes de deliberação.

**O SR. OMAR AZIZ** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AM) – Senador Eduardo, isso não foi um destaque, foi uma nova lei complementar que V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Exatamente. (*Risos.*)

Em votação o texto apresentado pelo Relator com os ajustes propostos para acolher parcialmente as Emendas 368 e 417, que foram objetos destacados.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam o texto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado o texto.

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável ao projeto, nos termos da Emenda 518, da Comissão de Constituição e Justiça (Substitutivo).

A matéria vai ao Plenário com requerimento de urgência já aprovado.

Informo ao Plenário que sobre a mesa estavam dois requerimentos individuais de destaque e de votação em separado, os quais não foram apreciados por ausência dos autores, nos termos do art. 300, inciso XVII, do Regimento Interno do Senado Federal.

Como não há nenhuma outra matéria em debate...

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Senador Eduardo Braga.

**O SR. EDUARDO BRAGA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para, ao encerrarmos aqui na CCJ, eu queria agradecer de uma forma muito especial a V. Exa., como Presidente da CCJ, por ter me designado como Relator do PLP 108, ao mesmo tempo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que quero agradecer ao Presidente Davi Alcolumbre, que à época, como Presidente da CCJ, me designou Relator do PLP 68 e também Relator da Emenda Constitucional 132.

Quero também agradecer ao nosso Presidente Rodrigo Pacheco, que àquela altura nos designou para fazer esta reforma, que é inédita no regime democrático brasileiro. Todas as outras reformas tributárias que foram construídas neste país foram em regime de exceção. Esta é a primeira vez que, em regime democrático, nós construímos uma reforma tão ampla, tão geral, tão necessária que acaba, por fim, com o manicômio tributário que se estabeleceu neste país para os bens de consumo.

Espero que este trabalho possa contribuir efetivamente para que o Brasil volte a ter crescimento econômico, geração de emprego e renda e para que faça com que a alíquota e a carga tributária reduzam-se ao longo do período para que o povo brasileiro seja efetivamente beneficiado.

Agradeço a V. Exa. e agradeço a todos e a todas que nos ajudaram a chegar até aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Sou eu que agradeço, Senador Eduardo Braga, a V. Exa., pelo seu trabalho e sua dedicação – como sempre, V. Exa. é um dos Senadores mais competentes e mais dedicados à causa não só do seu estado, o Estado do Amazonas, mas também do Brasil –, por esse esforço, por essa capacidade de aglutinação e, sobretudo, com a virtude que V. Exa. como político tem: aquela de ouvir as pessoas, de ouvir as razões das pessoas que trouxeram para sua análise tantas emendas acolhidas e contribuíram para o texto.

Portanto, eu quero parabenizá-lo, assim como o Plenário bateu palmas para V. Exa., e dizer que V. Exa. é um grande brasileiro, além de ser um grande Senador.

A sessão está encerrada. (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 29 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 29ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e onze minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Alan Rick, Marcelo Castro, Cid Gomes, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Sérgio Petecão, Astronauta Marcos Pontes, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Humberto Costa, Augusta Brito, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Jorge Seif e Angelo Coronel, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Magno Malta. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas as 26ª, 27ª e 28ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 270, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Flávio Arns. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CE, favorável ao projeto. **Observação:** A matéria vai ao Plenário. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1104, de 2023 - Terminativo -** que: "Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, das Emendas nºs 1 e 2-CAS, nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovada a Emenda nº 3-CE (Substitutivo), com acolhimento das Emendas nºs 1 e 2-CAS. **Observação:** O Substitutivo aprovado será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 2913, de 2022 - Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Guaraná ao Município de Maués, no Estado do Amazonas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Plínio Valério. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Teresa Leitão**
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/02

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de setembro de 2025.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 110, de 2024, da Faculdade de Educação da Unicamp, encaminhando manifestação de repúdio ao PL 672, de 2024, que propõe o desenvolvimento de um sistema de cobrança de mensalidades no ensino público superior, apresentado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 26ª, 27ª e 28ª Reuniões, realizadas em 27 e 28 de agosto.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas aprovadas serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias apresentadas à Comissão. Ela ocorre de modo semipresencial – já contamos com a presença do Senador Flávio Arns e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senador Cid Gomes, remotamente – e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital, no caso de deliberações nominais.

As inscrições para uso da palavra podem ser feitas, solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta.

Se não houver discordância do Plenário, votaremos em bloco os itens terminativos, que são dois, que exigem votação nominal.

Vamos dar início, portanto, ao item nº 1.

**ITEM 1**

**PROJETO DE LEI Nº 270, DE 2020**

**- Não terminativo -**

*Altera as Leis nºs 13.819, de 26 de abril de 2019, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a notificação ao Conselho Tutelar, pelos estabelecimentos de ensino, dos casos de violência neles ocorridos, especialmente automutilação e suicídio.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao Projeto.*

Autoria: Câmara dos Deputados, da Deputada Rejane Dias.

Concedo a palavra ao Senador Flávio Arns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Quero, em primeiro lugar, cumprimentá-la, cara Senadora Teresa Leitão, também os colegas Senadores e Senadoras.

Se V. Exa. permitir, eu passo diretamente à análise do mérito, na análise, já que os relatórios são de conhecimento de todos os membros da Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Por videoconferência*.) – Quanto ao mérito, sabe-se que as situações de automutilação e suicídio entre crianças e adolescentes são um problema mundial. E os jovens brasileiros, infelizmente, também têm enfrentado essas dificuldades, sobretudo nas últimas décadas. De acordo com dados do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, o Brasil registrou, de 2010 a 2019, um aumento de 81% da mortalidade de adolescentes por suicídio. A taxa passou de 3,5 mortes para 6,4 por 100 mil habitantes. Lamentavelmente, os dados também registram um aumento sustentado dessas mortes em menores de 14 anos.

Diante desse cenário alarmante, incumbir os estabelecimentos de ensino de notificar os casos não apenas reforça o papel da escola na rede de proteção, mas também amplia as chances de prevenção de agravos à saúde mental e à vida dos estudantes.

A proposta merece, portanto, acolhimento, pois fortalece os mecanismos de prevenção e enfrentamento às situações de violência e risco social vivenciadas por estudantes. Por estar em contato direto com crianças e adolescentes, a escola ocupa posição estratégica para identificar precocemente os sinais de sofrimento psíquico e comportamentos autolesivos.

Concretamente, a proposição pretende alterar a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, estabelecida pela Lei nº 13.819, de 2019. Vale lembrar, felizmente, que o inciso II do art. 6º da referida lei já obriga os estabelecimentos de ensino públicos e privados a notificarem os casos suspeitos ou confirmados de violência autoprovocada ao conselho tutelar. Mesmo assim, avaliamos como muito bem-vindo o reparo que a proposição pretende fazer aos objetivos da referida política, registrados no art. 3º da lei. Nesse sentido, no inciso VIII desse dispositivo, concordamos ser muito salutar incluir, conforme propõe o PL, que os estabelecimentos de ensino figurem entre as instituições envolvidas nas ações de notificação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

eventos, bem como de desenvolvimento e aprimoramento de métodos de coleta e análise de dados sobre automutilações, tentativas de suicídio e suicídios consumados.

Consideramos igualmente relevante o acréscimo proposto pelo PL à LDB. Entendemos que fortalece o papel das instituições de ensino atribuir-lhes, de forma expressa na principal lei de educação do nosso país, a responsabilidade de notificar o conselho tutelar sobre casos de automutilação, tentativas de suicídio e suicídios ocorridos entre seus estudantes. Tal medida contribui para consolidar a escola como agente ativo na proteção da saúde mental e da vida de crianças e adolescentes.

O voto, Sra. Presidente e caros colegas da Comissão.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 270, de 2020.

Eu só quero acrescentar que a preocupação com a promoção da saúde mental deve ser uma preocupação de todos nós, na escola, na comunidade, na família, nas gestantes, nas questões pós-parto... É essencial que isso aconteça, inclusive entre os profissionais da área da educação, professores, pedagogos e demais profissionais. Gerar ou promover saúde mental é um desafio, de fato, para todos nós. Se a gente observar, na área da educação, os casos de afastamento do trabalho, se nós olharmos o conjunto dos afastamentos, pelo menos no Estado do Paraná, as causas relacionadas à saúde mental chegam a 20%, a 30% dos casos.

Então, nas forças de segurança, essa tem que ser uma preocupação da sociedade, e o projeto de lei aponta para crianças e adolescentes.

Então, esse conteúdo que deve ser passado também para as escolas... Como promover saúde mental, né? Eu cito assim: é o esporte, é a música, são as artes, é a atenção para a criança na identificação de sinais precoces de sofrimento psíquico, como a falta de amigos e tal, quer dizer, é fazer essa abordagem desde muito cedo, para prevenir problemas mais sérios à vida e à saúde.

Então, é um projeto muito bem-vindo e o relatório é pela aprovação.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo relatório e sobretudo pela sua complementação.

O adoecimento mental hoje é a principal causa de afastamento para licenças médicas dos trabalhadores em educação e isso, evidentemente, também repercute na relação com os estudantes. A escola é um lugar de prazer, é um lugar de acolhimento. Eu acho também, assim como o senhor, que esse projeto toca em um ponto fundamental de proteção às nossas crianças.

O relatório está lido.

Os Senadores que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, e a matéria vai ao Plenário.

Vamos passar agora para o item 2 da pauta, que é o item referente ao Projeto de Lei 1.104, de 2023, terminativo.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 1104, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando.*

**Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA)

**Relatoria:** Senador Cid Gomes

**Relatório:** Pela aprovação do projeto, das Emendas nºs 1 e 2-CAS, nos termos do substitutivo que apresenta

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.*

*2. A matéria constou das pautas das reuniões dos dias 26/11/2024 e 03/12/2024.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

*3. Nos termos do art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar.*

Concedo a palavra ao Senador Cid Gomes, para a leitura do seu relatório.

O Senador está participando de forma remota, e eu informo, Senador, que há vários representantes da Associação Nacional de Pós-Graduandos aqui no plenário da Comissão, para acompanhar a leitura do seu relatório.

Com a palavra o Senador Cid Gomes.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Teresa Leitão; bom dia, Senador Flávio Arns; e bom dia aos Senadores.

Queria cumprimentar a delegação de graduados ou pós-graduados em doutorado que comparecem a esta Comissão e desejar-lhes boas-vindas.

Sra. Presidente, com a sua permissão, o relatório já está disponível há algum tempo. Eu, então, passaria à leitura do voto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador.

**O SR. CID GOMES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - CE. *Por videoconferência*.) – Bom, tendo em vista o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e pela aprovação, no mérito, do Projeto de Lei nº 1.104, de 2023, acolhidas as Emendas nº 1-CAS e nº 2-CAS, na forma da seguinte emenda substitutiva:

> EMENDA Nº -CE (SUBSTITUTIVO)
> PROJETO DE LEI Nº 1.104, DE 2023
> Dispõe sobre o contrato de trabalho de natureza especial de pesquisador pós-graduando e pesquisador em estágio pós-doutoral.
> O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:
> Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o contrato de trabalho de natureza especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, a ser firmado entre empregadores e pesquisadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

intitulados “pesquisador pós-graduando contratado” e “pesquisador pós-doutorando contratado”.

*Parágrafo único*. Os contratos de trabalho regidos por esta Lei:

I – serão celebrados exclusivamente com pesquisador:

a) pós-graduando, em nível de mestrado ou de doutorado, vinculado a programa de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento;

b) pós-doutorando vinculado a instituição de ensino superior, de pesquisa, de ciência e tecnologia, reconhecida pelos órgãos federais competentes;

II – terão vigência concomitante e restrita ao período de vínculo do pesquisador pós-graduando ao respectivo programa de pós-graduação no Brasil, ou, no caso de pesquisadores em estágio pós-doutoral, durante o referido estágio pós-doutoral no País.

Art. 2º O pesquisador contratado na forma desta Lei deverá atuar na área em que estiver realizando os estudos de mestrado, doutorado, ou o estágio pós-doutoral.

*Parágrafo único*. O pesquisador pós-graduando ou pós-doutorando contratado poderá participar de equipe de pesquisa científica ou tecnológica, sob supervisão de pesquisador titular ou equivalente, sendo vedada a formação de equipes de pesquisa em que a presença de pesquisadores pós-graduandos ou pós-doutorandos contratados supere a parcela de 50% (cinquenta por cento) do total de componentes, nos termos do regulamento.

Art. 3º O pesquisador pós-graduando ou pós-doutorando contratado receberá remuneração em valor no mínimo equivalente ao da bolsa de mesmo nível de formação ou de pesquisa fornecida por órgão público ou entidade pública de fomento à pesquisa em nível de formação equivalente, desde que esta remuneração não seja inferior ao salário-mínimo vigente.

§1º A contratação na forma do *caput* deste artigo não prejudica o recebimento de bolsa de pós-graduação ou de pós-doutoramento fornecida por instituição pública ou privada de fomento à pesquisa.

§2º Em casos excepcionais, devidamente justificados, as agências de fomento ou os programas de pós-graduação podem prever hipótese de não cumulação da remuneração do contrato de trabalho objeto desta Lei com o recebimento da bolsa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

§3º O vínculo empregatício do pesquisador pós-graduando ou pós-doutorando não será utilizado como critério único para a não concessão de bolsas fora dos casos excepcionais dispostos no §2º.

Art. 4º A duração semanal do trabalho dos pesquisadores "pós-graduandos contratados" será de no máximo 20 (vinte) horas e a dos "pós-doutorandos contratados" será de no máximo 30 (trinta) horas.

§1º O pesquisador "pós-graduando contratado" e o pesquisador "pós-doutourando contratado" poderão deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo da remuneração, para desempenho de atividades relacionadas a sua formação, tais como participação em congressos e seminários, desde que validadas pelo orientador ou supervisor, observado o limite de uma semana a cada seis meses de contrato, não cumulativa.

§2º O exercício do direito previsto no §1º está condicionado à comunicação formal ao empregador com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Art. 5º Aplica-se às relações de trabalho que envolverem empregadores e pesquisadores pós-graduandos ou pós-doutorandos contratados nos termos desta lei o disposto na legislação trabalhista em todas as hipóteses que esta lei não dispuser em sentido diverso.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, Cid Ferreira Gomes.

Sra. Presidente, ao tempo em que concluo aqui pela leitura do nosso substitutivo, obviamente com parecer favorável, eu quero cumprimentar o Senador Weverton pela iniciativa. Acho que isso contribuirá para que nós possamos assegurar a permanência, a manutenção daqueles que, além da graduação, se dispõem a frequentar cursos de pós-graduação e de doutorado. Boa parte deles, na falta de oportunidades no Brasil, tem ido para o exterior.

As nossas bolsas estão muito longe de atender às necessidades de alguém que quer se dedicar a aprofundar o seu aprendizado, e essa iniciativa certamente permitirá uma complementação.

Eram essas as nossas considerações, Sra. Presidente.

Agradeço a atenção de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Quero também parabenizá-lo pela precisão do relatório.

Esse tema foi objeto da nossa audiência pública sobre o Plano Nacional de Educação, realizada na semana passada.

Lido o relatório, eu coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Relembro que a votação será nominal, realizada em bloco com a matéria seguinte, que vai ser apresentada pelo Senador Plínio Valério, que já se encontra também na telinha, em modo remoto.

Abriremos o painel logo após a leitura do relatório do Senador Plínio Valério.

É o item 3.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 2913, DE 2022**

**- Terminativo -**

*Confere o título de Capital Nacional do Guaraná ao Município de Maués, no Estado do Amazonas.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Plínio Valério

**Relatório:** Pela aprovação

Autoria: Câmara dos Deputados, do Deputado Sidney Leite.

Concedo a palavra ao Senador Plínio Valério para a leitura do seu relatório.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Como Relator. *Por videoconferência.*) – Bom dia, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Bom dia.

**O SR. PLÍNIO VALÉRIO** (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. *Por videoconferência*.) – É um prazer enorme estar numa sessão presidida pela senhora.

Bom dia ao Cid, ao Arns, um abraço a todos que estou vendo aí. Estou em Manaus ainda.

Senadora, eu vou ao relatório, tentar resumir.

A proposição, tal como consignado na ementa, busca conceder uma homenagem ao Município de Maués, bem como estabelecer, por fim, a vigência da lei, prevista para a data de sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta que objetiva, com a proposição, reconhecer a notória relação existente entre o Município de Maués e a produção de guaraná, que é inegável.

Maués é tradicional, aqui a gente tem, Senadora, Senadores, essa tradição de que Maués é o símbolo disso tudo.

Não recebeu emendas.

Eu vou direto à análise.

É legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 48, *caput*, do texto constitucional, haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa.

Revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária federal.

Assim, não observamos, na proposição, vícios relacionados à sua constitucionalidade, tampouco identificamos falha de natureza regimental.

Quanto à juridicidade, está tranquilo.

No que concerne ao mérito da proposição, parece-nos plenamente justificada a concessão do título de Capital Nacional do Guaraná ao Município amazonense de Maués. Maués é reconhecido historicamente como o berço do guaraná.

O guaraná, uma planta nativa da Amazônia, tem suas origens ligadas às tribos indígenas que habitavam a região, particularmente os sateré-maué, que até hoje estão por lá e que foram os primeiros a cultivar e utilizar o guaraná. A cultura do guaraná está profundamente enraizada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nas tradições e práticas sociais dos habitantes de Maués – assim como todos nós amazonenses, mas é de lá que vem tudo isso –, sendo parte fundamental de sua identidade cultural. A cidade realiza anualmente a Festa do Guaraná, um evento que celebra essa herança cultural e atrai turistas de todo o país.

Maués é o maior produtor de guaraná do Brasil, responsável por uma significativa parcela da produção nacional. A economia local gira em torno do cultivo e da comercialização do guaraná. A atribuição do título de Capital Nacional do Guaraná fortalece, sim, a economia local, aumentando a visibilidade e o reconhecimento do guaraná de Maués, não apenas em âmbito nacional, mas também internacional, potencializando as oportunidades de exportação e desenvolvimento de novos mercados.

As condições climáticas e geográficas de Maués proporcionam todo esse sucesso do guaraná ali naquela terra.

Conceder ao Município de Maués o título de Capital Nacional do Guaraná é um reconhecimento justo e necessário, que valoriza o esforço e a dedicação dos produtores locais. Esse título reforça o orgulho dos habitantes e contribui, sem dúvida alguma, para a preservação e promoção das tradições culturais associadas ao guaraná. Ademais, tal reconhecimento serve como um incentivo adicional para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural e agrícola, beneficiando diretamente os pequenos agricultores e as comunidades indígenas.

E aqui eu quero elogiar o Deputado Federal Sidney Leite, que já foi Prefeito várias vezes de Maués, porque a iniciativa é dele.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.913, de 2022.

Obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador. Realmente o guaraná é uma planta muito identitária da Região Amazônica. Eu tomei muito xarope de guaraná.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

A votação será nominal em bloco com o projeto anterior relatado pelo Senador Cid Gomes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Peço para abrir o painel.

Em votação o Projeto de Lei 2.913, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Destacando que são dois: o 1.104 e o 2.913. (*Pausa.*)

Após essa votação, nós teremos a apreciação do Substitutivo do 1.104, em turno suplementar. (*Pausa.*)

O Senador Flávio Arns levantou a mão.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Enquanto a votação está acontecendo, Senadora Teresa Leitão, eu quero dizer que eu relatei, como está sendo votado agora, o item 1 da pauta, que trata da saúde mental de crianças e adolescentes e a comunicação que deve acontecer nos conselhos tutelares.

Eu queria lembrar que, no período da pandemia, nós realizamos, na Comissão de Educação, 20 audiências públicas – o Senador Marcelo Castro era Presidente da Comissão naquele período, mas eu tive o prazer de coordenar esse trabalho –, 20 audiências públicas sobre educação na pandemia. Em todas as audiências públicas, o assunto saúde mental na comunidade escolar era trazido para o debate, não só dos alunos, mas dos professores e profissionais, em função da pandemia e como uma política pública. Então, houve, assim, uma demanda muito maior pelo fato de estarmos na pandemia, e todo mundo preocupado, agoniado, com medo, não sabendo o que fazer, e isso causando transtornos na área. Então, em todas as audiências públicas, esse assunto, em todas elas, foi trazido à tona.

Na ocasião, Senadora, nós inclusive oficiamos ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde para ver esta articulação entre os ministérios, para termos uma rede de apoio para isto, uma ênfase para esse aspecto, porque é um drama do contexto brasileiro e mundial do momento, não é? A criança, a gente... Eu até tenho pesquisas em escolas que mostram... Em uma escola em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

particular, de que eu não estou me lembrando, uma escola com mil alunos, são praticamente 300 alunos sendo atendidos nessa área. Então, é uma epidemia, eu diria.

Eu acho que seria de bom-tom, Sra. Presidente, se a Comissão pudesse oficiar ao Ministério da Educação e ao Ministério da Saúde para trazerem para a Comissão o que vem sendo feito nesta articulação; porque, por um lado, é para a educação, para que todos sejam habilitados, tenham ferramentas para promover e gerar saúde mental, mas, ao mesmo tempo, existem situações em que o atendimento por profissionais especializados se torna necessário. A gente sabe disso. O que a saúde vem fazendo para atender os alunos quando essa necessidade aparece?

Então, eu penso assim... Inclusive, há um relatório da Comissão de Educação, que foi disponibilizado à equipe de transição para o atual Governo, e consta muito claramente essa situação no relatório. Qualquer dúvida que haja, o relatório pode orientar os ministérios para a frequência dessa abordagem nas audiências públicas. Então eu pediria a V. Exa., se os colegas Senadores e Senadoras concordarem, como não é um pedido de informação também, porque não chega a ser isso... Porque eu acho que tanto o Ministério da Saúde, o Ministro Padilha, quanto o Ministro da Educação, Camilo Santana, os dois têm todo o interesse em abordar, mas se nós colocarmos como pedido de informação, isso vai demorar um tempo enorme. Então, que fosse oficiado e, inclusive, colocado para as assessorias parlamentares, que sempre estão acompanhando, o que vem sendo feito para que a gente pudesse até dizer para a sociedade, sobre as iniciativas, como estão acontecendo, dada a gravidade do que vem acontecendo. Os efeitos da pandemia continuam a ser sentidos, obviamente, na saúde mental de toda a sociedade, mas nós estamos tratando aqui especificamente da comunidade envolvida no ambiente escolar.

Obrigado, Sra. Presidente. Se for possível fazer isso como Comissão, eu penso que é muito mais interessante do que como Senadores, individualmente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não, Senador. Realmente é um relatório muito bom. Eu tomei conhecimento dele no período da transição. Ele tem encaminhamentos e uma análise muito positiva em termos de dados. O tema é um tema constrangedor, evidentemente, mas a análise que traz é muito positiva.

Eu peço à Secretaria...

Faremos o encaminhamento conforme a sugestão de V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço à Secretaria para apresentar o quórum. Pode abrir.

(*Procede-se à apuração.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Atingimos o quórum.

Resultado: votos SIM, 16; NÃO, nenhum.

Abstenção, nenhuma.

Então, estão aprovados os dois projetos, o 1.104 e o 2.913, sendo que o substitutivo aprovado ao PL 1.104 será apreciado em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

As matérias serão encaminhadas à Mesa para as providências cabíveis.

Não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 30ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Alan Rick, Marcelo Castro, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Hamilton Mourão, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Jorge Seif, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Cid Gomes, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Teresa Leitão, Paulo Paim, Laércio Oliveira e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho aprovado para o requerimento REQ 13/2025 - CE, de autoria da Senadora Augusta Brito. **Finalidade:** Debater o tema "Formação de profissionais da educação e práticas pedagógicas" no contexto da avaliação da política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada". **Participantes:** Sra. Andréia Nunes Militão, Diretora de Articulação Institucional da Associação Nacional Pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE); Sra. Rosilene Corrêa Lima, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sr. Evandro Costa de Medeiros, Coordenador-Geral de Políticas de Educação do Campo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC); Sra. Mônica Correia Baptista, Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE/UFMG) e Coordenadora do Programa Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI); Sra. Lucianna Magri de Melo Munhoz, Coordenadora-Geral de Formação de Professores da Educação Básica (SEB/MEC); Sr. Fernando Rodrigues de Oliveira, Vice-presidente da Associação Brasileira de Alfabetização (ABalf); e Sra. Cristina Madeira-Coelho, Representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Augusta Brito**
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/09

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. Fala da Presidência.) – Boa tarde, boa tarde a todos, boa tarde a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Educação da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, dia 9 de setembro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "Formação de profissionais da educação e práticas pedagógicas" no contexto da avaliação da política pública "Compromisso Nacional Criança Alfabetizada", em atenção ao Requerimento nº 13, de 2025, de autoria da Comissão de Educação e Cultura.

Convidamos, para tomar lugar à mesa, os seguintes convidados e convidadas: Sra. Rosilene Corrêa Lima, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. (*Pausa.*)

Está ali, eu pensava que era alguém...

Seja bem-vinda.

A Sra. Cristina Madeira-Coelho, representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil; o Sr. Fernando Rodrigues, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Alfabetização; e a Sra. Lucianna Magri, Coordenadora-Geral de Formação de Professores da Educação Básica.

Sejam todas e todos bem-vindos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós teremos também, de forma virtual, a participação da Sra. Andréia Nunes Militão, Diretora de Articulação Institucional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; Sra. Mônica Correia Baptista, também Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, que irá participar de forma virtual; e o Sr. Evandro Costa de Medeiros, Coordenador-Geral de Políticas de Educação do Campo da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados e convidadas, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Também o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas, do mesmo jeito, pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos e, ao final das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Agora, já dando início... Mais uma vez pedindo aqui desculpas aos convidados que aqui estão, eu tive um atraso porque eu estava no Ministério da Saúde, mas corri para chegar aqui.

Agora, com o maior prazer, a gente vai fazer esta audiência pública, este debate.

A palavra eu passo para a Sra. Rosilene Corrêa Lima, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, que poderá usar seus dez minutos.

**A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA** (Para expor.) – Opa, já vou inaugurar, então.

Boa tarde, Senadora.

Agradeço, em nome da CNTE, em nome de todos os trabalhadores e trabalhadoras da educação pública deste país, a oportunidade por estarmos aqui para fazer um debate tão necessário, que é o da educação infantil. Nós sabemos que temos uma dívida... Infelizmente, inclusive, não é uma situação só do Brasil, mas na América Latina nós temos esse nó ainda a ser desatado, que é a educação infantil, as nossas crianças serem devidamente alfabetizadas e aquilo que a gente costuma dizer da idade certa, né? Que idade certa é essa? Na verdade, é a idade em que elas têm por direito serem alfabetizadas, e com qualidade, que também é um direito. Então, isto é muito importante: um programa, uma política voltada para essa nossa necessidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não podemos desconsiderar os resultados que nós temos e que é uma realidade que não é, portanto, de agora, dos últimos períodos, mas é claro que nós temos uma realidade no Brasil que, para a educação como um todo, para as condições do povo brasileiro, se agravou: em tudo aquilo que era negativo, nós tivemos um aprofundamento. Não podemos desconsiderar as sequelas que ainda vivemos devido à pandemia, mas antecede a pandemia também o golpe que este país sofreu, que a educação sofreu, tendo quase que uma interrupção da implantação, implementação do Plano Nacional de Educação, das metas que nós tínhamos e que, lamentavelmente, portanto, não atingimos, porque nós tivemos um desmonte de todas as políticas voltadas para melhoria e garantia de qualidade, acesso e permanência.

Na educação infantil não foi diferente. Talvez, pela pandemia, tenha sido exatamente a faixa etária, o momento de maior preocupação para nós, porque, à medida que foi acontecendo, fomos nos adaptando com os recursos tecnológicos, e a educação infantil, é claro, ficou numa condição muito mais delicada. Então, nós sofremos, nos dias de hoje, ainda muito as sequelas disto.

Eu recebi aqui, Senadora, já, algumas manifestações – participação, né? – do Brasil todo. Acho que isso reforça muito a luta histórica da CNTE, que é uma luta que eu tenho certeza de que também é sua, que é pela valorização dos trabalhadores da educação, especialmente os professores.

É claro que isso vale para todos os profissionais, mas, quando a gente coloca aqui como garantir a formação, isso passa necessariamente por termos carreira. É preciso ter carreiras, e nós ainda estamos nessa luta, que é o cumprimento da lei do piso e carreira, porque você precisa ter esses profissionais motivados, incentivados para sua formação – e para sua formação inicial também, porque hoje nós temos uma realidade neste país que, lamentavelmente, é de uma formação... Nós estamos sofrendo as consequências de uma formação não tão adequada.

Quando nós não temos concurso público, tem um altíssimo rodízio de professores na sala de aula, e isso é claro que compromete em qualquer momento, mas a educação infantil, por razões óbvias, porque nós estamos falando aqui da formação global dessa criança, dos aspectos emocionais e, inclusive, cognitivos.

Então, essa relação com o professor é fundamental, a permanência disso, a rotina para essas crianças. E, lamentavelmente, quando você tem um país com mais de 50% dos professores de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

educação básica – e entenda-se aí também a educação infantil, portanto – de contratação temporária, desse autorrodízio, isso compromete profundamente.

Então, nós precisamos ter essa mudança e esse pacto que nós precisamos ter das esferas: você precisa ter os municípios e os estados com esse compromisso. Não basta termos uma lei, não basta termos um programa, não basta termos o MEC voltado para isso, não basta termos profissionais com essa disposição, se nós não tivermos os Governos municipais e estaduais com esse mesmo compromisso para que essa mudança, de fato, ocorra. Precisamos sair desse patamar em que o Brasil se encontra. Acho que nós estamos com uma defasagem de mais de 50% – corrijam-me se eu estiver enganada. Então, isso é muito alto, isso é muito grave, nós precisamos sair dessa realidade.

E, para isso, nós precisamos de políticas públicas, sim, porque nós estamos falando de desigualdade, de dificuldade de acesso; estamos falando de um Brasil em que nós temos uma população indígena, em que nós temos ribeirinhos, enfim, em que nós temos educação rural. E, dentro também do centro urbano, quantas diferenças nós temos nas possibilidades de acesso e de permanência nessas escolas? Porque nós estamos falando também de uma realidade que é de você ter hoje também um número altíssimo ainda de convênios – então é recurso público para o privado –, dentro de uma outra política em que você não tem as condições de controle, de acompanhamento do que está sendo, de fato, oferecido. São profissionais ainda, muitas vezes, menos valorizados, com menores salários, que não são atingidos pela lei do piso. Então, tudo isso vem a influenciar, impactar nesse resultado que nós vivemos hoje.

Então, nós não temos dúvida de que nós sairemos desse quadro com mais investimento, por isso é um problema tão importante, porque nós teremos o investimento que está sendo destinado, mas nós sabemos que, para isso, é preciso ter o compromisso político de quem estará à frente. Como é que nós teremos o controle da aplicação disso? Até porque é por adesão, sei que a adesão está alta, mas, para além da adesão, como será de fato esse acompanhamento? Qual será... Como a gente pode...

A gente insiste muito, inclusive, nos nossos debates, que é preciso estabelecer alguma política que, para que aquele município receba recursos de outros programas, é preciso prestar contas daquilo que já é feito, daquilo que já está estabelecido para que seja cumprido, e muitos não fazem isso. Nós insistimos muito, inclusive, para que, na reformulação da lei do piso, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

estabeleça uma periodicidade para o concurso público, um percentual, que está no Plano Nacional de Educação, de contratação temporária, porque precisamos mudar essa dura realidade.

Nós não temos dúvida de que precisamos desse investimento numa lógica de valorização desses profissionais, mas de combate às desigualdades. Por isso, nada está desassociado. Nós precisamos de uma reforma tributária, precisamos tributar, sim, os super-ricos, porque precisamos de recursos para mais investimentos na educação pública.

Nós não podemos permitir que no novo Plano Nacional de Educação tenhamos uma queda de braço pelos recursos, pelo orçamento da educação, porque o que nós precisamos é garantir que recursos públicos sejam investidos de fato na educação pública.

É muito importante que tenhamos altíssimos investimentos nas nossas pesquisas para garantirmos acesso da nossa juventude na educação superior, e permanência; mas nós só vamos corrigir essas desigualdades quando nós de fato tivermos as nossas crianças devidamente alfabetizadas, porque a consequência disso é ter uma população alfabetizada e em condições de equidade e igualdade de acesso e permanência para transformação do nosso país.

Isso é muito importante para nós, mas considerando que é preciso nós estabelecermos as responsabilidades, de fato, e as cobranças.

Eu tenho certeza de que estamos no caminho certo.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, a Presidência é que agradece.

Digo que alguns pontos que foram falados agora já tenho como cruciais. A gente não pode ter uma política de formação dos profissionais que vão formar e educar na idade certa – que idade é essa, né? É exatamente no tempo que é para ser – sem orçamento...

**A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA** (*Fora do microfone*.) – Exato.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – ... sem recurso – tudo, de certa forma – para contribuir com essa alfabetização na idade certa, que, a gente sabe, vai contribuir para diminuir as desigualdades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Exatamente nesse sentido, tudo está ligado, e a gente sabe da importância de ter esse programa e esse pacto federativo, no qual os municípios, os estados e a União façam verdadeiramente cada um o seu papel, seja com mais concurso público para diminuir a rotatividade dos profissionais da educação, como foi dito aqui da importância de a gente realmente ter uma segurança na qualidade, de sempre fazer a formação dos profissionais...

**A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA** (*Fora do microfone*.) – Verdade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Se tiver mudança, a gente não tem como ter o controle, nem dessa formação continuada.

Eu estou só fazendo um comentário na fala, mas eu já quero aqui... Eu estou hoje muito para ouvir os nossos convidados e convidadas. Em cima do que a gente ouvir aqui, a gente vai fazer alguns encaminhamentos, para, no final de todas as audiências públicas, a gente ter realmente um material bem consistente, que seja de sugestões, encaminhamentos... Nós vamos acompanhar, vamos cobrar, vamos estar aí, com proposições concretas, porque é a nossa intenção aqui da Comissão, tanto para dentro do Parlamento como também para o Executivo – a gente quer fazer essas duas proposições –, também para o Ministério Público, enfim, para o Judiciário como um todo, se for necessário. A gente vai saber no decorrer das audiências públicas.

Agora, com a palavra, a Sra. Cristina Madeira-Coelho, representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil.

Poderá fazer uso também por dez minutos; se for necessário, a gente acrescenta.

**A SRA. CRISTINA MADEIRA-COELHO** (*Fora do microfone*.) – Deu?

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE. *Fora do microfone*.) – Deu.

**A SRA. CRISTINA MADEIRA-COELHO** (Para expor.) – Deu.

Obrigada; obrigada a todos. Boa tarde.

Agradeço o convite e estou muito satisfeita de estar representando o Mieib.

O Mieib é o Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil, é um movimento social que reúne professores, estudiosos por todo o país e, como um movimento social, está presente há bastante tempo – a gente vai ver na apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me ver se eu consigo passar. (*Pausa.*)

É melhor ele colocar, tá? Por favor.

Então, como movimento social, eu acho que o grande momento do Mieib, que já tem mais tempo, foi em 2005, com a votação do Fundeb e a defesa, então, de verba pública para a educação infantil, que o Fundeb envolvesse também verba pública para a educação infantil. Foi o movimento Fraldas Pintadas, a gente fez uma entrada com as crianças, com as fraldas pintadinhas, como está ali no cartaz.

Há sempre um movimento com uma conversa continuada em apoio de políticas públicas para a educação infantil. E, no momento em que a gente está, desde 2014, com bastante inserção do movimento na política, o apoio ao direito das crianças à educação de qualidade, que passa – o seguinte, por favor – pela questão da leitura e da escrita na educação infantil, e vale a gente perguntar por que a gente fala de educação ligada à leitura e à escrita na educação infantil. É preciso que a gente entenda que a questão da escolarização e das formas de aprendizagem na infância não são as mesmas, não são iguais à escolarização do fundamental 1 e fundamental 2. A criança tem especificidades nos seus processos de aprendizagem, que é preciso que a gente respeite para a gente dizer que a educação tem qualidade.

Então, há uma grande diferença entre a formalização do processo de alfabetização, que vai acontecer no fundamental, e a vivência da cultura letrada pelas crianças da educação infantil.

Naquele computador ali, negro, tinha um vídeo da minha neta, que atualmente está com 20 anos, lendo com um ano e pouco. Então, ela está com um livro no colo e ela vai lendo desse jeito – eu vou imitar, porque a gente não pode passar o vídeo aqui. Ela está lendo com o corpo todo, ela não lê só com a boca. Então, ela vai assim. [*A oradora imita a criança lendo.*]

E ela fica o tempo todo passando as páginas do livro, assim que ela passa, ela não está lendo. Quer dizer, na verdade, ela está fazendo o exercício de uma criança que vive numa cultura letrada, e de uma criança que tem acesso a livro.

Quando a gente fala de equidade na educação infantil, é a gente garantir que as outras crianças tenham acesso à cultura letrada que caracteriza a nossa sociedade.

Em frente. (*Pausa.*)

Eu acho que faltou um... O segundo eslaide eu acho que ficou faltando. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não, está certo. Está certo, desculpe.

Então, dessa forma, essas especificidades da educação infantil eu tentei juntar, porque isso faz parte da formação docente. Então, o nosso ordenamento legal, desde a época da Constituição, da LDB, da Base Nacional Comum Curricular; aqui no Distrito Federal, o Currículo em Movimento; o recém-lançado Parâmetros da Equidade e Qualidade da Educação Infantil; o ECA; Dcnei; são todos documentos que balizam a educação infantil, e essas especificidades estão distribuídas por esses documentos todos: o cuidar e o educar de maneira conjunta; as dimensões ética, política, estética que fazem parte do processo; a criança como um ser de direitos, que tem direito a uma educação de qualidade e de equidade; a criança como sujeito histórico-cultural aparece nos documentos; a criança como protagonista do processo de aprender – não é só protagonista das atividades de aprender, mas é o protagonismo do seu próprio processo; do que a criança gosta, o que lhe interessa? –; e eu acho que o matador, o binômio matador é o brincar e o interagir, que fazem parte constitutiva do processo todo da criança de zero a seis anos, que são os anos da educação infantil.

Em frente.

Para a formação...

Eu esqueci de me apresentar inicialmente. Eu venho representando o Mieib, mas eu sou Professora da Universidade de Brasília, da Faculdade de Educação; eu trabalho com formação docente então. Além disso, estou como Coordenadora do Pro-Leei aqui do Distrito Federal. Eu acho importante a gente ressaltar que, na formação de profissionais da educação infantil, aliás, na formação de professores, essa é uma escolha profissional muito interessante, porque ela é a única em que a gente sabe exatamente o que a gente vai ser, o que a gente viveu dentro de uma escola durante todo o processo da educação escolar. Então, a gente tem noção do que é a profissão docente.

A gente tem a questão das teorias, das práticas, mas principalmente a gente tem que entender que o docente carrega uma série de concepções, crenças, valores e vivências, e esses devem fazer parte também da formação, que não pode ser só uma educação inicial, e aí já começa o grande desafio, que tem sido aligeirada, que tem sido eminentemente à distância, que não garante formação de qualidade para esse professor, na perspectiva do que eu vinha falando anteriormente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a formação inicial à distância para a educação infantil efetivamente não funciona. Na educação continuada, há que se pensar na regularidade de oferta de cursos, mas não só de cursos. Quando a gente fala de formação continuada, a gente, na verdade, quer dizer uma continuidade dessa formação. Então, entra o que a gente tem conhecido como a formação em serviço dentro das próprias secretarias de educação, tanto municipais quanto estaduais, que garanta uma continuidade, que é o que o Pro-Leei tem buscado. O Pro-Leei não é um curso, mas é um programa de formação continuada em serviço.

Em frente.

Aqui, no Distrito Federal, só para saber, a gente está em todas as regionais de ensino – a gente vai ver isso claramente também na apresentação da Profa. Mônica.

A gente está articulando ações de políticas públicas do MEC com as universidades públicas – no caso de Brasília, com a UnB e com a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Então, há um conjunto de pessoas envolvidas, numa articulação muito interessante e muito desafiadora, mas muito produtiva, porque aí você tem a sociedade envolvida completamente com a formação.

Agora, em 2025, a gente está com 13 formadores de docentes da Secretaria de Educação, que têm formação pela equipe da UnB, e estamos com 750 docentes em formação.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CRISTINA MADEIRA-COELHO** – Vamos em frente – está acabando, um minuto.

> A infância não é um tempo, não é uma idade ou uma coleção de memórias. A infância é quando ainda não é demasiado tarde. É quando estamos disponíveis para nos surpreendermos, para nos deixarmos encantar. Quase tudo se adquire nesse tempo em que aprendemos o próprio sentimento do tempo.

É do Mia Couto.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Bem em cima, parece que foi cronometrado. E eu já tinha permitido aqui mais minutos, viu?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não vamos nos preocupar, não, com a questão do tempo. A gente sempre tem, aqui, um tempo adicional, se for necessário.

Gostei muito.

Agradeço à Sra. Cristina e já passo a palavra para a Sra. Lucianna Magri, Coordenadora-Geral de Formação de Profissionais da Educação Básica, que poderá também usar seus dez minutos.

**A SRA. LUCIANNA MAGRI DE MELO MUNHOZ** (Para expor.) – Obrigada, Senadora; obrigada a todos presentes.

Podemos dizer que nós estamos aqui entre amigos, porque a gente está com uma causa comum, que é a defesa da formação de professores para a educação básica.

No meu papel de Coordenadora-Geral de Formação de Professores da Educação Básica do MEC, eu venho apresentar algumas ações que nós organizamos para o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Então, gostaria de apresentar para vocês.

Pode passar, por favor.

Bem, o compromisso vem com esse desenho do pacto federativo entre União, estados e municípios, e, com esse pacto, em relação à formação, o MEC oferece às redes apoio técnico e financeiro para as suas formações. Então, as redes têm liberdade para escolher como vão organizar as formações em seus territórios.

Nesse sentido, a gente apoia a formação para professores da educação infantil – do 1º e 2º anos e do 3º ao 5º ano. Para a pré-escola, no ano de 2024, nós atendemos 5.280 municípios; alfabetização, 5.385 municípios; e 3º ao 5º ano, quase o mesmo número. Isso é um número muito expressivo de uma política que chegou a quase todos os entes da Federação.

É uma formação pensada para professores, gestores escolares e equipes técnicas das secretarias; mas, ao mesmo tempo, nesse diálogo com as redes, a gente sentiu necessidade de oferecer uma assessoria técnica mais qualificada, não só uma assessoria financeira, mas uma assessoria técnica, e, a partir dessa relação com as redes, a gente elaborou uma série de materiais que apoiam a formação de professores, gestores e equipes técnicas nas redes.

Pode passar, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, aqui a gente, para a educação infantil, tem o material do Leitura e Escrita na Educação Infantil, que é composto por oito cadernos de formação de professores. Ele foi um programa que atendeu, no ano de 2024, a 25 estados e ao Distrito Federal para professores de crianças de quatro e cinco anos, a pré-escola. Ele teve uma abrangência de mais de 200 mil professores, e isso é um número muito expressivo; quando a gente vai conversar com colegas de outros países, eles se assustam com esse número de 200 mil professores. Neste ano, a gente já tem uma nova edição com 207 mil professores para serem formados.

É uma formação que vai levar a leitura, a escrita, a literatura para as crianças de uma forma muito lúdica, de uma forma muito prazerosa – como a Profa. Cristina colocou para a gente aqui, contando um pouquinho da sua neta, a criança lê com o corpo inteiro –, então é isso que a gente quer para as crianças, que não seja uma precoce escolarização, que não sejam crianças pequenas, sentadas, enfileiradas, fazendo cópia de lousa. A gente quer que as crianças brinquem, que as crianças cantem, que as crianças ouçam histórias e que as crianças, dessa forma, vão se apropriando da leitura e da escrita de uma forma muito... Com intencionalidade, mas de uma forma muito lúdica para eles.

Pode passar, por favor.

Na intenção de apoiar as redes para as suas formações, a gente também elaborou um caderno de orientações, no qual a gente diz o que é uma formação de qualidade, carga horária mínima, quantos encontros presenciais, quantos encontros podem ser remotos e quais são as concepções de alfabetização que a gente defende dentro desse programa. Com essa assessoria técnica que a gente ofereceu aos estados e municípios, a gente tem diversos programas no país.

Ao mesmo tempo em que a gente foi oferecendo essas orientações, a gente sentiu necessidade de dar um passo além e de oferecer bons materiais de formação de professores para as redes. Então, a gente, desde o ano passado...

Pode passar, por favor.

A gente oferece para as redes, disponível de forma *online*, no nosso *site*, na nossa plataforma de aprendizagem Avamec, duas coleções de formação de professores. Uma coleção de formação de professores de 1º e 2º ano e uma segunda coleção de formação de professores de 3º e 5º ano. Também tem nessa coleção a formação de gestores e formadores. Essas coleções são materiais que apoiam as redes nas suas formações com pautas de formação, com textos, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

situações de sala de aula, com fundamentação teórica, com muitas situações de sala de aula, ou seja, uma rede municipal e estadual que não possua um material pode fazer uso desses materiais, porque esses materiais estão disponíveis para qualquer pessoa que acessar a Avamec.

Junto desses materiais, a gente também disponibilizou no canal do MEC 20 vídeos. São 20 vídeos de situação de sala de aula que dialogam com os materiais. Então, nessa formação, em que nós já temos pautas formativas preestabelecidas, o formador pode fazer uso desses vídeos e, a partir da apresentação desses vídeos, pode-se gerar uma discussão, uma reflexão com aquele grupo de professores e diretores.

Além disso, a gente tem feito quinzenalmente webinários para discutir sobre alfabetização, sobre as avaliações e práticas de sala de aula, entrevistando especialistas e entrevistando professores que estão nas redes. Então, essa é uma forma que o MEC encontrou de dar assistência técnica às redes.

Essa necessidade também surgiu quando, na relação com as redes estaduais e municipais, muitos desses técnicos de secretaria nos diziam: "Olha, eu estou usando o material do MEC de 2002. Eu estou usando o material do MEC do Pnaic 2014, 2015". Então, a gente foi atrás desses autores que são especialistas, autores renomados da área. Reunimos 200 autores para elaborar esses 20 cadernos de formação. São autores que estão na relação com os professores, na relação com as redes, não são teóricos que ficam distante do que o professor enfrenta hoje em dia em sala de aula, são professores das universidades e pesquisadores que estão muito próximos da vida das escolas. Então, são materiais que a gente pode dizer que são materiais muito ricos e muito vivos, porque eles dialogam com o que os professores estão vivendo hoje.

O material do 3º ao 5º ano ainda vem com um valor maior ainda neste momento pós-pandemia, porque a gente já enfrentava a questão da recomposição das aprendizagens, mas depois da pandemia isso se acentuou, então, muitas redes estão usando esses materiais no apoio para recomposição das aprendizagens das crianças.

A colega Rosilene traz para a gente, assim como a Profa. Cristina, a questão da formação inicial dos professores, porque muitos deles estão sendo formados em EaD, à distância. O Ministério da Educação tem sido muito enfático, garantindo que pelo menos 50% de qualquer curso à distância seja presencial na formação de professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação aos professores temporários, a gente também tem uma ação muito contundente dentro do programa Mais Professores quando o Ministério da Educação organiza um concurso nacional unificado. Então, quando as redes nos dizem: "Não posso fazer concurso, não consigo contratar meus professores, selecionar meus professores por concurso, porque é um custo muito alto para uma prefeitura pequena"...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. LUCIANNA MAGRI DE MELO MUNHOZ** – Com esse programa unificado de concurso, é possível que a rede faça a adesão e consiga selecionar os seus professores por meio desse programa. Essa é uma ação efetiva do MEC para os professores temporários.

Pode passar, por favor.

Não bastando a gente ofertar às redes os materiais que apoiam as formações de 1º e 2º ano, 3º ao 5º ano, Matemática Anos Iniciais, a gente também tem oferecido às redes a especialização para formadores. A gente gostaria que todas as redes estaduais pudessem ter formadores que soubessem fazer bom uso desses materiais, então, a gente disponibilizou: formação de formadores em Alfabetização com 800 vagas para as 27 unidades da Federação; formação de formadores em Língua Portuguesa, 800 vagas; formação de formadores em Matemática Anos Iniciais, 800 vagas; e também um curso de especialização para docência na educação infantil com 3 mil vagas. Todas essas ações buscam qualificar a formação que tem acontecido no país todo no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Pode passar, por favor.

Eu acho que assim encerro um pouco dessa assistência técnica que o Ministério tem oferecido às redes em relação à formação de professores no âmbito do compromisso.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós que agradecemos à Sra. Lucianna.

Eu queria só fazer uma pergunta: o Concurso Nacional Unificado já está disponível ou vai acontecer? Porque eu fiquei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LUCIANNA MAGRI DE MELO MUNHOZ** – Este ano já foi feito, já abriu o edital, já fechou o edital, e as provas devem ser até o final do ano. Então a ideia é que seja anual, anualmente se abra edital para que as redes municipais e estaduais possam fazer adesão e fazer uso dessa lista de professores aprovados. O que nos chamou muito a atenção foi a quantidade de professores inscritos. Nós tivemos mais de 1 milhão de professores inscritos nessa primeira edição. Isso mostra que os professores, sim, querem e precisam de concurso público.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Está ótimo. Só por curiosidade e também para que a gente possa divulgar, já tem essa possibilidade de os municípios aderirem para o próximo ano, já que este ano passou.

**A SRA. LUCIANNA MAGRI DE MELO MUNHOZ** – É isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada também pela contribuição.

Agora passo a palavra para o Sr. Fernando Rodrigues, que também vai dispor dos seus dez minutos; se necessário, a gente acrescenta.

**O SR. FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA** (Para expor.) – Boa tarde a todas e todos.

Na figura da Senadora Augusta Brito, quero saudar todos os presentes, assim como as colegas convidadas que compõem aqui esta mesa e que também participam de forma *online*, todos os participantes presentes nesta audiência e também os que nos acompanham pelo YouTube.

Quero destacar que, para a Associação Brasileira de Alfabetização, entidade de natureza científica no campo educacional, é um prazer e uma honra participar desta audiência pública, especialmente por poder contribuir com a avaliação que o Senado Federal brasileiro, por meio desta Comissão de Educação e Cultura, vem realizando sobre uma política pública desta monta, que é o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituído pelo Decreto Federal 11.556, de 12 de junho de 2023.

A Associação Brasileira de Alfabetização, desde o início, esteve muito próxima da construção dessa política, debatendo junto com o MEC princípios e aspectos que eram fundamentais na constituição de uma política, numa retomada da alfabetização, como, de fato,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma questão pública a ser pensada, que demanda uma política de Estado e não propriamente uma política, enfim, como a gente vinha observando anteriormente.

Então, para iniciar a minha exposição aqui, de forma muito breve, penso que é salutar dizer que o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que a gente carinhosamente chama – não é, Lucianna? – de CNCA, representa, no contexto educacional brasileiro, uma iniciativa imprescindível, da mais alta importância e necessidade na realidade em que vivemos. Ainda hoje, pouco mais de 9 milhões de brasileiros com mais de 15 anos não são alfabetizados, e aqui é importante frisar este termo: eles não são alfabetizados, o Estado não garantiu a eles o direito da alfabetização, portanto, eles não são sujeitos analfabetos, porque a alfabetização não é uma escolha pessoal, é parte de uma política pública e é parte de uma proposta de sociedade, conforme mostram os dados do IBGE, esses 9 milhões.

Também, em 2024, o Inaf trouxe dados bastante angustiantes para nós que lidamos com alfabetização: 22% das pessoas que se encontram num estágio de alfabetização apresentam ainda um nível muito rudimentar em relação à proficiência da leitura e da escrita, o que significa, nesse sentido, que, ainda que nos últimos anos a gente tenha observado o avanço na garantia do acesso das crianças brasileiras às escolas, ainda enfrentamos o desafio de garantir que esse processo de universalização do ensino se converta em efetiva democratização da educação e da possibilidade de uma alfabetização plena.

A participação desigual – a gente vem discutindo muito isso no campo da alfabetização – em práticas de alfabetização, portanto de acesso, de uso das culturas letradas, ressoa diretamente nas desigualdades sociais, uma vez que dificuldades de domínio de escrita impactam no acesso a outros bens culturais e limitam as possibilidades de participação social desses sujeitos, especialmente numa sociedade como a nossa, grafocêntrica, em que nós não existimos se não houver um documento escrito de que nós existimos, e isso é sintomático de uma sociedade grafocêntrica, que também é constituída por hierarquias entre grupos sociais e economicamente distintos.

É nesse direcionamento, então, que a Associação Brasileira de Alfabetização, a qual eu represento aqui hoje, na condição de Vice-Presidente, mas também como professor dessa área de pesquisa e de ensino na Universidade Federal de São Paulo – também atuo no âmbito do Pro-Leei, junto à Difor, no MEC –, desde 2023, quando o novo Governo tomou posse e estabeleceu a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

alfabetização como uma de suas pautas prioritárias, vem atuando de maneira a contribuir, acompanhar, monitorar e avaliar o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Nesse percurso, eu entendo que seja importante destacar algumas das conquistas e avanços trazidos no âmbito da política, no que se refere à temática instituída para esta audiência pública: a formação dos professores e das professoras alfabetizadoras. Em relação a esses destaques, eu queria começar dizendo da própria organização do compromisso, da postura aberta e dialógica que o MEC, por meio da DPI da Difor, vem tendo na condução e na construção dessa política. Eu acho que isso é uma retomada importante, depois de anos difíceis que vivemos. As entidades científicas, a sociedade civil passou a ser ouvida novamente no âmbito do Ministério da Educação, para se pensar uma política pública. Acho que é importante destacar que uma política pública não se constitui e não se solidifica quando ela é pensada exclusivamente em gabinetes. Ela precisa envolver as pessoas que fazem o cotidiano dessa política e que a tornam realidade no contexto da escola e das salas de aula.

Nesse sentido, também trazer as universidades, as entidades de pesquisa que fomentam os dados que permitem a gente pensar essas políticas é essencial nesse cenário, e essa tem sido a postura do MEC desde o início. Recordo-me que, logo nas primeiras semanas do novo Governo, nós já estivemos em Brasília para discutir a minuta do decreto que daria origem ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, num momento em que ainda nem se tinha definido o nome para essa política. Então, isso é sintomático.

Queria destacar também aqui a instituição do programa de formação continuada Leitura e Escrita na Educação Infantil, que foi instituído no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada por meio da Difor, em parceria com as universidades federais, que, pela primeira vez, abrange a maior parte dos profissionais da educação infantil numa proposta de formação continuada específica em relação às práticas de leitura, oralidade e escrita para esses profissionais da educação. E acho que é um ponto a ser destacado a coragem, digamos assim, da Difor, como representante do MEC, em assumir essa discussão, que não se trata propriamente da antecipação da alfabetização, mas da garantia do direito à oralidade, à leitura e à escrita às crianças pequenas, que se encontram na educação infantil e que, historicamente, no âmbito das políticas de alfabetização, acabam ficando de fora.

O Leei tem se constituído muito mais do que uma política de distribuição e acesso a materiais; é uma política focada na formação de profissionais que garante, por meio da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

articulação entre teoria e prática, a conquista da autonomia desses profissionais em relação ao seu trabalho.

Também há a estruturação do curso de especialização e dos materiais, que Lucianna já comentou, então não vou me atentar a eles, para não ultrapassar o tempo.

Entendo que tem um outro aspecto importante a ser destacado aqui, que é a construção da Renalfa (Rede Nacional de Alfabetização), que exerce um papel decisivo nos estados e municípios, portanto, nos territórios, no debate, nas ações em torno das melhorias das práticas de alfabetização.

Queria comentar aqui muito do que se tem se visto e feito em relação ao CNCA. No último Congresso Brasileiro de Alfabetização, realizado pela Associação Brasileira de Alfabetização agora, no mês de julho de 2025, em São Paulo, e que reuniu mais de 800 profissionais que atuam com pesquisa e práticas de alfabetização, o CNCA foi, sem sombra de dúvidas, o tema mais debatido, mais discutido, mais apontado, uma vez que o próprio Congresso tinha como tema articulação entre pesquisa, política pública e a prática em sala de aula. Então, isso também mostra o impacto do compromisso. Isso mostra como o compromisso tem sido feito, de fato, no cotidiano das escolas, para além daquilo que a gente consegue observar por meio dos mecanismos de monitoramento da política.

Queria, para encerrar – meu tempo está acabando –, destacar alguns pontos que nós entendemos que são fundamentais ainda no fortalecimento do compromisso. Isso não significa que eles são pontos frágeis, mas pontos que a gente entende que podem avançar e alavancar ainda mais uma política dessa importância.

O primeiro deles se refere ao fortalecimento de uma definição de alfabetização no âmbito do CNCA. Como a Lucianna apresentou, o próprio material traz uma concepção bastante estruturada e muito bem articulada por inúmeros profissionais. Quando a gente envolve mais de 200 pesquisadores, não tem como dizer que tem uma concepção única de alfabetização, mas como esse coletivo de pesquisadores encontra consenso, semelhanças e, nas diferenças, também encontra formas de pensar a alfabetização que garantam os direitos das crianças. E ainda lidamos com a difícil realidade – a dura realidade – de estados e municípios que entendem que a avaliação em fluência leitora ainda representa o principal indicador das práticas de alfabetização, quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sabemos, há muitas décadas, que esse indicador ainda é bastante frágil e não resolve, obviamente...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA** – ... o problema da alfabetização.

Queria também destacar, nesse sentido, a importância do fortalecimento e da ampliação do diálogo entre as redes públicas de ensino e as universidades, que, obviamente, no papel que desempenham na sociedade, carregam a responsabilidade de formar os profissionais da educação deste país, ainda que não seja a única forma de formá-los. As universidades públicas brasileiras, especialmente as universidades públicas brasileiras, têm desempenhado um papel fundamental nesse sentido e, num formato em que muitos estados e municípios têm se organizado, essas universidades têm, obviamente, tido limitações em participação nessa discussão.

Nesse sentido, a ampliação da formação, da especialização construída pela Difor – baseada, estruturada, organizada em torno desses materiais também organizados pelo MEC –, poderia ser uma importante saída nesse sentido, uma importante ação nesse sentido. Infelizmente, a gente observa nos estados e municípios, em algumas realidades, uma relação nem sempre de construção coletiva das políticas internas de cada território.

Estados, por vezes, impõem modos de trabalho, a partir da contratação de materiais que se autodenominam altamente estruturados e que acabam trazendo consigo uma concepção de formação de professores que se restringe à aplicação de determinadas práticas e à aplicação de determinados instrumentos de avaliação.

Nesse sentido, acho que o Leei, focado na educação infantil é um modelo, eu não diria só alternativa, é um modelo inspirador para nós pensarmos que é possível formar professores de modo a garantir a eles autonomia didática, de modo a garantir a eles as condições plenas do seu trabalho, no entendimento do que significa a profissionalização da profissão docente, com qualificação desses profissionais e reconhecimento da importância deles.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA** – As pesquisas mais recentes nos têm mostrado nesse sentido – desculpa, já vou encerrar – de que, mais do que garantir condições de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

materialidade nas escolas, são os professores que fazem a diferença nas práticas de alfabetização. Portanto, investir na formação desses profissionais é imprescindível, é fundamental, é necessário e é nesse sentido que a Associação Brasileira de Alfabetização vem tentando contribuir com a política.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Sr. Fernando. Nós que agradecemos. Concordo plenamente, tem que ter autonomia para que... Eu digo sempre assim, a gente precisa de uma infraestrutura, lógico, obviamente, que possa acolher, a gente precisa de material didático também que tenha qualidade, mas, acima de tudo, a gente precisa do profissional, do humano, é isso que faz a diferença realmente. Então, a gente tem que cuidar bem dessa formação, porque são pessoas humanas que vão ali lidar com vidas.

E aqui, dando continuidade, eu já quero passar aqui a palavra, de forma remota. Como eu estou visualizando aqui na minha tela, então, eu vou passar aqui para Andréia Militão, que poderá também fazer uso aqui do seu tempo de dez minutos. Pode abrir a tela, por favor.

**A SRA. ANDRÉIA NUNES MILITÃO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todas as pessoas que estão presentes nesta audiência pública promovida pela Senadora Augusta Brito.

Inicialmente, eu quero fazer a minha audiodescrição. Eu sou uma mulher parda, de cabelos castanhos escuros, olhos escuros, estou usando óculos, estou vestindo uma camisa num tom terroso e estou na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, em Dourados, e atrás de mim tem uma parede com divisória numa cor clara.

Então, feita essa audiodescrição, eu quero mais uma vez reforçar os meus cumprimentos à Senadora Augusta Brito, a qual parabenizo pela proposição da discussão. Trazer a público a discussão da formação de profissionais de educação e práticas pedagógicas é uma temática muito cara para Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação). E aproveito para saudar a nossa Presidenta nacional, Profa. Malvina Tuttman, que nos acompanha pelo YouTube e, assim, cumprimentar cada um, cada uma que está aqui nesta audiência de forma presencial ou de forma remota.

Dito isso, gostaria de trazer algumas questões a partir dos princípios "anfopeanos" para contribuir neste debate, no qual me coaduno às falas anteriores e me somo a elas em nome da Anfope.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Entendemos que a formação de professores é um aspecto central quando a gente discute qualquer temática. Nós pensamos em conteúdos, processos, mas temos que pensar em concepções. E, quando nós olhamos para o Decreto 11.556, de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, obviamente vamos olhar rapidamente para os princípios desse compromisso.

Entre os princípios, dois deles chamam muito a atenção da Anfope, quais sejam, o princípio do respeito à autonomia pedagógica do professor e das instituições de ensino superior, aspecto muito caro enquanto um princípio que também é um princípio "anfopeano". Hoje defendemos a autonomia dos profissionais de educação com relação às suas decisões didáticas, pedagógicas, mas também defendemos a autonomia das instituições de ensino superior, como está consignado na Constituição Federal. Outro princípio que nos chama a atenção é a valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, postos aqui no inciso VIII.

Queremos chamar a atenção para esse ponto, porque, quando falamos de duas etapas – educação infantil e ensino fundamental, aqui com o recorte para os anos iniciais –, nós precisamos também pensar que atravessam essa questão as modalidades. Estou aqui no Mato Grosso do Sul, onde temos uma população indígena bastante representativa, temos muitas escolas do campo e precisamos pensar nesse recorte ao olhar para os processos de valorização da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, nas modalidades da educação quilombola, da educação indígena, educação especial, enfim...

Então, queremos chamar a atenção, mas não somente isso. Trago mais um aspecto a partir dessa política instituída recentemente em 2023 que se refere a algo que é muito caro para a Anfope e para outras (*Falha no áudio.*) ... acadêmico-científicas, que é o tratamento de forma indissociável da formação inicial, da formação continuada, da carreira, de salário, das condições de trabalho e de saúde de todos os profissionais de educação.

O compromisso traz explicitamente uma preocupação com as necessidades, que aqui está posta da seguinte forma: as necessidades específicas das escolas. Mas nós queremos considerar também, nesse processo, as necessidades específicas formativas dos profissionais da educação. Então, não dá para a gente pensar na centralidade apenas das necessidades da escola, mas temos que pautar também quais são as necessidades formativas desses sujeitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agradecemos, em nome da Anfope, esse convite que muito nos honra, para fazer este debate, porque, por vezes, a questão da formação de professores se torna um meio para se alcançar algo. E nós precisamos pensar no formato em que têm que ser ofertados os processos de formação, não apenas no conteúdo. Entendemos que é importante discutir alfabetização, e claro que uma das estratégias postas nesse Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é a formação de professores, mas precisamos convocar os profissionais da educação superior, básica e as entidades acadêmico-científicas – aqui notadamente destaco o papel da Anfope – para discutir os processos formativos, porque esse vira meio.... Perdão, vira fim e não meio.

Então, gostaria de fazer essa ressalva e ainda trazer mais um aspecto que para nós da Anfope é muito caro. Todos e todas aqui têm conhecimento de que nós, desde 2015, temos a Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP 1, de 2015, que articula a formação inicial e continuada, assim como os aspectos da valorização e da carreira dos profissionais da educação. No entanto, desde 2019, essa resolução foi suplantada por uma resolução pouco afeita ao que nós defendemos historicamente, que é uma sólida formação que ancore teoria e prática fundamentada e que leve a uma perspectiva emancipatória das práticas educativas.

No entanto, mais recentemente, tivemos a aprovação da Resolução 4, de 2024, que não articula a formação inicial e a formação continuada. Assim, aproveito esse espaço e, em nome da Anfope, reivindico que nós possamos defender essa articulação da formação inicial e continuada e da valorização dos e das profissionais da educação, a partir do que está posto na Resolução 2, de 2015, e que ela seja retomada imediatamente. E assim pedimos a imediata revogação da Resolução 4, de 2024, porque nós consideramos, entre outros aspectos, que a formação inicial e continuada dos e das profissionais do magistério precisa ser pensada de maneira orgânica e articulada com as necessidades da educação básica, aspectos que estavam presentes na Resolução 2, de 2015, e que não aparecem com o devido relevo na Resolução 4, de 2024.

Ademais, consideramos que a formação inicial e continuada é entendida como um processo permanente que articula as instituições de educação básica e superior. Também entendemos que é necessário considerar todos os profissionais, aqueles que estão na educação básica, aqueles e aquelas que estão na educação superior, como (*Falha no áudio.*) ... conhecimentos, experiências, com habilidades e possibilidades, e que eles também sejam proponentes e partícipes desses processos de proposição de processos formativos. Entendemos, ainda, que a formação inicial e continuada precisa oportunizar um desenvolvimento profissional para que nós tenhamos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

adequado desempenho das funções do magistério na educação básica, seja na educação infantil, no ensino fundamental, no ensino médio, em todas as modalidades afeitas a essas etapas da educação.

Então, defendemos, ainda, numa perspectiva que ficou consignada no documento final da Conae 2024, uma perspectiva de educação voltada para os direitos humanos, para uma educação antirracista, numa perspectiva de gestão democrática e que garanta, de fato, o que nós temos defendido, que as universidades, em especial as públicas, sejam os espaços primordiais de formação inicial e continuada. Conquanto compreendamos que haja processos que são inerentes naquela terminologia que nós coadunamos como formação em serviço, nós não podemos preterir o papel da universidade, sobretudo pública, na condução dos processos de formação continuada, numa perspectiva dialógica, articulada e democrática, junto com as instituições de educação básica e também com as entidades dos movimentos sociais e sindicais.

Assim, quero ainda afirmar que a inadequação... Estou concluindo. Assim, quero afirmar que a Anfope tem dois elementos fortemente de defesa. A formação inicial deve ser preferencialmente presencial em nível superior e a continuada deve ser examinada de forma contextualizada na sociedade brasileira, ainda marcada pela permanência das desigualdades sociais.

Quero fechar, então, colocando a Anfope à disposição para fazer a interlocução sobre os aspectos que envolvam formação inicial, formação continuada e todos os aspectos atinentes à valorização dos e das profissionais de educação.

Agradeço a oportunidade, Senadora, e me coloco à disposição para o debate.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada à Comissão, e a Presidência já agradece aí à Sra. Andréia, que tão bem contribuiu. Já anotei aqui alguns pontos sobre a resolução, a que tem que revogar e a que tem que voltar para gente fazer aqui, no final de tudo, um estudo, um levantamento sobre com que a gente vai poder contribuir.

Aqui quero dar continuidade já chamando o próximo expositor, que é o Sr. Evandro, que está aqui de forma virtual e também poderá fazer sua explanação aí por dez minutos.

**O SR. EVANDRO COSTA DE MEDEIROS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos e todas, a quem nos assiste. Boa tarde à Senadora Augusta Brito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer, em nome da Secretária Zara Figueiredo, o convite para participar desta audiência da Comissão de Educação e Cultura do Senado.

Eu vou pedir licença para fazer uma apresentação. Eu não consegui enviar para que pudesse ser projetada por aí. Eu espero que por aqui a gente consiga. (*Pausa.*)

Bem, na nossa apresentação sobre as ações da Secadi, em relação à parceria com a SEB e o Compromisso Criança Alfabetizada, para serem relatadas, é preciso situar essas ações dentro do contexto da Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, que foi relançado recentemente pela atual gestão do Ministério da Educação, que é uma política criada em 2010, ao final do segundo mandato do Presidente Lula, e que agora foi reconstituída.

O Pronacampo, como eu nomeei, é uma política direcionada a 48 mil escolas do campo que fazem parte da rede de educação básica de escolas públicas e comunitárias no país; 58% dessas escolas são escolas de turmas multisseriadas, escolas constituídas por crianças em situações heterogêneas de aprendizagem, de diferentes idades, de diferentes situações de aprendizagem e convencionalmente chamadas de diferentes séries (*Falha no áudio.*) ... do campo, que representam 27% da rede de educação básica no país, elas sofrem com condições de infraestrutura precária, sem acesso a bibliotecas, laboratórios de informática, internet banda larga, de alta velocidade, internet mesmo acessível, falta de laboratórios de ciências, informática.

Um outro problema grave que afeta essas escolas, segundo a justificativa... (*Falha no áudio.*)... ... da infraestrutura, é o fechamento de escolas de educação básica. Nos últimos dez anos, foram fechadas 20 mil escolas do campo.

E um terceiro problema grave é a formação de professores. Esses pontos em vermelho são escolas do campo onde nenhum dos professores que nelas atuam possui ensino superior. E essa faixa se estende principalmente da Amazônia ao Nordeste, onde se encontra também a maioria das escolas do campo, onde se encontra a maioria das escolas em situação precária e onde se encontra a maioria das escolas do campo que atendem a multissérie. Então, esse mapa revela uma faixa de grandes problemas na educação do campo, o que coloca a Amazônia e o Nordeste do país como prioridades da política.

A política é constituída de sete eixos. E um dos eixos principais é o eixo relacionado à formação. As ações nesse eixo dizem respeito ao apoio à formação inicial, no âmbito do ensino superior, com a licenciatura em Educação do Campo, que foi um curso de graduação criado a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

partir do estímulo do Ministério da Educação, no final dos anos 2000, da primeira década – o primeiro curso foi criado em 2008. E, nessa retomada da Secadi, que havia sido extinta em 2019 e foi recriada em 2023, por esta atual gestão do Governo Lula, em parceria com a Capes, criamos o Parfor Equidade, que visa a ampliar a oferta dessas licenciaturas e a formação inicial de professores do campo, professores indígenas, quilombolas, professores da educação especial, de bilíngue e surdo – o Parfor Equidade alcança todos esses segmentos –, ampliar o acesso à universidade e a formação desse professor através do programa de formação docente da Capes.

Outro programa, ligado ao Pronacampo, é o Escola da Terra, que oferta cursos de aperfeiçoamento e especialização a professores de escolas do campo, das redes municipais e estaduais, em parceria com as universidades. Além disso, estamos projetando a criação de um mestrado profissional em Educação do Campo, numa parceria com a Capes, e de um curso de aperfeiçoamento para gestores das redes de ensino, porque não basta formar os docentes, os profissionais de educação que atuam em sala de aula, mas é preciso formar também a equipe técnica das redes, das escolas e das secretarias.

Em relação ao apoio à licenciatura em Educação do Campo, em 2024, nós tínhamos 49 instituições de ensino superior, instituições federais, ofertando cursos de licenciatura em Educação do Campo. São 70 espalhados por todo o país. Em 2022, segundo o censo, a matrícula era de 6.335 cursistas, cursando licenciatura em Educação do Campo.

No ano de 2025, a Secadi enviou como recursos de apoio de custeio às atividades acadêmicas dos cursos R$8,5 milhões.

A Secadi financia o que nós chamamos o tempo comunidade dos cursos, que é a atividade da formação em alternância, que envolve ensino, pesquisa e extensão nas comunidades, que envolve estágios, que envolve atividades junto aos espaços de ensino formal e não formal e que é fundamental para discutir a formação acadêmica desses professores do campo. Então, a Secadi retomou o apoio aos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, apoiando fundamentalmente as atividades de alternância no tempo comunidade.

No Programa Escola da Terra, em 2024, nós tínhamos 5.739 professores das redes municipais e estaduais que atuam nas escolas do campo em formação, em 53 cursos de aperfeiçoamento, desenvolvidos por 40 universidades e também espalhados por todo o país. Em 2025... Desculpa, esses números são da especialização e do aperfeiçoamento, na totalização. Em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2025, a Secadi financiou mais 34 cursos de aperfeiçoamento, atendendo a 2.790 professores da rede pública de ensino, com um total de investimento de R$7,2 milhões só para os cursos de aperfeiçoamento, entre recursos de custeio, bolsas para tutores e coordenadores estaduais que atuam nas redes, nas secretarias, bolsas para os formadores.

Em relação à especialização, em 2025, foram ofertados 32 cursos de especialização, atendendo 1.940 professores de redes de ensino, com um valor de R$6,2 milhões repassados entre recursos de custeio e recursos de bolsas.

Especificamente no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, nós estabelecemos uma parceria com a SEB, em que a SEB repassou recursos para custeio e a Secadi repassou recursos para bolsas dos formadores, dos tutores e dos coordenadores estaduais. São R$3,7 milhões investidos em cursos, com sete universidades, nos Estados de Goiás, Pernambuco, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Pará, atendendo a 56 municípios, com ações voltadas especificamente para as ações de letramento e alfabetização, com turmas multisseriadas, nas escolas do campo.

Além dessas ações, o MEC, através do novo Pronacampo, está constituindo um programa denominado ProMulti (Programa Nacional de Multisseriação), que vai investir em formação de professores, implementação de parâmetros para gestão da multissérie, diretrizes curriculares, referenciais de implementação, materiais pedagógicos e avaliação e monitoramento das turmas multisseriadas, da oferta dos anos iniciais do segundo segmento do ensino fundamental, por meio de turmas multisseriadas, que é uma realidade forte no país.

Além disso, investimentos em produção de material didático, com PNLD, material literário, diretrizes e referenciais para a implementação dos currículos da educação do campo nas redes, um novo programa de formação voltado à agroecologia, a discussão das questões climáticas e investimento nas escolas do campo, uma ação que a gente chama de Escola Agroecológica, para repasse de recursos para infraestrutura voltada à agroecologia, iniciativas da agroecologia nas escolas.

Por fim, o monitoramento daquilo que é a política, do que tem sido desenvolvido como a educação do campo enquanto modalidade, pelas redes, a partir de uma parceria com as universidades, para instituir um centro de referência, produção de anuários e de uma plataforma que trabalhe com produção de dados, indicadores e monitoramento da educação do campo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Seria isso. Obrigado. E fico à disposição para o diálogo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós que agradecemos a participação do Sr. Evandro.

E agora já vamos chamar – ela está de forma virtual – a próxima e última oradora convidada, que é a Sra. Mônica Correia.

Seja bem-vinda! Pode também agora fazer o uso por dez minutos; se for necessário a gente também acrescenta. Fique à vontade, Sra. Mônica.

**A SRA. MÔNICA CORREIA BAPTISTA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Senadora Augusta Brito. Na sua pessoa, eu agradeço ao Senado Federal e parabenizo-o também por estarmos aqui, com importantes representantes de importantes instituições, que participam de políticas públicas, e nós ficamos alguns anos ressentidos dessa participação quando do Governo passado.

Muito obrigada, colega Rosilene, Cristina Madeira, Lucianna Magri, que está aqui; Fernando Rodrigues de Oliveira, da Abalf; Andréia Militão, da Anfope, todas essas instituições que vêm, durante muitos anos, lutando pelo direito das crianças e também de jovens e adultos brasileiros à alfabetização e lutando por melhores condições de trabalho para as professoras que atuam nesses segmentos; também as universidades públicas, que durante algum tempo ficaram também distantes dessa participação, da elaboração das políticas públicas.

Eu vou compartilhar aqui, com vocês, uma apresentação, para ficar dentro desse tempo e podermos também responder e discutir as questões das pessoas que estão nos seguindo de forma remota.

Eu sou Professora da Universidade Federal de Minas Gerais, sou uma mulher de 63 anos, cabelos grisalhos, estou vestindo uma blusa de cor vinho e estou na biblioteca da minha casa.

Bom, eu vou falar sobre o programa, a proposta formativa Leitura e Escrita na Educação Infantil; meus colegas, que me antecederam, já tocaram nesse programa. Todos eles, de alguma forma, muito diretamente, vêm participando comigo da implementação dessa proposta, que também esperamos que seja uma grande política pública que tenha continuidade para além deste Governo, que, com confiança, nos deu a honra de poder implementar uma política pensada pelos movimentos sociais, pelas universidades, pelas professoras da educação infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, com um orgulho muito grande, eu apresento aqui, mas falo em nome, com certeza, de muitos outros que estão nos assistindo ou que nos assistirão no futuro e que estão também elaborando essa proposta formativa.

Eu não sei se estou... Se eu consegui... Pronto, acho que agora sim.

Bom, então vou falar do Pro-LEEI, que tem esse nome, que ele passa a ter agora, em 2025. Ele foi implementado como política pública no ano passado, em 2024, mas eu quero lembrar a vocês que essa proposta vem sendo elaborada desde 2014 e sofreu uma interrupção em 2016, e, a partir daí, ela não se configurou como uma política pública nacional, mas ela esteve presente em alguns municípios, por meio muito das lutas dos movimentos sociais, de universidades, que bancaram a execução desse programa em alguns municípios, o que nos deu a tranquilidade para poder implementar, em 2024, como política nacional, para todas as professoras de pré-escola do Brasil.

Para quem não é da área da educação infantil, pode ser difícil entender o quanto é relevante essa discussão da leitura e da escrita entendida como a participação da educação infantil num processo de apropriação dessa linguagem por crianças tão pequenas. Eu estou marcando essa diferença, para dizer que o Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que, dentro dele, abarca o Leitura e Escrita na Educação Infantil, voltado para as crianças – esperamos – de zero a seis anos, mas, por enquanto, de quatro e cinco anos, é como uma política que reconhece o direito das crianças de terem expandidas as suas experiências em relação à leitura e à escrita. Estou marcando isso para dizer que não é uma proposta de uma metodologia de alfabetização, não significa uma antecipação de processos de alfabetização ou um tratamento precoce dado a habilidades e competências que, possivelmente, algumas pessoas requerem para as crianças pequenas, mas sim reconhecendo que essas crianças pensam sobre esse objeto do conhecimento, querem entender como ele funciona e estão submetidas, de certa forma, a uma sociedade que se organiza por meio dessa linguagem, que é a linguagem escrita.

Então, o Programa Leitura e Escrita entende que é um direito das crianças, desde o seu nascimento, de irem compreendendo como funciona o sistema de escrita e se apropriarem desse sistema e fazerem uso dele da melhor forma possível.

Queria também ressaltar que o programa... A Andréia, que me antecedeu, disse isso, acho que outras pessoas também: a relevância da participação das universidades, porque não é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

vetor de mão única. Claro que a universidade tem o compromisso, o dever de retornar para a sociedade aquilo que faz, em termos de pesquisa, de ensino, de extensão, mas nós aprendemos muito também quando participamos da implementação dessas políticas, sobretudo nós, que acreditamos que teoria e prática são indissociáveis. Então, é muito importante que as universidades participem, e esse é um ponto que eu queria ressaltar.

Também um outro ponto – eu vou passar mais brevemente, porque foi tocado aqui – é a concepção de formação docente, não como uma racionalidade técnica, essas propostas em que o professor só consome materiais feitos por especialistas, problemas que são levantados por especialistas, dos quais os professores não participam sequer da elaboração, da reflexão sobre que problema da prática ele realmente precisa e deve agir de forma reflexiva. Então, é uma concepção de formação em que esse profissional é visto e entendido e requerido como um protagonista da sua própria prática.

Aqui eu tenho alguns dados de entrada desse programa, mas a Lucianna Magri já fez menção, foram muitas pessoas inscritas. Nós estamos agora num trabalho junto ao MEC de ter os dados de saída de 2024, mas, de qualquer forma, vocês podem ver, por esses números, que foi um movimento intenso no Brasil, quantitativamente falando e também qualitativamente, e eu vou explicar essa questão mais qualitativa daqui a pouco. Mas é muito impressionante o volume de pessoas envolvidas.

Bom, aqui eu apresento alguns dados de avaliação restritos à Região Sudeste, mas não foi diferente nas outras quatro regiões do país, só para que vocês tenham uma ideia também da avaliação positiva que esses agentes todos que eu mostrei anteriormente – desde formadores estaduais, formadores municipais, professores cursistas–, tiveram do programa.

Aqui são dados apenas dos cursistas, mas que também não diferem dos outros agentes dessa política. Então, foi muito valorizado o fato de as professoras terem encontros presenciais. Eu acho que isso é muito relevante. Nós falamos aqui do tanto que o Brasil tem investido, infelizmente, na formação em EaD. Ela não é dissociada de um aligeiramento, de uma falta de aprofundamento, toda a crítica que as pesquisas mostram, com dados científicos, o tanto que a educação à distância nem sempre ou quase nunca tem assegurado a qualidade.

No caso da formação continuada proposta pelo Leei, isso ficou muito evidente. Nós temos dados também por meio de entrevistas, e aqui no caso foi um questionário com questões

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

fechadas, no modelo Likert; mas a gente tem dados também qualitativos em que as professoras ressaltam a felicidade e a importância de elas terem se encontrado umas com as outras. Parece óbvio, mas os dados também reforçam isso, né? É muito relevante e.. eu digo também desse compromisso não só quantitativo, desse número grande de pessoas inscritas, mas o volume de trabalho para fazer com que 200 mil professoras se encontrassem em todas as regiões do Brasil.

É muito importante a gente também destacar a diversidade do nosso território e pensar, por exemplo, na Região Norte, com professoras que viajavam sete dias, cinco dias para fazer esse encontro mensal com outras colegas professoras, mas o resultado é surpreendente.

Também essa questão da avaliação positiva em relação ao material, enfim, aí tem uns itens que vocês puderam ir seguindo um pouco enquanto eu estava expondo aqui oralmente.

Em resumidas contas, eu diria que a gente conseguiu, lendo os dados, entender também, e também pela nossa observação na implementação do programa, que nós garantimos uma certa unicidade, o que era uma preocupação nossa, considerando a diversidade do Brasil. Então, na convergência das percepções dos cursistas, das formadoras – estou terminando então –, a gente foi vendo como é que tem uma unicidade de concepções entre os diferentes atores. Também nós vimos, nesses altos índices de concordância dos impactos positivos, como muito provavelmente impactou positivamente nas práticas com as crianças, e isso também foi em vários depoimentos das professoras.

Também queria destacar como é que – eu já falei sobre isso – esse primeiro impacto que aparece positivo aí, da troca entre cursistas, reforça que a formação de professor requer interação, e não transmissão de conhecimentos.

É muito importante ouvir o que elas fazem, aprender com a prática e a experiência delas, dialogando com a teoria; e há a ênfase que elas dão à questão dos materiais.

Só muito brevemente, quero dizer que, do ponto de vista negativo, nós tivemos problemas com a plataforma Avamec, o que, agora em 2025, já foi sanado. E, em segundo lugar, o fato de os materiais, que são materiais da Coleção Leitura e Escrita, não poderem ter sido impressos para as professoras. E com isso a gente vem discutindo com os municípios como que, no regime de colaboração, essa poderia ser uma das atribuições dos municípios.

Para dar continuidade ao programa, a gente espera que ele continue e chegue às professoras de creches de zero a três; que amplie para outros profissionais, como coordenadores

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pedagógicos, professores especialistas, que às vezes atuam na educação infantil, e também para comunidades indígenas e outras comunidades, que demandariam a gente pensar em uma proposta mais específica para elas.

Bom, aí são fatores externos que influenciam também na formação continuada, que a gente precisa discutir no Brasil: melhoria das condições de trabalho, ou seja, carreira, salário, materialidade, formação inicial; e também uma necessidade de articular com outras políticas e outros programas, de forma que seja uma política... não seja isolada essa questão da formação continuada proposta pelo Leei.

Era isso. Eu queria agradecer mais uma vez a oportunidade e mais uma vez parabenizar, porque temos uma pauta positiva para discutir no Senado e são muitas pautas positivas que nós podemos trazer ao longo desse período aí para a frente.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada.

Nós agradecemos aqui à Sra. Mônica, agradecemos a todos os convidados que aqui estiveram.

Nós temos aqui algumas perguntas que chegaram até a nossa audiência pública pelo e-Cidadania, através do nosso meio digital. Eu não queria ler, até porque foram distribuídas para todos que aqui estão que possam se sentir à vontade ou que sintam aqui que podem responder a alguma dessas perguntas.

Mas eu quero aqui só ler uma, que é do João, lá do Ceará, que pergunta aqui: "De que forma o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada garante formação continuada para os professores?". Eu acho que na exposição a gente já percebeu e já tem uma ideia de como é, porque tem toda essa questão de também apoio na formação, com material, embora agora a gente esteja percebendo que existe uma necessidade também do material físico, não só na questão digital.

Mas fiquem à vontade. Eu quero aqui já passar a palavra aqui para os nossos convidados. Quem quiser iniciar, já pode responder a alguma pergunta e ir para suas considerações finais, da forma como vocês quiserem fazer aqui.

Quem começa? Eu estou deixando aberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. CRISTINA MADEIRA-COELHO** (*Fora do microfone*.) – Posso começar?

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Pode, pode sim. Agora a Sra. Cristina vai começar.

**A SRA. CRISTINA MADEIRA-COELHO** (Para expor.) – Eu queria, na verdade, falar o seguinte: tem uma série de questões que foram feitas que eu acho que, muito na fala dos que me seguiram, como eu fui a primeira, elas estão respondidas. Mas eu queria muito chamar atenção para a pergunta da Juliana, de Minas Gerais. Ela fala: "Como garantir que a alfabetização respeite os tempos e modos de aprendizagem de cada criança?".

Eu queria falar – isso foi falado por alguma das pessoas que falaram depois de mim – que não é a alfabetização que vai respeitar, quem vai respeitar são os profissionais educadores, são os professores, gestores, orientadores educacionais, são as pessoas, e é nelas que a gente tem que investir.

Então, há esse problema enorme que nós enfrentamos de professores temporários. É preciso, sem dúvida nenhuma, além do concurso, que os municípios entendam que é preciso que o gasto que eles recebem do Governo Federal seja aplicado na educação infantil, nas fases iniciais, porque esse processo está falando deste momento inicial do processo de aprendizagem e desenvolvimento.

Então, eu queria muito marcar que são pessoas que fazem, e é nessas pessoas que a gente tem que estar investindo, para que a gente tenha o sucesso que eu acho que a gente tem conseguido. E aí o Pro-Leei tem essa marca de investir nas pessoas que estão envolvidas. Por isso que eu acho que a gente pode escutar tanto a fala da Profa. Luciana, quanto a do Professor, quanto a da Mônica, que mostram o impacto que a gente tem da política.

Queria só falar também mais uma coisa: reconhecendo todo o trabalho da Difor – e a gente está muito próxima, né, Luciana? –, acho que a gente precisa falar também...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CRISTINA MADEIRA-COELHO** – ...da Cogei, que é uma das instâncias que participa, por outro lado, da questão da educação infantil, e aí nomear a Profa. Rita Coelho, porque ela realmente faz uma diferença no conjunto da política pública que vai estar apoiando a educação infantil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria marcar isso e mais uma vez agradecer o convite.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Nós que agradecemos à Sra. Cristina, que já contribuiu muito com a fala e agora ainda deixou essa missão aí, que a Luciana vai poder...

Já lhe passo, então, para as suas considerações finais. Fique bem à vontade, Luciana.

**A SRA. LUCIANNA MAGRI DE MELO MUNHOZ** (Para expor.) – Sim. Obrigada, Professora.

Eu acho que a professora traz um ponto que para gente tem sido fundamental, né? Nós estamos falando de formação de professores, para que esses professores ajudem nos processos de aprendizagem das crianças. Então, pensando na homologia de processos, essa formação que a gente propõe no Pro-Leei é dentro deste sentido: eu faço com as professoras aquilo que eu desejo que elas façam com as crianças, né? Então, com o respeito, levando em consideração a história daquele sujeito, a partir dos seus conhecimentos, a gente vai propondo uma formação humana.

O desafio do compromisso é do tamanho do país. A gente está falando de 5.680 municípios e a gente não consegue atuar e estar diretamente com todos eles. Então, quando a gente propõe um material de formação que apoie, que pode chegar a todos os municípios, vídeos que apoiem essas formações, isso é um jeito de o MEC chegar e qualificar o que a gente espera para as formações dos professores para, consequentemente, que isso chegue para as nossas crianças.

Então, eu acho que a gente coloca aqui uma assistência técnica qualificada no nosso desejo de superar esse sintoma que agrava o país. Desde 1930, com Anísio Teixeira, houve várias tentativas para a gente superá-lo. Não é de hoje que a gente diz da questão da alfabetização, né? Então, eu acho que é o momento mesmo de estados e municípios se unirem e, de uma forma ou de outra, todos se dedicarem a essa questão. A gente aqui, enquanto MEC, tem esse papel de induzir e de fomentar que essas formações sejam feitas de forma qualificada.

Então, a gente se coloca aqui muito à disposição.

Obrigada, Senadora, pela oportunidade; obrigada a todos que estão nos acompanhando; e a gente segue conversando. Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Sra. Luciana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Já dando continuidade, eu passo aqui para a Sra. Rosilene também, que poderá fazer suas considerações finais.

**A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA** (Para expor.) – Quero agradecer imensamente pela oportunidade de estar aqui, agradecer a todos que nos acompanharam, que estão aqui também presentes.

Acho que fica muito claro, Senadora, que nós temos... Até porque o tema é esse, a formação, hoje a gente tem, de fato, algo que nos deixa muito preocupados, que é a nossa formação, sem dúvida. Mas não podemos nos esquecer da formação inicial, algo em que o MEC que já vem trabalhando. Com certeza, todo mundo que pensa a educação já percebeu isso, e estamos atuando para que de fato haja um investimento nessa formação, melhorias nessa formação. Não podemos continuar com a realidade de termos hoje um altíssimo percentual – é muita coisa! – de profissionais que estão, de fato, se formando à distância, e é uma formação à distância em que não há nenhum controle, sem qualidade, lamentavelmente.

E a gente precisa colocar, Senadora, que esses profissionais são vítimas dessa situação, porque, na verdade, precisam. É ao que têm acesso, é o que é possível pagar. Às vezes, R$200, R$300 é o máximo que se paga de uma mensalidade por esse curso, que termina rapidamente, porque se tem que ter um diploma. É isso, essa é a realidade que nós vivemos. E, porque é uma profissão que não tem valor, isso tudo é reflexo. Não tem segredo nisso.

Então, nós precisamos garantir melhor qualificação continuada também, porque nós precisamos, para sairmos do apagão docente que nós vivemos hoje no Brasil... Porque essa é a realidade: embora tenhamos muitos inscritos, a questão, o desafio é a permanência desses profissionais na carreira do magistério, porque, como nós temos desemprego, a juventude...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ROSILENE CORRÊA LIMA** – ... ou nem só a juventude tem a necessidade de fazer um concurso, porque precisa de um emprego. Mas cadê o incentivo e a valorização para eu permanecer e aí me qualificar cada vez mais? Esse é o grande desafio que temos para que qualquer programa, qualquer projeto de sociedade dê certo; passa pela educação necessariamente. Então, nós temos, como peça central, fazer com que tenhamos os bons profissionais podendo permanecer na carreira do magistério.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós é que agradecemos à Sra. Rosilene.

É isso mesmo. Temos que garantir uma boa formação. Pelo que eu estou entendendo aqui, ela acontece de forma presencial. Além dessa boa formação, a continuidade para esses profissionais que foram capacitados; que tenham realmente essa qualificação para permanecer, e, para isso, a gente precisa de reconhecimento, de valorização da profissão como um todo em todas as suas etapas.

Eu já quero passar a palavra para o Sr. Fernando também, que poderá usar esses minutos para fazer suas considerações finais.

**O SR. FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA** (Para expor.) – Eu queria também agradecer, em nome da Associação Brasileira de Alfabetização, à Senadora Augusta Brito e dizer que muito do que a gente disse talvez... A gente espera pelo menos ter contemplado os comentários e as perguntas que nos foram apresentados.

E só quero reforçar o que a Rosilene disse. Eu entendo que o sucesso de uma política pública no campo da educação que se volta a um tema e a um elemento tão fundante da escola brasileira, enfim, decisivo também para nossa formação social perpassa um cuidado, num sentido amplo dessa palavra, com os profissionais que desenvolvem esse trabalho no cotidiano das escolas.

A formação continuada, obviamente, é um elemento essencial, mas não é de qualquer formação continuada que nós estamos falando. Essa formação continuada perpassa a qualificação e o reconhecimento da importância desses profissionais em formações presenciais, né? Eu acho que isto é fundamental dizer: acho que um dos desafios que o Leei, por exemplo, enfrentou foi o de garantir uma formação presencial, e a gente tem observado... Uma das perguntas era sobre, se não der certo, qual é o plano B? Eu acho que a gente pode dizer com muita segurança que está dando certo, né? E está dando certo, sobretudo, porque temos observado resultados muito positivos de uma escolha de um modelo de formação de professores que respeite as individualidades desses profissionais, mas que garanta a eles uma formação qualificada que signifique reconhecer no seu território quais são as práticas de alfabetização mais adequadas e apropriadas, pensando num aspecto maior que é a garantia do direito à leitura e à escrita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, penso também que isso perpassa algumas das perguntas sobre a questão da diversidade, diferença e inclusão. Eu acho que profissionais bem formados são aqueles que conseguem, no cotidiano do seu trabalho, saber fazer as melhores escolhas frente a esses desafios aonde nós, universidade, entidades e MEC, não chegamos.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FERNANDO RODRIGUES DE OLIVEIRA** – Mas esses profissionais, com a formação adequada, estão lá e conseguem fazer essas escolhas.

Agradeço mais uma vez à Senadora, e quero dizer da importância deste espaço, dizer da alegria para todos nós de poder voltar a debater educação de forma qualificada, de um modo tão potente como tem sido feito aqui.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Mais uma vez, eu é que agradeço, nós é que agradecemos a contribuição de cada um que aqui fez sua exposição e ainda está fazendo com as suas contribuições finais.

Eu quero aqui já abrir para a Sra. Andréia Militão, que quer fazer também um uso da palavra, para fazer suas considerações finais aqui, através do meio virtual.

Pode falar.

**A SRA. ANDRÉIA NUNES MILITÃO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Bom, então também quero registrar, em nome da Anfope, nossa gratidão pelo convite e oportunidade de fazer esta interlocução com tantos companheiros e companheiras acerca dessa temática que é muito cara à formação de profissionais de educação e às práticas pedagógicas, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

E quero dizer que a gente precisa pensar também numa concepção, né? E aí eu quero recuperar o Paulo Freire, num livro que ele junto com o Donaldo Macedo vão falar de alfabetização, leitura do mundo e leitura da palavra. E tem um excerto aqui que eu considero muito importante, logo no preâmbulo dessa obra, porque a gente trata a questão da alfabetização, em particular os processos de analfabetismo, como se fosse um problema dos países em desenvolvimento e não também daqueles países desenvolvidos. E, nessa obra da década de 90, o Paulo Freire junto com o Donaldo Macedo apontam os milhões de pessoas, 60

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

milhões de pessoas dentro dos Estados Unidos, analfabetas. E por que eu estou trazendo esse elemento? Porque a gente tem que entender essa questão da discussão da alfabetização e do analfabetismo a partir desse prisma freiriano, no meu ponto de vista, porque... Olhe o que o Paulo Freire coloca – para encerrar em razão do tempo –: O analfabetismo não só ameaça a ordem econômica de uma sociedade, como também constitui uma profunda injustiça. Essa injustiça tem graves consequências, como a incapacidade dos analfabetos de tomarem decisões por si mesmos, ou de participarem do processo político. Desse modo, o analfabetismo ameaça o caráter mesmo da democracia. Solapa os princípios democráticos de uma sociedade".

Então, nesse sentido, eu quero fechar dizendo que, enquanto entidade, a Anfope defende processos formativos democráticos para uma formação democrática, e não é possível que a gente não consiga, no século XXI, garantir o direito à alfabetização e, por consequência, o direito à formação de profissionais bem formados, bem remunerados, trabalhando em condições adequadas. Então, é isto que a Anfope vem trazendo como bandeira, um processo de valorização que permita a garantia do direito ao processo de ensino e aprendizagem, que vai garantir de fato a apropriação da alfabetização.

Então, eu termino aqui, agradecendo a interlocução e, sobretudo, à Senadora Augusta Brito pela oportunidade,.

Ficamos ainda à disposição da Comissão de Educação e Cultura para outras oportunidades.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, nós agradecemos à Sra. Andréia.

Já passamos aqui para o Sr. Evandro também fazer suas considerações finais.

**O SR. EVANDRO COSTA DE MEDEIROS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, eu penso que uma das grandes conquistas do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, além da promoção da própria política e de atendimento dessas crianças nas escolas, tem sido a construção da política pública por meio do regime de colaboração efetivamente, isso não só com os entes federados, mas também internamente no próprio ministério e na relação com as universidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A ação desenvolvida através do Escola da Terra, Alfabetização e Letramento, que está vinculada ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, é uma prova disso. Por mais que ainda seja um número pequeno de universidades envolvidas, 56 municípios atendidos, um valor ainda pequeno de investimento, na casa de R$4 milhões, é uma iniciativa que demonstra como é possível desenvolver ação nessa direção da alfabetização das crianças, envolvendo as universidades, envolvendo o protagonismo das redes, envolvendo a parceria na realização de formação continuada, inicial e continuada, porque a gente articula isso dentro da educação do campo, de forma presencial, com busca de alternativas metodológicas, por meio da formação por alternância, da pesquisa e diagnóstico da realidade em que essas escolas se encontram e do desenvolvimento de processos de educação contextualizada. Isso garante que essa diversidade, a diversidade regional e cultural, seja considerada na implementação das políticas. Então, é isso que, na educação do campo, a gente prima como princípio (*Falha no áudio.*) ... contextualizada, considerando as demandas de aprendizagem das crianças dentro dos seus territórios, em equilíbrio com suas comunidades. Então, eu diria que uma conquista nossa no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é conseguir construir isso de forma coletiva, por meio de parcerias e agora trazendo este debate para o Senado, para alargar essas parcerias e esses compromissos.

Por fim, eu queria aproveitar a oportunidade para pedir às redes municipais que façam a adesão à nova Política de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, o *link* está no *site* do MEC. O Novo Pronacampo envolve a ampliação e o fortalecimento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Obrigado pelo convite, pela oportunidade. Agradeço em nome da Secadi e da Secretária Zara Figueiredo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada. Nós é que agradecemos ao Sr. Evandro. Vamos fazer o alerta para os municípios entrarem na plataforma do MEC para aderirem a vários programas, inclusive ao que ele acabou de citar – vamos lá, pessoal –: as escolas de campo.

E agora, para terminar, eu diria assim, a última oradora, mas aqui não tem nenhum grau de importância, todos têm a mesma importância. A gente quer ouvir agora a Sra. Mônica.

**A SRA. MÔNICA CORREIA BAPTISTA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então, Senadora, eu queria comentar muito brevemente duas perguntas que estavam ali no *chat*, uma da Juliana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de Minas Gerais, que a Cristina Madeira já fez alguns comentários a respeito. A Cristina levanta essa importante perspectiva de todos nós, que formamos professoras, dos professores, dos gestores, de pensar políticas e práticas pedagógicas que respeitem os tempos das crianças.

Eu queria dizer, especialmente para o Senado Federal, que é onde nós estamos discutindo, que muitas vezes também sofre e exerce uma pressão sobre nós com essas antecipações de aprendizagem e de resultados junto às crianças: eu acho que a sociedade brasileira, de uma forma geral, e quase hegemônica, tem essa ânsia de que esses resultados, com a alfabetização, aconteçam o mais precocemente possível, e muitas vezes isso vem de forma muito negativa para a educação infantil, desrespeitando os ritmos, os processos, os interesses das crianças. Então, eu acho que realmente é uma preocupação não só nossa, das universidades responsáveis por formar as professoras que vão atuar na educação infantil, mas eu traria também essa responsabilidade para o Senado como uma ação de resistência. Com isso, eu não quero dizer que não haja um papel muito importante da educação infantil de garantir às crianças processos de apropriação da linguagem escrita, processos esses que não precisam ir de encontro com as infâncias, mas ir ao encontro dessas infâncias, que são infâncias diversas, como o Evandro está trazendo aqui. E a gente vai aproveitar a fala dele para lembrar das crianças ribeirinhas, crianças quilombolas, crianças indígenas, crianças de grandes centros e da periferia, e crianças, enfim, de diferentes classes sociais, etnias, etc., que vivenciam processos muito distintos, e cabe a nós respeitar esses processos.

Então, na pergunta da Juliana, eu pediria à Senadora que, junto com os seus pares, pense em uma pedagogia da infância, uma pedagogia para a infância que considere a diversidade desses sujeitos e resista. Eu acho que o que nós estamos propondo aqui é uma pedagogia da resistência, que pensa na criança, na infância e no seu direito de ter uma educação de qualidade. E a educação de qualidade não é aquela quantitativa e medida, muitas vezes, por avaliações de produtos exclusivamente, mas por avaliações que consideram também as condições de trabalho, as condições materiais para a professora exercê-lo e essa formação pedagógica tão importante.

E, por fim, a Cristina, do Rio de Janeiro, falou da centralização, que ela tem muito receio de essas políticas desconsiderarem as especificidades das regiões, o Brasil é muito grande. Eu queria chamar a atenção também para o que o Evandro falou aqui, antes de mim, sobre o quanto o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada é feliz em termos de fazer acontecer um regime de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

colaboração envolvendo União, estados, municípios, universidades, instituições, professores. Isso garante que as especificidades das regiões sejam respeitadas.

Lembro que os municípios, pela Constituição Federal, são entes federados de mesmo valor. Então, nós temos que considerar os 5.570 municípios quando a gente pensa numa política, sobretudo para a primeira infância, porque a educação infantil é prioridade dos municípios. Como fazer isso sem desconsiderar a importância que a União tem, uma importância que está assegurada na Constituição, de induzir políticas, de apoiar políticas municipais?

Eu acho que o compromisso, Senadora, na minha avaliação, é um exemplo de regime de colaboração, é um exemplo de colaboração federada e é um exemplo de solidariedade, de que o Brasil anda tão carente. É muito bonito ver todos nós de mãos dadas fazendo uma política pública.

Obrigada pela oportunidade. Eu espero que a gente tenha outras para falar mais e trazer mais pautas positivas, porque o Brasil merece e precisa.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Sra. Mônica. Com certeza, vamos ter aqui mais audiências públicas, vamos falar mais sobre a questão da educação, especialmente da alfabetização na idade certa, de tudo que ela envolve, porque envolve a formação de profissionais, envolve tanta coisa! Então, serão muitas as audiências públicas que a gente vai ter aqui.

Eu quero já agradecer a todos que foram convidados e tiveram a disposição realmente de contribuir. Tudo o que foi exposto aqui por vocês a gente vai fazer botar no relatório. A gente vai fazer uma consideração sobre tudo o que foi discutido, vai fazer também pontuações sobre o que foi mais falado ou não, para que a gente possa ter, verdadeiramente, das audiências públicas, recomendações que são respaldadas não por mim, que estou presidindo aqui no momento, mas por todos os que participaram, por todas as que estão participando, que fazem parte e que estão mais diretamente ligados às questões que a gente chama para cá porque têm, exatamente, eu diria, uma formação especial sobre cada tema que aqui foi falado. Então, fico feliz. Agradeço, mais uma vez, e digo que, no final de tudo, a gente vai chamar vocês e mostrar o trabalho que foi feito através dessa disposição de cada um de estar aqui contribuindo para essa construção coletiva. É um processo de construção coletiva. E acredito que ele vá ter validade e que vá ter também o que a gente sempre espera, que vá dar o resultado final esperado, porque ele foi construído por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

muitos e muitas, especialmente, que têm total competência, capacidade, *expertise* sobre o assunto.

Muito obrigada.

A gente declara encerrada a presente audiência pública.

Obrigada a todos e todas.

(*Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 46 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Jussara Lima, Pedro Chaves, Flávio Arns, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Izalci Lucas, Wellington Fagundes, Humberto Costa, Augusta Brito, Hamilton Mourão, Damares Alves, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Styvenson Valentim e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Plínio Valério, Cid Gomes, Zenaide Maia, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Teresa Leitão, Paulo Paim e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao Plano de Trabalho aprovado para o requerimento REQ 08/2025 - CE, de autoria da Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Finalidade:** Debater o tema "O Novo Fundeb: funcionamento e desafios" no contexto da avaliação da política pública sobre o "Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb)". **Participantes:** Sr. Vinícius Mendonça Neiva, Secretário Executivo da Educação de São Paulo e Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED); Sra. Fátima Silva, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sr. Eduardo Ferreira da Silva, Dirigente Municipal de Educação de Canarana (MT) e representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME); Sr. Valdoir Pedro Wathier, Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); e Sr. André Gustavo Santos Lima Carvalho, Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (DIGEF/FNDE). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de setembro de 2025.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater o tema "O Novo Fundeb: funcionamento e desafios" no contexto da avaliação da política pública sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em atenção ao Requerimento nº 8, de 2025, de minha autoria.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Valdoir Pedro... "Uáltier"?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – "Vátier"?

Sr. Valdoir Pedro Wathier, Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação (SEB/MEC); o Sr. André Gustavo...

Ele está em deslocamento, não é? (*Pausa.*)

A Sra. Fátima, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). (*Pausa.*)

Remotamente... É isso? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Remotamente, o Sr. Vinícius Mendonça Neiva, Secretário Executivo da Educação de São Paulo, representando o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), e o Sr. Eduardo Ferreira da Silva, Dirigente Municipal de Educação de Canarana, Mato Grosso, representando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

Estão conosco remotamente.

Muito obrigada pela presença de todos.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos, e, ao final das exposições, a palavra será concedida a – se houver – algum Parlamentar interessado em fazer perguntas ou algum comentário.

Gostaria, como se trata da primeira audiência nossa, de agradecer a todos.

A nossa preocupação, mediante a situação de 2026, em que nós vamos avaliar o Fundeb e também monitorar todo o processo de execução... Eu apresentei o requerimento para a Comissão de Educação, que deve estabelecer uma política pública para ser acompanhado o Fundeb.

Nós já apresentamos o plano de trabalho com as reuniões que serão realizadas, sem prejuízo de qualquer sugestão ou alteração ao longo das exposições e debates, com o foco de avaliar a implementação do novo Fundeb, bem como em relação ao ICMS.

Como uma determinação do texto do Fundeb, nós colocamos, a exemplo do que já acontecia em alguns estados – o mais antigo é o Ceará –, que parte do recurso que seria repassado para os municípios fosse destinado à educação, o ICMS da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós queremos saber quais leis foram aprovadas, como elas estão em implementação, o processo de discussão para o uso desses recursos – lembrando que os recursos não são do estado – para a rede estadual.

O uso dos recursos tem como perspectiva o pacto federativo, o trabalho articulado entre o estado e os seus municípios. Nós queremos saber como pode ser aprimorada essa política pública em relação ao uso dos recursos.

Eu quero agradecer... Já está conosco aqui o Sr. André Gustavo Santos Lima Carvalho, Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Muito obrigada. (*Pausa.*)

Com a palavra... (*Pausa.*)

O Vinícius, representante do Consed, solicitou falar em primeiro lugar. Ele já está conosco.

Eu vou abrir a palavra para o Vinícius, que representa aqui o Consed (Conselho Nacional de Secretários) e que é Secretário-Executivo de Educação do Estado de São Paulo.

Com a palavra, pelo seu tempo de dez minutos.

**O SR. VINÍCIUS MENDONÇA NEIVA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiramente, Presidente, eu queria agradecer o convite, em nome do Consed, a oportunidade. Então, Senadora Teresa, muito obrigado pelo convite. E queria, em seu nome, cumprimentar a todos os membros da mesa.

Trago uma apresentação curta, com alguns eslaides rápidos sobre a questão do Fundeb, uma visão que a gente vem discutindo com todos os membros dentro do Consed, uma discussão profunda sobre o que é que a gente tem da importância do Fundeb, do financiamento da educação.

Então, iniciando, eu acho que a gente tem que reconhecer que o Fundeb é uma conquista de financiamento da educação básica e, sem o Fundeb, eu acho que a política pública de educação não acontece no país. Eu vou mostrar alguns dados, trazer alguns números, algumas tabelas, mas diria que essa é a principal importância dele. Sem o Fundeb, a gente não teria condições de financiar a educação pública no país como um todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, ele tem uma promoção de redistribuição, que é superimportante. Acho que você consegue reduzir essas desigualdades regionais e eu acho que tem essa vinculação, principalmente aos impostos, superimportante, porque traz uma previsibilidade para o gestor. Então, preocupa-nos bastante toda essa discussão da implementação do novo marco tributário do país e como isso vai impactar no volume de receitas dentro do Fundeb.

O segundo ponto que a gente tem, o Fundeb, eu acho que é importante a gente esclarecer: não é um recurso que vem da União, muito embora o FNDE tenha uma função primordial na redistribuição desse recurso, na questão da equalização dos recursos para todos os entes, mas o Fundeb é majoritariamente de recursos estaduais que são arrecadados dentro dos estados, e aí a gente tem a complementação da União, que se dá em três: Vaaf; Vaat e o Vaar. Cada uma delas tem uma função específica, para equalizar investimentos mínimos, para que ele possa incentivar também toda uma parte de condicionalidades que estão vinculadas. Então, isso é importante, talvez esclarecer essa distribuição dos recursos.

E aí eu trago um dado aqui que eu puxei dentro do Tesouro Nacional, em 2024, por exemplo, no qual a gente tem quase 84% do Fundeb sendo arrecadado de impostos dentro dos estados e dos municípios, e a União com uma complementação ali em torno de 15%, quase 16%, dentro dessas três contribuições.

Então, esse é um exemplo de 2024, que eu trago simplesmente para mostrar essa origem dos recursos.

E aí eu queria destacar alguns pontos.

Nessa questão da complementação, é superimportante a gente ter um espaço federativo para essa discussão de toda essa distribuição. Então, a gente define quais são as regras, inclusive as regras de distribuição de recursos do Fundeb, vinculada a cada tipo de matrícula, se é educação especial, se é creche, se são os anos iniciais, se é tempo integral, educação profissional... Então, você tem um espaço amplo de discussão eu acho que muito bem representado tanto pelos municípios, como também pelos estados, pelo Governo Federal. A gente tem um espaço superimportante de discussão.

Esse caráter automático dos repasses de recursos também garante essa previsibilidade para os entes, para eles poderem gerenciar. Inclusive, pelas regras tributárias, a cada dez dias a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

consegue ter um depósito dentro da conta de cada um desses entes, para que se possa executar e organizar o fluxo de pagamento.

A gente tem toda essa colaboração dentro dos conselhos.

Tem também uma vinculação, e esse é um ponto de alerta, aqui, não em relação à vinculação de, no mínimo, 70% vinculado ao piso, mas essa é uma situação que preocupa. Eu vou mostrar um gráfico mais à frente, mas ele também tem essa vinculação, justamente para você não ter uma destinação equivocada do recurso. Então, pelo menos 70% dele têm que ser alocados para custeio de folha.

E, dentro dessa discussão no espaço federativo, tem algumas duplas contagens, que acabam sendo um mecanismo indutor dentro de políticas.

Eu já vou chegar a alguns gráficos, mas algumas preocupações que a gente discute: primeiro, a vinculação do valor mínimo nacional dentro do Vaat, e a minha grande preocupação em relação a isso, ao Vaaf mínimo, é que hoje você tem uma tendência decrescente do número de alunos. Trago um número aqui, por exemplo... Em São Paulo, a cada cinco anos, a gente perde em torno de 5% no número de matrículas, e a distribuição, uma arrecadação nominal dentro do Fundeb crescente, com um número de matrículas decrescente. Essa razão acaba aumentando o valor mínimo aplicado em cada um dos estados dentro da educação, e aí você faz essa distribuição, mas isso também se vincula ao piso, e o piso começa a comprometer as finanças de vários entes da Federação.

Então, esse é o primeiro ponto.

Eu acho que ele tem uma aproximação, e a gente vem tentando equalizar isso dentro da CIF, que é a Comissão Intergovernamental de Financiamento, dessa aproximação das ponderações dos custos efetivos de cada uma das modalidades que a gente tem dentro da educação. Então, hoje, a educação especial, por exemplo, tem um ônus que acaba onerando bastante as estruturas de financiamento, e você tem como ajustar isso.

Tem essa aplicação do ponderador da arrecadação tributária, prevista para 2027, que começa... Essa é uma preocupação, um ponto de alerta que a gente precisa discutir, e a gente conta muito com essa sensibilidade do Poder Legislativo do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a gente também tem que discutir todas as propostas de estimativa e de reposicionamento dessas contribuições para melhor serem alocadas.

Trago algumas informações aqui, só mostrando o número da evolução de matrículas, um dado do Inep, que vai mostrando que, basicamente, nesses anos de 2014 para cá, você teve um decréscimo de 5% do número de matrículas como um todo. Por que isso? Na medida em que você tem uma receita nominal crescente e o número de matrículas decrescente, você começa a trabalhar dentro do Vaaf mínimo, e isso mostra que, por exemplo, de 2018 para cá, o Vaaf subiu 68%. Em consequência, o piso da categoria dos docentes subiu 68%.

Então, preocupa-nos bastante toda e qualquer vinculação que você faça em relação ao piso, não discutindo a questão da valorização, muito pelo contrário: a gente entende que todos os profissionais da educação devem ser e merecem ser valorizados, mas nos preocupa a estrutura de financiamento.

Então, você pode ver que, desde 2018, a gente teve um reajuste de 68%. Trago aqui, por exemplo, uma estimativa que nós fizemos para São Paulo, em 2024, quando, em virtude desses aumentos que foram dados, a gente teve, num ano, praticamente 38% de aumento na correção do piso. E isso, de uma certa forma, pressiona o percentual de recursos do Fundeb alocado para folha. Então, em São Paulo, a gente tinha, em 2024, essa previsão de chegar a quase, a mais de 90% desse recurso, e a gente tem vários entes – sejam municipais, sejam estaduais – comprimindo essa distribuição.

E, como os recursos da educação basicamente vêm de três fontes – ou de salário educação, ou de Fundeb, ou de tesouro –, à medida que o Fundeb, majoritariamente essa distribuição é dele, e se ele está comprometido com folha, não sobram recursos para aplicação em diversas outras políticas, como tecnologia, levar internet e várias outras, computador, investimentos em infraestrutura também. Ele acaba pressionando.

Então, por isso que é importante esse (*Falha no áudio.*) ... e a gente saber rediscutir (*Falha no áudio.*) ... da União, ver como é que isso pode ser melhor equalizado.

E, quanto a algumas questões que precisam ser consideradas, um dos pontos que a gente está discutindo hoje é a questão das condicionalidades, a habilitação do Vaar, simplesmente por quê? Porque, hoje, os indicadores mostram que estão excluindo quase 76%, mais de 70% dos entes dessa possibilidade de receber essa complementação da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Um dos índices também, dentro dessa complementação, parece que já não faz mais sentido, porque praticamente 100% dos índices dos estados já têm uma vinculação ao ICMS educacional, que é a Emenda Constitucional 108, que foi passada.

Então, acho que a gente precisa discutir isso, precisa melhorar os indicadores de melhoria de aprendizagem e de desigualdade, porque, mais uma vez, entendo eu que ele precisa ser rediscutido, para melhor adequação à lei.

E, quanto à questão do censo, precisa o processo de validação ser um pouco mais preciso, um pouco mais rápido, simplesmente em virtude dessa redistribuição das matrículas ser em decorrência do censo. Então, como é que você pode ajustar esse processo?

E, aí, trago também uma preocupação muito grande, que foi esse impacto redistributivo (*Falha no áudio.*) ... como, por exemplo, a expansão da matrícula do tempo integral poder consumir recursos da complementação da União, como foi estabelecido nessa Emenda Constitucional 135, porque, como a gente já viu, a composição dentro das receitas que vêm dentro da União já não é tão substancial, embora seja em torno de menos de 16%. E, ainda assim, quanto a esses 16%, você ter uma fonte indutora, não de equalização, e sim indutora de políticas. Isso, de certa forma, acaba por prejudicar, em alguns momentos, todo um planejamento que é feito dentro da rede.

Então, aqui eu trago, por exemplo, só um gráfico de um estudo que foi feito pelo Todos pela Educação, que mostra que, na distribuição do Vaar, quase 70% dos entes estão sendo excluídos dessa possibilidade, muito pela definição dos indicadores, o que mostra que ainda a gente não está maduro o suficiente, em alguns pontos, para poder solidificar alguns indicadores e essa necessidade de revisão por conta deles.

Então, só concluindo minha fala, eu acho que tem cinco pontos importantes que eu gostaria de destacar.

O primeiro é que o Fundeb é fundamental. Sem o Fundeb, não existe política pública de educação dentro do país.

O segundo, o efeito redistributivo, superimportante. As vinculações precisam ser cuidadosamente avaliadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Sei que tem uma infinidade de projetos de lei sendo discutidos dentro do Congresso, e isso pode pressionar cada vez mais essa estrutura de financiamento, não é? Os indicadores de complementação precisam ser aperfeiçoados.

E essas leis e normativos que criam outras despesas que não podem ser financiadas, dentro da manutenção e do desenvolvimento do ensino, dos mínimos constitucionais, precisam ser muito cuidadosamente estudados e vinculados à educação.

Por exemplo, se você discute saúde mental, psicólogos dentro da escola, essa é uma despesa que não pode ser paga com o Fundeb, porque tem uma natureza assistencial. E aí, ela acaba comprimindo e você tendo que pagar com outras fontes de recursos.

Então, eu acho que em dez minutos era isso que eu queria, talvez, destacar desse ponto de vista desse novo Fundeb que, sem dúvida nenhuma, é benéfico para a política pública de educação.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, eu agradeço a participação do Sr. Vinícius Mendonça Neiva, Secretário Executivo de Educação de São Paulo, e o convido que fique conosco ainda.

No final do ciclo de exposições, eu vou colocar algumas questões em relação à abordagem, uma vez que, como eu disse, nós temos uma previsão de avaliação de política pública e várias mesas vão ser realizadas, ouvindo diferentes setores, com o objetivo... Acho que é indiscutível a importância do Fundeb. Lembrando que nós enfrentamos uma ação constante, pensando na questão da junção dos tetos de saúde e educação, discurso muitas vezes preocupante até do Ministro Fernando Haddad, de que a educação tem muito recurso, que isso não combina com a distribuição, com os baixos salários que temos, com a falta de estrutura nas nossas escolas.

Agora, logicamente, o aprimoramento é o objetivo de se redesenhar, por isso, essa ideia, quer dizer, é constitucional, é permanente, mas, como ajustar, inclusive, aos movimentos que têm acontecido na educação, a questão da população, de fluxo e de como aprimorar esses recursos.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Valdoir Pedro Wathier, Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica do Ministério da Educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou vendo aqui a apresentação do André Gustavo, da Undime... Levantou a...

Não foi o André, não. É o Eduardo – não é? – que está com a mão levantada? (*Pausa.*)

Talvez tenha sido um equívoco, em relação ao processo.

Então, eu passo a palavra agora para Valdoir, que representa aqui o Ministério da Educação.

Muito obrigada.

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora.

Primeiro, queria começar agradecendo o convite, cumprimentando todos da mesa, tanto quem está aqui presencialmente quanto quem está virtualmente – o Eduardo e o Vinícius, que são colegas de discussões da Sife.

Agradeço também, Senadora, não só por este momento, mas por tudo que a senhora tem feito pela educação. Acho que não tem como a gente valorizar a educação e não reconhecer o seu trabalho nessa temática, especialmente em questões que materializam a prioridade da educação, porque muitas vezes a gente fala delas, mas não encontra os meios para materializá-las. Eu acho que a sua atuação demonstra muito bem que isso é possível.

Então, eu vou trazer aqui para a gente tentar ter uma visão geral... Eu quero ver se nos meus dez minutos a gente consegue passar dez pontos e, depois, qualquer coisa, a gente pode aprofundá-los ou contribuir um pouco mais com isso.

A primeira coisa que a gente queria destacar aqui é que o financiamento vinha numa ascendente de 2007 a 2014, a gente teve uma espécie de platô ali de estabilização e, a partir de 2021, exatamente por conta do novo Fundeb, ele alavancou um novo período de crescimento. Se tivéssemos mantido o crescimento em que vínhamos anteriormente, talvez estaríamos até num patamar melhor. Mas, de todo modo, a gente quer reconhecer essa alavancagem e colocar aqui como um desafio a questão de a gente conseguir tratar bem essa transição para dentro da reforma tributária, que pode ser uma oportunidade, mas também traz os seus riscos.

Uma outra questão aqui, só para representar, é que às vezes a gente tem crescimentos em determinados valores, como é o caso da complementação da União, mas eles vêm acompanhado de outras reduções, que, como nesse exemplo aqui, é o caso do PAR. Então, quando lá no período de 2012-2014, nós tínhamos o PAR com um orçamento cerca de 70% do valor da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

complementação, a complementação passa a ser alavancada a partir do novo Fundeb, mas, já de antes disso, vinha uma queda expressiva de recursos do PAR. Então, é importantíssimo que a gente tenha essa visão sistêmica da educação, para que a gente não direcione um recurso de um lado e tire do outro, sobretudo esses recursos essenciais para a questão da infraestrutura, que, às vezes, pelo Fundeb, se tem alguma dificuldade de promover.

Aqui, neste gráfico, a gente faz uma pequena comparação.

O Vaat foi uma das grandes evoluções do novo Fundeb. Demonstrando aqui, acho que muito visivelmente, na diferença entre a barra laranja e a barra azul, a desigualdade que tem dentro de cada estado. Então, a gente consegue ver que, mesmo naqueles estados ditos mais ricos, a desigualdade intraestatal é muito grande. E quem tem uma capacidade muito boa de superar isso é exatamente o critério do Vaat. Então a gente mostra ali, naquela parte de baixo, naquelas chaves pequenininhas, as desigualdades que foram superadas com o Vaat. E a gente entende que fortalecer esse mecanismo é importante para superar o restante.

Então, o nosso ponto três aqui é de que perduram grandes desigualdades entre as redes de cada estado e, por isso, a importância de fortalecer o modelo do Vaat. E a parte da complementação do Vaaf continua alcançando redes que têm por vezes o valor total alto. Por exemplo, 29 redes que têm um Vaat acima de 12 mil, quando o mínimo é em torno de 8 mil, e que recebem complementação do Vaaf. Então, a gente entende que tem um equilíbrio aí que é possível fazer para a frente. Acho que o Vaat já mostrou o potencial a que veio.

Também há um destaque aqui que a gente gostaria de fazer da educação infantil. Com participação do Eduardo e com participação do Vinícius Neiva, nos últimos anos, houve um reconhecimento da importância da educação infantil, com aumentos bastante expressivos de fatores de ponderação, assim como aconteceu, em alguma medida também, com o ensino médio, com o EPT. Mas por que a gente destaca aqui a questão da educação infantil? Especialmente por conta da relação dela com o Vaat, que teve também essa intenção. Então, teve aumento nos fatores de ponderação, só que os fatores de ponderação se aplicam apenas aos recursos do Fundeb, o que já é uma grande parcela, mas talvez pudesse avaliar esse mesmo mecanismo para outros recursos também.

Uma outra questão é que a distribuição dos recursos fica mais equitativa, mas ela só considera os estudantes que já estão inseridos no sistema, o que faz um bem muito grande. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

tem uma outra barreira que a gente precisa romper, que é de garantir o atendimento, conseguir fazer a ampliação do atendimento. O que a gente tem percebido é que as menores redes, especialmente, têm muita dificuldade de fazer essa virada de chave, porque às vezes abrir uma turma representa 100% de aumento naquele município.

Então, aqui a gente alerta também para uma questão que é: embora a Constituição tenha trazido a previsão de direcionamento de 50% da complementação do Vaat para a educação infantil, a lei não previu o critério específico de distribuição, ela previu isso apenas como um critério de aplicação do recurso, ou seja, o recurso continua sendo distribuído da mesma forma, e os 50% são utilizados só para direcionamento. Como esses 50% são uma parcela do Vaat, que é uma pequena parcela do Fundeb, o que a gente tem na prática? Para a maioria dos municípios a gente tem, por exemplo, que a obrigação de aplicar na educação infantil representa menos de 5% do Fundeb; ou seja, isso é uma coisa que qualquer município que tenha atendimento na educação infantil já cumpre. Apenas 434 redes têm obrigação de aplicar mais do que 15%, e o máximo aí vai ficar na ordem dos 25%; ou seja, são percentuais... Embora a gente parta de um 50%, quando a gente compara isso com todo o valor do Fundeb, ele se dilui e acaba prejudicando o efeito que o Vaat deveria ter.

Então, a gente também alerta aqui para a importância de rever essa forma de priorizar a educação infantil dentro da complementação do Vaat, para que ela tenha essa capacidade de indução. Isso a gente complementa com um resultado parcial de um estudo que a gente tem e que até surpreendeu a gente um pouquinho, porque o Vaat surge como um indutor, mas o que a gente identificou é que é mais verdadeiro, hoje, a gente dizer o seguinte: quem aumenta o atendimento na educação infantil recebe o Vaat, e não tanto quem recebe o Vaat aumenta a educação infantil – ou seja, é preciso que tenha o esforço da rede primeiro, para depois o Fundeb conseguir dar o suporte, né? Esse é um ponto que a gente entende que precisa também ser trabalhado, no sentido de a gente encontrar meios para facilitar essa entrada do sistema.

O Vaat, primeiro, reforçando, como já foi dito pelo Vinícius, é uma grande construção. Eu acho que ele trouxe muitas coisas muito positivas, a gente vê os resultados. Agora, se a gente quiser dar mais um passo, a gente precisa ajudar a fazer aquela parte que é a transformação educacional, mesmo, quer dizer, aquele momento de eu poder inserir no sistema aquelas crianças, aqueles jovens que não estão inseridos, e aí seria uma abordagem um pouco diferente dessa abordagem que o Vaat dá atualmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Avançando aqui, falando um pouco do Vaar, a gente também quer reforçar que o Vaar tem demonstrado um potencial muito grande de indução, talvez até desproporcional no sentido de muito mais forte do que o próprio percentual dele indicaria.

Aqui, a gente tem um exemplo da condicionalidade I: a gente teve, por exemplo, um aumento muito expressivo nas seleções qualificadas de gestor, com critérios e com escuta da comunidade, e uma queda muito grande nos gestores que são escolhidos exclusivamente por critérios de seleção... Desculpem-me; por indicação, exclusivamente por indicação, uma queda muitíssimo expressiva. Então, isso é uma evidenciação dos resultados.

Também a gente entende que o ICMS Educação, que já foi comentado aqui, é uma grande evolução, que também cumpriu o seu papel, já, dentro desse papel dessa indução do Vaar, e cumpriu com muito louvor, eu diria assim. Aqui, a gente quer alertar assim: embora no ICMS Educação não tenha ficado explícita a questão racial, tenha ficado só a questão socioeconômica, mas focada em equidade, e no Vaar tenha ficado a questão racial, a gente vê que isso movimentou o Brasil para olhar, pela primeira vez, para as escolas que concentram os estudantes negros, e isso a gente tem ouvido recorrentemente dos próprios secretários de educação.

Então, o poder de mobilização que isso tem para enfrentar as desigualdades é muito grande, e por isso a gente entende também que...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** – ... não se pode relativizar, é importante manter a questão racial fixa no Vaar e também no ICMS Educação, se possível.

Por fim, queria alertar que tem uma parte também que a gente precisa discutir muito, porque ela influencia muito a gestão das redes, sobretudo para se ter condições de planejamento, ter um cronograma, que a gente entende que precisa ser revisitado, de modo que ele dialogue com o censo escolar, com os ciclos de planejamento da rede, para que se tenha um cronograma adequado, com previsibilidade e com consistência.

Quanto à consistência aqui, eu queria chamar a atenção muito para as questões do Vaat. O Vaat faz um papel fantástico, mas ele incorpora algumas distorções que são decorrentes de ele usar todos os valores com dois anos de defasagem. Isso gera algumas anomalias dentro do Vaat, e a gente entende que já temos hoje recursos e condições técnicas para superar isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, claro, isso precisaria de uma discussão técnica aprofundada, o que não cabe aqui. O intuito aqui foi sintetizar nesses dez pontos, nesses dez minutos também, aquilo que a gente coloca como sendo elementos entendidos como chave. E nos colocamos à disposição para contribuir em tudo que pudermos com essa discussão.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Bom, eu agradeço de maneira muito especial a contribuição do Valdoir, o Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica. Entendo que tem muitos elementos e essa é a ideia das audiências públicas, paralelamente nós vamos trabalhar na construção de recomendações e até de ajustes do ponto de vista da legislação, tem muitos elementos. E era de se esperar que o caminhar do processo de implementação pudesse requerer novos ajustes e caminhos em relação à execução do Fundeb.

Ao final de todos os expositores iniciais, eu tenho algumas questões, que aí eu vou colocar e a gente volta para a última fala; mas, independentemente do tempo de cada instituição, eu quero me colocar à disposição para receber as contribuições a partir das preocupações que estão sendo levantadas.

Eu passo a palavra agora para o André Gustavo Santos Lima Carvalho, Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

**O SR. ANDRÉ GUSTAVO SANTOS LIMA CARVALHO** (Para expor.) – Boa tarde a todos. Antes de mais nada, eu queria cumprimentar a mesa, cumprimentar a Senadora Professora Dorinha, que também preside esta Comissão; cumprimentar também Fátima Silva, que hoje representa aqui a CNTE; cumprimentar meu amigo, colega e companheiro de todos os dias basicamente – não é, Valdoir? –, que representa o MEC; e não podemos esquecer também minha querida amiga Michele, que também está representando o MEC e a SEB, que é uma guerreira, do Brasil é uma das pessoas que mais entende de Fundeb com toda certeza.

Quero aproveitar também para cumprimentar, senão eu não volto para casa hoje, toda a equipe do FNDE, que diuturnamente acorda e vai dormir pensando em Fundeb.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, queria cumprimentar a todos os presentes e a todos que nos assistem e também cumprimentar a mesa digital – tempos modernos –, nas pessoas de Vinícius e Eduardo, representantes do Consed e da Undime, aqui nesta reunião.

Falar depois de Valdoir é difícil, porque ele tem o poder de falar de toda a temática, ele realmente é um grande conhecedor do Fundeb, mas trouxe aqui alguns pontos, cinco pontos, mais questão de dados, tendo em vista que, como bem sabem, o FNDE é uma autarquia federal e funciona como o braço executor do MEC. Então, enquanto o MEC desenha e pensa a política pública, o FNDE presta mais a parte de assessoria tanto técnica quanto financeira – o MEC é o arquiteto e o FNDE é o engenheiro da obra.

Então, eu trouxe aqui só alguns dados.

De forma geral, até para que quem esteja assistindo nossa audiência pública possa entender, existia um Fundeb até 2020 – até por isso acho que o Valdoir trouxe a ideia do novo Fundeb –, e, a partir de 2021, o Fundeb passou a ser uma política permanente. Antes, ele era uma política pensada como sendo algo temporário, e a principal transformação que teve para o Fundeb foi, a partir de 2021, a sua permanência. Ele foi desenhado de forma que os entes vão arrecadar obrigatoriamente 20% de alguns dos impostos, tanto municipais quanto estaduais, que vão cair em um fundo, esses recursos vão ser distribuídos, e a União virá com uma complementação. Essa complementação foi progressivamente subindo, desde 2021, chegando até o montante final, que é previsto para 23%. Hoje, está em 21% o valor total da complementação.

O Fundeb tem como principal marca a ideia de ser a redistribuição, principalmente, por parte das suas complementações. O Valdoir já antecipou que são três as complementações: o Vaaf e o Vaat, que têm a ideia verdadeiramente de redistribuição, em que são analisados principalmente os investimentos que cada um dos entes federados faz, e, com base nesse investimento, gera-se um valor considerado como Vaaf ou Vaat mínimo, e ele vai ser o fator de ponderação analisado para ver quais são, em regra – o Valdoir trouxe muito bem algumas das exceções –, os que poderão receber essa complementação. Então, tanto o Vaaf quanto o Vaat servem como uma complementação de auxílio. Vão auxiliar aqueles entes que estão abaixo desse Vaaf ou do Vaat mínimo, para que eles possam se igualar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E a terceira complementação, que aí, sim, vai buscar analisar a evolução dos indicadores, que é o Vaar, em que se vai ter uma certa quantidade de condicionalidades – hoje são cinco condicionalidades –, que vão ser avaliadas. Além das condicionalidades, avalia-se também a evolução dos indicadores tanto de atendimento quanto de aprendizagem; ou seja, aí temos um "e": além das condicionalidades, os entes precisam também apresentar essa evolução, para poderem receber a complementação Vaar.

Durante um tempo, as complementações e a receita vão crescendo de igual forma, mas, quando se analisa em percentual de crescimento, o crescimento real da complementação está na casa dos 97%, tendo em vista que ela vai ter esse aumento percentual ano a ano, enquanto que o crescimento real do Fundeb circula na casa dos 19%, analisando, lógico, só o tempo do novo Fundeb, que é de 2021 para cá. Vale ressaltar ainda que o Vaar é pago tão somente de 2023 para cá. Então, dentro desse valor que temos hoje de 21% da complementação, ele vai ser distribuído de maneira que o Vaat vai ser o total de 10% desse valor pago das complementações; o Vaaf, o total vai ser de 10,5%; enquanto que o Vaar hoje está na casa dos 2,5%.

Então, a preço de hoje, com a previsão que temos para o Fundeb, vão ser pagos R$26,7 bilhões no Vaaf; R$24,6 bilhões do Vaat; e R$5,1 bilhões do Vaar, a título de complementação do Fundeb. Isso para o ano de 2025 até agora, valendo ressaltar que, como o Fundeb se baseia em arrecadação, nós fazemos um prognóstico, e, com base nisso, a gente traz um valor que vai ser o esperado dentro da arrecadação para o Fundeb, mas a cada quatro meses é refeita essa análise com o auxílio da STN, para analisar a arrecadação dos entes e, com base nisso, é que podemos ponderar qual vai ser o tamanho da complementação.

Então, a complementação da União vai ser distribuída para os entes que se enquadram nessas situações, voltando a dizer, o Vaaf e o Vaat, analisando os critérios de mínimo de investimento; enquanto o Vaar, por adequação às complementações e aos critérios de ponderação.

Hoje, no Vaar, temos 2.800... Deixe-me só olhar aqui na minha folha, que é mais perto, porque a idade já chegou, e não consigo ver àquela distância, não. Temos 2.837 entes agraciados com o Vaar; com o Vaaf, temos 1.859; e, com o Vaat, 2.359 entes agraciados com a complementação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, de forma geral, uma distribuição em nível estadual, em que podemos observar que a distribuição é feita de forma assemelhada em nível Brasil, mas alguns estados, principalmente do Norte e do Nordeste, com toda a certeza, muito influenciados tanto pelo Vaaf e pelo Vaat, acabam tendo uma maior distribuição para essas redes. Por ainda precisar dessa redistribuição, o Norte e Nordeste acabam recebendo um valor um pouco maior em nível de complementação.

Eu acho que esse era o último.

Como já foi falado aqui e até complementando o que foi trazido por Vinícius, o Fundeb, hoje, é a base da educação brasileira – isso eu digo sem medo de errar.

A Diretoria por que estou responsável, que é a Digef, trata de vários programas tão importantes quanto, mas realmente o Fundeb, hoje, é o balizador, é o norteador da educação brasileira.

Lógico, sempre se deve debater melhorias, mas a forma como ele é feito hoje é a forma talvez que possa ser observada e ser espelhada para o resto do mundo como a melhor forma de distribuição de valores para a educação em nível nacional. Ela traz fatores de ponderação em que se avaliam critérios importantes e critérios que precisam ser observados para que os entes que necessitam da ajuda, principalmente da União, possam ser agraciados e possam ter um investimento adequado na sua educação para se equiparar às cidades com maior poder aquisitivo, principalmente nas regiões Sudeste e Sul. Essa distribuição de valores faz com que os entes possam ter, de forma adequada, um recebimento para que esse valor possa ser distribuído de forma adequada para a educação pública brasileira. Lógico, tem critérios que ainda precisam ser avaliados, como a boa aplicação desse dinheiro, a boa fiscalização desse dinheiro.

Valdoir trouxe a informação importante de que, às vezes, o ente demonstra, primeiro, o bom resultado para, depois, receber o valor. Isso aí é um fato, Senadora. Inclusive, a nossa Presidente Fernanda é uma defensora ferrenha do aperfeiçoamento, da boa utilização do recurso público. E ela sempre diz: "não é porque ganha o dinheiro que vai saber utilizar; o importante é primeiro demonstrar como aquele dinheiro deve ser utilizado para só então repassar esse valor". Não necessariamente o ente que mais tem é o que vai saber gastar.

Então, esses são fatores que necessitam realmente...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ANDRÉ GUSTAVO SANTOS LIMA CARVALHO** – ... do apoio. E o FNDE tem essa prerrogativa, essa busca verdadeiramente ativa para auxiliar os entes da melhor forma possível.

Por mais que a execução dos valores e principalmente a prestação de contas da utilização desses valores não sejam de competência do FNDE, elas estão sob a competência dos Tribunais de Contas, sob a égide dos órgãos de controle como Ministério Público e CGU, mas o FNDE, verdadeiramente, tem a busca ativa para tentar auxiliar os entes da melhor forma possível, com uma excelente prestação técnica de acompanhamento pelos maiores meios de canais possíveis para tentar fazer com que esse dinheiro chegue realmente a quem precisa e que seja executado da forma adequada.

Obrigado!

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelas contribuições do Sr. André Gustavo Santos Lima Carvalho.

Eu passo a palavra, agora, para a Profa. Fátima Silva, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

**A SRA. FÁTIMA SILVA** (Para expor.) – Boa tarde. Boa tarde a todos e a todas as pessoas que estão nos acompanhando.

Vou saudar a mesa, na pessoa da Senadora Professora Dorinha, e, saudando-a, eu estou saudando todos os componentes da mesa, o FNDE, o MEC, o Consed e a Undime; e, nestes tempos modernos de presencialidade e de virtualidade, também quero saudar as pessoas que estão acompanhando pelo e-Cidadania.

Todas as vezes em que a gente está aqui nesta Comissão, a gente tem, através do Portal e-Cidadania, pessoas que participam ativamente, acompanham e, quando vamos na presencialidade, fazem referências às nossas reuniões aqui da Comissão, enfim, do processo de participação nosso nesta Comissão.

Nesta Casa aqui, quem negocia, quem conversa e quem dialoga com a pauta da educação são a Senadora Dorinha, o Senador Flávio Arns também e a Senadora Teresa Leitão. Eles são os nossos porta-vozes e interlocutores nossos de toda a agenda educacional. Quero fazer este registro, fazer o reconhecimento também deste espaço de diálogo e da importância deste momento, porque é um momento nosso de construção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu sou da CNTE. Na CNTE, a gente representa os trabalhadores da educação, professores e funcionários de escolas da educação básica. E eu falei assim: vou colocar do Fundef ao Fundeb, para a gente fazer um registro de que, até onde nós estamos hoje, tem uma longa trajetória de construção de defesa de recursos públicos para a educação pública, para levar a educação pública brasileira ao patamar em que ela está hoje.

Eu sou de Mato Grosso do Sul, sou professora – é evidente que hoje eu estou licenciada, porque eu estou na CNTE, mas eu sou professora da educação básica desde 1985. Eu comecei trabalhando na fronteira de Mato Grosso do Sul. E, de 1985, se for para a gente chegar aos anos hoje de 24, é essa trajetória que, profissionalmente, enfim, a educação pública brasileira tem feito. E uma das nossas coisas é o reconhecimento do fundo. Do Fundef ao Fundeb de hoje, tem uma larga trajetória.

E o que significou? Aquilo que os meus pares aqui já colocaram: a melhoria da educação pública. No entanto, é para esta mesa avaliar e também apontar os desafios, para a gente poder aperfeiçoar e corrigir.

Então, ampliou recursos e matrículas escolares – isso é uma realidade –, porém ainda há muitos jovens e adultos fora da escola.

Se você diminui na questão das séries iniciais... Vamos pegar os nossos números e os nossos indicadores: falta de vagas na creche e também na educação de ensino médio; e ausência que nós temos de estudantes de 18 a 24 que não estudam e não trabalham – todas fontes oficiais; no caso, da OCDE. Ou seja, se diminuem as matrículas, é porque tem gente de fora. E – muito bem colocada aqui a questão do MEC – a gente avalia quem está dentro, mas, para quem está fora do sistema, qual é a política que a gente tem para trazer para dentro?

Assegurou piso nacional para a educação, para o grupo MAG – no entanto, a gente ainda está caminhando para os demais profissionais da educação –, e ampliou a participação do Governo Federal, com recursos na educação básica, coisa que nós não tínhamos antes. Temos que avançar na questão do CAC, do Custo Aluno Qualidade.

Em dez minutos, a gente tem que ser um pouco rápido.

Manter a vinculação constitucional. É imprescindível isto: sempre, principalmente entre os gestores, colocar na agenda esta questão de desvincular os recursos da educação e desvincular

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

os recursos da saúde. É essencial e imprescindível que essa vinculação siga e continue, porque, embora a gente esteja fora, enquanto educação, do arcabouço fiscal, os regimes de ajuste e também as isenções fiscais, nos estados e municípios, nos comprometem também, não só na educação, mas em todas as áreas sociais; ou seja, tudo isso que vem sendo colocado.

E a implementação do CAC... A gente tem que caminhar para isso. A Senadora Dorinha é uma das que mais tem brigado por isso, desde quando estava na Câmara. A gente tem que caminhar para isto, para um Custo Aluno Qualidade que seja factível, que seja real e que seja de aplicabilidade para o conjunto dos entes federados.

Onde há o gargalo? É na questão das finanças, no pagamento nosso das dívidas e demais coisas...

Olhem... Para os que dizem que nós temos muito dinheiro na educação, a gente está mostrando que nós não temos tanto dinheiro na educação, e que outros setores, principalmente pagamento da dívida, são os que têm bastante recursos. Esse é um gargalo para todas as políticas públicas e para todas as políticas sociais.

O controle social é uma das peças, Senadora Dorinha, no conjunto que temos aqui, que temos que aperfeiçoar, no seguinte sentido: os informes dos dados dos estados, dos municípios, desde lá da escola até chegar ao FNDE, precisam ser mais bem aperfeiçoados e ter uma melhor correlação nesse sentido.

Na CNTE, sempre que fazemos uma publicação e que vamos para o município, alguém chega e fala: "No meu município, isso aqui não está correto, não". "No meu estado, não é isso". Então, o que a gente diz? "Então, vá à sua secretaria, converse com quem alimenta os dados do censo, enfim, que vão para o Governo Federal e atualize", porque são esses dados oficiais que estão lá. Para bem ou para mal, eles representam o município. Então, a gente também tem que aperfeiçoar e avançar nessa questão dos sistemas.

A outra é o conselho. Os conselhos do Fundeb têm de fato que ser de pessoas que os representem. Não é porque é professor que tem que representar o conjunto dos professores. A gestão democrática e o acesso a toda a documentação do Fundeb ainda se fazem necessários, e a gente tem muito problema com a amostragem, por exemplo, da folha de pagamento de quem está recebendo pelo Fundeb, para ver se está recebendo... Vai para o Ministério Público, e nem sempre os MPs têm atuado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqui eu coloquei um exemplo, porque a gente tem recebido muitas denúncias, e, se vocês abrirem qualquer página quando vão falar de piso, vão falar de Fundeb, vão falar de CAQ, vários profissionais dizem: "Mas meu município não paga o piso e não acontece nada com o Prefeito". E assim por diante.

Eu não coloquei o município aqui, mas uma denúncia que a gente tem é a de que acontece também em muitos municípios o fato de não cumprirem aquilo que está na lei. O recurso do Fundeb tem que estar numa conta específica tanto para controle quanto para execução. A gente ainda vê esse recurso sendo colocado em outros locais, em outras contas do município e perde-se a rastreabilidade desse recurso.

Aqui a gente tem a denúncia de um município da Região Norte. O nosso sindicato e o MP também estão atuando, mas isso é muito comum acontecer: olha, está colocado, pega o recurso, coloca no conjunto das contas do município e se perde o controle social. Isso a gente tem que aumentar, não no sentido de atualização, porque eu entendo que a legislação que tem hoje já daria conta. O que nós temos que ver é a execução de fato do cumprimento da legislação.

É preciso mais controle do sistema do pagamento dos servidores em desvio de função e em outros órgãos da administração, pagar na folha quem realmente tem direito. Valores lançados maiores, aposentados, contratos fraudulentos... A gente está vendo operação Brasil afora a todo momento a respeito de contratos fraudulentos, terceirização do serviço público, então, nisso tudo a gente tem que ter um controle maior de quem... Não é que tem muito dinheiro, mas a gente quer de fato que seja realmente aplicado para aquilo que a lei e para aquilo que o fundo é destinado.

Para isso, a gente tem que ter o quê? Assegurar a contratação de pessoal por concurso. É fundamental isso acontecer. Nas redes públicas estaduais no Brasil, nós estamos com mais de 50% dos profissionais do Grupo MAG sendo temporários; dos funcionários de escola muito maior ainda é o percentual. O próximo Censo vai colocar os números de quadro de pessoal não docente e a gente vai ter os números com bastante segurança para dizer desse percentual, porque, enquanto no Grupo MAG é colocado, na educação, não.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. FÁTIMA SILVA** – Vincular os repasses voluntários da União para quem cumprir piso, com mais condicionalidade na questão do Vaat e do Vaaf, para quem cumpre a questão do piso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de carreira, concurso público é opção. A gente tem que ter um mecanismo que nacionalmente também cobre dos entes federados o cumprimento do conjunto da legislação.

Por último – para a gente poder encerrar e depois ter outra rodada –, as coisas têm que ser articuladas, o Sistema Nacional de Educação, que vai vir para cá agora, porque já foi aprovado na Câmara, e o CAQ têm que ser articulados – e o Plano Nacional de Educação. Não dá para ser uma coisa, você trabalhar o Fundeb separado, você trabalhar o Sistema Nacional de Educação como uma outra coisa e o Custo Aluno Qualidade outra. Estas coisas têm que ser articuladas: o controle, a execução e o recurso.

Os 10% do PIB para a educação. É preciso manter a questão no PNE, mas a gente tem que ter outras fontes, tem que ter outros recursos, não dá para ter tanta isenção fiscal. De onde que vai vir o recurso? Tem que se colocar mais gente dentro do Fundeb, daí a gente tem que ver os recursos do pré-sal, dos minérios, das terras-raras, enfim, de onde que vai vir essa questão de implementação de novas fontes de receita, e, para isso, precisa-se reverter a dívida social que a gente tem.

A educação está sendo vista como aquela que tem muito recurso, porque 70%... Diferente da pergunta da Wanessa, de Goiás, que ela coloca aqui, professores, funcionários e todos aqueles que trabalham na educação podem ser pagos com recursos do Fundeb, tendo o percentual de 70%... No entanto, não dá para inúmeros profissionais quererem ser profissionais da educação, entrando no art. 61 da LDB através de quatro ou cinco projetos que estão aqui. Nisso a gente tem acordo com o que falou o representante do Consed a respeito de outros profissionais. São profissionais de que a gente precisa dentro da educação, no quadro da educação, no processo de intersetorialidade, mas o recurso é único e também é para profissionais da educação.

Daí tem a 169, que está tramitando e que pretende... O que nós defendemos de verdade? Para terminar, Senadora.

O que nós defendemos é mais recursos para a educação pública; controle efetivo e democrático desse controle; transparência nas execuções orçamentárias; mais controle institucional dos tribunais de conta, das controladorias, do Ministério Público; e avançar no debate da lei de responsabilidade educacional, não com foco no resultado, na meritocracia de provas estandardizadas, mas de responsabilidade por parte dos gestores, no seu conjunto de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade, não de punição, mas num processo de cumprimento da legislação existente. Daí a gente quer concurso público, controle e tudo isso.

Bom, mais coisas nós vamos enviar, Senadora, porque o tempo aqui de dez minutos é insuficiente, vamos enviar e vamos estar dialogando com a Comissão, no sentido de garantir um Fundeb permanente, igual nós conquistamos na lei, e a eficácia e a comparabilidade dele na aplicação da política educativa pública brasileira, porque se tem uma política no Brasil que deu certo é a política de fundos e a política do Fundeb.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada à Fátima, representando a CNTE, companheira de muito debate em relação à educação.

Na verdade, como eu disse, nós vamos ter várias audiências públicas com diferentes temas, levantando informações. Então, também, ao longo dessas audiências, é muito importante a participação. São instituições centrais para o debate da educação, essa mesa inicial, e, lógico, à medida que nós formos produzindo, nós queremos contar com as contribuições.

Vou passar para a última exposição e depois volto aqui, tanto para ler as questões que foram colocadas, como para algumas situações que eu também gostaria de falar, mesmo sabendo que às vezes a entidade não pode responder agora, em virtude do tempo, mas que oportunamente possa nos enviar as contribuições e provocações em relação a isso.

Então, eu passo a palavra para o Eduardo Ferreira da Silva, Dirigente Municipal de Canarana, Mato Grosso, que aqui neste ato representa a Undime. Seja bem-vindo.

**O SR. EDUARDO FERREIRA DA SILVA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Senadora.

Vou iniciar fazendo minha audiodescrição, tendo em vista que algumas pessoas nos assistem. Sou um homem pardo de 1,80m, 84kg, meia idade, barba grisalha, usando um terno azul, uma camisa xadrez de listras bem fininhas. Estou falando de Canarana, no Estado de Mato Grosso, do meu gabinete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Importa trazer aqui alguns anseios sobre o financiamento da educação, na perspectiva da avaliação do novo Fundeb, falando em nome da Undime de todo o Brasil.

Pode passar, por favor.

Levando em conta a realização do nosso fórum, 20º fórum, que aconteceu em Salvador, na Bahia, nós decidimos trazer alguns elementos que importam para nós. Os recursos da educação, então, não podem ser comprometidos com ajustes fiscais, isso é muito importante. O Valdoir trouxe, de maneira muito significativa, a crescente dos financiamentos que são aportados em educação ao longo do tempo e, ainda assim, nós estamos a amargar alguns resultados por falta de recurso financeiro. Então, importa olhar para isso com muita atenção e cuidado.

Esses recursos devem ser protegidos e, principalmente em momentos de crise, como nós já vivemos, e a gente tem que ter todo o zelo e cuidado para que o financiamento da educação alcance quem realmente precisa. E aí vale ressaltar o que foi dito aqui pela Fátima e pelo Vinícius, alguns cuidados que a gente tem que ter, porque parte ou a maior parte desse orçamento... E há estudos que comprometem... o financiamento da educação chega a gastar 85% ou 100% do recurso do Fundeb – entre parênteses aí os 100% –, tendo em vista que 15% tem que ser gasto em MDE. Então, eu estou salientando que é um recurso que não está dando nem para pagar a folha de pagamento, a gente precisa olhar para isso.

Pode passar.

Além disso, eu preciso então, num universo de limites em que as demandas são latentes e cada vez maiores, adicionar alguns recursos ao Fundeb e, com base nisso, não de maneira aleatória – muito pelo contrário –, nós precisamos então do cálculo do Custo Aluno Qualidade. E aí de novo, Fátima, permita-me citá-la, porque você trouxe no final o Sistema Nacional de Educação que está indo para o Senado, o Custo Aluno Qualidade e o PNE, que está também para ser aprovado, e precisa ser calculado o custo que a gente precisa para alcançar o que está estabelecido naquelas metas, porque cada meta daquela lá implica um custo, e esse custo nos atinge no município e está relacionado a um financiamento que tem limite, um financiamento limitado.

Então, nós precisamos olhar para isso de maneira muito séria, calculando o Custo Aluno Qualidade, fazendo de uma maneira consolidada, não só mais numa mera especulação. Quanto custa entregar esse plano, com essa projeção de educação crescente, de demandas crescentes, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

uma série de demandas que chegam para os municípios atenderem, como os alunos atípicos que estão dentro de nossas redes, demandando atendimento psicológico, atendimento de assistente social, entre outros atendimentos especializados, que acontecem dentro da rede, num financiamento limitado – volto a ressaltar.

Então, a revisão dessas fontes de financiamento visa ao quê? Garantir maior equidade na distribuição desses recursos, transparência na aplicação, porque sem transparência dificilmente nós conseguimos avançar, e aí vale ressaltar que o papel das entidades e dos organismos fiscalizadores deve ser fortalecido, e também dos conselhos do Cacs Fundeb, como muito bem dito pela Fátima. Nós precisamos da transparência e de destinar, de maneira muito clara, onde está sendo investido e qual a intenção desse financiamento em termos de melhoria educacional.

Pode passar.

Quais são os efeitos esperados com o novo Fundeb? O aumento da equidade no financiamento, e, quando se fala de equidade no financiamento, é aquilo que o Valdoir trouxe muito bem descrito, uma redistribuição desse recurso, alcançando quem mais precisa, com toda a certeza, mas não só esse. O que se espera dentro das redes? Que esse recurso também garanta que aqueles menos favorecidos também aprendam tanto quanto os mais favorecidos, e isso está nos fatores de ponderação e nos cálculos que são calculados para a redistribuição do recurso em nível nacional. A valorização profissional, a ampliação da oferta de matrículas, levando em conta o Custo Aluno Qualidade, e a redução de desigualdades regionais e locais, inclusive dentro das próprias cidades.

Pode passar.

A gente traz aqui alguns pontos que merecem ser reavaliados. A condicionalidade III considera resultados do Saeb e é bienal.

Então, o município que fica inabilitado fica inabilitado por dois anos consecutivos, sem ter chance dessa alteração até uma nova avaliação. Então, nós precisamos repensar algumas situações e algumas coletas. Não estou criticando a coleta em si, mas a temporalidade dela. Precisamos olhar de maneira que a gente consiga incluir num espaço menor, de uma forma que os municípios não sejam penalizados por tanto tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Há o indicador de educação infantil. Como o indicador gera uma série de processos burocráticos, o (*Falha no áudio.*) ... financeiro aí é quase nulo, pois a maior parte dos municípios já emprega esses recursos do Vaat na educação infantil. Então, é importante verificar se realmente vale a pena ou não.

Além disso, há o indicador de atendimento e de melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades. Há uma redundância com a condicionalidade III, e a gente precisa olhar porque fica parecendo que a gente está refazendo o cálculo e sendo penalizado em dois instantes. O cálculo do indicador de aprendizagem também não tem medida que capte melhor devido à avaliação ser bienal; o certo seria a gente ter condições de fazer uma avaliação numa temporalidade menor.

E, na condicionalidade IV, é importante avaliar as diferentes formas de distribuição dos recursos do ICMS Educação, bem como os diferentes estágios de implementação. Diversos estados fazem distribuição por critérios muito similares ao que está exposto no corpo da Constituição Federal nas alterações que fizeram, mas isso ainda, dentro dos municípios, repercute de maneira muito significativa, e escassez de recursos para nós importa; então, nós precisamos olhar isso com muita atenção.

Eu acredito que esta é a minha última lâmina. Pode passar. Isso mesmo.

Então, colocamo-nos à disposição para futuros diálogos. Eu acredito que a CIF consegue trazer importantes contribuições quando traz o Inep como interlocutor, que traz informações muito importantes para que a gente tome decisão.

Eu acho que a partir deste ponto de reflexão, a partir de dados consolidados, é que a gente consegue realmente avaliar para onde nós podemos avançar. Lembrando que, ainda, 2026 é o último ano de ampliação de recursos ou de complementação da União, quando nós teremos uma ideia do real alcance do novo Fundeb.

Com isso, encerro a minha fala.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – (*Falha no áudio.*) ... e representante da Undime, Secretário de Canarana.

Eu brinquei aqui quando você falou: "A minha última lâmina", eu falei: "Você entregou a sua idade". Quando falou da lâmina...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Aqui só tem gente jovem.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Todos que estão aqui presentes receberam – não sei se quem nos acompanha remotamente – alguns comentários. Obviamente, fiquem à vontade para, no caso dos comentários... Todos falando sobre o Fundeb, um avanço, a questão da eficácia e das fontes financeiras mais robustas a cada dia, que nós precisamos trabalhar para isso.

"Como assegurar que o aumento no financiamento se traduza em melhoria efetiva de indicadores educacionais [...]?" – essa é da Helena, de São Paulo, e ela cita a alfabetização e a redução de evasão.

O Paulo, de Goiás, apresenta duas preocupações, ele fala: "Além do PIB, quais novas fontes de receita podem garantir a sustentabilidade do Fundeb sem sobrecarregar os mesmos contribuintes?".

Apresenta, na verdade, preocupações que nós também temos em relação ao financiamento: "Como o Fundeb pode induzir a valorização real dos professores, indo além do piso salarial para atrair e reter talentos na educação?".

O Márcio, do Rio de Janeiro, fala: "Quais mecanismos de cooperação federativa podem reduzir desigualdades e elevar a qualidade mínima da educação básica?".

Vicente, de Goiás, fala: "[Tendo em vista a queda na procura dos cursos de licenciatura,] qual a solução proposta para aumentar a procura [...]?". Também importante, embora não seja tema direto desta reunião especificamente.

O Paulo, de São Paulo, fala que "esse fundo não pode ficar na mão de políticos, nem de partidos, tem que ficar com pessoas responsáveis e idôneas". Na verdade, o fundo é gerido pelas redes. E não é por ser de partido ou nem de político que não seria idôneo. Só que não é, o fundo é do Estado. Então, esse é o processo de gestão, o que não quer dizer que... A Fátima fez uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

das falas, foi nesse sentido, de controle social, de monitoramento, acompanhamento, efetividade, todos aqui, de uma forma ou de outra, reforçaram essa preocupação.

Comentário: "Enquanto houver competição entre público e privado, fica difícil existir melhoria. O neoliberalismo é um atraso neste país."

O Alex, de Pernambuco, fala: "Investimento consciente com prestação de contas [e com monitoramento]."

O Márcio, do Rio de Janeiro: "Como garantir que indicadores de qualidade, como aprendizagem e evasão, sejam considerados no repasse do Fundeb?".

E a Vanessa fala: "Por que o Fundeb não ampara, de fato, os profissionais da educação que não integram o magistério (merenda, secretaria, auxiliar [...])?". Ele integra. São os profissionais da educação. Na verdade, tem ajustes de nomenclatura, processos de cada um dos estados.

Eu quero só, e aí, não é para agora, mas um alerta, e aí, muito mais... Não sei se todos estão acompanhando a situação que está acontecendo, de várias decisões no âmbito dos estados, das Câmaras Municipais, que têm entrado, e afetam diretamente no bolo do Fundeb, para que seja retirado o duodécimo antes da distribuição do Fundeb. Isso tem um impacto grande na retirada de recursos para a educação. A Comissão de Educação inclusive deve falar com os diferentes parceiros aqui, para que a gente possa tratar com o Ministro Camilo e com o próprio Supremo Tribunal.

Sobre a questão do PAR e PAC, isso foi bem colocado, não é? E também nós temos uma preocupação: o PAR, eu acho que já teve uma estrutura e uma consistência muito maior. Hoje infelizmente parece um conjunto de intenções com pouco financiamento. O PAC anunciou, e eu dou o exemplo do meu estado: são 139 municípios; alguns municípios não têm nenhuma escola, nenhuma creche construída com recursos federais. E são escolas precárias, antigas. Dos 139 municípios, saíram quatro creches para o meu estado no PAC. E a decisão do TCU recente, que resolveu cancelar a maioria das escolas e creches que estavam em andamento, algumas até com 80%, 90% de recursos empenhados, e o TCU, numa canetada, foi além do corte de escolas que não tinham 15% e trouxe um grande imbróglio para a gestão das redes – escolas que já estavam para começar, com recursos de 80%, 90% –, dizendo que o Congresso teria, se quisesse, que colocar o recurso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que Parlamentar vai colocar, das suas emendas individuais, R$15 milhões, R$13 milhões, para uma escola de 13 salas aproximadamente?

Então, acho que é uma... Nós já tratamos aqui, numa audiência pública, e devemos voltar a tratar sobre isso. Eu sou Relatora da receita no Orçamento desse próximo ano, e nós vamos ter que enfrentar essa situação. Nós não vamos permitir que, a despeito da caneta do TCU, nós tenhamos esse vácuo em relação à estrutura física das nossas escolas e creches.

De igual forma, uma provocação: hoje, metade dos nossos recursos devem ser colocados para a saúde, o que é muito meritório, mas isso já acontece – creio – praticamente há dez anos. Nós temos uma ação, para que também se possa permitir que essas emendas obrigatórias possam ir para a educação, em virtude de a saúde já ter sido atendida. Vai continuar a ser atendida, uma vez que não é uma exclusão, mas uma permissão para que os Parlamentares possam também, discricionariamente, a partir da realidade de cada estado, colocar as suas emendas obrigatórias, os 50%, que hoje são obrigatórios para a saúde.

Sobre os fatores de ponderação, uma das preocupações – e eu falo isso como Relatora do Fundeb; eu e o Senador Flávio Arns trabalhamos muito com todos vocês – é que, quando nós conseguimos avançar para a complementação da União, o direcionamento do recurso novo para a educação infantil tinha o objetivo de indução e de dar condição para aumentar o atendimento da educação infantil. Quando nós trabalhamos com o fator de ponderação, que estabelece diferentes modalidades e custos, a gente não tem esse controle na aplicação. Muitas vezes, a rede absorve o recurso pelo fator de ponderação, que deveria ser uma indução, mas, na hora de aplicar, aplica-se como a rede quiser tanto para educação infantil, quanto para a educação indígena, quilombola, com diferentes percentuais.

Se houver algum comentário ou interesse em tratar disso, agora ou depois...

Sobre a questão das condicionalidades, a ideia é justamente entender que elas, sim, são mutáveis. À medida que você, com a condicionalidade, consiga fazer uma inflexão...

Às vezes, aquela condicionalidade, como o caso da legislação do ICMS, tinha prazo: em dois anos, os estados tiveram que se organizar. O que nós queremos monitorar e ajustar agora é a trajetória do uso desse recurso, e como ele, junto, articulado com o Sistema Nacional, com o Plano Nacional de Educação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu falo isto há muito tempo: não tem sentido o Plano Nacional da Educação estabelecer metas, a partir de um debate, de uma realidade, e, na hora de elaborar os orçamentos, os tribunais de conta não levarem em consideração.

Então, vira uma carta de intenção: bota na gaveta, cumpriu a tarefa, mandou para as Assembleias ou para as Câmaras Municipais, mas, se você não coloca, na hora de fazer o orçamento, no rumo ao cumprimento da meta, ela não vai se cumprir naturalmente. É lógico que... A não ser que o ente federado já demonstre: "Olha, nós já temos uma ação concreta em relação a esse cumprimento de meta".

Então, essa questão da consequência do orçamento, do próprio PNE e dos respectivos planos municipais e estaduais tem que ter consequência.

Nós vamos ouvir aqui a Atricon e o Tribunal de Contas também, porque, se o orçamento não está direcionado... Eu falo isso porque sempre, na Comissão de Orçamento, eu tenho colocado por várias vezes as metas do Plano Nacional, e, normalmente, os governos – de direita, de esquerda – sempre rejeitam, porque nós estamos engessando o orçamento. Então, é uma questão de lógica, no meu entendimento.

Vou também à consultoria, porque eu quero agradecer. Aqui presentes conosco o Rodrigo Ramos, a Tatiana Britto e o Cesar de Souza. Eles vão nos ajudar no processo de construção desse relatório.

A ideia nossa é, a partir do relatório, se necessário – e acredito que sim –, produzir propostas legislativas de ajuste, para a gente ganhar tempo, não esperar chegar 2026, que era o ano de avaliação. Considerando que é um ano eleitoral, que a gente possa ter textos para provocar o próprio Congresso nos ajustes necessários em relação à adequação do Fundeb, do Novo Fundeb e do ICMS.

Eu queria fazer, dentro das perguntas, algumas questões pelo menos centralizadas.

Como está sendo acompanhada a subvinculação que destina 50% da complementação Vaat à educação infantil? Quero saber se tem algum estudo, algum encaminhamento, direcionado a esse cumprimento, uma vez que eu coloquei que essa foi uma das direções que foram tomadas na época da complementação da União.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Como está sendo acompanhada a implementação da subvinculação que destina pelo menos 15% da complementação Vaat para despesas de capital?

Qual tem sido o impacto do Novo Fundeb no objetivo central de valorização dos profissionais da educação?

Como tem sido a compreensão das redes a respeito do Vaar? Alguns já mencionaram aqui. Essa nova modalidade de complementação tem levado à indução de melhoria da aprendizagem com a equidade a que se propõe?

Tem outras questões que eu vou pedir que sejam repassadas às instituições aqui representadas e que podem, posteriormente... Eu sei que Consed tem, que a Undime também tem, provavelmente CNTE também, grupos de estudo e trabalho direcionados que podem nos ajudar – o Ministério da Educação também – com respostas a algumas das questões que, com certeza, vão nos ajudar a construir os textos.

Eu passo agora para a rodada final. Vou seguir a mesma ordem de apresentação.

Então, eu passo a palavra para o Vinícius Mendonça Neiva, Secretário-Executivo do Estado de São Paulo, que aqui representa o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), para as suas contribuições finais, pelo tempo de cinco minutos.

**O SR. VINÍCIUS MENDONÇA NEIVA** (Para expor.) – Bom, mais uma vez obrigado, Senadora Dorinha.

Rapidamente, talvez respondendo ao questionamento de como isso está se materializando em valorização profissional.

Talvez não tenha ficado claro que a existe uma vinculação do piso à distribuição da definição do Vaaf. Então, hoje, como eu mostrei dentro da minha apresentação, você tem um aumento real dos salários do professor, do piso do docente, em mais de 36%. Ou seja: houve um aumento de 71%, enquanto o IPCA acabou reajustado em torno de 35%.

Então, como é que isso se materializou em valorização docente? Valorizou o salário, exatamente em relação ao piso e a todos esses ajustes que foram feitos. Então, você sai de um piso de, por exemplo, R$1,8 mil, e hoje o piso está em R$4,86 mil.

Então, essa é uma questão superimportante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, talvez, o que eu gostaria de falar e responder, em relação ao entendimento das redes em relação ao Vaar... Eu diria que as regras são tão complexas, que as redes não conseguem entender, principalmente, a distribuição da Condicionalidade III. As outras quatro condicionalidades são relativamente simples, isso é binário, ou seja: se você tem uma aprovação de uma lei ou não, se os seus diretores são selecionados para o processo seletivo ou não, se a BNCC está alinhada ou não, mas a Condicionalidade III, que é a que está eliminando ou não habilitando quase 70% dos entes, é uma condicionalidade supercomplexa de se entender. Eu mesmo estou questionando, e o Consed está questionando também, o indicador que foi adotado dentro da Sife, porque eu acho que ele não vincula o avanço.

Então, pela complexidade dentro das redes e pela dificuldade de capacidade institucional, acho que as redes não conseguiram compreender nem sequer o que elas têm que fazer para poderem acessar esse recurso da complementação do Vaar, porque isso é muito complexo. Você o divide em aprendizagem e equidade, e esses índices vêm mudando todo ano.

Então, esse é um indicador que precisa ser ajustado.

Eu acho que esses são... (*Falha no áudio.*)

e, como eu coloquei, a complementação, ainda que ela chegue a quase 21%, 23%, a partir de 2026, como está previsto dentro da lei, ela acaba atendendo a essas necessidades de capital, porque a necessidade que a gente tem é infinitamente maior do que você precisa alocar. Então, quando você faz uma reforma dentro de uma escola, grande parte dela pode ser considerada como investimento e, então, não atende.

Eu acho que esses são os três pontos que eu gostaria, talvez, de esclarecer nessa linha das perguntas que foram colocadas.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Vinícius.

Também acho que... Não sei se só você, mas outros mencionaram sobre a questão do ajuste de temporalidade e em relação a alguns mecanismos que, com certeza, precisam e podem ser ajustados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Essa questão da preocupação em relação aos ajustes, em relação a critérios e tempos, isso era mesmo de se esperar, porque o movimento da legislação e o que acontece diretamente em cada uma das redes precisa de ajustes, inclusive de programas e políticas públicas.

Mas agradeço a contribuição do Consed e, com certeza, oportunamente, o Consed vai conseguir também nos ajudar muito nesse processo de ajuste da legislação, de aprimoramento.

Eu passo a palavra agora para o Sr. Valdoir Pedro Whatier, Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica, do Ministério da Educação.

Quero cumprimentar aqui os policiais rodoviários federais do meu estado, o Jorge, o Alonso, que é o Superintendente da Polícia Rodoviária Federal lá do Tocantins.

Sejam sempre bem-vindos!

Muito obrigada.

Valdoir.

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Bom, eu não vou fazer uma fala focada numa pergunta em específico, mas vou tentar abordar um pouco delas como um todo.

Eu sou servidor lá do FNDE já há 15 para 16 anos. Então, tenho acompanhado um pouco dessa pauta indiretamente, e, agora, no MEC, na verdade, estou mais perto do Fundeb do que estava no FNDE.

Mas por que é que eu começo assim? A gente tem identificado, e eu acho que essa coisa da compreensão do Fundeb, a gente precisa contextualizá-la dentro da política de fundos.

Aqui eu falo como alguém que esteve em todos os encontros regionais da Undime do ano passado, em vários encontros estaduais, e também no encontro nacional, sempre tratando desse tema e sempre em diálogo com as redes.

Eu acho que tem uma constatação que a gente precisa fazer, que é: o Fundeb não é bem compreendido ainda pelos gestores municipais – o Fundeb –, e eu acho que não é a condicionalidade três. A gente precisa ver isso dentro de um processo, que é o quê? Num primeiro momento, até o Fundeb anterior, até 2020, especialmente os municípios, eles tinham um papel

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

passivo no Fundeb, no sentido de que bastava ter matrículas no censo, e a partilha de recursos iria ser feita. Quando vem o Fundeb redesenhado, perenizado e potencializado, a gente vem, por exemplo, com o Vaat, que exige que o município tenha uma postura ativa, o município e o estado, e a gente tem até hoje estados que não prestam as informações necessárias para calcular o Vaat. E o Vaar mais ainda exige esse movimento.

Por que é que eu digo isso? Porque eu acho que a gente tem que fazer um pouco dessa reflexão e colocar também quais são os nossos compromissos e acho que a gente tem uns passos a dar em relação à transparência, não uma transparência só de ter dados disponíveis, mas uma transparência de ter dados inteligíveis, organizados de uma forma que facilite a compreensão. Eu acho que esse é um passo que a gente precisa avançar, e isso explode na Condicionalidade III, mas eu acho que a gente precisa fazer uma diferenciação das não compreensões da Condicionalidade III, porque eu acho que tem uma não compreensão que tem a ver com a técnica.

Eu gosto de dizer o seguinte: a Condicionalidade III, o problema dela, que a gente entende que as redes devem enfrentar, não é um problema estatístico, é um problema pedagógico. Quando a gente fala que é preciso reduzir desigualdade, o que a gente quer é que a rede se movimente no sentido pedagógico para a redução de desigualdades, mas o que a gente vê, na verdade, é um movimento muito mais estatístico, as redes contratando empresas, contratando pessoas especializadas em estatísticas, para ficar refazendo os cálculos que, felizmente, a gente tem o Inep, que faz com muito zelo, o FNDE faz a sua parte com muito zelo, mas é uma questão que é bastante recorrente.

Então, eu acho que tem duas coisas que são o não entendimento. Uma delas é o não entendimento técnico e que a gente está trabalhando para isso, e trabalhando sobretudo para clarear a mensagem pedagógica, que é: vamos focar na redução de desigualdades. Isso significa eu reorganizar a minha escola, eu reorganizar a minha prática didático-pedagógica.

Um outro é, talvez, o da prioridade do entendimento, que tem a ver com o princípio.

Tem gente que não concorda com essa condicionalidade mesmo, porque acha que ela não é a mais importante. A gente já recebeu gente de redes médias, digamos assim, do Brasil que dizem "eu não tenho desigualdade em minha rede", e a gente sabe que isso não é verdade em nenhuma rede do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que a gente precisa separar esses dois não entendimentos: um a gente tem que acolher, corrigir e fazer tudo o que a gente pode para melhorar; e, o outro, eu acho que a gente tem que refletir um pouco mais a fundo e defender realmente, pois a redução de desigualdades...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. VALDOIR PEDRO WATHIER** – ... é o grande desafio da educação hoje.

Queria acrescentar mais algumas questões.

Quanto à questão de como potencializar, primeiro, dentro dessa dinâmica toda.

O Fundeb, hoje, eu acho que é o que tem um modelo de governança mais robusto. Tem esses problemas, a gente precisa fortalecer os conselhos, mas ele tem um modelo bastante robusto.

Para fortalecer mais, a gente precisa superar um pouco essa questão de se o que a gente precisa é melhorar a gestão ou melhorar o financiamento. Está claro que são as duas coisas, e são as duas coisas com equidade.

Uma coisa que eu gosto de colocar também, que acho necessária, é dizer assim: o dinheiro da educação, salvo raríssimas exceções, no Governo Federal, nos estados e nos municípios, vai para a educação. A gente não vai conseguir melhorar o financiamento da educação por dentro da educação. O que a gente faz é ficar canibalizando, com uma etapa rivalizando com a outra, um ente rivalizando com o outro. Então a gente precisa dar conta de priorizar a educação por fora da educação. E como a colega aqui acabou de demonstrar, existe espaço para isso. E a gente só vai conseguir dar saltos qualitativos mesmo se a gente fizer isso, ainda que seja por um tempo pré-determinado. Mas é a gente conseguir fazer um esforço de transformação educacional, de fato, senão a gente vai continuar andando gradativamente, e esse andar gradativamente não consegue tirar do lugar quem está com muita defasagem.

Só para encerrar, então, eu queria só compartilhar uma informação que a gente tem aqui. Na prática, em 2025, nós temos 50,5% das redes do Brasil recebendo o recurso do Vaar. Isso significa que cumpriram as cinco condicionalidades e que tiveram redução de desigualdade. E ao todo, desde 2023, 2024, 2025, nós já tivemos 74,7% das redes que receberam pelo menos uma vez. Então a gente percebe claramente que existe um poder de indução muito grande. Então, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

gente relativizar essa prioridade é também abrir mão desse poder de indução num sentido mais contundente.

E acho que... Deixa eu ver...

Ah, uma última coisa que eu queria colocar é quanto aos resultados. A gente entende que tem que focar realmente em resultado, mas a gente está vivendo um tempo em que todos os resultados são cobrados do estudante, são cobrados a partir de uma prova do estudante, e a gente entende que está cobrando demais do estudante e, às vezes, está deixando de cobrar de nós mesmos. Quer dizer: quais são as condições de oferta de educação que eu estou dando? É porque ao estudante cabe, é claro, aprender, mas, antes disso, a gente tem que criar as condições para esse aprendizado. E a gente hoje não cobra resultados do dever do Estado de garantir o direito à educação. A gente cobra diretamente do estudante e, se as condições-meio não são criadas, isso acaba virando uma covardia com o estudante, que se transforma numa cobrança excessiva do professor que tensiona todo o sistema educacional – e a gente sabe que, sob tensão, a gente não aprende. E nisso também as condicionalidades, que entendemos nesse sentido. As condicionalidades cumpriram muito bem o papel, e é momento de avançar. Eu acho que algumas coisas a gente tem já muito claras. Por exemplo, existe lei prevendo o piso, não é? Talvez o cumprimento do piso seja um bom exemplo de uma possível nova condicionalidade.

Então, era isso. Eu queria só trazer essa perspectiva um pouquinho mais ampla e, sobretudo, esta questão de que a gente precisa conseguir priorizar a educação por fora da educação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada.

Quem acompanhou o debate, na época da construção do texto, sabe que, primeiro, um texto dessa complexidade não foi um texto fácil. Acho que o Vinícius colocou sobre a questão do percentual de capital. A gente enfrentava ali o debate de quem dizia: "Todo o dinheiro do Fundeb vai para pessoal". Então, nós tivemos que colocar essa trava, mesmo sabendo que as redes, provavelmente, já aplicam mais do que isso. Mas era para passar a mensagem também que, mesmo do dinheiro novo, teria uma parte que iria para infraestrutura. Então, por isso, esse desenho. Ao mesmo tempo, há um grande movimento que nasceu para dizer: "Olha, a gente precisa ter resultado. Então, nós vamos gastar o dinheiro. No Brasil, os alunos não aprendem...". Era sempre nessa linha do que é fácil ser medido: o resultado de aprendizagem. E, na verdade,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

nós não estamos falando de resultado numérico, mas da garantia do direito de aprender, da garantia das condições. Não é só universalizar o acesso, mas como é que as condições reais dadas estão à disposição para o estudante, para o professor?

Foi colocada aqui a questão das licenciaturas. Todos nós que lidamos com educação sabemos que a formação de professores no Brasil tem hoje um enorme desafio, porque tem sido feita por redes privadas, de péssima qualidade, à distância, enfim... Algumas medidas estão sendo encaminhadas para induzir novos processos de formação.

Acho que são muito importantes as suas abordagens, porque nós temos essa tarefa de fazer esses ajustes, inclusive do ponto de vista de política, porque há sobrecarga nas medidas fáceis de serem quantificadas, e não é esse o nosso desafio, mas sim de como é que a gente pode traduzir isso em garantia do direito de aprendizagem, do direito de aprender.

Eu passo a palavra agora para o André Gustavo Santos Lima Carvalho, Diretor de Gestão de Fundos e Benefícios do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE).

**O SR. ANDRÉ GUSTAVO SANTOS LIMA CARVALHO** (Para expor.) – Senadora, quero, mais uma vez, agradecer pelo convite e dizer que o FNDE está de pé e às ordens para o que for necessário para o debate, para a melhoria do programa como um todo. Sabemos da necessidade de sempre estar em constante aperfeiçoamento.

Como a senhora bem disse aí, as complementações foram feitas, mas feitas com o intuito de que sempre sejam repensadas, melhoradas, melhor avaliadas. Até trazer aqui um mérito e uma parabenização para a Secretária Zara, que é a Secretária da Secadi, que é uma defensora ferrenha da busca pela equidade, pela melhoria, pela representatividade nas redes de ensino e é uma lutadora para que seja sempre respeitada e melhor aplicada, principalmente, a condicionalidade III, que foi tão comentada aqui.

Vou tentar respeitar o prazo. A senhora colocou três professores na mesa, e professor gosta de falar. (*Risos.*)

Quero apenas trazer alguns pontos que foram levantados aqui.

A senhora falou sobre a questão da comprovação dos percentuais do Vaat. Todos os percentuais constitucionais que são exigidos dentro do Fundeb são apresentados e são apurados pelo Siope (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação). Então, todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

entes vão atualizando o Siope, trazendo suas informações para demonstrar e comprovar que estão sendo respeitados os percentuais, sob pena de, além de entrar no Cauc, não conseguir receber valores, principalmente discricionários, da União.

Aproveito essa informação também para responder à pergunta que nos foi apresentada por Alex, do Estado vizinho de Pernambuco – eu, como paraibano que sou, vou responder ao meu vizinho aqui. Não foi bem uma pergunta, foi mais um comentário que ele trouxe; eu acredito que ele quis dizer que é necessário o investimento consciente e com prestação de contas. E aí Valdoir foi muito feliz na forma como falou do Fundeb: se tem algo que tem prestação de contas e que é realmente avaliado é o Fundeb.

A prestação de contas do Fundeb é feita para todos os tribunais de contas, tanto do estado quanto dos municípios; então, esse acompanhamento é feito por todos os tribunais. Também o Tribunal de Contas da União tem um grupo de estudo e de avaliação que tem contato diuturnamente com o FNDE e com o MEC, também, para avaliar a aplicação do Fundeb e as melhorias do Fundeb.

Como a Profa. Fátima falou, o Fundeb tem um controle social, e não apenas do Cauc, eu vou além, porque, com relação ao Fundeb, obrigatoriamente, os entes necessitam demonstrar como aquele valor está sendo aplicado, como ele está sendo utilizado.

E aí até, para não dizer que eu não falei de todos que nos ajudam, e são muitos que ajudam na execução do Fundeb, vou dar um exemplo aqui do BB Gestão Ágil, que é do Banco do Brasil, em que tem o acompanhamento, os entes precisam colocar todas as notas, todos os investimentos, todos os pagamentos. Então, aqui temos Tiago, Everton, Elen, que trabalham no Banco do Brasil, que são parceiros, que também estão em contato diuturnamente com todos nós, para buscar melhorias nessa aplicação.

Lembro que os valores pagos e utilizados pelo Fundeb obrigatoriamente têm que ser públicos, os entes apresentam os extratos de utilização desses valores. Então, quando, por exemplo, aparecem as polêmicas, que até a Profa. Fátima citou aqui, facilmente as redes de televisão, dos blogues, que estão na moda hoje em dia, os entes apresentam onde está o problema com o extrato, porque necessitam ser publicizados todos esses valores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, a própria população não é só que poderá, ela deve, sim, ser uma fiscal da boa aplicação do dinheiro da execução, porque, como todos sabem, é um dinheiro que, como já foi demonstrado aqui, vem dos tributos.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ANDRÉ GUSTAVO SANTOS LIMA CARVALHO** – É um dinheiro nosso, então cabe a nós também fazer a boa avaliação da aplicação desses valores.

No mais, respeitando o meu tempo, queria apenas agradecer, Senadora, e parabenizar a senhora, que realmente é uma fervorosa defensora da educação do Brasil, é uma parceira tanto do Ministério da Educação quanto do FNDE.

E quero colocar o FNDE, em nome da Presidenta Fernanda, que é uma grande admiradora do seu trabalho, para qualquer discussão que tenha, não só sobre o Fundeb, mas sobre qualquer pauta da educação, à disposição.

Obrigado, e obrigado a todos que estão nos assistindo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, André, agradeço os cumprimentos e, com certeza, a gente está só começando uma nova etapa do debate em relação ao Fundeb.

Passo a palavra agora para a Fátima Silva, Secretária-Geral da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação).

**A SRA. FÁTIMA SILVA** (Para expor.) – Bom, se nós só estamos começando, então é o primeiro, é o inicial.

Vou tentar aqui, Senadora, ficar bem na parte de valorização profissional no Fundeb. Sobre as outras contribuições, a gente vai conversar, eu creio, enquanto Comissão. E aquilo que a CNTE tiver que acrescentar, nós assim vamos fazer.

Bem, o Fundeb garantiu o piso salarial do magistério, que hoje é de R$4,8 mil, para uma jornada de até 40 horas, isso para a formação profissional. Precisa avançar para o piso dos funcionários de escola, daqueles demais profissionais, porque eles podem ser pagos, mas os demais profissionais não têm piso. Então, nós precisamos avançar para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tem um PL que está correndo, é o 2.531, que nós apoiamos enquanto CNTE, mas ele precisa ser aperfeiçoado, porque tudo para pagar você tem que ter recurso. Para você aprovar um piso, você tem que mostrar de onde que vem e ter recursos para pagar.

Também temos que reafirmar: profissionais da educação são aqueles que o art. 61 da LDB define enquanto profissionais da educação. Por todos dentro para ser pago o piso, não vai dar piso para ninguém, e nem condição de recursos de o gestor assim o fazer.

Bem, também há os subterfúgios que, em função do Fundeb, os gestores criaram. Por exemplo, na educação infantil, muitos gestores estão contratando com exigência de formação em magistério, mas com outro nome que não o de professor, para não pagar o piso. E isso significa você ter na educação infantil pessoas que, enquanto profissionais que são professores, como usaram outro subterfúgio, até mesmo através de concurso, estão recebendo salário mínimo.

Também o piso do magistério significou o quê? Em vez de ser piso inicial, está significando, em muitos entes da Federação, o teto, ou seja, não tem uma carreira de meio, início e fim. São esses R$4,8 mil e R$5 mil para quando a pessoa, depois de 30 anos e tal, enfim, for se aposentar. Então, também esse subterfúgio foi utilizado.

Se tem locais, e é verdade, municípios que utilizam até 100%, e não só 70% do Fundeb, para pagar folha, nós também temos municípios dando décimo sexto, até décimo sexto salário para o grupo MAG, ou, então, dividindo também um pouco com os demais funcionários, para não aplicar na carreira, para não pôr na carreira. Como também nós temos a realidade de municípios em que a gente chega e fala assim: "olha, nós queremos pagar, incrementar um pouco mais a carreira"; tem o recurso, mas a gente bate na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Então, essa realidade, como um todo colocada, tem servido muitas vezes como subterfúgio para realmente não se ter uma valorização profissional. E como é que a gente garante bons educadores, bons professores e bons funcionários na escola? Tendo uma valorização, com uma carreira de início, meio e fim.

O MEC tem o Mais Professores, que colocou uma série de políticas para atrair profissionais que queiram ser educadores, que queiram ser professores, mas faltou a parte da valorização profissional. Você atrai quando você sabe que a pessoa vai chegar na carreira e que vai ser valorizada com meio, início e fim. E hoje ser um professor, ser um funcionário de escola é muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

desafiador, diferente não só do processo ensino-aprendizagem, mas de todos os processos de vivência.

Então nós temos que garantir o piso aplicado na carreira para o grupo magistério, que é a lei já existente hoje, mas temos que avançar para o piso dos funcionários de educação, e tem que ser uma condicionalidade, como você colocou, Valdoir: pagar o piso ser colocado como uma condicionante também para os recursos...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. FÁTIMA SILVA** – ... vindos do Governo Federal para os estados e municípios, que assim têm complementação.

Creio que é um conjunto, não são só salários também, é um conjunto de condições no ambiente de trabalho que tem que ser atrativo para quem trabalha ensinando, mas também para os nossos estudantes, os nossos alunos terem o direito à educação num ambiente agradável, em um processo ensino-aprendizagem. Hoje, os educadores estão adoecidos por essa relação também e pelas próprias condições que têm no mercado de trabalho.

O valor de R$4,8 mil pode ser muito para um gestor, mas é pouco para um profissional que estudou dez anos para chegar lá. E o que significa o trabalho dele para ganhar esse salário? A gente tem muitas coisas no sentido de aperfeiçoar e garantir o direito à educação e o bem-estar dos trabalhadores, dos profissionais da educação.

Muito obrigada pelo convite e por estar aqui, enquanto CNTE. E vamos seguir trabalhando coletivamente, com todos aqui que estamos fazendo parte: gestores, trabalhadores também e o Parlamento.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Acho que sem contar o fato, Secretária Fátima, de que a questão do piso tem vindo acompanhada de uma ausência de carreira. Em muitos...

**A SRA. FÁTIMA SILVA** (*Fora do microfone.*) – É teto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – É o piso que virou teto e a falta de perspectiva na carreira. Em muitos casos, a carreira é boa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

para quem chega no último nível, com doutorado. Quantos chegam lá? Sendo que, no início e meio de carreira, poucos conseguem ter um salário digno em termos de atendimento.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Muitos temporários. Alguns temporários por 15 anos, por 20 anos.

Então, essa é uma realidade que precisa ser enfrentada.

Eu passo a palavra, agora, ao Eduardo Ferreira Silva, Dirigente Municipal de Canarana, Mato Grosso, que aqui representa a Undime, para suas considerações.

**O SR. EDUARDO FERREIRA DA SILVA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Senadora, eu vou falar um pouquinho sobre a Condicionalidade III, aproveitando que o Valdoir trouxe alguns elementos. Eu hei de concordar com ele que ainda tem muito Dirigente Municipal de Educação que não compreende o Fundeb. Eu acho que a gente precisa olhar para isso. Uma vez compreendido... Tem que ser compreendido por todos dentro da rede para entender como eles podem se apoiar para conseguir avanços educacionais.

Volto a reafirmar que as limitações de recursos financeiros para financiar a educação é um problema sério e grave. Há um universo de contexto de uma dívida social histórica, em que se deve para a educação aquilo que realmente importa: desenvolver e aprender para que o país consiga crescer de maneira sustentável.

Enquanto nós não priorizarmos a educação não só num documento, como o Plano Nacional de Educação ou os nossos planos estaduais e municipais de educação, que, como muito bem dito pela Senadora, acabam virando uma carta de intenção, não tem financiamento que consiga alcançar aquilo ali para que realmente vire uma meta e que seja consolidável.

Quando se fala de colocar o piso como condicionalidade, é interessante, mas eu acho que é interessante também colocar a alfabetização na idade certa como condicionalidade, porque, sem alfabetização na idade certa, eu cerceio direitos de seguir aprendendo ao longo de toda a vida e de uma criança se desenvolver.

A Condicionalidade III, como muito bem-dito pelo Valdoir, é um esforço pedagógico. As pessoas não devem entender como um esforço de diminuir desigualdade. Você diminui de maneira indireta, mas você não afeta diretamente a desigualdade social. Você garante que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

pessoa aprenda na idade certa e, automaticamente, você dá mais possibilidade de ela ter mobilidade e ascensão social.

Visto isso, os professores têm que entender isso.

O Valdoir foi muito, mas muito feliz quando ele trouxe as tensões que se geram dentro de uma rede quando olha o indicador pelo indicador. Isso é terrível. Existe uma cobrança, e isso é em nível de Brasil, principalmente depois das alterações das leis de ICMS dentro dos estados, em que há premiação, inclusive, para os maiores avanços, e os municípios que não avançam, mesmo crescendo pouco, não são premiados, porque só se premiam os maiores avanços. E redes menores possibilitam ter esses maiores avanços? Então, tem uma série de atos que a gente precisa olhar com muita atenção para a gente não gerar mais distorção ou desigualdade.

Há alguns indícios, inclusive, de município que já diz o seguinte – por falta de compreensão, viu, Valdoir? –: "Como eu afeto essa condicionalidade de desigualdade social ou aprendizado?". Ele não entendeu que é uma coisa que está acontecendo dentro da sala de aula ainda, eu acredito. E aí ele desiste de atender a Condicionalidade IV, de gestão democrática e eleição. Não há nem eleição por critérios técnicos para você consolidar um diretor, e acaba realimentando, porque ele fala que, como já não vai atender uma, automaticamente, fica fora de todos.

E, às vezes, então, cabe pensar: existe a possibilidade de escalar percentuais de Vaar à medida que se atende a um ou a maior parte dos critérios? Então, tem uma série de pensamentos e reflexões que seriam interessantes a gente fazer, de debates maduros, inclusive, para a gente conseguir avançar um pouco mais nessa questão de financiamento, de maneira a fomentar, porque houve, no início, uma corrida insistente para conseguir afetar o indicador. Agora, parece que está havendo uma frustração por não conseguirem e estão desistindo, igual àquele aluno que fala assim: "Como eu não vou conseguir mesmo, eu vou desistir e jogar a toalha".

Eu acho que a gente tem que olhar isso com muita atenção para a gente conseguir levar ao máximo de municípios para reduzir desigualdade social através de alfabetização na idade certa, dando condições para que todos progridam socialmente ao longo de toda a vida.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada pelas contribuições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos que nos acompanham, mais uma vez aos consultores, às representações aqui presentes, tanto do Consed quanto da Undime, da CNTE, do Ministério da Educação e do FNDE.

Nós vamos seguir com as audiências públicas focadas. Com certeza, muitos elementos a partir das contribuições de diferentes atores.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 32ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE SETEMBRO DE 2025, SEGUNDA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas do dia quinze de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Cid Gomes, Jussara Lima, Pedro Chaves, Zenaide Maia, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Wellington Fagundes, Teresa Leitão, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão e Damares Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 5/2025 - CE, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS) e da Senadora Teresa Leitão (PT/PE); REQ 9/2025 - CE, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS) e da Senadora Teresa Leitão (PT/PE); REQ 10/2025 - CE, de autoria do Senador Paulo Paim (PT/RS); e REQ 12/2025 - CE, de autoria da Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Finalidade:** Debater a "Violência nas Escolas". **Participantes:** Sra. Thaís Dias Luz Borges Santos, Coordenadora-Geral de Acompanhamento e combate à Violência nas Escolas do Ministério da Educação (CGAVE/MEC); Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN); Sra. Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Sr. Manoel Morais de Oliveira Neto Alexandre, Consultor Legislativo da área de Educação da Consultoria Legislativa do Senado Federal; Sra. Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT); Sr. Otávio Augusto Pereira Mota, Jornalista e autor do documentário "Carlos Mota - Entre Arquivos e Lembranças"; e Sra. Celia Nahas, Coordenadora-Geral de Enfrentamento ao Trabalho Infantil da Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Paulo Paim**
Presidente Eventual da Comissão de Educação e Cultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/15

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de setembro de 2025.

Objetivos e diretrizes da reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de debater a violência nas escolas, em atenção ao Requerimento nº 5, de 2025, e ao Requerimento nº 9, de 2025, de minha autoria e também de autoria da Senadora Teresa Leitão; Requerimento 10, de 2025, de minha autoria; e Requerimento 12, de 2025, também de autoria da Senadora Teresa Leitão, que é a Presidenta desta Comissão.

Como é de praxe, faço um pronunciamento de abertura para aqueles que estão nos assistindo pela TV Senado, ouvindo pela Rádio Senado e também com a participação da Agência Senado.

Esta audiência pública na Comissão de Educação, que tem a Senadora Teresa Leitão como Presidenta, tem por objetivo debater uma realidade que precisa ser enfrentada urgentemente: a violência no ambiente escolar, que atinge alunos, professores e funcionários. A sociedade exige ações rápidas e concretas.

Em 2013, o Brasil registrou cerca de 3,7 mil vítimas de violência interpessoal em ambiente escolar. Em 2023, esse número saltou para 13,1 mil, um aumento de aproximadamente 254% nos últimos dez anos. O Brasil contabiliza pelo menos 47 mortes em episódios de violência escolar se pegarmos a partir de 2001.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Incidentes recentes incluem o massacre de Heliópolis, na Bahia, em 2024, que deixou várias vítimas fatais; o massacre de Blumenau, em Santa Catarina, em 2023, num ataque à creche onde morreram quatro crianças e outras ficaram feridas. Outro exemplo chocante foi o ocorrido em Pernambuco: uma menina de 11 anos, Alícia Valentina, foi agredida por colegas dentro da sala de aula; resultado: morte da menina de 11 anos.

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) IBGE, 2019, 21% dos estudantes de 13 a 17 anos afirmaram ter sofrido agressão física por pai, mãe ou responsável nos 12 meses anteriores; 10,6% disseram ter participado de briga física nos últimos 30 dias. Ainda entre esses estudantes, 14,6% relataram ter sofrido algum tipo de violência sexual ao longo da vida, com taxas muito superiores entre meninas. Cerca de 0,9% das escolas relataram interrupção do calendário letivo em 2021, devido a episódio de violência. Há casos de tiroteios ou balas perdidas em escolas; embora em menor percentual, são situações de impacto psicológico, medo e insegurança.

A percepção de violência nas escolas é tão grave que 90% dos brasileiros afirmam temer que seus filhos ou pessoas próximas sofram violência no ambiente escolar. Um dado menos visível, mas igualmente preocupante e significativo: entre os registros de vítimas de violência escolar, houve uma explosão no número de casos de violência autoprovocada, ou seja, automutilação, tentativas de suicídio. Temos também a questão das drogas, que é muito preocupante.

Sublinho que a violência escolar atinge alunos, professores e funcionários. Em 2023, segundo o Ministério dos Direitos Humanos, o Disque 100 recebeu mais de 1,2 mil casos em que professores foram vítimas de violência nas escolas. Em 2008, um caso de violência no DF chocou o Brasil: o Prof. Carlos Mota foi morto com um tiro dentro de casa. Ele era Diretor de uma escola pública, onde desenvolvia atividades de combate às drogas. Segundo a OCDE, semanalmente, 10% das escolas brasileiras pesquisadas registram episódios de intimidação ou abuso verbal contra educadores, aumentando os níveis de estresse e colocando em dúvida a permanência ou não dos professores na profissão. A média internacional registra que foi de 3%.

Todos esses números que eu aqui citei não contam apenas ferimentos físicos ou mortes, revelam ambientes de medo, insegurança, trauma psicológico, evasão escolar e, inclusive, de saúde mental fragilizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A violência no ambiente escolar é um tema que é ponto de alerta aqui no Congresso Nacional e creio eu que em todo o Brasil, no campo das autoridades competentes e das famílias. Apresentei projetos sobre esta questão. O ambiente escolar é para educar, proteger, formar cidadãos com consciência crítica, mas o que vemos, infelizmente, é o aumento da violência nesse ambiente.

Essa é a minha fala de introdução. Agora nós vamos para os convidados. Eu vou chamando os que estiverem presentes.

Convido para tomar lugar à mesa os seguintes convidados.

Fui informado de que a Sra. Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), ainda não se encontra.

Convido o Sr. Manoel Morais de Oliveira Neto Alexandre, Consultor Legislativo da área de educação da Consultoria Legislativa do Senado Federal. Seja bem-vindo! (*Palmas.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Ah, viemos juntos para cá.

Oi, minha amiga, tudo bem?

A Sra. Rosilene, que eu já havia chamado, mas ficam aqui as palmas para ela também. (*Palmas.*)

Convidamos a Sra. Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT). (*Palmas.*)

O Sr. Otávio Augusto Pereira Mota, Jornalista e autor do documentário Carlos Mota – Entre Arquivos e Lembranças. (*Palmas.*) Já esteve no meu gabinete falando sobre esse tema, e esse foi um dos motivos da audiência pública de hoje.

Teremos participação de forma remota: Sra. Thaís Dias Luz Borges Santos, Coordenadora-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas do Ministério da Educação; Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino; Sra. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, Secretária Nacional dos Direitos da Criança e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por dez minutos. Ao fim da exposição, a palavra será concedida aos Parlamentares que porventura estejam inscritos para que façam comentários ou perguntas. Se não tiverem, daremos então o tempo de três minutos para as considerações finais para os convidados. (*Pausa.*)

Então, com a orientação aqui da Secretaria geral dos trabalhos, eu passo a palavra neste momento à Sra. Thaís Dias Luz Borges Santos, Coordenadora-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas do Ministério da Educação, de forma remota, por dez minutos.

**A SRA. THAÍS DIAS LUZ BORGES SANTOS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá, pessoal, bom dia. Vocês me ouvem?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Perfeito. Estamos ouvindo bem.

**A SRA. THAÍS DIAS LUZ BORGES SANTOS** (*Por videoconferência*.) – Obrigada. Obrigada a todos pela oportunidade, ao Senador Paim, na pessoa de quem cumprimento toda a mesa.

Vou projetar a minha tela com a minha apresentação.

Para quem não me vê, eu sou Thaís, uma mulher negra de pele parda, cabelo crespo na altura dos ombros; visto uma camisa de manga longa na cor bege claro. Eu, neste momento, sou a Coordenadora-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, aqui na Secadi, atuando juntamente com a Secretária Zara, o Ministro Camilo. Essa é uma coordenação que existe há pouco mais de um ano, e nós temos empreendido um trabalho aqui, realmente, de lidar com essa realidade, que nos assusta muito, conforme os dados apresentados pelo Senador Paim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria dialogar um pouco com vocês sobre a atuação do Ministério da Educação e a articulação com os estados e municípios na agenda de prevenção das violências nas escolas e construção de uma cultura de paz.

Alguns elementos para dialogar com esse contexto já apresentado pelo Senador. Quando a gente fala das violências nas escolas brasileiras, nós fizemos aqui um exercício de escuta e de diálogo com os gestores escolares para mapear quais eram esses tipos de violência que eles alegavam estar enfrentando em sua realidade.

Então, a primeira camada são essas violências que invadem a escola, como o trabalho infantil, abuso e exploração sexual; o tráfico de drogas, roubos, insegurança no trajeto casa-escola; a suspensão das aulas em função de conflito armado no entorno da escola; os ataques de violência extrema contra as escolas, quando, geralmente, um jovem, um estudante ou ex-estudante, invade a escola com intenção de matar. Mas há também outras violências, como a violência institucional: métodos disciplinares abusivos – punições, humilhações –; exclusão, segregação de estudantes; regras e práticas que reforçam as desigualdades, práticas pedagógicas discriminatórias. Há também essas violências cotidianas nas relações escolares, que em alguma medida não podem mais ser normalizadas, como *bullying*, a incivilidade – que é quando os estudantes agridem uns aos outros, por algum conflito interpessoal, e isso em alguma medida acaba alcançando também o corpo docente –; as discriminações por raça, gênero, classe, orientação sexual; e, mais recentemente, as violências *online*, então ciberagressão, *cyberbullying*, discurso de ódio, exploração sexual, violência de gênero mediada por tecnologia.

Então, diante de todo esse cenário, o Governo Federal se organizou, a gente empreendeu aqui um esforço de diálogo – o Ministro Camilo, os outros ministros, o Presidente Lula, em articulação com o Congresso –, para entender que realidade é essa e quais os esforços necessários para que a gente pudesse ter um enfrentamento mais "pé na porta".

Acho que uma primeira medida muito importante, nesse diálogo entre o Legislativo e o Executivo, foi, de fato, a Lei 14.643, que autoriza o Poder Executivo a implantar um serviço de monitoramento de ocorrências de violência escolar.

Nesse mesmo contexto, a gente aqui, no Ministério da Educação, está trabalhando em um grupo de trabalho com especialistas para entender esse contexto, o que a gente deveria colocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de pé em regime de colaboração com os estados e municípios, do ponto de vista de estratégia pedagógica, mas de também estratégia intersetorial.

E aí, em 2024, veio o Decreto 12.006, que é esse decreto que bebe muito do grupo de trabalho interministerial, institui o Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, com esse objetivo de ampliar a capacidade de as escolas promoverem as ações de prevenção e resposta à violência no ambiente educacional.

E mais recentemente, no início deste ano, a gente lança, então, uma portaria que regulamenta o programa do MEC de operacionalização do Snave, para a promoção de um ambiente escolar seguro e inclusivo.

Alguns dos desafios que a gente tem. Primeiro que todas essas violências é importante nomear, para a gente não entender que a solução para lidar com elas é a mesma. Então, há a importância de se entender a organização de cada território, qual é o tipo de violência que o atravessa de alguma forma, para que a gente possa organizar as estratégias de enfrentamento, seja para prevenir, seja para dar resposta rápida e direcionada, caso a gente falhe na prevenção.

Todas essas violências geram impactos para as nossas crianças, jovens e adolescentes. Todos os estudos apontam prejuízo no desenvolvimento na trajetória escolar; danos à saúde mental e à segurança emocional; a fragilização do clima escolar e das relações de convivência; a ameaça a essa integridade física e psicológica da comunidade escolar; a desigualdade de oportunidades e esse risco do abandono escolar. Então, todas essas dinâmicas, em maior ou menor grau, afetam o clima, exigem uma abordagem integrada a essas ações, sejam elas ações preventivas, sejam também de resposta rápida, para garantir esse ambiente propício para o desenvolvimento dos nossos estudantes.

E, nesse contexto, nós temos dialogado com os estados e os municípios sobre a importância das escolas resilientes, que são escolas que resistem, se adaptam e se recuperam diante de crises e situações de risco, assegurando a continuidade da educação em contextos adversos – não só essas violências que a gente estava elencando, mas tantas outras, como desastres ambientais, luto, emergências –, e garantem também o bem-estar físico, emocional e social dos estudantes, dos educadores e demais membros da comunidade escolar. Essa é uma capacidade que é desenvolvida, uma capacidade institucional de promover esse ambiente seguro, inclusive acolhedor, que passa necessariamente pela valorização da convivência democrática, da escuta e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

da participação de todos. Então, nesse contexto, o que a gente está chamando de resiliência escolar não é só uma resposta à violência, mas é parte de uma cultura de prevenção e de cuidado, que é permanente.

O programa de operacionalização do Snave no MEC surge com seis objetivos gerais: desde apoiar a formação de profissionais de educação voltada para o enfrentamento das violências nas escolas a apoiar e pactuar a construção de planos de enfrentamento dessas violências e de respostas às emergências; dar apoio para as redes de ensino na intervenção imediata e reconstrução da comunidade escolar, em caso de ataque de violência extrema; fomentar esses espaços de convivência democrática e participação estudantil; as ações de enfrentamento ao *bullying*, à discriminação; e também a estratégia de monitoramento e comunicação – sem dados, é muito difícil a gente construir uma política pública eficiente, eficaz e robusta.

Então, a nossa compreensão aqui é de que o enfrentamento das violências nas escolas exige uma atuação integrada que combine essas três dimensões: prevenção, resposta rápida e reconstrução. Embora a construção de uma cultura de paz e convivência seja central, a gente entende que também é importante que as escolas e os profissionais de educação estejam preparados para agir com rapidez, com cuidado, com coordenação diante dessas situações. Então, é por isso que a gente tem elaborado protocolos.

Muitas vezes, nós, enquanto educadores, achamos que extrapolamos a visão da nossa função dentro da escola, e, em muitos dos casos, para lidar com essas questões, precisamos acionar a segurança pública, o conselho tutelar, a rede de saúde que atua ali no nosso território. Então, é por isso que temos elaborado protocolos justamente com esse propósito de que ofereçam orientações nítidas, éticas e operacionais sobre como agir, garantindo essa proteção integral, esse apoio intersetorial e a retomada segura da vida escolar.

O nosso programa de operacionalização do Snave teve, recentemente, a adesão dos estados e municípios. A gente teve 100% da adesão das redes estaduais de ensino e, entre os municípios, seis estados tiveram adesão integral, 100% dos municípios aderiram: Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. Em geral, a média de adesão municipal foi muito significativa. A gente só, realmente, não conseguiu fazer um processo de adesão mais efetivo no Centro-Oeste e no Sul, que tiveram os índices menores de adesão a esse compromisso de enfrentamento das violências junto conosco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à violência que atinge os profissionais de educação, a gente tem entendido que é necessária, cada vez mais, uma formação continuada para os professores e equipes sobre gestão de conflitos, sobre práticas restaurativas, sobre manejo de situações de tensão no chão da escola. Os protocolos também são importantes, assim como o apoio psicossocial, o atendimento jurídico e o acionamento da rede intersetorial para o docente, em caso de ameaça, enfim, em caso de uma violência que o atinja de alguma forma.

O fomento aos espaços de escuta e participação estudantil que articulem famílias e comunidades é muito importante. Em muitos dos espaços que nós vamos fazer esse processo de mobilização, num primeiro momento, as pessoas ficam reticentes e acabam se manifestando, dizendo: "Olha, não... mas aqui é um espaço tranquilo, não tem violência", porque acabam associando a violência àquela violência extrema, como as chacinas, os ataques que a gente acompanhou nos últimos anos, e não entendem que se a gente não tem um ambiente escolar que cuide do desenvolvimento integral dos estudantes, que seja um espaço em que os estudantes e também os profissionais da escola possam aprender juntos a lidar com o não, a combinar suas regras de convivência, a praticar uma comunicação não violenta... Isso começa desde o modelo de gestão da escola até esse relacionamento e essa incorporação da comunidade escolar mais ampla.

Então, nós temos sido acionados por alguns estados para poder entender essa perspectiva de escalada de violência contra os professores, e a nossa perspectiva enquanto Ministério da Educação é fazer a articulação para mapear essas zonas, as escolas com maior incidência; acionar parcerias com o Ministério Público, Tribunal de Justiça; atuar na reconstrução de vínculos por meio de práticas restaurativas – até dos planos territoriais de enfrentamento às violências, o que é um dos itens do compromisso dos estados e municípios que fizeram adesão ao programa de operacionalização do Snave, do MEC –; e implantar práticas e justiça restaurativa para mediação de conflitos, responsabilização educacional e fortalecimento da cultura de paz.

Eu imagino que meu tempo já esteja acabando, mas queria mostrar duas – se vocês me permitirem – lâminas: uma é que sempre que a gente trabalha com as escolas, com os estados, para falar sobre protocolos, algumas pessoas ainda são reticentes, apesar de que a gente abriu mais essa perspectiva na educação depois da pandemia. Então, a gente tem mostrado que algumas situações de crise precisam desses protocolos de atuação, porque não são só as estratégias pedagógicas – que são responsabilidade dos profissionais da educação – que vão dar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conta de lidar com essa crise, a gente precisa também de estratégias intersetoriais. E isso vai desde casos graves de automutilação, tentativa de suicídio, às enchentes, aos desabamentos, às pandemias, a essas violências que atingem esses profissionais e aos ataques de violência extrema e ameaça à segurança em torno da escola.

Por último, quero dizer para vocês que tem uma série de materiais que estão disponibilizados na página do Ministério da Educação. Vou deixar aqui com vocês o *link,* para ficar à disposição de todas as pessoas. Nele vocês vão ver todos os boletins de dados e monitoramento que nós disponibilizamos para tratar dessa temática, a agenda de convivência escolar, os protocolos realizados e também os materiais que são específicos para cada uma dessas violências.

A Secadi, aqui no Ministério da Educação, junto com a ... (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k.

**A SRA. THAÍS DIAS LUZ BORGES SANTOS** (*Por videoconferência.*) – ... Universidade Federal Fluminense, tem uma das nossas ações para entender como, enquanto Educação, nós precisamos não só investigar e monitorar esses casos de violência contra educadores, mas também sermos ativos no combate à perseguição e censura, e acolhermos, por meio de atendimento jurídico e psicológico, os profissionais que estejam sofrendo esse tipo de violência.

Bom, com isso eu encerro a minha primeira fala e estou à disposição para seguir dialogando com todos vocês. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, meus cumprimentos à Sra. Thaís Dias Luz Borges Santos. Ela é Coordenadora-Geral de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas, representando aqui o Ministério da Educação.

Parabéns pela exposição. Fez uma fala geral, que, para o início dos trabalhos, ficou na medida. Parabéns a V. Exa.

Eu passo a palavra de imediato...

Com a palavra a senhora Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT), que já esteve em outras audiências, inclusive no Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A palavra é sua, Dra. Cirlene.

Eu dei para ela dez minutos, com mais quatro. Se necessário for, eu darei para todos o mesmo tempo.

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** (Para expor.) – Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham, ao Senador Paim – parabenizo-o pela condução desta audiência pública –, a todos que me acompanham aqui nesta mesa, presencial e virtualmente.

É uma honra participar de uma audiência pública como esta, porque é uma audiência pública sobre tudo o que nos convoca a essa responsabilidade social de discutir a questão da violência nas escolas, que o Senador muito bem pontuou em que extensão está.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – V. Exa. domina muito bem o assunto. Então, acostumado a estar muitas vezes com V. Exa., eu me dou o direito de pedir um aparte para a senhora. Posso?

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – Por favor, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Falha minha aqui.

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – Acrescentando o tempo ao final. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Vamos partir de zero agora. (*Fora do microfone.*)

Convido para tomar o lugar à mesa a Sra. Celia Nahas, Coordenadora-Geral de Enfrentamento às Violências da Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em substituição à Sra. Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva.

Seja bem-vinda! (*Palmas.*)

Volta para a Dra. Zimmermann.

Eu já dei o tempo lá: voltou para os dez minutos.

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu dizia que esse é um espaço de convocação à responsabilidade coletiva, mas é, sobretudo, também um espaço – e eu quero registrar isso aqui no início também – de gratidão e de homenagem, porque eu acho que se todos nós estamos aqui – em qualquer posição, com qualquer perspectiva, perfil profissional ou pessoal –, é porque passamos nas mãos de alguns professores e algumas professoras, de quem lembramos até hoje. Então, eu acho que o primeiro momento também é de homenagem e registro de gratidão. E é por homenageá-los e por esse respeito que devemos ter que nós precisamos debater esse tema que estamos debatendo aqui, hoje.

De início, é importante que a gente reflita – e eu acho que a fala do Ministério da Educação já muito bem pontuou – sobre que violências nós estamos falando e quais violências talvez nós estejamos tolerando no dia a dia. E eu acho que a primeira mensagem que a gente tem que deixar aqui muito clara também é que nenhuma violência pode ser tolerada. Onde se admitem pequenas violações de direitos humanos, as grandes também acontecerão. Então, qualquer violação à dignidade daquele trabalho executado em sala de aula, porque é um ambiente de aprendizagem, um ambiente escolar, mas é um ambiente de trabalho também... Por isso nós precisamos lembrar que esse trabalho precisa ser digno, seguro, saudável. E quando falamos de pequenas violações em termos de saúde e segurança desses trabalhadores, desses profissionais da educação, nós estamos falando em uma violação de direitos humanos e nessas violências que, muitas vezes, acabam sendo admitidas e sendo geradoras de muitas outras violências.

O Censo Escolar 2024, Senador Paim e todos que nos acompanham, nos reportou que quase 650 mil estudantes do nosso país, de escolas públicas, não têm acesso à água potável nas escolas. Se os estudantes não têm, os profissionais da educação que lá trabalham também não têm. Essas violências nós estamos admitindo? É uma pequena violação de direito humano não ter acesso à água potável? Ou é uma grande violação? Estamos tolerando essas violências e, a partir disso, outras acabam surgindo nesse mesmo ambiente? Portanto, nenhuma violência pode ser tolerada, nenhuma violação a direitos humanos pode ser tolerada.

No âmbito do Ministério Público, todos os Ministérios Públicos estaduais, o Ministério Público da União e os Tribunais de Contas da União se uniram, inclusive, nesse aspecto. Durante o mês de junho, atuamos nessas escolas: estamos exigindo que nenhuma criança, nenhum profissional de nenhuma escola deixe de ter acesso à água potável, que é um direito humano fundamental. A Agenda 2030, inclusive, nos pontua dessa maneira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, não podemos nos acostumar, enquanto sociedade, a permitir essas pequenas violações, teoricamente pequenas, porque não ter acesso à água potável significa o quê? Não ter acesso à saúde. É evidente que isso, em algum momento, se torna um problema de saúde pública.

Quando falamos nessas violências, em todas essas violências que nós precisamos combater aqui, nós estamos falando dessa violência estrutural. Eu me permito denominar dessa forma porque é a estrutura, é a instituição, é o todo que está gerando essas violências.

E aí é importante, Senador Paim, que a gente relembre o conceito de violência da Convenção 190 da Organização Internacional do Trabalho. Ela está em processo de ratificação no Brasil, esperamos que em breve esteja ratificada e incorporada ao nosso ordenamento jurídico. O que essa convenção nos aponta é que as violências no ambiente de trabalho são todas aquelas que possam gerar danos, visem a gerar danos ou tenham um potencial de gerar danos físicos, psicológicos, sexuais, econômicos, ou seja, todas essas perspectivas que envolvem a saúde física e mental das pessoas que frequentam todos os ambientes de trabalho. A escola é um ambiente de trabalho para muitos desses profissionais de educação. Uma vez preservado esse ambiente de forma segura e saudável, evidentemente que a aprendizagem também se torna uma aprendizagem muito mais produtiva.

É nesse cenário e com esse conceito da Convenção 190 que eu quero fazer essa abordagem aqui de enfrentamento às violências. Não é só a violência urbana, que é gravíssima, não é só a violência extrema, mas são as pequenas violências cotidianas, estruturais, que acabam levando justamente a esse cenário de grandes violações.

O Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, mantido pelo Ministério Público do Trabalho e pela Organização Internacional do Trabalho, nos aponta que os profissionais da educação hoje estão entre os profissionais mais afetados pelo adoecimento mental. Por que esse adoecimento mental? Por causa dessas violências estruturais. A pressão por metas, as sobrejornadas, as jornadas exaustivas, a desvalorização, as turmas lotadas, as estruturas físicas precárias. Muitas vezes – e não foi só uma vez que eu ouvi falar – há impossibilidade de faltar, de se ausentar do trabalho, mesmo quando doente, sob pena de perder gratificações instituídas pelos empregadores. E vejam, às vezes, quando um profissional – qualquer profissional – deixa de ir ao trabalho para cuidar da sua saúde, é para amanhã poder estar melhor. Mas, quando insiste em frequentar, em estar no trabalho, em estar presente mesmo doente, na hora que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

afastamento acontece geralmente é de longuíssima duração, porque a afetação da saúde já foi muito maior. Então, essa pressão constante... São situações de pressão inclusive ideológicas, enquanto o espaço da aprendizagem deveria ser um espaço crítico. Hoje há pressão, há perseguição, para que não se fale sobre determinados assuntos em sala de aula. Tudo isso vai afetando esses profissionais. A ameaça de substituição por novas tecnologias: quantos professores estão sendo ameaçados? "Bom, amanhã talvez não precisemos mais de você, porque a IA vai substituir os professores em sala de aula." O trabalho em zonas de conflito armado ou por situações de drogas, a transferência de responsabilidades, muitas vezes familiares, para as escolas.

Nas perguntas já vindas pelo e-Cidadania aponta-se justamente essa necessidade de cumprir a Lei 13.935, de 2019, que aponta o quê? A necessidade de ter profissionais da psicologia e da assistência social nas escolas porque o professor, a professora, têm a sua habilitação para ensinar, mas muitas vezes acaba tendo que assumir essa gama gigantesca de outras responsabilidades, e isso gera uma pressão enorme, levando justamente a esse adoecimento mental, *burnout*, ansiedade, estresse e, muitas vezes, aguentando o sofrimento em sala de aula à base de medicação. Nenhum profissional deveria ter que se medicar para poder trabalhar, mas muitos professores estão, justamente, nessa situação. É isso o que nós precisamos enfrentar.

Em 2023, o portal G1 publicou um levantamento de dados apenas com base na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo, Senador Paim, que apontava 112 professores se afastando, por dia, da sala de aula, por problemas de adoecimento mental. Mais de 20 mil professores em um semestre, o primeiro semestre de 2023, nessa base de levantamento. Então, esse é um cenário que nos convoca justamente a ter uma atuação de cuidado com esses trabalhadores, de cuidado com essa saúde física, com essa saúde mental. Em 2023...

Aliás, esta semana estamos fazendo dois anos da Lei 14.681. O que ela propôs? A promoção de diretrizes da saúde mental dos profissionais que atuam em instituições de ensino. O que exatamente já foi feito para garantir a saúde mental desses profissionais? Porque realmente esse cenário é extremamente complexo.

Vejam que não é só questão de dizer que vamos ter um programa de saúde mental, dar tíquete-terapia, fornecer atendimento psicológico. Não, é enfrentar as causas desse adoecimento, as causas, as violências estruturais, dessas que estamos falando aqui. Então, a gente precisa ter um acompanhamento. Quando a gente fala em acompanhamento de saúde, é acompanhamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

de saúde como todos os profissionais deveriam ter direito: vigilância e monitoramento, exames periódicos, materiais adequados, remuneração decente, acompanhamento quando do retorno ao trabalho, equipes multiprofissionais adequadas para enfrentar essas violências estruturais. Tudo isso porque todos os trabalhadores – e este é um direito que está na nossa Constituição – têm direito à redução de riscos no ambiente de trabalho, para ter um trabalho seguro, para ter um trabalho saudável.

Mas esse direito, muitas vezes, acaba sendo sonegado e, às vezes, de forma expressa, notória. Vejam o caso do Estado do Espírito Santo, que ajuizou uma ADPF no STF, a 1.068, em que busca o quê? Que os entes da administração pública não sejam obrigados a cumprir normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. Vejam, essas normas regulamentadoras são as normas mínimas para garantir saúde e segurança dentro daquele ambiente. No momento em que um estado propõe uma ação como essa...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – ... a que todos os estados aderem a essa iniciativa – porque todos aderiram, vários grandes municípios aderiram também –, o que isso está querendo dizer? Desprezamos a vida e a saúde desses profissionais porque não queremos cumprir normas mínimas para garantir condições de saúde e de trabalho adequadas. Por consequência, evidentemente, esses prejuízos vão também ser sentidos no ambiente da aprendizagem: os estudantes também vão ser afetados por isso. Esse é o cenário que nós precisamos combater.

Quando nós falamos no cumprimento de normas regulamentadoras... Vejam que, hoje, a NR-1 traz uma previsão muito interessante. Quando a gente destaca a questão da violência urbana, muitas vezes, como responsáveis pelo meio ambiente do trabalho, tenta-se dizer: "Não, mas a violência urbana não é uma responsabilidade do empregador, do gestor do meio ambiente do trabalho". Mas é um perigo externo porque, muitas vezes, em razão do local em que a escola está instalada, esse perigo precisa ser considerado, porque a atividade profissional precisa ser exercida naquelas condições e é preciso que, enquanto gestor daquele meio ambiente de trabalho, público ou privado, se adotem medidas para proteção da saúde e da segurança, inclusive no que se refere à violência urbana, aos perigos externos.

É nesse cenário que nós precisamos tratar e cuidar também dos nossos estudantes, das violências que acabam refletindo neles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Hoje nós temos o projeto Segurança e Saúde nas Escolas, que nós tocamos em parceria, Ministério Público do Trabalho, OIT, Ministério do Trabalho. Temos o Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas, Senador Paim. É uma legislação em vigor desde o ano de 2012.

Nessa legislação, o dia 10 de outubro... Instituiu-se esse dia para que seja um dia em que a gente possa debater esse tema em sala de aula, iniciando essa reflexão e esse cuidado com o ambiente escolar, e, a partir dele, pensar justamente em formar esses estudantes para o futuro trabalho. Porque a educação é isto: é a formação para o trabalho, a formação para a cidadania, a habilitação para o trabalho.

Tudo isso vem em consonância com a Convenção 155 da OIT, que hoje é uma convenção fundamental, que aponta justamente a necessidade de prepararmos para o trabalho, na perspectiva de falar de prevenção, saúde e segurança nos ambientes de trabalho, em todos os níveis de ensino e treinamento.

Nós não podemos mais continuar admitindo, quando nós olhamos o Observatório de Saúde e Segurança no Trabalho, que os jovens trabalhadores até 24 anos de idade, na base da pirâmide, sejam também os que mais se acidentam e mais adoecem no trabalho. Por quê? Porque possivelmente não estamos formando para o trabalho seguro, para o trabalho saudável.

Então, esse aqui é um exemplar, é um material, que o MPT deixa à disposição também. Também a A revista *Prevenção e Combate ao Bullying*, porque quando falamos dessas violências mentais, dos assédios no ambiente de trabalho, no ambiente escolar nós estamos falando do *bullying*. Nós temos legislação para isso – hoje, inclusive, criminalizando essa prática. Então, é preciso que a gente se atente e busque essa prevenção a partir do exemplo.

Vejam, muitas vezes... As escolas – e é o que se espera – ensinam a partir do conteúdo formal, mas muitas vezes ensinam mais pelo exemplo, pelo ambiente que mantêm, pela forma como tratam os professores, pelo cuidado que se tem com aquele ambiente escolar, que acaba sendo, sim, a referência de ambiente de trabalho para esses estudantes. Então, educar pelo exemplo é extremamente importante. Por isso é que a gente precisa ter esse cuidado também com as nossas escolas, com o ambiente de trabalho também desses profissionais que ali se ativam, porque se for um ambiente de respeito, de cuidado com os trabalhadores, com os estudantes, essa é uma referência positiva – e não a negativa – que a gente quer deixar para essas escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso alinhado com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como muito bem pontuou já a representante do Ministério da Educação, já que há essa necessidade. A LDB...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – ... aponta essa necessidade de promover uma cultura de paz, de promover esse ambiente escolar seguro para todas as pessoas que estão nesse ambiente.

Também, por meio do projeto, nós incentivamos a implementação das CIPAs escolares. O Senador já foi cipeiro, não é verdade? As CIPAs escolares, comissões...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Consegui ser Presidente da Cipa.

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – Presidente da CIPA.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eleito.

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – Eleito.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Porque hoje quem indica é o empregador e só podemos escolher o Vice.

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu disse: "Eu aceito se eu for eleito" – grupo Tramontina.

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – Se for eleito. Muito bem, excelente!

As CIPAs escolares, vejam, a proposta delas é que sejam justamente uma forma de valorização dessas comissões que, hoje, no ambiente de trabalho muitas vezes estão estigmatizadas. Às vezes se diz: " Não, ele quer ser da Cipa só para ter estabilidade". E, no momento em que a gente traz isso para o ambiente da escola, para ser tratado de forma transversal, dentro de um projeto pedagógico, como comissões internas de prevenção de acidentes, doenças e violências – assim temos denominado e incentivado a implementação –, isso é para trazer o protagonismo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – ... para esses estudantes dentro desse projeto pedagógico.

Muitas vezes, sabe o que nós ouvimos, Senador Paim? As secretarias de educação recebem a proposta do projeto e dizem: "Tudo bem. Nós vamos fazer. Mas a Cipa não, porque a Cipa... Se os alunos fizerem esse negócio de inspeção de saúde e segurança na escola, eles vão achar muitos problemas, e a gente não vai ter como resolvê-los".

Como assim a gente não vai ter como resolvê-los?

Então, vejam que isso já aponta essa necessidade desse trabalho que a gente precisa fazer com todas essas perspectivas.

E eu encerro aqui minha fala, fazendo também uma justa homenagem ao Sr. Orlandino dos Santos, que é idealizador da Cipa nas escolas. Tem até a imagem dele aqui no final. Ele fez 80 anos agora, recentemente, e é uma pessoa que sempre lutou, há mais de 50 anos, e luta, justamente, por essa prática de saúde e segurança nas escolas, para, a partir da educação, a gente ter saúde e segurança no trabalho.

Então, isso é algo que precisamos reforçar.

Quero deixar um convite aqui para o dia 10 de outubro, Dia Nacional de Segurança e Saúde nas Escolas...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – ... para que as nossas escolas possam aderir e o tema seja levado para a sala de aula.

Este ano nós estamos propondo o tema "Cuidando da Gente e do Meio Ambiente", até em linha com a COP 30, porque precisamos cuidar da nossa casa comum. A casa comum vai permitir o cuidado também com as pessoas.

Com isso, a gente espera, efetivamente, que as escolas possam continuar sendo como sempre deveriam ter sido, este local em que nascem os sonhos, e que, enquanto sociedade também, a gente possa dar as condições adequadas para que esses sonhos brotem, floresçam e frutifiquem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o nosso propósito. Esse é o nosso trabalho. Essa é a nossa missão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sra. Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT). Ela já participou aqui, inclusive, em debates no Plenário do Senado, com a mesma força, com a mesma coragem.

E pode crer que só esse exemplo diz tudo: água potável, simplesmente isso. Falta todo o resto, mas, só de se falar que não tem água potável, que significa vida, isso já aponta a situação grave da nossa segurança, não é?

Eu quero falar do Orlandino. O Orlandino, há muitos e muitos anos, chegou ao meu gabinete, com esse jeitinho que ele está aqui – ele é do Rio de Janeiro – e daí ele disse: "Senador, quero que tu apresentes um projeto de lei". Eu apresentei e o aprovamos. O projeto foi dele, viu? Foi do Orlandino. Com essa simplicidade, ele já falou, no Rio Grande do Sul, na Fiergs. Ele viaja por todos os lugares e, em seguida, pede para falar comigo. Eu falo: "Orlandino, eu não consigo te atender todas as vezes em que tu pedes". Mas deveria te atender, viu? Aceite aqui minhas desculpas.

Fiquei muito feliz...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Fiquei muito feliz de ver o livro aqui e esse carinho que o ministério deixa com você aqui, na palavra da Dra. Luiza Zimmermann.

Ele é muito querido, viu? Merece aqui... (*Risos.*)

Muitas e muitas vezes ele me procura: "E daí, Paim, vai me receber?". Vou, mas recebo quando dá, sempre, não é?

Mas ele é muito querido.

Parabéns!

E a homenagem que fazem a ele aqui é mais do que justa. Ele está, inclusive, com uma medalha no peito, que ganhou. Ele ganhou diversas medalhas nesse sentido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Vamos em frente.

Com a palavra, de forma remota, o Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino.

**O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia.

Estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Bom dia. Estamos ouvindo-o.

**O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA** (*Por videoconferência*.) – Bom, primeiramente, quero cumprimentá-lo, Senador Paulo Paim.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Se falar mais perto do microfone, nos ajuda aqui.

**O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA** (*Por videoconferência*.) – Melhorou?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Melhorou, melhorou.

**O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA** (*Por videoconferência*.) – Tá.

Bom, então, quero cumprimentá-lo, na pessoa de quem cumprimento os demais membros que compõem a mesa, e aqueles que estão de forma presencial – muitos estão aqui sendo observados – e também todos que estão de forma *online*, de forma remota, participando dessa importante e oportuna audiência.

Quero também elogiar bastante a apresentação da Thaís, que fez uma... (*Falha no áudio.*) que veio de um trabalho muito bem... (*Falha no áudio.*)

elaborado pelo Ministério da Educação.

Quero também cumprimentar a Dra. Zimmermann, que fez aí também um alerta, uma fala bastante oportuna, muito rápida, mas com uma mensagem extremamente oportuna e elogiável por todos que atuam nesse trabalho na educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Bom, no nosso caso aqui, a nossa apresentação foi elaborada ainda na época em que as escolas estavam sofrendo ataques violentos, como foram os casos já citados pelo Senador, na Bahia, em Blumenau e em Pernambuco, principalmente o de Blumenau, que foi aquele que teve uma projeção nacional muito forte.

Então, nós aqui dos segmentos educacionais da livre iniciativa das escolas particulares tivemos um trabalho que foi iniciado através de um protocolo, de um regulamento de mais ou menos um manual de segurança escolar, desenvolvido aqui em São Luís do Maranhão. Eu sou maranhense. Estava, então, na Presidência do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Maranhão e, depois, dois anos e meio atrás, fui aclamado Presidente da Confenen (Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino).

Esse trabalho aqui está focado especificamente na questão das violências, principalmente externas, de origem... (*Falha no áudio.*)

de fora para dentro da escola, o que nos obrigou a procurar também uma assessoria, uma consultoria, melhor dizendo, de alguém especializado que pudesse elaborar esse manual, que foi compartilhado com todos os sindicatos de estabelecimentos de ensino do Brasil e que teve uma receptividade muito boa e foi muito elogiado pelos diversos segmentos.

Poderia passar, por favor?

O trabalho é uma abordagem estratégica para a engenharia de segurança nas instituições de ensino, baseado em experiências e em práticas de segurança pública.

Podia passar para a segunda tela? (*Pausa.*)

Eu não estou visualizando. Não sei se...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eles estão ajustando aqui.

**O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA** (*Por videoconferência.*) – Tá o.k.. Estou aguardando. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Sr. Paulino, o senhor pode ir falando, porque, em seguida, eles vão colocar na tela a proposta que V. Exa. sugeriu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA** (*Por videoconferência.*) – Esse trabalho, esse manual foi elaborado pelo ex-Comandante do policiamento da Polícia Militar do Estado do Maranhão, hoje Coronel da reserva, que tem um treinamento, tem uma capacitação extremamente importante e oportuna. É o Coronel José Frederico Gomes Pereira, Coronel da Reserva da Polícia Militar...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso. Agora acho que entrou o...

**O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA** (*Por videoconferência.*) – Entrou sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso.

**O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA** (*Por videoconferência.*) – Com sólida trajetória em segurança pública e operações especiais.

Ele é ex-Comandante-Geral da Polícia Militar, por mais de dois anos. Foi Assessor Especial na Senasp. É Especialista em Antiterrorismo e Gerenciamento de Crise e palestrante e autor em segurança pública.

Então, nós buscamos a consultoria do Coronel José Frederico Gomes Pereira, que brilhou com a elaboração desse manual.

O que nós fizemos foi um resumo, em função até do tempo, mas o resumo está bem estruturado.

A próxima tela, por favor.

Bom, no trabalho em si, no manual, foi feita uma abordagem, foi feita toda uma estruturação de círculos concêntricos de proteção.

Então, aqui nós temos quatro frentes, que seriam, inicialmente, a da família – monitoramento comportamental e participação ativa no acompanhamento dos filhos. É importante que as famílias possam estar constantemente se relacionando com a escola dos seus filhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à escola, implantação de protocolos rígidos e sistemas de identificação de ameaças, que é exatamente o que originou o trabalho que foi feito e está sendo apresentado aqui.

Na comunidade, fornecimento de informações valiosas sobre potenciais ameaças locais.

E, da segurança pública, integração com forças policiais e troca de inteligência operacional.

A segurança escolar efetiva requer múltiplas camadas de proteção, trabalhando de forma integrada e coordenada família, escola, comunidade e segurança pública.

A próxima, por favor.

Capacitação estratégica e formação essencial. A capacitação contínua é fundamental para preparar todos os envolvidos na segurança escolar. Então, todas as pessoas que estão na parte de monitoramento, de portaria, vigias e todos aqueles que estão envolvidos dentro do ambiente escolar na questão da segurança. Primeiro, é o estabelecimento, a implementação do gerenciamento de crises, que são técnicas para coordenação e tomada de decisões em situações críticas. Segundo é o *Stop the Bleed*, que são exatamente as ações emergenciais que têm que ser atendidas num curto espaço, no momento em que está ocorrendo, digamos, a violência, a invasão e que há vítimas que precisam de primeiros socorros, principalmente nas questões de hemorragias, que são exatamente a maior causa de óbitos quando se tem invasões, quando se tem ataques violentos nas escolas. Pessoal preparado, treinado, pessoal da escola treinado para que possa, antes de chegar o socorro, agir de forma rápida e evitar um número de óbitos mais violento, mais presente.

E defesa contra faca, técnicas defensivas para neutralização de ameaças com arma branca. Estou me referindo ao pessoal de portaria, todos aqueles que estão ali na frente da escola, que estão ali na retaguarda, no momento em que os alunos ou as pessoas possam adentrar no ambiente escolar.

Próxima, por favor.

Colaboração tripartite. Então, já enfatizamos a responsabilidade familiar. Na responsabilidade familiar, monitoramento de redes sociais dos seus filhos e acompanhamento psicológico quando da identificação de algum comportamento em casa, que a criança, que o adolescente, está passando. Então, tem que ter essa responsabilidade das famílias com relação a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

isso. E a observação comportamental. Essas informações têm que ser compartilhadas com a escola dos seus filhos.

Na gestão escolar: implementação de protocolos, que é exatamente isso que estamos apresentando; capacitação de funcionários e coordenação de segurança. Todo esse trabalho é feito através de uma consultoria especializada. Não pode a escola entender que qualquer pessoa possa estar sendo treinada, possa estar sendo capacitada de forma empírica.

Engajamento comunitário. Informações sobre ameaças, vigilância colaborativa e apoio às iniciativas. Esse engajamento comunitário é importante porque são informações que são repassadas e que são colhidas pelo estabelecimento de ensino para que possam ser, exatamente, trabalhadas na elaboração dos protocolos.

Próxima, por favor.

Barreiras físicas e eletrônicas. Esse é um fato extremamente importante. A gente sabe do investimento que isso pode representar, mas estamos tratando de vidas: vidas de alunos, vidas de professores, vidas de funcionários administrativos, de visitantes e de pais. Então, controle de acesso, portas automáticas, catracas inteligentes e recusas de segurança. Isso é o básico para que se possa garantir um controle de acesso e segurança dentro do ambiente escolar.

Análise estrutural. Identificação e correção de fragilidades arquitetônicas para maximizar a proteção. Isso está muito relacionado à questão dos estabelecimentos de ensino com fácil acesso para aquele que está pretendendo fazer uma invasão: muros baixos, quase que facilidade para que o invasor possa ter acesso ao ambiente escolar.

Tecnologia integrada e reconhecimento facial. Isso também é extremamente importante.

Identificação automática, monitoramento por câmeras e alertas em tempo real.

Na questão do reconhecimento facial, a gente tem um exemplo aí, que foi implantado no Município de São Paulo, que já, através do reconhecimento facial, foram identificados e presos vários criminosos foragidos da justiça, do sistema prisional.

Sistemas de alerta. Botões de pânico e alarmes integrados ao plano de respostas emergenciais. É outro sistema da parte da inteligência que precisa ser implementado também nas escolas. A gente sabe que tem que ter um financiamento, um investimento muito alto. Mas isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

é prioridade, pois nós estamos tratando de vidas, estamos tratando da segurança de todo o ambiente escolar: dos funcionários, dos professores, dos coordenadores, dos diretores e dos alunos, principalmente.

Próxima tela, por favor.

Agente de proteção escolar.

Capacitação especializada. Treinamento em gerenciamento de crises e neutralização de ameaças para atuação efetiva. Essa capacitação, como já foi citado, tem que ser contínua. Sempre que houver mudança, alteração da equipe de segurança e de portaria dos estabelecimentos de ensino, ela precisa ser contínua, porque sempre há essa alteração, essas modificações.

Atuação dinâmica. Resposta adaptável a situações com foco na proteção de vidas e minimização de danos. Então, isso tem que ser feito de forma coordenada, com um planejamento seguro, eficaz, para que não haja dificuldade, não haja aquele pânico, que faz com que toda a atuação nesse sentido de preservação fique prejudicado.

Preparação contínua. Treinamento regular de todos os agentes para manter alto padrão de segurança no ambiente escolar. Presença de agentes de segurança especializados e armados aumenta significativamente a confiança na segurança escolar.

É bom frisar que, quando se fala aqui armados, não é dentro da escola, mas da portaria para fora do ambiente escolar, para que não possa haver também medo, causando aí um pânico aos alunos, professores e funcionários.

Próxima tela, por favor.

Inteligência e segurança pública, coleta e análise de informações.

Fontes múltiplas. Câmeras de segurança, comunidade e monitoramento de redes sociais. Isso é importante. A escola tem que ter uma estrutura voltada exatamente para as ações, através das câmeras de segurança, banco de dados, registro de alunos com comportamento agressivo ou potencial ameaça. Isso tem que ser comunicado o relacionamento com as famílias, para que haja uma troca de informações e também orientações por parte das escolas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Compartilhamento, troca de informações entre escolas e força de segurança pública. Programas como o Proerd e Ronda Escolar fortalecem a integração entre polícia e comunidade educacional.

Em São Luís, nesse período, teve aí um crescimento, principalmente no ano de 2022, em que foi reativada, aqui na nossa cidade, a Ronda Escolar, com uma equipe que foi designada pela Secretaria de Segurança para que houvesse uma manutenção contínua da estrutura da Ronda Escolar. É importantíssimo porque, no momento em que a escola aciona a segurança pública, a Ronda Escolar, com inteligência, é contactada e vai até o local com muita rapidez, dando segurança para todas as ocorrências.

Próxima tela, por favor.

Plano de segurança sistematizado.

- Definição de responsabilidades: estabelecimento claro de quem faz o quê em cada situação de emergência – um planejamento consistente, um planejamento de fácil aplicação e também de gestão;

- Coordenação central: equipe de proteção responsável por coordenar todas as ações de segurança – isso também é extremamente importante para eficácia da ação;

- Procedimentos operacionais: determinação precisa de como e quando executar cada ação de segurança; e

- Implementação efetiva: execução sistematizada do plano como ferramenta crucial de prevenção.

A prevenção de tragédias depende de um plano abrangente, bem estruturado e constantemente atualizado.

Próxima tela, por favor.

Compromisso com a proteção escolar. Vidas protegidas. A implementação de medidas integradas de segurança é essencial para evitar tragédias e garantir um ambiente educacional seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

- Prioridade máxima: proteção de vidas como objetivo central e todas as ações de segurança – o foco principal é a proteção da vida;

- Colaboração total: engajamento de todos os envolvidos para a eficácia do plano de proteção; e

- Adaptação contínua: flexibilidade para enfrentar novas realidades e ameaças emergentes.

Acho que concluí as transparências, mas eu gostaria também de fazer um fechamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O.k., para o encerramento, o senhor tem ainda dois minutos.

**O SR. PAULINO DELMAR RODRIGUES PEREIRA** (*Por videoconferência*.) – Esse foi um resumo muito consistente do manual que foi elaborado aí. Eu tenho aqui o manual de proteção escolar, eu posso até enviar um exemplar para o *e-mail* da Comissão do Senado, da Comissão de Educação, porque ele dá mais condições de se ter uma visibilidade mais completa desse plano, que foi compartilhado por muitas escolas particulares e sindicatos que são filiados à nossa confederação.

Outro ponto que nós gostaríamos de ressaltar é a questão da deficiência da nossa segurança pública. É notório, todos nós estamos sabendo, que nós temos um problema muito sério, muito grave, com a nossa segurança pública em todo o território nacional. A gente sabe que os estados mais ricos, como São Paulo, Minas Gerais, em função dos seus orçamentos, têm condições de desenvolver um trabalho bem mais eficaz; já no Norte, no Nordeste, a situação é um pouco mais complicada.

Também, temos uma preocupação muito grande: a polícia brasileira é tida como uma das que mais prende no mundo, mas também é uma das que mais solta. Então, nós temos visto aí diversos depoimentos de policiais, de delegacias, que se queixam de ter um trabalho, um investimento muito grande para prender marginais, e esses marginais são recolhidos e, rapidamente, são soltos pela nossa Justiça.

Então, esse é um fator que nos preocupa muito, como, por exemplo, esse caso que foi citado aí, lá de Blumenau. Esse cidadão, que eu não posso nem chamar de cidadão, chamar de elemento mesmo, não poderia estar solto. Ele esfaqueou o sogro, matou o cachorro, estava sendo indiciado num crime triplamente qualificado, não era para estar solto. Então, quantos elementos dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

natureza estão foragidos? É uma questão que precisa ser observada e ser levada a essas audiências públicas.

Era essa a minha participação. Agradeço imensamente, com muita honra, a participação aqui da nossa confederação nessa importante audiência.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nossos cumprimentos ao Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Parabéns pela exposição mostrando o avanço tecnológico. Podemos aqui, a Luiza também falou – permita-me chamá-la de Luiza – da inteligência artificial, tudo ajuda na prevenção.

Agora nós temos que ter muito, muito cuidado e muito carinho, mas cuidado com a nossa polícia, porque a nossa polícia, em nível nacional, está entre as que mais matam no mundo também. É um dado que eu não falo com alegria nem satisfação. Então, todo cuidado é pouco. Meus cumprimentos a V. Exa. por toda a exposição.

Eu tenho um projeto chamado simplesmente abordagem policial, para que haja uma reeducação na abordagem do cidadão, do brasileiro. Eu sempre digo que a forma como abordam um cidadão no Leblon e um lá no Morro da Tuca, no meu estado, é totalmente diferente, é totalmente diferente. Então, fica, de nossa parte, uma grande preocupação. Meus cumprimentos a você, Paulino. Agora eu também queria deixar no ar a importância de rediscutirmos a abordagem policial em todo sentido. É uma forma de também ajudar a salvar vidas, inclusive dos policiais.

Vamos em frente. Com a palavra o Sr. Manoel Morais de Oliveira Neto Alexandre, Consultor Legislativo da área de educação da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** (Para expor.) – Bom dia a todos.

Quero agradecer ao Senador Paulo Paim e à Senadora Teresa Leitão pelo convite feito à Consultoria Legislativa do Senado Federal. Talvez fosse importante eu falar mais para quem nos ouve remotamente, porque aqui a maioria conhece a Consultoria Legislativa: a Consultoria Legislativa é um órgão institucional da Casa, do próprio Senado, que presta um assessoramento técnico e parlamentar a todos os Senadores, ela não é ligada ao gabinete de nenhum Senador. Nós temos o nosso homólogo na Câmara dos Deputados, a Consultoria Legislativa da Câmara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhei oito anos lá e, acompanhando o Senador Paulo Paim, agora eu vim para o lado azul da força.

Gente, eu fico muito feliz em debater esse tema aqui com vocês...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – O lado azul, só para descontrair, não tem nada a ver com o Grêmio, não é? Porque lá em Porto Alegre eles ficam falando: olha aí, azul e vermelho.

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – Eu fico muito feliz de estar aqui debatendo esse tema, não como consultor legislativo, mas como professor, porque eu fui 15 anos professor do chão da escola, professor de Química, e agora aqui assessorando essa parte da legislação.

Antes de mais nada, eu sou um entusiasta da escola, como o espaço mais democrático que nós temos que defender. Então, esse tema de violência escolar é relevante, mas tem muitas coisas atravessadas com que eu espero contribuir com vocês aqui sobre o que a pesquisa mundial, o que a ciência hoje valida como práticas que funcionam.

Para a alegria de todos, o que tem funcionado no mundo e que é chancelado pela ciência é baseado em prevenção, ações sistêmicas e foco em pessoas – não necessariamente na infraestrutura, não na tecnologia.

Então, na minha apresentação, eu quero fazer um panorama de como está a legislação agora, como o Congresso Nacional respondeu às demandas da sociedade, à evolução dessa legislação, mas, antes, eu queria apresentar isto.

Trata-se de seis coisas que funcionam, que a ciência valida no mundo todo; sete que podem funcionar, ainda não há base evidencial robusta, mas que pode ser que funcionem, carece ainda de mais estudos e diretrizes; e o principal que eu acho, viu, gente, três que não funcionam. Nós vamos só gastar recursos e inviabilizar, principalmente, o primeiro grupo, que são as coisas que funcionam. A nossa atenção e recursos têm que estar aqui, neste primeiro campo.

Antes de passar para isso, eu vou dizer seis coisas que funcionam, sete que podem funcionar e três que não funcionam de jeito nenhum – a ciência chancela. Eu quero apresentar três mitos que o Prof. Justin Reyes, Ph.D da Universidade de Michigan, apresentou sobre esse tema da violência escolar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O primeiro mito apresentado pelo professor de Michigan – que é inclusive codiretor do Departamento de Prevenção e Segurança Escolar da Universidade de Michigan – é que ataques violentos à escola acontecem com frequência.

Contando desde 2001, o Senador Paulo Paim usou este ano, nos últimos 25 anos, nós tivemos 50 escolas atacadas. Se fizermos um corte de eventos que geraram morte, esse número cai para 21 escolas; foram 20 ataques, é que o de 2019, em Suzano, atacou duas escolas.

Então, 21 escolas já foram atacadas com morte, em violência extrema no Brasil. Nós temos 180 mil escolas no Brasil, 137 mil só públicas, hein, gente? Das quais 107 mil são da rede municipal. Olha a responsabilidade dos municípios. Então, estatisticamente, as chances de um aluno morrer por um ataque violento à escola são mais baixas do que um raio atingi-lo e também matá-lo.

Qual é a consequência desse mito? É que nós temos um problema de pensamento, uma falha de raciocínio, que nós chamamos de heurística de disponibilidade. Como quando a gente tem um ataque violento, a mídia televisiona, a cobertura é global, as imagens são repetidas por dias e semanas, por ser uma heurística de disponibilidade, o cérebro superestima a probabilidade de um ataque acontecer, simplesmente porque ele consegue se lembrar facilmente de imagens de ataques.

Qual é o problema do mito? Gera pânico, a legislação se torna reativa, o que o Pedro Sanches chama de legislação-álibi. Nós não podemos legislar pelo periódico semanal.

A legislação, na expressão "combater a violência", o verbo "combater" tem três substantivos: prevenção, intervenção e "posvenção", que é cuidar ali dos resultados traumáticos daquela comunidade.

Então, além disso, a apresentação da Thaís, do MEC, mostrou que, pensando só nos ataques extremos, a gente invisibiliza a maior parte das violências escolares, que é o *bullying*, a homofobia, a xenofobia, o racismo; são violências recorrentes, que ficam invisibilizadas. E a sensação de que um ataque vai ser iminente prejudica o clima escolar, que é um dos fatores comprovados – um dos seis comprovados, gente – de diminuição da violência. Como eu falei, a boa notícia é que o que funciona compartilha um DNA comum de serem atitudes focadas em prevenção, sistêmicas e baseadas em pessoas.

Vamos ver quais são as três coisas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu, graças a Deus, esqueci os eslaides pinçados no computador de casa. É bom que a gente conversa olho no olho, conversando de forma mais espontânea.

A primeira coisa que funciona – eu falei – é o clima escolar; um clima escolar positivo, em que os alunos podem se expressar, ao qual eles se sentem com pertencimento – essa palavra é chave, gente. Nós chamamos essas comunidades, no setor, de comunidades digitais voltadas para o crime. Elas se aproveitam de que o jovem não se sentiu pertencente à comunidade escolar, nem familiar, nem a nenhum outro aparelho social, mas lá ele encontra um pertencimento; ele substitui essa falta. Então, o clima escolar é o número 1 das coisas que funcionam.

O número 2 é a aprendizagem socioemocional. Olhem que coisa interessante! Aprendizagem socioemocional. É trabalhar a resiliência, a gestão de inteligência emocional. Pessoas equilibradas e com maior resiliência emocional conseguem resolver seus conflitos mais pacificamente. E essa é uma das aprendizagens que os jovens têm que experimentar.

Vou aproveitar e registrar, aqui, a presença do Dr. Eduardo Casarotto. Ele está produzindo ciência tipicamente brasileira. Ele está fundando a "virtologia", a ciência das virtudes, vai apresentar na ONU e vai fazer essa defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está aqui?

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – Está ali.

Um cientista 100% brasileiro.

Vamos aplaudi-lo. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – É uma satisfação recebê-lo aqui, viu?

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – E ele já me ganhou – viu, gente? –, porque me presenteou com um livro: *Manual de Desenvolvimento Humano em Virtudes*.

Senador, ele faz um trabalho nos presídios. E a USP, com o Departamento de Direitos Humanos, vai estudar o cérebro de quem aprende virtudes e ressignifica as suas expressões de violência. É um trabalho muito bonito que ele faz, com mais de 500 presídios analisados. Isso vai ser muito legal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Gente, a terceira coisa que funciona são os programas *antibullying*.

Ah, o Senador quer fazer uma intervenção?

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Não, não.

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – Programas antibullying. Gente, na Finlândia... O KiVa, da Finlândia, que reduziu drasticamente os índices de violência nas escolas, deu uma luz muito forte a essa questão do *bullying*, à intimidação sistemática. Daqui a pouco eu falo sobre a legislação.

O quarto fator que funciona são práticas restaurativas. Não é justiça restaurativa, tá, gente? No mundo, a educação, que são práticas restaurativas, sempre inspirou a justiça restaurativa, só que no Brasil é o contrário.

O CNJ está fazendo um trabalho magnífico de justiça restaurativa, implantando em todo o Brasil, e está nos ensinando, Senador, para nós, da educação, no mundo – nós que ensinamos a justiça –, com as práticas restaurativas, que é o quê? Responsabilidade e empatia.

Aquele grupo se reúne em rodas de conversa e é levado a entender, por um mediador, as ações de sofrimento que ele infligiu ao outro. Ele busca empatia e tem que restaurar os danos cometidos. Em vez de o foco ser na punição, o foco é na restauração. Porque, veja só, nós temos um dado de que as medidas socioeducativas – tem até que se tirar o "educativa", porque se 80% dos jovens em medida socioeducativa reincidem, é só sócio; educativa, não é... E aí com a justiça restaurativa – agora eu estou falando do âmbito jurídico –, eles conseguem derrubar para 37%, Senador, o índice de reincidência desses jovens.

Quatro, são as práticas restaurativas.

A quinta coisa. Respostas informadas pelo trauma e orientação para a resiliência.

Toda a comunidade escolar é informada de que o aluno que é chamado de aluno problema é fruto de uma violência muitas vezes familiar, passou por situações difíceis. E o mais importante, gente: o erro não está fora, ele está dentro da aprendizagem. Aí eu vou punir alguém que está aprendendo? Essas respostas orientadas pelo trauma treinam a comunidade escolar, até alunos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a identificar situações traumáticas e buscar uma resolução antes que a coisa exploda em alguma forma de violência.

E a sexta, que funciona, eu chamo de PNR. São programas não remediais de contraturno e empoderamento juvenil.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – Por que não remediais? Não é o contraturno, Senador, para dar aula de reforço a alunos em dificuldade. Não, é para toda a comunidade acadêmica oferecer oportunidades de enriquecimento no contraturno: clubes de robótica, xadrez, artes, música. Aí o pertencimento de novo: eles se sentem partes daquela... E o jovem tem voz, é o empoderamento juvenil.

Os que podem funcionar. A distinção aqui tem que ser bem marcada, viu? Esses que eu vou dizer agora, as bases de evidências deles, no mundo, ainda estão sendo construídas, e é por isso que eles estão nessa categoria de que podem funcionar. Não há evidências ainda, precisamos de mais estudos e diretrizes para que eles se tornem as melhores práticas, como essas que eu acabei de dizer.

O primeiro: vigilância lateral. São canais de denúncia para que qualquer estudante, percebendo uma situação de ameaça, possa falar. O sucesso dessa medida de vigilância lateral depende da confiança dos jovens no sistema e também de a escola dar uma resposta efetiva depois que recebe uma denúncia. Ainda está no campo das evidências.

O segundo que está nessa categoria "em estudo" e pode funcionar: primeiros socorros em saúde mental. A comunidade é treinada – professores, funcionários e até alunos também – para identificar uma situação de possível crise psicológica. Um abraço, gente, pode resolver. E depois da filtragem de uma equipe multidisciplinar, a pessoa pode ser encaminhada para um apoio especializado mesmo. É promissor esse campo de primeiros socorros em saúde mental, mas ainda carece também de mais evidências.

O terceiro: policiais escolares. É um policial mesmo, lotado na escola. Embora a resposta seja mais rápida, com certeza, num caso de violência extrema... O número de mortes, quando há violência extrema, é: uma morte a cada dez segundos. A resposta tem que ser extremamente rápida. Desculpe, uma morte a cada 15 segundos no mundo; nos Estados Unidos é menos de dez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

segundos, porque são sete mortes a cada 60 segundos. A resposta rápida ajuda, mas não é uma atitude preventiva; o problema já estourou, por isso que está nessa categoria.

Outra coisa, os críticos apontam que pode haver a criminalização de comportamentos próprios da adolescência. É o que nós chamamos, na área, de via da escola para a prisão, principalmente em relação às minorias.

O quarto ponto que pode funcionar a gente chama de CPTED (Prevenção do Crime Através do Desenho Ambiental): espaços amplos na escola, iluminação, áreas não isoladas, sem presença humana. Isso é o desenho, a infraestrutura, e está nessa categoria do que pode funcionar.

O quinto ponto, trancas e sinalização: políticas de salas de aula trancadas por dentro, sinalização para socorristas poderem se movimentar dentro da escola.

E o sexto ponto do que pode funcionar: a coordenação entre a escola, a polícia e o socorrista. Isso envolve protocolos comuns, como a escola socializar com a polícia, com a brigada, com os paramédicos a planta da escola, mas também carece de evidências no seu impacto direto na prevenção; nós não queremos que a coisa aconteça.

São aqueles seis pontos lá. Não é fora nem dentro da escola, é dentro do ser humano. Todos aqueles seis pontos.

E os três que não funcionam? Anotem porque este é o ponto mais importante da apresentação. Câmeras de vigilância, detectores de metal e medidas que nós chamamos no setor de endurecimento do alvo. Eles passam, como os especialistas falam, uma sensação de teatro de segurança. As pessoas se sentem mais seguras, mas não necessariamente estão mais seguras. Uma câmera de vigilância filma, mas não evita; seria preciso um monitoramento 100%, por uma pessoa em tempo real, o que se tornaria inviável e caro, e desviaria recursos para o que funciona comprovadamente.

O segundo que não funciona são os treinamentos para estancar a hemorragia. O *stop the bleed*, do qual o próprio Paulino ali comentou...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – ... é uma capacitação dos professores e funcionários para atuar num ataque grave à escola, só que é um ônus muito grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sobre os ombros dos professores. O treinamento em si é bom, é útil, vai evitar uma morte. É útil, mas não está na prevenção. Ele desvia recursos do que realmente funciona e é um ônus indevido sobre os nossos professores, que já estão com *burnout*.

E o terceiro ponto, professores armados – professores e funcionários armados. Esse debate é mundial, tá? Dentro da escola, é irreal achar que um professor que não tem treinamento... Olhe, policiais de elite têm uma baixa taxa de acerto de tiros sob situação de estresse extremo. Imaginar que um professor vai conseguir proteger os alunos, neutralizar uma ameaça... Isso aumenta o número de armas dentro da escola, pode haver mais acidentes, disparos acidentais, suicídios com a arma do professor...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – Quando a polícia chega, a situação se torna caótica. Um policial tem que identificar rapidamente o atirador e ele pode confundir um professor com o atirador, gerando mais uma tragédia.

Como foi... Ali já são os meus dez ou os quatro, gente?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – Já são os quatro? Então eu vou voltar.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Você já está com um minuto para concluir.

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – Então eu vou esperar a volta. Eu não pude aprofundar nenhum tema, mas, na fase das perguntas, vocês podem pedir para aprofundar qualquer um dos temas.

Eu gostaria, nos três minutos finais, de falar da evolução da legislação no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Achei legal a tática dele. Eu digo: "Você tem um minuto", aí ele responde: "Sim, sim, nos três minutos finais." Tem três minutos, tem três minutos agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – Nós classificamos em quatro fases a evolução da legislação de proteção à violência nas escolas no Brasil. A primeira fase, anos 1980-1990, era principiológica e geral: a Constituição Federal, com o princípio da dignidade da pessoa humana no art. 1º, inciso III; a LDB, a Lei 9.394, de 1996, com o art. 3º estabelecendo como princípio de ensino o respeito à liberdade e o apreço à tolerância, que formam as bases filosóficas para um clima de paz na escola; e o ECA, a Lei 8.069, de 1990, que foi o grande marco regulatório e especificou, nos arts. 17 e 18, os direitos gerais das crianças, em qualquer ambiente, inclusive no escolar. Não havia uma legislação específica para a escola. A violação de um direito da criança no ambiente escolar era vista como uma violação dos seus direitos gerais em qualquer ambiente.

A segunda fase foi o ponto de virada, o ano 2010... Foi o foco no *bullying*. Os estudos acadêmicos se multiplicaram sobre essa forma de intimidação sistemática – nós já incorporamos a palavra inglesa, naturalmente, o *bullying*. Houve o clamor também da sociedade, e o Parlamento respondeu, editando a Lei nº 13.185, de 2015, a Lei da Intimidação Sistemática (*bullying*). Três anos depois, a Lei nº 13.663, de 2018, levou o termo *bullying* para dentro da LDB. Mudou o art. 12, que é das incumbências das escolas, dos estabelecimentos de ensino; o inciso IX, agora *bullying*; e, o inciso X, cultura de paz. Então, na segunda fase, o foco no *bullying*.

Na terceira fase, nós amadurecemos, os estudiosos do tema amadureceram: não adianta focar no comportamento. A terceira fase foi a fase da prevenção e do cuidado da saúde mental. A lei dos psicólogos, a Lei 13.935, de 2019...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – ... com o foco nas causas, nos psicólogos e assistentes sociais.

A Cirlene trouxe hoje a lei da saúde mental dos nossos professores, que estão com *burnout*, a Lei nº 14.681, de 2023, cujo foco foi na saúde mental.

Quarta e última fase, para encerrar. Nós migramos para o ambiente digital e para a criminalização. Devido aos novos desafios do ambiente digital, discursos de ódio, consumos e banalização da violência, o Parlamento respondeu. Na Política Nacional de Educação Digital, a Lei nº 14.533, de 2023, embora o foco seja o digital, um dos eixos é segurança no ambiente digital e cultura de paz. Foi possível combater o *cyberbullying*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, por último, gente, a lei mais robusta, a Lei 14.811, de 2024, ano passado, que criou a política nacional de combate e prevenção ao abuso e à exploração sexual contra jovens e crianças, criminalizou o *bullying*, criminalizou o *cyberbullying*, tornou hediondos diversos crimes contra menores de 14 anos, foi a resposta penal.

Então, nós vemos que a legislação brasileira andou de princípios gerais, a primeira fase – a LDB, o ECA e a Constituição –; depois, foco no comportamento, a lei do *bullying*; depois, foco na saúde mental, a lei dos psicólogos, e, por último, o foco no ambiente digital e na criminalização.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – Nós nos encontramos daqui a pouco, na fase das perguntas.

Obrigado, Senador Paulo Paim. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Nossos cumprimentos ao Sr. Manoel Morais de Oliveira Neto Alexandre, Consultor Legislativo da área da Educação da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Fostes muito bem. Eu lhe dei três, com o compromisso de lhe dar mais três minutos depois, para concluir a sua exposição, que mostrou todo esse campo tecnológico, ao mesmo tempo que falou muito na palavra prevenção. Eu fui da Cipa e a palavra número um para mim é a prevenção. Toda a segurança no trabalho é prevenção. Parabéns!

Vamos em frente.

Com a palavra a Sra. Celia Nahas, Coordenadora-Geral de Enfrentamento às Violências da Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, por dez minutos, com mais cinco, se necessário.

**A SRA. CELIA NAHAS** (Para expor.) – Bom dia a todos.

Cumprimento a mesa aqui, na figura do nosso querido Senador Paim.

Quero dizer que estou muito orgulhosa de estar aqui hoje, podendo representar o Ministério dos Direitos Humanos, na figura da nossa Ministra Macaé, e a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, na figura da Sra. Pilar, ambas professoras de origem. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acho que o tema da educação é sempre um tema muito importante para a gente, no Ministério dos Direitos Humanos e, claro, em especial, para a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente, que é aí de onde eu falo e de que venho trazer as nossas contribuições aqui para o debate da Comissão.

Primeiro, eu queria dizer que acho que é muito importante que a gente lembre que o enfrentamento à violência nas escolas é uma ação que precisa ser feita conjuntamente. Ela não é uma responsabilidade exclusiva de um ente, de um órgão, de um setor da comunidade. A gente não pode delegar a proposta ou a responsabilidade de fazer a discussão, a prevenção e a mitigação da violência a um único ator da nossa sociedade.

Então, acho que esse é um ponto muito importante, que nos leva também a pensar que qualquer lógica de enfrentamento às violências precisa pensar numa atuação em diferentes frentes. Ou seja, pensando que é um fenômeno complexo, que vai ter mais de uma causa, e que precisa ter mais de uma estratégia de resposta para que a gente chegue a um ambiente cada vez mais seguro, mais harmonioso e que possibilite às nossas crianças e aos nossos adolescentes acesso a esse conceito tão importante que o estatuto traz para nós, que é o da proteção integral e do desenvolvimento pleno, biopsicossocial, para que eles possam exercer, assim, essa tarefa de serem crianças e adolescentes de uma forma saudável e protegida... Para isso, a gente precisa pensar numa conjugação de esforços de todos esses entes e de todas essas diferentes estratégias e abordagens para uma lógica de segurança ou de escola sem violência.

Então, eu queria chamar também a atenção para que a gente possa pensar em diferentes momentos de atuação. Assim, primeiro é pensar em estratégias em que a gente possa identificar possíveis fontes de conflito, possíveis fontes de desentendimento que podem virar possíveis fontes de violência.

Então, acho que a lógica da prevenção é também pensada junto com a lógica da identificação, de a gente ter capacidade de identificar possíveis situações, possíveis comportamentos, possíveis ocorrências dentro do ambiente escolar ou em torno do ambiente escolar que podem levar a essas situações, o que vai nos levar a uma possibilidade de atuação precoce, que eu acho muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Para pensar crianças e adolescentes, a atuação precoce, a intervenção precoce, a intervenção mínima são sempre algo que a gente tem que almejar. Assim, pensar o quanto antes, agir o quanto antes, em todas essas situações.

Para isso, acho que é primordial que a gente faça uma discussão coletiva, envolva o coletivo, tanto da comunidade intraescolar quanto da comunidade e da sociedade como um todo, sobre o que é isso que a gente chama de "cultura de paz", sobre o que é isso que a gente está discutindo de uma vida segura, sobre o que é que a gente está dizendo quando a gente quer uma escola sem violência ou, quando a gente está dizendo de violência no ambiente escolar, sobre o que a gente está falando, para que estejamos todos nós caminhando para o mesmo lugar de pensar uma cultura que seja capaz de proteger as nossas crianças e de possibilitar um desenvolvimento saudável de todas elas.

É importante também que a gente pense em estratégias, uma vez ocorrida a violência.

Aqui, eu vou fazer uma referência. Eu acho que a gente não deve hierarquizar as violências que acontecem. A gente não pode ter uma visão de que existe uma violência pequena e uma violência grande, e, em havendo uma violência pequena, a gente não precise dar atenção para ela, voltando a atenção exclusivamente para as ocorrências grandes, maiores ou que tenham mais visibilidade.

As estratégias que a gente vem dizendo, da prevenção, da intervenção precoce, precisam ser capazes de identificar pequenas situações de violência e intervir precocemente em pequenas situações de violência.

Para isso é preciso que a gente intervenha no agressor e na vítima ou no possível agressor e na vítima. Então, que a gente nunca se esqueça desta função que a gente tem de acolher as pessoas que estão nessa situação de conflito, de forma a possibilitar que a gente faça uma resolução mais pacífica desses conflitos.

Eu acho que a identificação precoce é fundamental nesse sentido.

É preciso que a gente não invisibilize essas diferentes formas de violência dentro da escola, que a gente acolha esse agressor, pensando, inclusive, no debate pedagógico que as escolas vão fazer a partir da ocorrência desses eventos; pensando estratégias coletivas e individuais para que a gente possa aprender com essas situações. É preciso que a gente acolha a vítima nesse sentido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

acolha o sofrimento dela, pense estratégias de mitigação junto com essa vítima, com atendimento de saúde mental, e também pense estratégias conjuntas. Eu estou dizendo dos dois lados, para que a gente supere essa situação de violência que a escola teve.

Há sempre que pensar que a gente atua coletivamente e em diversas áreas.

Pensando em como a gente vai articular tantas respostas diferentes, de tantos atores diferentes, que devem estar pensando a comunidade escolar, colaborando para a cultura de paz dentro da comunidade escolar, é importante trazer algumas contribuições do Ministério de Direitos Humanos para esta pauta.

Primeiramente, queria destacar que a gente compõe o Comitê Gestor do Snave (Sistema Nacional de Acompanhamento e Combate à Violência nas Escolas), que a nossa querida Thaís, representante do MEC, trouxe aqui, para nós, sobre o funcionamento do Snave, sobre a escola que protege, que também se organiza nesse pilar de pensar a prevenção, a intervenção precoce, de pensar a identificação e de promover essa cultura de paz nas escolas, pensando sobre esses diversos atores. Então, acho que isso é muito importante.

A outra é que o ministério, hoje, tem empenhado esforços para a construção de uma política nacional de enfrentamento à violência e prevenção, e de uma política nacional de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Isso como estratégia de a gente organizar essa resposta de política no que diz respeito a esse tipo de violência específica. Junto com isso também, nós estamos, hoje, promovendo o processo de revisão do plano nacional de enfrentamento às violências sexuais, que tem um componente muito grande para ser discutido junto às escolas. A gente viu, recentemente, um caso de uma criança que foi vítima de violência sexual, morreu em decorrência, ou melhor, foi vítima de violência motivada por uma questão do desenvolvimento... Da discussão da sexualidade, que a gente precisa fazer dentro da escola, as várias formas que a gente precisa discutir isso. Então, a gente está nesse processo de rever o plano nacional de enfrentamento à violência sexual. Vamos fazer encontros e propostas de diálogo com os diferentes setores da sociedade, em todos os estados brasileiros. Então, a gente, agora, em setembro, já começou essas rodadas. Acho que é um ponto importante.

O outro é um investimento grande nas políticas de formação. A gente não está falando das políticas de formação voltadas exclusivamente para os profissionais de educação, mas de políticas de formação voltadas para os profissionais do Sistema de Garantias de Direitos da Criança e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Adolescente, pensando que, além das escolas, a gente tem uma série de outras políticas, uma série de outros serviços e de profissionais que estão o tempo inteiro atuando junto com crianças e adolescentes, que também precisam estar capacitados para essa lógica da identificação, da intervenção precoce, do atendimento qualificado, da escuta protegida.

Dentro dessa política nacional de formação, eu vou citar aqui duas estratégias, que eu acho que são as estratégias que mais dialogam com a gente aqui nessa temática.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CELIA NAHAS** – A escola nacional de formação, a Endica, que disponibiliza diversos cursos na modalidade *online,* como também as especializações síncronas e assíncronas, visando capacitar o sistema nos mais diversos temas relacionados à proteção dos direitos da criança e do adolescente. Tem temas específicos para pensar o fortalecimento do atendimento, a construção de redes de atendimento, de fluxos de atendimento nas ocorrências de violência.

A outra estratégia de formação importante é a Escolas de Conselhos. Aí nós já estamos falando de uma formação mais extensa no modelo híbrido, presencial e *online*, com foco nos conselheiros tutelares e nos conselheiros de direito, pensando em uma qualificação desses atores, que eu acho que são atores muito importantes na hora que a gente discute prevenção de violência dentro da comunidade escolar. Então, essas são as duas estratégias de formação.

Pensando em estratégia de dados, a gente tem fomentado e estimulado o uso do sistema nacional de informação e proteção à infância e adolescência, que é o Sipia. Ele é uma orientação. O Conanda já tem resolução estabelecendo a obrigatoriedade de uso do sistema, que ajuda a gente a acompanhar os casos, a entender os dados, a entender a situação das escolas.

Então, gerir a informação é importante – o Sipia é a nossa ferramenta para isso –, e também pensando o apoio aos atendimentos, já dizendo, quando a ocorrência da violência acontece, como a gente faz para qualificar o atendimento. A gente tem uma estratégia de fortalecimento da implementação de centros de atendimento integrado para pensar um atendimento e uma escuta cada vez mais qualificada, evitando a revitimização, a exposição dessas crianças no fluxo do atendimento que ela precisa fazer, entre a ocorrência da violência, a cena de proteção ou a responsabilização dos agressores, se for o caso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, hoje a secretaria trabalha tanto com o fomento à equipagem quanto com o fomento à implementação desses centros de atendimento integrado, seja por meio de financiamento na equipagem, orientação para implementação, publicação e cursos também que estão disponíveis na plataforma da Endica.

Então, acho que a gente precisa, nesse sentido, pensar numa conjugação de esforços para que a gente chegue a uma comunidade escolar não sem conflito, mas com uma capacidade de gerir os seus conflitos de forma pacífica, garantindo a proteção das crianças e dos adolescentes, mas também de toda a comunidade escolar. Nós estamos falando da importância dos professores, da importância das famílias, da importância desses outros membros do sistema de garantia de direitos que estão fora da escola, mas que são parceiros primordiais para que a gente tenha, assim, a comunidade escolar saudável, promovendo uma cultura e um acolhimento dessas crianças da forma como elas merecem, com prioridade e sendo respeitadas em toda a sua diversidade. É importante lembrar que a gente tem também uma comunidade de crianças no nosso país muito diversa, e que as estratégias de enfrentamento às violências também vão precisar acolher a diversidade das nossas crianças.

Então, é esse o recado que a gente do ministério quer dar, e quero dizer também que nós somos sempre parceiros nessa discussão, entendendo que esse é um direito fundamental das nossas crianças.

Então, é isso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Parabéns, Sra. Celia Nahas! – Coordenadora-Geral do Enfrentamento ao Trabalho Infantil da Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que falou em nome do ministério, com muita competência, muita clareza e deixou belas contribuições para nós.

Eu passo a palavra neste momento ao Sr. Otávio Augusto Pereira Mota, jornalista, autor do documentário Carlos Mota – Entre Arquivos e Lembranças. Ele esteve no meu gabinete, e eu diria que ele é um dos mentores, inclusive, desta audiência pública, porque eu sempre digo que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

não invento projeto, nem audiência: alguém me traz e eu entro com o projeto, entro com o requerimento, entro com a audiência pública.

Eu lembrava aqui que no ano em que o pai dele foi assassinado – ele era professor – foi em...

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – 2008.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Foi em 2008.

Bom, a palavra é tua agora para a tua exposição.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** (Para expor.) – Perfeito.

Bom dia a todos e todas.

Eu quero, antes de tudo, agradecer à Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal na figura da Exma. Senadora Teresa Leitão, Presidenta desta Comissão, pelo convite para estar aqui como expositor nesta audiência pública, em atendimento ao requerimento do Exmo. Senador Paulo Paim.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Você foi o mentor.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – Obrigado. Eu recebo com muito carinho. Que bom que a gente está podendo, mais uma vez, debater esta temática da violência nas escolas, principalmente nesta Casa.

Gostaria de saudar e honrar todos os docentes que até aqui nos conduziram. Se estamos aqui hoje, é porque um professor ou uma professora passou pela nossa vida.

É uma honra estar neste espaço não apenas como jornalista, mas também como filho de um mestre cuja memória me trouxe até aqui.

O documentário que eu produzi sobre a vida e luta do meu pai, Carlos Mota – Entre Arquivos e Lembranças, recebeu, neste ano, o reconhecimento nacional no prêmio Expocom 2025, na categoria de melhor documentário jornalístico e grande reportagem em vídeo e televisão. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

conquista, para mim, só reforçou que a trajetória do meu pai não pertence apenas à história da minha família, mas à história de toda a educação pública brasileira.

O mestre Carlos Mota foi um educador, gestor, líder comunitário na região do Lago Oeste, aqui em Brasília, que fica a 20km aqui do Plano Piloto. Ele ousou enfrentar a evasão escolar, implementar um turno integral na escola rural, levar, em 2007, há 17, 18 anos, informática para a escola, escola de música, programas culturais para esses alunos da zona rural e enfrentar o tráfico de drogas e dialogar com a comunidade. Ele ousou levar a comunidade para dentro da escola e a escola para dentro da comunidade, Senador.

E esse compromisso radical que ele teve com a transformação social do Lago Oeste custou a sua vida. Em junho de 2008, como o Senador bem recordou aqui comigo, meu pai foi assassinado na garagem da nossa casa, com um tiro no peito, por alunos da própria escola, em decorrência de sua atuação como Diretor. (*Manifestação de emoção.*)

Então, falar aqui hoje é dar continuidade a uma voz que já esteve nesse mesmo espaço. A minha mãe, Rita de Cássia, está aqui presente, esteve em uma audiência pública há 13 anos, falando sobre essa mesma temática.

Está aqui presente, a Rita.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Uma salva de palmas para Rita e seu filho! É um momento histórico! (*Palmas.*)

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – Então, falar aqui hoje é dar continuidade a essa voz, quando minha mãe participou de uma audiência há 13 anos. Hoje, é a minha vez de trazer essa memória, essa luta, com afeto, mas também com firmeza para vocês.

A história do meu pai não foi um caso isolado. A violência contra os professores, como a Procuradora Luiza muito bem colocou, é estrutural e constante. Meu pai abriu a porta de casa e levou um tiro no peito. Assim como ele, outros continuam levando esse tiro.

Eu quero trazer aqui um caso recente que aconteceu e que me tocou profundamente, a história de outro Carlos, o Prof. Carlos Eduardo, conhecido como Kadu, de 29 anos de idade, que faleceu no dia 31 de agosto, não tem nem um mês, em Recursolândia, no Tocantins, vítima de um infarto. Ele havia protocolado dois pedidos de remoção com laudos médicos. O primeiro foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

recusado porque ele estava em estágio probatório, e o segundo foi aceito, só que só foi publicado no *Diário Oficial da União* no dia do seu sepultamento. (*Manifestação de emoção.*)

Enquanto isso, os colegas do Kadu relatavam a hostilidade que ele sofria em sala de aula, como alunos atirando pedras dentro de bolinhas de papel enquanto ele escrevia no quadro. O Kadu não morreu apenas de infarto. Morreu da hostilidade cotidiana, morreu da demora administrativa, da indiferença institucional. E esse episódio mostra que nossas políticas públicas, muitas vezes, demoram a chegar ao seu destino.

Falando um pouco sobre políticas públicas, nós entendemos, compreendemos que elas não nascem prontas, elas passam pelo ciclo; tem toda a identificação do problema, a formulação da agenda, a implementação, o orçamento, acompanhamento, avaliação, mas, antes de tudo, é necessário a gente identificar a prioridade – a prioridade.

No caso da proteção dos professores, esse ciclo se interrompe ao meio, no meio – o problema é evidente. Nós temos projetos formulados, mas a implementação é lenta, a avaliação quase nunca chega aonde precisa chegar, e a gente precisa fechar esse ciclo, transformar leis em práticas, práticas em resultados e resultados em proteção real, Senador. É necessário a gente priorizar a educação.

E, quando falamos em prioridades, é impossível não olhar para as escolhas que fazemos enquanto sociedade.

Aqui em Brasília, por exemplo, se discute o investimento de bilhões do patrimônio público para a compra de um banco privado. E eu me pergunto: até que ponto realmente isso é necessário? Até que ponto isso é prioridade, quando escolas do Distrito Federal, como o próprio Centro de Ensino Carlos Mota, seguem sem sequer uma quadra coberta?

Essa já era uma pauta do meu pai há 17 anos, Senador; e, 17 anos depois, ainda não tem uma quadra coberta na escola. A gente mora no Cerrado... (*Manifestação de emoção.*) ... a umidade relativa do ar chega a 13%, 13%...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – Sim, 9%, outro dia foi 9%... Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, é claro, alguém pode argumentar comigo que a ausência de uma quadra se deve por questões ambientais ou burocráticas, afinal de contas, o Lago Oeste está situado ao lado do Parque Nacional de Brasília, mas a verdade é que, quando se quer, se faz.

Para investir R$2 bilhões na compra de metade de um banco, o Governo consegue mobilizar economistas, analistas e todo um aparato jurídico para viabilizar uma operação, mas, quando se trata de garantir uma quadra coberta para uma escola pública, de repente surgem entraves que são intransponíveis. "Impossível, não dá".

Esse contraste só me mostra que o problema não é a falta de recursos ou a capacidade técnica, é a falta de prioridade, mais uma vez, de prioridade.

Eu pergunto aos senhores, a todos aqui presentes que estão nos ouvindo: o que é uma quadra coberta? O que é uma quadra coberta para quem vive no Cerrado? Para quem vive em uma área rural? E eu respondo: uma quadra coberta vai além do esporte, das bolas, das traves. Uma quadra coberta é, por exemplo, saúde, a gente está falando de encontros aos finais de semana, são possibilidades de vários projetos, como, por exemplo, a dança, o teatro, cinema, festas culturais – são jovens fora das ruas, são jovens fora das drogas.

E eu pergunto: nós temos 840 escolas públicas aqui no Distrito Federal, quantas dessas escolas têm quadras cobertas, por exemplo? Quantas?

Em 2009, após o assassinato do Prof. Carlos Mota, meu pai, o Senador Paulo Paim apresentou o PLS 191, que posteriormente ficou conhecido como Lei Carlos Mota. Ele previa medidas robustas de proteção aos professores, o afastamento do agressor, a prioridade de remoção para os professores ameaçados, o apoio psicológico e a responsabilização das escolas, mas, infelizmente, muito infelizmente, o projeto foi arquivado.

Agora, felizmente, hoje também tramitam outros projetos, como o PL 5.249, de 2020, que traz avanços importantes, como o afastamento remunerado do professor ameaçado e a obrigatoriedade de se acionarem as autoridades competentes – mas ainda é tímido.

A meu ver, é uma sugestão minha, Senador, alguns dispositivos do PLS 191, de 2009, poderiam ser fortalecidos nesse projeto de lei que hoje tramita aqui nesta Casa. E outro PL que também tramita é o 3.613, de 2023, que torna mais graves os crimes cometidos dentro das instituições de ensino, incluindo o homicídio e a lesão corporal nos crimes hediondos. Essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

proposta é um passo importante, pois mostra que esta Casa, o Legislativo, reconhece a gravidade da violência escolar.

Mas também aqui nós vemos um limite, um entrave: aumentar as penas talvez seja necessário, mas não é o suficiente. Não é apenas com punição que se transforma a realidade...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – É, justamente como a Procuradora colocou, com a prevenção, é com o apoio contínuo, é com o cuidado da saúde física e mental dos alunos, mas também dos professores – dos professores.

Então, não é apenas a lei que vai mudar a realidade, mas são as pessoas e a comunidade escolar. E, parafraseando Paulo Freire, a educação não transforma o mundo; a educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo.

É importante assinalar também que Carlos Mota foi assassinado em razão direta de sua atuação como diretor da escola e outros casos trágicos, envolvendo professores, também aconteceram, mas por motivações distintas: tiveram brigas extraclasse, crimes de ódio. Nada disso diminui essas mortes, mas reforça que a violência contra o professor, quando vinculada à atividade de ensinar, precisa ser lembrada, compreendida e prevenida com políticas públicas específicas para a violência contra o docente.

E aí chegamos a um paradoxo: como elaborar políticas públicas sem estatísticas? É claro que nós temos o trabalho fenomenal que o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania e o Ministério da Educação realizam, que o Sindicato dos Professores e órgãos ligados à educação realizam de tentar traçar um panorama de onde, quando, como e por que ocorre a violência contra os professores, mas ainda falta mais, a gente não pode se contentar. Nós precisamos de mais pesquisas, nós precisamos de mais estudos.

Como implementar soluções sem conhecer a dimensão real do problema? Hoje, sabemos que os professores sofrem agressões, hostilidades, adoecem e morrem. Mas não sabemos exatamente quantos, onde, nem em que circunstâncias. E essa ausência de dados não é neutra; ela invisibiliza a tragédia e dificulta a construção de políticas efetivas. Precisamos de estatísticas nacionais, claras, como bem vem fazendo o Ministério Público, o Ministério da Educação, mas nós precisamos de mais, porque só o que é nomeado pode ser enfrentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, bom, partindo aqui um pouco para o meu encerramento, eu gostaria de lembrar de uma lição que meu pai repetia: a escola é um espaço de comunidade, cuidado e transformação. E em minha odisseia para conhecer um pouco mais do meu pai, eu encontrei um livro que ele dedicou a mim e ao meu irmão – que também está aqui presente –, João Vítor Pereira Mota. Na dedicatória, meu pai escreveu: "Não tenham medo de viver a piracema quando o coração falar mais alto e a causa for justa".

A educação é piracema. Foi por isso que ele viveu e foi por isso que ele deu a vida. A piracema é resistência, é um fenômeno trágico, árduo e também belo e necessário. Sem piracema não tem vida; e sem professor não tem continuidade da educação. Sem professores é aquela máxima: não existe o médico, o juiz, o advogado, o dentista e os próprios professores.

Quando um professor é ameaçado, quando um professor é humilhado, quando um professor é morto, não é apenas um trabalhador que perde sua dignidade, é uma comunidade inteira que perde a sua esperança, como a comunidade do Lago Oeste perdeu com a morte do meu pai. Não morre apenas um educador, morre um futuro junto, morre parte daquela família e nascem órfãos, nascem desesperança e alunos perdidos.

A gente não está falando, aqui, de privilégio; a gente está falando de condições mínimas para que os professores possam ensinar. Proteger os professores é proteger a escola, e proteger a escola é proteger o futuro do país.

Obrigado, mais uma vez, a todos e a todas, à Senadora Teresa Leitão e ao Senador Paulo Paim, por insistir nesta luta tão relevante. Eu sigo na luta e também estou à disposição para os desdobramentos que esta audiência pública provocar.

Deixo também, por último, um convite para que todos acessem e compartilhem o documentário Carlos Mota - Entre Arquivos e Lembranças, que está disponível no YouTube.

E, parafraseando o meu pai, o único elemento contemporâneo que nos permite nos apropriar daquilo que aqui está posto enquanto fruto da construção histórico-humana é a educação.

Então, por último, minha reverência a todos os professores e mestres deste Brasil.

Obrigado! (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Sr. Otávio Augusto Pereira Mota, Jornalista e autor do documentário Carlos Mota – Entre Arquivos e Lembranças.

Eu tomei a liberdade de falar, aqui, com a assessoria da Comissão, se, baseado no que você colocou, Sr. Otávio Augusto Pereira Mota, filho do nosso inesquecível Carlos Mota, era possível na Loas – porque agora não dá mais, porque já foi votado o Orçamento –, nós fazermos uma emenda, em que poderíamos até colocar o nome dele também, no sentido de que seja destinada uma verba para as quadras esportivas, não só na de vocês, mas também na de vocês... (*Palmas.*)

... porque eu acho que eu sou daqueles que entende que o esporte educa. E, como você falou muito bem, não é só para o futebol de salão, o basquete ou o vôlei, é também até para que possam ali as crianças estudar, trabalhar, fazer exercício e quem sabe numa quermesse, naquele espaço...

Pode complementar, se você quiser.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – É verdade. É a comunhão da comunidade dentro da escola.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Dentro da escola.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – É a comunhão da comunidade.

E um exemplo que me veio também é, por exemplo, o ensaio de festa junina...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Isso! Por que não?

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – ... que reúne pais, alunos, professores e toda a comunidade da escola.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Naquele espaço.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – Então, é isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Eu tinha apresentado, há muitos anos, o que eu chamo de o Quilombo do Amanhã, porque seria esse o objetivo, mas, como você falou bem de um outro projeto... Esse meu foi arquivado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Agora, neste momento eu estou me lembrando do seu pai, que, lá de cima, deve estar muito feliz por estar acompanhando o trabalho da sua mãe e o seu trabalho, e a gente podia entrar com uma proposta de que seja um parque esportivo, uma cancha esportiva, um ginásio esportivo e que sairia com uma emenda, aqui, da Comissão de Educação. Eu poderia propor para a nossa querida Presidenta, e nós vamos ver o programa, em qual programa que encaixa e que seja... Porque emenda daqui, de Comissão, é nacional.

Então, a gente poderia ver os setores de menor IDH. Eu fiz isso no meu gabinete. Eu peguei o menor IDH do país – do país, não –, do meu Estado do Rio Grande do Sul, peguei as cem cidades com o menor IDH e eu encaminhei, então, uma emenda de 500 mil para cada uma. Deve ter chegado lá, mas o beneficiado, claro, foi o povo quilombola, que é um dos mais vulneráveis.

Nesse caso, como o projeto Quilombo do Amanhã acabou sendo arquivado, nós poderíamos agora ir direto à Loas ver um programa para pensar nessa sua proposta, o.k.? Parabéns a você, viu? (*Palmas.*)

A proposta é sua, eu só sou a ferramenta aqui dentro. Não só eu, também os Senadores e Deputados.

Para encerrar a fala dos nossos convidados – depois cada um de vocês terá três minutos para as considerações finais, irá receber as perguntas do eCidadania e poderá escolher a resposta de uma a duas perguntas –, com a palavra, a Sra. Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

**A SRA. ROSILENE CORRÊA** (Para expor.) – Bom dia, Senador Paim. Muito obrigada por estar aqui mais uma vez.

Está difícil de falar porque trazer Carlos Mota para este debate nos coloca em uma situação extremamente complicada, não é, Rita? (*Manifestação de emoção.*)

Porque é muito difícil lembrar do Carlos, de tudo o que ele foi, de tudo o que ele fez e não se emocionar e não lamentar, porque ele faz muita falta... (*Palmas.*)

... não só à educação do DF, mas do país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero aqui também deixar o meu abraço, Rita, a você e aos seus filhos, porque é muito bom a gente poder continuar essa caminhada juntos. Essa é a maior prova de que o Carlos fez muito bem tudo o que fez, porque mantém essa família fazendo a defesa da educação pública.

Bom dia a todos os meus colegas de mesa. Bom dia a quem está nos acompanhando também e aos que estão aqui presentes. Muito obrigada. É um debate que nós preferíamos não ter que fazer: falar da violência no ambiente escolar. Isso é muito caro para nós, é muito doído para nós. Eu lembro exatamente onde eu estava quando me chegou a notícia do ocorrido e à época eu era dirigente do Sinpro. Nós na sequência organizamos uma campanha a que demos o nome: Quem bate na escola maltrata muita gente.

Acho que é isso que a gente precisa pensar, sabe, Senador? Ao atacar a educação, o educador, a escola, por não ter uma quadra coberta, é com a vida de muita gente que estamos lidando; então, você não pensa a escola em um elemento, em um segmento escolar, mas em toda uma sociedade que está ali dentro. Para falar da violência e falar da escola, falar da educação, primeiro eu preciso registrar, Senador, o meu muito obrigada pelo cuidado com recursos destinados para as nossas escolas, por pensar nisso, mas precisamos fazer a denúncia de que o que já foi de previsão para a Câmara Legislativa do Distrito Federal é redução no orçamento da educação para o ano que vem – isso com o Fundo Constitucional tendo um significativo aumento –, mas o Governador já encaminhou, reduzindo para saúde e educação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Saúde e educação?!

**A SRA. ROSILENE CORRÊA** – Saúde e educação.

Aí não vou entrar aqui no debate se a segurança tem que ter mais ou menos, ou se é mais importante, menos importante, porque eu não quero entrar nesse mérito, mas reduzir da educação e da saúde, de uma saúde em que as pessoas estão morrendo por falta de atendimento aqui no Distrito Federal, essa é uma violência que vai refletir lá dentro da escola, porque é o estudante que está deixando de ser atendido, é a mãe desse estudante que está lá no hospital morrendo por falta de atendimento, tudo isso são violências que vão refletir lá dentro da escola. Porque a escola é o lugar mais público que nós temos. Porque é onde a gente se repete. Porque, se eu estiver em uma fila de hospital... Noutro dia, teve briga, teve pancada em um atendimento de uma UPA, mas, no outro dia, aquelas pessoas não vão mais se encontrar, vão para outro lugar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na escola, não. Se eu fico hoje chateada com o meu colega – eu professora ou eu estudante –, amanhã eu volto. Eu vou me encontrar, eu vou me reencontrar todos os dias com as mesmas pessoas. Então, é uma convivência diária. Por isso, a nossa prática pedagógica, na escola, precisa dar conta de combater tudo isto: todo tipo de preconceito, todo tipo de violência, todos os dias, em todos os conteúdos, em todas as nossas ações, não só em projetos pontuais, mas diariamente. O Paulo Freire tinha razão: a gente precisa mudar para transformar e transformar para mudar, e é a educação que dá conta disso. Não será em outro lugar, não será de outra forma, não temos outra ferramenta mais eficaz do que a educação.

É por isso que a gente lamenta profundamente quando hoje nós ainda precisamos... Não tem jeito, a figura do professor, a imagem do professor conta muito para isso. Então, quando a gente fala da violência, a gente se preocupa e a gente tem que considerar alguns tipos de violência. Pensando na escola, a escola pode ser vítima de violência que é aquele indivíduo que adentra a escola e sai dando tiro, ou ele está fugindo da polícia e ele também vai procurar abrigo na escola. Então, a escola acaba sendo um local que recebe essa violência de uma bala lá dentro, que era por outra razão, enfim. Mas tem também a escola que recebe e vive o reflexo do que é a sociedade. E, no Brasil, nos últimos tempos, nós sofremos uma influência de violência muito forte, e é claro que os adolescentes são mais influenciados ainda. Então, não é por acaso que, quando você tinha a maior autoridade desse país incentivando o uso de arma, achando que é legal fazer revólver e arminha para os outros, tudo isso vai para dentro da escola, vai para dentro da sala de aula.

Quando a gente pensa que, aqui dentro desta Casa, no Congresso, como um todo, nós tivemos um forte enfrentamento à lei da escola sem partido, na insistência que se teve nisso, ali a figura do professor foi fortemente atacada. Então, quando você coloca uma desconfiança sobre a imagem do professor por parte de toda a sociedade, você está expondo esse profissional de uma forma, isso é de uma violência... Então, quando você vê tantos professores e professoras adoecidos, é por tristeza, é pelo ataque que sofrem diariamente, é porque você fica triste de não haver um reconhecimento da sua importância, do seu papel, da sua seriedade. E isso vai muito além do que é o nosso contracheque, porque hoje ainda temos muitos estados e municípios em que nós precisamos fazer greve para ter a lei do piso respeitada. Nós ainda temos hoje uma forte luta para manter o concurso público, porque não querem mais promover concurso público, porque a contratação temporária é o que está prevalecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer que, quando a gente fala de uma escola afetuosa, tem a ver também com essa minha permanência, com o meu contato afetivo diário. Quando se tem um rodízio de profissionais dentro da escola, isso muda radicalmente as relações dentro da escola.

Nós hoje não temos mais, Senador, a figura do porteiro concursado. Gente, quem aqui é da minha idade e não se lembra do que era passar todos os dias, dar bom dia, e o porteiro saber o nosso nome? Ou, pelo menos, sabe, ter noção, assim, de perceber... Nós tivemos uma audiência aqui semana passada, comemorando 50 anos da Escola Normal de Ceilândia. E lá tinha uma figura que é o porteiro da escola há 35 anos, e ele não quer se aposentar – já pode, e não quer se aposentar. Todo mundo o conhece, e ele os conhece. Ele falava do fulano, que depois o filho estudou lá, e que agora o neto está estudando na escola.

Essa relação, gente, pode parecer uma coisa romântica, mas essa escola que nós tínhamos antes, em que a merendeira era concursada e era quem estava ali, que os meninos chegavam na janelinha da cantina e sabiam o nome dela... Lá na secretaria; o bedel; a pessoa do corredor, que ficava botando a gente para dentro, mas sabia quem éramos nós, tratava esses alunos com afeto. Hoje, lamentavelmente... Eu fiquei aqui arrepiada quando vi aquela escola. Ainda brinquei aqui, falei: "Meu Deus, eu não quero essa escola". Sabe, ficou parecendo que eu estava vendo um filme de ficção científica, porque essa falsa ideia de segurança... Não é essa escola desumanizada que nós queremos. Nós queremos é humanizar as relações. (*Palmas.*)

Nós precisamos é voltar a ter educação afetiva. Essa educação precisa ser respeitada, e as pessoas que frequentam essa escola precisam ter dignidade. É assim que o Estado brasileiro precisa olhar, que esses governantes precisam olhar para as nossas escolas.

Não tem... Nós estamos aqui falando e, quando você vai para a origem desses problemas, Senador...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ROSILENE CORRÊA** – ... nós sabemos por que não querem tributar os super-ricos deste país: porque vai ter mais dinheiro para educação, sim; e ter mais recurso para educação, financiamento para essa educação significa o povo ser respeitado, esse povo ser educado, esse povo exigir mais. Então, é disso que nós precisamos: é de mais financiamento; precisamos respeitar esses trabalhadores; é falar da escola, é pensar o todo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E isso não é corporativismo, não. Estou falando aqui é de respeito ao ser humano que escolheu uma profissão. Não dá para nós continuarmos vivendo um apagão docente neste país e fazendo de conta que isso é por acaso, naturalizar isso. Por que os nossos jovens não querem ser professores? Por que não querem? Porque estão desrespeitando; porque estão achando simples chegar e meter a mão na cara de um professor; mãe, pai entrar na escola e achar que pode espancar um professor. Quem foi que fez isso? Quem foi que atacou com tanta violência a imagem desse profissional? E aí vêm dizer que isso não se reflete lá dentro, na escola, no comportamento dos estudantes? Porque a minha autoestima está lá no chão, e, para eu ser respeitada, eu preciso ser reconhecida como profissional primeiro. Chega dessa história de que vai ser professor quem não consegue ser outra coisa. Isso é incabível.

Então, nós precisamos de uma educação que tenha financiamento, sim. Aqui tem uma participação que argúi quando é que se vai cumprir a Lei 13.935, que prevê uma equipe, psicólogos e tal. Queremos psicólogos, queremos assistente social nas escolas, agora, nós queremos financiamento. O que não dá é para a gente achar que resolve todos esses problemas, que precisamos dos profissionais, mas sem ter orçamento. Então, precisamos discutir seriamente o orçamento da educação; precisamos aumentar o valor do Custo Aluno, sim. Precisamos rever.

Agora temos o Plano Nacional de Educação tramitando. Vai ser uma guerra pelo orçamento público, porque tem gente querendo abocanhar o orçamento da educação pública, e nós não podemos permitir, porque isso vai ser mais uma violência contra as nossas escolas. Nós precisamos melhorar as condições das nossas escolas. Não queremos competir com ninguém, mas o que é público deve ser devidamente público e para quem dele precisa.

Então, nós precisamos de um Estado forte. Por isso é contra a reforma administrativa, porque ela também quer enfraquecer o serviço público, e o que nós mais temos de serviço público, gente, é a educação. (*Palmas.*)

Então quem mais vai sofrer vai ser a educação. Então não vamos permitir essa reforma administrativa, vamos lutar, sim, pela tributação dos super-ricos, isso tem que ser uma bandeira de todos nós. Tem que ser um pacto da sociedade brasileira, se se quer, de fato, que este Brasil tenha soberania, tenha democracia, porque enquanto nós tivermos uma pessoa fora da escola, nós tivermos analfabetos neste país, nós não estamos, de fato, exercendo a nossa democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos nos conformar com o que nós temos até hoje. E aí, a violência é consequência de tudo isso, dessa desigualdade social que nós vivemos no Brasil. É claro que ela acontece em todas as esferas...

Meu tempo já se esgotou, não é? Ah...

Em todas as esferas. Nós temos violência nas escolas privadas também, o que não é divulgado. Tem a violência física, mas tem principalmente a violência emocional lá dentro, mas isso não é dito por aí. Fica parecendo que isso é só coisa de menino pobre, não é? E que não é verdade, porque é um problema que é da humanidade. Então não é privilégio de um ou de outro, não. Todos somos vítimas.

E a nossa juventude hoje, principalmente com esse mundo virtual em que nós estamos, por isso tem que ser regulamentado, sim, tem que ser cada vez... Mas não adianta termos leis se nós não tivermos a sociedade toda envolvida nisso.

Aí precisamos dar condições para as nossas escolas tratarem de tudo isso. Para isso, precisamos de ter gestores que possam contar com equipes capacitadas, com gente suficiente nas nossas escolas, porque o que a gente tem vivido é redução do quadro de profissionais dentro das escolas, porque precisa reduzir os gastos com a educação. A educação infelizmente continua não sendo vista como investimento.

Então, enquanto for essa lógica, nós viveremos as tragédias que vimos vivendo, porque quando você tem alguém entrando e metralhando tanta gente e fazendo... Porque aquilo, nem tem como a gente definir algumas situações. Mas isso tudo é resultado de uma humanidade que está adoecida, por vários motivos que todos nós aqui já conhecemos.

Mas falando da escola, da educação, nós precisamos fazer com que...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ROSILENE CORRÊA** – ... a educação pública, de fato, tenha o seu devido lugar.

E para isso, nós precisamos de um financiamento para a educação pública, mas nós precisamos de um país que faça justiça social. E para isso, nós precisamos tributar os super-ricos, precisamos de uma reforma tributária urgente. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Permita-me que eu diga, a "profe", Sra. Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Eu estou há tanto tempo no Congresso, que já a via aqui dentro também, com tantas palestras, como foi essa aqui, que fechou, eu diria, com taça de ouro, poderia, ou medalha de ouro, o nosso debate no dia de hoje.

Mas eu vou aqui, por dever de ofício, agora eu faço a leitura. Em seguida eu passo para vocês. É uma leitura rápida das perguntas que vieram do e-Cidadania.

Ricardo, de Pernambuco: "Quais políticas estão sendo pensadas para proteger os professores da violência escolar e garantir condições seguras de trabalho?".

Letícia, de São Paulo: "Essa discussão remete à Lei nº 13.935/2019, que obriga a presença de um psicólogo nas escolas [...] [embora isso não ocorra] de fato. Por que não?".

Roseneide, de Minas Gerais: "Que medidas o Senado adotará para apoiar [os] professores adoecidos [e professoras] e evitar casos como o do Prof. Carlos Eduardo, morto aos 29 [anos, um jovem]?".

Arnon, da Bahia: "Para enfrentar as causas sociais da violência, urge a [...] [implementação] da Lei 13.935/2019 [...]. Como financiá-la?".

Gladys, do Acre: "Quais [...] os principais fatores (sociais, familiares, psicológicos) que têm contribuído para o aumento da violência nas escolas?".

Rapidamente, aqui, a última folha.

Joacir, de Pernambuco: "Fui professor, [mas] desisti. Muita violência [...] traficantes ameaçavam a mim e [a] outros professores. Escola militar para todos [é] urgente".

Aqui, a gente lê tudo que chega, viu, pessoal? Não tem concordar ou discordar de minha parte.

Victor, do Rio de Janeiro: "Sem combate à pobreza e à desigualdade social não há escola ou sociedade segura. A violência é sintoma, não causa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ananda, do Pará: "Precisamos de uma sala para equipe de assistência social e uma para [...] psicólogas atenderem os alunos. O professor está sobrecarregado".

Maria, do Rio Grande do Sul: "Como [...] solucionar esta violência se os professores são mal pagos, e os alunos, mal educados?".

Agora, nós vamos para... (*Pausa.*)

Está bem. Então, vamos começar aqui. O.k. Vamos começar.

Com a palavra a Sra. Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Ministério Público do Trabalho.

Eu vou dar três minutos, mas, como sempre, o limite vai ser cinco, viu? Três, mas no máximo cinco.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** (Para expor.) – Quero parabenizar os participantes desta mesa: como foi importante ouvi-los, como as falas dialogaram umas com as outras e foram se complementando! Às vezes a gente só tem dez, quinze minutos, mas a gente vai se complementando de uma forma que fortalece, e isso é muito importante.

Eu quero, ouvindo esses comentários do e-Cidadania, trazer dois em especial.

No momento que eu ouço um professor dizendo: "Fui professor, mas desisti"... Muitas vezes a gente ouve os professores dizendo: "Estou sendo professor enquanto eu não acho algo melhor", ou então, como a Rosilene bem lembrou, quem não acha algo melhor vai ser professor. Não é isso que é a educação, não é isso que queremos da educação; não é isso. Quando a gente sabe que a educação tem que ser o exemplo, a habilitação para o trabalho e para a vida, a gente precisa ter justamente nos professores e nas professoras essa nossa referência. Então, assegurar esse trabalho – porque ser professor é, sim, uma vocação, mas é um trabalho –, um trabalho digno, em que a prevenção a todas as violências físicas e emocionais seja a palavra de ordem, e não tolerar nenhuma violência significa dar condições de trabalho decentes, dar esse trabalho decente que a OIT prega e nos apresenta: o trabalho digno, seguro e saudável, em todas as perspectivas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu trago uma outra referência, porque quando o Victor, do Rio de Janeiro, diz que "sem combate à pobreza e [à] desigualdade social, não há escola ou sociedade segura", que "a violência é sintoma, não causa", é exatamente isso, é lembrarmos que muitas vezes o que acontece na escola é apenas reflexo do que está acontecendo na sociedade. Então, é preciso trabalhar esse todo, combater esse todo enquanto violências estruturais.

Aí eu quero parafrasear aqui o Lula. O Lula, em julho, escreveu um artigo falando da democracia em que ele diz: "Não existem muros altos o bastante para manter...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CIRLENE LUIZA ZIMMERMANN** – ... ilhas de paz e prosperidade cercadas de violência e miséria". Por isso, eu concordo, Manoel – aliás, os estudos já dizem isso –, com o que não funciona: o teatro da vigilância, o teatro do monitoramento. No fim das contas, você só vai gerar ali um ambiente de ainda mais medo, tensão, porque afinal está todo mundo armado. Imagina entrar em uma sala de aula em que o professor vai estar armado? Que escola é essa? Que exemplo de educação é esse que nós queremos?

Então, o que nós precisamos é realmente cultuar, tratar dessa cultura de paz, tratar essa sociedade como um todo, valorizar os nossos professores e não tolerar nenhuma, nenhuma violência!

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem. Parabéns, Sra. Cirlene Luiza Zimmermann, Procuradora do Ministério Público do Trabalho, brilhante como sempre.

De imediato, com a palavra, de forma remota, o Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. (*Pausa.*)

Vamos em frente, então.

Com a palavra, o Sr. Manoel Morais de Oliveira Neto Alexandre, Consultor Legislativo da área de Educação da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** (Para expor.) – Finalizando, eu gostaria de expor que o Congresso Nacional deu uma resposta legislativa àquilo que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

especialistas chamam de tripé normativo. Nós já temos o primeiro pilar educativo e preventivo, a Lei 13.185, de 2015, e o decreto do Snave. Eu fiz um panorama do âmbito do Congresso, mas no ano passado, no âmbito do Executivo, foi aprovado o Decreto nº 12.006, de 2024, instituindo uma política nacional e um sistema de monitoramento, que é o Snave.

Eu concordo com a Dra. Celia ali: a solução – como eu abri minha fala – é sistêmica, é intersetorial. O Snave é o primeiro passo para encarar a violência nas escolas como uma política de Estado, porque ele une Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Direitos Humanos e Ministério da Justiça. O grande problema era esse, a falta de integração, porque a solução é intersetorial, mas o orçamento é setorial. Nós precisamos dessas políticas que coordenam tudo.

Eu me emocionei muito com a fala do Otávio Mota e achei lindo o que ele fez aqui, Senador Paulo Paim. Na cultura oriental, o imperador é reverenciado por todos. Qualquer pessoa que passar diante do imperador tem que se curvar em sinal de reverência, mas lá, uma cultura multimilenar, se um professor estiver passando, ele – o imperador – para e se curva para reverenciar o mestre. Nós vamos chegar lá! (*Palmas.*)

Nós vamos chegar lá, porque nós só temos 500 anos. Quando você fez esse gesto em homenagem aos professores... Nenhuma política educacional terá êxito sem considerar os professores. Eu gostaria de me sensibilizar com um comentário aqui do e-Cidadania. O Joacir, de Pernambuco, diz: "Fui professor, [mas] desisti, muita violência [...]. Os traficantes ameaçavam a mim e outros professores. Escola militar para todos urgente". Eu me identifiquei, porque eu fui, por 15 anos, professor de Química no Ceará e passei...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MANOEL MORAIS DE OLIVEIRA NETO ALEXANDRE** – ... em um concurso do Banco do Brasil. Gente, o que é que um professor quer fazer no Banco do Brasil? Tales de Mileto: primeiro comer, depois filosofar. Eu tive que sair. Na época, era muito mais difícil ainda do que hoje, os professores tinham que dar aula em várias escolas para compor o orçamento, eles vendiam Avon, animavam festas da *tupperware*. Era uma época difícil, naqueles idos, lá no Ceará, e eu saí.

Mas, Joacir, a escola segura não é uma escola militarizada. "Mas a escola vizinha de casa militarizou e o Ideb aumentou". Eles não têm uma nova pedagogia desconhecida de nós pesquisadores do tema. Agora, Senador Paulo Paim, onde nenhuma atenção é dada, quem chegasse, fosse a Cruz Vermelha, fosse a educação adventista, é claro que o Ideb aumentaria. A

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

receita nós sabemos: é a valorização dos professores, são recursos. A disciplina é importante. A sociedade precisa, na mente, de uma estética da ordem, não necessariamente militar.

Qual é a escola segura, então, se não é a militarizada? É aquela que realiza o ideal de Anísio Teixeira em quatro campos semânticos: a escola pública, gratuita, de qualidade, para todos.

Um abraço, gente. Até a próxima. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Parabéns pela exposição, Sr. Manoel Morais de Oliveira Neto Alexandre, Consultor Legislativo da área de Educação da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Voltou, neste momento – já está na tela... Com a palavra, de forma remota, o Sr. Paulino Delmar Rodrigues Pereira, Presidente da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. (*Pausa.*)

Está ou não está? (*Pausa.*)

Sr. Paulino, está nos ouvindo?

Então, passamos e, depois, se ele retornar... Com a palavra a Sra. Celia Nahas, Coordenadora-Geral de Enfrentamento às Violências da Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**A SRA. CELIA NAHAS** (Para expor.) – Eu vou fazer só uma rápida consideração aqui, pensando tanto na fala dos meus colegas de mesa, quanto nas perguntas, porque eu acho que a resposta para algumas dessas perguntas aqui está no conjunto dos nossos diálogos.

Nós não temos uma solução fácil. Não há um único ator responsável, mas é preciso um empenho coletivo, com a garantia de orçamento e de financiamento, pensando que a gente precisa de uma escola que dê condição de trabalho para os professores, que seja capaz de acolher a comunidade escolar. Então, o próprio Snave tem um ponto importante, que é pensar a comunidade escolar dentro da escola, o fortalecimento dessa relação. Muitos dos casos de violência que a gente viu serem relatados aqui são os conflitos com a comunidade. Como é que eles vão se refletir dentro da escola? Como é que a gente pensa todos esses atores que estão no sistema de garantia de direitos, não somente a escola, para pensar a proteção da comunidade escolar? E aí eu reforço, assim, a necessidade de que a gente tenha espaços de construção coletiva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

articulada de alternativas, tanto de pensar estratégias de prevenção quanto estratégias de "posvenção" e mitigação.

Nesse sentido, eu reforço o compromisso do Ministério dos Direitos Humanos de dialogar com os nossos parceiros, tanto os nossos parceiros da sociedade civil, quanto os nossos parceiros do Governo. Nós somos parceiros diretos do MEC na implementação do Snave, do Escola que Protege, mas também de outros atores que estão aí disponíveis para que a gente possa pensar uma comunidade que acolha a escola...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. CELIA NAHAS** – ... os profissionais que estejam lá com condição de trabalho e com condições de pensar esse lugar da educação e da promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Então, é preciso também que a gente pense esse conjunto de atores na hora que a gente for pensar uma escola protegida, uma escola sem violência.

Então, acho que é isso.

Reforço aqui o compromisso do Ministério dos Direitos Humanos também com essa pauta.

Obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem.

Essa foi a Sra. Celia Nahas, Coordenadora-Geral de Enfrentamento às Violências da Diretoria de Proteção da Criança e do Adolescente da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que reforçou a parceria: Executivo, Legislativo, sociedade civil, lideranças do movimento social, sindical. Eu sou um grande defensor do movimento sindical, viu? Apanho muito aqui dentro por causa disso, mas não recuo uma vírgula. Continuo sendo um sindicalista que está no Senado.

Passo a palavra agora para o Sr. Otávio Augusto Pereira Mota, jornalista e autor do documentário Carlos Mota – entre arquivos e lembranças. Ele é filho do jovem professor com 29 anos assassinado.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** (Para expor.) – Não... O Carlos Eduardo é o professor que faleceu recentemente, vítima de um infarto; meu pai faleceu em 2008 aos 44 anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Jovem também.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – Sim, um jovem professor.

Eu gostaria apenas de reafirmar que o Prof. Carlos Mota e, junto, o corpo pedagógico da escola do Lago Oeste foram responsáveis por implementar uma das primeiras escolas rurais do Distrito Federal a terem o turno integral.

Quando a gente fala de turno integral, isso vai muito além da expansão do currículo escolar dos alunos. A gente está falando também de alimentação, de comida, de barriga cheia, de dignidade, de uma escola pública de qualidade. E o Lago Oeste sofre muito com a questão da alimentação, com a questão da falta de alimentação, apesar de ser uma zona de produtores rurais. Muitos dos alunos que lá estão estudando já relataram para mim que o único momento do dia que eles têm para poder almoçar, lanchar, tomar o café da manhã e jantar é dentro da escola, é no turno integral. E muitos deles fazem isso, às vezes, com peso na consciência de pensar que em casa a mãe ou o pai não tem uma comida para comer, e pedem para a tia da merenda para levar um pedacinho de pão para casa.

Bom, eu quero concluir só reafirmando o que nos trouxe até aqui hoje: a vida e a memória de um professor que ousou acreditar nessa educação capaz de transformar comunidades inteiras.

A gente falou aqui de números, falamos de projetos de lei, falamos de prioridades orçamentárias, mas por trás de cada uma dessas estatísticas existe um rosto. Por trás de cada lei existe uma vida que precisa ser protegida. Quando o professor novamente é atacado, humilhado ou silenciado, não é apenas ele que perde; é toda a comunidade que perde sua esperança. Reforço essa...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** – ... mensagem mais uma vez.

E vou ser um pouquinho repetitivo, mas vou parafrasear novamente esta frase do meu pai, porque eu acho que ela merece ser repetida: "O único elemento contemporâneo que nos permite nos apropriar daquilo que aqui está posto, enquanto fruto da construção histórica humana, é a educação."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Que esta audiência não termine como mais uma reunião registrada em ata, mas como um marco de um compromisso coletivo, o de proteger quem protege o futuro, porque sem professores, não há escola, e sem escola, não há democracia, e sem democracia, nós não temos um país.

Obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem, Otávio Augusto Pereira Mota, jornalista e autor do documentário Carlos Mota – entre arquivos e lembranças. É do seu pai, não é? Que morreu com 44 anos.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** (*Fora do microfone.*) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Porque na primeira vez, eu já falei 29, e vocês não me corrigiram, ficaram meio assim... mas agora corrigiu, ficou perfeito agora. Está tudo resolvido.

Parabéns pela exposição. Vê-se que você fala com uma emoção enorme, e eu me sinto movido por essa emoção também, porque eu noto que só faltam as lágrimas caírem. Já caíram lágrimas de mim aqui, mas ele segurou para não caírem as lágrimas. Mostra todo o carinho, o respeito, a emoção, quando tu falas do teu pai.

E com a palavra, para terminar, a Sra. Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

**A SRA. ROSILENE CORRÊA** (Para expor.) – Bom, Senador, mais uma vez, agradeço aqui em nome de todas as trabalhadoras e trabalhadores da educação pública do país, que a CNTE representa, pela importância deste debate.

Mas eu quero destacar aqui que, com toda a certeza, afirmo que militarizar escolas não é solução para os nossos problemas, definitivamente, não. E nada contra a polícia, não se trata disso. Nós queremos, inclusive, que tenhamos polícia passando pela escola. Eles são muito bem-vindos, principalmente fazendo lá sua tarefa na comunidade, nas redondezas da escola, é o papel. (*Palmas.*) Agora, dentro da escola, nós queremos trabalhadoras e trabalhadores da educação, porque nós sabemos fazer o nosso trabalho. O que nós precisamos é exatamente de ter o reforço, os recursos que a escola militarizada passa a ter. Aí o Ideb vai melhorar mesmo, porque... E nós desafiamos o Governador aqui à época, do Distrito Federal. "As mesmas condições que o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

está propondo para militarizar, proponha a nós. São 20, então nós queremos 20 trabalhadores da educação e que possamos também definir quais as funções".

Então nós queremos equipe dentro das escolas. Chega de turmas superlotadas, de professor que não consegue organizar o seu trabalho, de gestores que não conseguem dar conta do dia a dia da escola, pela burocracia, porque não tem gente suficiente para fazer. Então é claro que isso vai comprometer o resultado do nosso trabalho.

Agora, é preciso também cuidar para além dos muros das escolas. É preciso cuidar dessa nossa meninada fora das escolas também, porque nós queremos educação integral, que é um caminho. É manter essa meninada dentro da escola, mas de uma escola que dê dignidade, uma escola que atenda bem, uma escola que tenha artes, que tenha esporte, que tenha aula de reforço, sim, para quem for necessário, mas é uma escola ampla...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ROSILENE CORRÊA** – ... que vá formar, de fato, esse cidadão e essa cidadã.

Agora, nós precisamos saber que lá fora conta, porque esse menino e essa menina, em algum momento, vão voltar para casa. E que casa eles estão encontrando? Que família eles estão encontrando? Quais as condições dessa família? Muitos desses meninos estão já no mundo do crime, porque são vítimas dessa desigualdade.

Então, é para além dos muros da escola, mas, voltando para dentro da escola, que é o nosso debate aqui, nós precisamos desse olhar, sim, e precisamos... Não tem milagre; o senhor sabe muito bem disso, Senador. Se nós estamos falando aqui de escola para cuidar bem de quem tem, por direito... Está lá na Constituição: é educação de qualidade. Para isso, nós precisamos de financiamento. Não adianta a gente ficar fazendo muito discurso, gente! A vida real demanda orçamento; nós estamos falando de escola pública, orçamento público. Então, vamos fazer a luta para que tenhamos mais orçamento para a educação pública, valorização desses profissionais, atendimento de qualidade para os nossos meninos e meninas, porque assim nós teremos uma sociedade mais justa.

Se você define que modelo de sociedade você quer ter, e aí você oferece a educação que você quer para ter essa sociedade, não tem segredo! Como foi bem dito, é a educação que dá conta disso, e, como falava Darcy Ribeiro, crise na educação é projeto: "[...] não é uma crise; é um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

projeto", é não dar certo, porque essa sociedade não vai dar certo e alguém tem o interesse de que essa sociedade não dê certo.

Nós temos outro interesse: nós queremos uma sociedade que dê certo, sim! Queremos uma sociedade justa, sim; uma sociedade, um mundo para todos e todas, e isso se dará a partir de uma educação de qualidade para todo mundo.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Muito bem à líder Profa. Rosilene Corrêa, Secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Parabéns para todos!

Nós atingimos o nosso objetivo com esta reunião e, é claro, vamos ver o desdobramento daqui para a frente, mas, por uma questão até de justiça, eu vou dar a última fala, nem que seja de dois minutos ainda, para o nosso mentor desta audiência pública, que é o Otávio Augusto Pereira Mota.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** (Para expor.) – Senador, eu só queria, na verdade, fazer uma sugestão para a gente poder encerrar esta sessão de uma forma simbólica e respeitosa com os professores: a de nos curvarmos a eles, em respeito a toda essa trajetória e essa luta.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Excelente! Assumiu o meu lugar, presidiu e orientou o encerramento. (*Risos.*)

Vá lá, meu amigo.

**O SR. OTÁVIO AUGUSTO PEREIRA MOTA** (*Fora do microfone.*) – Vamos lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. *Fora do microfone.*) – Ele faz o gesto e nós acompanhamos. (*Pausa.*) (*Palmas.*)

**A SRA. ROSILENE CORRÊA** (*Fora do microfone.*) – Obrigada...

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Esse gesto que aqui foi falado... (*Fora do microfone.*) O próprio Imperador – como você falou, Manoel –, quando passa um professor, faz essa reverência em homenagem aos professores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS) – Está encerrada a nossa audiência pública de hoje. (*Palmas.*)

Obrigado a todos. Gratidão.

*(Iniciada às 9 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 44 minutos.)*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 33ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e doze minutos do dia dezesseis de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Teresa Leitão, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Alessandro Vieira, Plínio Valério, Ivete da Silveira, Marcelo Castro, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Arns, Wellington Fagundes, Dra. Eudócia, Paulo Paim, Humberto Costa, Laércio Oliveira, Hamilton Mourão, Damares Alves e Esperidião Amin, e ainda dos Senadores Jorge Seif e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Cid Gomes, Pedro Chaves, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Izalci Lucas. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das 29ª, 30ª, 31ª e 32ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1104, de 2023 - Terminativo -** que: "Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Resultado:** Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4812, de 2020 - Terminativo -** que: "Autoriza a criação da Universidade Federal do Nortão de Mato Grosso (UFNMT) por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)." **Autoria:** Senador Carlos Fávaro (PSD/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*ad hoc*), em substituição à Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela apresentação de indicação ao Poder Executivo. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 918, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para prorrogar o prazo para utilização dos recursos recebidos pelos entes subnacionais." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB). **Relatoria:** Senador Flávio Arns (*ad hoc*), em substituição à Senadora Jussara Lima. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, pela prejudicialidade do projeto. **Observação:** A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 884, de 2021 - Terminativo -** que: "Denomina "Travessia Urbana Juary Miranda de Moraes" o trecho da BR-364 compreendido entre o km 197,9 e o km 201, no Município de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Hamilton Mourão. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Educação e Cultura n° 39, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e celebrar o transcurso de 50 anos do ensino superior em cooperativismo no Brasil e a sua importância nos currículos da educação brasileira." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidenta e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Teresa Leitão**
Presidenta da Comissão de Educação e Cultura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/16

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Educação e Cultura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 16 de setembro de 2025.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 29ª, 30ª, 31ª e 32ª Reunião, realizadas nos dias 2, 9, 10 e 15 de setembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas.

Comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício nº 558, de 2025, da Câmara Municipal de Registro, São Paulo, encaminhando a Moção de Apoio nº 120, de 2025, que manifesta apoio à criação da Universidade do Esporte, anunciada pelo Presidente da República e em discussão no Ministério da Educação, com apoio do Ministério do Esporte.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação neste período.

Os objetivos desta Comissão.

Esta reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

Podemos, então, já dar início.

Item 1.

**ITEM 1**

**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO**

**PROJETO DE LEI Nº 1104, DE 2023**

**- Terminativo -**

**Ementa do Projeto:** *Regulamenta o contrato de pesquisador pós-graduando.*

**Autoria do Projeto:** Senador Weverton (PDT/MA)

**Relatoria:** Senador Cid Gomes

**Relatório:**

**Observações:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

*Até o momento, não foram apresentadas emendas em turno suplementar.*

A matéria está em discussão.

Esclareço que poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Não tendo sido oferecidas emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado em turno suplementar, sem votação, de acordo com o art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, para as providências cabíveis.

A discussão na reunião que aprovou foi bem interessante, com a presença inclusive dos representantes da entidade que representa os pós-graduandos, a ANPG.

Item 2.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 4812, DE 2020**

**- Terminativo -**

*Autoriza a criação da Universidade Federal do Nortão de Mato Grosso (UFNMT) por desmembramento de campus da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).*

**Autoria:** Senador Carlos Fávaro (PSD/MT)

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo

A relatoria é da Senadora Jussara.

O relatório da Senadora, que será lido *ad hoc* pelo Senador Flávio Arns, é pela conversão do projeto em indicação ao Poder Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A votação será simbólica, em virtude da conclusão do relatório pela conversão do projeto em indicação, de acordo com o art. 227-A do Regimento Interno do Senado.

Concedo a palavra, portanto, ao Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Agradeço, Sra. Presidente.

Se V. Exa. permitir, eu vou diretamente à análise.

Quanto ao mérito, não há qualquer dúvida quanto à importância da atuação de uma universidade pública, com capacidade de inserção regional, em qualquer parte do país.

A proposição sob exame está alinhada com as políticas de expansão da educação superior e suas diretrizes.

Também não se pode perder de vista que a gratuidade é um pilar da democratização do acesso e, assim, dos instrumentos cruciais para a consecução das metas em destaque.

De resto, a ampliação de vagas na educação superior gera um círculo virtuoso, cujo reflexo maior é a elevação do nível de escolarização da população em geral, a partir de oportunidades educacionais ou de estudos mais qualificados.

Nesse sentido, não poderia deixar de impactar positivamente a formação dos profissionais do ensino da educação infantil à educação superior, mas não só. A universidade também prepara pessoal para lidar com tecnologias de última geração, o que hoje é necessário em qualquer parte do país, ainda mais numa região de expansão da fronteira agrícola.

Por essas razões, a atuação plena de uma universidade, com todos os benefícios que enseja, corrobora o cumprimento do dever do Estado com a educação e o direito individual de grandes contingentes da população à educação em nível que agregue valor à sociedade e ao desenvolvimento humano no país.

No caso específico, a proposição tende a se mostrar ainda mais relevante e oportuna. Não é de hoje que os representantes da região de Sinop no Congresso Nacional assinalam a emergência da instalação de uma instituição de pesquisa autônoma no norte de Mato Grosso, com o fito de contribuir para o desenvolvimento local.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A esse respeito, cabe citar taxativamente o Projeto de Lei do Senado 603, de 2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que veiculava propósito similar ao do projeto sob exame.

Aprovado nesta Casa Legislativa e enviado à Câmara dos Deputados, onde tramitou como PL 5.157, de 2009, o projeto acabou sendo arquivado em 2011, a despeito de haver logrado, da Comissão temática de Educação da Casa revisora, a obtenção de parecer favorável ao envio ao Ministério da Educação, sob a forma de indicação.

De qualquer forma, embora não constitua exatamente uma novidade no âmbito do Parlamento nacional, a proposta remanesce oportuna. A nosso sentir, o crescimento expressivo da população e da economia da região-alvo, com as consequentes demandas por educação, tão somente corrobora uma reavaliação de oportunidade e relevância educacional da proposição.

No entanto, para adiantar esta análise e prevenir a repetição do destino dado ao PLS 603, de 2007, propomos, desde já, que seja este Projeto de Lei 4.812, de 2020, convertido em indicação ao Poder Executivo, ao amparo do art. 133, inciso V, alínea “e”, assim como do art. 227-A, inciso II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, ante a impossibilidade de saneamento do vício de iniciativa apontado. É que, além da clareza cristalina do art. 61, §1º, da Carta de 1988, quanto à reserva de iniciativa ao Presidente da República em relação às leis que disponham sobre criação de órgãos e entidades da administração pública, também a jurisprudência pátria não tem admitido o aperfeiçoamento das leis com tal vício de iniciativa, nem mesmo quando chanceladas pelo Chefe do Executivo, ou seja, para o Poder Judiciário, nem a sanção pelo detentor da legitimidade para desencadear o processo legislativo de formação dessas leis corrige a falta da iniciativa.

O caráter autorizativo do projeto, por sua vez, não contornaria o vício de constitucionalidade apontado.

A esse respeito, o próprio Senado Federal, ao aprovar o Parecer 903, de 2015, da CCJ, firmou o entendimento de que as proposições autorizativas são inconstitucionais quando "visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder" – em negrito, inclusive, esta última parte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, há de se reconhecer, ainda, que a proliferação de normas criadas em tais moldes representaria ingerência indevida e tendente a criar desorganização no Executivo, além de instabilidade no sistema de harmonia entre os Poderes da República.

Acertadamente, o próprio Poder Legislativo, no âmbito da União, tem evitado ultimar o processo legislativo, com a possibilidade de envio de projetos que veiculem matérias da espécie de que se cuida à sanção da Presidência da República. Ao assim proceder, bem procede, porque, conforme dito, a sanção presidencial não afasta o vício de inconstitucionalidade.

Entretanto, talvez a grande inovação, agora espelhada nos regimentos das duas Casas do Congresso Nacional, seja a criação de alternativas para dar vazão à preocupação dos respectivos membros, por meio da figura da indicação que lançamos em nosso voto ao final.

O voto, portanto, do relatório da Senadora Jussara Lima, que eu estou tendo o prazer de ler como Relator *ad hoc*: em vista do exposto, o voto é pela conversão do Projeto de Lei nº 4.812, de 2020, em indicação ao Poder Executivo, nos termos do art. 227-A, inciso II, combinado com o art. 133, inciso V, alínea "c", ambos do Regimento Interno do Senado Federal.

É o voto, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador Flávio Arns.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir a matéria, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Segue para as devidas providências.

Passa a constituir a indicação ao Poder Executivo, na forma do art. 224 e do art. 227 do Regimento Interno, sendo encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa Diretora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora ao item 3 da pauta.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 918, DE 2021**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, para prorrogar o prazo para utilização dos recursos recebidos pelos entes subnacionais.*

**Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)

**Relatoria:** Senador Flávio Arns

**Relatório:** Pela prejudicialidade

A relatoria é da Senadora Jussara Lima.

A matéria será apreciada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Relator *ad hoc*, Senador Flávio Arns, para a leitura do seu relatório.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Como Relator.) – Passo também, Sra. Presidente, diretamente à análise.

Sintetizando a análise, a parte legal está de acordo com o Regimento Interno do Senado Federal; a constitucionalidade formal do projeto se encontra reconhecida; também quanto ao atendimento aos requisitos constitucionais formais e à juridicidade, e a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional.

Passo ao mérito.

No que concerne ao mérito, embora reconheçamos a importância ímpar do projeto, consideramos que está prejudicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O objeto do PL é a chamada Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017, de 2020), que disponibilizou mais de R$3 bilhões para a realização de ações emergenciais destinadas ao setor cultural, em decorrência dos efeitos econômicos e sociais da pandemia de covid-19.

A proposição inclui o art. 14-B na referida norma, com o objetivo de autorizar que os recursos repassados aos entes subnacionais que não tenham sido empenhados nem inscritos em restos a pagar pelo ente responsável, durante o exercício de 2020, possam ser programados por esses entes ao longo do exercício de 2021.

Além disso, pretende estabelecer que, caso os municípios não realizem a programação dos recursos recebidos pelos estados dentro do prazo estabelecido pela norma, caberá aos próprios estados efetuar essa programação no exercício de 2021.

Cabe destacar, entretanto, que as medidas previstas no PL em questão já foram incorporadas, de maneira mais abrangente, à Lei Aldir Blanc, por meio da Lei nº 14.150, de 12 de maio de 2021.

Essa norma autorizou, por exemplo, que os estados, o Distrito Federal e os municípios utilizassem, até 31 de dezembro de 2021, os saldos remanescentes das contas específicas criadas para o recebimento e a gestão dos recursos transferidos pela União, desde que destinados à execução das ações emergenciais previstas no art. 2º da referida Lei.

Além disso, permitiu que os estados repassassem aos respectivos municípios os valores decorrentes da reversão de recursos não utilizados ou não solicitados no prazo legal.

Por fim, estabeleceu que, encerrado o exercício de 2021, os saldos não utilizados deveriam ser restituídos à conta única do Tesouro Nacional até 10 de janeiro de 2022, por meio de Guia de Recolhimento da União eletrônica.

Dessa forma, entendemos que o PL 918, de 2021, perdeu o seu objeto.

E o voto da Senadora Jussara Lima, eu novamente como Relator *ad hoc*: ante o exposto, o voto é pela prejudicialidade do Projeto de Lei 918, de 2021, pelas razões externadas no relatório e que estão bastante claras.

Parabenizo, inclusive, a Senadora Jussara Lima pelo relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A matéria está em discussão. Inclusive, o tempo... O calendário não ajuda na boa vontade que a gente poderia ter com os estados.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É...

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela prejudicabilidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos agora para o item 4 da nossa pauta.

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 884, DE 2021**

**- Terminativo -**

*Denomina "Travessia Urbana Juary Miranda de Moraes" o trecho da BR-364 compreendido entre o km 197,9 e o km 201, no Município de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

**Relatoria:** Senador Hamilton Mourão

**Relatório:** Pela aprovação

O relatório é pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Senador Hamilton Mourão para leitura do seu relatório.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Como Relator.) – Presidente, solicito autorização para ir direto à análise.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Pois não.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Nos termos do disposto no inciso II do art. 102 do Regimento Interno do nosso Senado, é de competência desta Comissão opinar sobre proposições que versem sobre homenagens cívicas.

Em razão do caráter exclusivo do exame desta matéria, compete subsidiariamente ao nosso Colegiado substituir a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e aí também se pronunciar também acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos e, em especial, no que diz respeito às técnicas legislativa e regimental da proposição.

Em relação à constitucionalidade formal do projeto, não temos nenhuma ressalva, porque cumpre exclusivamente as competências previstas na nossa Carta Magna.

Além dos requisitos constitucionais formais, também os requisitos materiais, uma vez que não há vícios na proposição.

Quero destacar ainda que a atribuição de nomes a infraestruturas do sistema federal de viação é regulada pela Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, a lei que dispõe sobre denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação.

Quanto à juridicidade, a proposta está de acordo com os preceitos da mencionada lei, especialmente no seu art. 2º, onde as homenagens devem ser para um fato histórico ou o nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à nação ou à humanidade.

A iniciativa também tem respaldo da Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, que trata da denominação de logradouros, obras, serviços e monumentos públicos.

Quanto ao mérito, a proposição é digna de aprovação, porque Juary Miranda de Moraes, nascido em Poxoréu, no Estado de Mato Grosso, em 7 de outubro de 1956, optou por estabelecer-se no Município de Rondonópolis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O homenageado, inicialmente, destacou-se na atividade esportiva, fazendo parte do União Esporte Clube, que é um time tradicional daquela cidade do nosso Estado de Mato Grosso. Era um excelente atacante, goleador e tem um destaque na vida dele: não sei se o Senador Flávio Arns é vascaíno, mas ele se destaca por ter marcado um gol contra o Vasco, que era um time poderoso – não é o Vasco de hoje –, era um time poderoso naquela época (*Risos.*),... no início dos anos 80.

Posteriormente, o...

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Eu só queria fazer uma objeção aqui: o Vasco de hoje – não sou vascaíno também – está se esforçando. (*Risos.*)

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Está se esforçando.

Posteriormente, Juary se dedicou à iniciativa privada, trabalhando na área de combustíveis, se formou em advocacia e iniciou a sua carreira política, tendo três mandatos como Vereador no Município de Rondonópolis, sendo que presidiu o Legislativo daquele município. Sua atuação parlamentar foi marcada por uma acentuada sensibilidade às demandas da comunidade, em especial aquelas de natureza social, evidenciando seu compromisso inabalável com o bem-estar dos cidadãos.

Lamentavelmente, ele veio a falecer aos 65 anos de idade – menos do que isso, aos 64 –, em janeiro de 2021, fruto da pandemia da covid-19.

Seu legado é reconhecido por todos, como um ser humano de simplicidade, generosidade, que sempre esteve empenhado no bem comum.

Por isso, Sra. Presidente, Senador Flávio Arns, pelo profissionalismo exemplar, pela dedicação à comunidade e por seu amor incondicional à cidade adotiva, nós consideramos ser justa e merecida a homenagem proposta pelo Senador Wellington Fagundes.

Assim, o nosso voto é pela aprovação do PL nº 884, de 2021.

Este é o relatório, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria está em discussão.

Com a palavra o Senador Flávio Arns, para a discussão.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero, em primeiro lugar, dizer que concordo inteiramente com o relatório, com a homenagem que está sendo prestada.

Eu só queria fazer uma observação complementar em relação ao Vasco, por que ele está se esforçando: porque foi para a semifinal da Copa do Brasil e está, assim, num caminho bom para sair da zona de rebaixamento. E tem uma outra situação, sabe, Senadora Teresa Leitão? O Fernando Diniz, que é o técnico do Vasco, foi jogador do Paraná Clube, que é o time para o qual eu torço. Então, quando eu digo que não torço para outro, é porque o meu já sumiu... Acabaram as letrinhas, A, B, C, D (*Risos.*), não tem mais letrinha alguma para o meu time lá participar, mas espero que se recupere, como paranista. Ele depois foi técnico do Paraná e agora também é técnico do Vasco. E fez o gol no Vasco a pessoa que está sendo homenageada, então, nada melhor.

E eu, enquanto Deputado, inclusive, fui colega do Eurico Miranda, que foi Presidente do Vasco. (*Risos.*) Nós éramos da mesma Comissão. Então, falamos muito do Vasco. E não posso falar mal do Vasco, porque a minha assessoria está aqui, o Diogo e o César, são todos vascaínos.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É por isso que eu falei aqui e... (*Risos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Então, a homenagem é mais do que legítima, justa, importante, principalmente pelo espírito, como foi relatado no relatório, de uma pessoa que merece ser homenageada.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – A alegria do Vasco é o meu time, o Sport do Recife, que é lanterninha da zona de rebaixamento. (*Risos.*) Aí dá alegria ao Vasco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É o Leão, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É o Leão, o Leão do Norte, mas não deixa de rugir, não, viu?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – O Leão vai se recuperar.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Vai, vai se recuperar, é uma fênix. (*Risos.*)

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 884, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores já podem votar, enquanto a gente vê o último item de pauta, que é um requerimento.

Solicito que abram o painel, enquanto vamos para o último item.

(*Procede-se à votação.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Quem vota com o relatório vota "sim".

**ITEM 5**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA Nº 39, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e celebrar o transcurso de 50 anos do ensino superior em cooperativismo no Brasil e a sua importância nos currículos da educação brasileira.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

A Senadora está ausente.

Eu vou ler o requerimento, já também manifestando o apoiamento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater e celebrar o transcurso de 50 anos do ensino superior em cooperativismo no Brasil e a sua importância nos currículos da educação brasileira.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); representante Ministério da Educação; representante Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); o Sr. Gabriel Murad Velloso Ferreira, pesquisador da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); a Sra. Eliene Gomes dos Anjos, pesquisadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); o Sr. Alair Ferreira de Freitas, pesquisador da Universidade Federal de Viçosa (UFV); o Sr. Vilmar Rodrigues Moreira, pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); e a Sra. Paola Richter Londero, pesquisadora da Escola Superior do Cooperativismo.

A justificativa da Senadora se baseia na importância de celebrar os 50 anos do ensino superior em cooperativismo no Brasil, um marco histórico iniciado com a criação do curso de Cooperativismo da Universidade Federal de Viçosa, em 1975. Essa iniciativa pioneira estabeleceu as bases para a formação acadêmica na área e influenciou a criação de outros cursos no país, consolidando o ensino do cooperativismo como um eixo estruturante para o desenvolvimento.

O debate sobre a importância do ensino do cooperativismo nos currículos da educação brasileira ganha especial destaque em 2025, ano oficialmente declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional das Cooperativas. Com o tema “Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”, a iniciativa internacional reforça a relevância do modelo cooperativista como uma alternativa viável e transformadora diante dos desafios sociais, econômicos e ambientais contemporâneos.

Inserir os princípios e valores do cooperativismo nos diferentes níveis da educação é essencial para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para atuar de forma cooperativa em suas comunidades e no mercado de trabalho. Embora o Brasil conte com mais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

25 milhões de cooperados distribuídos em cerca de 4,3 mil cooperativas que atuam em diversos ramos da economia, ainda há um grande potencial a ser explorado por meio da educação. O ensino do cooperativismo pode ampliar o entendimento da juventude sobre alternativas econômicas baseadas na cooperação e no desenvolvimento local, fortalecendo o papel das cooperativas como agentes de transformação social e econômica em todo o território nacional.

Diante dessa importância, propomos a realização da audiência aqui já descrita para aprofundar a discussão sobre o ensino do cooperativismo. Trata-se de uma iniciativa importante para aproximar o sistema nacional de modelos econômicos mais inclusivos, participativos e alinhados com as necessidades do nosso tempo.

Contamos com o apoio dos nobres pares desta Comissão.

O requerimento está em discussão.

Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero, em primeiro lugar, Sra. Presidente, concordar com o requerimento, com a homenagem.

E, na verdade, eu sempre uso uma expressão que o Brasil deveria ser uma grande cooperativa. Se o Brasil fosse uma grande cooperativa, muitas coisas dariam muito certo, porque é a união de pessoas em função de um objetivo comum, essas pessoas se apoiando, recebendo assistência, orientação, qualificação, subsídios.

Eu cito como exemplo as cooperativas do Paraná, a Ocepar. Qualquer candidato a Presidente da República, quando fala de cooperativas, vai lá para o Paraná, porque o Paraná, sem dúvida, junto com outras situações nessa área, junto com outros estados, nessa área, é referência para o Brasil.

Eu considero muito importante que haja uma audiência pública para que isso possa, inclusive, ser enaltecido, aqui na Comissão, e para se pensar nos desafios que o sistema cooperativista tem. Inclusive, eu tenho um projeto de lei em relação a Maringá, que está em tramitação, que é justamente o município praticamente referência no cooperativismo do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu só colocaria depois também, porque tem muita coisa também... A OCB está representada, e penso que o Paraná, dentro do que a OCB vem trazer, também possa contribuir com o debate que vai acontecer. Há bastante das universidades... São os 50 anos do ensino superior em cooperativismo no Brasil e sua importância nos currículos da educação brasileira.

Até na educação básica, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná, junto com a Ocepar, tem o programa Agrinho, que é justamente o envolvimento das crianças e dos adolescentes da educação básica nos grandes objetivos da discussão do cooperativismo.

Acho muito bom...

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – E a PUC Paraná está listada como convidada.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – A PUC Paraná.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – É. A PUC Paraná.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – É, está na lista aqui. Eu só quero, inclusive, dizer que eu fui aluno da PUC, fui professor da PUC, meu pai foi, durante 12 anos, Reitor da PUC Paraná. Então, eu... (*Risos.*)

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Detalhe...

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Um pequeno detalhe para contemplá-lo neste convite.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Que bom. Então, está bom.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – Muito bem. Encerrada... (*Pausa.*)

Encerrada a discussão em relação ao requerimento. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O requerimento foi aprovado.

Nós vamos, juntamente com a Senadora Dorinha, ajustar a data de realização da referida audiência pública.

Registramos a presença da Senadora Ivete da Silveira. Vamos esperar que ela se acomode para poder votar.

Chegou na hora do voto.

**A SRA. IVETE DA SILVEIRA** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Ainda bem que cheguei na hora!

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O seu voto vai ser o determinante, só falta ele. Bom dia, Senadora. Seja bem-vinda.

O que está em votação é a denominação de um trecho da Rodovia 364, no Município de Rondonópolis, passando a ser denominado Travessia Urbana Juary Miranda de Moraes. O Senador Hamilton já leu o relatório. Nós estamos na coleta de votos, porque ele é um projeto terminativo. (*Pausa.*)

Com o voto decisivo da Senadora Ivete da Silveira, completamos o quórum necessário para aprovação do projeto.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de... (*Pausa.*)

Falta declarar o resultado, desculpem.

(*Procede-se à apuração.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Teresa Leitão. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - PE) – O projeto foi aprovado: 10 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Aprovado, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 884, de 2021.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

Agradeço a presença de todos e de todas. E tenham uma boa semana de trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Iniciada às 10 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e cinco minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Dr. Hiran, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcio Bittar, Pedro Chaves, Mara Gabrilli, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Teresa Leitão, Laércio Oliveira e Damares Alves, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Wilder Morais, Sérgio Petecão, Professora Dorinha Seabra, Ciro Nogueira, Hamilton Mourão e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Soraya Thronicke, Styvenson Valentim, Cid Gomes, Eduardo Girão, Ana Paula Lobato e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Fiscalização e Controle n° 2, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Proposta de Fiscalização e Controle para apurar possíveis irregularidades administrativas, financeiras, operacionais e institucionais no âmbito da gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos" **Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório prévio pela admissibilidade e aprovação da matéria na forma do Plano de Execução proposto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 2833, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera as Leis nºs 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 9.491, de 9 de setembro de 1997, e 13.303, de 30 de junho de 2016, para acrescentar a previsão de índices de produtividade, metas físicas e financeiras, políticas e práticas de governança corporativa, padrões mínimos de investimento, além de sanções no caso de seu descumprimento, na gestão das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias, nos contratos de concessão de serviços públicos e nas privatizações." **Autoria:** Senador Julio Ventura (PDT/CE). **Relatoria:** Senador Rogerio Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1316, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a implementação de Programa de Integridade em organizações da sociedade civil de interesse público, organizações sociais e demais organizações da sociedade civil definidas no inciso I do art. 2º da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que celebrem contrato, convênio ou instrumentos congêneres com as Administrações Públicas diretas, indiretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dá outras providências." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Sergio Moro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 6032, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que a comunicação de descredenciamento e de substituição de prestador de serviço de saúde ao consumidor seja efetuada de modo individualizado." **Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO). **Relatoria:** Senador Pedro Chaves (*Ad hoc*), substituiu Senador Cleitinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o projeto por unanimidade. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 6122, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o direito do consumidor à informação na hipótese de redução da quantidade ou peso de produto embalado." **Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). **Relatoria:** Senador Sergio Moro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Dr. Hiran**
Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

Declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico que foi publicada na pauta uma listagem de documentos recebidos na Comissão que estarão disponíveis em sua página, por um prazo de 15 dias.

Não havendo manifestação, serão arquivados nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 2, de 2019.

Passamos à pauta.

Primeiro item.

**ITEM 1**

**PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº 2, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Proposta de Fiscalização e Controle para apurar possíveis irregularidades administrativas, financeiras, operacionais e institucionais no âmbito da gestão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos*

**Autoria:** Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

**Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*- Na reunião de 16/07/2025, foi lido o relatório e concedida vista coletiva à matéria.*

Saliento a todos e a todas que o relatório já foi lido na reunião do dia 16 de julho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório está aprovado.

Você quer fazer alguma manifestação, Senador Flávio?

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Bom dia, Presidente! Bom dia a todos!

Quero agradecer a aprovação unânime desse pedido de fiscalização sobre os Correios. São gravíssimas as denúncias apontadas. Todo o planejamento para a coleta de informações, oitiva de pessoas importantes dentro da instituição dos Correios, a oitiva de servidores e até possíveis visitas *in loco* eu acredito que vão consubstanciar, Presidente Hiran, um relatório que seja fidedigno a toda a suspeita que recai sobre os desvios bilionários e os crimes cometidos contra diversas pessoas dentro da própria instituição dos Correios.

Em função disso, meu Presidente, com esse requerimento aprovado, nós vamos enviar os ofícios, tomar as providências que estão aprovadas pela Comissão para que o mais rápido possível possamos ter as respostas.

Obrigado.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

Questão de ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, querido amigo Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu tinha uma questão de ordem sobre essa questão. O senhor abriu a... Já votou?

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já votou, já fui aprovado. É o seguinte: o nosso relatório, Senador Rogério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu vou encaminhar para a Mesa, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Já lhe passo a palavra, meu querido amigo.

Nós havíamos lido o relatório na reunião do dia 16 de julho de... quando nós ficamos de pautar a aprovação dessa proposta de fiscalização. Abrimos, e aprovamos agora o relatório prévio, pela admissibilidade da matéria, de forma que, se V. Exa. quiser fazer alguma consideração...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Farei diretamente à Mesa Diretora do Senado Federal, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, pois não.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Sabe por quê, Presidente? Porque...

Eu vim correndo...

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, fique tranquilo. Eu lhe dou tempo para o senhor descansar um pouco.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – V. Exa. abriu e, sumariamente, botou em votação, sem que a gente tivesse o direito de se manifestar, numa manobra clara...

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, não, não... Não, por favor. Não, por favor.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Deixe-me falar, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não, por favor.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu vou falar. Eu vou falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você vai falar, eu vou deixar você falar quanto tempo você quiser. Eu estou deixando você se acalmar para você ter tempo para falar com calma.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu estou calmo. Eu só estou...

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Cansado.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu vim correndo, porque a sessão abriu, e foi o tempo de chegar aqui... O senhor colocou em votação, aprovou, sem dar o direito, antes da votação, de a gente se manifestar. Isso é uma manobra clara de atropelar o processo para não ter debate, como tudo que representa o que vocês representam: o 8 de janeiro, a tentativa das urnas, a busca para anistia para quem cometeu o crime... Ou seja, isso, Presidente, é uma vergonha para o Congresso Nacional e para o Senado da República. Portanto...

Eu não tenho mais o que discutir, o senhor já aprovou. Eu vou encaminhar uma questão de ordem à Mesa Diretora do Senado, levantando todas as inconsistências que tem nessa proposta de fiscalização, porque extrapola, entra em empresas privadas, que não é competência desta Comissão. Não é uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é uma Comissão que tem por obrigação fazer a fiscalização de órgãos da administração direta e indireta, não pode extrapolar – para cada convocação, tem que ter um requerimento específico. E aqui tem uma construção total, ampla e de indefinição dos requerimentos, que devem ser aprovados individualmente.

Portanto, eu vou encaminhar à Presidência da Mesa, à Presidência do Senado Federal, uma consideração sobre o extrapolamento dessas competências que estão aqui propostas nessa proposta de fiscalização feita pela CTFC aprovada, sem que a gente tivesse o direito de se manifestar.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Presidente, para falar sobre o tema.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Pois não, Senador Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Eu fui o Relator da matéria. Essa matéria já veio à pauta algumas semanas atrás, foi lido todo o meu parecer, foi concedida a vista ao Senador Rogério Carvalho, que teve toda a tranquilidade, todo o tempo para analisar, já houve uma sessão intermediária em que eu, inclusive, perguntei a V. Exa. se não incluiria extrapauta e V. Exa. falou para mim: "Não, Senador Flávio, nós vamos incluir numa sessão normal, porque nós queremos que haja o debate, que exista o debate". Aí, hoje, com a sessão marcada para as 11h da manhã – e V. Exa. nem começou às 11h, começou às 11h e alguma coisa...

Estávamos tranquilamente aqui conversando na antessala, com o quórum já regimental completamente estabelecido, o senhor leu com bastante calma, colocou em votação, e não havia ninguém para discutir aqui.

Então, se V. Exa. quisesse discutir, chegasse antes. Cumpra o horário.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu cumpri o horário, Senador.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Cumpra o horário, porque o direito não socorre quem dorme – uma máxima muito consolidada nesse sentido.

Então, o que tem para fazer agora, Presidente, é que eu vou tomar as providências, vou seguir o planejamento que está nesse relatório, e o Senador tem todo o direito de apelar para onde ele quiser.

É mais um lamento, porque você vê o tom de desespero com que ele tem que partir para tratar de assuntos que não têm absolutamente nada a ver com a matéria. Parece quererem esconder a grande corrupção que existe, pelo que se aparenta, nos Correios, uma corrupção bilionária. Deveria ser interesse, inclusive, do Governo querer fiscalizar, querer saber as respostas, o que os órgãos vão falar, o que as pessoas vão falar. Inclusive, já teve troca no comando dos Correios após as denúncias, quer dizer, está se escondendo alguma coisa? Os Correios, uma instituição que no Governo passado dava superávit e que hoje está dando prejuízo bilionário, quer dizer, alguma coisa está acontecendo, e é preciso que nós, como uma Comissão fiscalizadora de instituições do Poder Executivo, façamos o nosso trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu deixei você falar. Eu vou...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Mas eu fui citado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Mas eu vou voltar a palavra a V. Exa., pode ficar tranquilo.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O.k. Eu estou tranquilo, já descansei

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu tenho tempo.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – É que eu vim correndo, até que eu estou achando que eu estou bem fisicamente, porque eu vim correndo do meu gabinete até aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Você está bem, você está elegante, graças a Deus

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Mas é que 11... Agora são 11h10, eu cheguei aqui 11h07, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou lhe retornar a palavra, mas eu só queria fazer uma consideração a respeito do que você falou antes da questão de ordem levantada pelo Senador Flávio Bolsonaro.

Desde quarta-feira passada... Eu sou muito prudente, eu sou muito cuidadoso. Desde quarta-feira passada, essa pauta está no sistema da nossa Comissão. Como o Senador Flávio falou, até me cobraram se eu não queria colocar extrapauta em outras reuniões. Eu, com muito cuidado, para assegurar o direito de quem pensa distintamente ou de quem pediu vista, de quem solicitou alguma avaliação em relação à matéria, eu marquei com antecedência, cheguei aqui um pouquinho atrasado, e eu abri para discussão. Não houve quem quisesse discutir, abri para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votação, não houve nenhuma votação em contrário, de forma que o relatório está aprovado, a proposta está aprovada.

Senador, eu acho que isso aqui denota, desta Comissão, um cuidado com instituições que são patrimônio para o Brasil, como os Correios.

Eu estava agora mesmo numa reunião no meu gabinete, onde vários prestadores de serviços do Postalis estão reclamando que o plano de saúde não está pagando os serviços, tem um atraso gigantesco – agora, saindo do meu gabinete. Tem colegas médicos, donos de empresas me cobrando isso, para que a gente faça alguma coisa. Enfim, os Correios são um patrimônio, é incompreensível que ele passe por uma situação tão difícil. Eu acho que aqui a Comissão está zelando por esse patrimônio do povo brasileiro, e V. Exa., com o cuidado que tem e pela história que tem, eu tenho certeza de que também está preocupado com isso.

Vou voltar a V. Exa. a palavra, mas eu queria só manifestar aqui...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Está bom, está certo.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu acho que...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu estou com a palavra?

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Aliás, nós somos médicos. Eu fico surpreso. Você sempre foi um homem muito tranquilo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Eu vou voltar a palavra a V. Exa. Pode falar, eu estou com tempo. Fique à vontade. Estou aqui à vontade. Nós temos alguns itens da pauta para aprovar e deliberar, mas eu vou dar todo o tempo necessário para V. Exa. se manifestar

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero dizer que, se houvesse essa disposição para o debate, não teria problema a gente fazê-lo antes de, sumariamente, ter colocado em votação e votado. Essa foi uma manobra, e é legítimo da parte de V. Exa. fazer isso, o senhor tem o poder, o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode fazer isso, mas, politicamente, demonstra uma fragilidade, que é não querer enfrentar o debate, como não quiseram enfrentar o debate das urnas, foram diretamente questionar as urnas eletrônicas, foram diretamente organizar um golpe e hoje, ontem e hoje, tem um julgamento de uma tentativa de golpe no nosso país porque não aceita fazer o debate.

Então, o que nós vimos aqui hoje foi uma manobra para poder aprovar de forma açodada... E não é açodada porque teve uma, duas, três reuniões; é porque não deu espaço para o contraditório na hora do debate da votação final. O senhor falou, o senhor abriu, fechou. Dentro de sete minutos, certo?, o senhor colocou em votação a questão mais importante da pauta, que foi essa proposta.

E mais: eu acho importante que seja feita uma fiscalização externa, mas que pegasse a dos últimos cinco anos, a dos últimos seis anos. Pegou a dos últimos dois anos, três anos. Não tem problema. Mas mesmo que fosse essa a proposta de fiscalização externa, que a gente pudesse seguir a questão regimental.

Então, o que eu vou fazer, Sr. Presidente, é encaminhar para a Presidência do Senado as questões relacionadas ao descumprimento do Regimento Interno do Senado Federal sobre a extrapolação das competências desta Comissão, para que a gente possa colocar a investigação, a proposta de fiscalização dentro do que rege o regulamento do Senado, que eu iria levantar aqui.

O senhor poderia ter a oportunidade de dizer que não acolheria a questão de ordem, mas o senhor fechou antes de me dar essa oportunidade. Eu só tenho um recurso: ir à Mesa Diretora do Senado para questionar a forma como foi... Não a forma como foi aprovado, porque isso está dentro, mas o conteúdo daquilo que está sendo aprovado, que extrapola e fere o Regimento Interno do Senado Federal.

É isso que eu tenho a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Antes de passar a palavra, pela ordem, ao Senador Flávio, eu queria deixar bem claro a V. Exa. que eu não cerceei direito de ninguém, muito menos de V. Exa. O senhor chegou atrasado na reunião, só isso. Então,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não há que se discutir. Eu não... Eu não posso, eu não posso abrir a discussão para quem não está aqui.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Eu estava... Estou aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Agora...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Mas eu estou em Brasília, Presidente. Eu não estou nem remotamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nem eu.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu estou aqui em Brasília. Eu estava no meu gabinete. Quando abriu, eu vim correndo para cá. Abriu a sessão, eu vim correndo, e, quando eu cheguei aqui, já tinha sido votado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rogério Carvalho, nós temos amizade e respeito.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – O senhor acha que isso é normal? Eu respeito V. Exa., eu respeito o que o senhor fez, agora, não concordo.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Veja bem, se o senhor houvesse me ligado, dizendo: "Eu estou indo, eu estou indo para aí"... Ninguém me avisou. Nenhum assessor seu me avisou que o senhor estava vindo para cá, ninguém. O senhor tem assessor, o senhor tem telefone, o senhor tem celular.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu saí do meu gabinete 11h01...

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor fala comigo... Nós temos, nós...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu tenho uma televisão lá para ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Nós combinamos coisas aqui, reuniões, estamos sempre na hora, eu e você, debatemos. Sempre o senhor é muito atencioso. Ninguém, ninguém...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Eu fico muito triste com isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – ... me avisou que o senhor viria para cá.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Fiquei muito triste com V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Não. Você não tem o direito de ficar triste comigo.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Claro que tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O senhor vai ficar triste porque o senhor quer. É direito do senhor ficar triste. Eu não quero que o senhor fique triste. Agora, eu quero que o senhor seja honesto a ponto de dizer: "Eu não estava aqui na hora em que eu deveria estar", só isso.

Então, vou passar a palavra pela ordem...

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Às 11h02, Presidente, eu saí do meu gabinete, 11h02.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Flávio, por favor.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Cheguei aqui às 11h05, Sr. Presidente, já tinha sido votado.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – A falta de honestidade intelectual parece que é perfil – não é? – de alguns segmentos da política, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se fosse uma matéria tão importante assim para o Governo, não chegaria cinco minutos atrasado, chegaria cinco minutos antes. A sessão está marcada, publicada em diário oficial para começar às 11h. Eu sou testemunha de V. Exa., aqui, de que não teve atropelamento absolutamente de nada no Regimento Interno.

E mais: foi concedida vista ao Senador Rogério Carvalho, que devolveu sem emenda, devolveu sem uma sugestão de alteração, devolveu do jeito que foi. Quer dizer, não tem nem como querer discutir que não teve o direito de defender, de alterar, de dar sugestões, de nada, de nada, de nada.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. *Fora do microfone*.) – O senhor não é Senador ou Deputado...

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vai querer descontar na assessoria agora, Senador?

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, é porque ele não pode estar falando aqui atrás de mim.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele está conversando com uma pessoa do lado ali.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Mas ele não pode estar falando aqui.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está bom.

Então, Presidente, eu sou testemunha de V. Exa. Eu entendo ali a preocupação, parece que está querendo esconder alguma coisa ali nos Correios, né? A gente vai descobrir. Mas, vá, sim, apresente o recurso infundado que queira apresentar, mas só quero ser testemunha de que V. Exa. não teve açodamento nenhum, cumpriu o Regimento, cumpriu as regras.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente, eu trouxe aqui para falar hoje.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu posso falar ou o senhor vai ficar me interrompendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Desculpe, Senador Flávio.

**O SR. FLÁVIO BOLSONARO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado. Obrigado.

Então, Presidente, é só para dar esse testemunho aqui e ficar, com relação a isso é muito tranquilo. As respostas virão dos ofícios que serão enviados, dos requerimentos, das pessoas que nós vamos ouvir. As audiências serão públicas, como as visitas a unidades dos Correios para checar se há agências fantasmas ou não recebendo dinheiro por parte dos Correios. Todos estão convidados para irem junto nas visitas inopinadas. Então, tem muito trabalho a ser feito, como o senhor falou, para zelar por um patrimônio do Brasil, como são os Correios.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Flávio.

Passo, em seguida, ao próximo item da pauta, o item 4.

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 6032, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que a comunicação de descredenciamento e de substituição de prestador de serviço de saúde ao consumidor seja efetuada de modo individualizado.*

**Autoria:** Senador Wilder Morais (PL/GO)

**Relatoria:** Senador Pedro Chaves

**Relatório:** Pela aprovação

Esse projeto é de autoria do Senador Wilder Morais, tem como relatoria o Senador Cleitinho e será relatado hoje pelo nosso querido Senador Pedro Chaves, como Relator *ad hoc*.

Com a palavra, o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PEDRO CHAVES** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - GO. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei nº 6.032, de 2023, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para determinar que a comunicação de descredenciamento e de substituição de prestador de serviço de saúde ao consumidor seja efetuada de modo individualizado.

O art. 1º do projeto de lei acrescenta os §§5º e 6º ao art. 17 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. O §5º prevê que a comunicação de descredenciamento ou de substituição de prestador de serviço de saúde será efetuada de modo individualizado, por meio de canal de comunicação eletrônico indicado pelo consumidor. O §6º estabelece que, na ausência de indicação de canal de comunicação eletrônico por parte do consumidor, a operadora adotará meio de comunicação individual que permita a comprovação do recebimento da mensagem pelo destinatário.

O art. 2º do projeto de lei prevê que a lei que resultar da aprovação da proposição entrará em vigor 180 dias após a data da sua publicação.

Na justificação, o autor alega que "o descredenciamento de hospital ou outro prestador de serviço da rede de atendimento de uma operadora de planos de saúde é motivo frequente de insatisfação dos consumidores, o que amiúde resulta em demandas judiciais".

A matéria foi distribuída à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Vamos à análise, Sr. Presidente.

No que tange aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa, não vislumbramos óbices ou inconformidades que impeçam a aprovação da matéria. Conforme inciso III do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre assuntos referentes à defesa do consumidor.

Quanto à constitucionalidade, a matéria é de competência legislativa concorrente da União, estados e Distrito Federal, nos termos dos incisos V e VIII do art. 24 da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, sendo legítima a iniciativa Parlamentar, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, o projeto possui os atributos de novidade, abstração, generalidade e potencial coercibilidade, sendo compatível com o ordenamento jurídico vigente.

No tocante à regimentalidade, a proposição está escrita nos termos concisos e claros, dividida em artigos, encimada por ementa e acompanhada de justificação escrita, tudo em conformidade com os arts. 236 a 238 do Regimento Interno do Senado Federal, além de ter sido distribuída à Comissão competente, conforme citado.

Relativamente à técnica legislativa, a proposição observa as regras da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. No tocante ao mérito da proposta legislativa, ela aperfeiçoa os dispositivos protetivos do consumidor.

Muitas vezes o consumidor é surpreendido com o descredenciamento ou a substituição do prestador de serviço de saúde no qual ele tem confiança e costuma receber o tratamento de saúde que ele já conhece e considera adequado para as suas necessidades. O descredenciamento ou a substituição do profissional de saúde de forma repentina, portanto, causa problemas ao consumidor e a descontinuidade na prestação do serviço de saúde da forma como ele está acostumado.

Desta forma, não sendo razoável obrigar a permanência dos profissionais do plano de saúde, o projeto de lei em exame acerta ao exigir que a informação sobre o descredenciamento ou a substituição do prestador de serviço seja objeto de comunicação de forma individualizada ao consumidor. Para tanto, o consumidor deverá indicar por qual canal de comunicação eletrônica ele deverá ser devidamente comunicado, devendo manter em contrapartida os seus dados atualizados perante o fornecedor de plano de saúde responsável pela prestação da informação. Caso o consumidor não indique a melhor forma de receber a comunicação eletrônica de maneira individualizada, a obrigação do fornecedor permanecerá incólume, e ele terá que adotar um meio de comunicação à sua escolha que permita comprovar o recebimento da mensagem pelo consumidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desta forma, não encontramos óbice à aprovação da matéria.

Vamos ao voto, Sr. Presidente.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.032, de 2023.

Este é o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Obrigado, Senador Pedro Chaves.

Em discussão. A matéria está em discussão.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rogério Carvalho.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Para discutir.) – Como eu tenho o direito à palavra, inclusive para tratar da matéria, eu quero cumprimentar o Senador Pedro Chaves, dizer que nós vamos votar favoráveis à matéria.

Mas quero aproveitar, Presidente, para reafirmar a nossa indignação com a forma como foi conduzida a votação anterior. Fica aqui a minha opinião de que a forma de como foi conduzida foi excessiva, truculenta e desrespeita os colegas que participam desta Casa e que têm o papel de parlar, de discutir, de debater temas de interesse do país.

Os Correios é de interesse do Brasil, mas não pode ser atacado como foram atacadas várias empresas estatais e que depois tiveram um fim trágico: a privatização, a venda na bacia das almas, como fizeram com a Eletrobras, com a BR Distribuidora, com tantas empresas estatais, no Governo passado.

Portanto, Sr. Presidente, eu quero dizer que nós vamos questionar a forma como foi conduzida a votação, mas, principalmente, o descumprimento das questões regimentais e a forma como foi aprovada essa pseudo CPI que V. Exa. tenta implementar ou transformar a CTFC, sem ter a assinatura de Senadores, sem ter definição de um fato determinado para criar uma CPI sem a autorização dos Parlamentares, Senadores desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto é um golpe que V. Exa. está dando no Parlamento, e isso não vai ficar gratuito, porque nós vamos levar essa questão ao Plenário do Senado.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Senador Rogério, eu achei que o senhor queria discutir o relatório do nosso querido Senador Pedro Chaves, mas, como acredito que não queira ninguém mais discutir a matéria, está encerrada a discussão.

A votação é nominal.

Em votação o projeto nos termos do relatório.

Os senhores e senhoras já podem votar no nosso sistema eletrônico.

Está iniciada a votação.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – Bom, senhores e senhoras, o item 5.

É um item de autoria da Senadora Professora Dorinha e é relatado pelo Senador Sergio Moro. Ele propõe alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Aliás, ele vai ser retirado de pauta, porque o Senador Sergio Moro não está presente.

Mas queria lembrar a V. Exas. que, no dia 11 de novembro, o Código do Consumidor completa 35 anos e eu já aprovei um requerimento para fazer uma sessão solene alusiva à data, uma audiência pública, aliás.

Eu queria aqui solicitar às Sras. e aos Srs. Senadores que tenham alguma sugestão para entidades ou pessoas que achem pertinente que participem dessa audiência pública, que encaminhem à nossa Comissão para que possamos elaborar a pauta da nossa reunião.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 5**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI Nº 6122, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para dispor sobre o direito do consumidor à informação na hipótese de redução da quantidade ou peso de produto embalado.*

**Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

**Relatoria:** Senador Sergio Moro

**Relatório:** Pela aprovação). (*Pausa.*)

Eu queria pedir às assessorias dos Senadores e Senadoras que solicitem aos nossos membros da Comissão... para que possamos encerrar a nossa votação, porque é o nosso último item da pauta. (*Pausa.*)

Bom, vamos encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Dr. Hiran. Bloco Parlamentar Aliança/PP - RR) – O relatório está aprovado, com 8 votos SIM, nenhum NÃO e nenhuma abstenção.

Parabéns, Senador Pedro Chaves! Parabéns, Senador Wilder Morais, nosso autor do projeto, e ao Relator, Senador Cleitinho!

E como no item 5 da pauta não está presente o nosso Relator, Sergio Moro, não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Um bom final de semana a todos!

(*Iniciada às 11 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 38 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Chico Rodrigues e Carlos Portinho, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Marcos Rogério, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Pedro Chaves, Izalci Lucas, Zenaide Maia, Wilder Morais e Styvenson Valentim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Efraim Filho, Carlos Viana, Tereza Cristina, Rodrigo Pacheco, Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 16/2025 - CRE, de autoria Senador Carlos Portinho (PL/RJ). **Finalidade:** Destinada a dialogar com representantes da cadeia econômica da indústria de defesa acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2023, que "altera a Constituição Federal, para estabelecer programação orçamentária mínima para o Ministério da Defesa e dispor sobre projetos estratégicos para a Defesa Nacional, e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para estabelecer regra de transição". **Participantes:** Senhor Almirante de Esquadra Alexandre Rabello de Faria, Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (representante de: Marinha do Brasil); Senhor General de Divisão Everton Pacheco da Silva, Chefe do Escritório de projetos estratégicos do Exército (representante de: Exército Brasileiro); Senhor Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr Josué de Castilho Araújo, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica (representante de: Força Aérea Brasileira); Senhor General de Divisão Ricardo Rodrigues Canhaci, Presidente da Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL; Senhor Fábio Henrique Caparica Santos, Vice-Presidente de Contratos da Embraer Defesa & Segurança (representante de: Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer)); Senhor Paulo Ricardo Gomes, Diretor Comercial (representante de: Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC)); Senhor Sebastian Wantenberg, Diretor de Relações Institucionais (representante de: AEL Sistemas); Senhor Bruno Schweter, Diretoria Jurídica e de Governança Corporativa (representante de: Empresa Brasileira Helibras / Airbus Helicopters); Senhores Laurent Mourre e Nicolas Viala, Diretor da América Latina e Diretor para o Brasil, respectivamente (representante de: Naval Group); Senhor Luiz Cristiano Valim Monteiro, Diretor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Operações (representante de: Condor Tecnologias Não Letais); Senhor Paulo Alvarenga, Presidente do Grupo Empresarial Thyssenkrupp América do Sul; e Senhor Gilberto Buffara Junior, Presidente da Stella Tecnologia Industria e Comercio Aeroespacial. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Carlos Portinho**
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**Senador Chico Rodrigues**
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS**

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Sou o Senador Carlos Portinho, Líder do PL aqui no Senado Federal. Saúdo a presença de todos, é muito importante. Cada um que comparece hoje, aqui, certamente tem muito a acrescentar, a contribuir nesse importante projeto, que é a Proposta de Emenda à Constituição 55.

Assim sendo, com a pontualidade que é a característica das nossas Forças, eu não podia aqui desonrar, eu dou por aberta aqui a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a 18ª Reunião, Extraordinária, nesta terça-feira, 9 de setembro de 2025, às 9h28 da manhã, neste momento.

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa...

Nosso Senador Jorge Seif, de Santa Catarina. Inclusive – né, Seif? –, está lá a Marinha com as fragatas – estávamos falando um pouco antes de você chegar –, com a construção das novas fragatas. Projeto importante para o país e é muito boa a sua presença, Seif, que representa aqui todo o povo catarinense.

Dessa forma, então, aberta a 18ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Finalidade da reunião.

Conforme a pauta publicada, a reunião será dedicada à audiência pública, em conformidade com o Requerimento 16, de 2025, da Comissão de Relações Exteriores – de minha autoria esse requerimento –, com a finalidade de dialogar com representantes da cadeia econômica da indústria de defesa acerca da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 2023, a PEC 55.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião é aberta, com participação da sociedade, fundamental, por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

Quanto a essa proposta de emenda à Constituição – antes de anunciar os nossos convidados presentes –, vou fazer um breve registro do seu teor para que todos estejam alinhados a ela.

Nós temos visto um desinvestimento, ao certo, assim dizer, porque o orçamento vem sendo cortado – e não é exclusividade desse Governo, é bom que se diga, já vem de longa data, com cortes sucessivos no orçamento –, o que vem prejudicando sobremaneira a nossa indústria de defesa.

Mais até do que o valor do orçamento, o que essa proposta quer trazer e coloca em discussão é que haja uma previsibilidade orçamentária. Não é possível que o país desenvolva tecnologia, a sua indústria de defesa, construção de submarinos, embarcações, compra de aviões pela nossa FAB – os Gripen, de que a conta está pendurada, bom que se diga –, sem que haja o mínimo de previsão no orçamento. Se tiver pelo menos a previsão, é possível que assim a gente consiga, com base nessa previsão, desenvolver os projetos, as prioridades ao longo do tempo.

Quero registrar a presença do nosso maior representante das Forças aqui, do povo do Rio Grande do Sul e carioca também, vou dizer, que é o meu colega, nosso querido General Mourão – muito obrigado –, e da nação rubro-negra também. Então, General Mourão, é muito importante sua presença aqui, você que conhece a fundo as nossas Forças Armadas, esteve membro, ainda é – né? – na reserva, mas o que a gente está discutindo aqui é o mínimo, voltando ao mínimo de previsibilidade. Depois, o projeto traz uma proposta de um percentual numa escadinha, ou seja, não vai impactar, o ano que vem, o próximo Governo, serão impactos muito pequenos ao longo do tempo para que a gente alcance o mínimo – o mínimo –, inclusive que é recomendado pela Otan, 2% do PIB para investimento na indústria de defesa. E há países que hoje, num mundo em guerra, como a gente vê, já estabelecem um percentual até de 5% – foi revisado recentemente por muitos países – em investimento de defesa.

Quero lembrar também que o investimento na indústria de defesa nos traz oportunidades. Se o mundo está em guerra, nós temos uma oportunidade de vender a nossa tecnologia, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossos produtos, o que é desenvolvido pela nossa indústria de defesa. Não podemos perder uma oportunidade como essa. E o Brasil é pioneiro no desenvolvimento de tecnologia, domina a tecnologia, por exemplo, dos nossos satélites, no desenvolvimento do submarino nuclear, que muitos podem numa primeira vista pensar: "Mas para que um submarino nuclear se somos uma nação de paz?". O poder de persuasão é fundamental, a gente ter as nossas Forças Armadas, o potencial de defesa significa que a gente inibe que outras nações tenham interesses outros que não sejam a paz conosco.

Além do mais, há a possibilidade de a gente desenvolver novos produtos. A gente vê um mundo em guerra, a gente vê os *drones*, aqui nossos colegas da FAB, nosso Brigadeiro. A guerra, hoje, na Ucrânia já se mostrou uma guerra diferente, evoluiu, é uma guerra de *drones*. O Brasil podia estar aí liderando, porque nós temos conhecimento, nós temos uma indústria de defesa que está aqui presente, inclusive, nesse setor, vai falar um pouco.

Então, para aqueles que assistem de fora e imaginam que o orçamento das Forças Armadas – e eu gosto de dizer dessa maneira para que as pessoas entendam, para que o leigo entenda; e eu peço desculpa aqui aos colegas pelo termo que eu vou usar –, para aqueles que estão de fora e acham que o orçamento das Forças Armadas é para os soldadinhos, é também, é também, porque temos que ter um contingente grande, de tamanho compatível com o nosso território. Mas não são só soldadinhos, há uma indústria de defesa que emprega no país, que responde, se eu não me engano, por quase 4% do nosso PIB. É uma indústria de defesa pujante que cria oportunidades de negócio para o país, que atrai riqueza, atrai tecnologia. Vai muito além do pessoal, que é importante, mas a proposta traz exatamente essas justificativas, essas preocupações para que a gente tenha um orçamento que possa permitir às nossas Forças Armadas se planejarem e que o Brasil não passe vergonha, porque, ao contrário, nós lideramos a indústria de defesa, estamos à frente de muitos países do mundo e temos relações comerciais importantes que dependem de um orçamento que garanta a pujança, o desenvolvimento da nossa indústria de defesa.

Então, em linhas gerais, é o que traz a PEC, uma escadinha aumentando o orçamento para que chegue próximo ou no ideal, para que chegue no mínimo recomendado pela Otan, o que vai se dar ao longo de anos, vai transpassar os próximos governos. Isso não é uma proposta de um Líder do PL, isso é uma proposta de Estado, não é uma proposta de um Governo, de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partido, é uma proposta de Estado. E por ser, para concluir, uma proposta de Estado, nós buscamos, na relatoria, que fosse o Líder do Governo atual e, no caso, o Senador Randolfe Rodrigues é o Relator já designado dessa proposta, que está na CCJ – está na CCJ –, e lá vamos ter, no dia 23 de setembro, também uma segunda audiência pública, contando com a presença de todos os comandantes das nossas Forças Armadas, autoridades apenas, mas aqui, hoje, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa, que é o palco próprio, a gente traz a indústria de defesa para esclarecer aqueles que não conhecem a importância desse projeto da nossa indústria de defesa, para que possam, então, compreender a sua necessidade.

Hoje, aqui, contaremos com a participação dos seguintes debatedores: Sr. Ilmo. Exmo. Almirante de Esquadra Alexandre Rabello de Faria, Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha; Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr Josué de Castilho Araújo, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; Sr. General de Divisão Everton Pacheco da Silva, Chefe do Escritório de Projetos do Exército; Sr. General de Divisão Ricardo Rodrigues Canhaci, Presidente da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel); Sr. Fábio Henrique Caparica Santos, Vice-Presidente de Contratos da Embraer – o nosso orgulho nacional – Defesa e Segurança; Sr. Paulo Ricardo Gomes, Diretor Comercial da Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC); Sr. Sebastian Watenberg, Diretor de Relações Institucionais da AEL Sistemas; Sr. Bruno Schweter, da Diretoria Jurídica e de Governança Corporativa da Helibras, Airbus Helicopters; Sr. Ubiratan Marcondes, representante da Ares Aeroespacial e Defesa; Sr. Laurent Mourre, Diretor da América Latina para o Naval Group; Sr. Nicolas Viala, Diretor do Naval Group para o Brasil; Sr. Luiz Cristiano Valim Monteiro, Diretor de Operações da Condor Tecnologias Não Letais; Sr. Paulo Alvarenga, Presidente do Grupo Empresarial Thyssenkrupp América do Sul; e Sr. Gilberto Buffara, Presidente da Stella Tecnologia, Indústria e Comércio Aeroespacial.

Além disso, temos já a presença aqui do nosso Senador Jorge Seif, de Santa Catarina, e do Senador Mourão, do Rio Grande do Sul, e certamente de outros que nos acompanham aqui, porque a audiência é pública e aberta e muitos, vez ou outra eu faço isso, acompanham pelo canal próprio, seja na TV Senado, seja em nosso canal interno.

Quero esclarecer que falei hoje pela manhã com o Senador Randolfe Rodrigues. Aliás, ele me encaminhou uma mensagem, pediu desculpa pelo atraso. Ele estará presente, mas ele esteve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ontem na CPMI do INSS, que terminou às 3h da manhã. O Senador Jorge Seif deve ter vindo direto da CPMI para cá, mas o Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... dormiu na sala, no gabinete. Mas é isso, há muito trabalho aqui.

Mas o Senador Randolfe diz que faz questão... A equipe dele está aqui acompanhando, e ele faz questão de estar presente em breve, dado o momento de descanso mínimo necessário.

Para o bom andamento dos debates, seguiremos as seguintes diretrizes: cada debatedor e debatedora terá o tempo de dez minutos para as suas considerações – é lógico que, se for necessária uma apresentação, puder esticar um pouquinho, não vejo nenhum problema –; em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e Srs. Senadores inscritos, em blocos de até quatro, bem como para as perguntas e os comentários enviados pelo e-Cidadania; as respostas e réplicas deverão obedecer ao tempo máximo de cinco minutos.

Com a presença dos nossos dois Senadores, eu vou franquear a eles uma manifestação inicial e, ao final de cada debatedor, em vez de esperar encerrar todos os debatedores para fazer as perguntas, aos Senadores eu vou abrir, a cada debatedor, as perguntas que acham pertinentes.

Muito importante, nosso decano, meu guru, Senador Esperidião Amim.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Nosso.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nosso Senador Esperidião Amim. (*Pausa.*)

Então, a cada debatedor, aos Senadores será franqueado fazer as suas intervenções breves, naturalmente, para a gente poder, somos muitos aqui, ouvir.

Eu tenho a honra de anunciar a presença na nossa primeira mesa dos seguintes participantes: o Almirante de Esquadra Exmo. Sr. Alexandre Rabello, Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico, nessa primeira mesa presente; junto com o General de Divisão Everton Pacheco da Silva, Chefe do Escritório de Projetos Estratégicos do Exército; o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr Josué de Castilho Araújo, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica; o General de Divisão Ricardo Rodrigues Canhaci, Presidente da Indústria de Material Bélico do Brasil (Imbel); o Fábio Henrique Caparica Santos, Vice-Presidente de Contratos da Embraer; o Paulo Ricardo Gomes, Diretor Comercial da Companhia Brasileira de Cartuchos.

Após esses, a gente refaz a mesa com os nossos outros convidados.

Dessa maneira, eu vou conceder antes a palavra, na ordem, ao Senador Jorge Seif; na sequência, ao Senador Mourão; e, depois, ao Senador Amim, para as suas considerações iniciais. E, na sequência, o Almirante de Esquadra Alexandre Rabello fará sua apresentação.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para discursar.) – Sr. Presidente Carlos Portinho, Senador do nosso querido Estado do Rio de Janeiro, primeiramente, quero parabenizar o senhor pela proposição desta audiência pública e também a todos os nossos convidados, representando o nosso orgulho nacional, que são as nossas Forças Armadas – o Sr. Paulo Ricardo, da CBC, o General Ricardo, o Tenente-Brigadeiro Walcyr, o Almirante Alexandre Rabello, o nosso General de Divisão Pacheco e o Fábio Henrique, representando a Embraer, outro grande orgulho nacional.

Portinho, para mim é muito importante que você tenha dado essa oportunidade de fala, porque em seguida eu vou presidir uma sessão. Então, vou fazer aqui da forma mais rápida possível algumas considerações e vou pedir já permissão a todos os senhores para eu me retirar.

Eu quero manifestar aqui, Portinho, meu integral apoio à sua proposta de emenda constitucional que estabelece a destinação mínima de 2% do PIB em investimento para as nossas Forças Armadas. E isso não se trata apenas de uma pauta orçamentária, mas de uma decisão estratégica para a nossa soberania e segurança nacional.

E vou dar alguns dados aqui para a população que nos assiste. Primeiro, o nosso território tem dimensões continentais. Somos um dos cinco maiores países do mundo: 16 mil quilômetros de fronteiras secas – fazemos fronteira com dez países –; 8,4 mil quilômetros de litoral, que a Marinha faz de tudo para cuidar, mas cujo efetivo, equipamentos, fragatas, navios, ainda não é o suficiente; e um espaço aéreo também de desafios igualmente gigantes para se cuidar 24 horas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E cuidar do nosso território, Portinho, exige umas Forças Armadas modernas, equipadas e respeitadas, porque, acima de tudo, eu creio que fortalecer o orçamento das nossas Forças Armadas é, acima de tudo, respeito a esses homens e mulheres que cuidam especialmente das nossas fronteiras.

Nós sabemos das funções constitucionais e sociais das Forças Armadas... O pessoal acha que é só de defesa em casos de guerra, e não é isso, né? As atribuições, as responsabilidades desses senhores que hoje nos prestigiam aqui no Senado com suas presenças são: defesa de soberania e integridade territorial; atuação em desastres naturais – salvam vidas em enchentes, secas, tragédias –; apoio logístico em áreas de difícil acesso, aonde só militares chegam – a quem conhece bem o trabalho deles, especialmente nosso povo da Amazônia, de toda a Amazônia, incluindo o Amazonas e fora dele –; combate ao narcotráfico e contrabando em nossas fronteiras – hoje o Brasil está sendo considerado um narcopaís, porque não tem força, e esta audiência também serve para isto, para fortalecer o orçamento desses senhores que querem proteger e precisam de recursos para isso –; e também participação em missões de paz internacionais, levando o Brasil, levando o nome do Brasil ao mundo. Então, as nossas Forças Armadas, Portinho, estão presentes quando a pátria mais precisa. Elas servem à nação todos os dias – homens e mulheres que trabalham em prol da nossa nação.

Queria fazer também uma comparação internacional, porque as grandes democracias, Portinho, entendem que não há soberania sem defesa forte. A Otan, por exemplo, estabelece que seus países-membros apliquem pelo menos – pelo menos! – 2% do PIB em defesa. Nações como Estados Unidos, França e Reino Unido tratam isso como questão de sobrevivência nacional. E o Brasil, com toda a sua riqueza natural, recursos estratégicos, água, energia, minérios, biodiversidade, não pode ficar vulnerável, nem ficar economizando com segurança, com as forças de segurança das nossas Forças Armadas, equipamentos das nossas Forças Armadas. Investir em defesa, Senador Esperidião Amin, é investir em liberdade, paz e desenvolvimento.

Eu queria só mostrar aqui como nós estamos defasados na questão do orçamento comparativo internacional. E já encerro, tá, Portinho?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, em 2023, investiu cerca de 1,08% do PIB, um valor que nós sabemos que não dá conta. Não vou expor ninguém, mas alguns militares me procuram para a gente destinar emenda que deveria ser para construir escolas, melhorar a infraestrutura, construir alojamento, construir armamento para pagar alimentação e luz dos seus estabelecimentos. Não vou falar onde é, mas, para mim, isso é um absurdo gigantesco! Imaginem os caras que cuidam da defesa nacional e têm um monte de desafio pela frente não terem, por parte deste Governo, dinheiro para pagar conta de água e alimentar os seus alunos! É desse jeito que nossas Forças Armadas estão, e o Brasil precisa saber. A média global, Portinho, gira em 1,98% do PIB. Se somarem todos os países e dividirem, dá quase os 2% que você defende. Agora Estados Unidos investe 3,4% do seu PIB; Rússia, 7,1%; Israel, impressionantes 8,8%; França 2,1%, Reino Unido, 2,3%; Índia 2,3%; China, 1,7%; Alemanha, 1,9%; e Polônia, 4,1%. Então, eu acho que não precisam mais palavras do que isso para nós identificarmos que o fortalecimento...

Isso aqui não é bandeira de direita, de esquerda, nem de Lula, nem de Bolsonaro. Nós estamos falando de defesa da nossa soberania, da nossa paz, da integridade das nossas fronteiras, da proteção dos cidadãos brasileiros, de proteção das nossas riquezas, do nosso mar.

Quantas denúncias não chegam até o nosso gabinete de que navios pesqueiros internacionais – eu fui Ministro da Pesca do Presidente Bolsonaro – vêm, roubam nossas riquezas e vão descarregar nos seus países, sem deixar um emprego aqui, sem deixar um valor, R$1 de imposto?! Nada! Só roubando nossas riquezas. E a Marinha o que faz? Ela tenta – é a Força Armada a que eu sempre fui ligado devido às minhas atividades comerciais – do seu jeito proteger, mas é impossível, impossível! E tem programas maravilhosos que, inclusive, eu conheço.

Sr. Presidente, a PEC de V. Exa. é uma resposta clara às necessidades do Brasil, do presente e do futuro da nossa nação. Ao destinar 2% do nosso PIB, General Mourão, às nossas Forças Armadas, nós estamos garantindo que a Amazônia, que é tão falada em todo mundo, seja nossa, que o Atlântico seja vigiado por nós, que nossas fronteiras sejam respeitadas e que o povo brasileiro, Portinho, siga vivendo em paz. Sem Forças Armadas fortes, Portinho, não há soberania, e, sem soberania, não há nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, declaro aqui meu apoio firme e convicto a essa proposta, em nome do Estado de Santa Catarina e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bem, Senador Jorge Seif.

Eu digo sempre que a gente tem uma destinação obrigatória para saúde e educação, e é fundamental, mas, se nós não tivermos a garantia do mínimo para nossa defesa nacional, sem que nossas fronteiras estejam cuidadas, sem território, não há país e não há nação; e não há saúde nem educação por isso. Então, é uma necessidade convergente com o que disse o Senador Jorge Seif.

Senador Mourão, suas breves considerações.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, bom dia. Senhores representantes das Forças Armadas, da nossa indústria de defesa, meu bom dia a todos.

Eu cumprimento meu colega e amigo Senador Portinho, que teve a coragem de trazer essa iniciativa, que é um anseio antigo das nossas Forças Armadas e também da nossa indústria de defesa, principalmente em torno daquilo que chamamos de uma previsibilidade orçamentária, porque alguém como eu, que passou 46 anos dentro do Exército – e, se colocarmos mais cinco anos de colégio militar, foram 51 anos usando uniforme –, sabe muito bem aquilo que a gente passou ao longo desses últimos tempos. Eu posso dizer aqui, tranquilamente, que, nos últimos 30 anos, nós temos vivido, como diria o falecido Nelson Rodrigues, na base do arranco de cachorro atropelado: dá um voozinho de galinha aqui, cai e vai ficando devendo, como falou aqui o meu colega Seif. Não paga a luz, tem dificuldade para alimentação, não tem combustível para aeronave, as nossas belonaves entrando praticamente em extinção pelo tempo decorrido. Então, muitas dificuldades. E essa PEC que você propõe, Portinho, é fundamental para as nossas Forças Armadas.

Faz parte da nossa visão estratégica a dissuasão, e dissuasão só existe se nós tivermos uma força armada devidamente equipada e adestrada. A dissuasão é fundamental para um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como o nosso, que não pretende projetar poder fora das nossas fronteiras, mas não pode admitir que essas fronteiras – marítimas, aéreas ou terrestres – sejam violadas. E a dissuasão nada mais é do que a teoria do canivete: o cara pode ser grande, mas, se ele sabe que eu tenho um canivete, eu posso sangrar a barriga dele, e aí ele vai ter que pensar duas vezes antes de vir aqui comigo.

E nós temos um suporte, que é a nossa indústria de defesa. E hoje, mais do que nunca, as oportunidades, no mundo inteiro, para a indústria de defesa são enormes, porque não é só o consumo das nossas Forças Armadas, mas também há a Europa se armando e outros países procurando. E o produto de defesa não é calça *jeans* que você compra na prateleira; ele leva um tempo para ser colocado no mercado.

Eu vejo com muita satisfação esta oportunidade de nós debatermos aqui o assunto e, mais uma vez, o cumprimento por essa iniciativa, meu colega.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, General Mourão. É fundamental sua participação.

O querido Senador Esperidião Amin deseja fazer considerações iniciais. Por favor, com a palavra.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para discursar.) – Querido amigo, Senador Portinho, eu quero me congratular com ambas as coisas, com ambas as iniciativas: primeiro, por o senhor ter subscrito, em primeiro lugar, esta proposta de emenda à Constituição, que eu também subscrevi; e pela iniciativa de fazer esta reunião de atualização.

Eu diria de atualização, porque, se eu conheço bem o DNA do projeto, nós devemos ao oficial da Marinha, que hoje comanda um navio-aeródromo multipropósito, de múltiplos elementos e ferramentas, Capitão de Mar e Guerra José Paulo Machado de Azeredo Junior a primeira apresentação de um texto, quando ficou evidente que as Forças Armadas deram a contribuição que o Governo, no seu sentido permanente – eu não diria impôs, mas solicitou –, solicitou de redução dos seus quadros permanentes e de ampliação de emprego de serviço temporário, oito anos, se não me engano, reduzindo, com isso, custos fixos e permanentes no seu custeio. Em contrapartida, imagina-se que os investimentos possam ter uma cobertura de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantia, para que não seja sempre nesse mecanismo do ato reflexo – dá aquele arranco, porque foi atingido.

E nós que acompanhamos, aqui na CRE... Eu acompanho já há alguns anos... Neste mandato, todos os anos, eu fiz parte da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e acumulei alguma informação e notícia sobre as dificuldades de prover recursos. Agora, estou na Comissão Mista de Orçamento, encarregado também desse setor.

Não tem cabimento um país com as nossas responsabilidades, quanto às três Forças Armadas e quanto às questões a cada uma delas vinculadas, não ter confiabilidade para honrar os compromissos que implicam investimentos de médio e longo prazo. Em economia, é longo prazo. E o resultado? As três Forças Armadas convivem hoje com expectativas complicadas, não vou dizer que são negativas, mas muito complicadas, porque elaboraram, escolheram prioridades, as prioridades foram referendadas pelo Governo nesses investimentos e... Não vou entrar aqui em detalhe, mas eu acho que esta Comissão, que esta reunião tem que apontar, sim, os riscos que nós estamos correndo, tanto em termos de Marinha quanto de Aeronáutica quanto de Exército, de ver, vamos ser bem claros, o cadastro, como se diz em linguagem bancária, do Brasil como parceiro num investimento desse passar de A para B, de B para C, sem falar as repetições dessas classificações, AA, AAB, que as agências de risco costumam marcar com ferro quente, no estilo mais "faroestino" possível, para evitar o abigeato. Faço, desde já, esse registro. Nós temos que ter esses números, essas expectativas que, eu repito, são pelo menos uma advertência, mas uma advertência muito séria e pesada, bem concreta, para que esta reunião resulte no quê? Num chamado à responsabilidade do Governo. Se ele quer discutir os percentuais que foram aqui colocados, se quer rediscutir esses compromissos já assumidos, ele tem que saber que isso afeta o cadastro da nação.

É claro que, em alguns casos, a gente torceu, pediu... Eu me manifestei favorável a esses projetos, mas a responsabilidade é do Brasil, do Estado brasileiro. E o Governo de plantão tem o compromisso de conduzir o seu período, o seu turno na corrida, no rodízio que a democracia impõe, que a República impõe, com a informação das consequências de sua negligência ou da sua desatenção ou do seu não desvelamento da realidade. Eu acho que esta reunião tem que dar essa contribuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, meu cumprimento a V. Exa., ao prezado amigo e a todos aqueles que aqui estão representando essa razão de orgulho e preocupação nossa, como salientou o Senador Seif. Nós temos orgulho das nossas Forças Armadas e, por isso, temos que nos preocupar com o andar das suas responsabilidades.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin.

Antes de passar a palavra ao nosso Almirante, faço um breve registro.

Nós dedicamos este projeto não só às nossas Forças Armadas, mas eu especialmente dedico ao Senador Arolde de Oliveira, que eu sucedo no seu mandato, no nosso mandato, porque esta proposta, Senador Amin, estava lá nos escaninhos do Senador Arolde de Oliveira, e, quando eu assumi, eu recuperei o seu acervo e identifiquei esta como prioritária. Então, faço o registro, em memória ao Senador Arolde de Oliveira, desta PEC 55.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Está aí um bom apelido para ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É justo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Eu, que convivi com o querido amigo, querido e saudoso amigo Arolde de Oliveira, lá nos tempos de Telebras, com ele dinamizando as telecomunicações, inclusive na Amazônia – foi o grande pioneiro nisso –, acho que lembrar esse nome nos faria bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom.

Dando início agora a nós ouvirmos os nossos convidados, meu querido Almirante de Esquadra Alexandre Rabello, Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha, V. Exa. tem dez minutos, mas, é claro, de acordo com a sua apresentação, podemos prorrogar um pouco.

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** (Para expor.) – Obrigado, Senador Portinho, Presidente desta sessão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus cumprimentos também ao Senador Seif, ao Senador Hamilton Mourão e ao Senador Esperidião Amin. Também meus cumprimentos ao Brigadeiro Walcyr e aos demais integrantes desta mesa.

Fiz um roteiro para a apresentação. Peço licença para seguir esse roteiro na apresentação.

Pode passar para o próximo.

Eu gostaria de começar lembrando as nossas conquistas e os nossos sucessos, os nossos casos de sucesso.

O primeiro deles – próximo, por favor –: a exploração de petróleo. Imaginem que, em 1940, Monteiro Lobato, que advogava por explorar petróleo em terra, foi preso por isso, mas, pouco tempo depois, o Brasil decidiu explorar o óleo em terra, não achou e tomou uma decisão estratégica: explorar no mar. O resultado disso é o que nós conhecemos, e a gente vê no próximo eslaide: uma empresa que, com base em ciência, tecnologia e uma forte indústria, hoje é também um dos orgulhos do país.

Tem um caso também interessante que é o agro.

Próximo, por favor.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Campeão de águas profundas!

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** – Sim, senhor.

Na década de 60, o Brasil via, com muito temor, que faltaria alimento para a população. Na década de 60, houve a decisão de Estado, Senador Portinho, de fertilizar o Centro-Oeste, mudando o panorama da agricultura e pecuária no Brasil. O resultado disso é um mercado pujante, responsável por boa parcela do nosso Produto Interno Bruto.

Também temos um caso interessante – um sonho impossível à época, não é, Caparica? – da indústria de aviação, no final da década de 70, se instalando em São José dos Campos. E o resultado dessa iniciativa foi, com emprego de ciência, tecnologia, formação de uma indústria, é o que nós vemos hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

É a indústria que mais exporta material em valor agregado.

Próximo, por favor.

Essas questões – mais um clique – demonstram que este tripé academia, indústria, Estado é importante. No meu modo de ver, é um modelo que explica um pouco esses nossos casos de sucesso, mas, no começo, não havia academia e não havia indústria, mas havia a vontade do Estado.

E aí eu endereço agora aquilo que o senhor falou no começo, Senador Portinho, que esse é um projeto de Estado. Eu gostaria agora de particularizar essa experiência para a nossa Amazônia Azul, para as nossas águas jurisdicionais no mar.

Mais um.

Como sabem, nós temos expandido as nossas jurisdições no mar também com base em ciência e indústria. E os navios que fazem isso são aqueles. E aí a gente se pergunta como navios tão antigos conseguem esses resultados. Precisamos olhar com carinho os nossos navios de pesquisa. Nós, recentemente – volte, por favor –, incorporamos mais do que uma Alemanha na Margem Equatorial. E o IBGE já divulga, no mapa do Brasil, a nossa jurisdição marítima. Isso nos traz preocupação, porque nós temos um enorme patrimônio para cuidar, e algumas coisas acontecem nesse patrimônio que a gente pouco conhece.

Mais um.

Estes são alguns casos concretos que nós interpretamos como ameaça. Nós tivemos sombreamento dos cabos submarinos na costa do Brasil; tivemos os incidentes de poluição hídrica, que o Senador Seif acompanhou muito de perto; navios de pesquisa sombreando a Elevação do Rio Grande; e outros navios militares transitando e com trajetórias... Isso nos preocupa, nós temos que cuidar disso. Eu espero que os senhores não nos perguntem – nós não temos um sistema de vigilância instalado para o mar profundo –, eu espero que não me perguntem como nós descobrimos isso. Nós não vigiamos, mas alguém vigia. E isso é preocupante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais um, por favor.

Isso tudo exige da Marinha e das Forças Armadas o sentido de proteção. Essa é a nossa missão.

Mais um, por favor.

E nós temos propostas para fortalecer a nossa necessidade de proteção e defesa do patrimônio, que são os nossos principais projetos e programas estratégicos.

Eu começo com o primeiro que é o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul, que justamente visa – mais um, por favor – vigiar permanentemente, de forma contínua, esse nosso patrimônio no mar, integrando diversos sensores. Há um projeto-piloto no litoral do Rio de Janeiro para esse sistema, mas ele guarda muita similaridade com o sistema de vigilância do espaço aéreo coordenado pela Força Aérea Brasileira e com o sistema de vigilância de fronteiras, pelo Exército Brasileiro. São sistemas que precisam... Nasceram integrados. E, hoje, dos três sistemas, acho que o da Marinha é o que está mais atrás.

Mais um, por favor.

Agora, uma vez que a gente detecte alguma coisa no mar com esse sistema, a gente precisa reagir. Nosso principal projeto é o das Fragatas Classe Tamandaré, que estão sendo construídas em Santa Catarina.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Em Itajaí, minha cidade.

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** – Sim, senhor, em Itajaí.

Aliás, a primeira já faz provas de mar, com uma expectativa acima da esperada, pelo menos da Marinha.

Isso gera uma série de benefícios para o país. O mais importante é que nós estamos renovando a frota, mas, Senador, não em quantidade – a quantidade de navios é insuficiente para a gente repor isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Num contexto mais aproximado da costa, nós temos o Programa – mais um, por favor – de Navios-Patrulha. Esse, sim, é um projeto inteiramente nacional – o projeto anterior é um projeto alemão em construção no país. É um projeto inicial de 11 navios-patrulha, do porte de 500 toneladas, talvez um pouco mais. Nós estamos construindo, com muito esforço, dois desses navios no Arsenal de Marinha, mas nossa frota de navios de menor capacidade, para proteção e, principalmente, socorro no mar, precisa ser renovada.

Mais um.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) – Só um destaque ao número de empregos ali, que é importante.

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** – Volte, por favor. O Senador Portinho...

A construção naval se caracteriza pela intensidade de aplicação de mão de obra. Então, tanto no projeto de fragatas, depois nós vamos ver no de submarinos e também no de navios-patrulha, a quantidade de empregos que disso é gerada é fantástica. Estamos falando de mais de 7 mil empregos, nesse caso, só dos navios-patrulha.

Mais um, por favor.

Nossos fuzileiros navais precisam sempre estar atualizados. São uma força pronta não só para emprego no Brasil, mas, hoje, nós temos também força pronta para eventual emprego pelas Nações Unidas. E são forças que têm sido empregadas com bastante rapidez, em casos de desastres naturais, como foi no litoral de São Paulo e recentemente, aliás, no ano passado, no Rio Grande do Sul. São investimentos muito importantes para o Brasil de hoje. E nós estamos com muita dificuldade de atualizar o portfólio de material do corpo de fuzileiros navais.

Mais um, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acrescentaria também, até para registrar, todo o empenho das Forças na tragédia de Petrópolis, na Região Serrana, no meu Estado do Rio de Janeiro, e no norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro, mais recentemente, onde foram fundamentais para salvar vidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** – E o nosso Programa de Desenvolvimento de Submarinos visa à construção do nosso primeiro submarino nuclear, que vai ser convencionalmente armado, que é baseado em dois programas: o Programa Nuclear da Marinha, mais longevo, e o Programa de Submarinos, que é mais recente.

Com o Programa Nuclear da Marinha, nós dominamos o ciclo do combustível nuclear – no mundo, além de nós, mais 12 países conseguem fazê-lo – e estamos concluindo o nosso projeto de propulsão nuclear para embarcá-la no futuro submarino.

O Prosub entregou – volte um, por favor – uma infraestrutura de construção e manutenção de submarinos convencionais...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** – ... e, no futuro, uma infraestrutura para o submarino nuclear, tanto de construção quanto de manutenção.

Mais um.

Este é um projeto de extrema complexidade. Não estou dizendo que o submarino é mais complexo em termos de tecnologia, mas ele emprega muita gente tecnologicamente capacitada e, por isso, ele é mais caro que, normalmente, os outros ativos de defesa.

Mais um.

Este representa a dualidade efetiva dos projetos de defesa com outros projetos. Nosso reator é um reator de potência, que guarda muita similaridade ao reator para geração de energia elétrica. Hoje o mundo fala em reatores menores para produção de energia elétrica, e o nosso projeto é uma inspiração para futuros projetos no país. Se nós decidirmos retomar o Programa Nuclear Brasileiro – a Marinha anseia para que isso seja feito, a Marinha não pode carregar um programa nuclear nas costas, ela precisar ser um derivado do Programa Nuclear Brasileiro –, nós temos um projeto em que nós podemos, inclusive, projetar as nossas próximas usinas.

Além disso, esse projeto inspira outras aplicações, principalmente – mais um – na área de medicina nuclear. O Reator Multipropósito Brasileiro vai ser instalado numa área cedida da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marinha em Iperó, no projeto Aramar. Então, ele vai dar autonomia e independência na produção de radiofármacos, em toda a carteira de radiofármacos hoje importada pelo Brasil. E, além disso, há aplicações também na agricultura. A Amazul, hoje, desenvolve um projeto de imunização nuclear de alimentos. Alguns produtos nossos precisam ir para o centro de imunização ou de radiação para serem exportados para alguns mercados. Nós temos, com base nessa tecnologia desenvolvida, como fazer isso.

Mais um.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** – Até logo, Senador.

Esses projetos, senhores, como diz a nossa Política Nacional de Defesa, são indissociáveis do nosso desenvolvimento. Eu tomei também a liberdade de incluir também alguns projetos muito importantes das outras Forças, porque a nossa missão é consolidar isso. Isso não pode ser, como foi dito, acho, pelo General Mourão, um voo de galinha. Isso tem que ser perene, isso é daí para a frente.

Mais um.

Por isso, nós saudamos esta PEC, que visa à defesa nacional, mas também a uma visão muito importante e muito apropriada que é o desenvolvimento da nossa indústria de defesa e a consolidação das nossas empresas no setor.

Mais um.

Mundialmente, a gente vê que nós somos... Estamos destoantes dessa realidade mundial – mais um –, sendo um país, do ponto de vista econômico, muito importante no cenário mundial. Essas coisas estão, a meu ver, um pouco dissociadas, infelizmente.

Mais um.

A realidade, inclusive na região, em termos de percentual de PIB – não estou falando de valor líquido –, também destoa na região.

Mais um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso da Marinha, nós tivemos, nos últimos dez anos, uma involução de orçamento de 62%. Isso, talvez, em toda a defesa, o número seja diferente, mas isso traz consequências. A consequência imediata – mais um – é a redução da nossa quantidade de meios para defender o país. Com esses meios que nós temos projetados para 2028, a gente tem que se perguntar se a Marinha cumpre a sua missão – perguntar de maneira séria. É por isso que eu acho que esta PEC precisa frutificar.

Mais um.

Finalizando, eu acho que é importante nós termos noção de que, nos últimos três conflitos de que nós participamos... A Guerra do Paraguai ou a Guerra da Tríplice Aliança começou com o apresamento de um navio, e, nas duas guerras mundiais de que nós participamos, o Brasil entrou nessas guerras, porque foi torpedeado por submarinos, ou seja, a ameaça no mar é uma realidade histórica, e eu entendo que é lá que nós precisamos e devemos ser fortes.

Mais um, por favor.

Eu termino aqui só com uma reflexão de que, incansavelmente, o nosso Comandante fala. Nós não podemos duvidar disso, porque, se nós não pudermos usar o mar por onde nós escoamos a nossa riqueza, tiramos por lá boa parte da nossa riqueza, a gente não sobrevive como nação soberana.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** – Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Almirante. Muito elucidativo.

Passo para o General Mourão, se tem alguma questão própria.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Eu acho que o Almirante deixou muito claro.

O Brasil tem 7,5 mil quilômetros de litoral, nós somos uma potência marítima. Há uma diferença entre aquelas potências marítimas e as potências terrestres. A potência marítima tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ter a capacidade de fazer a projeção de poder no mar e é uma nação que tem facilidade para o comércio exterior. Nós não temos barreiras. Se a gente se comparar com a China, que tem uma cadeia de ilhas que bloqueiam o litoral chinês, nós não temos isso. Então, nós temos ampla liberdade.

A única pergunta, Almirante: se, da noite para o dia, nós começarmos a receber recursos, a Marinha tem projetos para mais construção, porque eu só vi aqueles projetos que V. Exa. colocou? Os senhores já têm outros na prateleira?

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** (Para expor.) – Os principais são esses, General. Eu acho que são os três grandes projetos de defesa. Nós temos outros projetos de pesquisa, tanto o navio de pesquisa, quanto o navio polar, mas isso não está necessariamente relacionado à defesa. Nós podemos ampliar as encomendas de submarinos, podemos e devemos ampliar a encomenda de navios de superfície, precisamos começar a pensar na substituição dos nossos navios-patrulha. Isso talvez demore um pouquinho para engrenar, mas os outros dois projetos estão prontos, é só colocar a encomenda.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Eu sempre vejo que nós temos que ir à busca dos nossos objetivos. A Marinha tem o objetivo de ter a segunda esquadra, baseada lá na Amazônia, na região ali de Belém. Então, esse objetivo tem que ser buscado.

É isso, Portinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Um adendo, sim.

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** – Eu estava falando com o Senador Portinho que recentemente estive em Belém e comentava com ele que a riqueza do Brasil está fluindo por ali, e ali tem todos os ingredientes de riqueza, exceto pela indústria. Então, a gente precisa fortificar, as Forças já estão se fortificando, mas a Marinha eu acho que ainda está tímida ali.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lembrando que virá a exploração da Margem Equatorial – na verdade, outros países já a exploram, o que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um risco à nossa soberania –, há a necessidade da presença constante, principalmente da Marinha, naquelas águas.

Eu tenho uma questão, Almirante, se me permite.

Primeiro, faço uma constatação. O Brasil investe, em relação à América do Sul, não precisa nem ir muito longe, menos do que o Uruguai – o Uruguai, que deve ser do tamanho de algum estado brasileiro, investe mais na defesa nacional do que o Brasil, que tem um tamanho continental e um território enorme, uma costa monstruosa, muito maior do que o Uruguai –, assim como o Chile e como a Bolívia, ou seja, a Bolívia – com todo o respeito à Bolívia, mas considerando essas comparações territoriais e outras – investe mais do que o Brasil. Lembro que, sempre que há uma razão de corte do Orçamento no Governo, o primeiro a ser o alvo é o orçamento das Forças Armadas. Isso é historicamente, só para a gente entender por que a gente chegou a ter um orçamento menor do que Uruguai, Bolívia e Chile, na América do Sul.

E eu gostaria de fazer uma pergunta com base nisso. Nós precisamos de mais equipamentos na água – fragatas e outras embarcações. Para que a gente entenda, qual é o prazo de construção de uma fragata, por exemplo?

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** (Para expor.) – Na primeira fragata, acho que foram seis anos. Eu acho que, hoje, a gente consegue construir em quatro anos uma fragata dessa – não é, Caparica? –, depois do aprendizado. O que mais nos impressionou – e aí eu falo pela Marinha – foi a velocidade, nós chamamos de *ramp-up*, ou seja, como a gente prepara o estaleiro com uma construção diferente de um navio *offshore*, de um navio mercante. Pensava-se, eu acho, inicialmente, em dezoito meses, e em nove meses o estaleiro estava pronto, ou seja, a qualidade da mão de obra daquela região impressionou muito a gente. Então, hoje, uma fragata dessa a gente construiria em quatro anos. Um submarino eu acho que a gente pode construir em seis anos, embora, normalmente, para um submarino, com essa tecnologia que nós temos embarcada, o prazo de planejamento seja oito, mas eu acho que, com o que a gente tem lá, a gente consegue já pensar em seis ou até menos tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Para que todos entendam como nós estamos fragilizados na nossa defesa, a par de que é insuficiente o número de embarcações que nós temos hoje, inclusive para a própria patrulha da nossa costa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se nós eventualmente estivéssemos sob uma ameaça amanhã, não adiantaria colocar na mesa o dinheiro – uma torre de dinheiro na mesa – e dizer: "Está aqui o orçamento de vocês". Vai demorar de quatro a seis anos para poder entregar embarcações, ou seja, não haveria tempo de uma reação. É disto que a gente está falando aqui: orçamento e tempo.

Bom, dito isso, eu quero agradecer ao nosso Almirante e, agora, passar, tão importante quanto, ao nosso Exmo. Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr Josué de Castilho Araújo, Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica, pelo prazo de dez minutos, com a tolerância de praxe.

**O SR. WALCYR JOSUÉ DE CASTILHO ARAÚJO** (Para expor.) – Quero saudar inicialmente o Senador Portinho, o Senador General Mourão e os senhores que estão aqui representantes da nossa base industrial de defesa e representantes das Forças.

Eu começo aqui cumprimentando o senhor, Senador Carlos Portinho, porque nós vamos falar aqui de previsibilidade orçamentária e da sua importância para as Forças Armadas, mas também para a base industrial de defesa. Então, realmente, foi muito feliz de sua parte reunir esses que são os partícipes do que vai ser a mola propulsora para nós termos a defesa nacional com que todos sonhamos.

Eu começo aqui apresentando para os senhores – se puder passar, por favor – este eslaide que mostra para a gente, como mostrou aqui já o Almirante, a redução que tivemos aqui nas nossas despesas discricionárias. Os senhores notem ali que, em amarelo, nós temos aqui aquele orçamento que é destinado para o que nós chamamos de suporte, a manutenção da nossa capacidade operativa. E, nessa parte em azul, nós temos o recurso que destinamos justamente para a atualização tecnológica, para os novos projetos que vão substituir aquelas aeronaves que estão no final do seu ciclo de vida, mas também que vão trazer à Força Aérea Brasileira condições tecnológicas de estar exatamente à altura do que temos no mundo.

Eu vou começar mostrando aqui, com relação a essa parte amarela... Se puder passar, por favor...

A primeira grande consequência de termos um investimento – vamos chamar assim – aquém daquele necessário para que possamos manter a nossa capacidade operativa, o grande indicador que temos a apresentar aqui, é a diminuição abrupta de 40%, nesses últimos dez

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anos, da quantidade de aeronaves que temos. Então, como nós não tivemos um investimento compatível com as necessidades das atividades de aquisição de suprimentos e com as atividades de manutenção, nós tivemos que ir reduzindo o número de aeronaves que temos em condições de operar. Isso tem também, naturalmente, outros reflexos, outros indicadores, que mostram os problemas que enfrentamos aqui.

Se puder passar, por favor...

A outra coisa é a quantidade de horas de voo que a Força Aérea Brasileira voa anualmente. Então, o nosso esforço aéreo – que é como chamamos essa quantidade de horas de voo que temos –, ao longo desses dez anos, nós reduzimos em praticamente 50%. Qual é o grande problema que isso traz? À medida que nós temos menos recursos, nós não conseguimos voar essa quantidade de horas e temos, naturalmente, que fazer uma degradação na nossa capacidade operativa. As nossas aeronaves estão em piores condições, como mostramos, e as nossas tripulações ficam com um treinamento sempre aquém daquele que nós temos por ideal. Isso faz com que nós tenhamos que manter uma quantidade de pilotos compatível com essas horas de voo, porque, afinal de contas, segurança de voo é para nós uma premissa muito forte. E nós temos assistido, em razão de nós estarmos degradando a quantidade de horas de voo, a uma evasão dos nossos pilotos. Nós temos uma foto muito representativa, ali em cima, de quatro pilotos de caça que, naturalmente, entenderam que teriam condições melhores para manter sua atividade aérea se estivessem voando na aviação comercial e que, por isso, pediram demissão da Força Aérea. Essa redução de tripulantes é muito relevante, porque, se nós tivermos que manter uma operação continuamente, vamos precisar ter um número de tripulantes compatível.

Eu vou resumir aqui. Se puder passar, por favor...

Isto que nós tratamos aqui é para falar exatamente daquela parte amarela ali, que é o recurso que destinamos para manter a nossa capacidade operativa. Vamos explicar aqui, de uma maneira pictorial, que, à medida que temos a redução desses recursos, temos menos condições de adquirir suprimentos e de fazer as atividades de manutenção. Em consequência, diminuímos a quantidade de aeronaves disponíveis. Nós também precisamos manter a nossa infraestrutura – vale dizer: as pistas onde operamos, os hangares onde fazemos manutenção, os armazéns onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mantemos o nosso suprimento. E também temos uma redução, como mostramos ali, do nosso esforço aéreo, daquela quantidade de horas que voamos anualmente. A consequência é que temos um preparo aquém daquele que julgamos necessário.

Se puder passar, por favor...

Em consequência, à medida que temos um preparo menor, nós reduzimos a nossa capacidade operativa, uma vez que temos a evasão de tripulantes, como expliquei aos senhores, e precisamos de mais anos – porque os pilotos voam menos – para estarem naquelas condições que são as ideais, para atingirem o que nós chamamos de sua plena operacionalidade.

É claro que, quando a gente analisa esse investimento em suprimento e manutenção para mantermos as nossas aeronaves, nós temos na Força Aérea um planejamento muito benfeito, muito objetivo, mas que tem algumas premissas, vale dizer, da substituição das aeronaves quando chegam ao limite do seu ciclo de vida, quando já estão ficando muito antigas, enfrentando os problemas de obsolescência.

Pode passar, por favor.

Nesse aspecto, nós temos aí os projetos que julgamos mais relevantes, que têm por objetivo substituir aqueles equipamentos que estão no limite do seu ciclo de vida, que começam a ter uma operação muito cara, mas que também são investimentos para que a gente tenha uma capacidade tecnológica da Força Aérea Brasileira ao alcance da missão diante de um país com a estatura do nosso. Então, aqui nós temos vários projetos estratégicos. Naturalmente, em respeito até ao tempo e à paciência dos senhores, eu não vou aqui mostrar 100% deles, mas mostro o que é uma miríade de investimentos que são necessários para que a Força Aérea cumpra a sua missão conforme a sua destinação constitucional. Falamos ali da necessidade de adquirir armamento, mísseis, da questão do *drone*, que o Senador Portinho nos trouxe aqui, que é vital hoje para que a Força Aérea esteja à altura de enfrentar os novos desafios tecnológicos, da questão do investimento desses artefatos ligados ao espaço dos satélites das nossas bases de lançamento e, é claro, da nossa aeronave de caça, da nossa aeronave de transporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que a gente possa falar francamente sobre alguns desses projetos estratégicos, mas mostrando para todos aqui a necessidade dessa previsibilidade orçamentária, eu vou me deter em três desses projetos.

Pode passar, por favor.

O primeiro deles... Vou falar aqui sobre o Gripen. Eu começo aqui destacando para os senhores que o Brasil tem a honra e a alegria de ter uma das aeronaves de caça mais desenvolvidas do mundo, e isso nós pudemos verificar em termos práticos e reais. Fizemos um exercício Cruzex em Natal, onde nós simulamos condições muito próximas da realidade, um combate efetivo, colocamos o Gripen frente a frente com aeronaves mais desenvolvidas do mundo, e o Gripen se mostrou uma aeronave até superior a essas.

Essa é uma aeronave sueca, mas nós destacamos aqui a forte participação da Base Industrial de Defesa nacional. Então, nós temos uma empresa, a AEL, que vai ter a oportunidade de se manifestar aqui, que entrega os *displays* mais importantes dessa aeronave. Nós temos a grande participação da Atech, que é uma empresa de desenvolvimento de *software* de ponta, que desenvolveu os simuladores e que faz a manutenção deles. E a Embraer está montando mais de um terço dessas aeronaves aqui no Brasil. Então, nós estamos montando uma aeronave tecnologicamente muito avançada aqui no Brasil, de modo que isso tem permitido que a gente gere aí, estimamos, na ordem de 2,2 mil empregos diretos e de alta tecnologia, de profissionais que têm grande capacitação tecnológica, e mais de 10 mil empregos indiretos em suporte a essa cadeia.

Por falar em previsibilidade orçamentária – o próximo, por favor –, nós mostramos aqui um gráfico no qual nós podemos observar o que era o desembolso originalmente previsto para esse projeto, mas, devido aos sucessivos contingenciamentos, cortes, conforme o Senador Portinho tratou aqui agora há pouco, o desembolso real que hoje temos é esse em vermelho. Ora, cada vez que nós enfrentamos aí um orçamento aquém daquele que tínhamos como necessidade para pagar um contrato desse – pode passar, por favor –, nós temos que fazer um novo termo aditivo. Então, os senhores imaginem que esse contrato foi feito para que nós tivéssemos o encerramento das 36 aeronaves Gripen em 2024, mas nós fizemos...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WALCYR JOSUÉ DE CASTILHO ARAÚJO** – ... sucessivos termos aditivos, estando hoje no 12º termo aditivo, e os senhores veem que nós já temos a perspectiva de ter a última aeronave em 2032. Os senhores imaginem a dificuldade da Força Aérea Brasileira, que previa desativar aeronaves compatíveis com essa data de 2025, mas nós estamos estendendo a operação de aeronaves até o ano de 2032. Isso mostra o gasto de recursos para manter aeronaves que nós já tínhamos a intenção de ter desativado.

Próximo, por favor.

Vamos falar deste tema tão importante que é quanto de atraso tivemos. Atrasamos, então, já, oito anos. Isto aqui é uma coisa muito importante. A falta da previsibilidade orçamentária faz com que nós tenhamos o gasto racional e equilibrado dos recursos nesse contrato... Então, nós já estamos investindo mais de 13% a mais do que aquele recurso inicial, em razão – frente à necessidade – de reajustes e reequilíbrios. Isso equivaleria, só para que a gente tenha uma ideia, a adquirir mais 6 aeronaves dessas 36.

Próximo, por favor.

Vou falar aqui de um outro projeto, um grande sucesso brasileiro, que é o KC-390. Aqui, nós estamos falando da aeronave que é considerada a melhor aeronave do mundo no seu segmento. Não há aeronave que tenha condições de competição com esta aeronave KC-390, uma aeronave que saiu das pranchetas da Força Aérea Brasileira, que a Embraer fabricou de acordo com os nossos requisitos e que é um sucesso mundial. Tenho certeza de que a Embraer aqui vai poder dizer para os senhores quantos países já estão investindo. E eu não preciso dizer: uma empresa que é brasileira, quantos empregos nós estamos gerando aqui, impulsionando o Brasil com relação ao seu investimento, à inovação, à tecnologia.

Mas – por favor, o próximo –, da mesma maneira, padecemos do problema que lhes disse: o azul aqui é como deveríamos pagar, o vermelho é o que temos aí desembolsado.

Próximo, por favor.

Em consequência, este contrato também teve que ser, várias vezes, renegociado, face aos recursos que temos. Nós saímos de 28 e já reduzimos: vamos adquirir apenas 19 aeronaves. Nós tínhamos a intenção de ter a última das 28 em 2025; teremos a última das 19 em 2034.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

A consequência disso: nós estamos investindo mais recursos do que o planejado inicialmente, já fazendo aí as reduções. Estamos falando de nove anos de atraso, e, certamente, se a gente tivesse cumprido aquilo, nós teríamos mais duas aeronaves com a mesma quantidade de recursos.

E aqui para falar de um...

Por favor, o próximo.

Outro sucesso é a aeronave A-29, que é apelidada de Super Tucano. Essa aeronave a Força Aérea Brasileira usa no combate aos crimes, principalmente tráfico de drogas; ela é a aeronave que é o grande vetor para o policiamento do espaço aéreo e é um grande sucesso no mundo. Nós começamos a operar essa aeronave em 2003. Ao longo desse tempo, muitos outros países – próximo, por favor – fizeram a aquisição dessa aeronave. É uma quantidade enorme. E, por último, nós tivemos aqui a assinatura muito recente, o Paraguai comprou quatro aeronaves dessas. É uma aeronave que é impressionante: está aí desde 2003, mas é considerada ainda a aeronave que é o sucesso na sua missão, na faixa em que opera.

Nosso problema: nós temos uma aeronave desde 2003.

Próximo, por favor.

Também, graças a esses contingenciamentos que fazemos... Aqui eu não falo de recurso de um contrato de aquisição, mas de quanto nós investimos na manutenção dessa aeronave para fazer suas revisões, para trocar os seus equipamentos, para atualizar os seus equipamentos, e fizemos um investimento que é exatamente metade do que deveríamos fazer. A consequência disso é que temos um número muito menor de aeronaves do que quando começamos a operar. Nós temos vários dos seus sensores já desatualizados e nós temos a necessidade de fazermos uma atualização dessa aeronave para que, no mínimo, ela chegue próxima destas aeronaves A-29 que a Embraer continua vendendo para outros países, de modo que ela continue cumprindo essa missão.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui eu trago para os senhores, como um dos últimos investimentos, para lhes falar da necessidade de atualização da nossa infraestrutura. A Força Aérea, para operar, precisa ter pistas em condições. Cada pista que não está em condições traz danos para as aeronaves, o que é extremamente caro. Nós temos também que manter as nossas bases em condições para dar o suporte a essas aeronaves. Temos, então, necessidade de investimentos no Brasil inteiro. Isso também é uma coisa estratégica para a Força Aérea continuar cumprindo a sua missão.

Por favor, o próximo.

Eu deixo aqui, então, um último eslaide, até muito em respeito à pergunta que o General Mourão fez agora há pouco. Hoje...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. WALCYR JOSUÉ DE CASTILHO ARAÚJO** – ... se nós tivermos a aprovação desta PEC, a Força Aérea Brasileira sabe exatamente onde vai entrar cada centavo, pelas necessidades que temos que enfrentar pela atualização dos seus equipamentos.

Eu finalizo aqui, Senador, dizendo o seguinte: nós estamos diante de uma oportunidade não só de falar de soberania, mas de falar também de crescimento econômico, porque a nossa base industrial de defesa precisa dessa previsibilidade, tanto as Forças Armadas como ela.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agradeço ao nosso Tenente-Brigadeiro do Ar Walcyr Josué de Castilho. Muito obrigado.

Vou passar ao General Mourão, mas antes eu queria fazer algumas considerações.

A primeira delas: num momento em que se fala aí tanto em soberania, como a gente pode falar em soberania numa situação à míngua dessas? Soberania é justamente fortalecer a presença, a defesa no nosso território; soberania é ter uma força de resposta pronta, equipada, à altura do nosso país; soberania é investir em tecnologia, em desenvolvimento e estar à frente, como sempre esteve o Brasil, como é o caso da Embraer. Nós estamos, além do mais, perdendo oportunidades. Se a gente está vendo quantos países se abastecem dos nossos produtos, compram os nossos equipamentos, principalmente no caso, como trouxe o Brigadeiro, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embraer – o KC, uma fantástica aeronave; o Tucano, há tanto tempo, ainda continua vendendo –, no mundo em guerra, a gente perde oportunidade, e perde muito o país.

Eu fico imaginando a pergunta que eu tinha feito ao Almirante sobre a esquadra, também com relação às aeronaves: se nós tivermos um risco iminente no próximo ano, hipoteticamente, adiantaria colocar, a gente poderia colocar na mesa... "Agora, então, tem um risco; eu vou botar o orçamento!". Não adianta! Não adianta o dinheiro na mesa; isso é encomendado. Imaginem o quanto demora para construir uma aeronave, né? Alguns anos... Quanto demora para formar pilotos, pilotos de caça? Mais alguns anos. A gente não teria uma resposta imediata.

General Mourão, alguma questão?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Só uma rápida pergunta, Brigadeiro Walcyr; muito obrigado pela apresentação de V. Exa.

Eu estive recentemente na Base Aérea de Santa Maria, e aí me falaram da desativação dos F-5. A Força Aérea está com alguma solução, vamos dizer assim, para, enquanto o Gripen não estiver totalmente operacional, substituir o F-5?

**O SR. WALCYR JOSUÉ DE CASTILHO ARAÚJO** (Para expor.) – General, agradeço muito a pergunta.

Esse é um problema seriíssimo para a Força Aérea Brasileira hoje. Com aquela extensão de a gente ter os Gripen na quantidade que contratamos inicialmente, nós temos postergado a desativação do F-5. Nós hoje enxergamos uma lacuna, porque precisávamos fazer, então, a aquisição de uma aeronave de caça complementar. Trabalhamos nesse aspecto, mas é muito importante, indo aqui ao encontro do que o Senador Portinho falou: a dificuldade hoje de adquirir equipamento de outro país é enorme. Os países que têm armamento não estão prontos nem disponíveis para vender armamento. Nós temos que dar muita importância no desenvolvimento das nossas aeronaves, dos nossos equipamentos, porque, à medida que nós estamos enfrentando esse cenário, tem sido mais difícil. Mas nós temos, sim, Senador, a proposta de tentar uma aeronave que venha pronta para cumprir ou para pelo menos nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguirmos atender essa lacuna, entre a gente ter os Gripens operando e o F5, no final da sua carreira.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dito isso, eu concedo a palavra agora ao Exmo. Sr. General de Divisão Everton Pacheco, Chefe do Escritório de Projetos do Exército, pelo tempo de dez minutos, com a tolerância natural.

**O SR. EVERTON PACHECO DA SILVA** (Para expor.) – Bom dia, Senador Carlos Portinho, Presidente da Mesa, a quem agradeço a oportunidade de falar em nome do Comando do Exército, General Tomás.

É um prazer falar para esta audiência aqui, poder tratar da previsibilidade, previsibilidade, como já foi destacado aqui, que é importante para a Marinha, é importante para a Força Aérea... E, como terceiro a falar e como Chefe do Escritório de Projetos, é interessante, porque vou falar de um aspecto mais técnico, de como nós planejamos o recurso que nós vamos receber. Vai ser, inclusive, a minha apresentação talvez complementar à da Marinha e da Força Aérea.

Próximo eslaide, por favor.

Esse é o que nós chamamos no centro o portfólio estratégico do Exército, que é a nossa roda dos programas. São 14 programas que nós temos baseados em três pilares, que é a defesa da sociedade, a geração de força e a dimensão humana. Muito difícil nós separarmos, dos nossos 14 programas, aqueles que são mais vocacionados para geração de força, defesa da sociedade, porque, na verdade, eles se permeiam, mas eles nascem, do lado esquerdo, através do que nós temos lá em cima, o Força 40. Baseado na nossa Estratégia Nacional de Defesa e na nossa Política Nacional de Defesa, nós temos hoje o Força 40. Já tivemos no passado plano diretor, plano de transformação, o Proforça, o 2000. Hoje nós temos o Força 40, que mostra como a Força, baseada na estratégia e na política, planeja estar pronta para os desafios em 2040. Há um caminho através disso, e ele é feito através de ciclos plurianuais, os quatro anos que hoje nós estamos seguindo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Força 40 específico já incorpora as novas tecnologias, os novos desafios, para termos uma Força pronta em 2040 e já aponta para o Força 52. É assim que está desenhado o nosso processo. É claro que as aquisições seguem os ciclos plurianuais, e, para desencadearmos um programa ou um projeto, nós temos que ter um objetivo devidamente orçamentado.

Essa é a origem do portfólio, da nossa roda dos programas, e as entregas são as capacidades militares terrestres. Ali nós temos algumas amostras: mar, terra, os nossos helicópteros, o equipamento para o soldado de um projeto que nós chamamos Cobra, além de outro, o Soldado do Futuro.

É claro que as capacidades militares terrestres também geram benefícios para a sociedade. Embaixo nós temos o Doamepi (doutrina, organização, adestramento) e propositalmente nós temos a parte de infraestrutura bem reduzida. De todo o montante que nós recebemos até hoje, e falando apenas de PAC ou do Novo PAC, de 2011 até 2024, cerca de R$11,4 bilhões, apenas 7% foram em obra, obras necessárias para adaptar as nossas organizações militares para aquelas capacidades novas que estão chegando, os equipamentos novos que estão chegando.

Próximo, por favor.

Esse eslaide também já é comum, os maiores benefícios para a defesa. Já foi explorado pelo Almirante, pelo Brigadeiro.

Eu destaco, ali embaixo, a economia de defesa, usando aqui um dado da própria Seprod, do Ministério da Defesa.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EVERTON PACHECO DA SILVA** – Há outros dados, há outras pesquisas com outros valores e retorno, mas a ideia geral é que cada real investido em defesa gera retorno para a economia e gera retorno para o Brasil.

Do nosso portfólio, nós estamos destacando aqueles quatro, que são aqueles em que eu vou me ater mais, que são Aviação, Forças Blindadas, Astros e Sisfron. Esses são aqueles que são alimentados pelos recursos do Novo PAC e são vinculados diretamente ao Escritório de Projetos, de que eu sou o Coordenador-Executivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Eu também não vou explorar todos os nossos programas e todos os nossos projetos, mas, se fosse para resumir aqui, apenas embaixo desses programas, dos cinco programas que são orgânicos ao Escritório de Projetos, nós temos cerca de 73 projetos. Desses 73 projetos, um terço deles não iniciados, não iniciados por falta de recursos. Não houve uma diretriz de iniciação. Eles não começaram por conta de falta de orçamento. Dos demais que já foram iniciados, uma parte foi implantada, ou seja, há previsão de recursos, em que pese essa previsão de recursos que nós temos seria basicamente para o próximo ano – então, 2026. Hoje em dia, não se tem certeza com relação ao que nós iremos receber com relação a 2027, mas se tem uma previsão de 2026, e é assim que nós trabalhamos. Hoje, nós temos, dos 73 projetos que eu mencionei, implantados 26. Dos 26, esses são aqueles em que nós temos que nos preocupar, em primeira instância, com o recurso que está fluindo.

Do lado direito em cima, nós vemos o Sisfron. O Almirante já mencionou sobre o Sisfron. O Sisfron foi dividido, até por conta do fluxo de recursos, em dez fases. Das dez fases, duas já foram concluídas e três estão em andamento, ou seja, nós não chegamos ainda à metade do Sisfron, que cobriria o monitoramento da nossa fronteira, dos 16 mil quilômetros que foram aqui mencionados.

Temos também o Sistema Astros, que é uma joia. São apenas oito países que têm a capacidade de fazer o que a Avibras faz com relação ao Sistema Astros.

Temos a artilharia de campanha, o Sistema de Artilharia de Campanha.

Recentemente, no nosso portfólio, nós tivemos que, por conta da redução das discricionárias, mudar o escopo dos projetos e incorporamos projetos de outros portfólios das discricionárias dentro dos nossos projetos estratégicos para que eles pudessem se manter naquilo que coubesse no escopo.

Próximo, por favor.

Esse é um *link* que está ativo. Aqui, uma pequena propaganda dessa revista que foi de junho – ainda não está impressa, mas tem *online* –, a nossa revista *Verde-Oliva*, que fala

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

especificamente sobre o portfólio estratégico e detalha os projetos que nós temos e os programas que nós temos.

Próximo, por favor.

Esse eslaide concentra, dos quatro principais projetos, aqueles que são vinculados ao PAC e ao Novo PAC e que estão embaixo do Escritório de Projetos – Astros, Forças Blindadas, Sisfron e Aviação –, nada diferente do que o Brigadeiro Walcyr mostrou.

Então, a curva azul era a previsão inicial, a curva verde é o que foi cumprido e a curva vermelha é a projeção.

Se olharmos esse eslaide exatamente como ele está colocado, assim de longe, é fácil perceber que as curvas estão condensadas, as vermelhas. E isso implica que estão terminando lá em 2040, muito além daquilo que foi previsto inicialmente. Isso implica que essa mola tensionada vai ter que ser distendida em termos de anos. Então, vai ser estendida por mais um ano, provavelmente, porque o pouco recebimento de recursos implica um aumento daquilo que foi previsto de ser provisionado. Aquilo que foi discutido entre os nossos contratos e com a base industrial de defesa vai ser estendido, provavelmente, por anos, para que possa, normalmente, reduzir a curva.

Isso é muito ruim para quem planeja, para quem conduz o contrato, para a base industrial de defesa, porque é difícil planejar as suas linhas de produção, e para nós também, como Força terrestre, por aquilo que nós vamos receber como capacidades militares. Por óbvio, também, os benefícios à sociedade também são reduzidos.

Próximo eslaide, por favor.

Quando se fala em engajamento da BID... Aqui, nesse eslaide, eu estou trazendo apenas os principais.

Pode clicar mais uma vez.

Quando se fala nisso, não se envolvem apenas essas que nós vemos. Apenas o Forças Blindadas, que é um programa em 14, envolve 125 diferentes empresas. Então, é uma rede complexa de empresas, e menos recursos para os principais ou para os *primes* implicam os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menores. Nós temos empresas que eram fornecedoras de determinada grande... e, hoje, elas fecharam as portas ou estão passando por sérias dificuldades, o que obriga a buscar uma outra empresa na indústria nacional que possa suprir e muitas vezes não se encontra.

Então, para alimentar com recurso, tendo uma previsibilidade e um montante de recursos adequado, nós estamos falando não apenas das empresas grandes, mas também de toda essa rede de empresas nacionais, que dependem disso.

Próximo, por favor.

O orçamento do Exército. Aqui, eu destaco apenas as discricionárias e o Novo PAC. Em azul é o novo PAC. A média dos últimos seis anos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EVERTON PACHECO DA SILVA** – ... nos coloca em torno de 1,3; e a média das discricionárias, em torno de 2,3 ao ano. Multiplicando isso por seis, nós temos um 7,8 e um 13,8, que vão ser importantes para a parte da previsibilidade: o que faremos com esse recurso?

Por favor, próximo.

Na parte de investimentos, ou na parte do PAC – tratando apenas dos projetos prioritários –, a projeção, em sendo aprovada essa PEC, extremamente importante para nós, é que, para 2026, nós já teremos um aporte maior, de 1,5, 1,6, 1,7, até chegarmos ao nível do 2,0, dos 2%, em 2031. O total é aquele que nós vemos, de 24,6. Descontando o valor médio daquilo que nós já recebemos, nós estamos falando, em recursos novos, ou dinheiro novo, de um acréscimo em torno de 16,8 para projetos estratégicos apenas – para o PAC.

Próximo, por favor.

Já há um planejamento; já respondendo também antecipadamente à pergunta que o Senador Mourão fez para as outras duas Forças, já há um planejamento de onde aplicar esse recurso em cada uma; e aqui eu trouxe apenas os projetos estratégicos vinculados ao PAC.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também, por ano distribuído, o que será e qual empresa, em princípio, será beneficiada, lembrando, mais uma vez, que, quando se coloca ali Embraer, não é apenas a Embraer, mas toda a rede que compõe e que alimenta a Embraer.

Próximo, por favor.

E assim vai para 2029, 2030 e 2031. Receber mais recursos e com uma melhor previsibilidade implica que nós vamos encurtar aquela curva que eu mostrei anteriormente, que estava muito alta – aquela curva vermelha. Temos condições de trazer para mais perto, em termos temporais, as entregas e as capacidades que nós precisamos e os benefícios para a sociedade.

Próximo, por favor.

Da mesma forma, com relação às discricionárias, o previsto, se aprovada a PEC 55, no total, 35,4, descontando aquilo que normalmente já recebemos, 13,8, estamos falando em seis anos de um acréscimo de 21,6.

Próximo, por favor.

Há também, claro, uma previsão e um planejamento.

Investimentos e custeio, é mais ou menos como se divide para nós, e temos 74% hoje e 26% nas discricionárias.

Há investimentos também na parte das discricionárias – não, é claro, nos projetos estratégicos. Talvez, os projetos estratégicos reflitam mais, fique mais fácil perceber a entrega para a sociedade, mas há investimentos também, é claro, para recuperar a capacidade – é isso que está descrito nesse eslaide.

Próximo, por favor.

Assim, de forma rápida e procurando cumprir o tempo, essa é a apresentação que nós preparamos aqui. Como eu mencionei no início, ela é mais técnica com relação ao planejamento, mas, da mesma forma como a Marinha e a Força Aérea, a PEC da previsibilidade é extremamente importante para nós: a previsibilidade e o montante adequado de recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Exmo. Sr. General de Divisão Everton Pacheco da Silva, Chefe do Escritório de Projetos do Exército.

Quero registrar aqui, com muita satisfação, a presença do nosso Relator da PEC 55, Senador Randolfe Rodrigues; do nosso Senador Chico Rodrigues, presente também aqui, um amigo das Forças, assim como o nosso General Mourão; do Senador Seif, que esteve aqui, e do Senador Amin, que tiveram que presidir duas Comissões.

O que a gente fez até aqui, para os nossos colegas que chegaram, para o nosso Relator, foi ouvir, principalmente, Marinha, Exército e Aeronáutica. Se eu puder resumir aqui, brevemente, é a necessidade e a importância desse projeto para que o Brasil possa guarnecer melhor as suas fronteiras, que é uma questão de soberania, que é um tema presente, hoje, em muito discurso, mas, na prática, é necessário esse investimento para a garantia da nossa soberania no norte do país, principalmente pela área nova, pela extensão do nosso mar territorial e pela área de exploração que, em breve, deve ocorrer – outros países já fazem exploração de petróleo.

Há o problema da defesa da nossa costa, no que toca ao sul do país, à pesca, principalmente, com a presença de embarcações de outros países entrando no nosso território – há a necessidade desse monitoramento.

Há dificuldade em, mesmo que tivesse um orçamento hoje, entregar de imediato equipamentos para as Forças, porque demora de quatro a seis anos para que aviões e embarcações sejam construídos, além da formação de profissionais para eles, para operá-los.

E é importante – também foi destacado aqui – a oportunidade que o Brasil tem num mundo em guerra de vender, como já vendemos, os nossos Tucanos – já exportamos os nossos Tucanos pela Embraer, que é o nosso orgulho –, o KC-390, que é produto da indústria nacional, além dos empregos que essa cadeia da defesa nacional gera para o nosso país.

Em resumo, foi isso, além de mostrar o decréscimo do investimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz questão de dizer, Senador Randolfe, que não é nenhum privilégio deste Governo, é bom que se diga. O estudo apresentado vem desde 2014, e vem uma redução do orçamento incompatível com o que prevê a Otan e a realidade mundial do momento, do mundo em guerra e de oportunidades por isso.

Então, para ter uma ideia, e para mim isso foi o mais emblemático, Senador Chico Rodrigues, o nosso investimento na indústria nacional, na defesa nacional, hoje, comparando só nas Américas – não precisa nem ir fora do nosso continente –, é menor do que o do Uruguai – o Uruguai investe muito mais do que o Brasil, em comparação com o seu PIB, na sua indústria de defesa, na defesa nacional –, é menor do que o do Chile e é menor do que o da Bolívia, três países que têm um território muito inferior ao nosso e que têm investimentos em defesa muito superiores.

Então, dito isso e alinhado a todos, eu passo a palavra ao Sr. General de Divisão Ricardo Rodrigues Canhaci, Presidente da Imbel (Indústria de Material Bélico do Brasil), por dez minutos, com a tolerância.

**O SR. RICARDO RODRIGUES CANHACI** (Para expor.) – Senhoras e senhores, bom dia. Muito obrigado pela oportunidade.

Eu não farei uma apresentação, porque eu quis ter a liberdade aqui de já poder aproveitar as apresentações anteriores. E eu começo destacando uma intercessão entre as três apresentações – da Força Aérea, da Marinha e do Exército –, que é essa questão da redução orçamentária impactando em aditivos na execução das compras. Então, as aquisições nesses projetos estratégicos vêm sucessivamente sendo postergadas. E aproveito esses exemplos, essa realidade do postergamento dessas aquisições, para, sendo o primeiro representante da indústria, entrar na importância da indústria para a defesa nacional e no impacto que a indústria sofre com essa redução de orçamento e das aquisições.

A primeira missão que os meus colegas aqui da indústria têm, junto comigo, na direção da minha empresa – por favor, guardem bem estas duas palavrinhas, elas são muito fáceis de entender e merecem ser guardadas –: nós temos que garantir a sustentabilidade econômica e financeira da empresa e a sua longevidade. E, quando nós estamos tratando de equipamentos e produtos de defesa, a longevidade é fundamental, porque nós temos que garantir o ciclo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vida desses equipamentos, quando não for um bem de consumo, como uma munição, por exemplo. Quando estamos tratando de bens duráveis, como são esses equipamentos que foram apresentados pelas Forças, nós temos que garantir o ciclo de vida desses equipamentos por 10, 15, 20, 30 anos – às vezes, 40 anos –, e, se a indústria não sobrevive ao tempo, se ela morre no meio do caminho, as Forças ficam sem poder manter essa estrutura tão cara, tão dispendiosa, que foi construída pelo país. Olha a sensibilidade que nós temos aí. Vocês vejam agora que essa crise da Avibras é o exemplo latente disso. Quanto à Avibras, é importante que ela tenha a garantia do ciclo de vida do Astros – é fundamental isso.

Então, nós temos que entender que, se essa indústria de defesa não tiver uma previsibilidade de produção e uma efetivação de compras, porque a sustentabilidade econômica e financeira depende de o dinheiro entrar no caixa – o que vai manter a indústria é o dinheiro no caixa... E esse dinheiro não é só para manter a produção daquilo que a gente já tem; é também para financiar os projetos de desenvolvimento e inovação, porque a gente vive permanentemente em PDI.

Falando um pouquinho da Imbel, nos últimos cinco anos, a Imbel teve 68 inovações – em cinco anos, 68 inovações! –, algumas patrocinadas por órgãos de fomento, mas a maioria por recursos próprios e parcerias com o Exército Brasileiro. Então, a gente até comenta na Imbel que o Exército Brasileiro é o nosso principal cliente, 85% das nossas vendas são para o Exército Brasileiro, e hoje também temos a Força Aérea e a Marinha como clientes. Então, podemos dizer que somos uma empresa que atende as três Forças Armadas, o que nos dá muito orgulho e nos dá confiança de estarmos cumprindo com a nossa política pública de defesa nacional, mas, cada vez que o Exército tem uma restrição de orçamento, a gente faz uma brincadeirinha de que a gente cai do cavalo e leva um coice, porque a perda de capacidade de compra do Exército afeta diretamente a sustentabilidade econômica e financeira da empresa.

E nós não podemos deixar de ter o Exército como nosso principal cliente – agora a Marinha e a Força Aérea: a Força Aérea entrando na área do armamento, do fuzil; e a Marinha, de explosivos. Nós não podemos ter a opção de abandonar esses clientes para irmos ao mercado externo – muito demandante e pagando bem –, porque, uma vez contratada a produção, você não volta atrás. É importante entender como a PEC da previsibilidade é fundamental para sustentar toda essa base industrial de defesa. Uma vez que as Forças

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contrataram... Eu tenho um contrato de munição com o Exército, eu tenho que cumprir esse contrato, toda a produção está organizada para cumprir esse contrato. Se o Exército sofre uma restrição orçamentária e nós precisamos fazer um aditivo para alongar esse contrato, eu travo a produção e não consigo remanejar isso para o mercado externo. Isso não é automático, porque, quando eu vou para o mercado externo, eu vou fazer um novo contrato e, no momento em que o Exército volta a alimentar o contrato que ele tem comigo, entra em choque a produção. Eu não consigo produzir para os dois ao mesmo tempo, observem isso, e eu vou ficar inadimplente com alguém, e não posso ficar inadimplente com o nosso Exército, mas nós temos que zelar pelo bom nome da empresa, que não deve nada a ninguém e cumpre todos os seus contratos privados ou com outros entes. É por isso que, uma vez contratada com as Forças Armadas, para a indústria é essencial que o contrato siga o seu cronograma, porque toda a produção está casada com isso.

E guardem uma ideia importantíssima: as Forças Armadas, como principais compradoras, e a indústria, como aquela que produz para fornecer a essas Forças Armadas, formam um ecossistema de defesa nacional muito bonito, muito enriquecedor e gerador de prosperidade, porque ele busca novas tecnologias, ele inova, ele gera os empregos diretos e os indiretos, ele faz toda uma estrutura da economia funcionar, fomenta inclusive a formação de engenheiros, de técnicos, de operadores de produção, que são empregos de qualidade, são empregos de muita qualidade. As pessoas gostam de trabalhar nessas atividades, os salários são maiores. É a roda da prosperidade, ao mesmo tempo que a gente gira a roda da defesa e da soberania. As coisas estão interligadas.

A Imbel tem seis unidades de produção. Na área, são 13 engenharias, é uma empresa de soluções de engenharia – são 13 engenharias, tá? –, em meia dúzia de unidades de produção.

Então, nós temos, por exemplo, um tripé, que são duas indústrias químicas únicas na América Latina e uma terceira, que é metalurgia, mecânica, eletrônica, que integra, junto com as duas químicas, a produção de munição pesada no Brasil. É a única indústria no Brasil que tem todo o ciclo, toda a verticalização da produção de munição pesada.

E, ao mesmo tempo, tem um cliente aqui ao lado, meu cliente diamante, que é a CBC – cliente diamante. Por quê? Nós somos os únicos fabricantes de nitrocelulose de grau militar na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

América Latina, um dos poucos no mundo. E ele é meu grande comprador. A pólvora que a CBC fabrica é com a nitrocelulose da Imbel.

Nós temos várias indústrias, no Brasil, que produzem bombas de aviação, inclusive para atender a Força Aérea. O TNT e o RDX são das químicas da Imbel. Olha como a coisa vai se interligando.

Esse ecossistema que sustenta essa meia dúzia de unidades de produção da Imbel nos dá em torno de 1.287 fornecedores – olha que número, hein? São 1.287 fornecedores. São mais de 80 mil empregos indiretos. Nós somos responsáveis por tudo isso. Quando a rodinha começa a girar numa contratação das três Forças, eu começo a girar essa rodinha da prosperidade, com que eu vou bater na porta de mais 1.287, impactando quase 100 mil...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RICARDO RODRIGUES CANHACI** – ... empregos indiretos. Observem a dimensão disso tudo.

Isso precisa de previsibilidade, precisa de organização. Não dá também para uma Força chegar para mim hoje e falar assim: "Olha, consegui dinheiro agora, eu quero tantos tiros de munição de artilharia para amanhã". Isso não vai acontecer. Por quê? Eu preciso acionar esse ecossistema, eu preciso acionar esses fornecedores que participam dessa produção, para que eles possam fornecer. E, se eu vou ter um aumento de produção, eu tenho que avisá-los antes, eu tenho que motivá-los a investir também no aumento da sua capacidade de produção. Agora, imagina quando eu faço isso – e eu faço isso, dentro das expectativas que as Forças me passam –, e depois a coisa não acontece. Eu posso quebrar uma média empresa, posso quebrar uma pequena empresa.

Para concluir, nós temos hoje um crescimento de produção de equipamentos eletrônicos, de rádios, uma joia da coroa de soberania nacional, Senador Randolfe, que está conduzindo a PEC. Hoje nós produzimos soberania, botamos na veia ali. Essa área de eletrônica e rádio é extremamente sensível. E a gente já tem hoje equipamento nacional, sem problema de interferências, e as Forças, comprando, sabem o que estão comprando, sem caixa-preta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pois bem, aumentando a produção, eu tenho lá determinado fornecedor de um componente do rádio que estava dimensionado para produzir x por ano, e de repente eu vou produzir 10x. Eu tenho que combinar o jogo com ele. Ele vai lá ao banco, pega o dinheiro para o investimento, investe na empresa dele e fica esperando o quê? A encomenda. E, se eu não apareço para encomendar, como é que ele paga o financiamento no banco? Percebem a roda que está aqui girando?

Eu acho que, se eu conseguir passar essa visão da indústria para contribuir para o sucesso da PEC, eu já me sinto satisfeito.

Fico à disposição das senhoras e dos senhores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, é importante compreender essa cadeia de encomendas, de prazos de entrega e de empregos diretos e indiretos gerados.

Lembro que, na proposta, há um percentual próprio já carimbado para investimento – deixando claro que não vai ser gasto com pessoal, é para investimento – em que 35% são para a indústria nacional. Então, tem a reserva, para indústria nacional, desse orçamento em investimento.

Aproveitando que o Senador Randolfe está aqui, como eu fiz com os demais presentes: Randolfe, não sei se você quer dar uma palavra inicial – perdão – ou fazer algum questionamento sobre... A gente está intercalando, a cada convidado, a cada debatedor.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Pela ordem.) – Muitíssimo obrigado, Presidente, autor dessa importante proposta de emenda à Constituição, meu querido colega Senador Carlos Portinho.

Se o meu colega me permite, eu preferiria avançar, terminar de ouvir os colegas expositores, e depois nós faremos eventuais questionamentos, ponderações, complementações e o mais importante: o apoio para a proposta avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Randolfe.

Eu sei do desafio que é relatar esse projeto, e temos conversado muito a respeito, Senador Chico, porque, independentemente de qual for o governo, sempre há uma resistência em carimbar, amarrar recursos do orçamento – e é compreensível –, mas, como eu disse no início, querido amigo Randolfe, a gente já tem uma destinação para a saúde, para a educação – o que é fundamental. E quero repetir: sem a gente ter um investimento – um orçamento previsível, pelo menos, que é o que busca a PEC; se vai ser tantos por cento do PIB ou da receita líquida, isso tudo pode ser discutido, mas o importante é a previsibilidade orçamentária –, sem esse orçamento, a gente não tem território; se a gente não tem território, a gente não tem país, não tem nação e não tem por que ter orçamento para a saúde, para a educação, porque não seremos um país ou uma nação.

Senador Chico Rodrigues, aproveitando a sua presença, faço a mesma pergunta que fiz ao Senador Randolfe. Franqueio, se quiser, a palavra para algumas considerações iniciais ou, se preferir, pode falar depois dos nossos debatedores – como V. Exa. decidir.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Primeiro, gostaria de agradecer a todos os presentes, convidados, que, de uma forma clara, transparente, apresentaram um planejamento que tem uma importância vital na vida nacional.

Acabou de se pronunciar aí o meu colega Senador Carlos Portinho. Num poder de síntese enorme, é o que ele falou, é exatamente isto: você desidrata todos os programas importantes para o país, seja no Exército, seja na Marinha, seja na Aeronáutica, e defesa nacional é uma questão primordial para que você possa manter a sua soberania, a sua territorialidade, enfim.

E, com este momento de tensão internacional que nós vivemos a cada dia se agravando mais – ninguém sabe até onde vão ser contidos esses ímpetos de avanços bélicos no planeta –, nós precisamos, pelo menos em nível de Brasil, ter protegidas as nossas fronteiras totalmente, a nossa costa, a nossa Amazônia Azul, que é fundamental para a proteção, mas acima de tudo para a garantia da nossa soberania sobre o mar da Amazônia Azul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posteriormente, eu tenho algumas perguntas para fazer aqui, meu caro colega, Portinho. Eu gostaria de fazer após essa apresentação.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Mourão, V. Exa. tem alguma consideração acerca dos dois que já se manifestaram ou prefere ir à frente?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Não vou perder passagem, linguagem que já o General Helder conhece muito bem, não é?

Quero cumprimentar o General Everton, que foi meu subordinado. Quando eu era Comandante Militar do Sul, ele era o Comandante do Parque 5, responsável pela repotencialização dos M113. Parabéns, Everton.

A pergunta para você e a respeito dos drones de ataque. Tem um projeto já efetivo dentro do Exército?

**O SR. EVERTON PACHECO DA SILVA** (Para expor.) – Temos, sim senhor.

Tem um categoria 2, como nós chamamos, que está sendo feito pela Xmobots em parceria com outras empresas. Esse categoria 2 seria armado. É uma iniciativa 100% da empresa, por enquanto sem investimento nosso, sem recurso nosso no projeto. E temos a prospecção do categoria 3, que vai ser levada para o Consurt no final deste ano, no final deste ciclo aqui.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Positivo, Everton.

E para o meu amigo Canhaci é a situação da Imbel: dependente, não dependente? Como é que está essa situação aí, Canhaci?

**O SR. RICARDO RODRIGUES CANHACI** (Para expor.) – Sim, Sr. General. Obrigado pela pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da dependência é justamente de segurança diante dessa imprevisibilidade orçamentária. Então, a dependência contribui para essa sustentabilidade econômico-financeira e para a longevidade da empresa, com toda a sua complexidade. Na realidade, das seis unidades de produção que eu falei, uma é uma usina hidrelétrica, muito importante para a gente, e as outras cinco são unidades fabris, e cada uma poderia ser uma indústria própria.

Então, para manter esse complexo que nós herdamos do Exército Brasileiro, que começou com D. João VI, quando fundou a primeira fábrica de pólvora lá na Lagoa Rodrigo de Freitas... Diante de um cenário de imprevisibilidade orçamentária, a dependência era uma segurança necessária, só que, quando se fala em dependência, não significa que ela é de 100%. Por exemplo, hoje, no nosso discricionário, nós somos apenas 15% dependentes neste ano. Então, no discricionário, a tendência é 100% não dependente e, nessa rampa de construção dessa sustentabilidade, vincular justamente à possibilidade de compra das Forças, para que a gente possa ter aqueles contratos de médio e longo prazo assinados com a certeza de que serão executados. Eu acho essa é a questão. Está tudo interligado.

Eu acho que a PEC da previsibilidade vai estabilizar esse ecossistema. Independentemente do valor, o sistema precisa de estabilidade, porque a gente ajusta a produção dentro dessa estabilidade e sabe o que vai acontecer. Aí a gente constrói a não dependência com segurança, que é o que já está acontecendo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, General Mourão.

Vou passar agora ao Sr. Fábio Henrique Caparica, Vice-Presidente de Contratos da Embraer Defesa e Segurança.

**O SR. FÁBIO HENRIQUE CAPARICA SANTOS** (Para expor.) – Obrigado.

Bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar o Senador Carlos Portinho, Presidente da Mesa, o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Hamilton Mourão, o Senador Chico Rodrigues, os colegas da mesa, os oficiais Generais, também os amigos da indústria e todos os presentes.

É um prazer muito grande aqui falar pela Embraer e trazer um pouco do contexto como base industrial de defesa e também como participante dos projetos estratégicos, muitos dos quais já foram citados aqui.

Ao falar da Embraer, a gente gosta de falar um pouquinho, se lembrar da motivação e do nascimento da empresa. A empresa nasceu justamente com esse impulso em direção à autossuficiência em setores estratégicos como o é o setor aeroespacial de defesa. A aeronave ali, a primeira que se vê, em 1968, é a aeronave Bandeirante, desenvolvida ainda dentro do ITA. E aí nasce, em 1969, a Embraer, com o desafio de produzir em forma serializada o Bandeirante.

Podemos ver no próximo eslaide que isso foi o início de toda uma trajetória. No mês passado, completamos 56 anos de existência e, ao longo desse ano, a gente vê ali na linha do tempo, os projetos vieram crescendo em termos de complexidade, em termos de tecnologia e valor agregado. São plataformas aéreas que hoje são colocadas em diversos mercados, não apenas de defesa, mas – vou falar um pouco mais à frente – também na aviação comercial executiva.

Mais recentemente, a partir de 2011, vemos também ali a Embraer entrando para fornecimento de soluções que vão além das plataformas aeronáuticas. Então, aqui estamos falando de soluções para radares e sistemas terrestres, em benefício dos projetos do Exército Brasileiro. Estamos falando de projetos navais, como já foi mencionado pelo Almirante em relação às fragatas classe Tamandaré, além das empresas subsidiárias que compõem o Grupo Embraer, como a Atech, que tem participação no controle de tráfego aéreo, o Labgene, junto com a Marinha, e também a Visiona, no âmbito espacial.

Nós somos hoje um grupo de 23 mil colaboradores, dos quais 18 mil no Brasil.

Então, a nossa participação enquanto indústria... E nós vamos falar um pouco aqui... Acho que a ideia é tangibilizar o retorno disso à sociedade e o que significa um investimento em projetos estratégicos na área de defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós geramos hoje 184 mil empregos indiretos e temos uma gama de produtos. Só em termos de aeronaves, são mais de 9 mil aeronaves entregues. A gente gosta de dizer que, a cada dez segundos, em algum lugar do mundo, alguma aeronave da Embraer está decolando. Isso é muito significativo dentro de mais de 2 mil clientes que nós temos na nossa base. E são mais de 60 forças armadas e governos que utilizam os nossos produtos.

Pode passar.

Hoje a Embraer está dividida em cinco principais unidades de negócios.

A aviação comercial é bastante conhecida, em que nós temos os nossos jatos de aviação regional e temos tido bastante sucesso nesse mercado.

A aviação executiva com um portfólio bastante específico desenvolvido para esse mercado. Temos aqui produtos como o Phenom 300, que, já há 13 anos, é o mais vendido na sua categoria. Então, é também uma aviação bastante desenvolvida, um mercado bastante desenvolvido.

Em defesa e segurança, nós vamos falar mais dos projetos. E aqui, só, novamente, trazendo, nós temos aqui o KC, o Super Tucano, com plataformas aéreas, e também o nosso portfólio de radares, o portfólio de soluções integradas de sistemas de fronteira, a parte em atendimento à Marinha para os projetos na área naval e soluções de sistemas integrados com as nossas empresas subsidiárias.

Serviços e suporte é uma unidade de negócio vocacionada ao atendimento em operação desses produtos. Então, olhando o ciclo de vida, a vocação nessa unidade de negócio é garantir que os nossos produtos, onde estiverem operando, para os diversos mercados, estejam bem atendidos.

A última unidade de negócio é a mais recente. Nós estamos falando aqui de uma unidade de negócio que até é o resultado de um processo de inovação; no caso, inovação disruptiva. Nós estamos falando de um produto em desenvolvimento que visa a atender o futuro do mercado de mobilidade urbana, que é o nosso eVTOL.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Falando um pouco mais da nossa participação nos projetos estratégicos, nós não trouxemos aqui todos os projetos, mas estamos com participação efetiva nos projetos estratégicos das três Forças.

Iniciando pela Força Aérea Brasileira, nós temos a nossa participação no KC-390, e nós vamos falar um pouco mais sobre esse projeto; no Super Tucano também – o nosso amigo Brigadeiro Walcyr já falou bastante sobre esses projetos –; e no Gripen, em parceria com a Saab, nós temos uma linha de produção nacional para fornecimento dessas aeronaves aqui no país.

No Exército Brasileiro, nós temos um portfólio de radares; são radares – alguns deles já em produção serializada – em operação. Temos radares em desenvolvimento, com altíssima tecnologia e valor agregado, como é o caso do radar M200 Multimissão; e os projetos de vigilância de fronteira, o Sisfron, a implantação da fase piloto, da segunda fase, das fases futuras, a tecnologia envolvida na solução integrada e o conhecimento que foi desenvolvido ao longo de 15 anos.

Com a Marinha... Não vou me deter aqui, porque o colega Paulo Alvarenga vai ter a oportunidade de falar bastante sobre o projeto, mas há aqui uma parceria, uma sociedade de propósito específico, que é Águas Azuis, em que a Embraer e a Thyssenkrupp têm trabalhado para fornecer as fragatas classe Tamandaré para a Marinha. Aqui eu poderia também colocar a Atech, que tem o projeto Labgene junto com a Marinha, como o Almirante já trouxe.

Falar desses projetos e falar dessa história da Embraer nos remete claramente a falar de pessoas. A Embraer hoje é o que é e conseguiu chegar até onde está em função das pessoas que ali trabalham e do envolvimento, tanto do ponto de vista de desenvolvimento, como também do orgulho que se coloca para aquilo que se faz na empresa.

Como o General Canhaci trouxe bem, nós estamos falando de uma indústria bastante desenvolvida em termos de qualificação. Nós temos hoje, na Embraer, três vezes o salário médio acima do salário médio nacional. Nós estamos falando de uma qualificação em que mais de 1,4 mil dos nossos profissionais são profissionais com especialização em mestrado, doutorado ou outras pós-graduações; um Programa de Especialização em Engenharia – sou até meio tendencioso de falar, eu sou egresso de uma das primeiras turmas; 20 anos atrás participei do programa –, no qual buscamos trazer egressos das universidades, engenheiros recém-formados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para uma parceria com o ITA em termos de mestrado profissionalizante, formando uma mão de obra bastante qualificada e específica, que é muito cara à nossa indústria e muito relevante para mantermos as capacidades que nós temos, inclusive para pesquisa e desenvolvimento.

Nós estamos numa indústria que não se pode dar o direito ou o luxo de não investir. Então, nós temos que investir em pesquisa e desenvolvimento, temos que estar na vanguarda tecnológica para termos produtos competitivos, não apenas para os nossos produtos atenderem às Forças no Brasil, mas também para termos competitividade internacional, que é o que a longo prazo dá sustentabilidade com as exportações.

No Brasil, anualmente, nós temos trazido investimentos da ordem de R$2,7 bilhões em P&D e Capex, e são mais de 5,5 mil colaboradores que se dedicam apenas à atividade de pesquisa e desenvolvimento dentro da empresa.

Falando em retorno para a sociedade, eu acho que é legal a gente trazer um pouco da tangibilidade do que nós estamos falando, de como esses projetos, essas iniciativas retornam. Cada um desses projetos, uma vez que eles maturam e são empregados nas Forças, têm hoje... As Forças Armadas, na hora em que especificam os requisitos... O Brigadeiro Walcyr trouxe muito bem que o KC e o Super Tucano foram gestados dentro da Força Aérea Brasileira, esses requisitos foram trazidos, foram desenvolvidos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FÁBIO HENRIQUE CAPARICA SANTOS** – ... e hoje são projetos com uma capacidade muito grande de estar no mercado internacional de forma competitiva.

Então, hoje nós estamos falando de investimentos em exportação de produtos com alto valor agregado. No ano passado, nós tivemos um recorde de participação nessa exportação; 40% da exportação de defesa no ano passado foi em aeronaves da Embraer. E nós movimentamos uma cadeia de suprimentos envolvendo mais de 2,6 mil fornecedores nacionais no desenvolvimento dessas soluções.

Por óbvio, soluções que foram desenvolvidas dentro do projeto estratégico foram custeadas dentro do orçamento que nós estamos aqui inclusive debatendo, mas a frente retorna

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não só no impacto social e no impacto econômico, mas também em *royalties*. Em cada venda que desse produto são vendidos, retornam *royalties* para o Governo brasileiro.

Vou colocar dois exemplos aqui, só para a gente trazer um pouco de números.

O KC-390, de forma individualizada, gera hoje 20 mil empregos, e são mais de 500 empresas nacionais envolvidas. Nós estamos hoje falando de 11 forças aéreas com uma carteira de 50 aeronaves, mas observe bem que – o Senador Carlos Portinho trouxe – nós estamos falando de um mercado potencial enorme para esse produto, nós estamos falando de US$60 bilhões em mercado endereçável nos próximos 20 anos, o que nos dá a condição de enxergar que isso vai ainda gerar um ciclo virtuoso, em termos de retorno à sociedade, por muitos anos, num investimento que foi pensado pela Força Aérea Brasileira lá atrás – que hoje já dá resultado, e vai continuar dando por muitos anos.

O Super Tucano, da mesma forma, um projeto que data de 1999, hoje gera mil empregos diretos. Nós estamos falando de expressivas 300 aeronaves, seja em operação ou em contratos para entrega, em 22 forças aéreas e, novamente, ainda com um mercado potencial de exportação enorme, nós estamos falando de US$6,5 bilhões em mercado de exportação futuro.

Observe que nós estamos entregando agora, para a Força Aérea Portuguesa, o nosso primeiro cliente, a Otan, o que abre um mercado muito significativo para essa aeronave também no continente europeu e em países da Otan.

Como o Brigadeiro Walcyr Josué já trouxe, também há a questão da atualização da frota da FAB, que historicamente já opera essa aeronave com muito êxito, e a gente enxerga aí que a atualização se faz bastante importante.

Indo além da Embraer, então, falar da Embraer é o que nós trouxemos em termos de número e de resultado, mas eu acho que falando de BID (Base Industrial de Defesa) – o número já foi trazido pelo General Everton aqui –, cada real investido, de fato, representa no PIB dez vezes esse valor. Isso nós estamos falando de que forma? De empregos altamente qualificados, nós estamos falando de geração de renda, tecnologia, que é originada dentro de projetos de defesa e que depois transborda para projetos com uso dual, e da competitividade da indústria brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que isso tudo encontra uma sinergia muito grande. Como foi falado, nós estamos num país de dimensão continental e com desafios de toda ordem. Então, quando a gente fala dos desafios que vão desde a segurança nacional, com soberania e integridade territorial, à questão de resposta a crises, redução de vulnerabilidade em áreas tecnológicas estratégicas, são esses projetos que fornecem capacidades e meios para endereçar muitos desses temas, que são fundamentais para a nação.

Por óbvio, esses projetos... é importante falar e tangibilizar os resultados que esses projetos dão, porque, obviamente, esses projetos, para o seu encaminhamento, estão altamente dependentes da questão orçamentária. E, anualmente, nós trabalhamos enquanto base industrial de defesa com esses projetos, junto com as Forças, no desafio de compatibilizar os cronogramas, os contratos com o orçamento, à LOA disponível e fazer com isso o melhor encaminhamento dos contratos.

Mais recentemente, a LOA tem vindo numa média de cerca de 25% – obviamente que varia de contrato a contrato – abaixo do... a LOA *versus* o contrato, o que nos traz uma visão. E acho que é importante trazer que os projetos de defesa, historicamente, são projetos com alta eficiência de execução orçamentária. Tanto a BID quanto as Forças têm empregado meios e capacidades para garantir que a execução orçamentária seja muito bem conduzida, de forma que a mensagem que se tem...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. FÁBIO HENRIQUE CAPARICA SANTOS** – ... é de que o dinheiro investido nos projetos e na base industrial de defesa se reverte claramente em capacidades – um retorno à sociedade –, mas também na garantia de que esse orçamento vai ser utilizado dentro do período e trazendo os resultados previstos.

Então, gostaria de encerrar só concluindo que a previsibilidade orçamentária garante à BID condições mínimas de planejamento e estabilidade. Então, a palavra trazida aqui, de sustentabilidade e planejamento, é muito importante, porque é isso que dá condição de se colocarem os recursos e os meios empregados para que a gente possa planejar e entregar esses projetos. Ela estimula exportações de bens e serviços de alto valor agregado, gera independência tecnológica em setores altamente estratégicos, e incentiva pesquisa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento e inovação, gerando novamente os empregos de que nós falamos, com alto grau de especialização.

Encerro aqui a minha exposição, agradecendo pela atenção de todos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quero deixar registrado que eu achei muito interessante essa questão. Se a gente está falando em, de certa maneira, provisionar no orçamento um percentual mínimo, no caso da proposta original do PIB, para as Forças Armadas, é de se entender que, movendo a indústria de defesa, a indústria, nós estamos devolvendo dez vezes mais do que o investimento, de retorno do que está sendo investido.

E quero deixar claro aqui, como bem lembrou o Almirante, que quando a gente fala "no mínimo" não significa que serão entregas mínimas; é o mínimo para poder estimular toda uma cadeia de grandes entregas, geração de emprego e de riqueza.

Dito isso, eu vou passar a palavra agora, nessa primeira mesa, para o nosso último palestrante, que é... perdão, o Sr. Paulo Ricardo Gomes, Diretor Comercial da Companhia Brasileira de Cartuchos, por dez minutos.

**O SR. PAULO RICARDO GOMES** (Para expor.) – Senador Portinho, demais Senadores, senhores e senhora, é muito importante para a CBC participar desta discussão de algo crítico, não só para a base industrial de defesa, mas para a soberania nacional também.

Vamos lá?

A CBC hoje é um grupo global, que começou como uma empresa daqui, do Estado de São Paulo, que foi crescendo, e hoje é o maior grupo de produção de munições de pequenos calibres do mundo, e somos o principal fornecedor de todos os países membros da Otan. Então fornecemos para desde as forças armadas da Alemanha, Inglaterra, da Força Aérea e Marinha de todos os países, com um ponto bastante interessante que nos leva aqui também a torcer para que essa PEC passe, pois contratos plurianuais de fornecimento de insumos, que é o nosso caso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazem uma redução extremamente grande no custo do produto e na capacidade de compra de todas as forças.

Hoje o grupo também participa do controle da Taurus aqui, no Brasil. Na Índia, nós temos uma participação também majoritária numa empresa de produção de munições e também somos acionistas do grupo Colt CZ, que é um grupo tcheco, mas com presença nos Estados Unidos.

Podemos passar.

Aqui rapidamente um *footprint* global da nossa companhia.

Além das armas e munições, nós também produzimos hoje a pólvora. Estamos com um novo projeto agora, nos Estados Unidos: a gente deve começar a produzir não só pólvora, mas também, nos Estados Unidos, nitrocelulose, General. A gente deve fazer um investimento lá com quatro, cinco anos de previsão de início.

Podemos passar.

É uma empresa centenária. Faremos, em fevereiro do ano que vem, cem anos de existência. Nós já fomos parte do Exército brasileiro, durante a Segunda Guerra Mundial. O Exército era um dos controladores da CBC e também de outras empresas americanas, e depois ela foi privatizada, nos anos 60, e o atual controle vem desde essa época.

Vamos lá?

A gente investiu, nos últimos anos, somente aqui, no Brasil, e somente na CBC, quase R$ 1 bilhão para poder manter a atualização tecnológica necessária.

Eu conto uma história que é interessante. A Remington americana quebrou uns quatro, cinco anos atrás e foi colocada à venda. E a gente estava muito curioso de entender o porquê desse processo. Então, os nossos engenheiros foram visitar a Remington, nos Estados Unidos – lá é o principal mercado consumidor, marca mais tradicional – e, ao chegarem lá, nossos engenheiros entenderam que o problema era capacidade produtiva: eles não investiram em equipamentos, não investiram em tecnologias; enquanto a gente produzia 5x de munições por hora, eles produziam 1x de munições. Então, o custo era totalmente fora do que o mercado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigia e, por isso, não tinha viabilidade econômica. Então, essa é a necessidade de investimentos constantes na base industrial de defesa.

Podemos passar?

Somos uma empresa estratégica de defesa, pesquisa e desenvolvimento. É muito importante, como dito aqui, pelas forças também. Hoje nós temos uma equipe de quase trezentos engenheiros que desenvolvem tecnologia. Nós tiramos das universidades, assim que se formam, e levamos, em média, quatro, cinco anos para formar esse engenheiro com capacidade de atuar no nosso negócio. Então, é também muito importante previsibilidade, para que esses investimentos e essas contratações possam ser feitas, para que a gente tenha perenidade, tenha futuro estável.

Podemos passar?

Mais um.

Vamos lá também.

Aqui a gente vê o consumo de munições das Forças Armadas no Brasil nos últimos anos, desde 2009. A gente vê uma variedade muito grande e a gente tem ciclos, como 2010 e 2011, de grandes consumos; em 2016, um volume muito pequeno, e depois voltamos, em 2022 a 2023, num crescimento. E essa instabilidade no consumo, se a gente não tiver um mercado internacional, como disse o General, inviabiliza o negócio. A gente precisa sempre estar investindo, constantemente. Por isso a previsibilidade traz constância. Nossa capacidade de produção é muito grande. A gente tem o Exército sempre como primeiro cliente do nosso ano, porém a gente necessita ter outros mercados para poder viabilizar e, com previsibilidade, a gente conseguiria uma redução de custo gigantesca para as Forças Armadas.

Próximo. Vamos lá, pode passar. São quatro.

Reduziria custo de aquisição, fluxo de compra internacionais.

Numa conversa, há alguns dias, com o General Lancia, no Colog, ele nos falava do ciclo que ele tem para comprar munições de médio calibre, que nós estamos entrando nisso agora – o Almirante Zampieri também sabe dessa história. Ele leva cinco anos para ter um produto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegando aqui. Então, ele precisa ter o dinheiro hoje, pagar hoje o fornecedor internacional para, daqui a cinco anos, ele estar na linha, usando esse produto.

Com a indústria nacional, basicamente, hoje, em de oito a dez meses, ele tem o produto dentro do quartel e pode utilizar.

Então, isso implicaria também para as Forças e para a nação uma redução enorme de custo.

É muito importante também que a gente tenha a questão de revalidação das munições. Muitas vezes, as munições têm um período de vida útil, mas, depois desse período, ela está ativa. E a tecnologia para fazer isso, quando feita no Brasil, traz de novo uma nova redução de custo.

Então, é importante a base industrial de defesa estar qualificada para isso e ter estabilidade para poder fazer isso constantemente.

Podemos passar.

Rapidamente, a gente desenvolveu, junto com o Exército brasileiro, uma munição de 30mm, que era alemã, usada em canhão Bushmaster. Isso trouxe uma redução de custo de quase 50% na compra desse produto.

Com a Marinha e também com o Exército, as granadas de 40mm, as munições também para o Tucano. As munições para o AMX também foram nacionalizadas.

Hoje, a gente tem – podemos passar – as *pumps*, que são calibres 12, também desenvolvidas, material de emprego militar. Nós exportamos também bastante esse produto.

Podemos passar. Mais um.

Aqui, nós temos novos produtos, que a gente está em negociação ainda, com a Força Aérea, com o próprio Exército e com a Marinha, para desenvolver novos produtos e nacionalizar esses produtos, para que a gente consiga reduzir custo.

De novo, a falta de previsibilidade orçamentária faz com que esses produtos, que levam em média de três a cinco anos para serem desenvolvidos, nacionalizados... Porque daí, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disse bem o General, eu vou precisar de explosivos da Imbel... Eu vou precisar de outros insumos de outras indústrias nacionais.

Então, concatenar tudo isso para que a gente consiga desenvolver, testar e aprovar o produto, dentro de normas não só nacionais, mas internacionais, leva tempo e precisa de previsibilidade.

Fica aqui, rapidamente, a nossa exposição.

Eu acho que era isso.

Obrigado, Senador Portinho, de novo.

E acho que a mensagem, como disse bem o General, é que precisamos de previsibilidade para ter redução de custo, soberania e crescimento econômico.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom.

Encerrando esta primeira mesa, queria saber se o Senador Mourão tem alguma questão a fazer.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Só uma pergunta ao Paulo Ricardo Gomes em relação à questão do tarifaço. Quais são as consequências para a CBC?

**O SR. PAULO RICARDO GOMES** – A gente tem 10 mil empregos no Brasil diretos hoje, General, e 30 mil indiretos.

Para a indústria de munição, o mercado civil americano é por volta de 20% do nosso faturamento. Já para o mercado militar americano, Marinha, Força Aérea e Exército americanos, o tarifaço não impacta.

E o mercado nacional brasileiro também é por volta de um terço do nosso negócio.

Então, o impacto para a CBC Munições não é relevante. Mas para outras empresas do grupo, como a Taurus, é extremamente – ela está no Rio Grande do Sul. A CBC tem uma segunda indústria no Rio Grande do Sul, em Montenegro, que o senhor conhece. Essa indústria tem um impacto maior, porque ela produz armas calibre 22 LR, que são armas para o tiro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esportivo, e é a maior fabricante de armas de 22 LR do mundo – fabricamos 1 milhão de armas e exportamos 90% disso, e metade disso para o mercado americano.

Então, lá a gente tem algum impacto; estamos ainda estudando com o mercado europeu e asiático, que a gente atende, redução de custos e aumento de preços, por ora sem demissões, mas a gente pensa que, na indústria de armas, a gente pode ter aí algum impacto nos próximos meses ainda.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Randolfe, para a sua colocação.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Para interpelar.) – Presidente Portinho, não sei qual dos senhores na mesa poderia, pelo menos, responder aproximadamente.

Primeiro, eu acho que nós temos que partir de uma constatação: a situação, no cenário que está, não pode continuar. Por isso, é muito feliz a iniciativa do colega Portinho, na apresentação desta Proposta de Emenda à Constituição nº 55.

Nós temos – e é por isso que isto não é uma questão de governo, é uma questão do Estado brasileiro – uma continuada desvalorização dos recursos destinados às nossas Forças Armadas. Isso vem pelo menos desde os anos 1990, e tivemos um aprofundamento nos últimos anos. Até entendemos as razões, por óbvio, do Estado nacional do Brasil, em ter algumas prioridades, só que nós estamos diante de uma circunstância colocada atualmente, e eu quero partir disso, para dizer que temos um ponto de consenso de onde partir.

A situação, hoje, como está, não pode continuar. Nós temos que deter a acentuada desvalorização, sucateamento e perda de recursos das nossas Forças Armadas, sobretudo porque, em que pese que todas as outras escolhas que têm que ser feitas pelo Brasil, nós estamos na metade da terceira década do século XXI, em um mundo cada vez mais belicoso, em que não é mais... Eu diria que, nos anos 1990, quando nós vivíamos a queda da chamada Cortina de Ferro, quando vivíamos uma mudança da polarização global que existia, até era

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

justificado as nações iniciarem um processo de desarmamento e, talvez, tivesse até uma explicação para a redução das despesas e dos gastos militares.

Não é a realidade que nós estamos vivendo hoje. Soberania passou a ser um conceito relativizado; nós estamos numa disputa global que eu acho que vai marcar a geopolítica deste século XXI, entre grandes nações; nós estamos num processo acentuado de desvalorização nosso. Eu reitero isso, porque – o General Mourão sabe muito bem disto – nós já tivemos as Forças Armadas mais equipadas da América Latina e da América do Sul. Hoje, a gente tem que falar baixinho, mas não é a condição que nós temos atualmente, nem no nosso subcontinente americano.

E nós temos circunstâncias para exercer no nosso próprio continente. Nós temos questões delicadas em nossa fronteira, que têm a ver com o narcotráfico. Nós, paradoxalmente a tudo isso, ampliamos nosso mar territorial – saúdo a Marinha por essa conquista –, nós ganhamos uma Alemanha nova por conta de uma convenção internacional, mas isso requer mais área de nosso mar territorial, quase uma Alemanha inteira – quase –, um pouquinho mais de Brasil. Nós temos o Brasil terrestre, mas temos um enorme Brasil marítimo, com que também temos que tomar cuidado.

Nas nossas fronteiras terrestres, e eu sou de uma dessas, nós temos o problema do narcotráfico. Nós temos também problemas com vizinhos complicados – não é fácil a vida do meu colega Chico Rodrigues na vizinhança ali, não –, na vizinhança com todos os problemas que a Venezuela tem.

Então, por tudo isso, eu queria partir disso, para fazer o diagnóstico de que a realidade como está não pode continuar. Não podendo continuar, acho que a primeira contribuição é a proposta do Senador Portinho, que é uma primeira, forte e importante contribuição ao debate.

Eu queria... Eu não sei quem da mesa poderia ponderar, dialogar com o seguinte questionamento: o que seria hoje razoável se nós estivéssemos em uma espécie de ascensão, de gradação, de recuperação do poder orçamentário das Forças Armadas? Nós teríamos números a dar, sem falar de receita corrente líquida, sem falar de Produto Interno Bruto? Nós teríamos números, cifras, que poderíamos dizer: "Olhem, este número já seria um bom ponto de partida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para começarmos a recuperar o potencial das nossas Forças Armadas"? Essa pergunta que eu faço fica para qualquer colega da mesa que queira fazer alguma consideração.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou seguir a ordem, porque o original é o mais fácil.

Nosso Almirante Alexandre Rabello, com a palavra.

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** (Para expor.) – Senador, acho que a pergunta do senhor é extremamente relevante, principalmente a reflexão de que do jeito que está não continua, porque o que a gente está vendo – e eu acho que as apresentações, pelo menos, das Forças apontam neste sentido – é: a nossa capacidade de defender o país num mundo cada vez mais conflituoso é questionável, mas eu acho que sim, as forças têm... E eu adianto para o senhor que o Ministério da Defesa está consolidando isso. Entendo que é muito importante nós termos algumas condicionantes nessa aplicação de recursos; uma delas é o fortalecimento da indústria e o favorecimento do desenvolvimento e da inovação no país, ou seja, não vale a pena simplesmente nós colocarmos o dinheiro e as forças buscarem soluções no exterior.

Nós temos que, de alguma forma e gradativamente, deixar de ser consumidores de tecnologia estrangeira para desenvolvermos soberania. As forças estão caminhando nesse sentido, e temos tido ajuda de parceiros estratégicos, alguns deles estão nesta sala aqui. Eu vejo que esses investimentos ocorrem paulatinamente, a solução não vem do dia para a noite, nem as entregas são rápidas. Elas tinham que partir dessas condicionantes e mais uma: de um projeto que integrasse essas capacidades das três Forças num amplo programa de defesa do país integrado, mas existem cifras, sim, e eu penso que elas precisam ser arrojadas nesse grande concerto de integração de capacidades. As Forças precisam trabalhar mais integradamente.

Essa é a minha contribuição.

Obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou pedir ao nosso Brigadeiro, Walcyr, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. WALCYR JOSUÉ DE CASTILHO ARAÚJO** (Para expor.) – Senador, é muito importante que a gente tenha aqui a visão de que essa proposta que traz a previsibilidade orçamentária vai poder atuar em dois eixos muito relevantes para as Forças. O primeiro é manter a sua capacidade operativa, é nós recuperarmos investimentos que deixamos de fazer na manutenção, para que os nossos meios voltem a estar disponíveis, os tripulantes no seu treinamento ideal. O segundo eixo é esse, naturalmente, do investimento desses projetos que substituem esses equipamentos ou que trazem as Forças Armadas para sua atualização tecnológica necessária para fazer frente à sua missão constitucional. Então, nesse aspecto, as Forças fizeram, junto com o Ministério da Defesa, uma análise a respeito desses valores que o senhor traz aqui, fizemos em torno dessa questão da receita corrente líquida, e o que eu posso afirmar para o senhor é que hoje existem números que mostram exatamente a compatibilidade disso, que seria esse valor de 1,5% da receita corrente líquida, ascendendo até 2% da corrente líquida.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pergunto aos nossos outros debatedores se alguém...

Por favor, General Everton.

**O SR. EVERTON PACHECO DA SILVA** (Para expor.) – Senador, só confirmando, como as outras duas Forças fizeram, nós apresentamos esses números para o Ministério da Defesa, temos essa perspectiva de receber e onde aplicar, privilegiando, sim, a indústria nacional sempre, mas já estamos preparados para isso. Nós hoje, na verdade, já temos condições de receber, se esse recurso vier. Nós fazemos esse planejamento com antecedência e já temos esses números.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Podemos prosseguir, Senador Randolfe?

Muito obrigado pela sua intervenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria agora... Eu não vou desfazer a mesa – é lógico, caso alguém, dos participantes da primeira mesa, tenha algum compromisso e queira se ausentar, fique à vontade – para a gente poder ganhar velocidade aqui e vou dar a palavra de imediato a Sebastian Wantenberg, Diretor de Relações Institucionais da AEL Sistemas, que é uma empresa – ele vai explicar melhor –, de componentes, muitos deles fornecidos aqui para as nossas Forças Armadas, inclusive que equipam os aviões Gripen, se não estou enganado.

**O SR. SEBASTIAN WANTENBERG** (Para expor.) – Bom dia, Senador Portinho. Obrigado pela oportunidade.

Quero parabenizá-lo, porque, não só no Senado, o senhor tem levado este debate adiante, mas também em tantos outros espaços da base de indústria de defesa em que a gente tem cruzado, e o senhor sempre levando essa bandeira, com muito carinho, muito cuidado e muito respeito pelo tema.

Só queria fazer um reparo, porque o Senador Mourão é gaúcho, do que o senhor tratou no início. Não vamos deixá-lo ir ao Rio de Janeiro, por enquanto; vamos deixá-lo no Rio Grande do Sul. Uma pena que não seja gremista, mas isso a gente supera, né?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Tudo é possível, Sebastian.

**O SR. SEBASTIAN WANTENBERG** – Senador Mourão inclusive tem agenda já na nossa empresa, no próximo dia 19.

Então, por favor, se puder passar.

Vou apresentar rapidamente a empresa e pensei mais em tratar de aspectos econômicos da base de indústria de defesa e segurança, que é o que eu acho que vai dar subsídios importantes aqui para o nosso debate.

Nós somos uma empresa gaúcha que hoje tem mais de 500 colaboradores – desses, metade são engenheiros – e uma receita anual que hoje está em US$100 milhões, dos quais 50% se destinam a exportações. Temos enorme orgulho de fazerem parte da nossa lista de clientes as três Forças Armadas, a primeira delas foi a FAB, até hoje é a principal cliente nossa, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito orgulho ainda de contar com as nossas O&Ms também, que são a Embraer, a Saab e a Airbus, o grupo Airbus, que é aqui representado pela Helibras. Então, isso nos orgulha muito e sentimos que assim estamos plenamente integrados à BID.

Rapidamente, são seis setores nos quais a gente desenvolve tecnologias em Porto Alegre. No setor aeroespacial, o senhor citou bem, temos o projeto não apenas do Gripen, mas o projeto também do KC conta com a nossa tecnologia, o projeto do Super Tucano, o F-5 nos diversos processos de modernização.

É interessante, porque... Eu não me lembro quem trouxe a questão – acho que foi o Almirante – das horas-homem nos projetos. Só o *display* do Gripen levou 500 mil horas de engenharia para ser desenvolvido, e esse *display*, ao contrário do que muita gente pensa... Porque, se fala e fala do Gripen: "O Gripen brasileiro". Não, os *displays* de todos os Gripens do mundo levam este... Ou seja, todos os Gripens do mundo levam este *display*, que é desenvolvido na cidade de Porto Alegre, seja ele vendido para a Tailândia, para a Suécia, para qualquer país que vá usar essa tecnologia. Então, é conteúdo brasileiro equipando forças não só nacionais, mas de todo o mundo.

Setor de C4I (Comando, Controle, Comunicações, Computadores e Informação), onde se destaca, com muito orgulho, o projeto Link-BR2, que também é um projeto que foi pensado pela FAB. Não é originalmente um projeto da AEL, mas um projeto da FAB que nós temos a honra de ajudar a desenvolver.

Sensores e Guerra Eletrônica, que é uma das principais apostas nossas daqui para a frente, e os conflitos atuais têm mostrado que é muito importante isso.

Veículos não tripulados. A FAB também conta com os nossos veículos não tripulados.

Treinamento e simulação, e também todos os serviços que são inerentes à nossa atividade.

Já se falou muito, não vou gastar novamente tempo repetindo qual é o tamanho dessa indústria, mas eu gostaria de destacar que ela não é apenas uma indústria que tem um fim em si mesma, ela não gera resultados só para as Forças Armadas. O último item lá fala um pouco da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

inovação: a internet é uma tecnologia que originalmente foi militar, o GPS, a inteligência artificial, os aviões a jato.

E, para dar um outro exemplo, que não está ali, mas é muito próximo do que vamos ver em breve, por exemplo, existe uma coisa chamada mira SWIR, pela qual a gente consegue olhar através de neblina, de *fog* intenso. E, para quem não sabe, o iPhone é desbloqueado com um sistema de *laser*, é um *laser* que é emitido pelo telefone, infravermelho, vai até o nosso rosto, volta e sabe que nós somos nós. Por exemplo, no futuro, quando essa tecnologia tiver a capacidade de ser embarcada no iPhone, o General Mourão sabe que nós vamos poder estar em Bagé, onde ele nasceu, no interior do Rio Grande do Sul, com um frio intenso e ainda todos cobertos, poderemos desbloquear o nosso aparelho telefônico.

Então, é para muito além da questão das Forças Armadas, é para muito além da questão da defesa nacional e do poder de dissuasão, é também para o crescimento tecnológico, o desenvolvimento tecnológico. O Almirante citou muito bem: muitas outras tecnologias vêm desse investimento, que é feito na Base Industrial de Defesa e segurança.

Sobre a base, o que a gente traz aqui como grandes desafios? A previsibilidade orçamentária, evidentemente já foi trazida aqui, é consenso entre todos nós, mas eu queria falar de outros aspectos também, por exemplo, a escala de produção. Hoje, apesar de nós termos algumas empresas, que somos de porte grande, assim como a Embraer, a Helibras, a AEL, nós temos uma enorme dificuldade em desenvolver cadeia de fornecedores locais, o que é um desejo, certamente, de todos nós: contar com um *supply chain* brasileiro, que possa suprir, se não todas, boa parte das nossas necessidades. Então, a escala de produção, especialmente para as empresas de menor porte, para que elas possam crescer, é importante também para as empresas maiores.

Uma maior integração com a academia. Existem, a gente sabe que tem questões de sigilo, enfim, dificuldades, mas a gente vê com muito bons olhos e tenta, mas a gente nota que a academia ainda é um pouco resistente em certos lugares, em fazer parcerias com a BID.

O acesso ao crédito e financiamento, principalmente para os pequenos; os grandes precisam muito menos de financiamento do que os pequenos, porque suas próprias operações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

já conseguem financiar suas atividades, mas é algo fundamental que a gente traga também. É um desafio.

As licenças de exportação, que a gente não comentou aqui, é um assunto que diz respeito ao Itamaraty, mas é uma dificuldade hoje. Nós estamos deixando muito dinheiro na mesa por não poder exportar para países como a Ucrânia, por exemplo. Nós poderíamos exportar milhões e milhões de dólares por ano para a Ucrânia no conflito atual, ou para outros países em conflito, e a política do Itamaraty não permite que o Brasil venda para países que têm conflitos internos ou externos. Não vamos resolver isso nesta mesa, mas é um aspecto importante se pensamos em investimento e em crescimento da BID.

E por último – e o senhor falou muito bem no início, quando abriu – é a educação sobre o setor. As pessoas não fazem a mínima ideia do que é que se trata o mercado de defesa. Elas pensam que, efetivamente, se destina unicamente ao pagamento dos soldados. É importante, é importante que ganhem bem, que tenham uma carreira, uma carreira digna, mas é importante que eles conheçam tudo isso que a gente vem falando, de tudo que nasce da indústria de defesa e segurança.

Isso tem que ser uma *mea culpa* nossa também. A indústria, como um todo, nunca se colocou muito na rua e muito publicamente como uma indústria que quer contar o que faz, e muita coisa pode ser contada e pode ser contada com muito orgulho e muito caso de sucesso.

Próximo, por favor.

Sobre a PEC então. A previsibilidade e a quantidade dos investimentos, já falei.

A segurança jurídica para a indústria, e acho que isso vai ser compartilhado pelos colegas da indústria, é muito difícil justificar investimento se não há previsibilidade. Não foi uma nem duas vezes que a gente já ouviu assim; "Mas por que é que vocês investem ainda no Brasil? Por que é que não vão para o Paraguai? Por que é que não vão abrir, digamos assim, uma indústria em outro lugar que tenha mais facilidades?". A gente investe porque é comprometido com as Forças, é comprometido com o país e quer participar desse processo. A gente acredita que o país pode, sim, ser um grande exportador, um grande *player* mundial da indústria de defesa e segurança, e a gente quer fazer parte deste momento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O estímulo à inovação tecnológica, também já referi.

A capacitação da cadeia produtiva local e também sempre a visibilidade de investimento. E o General Canhaci falou muito bem: não há alguém que vá querer investir ou arriscar todo o seu patrimônio aí numa empresa que não sabe se, daqui para frente, vai poder entregar ou não vai, ou vai ter condições de efetivamente chegar ao momento em que vier o desembolso, se esse desembolso vier a acontecer, porque, muitas vezes, e a gente viu aqui nas apresentações das forças, a previsão é outra. A gente segura no osso, mas quem é menor...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. SEBASTIAN WANTENBERG** – ... infelizmente não tem essa condição de segurar.

Maior inserção internacional, de certa forma, já acabei falando também sobre esse tema. E o fortalecimento da soberania, que é a palavra de ordem do momento, mas que a gente precisa, de fato, que ela seja uma realidade. Soberania em todos os aspectos, não apenas no discurso. Que ela seja trazida à vida real. E começa pelo investimento na soberania, no cuidado das nossas fronteiras do nosso país.

Eu me lembro do General Mourão falando muito do nosso *soft power*, que é a capacidade de alimentar o mundo. E se amanhã ou depois, houver uma grande crise alimentar, com o que defenderemos esse *soft power*? Qual será a nossa capacidade de proteger essa nossa capacidade de alimentar o mundo, que tanto nos orgulha?

Próximo, por favor.

Para finalizar, queria deixar só três mensagens: a indústria de defesa e segurança tem que ser vista com investimento em soberania, tecnologia e futuro, ela não é um custo; que a gente possa projetar o Brasil como protagonista de um mundo em transformação; e quero lembrar que o futuro está em nossas mãos.

O caminho é difícil, não vai se esgotar nesta audiência pública, não vai ser rápido, mas contem conosco, e nós temos que seguir esta batalha até o momento em que nós conseguirmos, de fato, gerar esta capacidade da nossa indústria de ser um objeto de orgulho não apenas internamente – como já é – mas também para o resto do mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Sebastian, e parabéns – assim como à Embraer, assim como à CBC, assim como aos outros que se apresentaram aqui.

É um orgulho – um orgulho nacional – essa AEL Sistemas, por tudo o que ela faz e vende, para fora, inclusive, do Brasil.

Eu quero conceder a palavra agora ao...

Quero, primeiro, registrar aqui também, com grande satisfação, a presença do nosso Senador Sergio Moro, certamente – como homem da segurança, da Justiça – interessado nesse tema da PEC 55, na indústria de defesa, na sua importância para o país e na necessidade de uma previsibilidade orçamentária. A gente não está cravando que o valor tem que ser A, B, X, mas o que o projeto propõe é uma escadinha que a gente possa ir aumentando gradativamente, transpassando outros Governos – vários Governos – até chegar ao mínimo que a Otan recomenda: os 2% do PIB, que podem ser sobre a receita líquida, um percentual, enfim... Aqui a gente está aberto, porque o foco é previsibilidade. Se tiver previsibilidade, todos se planejam e conseguem cumprir seus compromissos.

Passo a palavra...

Depois do Dr. Bruno, que vai falar agora, vou abrir para mais uma rodada dos nossos Senadores que quiserem se manifestar.

Concedo a palavra ao Dr. Bruno – ih, agora vai me corrigir: Schweter – Schweter, da Diretoria Jurídica e de Governança Corporativa da Helibras, outra empresa que é, também, orgulho nacional.

**O SR. BRUNO SCHWETER** (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Portinho, demais Senadores, membros das Forças Armadas. É um prazer estar aqui com vocês hoje, para representar a Helibras, mas, principalmente, para contribuir com este debate que é superimportante para o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente falou muito sobre soberania, a gente falou muito sobre autonomia, sustentabilidade, e eu queria trazer aqui uma abordagem um pouco mais – diríamos – empírica ou histórica com relação ao programa H-XBR, que é a aquisição de, originalmente, 50 helicópteros, hoje, um contrato para aquisição de 47 aeronaves de grande porte para as três Forças Armadas.

Então, basicamente, a gente tem aqui, no nosso lado esquerdo, um pouco da situação de impacto na execução do contrato. Foi um contrato assinado em 2008. Supostamente deveria demorar dez anos a execução desse contrato, e hoje ele já está fazendo 18 – já ganhou sua maioridade civil.

Foram anos aí, desde 2013, em que a gente tem um problema significativo de déficit orçamentário, em que, tanto as Forças Armadas como a empresa fazem, constantemente, uma ginástica para poder executar o contrato a contento. A gente tem uma falta de previsibilidade orçamentária de um ano para outro, mas também dentro do próprio ano, mediante os contingenciamentos que a gente sofre. Então, tanto uma parte como outra – contratante como contratada – se esforçam para cumprir o contrato, mas, sem dúvida, é ali um esforço muito grande para fazer as coisas acontecerem. Obviamente, isso traz um impacto não só para a defesa nacional, mas também para a própria cadeia produtiva.

A gente falou muito aqui de ecossistema de defesa. A gente vê aqui esse impacto justamente do lado direito da apresentação. A gente teve, no momento inicial do contrato, uma ascensão no número de funcionários da empresa e, obviamente, dos nossos fornecedores, em toda a cadeia produtiva. Até que chegou a um momento, como eu falava, em 2013, em que começamos a sofrer os cortes. Aí começa a ficar uma situação de insustentabilidade para a empresa e para os negócios, como a gente já falou bastante aqui também.

Naquele momento em que houve esse corte abrupto do orçamento, houve um problema de empresas sendo altamente impactadas. Eu enumero 36 empresas de alta tecnologia que foram diretamente impactadas, mas a gente está falando de todo o ecossistema, ou seja, tem muito mais empresas, por trás, que também sofreram esse impacto da redução.

Obviamente, a gente vê aqui um impacto também no número de empregos diretos. E aqui o gráfico mostra exatamente esse impacto. A gente teve que reduzir a nossa mão de obra direta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela metade para o programa H-XBR. A gente não está contando a mão de obra indireta e todo o impacto que tem no ecossistema, como a gente falava. Então, é uma situação de muito risco.

Hoje mesmo, a Helibras chegou ao seu nível mínimo de recursos humanos para garantir a autonomia tecnológica da indústria brasileira de helicópteros. Aqui eu faço um comentário interessante, que é o seguinte: o Brasil é o único fabricante de helicópteros da América Latina; mais ainda, do Hemisfério Sul, ou seja, tem uma importância muito grande, é uma indústria superimportante para o nosso país, e a gente acaba tendo que fazer essa ginástica, como eu dizia.

Aqui eu trago um pouquinho também desse histórico. Então, vou trazer dois exemplos aqui. A primeira coisa é falar um pouco de planejamento e de capacitação de mão de obra. A gente já falou bastante sobre isso, mas é fato que você demora muito para formar um engenheiro. Não só um engenheiro; até um mecânico de aeronaves é uma mão de obra especializada. Existe ali um investimento da empresa, um investimento da indústria de defesa para formar essa mão de obra. A gente falou bastante também: se dessem o dinheiro hoje, como é que a gente iria fazer? Existe uma cadência produtiva, uma cadência de formação de pessoas especializadas. Então, não é do dia para a noite que a gente consegue formar essas pessoas. E justamente é o momento em que a gente busca ao máximo possível manter, reter, esses talentos.

Eu trago dois exemplos, falando um pouco de cadência industrial. É o exemplo do Esquilo, que é a nossa menor aeronave, o H125. Para eu poder iniciar a produção de uma aeronave H125 demora 12 meses. Então, eu preciso começar a engajar os fornecedores com 12 meses de antecedência porque não é simples, não é uma indústria simples. E aqui a gente está falando de um helicóptero que foi amplamente utilizado nos resgates das vítimas de Mariana e Brumadinho. Ficaram lá rodando 24 horas por dia para resgatar as vítimas, ou seja, têm um impacto muito grande na sociedade.

O segundo exemplo que eu trago é o da nossa aeronave de maior porte, o H225, que é justamente o programa H-XBR. Para eu começar a produção de uma aeronave desse porte preciso de 24 meses de antecedência para o engajamento dos meus fornecedores; ou seja, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda uma cadência industrial que fica altamente impactada pela situação orçamentária do Brasil.

O H225, por exemplo, foi amplamente utilizado também na crise ianomâmi. Então, esse é só um exemplo daquilo que a gente pode trazer de benefícios para a sociedade como um todo, sem falar de toda a defesa nacional, porque é uma aeronave equipada inclusive para ataque.

A gente pode ir para o próximo eslaide.

Aqui eu trago, mais ou menos, os números, tal como naquele primeiro gráfico que eu trouxe. E aqui a gente vê que teve um único ano em que a gente não teve um déficit orçamentário para o contrato da H-XBR, justamente porque foi um momento de redução do escopo, mas, tirando isso, a gente vem, o tempo todo, buscando esforço de suplementação orçamentária e ajustando a cadência produtiva.

Então, eu queria só trazer esse exemplo bastante concreto, bastante empírico e histórico, que eu acho que pode sensibilizar na discussão e enriquecer este debate que é tão importante para o nosso país como um país soberano.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bruno, muito obrigado.

Parabéns à Helibras por tudo que desenvolve e que investe no nosso país!

Antes de passar ao próximo, queria passar a palavra ao nosso Senador Sergio Moro, se ele quiser agora fazer alguma consideração, ou em outro momento oportuno.

**O SR. SERGIO MORO** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para interpelar.) – Muito rapidamente, Senador Portinho, eu quero aqui cumprimentar todos os Comandantes das Forças Armadas presentes, dirigentes.

Quero também cumprimentar a nossa indústria bélica e meus pares Senadores aqui, o Senador Mourão e o Senador Randolfe, e registrar, desde logo, o meu apoio a essa PEC, porque, é claro, podemos discutir detalhes, *nuances*, mas o que nós não podemos aceitar é um sucateamento progressivo da nossa capacidade de defender o nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não podemos partir do pressuposto de que vivemos num mundo de pessoas legais e que nenhum problema vai acontecer com o nosso país no futuro. Aliás, nós vivemos em um mundo cada vez mais imprevisível em vários aspectos e nós termos Forças Armadas capacitadas, tanto em recursos humanos como em recursos materiais, para defender o nosso país é algo essencial.

É claro que o Brasil é um país que defende a paz e a soberania de todos os países, tem uma postura pacífica no âmbito da comunidade internacional, defende a resolução dos conflitos de maneira diplomática, mas nós não podemos manter uma ilusão perpétua, de que chegamos – tinha até aquela expressão aqui, repetindo um pouco – à paz perpétua. Pode ser que no futuro aconteça mesmo, diante dessa progressiva escassez de recursos naturais, que outras potências ambicionem o nosso país e nós precisamos estar preparados para nos defender.

De outro lado, nós também temos visto aí desafios imensos no que se refere aqui ao crime organizado. E, embora esse seja um papel das forças de segurança pública, e não propriamente das Forças Armadas, as Forças Armadas podem ter também um papel suplementar, como havia no passado a utilização da GLO. No atual Governo, isso não tem sido utilizado, mas isso não significa que, no futuro, não possa também ser utilizado.

E, aí, tem vários aspectos: um é, de fato, o Orçamento atual, mas outro também é a questão da previsibilidade. E o investidor, principalmente na indústria bélica, precisa ter essa previsibilidade – como foi colocado até aqui, na exposição que me precedeu: previsibilidade e necessidade de se trabalharem esses temas com antecedência.

Então, não podemos deixar a nossa indústria bélica fenecer. É uma iniciativa importante, Senador, e pode contar com o meu apoio, aqui dentro do Senado Federal, para que nós possamos ir adiante. Acho que esse é um tema urgente.

Eu sei que os economistas repudiam imensamente essas vinculações obrigatórias no Orçamento, e com razão; eu acho que esse tipo de vinculação orçamentária, em geral, não é nada saudável e acaba impedindo que haja remanejamento de orçamento para aqueles assuntos mais imediatamente necessários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também ninguém aqui desconhece que nós temos um problema de crise fiscal, mas, se tem um segmento para o qual nós temos que pensar a necessidade de preservar um orçamento mínimo – e uma emenda constitucional é uma forma de fazê-lo – é esse tema da preservação de um orçamento para as nossas Forças Armadas, sob pena de nós nos arrependermos, ali adiante, quando for tarde demais.

É o que a gente está vendo na Europa hoje. A Europa vivia uma situação de absoluto conforto, porque estava protegida ali pelo guarda-chuva da Otan, que basicamente era um produto maior da ação dos Estados Unidos, e, de repente, se tem uma invasão da Rússia, quer dizer, a invasão da Ucrânia pela Rússia, e toda a Europa começou a investir e ampliar os seus investimentos em segurança, e aí, para vencer esse *gap,* acaba sendo mais dificultoso.

Então, nós precisamos, sim, avançar nessa área especificamente no nosso país, para que nós possamos também, lá adiante, chegar preparados, porque não adianta a gente chegar, e, de repente, nos... Tem até uma expressão de economia – já que os economistas criticam o fundo – que é muito utilizada por aquele investidor, Warren Buffett, em que ele diz que, quando a maré baixa, a gente vê quem estava nadando pelado. Então, quando tivermos o problema, nós não podemos ser surpreendidos sem os instrumentais necessários, sem roupa para enfrentar os nossos desafios.

Quero também cumprimentar aqui o Senador Chico Rodrigues – não o tinha visto aqui antes –, mais todos os nossos colegas.

Aqui, acho que é interessante destacar que essa é uma questão suprapartidária – temos aqui o Líder do Governo, Senador Randolfe Rodrigues. Se nós temos a oposição e se nós temos aqui parte da base do Governo, creio que temos condições de avançar com esse tema no Congresso Nacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Sergio Moro.

Nosso atual Líder do Governo, nosso querido amigo Senador Randolfe, é o Relator desse projeto, o que mostra, Senador Moro, que é um projeto de Estado, inclusive porque, na sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escadinha do aumento gradativo, ele transpassa vários governos. Seja lá quem for no futuro, mas que possa garantir esse recurso importante para a nossa defesa.

Eu, inclusive, até acrescento – você trouxe muito bem. Na verdade, você acrescentou, Senador Sergio Moro – que nós falamos muito da defesa do território, das nossas fronteiras, falamos das ajudas humanitárias, como no caso do estado do nosso querido Chico Rodrigues, que é uma questão social até, e as forças estão lá presentes, falamos dos desastres que aconteceram no Rio Grande do Sul, também essa ajuda humanitária no meu Estado do Rio de Janeiro e outros.

Falamos da importância da indústria de defesa que gera empregos, que contribui com o PIB sobremaneira, mas também temos que falar disso que o senhor colocou, porque, no meu Estado do Rio de Janeiro, não foram poucas vezes que a GLO trouxe as Forças Armadas em apoio à segurança, à segurança pública do meu Estado do Rio de Janeiro, como também em outros estados aconteceu, na Bahia e outros estados do Nordeste.

Recentemente, eu vi até um colega nosso criticando a compra de tanques pelo Exército: "Para que é que vai usar os tanques?". E eu só lembrava da suma importância dentro das ruas da minha cidade do Rio de Janeiro. E inclusive a importância não é só para o avanço das Forças, mas para a segurança da própria tropa, que eles vão à frente, dando guarita para que as tropas avancem, e isso aconteceu dentro da minha cidade do Rio de Janeiro.

Então, se muitos acham que a guerra está muito longe, está lá na Ucrânia, não, não, ela é diária, e muitas vezes é necessário colocar as Forças Armadas também, numa GLO, para nos socorrer e reforçar o contingente das forças policiais dos estados.

Dito isso, eu vou andando aqui, a não ser que o Senador Mourão ou o Senador Chico queira fazer alguma contribuição... Podemos deixar para mais o próximo.

Eu vou dividir o tempo, porque é a mesma empresa.

Eu estou aqui com o Sr. Laurent Mourre, Diretor da América Latina para o Naval Group, e com o Sr. Nicolas Viala, Diretor do Naval Group Brasil.

Então, se puderem dividir o tempo, cinco minutos para cada, agradeço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LAURENT MOURRE** (Para expor.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito obrigado pela oportunidade, pelo convite, pela oportunidade de participar desta audiência pública, estamos obviamente à disposição desta Comissão.

Queria primeiro parabenizar, porque tudo foi falado, e tudo foi muito bem falado. Acho que, realmente, o nosso enfoque é necessariamente um enfoque um pouco diferente, porque somos uma empresa estrangeira, apesar de ter uma presença no Brasil. Vou comentar um pouco esse assunto, mas, na realidade, acho que todos os aspectos mencionados foram colocados, muito bem colocados por todos os senhores. Então, queria comentar isso.

Obviamente, o nosso enfoque é mais voltado para a questão da Marinha, e agradeço particularmente ao Almirante Rabello pela instituição dele.

Algumas palavras talvez sobre o Naval Group.

Uma anedota interessante é que é uma empresa que foi criada pelo Cardeal Richelieu, 400 anos atrás, que era o estaleiro do Rei. Então, tem, eu diria, pelo menos uma legitimidade para falar de projetos navais, porque tem essa história e essa perenidade há 400 anos.

É uma empresa de direito privado, controlada pelo Estado, 65%, e é uma empresa que faz, na realidade, na área de navios de guerra, tudo, desde o desenho até o desmantelamento, construção, manutenção. Então, acompanha todo o ciclo, desde a concepção até a morte dos navios, sendo, basicamente, navios de superfície e submarinos, sejam submarinos de ataque, nucleares de ataque, submarinos balísticos e, para exportação, submarinos convencionais.

Então, são 17 mil funcionários, com uma presença em 17 países, e já temos uma carteira de clientes, na nossa história, de, mais ou menos, 50 clientes no mundo.

Isso é só para dar um *flash* sobre o grupo. Não é preciso entrar em detalhes, números, mas é só para vocês terem uma visão geral da empresa.

No Brasil, por volta, um pouco antes de 2008, falou-se muito da questão da Amazônia Azul, e a Marinha – não só a Marinha, como o Estado brasileiro... Ficou muito claro, já naquela época, que o assunto era um projeto, um tema de Estado, e não um tema de governo. Reforçaram a necessidade – era o período do pré-sal – de reforçar a proteção da Amazônia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Azul, e foi, nesse contexto, assinada uma parceria estratégica França-Brasil, se não me engano, em dezembro de 2008, cujo pilar principal foi o programa Prosub, que o Almirante Rabello explicou, detalhou, com, eu diria, um altíssimo grau de transferência de tecnologia, a maior transferência de tecnologia que a Naval Group fez, sendo que nós temos uma enorme experiência em transferência de tecnologia em geral, mas fomos além do que já tínhamos feito no passado no Brasil, com três eixos principais: um eixo é a construção, a concepção e construção de um estaleiro, uma base naval, um estaleiro construído justamente para poder construir os submarinos – para quem não foi lá, é muito impressionante, porque é um estaleiro muito moderno, realmente o estado da arte, de primeira linha em nível mundial –; a construção de quatro submarinos convencionais no Brasil, sendo que dois já foram entregues e dois estão para serem entregues – um no fim deste ano –; e o objeto principal do projeto, do programa Prosub é o desenvolvimento conjunto com a Marinha brasileira do que se chama SNCA (Submarino Nuclear Convencionalmente Armado).

Então, como eu falei, é um programa de Estado, de grande vulto, altamente estratégico.

Para vocês terem uma ideia, nunca houve, na história, em nível mundial, uma transferência de tecnologia que permita o desenvolvimento de um submarino nuclear. Então, é realmente de uma importância total, e, obviamente, isso envolve uma visão não só industrial, não só política, mas também financeira, obviamente absolutamente necessárias e de longo prazo.

Vou voltar a falar um pouco do Brasil, mas, na verdade, o *métier* da Naval Group é exatamente desenvolver projetos estratégicos.

O caso do Brasil é similar ao caso dos submarinos balísticos ou nucleares de ataque que a gente faz na França, pela importância e pelo tamanho, mas todos os projetos que nós estamos desenvolvendo no mundo são projetos sempre de longo prazo, sempre projetos de Estado e não de governo, e todos eles precisam de previsibilidade orçamentária como fator essencial de sucesso. Por quê? Porque precisa de um planejamento industrial, precisa de fluxos financeiros de longo prazo, que permitem evitar o que foi mencionado no caso da Helibras, para evitar a perda de competências, o que permite evitar obsolescências e o que permite, obviamente, otimizar o uso dos recursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, além da questão da perda de competências, precisa-se também, uma vez que os navios são entregues, que o ciclo de vida continue. E, então, é preciso para a manutenção, é preciso para a modernização, é preciso para renovação e é preciso para evitar ruptura de capacidade, o que acontece às vezes em alguns países.

Então, precisa-se de longevidade – gostei da palavra – para garantir o ciclo de vida. Isso é absolutamente fundamental. Não é assunto nosso, como empresa estrangeira, comentar uma política pública, mas, na nossa experiência como industrial, obviamente, quando se tem previsibilidade – é a palavra-chave aqui –, tem muito mais garantia de um gerenciamento otimizado e perene desses projetos estratégicos.

Acho que todo o resto vocês já falaram.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nicolas.

**O SR. NICOLAS VIALA** (Para expor.) – Sim, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Eu acho que muito foi falado hoje, então não vou adicionar muitas palavras.

Também o Laurent explicou muito a posição da Naval Group, e ficou para mim agradecer muito ao Sr. Presidente e aos Srs. Senadores e cumprimentar também o Almirante Rabello.

Somos aqui como parceiros da Marinha. Já temos 17 anos de história, e essa história tem como fundação uma relação estratégica entre França e Brasil. Então, como bem falou o Laurent, sem previsibilidade, não teríamos podido chegar a 17 anos de história. E temos muito mais o que fazer para o futuro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Nós compreendemos a importância não só de uma parceria entre Governos, mas que essa transferência de tecnologia é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora o submarino nuclear ainda não seja uma realidade, será em breve, mas, como bem colocado pelo Almirante, na sua exposição, esse projeto já rendeu frutos: frutos na agricultura, na medicina, que são consequências justamente dessa transferência de tecnologia, do seu aprofundamento.

Eu queria aproveitar rapidamente, se me permitem, e dar uma pausa breve aqui, só para ler algumas perguntas e considerações, lembrando que esta é uma audiência pública e que nós temos muitas pessoas acompanhando esta discussão, algumas com críticas, outras com perguntas.

Eu vou aqui, brevemente, transmitir a todos e aquelas questões colocar para resposta. E eu vou começar com a crítica, porque eu acho que, na sequência, as outras manifestações respondem à crítica, por elas próprias.

David, da Paraíba: "Visto a conduta das Forças Armadas nos últimos anos, eu prefiro ver uma reforma interna antes de pensar em aumentar o orçamento".

Democrático, legítima manifestação.

Mas vamos agora ao João, do Rio Grande do Sul: "Se não tivermos como defender nosso povo e riquezas de ameaças, qualquer um que tenha força suficiente pode querer tomar. A história mostra [isso]!".

Otávio, do Pará: "A guerra não é fundamental para [...] uma soberania, e sim uma ótima relação com os [outros] países [...] [de forma] politicamente correta".

Davison, do Espírito Santo: "Investir na tecnologia nacional, principalmente a militar, gera diversos empregos e [...] fomento de tecnologia de ponta a várias áreas".

Agora, aqui, mais as questões, rapidamente.

André, de Pernambuco: "Como será garantido que o aumento orçamentário da Defesa Nacional priorize a indústria nacional sem comprometer políticas sociais?".

A priorização da indústria nacional é um tema próprio desta PEC 55, e há uma destinação de 35% para a nossa indústria nacional, expressa na proposta da PEC 55.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sérgio, do Rio de Janeiro: "Constitucionalizar um piso de gastos não gera uma rigidez que limita a gestão de futuras crises ou mudanças de prioridades nacionais?".

Também é uma preocupação com outras políticas sociais e públicas dos futuros governos, não é?

Sim, a gente tem, infelizmente, como eu digo aqui, no Senado, do pepino ao foguete. A gente trata de todos os assuntos, e todos são prioritários. E, quando a gente vê que o investimento, na indústria de defesa, devolve dez vezes mais do PIB do que foi investido, a gente percebe que o retorno para o país, para o desenvolvimento de outras políticas, vem da própria política de acréscimo orçamentário à indústria nacional, fora que a indústria nacional gera mais de 2 milhões de empregos, e isso também é uma política social.

Então, dessa maneira, acho que cabe tudo, cabem todas as prioridades, desde que a gente garanta o mínimo, para que cada um possa ser atendido.

Ludmylla, de Goiás: "De que forma a indústria nacional será beneficiada com o orçamento mínimo garantido?".

Sim, na minha proposta, de novo, há um percentual de 35% do recurso de investimento, para que seja investido e usado para compra e desenvolvimento da indústria nacional. Isso está carimbado no projeto de lei, e essa preocupação, que tanto a Ludmylla quanto o André manifestam, é real, e eu levei em consideração na proposta.

João, de Pernambuco: "O investimento condiciona o desenvolvimento de uma indústria nacional para as Forças Armadas ou [servirá] apenas em compras estrangeiras?".

Não há previsão expressa e carimbada de recursos para compra nacional e para a indústria nacional. O foco é que tenha previsibilidade e possa garantir os investimentos na indústria nacional.

Larissa, de São Paulo: "Como saberemos que o dinheiro [...] [será destinado] para investimento e defesa, e não para suprir os salários e aposentadorias inchadas das Forças Armadas?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o que ela pensa, e com alguma razão, sim, porque esse investimento está previsto na PEC também e carimbado o percentual, que não pode ser usado em pessoal. É um percentual, 35% do valor, para que seja empregado na indústria de defesa, em investimento – não pode ser em custeio.

Bom, lido isso, vou continuar aqui a nossa audiência. Já chegamos aos convidados finais.

Agora é o Sr. Luiz Cristiano Valim Monteiro, Diretor de operações da Condor, também uma valiosa indústria nacional, por dez minutos.

**O SR. LUIZ CRISTIANO VALIM MONTEIRO** – Bom dia a todos.

Senador Portinho, muito obrigado pelo convite, obrigado também por resgatar a PEC Arolde Oliveira, que trata dessa previsibilidade.

Agradeço também ao Senador Randolfe Rodrigues, que, de forma muito republicana, aceitou a relatoria desse projeto, mostrando que é um projeto verdadeiramente de Estado; ao Almirante Rabello; ao Brigadeiro Walcyr; ao General Everton, muito obrigado aqui por explanar também as necessidades das Forças Armadas que nós tanto conhecemos; ao General Canhaci, na pessoa da indústria de defesa a quem cumprimento, muito obrigado pelas explicações.

Bom, suceder a tantas pessoas que já falaram sobre o tema é em si um desafio, porque todos já falaram o que precisava ser dito, especialmente o General Canhaci, que mostrou muito bem como é intrínseca a roda que gira uma indústria com suas outras indústrias, mas também traz oportunidades em que a gente pode tratar de outros temas que ainda não foram falados. Então, posso colocar um pouquinho de lado todos os temas que eu iria dizer e focar um pouquinho mais naquilo que eu acho que a gente pode falar.

A PEC Arolde de Oliveira, ou PEC da previsibilidade, tem o condão de trazer um pouco de previsibilidade ou tentar trazer previsibilidade para os próximos anos, mas há um dado fundamental, e eu vou gastar poucos segundos para dizer isso.

Se a rigor, hoje, o orçamento de defesa fosse liberado até metade do ano, o salto que nós veríamos, em termos de alocação, custos e aquisições na defesa, já seria algo extraordinário. Ou seja: ter previsibilidade é muito importante, mas os cortes, bloqueios e atrasos também são uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão impressionante. Então, não estou nem falando de aumentar o valor do orçamento de defesa; estou simplesmente dizendo que o que está no orçamento libere até junho. Coloque na mão das forças e do Ministério da Defesa que eles sabem o que fazer. Isso já é um salto formidável.

Essa é uma questão.

A segunda questão que eu queria colocar: foi muito importante ter trazido o quadro comparativo do gasto de PIB com as nações do entorno.

Acho que é muito distante querermos comparar o PIB gasto por Rússia em guerra, até por Venezuela com dados não disponíveis, com os dados agora de Polônia com 5%, são muito distantes da nossa realidade, mas comparar com Bolívia, Equador, Uruguai, isso é absolutamente importante, e é para falar de percentual mesmo. É absolutamente importante. Por quê? Verificamos o quão estratégico é o investimento em defesa.

Começamos a investir agora, para ter um meio operativo daqui a quatro anos, e isso porque a Marinha está, excepcionalmente, fazendo o submarino agora em quatro anos. É um negócio impressionante obter um avião como o KC ou o Gripen... Então, cada ano que a gente perde, comparativamente, com os nossos vizinhos geopolíticos, nós perdemos cinco, seis anos para a frente e nós já perdemos essa corrida dos últimos 15 anos.

Bom, eu acabei não me apresentando. Eu sou Luiz, da Condor Tecnologias não Letais.

Para os senhores saberem, a Condor Tecnologias não letais é uma empresa líder global no seu setor.

Nós fazemos diversas tecnologias e produtos que estão à disposição daqueles que têm a legitimidade do uso da força, para que essa força seja usada de maneira proporcional e razoável, tentando evitar vidas e direitos humanos.

Eu estou na Condor há 23 anos. Então, há 23 anos, nós viemos aqui, ao Congresso Nacional, para falar exatamente desse tema, mas, de novo, reconheço que essa é a primeira vez que eu vejo, de fato, uma certa conjunção de fatores, aqui, que mostram que o tema ascendeu à questão de política de Estado e não política de governo. Então, ter aqui o Senador Mourão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Moro, Senador Chico Rodrigues, o Senador Randolfe, que eu já citei, Esperidião Amin, que já passou por aqui, o Seif, que já passou por aqui, mostra realmente que as Forças Armadas são um instrumento de Estado e não de governo. E falo isso porque assim também é para a base industrial de defesa.

As indústrias que pertencem à base industrial de defesa são instrumentos de Estado, são instrumentos do Estado e não se vergam a nenhum tipo de vento político ou ideológico. Não, muito pelo contrário: assim como as forças militares, nós estamos aqui para servir ao Estado e para servir à sociedade.

Falo isso, Senador Portinho, para entrar num tema sobre o Rio de Janeiro.

A Condor fica no Rio de Janeiro, e eu trago o tema do Rio de Janeiro, mas apenas para exemplificar o que está por vir ao país inteiro. O Rio de Janeiro, acredito, é um pouco do farol do que acontece logo ali na frente, no resto do país.

Não posso iniciar e falar da questão específica do Rio de Janeiro, que vai nos levar à defesa e vai nos levar ao orçamento, sem antes dizer, Sebastian, que o Senador Mourão é carioca, sim, ele tem muito tempo de Rio de Janeiro, joga vôlei em Copacabana e torce para o Flamengo.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Há uma disputa aqui...

**O SR. LUIZ CRISTIANO VALIM MONTEIRO** – Então, o senhor, por favor, pelo amor de Deus, nos deixe com metade do Senador, ao menos.

Brincadeiras à parte, eu trago esse lembrete para falar um pouquinho do que é o Rio de Janeiro, não é?

Então, o Senador Portinho conhece muito bem a realidade do Rio de Janeiro e o Senador General Mourão também conhece. E eu digo isso, para dizer o seguinte: acho que algumas atualizações de definições estão em prática. O Senador Randolfe também falou um pouco disso agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por exemplo, estão atualizadas as definições do que seja terrorismo, na minha concepção, evidentemente, e na concepção de alguém que mora no Rio de Janeiro.

A gente tinha a definição clássica de que terrorismo era aquele terrorismo causado por uma questão religiosa ou fundamentalmente de Estado, para colocar uma questão ideológica em prática. Nos últimos 20 a 30 anos, o que nós vimos, no terrorismo mundial – não estou nem falando do Rio de Janeiro ainda, mas estou falando do terrorismo mundial –, é o terrorismo como instrumento de ter mercados ilícitos. Então, nós temos diversas entidades terroristas se aproveitando do terrorismo, para impor terror a comunidades inteiras, estados inteiros, regiões inteiras, para bloquear um pedaço de mercado, para ganhar dinheiro, e dinheiro de todos os jeitos, dinheiro de todos os jeitos: tráfico de arma, tráfico de pessoa, tráfico de droga, assunção de território, cobrança de pedágio, para que a economia que ali existe possa continuar existindo... Então, isso é terrorismo.

E esse terrorismo é transnacional, internacional, trilionário, de forma tal, que começamos a ver isso também no Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, começamos a ver também questões, definições atualizadas de terrorismo, em nossa cidade, em nosso estado.

Nós vivemos lá, a minha família está lá, a minha empresa está lá, nós estamos lá, e o que nós vemos hoje são pedaços do nosso estado, onde o Estado não consegue entrar. Nós não conseguiremos dominar essa situação sem, evidentemente, uma ampla gama de esforço, mas também sem a utilização de sistemas de defesa, produtos de defesa, inteligência de defesa e pessoal de defesa.

Em 2017, eu estive aqui, exatamente nesta Comissão, presidida, naquele momento, pelo Senador Tião Viana, e me lembro de que eu estava falando justamente sobre o emprego das Forças Armadas em operações militares diferentes de guerra, ou *military operations other than war*, ou não guerra – as traduções são livres –, e ali a gente falava, trazia justamente um estudo que foi feito em algumas escolas militares, que dizia o seguinte: independentemente de se o senhor militar – era nas escolas militares – achar que é adequada ou não a utilização das Forças Armadas nessas operações militares de não guerra, independentemente do que o senhor ache

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deveria ser ou não a missão, o senhor acha que vai acontecer, o senhor acredita que elas vão aumentar? Indubitavelmente, sim, mais do que 80%.

Então, lá em 2017, nós ainda debatíamos as questões mais acadêmicas de quais operações de guerra e não guerra eram essas, se era a missão constitucional das Forças ou não, a missão tradicional de defender a soberania do país contra o inimigo externo, enfim, algumas verborragias sobre inimigo interno e tal, e, em 2017, a gente falava justamente sobre isto, "a par de considerações um pouco mais teóricas, nós temos que olhar um pouco a prática", e eu falo isso porque eu acho que esta é uma reunião esclarecedora para a sociedade e eu acho que a sociedade consegue entender um pouco mais o que é defesa, porque é um tema muito árido quando a gente fala de soberania nacional, de defesa nacional, de receita corrente líquida. Então, a gente traz para cá.

E, lá em 2017, a gente dizia isto: "Vai usar cada vez mais a GLO. Não tem como fazer. A segurança pública não consegue mais correr atrás dessas atividades criminosas". E, naquela época, a gente não falava nem de terrorismo, a gente nem via a ponta do *iceberg* que hoje a inteligência já nos trouxe, inclusive com questões no mercado financeiro, recentemente desbaratadas pela Polícia Federal e pela segurança pública de São Paulo.

Então, hoje, o que eu digo para os senhores é o seguinte: nós precisamos tomar esse passo, e esse passo é fundamental, e esse passo é crítico. E, muito além da discussão árida sobre "a cada ano que passa, ficamos dez anos para trás dos nossos concorrentes", "eu já não tenho mais a capacidade de instruir os meus pilotos voadores, e eles estão evadindo"... Eles estão evadindo da indústria também. Hoje, o pessoal da indústria olha e fala: "Essa indústria não vai sobreviver. Eu vou migrar para outra coisa. Eu vou fazer outra coisa". Isso também acontece.

Mas, mais do que isso, eu acho que esse é um passo absolutamente decisivo que nós temos que tomar, porque as definições de terrorismo foram atualizadas. Não foram por nós, contra a nossa vontade, fora de qualquer espectro ideológico, mas temos 300 embarcações chinesas aqui no Pacífico, tivemos lá, na Foz do Amazonas, navios de pesquisa, a gente tem agora... Enfim, os Estados Unidos tomaram uma decisão, colocaram aqui embaixo submarinos, navios de guerra, aviões, etc., para falar de terrorismo. Então, é muito mais do que falar de tráfico de drogas, etc.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi dado um passo. As Forças Armadas estão, cada vez mais, no mundo inteiro, sendo colocadas à disposição de um grande inimigo não estatal, invisível, não declarado, que está nos corroendo por dentro, e a gente vai acabar tendo cidades, o que a gente chama de *furious cities*, ou cidades anárquicas. Ou seja: isso, comendo-nos por dentro, numa rede absolutamente invisível, bilionária, transnacional, poderosíssima, e, se nós não pensarmos em trazer recursos para as nossas Forças Armadas, para que possam projetar o poder clássico, mas também em guerra assimétrica, nós vamos chegar ao momento de não retorno.

Então, eu queria parabenizar profundamente. Depois de 23 anos vindo aqui ao Congresso, para tratar disso, é um momento que eu acho que é muito simbólico, muito simbólico, quando a gente vê aqui o Senado olhando uma iniciativa de Estado. E eu sinto orgulho aqui desta Comissão e dos Senadores que aqui fazem parte, por ter esse alto espírito público em falar disso.

Desculpem-me se eu coloquei temas polêmicos. Eu sei que muitos colegas não vão concordar com esses pontos, mas eu acho que servem para chamar a atenção para quão importante é a discussão do dinheiro em defesa.

Muito obrigado, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

A Condor produz armas letais e não letais, é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só não letais.

Então tá, desculpa. Eu sabia que tinha as não letais. As letais, eu tinha dúvida.

Armas não letais são usadas por muitas guardas municipais principalmente – por policial também, forças de segurança.

E o que você fala sobre a atualização do crime, na outra ponta, a gente estava falando aqui, Brigadeiro, dos *drones* da guerra. Lá, no Rio de Janeiro, já usam *drones* em guerra de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

facção, não é? Então, para a gente ver que a gente não pode ficar com a tecnologia defasada, não é nem em relação ao mundo, não; é em relação, como bem falou, ao crime organizado.

Eu vou pedir uma inversão aqui, se me permite, Paulo Alvarenga, e vou dar a palavra ao Sr. Gilberto Buffara, porque ele é o Presidente da Stella Tecnologia Industria e Comercio Aeroespacial, e a gente estava falando de *drones*, e então acho que, na sequência, será V. Exa.

Por favor, Gilberto.

**O SR. GILBERTO BUFFARA JUNIOR** (Para expor.) – Oi... Tem que ligar aqui?

Opa.

Obrigado, Senador Portinho, pelo convite. Parabéns aí pela...

O mundo está na situação mais instável em que ele jamais se encontrou. A armada americana está parada em frente à Venezuela, e, como o senhor falou, isso pode espirrar na gente eventualmente – facilmente, na verdade –, e, como o senhor mesmo falou, os ciclos da indústria de defesa são muito longos: um navio demora quatro anos, se for feito rápido, para ser executado.

A Stella Tecnologia é a menor empresa que veio falar aqui hoje, mas não é menos relevante. Nós fabricamos os dois maiores *drones* feitos no Brasil: o Atobá, que tem 700kg, e o Albatroz, que tem 200kg.

Eu vou ler, porque, senão, eu vou esquecer as coisas.

O que discutimos hoje, com a PEC 55, não é apenas uma questão de orçamento; é uma questão de de segurança e soberania nacional.

Vivemos a era mais veloz da história. A Turquia, que há 15 anos não tinha tradição em *drones*, hoje exporta para mais de 30 países. Israel lidera o setor, e a China avança em sistemas hipersônicos.

E o Brasil? Enquanto o mundo acelera, o Brasil assiste passivamente. Tal inércia cria um abismo tecnológico que poderá inviabilizar uma resposta efetiva quando necessário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam o nosso recente histórico espacial, o programa dos satélites sino-brasileiros, com a China. Foi vanguarda, e hoje a China desponta nesse setor, globalmente, enquanto o Brasil continua importador dessa relevante tecnologia.

A Stella Tecnologia prova que o Brasil pode mais. Desenvolvemos o maior *drone* do Hemisfério Sul, o Atobá, com 700kg de peso máximo de decolagem, 11m de envergadura e mais de 24 horas de autonomia. É uma plataforma 100% nacional, desenvolvida com uma pequena parcela, se comparada aos investimentos despendidos por países estrangeiros em projetos semelhantes.

Não estamos sozinhos nesse esforço. Empresas como a Aero Concepts, que fabrica turbinas no Brasil, trabalham em conjunto com a Stella Tecnologia no desenvolvimento de plataformas aéreas avançadas. Essa colaboração demonstra que o país já possui capacidade industrial para integrar sistemas críticos e estratégicos, consolidando ecossistemas de defesa verdadeiramente nacionais.

Srs. Senadores, cada real gasto em tecnologia estrangeira é um real perdido em prestígio e investimento na indústria nacional. Assim como a Embraer colocou o Brasil no mapa no setor aeronáutico – e acho que é um exemplo para todos nós –, toda empresa brasileira tem que querer ser a Embraer, e o Brasil quer ser a Embraer. A Embraer, a CBC, a Condor, empresas nacionais que se projetaram no cenário internacional. Nós queremos ser exportadores, nós não queremos ficar... E nós queremos deter a tecnologia.

Perdi.

A velocidade dos acontecimentos internacionais gera uma imprevisibilidade imensa: guerras rompem em semanas, cadeias logísticas colapsam em dias, tecnologias disruptivas surgem a cada hora. Só há uma forma de enfrentar isso: estar preparado. E estar preparado significa investir hoje e manter investimentos constantes. Amanhã será tarde.

Investir em *drones*, em indústrias nacionais, é resgatar a autonomia, blindar-se de instabilidades estrangeiras e assegurar a nossa soberania.

Os benefícios diretos ao Brasil são claros: centenas de empregos diretos de alta qualificação; milhares de empregos indiretos em toda a cadeia produtiva eletrônica; materiais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

compostos; *softwares* de inteligência artificial; integração com universidades e centros de pesquisa; redução da evasão de divisas, mantendo o investimento no Brasil. E, sobretudo, reduzir a fuga de jovens talentos que, de outra forma, partiriam para o exterior e talvez nunca mais voltassem, o que é um absurdo.

E cabe aqui uma reflexão simbólica: ao negligenciarmos a nossa própria capacidade e optarmos por comprar do exterior aquilo que poderíamos desenvolver em casa, repetimos a cena dos nossos povos indígenas, que trocavam pepitas de ouro por miçangas com os colonizadores.

As pepitas de ouro hoje são os nossos jovens talentos e a nossa soberania; as miçangas são tecnologias importadas que poderíamos facilmente produzir aqui, mas, lamentavelmente, deixamos de fazê-lo.

E mais: o nosso diferencial é a adequação. Ao contrário dos sistemas estrangeiros, que são rígidos e padronizados, o produto nacional é desenvolvido para atender às necessidades específicas do país que o produziu: vigilância da Amazônia; monitoramento da costa marítima; patrulha de fronteiras; patrulha contra pesca ilegal e vazamento de petróleo; apoio ao agronegócio, que responde por quase 27% do PIB.

O Brasil tem uma tradição aeronáutica respeitada no mundo, mas essa tradição não pode ficar no passado; precisa ser projetada para o futuro, com novas tecnologias e novos sistemas.

Ajustar a PEC 55 é essencial, porque dará ao Ministério da Defesa a previsibilidade orçamentária necessária para transformar a capacidade em poder real. Sem ela, ficaremos condenados a sempre comprar, a nunca produzir, a sempre depender, e nunca liderar.

Senhoras e senhores, não podemos mais assistir passivamente. O Brasil precisa agir, precisa agir agora.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Gilberto Buffara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você representa a indústria nacional, e, como disse aqui o Brigadeiro, o projeto apresentado, a PEC 55, quer garantir o mínimo de investimento na indústria nacional, 35% carimbados no projeto, mas o Brigadeiro aqui já disse que isso certamente vai ser muito maior, pela qualidade, inclusive, da nossa indústria nacional hoje aqui presente.

O que você fala, Gilberto, sobre a Turquia em tão pouco tempo estar liderando uma indústria de *drone*, que hoje é uma das principais armas de guerra – a gente está vendo na Ucrânia e na Rússia, não é? –, mostra, Senador Chico Rodrigues, a perda da oportunidade que a gente está tendo. A gente poderia estar fornecendo... A gente poderia estar avançando não só com as licenças, mas com a nossa indústria.

Eu vou dar seguimento, deixar as perguntas para o final aqui dos nossos cidadãos que se manifestam no e-Cidadania. Já estamos chegando na parte final. Faltam apenas dois palestrantes.

São dez minutos para cada um. Em 20 minutos, a gente já chega à parte final.

Tão importante quanto todos que falaram aqui, agora, é o Sr. Paulo Alvarenga, Presidente do Grupo Empresarial ThyssenKrupp América do Sul, que está presente aqui também... Há muitos anos, não é? A ThyssenKrupp acho que é lá... Vovô criança, como diziam, não é?

**O SR. PAULO ALVARENGA** (Para expor.) – Senador Portinho, eu vou responder à sua pergunta.

Antes, quero parabenizá-lo pela iniciativa, pelo convite e agradecer o convite, na pessoa de quem queria saudar todos os membros da mesa e os demais Senadores aqui presentes.

O senhor me deu a deixa perfeita para iniciar a minha palavra, dizendo para o senhor que a relação da ThyssenKrupp com o Brasil data de 1837. São 188 anos de história, relação que começou ainda na época do Império, que progrediu depois com D. Pedro II, que foi muito próximo do Sr. Krupp, que inspirou, inclusive, a industrialização do Brasil ainda no século XIX.

O Brasil foi o primeiro país onde a ThyssenKrupp fez uma exportação, o primeiro país que recebeu uma fábrica da empresa fora da Alemanha. Então, tem uma história muito longa aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu começo fazendo uma breve apresentação da empresa.

A ThyssenKrupp está presente em 47 países no mundo, faturando 35 bilhões, quase 100 mil colaboradores, dos quais 4 mil colaboradores estão presentes aqui no Brasil.

Temos um faturamento aqui de R$6,8 bilhões, que estão distribuídos em três áreas: a área automotiva, uma área de tecnologias para descarbonização e uma área de defesa naval, que é essa que nos traz aqui hoje.

Podemos seguir.

Eu vou até ser muito breve nessa questão do contexto global, porque os colegas já explanaram bastante dos temas que a gente vive hoje, o ambiente geopolítico, o investimento em defesa do Brasil, comparado com os nossos pares na América do Sul, comparado com o resto do mundo.

Talvez deva ressaltar aqui o aspecto da terceira coluna, a importância da economia do mar para o Brasil.

Noventa e cinco por cento do comércio exterior brasileiro é feito sobre as águas. Então, um país que não tem o domínio, que não tem a proteção das águas, ele não tem comércio exterior, não é?

Noventa e cinco por cento do petróleo brasileiro passa pelas nossas águas, 80% do gás natural, energia do país.

E, lembrando também aquilo que o Almirante Rabello trouxe mais cedo, 40% da frota deve ser desmobilizada até 2028, o que coloca em pauta a questão de se a Marinha vai ter condição de prestar aquilo que é o seu papel constitucional.

Podemos seguir.

Eu queria, então, apresentar brevemente agora o nosso Programa da Fragata Classe Tamandaré. É o navio que eu apresento aqui, primeiramente, no papel.

Podemos seguir, que eu quero mostrar as fotos. Talvez mostrar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa é a nossa primeira fragata, que foi lançada à água em agosto do ano passado. E agora, no mês passado, ela saiu para fazer a sua primeira viagem, os testes de mar.

O Almirante fez a menção, os testes superaram as expectativas da Marinha. Estamos muito felizes. Nós nos aproximamos agora da entrega dessa primeira fragata.

Pode seguir.

Uma outra foto, mencionando os testes.

Pode seguir.

Outro exemplo aí da embarcação.

Pode seguir mais uma foto.

Essa aqui é a segunda fragata, a Fragata Jerônimo de Albuquerque, que foi lançada à água agora, no dia 8 de agosto recente, em cerimônia no nosso estaleiro em Itajaí. E a gente tem, então, hoje a fabricação simultânea de três fragatas.

Pode pular mais uma foto.

Essa ainda é a 201.

Pode pular mais uma.

E, nessa foto aqui, a gente mostra o estaleiro.

A gente mostra, do lado esquerdo, a Tamandaré, voltando da sua primeira viagem no mar. A Jerônimo de Albuquerque, do lado direito, sendo acabada de ser lançada à água. E, no fundo, lá dentro do estaleiro, a construção da terceira fragata, de forma que a gente tem, inédito no Brasil, a construção simultânea de três fragatas no mesmo estaleiro.

Podemos seguir.

Senador, eu queria ressaltar brevemente a importância do Programa Fragata Classe Tamandaré. Acho que muito do que está aqui no eslaide já pode ter sido dito pelos colegas, mas eu queria ressaltar especificamente o impacto econômico que esse programa traz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós conseguimos desenvolver, para a execução desse programa, uma cadeia produtiva nacional que engloba mais de mil empresas no Brasil, mais de mil empresas. São mais de 23 mil empregos que são gerados através desse programa.

E queria ressaltar a questão importantíssima da questão da transferência de tecnologia. Junto com os nossos parceiros, Embraer e Atech, nós estamos fazendo a transferência de tecnologia que permite ao Brasil dominar a capacidade de produzir a sua própria defesa. Então, acho que tem uma importância estratégica, que vai tanto no aspecto econômico, aspecto de soberania, aspecto de tecnologia em geral.

Podemos seguir.

E aqui, Senador, eu queria agora trazer a realidade. Eu queria mostrar a realidade e exemplificar, tangibilizar a importância da questão da previsibilidade.

A gente se encontra hoje naquela primeira linha pontilhada, final do ano de 2025, onde já, passados cinco anos do começo do programa, nós nos aproximamos da entrega da primeira fragata.

O senhor até perguntou mais cedo sobre o tempo para se produzir uma fragata. Eu acho que tem duas respostas, que eu acho que é importante entender.

A gente tem o que a gente chama de *takt time*, que é o tempo entre você assinar um contrato e entregar o navio; perdão: o tempo total. Depois, você tem o tempo entre entregas.

Então, nesse programa, para a primeira fragata, nós vamos demorar cinco anos, porque os primeiros dois anos nós passamos fazendo o detalhamento da engenharia e desenvolvendo os fornecedores locais, para poder fazer parte dessa cadeia produtiva. E você tem que fazer as encomendas.

Então, a principal encomenda, por exemplo, fácil de a gente entender, é o motor do navio. Você constrói a embarcação ao redor do motor. E, enquanto o motor não chega, você não pode construir nada ao redor dele. Então, a gente precisa de dois anos para poder fazer essas encomendas e receber materiais e equipamentos, para poder começar a montagem efetiva. E aí

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são mais três anos, ou dois anos: um ano e meio de montagem, mais testes, comissionamento, provas de mar; até o final, são mais três anos.

Então, entre o momento zero e a entrega vão ser cinco anos. Mas depois que isso entra em recorrência, a cada um ano, a gente consegue entregar uma nova fragata. Então, quando a gente olha hoje o final de 2025, a gente já tem um avanço grande do projeto, mas nós temos, de fato, finalizada, ainda nenhuma embarcação. Ao final do ano, já entregamos a primeira.

Quando a gente olha aquela zona vermelha que eu ressaltei ali, é para mostrar que, a partir daquele momento, o projeto não tem dotação orçamentária. Então, o risco que nós vislumbramos hoje é de que, daqui a menos de um ano, o projeto, depois de transcorridos seis anos, pode estar sujeito a uma situação de ter entregado apenas uma fragata; ter uma segunda, que vai estar na água, mas não vai conseguir ser finalizada; uma terceira, em construção; e uma quarta, que começou sua construção e não vai ser finalizada. Então, isso significaria que todo o investimento em transferência de tecnologia, tudo aquilo que foi vislumbrado do ponto de vista estratégico para o país pode se tornar mais uma obra inacabada.

Então, isso aqui para mim é a tangibilização do que nós estamos discutindo aqui: a importância de ter previsibilidade para a continuidade da base industrial de defesa.

E podemos seguir – já vou para minha conclusão.

Primeiro, o que nós estamos falando aqui é da diferenciação de um projeto de Estado para um projeto de Governo. Nós não podemos submeter projetos estratégicos para o país à mesma vala de despesas corriqueiras, que são importantes para o funcionamento do país, mas que não têm relevância estratégica para a existência da nação.

O que está em jogo aqui não é apenas soberania, é a questão da tecnologia, a capacidade de se proteger, de fazer sua própria defesa, a geração de empregos, a cadeia produtiva nacional.

E, por último, como eu mencionei, a vinculação dos projetos estratégicos à imprevisibilidade orçamentária pode criar outras obras inacabadas e coloca em risco a soberania nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, muito agradecido pela oportunidade e fico à disposição para eventuais perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

Confesso que eu não sabia que era a ThyssenKrupp que desenvolvia o projeto. Fiquei muito bem surpreendido – junto com outros, naturalmente.

Eu não sei se o nosso último debatedor, o Sr. Ubiratan Marcondes, da Ares Aeroespacial e Defesa – que vai falar por videoconferência – está presente. (*Pausa.*)

Não, não conseguimos. Uma pena, mas acredito que já foi reportado por todos o principal.

Antes de passar para os nossos Senadores para as considerações finais, eu quero fazer aqui algumas questões que vieram do e-Cidadania. Esta é uma audiência pública, todos têm o direito e o dever de participar e muito contribuem. As perguntas um pouco se repetem, mas eu vou aqui rapidamente...

A Taynara, do Distrito Federal: "Que mecanismos garantem a transparência e o controle dos gastos militares, com a fiscalização do Congresso Nacional e da sociedade civil?"

Almirante, vou deixar para o senhor expor um pouco de como se dá a transparência dos gastos militares.

**O SR. ALEXANDRE RABELLO DE FARIA** (Para expor.) – Todos os nossos projetos são acompanhados nas contas públicas do Governo. Especificamente no Projeto das Fragatas Tamandaré, nós desenvolvemos um processo de auditar as entregas, ou seja, nós estamos pagando aquilo que é entregue.

No projeto de submarinos, nós temos uma relação antiga com o TCU, de fiscalização permanente; com o Instituto Brasileiro de Custos e com a Fundação Getulio Vargas para a gente mapear, exatamente, o valor que a gente está contratando e trazer justiça; enfim, se o que a gente está contratando é aquilo que vale. Então, não só de transparência, mas de compromisso com aquilo que a gente está contratando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E aqui, no Senado Federal, além da Comissão de Relações Exteriores e Defesa, que tem a prerrogativa de convocar e convidar os comandantes das Forças, busca se inteirar dos projetos e dar luz a eles, que é o que a gente fez aqui hoje. Hoje foi um exercício de transparência.

A gente está vendo as empresas da nossa indústria nacional e outras que contribuem para esses projetos, mostrando, aqui, o que elas estão fazendo em cada área, como a AEL, de componentes; como a CBC e como as outras aqui presentes, a própria Thyssen, falando das fragatas e de *drone*. É uma forma também de prestação de conta do que está sendo feito.

E as entregas comprovam isso, né, Almirante? Ou seja, não só é prestado conta, mas é entregue o produto. E disso eu posso falar, como Parlamentar; minha orçamentista, a Lúcia, fica muito feliz quando eu mando recursos para a Marinha, o Exército ou a Aeronáutica, porque ela sabe que vai ser executado com transparência e que vai ser entregue num tempo rápido e ágil. Muitas vezes, as prefeituras não têm a mesma agilidade ou o mesmo zelo com o recurso, como têm as Forças Armadas – eu faço aqui este registro.

Vanessa, do Amazonas: "Armamentos e defesa própria envolvem física e química. Quais as ideias para investir nessa área de grande potencial no Brasil?". Isso foi falado aqui, inclusive, pela Imbel e pela CBC também, pelas indústrias aqui. Na física, a Marinha tem sua engenharia dedicada a isso. E é exatamente isso, esses empregos que são gerados pela indústria de defesa nós não podemos perder; ao contrário, temos que aumentar as oportunidades, porque são oportunidades para físicos, para químicos, no caso das munições; para engenheiros, nos projetos; e tantos outros.

Thyago, do Distrito Federal: "Como mostrar à população a importância de investir nas Forças Armadas, mesmo sem o Brasil participar de grandes conflitos?". Exatamente, Thyago, esse é o grande desafio. E as pessoas leigas, naturalmente – como eu fui também, porque aqui eu aprendi um pouco; bastante, aliás, sobre Forças Armadas –, quem está de fora, é natural, acha que a gente está falando de pessoal, como eu falei aqui, sem ser pejorativo, de soldadinhos, mas é muito mais do isso.

A gente está falando de uma indústria que gera mais de 4% do nosso PIB, que emprega mais de 2 milhões de pessoas no nosso Brasil, que desenvolve tecnologia, que tem que cuidar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das fronteiras da nossa Amazônia Azul, que é o mar territorial brasileiro, agora, principalmente com a Guiana Equatorial, com a exploração e com as tensões políticas militares aqui na Venezuela, que, ainda por cima, é fundamental para a ajuda humanitária, como no caso de Pacaraima, do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, e que também, muitas vezes, têm que ajudar, no emprego da força, em muitos estados, no combate ao narcoterrorismo, digamos assim, que eu acho que é o termo correto.

Dito isso, eu vou passar agora aos nossos Senadores. E vou começar, Chico, pelo nosso Relator, o Senador Randolfe, que eu espero tenha sido estimulado aqui por todos os que falaram, e que já contou com o apoio aqui de diversos Senadores que vieram a esta Comissão.

Então, vou dar a palavra ao nosso Relator, Randolfe.

**O SR. RANDOLFE RODRIGUES** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - AP. Como Relator.) – Sr. Presidente, colegas Senadores, na verdade, eu acho que esta audiência vai ser central para a instrução dessa proposta de emenda constitucional. Eu acho que a rica audiência e a rica contribuição de todos os representantes das três armas aqui e da nossa indústria bélica dá conta do que eu já disse anteriormente: a situação, na forma como está, no modelo em que está, não pode continuar.

Eu acho que é evidente que nós chegamos a um momento em que não é mais possível e aceitável admitir o processo de sucateamento, de enfraquecimento das nossas Forças Armadas por todas as razões que já foram aqui elencadas.

Eu acho que nós precisamos discutir, debater, talvez, no âmbito de uma proposta de emenda constitucional. Eu acho que poderíamos receber da Defesa e das três armas também maiores dados sobre isso, sobre quanto hoje é disponibilizado para pessoal, quanto é disponibilizado para investimento, porque o que me parece que está aqui patente e claro, sendo colocado por todos os setores, é que nós precisamos ampliar a capacidade de aquisição de equipamentos, de fabricação de equipamentos e de investimento nas Forças Armadas. Então, o que nós estamos falando é de mais recursos, sobretudo para isso.

Creio que talvez seja interessante discutirmos isso no âmbito da proposta de emenda constitucional, a partir do que aqui foi dito, a partir dos dados que eu acho que são necessários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para subsidiar a nossa intervenção, o nosso trabalho e o nosso relatório na seguinte ordem. Eu acho que, primeiro: de qual valor estamos falando concretamente, qual a necessidade das três armas, o que é preciso para a circunstância que nós estamos – a qual reitero – que é uma circunstância que não pode continuar.

O Brasil já foi a maior potência bélica da América do Sul, não é compreensível nós estarmos atrás do Chile, atrás da Bolívia, atrás da Venezuela; não é compreensível, com o papel que o país tem, com a geografia que o país tem, com a dimensão econômica que o Brasil tem e, sobretudo, pelo que foi dito por vários aqui, com o conjunto de riquezas que nós temos, que são riquezas de ordem agrícola, são riquezas de ordem mineral, são riquezas, inclusive, das inovações que existem.

Nós já descobrimos, quando se debateu recentemente a questão da necessidade de terras-raras para a tecnologia do século XXI... Inclusive, em especial nisso nós temos potencial que nenhuma outra nação tem. Pelo conjunto dessa circunstância, nós temos que aproveitar a vossa proposta nacional para ser um ponto de reversão da situação que hoje se encontram as Forças Armadas Brasileiras, mas eu creio que, pela ordem, nós precisaríamos, primeiramente:

1. Concretamente, de que valores estamos falando? e;

2. Qual seria uma escala razoável e possível para essa recuperação do poder, do potencial das Forças Armadas Brasileiras?

Acho que essas são as duas questões básicas e preliminares.

3. Hoje, como está disposto o orçamento das Forças Armadas, quanto é disponibilizado para pessoal e quanto seria o necessário para cumprir o objetivo que está sendo reivindicado por todos aqui, que é melhorar o equipamento das três Armas?

Eu acho que essas são respostas necessárias e urgentes, partindo... E cumprimento todos pela audiência, todos das nossas três Armas, da Aeronáutica, da Marinha e do Exército, e todos, sobretudo da indústria bélica brasileira. E é importante assim nós destacarmos que a nossa indústria bélica, em especial nossa indústria aeronáutica, são, eu acho, bons sintomas de um Brasil grande, de um Brasil exitoso. A Embraer é um belíssimo milagre brasileiro. A Embraer é um exemplo concreto do que o Brasil pode, do papel que o Brasil pode fazer no mundo e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobretudo, de que o brasileiro, quando sonha, pode realizar seus sonhos sem limites. A nossa indústria bélica, e eu destaco aqui, em especial, a Embraer, é um exemplo concreto disso. Por isso é uma questão, o que nós estamos debatendo aqui, central, do ponto de vista da soberania nacional, mas é central do ponto de vista da afirmação soberana do Brasil do mundo, da afirmação do Brasil no mundo.

Então, nós saímos daqui e concluímos esta audiência com uma convicção: nós temos que avançar nessa proposta, temos que avançar nesse debate. A reivindicação aqui colocada pelas Forças Armadas brasileiras e pela indústria bélica é uma afirmação necessária para o Brasil que se pretende construir e, sobretudo, que dialoga com o momento que o Brasil está vivendo no mundo atualmente, sobre o momento que o mundo está vivendo atualmente.

Dito isso, eu creio que nós precisamos apenas e somente dar resposta a essas indagações para dialogarmos, elaborarmos, inclusive, porque esse é um debate também com outros setores do Governo, é um debate a ser feito, sobretudo, também com a equipe econômica. Nós temos que fazer um texto que tenha também a necessária responsabilidade fiscal. Todos aqui sabem muito bem disso, não tem ideia e não tem nenhuma pretensão de aprovar alguma proposta, do ponto de vista orçamentário, que desequilibre com o restante da peça orçamentária pública, mas tem uma emergência, que acho que há um diagnóstico e há uma compreensão comum aqui de que deve ser sanada e deve ser encaminhada.

Então, acho que nós temos esse dever de casa de darmos resposta a essas perguntas, indagações, que aqui foram apresentadas, mas, sobretudo, acho que ficou patente aqui nesta audiência pública, pelas posições diferentes, que há uma compreensão de todos os Parlamentares, de todos os campos políticos, de Governo, de oposição, de que esse é um assunto do Estado brasileiro e que tem que ser dada uma resposta.

Muito obrigado e parabéns, Senador Portinho, pela iniciativa da proposta de emenda à Constituição.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esta audiência pública é nossa, Senador Randolfe. Muito obrigado a você, como Relator. Eu acredito que aqui a gente deu mais um passo no avanço da PEC 55, para chegar a essas convergências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Chico Rodrigues.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Eu quero inicialmente parabenizar V. Exa., Senador Carlos Portinho, pela iniciativa tão oportuna.

Quero dizer também que nós queremos aqui fazer um rápido comentário em relação à audiência pública extremamente qualificada, mostrando inclusive os representantes das nossas Forças Armadas, da indústria também, aqui presentes, cada um com um cabedal de informações extremamente qualificado, mostrando, no cenário atual, que é fundamental o Governo rever esses gastos na área militar, na defesa e, tendo como referência, pelo menos em termos proporcionais...

Nós estamos classificados em sexto lugar em investimentos na área de defesa, na América do Sul, atrás da Colômbia, do Equador, do Uruguai, do Chile, da Bolívia, e isso, na verdade, nos inquieta e mostra que a visão global de investimentos em área de defesa... É claro que não podemos ser comparados com os países líderes da Otan, que estabeleceram, a partir de agora, o investimento de 5% do PIB desses países em defesa, mas nós entendemos que é importante que haja um impulso, de uma forma segura e determinada, pelo Governo Federal em relação a essa área de defesa. Nós entendemos que tem que ser um programa de Estado, porque os governos se alternam e, obviamente, é o humor político e ideológico que muitas vezes prevalece. Nós entendemos, e aqui ficou bem claro, que o mundo todo vive momentos tensos hoje, e sabemos que nós precisamos ter realmente a nossa defesa, um país continental como o Brasil, que tem a Amazônia Verde, que tem a Amazônia Legal nossa, com riquezas imensuráveis, tratando, inclusive, de minerais estratégicos importantíssimos para a humanidade.

Eu, inclusive, apresentei um projeto de regularização e regulamentação da exploração de terras-raras agora, e todos que estão aqui presentes sabem o que representam as terras-raras.

Portanto, acho que esta audiência pública, como já foi dito aqui por alguns empresários, é extremamente diferente do que aconteceu no passado. Meu caro colega Carlos Portinho, esta oportunidade mostra, de forma transnuda, exatamente o que é importante para que o nosso país, para que o Governo possa se debruçar, o nosso Relator possa se debruçar sobre essa PEC 55, que chega em boa hora e precisa ser realmente definida o mais rápido possível para que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil possa ter segurança, tecnologia, geração de emprego, geração de renda, enfim, tudo que vai agregar valor ao nosso país.

E quem não protege... Como diz um cidadão no meu estado, quem não protege o que tem, não é dono. Então, obviamente, o Brasil precisa realmente de uma política de Estado extremamente forte na área de defesa. E nós entendemos que o senso de responsabilidade e de compromisso do nosso Relator, obviamente, mostrando a importância à aérea econômica do Governo de estabelecer esses novos valores possa fazer com que o impacto socioeconômico esperado com a PEC venha melhorar a segurança do nosso país.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito bom, Senador Chico Rodrigues. Inclusive, só acrescentando aqui à colocação do Senador Randolfe, essas questões, essas arguições que ele bem faz certamente serão respondidas todas pelos comandantes das Forças que estarão presentes, já deixo aqui o convite a todos, no dia 23 próximo, de setembro, na CCJ. A audiência vai contar somente com as autoridades, o Ministro da Defesa José Múcio e com os comandantes das Forças.

Hoje aqui nós quisemos trazer o setor produtivo, é lógico, além das nossas autoridades, nossos representantes das Forças Armadas, da parte de planejamento, de execução de projetos, para que todos entendam a importância desse projeto, que vai muito além de orçamento para pessoal. O que a gente está realmente querendo carimbar é recurso para investimento e principalmente, parte dele, para investimento com empresas nacionais que produzem, e a gente tem as melhores do mundo, em muitos casos, aqui no país.

Senador Mourão, para encerrar a sua participação e a nossa aqui.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Muito obrigado, Presidente. Mais uma vez, cumprimento V. Exa. por essa PEC e principalmente por ter conduzido brilhantemente esta audiência pública.

Agradeço a todos os expositores aqui, sejam os representantes das Forças Armadas, sejam os representantes da nossa indústria de defesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resumindo, número 1: as Forças Armadas querem cumprir sua missão, muito bem definida no art. 142 da nossa Constituição. E para isso, elas precisam dos meios, em material e em pessoal. Pessoal, elas têm, mas material, têm uma dificuldade enorme em manter o compasso com aquilo que se exige hoje de modernidade.

Cem anos atrás, era mais fácil, não é? Era menos caro tudo aquilo que era necessário adquirir. Hoje, não. A tecnologia não faz baratear custo. É igual na medicina. A tecnologia aumenta custo. O Canhaci, que foi diretor de hospital, sabe disso, não é? Muito bem. Então esse é o aspecto militar da coisa. E a gente sabe muito bem que as três Forças gastam os recursos que a nação lhes coloca de forma extremamente judiciosa. Ninguém joga dinheiro fora aí.

E aí, nós temos a questão econômica. Qual é o limite que o nosso orçamento pode suportar? A gente tem um debate muito grande, aqui no Congresso, a respeito da questão fiscal. Foi mencionada pelo Relator, pelo Senador Randolfe.

E existe um aspecto que foi mencionado por um dos debatedores, acho que foi o nosso representante da Condor, que se o orçamento for liberado no primeiro dia do ano, no dia 1º de janeiro, as Forças Armadas vão conseguir gastar esse orçamento, e não vai ter desperdício de recurso. Por que o que vem acontecendo? E eu digo isso pela minha experiência própria de ter sido Secretário de Economia e Finanças do Exército. Se há contingenciamento, se há bloqueio, isso vai ser liberado só lá em novembro, dezembro, termina por não haver o gasto do recurso, e isso prejudica o terceiro ramo da discussão que nós tivemos aqui, que são as empresas.

E as empresas brasileiras, e mesmo aquelas empresas estrangeiras que vieram se estabelecer aqui no Brasil, como o exemplo dado aqui pela ThyssenKrupp, investiram e investem muito em tecnologia. E nós temos essa capacidade.

Já tivemos um exemplo trágico no passado, que foi da Engesa. A Engesa investiu alto, fabricou aquilo que, na época, no início dos anos 80, era o melhor carro de combate do mundo, perdeu uma licitação, o Exército Brasileiro não tinha recurso para comprar aquele carro de combate e a Engesa terminou por ir à falência.

Então nós temos que garantir esses dois lados da equação: que as Forças Armadas tenham a sua capacidade operacional e que as nossas empresas mantenham a sua saúde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

financeira e, com ela, todos os empregos. Esse é o nosso trabalho, o nosso dever e a discussão que nós temos que levar avante aqui, Senador Portinho.

Muito obrigado, um grande abraço e parabéns!

**O SR. PRESIDENTE** (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Queria ler os dois últimos comentários da participação cidadã pelo nosso *site* e-Cidadania, para encerrar esta bela audiência pública.

Do Oswaldo, meu conterrâneo do Rio de Janeiro: "Devem ser priorizados, pelas próprias Forças Armadas, os projetos estratégicos, bem como os valores envolvidos, divulgando à população". Sim, hoje a gente teve aqui a apresentação de diversos projetos estratégicos, o que também é uma medida de transparência.

E do Antônio, de Pernambuco: "[...] uma Força Armada enxuta e modernizada, além de ser uma ferramenta dissuasória eficiente, é também uma questão de bom senso e segurança". De pleno acordo.

E, com isso, nós chegamos ao encerramento.

Nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a participação das senhoras e senhores debatedores, declaro encerrada a presente reunião e já os convido para a próxima, na CCJ, junto com o meu colega Randolfe Rodrigues.

(*Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e trinta minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Tereza Cristina, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Angelo Coronel, Pedro Chaves, Izalci Lucas, Jussara Lima e Zenaide Maia, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Astronauta Marcos Pontes, Jorge Seif, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião da Comissão, ocorrida em 9 de setembro, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 931, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil, assinado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 390, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 9 de outubro de 2023." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Fernando Dueire (*Ad hoc*), substituiu Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 615, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

20 de junho de 2025." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Não apresentado. **Resultado:** Aprovado o relatório. **Observação:** Aprovado requerimento de urgência para a matéria. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 22, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei n° 4497, de 2024, que "Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)"." **Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado o requerimento, também subscrito pelo Senador Nelsinho Trad, juntamente com os aditamentos solicitados pelos senadores Jaques Wagner e Tereza Cristina. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Nelsinho Trad**
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Muito bom dia.

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, conforme pauta previamente publicada.

Número regimental constatado.

Antes de iniciarmos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 18ª Reunião da Comissão, ocorrida em 9 de setembro.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Finalidade da reunião.

Conforme a pauta publicada, a presente reunião destina-se à apreciação de projetos e requerimentos.

### ITEM 1

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 931, DE 2021

**- Não terminativo -**

*Aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, para a Prestação de Serviços de*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil, assinado em Brasília, em 7 de fevereiro de 2017.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Luis Carlos Heinze

**Relatório:** Pela aprovação

Com a palavra V. Exa.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Como Relator.) – Senador Nelsinho, é um prazer.

Colegas Senadoras, Senadores, fazendo um preâmbulo deste assunto, nós tivemos, recentemente, no ano passado, um grande incêndio na região da fronteira nossa do Rio Grande do Sul com a Argentina, no caso, São Borja com Santo Tomé, Uruguaiana e Paso de Los Libres. Os campos queimaram no Rio Grande do Sul e também na Argentina, e a Argentina não tinha condições... O corpo de bombeiros não podia agir. Então, nós ajustamos – eu até participei disto – com o Governo do estado para que fosse possível que eles fizessem a intervenção na Argentina. Este decreto que nós estamos apresentando aqui tem condições de ajustar esse trabalho quando houver algum foco em que possa ser utilizado.

Vamos direto ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – Destaco, de início, que compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Reparo ainda que não há defeitos no que diz respeito à sua juridicidade. Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No mérito, o ato internacional em apreço aperfeiçoa o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas assinado em 2005. Assim, o Ajuste Complementar em causa oferece marco jurídico seguro para a atuação dos profissionais que cruzam a fronteira para atuar em serviços de emergência e a cobertura de seguro de responsabilidade civil para os veículos oficiais de assistência de emergência.

A matéria, que contou com a chancela dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, das Relações Exteriores, da Fazenda, do Trabalho e da Integração, promove maior integração das comunidades fronteiriças; atende às justas reivindicações da população aí assentada; possibilita o aprimoramento de recursos humanos e materiais destinados à cooperação em defesa civil e serviços de assistência emergencial na região; e facilita o trânsito de equipes e veículos destinados à cooperação em defesa civil nos dois lados da fronteira.

Esse contexto contribuirá, por certo, para o bem-estar das comunidades fronteiriças.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 931, de 2021.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Votação.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 2**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado em Brasília, em 9 de outubro de 2023.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Fernando Dueire

**Relatório:** Pela aprovação

A relatoria é do Senador Astronauta Marcos Pontes, que pediu a especial gentileza da designação do Senador Fernando Dueire, para a leitura do relatório, como Relator *ad hoc*.

Concedo a palavra ao Senador Fernando Dueire para a leitura do relatório.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE. Como Relator.) – Presidente Nelsinho Trad, meu caro Senador Heinze, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, como o parecer foi já divulgado, eu peço a V. Exa. para ir direto à análise do voto.

O PDL em exame não contém vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Por igual, não se vislumbram vícios de constitucionalidade.

Ademais, o acordo se harmoniza com o art. 4º da CF, que estabelece que a República Federativa do Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

Desse modo, Sr. Presidente, o acordo cria ambiente de segurança jurídica para a celebração de atos posteriores entre as Partes – a exemplo de tratados, acordos, memorandos de entendimento ou ajustes técnicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumpre recordar as tradicionais relações bilaterais entre Brasil e Países Baixos, origem de expressivos investimentos no Brasil e porta de entrada de produtos brasileiros, por meio de seus portos, na Europa. Cria-se, dessa forma, ambiente propício para a intensificação da cooperação bilateral, em especial em áreas como defesa, segurança e inteligência.

Por fim, vale o registro de que o Brasil vem firmando com diversos países acordos dessa natureza, num evidente esforço de nossa política externa de fortalecer parcerias internacionais.

Peço a permissão a V. Exa. para ir direto ao voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Perfeito.

**O SR. FERNANDO DUEIRE** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PE) – Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2024

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Fernando Dueire pela leitura *ad hoc* do relatório construído pelo Senador Astronauta Marcos Pontes.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Parecer é favorável.

Vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto o Senador Rogério Carvalho está a caminho, eu subscrevi o requerimento de autoria da Senadora Tereza Cristina, com a anuência dela, Requerimento nº 22, de 2025, o qual farei uso da leitura para explicação a V. Exas.

**ITEM 4**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 22, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei nº 4497, de 2024, que "Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)".*

**Autoria:** Senadora Tereza Cristina (PP/MS)

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei 4.497, de 2024, que "altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)".

Propomos para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul); representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso; representante da Federação da Agricultura do Estado do Paraná; representante da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia; representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Acre; representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Roraima; representante da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas; e representante da Associação dos Notários e Registradores do Brasil. E não poderia ficar de fora, Senador Heinze, representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Sul. (*Pausa.*)

Há dois aditamentos que a Senadora Tereza pede para constar.

O Senador Jaques Wagner encaminha: Sr. Junior Divino Fideles, Advogado-Geral da União Adjunto; Sr. Carlos Henrique Naegeli Gondim, Consultor Jurídico do Ministério dohen Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; e Sra. Maria Tereza Uille Gomes, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça.

Além desse, há o segundo aditamento, solicitado pela Senadora Tereza Cristina, com representante da Sociedade Rural Brasileira e representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina.

Justificativa.

A realização de audiência pública para a instrução do Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, é de grande importância, pois permitirá uma discussão ampla e aprofundada sobre temas essenciais relacionados à regularização de terras em faixa de fronteira. Este projeto de lei propõe alterações na Lei nº 13.178, de 2015, que trata dos procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e concessões de terras públicas situadas em áreas de fronteira, bem como na Lei nº 6.015, de 1973 (Lei de Registros Públicos).

A necessidade de promover uma audiência pública se justifica pela abrangência social, econômica e estratégica que a regularização fundiária em regiões de fronteira representa para o país. A discussão aberta e participativa permitirá ouvir especialistas, representantes de entidades da sociedade civil, órgãos públicos e demais interessados, contribuindo para aprimorar o entendimento sobre os procedimentos propostos, identificar possíveis desafios – e tem muitos – e propor melhorias que garantam segurança jurídica, transparência e efetividade na regularização dessas terras.

Além disso, a audiência pública facilitará o alinhamento das ações com as demandas da sociedade, promovendo maior legitimidade às alterações legislativas e contribuindo para a construção de uma legislação mais eficiente e adequada às necessidades do país. Assim, Srs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores e Sras. Senadoras, essa iniciativa reforça o compromisso do Legislativo com a transparência, o diálogo democrático e a busca por soluções que atendam ao interesse nacional.

Diante do exposto, solicitamos a realização de audiência pública para que o Projeto de Lei nº 4.497, de 2024, possa ser devidamente instruído, garantindo uma discussão ampla, democrática e fundamentada, em benefício do desenvolvimento sustentável e da segurança jurídica em nossas fronteiras.

A audiência pública que ora propomos, portanto, tem o objetivo de dirimir dúvidas sobre o projeto, razão por que conclamamos os nobres pares a aprovarem este requerimento.

Sala da Comissão, setembro de 2025.

Senadora Tereza Cristina e Senador Nelsinho Trad, com aditamento do Senador Jaques Wagner.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam pela aprovação do Requerimento 22, de 2025, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Às providências.

**ITEM 3**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 615, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Aprova o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris sobre a Trigésima Sessão da Conferência das Partes na Convenção-Quadro das*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a Vigésima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Protocolo de Quioto, a Sétima Sessão da Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes no Acordo de Paris, das Sessões dos Órgãos Subsidiários e Outras Reuniões da UNFCCC, também chamado de Acordo de Sede da COP30, assinado em Bonn, Alemanha, em 20 de junho de 2025.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Rogério Carvalho

**Relatório:** Não apresentado

Concedo a palavra ao nobre Senador Rogério Carvalho para proferir seu relatório.

Vez que já foi distribuído, peço que vá direto à análise.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Direto à análise, como V. Sa. propôs.

A matéria em exame, que visa à aprovação do Acordo de Sede da COP30, encontra amparo constitucional e legal. O projeto de decreto legislativo é o instrumento normativo adequado para a aprovação pelo Congresso Nacional de acordos internacionais, em consonância com o que preceitua o art. 49, inciso I, da Constituição Federal, que confere competência exclusiva ao Congresso para resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional. A exposição de motivos que acompanha a mensagem do Poder Executivo corrobora essa necessidade, ao apontar a existência de transferência financeira e outros compromissos logísticos e operacionais que configuram a onerosidade referida pela Carta Magna.

Nos termos do inciso I do art. 103 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais e ao Ministério das Relações Exteriores. O inciso VI do mesmo artigo estabelece a competência da Comissão de Relações Exteriores para tratar de assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o exame da proposição está perfeitamente alinhado às atribuições regimentais desta Comissão.

No mérito, a aprovação do Acordo de Sede da COP30 é medida que se coaduna com os interesses nacionais e a política externa brasileira. A realização de um evento de tamanha envergadura no Brasil, e em especial na Amazônia, simboliza o compromisso do país com a agenda ambiental e climática global, fortalecendo sua posição diplomática e seu protagonismo no cenário internacional.

O Brasil, mais uma vez, se coloca como protagonista nos debates da agenda climática, cujos desafios exigem a formulação de soluções baseadas no multilateralismo. Desse modo, o país deverá se reafirmar como ator estratégico nas ações de governança climática perante a comunidade internacional.

O tratado em causa, conforme detalhado na exposição de motivos e nos anexos, segue modelo adotado para a realização de conferências no âmbito da Organização das Nações Unidas. Por meio dele, busca-se fornecer as condições necessárias de infraestrutura, segurança, logística e garantias de privilégios e imunidades para os participantes e o secretariado, conforme o direito internacional e as convenções das quais o Brasil é parte. As disposições relativas a sustentabilidade, acessibilidade, segurança da informação e questões financeiras demonstram o cuidado na elaboração do texto para o bom andamento da Conferência.

A perspectiva de impactos positivos para a cidade de Belém e para o Brasil, no que tange ao turismo, requalificação urbana, investimentos, geração de emprego e renda, bem como o destaque global para a importância da Amazônia, são fatores adicionais relevantes que justificam a aprovação do PDL.

O desembolso previsto, ainda que significativo, baseia-se no compromisso do Governo anfitrião de cobrir a diferença de custos para realização da Conferência em seu país. Vale destacar que a própria extensão do título do acordo revela a complexidade que envolve a realização da COP30. Serão centenas de reuniões preparatórias, regionais e técnicas, com participação estimada de 50 mil pessoas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, a exposição de motivos informa que a despesa referente à transferência do Governo brasileiro ao Secretariado da UNFCC será realizada no âmbito da ação orçamentária 21GZ Organização e Realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 30). Para tanto, a dotação atual da ação, no âmbito da Presidência da República, supera R$859 milhões.

Por fim, a cláusula que submete denúncias, revisões ou encargos adicionais à aprovação do Congresso Nacional resguarda as prerrogativas do Poder Legislativo e a soberania nacional.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 615, de 2025, e, no mérito, pela aprovação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Rogério Carvalho pela leitura do relatório.

Em discussão o relatório.

Quer fazer algum comentário, Senador?

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Depois. Depois da aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, favorável ao projeto.

À Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Senador Rogério Carvalho, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V. Exa., em nome do Governo Federal, em nome do Presidente Lula e de todo o Governo, pela presteza com que esse decreto foi pautado e hoje já aprovado.

Aproveito a oportunidade para pedir a V. Exa. que a gente vote a urgência para o Plenário do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Requerimento de urgência.

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, esgotamos a pauta.

Apenas uma manifestação: três projetos aprovados, sendo esse relatado pelo Senador Rogério Carvalho muito importante no que tange à questão da COP 30, que vai chamar a atenção do mundo todo para o nosso país. Parabenizo o Senador Rogério Carvalho por essa aprovação.

Eu também gostaria de fazer menção ao requerimento extrapauta de autoria da Senadora Tereza Cristina, subscrito por este Senador que vos fala, e também com o acréscimo do aditamento do tal requerimento pelo Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, que faz com que a gente possa realizar uma audiência pública justamente para dirimir dúvidas, fazer essa alteração da Lei 13.178, de 22 de outubro de 2015, e instruir o Projeto de Lei 4.497, de 2024, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira, o que é muito importante e se faz necessário e urgente.

O Brasil, como todos sabem, tem milhares e milhares de quilômetros de faixa de fronteira, e nós não podemos ficar submetidos, de tempos em tempos, para sair esse corre-corre que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente acaba por fazer por aqui para poder resguardar aquilo que, de forma justa, já é de direito daquele que está devidamente instalado, com fé pública, nas suas terras, produzindo e fazendo com que isso possa vir a ajudar o desenvolvimento do Brasil.

Então, concluo a fala dizendo sobre a importância dessa audiência pública, dizendo que foi um fechamento pactuado com o Líder do Governo, Senador Jaques Wagner, com a oposição, com o centro, com a situação, fazendo com que todos, de mãos dadas, possam dirimir essas questões.

Cumprindo a sua finalidade, nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e quarenta e nove minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência da Senadora Tereza Cristina, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Marcos Rogério, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Weverton, Ciro Nogueira, Jaime Bagattoli, Zenaide Maia, Otto Alencar, Angelo Coronel, Styvenson Valentim, Pedro Chaves e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Rodrigo Pacheco, Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta, que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 22/2025 - CRE, de autoria Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei n° 4497, de 2024, que "Altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos)". **Participantes:** Senhor Marcelo Bertoni (representante de: Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil); Senhor Nicholas Torres, Presidente do RIB/MS (Associação dos Registradores do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul, Anoreg/MS) (representante de: Associação dos Registradores do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul, Anoreg/MS); Senhor Junior Divino Fideles, Adjunto do Advogado-Geral da União; Senhor Carlos Henrique Naegeli Gondim, Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Senhora Maria Tereza Uille Gomes, Ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça; Senhora Giovana Zampieri Omena, Assessora Jurídica e Coordenadora da Assessoria de Relações Institucionais no Sistema Famasul (representante de: Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - FAMASUL); Senhor Rodrigo Bressane, Gestor Jurídico na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (representante de: Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso - FAMATO); Senhor Clemerson José Argenton Pedrozo, Vice-Presidente (representante de: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina – FAESC); Senhor Jean Carlos Neri, Consultor jurídico (representante de: Federação da Agricultura do Estado do Paraná – FAEP); e Senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Patrícia Arantes de Paiva Medeiros, Diretora Executiva (representante de: Sociedade Rural Brasileira – SRB). **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 24, de 2025** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o aumento do número de denúncias de mães brasileiras, denominadas popularmente de “mães de Sharia”, que perderam a guarda de seus filhos em países de maioria muçulmana, nos quais vigora, total ou parcialmente, a lei islâmica (Sharia)." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluido extrapauta. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 25, de 2025** que: "Requer a realização de diligência externa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional durante o I Congresso Internacional, Segurança de Fronteiras das Assembleias Legislativas, que ocorrerá em Cuiabá - MT, nos dias 17 e 18 de setembro de 2025." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluido extrapauta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Tereza Cristina**
Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/17

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

## NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a reunião será dedicada à audiência pública, em conformidade com o Requerimento nº 22/2025, CRE, de minha autoria, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei nº 4.497 de 2024, que altera a Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, a fim de estabelecer procedimentos para a ratificação dos registros imobiliários decorrentes de alienações e de concessões de terras públicas, situadas em faixa de fronteira; e altera a Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos).

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo 0800 0612211.

Contaremos com a participação dos seguintes debatedores – e eu já gostaria de chamar à mesa os cinco primeiros: Sr. Carlos Henrique Naegeli Gondim, Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) – seja muito bem-vindo –; Sr. Junior Divino Fideles, Adjunto do Advogado-Geral da União – seja muito bem-vindo –; Sr. Nicholas Torres, Presidente da RIB/MS, Associação dos Registradores do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul, representando também a Anoreg/MS – seja muito bem-vindo –; Sra. Maria Tereza Uille Gomes, ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça – bom dia, Maria Tereza, seja muito bem-vinda. Quanto tempo! –; e Sr. Marcelo Bertoni, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). (*Pausa.*)

Para o bom andamento dos debates, seguiremos as seguintes diretrizes: cada debatedor e debatedora terá o tempo de dez minutos para suas considerações iniciais; em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. Senadoras e pelos Srs. Senadores inscritos, em blocos de até quatro, bem como para as perguntas e os comentários enviados pelo e-Cidadania; as respostas e réplicas deverão obedecer ao tempo máximo de cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também aqui cumprimentar o Senador Mourão, Senador Bagattoli, enfim, a todos que nos assistem, pela internet.

Se Deus quiser, teremos aqui uma ótima audiência pública para debater um tema que preocupa muitos produtores rurais, em especial os que estão nas faixas de fronteira, que pega aí muitos estados pelo Brasil, em especial o meu estado, Mato Grosso do Sul.

Então, gostaria de cumprimentar a todos os presentes e iniciar a minha breve fala registrando a minha satisfação pela sanção da Lei nº 15.206, de 2025, decorrente do Projeto de Lei nº 1.532, de 2025, de autoria do Senador Nelsinho Trad, Presidente desta Comissão, que tive a honra de relatar na Comissão de Relações Exteriores e posteriormente no Plenário do Senado Federal. Essa nova lei assegura aos proprietários rurais um prazo adicional de cinco anos para requerer a ratificação dos registros de imóveis situados em faixas de fronteira.

Eu espero que agora a gente não espere cinco anos para, depois, na última semana, estar aqui querendo prorrogar novamente. Por isso, a nossa pressa de começar essa nova fase do projeto de regularização, para que todos estejam na mesma página, os processos possam correr de maneira mais adequada e facilitada do que nós tivemos até agora, para que todos possam estar regulares no menor tempo possível.

Essa conquista foi fruto de um acordo construído entre a bancada do agro e o Líder do Governo, o Senador Jaques Wagner, e ratificado pelo Presidente Davi em sessão plenária realizada no dia 8 de julho último. Pelo entendimento firmado, aprovamos exclusivamente a prorrogação da Lei 13.178, de 22 de outubro de 2015, nos termos do PL 1.532, de 2025, ampliando o prazo para a regularização dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais oriundos de títulos de alienação ou concessão de terras devolutas expedidos pelos estados em faixa de fronteira. A sanção presidencial, publicada em 12 de setembro, consolidou essa importante medida.

Como parte do mesmo acordo, ficou ajustado que o Projeto de Lei 4.497, de 2024, de autoria do Deputado Federal Tião Medeiros, do PP, do Paraná, de alcance mais amplo, por tratar da destinação e regularização das terras públicas em faixa de fronteira, teria a sua tramitação regular assegurada na CRE, esta Comissão em que estamos hoje, na CRA (Comissão de Agricultura) e posteriormente no Plenário do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, portanto, damos continuidade a esse compromisso com a realização desta audiência pública que permitirá a participação dos diversos setores interessados, contribuindo de maneira plural para o debate. Nesta Comissão de Relações Exteriores, fui designada Relatora, enquanto na CRA caberá provavelmente ao Senador Jaime Bagattoli a relatoria da matéria.

Destaco ainda, como já havia registrado em Plenário por ocasião da aprovação do PL 1.532, de 2025, que o PL 4.497, de 2024, apresenta inovações significativas à Lei 13.178, de 2015, buscando aprimorar e viabilizar a ratificação dos registros de imóveis rurais em faixa de fronteira. Entre as mudanças propostas está o detalhamento da documentação exigida. Hoje é uma dificuldade, porque cada estado, cada município, cada cartório tem uma relação diferente. Então, essa unificação – eu tenho a impressão e é por isso que isso está colocado – vai facilitar a vida de todos aqueles que precisam dessa ratificação, sabendo exatamente o que levar, enfim, com os documentos organizados e não ficar naquele pingue-pongue, leva uma parte, depois não é bem aquilo. Então, eu acho que isso aqui será de grande valia a todos que precisam dessa regularização.

A flexibilização de impedimentos administrativos e judiciais, a regulamentação da tramitação no Congresso Nacional dos pedidos de autorização relativos a imóveis com área superior a 2,5 mil hectares, além de ajustes nos prazos de obrigatoriedade do georreferenciamento, que vence em 20 de novembro de 2025. E hoje a parcela que precisa entregar esse georreferenciamento é a dos menores, dos pequenos produtores de 0 a 25 hectares.

Então, essa é uma dificuldade que nós teremos, porque, para aqueles que estão nos assentamentos, aí o Estado, Sr. Junior Divino Fideles, precisa entrar junto, o Estado brasileiro, através do Incra, para poder fazer esse georreferenciamento e resolver esse problema, senão eles ficarão na ilegalidade.

Essas alterações tornam ainda mais relevantes a discussão do tema e a sua deliberação pelo Congresso Nacional, especialmente porque o texto também reforça garantias aos particulares e coíbe indeferimentos injustificados por parte dos cartórios.

Era o que eu gostaria de registrar nesta abertura desta audiência pública, que eu tenho certeza de que vai ser muito esclarecedora pelo nível, pela qualidade daqueles que atenderam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao nosso convite e estão hoje aqui para esse importante debate para a sociedade brasileira e, especialmente, para os produtores rurais que estão na faixa de fronteira.

Muito obrigada.

Tenhamos uma ótima sessão!

Tenho a honra de anunciar a presença na nossa primeira mesa do Sr. Carlos Henrique Naegeli Gondim, do MDA, a quem passo a palavra neste momento. Ele é Consultor Jurídico do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar.

O senhor tem dez minutos. Se precisar de um pouquinho mais, a gente vai conceder, mas eu peço que todos fiquem mais ou menos nesta faixa de 10 a 12 minutos – são muitos os palestrantes aqui hoje – para que a gente possa esclarecer, enfim, a especialidade de cada um.

Muito obrigada.

**O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM** (Para expor.) – Muito obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Bom dia.

Senador Hamilton Mourão, Senador Jaime Bagattoli...

Bom dia a todas e a todos, ao Maximiliano, meu colega de AGU.

Senadora Tereza Cristina, eu fui Coordenador-Geral da Procuradoria do Incra na gestão de V. Exa. no Mapa, uma gestão elogiada por todos os lados, em que o Incra ganhou muito em eficiência, principalmente na automatização de suas plataformas.

Bom, é um prazer enorme estar aqui no Senado Federal hoje, discutindo esse tema da faixa de fronteiras, e poder colaborar com o Senado nesse tema, que é um tema muito antigo.

A faixa de fronteira foi fixada pela primeira vez na legislação brasileira na Lei de Terras de 1850, a Lei 601. Então, desde lá, já se fixava uma faixa de interesse nacional para proteção do território nacional, a faixa de fronteira. Em princípio, ela foi fixada em 66km, essa faixa, pela Lei de Terras. Depois, na Constituição de 1934, ela aumentou para 100km, e, a partir da Constituição de 1937, ela aumenta, então, para 150km.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é uma faixa em que a propriedade da terra é da União, e, eventualmente, se os estados forem titulares da terra, eles só podem destiná-la a terceiros mediante assentimento prévio do Conselho de Defesa Nacional. Então, é uma questão de defesa nacional, de proteção do território e de destinação de terras públicas.

A gente tem um regime legal muito antigo: desde a Lei 601, todas as Constituições trataram da faixa de fronteira; uma lei específica, a 4.947, de 1966; depois, a Lei 6.634, de 1979; o Decreto-Lei 1.414, de 1975; a Lei 9.871, de 1999; e a lei atual. O tema trata de uma titulação feita de maneira irregular. O estado-membro destinou a um particular uma terra que não era do estado, era uma terra da União; então, é uma titulação que a gente chama de titulação *a non domino*, uma titulação irregular. Essas leis de ratificação tentam fazer uma espécie de regularização fundiária, a regularização dessas terras que foram irregularmente destinadas pelos estados aos particulares.

Portanto, a gente está tratando aqui de um assunto delicado porque é uma titulação nula. Esses títulos de propriedade que são apresentados pelos supostos proprietários são títulos nulos. O que essas leis todas vieram tentar fazer é regularizar esses títulos nulos mediante a ratificação pela União. Então, ou o estado titulou uma terra que não era própria do estado, era da União, ou o estado titulou a terceiros sem o assentimento do Conselho de Defesa Nacional.

Daí em diante vieram várias ações judiciais. Há uma súmula do Supremo Tribunal Federal, a 477, tratando do domínio inquestionável da União nessas terras da faixa de fronteira, e, então, veio a legislação atual, que pretende ser alterada, a Lei 13.178, de 2015, que retirou do Incra a atribuição para fazer a ratificação das terras que foram irregularmente tituladas na faixa de fronteira. Essa Lei 13.178 foi objeto de uma Adin no Supremo, a Adin 5.623. O Supremo decidiu que o Incra não poderia ficar excluído desse processo de ratificação, fixando então que era necessário fazer a avaliação do cumprimento da função social da terra daqueles imóveis considerados grandes imóveis, maiores do que 15 módulos, para que eles pudessem ser ratificados.

Então, o que a gente tem hoje é uma obrigatoriedade daqueles imóveis. Os pequenos e médios podem ter a ratificação normal pela Lei 13.178; agora, os imóveis de grandes dimensões precisam passar pela avaliação do cumprimento da função social da terra, de acordo com o art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

188 da Constituição, que diz que a destinação de terras públicas deve se adequar à política agrária. Inclusive, a Constituição mesmo diz que a legislação deve tratar sobre uso e ocupação das terras da faixa de fronteira, e atualmente a gente não tem muitas disposições sobre uso e ocupação, a gente tem mais sobre o processo de ratificação.

Então seria interessante talvez incluir nesse projeto de lei as formas de uso e ocupação da faixa de fronteira, conforme dispõe a Constituição.

Eu vejo, no projeto de lei que a gente está discutindo, o 4.497, duas situações que merecem um pouco mais de atenção. Primeiro, a decisão do Supremo na Adin 5.623. O Supremo disse que os imóveis de grandes dimensões precisam passar pela avaliação do cumprimento da função social da terra. Então, é preciso que o Incra visite esses imóveis ou faça por sensoriamento remoto a constatação de que esses imóveis de fato cumprem a função social e, portanto, merecem a ratificação. Esse seria o primeiro ponto que eu colocaria mais delicado no projeto de lei, que praticamente prevê o cumprimento da função social apenas pelo CCIR (Certificado de Cadastro do Imóvel Rural). E o CCIR é declaratório, então não comprova o cumprimento da função social. O que de fato verifica se o imóvel cumpre a função social é uma vistoria pelo Incra ou uma avaliação do cumprimento da função social através de documentos e sensoriamento remoto. A mera declaração pelo proprietário de que ele cumpre a função social, de acordo com o que ele declara no Sistema Nacional de Cadastro Rural, não é suficiente para avaliar o cumprimento da função social da terra. Então, esse seria o primeiro ponto que eu acho que é o mais delicado no projeto de lei.

O segundo ponto é que essa ratificação é uma alienação de terras da União de maneira gratuita. Então, ela é uma renúncia de receita. E, aí, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 4º, teríamos que ter uma estimativa do impacto orçamentário e a forma de compensar essa renúncia de receita. Então, acho que esse projeto de lei também mereceria uma atenção nesse ponto. As regularizações fundiárias, em geral, são feitas de maneira onerosa. Ainda que a um preço abaixo do valor de mercado, ela é feita de maneira onerosa. Essa regularização fundiária em específico é feita de maneira gratuita. Então, teria que haver o impacto dessa renúncia de receita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por ora, seriam esses dois pontos que eu colocaria de maior atenção, e fico à disposição aqui para os debates.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada pela sua fala e por suas contribuições.

Eu vou deixar as perguntas para fazer depois que os...

Como vocês acham melhor, Senador Mourão e Senador Bagattoli?

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Vamos ouvi-los!

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Vamos ouvir todos, né? E, aí, fazemos as perguntas. Está ótimo.

Eu gostaria, então, de passar a palavra para o Sr. Nicholas Torres, Presidente da Associação dos Registradores do Brasil, Seção Mato Grosso do Sul, também aqui representando a Anoreg do Brasil.

Sr. Nicholas, a palavra está com o senhor por dez minutos.

**O SR. NICHOLAS TORRES** (Para expor.) – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar a Senadora Tereza Cristina e agradecer pela oportunidade de trazer aqui o nosso ponto de vista de, na prática, como isso tem funcionado.

Particularmente, em Mato Grosso do Sul, fizemos um breve levantamento e pudemos constatar que, atualmente, nas Regiões Centro-Oeste e Sul, praticamente mais de 50% das ratificações já realizadas no Brasil foram feitas em Mato Grosso do Sul. Então, estamos bem a par desse assunto, até pela provocação da Famasul – o Sr. Bertoni provocou bastante, com a Dra. Giovana também – à corregedoria para poder editar um provimento para poder regulamentar quais seriam os documentos exigíveis. E temos um *case* de sucesso, devido a essa boa relação entre as entidades do Sistema Famasul, do agronegócio, junto com o tribunal do estado e também com o órgão de terras nosso, que é a Agraer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, tivemos bastante sucesso nessa questão, porque uma das questões mais complexas e difíceis de superar para essa ratificação era justamente o fechamento desta cadeia dominial: você percorrer o encadeamento sucessivo lógico dos registros até chegar ao título expedido pelo Estado de Mato Grosso, no caso, na época, em favor do particular.

Tivemos o primeiro obstáculo porque, em decorrência da sucessão legislativa que nós tivemos, desde a Lei de Terras, a Lei 601, de 1850, e seu Decreto 1.237, de 1864, o registro da transmissão entre vivos não era obrigatório. Então, tivemos apenas a obrigatoriedade do registro das transmissões imobiliárias entre vivos em 1916, com o Código Civil, o Código Beviláqua.

Então, nós temos esse período em que não era obrigatório fazer o registro desse título – mesmo que o proprietário recebesse um título dominial do estado, ele não era obrigado a levar isso a registro. Essa é a grande dificuldade que a gente encontrou, e foi difícil de superar, para poder fechar essa cadeia dominial e dar sequência nesses procedimentos de ratificação de registro de imóveis rurais em faixa de fronteira.

Superamos isso de que forma? Em trabalho conjunto. Como eu disse, com a Famasul, a Agraer, o tribunal. O nosso órgão de terras detém um vasto acervo já digitalizado. Foi possível eles viabilizarem um serviço de emissão de certidões de localização e de regularidade de cadeia dominial com base na geolocalização do imóvel constante do seu registro atual; então, nós percorremos toda essa cadeia e chegamos até o primeiro título registrado, e, daí para trás, a Agraer consegue puxar esses dados e inserir esse título dentro de um título expedido pelo estado em favor de um particular.

Nos nossos arquivos, muitas vezes se menciona – ou se refere a – um determinado título expedido em favor do particular; contudo, em virtude dessa ausência de obrigatoriedade legal do registro à época, acabou-se perdendo esse lapso. Então, nós temos indícios de que se refere a um determinado título expedido em favor do particular; contudo, esse título não foi levado a registro, pela inexigibilidade à época, quando ainda não era obrigatório.

Então, a Agraer, o órgão de terras nosso, consegue fazer esse *link* e inserir aquele imóvel... O registro atual, de 2015, que deve ser ratificado conforme a lei, inserir esse título dentro de... Inserir esse imóvel, registrado lá, dentro de um título expedido pelo Estado de Mato Grosso ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

particular talvez em 1890 e poucos – 1893, 1984, 1895, até anterior a 1916 –, porque muitos desses títulos não foram levados a registro.

Então, a gente consegue fechar a cadeia dominial com essa autorização expedida pelo Tribunal do Mato Grosso do Sul justamente com a inserção do §6º do art. 4º do Provimento 322 – e o 309 –, de 2024, que diz que, "Sempre que houver dúvida sobre a cadeia dominial do imóvel rural, deverá o registrador solicitar ao interessado a apresentação de certidão emitida pela AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural", de Mato Grosso do Sul. Com isso, a gente viabilizou o fechamento de várias cadeias, permitindo dar sequência a esse procedimento de ratificação.

No nosso estado, só para citar um exemplo, estima-se que cerca de 35 mil imóveis dependem dessa ratificação, e, desses 35 mil imóveis, nós já temos 2 mil protocolos ativos; então, isso é um pouco mais de 6% de processos já tramitando, mas ainda é pouco, e, como disse a Senadora Tereza, temos que aproveitar esses cinco anos para não deixar para a última hora e fazer isso a tempo.

Desses 35 mil imóveis, estima-se que 1.050 correspondam a casos de imóveis acima de 2,5 mil hectares. Por que eu faço esse recorte? Porque os imóveis acima de 2,5 mil hectares dependem de anuência prévia do Congresso Nacional; é um artigo da lei que não está regulamentado e que está atravancando todos esses processos de ratificação desses imóveis. Esses 1.050 imóveis, hoje, são impossíveis de se ratificar devido à falta de previsão do procedimento de anuência do Congresso Nacional. Então, acredito que o projeto vá abarcar isso.

Em relação à documentação exigida, o Tribunal do Mato Grosso do Sul também expediu no provimento uma autorização para que a comprovação da inexistência de questionamento de processos administrativos seja feita por meio de escritura declaratória pelo particular, sob as penas da lei. Tem muitos órgãos federais ou mesmo estaduais que não têm, em sua previsão, a expedição de um tipo de certidão específica com base no CPF ou CNPJ do proprietário, obstaculizando a sequência desse procedimento. Então, uma forma de se superarem esses obstáculos foi prever essa declaração para que o proprietário estivesse conforme às exigências da legislação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma questão nesse projeto de lei que nos preocupa é a questão da exigência de certidões do Incra e da SPU, visto que esses órgãos hoje não possuem, entre seus serviços prestados, uma emissão individualizada de expedição de certidões e automática, de modo que o proprietário não tem hoje um *link*, um sítio em que ele possa entrar, digitar seu CPF e obter uma certidão negativa, diferentemente, por exemplo, do Ibama: a certidão do Ibama, qualquer pessoa entra no *site* no seu celular mesmo e consegue emiti-la instantaneamente, sem atravancar esse processo e sem criar maiores obstáculos.

Então, temos essa preocupação de se incluir nesse projeto a questão de certidões, por exemplo, do Incra e da SPU, que, a nosso ver, atravancaria todo esse processo, visto que esses órgãos não emitem essas certidões: a SPU emite certidões relativas a imóveis de titularidade da União, não de terceiros. Esses imóveis estão registrados em nome de terceiros; então, criaria uma dificuldade, dependeria de outras providências que, às vezes, poderiam acabar obstaculizando a realização, a conclusão com sucesso dessa ratificação – exigência hoje que nós não temos, essa é uma exigência extra que está sendo criada, que criaria uma dificuldade maior, até porque se trata de um serviço que não existe, não é prestado; isso deixaria o produtor rural, o proprietário, de mãos atadas por não conseguir obter essa certidão necessária.

Por fim, gostaria de, brevemente, agradecer à Senadora novamente e dizer que temos uma experiência muito boa no Mato Grosso do Sul, o nosso provimento é muito bom, é excelente. Sugeriria a leitura do nosso Provimento 309 do Tribunal do Mato Grosso do Sul, que reduziu, sobremaneira, a burocracia para a realização desse ato...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. NICHOLAS TORRES** – ... e tem permitido concluir com sucesso esses procedimentos.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Sr. Nicholas Torres, pela sugestão e pela sua fala.

A gente vê... Olha que o Mato Grosso do Sul tem uma base fundiária muito organizada, porque na divisão do estado isso foi feito, quando o Mato Grosso uno foi dividido em dois

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estados, então, a base veio e foi aprimorada. Agora, a gente tem a preocupação de que lá, de 35 mil, só 2 mil. Então, você imagine em outros estados – eu não conheço – que talvez não tenham essa base tão organizada como a nossa lá a dificuldade que é para poder seguir em frente com esse processo de regularização.

Então, muito obrigada pelas suas palavras e passo agora a palavra para a Sra. Maria Tereza Uille Gomes, ex-Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, por dez minutos.

Maria Tereza.

**A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES** (Para expor.) – Bom dia a todas e todos.

Eu saúdo, em especial, a Senadora Tereza Cristina, Vice-Presidente da Comissão, e a parabenizo pelo trabalho histórico que vem desenvolvendo nesta área, principalmente no seu estado, no Estado do Mato Grosso do Sul, em defesa dos proprietários rurais, enfim.

Saúdo também o Senador Jaques Wagner e agradeço pelo convite que recebi dele, que fez a indicação do meu nome aqui como ex-Conselheira do CNJ.

A minha trajetória é uma trajetória que vem do setor público, fui do Ministério Público por 30 anos – Ministério Público do Paraná –; fui Secretária de Estado da Justiça e, por quatro anos, Conselheira do CNJ, por indicação da Câmara dos Deputados, com referendo aqui do Senado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES** – Tive, sim, e agradeço.

Penso que essa questão e regulamentação da questão da faixa de fronteira é absolutamente importante para o país. Eu tenho algumas preocupações e as trago não em caráter pontual em relação ao projeto de lei, mas em caráter um pouco mais estratégico e institucional.

A Constituição Federal diz que:

> São bens da União:
>
> .....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> A faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

Então, quando eu falo em ocupação e utilização, isso não significa a transferência do direito de propriedade, mas o direito pessoal de uso provisório ou de ocupação provisória. Por isso, a União tem interesse nesse tem – isso é indiscutível –, e cada estado que tem fronteira também tem o seu interesse. Até como foi apontado pela Senadora, cada estado tem um nível diferente de organização dos seus dados georreferenciados, dos seus dados cartográficos em relação a esse tema.

Preocupa-me aqui a questão da cadeia dominial. Se esse bem é um bem da União e se ele foi passado para o Estado – inclusive, tem legislação específica do Amapá, Roraima, etc. e tal – pela cadeia dominial, a gente, muitas vezes, confunde o que é o registro público, que é regulado pelo Poder Judiciário, a Lei de Registros Públicos, com o cadastro administrativo que é feito pelo Incra, que às vezes é autodeclaratório e nem sempre tem a confiabilidade necessária.

Foi dito pelo representante dos cartórios aqui a importância de isso ser levado aos cartórios de registros públicos. Mas qual é o grande problema que eu vejo na cadeia dominial? Não haveria problema, nem custo de a União abrir a matrícula desses imóveis em nome dela; e, depois, nessa mesma matrícula, fazer a averbação da transferência da União para o estado, a fim de que o estado possa, na sequência, disponibilizar ou não para o particular. Essa omissão na cadeia dominial, na abertura da matrícula do registro imobiliário, eu tenho receio de que possa gerar insegurança jurídica. Por quê? Nós estamos falando aqui da transferência de domínio – e aí eu estou falando de direito real, nem é de direito pessoal – do estado para o particular, sem ter a certeza absoluta de que a União transferiu isso aqui de forma legal para o estado. Esse é um passo para que, eventualmente, isso venha a ser objeto de nulidade absoluta, porque isso é patrimônio da União, e a nulidade absoluta pode ser reconhecida a qualquer tempo. Então, eu vejo como uma necessidade a abertura das matrículas de faixa de fronteira em nome da União; na sequência, a transferência da União para o estado, seja por lei, seja por algum outro ato, para, a partir daí, a gente ter essa cadeia dominial. Acho que é essencial o georreferenciamento e é essencial bloquear no Sigef, já dizendo quais são as áreas da União, para que não haja essa sobreposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que temos que nos preocupar também com a responsabilidade dos cartorários, notários e registradores, principalmente os registradores que vão fazer esses atos, porque cada estado adota um procedimento, e precisa ter um procedimento, pelo menos um procedimento do CNJ, que regula os cartórios, para a proteção desses cartorários. Já me deparei com a situação inclusive de procedimento para que o cartorário perca a delegação, porque praticou um determinado ato que não se sabia se podia ou se não podia, relacionado a usucapião de terra pública, de terra da União, e ele efetivamente, por decisão judicial, perdeu a delegação. Então, eu vejo isso também como uma preocupação.

E a minha sugestão? Eu vejo, nessa primeira questão, a necessidade da matrícula dos imóveis da faixa de fronteira em nome da União. A partir daí, a transferência da União para o estado, para saber como o estado chegou até o particular. Acho que isso é fundamental.

Segundo, o georreferenciamento no Sigef, com bloqueio do Sigef em nome da União, das terras que são da União, para evitar que o estado faça diferente.

Eu vejo também como essencial a participação do CNJ, principalmente da Corregedoria do CNJ, atualmente exercido pelo Ministro Mauro Campbell, que é do Superior Tribunal de Justiça, para que haja uma uniformização em relação ao procedimento que é adotado pelos cartórios, para que não haja uma divergência nem uma afronta àquilo que já foi decidido pelo Supremo também em ação constitucional.

Vejo talvez como importante a presença aqui do juiz da vara de registros públicos. Eu não sei até que ponto nós devemos deixar só nas mãos do cartorário a análise da documentação, mas talvez haver uma análise prévia pelo juiz da vara de registros públicos, autorizando ou não autorizando esse ato, porque é um ato de muita responsabilidade. A segurança jurídica pode pôr a perder aquilo que se está tentando, enfim, verificar e fazer de uma forma... Eu acho que a presença do juiz da vara de registros públicos é uma competência importante para, antes de levar a registro a averbação, passar pelo juiz de registros públicos para que ele confira essa cadeia dominial.

Tenho também uma preocupação aqui em relação à aquisição de terras por estrangeiros. Eu acho que a aquisição de terras pela pessoa privada é uma coisa, pela pessoa jurídica já passa a ser outra, e, por sociedade anônima, que você não sabe quem são os sócios que estão ali, pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei das S.A., porque é feita uma transferência por livro interno ou por alguma SPE, que depois você vai passando para outras pessoas... Essa é a preocupação também com a questão da aquisição por estrangeiros.

Vejo também outra questão muito importante que diz respeito a um documento que recentemente foi editado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A Corte Interamericana de Direitos Humanos da Costa Rica editou um Parecer Consultivo, PC 32, agora, em 2025, que trata inclusive do controle externo sustentável e que reconheceu que a preservação das florestas e o enfrentamento da mudança climática são obrigações estatais vinculadas à proteção dos direitos humanos. Essa proteção deve ser garantida não apenas às populações atuais, mas também às gerações futuras, configurando um dever de solidariedade intergeracional.

Eu digo isso porque, nas faixas de fronteira, naturalmente, existem áreas – e são áreas extensas de florestas e de florestas públicas – para as quais talvez a gente tivesse que fazer uma aproximação da lei que trata da gestão de florestas públicas com essa lei que trata da ratificação desse documento para a transferência de terras. Inclusive pela própria lei, hoje, que trata do crédito de carbono, as empresas que emitem são obrigadas a reduzir suas emissões ou compensar. A compensação se dá pela compra de crédito de carbono florestal, e a compra de crédito de carbono florestal é um ativo cuja receita, pela Lei de Responsabilidade Fiscal...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES** – ... também teria que ser pelo menos avaliada.

Enfim, era isso, Senadora.

Agradeço imensamente a oportunidade. Trouxe aqui algumas ideias a título de reflexão.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Maria Tereza, é um prazer tê-la aqui conosco.

Eu quero anunciar aqui a presença do nosso Senador Nelson Trad Filho, que é o Presidente desta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo agora ao Marcelo Bertoni, que é o representante da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária), por dez minutos.

**O SR. MARCELO BERTONI** (Para expor.) – Bom dia a todos.

Queria agradecer à Senadora e, na sua pessoa, já cumprimentar toda a mesa.

A gente fez uma apresentação, e vou ver se consigo fazer o mais rápido possível.

O conceito do marco legal da faixa de fronteira, que hoje está valendo, já tinha sido falado pelo Dr. Naegeli. Então, eu vou passar.

Isso aqui é o que impacta os nossos estados, são 11 estados com problemas nos seus territórios. Você vê que o Acre está com 88% do seu território com problema. Na grande maioria, o que tem menos tem 7,5%, mas o resto, em compensação, tem grandes áreas.

Aqui é a linha do tempo, como foi dito, desde a época que começou, com 66km. Depois, em 1934, foi para 100km. Entre a Constituição de 1937 a 1955, aumentou para 150km e aí validou, na Constituição nossa, em 1988, os 150km.

Por que ratificar?

Alienação de terras da União – que é o que hoje está acontecendo. Estados venderam terras devolutas que pertenciam à União. Os títulos, depois de ratificados, passarão a ser regularizados e reconhecidos pela União, garantindo validade jurídica.

Alienação de terras estaduais sem procedimento legal. Estados venderam suas terras devolutas sem cumprir o rito legal (ouvir o Conselho de Segurança Nacional). Depois de ratificados, os títulos são convalidados, assegurando regularidade administrativa e jurídica.

Segurança jurídica. A insegurança hoje que isso causa: insegurança para proprietários e risco de nulidade dos títulos. Os imóveis podem ser registrados em nome da União. Propriedade validada com respaldo legal – isso com a ratificação.

Controle da União sobre a faixa de fronteira. Fragilidade no controle territorial e na defesa nacional. Reforço da soberania...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui cabe um comentário. O Dr. Naegeli disse que seria abrir mão de receita da União em cima do estado. É uma briga do estado com a União, porque o estado recebeu por esses títulos. Os títulos foram comprados, não foram sem ônus. Então, não pode o produtor rural levar o ônus. Ele fica sem a terra, a área é nula e ele não recebe nada? Ele pagou ao estado. O estado que entre em acordo com a União.

Quem precisa ratificar os títulos?

Áreas inferiores a 15 Módulos Fiscais precisam, diretamente, registrar os imóveis. Essa não tem prazo, mas continua sendo obrigatória.

Áreas superiores – do georreferenciamento – a 15 módulos fiscais. Georreferenciamento e atualização do SNCR, no Incra; sem disputas judiciais ou administrativas; e que não seja objeto de desapropriação da lei.

Áreas superiores – esse aqui é um problema sério que nós temos – a 2.500ha. Não fala do rito junto ao Congresso Nacional. Aqui está um... A gente mandou um ofício no dia 11 de fevereiro de 2025 para o Congresso para ver como é que seria feito. Não foi respondido até hoje, porque ninguém sabe como fazer.

Importância da ratificação.

Ratificação não é regularização fundiária.

Região estratégica para a segurança nacional está sob legislação que prevê regras específicas para aquisição e transferência de imóveis.

Garante a segurança jurídica da propriedade, possibilitando o acesso ao crédito rural, participação em programas de incentivo de produção agropecuária (PAA e Pnae). Está acontecendo que os pequenos produtores também não estão conseguindo fazer a ratificação, e, como eles não têm a ratificação, eles não podem entrar na questão de ser privilegiado nessas projetos de compras com o Governo.

Garante a segurança jurídica aos produtores rurais em situações de desapropriação, uma vez atestado que o imóvel foi adquirido de boa-fé. E é isso que eu estou dizendo. Paraná, todos esses... Você tem que olhar que o Brasil é continental, mas os imóveis foram adquiridos de boa-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fé pelo estado. Era o estado que estava entregando os títulos. Agora, mais uma vez, se houve um erro do estado e da União, quem tem que resolver são os dois órgãos e não o produtor rural ser penalizado.

A importância da ratificação, de novo.

Dificuldade na elaboração da cadeia dominial, considerando a necessidade de atestar o destaque do patrimônio – isso foi dito aqui pelo Dr. Nicholas.

O processo de ratificação envolve diversas etapas e interação com múltiplos órgãos. Muitas vezes, a gente pede a documentação, e, quando chega tudo, você tem que pedir tudo de novo, porque já passaram 90 dias, e aquela documentação já não vale mais. Você tem que voltar no cartório, você tem que voltar a pedir, nas próprias autarquias, tudo de volta, porque não consegue fazer...

É necessário apresentar o georreferenciamento do imóvel e atualizar a sua inscrição no Sistema Nacional de Cadastro Rural, no Incra, gerando mais custo ao produtor rural.

O produtor precisa verificar a matrícula no cartório de registro de imóveis e consultar os registros do Incra para confirmar a necessidade de ratificação. Muitas vezes, a gente não consegue no Incra essa consulta, porque o órgão, às vezes, não consegue ter a resposta imediata sobre isso.

A importância do PL 4.497, de 2024, é: promover a ratificação sumária dos títulos expedidos pelos estados daqueles imóveis com área inferior, desde que atendidos determinados requisitos; permitir que as declarações assinadas pelos requerentes substituam certidões oficiais quando essas não puderem ser obtidas – o que também foi dito aqui pelo Dr. Nicholas –, ou o órgão demoraria mais de 15 dias para responder. Isso é praxe – respondem às vezes e, às vezes, nem respondem; estabelecer regras claras para o estado não exorbitar da sua competência de legislar; tornar exequível a ratificação de registros imobiliários – a segurança jurídica que a gente tanto pede –; regularizar a malha fundiária nacional – o ordenamento territorial –; estabelecer um rito claro para a ratificação de imóveis rurais acima de 2,5 mil hectares; e, enquanto, não houver decreto homologatório de demarcação de terras indígenas, não haverá impedimento para a ratificação dos imóveis rurais situados em faixa de fronteira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por que eu falo isso? Porque esse proprietário também adquiriu esse imóvel. Se ele perder isso, não vai receber a terra nua. Mesmo que tenha alguma sobreposição em terra indígena, que haja a discussão e que, lá na frente, ela vire terra indígena, o produtor tem que ser pago. Não se pode, simplesmente, anular o título e ficar com a propriedade, sem pagar ao produtor, mais uma vez, trazendo ônus para o produtor, sendo que a responsabilidade continua sendo do estado e da União.

Mais ou menos, era isso que eu tinha que apresentar.

Acho que deu o tempo.

Obrigado, Senadora. Obrigado a todos aí.

Estou à disposição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Obrigada, Marcelo Bertoni, pelas suas considerações.

Eu passo agora a palavra para o Sr. Junior Divino Fideles, Adjunto do Advogado-Geral da União.

Dez minutos, Dr. Junior.

**O SR. JUNIOR DIVINO FIDELES** (Para expor.) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Muito bom dia a todos e a todas.

Inicialmente, eu gostaria de agradecer, em nome da Advocacia-Geral da União, o convite feito pela Comissão e pela Liderança do Governo, na pessoa do Senador Jaques Wagner, para participar deste debate, que é tão importante não só para o setor produtivo e para os estados que possuem áreas na faixa de fronteira, mas é um debate extremamente importante para a sociedade, na medida em que materializa um valor mencionado pelo meu colega aqui de mesa, o Dr. Marcelo, que é a segurança jurídica. Então, nós nos sentimos muito honrados em poder participar deste debate e aportar aqui algumas contribuições.

Atualmente, eu sou Adjunto do Advogado-Geral da União, mas tenho uma certa trajetória na discussão desse tema. Tenho 18 anos de AGU, e em boa parte desse período eu estive na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procuradoria do Incra, onde tive a oportunidade de ser Procurador-Chefe por mais de cinco anos, de modo que já lidei diretamente com as dificuldades desse processo de ratificação dos títulos expedidos pelos estados *a non domino*.

Dito isso, eu queria estruturar uma brevíssima fala aqui, a partir de umas percepções que tenho, em três tópicos: um primeiro, antecedentes históricos, sem ser exaustivo; um segundo tópico a respeito de procedimentos; e, ao final, pontuar duas preocupações principais que me ocorreram a partir da proposta que tramita aqui, que está sob a apreciação do Senado Federal.

Primeiro, sobre antecedentes históricos. Acho que já foi dito aqui pelos colegas que me antecederam sobre a conceituação da faixa de fronteira, de o quanto ela oscilou ao longo do tempo: a Lei de Terras, de 1850, a estabeleceu em dez léguas, 65km; e, depois, em 1934, ela passou a ser de 150km.

Veja, do que nós estamos tratando a rigor? Nós estamos tratando da ratificação de títulos expedidos pelos estados, ou seja, por um terceiro que não era o proprietário, sobre bens que eram de propriedade ou que são ainda hoje de propriedade da União. Então, a rigor, nós estamos tratando de um patrimônio público fundiário da União que foi destinado sem a observância das normas jurídicas vigentes à época, ou seja, um terceiro alienou um bem que não lhe pertencia.

Talvez até a União, se tivesse sido demandada e se tivesse se estruturado, tivesse dado a mesma destinação, em muitos dos casos, que era a destinação aos brasileiros agricultores daquela região, para que eles pudessem explorar e desenvolver economicamente essas terras, mas, por alguma razão – e os historiadores e os registros históricos nos apontam essas razões –, os governos locais não observaram a legislação então vigente e expediram esses títulos, criando mais um desses tantos problemas que nós temos na estrutura fundiária brasileira, a exemplo da discussão de reforma agrária, ainda inconclusa; da colonização da Amazônia e tantas outras; a exemplo também – eu sei que a Senadora tem, além da militância nessa área, também a passagem pelo Ministério da Agricultura, quando supervisionou o Incra – da regularização fundiária na Amazônia Legal.

Porém, aqui eu queria pontuar e ter uma pequena discordância do meu colega Marcelo, que disse que ratificação não é regularização fundiária. Eu entendo que é, Marcelo, na medida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em que nós estamos falando de uma ocupação a justo título – e você tem razão –, porque o ocupante desse imóvel o ocupa, exerce a posse fundado num justo título expedido pelo estado, registrado em cartório e que, até que se desconstitua, se presume verdadeiro, mas é um título inegavelmente inválido. E nós temos jurisprudência e decisões judiciais que confirmam isso. Tanto é assim que esse expediente, no século passado, gerou as desapropriações que o Incra promoveu na faixa de fronteira e que, depois, acabou não indenizando porque teve reconhecida a propriedade que já era sua, né?

Agora, eu queria avançar, relembrando também o que já foi dito aqui, que nós tivemos uma série de legislações, desde 1966, a partir da Lei 4.947, de 1966, depois o Decreto-Lei 1.414, de 1975, a Lei 9.871, de 1999. Então, nós já temos 70 anos, Senadora, que esse problema... Nós convivemos com ele e o Estado brasileiro não foi capaz de solucioná-lo. E aí não foi um governo, todos os governos que passaram, de todas as matizes ideológicas, não foram capazes.

E nós chegamos a 2015 com a Lei 13.178, que é essa que está sendo alterada agora. Ciente dessa dificuldade do procedimento até então vigente de regularização, resolveu modificá-lo radicalmente. Aqui eu passo a falar do procedimento e de qual foi a principal mudança da Lei 13.178, de 2015. Foi retirar da União e do seu órgão fundiário, o Incra, a competência para a ratificação. Então, até então, nós tínhamos historicamente um procedimento estruturado, a partir de um ato administrativo que seria ao final praticado pelo Incra, ratificando, ou seja, reafirmando a titularidade privada daquele imóvel, a validade daquele domínio privado, e isso sendo levado a registro, à averbação em cartório, dando a segurança jurídica almejada.

O que é que a Lei 13.178 fez? Retirou do Incra e transferiu essa competência para os cartórios. Ela disse que os registros, que os imóveis, que os títulos estavam ratificados *ope legis*, pelos efeitos só da própria lei. Isso está dito no art. 1º da Lei 13.178. Contudo, todavia, estabeleceu uma série de critérios para que se considerassem ratificados de ofício ou pelos efeitos legais daquela lei. Essa avaliação dos critérios foi delegada aos sistema registral, ou seja, retirou da União, que era a proprietária dos imóveis, e transferiu para o sistema registral essa análise do cumprimento dos requisitos para a ratificação. Os dez anos passados, as alterações já feitas nessa lei, e o desafio aqui debatido, parece-me comprovar que essa solução também não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi suficiente. Ela não deu o efeito desejado, que era a segurança jurídica na propriedade privada desses imóveis.

Além disso, como muito bem disse aqui a Dra. Maria Tereza, transferiu uma responsabilidade para os cartorários que é responsabilidade da União. O Incra ou outro órgão, em nome da União, que é a titular dessa terra, no meu entender, deveria fazer a análise dos requisitos legais e, com isso, tomar uma decisão administrativa permitindo a ratificação que a rigor dispõe de um patrimônio seu. Por todas as razões que nós entendemos, deve, sim, ser ratificado, mas é a administração que tem que verificar o preenchimento desses requisitos e adotar essa medida extremamente importante.

Na medida em que a União assim não o faz e essa decisão é transferida para o cartório, nós temos um outro efeito que provoca e que reforça a insegurança jurídica: é a União não se comprometer com esse ato de ratificação. Uma vez que os imóveis públicos não são susceptíveis de usucapião – os bens públicos não são usucapíveis –, a União pode, a qualquer momento, questionar esse ato cartorário de ratificação se entender que foi ratificado indevidamente, porque, por exemplo, pendia uma desapropriação que não foi informada naquela consulta feita ao Incra, porque os colegas aqui bem disseram que o Incra tem dificuldade...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. JUNIOR DIVINO FIDELES** – ... em responder.

Se me permite um pouquinho mais para concluir, um pouquinho mais de tempo.

Da mesma forma, se a Funai não foi capaz de informar que aquela demarcação incidia sobre terra indígena, é um ato nulo. Então, me parece que esse desejo legítimo de dar celeridade, de desburocratizar, de tornar a ratificação automática pelos efeitos da lei esbarrou na realidade, na vida real, por causa desses outros conjuntos de normas também vigentes e que não foram considerados.

Então, eu tenho dúvidas, eu tenho sérias dúvidas se os cartórios que assumiram essa importante missão, se o sistema registral dará conta desse desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E mais, assim que a Lei 13.178 foi editada, percebendo todas essas lacunas, gerou-se uma expectativa, e eu participei de alguns debates nesse sentido, de que nós teríamos uma regulamentação por decreto, e esse decreto nunca veio. Tanto que isso levou à necessidade de os cartórios provocarem as corregedorias gerais de justiça, e algumas editaram provimentos. E editaram provimentos díspares para disciplinar uma situação que, a rigor, deveria ter sido disciplinada de maneira uniforme para o país todo, porque, do ponto de vista de fundo jurídico, a situação é absolutamente a mesma, que é um patrimônio público da União que foi titulado por um terceiro, ao qual não pertencia.

Para finalizar, dois apontamentos de mérito. Eu acho que o projeto acaba tendo, no desejo de dar segurança jurídica, de fazer avançar os processos de regularização, duas fragilidades que eu identifiquei. Primeiro, por se tratar de um patrimônio público fundiário da União, a sua destinação deve ser compatibilizada com a política agrícola e a política nacional de reforma agrária. E por isso, a Lei 13.178 teve a sua constitucionalidade questionada no STF, e o STF reafirmou essa posição.

A reação que nós identificamos, ou que eu identifiquei, pelo menos, no Projeto de Lei 4.497, é estabelecer a obrigatoriedade da demonstração do cumprimento da função social, só se que faz isso dizendo que ele vai ser demonstrado mediante o SNCR, a certidão, o cadastro de imóvel no SNCR, o CCIR, que, como todos nós sabemos, é um cadastro apenas declaratório e não é fiscalizado. Então é uma informação que pode ser – que pode ser, não estou dizendo que ele é... É uma informação que pode ser artificialmente criada com essa finalidade, de modo que eu receio que, se a lei for aprovada dessa forma, se nós não tivermos, de fato, um mecanismo que afira com segurança o efetivo cumprimento da função social, nós podemos ter novamente esse dispositivo questionado pelo STF e, mais uma vez, o STF dizendo que essa disposição não atende os preceitos constitucionais.

E da mesma forma, ainda sobre o conteúdo material, me preocupa a previsão aqui, inclusive reportada pelo Marcelo, que está no PL, que é dizer que apenas o processo de demarcação de terras indígenas com decreto homologatório que impediria a ratificação.

Eu sei que a Senadora também estuda, e diversos aqui estudam muito a questão indígena e se debruçam em buscar a solução, e nós estivemos juntos na mesa de conciliação conduzida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo Ministro Gilmar, na ADI da Lei 14.701, me parece que, se se colocar como impeditivo apenas a homologação, nós vamos, mais uma vez, criar um mecanismo de insegurança jurídica nesse processo de ratificação, porque, a rigor, o ato de demarcação da terra indígena não é o decreto homologatório, mas é a portaria do Ministro da Justiça que declara essa terra como indígena. O marco é esse.

E, mesmo assim, mesmo que nós trouxéssemos para essa portaria, se nós considerarmos que a tese do marco temporal, pelo menos por ora, está afastada pelo STF, a despeito da 14.701 reafirmá-la, e nós sabemos o impasse jurídico que nós temos no momento... Segundo a teoria do indigenato e da ocupação tradicional dessas terras caracterizá-las com indígenas, ainda assim essa ratificação poderia ser, no futuro, questionada pela Funai, pela União, buscando torná-la nula.

Então, aquele valor, que é o valor que nos move aqui, do qual nós estamos em busca há 70 anos, que é a segurança jurídica dessa dominialidade, parece-me que, com mecanismos ou com previsões como essas, nós não alcançaremos.

Eram essas as minhas impressões iniciais e contribuições que eu trago aqui, a fim de problematizar aí e já trazer, antecipadamente, questões difíceis mesmo, para que a gente possa, juntos, construir uma solução que nos dê segurança.

Muito obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Dr. Fideles.

Eu, agora, vou abrir para perguntas, mas eu acho que nós temos que pensar é a solução de um problema tão sério, e que, com todas as considerações que nós ouvimos aqui... É impossível resolver isso, porque a União tem que assumir, vamos dizer, perante os governos dos estados, alguma responsabilidade.

Eu não acredito que, depois de 70 anos, os governos deram os títulos, colocaram as pessoas lá... E teve uma omissão, na verdade, da União, que... "Pô, peraí... Você está dando terra minha." Nós fizemos aqui a regularização dos títulos dos territórios, e hoje Roraima... Roraima, não é? Eu não me lembro mais. São dois territórios que estão, vamos dizer, cobertos com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

legislação que deveria ter sido feita, a meu ver, no passado. Agora, hoje, 150km de fronteira. Olha o tamanho da encrenca...

Eu acho que nós temos que sentar à mesa, a União, os estados, para poder resolver esse imbróglio que nós criamos, que não é numa "faixinha" de fronteira. São 150km.

Tem estado que tem aí... Santa Catarina mesmo eu não sei o percentual, mas deve ser um negócio enorme. Acre... Hã?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Enfim...

Então, olha o tamanho do problema, mas eu espero que a gente possa pôr o dedo nesse problema e resolver, porque, senão, nós vamos adiar de novo. Todo mundo vai ter... Nós vamos ter que cada um ceder um pouco, mas nós precisamos resolver, de uma vez por todas, essa insegurança que se dá a todos.

Você vê, tem gente com título de 1890, tem gente com título de 1900, 1915... Então, assim, a gente vê aí algumas distorções que são difíceis de corrigir, se a gente não tiver a boa vontade de todo mundo para construir a solução para esse grave problema que nós estamos discutindo aqui hoje.

Quero também aqui dizer da presença do Deputado Tião Medeiros, do Paraná, que é o autor dessa lei e que está aqui conosco.

Senador Nelsinho, para as suas perguntas.

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senadora Tereza...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Alguém mais quer perguntar? (*Pausa.*)

Bagattoli... Todos.

Então, na ordem aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. NELSINHO TRAD** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para interpelar.) – Senadora Tereza, que preside esta audiência pública; demais integrantes da mesa; meus colegas Senadores; colega Deputado, é um prazer estar nesta manhã de trabalho aqui.

Realmente, essa consideração, antes de ir à minha pergunta, feita pela Senadora Tereza é muito prudente. Não dá para a gente ficar, de cinco em cinco anos, para contar com várias conspirações positivas para poder adiar por mais cinco anos, que foi o que aconteceu aqui dessa última vez. Conseguimos pegar num dia bom o Líder do Governo, que fez um acordo conosco para poder não vetar o projeto assim que ele fosse para lá. Vai que isso não ocorre daqui a cinco anos? Então, a gente tem que achar uma solução mais perene, mais definitiva.

O cumprimento da função social da propriedade é exigência constitucional para fins da regularização fundiária. O projeto propõe que essa comprovação seja feita por meio do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR), emitido pelo Incra. Trata-se de um instrumento público, atualizado e amplamente utilizado pelos produtores. As perguntas abaixo exploram os benefícios e a praticidade dessa escolha, bem como os riscos de uma burocratização excessiva, caso se opte por outros meios.

São duas perguntas.

A primeira: o projeto determina que o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural será o documento hábil para demonstrar o cumprimento da função social da propriedade. Por que essa escolha é técnica e adequada para fins de ratificação? Foi a primeira pergunta.

Segunda pergunta: exigir laudos técnicos ou vistorias adicionais não pode tornar inviável o processo de regularização para pequenos e médios produtores?

V. Exa. pode escolher quem da mesa está mais apropriado a responder às duas perguntas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Quem quer responder?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Vou passar a palavra para o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM** (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Senador Nelson Trad Filho, V. Exa. pergunta se o CCIR seria um instrumento adequado, né? Como colocou o Dr. Fideles, o CCIR deriva de uma autodeclaração do proprietário, então, eventualmente, ele pode vir a declarar uma produtividade que ele de fato não tem. Por isso, eu diria para V. Exa. que o CCIR não vai necessariamente refletir a realidade; ele depende de autodeclaração.

A gente deveria ter uma estrutura no Incra tal como a da Receita Federal – até peço apoio dos Senadores para que a gente possa fortalecer o Incra e que o Incra possa ter, efetivamente, a fiscalização dessas informações. Assim como todos nós declaramos o Imposto de Renda todo ano, o proprietário também tem que fazer sua declaração de propriedade: ele declara o que ele produz e em que área, até porque a gente está tratando de faixa de fronteira, e há a importância, como a Dra. Maria Tereza colocou, de regulamentar o uso e a ocupação. Então, seria importante que o Incra pudesse ter uma malha fina para verificar se essas informações são verdadeiras. O que temos, de fato, hoje, é que essas informações não são verificadas.

Por isso aqui a ideia – e aí dialogando com o que propõe a Senadora Tereza Cristina – no sentido das soluções. Eu acho que a solução seria a gente expedir um decreto regulamentando a Lei 13.178, de acordo com o que decidiu o Supremo. E o Supremo já excluiu, Senador Nelson Trad, os pequenos e médios imóveis da avaliação do cumprimento da função social. De maneira que a gente estaria focando apenas naqueles imóveis grandes. E aí, como eu falei, pode ser feita a avaliação da função social via vistoria *in loco* ou por sensoriamento remoto.

Repito aqui, na gestão da Senadora Teresa Cristina no Mapa, o Incra automatizou vários de seus sistemas. Então, hoje é possível a gente construir em pouquíssimo tempo, a partir do que já foi feito, o sensoriamento remoto, para que seja verificado o cumprimento da função social. Então, a ideia, a nossa proposta é que, por decreto, a gente regulamente a Lei 13.178, nos termos do que foi colocado pelo Supremo na Adin 5.623, ou seja, verificando o cumprimento da função social daqueles imóveis grandes, o que pode ser feito via sensoriamento remoto de maneira a agilizar. Pequenos e médios já estariam excluídos dessa necessidade de verificação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Eu passo agora a palavra para o Senador Mourão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você quer responder? (*Pausa.*)

A Dra. Maria Tereza vai responder.

**A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES** (Para expor.) – Eu acho que é essencial nós buscarmos uma solução para um problema dessa magnitude, e louvo o Deputado paranaense que apresentou o projeto, enfim, trouxe aí a discussão. Eu penso que poderia ser ou por lei ou por decreto. Enfim, independentemente do instrumento, eu acho que seria essencial na regularização da cadeia dominial. Se a Constituição diz que são 150km de fronteira e que são bens da União, que, então, a União abra a matrícula desses imóveis de 150km de fronteira; e, se o estado tem um documento em que a União transferiu para o estado, seja por lei ou por outra via, que esse documento transferindo para o estado seja então levado a essa matrícula, para, a partir daí, o estado regularizar essas transferências do estado para o particular.

Então, eu acho que o CCIR é autodeclaratório, não é confiável, mas o registro público sim. E precisaria de a União abrir a matrícula em nome da União e, na sequência, o estado que passou a ser o titular, porque a União então transferiu esse bem da União para o estado, teria que fazer essa averbação. E também no Sigef. Eu acho que teria que fazer um bloqueio no Sigef dos 150km de extensão da matrícula, até que o estado, então, fizesse, trouxesse esse documento, e aí o particular traz o documento. É uma questão de cadeia dominial.

É assim que eu penso, não sei se contribuí.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Por favor, Sr. Nicholas.

**O SR. NICHOLAS TORRES** (Para expor.) – É, só para esclarecer, Dra. Maria Tereza, essa questão poderia gerar um problema de duplicidade matricial em relação à questão de sobreposição com os registros já existentes. Então, já existem esses registros nos cartórios, e, pela lei federal, não se pode criar uma duplicidade matricial, não se pode abrir uma matrícula excedente sobre uma matrícula já existente. Então, nós temos uma proibição na lei de fazer esse procedimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, Senador Nelsinho, na questão da localização dos imóveis, tivemos experiência boa no Mato Grosso do Sul, que foi a dispensa pelo tribunal do laudo de localização com base no Mapa do Registro de Imóveis do ONR.

Existe uma camada de faixa de fronteira. Basta você entrar e constatar que o município está integralmente inserido na faixa de fronteira. Para todos esses municípios integralmente incidentes na faixa de fronteira, foi dispensado o laudo de localização em virtude da constatação, que pode ser verificada no mapa do ONR – mapa.onr.org.br. Então, é uma questão de fácil verificação. Tem essa camada lá e basta constatar: se o município está 100% inserido nessa faixa, não precisa de laudo. Então, já fica superada essa questão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Passo a palavra ao Prof. Marcelo Bertoni para suas considerações.

**O SR. MARCELO BERTONI** (Para expor.) – Não... A preocupação toda vez que se fala em Sigef é travar, bloquear todo mundo que está na faixa de fronteira, e aí você não pode fazer nada. Você trancou, não se sabe quantos anos vai levar para resolver, mas se tranca toda a produção daquela região, principalmente.

Meu amigo Fideles, com quem ficamos dez meses juntos na junta de conciliação – você conhece mais de lei do que eu –, a própria Lei 13.178 diz: "Na hipótese de haver sobreposição entre a área correspondente ao registro ratificado e a área correspondente a título de domínio de outro particular, a ratificação não produzirá efeitos na definição de qual direito prevalecerá". E eu estou dizendo isso pela questão indígena. Nós não estamos tirando o direito deles das terras homologadas, mas, a partir do momento que você não deixa o produtor das terras que não estão homologadas ratificar, a União toma desse produtor.

Eu entendo que a CGU quer fazer exatamente isso para não pagar o produtor rural, porque vai ser um dispêndio muito grande para a União; são em torno de 10 milhões de hectares que nós temos no Brasil inteiro, que é a nossa discussão hoje, e um pedaço desses 10 milhões de hectares entra nessa faixa de fronteira.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Senador Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Senadora Tereza, muito obrigado.

Cumprimento os colegas, cumprimento todos os integrantes da mesa. Eu agora, no presente momento, não vou fazer uma pergunta; eu vou deixar apenas algumas observações após todas as apresentações que foram feitas.

Eu posso dizer aqui com toda tranquilidade que eu sou um conhecedor das fronteiras brasileiras, por força da função que eu exerci ao longo da minha vida como oficial do Exército Brasileiro – desde as fronteiras amazônicas até as fronteiras do meu estado, no Rio Grande do Sul. Então, nós temos diferenças muito grandes. Por isso o tratamento é difícil, não é simples.

Quando a gente olha para a Amazônia, nós vamos lembrar que até os anos 60, nós tínhamos quatro territórios. Em 1962, o Acre virou estado; o estado do meu amigo Bagattoli só depois da Constituição de 1988... Um pouco antes; Rondônia foi um pouco antes, em 1982. Então, isso tudo deixou um passivo. Eu estou falando de Amazônia. E aí nós vamos descendo o Mato Grosso pela sua extensão. E o meu estado em particular, o Rio Grande do Sul, é um estado de ocupação territorial que vem do século XVIII, de grandes fazendas que se estabeleceram lá e que foram sendo desmembradas pouco a pouco, não é? Nós temos uma fronteira sul, uma fronteira oeste e uma fronteira noroeste, cada uma com suas características e com muitos municípios ali dentro. Então, é importante que todos tenham essa consciência.

Agora, uma coisa que eu acho que tem que ficar muito clara é o seguinte: nós temos que perder aqui no Brasil o hábito de dizer que naquilo que eu declaro eu estou errado. A União ou o estado têm que comprovar para mim que eu estou errado, e não eu provar que estou certo. Esse raciocínio é um raciocínio errado. Eu falo como alguém que esteve do outro lado do balcão, do lado em que alguns companheiros que estão sentados aí agora e que pertence ao Governo. Então, é responsabilidade da União fiscalizar.

Lamentavelmente, o que é que acontece? Nas fronteiras, fora a Força Armada, temos alguns abnegados; o resto gosta de ficar no ar-condicionado; não gosta de mosquito, não gosta de ter que varar mato, não gosta de ter que ir *in loco* verificar. E aí surgem todos esses problemas que nós estamos tentando mitigar por meio de uma lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu jogo essa minha observação para que todos raciocinem e vejam que nós temos que chegar aqui a uma solução para um problema que está se arrastando e que prejudica, no caso específico do meu estado, muito, porque nós temos uma larga produção em propriedades que se localizam na área de fronteira. Não temos tantos problemas como no Mato Grosso, em relação à superveniência de território indígena. Temos ali, eu acho que um ou dois casos que hoje são os mais emblemáticos, que estão, obviamente, sendo analisados.

Então, era isso que eu queria dizer e agradecer a todos pelas apresentações que fizeram, que servem para balizar a discussão e as melhorias que nós temos que fazer nesse projeto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigado, Senador Mourão.

Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Cumprimento aqui a Senadora Tereza Cristina e todos os nossos convidados.

Quero falar para vocês que esse PL 4.497 é um PL de urgência. Nós não podemos mais... Eu sempre achava, quando eu cheguei aqui ao Senado, quando eu fui eleito Senador, que nós iríamos discutir algo de progresso do país, e eu vejo que nós nos deparamos com discutir cada vez sobre documentação de terra e sabendo que o nosso produtor rural hoje tem uma escritura pública e nem sabe mais se é dele ou não é dele, ele nem sabe mais!

Quando eu vejo aqui o Mato Grosso do Sul com mais de mil propriedades, 1.050 propriedades, que são acima de 2.500 hectares... Vejo o Marcelo, da CNA, falar claramente sobre onde o estado passou essas áreas ou vendeu para os produtores rurais, e agora quem está no meio desse cruzamento todo é o produtor rural. Quem tem que acertar essa situação é a União com os estados.

Eu quero dizer para você, Junior Divino, que Rondônia, como o meu colega Senador Mourão falou aqui, o Estado de Rondônia tem muitas particularidades, e todos os estados de fronteira hoje no Brasil. O Estado do Acre tem, e não vamos nem falar. Já tem até aquele problema de quando foi passado da Bolívia para o Brasil; teve uma grande dificuldade, não se conseguiu fazer uma reforma agrária definitiva no Acre, justamente porque teve que obedecer a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitos documentos que partiram da Bolívia. Enfim, Rondônia foi um território, era território. Foi o melhor programa de reforma agrária do país. Hoje, todas essas famílias, Senadora Tereza Cristina, a maioria tem um módulo e meio ou menos – todos os lotes pequenos eram 100ha; depois de uma certa altura, passaram para 50%, passaram para 50ha; e os lotes maiores eram 2 mil hectares –, a maioria disso está dentro de área de fronteira.

Depois eu queria que você me respondesse, Junior, no final, seria até uma indagação, uma pergunta. Você fala na sua interpretação que, mesmo com essas terras já documentadas, mesmo que por ventura se possa vir a dizer que podem ser de uma área indígena, o produtor pode perder essas propriedades. Como fica o Estado de Rondônia, em que o Incra deu... O Incra não, a Funai. O Incra era um órgão federal, o Incra tinha que dar uma negativa de que ali não tinha nada sobreposto de reserva indígena antes de se fazer a demarcação. E as demarcações foram feitas, e hoje nós temos discussão dentro do Supremo Tribunal Federal sobre essas situações. Que garantia o nosso produtor rural vai ter ainda de documento?

Isso – eu quero dizer para você, Maria Tereza – é a mesma coisa que você comprar um carro: sai a nota fiscal, você emplaca no primeiro e no segundo anos, e no terceiro ano aquilo não vale mais. Então, nós temos que chegar a um ponto de definição. Quanto a esse marco temporal de que a gente fala, eu acho que tem que haver, assim, uma conscientização entre Executivo, Legislativo e Judiciário, porque senão daqui a muitos anos... Cada ano que passa, nós temos uma incerteza, o produtor rural não tem mais certeza sobre aquela área que ele tem lá, se é sua, se é dele ou não é.

Outra coisa: quando vocês falam do CCIR, se o produtor fez uma autodeclaração daquilo que ele produz... Meu Deus, se aquilo que ele produz, igual falou aqui o meu colega Senador Mourão, veja bem, se não for confiável, a União tem tudo para ver se aquilo é verídico ou não, e tem aquilo que ele produz lá dentro da sua área, tem as notas fiscais, tem tudo! Mas enfim, está tão difícil. Nós não podemos mais atardar isso aqui, nós precisamos dar um ponto definitivo, senão nós vamos deixar, daqui cinco anos...

Olha o que falou aqui a Senadora Tereza: todas essas áreas em que o Governo teria que ter feito o georreferenciamento de 0ha a 25ha... Isso vence agora dia 20/11, não é isso? Vence agora dia 20/11. Como ficam esses pequenos produtores? Olha a angústia dessas pessoas hoje!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quero dizer para vocês que essa é uma insegurança muito grande. E quero dizer para você, Junior, que o produtor – eu falo pelo meu Estado de Rondônia – tinha que cumprir cláusulas resolutivas que tinham do Incra. Ele tinha que cumprir e cumpriu todas as cláusulas resolutivas e hoje se depara com esse problema em áreas de fronteira.

Mas eu quero deixar uma pergunta aqui, se você puder me responder – o Carlos acho que podia me responder: o projeto propõe que pequenos produtores só sejam obrigados a georreferenciar seus imóveis quatro anos após a regulamentação da isenção de custos. Por que essa vinculação à regulamentação é essencial? Então, assim, sabendo que isso caberia ao Governo, que caberia à União fazer esse georreferenciamento – acho que de até 15 módulos teriam que fazer esse georreferenciamento... Então, nós não podemos deixar aqui passar, simplesmente levar isso aqui para 2030, daí em 2030 nós voltarmos aqui de novo, corrermos até aqui e discutirmos a mesma situação, o mesmo assunto.

E quero dizer para você também, Maria Tereza, que você só me explicasse por que você fala em passar todas as terras para os Estados. Ora, nas terras que já foram documentadas diretamente pela União não há, eu não vejo nenhum impasse para passar para os estados; a própria União é quem tem que fazer a regulamentação e a regularização dessas propriedades.

Obrigado.

**A SRA. MARIA TEREZA UILLE GOMES** (Para expor.) – Senador, o que eu disse foi na mesma linha do que disse aqui a nossa Presidente, Senadora Tereza Cristina: o Brasil tem dimensões continentais, e cada Estado tem uma realidade. Então, tem estado em que a União repassou para o estado e tem estado em que a União não repassou para o estado ou repassou uma parte. É isso que a gente não consegue documentar. Por isso que eu acho que esse documento da União para o estado é essencial na cadeia dominial, porque senão a gente trata do estado para o particular e não sabe como foi que a União passou para o estado. Essa lacuna é que talvez a gente tivesse que suprir e, pelo princípio da unicidade da matrícula, deixar documentado na matrícula do imóvel onde foi que a União repassou para o estado, para depois o estado repassar para o particular. Foi nesse aspecto. Cada estado tem uma situação diferente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Dra. Maria Tereza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui cumprimentar o Senador Wellington Fagundes, que chegou agora há pouco. Agora acaba de chegar o Deputado Pedro Lupion, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, e a Deputada Marussa Boldrin, que é a nossa colega lá da frente parlamentar e representa aqui o Estado de Goiás.

Eu vou pedir que os nossos convidados agora passem para a bancada e que a gente receba aqui agora os outros convidados para virem aqui fazer as suas considerações.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente, o comando militar para isso é transpor.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Transpor. (*Risos.*)

Estou aprendendo, vivendo e aprendendo.

A Sra. Patrícia Arantes de Paiva Medeiros, Diretora-Executiva da Sociedade Rural Brasileira; o Sr. Rodrigo Bressane, Gestor Jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso (Famato); o Sr. Clemerson José Argenton Pedrozo, Vice-Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina; o Sr. Jean Carlos Neri, Consultor Jurídico da Federação da Agricultura do Paraná; e a Sra. Giovana Zampieri Omena, Assessora Jurídica e Coordenadora da Assessoria das Relações Institucionais do Sistema Famasul.

Muito obrigada pela presença e pelas considerações. (*Pausa.*)

Eu concedo a palavra à Sra. Patrícia Arantes de Paiva Medeiros, Diretora-Executiva da Sociedade Rural Brasileira.

A senhora dispõe de dez minutos para as suas exposições. Muito prazer em recebê-la aqui nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PATRÍCIA ARANTES DE PAIVA MEDEIROS** (Para expor.) – Bom dia. Inicialmente eu quero agradecer o convite da Senadora para a Sociedade Rural Brasileira estar aqui, cumprimentar todas as autoridades, Senadores e Deputados que aqui estão, e os meus colegas de mesa.

Para nós é uma alegria muito grande falar desse tema, porque gera muita angústia aos nossos associados. A Sociedade Rural é a entidade mais antiga do setor produtivo. Nós temos 106 anos e, há 106 anos, lidamos com as dificuldades em relação à faixa de fronteira.

A nossa percepção em relação ao tema é que a faixa de fronteira é uma área estratégica para o Brasil. Então, claro que nós temos que ter critérios muito bem instituídos e cumpridos pelos produtores, o que na prática acontece por meio dos documentos autodeclaratórios que a gente realmente faz valer no Brasil, até para que a propriedade privada seja cumprida, regulamentada e possamos acessar investimentos. Então, a nossa ideia é realmente falar sobre segurança jurídica. Querendo ou não, a gente vai trazer um pouquinho do tema do CCIR, que foi falado anteriormente. Eu fiz um alguns eslaides para facilitar o nosso acompanhamento, mas vou ser muito sucinta.

Como foi falado anteriormente, a gente tem a afetação de 588 municípios em relação ao tema da faixa de fronteira. São 11 estados da Federação que são impactados. Então, a quantidade de produtores rurais é muito grande. A gente percebe que é uma cascata. Então, se a gente tem uma dificuldade de comprovar a propriedade, o produtor não vai conseguir ter acesso a crédito, não vai conseguir acessar, por exemplo, o Plano Safra ou qualquer outra indicação de crédito público e principalmente de crédito privado, porque é muito regulamentado. E a gente, sem crédito, não consegue fazer valer todas as necessidades, principalmente no ambiente geopolítico que nós temos hoje em que insumos estão muito caros. Então, a conta do produtor não fecha.

Bom, para nós o fator indispensável para qualquer atividade econômica e principalmente no agronegócio é a segurança jurídica. Se nós não temos documentos públicos que são declarados pelo produtor e que tenham a possibilidade de fiscalização, nós não vamos conseguir alcançar a segurança jurídica no campo. E campo eu estou falando de pequenos, médios e grandes produtores. Então, é um apelo que nós fazemos às autoridades públicas para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que realmente levem em conta essa questão da regularidade dos documentos que estão em legislação federal e que são cumpridas pelos produtores.

Bom, segurança jurídica todos aqui sabem, mas é sempre importante a gente lembrar que se aplica a leis, contratos e decisões judiciais. Então, a gente tem algo que é transversal e que deve ser respeitado em todos os elos da cadeia produtiva, desde o produtor rural até a autoridade pública que faz a ratificação de alguma informação.

Para o agronegócio, então, esse conceito se relaciona com viabilidade de investimentos e acesso a crédito, planejamento de longo prazo e sustentabilidade. A gente tem uma COP 30 chegando, em novembro, um dos temas essenciais é falar sobre a sustentabilidade que nós praticamos no Brasil, os produtores rurais. Uma das formas de demonstrar isso é ter documentação de propriedade privada bem garantida. Redução de litígios e competitividade internacional, principalmente quando nós lidamos com competidores internacionais que, em muitos momentos, não têm as mesmas características produtivas que as nossas. A gente tem que declarar isso por meio de documentos e tem que ficar o mais fácil possível para que uma autoridade pública estrangeira ou nacional tenha esse acesso. Estímulo à inovação e adoção de novas tecnologias. Nisso o produtor, realmente, tem um ponto de muito destaque porque o foco dele em agricultura tropical é um dos pontos de tecnologia. E, claro, fortalecimento de políticas públicas e governança. Então, sem segurança jurídica a gente impacta todos esses cinco pontos, e isso para produção agropecuária é muito grave. A gente tem um setor que é uma indústria a céu aberto. Então, se a gente não mitigar esses riscos documentais e de regularização, realmente a gente vai ter muita dificuldade para que o setor cresça ainda mais e continue com os seus números.

Mudanças abruptas ou intervenções judiciais imprevisíveis afetam a confiança do produtor. E, se o produtor não está confiável formalmente no mercado, a gente tem desestímulo a investimentos, podendo ter desperdícios e prejuízos. Nós sabemos a dificuldade de infraestrutura, por exemplo, que nós temos no Brasil, de escoamento de produção. Várias dessas áreas em faixa de fronteira têm essa característica também. Então, para que nós, por exemplo, acessemos uma linha de crédito para estruturar um armazém, a gente precisa ter o título muito bem especificado e ratificado. Senão, o produtor, mais uma vez, vai ficar refém do mercado e vai ficar refém, talvez, de perder a sua produção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, para nós, a faixa de fronteira é um novo fôlego para que a gente tenha menos conflitos, no Brasil, fundiários em todos os elos da cadeia.

E aqui, em relação ao PL 4.497, cuja redação nós parabenizamos, na nossa percepção, o CCIR traz um critério objetivo para a função social da propriedade. Então, a gente tem um requisito, uma especificação clara do que deve ser cumprido pelo produtor rural. E isso muda muito a vida dele. Então, ele tem algo palpável que declara com base em todas as informações que podem ser encontradas depois pela Receita Federal em nota fiscal, em algum cruzamento de informações, como a gente vê em muitos outros setores, e a gente afasta a subjetividade. Então, ter esse critério claro lá, previsto no art. 1º dessa legislação, para nós é muito importante para diminuir a subjetividade e as interpretações que, infelizmente, podem surgir em contrariedade ao setor.

Bom, nós tivemos o PL 1.532, que foi aprovado e entrou em vigor recentemente. Então, nós também queríamos parabenizar, porque isso, realmente, é uma via de mão dupla. A gente teve essa prorrogação do prazo, mas, obviamente, a gente precisa que essa regularização aconteça com a maior velocidade possível.

Bom, então, a gente tem essa dificuldade de outubro de 2025. Outubro está aí, batendo na nossa porta já, daqui a duas semanas. Então, é importantíssimo que nós tenhamos isso bem estruturado.

Bom, produtores rurais desses 11 estados lidam, há décadas, e posso dizer que alguns associados nossos, há um século, literalmente, com indefinições nos cartórios, ausência de regras claras e ineficiência administrativa. O produtor rural, como um ente de boa-fé, como elo de boa-fé da relação produtiva, não pode pagar por ineficiência administrativa. Então, eu queria trazer um ponto sobre desburocratização, porque aqui é importante a gente saber. Desburocratização não é ausência de regras, não é uma simplificação sem critérios. A gente vai ter os critérios claros dentro da legislação que nós estamos analisando aqui nesta audiência pública e, com base nisso, a gente vai ter parâmetros, *standards*, formas de avaliação desse produtor, o que traz maior tranquilidade. E, dessa forma, a gente não vai ter um estímulo a disputas judiciais, que já existem também em muitos estados e, infelizmente, tiram a paz de muitos produtores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, aqui, do estado da Senadora, eu trouxe o destaque para 32 mil produtores que seriam afetados diretamente. Então, imaginem se 32 mil pessoas em Mato Grosso do Sul não tivessem acesso a crédito!

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Famílias.

**A SRA. PATRÍCIA ARANTES DE PAIVA MEDEIROS** – Famílias, exatamente! Famílias e aquele efeito cascata de trabalhadores que não teriam empregos e não teriam como ter todo o acesso à exportação. Então, realmente, isso acaba dificultando a posse legítima, a comprovação dessa posse legítima, a sucessão familiar, que é algo em que a gente foca muito no agronegócio, e, principalmente, a viabilidade econômica do campo. Quando você faz as contas – e o produtor as faz bastante todos os dias, não é? –, não fica economicamente viável essa propriedade acontecer sem a segurança patrimonial, a segurança para que esse investimento aconteça. Então, para a integridade territorial, é sempre muito importante a gente ter isso bem definido.

E, mais uma vez, só para finalizar a minha fala, esses dois projetos – já tendo virado lei o PL 1.532 – são importantíssimos para a gente reverter esse cenário de insegurança.

Primeiro, a gente tem uma interdependência prática entre esses dois projetos de lei: não tem como um existir se a gente não tiver essas discussões aqui, porque, principalmente, a gente lida com um outro tema complicado, que é licenciamento ambiental. Se a gente não tiver essa dominialidade da cadeia bem estruturada e essa regularização organizada, o produtor não vai conseguir fazer o licenciamento ambiental da sua propriedade, uma agroindústria não vai conseguir se instalar num estado. E isso é muito sério para a nossa economia. Principalmente com reforma tributária chegando, a gente precisa garantir essas diferenças.

Redução de litígios: aí eu acho que seria o ponto que, de impacto imediato, seria o principal. Quando a gente tem propriedades regularizadas, nós temos aprovações mais rápidas de projetos em todos os entes federativos – União, estados e municípios – e principalmente menor incidência de autuações e penalidades.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O produtor anseia por comprovar as boas práticas que ele pratica no seu dia a dia, e o nosso papel, com uma legislação adequada, é realmente garantir essa comprovação.

Seria isso.

Eu estou à disposição.

Senadora, mais uma vez...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. PATRÍCIA ARANTES DE PAIVA MEDEIROS** – ... obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Patrícia, pelas suas considerações. A gente vê a gravidade quando a Dra. Patrícia coloca o desencadeamento de problemas se a gente não resolver esse assunto de maneira inteligente – e resolver mesmo! Eu acho que passou da hora de a União e os estados terem um entendimento e poderem caminhar para a frente, dando segurança jurídica e deixando que o agro brasileiro continue a crescer e a ser esse agro tecnificado que nós temos hoje no Brasil.

Eu passo agora a palavra para o Sr. Rodrigo Bressane, que é o Gestor Jurídico na Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato).

Seja muito bem-vindo.

**O SR. RODRIGO BRESSANE** (Para expor.) – Bom dia, bom dia a todos.

Agradeço imensamente pelo convite.

Parabenizo, desde já, todos pelo trabalho realizado aqui pelo Senado.

Cumprimento todas as autoridades na pessoa da nossa Senadora Tereza, que muito me honra e muito me orgulha pela sua atuação aqui, não só de hoje, mas de longa data, junto à Frente Parlamentar do Agronegócio.

Vou trazer alguns dados. Serei bem breve e respeitarei o prazo regimental.

Houve uma conversa – para a gente não ficar falando a mesma coisa –, e a Patrícia falou muito sobre o que eu acho muito importante, que é o crédito. E por que ressaltar o crédito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque tanto se fala, quando tem um projeto Minha Casa, Minha Vida... O produtor também tem "minha propriedade, meu documento". Eu acho que é uma relação muito necessária, a partir do momento que o Estado tanto cobra a ocupação dessas áreas de faixa de fronteira, que são importantíssimas, Senador Mourão, mas, ao mesmo tempo, o Estado não dá o subsídio, que é o documento. Não tem como um produtor rural sobreviver, fixar a sua residência, a sua morada numa propriedade onde o Estado não dá condição para ele poder estar ali, porque a gente sabe que hoje a maior parte da produção, do fomento da atividade se dá através de financiamento, seja público, seja privado. Quando você não tem o documento, que é o título com que o produtor rural tanto sonha, você não tem acesso a crédito; se você não tem acesso a crédito, você não consegue produzir e, consequentemente, permanecer ali, onde é tão importante. Então, faço esse registro inicial da importância do crédito rural para fomentar a atividade dos pequenos e médios produtores, que são muito afetados.

E não é tanto a realidade do Estado de Mato Grosso. E por que do Estado de Mato Grosso? Porque as dimensões do Mato Grosso são continentais; nós temos muitas áreas maiores, superiores do que o mínimo aqui. Vou tratar, vou passar um pouquinho mais sobre esses dados.

Para quem não conhece onde está inserido o Mato Grosso, a gente tem uma extensão muito grande com relação às áreas que são afetadas. Possuímos, dentro do nosso estado, 28 municípios que são impactados diretamente com as propriedades localizadas na faixa de fronteira; 15 sindicatos rurais, que fazem parte do Sistema Famato – e muito me honra estar aqui representando a federação –; e três regionais do Sistema Famato.

Aqui à direita, tem todos os municípios desses 28 que eu já elenquei, dentre os quais de um deles eu faço parte, ali da região de Poconé. Eu falo hoje não só como advogado representante da federação, mas também como terceira geração de família de produtor rural, e assim me considero também impactado diretamente, Senadora, e clamo pelas vozes dos produtores rurais do nosso estado, que tanto requerem essa regularização que vem acontecendo há muito tempo e não se finaliza.

Muito já se falou de quais são os procedimentos, o Presidente Marcelo – e eu o cumprimento aqui na pessoa de todas as federações – falou muito bem quais são os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimentos. Eu falo do que é omisso hoje, do que a gente tem de problema do nosso ponto de vista: o que é preciso apresentar ao registrador imobiliário, toda a documentação necessária; o provimento relaciona os requisitos para os imóveis de até 2,5 mil hectares, estabelece que o ato é de averbação e define a comprovação de inexistência de questionamentos judiciais e administrativos; e permanece ainda a incógnita com relação aos procedimentos para aprovação junto ao Congresso Nacional.

Como bem colocado mais uma vez pelo Presidente Marcelo, foi protocolado um ofício aqui, Sra. Senadora, e até reitero a necessidade de que ele seja respondido – não é, Marcelo? –, até porque essa cobrança é feita não só pelo Marcelo ou pela CNA e, sim, por todas as vozes de todos os produtores rurais do Brasil, porque a gente tanto quer, sim, uma solução definitiva.

E, assim como muito bem falou V. Exa., Senadora, inicialmente, a gente não vai esperar passar o tempo e, daqui a cinco anos, sentar novamente para estar discutindo essas mesmas pautas. A gente precisa, de alguma forma, sensibilizar quem está lá na ponta para poder realmente dar a ele o subsídio para ele fazer a regularização, mas que essa regularização aconteça, porque hoje ele tenta e não consegue fazer isso.

Aqui tem os procedimentos que a gente tem estabelecidos pela nossa Corregedoria-Geral da Justiça – a Famato tem assento no CAF –, e é o procedimento que foi adotado. Muito foi falado aqui sobre cada estado possuir o seu regramento próprio. Isso é muito ruim, isso traz uma insegurança jurídica muito grande, porque não se sabe bem ao certo... Existem hoje, no Brasil, produtores rurais que estão instalados em Mato Grosso do Sul e em Mato Grosso também, e cada estado possui um regramento próprio. Então, é muito difícil para você poder realmente estabelecer uma linha de adoção de responsabilidades documentais, administrativas, entre outras.

E, mais ainda, fico feliz em saber que Mato Grosso do Sul é pioneiro, como bem falado pelo representante da Anoreg, com relação à conduta, à forma, aos mecanismos lá de exigências para o meu estado vizinho.

E o que a gente precisa, por conta disso, é de unificação dos procedimentos. Assim como a gente passou agora por um grande debate aqui no Congresso Nacional, Senadora, com relação ao licenciamento ambiental, a gente precisa de uma unificação, de um único

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procedimento. É disso que a gente tanto precisa, porque cada estado tem uma realidade – isso é óbvio –, mas a gente precisa de um regramento próprio. É preciso que o CNJ se sensibilize em fazer realmente uma normativa que venha a dar todo o direcionamento para todos os tabeliães. Lá no Estado de Mato Grosso, os tabeliães... E eu não estou falando por eles, mas eu vejo a preocupação e a cautela que eles têm com relação a toda essa documentação, às exigências, que ora um estado exige e outro, não, ainda que eles estejam submetidos apenas ao estado ao qual estão vinculados, tamanhas a preocupação e a responsabilidade com esses documentos que são certificados. Então, a gente precisa, sim, assim como nós passamos pelo procedimento de licenciamento ambiental, urgentemente, passar a responsabilidade ao CNJ para que haja um único procedimento, e isso o quanto antes.

Aqui eu só faço uma observação de todos os procedimentos que são adotados no Estado de Mato Grosso com relação ao CAR, porque muito preocupa o nosso estado... Uma das principais vitórias do Código Florestal que nós conseguimos introduzir foi o CAR, e, infelizmente, Senadora, a gente não vê o avanço com relação ao CAR. Então, quero e faço desde já aqui... Eu clamo para que continue o CAR ativo. Pelo amor de Deus, que continue realmente ali o CAR ativo, porque, se a gente for falar de CAR finalizado, acho que nós não vamos finalizar nunca a regularização dessas áreas localizadas na faixa de fronteira.

Hoje, em Mato Grosso, rapidamente, nós possuímos áreas da faixa de fronteira com mais de 11 milhões de hectares; áreas em propriedades, mais de 9 milhões; propriedades com o CAR ativo no Simcar, 21 mil; e propriedades acima de 15 módulos fiscais, 1.541. Então, há a exigência da obtenção de certificação na base do Sigef, no Incra, para as propriedades acima de 15 módulos, em Mato Grosso. Até o presente momento, essa é a nossa realidade. Muito ruim, nós temos dados muito baixos. Então, em áreas não cadastradas no Sigef, a metade, aproximadamente, é dessas áreas.

Mais ainda: as atividades produtivas das propriedades localizadas na faixa de fronteira. À esquerda, a gente tem as áreas de soja. Mato Grosso é um dos maiores produtores de grãos do mundo. Por isso, eu sempre falo que a federação – o que hoje muito me orgulha – maior do mundo é a Famato. Então, das áreas de soja não cadastradas no Sigef, a gente possui hoje 500 mil hectares no total. Aproximadamente 40% dessas áreas não estão cadastradas no Sigef. E, à direita, há a área de pastagem plantada, vocacionada para a produção de carne, onde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possuímos um rebanho de 35 milhões de bois, mais ou menos, de produção de alimentos com relação à carne. Nesse percentual de 3 milhões de hectares, a metade, aproximadamente, também não está cadastrada no Sigef. Então, aqui é um retrato realmente do problema da burocracia. Nós estamos falando aqui, Senadora, de metade de produtores de grãos e de metade de produtores de carne que não têm acesso a crédito.

E isso é um problema de segurança alimentar. É disso que nós estamos tratando aqui. E segurança alimentar não só estadual, não só do Brasil, mas do mundo, porque nós estamos falando de famílias rurais que não têm acesso a crédito para poder produzir a sua atividade rural.

Em Mato Grosso, rapidamente, aqui são as situações observadas que a gente têm lá, que acredito que sejam um pouco da realidade dos demais estados da Federação: baixa adesão da ratificação no serviços, contrário um pouco do cenário de Mato Grosso do Sul, como foi bem colocado aqui; burocratização e morosidade na coleta das documentações – acredito que um pouco da baixa dessa adesão se deve também a isso, também aliado ao descrédito com relação à falta de documentações e requisitos claros a essa regularização; imóveis acima de 2,5 mil hectares necessitam de uma aprovação do Congresso Nacional, porque a gente não tem um cenário ainda; variação de valores cobrados pelos responsáveis técnicos, advogados na emissão de documentos cartoriais, como foi colocado. Em Mato Grosso, a gente tem a particularidade de ser necessária a figura do advogado. Eu ratifico isso, por quê? Porque o advogado... De tanto que a gente falou aqui, Senadora, de insegurança jurídica... E essa segurança jurídica, do meu ponto de vista, com a devida vênia a quem pensa o contrário, acho que passa por um profissional, por um advogado capacitado.

Ouso discordar aqui um pouco das palavras da nossa ex-Conselheira do CNJ, quando ela propôs, como uma sugestão, uma possibilidade de melhorar o avanço, incluir juízes da vara de registros públicos. Hoje, a gente já tem um Poder Judiciário totalmente sobrecarregado de funções, sobrecarregado de processos...

(*Soa a campainha.*)

**O SR. RODRIGO BRESSANE** – ... e a gente não consegue avançar. Como a gente vai atribuir mais essa responsabilidade, Senadora, para o Poder Judiciário? E não estou defendendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem falando por ele, para deixar bem claro. Como nós vamos sobrecarregar o Poder Judiciário com mais essa gama de produtos? Nós estamos falando de milhares de propriedades rurais. E a gente, em contrapartida, tem muito mais advogados do que juízes. Então, se, por um lado, o advogado possui fé pública, assim estabelecido por lei, assim como uma propriedade rural, ao fazer uma anotação de responsabilidade técnica, assinada por um engenheiro, um advogado poderia, do meu ponto de vista, validar também esses documentos. E é um trabalho complexo. Como foi colocado aqui, não é um trabalho simples de se fazer. E o advogado seria algo a mais para ajudar na elaboração da certificação e da regularização desses imóveis. Esse é o nosso ponto de vista.

E os principais pontos do PL, que a Famato aprova como está posto, são: os cartórios não podem recusar registros por processos não concluídos; o cartório deve comunicar ao Incra, que atualizará o cadastro de ofício; certidão positiva do Incra só após o decreto presidencial de homologação da terra indígena; exigência de documentos: certidões negativas e CCIR; imóveis rurais acima de 2,5 mil hectares em faixa de fronteira dependem da autorização do Congresso Nacional, o qual tanto se espera; e o georreferenciamento para desmembrar e remembrar será obrigatório apenas em 2028.

E com o que eu finalizo já e peço? Eu acho que é importante, Senadora, não só esta discussão aqui, em Brasília, mas a gente levar isso também aos estados. Por quê? Muita estava lá em Mato Grosso dessa discussão com a necessidade dessa regularização, e aí veio a aprovação do novo PL, o qual a gente parabeniza, porque era extremamente necessária essa extensão do prazo, mas essa conversa parou. Essa conversa parou, e a gente precisa reativar e colocar a conscientização no produtor rural da necessidade, porque existem alguns que não precisam de um documento, mas tantos outros, uma grande maioria, realmente precisam da regularização dessa documentação, para poderem fazer a produção da sua atividade.

Parabenizo a todos pelo trabalho.

E permaneço aqui à disposição.

Um abraço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Dr. Rodrigo Bressani.

E eu passo, agora, a palavra para o Sr. Jorge Rafael, Assessor Jurídico da Federação da Agricultura... Ah, não, desculpe, esse não virá.

Passo ao Sr. Clemerson José Argenton Pedrozo, Vice-Presidente da Federação da Agricultura de Santa Catarina (Faesc).

**O SR. CLEMERSON JOSÉ ARGENTON PEDROZO** (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Seja muito bem-vindo.

**O SR. CLEMERSON JOSÉ ARGENTON PEDROZO** – Quero agradecer o convite que foi formulado à Faesc e dizer da nossa alegria de estar aqui ao seu lado, a senhora que – tenha toda a certeza – é a Senadora de todos os produtores rurais deste Brasil, pelo belo trabalho que a senhora exerceu, com tanta competência, à frente do Ministério da Agricultura e que tanta saudade deixa para nós produtores rurais, Senadora.

Eu sou do pequeno Estado de Santa Catarina, ladeado pelo querido Estado do Rio Grande do Sul, Senador Mourão, e pelo Estado do Paraná, do Deputado Lupion, que estava aqui presente agora há pouco e que também desenvolve um trabalho excepcional à frente da FPA.

Eu não trouxe nenhuma apresentação, Senadora, mas a audiência pública vai nos dando apontamentos, e a gente vai fazendo alguns rabiscos aqui. E também a CNA, a nossa confederação, me deu alguns dados importantes – e quero agradecer ao Presidente Marcelo, que aqui representa a CNA, e a toda a equipe, pelos dados que nos foram repassados.

E, quando eu estava ali sentado, a senhora falou de quanto Santa Catarina representa na faixa de fronteira. Santa Catarina representa 15% da faixa de fronteira, mas deixe-me mostrar um pouquinho o que é a produção de Santa Catarina na faixa de fronteira, Senadora. Nós temos 1,12% do território nacional, Senador Mourão, em Santa Catarina, mas nós somos o maior produtor e o maior exportador de suínos deste Brasil, nós somos o segundo maior produtor de frangos deste Brasil, nós somos o maior produtor de maçã, o segundo maior produtor de arroz, o maior produtor de cebolas deste Brasil, o terceiro maior produtor de leite, em 1,12% do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

território nacional. E grande parte, Presidente Marcelo, dessa produção está na faixa de fronteira. Senadora Tereza, são mais de 105 mil, como a senhora disse aqui, famílias. Não são propriedades; são famílias que estão ali na faixa de fronteira.

E eu ouvi com atenção aqui o Dr. Junior, que falou que faz 70 anos que o problema persiste, e o Estado não se fez presente, mas em mais de 70 anos o produtor rural estava lá, trabalhando, produzindo, gerando divisas para o seu estado, para a União, para os seus municípios, produzindo alimento para o Brasil e para o mundo. Como disse o Presidente Marcelo aqui, não se trata de regularização, Senadora, nós vamos apenas ratificar algo que está consolidado. A posse do produtor e as suas propriedades é algo consolidado neste Brasil. Se teve alguém que protegeu as fronteiras deste país, ocupou o território e não deixou como terra de ninguém, isso foi o produtor rural deste Brasilzão de Deus.

Nós temos inúmeras realidades, Senador Mourão, como o senhor disse aqui. O senhor conhece como ninguém as fronteiras deste Brasil, tenho certeza disso, mas a realidade do produtor é uma só: ele enfrenta diuturnamente problema com legislação ambiental, tendo a legislação ambiental mais rígida deste país; ele enfrenta diuturnamente problema com questões indígenas, sendo que o nosso território já é 15% de área indígena, e ainda se quer ampliar, Presidente Marcelo... Na faixa de fronteira, Senadora Tereza, nós temos só em Santa Catarina 29 assentamentos rurais. Nós temos na faixa de fronteira só em Santa Catarina áreas indígenas em questão, Presidente Marcelo, e o senhor está muito bem acompanhando lá na Comissão.

Da faixa de fronteira, Senadora, 70% são áreas de produção agrícola no meu Estado de Santa Catarina. Na faixa de fronteira de Santa Catarina, estão presentes 53% da produção de aves do meu estado, estão presente s52% da produção de suíno do meu estado, estão presentes 53% da produção de leite do Estado de Santa Catarina, com os números que eu falei. Então, a situação é extremamente preocupante.

E a gente escuta com tristeza, Senadora Cristina, nesta, que é a Casa das leis, o Congresso, que é a Casa das leis, que é aquela que tem os interesses dos estados aqui representados pelo Senado e representando os do povo pelos Deputados, que os Parlamentares juntam-se, debatem, decidem, e, infelizmente, a gente sempre tem que escutar: "A lei foi debatida, mas vai para o Supremo". Daí o Supremo talvez vá reconhecer. Nós temos que parar com isso, gente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que efetivamente pacificar este Brasil, e a pacificação deste Brasil passa pelo Parlamento, que democraticamente debate as leis. Infelizmente, a parcela que perde no Congresso acostumou-se a levar para o Supremo Tribunal Federal.

As questões técnicas foram muito bem levantadas aqui pela Dra. Patrícia e pelo meu colega Bressane, de Mato Grosso do Sul, mas eu quero dizer, Senadora Tereza, da parte de Santa Catarina, que o projeto traz, como a senhora disse aqui no início, inovações extremamente importantes. Ele simplifica, desburocratiza, torna a vida do produtor rural melhor, traz segurança jurídica para aquele que ocupou e zelou pela faixa de fronteira há mais de décadas, alguns títulos há mais de 100 anos. Então, não é justo a gente chegar aqui e escutar que efetivamente, quando o Congresso quer regularizar, quer tornar regularizado algo... E, como o Presidente Marcelo falou, o produtor rural não ganhou a terra, ele pagou pela terra – ele pagou pela terra! Quem tem que resolver isso, se tem que resolver, é a União com os estados. O produtor rural já cumpriu a sua parte e está lá produzindo alimento e gerando divisa para este país. Se não fosse o produtor rural, como é que seria a balança comercial desta nação, Senadora Tereza?!

Eu não vou ocupar todo o meu espaço, isso é mais como um desabafo, porque a gente cansa de escutar problemas. O Congresso tenta trazer soluções, debate, e, infelizmente, tudo torna para o Supremo Tribunal Federal destruir a vontade da população sem um voto do povo. Nós temos que acabar com isso. E, de verdade, todos aqueles que falam em pacificar o país têm que pacificar.

E esta é uma lei, Senadora Tereza – e eu a aplaudo pela iniciativa –, que, efetivamente, traz pacificação para o campo.

Obrigado, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Clemerson.

Eu tenho aqui algumas perguntas que vieram através do portal e-Cidadania e eu vou fazer algumas e deixar aqui para, no final, alguém da mesa e dos que ainda permanecem aqui da primeira mesa que queira responder. Se não, nós vamos mandar a resposta por escrito através do e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Sueidna, de Pernambuco: "Como garantir que a regularização fundiária em áreas de fronteira seja transparente e fortaleça a segurança jurídica dos registros imobiliários?".

O Renato, do Rio de Janeiro: "Quais são as etapas simplificadas [previstas] com a regularização fundiária do PL 4.497/2024?".

O Osmar, do Piauí: "Como o PL 4.497/2024 pode interferir na segurança pública do país quanto ao combate ao crime? [...]". É uma pergunta subjetiva, mas que é muito pertinente, visto que, hoje, o que nós estamos assistindo... E, se nós não tivermos essa ocupação bem definida e com segurança para aqueles que estão lá, eu acho que o crime organizado, enquanto se espera o Governo fazer alguma ação, toma conta das nossas fronteiras. É uma pergunta muito interessante.

E eu queria passar, agora, por dez minutos, para o Sr. Jorge Rafael, que é Assessor Jurídico da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de... Não, o Jorge acho que não vem, desculpem.

Agora, eu vou passar para o Jean Carlos Neri – desculpe, Jean Carlos –, que é o Consultor Jurídico da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

**O SR. JEAN CARLOS NERI** (Para expor.) – Senadora Tereza Cristina, é uma honra estar aqui com a senhora, por toda a luta que a senhora tem à frente do agro, e não só no seu estado, pois já esteve várias vezes no meu estado, na região de Guaíra e Terra Roxa, nos defendendo lá. Muito obrigado, Senadora.

Senadora, sobre este projeto, a Faep concorda plenamente com este projeto. Ele vai uniformizar as regras da ratificação no Brasil, e precisa ser feito isso. Nós precisamos unificar.

Por exemplo, no Estado do Paraná, o Código de Normas da Corregedoria, no seu art. 656, estabelece as regras, mas cada estado está fazendo de uma maneira. Nós conseguimos – a Faep e a associação dos cartorários – fazer uma cartilha para que os agricultores possam ter uma noção dos documentos exigidos. Então, no Paraná, é, de uma certa forma, estabelecido já como os cartórios têm que fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, o que me traz muita preocupação, Senadora, quando a gente fala da segurança jurídica das nossas fronteiras, principalmente no meu estado, é que, especificamente mais no oeste do Paraná, em Guaíra e Terra Roxa, nós temos áreas invadidas e invadidas, Senador Mourão, por paraguaios, não por índios – por paraguaios. Isso já foi... A Senadora Tereza sabe disso. E nós temos lá agora a Itaipu comprando terras. É um acordo que foi feito na Ação 355, e a Faep tenta, de todas as maneiras, em recursos, derrubar essa decisão, mas a Itaipu já sedimentou e comprou uma área. Porém, olhe bem, Senadora: essa área foi comprada pela Itaipu, mas não se consegue transmitir. Não se consegue transmitir, porque o CAR está suspenso, e não se consegue ratificar. Então, o dinheiro está depositado em juízo. Olhem o contrassenso! Então, mesmo sendo contrários, mesmo a Faep sendo contrária a essa aquisição de terras, o fato é que o agricultor que vendeu não consegue receber, pois o dinheiro está depositado em juízo. Então, a exigência para poder emitir a certidão positiva, que está no projeto de lei, vai ao encontro de todos os preceitos para o agricultor, naquelas terras que forem futuramente demarcadas, poder receber esse valor, porque ele teria os documentos hábeis para receber. Esses documentos foram cedidos pelo Estado, pelo Governo, eles estão registrados em seus órgãos.

Nós, enquanto Faep, achamos que este projeto deve ser votado da maneira como está, porque ele vai ao encontro do que os agricultores precisam, vai ao encontro até do que a União precisa para regulamentar essas áreas de invasão.

O nosso estado é impactado em 139 municípios, em 150 mil produtores rurais. Estamos falando aí, direta e indiretamente, de mais de 1 milhão de pessoas e seus empregos. O Estado do Paraná, nessa faixa de fronteira, é o maior produtor de aves. E é ali que se concentram as aves no nosso estado. Então, o impacto é direto. Há a negativa a crédito, com o produtor não podendo cultivar a sua terra... Isso traz uma insegurança jurídica para aquela pessoa que está ali, que passa por gerações sem poder ter aquela segurança de que a sua propriedade é sua.

E nós não estamos falando aqui... Nós estamos falando de ratificação. As leis vêm dizendo isso. Nós temos que trabalhar isso como ratificação e não dizer que a gente tem que criar novas matrículas, sejam federais, para depois passar para o estado... Isso é humanamente impossível. Por que é humanamente impossível? Porque essas terras já foram vendidas, já foram

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmembradas de todas as formas. Então, esse ponto, para o CCIR, não tem como – não tem como!

Bem lembrou o meu amigo sobre o CCIR. O CCIR... Nós temos... O Senador Mourão falou muito bem sobre isso. Neste país, a gente tem que acreditar no brasileiro; a gente tem que acreditar em nós. Se um CCIR é emitido pelo Estado, pela União, como a gente pode desacreditar num documento desse? Então, tem que acabar com ele! Fica a indagação... Temos que acabar com ele. Se ele não tem valor nenhum probatório, para que esse documento? Temos que acreditar...

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Para que existe?

**O SR. JEAN CARLOS NERI** – Para que existe? Nós temos que acreditar. Nós temos que acreditar no nosso povo, temos que acreditar em nós. Autodeclaração: ele responde por essa declaração, responde criminalmente por isso. Então, nós temos que acreditar nisso. Nós temos que realmente acreditar no povo brasileiro, acreditar no agricultor que sustenta este país. Não é outro empresariado que sustenta este país, é o agronegócio que sustenta este país.

Essas são as nossas considerações, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

Eu vou quebrar aqui um pouco a sequência por um requerimento que está sobre a mesa, extrapauta, e, pela urgência dele, eu vou colocá-lo antes da sua fala, depois nós passamos para você.

**2ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 2**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 25, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer a realização de diligência externa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional durante o I Congresso Internacional, Segurança de Fronteiras das Assembleias Legislativas, que ocorrerá em Cuiabá - MT, nos dias 17 e 18 de setembro de 2025.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

**Observações:**

*Incluido extrapauta, requerimento lido e aprovado.*

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Serão tomadas as devidas providências, aprovado o requerimento extrapauta lido agora por esta mesa.

**O SR. WELLINGTON FAGUNDES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu só quero agradecer a gentileza tanto do Senador Nelsinho, como de V. Exa. também de colocar como extrapauta e de todos os companheiros de votarem, já que esse assunto para o Mato Grosso – para o Brasil inteiro, não é, General? – é fundamental. E nós, lá no Mato Grosso, vivemos um problema bem sério, porque se ampliou muito essa questão do contrabando, narcotráfico e, no nosso estado, com 720km de divisa seca, a situação é muito complicada – e, claro, a regularização, que é o objetivo principal desta audiência, também da mesma forma.

Eu vou deixar aqui, Sra. Presidente, as minhas perguntas à mesa porque, se for possível, ainda, eu queria que ficassem registradas aqui. Se não der para respondê-las, que os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

palestrantes possam fazê-lo depois por escrito para não tomar muito tempo, já que com o requerimento eu estou tomando tempo.

Eu faço, aqui, também um registro, em nome da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, do Deputado Elizeu Nascimento, que está coordenando esse 1º Congresso Internacional, e amanhã eu faço questão de estar lá presente.

E agradeço a V. Exa. também, que ontem concedeu inclusive uma gravação, estimulando que este debate, lá no Mato Grosso – está acontecendo hoje e amanhã –, pudesse ter mais relevância ainda. Então, fica aqui o meu agradecimento a V. Exa. e ao Senador Nelsinho.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Wellington Fagundes. Bom evento, que possam sair de lá conclusões que talvez nos ajudem aqui também, sugestões para esse projeto tão importante que debatemos ora nesta Casa.

Então, eu concedo agora a palavra à Sra. Giovana Zampieri Omena, Assessora Jurídica e Coordenadora da Assessoria de Relações Institucionais no Sistema Famasul, que é do meu estado. Seja bem-vinda.

**A SRA. GIOVANA ZAMPIERI OMENA** (Para expor.) – Muito obrigada, Senadora.

Em nome da Famasul, do nosso Presidente Marcelo Bertoni, eu agradeço pela oportunidade, agradeço por nós estarmos aqui, sendo a voz dos produtores rurais que estão dentro da faixa de fronteira ali no nosso estado.

Preparamos uma apresentação, vou ser breve também, para expor como está o nosso estado.

Como foi falado, é uma situação que pega 11 estados do nosso país, e, no Mato Grosso do Sul, dos 79 municípios, 45 estão inseridos na faixa de fronteira; isso corresponde a 35.709 imóveis rurais que estão dentro da faixa de fronteira, 40% do nosso estado, e esses 40% equivalem a 40% de pastagem e 20% de soja.

No nosso estado, como dito pelo Dr. Nicholas, em 2024, nós procuramos a Corregedoria do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, e foi elaborado, em conjunto com o RIB, com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agraer, o nosso Provimento nº 309. No nosso Provimento nº 309, ficaram definidos os requisitos necessários para os produtores fazerem a ratificação dentro da lei do nosso estado.

E dois pontos que precisam de regulamentação, de acordo com a Lei 13.178: é que nós temos mais de mil propriedades maiores de 2,5 mil hectares e que, hoje em dia, não conseguem fazer essa ratificação, porque precisam da autorização prévia do Congresso Nacional. Essa autorização está prevista na Constituição Federal de 1988, no art. 188, §1º, e, mesmo após 27 anos, não houve essa regulamentação de como fazer esse procedimento aqui dentro do Congresso Nacional.

Então, é algo por que nós somos muito procurados ali na Famasul por produtores rurais: nesses 45 municípios, 45 sindicatos rurais que precisam do Legislativo, para ver essa regulamentação de como devem proceder junto ao Congresso Nacional para conseguirem essa autorização para poderem proceder com a ratificação desses imóveis.

Outra situação também que foi levantada é em relação a propriedade... Temos, nessa faixa de fronteira, centenas de propriedades que estão com processos demarcatórios, inclusive em estudo, que nem chegaram ainda à fase de delimitação e que, mesmo assim, não conseguem fazer essa ratificação. Então, é preciso também que... A própria Funai considera uma área como uma terra indígena a partir da fase de homologação, quando ela foi homologada pelo Presidente da República. Como é que uma área ainda que está em estudo, não há um ato jurídico perfeito, um ato administrativo finalizado, nem a delimitação ocorreu... E o produtor se vê impedido de fazer a ratificação, de cumprir a lei, em algo que ainda é incerto e futuro.

E ratificação é diferente de demarcação.

Por fim, quero também deixar aqui claro que, no nosso Provimento nº 309, junto com a Corregedoria, a Anoreg e o RIB, nós fizemos uma cartilha, que está disponível no *site* da Famasul para ser consultada. Nós definimos, quando falamos de mais de 15 módulos fiscais, em que é obrigatório fazer essa ratificação, que nós precisamos ver a dimensão do que envolve essas propriedades rurais. E, na nossa cartilha, também está ali quanto 15 módulos fiscais correspondem nesses 45 municípios, nos nossos 45 municípios do nosso estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, trago um complemento à fala do Dr. Nicholas de que, do ano de 1966 a 2003, o Incra fez menos de 1% de ratificação, enquanto, desde o nosso provimento ali do Mato Grosso do Sul, o Provimento 309, de julho de 2024, em um ano, os cartórios de registro de imóveis já fizeram 7% da ratificação no nosso estado.

Como disse, seria breve, Senadora.

Agradeço novamente, em nome do Presidente da Famasul, Marcelo Bertoni.

Por nós sermos a voz desses 35 mil produtores rurais que estão dentro da faixa de fronteira e que não estão aqui apenas... Precisam do Legislativo não apenas para assegurarem os seus direitos constitucionais, como direito à propriedade, um direito fundamental definido na nossa Constituição Federal... Os produtores rurais precisam que o Legislativo os auxilie no cumprimento da Constituição Federal, assegure o seu direito à propriedade. São pessoas que compraram, que têm justo título e que precisam dessa segurança. Por fim, precisam do Legislativo para que regulamente os seus deveres, para que a lei de ratificação seja cumprida.

Muito obrigada, Senadora.

Ficamos à disposição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada. Eu agradeço aqui a sua fala, a sua contribuição a esta Comissão.

Eu gostaria de ler mais duas perguntas que nos fizeram, do pessoal do e-Cidadania, e depois eu abro a perguntas dos nossos Senadores.

Marcelo, do Paraná: "Qual será o impacto da regularização fundiária em áreas de fronteira para comunidades tradicionais, assentados e pequenos produtores rurais?". Acho que o senhor já respondeu um pouco das dificuldades que nós temos hoje, mesmo o Estado querendo fazer essas compras, enfim, esses assentamentos.

Isabela, do Espírito Santo "De que forma o PL 4.497 [...] pode aumentar a segurança jurídica nos registros de terras em áreas de fronteira?".

Raíssa, do Mato Grosso: "Como garantir segurança jurídica e transparência na regularização fundiária em áreas de fronteira sem riscos à soberania?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E quase todas as perguntas... Tem mais duas... Vou ler. Tem só mais duas.

"Quais mecanismos de segurança jurídica são previstos para evitar sobreposição de registros e conflitos possessórios?", do Sr. Alan, de Tocantins.

Francisco, do Rio de Janeiro: "Como o PL 4.497 [...] interfere no direito minerário?".

Então, essas são as perguntas que foram encaminhadas pelos internautas.

Então, aqui terminando a exposição dos nossos expositores, eu passo à pergunta...

Senador Jaime?

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Obrigado, Senadora Tereza Cristina.

Quero dizer que foi uma bela explanação, Patrícia, quando você coloca ali toda essa faixa de fronteira. E quero dizer para você que você foi feliz quando falou que o produtor rural é uma indústria a céu aberto. Hoje nós temos n problemas no Brasil, aquela situação do Rio Grande do Sul nem se fala. Aquilo é uma situação caótica: mais de 30% dos produtores rurais têm problema lá – de três, quatro safras, praticamente seguidas –, e temos que encontrar uma solução para aquela situação, senão milhares de produtores vão ficar, neste Brasil, sem plantar, principalmente no Rio Grande do Sul, no Paraná, no Mato Grosso do Sul e em Santa Catarina, onde os produtores foram mais atingidos por esse problema climático.

Quando aqui o Clemerson – é Clemerson, né? –, de Santa Catarina, fala sobre a situação do Supremo Tribunal Federal: você foi feliz na sua colocação, porque isso tem que dar um ponto final. Eu acho que esta Casa, o Senado, a Câmara dos Deputados, o Congresso Nacional, enfim, têm que ser respeitados por essas definições, junto às federações, para nós darmos uma garantia ao nosso produtor rural.

Quando a Giovana Zampieri, da Famasul, fala aqui sobre a situação da lei de ratificação, é uma coisa, assim, inexplicável. Como é que nós vamos dizer que a gente não vai ter uma garantia dessas propriedades? É, assim, uma coisa que não dá mais. Nós precisamos dar um basta nisso e precisamos encontrar esse mecanismo, Senadora Tereza, dentro desse projeto de lei, para nós botarmos um passo definitivo na regularização dessas áreas de fronteira, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

correspondem nada menos, nada mais do que 24% praticamente do território nacional: são 128 milhões de hectares que nós temos aí. Tem estados, igual ao Rio Grande do Sul, representando 50%; igual ao que você falou: o Estado de Santa Catarina tem 15%, e é onde estão mais os aviários, os suínos, a produção de aves. Está tudo dentro dessa área de fronteira.

Eu quero deixar uma pergunta aqui sobre a segurança jurídica, sobre o acesso a políticas públicas.

O objetivo final desta audiência é dar segurança jurídica ao produtor. Aí eu deixaria essa pergunta a quem quisesse responder. Eu gostaria que os representantes das federações e da Sociedade Rural detalhassem qual é o impacto real e imediato que a aprovação de uma regra clara para a ratificação de títulos terá no acesso ao crédito rural e na redução dos conflitos fundiários nas faixas de fronteiras.

Obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada, Senador Bagattoli.

Senador General Mourão.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu tenho uma pergunta e não posso deixar de fazer uma observação.

A minha pergunta é para qualquer um dos representantes das entidades – a quem eu agradeço todas as observações, apresentações, comentários – porque é gente que está vendo, tratando e pelejando. Então, isso é importante.

A pergunta é a seguinte: as entidades acreditam que há mecanismos de transparência suficientes para garantir que a regularização prevista no PL seja acompanhada pelos órgãos de controle, Ministério Público e sociedade civil? Se não, que mecanismos adicionais poderiam ser incluídos para assegurar governança e confiabilidade nesse processo? Porque é um dos aspectos que vem sendo, vamos dizer assim, bem discutido no processo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria fazer uma pequena observação sobre esse PL, sobre como nós temos que trabalhar nele. Eu vou usar aqui algo que foi dito não por mim, mas por um grande Presidente americano – os Estados Unidos já tiveram grandes presidentes –, que foi o Franklin Roosevelt. Ele dizia que a Constituição americana tinha dado três cavalos para guiar a nação americana: eram o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Aqui, esses cavalos andam meio dispersos, mas eu espero – e aqui nós temos dois representantes do Executivo – que no PL 4.497 esses cavalos se aliem e a gente consiga levar essa carroça, essa carruagem, a bom termo.

Era isso o que eu queria observar, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Muito obrigada.

Alguém quer contrapor alguma coisa? (*Pausa.*)

Por favor, Sr. Subprocurador.

**O SR. JUNIOR DIVINO FIDELES** (Para expor.) – Não é exatamente contrapor, mas apenas dizer que a minha fala, problematizando algumas das disposições do PL, não significa uma posição institucional ou mesmo pessoal contrária ao debate, contrária à necessidade do enfrentamento do problema, que é a ratificação.

Eu apenas problematizei, alertando para alguns riscos que, como advogado público que sou e lidando com esse tema já há muito tempo, eu antevejo que podem surgir, independentemente da minha vontade pessoal ou da atuação da instituição da qual eu participo.

Então, só para ficar bem registrado isso.

E eu acho que esse tipo de problematização contribui no debate para que essas questões possam, na medida do possível, já ser, de antemão, solucionadas e nós tenhamos, ao final, um produto legislativo, uma legislação que nos traga mais segurança ainda.

Para finalizar, porque acho que nós estamos caminhando para o fim, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade e o convite e dizer que estamos sempre à disposição para colaborar no debate, se assim o Senado entender que podemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – O senhor quer fazer uso da palavra? (*Pausa.*)

Então, a palavra é sua, Dr. Carlos Naegeli.

**O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM** (Para expor.) – Obrigado.

Só atendendo aqui a provocação do Senador Hamilton Mourão, quero colocar o Ministro Paulo Teixeira à disposição, para a gente tentar alinhar esses cavalos.

E, repetindo aqui, acho que a solução, de acordo com o que a Senadora Tereza Cristina propôs de que a gente venha propor soluções, é um decreto que faça a regulamentação da Lei 13.178, nos termos do que decidido pelo Supremo Tribunal Federal, já prevendo as situações em que as terras acima de 2,5 mil hectares passem por uma análise do Incra e sejam remetidas ao Congresso Nacional, para que o Congresso Nacional possa fazer essa autorização.

E quero registrar que a sanção pelo Presidente da República do Projeto de Lei 1.532, que se tornou a Lei 15.206, aumentando o prazo para a ratificação, já foi uma sinalização favorável a esse tema. Eu acho só que a gente precisa fazer ajustes, como a gente problematizou aqui, no atual projeto de lei, ou substituí-lo por um decreto que contemple esses interesses, para que a gente possa, então, resolver esse problema.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Decreto não, tem que ser uma lei.

Aqui é uma Casa de Leis.

O Executivo faz decreto. Nós fazemos lei. (*Risos.*)

**O SR. CARLOS HENRIQUE NAEGELI GONDIM** – Sim, sim, mas podemos fazer um decreto em parceria.

**A SRA. PRESIDENTE** (Tereza Cristina. Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS) – Sim, sim. Também, é claro. Um conjunto de medidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fico muito feliz.

Quero agradecer a presença de todos que vieram de fora, dos que estão também aqui em Brasília, para poderem contribuir com este importante debate – e vamos consultá-los, vamos chamá-los para a mesa, para mais discussões –, porque eu espero sinceramente que nós possamos resolver esse problema de uma vez por todas.

Não é possível, são 70 anos dessa discussão. E a gente começa a discussão, resolve um pedaço, depois volta atrás, quando surgem os empecilhos. Eu acho que agora chegou a hora de colocar todos à mesa e resolver.

E também eu vou fazer um contato com os 11 Governadores dos 11 estados impactados por esse problema, para que eles também possam conversar conosco e talvez ir ao Presidente da República, para resolver isso de uma vez por todas.

Os que têm algum documento, se é frágil, se não é... mas nós precisamos resolver esse problema, que não pode mais ficar debaixo do tapete. Esse problema precisa ser resolvido, assim como outros tantos, porque senão eles vão se acumulando. Vêm outros problemas, e a gente não resolve os anteriores.

Então, eu quero me colocar à disposição para receber sugestões, para discutir, mas nós precisamos, até o final do ano, votar esse projeto de lei, para que ele volte à Câmara e possa ser, lá na Câmara, também votado novamente, com as modificações que esta Casa dará a esse projeto de lei. E depois que vá à sanção por Sua Excelência o Presidente da República.

Então, muito obrigada.

Agora, passo para um outro requerimento extrapauta.

**2ª PARTE**

**EXTRAPAUTA**

**ITEM 1**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 24, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o aumento do número de denúncias de mães brasileiras, denominadas popularmente de "mães de Sharia", que perderam a guarda de seus filhos em países de maioria muçulmana, nos quais vigora, total ou parcialmente, a lei islâmica (Sharia).*

**Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSD/SP)

**Observações:**

*Incluido extrapauta, requerimento lido e aprovado.*

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passo à votação.

Em votação. (*Pausa.*)

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão tomadas as devidas providências.

Proponho também a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 19ª Reunião da Comissão, ocorrida em 10 de setembro.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata, que será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Eu agradeço a todos. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, agradeço mais uma vez a participação das senhoras e dos senhores debatedores e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Astronauta Marcos Pontes, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Efraim Filho, Carlos Viana, Tereza Cristina, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick, Mara Gabrilli, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Beto Faro, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Paulo Paim, Augusta Brito, Wilder Morais, Eduardo Braga, Zenaide Maia, Otto Alencar, Lucas Barreto, Styvenson Valentim e Izalci Lucas, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Sergio Moro, Rodrigo Pacheco, Jorge Seif, Magno Malta e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 15/2025 - CRE, de autoria Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Finalidade:** Debater sobre a relevância do Brasil no cenário internacional. **Participante:** Senhor Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Irice), ex-embaixador do Brasil em Londres e em Washington. **Resultado:** **Audiência pública interativa realizada**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezesseis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Nelsinho Trad**
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

# NOTAS TAQUIGRÁFICAS REVISADAS

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental inscrito no painel, declaro aberta, sob a proteção de Deus, a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a reunião será dedicada à audiência pública, em conformidade com o Requerimento 15, de 2025, da Comissão de Relações Exteriores, para debater sobre a relevância do Brasil no cenário internacional, com a participação do eminente Embaixador Rubens Barbosa, Presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior, ex-Embaixador do Brasil em Londres e em Washington. O Embaixador já se encontra aqui ao nosso lado direito.

A reunião é aberta à participação da sociedade por meio do Portal e-Cidadania, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Para o bom andamento dos debates, seguimos as diretrizes ora nominadas.

O Sr. Embaixador contará com o tempo que se fizer necessário para sua exposição. Em seguida, abriremos a fase de interpelações com perguntas. Serão possíveis, depois das respostas do Sr. Embaixador, réplicas e tréplicas.

É uma satisfação contar com a presença do Embaixador Rubens Barbosa, cujas trajetória e experiência certamente nos provocarão em uma tarefa tão especial quanto frequentemente negligenciada pelas urgências do dia a dia: pensar estrategicamente o Brasil e o seu lugar no mundo, com foco a médio e longo prazo.

O documento apresentado pelo Embaixador, que orientará a nossa discussão, destaca com precisão que vivemos um momento singular de transição na ordem global, marcado pela ascensão da lógica geoeconômica que vem substituindo a antiga doutrina da eficiência econômica. Nesse novo cenário, considerações de poder passam a justificar restrições comerciais usadas como instrumentos políticos, como as sanções, fenômeno que já impacta diretamente os trabalhos desta Comissão, como é de conhecimento de todos nós.

Diante desse mundo em ebulição, temos o dever de buscar caminhos concretos para reposicionar o nosso país. O Embaixador nos brinda com caminhos concretos de ação, como a prioridade que devemos conferir à integração da infraestrutura sul-americana, exemplificada pela Rota Bioceânica, cujo eixo central atravessa o nosso estado, Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, como bem aponta o Embaixador Rubens Barbosa em seu texto, os objetivos nacionais definidos na Constituição – soberania, desenvolvimento e segurança – devem ser perseguidos com os meios e recursos disponíveis da forma mais eficaz possível. É com esse princípio que daremos início à nossa discussão de hoje.

Assim, com muito prazer, concedo a palavra ao Sr. Embaixador Rubens Barbosa.

**O SR. RUBENS BARBOSA** (Para expor.) – Bom dia a todos. Bom dia, Senador.

Eu queria agradecer, em primeiro lugar, ao Senador Nelsinho Trad pela convocação desta audiência pública para conversarmos sobre uma estratégia para o Brasil e o lugar do Brasil no mundo.

Nós sabemos que estamos vivendo um momento muito delicado, muito complicado no mundo tanto na economia quanto na ordem política.

A ordem econômica que saiu depois da guerra de 1945 deixou praticamente de existir. Nós tínhamos uma ordem econômica baseada no liberalismo, na livre empresa, no livre comércio e, passando por diversas fases, a última das quais a globalização, chegamos à situação de hoje, em que prevalece o protecionismo, em que prevalece a vontade de cada país, uma verdadeira lei das selvas, sem organização. A Organização Mundial de Comércio, que regula ou regulou... Depois da guerra, foi o Gatt e, depois, a OMC que regulou o comércio internacional. Além desse aspecto econômico, que foi muito importante, porque, a partir de 2001, a China entrou para a OMC, e, a partir daí, a economia global se transformou, a globalização começou a sofrer ajustes, surgiram as cadeias globais de valor concentradas na China... E, com a pandemia e as guerras que estão em curso, ficou evidente que os países estavam vulneráveis pela concentração dessas cadeias produtivas, em grande parte em um único país.

No campo da relação internacional, depois da guerra de 1945, a ordem internacional, criada em grande parte pela influência dos Estados Unidos, evoluiu com a Guerra Fria entre a União Soviética e os Estados Unidos. Depois do fim da União Soviética, com a queda do Muro de Berlim em 1989 e, em 1991, com o fim da União Soviética, emergiu uma única potência, os Estados Unidos. E, gradualmente, como eu mencionei, com a entrada da China na OMC, a China passou a ocupar um espaço importante no cenário internacional político-econômico. Essa tensão entre os Estados Unidos e a China é uma característica desses últimos 20 anos. E, recentemente, não só a pandemia, como eu falei, mas também a guerra da Ucrânia, a guerra de Gaza, a posição do Irã no contexto internacional criaram uma situação geopolítica totalmente nova.

E é no meio dessas transformações importantes na ordem econômica e na ordem política que nós estamos enfocando a posição do Brasil. Qual seria a posição do Brasil a partir da situação atual? Hoje, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil está inserido no contexto internacional, e eu acho que essas transformações globais aceleram a importância de a gente discutir o Brasil e a sua posição no mundo atual.

Eu reconheço as dificuldades para a discussão dessa questão. Nós não temos aqui no Brasil a mentalidade de discutir o país. Nós discutimos problemas específicos de interesses regionais, de interesses empresariais, de interesses políticos, mas não há uma reflexão sobre o Brasil como uma entidade internacional, e outros países fazem isso.

O Brasil não tem um documento que reflita isso, não só os anseios internos, como também as atividades externas, as prioridades externas do país. Os Estados Unidos, a França, a Inglaterra – depois que saiu da União Europeia, a Inglaterra publicou um documento sobre o lugar do Reino Unido no mundo atual –, o Japão, a China, a Índia, todos eles têm um documento. O Brasil não tem um documento. O mais próximo que a gente se aproxima disso é a Estratégia Nacional de Defesa e a Política Nacional de Defesa, que são dois documentos elaborados pelo Ministério da Defesa que se tornaram mais recentemente, nessas últimas edições, na minha visão, documentos setoriais, documentos que refletem as preocupações da área da defesa.

Então, essa necessidade de ter um documento que, como eu disse, o Brasil não tem, me fez ler todos esses documentos dos outros países e, no começo do ano, preparar um documento que refletisse não a visão do Governo a favor de políticas, contra o Governo, ou visão ideológica, visão partidária, mas um documento que reflita o interesse nacional, o interesse do Brasil, e que esteja acima dessas políticas de Governo, ideologia, de partidarismo. Foi um documento que, concebido pelo meu instituto, Presidente – eu sou Presidente desse Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior –, esse documento foi concebido como uma provocação, porque, como não há essa discussão no Brasil, eu divulguei no começo do ano esse documento. Não foi surpresa minha – porque todos nós temos interesse em ver como o Brasil pode assumir um papel mais destacado, como internamente a gente pode melhorar – que, de janeiro até hoje, eu fui chamado para falar em mais de 20 encontros, sem falar encontros institucionais com partidos políticos, como o MDB. Eu falei lá na Fundação Ulysses Guimarães, conversei com o Presidente do PSDB, do PSD, o Kassab, na Associação Comercial, no Ipea, enfim, houve um grande interesse para discutir essa questão.

Esse documento não é um documento de política externa. É um documento que reflete os anseios e as prioridades do Brasil internamente e externamente.

A dificuldade de a gente discutir o Brasil – não está na mentalidade nossa a discussão sobre o país – nos últimos tempos ainda ficou mais aguda, pelas crises que o Brasil tem enfrentado, no meio desse conturbado mundo, e dos problemas internos. E a minha ideia é a discussão de maneira realista, sem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temer talvez a percepção de que seja uma ingenuidade a gente discutir esses problemas. Na minha visão, não. Na minha visão, a visão realista, pragmática, a gente tem que discutir esses assuntos. E a ideia é que esse documento, que eu vou resumir rapidamente em seguida... A ideia é que, a partir do ano que vem, quando o tema da eleição presidencial estará presente em todas as discussões, nós apresentemos um resumo executivo de duas páginas desse documento para os candidatos à Presidenta da República, para que eles atentem para a necessidade de discussão das questões importantes para o Brasil nessa transformação que está ocorrendo e nos aspectos em que o Brasil apresenta pontos positivos e vulnerabilidades, que não são normalmente discutidas. Então, nós vamos fazer isso.

Inclusive, o meu instituto está conversando com jornais, com plataformas de comunicação, para a gente fazer um programa, a partir de abril, para discutir o Brasil no âmbito do debate pré-eleitoral. Em vez de discutirmos questões que dividam o país, vamos discutir coisas que somem e que mostrem que os candidatos têm uma percepção de que há a necessidade de um planejamento, de uma visão estratégica, de uma visão de médio e longo prazo. Esse é o contexto, então, desse documento, que eu vou rapidamente resumir.

O documento tem quatro capítulos muito claros e curtos. O documento originalmente tinha 15 ou 16 páginas e agora nós estamos resumindo para umas 10 ou 11 páginas e, como eu disse, mais na frente, vamos fazer um sumário executivo de duas páginas e entregar aos candidatos.

O primeiro capítulo é para explicar o que eu mencionei de passagem aqui, essas novas transformações geopolíticas globais e onde entram os países em desenvolvimento, porque esses documentos, a que eu me referi, são feitos pelos países desenvolvidos, incluindo a Índia e a China nessa categoria, e esse documento, que nós estamos fazendo, para refletir os anseios do Brasil, tem a ver com a nossa postura, não como um país desenvolvido, mas como um país em desenvolvimento. São diferentes os interesses, as perspectivas são diferentes. Então, o primeiro capítulo é este: a nova geopolítica global e os países em desenvolvimento.

O segundo capítulo é uma discussão sobre o Brasil: o que é o Brasil e quais são os seus objetivos nacionais? Quais são os setores críticos para a projeção externa do Brasil? Quais são as vulnerabilidades do país, vulnerabilidades estruturais, vulnerabilidades conjunturais? Nisso tudo, eu vou entrar em mais detalhes.

O terceiro capítulo é sobre o lugar do Brasil no mundo. Aí a gente discute justamente como, nesse mundo em transformação, seria importante o Brasil se inserir de forma diferente, de forma nova nesse mundo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, por fim, um capítulo que existe em todos os documentos que eu li é sobre a estratégia do país por região, na Europa, Ásia, África. Então, essa é a estrutura do documento. Eu não vou repetir aqui, o primeiro capítulo é sobre essa nova geopolítica global, tanto na ordem econômica quanto na ordem internacional. E essa situação – eu vou mencionar de passagem; depois se houver interesse, a gente discute em mais detalhe –, essa questão da nova ordem econômica e da nova ordem global ficou ainda mais importante pelas coisas que estão acontecendo depois da eleição do Presidente Trump, a partir de janeiro, 20 de janeiro deste ano. Com todas as modificações geopolíticas, com as prioridades americanas sendo colocadas de maneira muito candente, muito forte, sobretudo a partir do tarifaço que gerou para o mundo inteiro uma situação nova. E os países estão se ajustando. Se o Brasil não se ajustar, o Brasil vai ficar para trás, porque o mundo não vai esperar o Brasil. O Brasil tem que avançar como os outros países estão reagindo e avançando nessa ordem internacional.

Então, o segundo capítulo é, como eu mencionei, Brasil, uma potência média regional. O Brasil não é um país pequeno, um Brasil que se basta com poucas iniciativas. O Brasil é o que nós conhecemos, é um país continental, com 210 milhões de habitantes, uma das dez maiores economias do mundo. E nós precisamos ter claros os objetivos nacionais. E, como eu disse, é muito difícil hoje a gente discutir um projeto de país, um programa nacional, um plano nacional, porque o Brasil, como muitos outros países, está dividido. No Brasil, nós temos uma polarização muito grande na sociedade nacional, na área política, na área econômica. E nós temos que reconhecer essa situação e entender que é muito difícil você discutir objetivamente um projeto nacional. E, dentro do projeto nacional, quais são os objetivos?

E, nas discussões lá do nosso instituto, nós resolvemos que, para explicar realmente os objetivos nacionais importantes, nós não poderíamos imaginar muitos objetivos. E definimos dois objetivos que são objetivos que ninguém pode contestar: o primeiro objetivo é o desenvolvimento; e o segundo objetivo é a segurança interna e a segurança externa. Eu vou entrar em detalhes, rapidamente, sobre esses objetivos. O objetivo do desenvolvimento econômico é uma das preocupações centrais do Brasil, ninguém pode discordar disso. E nós temos que ver, do ponto de vista interno, na economia, como os elementos necessários para que haja um crescimento sustentável, um crescimento que não seja, como nós tivemos nesses últimos 10, 15 anos, de 1%, 1,5%. A Índia está crescendo 7%, 8%; a China e outros países estão crescendo a 4%; aqui na América Latina mesmo, alguns países estão crescendo a 3%, 4%. Nós tivemos, no ano passado, um crescimento de pouco mais de 3%, mas as perspectivas agora não são tão otimistas para esse crescimento sustentado, não é? Há uma perspectiva de queda do crescimento neste ano e no ano que vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa questão das reformas internas, da reforma tributária, que nós estamos acompanhando, essa questão fiscal, a reforma administrativa, uma reforma política para que haja uma possibilidade de uma governança mais tranquila...

Nós estamos vendo – estou aqui na Casa, no Congresso Nacional – as dificuldades, dentro do contexto em que nós estamos vivendo, para a discussão dessas reformas estruturais, para avançar numa reforma política que reduza partidos para melhorar a governabilidade, do voto distrital para que haja uma proximidade maior dos Congressistas com a sociedade. E essa questão do desenvolvimento sustentável, do meio ambiente, da indústria descarbonizada, uma política industrial que recoloque a indústria no nível que hoje está o setor do agro, com grande desenvolvimento, com tecnologia, com agressividade na exportação...

Essa questão do desenvolvimento é ampla, inclui tudo da área econômica que nós estamos vivendo, inclusive medidas para a redução das desigualdades regionais, das desigualdades de renda; e inclui também avanços tecnológicos. Acho que o principal aspecto hoje, nas relações internacionais, é a importância da tecnologia. Nós estamos vendo a inteligência artificial entrando em todas as áreas: no agro, na indústria, nos estados, na guerra... Nós estamos vendo a importância da tecnologia. E o Brasil, na minha visão, não está acompanhando a rapidez dessas transformações nessa área.

Essa questão do desenvolvimento passa por esses avanços tecnológicos que nós temos que incorporar e passa também pela atração de investimentos na estabilidade política, na estabilidade econômica e na segurança jurídica. Sem isso, é muito difícil. Nós estamos vendo a queda dos investimentos produtivos. Há um investimento financeiro grande por causa da taxa de juros, por tudo isso que nós estamos acompanhando, mas o investimento produtivo, mesmo das indústrias nacionais, não atinge... Nós estamos com 15%, 16% do PIB de investimento, o que é insuficiente, não é?

Temos que discutir também as áreas em que o Brasil tem força, tem potência. O Brasil, em três áreas, na minha visão, tem capacidade de mostrar a sua voz no mundo, de atrair investimento, de atrair tecnologia, para se manter como uma liderança global nessas três áreas. Considero que a política ambiental, a mudança de clima, a segurança alimentar e a transição energética são essas três áreas. Nós estamos cansados de ver os jornais, nos quais todo dia aparece lá a potencialidade do Brasil na questão da transição energética; 900 bilhões, 500 bilhões, 200 bilhões.

E fica tudo no discurso, fica tudo na proposta, não havendo uma política que reforce essas forças que o Brasil tem no mundo para atrair investimento, para atacar o problema da Amazônia, a questão dos ilícitos na Amazônia, a questão da soberania, os programas que são necessários, a segurança alimentar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, junto com os Estados Unidos e com a União Europeia, são os três maiores exportadores de produtos alimentícios do mundo, por causa da tecnologia avançada e tal. E o Brasil, nos estudos que são feitos aí pela FAO e tal, com o aumento da população global até 2050, vai ter um papel crescente no comércio de produtos alimentícios e de produtos da pecuária. Então, nós vamos ter que ter uma visão de médio e longo prazo para planejar isso, não é?

Nós temos aqui, e o Senador sabe disso, a questão da infraestrutura, que para o agro é muito importante, não é? Nós estamos vendo, eu sou também Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Trigo... O trigo é um produto que está em grande expansão, está mudando, fazendo uma migração. Como ocorreu com o café, com a soja, está havendo isso no trigo. E qual é a infraestrutura que nós temos, não é? Essa é uma questão estratégica para a segurança alimentar, para evitar perdas que existem pela falta de armazéns, pela falta de estocagem. E esses são problemas ligados à segurança alimentar, para manter o Brasil como um dos grandes produtores de produtos alimentares, e exportadores.

E a transição energética é a mesma coisa. Quer dizer, nós estamos fazendo a transição gradual da energia fóssil para a energia renovável. O Brasil já tem uma grande proporção da sua matriz energética da energia eólica, da energia solar, mas hoje também é o sexto maior produtor de petróleo. Nós temos que conciliar os interesses econômicos com a produção de petróleo no pré-sal, talvez agora na Margem Equatorial, com os avanços na proteção do meio ambiente e a redução das emissões de gás carbono. Há muitos projetos que podem ser desenvolvidos e nós teríamos que ter uma política em relação a isso. Então, esse é o primeiro objetivo nacional, o desenvolvimento econômico.

O segundo objetivo é a segurança interna e externa. Quando a gente pensa em segurança, soberania e segurança, que estão na Constituição, nós pensamos no território brasileiro, nas ameaças. Mas esse conceito evoluiu muito, não é? Quando a gente fala em segurança hoje, a gente pensa em segurança energética, segurança alimentar e na segurança interna, que se transformou num tema muito importante, que certamente vai estar na preocupação dos candidatos para a próxima eleição. A segurança interna, a segurança das pessoas, o combate ao crime organizado, a violência, isso está na agenda, no topo da agenda. E isso nós vamos ter que enfrentar.

E também, como segurança interna, entraram novos... Por causa do desenvolvimento tecnológico e tal, entraram outros elementos, como, por exemplo, os minérios estratégicos. Isso é uma questão de segurança interna nossa para o desenvolvimento. Isso tem que ser pensado desse ponto de vista também. Nós estamos permitindo a importação de carros elétricos da China, mas as baterias, que representam 60% do preço do carro, são feitas na China e teriam que ser feitas aqui no Brasil. Uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

política nacional de incentivo às empresas para se associarem com tecnologias modernas para a produção aqui no Brasil é uma preocupação, deve ser uma preocupação estratégica.

Quando a gente fala em segurança externa, imediatamente vem à mente a questão das fronteiras. O Brasil tem 17 mil quilômetros de fronteira. E a gente só pensa na fronteira terrestre, quando nós temos uma fronteira marítima muito importante, porque lá estão as plataformas de produção de petróleo. O que está sendo...? Qual é a segurança que nós estamos colocando na defesa dessa riqueza que o mar está produzindo com o petróleo? Nós estamos hoje com a...

E o terceiro aspecto que está relacionado com essa questão da segurança externa é a questão das Forças Armadas, quer dizer, nós temos que pensar nas Forças Armadas como um instrumento da defesa externa do Brasil. Hoje, nós estamos vendo, por tudo que está acontecendo, eu não vou entrar em detalhes aqui, mas sobretudo pela ausência de uma visão estratégica do papel das Forças Armadas, que hoje, nos últimos 40 e tantos anos, adotaram uma outra atitude em relação à política interna. Nós estamos vendo isso. Nós temos que enfocar a posição das Forças Armadas hoje como uma visão estratégica, não só para defesa da fronteira e para modernização dos instrumentos de monitoramento, do Sisfron, dos projetos especiais da defesa, mas também para ser um elemento importante na proteção da nossa fronteira marítima, que é muito importante para o desenvolvimento do país.

E temos que atentar também para certas circunstâncias que nós estamos acompanhando e que deixaram o Brasil muito exposto. Se nós pensarmos que a comunicação na Amazônia para as Forças Armadas lá e para o agro depende de satélite estrangeiro, isso é uma vulnerabilidade enorme, em que nós temos que pensar. Quem é que está pensando nisso? A mesma coisa... Eu estou informado de que foi feito um contrato entre o GSI, o grupo de segurança institucional, e a empresa Amazon para colocar na nuvem todos os documentos, todas as coisas estratégicas do Brasil. Isso é uma outra vulnerabilidade, porque não está dentro da defesa nossa essa colocação de documentos na mão de *big techs*, que são hoje um instrumento da política norte-americana. Nós temos que reconhecer essa situação.

Dentro do Brasil, os objetivos, como eu mencionei, são desenvolvimento e segurança interna e externa.

Nessa questão da segurança, o Congresso e o Governo estão examinando essa mudança, para melhor atender às necessidades de defesa contra o crime organizado, que está hoje entrando em todas as áreas da sociedade.

O segundo aspecto dentro do desenvolvimento, dentro do Brasil, no título do Brasil, são os setores críticos para a inserção externa do Brasil. Quem é que pensa, no Brasil, na educação como um fator

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importante para a inserção externa do Brasil? A Coreia pensou, a China pensou. A Coreia, que em 1960 tinha um nível de renda *per capita* menor que o do Brasil, hoje tem várias vezes superior ao do Brasil, com base na educação. Eles pensaram estrategicamente a educação.

A mesma coisa é a saúde. Nós tivemos aí a pandemia e vimos as vulnerabilidades do Brasil. O que está sendo feito para a gente ampliar a nossa capacidade em equipamentos médicos, em vacinas? A saúde também tem que ser pensada em termos estratégicos.

A defesa, como eu mencionei, é outra vulnerabilidade do país. Nós temos que pensar a médio e longo prazo como fortalecer a defesa, fortalecer a base industrial de defesa e passar a contar com mais participação em setores em que a indústria brasileira pode atender a base industrial de defesa. Se nós pensarmos que o Brasil depende mais de 99% da compra e reposição de peças dos equipamentos militares, os senhores podem ver a vulnerabilidade. Nesse mundo em grande transformação, o que assegura que no futuro essa situação de a Otan com os Estados Unidos e a Europa fornecerem equipamentos militares ao Brasil vai continuar? Temos que pensar nisso a médio e a longo prazo.

A tecnologia, como eu mencionei, é outro fator, é outro setor crítico para a inserção externa do Brasil.

E as vulnerabilidades? A gente mencionou a força que o Brasil tem nessas três áreas, mas nós temos que começar a reconhecer as vulnerabilidades do Brasil. A gente não discute isso aqui. Eu acho que, tirando os grandes problemas econômicos, as prioridades que nós temos, do ponto de vista externo, a grande vulnerabilidade do Brasil é a sua baixa competitividade.

Nós temos uma competitividade que não corresponde ao esforço e à ambição que o Brasil tem no exterior. Os senhores sabem que agora – eu acredito que em dezembro –, o acordo Mercosul-União Europeia vai ser assinado. Se isso acontecer efetivamente, no começo do ano que vem, vai ser aprovado pelos Parlamentos do Mercosul e pelo sistema europeu lá. Se isso acontecer, no segundo semestre do ano que vem, o acordo entra em vigência. Os senhores sabem que, no primeiro ano de entrada em vigência do acordo Mercosul-União Europeia, 90% dos produtos que o Brasil pode acessar – a indústria brasileira, o agronegócio – na Europa, entram com tarifa zero. Quais são as empresas, quais são os setores que vão ter competitividade para aproveitar essa tarifa zero? Eu não estou nem pensando na China, mas na Coreia, na Alemanha, na França, no Japão, que são competidores na Europa. Como é que o Brasil vai entrar lá se a gente não melhorar a competitividade?

A produtividade é outra coisa. A competitividade tem a ver com a competitividade dos produtos no contexto internacional; a produtividade tem a ver com as empresas. Vocês sabem que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtividade brasileira, da indústria brasileira, é 25% da indústria americana. Precisa de quatro operários brasileiros para atender o que um operário americano faz, quer dizer, é inaceitável isso. Nós temos que melhorar a produtividade também da indústria brasileira.

Então, outra vulnerabilidade, que eu mencionei – já falei, não vou repetir aqui –, é a questão da defesa. É uma vulnerabilidade que é inaceitável para um país do tamanho do Brasil, pela diversidade, pela questão das fronteiras, como eu mencionei.

A outra vulnerabilidade tem a ver com o comércio exterior. O comércio exterior hoje, por causa do agro, é um fator importantíssimo para o desenvolvimento econômico do país, e nós estamos com vulnerabilidades que também, quando você pensa a estratégia ou a visão de médio e longo prazo, são difíceis de entender. Por exemplo, no agro, depois da pandemia, nós ficamos... Depois da crise da Ucrânia, da guerra da Ucrânia, a gente ficou sabendo que 85% dos fertilizantes, que são a base da agricultura, vêm da Rússia e da Bielorrússia. E agora os Estados Unidos puniram a Índia, porque a Índia está comprando fertilizante, está comprando petróleo da Rússia. E se acontecer a mesma coisa conosco? A gente tem aqui na América Latina reservas, aqui no Brasil a gente tem reservas, que não têm uma visão estratégica para isso. E agora, depois do ataque que foi feito ao Irã, ficamos sabendo que 55% da ureia é importada do Irã. Quer dizer, qual é a estratégia, qual é a perspectiva que a gente tem no comércio exterior?

E, no agro, agora, referindo-me ao comércio exterior e ao agro, nós estamos aguardando, a qualquer momento, o anúncio de um acordo comercial entre os Estados Unidos e a China. O objetivo desse acordo é reduzir o desequilíbrio na balança comercial dos Estados Unidos com a China, são US$600 bilhões de déficit. E o objetivo dos Estados Unidos é que a China compre mais dos Estados Unidos. O Trump, noutro dia, disse que tinha conversado com o Xi Jinping de a China quadruplicar a compra de produtos agrícolas americanos. Se isso acontecer, a soja americana vai voltar a ser comprada. O senhor sabe que não houve um tostão, US$1 de soja americana vendida para a China neste ano. Se esse acordo incluir a soja, quem é que vai sofrer mais? Vai ser o agro brasileiro, que vai diminuir as suas exportações da soja.

Então, essa questão estratégica, essa questão da vulnerabilidade do comércio exterior é outro ponto. O senhor sabe que oito produtos brasileiros representam 30%, 40%, 50% da exportação brasileira. Três produtos, minério de ferro, soja, representam 30%, 40% da exportação brasileira. Essa concentração da exportação brasileira em poucos produtos e poucos mercados é inviável, por causa dessas transformações todas, que nós discutimos aqui, que estão ocorrendo no mundo. Então, nessa questão das vulnerabilidades, além dessas três que eu mencionei, há a questão da baixa capacidade tecnológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O agro, por exemplo, para continuar a ser competitivo e entregar o que está entregando hoje, é o setor dinâmico da economia, tudo isso que a gente sabe, vai ter que acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Até aqui foi feito isso, né? Desde a Embrapa até as empresas hoje estão buscando as tecnologias mais modernas. Isso vai ter que continuar, porque, senão, nós vamos perder essa posição que nós ganhamos nesses últimos 10, 15 anos.

E falando da vulnerabilidade também, aí por outro aspecto, nos últimos 15 anos, a área, o eixo da política comercial brasileira, o eixo da economia brasileira se deslocou. Hoje, 50% da exportação brasileira vão para a Ásia; 40% do agro, da soja brasileira vão para a China. Então, nós temos que pensar isso em termos estratégicos. Quer dizer, como é que nesses 15 anos ninguém pensou, nem no setor privado, nem no Governo, que à medida que a nossa dependência comercial muda de eixo, sai do Atlântico, Europa e Estados Unidos e passa para o Pacífico, para a China, numa abertura do Brasil para portos do Pacífico, quando o tempo para a exportação para a China vai diminuir, o frete vai diminuir? Porque hoje nós exportamos para a China via sul da África e via o Canal do Panamá – segundo me dizem, dez dias mais e um custo maior.

Agora, os chineses gastaram quase US$4 bilhões e criaram o Porto de Chancay, no Peru, que vai ser um *hub*, vai ser um porto que vai trazer as mercadorias da China para a região aqui e vai levar as mercadorias aqui da região para a China.

Nós não temos uma comunicação, hoje, terrestre. Tem uma estrada que chega ao Peru, mas é uma estrada rodoviária. Nós não temos uma conexão nem hidroviária nem ferroviária com a maioria dos países vizinhos nossos, né? Agora, está sendo discutida pelo Ministério do Planejamento essa Rota do Norte. É importante. Eu espero que essa Rota do Norte chegue também até o Peru, para que os produtos do Mato Grosso e de Rondônia possam chegar de maneira mais competitiva aos portos do Pacífico.

O terceiro item, como eu mencionei, além dos objetivos nacionais, o Brasil, o que é o Brasil, o terceiro capítulo é o lugar do Brasil no mundo. O lugar do Brasil no mundo tem que ser repensado. Nós não raciocinamos em termos macro, para assim dizer, quando a gente enfrenta essas mudanças tectônicas que estão acontecendo no mundo. O que está acontecendo no mundo hoje não aconteceu nos últimos 80, 90 anos. E nós temos que repensar o que está sendo feito. O Brasil não é um país pequeno, como todos nós sabemos, o Brasil é um continente. É uma das dez maiores economias do mundo.

Como eu defini, o Brasil é uma potência média, deveria ser uma potência média, mas, na minha visão, pela falta desse pensamento estratégico, nós somos uma potência média regional. E, assim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo, a gente está vendo que, em algumas iniciativas aqui na região, o Brasil não está nem sendo consultado. O Brasil perdeu a capacidade de liderar aqui a América Latina.

Eu, na minha carreira, tive a oportunidade de ser o Coordenador Nacional do Mercosul, nos quatro anos iniciais do Mercosul. Naquela época, o Brasil liderava. Não havia uma reunião em que o Brasil não apresentasse uma proposta que a gente conseguia aprovar integralmente, aprovava 80%, mas a gente tinha, o Brasil tinha uma liderança. Vocês se lembram, na área da infraestrutura – que, como mencionei, uma das vulnerabilidades nossas –, havia a IIRSA, o programa de integração regional sul-americano. Isso desapareceu.

Então, nós estamos com essa questão do lugar do Brasil no mundo muito importante. Na minha visão, quando a gente projeta os interesses brasileiros no exterior, a gente tem que começar a pensar aqui dentro, colocar a casa em ordem.

A gente sabe, a competitividade nossa, eu mencionei aqui, não é maior por causa do que a gente chama de custo Brasil. Quer dizer, a Senadora acompanha bem e sabe disso, quer dizer, nós temos... Mesmo o agro, com toda essa capacidade, seria mais competitivo se a casa aqui internamente estivesse em ordem.

Quer dizer, como disse, como Presidente da Abitrigo, eu estou ajudando no meu setor pequeno lá, para a gente simplificar os procedimentos administrativos, para a gente reduzir a burocracia. Essa questão de colocar a casa em ordem passa pelo equilíbrio fiscal, passa pela reforma tributária, pela discussão do papel do Estado na economia.

Enfim, nós temos que enfrentar esses problemas. Eu sei que é muito difícil, eu já mencionei aqui, no começo, que ninguém é ingênuo. A gente sabe das dificuldades pelas divisões que estão hoje no Brasil, nos Estados Unidos, na Europa. É muito difícil a gente pensar nesses termos, nessas questões, em termos políticos, partidários. Ou a gente pensa o Brasil acima desses interesses ideológicos, partidários, ou a gente vai ficar para trás, a gente não vai conseguir resolver esses problemas que têm a ver com a inserção do Brasil no exterior, tanto na área econômica quanto na questão da voz do Brasil nos organismos multilaterais. Nós estamos vendo o enfraquecimento desses organismos internacionais.

O Presidente atual, quando tomou posse, declarou três prioridades da política externa. Uma prioridade que ele mencionou – eu acho que corretamente – é a América Latina, a América do Sul. Foram feitas duas coisas importantes: uma reunião de Presidentes, que foi ofuscada pelo tapete vermelho que se deu ao Maduro antes da coisa, e se perdeu o impacto da reunião presidencial, que seguiu, depois de 20 anos, ao que o Presidente Fernando Henrique fez em 2000 e 2002. Levou 20 anos para a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

convocar novamente os Presidentes daqui da região. E a segunda – já fizemos duas vezes –, essa questão do organismo, do Tratado de Cooperação Amazônica.

Quer dizer, do ponto de vista estratégico do Governo, eu de fora, acompanhando as coisas, achava difícil entender por que, em relação ao Brasil, sendo singularizado quando se discute a Amazônia, o foco de fora para dentro, a percepção externa é de que o Brasil está destruindo a Amazônia. Essa é a percepção externa. E não ocorreu a ninguém colocar esse tratado que foi criado pelo Brasil, a sede é aqui no Brasil, para diluir esse impacto negativo contra o Brasil.

A Guiana Francesa, que é um departamento da França, está fazendo a mesma coisa que o Brasil faz. Os outros países estão fazendo ou fizeram a mesma coisa que o Brasil fez, e nós não conseguimos convocar esse tratado para que os oito países que são os controladores da Amazônia pudessem se pronunciar. Nós ficamos sozinhos defendendo, não é?

O que nós estamos tentando fazer eu já falei, das dificuldades nossas na área da segurança, sobre o que ocorre na Amazônia. E agora nós vamos ter a COP 30, e nós estamos vendo as dificuldades que a gente está tendo para ter uma agenda na COP 30, para desviar o assunto da logística e desviar o assunto do esvaziamento desse tema ambiental por causa das grandes potências, que estão com outras prioridades.

Então, essa questão do Brasil hoje... E quando a gente discute o lugar do Brasil no mundo, com todas essas questões econômicas, comerciais, ambientais, nós estamos diante de um cenário que vai se complicar ainda mais. Por quê? Porque as tensões globais vão continuar, e a tensão principal no mundo hoje, que eu acho que vai ter um impacto muito importante nas próximas décadas, é a tensão entre os Estados Unidos e a China. Quer dizer, não é uma competição como houve na Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Naquela época, o problema era ideológico, era nuclear. Hoje, a competição é econômica, comercial, é tecnológica.

Nós temos que ter a visão como tem a Índia. Eu acho que hoje o país que mais se ajustou a essas transformações – que eu mencionei no início – incríveis que estão acontecendo no mundo é a Índia. A Índia é um exemplo para países como o Brasil, em que nós temos que não aderir a nenhum alinhamento automático, nem a um lado, nem a outro, nem aos Estados Unidos, nem à China, nem aos Brics. A gente tem que ter uma política que coloque os interesses brasileiros em primeiro lugar, independentemente. Você pode em algum momento estar a favor de um lado e, de outro momento, no outro, é o que a Índia está fazendo. Isso nós temos que colocar de maneira muito clara.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o último aspecto que eu vou mencionar sobre o lugar do Brasil no mundo é que a gente tem que ser realista. Quer dizer, o Brasil não tem excedente de poder. Então, ou a gente trata dos interesses nossos diretos na América Latina, aqui dentro, e defende os interesses nossos, os interesses das empresas brasileiras, do agro, do setor industrial; ou a gente vai ficar cada vez mais para trás. Hoje, todos nós acompanhamos a visita do Presidente Trump aos países do Golfo. Hoje, os países do Golfo estão com uma vitalidade e uma estratégia que o Brasil e a América Latina não têm.

Ele não foi lá de graça, ele foi lá porque eles estão associados. Os países do Golfo estão se transformando num centro tecnológico e num centro de negociação diplomática. Eles não foram pedir ao Brasil para fazer a intermediação da guerra da Ucrânia ou da guerra de Gaza. Quem está fazendo a intermediação diplomática é o Catar.

Então, nós temos que ver que o Brasil teria uma oportunidade de ocupar um espaço que não está ocupando por falta dessa visão de médio e longo prazo. Nós vamos ter uma situação de instabilidade econômica, política, eu acho, nas próximas décadas. Então, nós temos que nos preparar para nos ajustar a essa situação internacional; não é para resolver o problema da tarifa agora do Trump, é para ver como este mundo vai se delinear nas próximas décadas por causa da importância que o Brasil tem.

E, para finalizar, o quarto capítulo desse trabalho... Como eu mencionei, o primeiro capítulo é sobre a situação internacional, a ordem econômica, a ordem multilateral; o segundo capítulo é sobre o Brasil, o que é o Brasil; o terceiro capítulo é o da questão do lugar do Brasil no mundo; e o último capítulo é o da estratégia por região. Todos os documentos que eu vi na área internacional, na área dos países – Estados Unidos, França, Inglaterra e tal –, têm que ver, descrevem a posição deles em relação à estratégia por região. E, no caso do Brasil, a principal região nossa – e nós temos que dar prioridade a isso, por isso a América Latina é muito importante – é o hemisfério. Está lá o país mais importante do mundo, o segundo maior parceiro do Brasil em tecnologia, em tudo que a gente sabe.

Estamos vivendo um problema complicado, difícil, que vai ser superado. Ao longo da história, isso vai passar. E nós temos que ver como nós vamos tratar os Estados Unidos nesse mundo dividido também e como nós vamos tratar a América Latina e a América Central.

A segunda região, na minha visão, não é mais a Europa. A segunda região de interesse nosso é a Ásia. Nós temos que ter uma política em relação à Ásia, com mais acordos comerciais, com mais parceiros comerciais. Os senhores sabem que alguns países da Ásia hoje – países que a gente nem sabe onde fica, como Bangladesh – são mais parceiros comerciais do Brasil do que a França, do que a Inglaterra. Bangladesh, Myanmar, Singapura são países mais importantes para nós hoje do que os da África, do que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a França, do que a Inglaterra. Então, nós temos que pensar, em termos estratégicos, nessas parcerias na Ásia.

A Europa, que era a segunda área de importância nossa, por toda a tradição cultural e histórica que a gente teve, hoje é a terceira área, porque ficou atrás dos interesses nossos. Se a gente firmar esse acordo Mercosul-União Europeia, e eu acho que vai ser firmado, a Europa pode voltar a ter importância para nós. Nós temos que ter uma visão estratégica em relação a isso. Eu acho que esse acordo Brasil-Mercosul vai ser mais importante do ponto de vista geopolítico do que do ponto de vista comercial para o Brasil. Então, nós temos que ver sob esse aspecto também.

E a última área, que é uma área em que nós estamos sem nenhuma política diplomática, econômica, comercial, é a África.

Quer dizer, os senhores sabem que nos últimos 10, 15 anos, a China ocupou um espaço muito importante e começou a haver uma reação dos países africanos. Os senhores sabem quem entrou na África hoje e está tão forte quanto a China? A Turquia. Quem que sabe disso aqui no Brasil?

Nós temos possibilidade de prestar assistência técnica, cooperação técnica, eles demandam isso da gente, e a gente podia usar, como os outros países usam, a cooperação técnica para abrir portas comerciais para o Brasil. Quer dizer, a Embrapa, pelo que eu acompanho, está sendo solicitada a fazer isso. E nós não temos uma política.

Lá no Itamaraty – eu já discuti isso lá também –, nós temos a ABC (Agência Brasileira de Cooperação). A Agência Brasileira de Cooperação não tem uma estratégia. Ela recebe pedidos e os atende na medida do possível. A gente devia ter uma estratégia sim, pegar três, quatro países da África, com prioridade para política externa, e fazer programas de assistência técnica para esses países, abrindo as portas junto com o Sesc, Senai, junto com o Governo brasileiro, já que o Itamaraty não tem recurso para fazer isso sozinho, mas teria associado ao setor privado para abrir porta para negociação de exportação de caminhões e equipamentos agrícolas, o que for.

Então, a África mereceria uma atenção maior. Nós já tivemos uma política africana, abrimos muitos canais lá de comercialização, tivemos uma certa influência lá. Hoje, não. Hoje nós estamos fora. A gente, quando fala da África, a gente fala dos problemas culturais, as coisas da escravidão, não é nada disso. Os países estão interessados no mercado de lá. A Nigéria, hoje passou o Brasil em termos de população, e de desenvolvimento econômico, e outros países da África também. Então, nós temos que ter uma política, uma estratégia em relação a cada uma dessas regiões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, com isso eu concluo a apresentação desse documento, que, como eu disse, vai ser apresentado no ano que vem em resumo. Nós vamos organizar isso lá em São Paulo, e em outros estados também, junto com essa plataforma que eu estou discutindo, vamos apresentar isso aos candidatos, para que os candidatos passem a olhar o Brasil não como uma coisa regional, uma coisa segmentada, por interesse, mas que vejam o Brasil com esse potencial que a gente tem para ocupar um lugar e para que o Governo faça programas de Estado.

O que está faltando aqui no Brasil – nós sabemos disso, e aqui nesta Casa, vocês discutem isso... Quer dizer, as políticas são políticas de Governo e, a cada quatro anos, mudam. E tem certas políticas que ficaram, não é? Bolsa Família... São políticas de Estado, ficaram. Elas foram ótimas. Agora nós temos que definir, a partir do próximo Governo, a partir da próxima eleição, quais são os programas de Estado que a gente precisa discutir com a sociedade e manter isso para fortalecer o Brasil internamente e no exterior.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Embaixador Rubens Barbosa, para nós é um privilégio receber as informações que V. Exa. traz nesta manhã de trabalho na Comissão de Relações Exteriores.

Gostaria de agradecer a presença do Senador Marcos Pontes, o nosso astronauta, do Senador Hamilton Mourão, Senador Chico Rodrigues e da Senadora Tereza Cristina.

De pronto, vou passar a palavra ao Senador Marcos Pontes para fazer os questionamentos. E para a gente dar agilidade, vamos fazer em bloco, aproveitando a participação dos outros Senadores, e V. Exa. anota para depois responder em bloco.

Com a palavra o Senador Marcos Pontes.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria inicialmente de parabenizar o nosso Embaixador Rubens Barbosa pela excelente apresentação. Fiz questão de prestar muita atenção em cada detalhe – aliás, eu gostaria de ter uma cópia desse documento também. O senhor trouxe muitos, mas muitos pontos que são essenciais realmente para o país, para o desenvolvimento do país e o posicionamento do Brasil internacionalmente. Como eu vejo... Eu sei que vai parecer que eu estou puxando sardinha para o lado de ciência e tecnologia porque eu era Ministro de Ciência e Tecnologia, mas a gente vê o quanto que a ciência e a tecnologia têm

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância nesse contexto como um todo, do posicionamento do país e do desenvolvimento do país, sendo algo que transcende, porque vai para todas as áreas de desenvolvimento.

A gente nota claramente que todos os países desenvolvidos tiveram uma receita comum, né? Não é questão de região no planeta ou língua, cultura, religião, nada disso. Todos eles investiram em educação focada, ciência, tecnologia e inovação, e ambiente de negócios. Todos eles fizeram isso. Nós precisamos seguir, realmente, como o senhor falou, esse aspecto. Nós temos essa transformação acontecendo no planeta neste momento e nós precisamos utilizar isso como uma oportunidade para o Brasil se posicionar. Logicamente, para isso, de novo, a ciência, a tecnologia, esses fatores têm uma importância muito grande.

O senhor citou uma parte aqui, e, dentro do contexto, como Ministro, muitas vezes eu falei sobre isso com o Presidente também, e a gente nota que isso não é a questão de um governo ou outro, mas o Brasil precisa ter metas, objetivos de longo prazo. Onde o Brasil quer se colocar, o que ele quer ser daqui a 10 anos, 30 anos, 50 anos? Precisa ter isso. E, a partir daí, que a máquina funcione nessa direção, e quem estiver de serviço lá – vamos chamar assim, em linguagem militar –, quem estiver de serviço ali que cumpra a sequência da forma como achar mais adequada, mas para atingir aquele objetivo.

Eu vejo também outro ponto que o senhor falou, com que eu concordo 100%: a polarização, tudo isso aí atrapalha muito porque perde-se muita energia lateral, em vez de focar em objetivos mais pragmáticos para o país como um todo. Em linguagem de astronauta, não dá para decolar faltando o motor do foguete, é preciso ter todos os motores para essa decolagem.

Nesse sentido, só uma pergunta mais simples, o senhor já explicou basicamente tudo, então minha fala aqui não é nem para fazer muita pergunta, mas como o senhor vê esses conflitos acontecendo no planeta de forma isolada, num lugar e noutro? Como isso pode afetar em curto, médio e longo prazo o país? E qual seria, usando a sua experiência como diplomata, o melhor *approach*, a melhor metodologia para o país seguir para não só ajudar no contexto, se possível, mas também se posicionar da melhor forma para o desenvolvimento do país?

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senador Chico Rodrigues, que chegou logo depois do Senador Marcos Pontes, a sua pergunta.

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Para interpelar.) – Acompanhei, apesar de ter chegado com ela já iniciada, a audiência com o Embaixador Rubens Barbosa, mas nós sabemos da sua bagagem, do seu capital intelectual e, acima de tudo, o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele representou para o Brasil como ex-Embaixador do nosso país em Londres, nos Estados Unidos, enfim, e que tem uma visão em perspectiva da situação, da conjuntura atual.

Uma das questões que eu faria seria exatamente em relação ao que o Senador Marcos Pontes fez, esses conflitos, obviamente, isso aí é geopolítica pura, mas como esses conflitos, na verdade, reverberam e influenciam nas decisões de países. O Brasil, por exemplo, tem essa importância geopolítica, geoestratégica para o planeta em termos de alimentação, por exemplo. Nós somos o maior produtor de soja do planeta, ou seja, alimentamos quase 800 milhões de pessoas por dia na derivação de todos os produtos advindos da soja e somos o maior rebanho bovino, portanto, o maior banco de proteína do planeta. Nós temos a população brasileira menor do que a população bovina, ou seja, isso é proteína pura de que o mundo precisa. O Brasil cultiva suas áreas em torno de 70 milhões de hectares – 70 milhões de hectares –, enquanto que a Rússia, China, Índia e Estados Unidos ultrapassam os 200 milhões de hectares. Portanto, nós temos, em praticamente um terço da nossa área cultivada, um desempenho muito maior do que esses outros países que são países de primeiro mundo, enfim, quem dão a regra do jogo da economia global.

Três perguntinhas rápidas que eu gostaria de falar a V. Sa.

O Brasil tem adotado uma política externa que privilegia alianças com países do Sul Global, por outro lado parece que há certo afastamento em relação a parceiros tradicionais. Como essa escolha pode afetar nosso poder de influência em fóruns multilaterais e nas decisões globais? Essa estratégia realmente amplia a relevância do Brasil no cenário internacional ou a compromete?

A segunda pergunta seria: o novo cenário internacional com a política protecionista imprevisível do atual Presidente americano tem empurrado o Brasil em direção ao fortalecimento das relações comerciais com a China. Que desdobramentos podemos esperar em termos de diplomacia e comércio para o Brasil e de que forma isso impactará a vida do cidadão brasileiro comum?

A última pergunta, apenas para que seja autoexplicativa por parte do nosso Embaixador. Diante da nova política comercial dos Estados Unidos, com o aumento de tarifas sobre diversos setores estratégicos, observamos uma intensificação do protecionismo entre as nações. Aparentemente o Brasil ainda não apresentou uma reação firme, nem articulou uma estratégia clara para defender seus interesses ou diversificar mercados. Na avaliação de V. Sa., o que o Brasil pode fazer de forma consistente e estratégica em relação às principais negociações econômicas internacionais? Quais os caminhos possíveis para dirimir esses impasses?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, de uma forma geral, apesar de que tem perguntas que eu fiz que já estão mais ou menos embutidas na sua explicação, é necessário fortalecer, porque os Estados Unidos não podem continuar sendo a palmatória do mundo. Claro que é a nação mais poderosa do planeta. O PIB dos Estados Unidos é superior quase a US$70 trilhões; o da China é US$55 trilhões – sei lá –; e o PIB do Brasil é menos de US$5 trilhões. Então, há uma diferença abismal em termos de concorrência econômica, portanto, de estratégias de políticas internacionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradeço ao Senador Chico Rodrigues.

Senador Mourão; depois, Senadora Tereza Cristina.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Para interpelar.) – Presidente, bom dia; bom dia, caros colegas.

Embaixador Rubens Barbosa, peço desculpa a V. Exa., eu estava na Comissão de Assuntos Econômicos, nós tínhamos um assunto sério lá a ser debatido, não pude assistir ao início da apresentação de V. Exa., mas, pelas partes que ouvi, V. Exa. foi muito lúcido.

Eu tenho uma visão de que hoje existem cinco grandes atores no mundo: os Estados Unidos, obviamente; a União Europeia; a Rússia; a China; a Índia... E nós, Brasil. V. Exa. colocou algumas interrogações no final da sua apresentação. O Brasil, com esse potencial enorme que nós temos, a própria questão do nosso relacionamento com os vizinhos latino-americanos, algo sempre relegado.... Fomos, muitas vezes, separados pela geografia, porque a Amazônia e os Andes sempre foram uma barreira que dificultava essa integração. Há a questão da África, que V. Exa. abordou. Então, foi muito bem colocado tudo.

Acho que hoje nós estamos metidos no meio do conflito Estados Unidos *versus* China. Nos Estados Unidos, o Presidente Donald Trump adotou uma linha de ação no sentido de que tem que reformular a ordem internacional em termos de comércio estabelecida 80 anos atrás. Daí todas essas medidas que ele vem tomando, e nós embarcamos. Ele está usando como biombo a questão interna política que nós estamos vivendo, mas, na realidade, ele quer uma mudança nesse tipo de relação. E, conforme V. Exa. colocou, nós vamos ter que, em algum momento, retomar o relacionamento de uma forma, vamos dizer assim, coerente entre duas nações que têm uma amizade de mais de 200 anos.

Mas hoje o que eu estou vendo – e gostaria de um comentário de V. Exa. – é que a China começa a tomar algumas atitudes nessa guerra. A China detém um instrumento: parcela da dívida pública americana está nas mãos dos chineses. Parece que começa a haver uma retomada, a China passa a se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desfazer desses papéis, e isso vai ter uma influência muito grande, inclusive no nosso agronegócio aqui, Tereza. Então, queria ouvir a sua observação e o que o senhor pensa a esse respeito.

Mais uma vez, obrigado pela sua lúcida apresentação.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Senadora Tereza Cristina, sem antes, porém, deixar de agradecer a participação do Senador Mourão.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para interpelar.) – Muito obrigada, Senador Nelsinho.

Quero cumprimentar aqui o Embaixador Rubens Barbosa, por quem eu tenho a maior admiração pelo seu conhecimento e pelo seu trabalho, a sua bagagem. E o senhor continua ajudando o Brasil com as suas posições lúcidas, com o seu conhecimento, ajudando principalmente o setor produtivo brasileiro.

Sua apresentação... Também não pude estar aqui... Infelizmente, terça e quarta, Embaixador, a gente vive uma loucura aqui, mas já recebi o documento e com o que ouvi eu concordo plenamente. Acho que o Brasil, não só na política internacional, está precisando de projetos que sejam projetos de Estado – tem coisas muito importantes – e planejamento. Não podemos viver como bombeiros, apagando incêndio o tempo todo.

Com certeza, a polarização, hoje deixou temas muito importantes de discussão, de encaminhamento. Eles estão meio escondidos, estão na sombra, mas precisam ser retomados, porque, por tudo o que o senhor colocou aí, o Brasil não pode ficar nessa insignificância que hoje tem no mercado mundial, na geopolítica, inclusive. Não conseguimos hoje liderar a América do Sul, não é? O Brasil não é chamado para todas as mesas. Temos aí, fizemos lá no passado uma política com a África importantíssima, levando tecnologia, essa troca, e hoje o Brasil abandonou isso, perdendo até o trabalho que fez lá atrás.

Com certeza, hoje a Ásia é uma parceira, os países asiáticos são parceiros importantíssimos para o Brasil. E eu tenho que concordar com o Senador Mourão, que a gente não sabe o que vai acontecer nesse novo momento que vive aí o mundo em termos comerciais, os Estados Unidos mudando o normal que nós vivemos aí nesses 80 anos. Hoje, nada que a gente sabia até o ano passado vale para o momento atual. E o Brasil, de novo, na minha opinião, perdendo oportunidades.

Mas eu queria fazer uma pergunta para o senhor bem objetiva. Como é que o senhor destaca... O senhor destaca a relevância do agro brasileiro e a urgência de agregarmos mais valor aos nossos produtos, não é? Mas a gente sabe que o protecionismo internacional frequentemente impõe barreiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao beneficiamento na origem, que é o caso da soja. Todo mundo fala: "Ah, se o Brasil...". Primeiro que a gente não dava conta, porque o óleo e o farelo que... Hoje o farelo até é muito usado, mas a gente tem aí um percentual que inviabiliza pelo tamanho que nós temos hoje. Mas como é que nós poderíamos favorecer a importação de insumos em vez de produtos processados? E diante da atual crise do sistema multilateral de comércio, que medidas o senhor considera prioritárias para reposicionar o Brasil nos elos mais rentáveis das cadeias globais de valor?

Também queria fazer uma segunda pergunta para o senhor. O senhor aponta a necessidade de revigorar e fortalecer o Itamaraty, ficou claro na sua fala, como eixo central da política externa brasileira, especialmente para atualizar a nossa agenda nas instituições multilaterais, recuperar a credibilidade internacional e melhorar a percepção externa do país. Quais medidas concretas o senhor considera essenciais para o fortalecimento institucional? Seria necessário ampliar o orçamento, modernizar a estrutura, investir na formação de quadros ou rever as prioridades diplomáticas?

Essas seriam as minhas duas perguntas.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Para interpelar.) – Embaixador, eu vou fazer a minha. Ela vai ser bem direta, sem aquela roupagem, sem o perfume da diplomacia, que muito nos honra. Mas, se V. Exa. fosse Senador, V. Exa. iria fazer a missão que nós Senadores fizemos nos Estados Unidos?

E a outra pergunta: se V. Exa. fosse o Presidente da República, V. Exa. iria procurar insistir numa conversa de alto nível com o Presidente Trump?

**O SR. RUBENS BARBOSA** (Para expor.) – Eu vou aceitar o desafio, vou começar respondendo às suas perguntas. (*Risos.*)

Bom, eu acho que a missão do Senado aos Estados Unidos foi importante. Eu não imaginava que a missão fosse produzir resultados, tendo vivido lá, sabendo como é que funciona o sistema americano, mas eu achei que foi importante.

Por quê? Porque foi um gesto político, na minha visão, um gesto político do Brasil em relação aos Estados Unidos.

Talvez, Senador, a gente aqui, no Brasil, não pensa, quando discute esses assuntos, nas mudanças que ocorreram nos Estados Unidos. Eu acho que a gente está acompanhando o cenário internacional, que foi tremendamente afetado. Na minha visão, depois de morar cinco anos lá como Embaixador, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que as mudanças que estão acontecendo lá são mais graves e mais profundas e vão ter efeito na sociedade americana e no mundo inteiro.

Voltando, feito esse parêntese, no Congresso americano, hoje, o Partido Democrata está sem ação. É por isso que eu digo: como os Senadores procuraram e encontraram pessoas do Congresso americano do Partido Democrata, eu vi que nada ia acontecer, porque, hoje, a divisão que existe na sociedade americana é muito profunda, e o Partido Democrata está alijado. Eu assisti anteontem àquele grande memorial daquele Kirk, aquele rapaz de 31 anos que morreu, e o Trump falou – e é isto que eu queria acentuar aqui – que ele era um herói, que era isso, aquilo. Ele o elogiou muito e falou: "Eu só tenho uma discordância dele. Ele era uma pessoa que buscava o opositor para conversar, para negociar. Eu não. *I hate my opponents*", ou seja, "eu odeio os meus oponentes". Essa é a mentalidade. Então, quando eu vi nos jornais que o grupo ia encontrar Senadores democratas e um republicano que era contra o Trump, eu falei: "Bom, eu acho que é um gesto político importante e tal, mas não vai ter repercussão".

Agora, eu acho que os senhores plantaram uma semente que foi reproduzida agora, porque um grupo de Senadores apresentou um projeto de lei para que seja declarada a ilegalidade da base jurídica para a imposição de tarifas para o mundo inteiro, inclusive para o Brasil, porque a maioria das tarifas – há outras bases legais, mas a maioria das tarifas – tem como base legal aquela lei de emergência econômica dos Estados Unidos, IEEPA. É claro que é uma coisa ilegal. O Congresso lá deveria opinar pela lei, e o Trump baixou aquilo sem ouvir o Congresso, sem nada. Eu, pessoalmente, acho que o gesto dos Senadores não vai resultar em nada também, porque eles não têm maioria lá, a maioria é do Partido Republicano, mas eu acho que a ida dos Senadores lá foi importante, porque gerou uma contestação dentro do Congresso – é verdade que da oposição, mas gerou. Eles vão discutir isso lá, pelo menos foi importante. Então, essa primeira parte eu achei que foi importante.

Da segunda questão, falando com muitos empresários que estiveram lá em Washington – eu não estive, eu não acompanhei isto lá –, eles ouviram – no dia 9 de julho, quando chegou aquela carta do Trump para o Presidente Lula, que foi recusada – da U.S. Chamber of Commerce, que é a instituição privada mais importante de *lobby*, no sentido americano da palavra, mais importante na defesa dos interesses do setor privado – está lá na carta, na nota que eles deram está escrito – que esperavam que o Brasil enviasse o mais rapidamente possível uma autoridade de alto nível para conversar com a Casa Branca. Está escrito lá na nota dos americanos.

Esse pessoal que esteve lá em Washington ouviu do setor privado e das autoridades americanas – pelo menos uma autoridade ouviu – que o poder hoje está tão concentrado na Casa Branca e, dentro da Casa Branca, no Trump, que não adianta o Departamento de Comércio e o USTR negociar com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso Vice-Presidente aqui, chegar a um entendimento. Não adianta. Tem que conversar com o Trump. Não tem conversa. Lá é assim agora. Não era, agora é.

Então, eu acho que não há alternativa, entendeu? O Presidente Lula falou na ONU, eu não sei o que ele falou, espero que ele não tenha cutucado o Presidente Trump no discurso.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

**O SR. RUBENS BARBOSA** – Espero que não tenha, porque é imprevisível. Foi usada essa palavra aqui. O Presidente Trump é imprevisível. E todo mundo procura chegar até ele.

Vocês viram agora? Não foi só a Índia. Eu gosto de citar a Índia, porque a Índia hoje tem a mesma tarifa que tem o Brasil: 50%. Era 25%, e, por causa da Rússia, o Trump botou mais 25%. São 50%. Logo depois que essa tarifa foi aplicada na Índia, o Modi ligou para o Trump. E continua ligando para o Trump, porque o interesse dele, o interesse da Índia é a redução dessa tarifa. (*Risos.*) Então, não tem saída.

Agora, vocês viram, o Reino Unido é um aliado sempre dos Estados Unidos. Há divergências. Eles conseguiram na base da conversa eliminar a tarifa sobre o aço e sobre o alumínio, que era o principal objetivo deles. Agora, eles fizeram essa festa toda lá que a gente viu na televisão, um jantar oficial lá no Castelo de Windsor e tal, para tocar a vaidade do Presidente Trump, que disse que ele nunca tinha sido homenageado daquela maneira, aquela coisa mais importante da vida dele e tal. O que os ingleses conseguiram? Duzentos e cinquenta bilhões de dólares de investimento de empresas americanas na Inglaterra.

Então, não tem saída, respondendo também diretamente ao que o senhor perguntou, eu acho que não tem saída. A experiência de todos os países, inclusive os países comunistas... A Venezuela agora mandou uma carta para o Trump. O Vietnã tem tarifas de café muito mais baixas do que o Brasil, porque eles falaram lá na Casa Branca com o Trump. Então, não tem saída.

Desde o começo, sabendo como é que funciona lá, eu tenho dito que essa questão do tarifaço americano sobre o Brasil só vai se resolver – quer dizer, a redução dos 25% e os outros também – a um nível mais baixo, quando houver um contato político, diplomático, entre o Governo brasileiro e o Governo americano. Se o Presidente Lula não quiser falar com o Presidente Trump, manda o Vice-Presidente Alckmin falar com o Vice-Presidente Vance, que é importante lá, tem força lá dentro da Casa Branca.

Sem isso, nós vamos continuar do jeito que está, com sanções, como nós vimos ontem, vimos, na semana passada – e eu acho que vem mais por aí –, a autoridades aqui no Brasil. E, dependendo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reação brasileira, eu não descarto a possibilidade de mais sanções comerciais. Então, essa Lei Magnitsky pode pegar bancos aqui no Brasil.

E, na questão comercial, eles podem já, 50%... Pelo que eu vi aí nos documentos do Ministério da Indústria, são 25% da nossa exportação que está afetada, como está agora, pelas tarifas. Isso não vai voltar, quer dizer, agora incluíram o papel, a celulose e o níquel, que aumentaram o nível de produtos brasileiros livres, mas isso não foi por causa da negociação brasileira, foi porque as empresas americanas e o Governo americano acharam que era do interesse deles.

Então, a gente, aqui no Brasil, agora – para encerrar esta resposta –, precisa resolver. Quer dizer, o Governo quer defender as empresas brasileiras, o agro e a indústria ou quer preparar um programa eleitoral para a eleição do ano que vem? É uma decisão do Governo – do Governo. A gente tem que ser objetivo nas coisas, trata-se disso. Isso foi a primeira coisa.

Segunda coisa. Passando a responder rapidamente às perguntas dos Senadores, em relação ao Senador Marcos Pontes, eu acho que esses conflitos estão aí para ficar, podem ter consequências para o Brasil. Eu vou dar um exemplo só: o senhor imagine, nessa tensão entre China e Estados Unidos, a questão de Taiwan e o mar do sul da China. O senhor imagine o que aconteceria para o agro brasileiro se houvesse uma interrupção da livre navegação no mar do sul da China. Os navios ficariam parados, não chegariam à China. Então, eu acho que a gente tem que avaliar isso. Eu imagino... Eu não posso crer que o Governo, alguns setores do Governo não estejam pensando nessas coisas, mas a gente tem que pensar. Então, os conflitos podem ter efeitos fortes sobre o Brasil.

Agora, eu vou aproveitar o Senador Marcos Pontes para mencionar uma outra questão, que eu não mencionei, porque tinha tanta coisa para mencionar. Eu acompanho muito, desde o meu tempo lá em Washington, a questão do programa espacial brasileiro. Quer dizer, nós estamos perdendo, o Brasil está perdendo espaço na base de Alcântara. Eu fui visitar lá, porque eu tenho interesse nisso – fui visitar. Eu não estou nem falando no programa de lançamento de satélites e no programa espacial brasileiro, porque a gente não conseguiu lançar nem a terceira fase de satélites lá. Agora, a base de Alcântara foi utilizada por uma empresa coreana para lançar. Então, quer dizer, a Nova Zelândia abriu agora uma base lá, a Rússia tem outra base não sei onde.

Então, esse programa espacial brasileiro – e o senhor está aqui dentro do Congresso – eu acho que tinha que ser prioridade do Governo brasileiro, é uma prioridade que o Congresso devia atacar, com recursos, com apoio para desenvolver o programa espacial brasileiro. Nós temos alguns contatos com a China, o programa, e a gente tem que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E Alcântara, pelo que eu entendo, é uma das poucas bases do mundo que tem competitividade para lançar minissatélites em cima do Equador. Quer dizer, nós temos uma vantagem aí sobre os outros que a gente não está aproveitando. Por quê? Porque não tem uma política de Estado em relação a isso.

E eu acho também, com a devida vênia, que o Ministério da Aeronáutica teria que abrir mais espaço para a empresa privada brasileira, porque a regulamentação, a Lei do Espaço, os contratos lá para Alcântara, tudo isso é importante, agora tem que engajar a empresa privada.

Eu tenho uma posição – eu trabalhei no Governo há quarenta e tantos anos e agora eu estou há 20 anos no setor privado –: eu acho que chegou o momento de o setor privado assumir, porque, na história econômica brasileira – o senhor sabe, né? –, o setor privado sempre dependeu do Estado brasileiro, fica esperando coisas. Eu acho que chegou o momento de o setor privado se afirmar e dizer que quer fazer isso, fazer aquilo e forçar o Governo.

Essa questão do projeto espacial brasileiro é fundamental. O senhor me desculpe aí por fazer essa intervenção.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Aliás, eu lhe agradeço por trazer esse tema, Embaixador. Isso é extremamente importante.

O que nós temos, neste momento, com Alcântara, e isso abre umas perspectivas muito interessantes... Eu tive a honra, vamos dizer assim, de trabalhar no programa, não só na parte operacional, mas depois lá como Ministro também e aqui no Senado, né? Então, nós criamos uma empresa chamada Alada, que é uma empresa de tecnologia aeroespacial do Brasil. Essa empresa, finalmente criada, é uma empresa... Quando eu falo empresa estatal, já pensam: "é cabide de emprego". Não, a ideia não é essa. É uma empresa ligada ao comando da aeronáutica, que é independente e temporária e tem a perspectiva de, se pegarmos 1% do mercado internacional de micro e pequenos satélites, a gente chegar a US$3 bilhões por ano, o que tiraria o Brasil da situação dramática que sempre vive no programa espacial – e aí é uma falha estratégica –, sempre colocado à berlinda, vamos dizer assim, em termos de orçamento, e a gente pode e precisa, realmente, aqui no Congresso, mudar essa situação, mas, finalmente, já tem isso.

E tem a Lei Geral do Espaço também, de que eu fui o Relator aqui. Essa Lei Geral do Espaço permite a introdução de empresas privadas, fazendo a separação adequada entre militar, civil, empresas privadas e a parte pública, para realmente mudar essa situação do Brasil.

Alcântara está operacional, mas precisa de recurso para se manter, com o acordo de salvaguardas tecnológicas assinado e assim por diante. Mas, novamente, precisa de consistência nos recursos lá. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor tem razão nisso aí. E é um trabalho que tem que ser feito com o apoio daqui, com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação também, assim como com a nossa Agência Espacial, que agora tem realmente função de agência, porque até então era só uma autarquia.

Muito mais lento do que eu queria, mas a gente está avançando no programa.

**O SR. RUBENS BARBOSA** – Com relação aos comentários do Senador Chico Rodrigues, eu acho que, nesse mundo novo que está acontecendo aí, realmente está faltando uma estratégia para o Brasil. Nós estamos reagindo caso a caso. Nós não estamos tendo uma perspectiva tanto para o setor privado quanto para o próprio Governo, na minha visão.

Nós temos que reconhecer essas mudanças que estão acontecendo no mundo.

Como eu disse, eu acho que a gente tem que reconhecer as nossas capacidades e as nossas limitações. Quer dizer, a gente não pode perder tempo em questões em que o Brasil não tem força. A gente tem que reconhecer, quer dizer, o Brasil não é uma superpotência, entendeu?

Então, vamos nos concentrar naquilo que interessa à gente, nessas três áreas que eu mencionei. Vamos nos concentrar naquilo que fortalece o Brasil, nessa área dessas vulnerabilidades que eu mencionei aqui, inclusive a área da defesa, que tem mais, a gente tem o submarino nuclear. É um mundo que, que projetaria o Brasil.

Os senhores imaginem essa questão do submarino nuclear. Há 20 anos que a gente está discutindo isso; agora dizem que vai ficar pronto em 2035 ou 2033. O Brasil vai ser o primeiro país do Hemisfério Sul a ter um submarino de propulsão nuclear; quer dizer, isso aí é um sinal da projeção externa nossa – quer dizer, ninguém está pensando nisso. Esse programa espacial seria outra manifestação na área nuclear; a gente tem um ciclo completo nuclear.

O que a gente não... Como foi dito aqui, o Brasil tem capacidade técnica. Agora, a gente não está direcionando nada disso para um objetivo, que é o desenvolvimento, que é a segurança – a gente não está desenvolvendo. Esse que é o problema que a gente está sofrendo.

Então, eu acho, sim, que a gente tem que agora... E o tarifaço é outro... Como eu mencionei aqui na primeira resposta, qual é o objetivo nosso? É resolver o problema ou atuar politicamente? Tem que resolver. Quer dizer, o que interessa para o Brasil? Eu disse aí no começo que a gente tem que colocar essa discussão acima da discussão ideológica, da discussão partidária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quer dizer, no caso do tarifaço, se coloca esse problema. É o problema de a gente defender o interesse da empresa brasileira, do agro e da indústria. Outros países fizeram... O Brasil é o único país que não conversa com os Estados Unidos no mundo inteiro. Quer dizer, isso interessa ao Brasil?

Então, eu acho que o senhor está correto, temos que ter uma ideologia clara. Eu disse aqui, também, dentro dessa linha, que o Brasil tem que ficar equidistante; não tem que se aliar nem a um lado, nem a outro. Ele tem que procurar – como está fazendo a Inglaterra, como está fazendo a Índia – extrair o maior benefício possível, porque hoje, nessa lei da selva que eu mencionei, o que interessa é o interesse de cada um. Isso sempre foi assim, mas agora, como dizia o alguém lá, o americano, os países não têm amigos, têm interesses. Isso sempre existiu. Agora, está indo para o paroxismo; quer dizer, não tem interesse, não tem nada. Interessa o que eu quero, o que eu quero e ponto final, o que eu posso.

Então, eu acho que essa questão de você ter uma estratégia é muito importante. Por isso que eu digo: nós vamos levar isso para os candidatos a Presidente da República, porque agora você não vai mudar o que já está até aqui. O ano que vem tem eleição, e aí, sim, cabe a nós todos tentar influir nos candidatos para que eles tenham essa visão. Isto nunca se discutiu em eleição nenhuma: qual é o lugar do Brasil no mundo, qual é a estratégia, essa transformação global? Nunca foi.

Eu acho que, pela primeira vez na história nossa política brasileira, política externa vai entrar na campanha eleitoral. É minha convicção, porque você não pode evitar. A coisa está tão grave que essa questão externa vai ser discutida internamente.

Nós nunca... Você se lembra: alguém já disse que o Brasil é uma ilha da prosperidade. Quer dizer, não é ilha da prosperidade nenhuma. Nós estamos no meio dessa briga aí, e, se a gente não defender o nosso interesse, ninguém vai defender.

Quanto ao Senador Mourão, eu acho que a China realmente está crescendo, e ela está cada vez mais se aproximando do poderio americano. Nós vimos o desfile lá, agora, na semana passada, e foi impressionante aquilo. O que me impressionou mais, além da parte técnica, foram os carros sem chofer. Era tudo computadorizado, tudo, todos os carros, tudo. Por isso é que eles estavam alinhados daquele jeito, né? Não tinha uma roda na frente, era tudo igual. Então, eles estão... Eu acho que a competição vai aumentar.

Como eu disse, a guerra fria agora não é a guerra fria, é uma guerra por mercado, por economia, por tecnologia. E eu acho que vai demorar ainda uns 20 anos, 30 anos para que a China se equipare militarmente aos Estados Unidos. Aí, eu, felizmente, já não vou estar mais aqui, mas a gente vai ver o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que vai acontecer. Pela experiência histórica, a Guerra do Peloponeso e tal, a gente sabe que quando uma...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. RUBENS BARBOSA** – Não aconteceu na emergência americana contra o Reino Unido: a transformação de uma hegemonia imperial por outra foi feita sem luta. Mas eu acho que agora, com a China, a coisa pode ser diferente.

Essa questão que o senhor mencionou da dívida pública, pelo último dado que eu vi, a China tinha acho que US$3 trilhões em títulos da dívida pública americana. Pelo que eu soube, pelo que eu conversei, eles não estão fazendo uma venda abrupta, eles estão fazendo uma coisa gradual, porque não interessa a eles também, porque desvaloriza o título deles – se eles jogassem no chão, desvalorizaria o título deles. Então, essa questão é uma vulnerabilidade americana. Das poucas vulnerabilidades americanas, essa é importante, porque, do momento em que eles têm uma política de vender tudo, aí acaba o dólar – né? –, como alguns querem. Não vai acabar o dólar porque o dólar é o dólar, mas se houver essa retirada... Eu acho que não vai haver, porque não interessa à China também. E, com a China, os senhores estão vendo que, agora em outubro, vencem os 90 dias para se concluir a negociação do acordo comercial. Aos dois interessa uma convivência que seja de competição e de cooperação. Então vai acontecer isso, e eu acho que eles não vão retirar todo esse dinheiro, não.

Quanto a...

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – O Trump declarou agora na ONU que vai se encontrar com o Lula na semana que vem.

**O SR. RUBENS BARBOSA** – O Lula declarou?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – O Trump.

**O SR. RUBENS BARBOSA** – O Trump declarou?

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – O Trump declarou, vamos ver...

**O SR. RUBENS BARBOSA** – Então houve o gesto, quer dizer, tinha que haver o gesto, porque, como a gente sabe, quando a gente negocia com alguém – eu, por 40 anos, negociei no Itamaraty –, você sabe com quem que você vai negociar e o que você vai dizer com cada um, não é? Eu acho que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agora deve ter sido feito algum contato lá para que ocorra isso. Isso é bem-vindo, eu acho que é importante.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, só um momentinho para a gente registrar, porque eles vão ter que sair para almoçar.

Nós temos aqui conosco alunos do Senai do Estado de São Paulo, que são justamente equipes internacionais: competem internacionalmente defendendo o Brasil nas competições profissionais da WorldSkills International, que junta centenas de profissões diferentes.

Então, parabéns a vocês, ao Prof. Ademir Redondo, aqui também, parabéns pelo trabalho que vocês fazem. E obrigado pela visita.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Aproveitando também, Senador Marcos Pontes, quero registrar a presença de um corpo estudantil da Universidade de Brasília, que aqui se encontra. É um prazer recebê-los.

V. Exa. deu ibope para a nossa Comissão.

**O SR. RUBENS BARBOSA** (Para expor.) – Bom, com relação às duas perguntas da Senadora Cristina sobre medidas para reposicionar o Brasil, é tudo isso que a gente disse, quer dizer, ter políticas de Estado, cuidar da Casa internamente antes de a gente atuar fora. Eu acho que isso é muito importante. E o Congresso tem uma posição muito importante nisso. Eu acho que acima... E eu agradeço ao Senador Nelsinho Trad, porque a Comissão de Relações Exteriores é estratégica, é de relações exteriores e defesa. Essa discussão aqui, acima de partidos, acima de ideologia, eu acho que é muito importante. O papel da Comissão de Relações Exteriores é muito importante para a gente discutir os temas que interessam ao Brasil, aqui, fora das divergências políticas partidárias.

Em relação à segunda pergunta da Senadora, sobre a questão do fortalecimento do Itamaraty, eu escrevi um artigo, dois meses atrás, que, enfim, teve alguma repercussão aí sobre a tendência dos últimos 30 anos de esvaziamento do Itamaraty. Isso não ocorre só no Brasil, está ocorrendo nos Estados Unidos, está ocorrendo na França, na Inglaterra. Isso não é um fenômeno... Agora, no caso do Brasil, é uma coisa muito importante, porque, quando a gente pensa na política externa brasileira, desde a independência – eu escrevi também um ensaio sobre a política externa de um país independente –, a política externa começou no Brasil antes da independência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente sabe que o Tratado de Madrid, de 1750, é que definiu, basicamente, a configuração geográfica do Brasil. Quer dizer, desde 1750, a diplomacia teve um papel muito importante. E o Itamaraty, eu acho que o fortalecimento do Itamaraty é uma decisão política, porque a política externa aqui, no Brasil, ao longo de 200 anos, teve uma participação muito importante na vida brasileira, no desenvolvimento brasileiro, na projeção externa do Brasil, em tudo o que a gente sabe. E, para voltar a ter força, para ser fortalecida, tem que haver uma decisão política, porque, na Constituição, está: o Itamaraty é o principal assessor – é o principal assessor – do Presidente da República na área da política externa, está escrito na Constituição, e, de uns tempos para cá, perdeu essa capacidade, porque não é mais o principal assessor, na minha visão, do Presidente da República. Ele precisa retomar essa posição e, agora, de maneira mais forte, porque a força do Itamaraty, além dos seus quadros e por tudo que a gente sabe, vem da coordenação.

Na área externa, eu mencionei, na época em que eu fui coordenador do Mercosul, que o Itamaraty exercia a plena coordenação dos assuntos econômicos comerciais na Rodada do Uruguai, na Rodada Doha, naquela época, e aqui na região e no Mercosul.

Então, eu acho que hoje, pela diversificação, pela criação de ministérios, pela não presença de assessores internacionais do Itamaraty nos ministérios, e pela voz de cada um dos ministérios independente, não é? Eu estou pensando no Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Mulher, Ministério... enfim, todos esses ministérios que foram criados, deveriam estar coordenados pelo Itamaraty. Fala, mas tem que ser dentro da política externa, dentro da direção, que é definida pelo Presidente. Hoje cada um fala o que quer. Não tem nenhuma coordenação. E, inclusive, algumas vezes, até contra a posição tradicional do Itamaraty.

Eu acho que o fortalecimento do Itamaraty poderá se dar pela volta da competência de coordenar as ações externas do Brasil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Nelsinho Trad. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS) – Agradecemos ao Embaixador Rubens Barbosa, aos dois Senadores que aqui ainda se encontram. Nós estamos já entrando no final.

Eu vou compartilhar com V. Exa. as perguntas que chegaram do e-Cidadania, para V. Exa., num momento que conseguir, responder aqui, para que a gente possa reencaminhar a todos. Então, eu vou nominar quem fez as perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rhuan, do Rio Grande do Norte; André, de Pernambuco; Fernando, do Rio Grande do Sul; Matheus, do Ceará; Luiz, do Paraná; Cláudio, do Rio de Janeiro; Raíssa, do Mato Grosso; Eurípedes, de São Paulo; Adriel, de São Paulo; o Carlos, de São Paulo; Felipe, do Paraná; Gabriel, de São Paulo; a Lana, do Maranhão; o Bryan, do Mato Grosso do Sul; e Helena, do Rio de Janeiro. Estão entregues a V. Exa.

Cumprida com a sua finalidade, declaro encerrada a presente reunião.

Convido o Embaixador para que se possa se postar aqui na frente para bater uma foto junto com o Senador Mourão e com esse que preside.

Muito obrigado e boa tarde.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 16 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Fernando Farias, Plínio Valério, Confúcio Moura, Efraim Filho, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Rogério Carvalho, Esperidião Amin, Laércio Oliveira e Tereza Cristina, e ainda dos Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim, Augusta Brito e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Veneziano Vital do Rêgo, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Wilder Morais, Beto Faro, Weverton, Jorge Kajuru e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2307, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar os percentuais dessa compensação incidentes sobre o ouro e o ferro." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4223, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir gratuidade na correção do nome do passageiro e na transferência de passagem aérea, bem como direito ao cancelamento de passagem por motivo de força maior." **Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 203, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o art. 4º da Portaria nº 689, de 17 de julho de 2024, do Ministério dos Transportes/Gabinete do Ministro, que disciplina requisitos e procedimentos para enquadramento e acompanhamento de projetos de investimento prioritários no setor de infraestrutura de transportes rodoviário e ferroviário para fins de emissão de debêntures incentivadas e de debêntures de infraestrutura." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e vista concedida. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 319, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto n° 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 1086, de 2024 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para estabelecer margem de preferência para os modelos movidos a biocombustíveis ou a hidrogênio nas compras e locações de veículos automotores, bem como para os biocombustíveis e o hidrogênio verde nas compras de combustíveis para o abastecimento de veículos automotores." **Autoria:** Senador Fernando Farias (MDB/AL). **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Aprovado o substitutivo. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 65, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da Consulta Pública ANP nº 08/2025, que trata da revisão tarifária dos gasodutos de transporte (TAG, NTS, TBG, GOM e TSB), válida para o período de 2026 a 2030." **Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 66, de 2025** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2307/2023, que “altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar os percentuais dessa compensação incidentes sobre o ouro e o ferro”." **Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra os(as) Senadores(as) Esperidião Amin, Laércio Oliveira, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Fernando Farias e Rogério Carvalho. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e três minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Marcos Rogério**
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/02

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Muito bom dia.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de setembro de 2025.

Eu comunico que foi apresentado à Comissão o seguinte documento: Ofício 11, de 2025, por meio do qual o Deputado Federal Delegado Caveira solicita apoio da Comissão para a continuidade do projeto de construção das novas pontes sobre o Rio Tocantins, em Marabá, no Pará.

O documento, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital em caso de deliberações nominais.

Aqueles que não conseguirem registrar seu voto no aplicativo serão chamados para que o declarem verbalmente.

As inscrições para o uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente.

Eu vou chamar os itens 2 e 3.

Do item 4 o Relator pediu a retirada de pauta.

Eu vou, desde logo, já deferir a retirada de pauta, a pedido do Relator, do item 4.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 4**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 319, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto n° 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.*

**Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:** *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*)

O Senador Esperidião Amin me solicitou a inversão dos itens 2 e 3, de sua relatoria.

Não havendo objeção, fica, portanto, deferido o pedido.

Portanto, anuncio o item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 2**
**PROJETO DE LEI Nº 4223, DE 2024**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para instituir gratuidade na correção do nome do passageiro e na transferência de passagem aérea, bem como direito ao cancelamento de passagem por motivo de força maior.*

**Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA)
**Relatoria:** Senador Esperidião Amin
**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo
**Observações:**
*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.*
*2. Em 15/07/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

Uma vez que o relatório já foi lido, eu consulto o Senador Esperidião Amin se gostaria de fazer uso da palavra para acrescentar algo ao relatório para que possamos proceder à votação.

V. Exa. tem a palavra pelo sistema remoto.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, em primeiro lugar, eu quero dar um bom dia a todos, cumprimentá-lo e agradecer pela deferência de propiciar que eu tente encerrar a tramitação desses dois itens.

Vamos ao 2.

Eu já li o relatório, como já foi dito. Houve pedido de vista, a matéria continua merecendo de minha parte o teor do voto que eu expressei no dia 15 de julho, como já foi mencionado.

Diante do exposto, continuo defendendo a aprovação, na forma do substitutivo que apresentei e que fiz conhecer... Dei conhecimento deste texto à Senadora autora, Ana Paula Lobato, de forma que eu me submeto à sua orientação regimental. E acho que devemos votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Para fazermos uma votação com os dois itens de V. Exa., eu já vou apregoar o segundo item de V. Exa., e faremos a votação em conjunto desses dois itens.

**ITEM 3**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 203, DE 2025**
**- Não terminativo -**

*Susta o art. 4º da Portaria nº 689, de 17 de julho de 2024, do Ministério dos Transportes/Gabinete do Ministro, que disciplina requisitos e procedimentos para enquadramento e acompanhamento de projetos de investimento prioritários no setor de infraestrutura de transportes rodoviário e ferroviário para fins de emissão de debêntures incentivadas e de debêntures de infraestrutura.*

**Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)
**Relatoria:** Senador Esperidião Amin
**Relatório:** Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Observações:** *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para leitura do seu relatório.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, neste caso, eu não tinha, pelo que me recordo aqui, feito a leitura, de forma que vou proceder à leitura do parecer da matéria já anunciada por V. Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Perfeitamente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – O projeto de decreto legislativo que tratamos aqui e que está sendo examinado tem por objetivo sustar o art. 4º da Portaria nº 689/2024, que emana do Ministério dos Transportes, do Gabinete do Ministro. Ele tem por objetivo revogar ou suspender a vigência dessa portaria que impôs restrições adicionais aos projetos de ferrovias autorizadas, em especial a exigência de licença ambiental prévia como condição para enquadramento prioritário, o que não encontra respaldo na Lei nº 14.273, de 23 de dezembro de 2021.

Em seu entendimento, o proponente, nosso querido Senador Zequinha Marinho, Presidente da Frente Parlamentar das Ferrovias Autorizadas, demonstra, satisfatoriamente, a meu ver, que a medida em questão viola o princípio da legalidade (art. 5º, II, da Constituição Federal) e cria discriminação indevida entre ferrovias públicas e privadas, o que desestimula investimentos pelo setor privado. Sustenta o autor que a exigência de licença prévia como condição para o enquadramento como projeto prioritário pode gerar entraves burocráticos à emissão de debêntures incentivadas, comprometendo a captação de recursos.

Finalmente, argumenta que, sendo a infraestrutura ferroviária estratégica para o país, é necessário adotar políticas que estimulem sua expansão, principalmente por meio da iniciativa privada. O PDL tem por objetivo, portanto, garantir isonomia regulatória e segurança jurídica para os investidores privados.

Não foram apresentadas emendas.

A atual proposição – agora passo à análise –, do ponto de vista formal, encontra fundamento no disposto no art. 49, inciso V, da Carta Magna, que estabelece a competência privativa do Congresso Nacional para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Quanto à juridicidade e à regimentalidade da proposição, não há óbices, uma vez que a sustação do ato editado pelo Poder Executivo mediante decreto legislativo está em conformidade com o inciso II do art. 213 do Regimento Interno do Senado Federal.

No que se refere ao mérito, o mencionado art. 4º da portaria estabelece restrições não previstas no diploma legal que instituiu o regime de autorização de ferrovias, a já mencionada Lei nº 14.273.

A sustação do art. 4º tem por objetivo tornar equivalentes – nem para bem nem para mal, nem acima nem abaixo – os processos de enquadramento de projetos ferroviários privados e públicos como prioritários.

As ferrovias autorizadas poderão transformar o cenário do transporte ferroviário brasileiro. Ao impulsionar a expansão da malha, serão capazes de reforçar a competitividade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transporte ferroviário com o transporte rodoviário, promovendo ganhos ambientais e facilitando a integração logística.

As debêntures de infraestrutura são instrumentos fundamentais para viabilizar a construção de novas ferrovias no Brasil, especialmente em um cenário de limitação orçamentária do setor público.

Ademais, considerando que a obtenção de licenças ambientais é um processo complexo e demorado, tal exigência, exclusivamente para os projetos de autorização, pode representar – a meu ver, certamente representará – um entrave significativo para a captação de recursos destinados à construção de ferrovias privadas.

Por isto, voto, em nome do interesse público, pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 203, conforme propõe o Senador Zequinha Marinho.

E acrescento: na semana passada, eu participei da reunião que formalizou a frente parlamentar, presidida pelo Senador Zequinha Marinho. Ora, o déficit que nós temos, o déficit acumulado que nós temos em termos de investimentos em ferrovias é mais do que expressivo: é comprometedor para o desenvolvimento do Brasil. E o risco que existe para as ferrovias concessionadas, ou seja, as ferrovias que ainda estão sob concessão pública, tem que ser o mesmo risco daquelas autorizadas, que é um regime de vinculação menos burocratizado e mais pulverizado e pode abranger, inclusive, pequenos trechos de interesse absolutamente privado. Portanto, é uma questão de paridade.

Este é o voto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Esperidião Amin.

Lido o relatório, em discussão a matéria.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Fernando Farias.

**O SR. FERNANDO FARIAS** (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AL) – Eu gostaria de pedir vista desse processo.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Vista solicitada e regimentalmente deferida ao Senador Fernando Farias... Vista coletiva à Comissão.

Portanto, com o pedido de vista, a matéria cumprirá o rito regimental e voltará à pauta na próxima sessão deliberativa.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – É regimental, como V. Exa. frisou e nós todos sabemos, e é bem-vindo o pedido de vista, porque ele permitirá o esclarecimento da questão de maneira mais ampla e irrestrita.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Portanto, vou submeter à votação o item 2, que já tinha pedido de vista e não houve acréscimo por parte do Relator, portanto, a matéria permanece como o relatório apresentado pelo eminente Relator. O item 2 é o Projeto de Lei 4.223.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto nos termos do substitutivo.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pela ordem, Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É que cheguei um pouco atrasado. Eu só queria... Eu estive até conversando com o Senador Amin sobre esse projeto aí, sobre poder transferir as passagens. Eu não sei como é que vai ser o regulamento, se vai ser feito através da Anac, como é que se vai regulamentar isso, mas eu quero sempre frisar que uma grande preocupação nossa é a de que muitas pessoas possam comprar, Presidente, passagens e virar cambista, como é com jogo de futebol. Eles podem ir lá e comprar as passagens. Então, nisso vai ter que ter uma cautela, um regulamento, para ver como... Não sei se é a Anac que vai regulamentar, se vai ter uma quantidade de passagem que vai poder ser transferível ou como vai funcionar lá dentro a regulamentação.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. É uma observação pertinente e penso que será endereçada realmente à agência reguladora, a Anac, porque é um tema que interessa ao consumidor, mas o setor precisa também dessa cautela.

O item 1, Projeto de Lei 2.307, não terminativo... O item 1 é de relatoria do Senador Mecias de Jesus. Ele não está presente e remotamente ainda não conseguimos contato. Eu vou, com a compreensão do Plenário, passar ao próximo item, enquanto a gente tenta contato com o Senador Mecias de Jesus, que é o Relator titular dessa matéria.

Portanto, do item 3, houve vista concedida.

O item 4, a pedido do Relator, foi retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 4**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 319, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Susta os efeitos dos §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 7º e 8º do art. 2º do Decreto n° 12.068, de 20 de junho de 2024, que regulamenta a licitação e a prorrogação das concessões de distribuição de energia elétrica de que trata o art. 4º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamenta a Lei nº 8.631, de 4 de março de 1993, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e a Lei nº 9.472,*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*de 16 de julho de 1997, estabelece diretrizes para a modernização das concessões de serviço público de distribuição de energia elétrica, e altera o Decreto nº 62.724, de 17 de maio de 1968, o Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, e o Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004.*

**Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

**Relatoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:** *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

O item 5 é em turno suplementar.

**ITEM 5**
**TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO OFERECIDO AO PROJETO DE LEI N° 1086, DE 2024**
**- Terminativo -**

**Ementa do Projeto:** *Altera a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, para estabelecer margem de preferência para os modelos movidos a biocombustíveis ou a hidrogênio nas compras e locações de veículos automotores, bem como para os biocombustíveis e o hidrogênio verde nas compras de combustíveis para o abastecimento de veículos automotores.*

**Autoria do Projeto:** Senador Fernando Farias (MDB/AL)

**Relatoria:** Senador Cid Gomes

**Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo

**Observações:**

*1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer "Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAE".*

*2. Em 15/07/2025, foi aprovado o substitutivo oferecido ao PL 1086/2024, ora submetido a turno suplementar nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.*

*3. Ao substitutivo poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo substitutivo integral. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.*

O Senador Cid está conectado ou não? (*Pausa.*)

Não.

Eu indago à Secretaria da Comissão se houve a apresentação de emenda, algum acréscimo ao projeto. (*Pausa.*)

Nesse caso, nos termos do art. 284 do Regimento do Senado Federal, é considerado, portanto, aprovado o substitutivo sem necessidade de uma nova votação.

Portanto, eu apenas comunico ao Plenário, nos termos do art. 284, uma vez não tendo nenhuma emenda apresentada, que dou como aprovado, em turno suplementar, o Projeto de Lei nº 1.086, de 2024. Portanto, este é o resultado: aprovado, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Laércio Oliveira.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Cumprimentando V. Exa., Senador Marcos Rogério, dou bom dia para meus colegas Senadores aqui presentes e todos os que estão conosco aqui na nossa Comissão de Infraestrutura.

Presidente, eu encaminhei à mesa um requerimento e queria consultar V. Exa. se é possível a gente colocar esse requerimento como extrapauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não havendo objeção, fica acolhido o apelo do Senador Laércio Oliveira de inclusão em pauta do requerimento apresentado.

O item 1, que está na pauta... O Relator... Não conseguimos contato com o Relator. Como é a primeira vez que nós estamos submetendo à apreciação a matéria, eu vou fazer a retirada dessa matéria da pauta, recolocando-a na próxima sessão deliberativa da Comissão de Infraestrutura. Aí o Relator terá oportunidade de se manifestar.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 1**
**PROJETO DE LEI Nº 2307, DE 2023**
**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar os percentuais dessa compensação incidentes sobre o ouro e o ferro.*

**Autoria:** Senador Carlos Viana (PODEMOS/MG)

**Relatoria:** Senador Mecias de Jesus

**Relatório:** Pela aprovação com emendas

**Observações:** *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.*)

Requerimento 65, do Senador Laércio Oliveira.

**EXTRAPAUTA**
**ITEM 6**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 65, DE 2025**
**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art.93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os impactos da Consulta Pública ANP nº 08/2025, que trata da revisão tarifária dos gasodutos de transporte (TAG, NTS, TBG, GOM e TSB), válida para o período de 2026 a 2030.*

**Autoria:** Senador Laércio Oliveira (PP/SE)

Indago a V. Exa. se quer encaminhar a matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – V. Exa. tem a palavra.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para encaminhar.) – Gostaria, Sr. Presidente, porque é uma concordância de V. Exa., não estava na pauta e acho que eu tenho o dever de trazer luz a esse requerimento na manhã de hoje. É um requerimento que trata sobre as transportadoras de gás natural.

Nós enfrentamos, no Brasil, uma questão muito complexa com referência ao preço do gás. E, muitas vezes, a sociedade entende que o preço do gás é só a molécula, e não é só isso. A molécula é apenas parte do custo final do gás. E a verdade, Presidente, é que nós temos um custo do gás por milhão de BTUs extremamente caro no país, talvez o gás mais caro do mundo. E a gente precisa conhecer a composição do custo desse milhão de BTU do gás natural, porque a gente precisa de competitividade nesse mercado.

Então, a ideia de promover esta audiência pública é para ouvir do setor como se forma o preço do milhão de BTUs do gás. Então, esse requerimento é nesse sentido. Inclusive, eu apresento a V. Exa. os atores que fazem parte desse setor, para que eles participem em audiência pública e a gente possa discutir e definitivamente encontrar uma solução para que a gente torne o nosso gás competitivo no Brasil.

A perspectiva é de quase 100 milhões de BTUs de gás por dia, com as novas descobertas, sem falar na Margem Equatorial. Então, a gente precisa tornar esse gás competitivo para a indústria, para que a gente consiga, de fato, ter um combustível competitivo dentro dessas áreas.

Então, o encaminhamento do requerimento é nesse sentido, e agradeço a V. Exa. ter permitido essa explicação, para que todos entendessem o propósito da audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. e o cumprimento pela iniciativa. É um tema realmente importante e sensível para todo o Brasil.

Para discutir, Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Muito bem colocado, Senador Laércio Oliveira.

Quero dizer para vocês que, quando surgiu o gás natural, a gente achava que ia resolver definitivamente o problema da indústria, porque ia diminuir a queima de resíduo e ia diminuir o custo para as indústrias, mas aí veio novamente, em cima do gás natural, a carga tributária. A carga tributária impediu, principalmente nos estados que são mais industrializados, que usam o gás natural, que é o Estado de São Paulo, Minas, Santa Catarina, Rio Grande do Sul... E aí o que aconteceu? Aconteceu que começou a inviabilizar novamente.

E o gás natural, você lembra, lá onde era feita a exploração, em Urucu, lá no Estado do Amazonas, Senadora Tereza, era para geração de energia. Praticamente o gás queima no ar, era um fator energético praticamente de presente, de graça. Infelizmente, não evoluiu, não foi à frente, e sabemos que, mesmo em automóvel, ele é menos poluente do que a gasolina. Infelizmente, não andou, e a carga tributária talvez seja o que afeta e chega a inviabilizar o gás natural.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa..

Continua em discussão.

Senadora Tereza Cristina.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – Muito obrigada, Presidente.

Bom dia, caros colegas.

Eu queria subscrever o requerimento que está sobre a mesa para uma audiência pública para o Projeto nº 2.307, de 2023, que altera a Lei 8.001, de 13 de março de 1990, que é sobre percentuais de distribuição da compensação financeira e para aumentar o percentual do Cfem, enfim, dos impostos sobre mineração.

Então, eu subscrevo o requerimento do Senador Chico Rodrigues.

Bom, colaborando com a fala aí... E, quanto a essa audiência pública, meu querido amigo Laércio, eu acho importantíssima. Nós precisamos mesmo nos debruçar, entender o que acontece. Quando a gente teve o marco regulatório do gás, todo mundo achou que o gás no Brasil ia explodir, que nós íamos conseguir, finalmente, uma molécula mais barata para que a indústria pudesse usar. O Brasil é um grande produtor de gás natural, mas não conseguiu, até hoje, colocar isso na sua matriz energética para gerar benefício.

Nós mesmos, você que tem grande atuação no Profert, falando aí de adubo, de insumos para a agricultura, o nitrogênio é fundamental. E vem de onde? Do gás. E nós, hoje, somos altamente dependentes da importação.

Num momento deste, em que vivemos de tarifaço, de uma mudança no comércio internacional, a nossa segurança nacional precisava cuidar desses projetos. Então, o gás é supernecessário para fazer a ureia e o sulfato de amônia, enfim, todos os derivados de nitrogênio que são feitos através do gás. Então, muito oportuno.

Parabéns, estamos juntos aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço à Senadora Ministra Tereza Cristina.

Tem mais um requerimento, o Requerimento nº 66, que é de autoria do Senador Chico Rodrigues, foi subscrito pela Senadora Tereza Cristina. Portanto, a exemplo do que fiz com o requerimento do Senador Laércio Oliveira, também coloco extrapauta para apreciação. Ele diz respeito ao item 1 da pauta de hoje.

Então, faremos a votação em globo dos dois requerimentos.

**EXTRAPAUTA**
**ITEM 7**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 66, DE 2025**
**- Não terminativo -**

*Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2307/2023, que "altera a Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, para aumentar os percentuais dessa compensação incidentes sobre o ouro e o ferro".*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Chico Rodrigues (PSB/RR) e outros

Propõe para a audiência pública a presença dos seguintes convidados:

- representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
- representante da Agência Nacional de Mineração (ANM);
- representante do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem);
- representante do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram).

Portanto, são as sugestões apresentadas pelo Senador Chico Rodrigues. Eu indago se algum Senador quer acrescentar ou sugerir algum outro nome.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para discutir.) – Não, eu só quero...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Quero dizer que eu concordo com o que a Senadora Tereza Cristina falou.

E outra coisa: tem que ser discutida essa matéria em uma audiência pública, porque tem tributos aí que estão dobrando. Por exemplo, o caso do ouro, de 1,5 para 3; o ferro, de 3,5 para 7.

Então, nós temos que... Não é só resolver o problema de finanças dos municípios, dos estados, nós temos que ver a nossa competitividade no mercado internacional.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Continua em discussão.

Senadora Tereza Cristina.

**A SRA. TEREZA CRISTINA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - MS. Para discutir.) – E também resolver o problema da Agência Nacional de Mineração, que é uma vergonha. Não tem gente para trabalhar. É uma agência que tem muitos estudos, uma agência competente, mas você tem três pessoas para fiscalizar o minério do Brasil.

Então, é um absurdo isso. Ou nós olhamos isso de maneira séria ou nós vamos ficar aqui fazendo audiência pública, discutindo este assunto e não vamos para a frente.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente, com sua permissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Laércio.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Para discutir.) – A Ministra Tereza tocou num assunto muito sensível, e a gente tem um projeto apresentado sobre isto, que é o resgate da autonomia das agências reguladoras.

O senhor, inclusive, é um Senador comprometido com esta pauta, o senhor promoveu uma audiência pública aqui extremamente importante.

Ontem, eu estive na Anac. Se a situação já é caótica, o orçamento do próximo ano foi reduzido de novo, e eles querem fazer, dentro do caos, uma redução, precisam fazer uma redução de 60% na capacitação das pessoas envolvidas com a aviação civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As informações são as piores possíveis com referência à situação das agências.

A ministra colocou a questão da Agência Nacional de Mineração, e a situação dessa agência se repete em quase todas as agências.

Então, tem um projeto tramitando aqui nesta Casa. A gente precisa se dedicar a este assunto para a gente resgatar, de fato, a autonomia das agências reguladoras, como muito bem lembrado pela Senadora Tereza.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço V. Exa. O projeto de V. Exa. é um projeto meritório, que terá, por parte desta Presidência, todo o cuidado na tramitação, porque é uma matéria realmente importante para o resgate do papel das agências reguladoras.

Ele ainda está na Mesa do Senado. Inclusive, V. Exa. já solicitou o despacho, e eu também o solicitei, mas ainda não veio a esta Comissão.

Vamos, novamente, pedir ao Presidente Davi que priorize o despacho às Comissões para a tramitação da matéria.

Eu indago se há mais algum Senador que queira discutir.

Não havendo mais quem queira discutir, encerrada a discussão.

Submeto à deliberação os dois requerimentos apresentados.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Laércio Oliveira.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Pela ordem.) – Eu tenho uma informação aqui extraoficial, para confirmar com a competente equipe desta Comissão de Infraestrutura, que o PLP 73, que é o que trata da autonomia das agências, já foi distribuído e já está aqui na Comissão de infraestrutura.

A gente pode checar isso? É só uma informação que eu recebi aqui agora, só para confirmar. Se estiver, melhor ainda.

E eu gostaria muito, muito, muito que V. Exa. fosse o Relator desse projeto.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa. a informação. Vou checar se realmente já está no sistema.

O PLP 73, Projeto de Lei Complementar nº 73, já está no âmbito da Comissão.

Portanto, eu vou acolher, com muita honra, a sugestão de V. Exa. e vou avocar a relatoria dessa matéria, atendendo ao pedido do autor.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Eu aprovo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Muito obrigado. Obrigado a V. Exa.

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Rogério Carvalho, Líder.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE. Pela ordem.) – Eu cheguei um pouco atrasado para essa discussão, mas essa discussão é extremamente importante.

Eu sei que a intenção do Senador Laércio é a melhor possível, é, de certa maneira, tornar as agências mais eficientes no seu propósito, mas a gente tem um problema que a gente precisa observar: a autonomia, no caso que a gente tem que construir, é a autonomia das agências em relação ao setor regulado. As agências foram capturadas pelo setor regulado. Se nós pegarmos a Anac, a gente vai ver que ela está a serviço do setor regulado. Se a gente pegar a ANM, está a serviço do setor regulado e não a serviço do interesse público, do interesse da mineração, do interesse da aviação civil. A maioria das agências não está a serviço do interesse público, nem do país, elas estão a serviço dos setores regulados, que se apropriaram dessas agências. Então, a gente precisa tomar cuidado, porque toda vez em que a gente vai discutir agência, o pior é este ou aquele Governo de plantão. Não, independentemente de Governo, essas agências foram capturadas pelo setor regulado. A gente precisa observar isso, porque, enquanto a gente não observar isso, a gente vai estar criando problemas para o país e para a população.

Outra questão que, no passado, foi muito forte aqui: a ideia de autorregulação. Por exemplo, essa crise das *fintechs* no Estado de São Paulo agora, essa operação é fruto da ideia da autorregulação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ROGÉRIO CARVALHO** (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - SE) – Não, quando eu falo São Paulo, é porque a operação se concentrou maior em São Paulo, certo? Não necessariamente é uma operação nacional, envolve dez estados...

Então, a gente precisa tomar cuidado com isso. Nós precisamos, de forma desprovida de uma ideologização exacerbada, olhar para determinados processos para que a gente ajude o nosso país e não fortaleça determinados setores que são regulados e que controlam o Estado de acordo com os seus interesses mais particulares.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Esse tema é um tema que V. Exa. tem abordado recorrentemente não só aqui na CI, mas também lá na CCJ já vi V. Exa. se manifestar sobre ele e é um alerta, uma advertência absolutamente pertinente. Talvez, até no curso da instrução dessa matéria do Senador Laércio Oliveira, a gente possa aprofundar essa discussão e encontrar algum caminho para explicitar na lei algo que dê esse comando, essa diretriz de forma mais assertiva com relação ao papel das agências.

Eu sempre fui um defensor do papel das agências, do empoderamento financeiro das agências, porque hoje não adianta ter agência que se diz autônoma, mas não tem orçamento. Não dá.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, você tira o braço, o braço executivo da agência quando você não dá orçamento. Tem agência que só com as taxas que tem e que são vinculadas ao papel, o poder de polícia que tem a agência reguladora, seria autossuficiente.

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – Todas, Presidente. Todas as agências.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Exato.

E qual é a distorção? A distorção é que essa arrecadação que é fruto das taxas vai para o Tesouro. E a taxa é um tributo que tem uma característica diferente, é vinculada. É diferente do imposto, que é livre. A taxa, não, a taxa é vinculada. Então, essa discussão está em curso.

Inclusive, nós envolvemos, trouxemos para o debate na audiência pública que aqui realizamos o Tribunal de Contas da União, pedimos que ele se manifestasse também com relação a isso, e eu espero que a gente tenha, por parte daquela Corte de Contas, também uma manifestação no sentido de assegurar aquilo que é básico, aquilo que é elementar, mas que não está sendo cumprido neste momento, deixando as agências numa situação realmente de penúria financeira.

Portanto, feitas essas considerações, eu indago se há mais algum Senador que queira acrescentar algo. (*Pausa.*)

Não havendo, antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro, Sergio Moro, Nelsinho Trad, Lucas Barreto, Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Beto Faro, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Esperidião Amin e Mecias de Jesus, e ainda do Senador Jorge Seif, não-membro da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana, Plínio Valério, Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro, Margareth Buzetti, Weverton, Jorge Kajuru e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 203, de 2025 - Não Terminativo -** que: "Susta o art. 4º da Portaria nº 689, de 17 de julho de 2024, do Ministério dos Transportes/Gabinete do Ministro, que disciplina requisitos e procedimentos para enquadramento e acompanhamento de projetos de investimento prioritários no setor de infraestrutura de transportes rodoviário e ferroviário para fins de emissão de debêntures incentivadas e de debêntures de infraestrutura." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 4199, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal." **Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 4, de 2025 - Terminativo -** que: "Institui a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Navegação Brasileira." **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 67, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de debater a proposta de privatização dos serviços de água e esgoto no Estado de Rondônia, atualmente prestados pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd)," **Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Foi incluído verbalmente um representante do BNDES no Requerimento. Fazem uso da palavra os Senadores Esperidião Amin, Jaime Bagattoli, Mecias de Jesus e Zequinha Marinho. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dezoito minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senador Marcos Rogério**
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/09

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, sob a proteção de Deus, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de setembro de 2025.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Aviso 775/2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de monitoramento das recomendações exaradas de acórdão que tratou de auditoria operacional sobre a política tarifária do setor elétrico.

Aviso 800/2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de relatório de auditoria operacional realizada na Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., estatal brasileira criada no contexto do Programa Nuclear Brasileiro e vinculada ao setor nuclear e de defesa, que teve como objetivo avaliar a sua situação econômico-financeira, em especial quanto às condições de sustentabilidade da estatal e ao cumprimento de sua missão institucional.

Aviso 857/2025, do Tribunal de Contas da União, que trata de acompanhamento a respeito das ações dos órgãos responsáveis pelos trâmites referentes às mudanças do hidrograma da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, respectivo à vazão do trecho de vazão reduzida na Volta Grande do Xingu, em especial do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e do Ministério de Minas e Energia, e suas consequências no setor elétrico brasileiro.

Ofício nº 7/2025, da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN), por meio do qual solicita que a ANSN possa ser incluída no âmbito das discussões do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2025, de modo a contribuir com subsídios técnicos e jurídicos para o aperfeiçoamento do texto legal e para que o Parlamento disponha de elementos claros sobre os impactos regulatórios da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os documentos, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal, estarão disponíveis para consulta no *site* da Comissão pelo prazo de 15 dias, podendo qualquer membro deste Colegiado solicitar a autuação nesse período.

Comunico ainda o arquivamento dos documentos que tiverem seu prazo de consulta encerrado.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão.

**ITEM 1**
**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 203, DE 2025**
**- Não terminativo -**

*Susta o art. 4º da Portaria nº 689, de 17 de julho de 2024, do Ministério dos Transportes/Gabinete do Ministro, que disciplina requisitos e procedimentos para enquadramento e acompanhamento de projetos de investimento prioritários no setor de infraestrutura de transportes rodoviário e ferroviário para fins de emissão de debêntures incentivadas e de debêntures de infraestrutura.*

**Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PODEMOS/PA)

**Relatoria:** Senador Esperidião Amin

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*1. A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.*

*2. Em 02/09/2025, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.*

O relatório já foi lido, e foi dada vista coletiva.

Nós estamos dependendo de um para o início da deliberação das matérias.

Eu farei...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – O senhor permite, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não, Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Como Relator.) – Pela ordem, só para esclarecer que o pedido de vista é regular, normal, regimental e foi oferecido.

Quero dizer que tenho absoluta convicção da correção do PDL. Não tenho nada mais a acrescentar.

Fico à sua disposição, quando houver o quórum para deliberação, mas, na certeza de que o ato do ministério, a Portaria 689, estabelece dois pesos e duas medidas; ou seja, um tratamento para as ferrovias concedidas e um tratamento diferente e restritivo no campo da atuação para as autorizadas. Exige o estudo de impacto ambiental, ou seja, que as licenças ambientais sejam concedidas antes da emissão de debêntures conversíveis em ações, que é o expediente natural para se tocar um projeto, incluindo as licenças ambientais que ele requeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só reitero os termos do parecer que já apresentei e fico no aguardo. Se algum companheiro, se algum colega Senador ou Senadora quiser algum esclarecimento adicional, eu estou à disposição, mas acho que vou convencer até o Senador Bagattoli a votar a favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin, e o cumprimento pelo relatório apresentado.

Portanto, indago se há mais alguém que queira discutir. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O item 2 é do Senador Mecias, que não chegou ainda. Então, eu vou sobrestar o item 2. Se chegar, a gente coloca; se não, a gente redesignaria para a próxima reunião, com a presença do Relator ou de um relator *ad hoc*.

**ITEM 3**
**PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 4, DE 2025**
**- Terminativo -**

*Institui a Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Navegação Brasileira.*

**Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO)

**Relatoria:** Senador Jaime Bagattoli

**Relatório:** Pela aprovação

Concedo a palavra ao Senador Jaime Bagattoli, para a leitura do seu relatório.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Quero cumprimentar aqui o Senador Amin e dizer que eu vou pensar bem no que eu vou fazer, mas, como você é catarinense, eu vou ajudá-lo.

Presidente, eu vou direto para a análise.

A constituição de frentes parlamentares baseia-se, essencialmente, na liberdade de organização política no âmbito do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar em adição às tarefas típicas das atividades legislativas e de fiscalização. Embora não haja previsão explícita no Regimento Interno do Senado Federal a respeito da criação de frentes parlamentares, não vemos obstáculo regimental à sua criação, que tem por objetivo proporcionar a atuação mais articulada dos Parlamentares em torno de temas de interesse comum. Salientamos que há várias frentes em funcionamento tanto nesta Casa quanto na Câmara dos Deputados.

A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade e foi redigida de acordo com a boa técnica legislativa. Portanto, não identificamos óbices à aprovação da matéria em relação a esses aspectos.

Não há, no texto do projeto, a instituição de despesas sem a devida indicação de fonte de custeio, nem a criação de órgãos ou cargos que impliquem aumento de dotação orçamentária, não havendo, por conseguinte, qualquer afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Serviços de Infraestrutura opinar sobre matérias pertinentes a "transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes", além de "outros assuntos correlatos". A instituição de uma frente parlamentar dedicada ao desenvolvimento da navegação brasileira, englobando transportes aquaviários (marítimo, fluvial e lacustre), infraestrutura portuária e hidroviária e legislação correlata, alinha-se diretamente com as atribuições regimentais desta Comissão. Dessa forma, a matéria se insere plenamente na esfera de competência da Comissão de Infraestrutura.

No mérito, a instituição da Frente Parlamentar para o Desenvolvimento da Navegação Brasileira é altamente relevante e oportuna. A instituição da frente busca concentrar esforços parlamentares para o aprimoramento de um setor estratégico para o desenvolvimento econômico e social e para a integração nacional. A navegação é um modal de transporte com vasto potencial no Brasil, dada a sua extensa malha hidroviária e costa marítima. A frente parlamentar proposta promoverá o debate, a articulação e a busca por soluções para os desafios enfrentados pelo setor, contribuindo para a melhoria da infraestrutura, a redução de custos logísticos e o aumento da competitividade do país. A iniciativa está em consonância com os objetivos de fomento à infraestrutura de transportes, à modernização e à eficiência dos serviços públicos, pilares essenciais para o crescimento sustentável.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do projeto e, no mérito, pela sua aprovação.

Presidente, eu quero aqui enfatizar que nós temos diversas hidrovias importantes: a Hidrovia do Madeira, a Hidrovia do Tapajós, a Hidrovia do Tocantins, que pertencem ao Arco Norte, interligando lá os Portos de Barcarena, no Pará; Itaqui, no Maranhão; Santarém, no Pará; Itacoatiara, no Amazonas, que é a que interliga o Rio Madeira a Itacoatiara dentro do Rio Amazonas.

Quero dizer para quem estiver nos acompanhando pelo Senado Federal que a primeira hidrovia da Região Norte, a Hidrovia do Madeira, começou suas operações ainda com parceria entre o Governo do Estado de Rondônia e a iniciativa privada, na época do Grupo Maggi, em 1997 para 1998, então aproximadamente 27, 28 anos atrás que começou. Está aqui Miguel de Souza, um grande idealizador que ajudou muito também nesse projeto. Naquele momento, em toda a Região Norte, Rondônia, ali na região mais próxima de Rondônia, do Mato Grosso do norte, era impossível fazer o transporte, porque tudo tinha que ir a Santos ou Paranaguá via transporte rodoviário, porque não existia ferrovia, nem a ferrovia que tem hoje entre Rondonópolis e Santos.

Então, quero dizer para o senhor, Presidente, que esse é um assunto que nós precisamos discutir com muito cuidado, com muita responsabilidade. E eu vejo projetos aí para serem privatizadas essas hidrovias. Nós temos que ter muita cautela, porque 95% dos portos que já estão instalados hoje dentro dessas hidrovias, principalmente na que se refere ao transporte de grãos, para interligar ao transporte marítimo... E sem dizer que nós precisamos atuar fortemente para nós interligarmos as rodovias e as ferrovias também, para interligar junto às hidrovias, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nós termos mais competitividade com as nossas exportações não só de grão, de minério, mas de todos os produtos aí, de carne, de produtos que nós temos condições de exportar pelo Brasil.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa., nobre Senador Jaime Bagattoli, pelo relatório apresentado.

A matéria está em discussão.

Eu, na condição de autor dessa matéria, faço questão de destacar. O Brasil tem um potencial de navegação extraordinário. É uma pena que ele é pouco ou subexplorado na sua dimensão total.

E com vantagens: é um setor absolutamente vantajoso, vantagens econômicas, baixo custo logístico, permitindo para a cadeia de produção nacional um ambiente de maior competitividade, além do aspecto da sustentabilidade. Fala-se tanto na questão ambiental, esse é o modal mais sustentável, de menor impacto ambiental, menor consumo energético e promove integração territorial.

Agora, não apenas o modal... E, nesse caso, não apenas o modal hidroviário, mas todos os modais precisam partir... Ele é o mais barato, mas eles precisam partir de uma premissa básica, que é o princípio da integração, porque você só tem um modal hidroviário forte e eficiente se ele estiver conectado com os demais modais: o rodoviário e o ferroviário. O produto tem que chegar do lugar onde nasce para onde ele é despachado em cima de trilhos ou em cima de cargas, de caminhões, para pegar a navegação. E a gente tem – repito – uma riqueza imensa em termos de águas, tanto no caso da navegação interior... Na cabotagem, já está mais consolidado o modelo, mas a navegação interior ainda é um grande desafio. Nós temos 40 mil quilômetros de rios navegáveis. Talvez, hoje, acho que em torno de 30% disso, Miguel – talvez, hoje – esteja sendo explorado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – ... 31% estejam sendo explorados neste momento. Ou seja, a gente tem uma capacidade a ser explorada.

Agora, engana-se quem pensa: "Ah, tem o rio, está tudo certo, está tudo pronto, para fazer a navegação". Não é. Você tem que ter investimento, sinalização, segurança; em alguns aspectos, no caso lá do Madeira, dragagem, enfim. Então, realmente é um setor que precisa de apoio.

Essa frente parlamentar se torna um instrumento justamente de promoção do debate, da discussão de políticas públicas, de orientação para o segmento, por dentro do Parlamento.

Então, eu cumprimento o Senador Jaime Bagattoli pelo relatório apresentado, que nos dá a possibilidade de discutir essa matéria, aprovar essa matéria e posteriormente ter essa frente como um instrumento de promoção da navegação brasileira.

Senador Mecias de Jesus.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, querido amigo, Senador Marcos Rogério, caros colegas Senadores e Senadoras, vou aproveitar a discussão do projeto de lei de sua autoria, com a relatoria do Senador Jaime Bagattoli, para parabenizá-lo pela visão estratégica, parabenizar o Relator pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecimento de causas da região e, ao mesmo tempo, também falar sobre o projeto de minha relatoria, que é de autoria do Senador Petecão.

O Senador Petecão apresentou um projeto de lei que está tramitando nesta Comissão, está na ordem do dia de hoje, que especifica de que forma serão os rios da Região Amazônica especificamente. O Governo Federal insiste em dizer que nós estamos duplicando normas com o projeto de lei de autoria do Senador Petecão, porque muitas coisas já estão previstas na Lei 9.433, de 1997. Na verdade, o Senador Petecão não duplica, ele especifica algumas questões específicas da Região Amazônica brasileira, que não estão nas outras regiões.

Como V. Exa. já bem falou, nós temos 63 mil quilômetros de rios com potencial de navegação e cerca apenas de 31% é que são navegáveis, talvez menos do que isso. E, logicamente, a grande maioria disso fica na Região Amazônica, que precisa de um tratamento diferenciado, de normas específicas, para que se possa facilitar principalmente o comércio na Região Amazônica e, logicamente, desenvolver os estados amazônicos e os estados da Região Norte brasileira, mas o Governo insiste em discutir mais a matéria. Já tivemos várias reuniões a respeito disso, mas eles insistem em discutir mais.

Em função disso, atendendo um pedido do Ministério de Portos e Aeroportos e do Senador Rogério Carvalho, nós vamos retirar o nosso projeto da ordem do dia de hoje, e eu gostaria de que V. Exa. incluísse na ordem do dia da próxima semana, porque nós já temos marcada para esta semana uma reunião com o Ministério de Portos e Aeroportos, e eu creio que, na próxima semana, deverá estar pronto para pautar.

Parabenizo o Senador Petecão pela visão estratégica, visão de Estado, visão da Região Amazônica que ele tem, que V. Exa. tem, que nós temos. E só quem é da Amazônia, que conhece de fato é que tem essa visão, porque os outros não têm interesse de conhecer e não têm interesse de ver aquilo que nós vimos lá para desenvolver o nosso estado e a nossa região.

Um abraço e muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

Portanto, fica retirado de pauta, a pedido do Relator, o item 2, sendo reincluído na pauta da próxima semana.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 4199, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Institui o Plano Rios Livres da Amazônia: navegabilidade e conservação de corpos de água na Amazônia Legal.*

**Autoria:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC)

**Relatoria:** Senador Mecias de Jesus

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:** *1. A matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, em decisão terminativa.*)

Quanto ao item 3, indago se há mais alguém que queira discutir. (*Pausa.*)

Senador Zequinha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Não, eu quero deixar terminar para eu pedir...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Está o.k. Então, eu vou fazer...

Está encerrada a discussão do item 3.

Submeto à votação.

Como se trata de matéria terminativa, nesse caso nós teremos que ter a votação nominal. Quem está na Comissão ou quem está fora pode votar pelo aplicativo. Portanto, declaro aberta a votação do item 3, o Projeto de Resolução do Senado nº 4, de 2025.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já podem votar pelo sistema do Senado Federal.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Pela ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Senador Zequinha Marinho, pela ordem.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Pela ordem.) – Eu acho que enquanto a turma vai votando, a gente pode fazer alguns comentários.

Primeiro, gostaria de agradecer a V. Exa. pela pauta do PDL 203. Estávamos correndo para cá, chegamos atrasados, mas foi tudo bem. É sobre isso que eu gostaria de fazer um comentário aqui em função da importância de tudo isso.

O PDL 203 propõe a sustação do art. 4º da Portaria nº 689, de 2024, do Ministério dos Transportes, que estabelece como requisito a apresentação de licença ambiental prévia para enquadramento de projetos ferroviários como prioritários. Tal exigência, embora relevante do ponto de vista ambiental, não encontra respaldo nenhum expresso na legislação vigente, o que torna a sua imposição uma barreira regulatória indevida à captação de recursos via debêntures incentivadas.

A proposta do PDL visa corrigir essa distorção, permitindo que o licenciamento ambiental ocorra em paralelo ao desenvolvimento do projeto, sem prejuízo ao cumprimento das normas ambientais estabelecidas pelos órgãos competentes. A medida tem potencial para ampliar significativamente os investimentos privados no setor ferroviário ao tornar o processo de enquadramento prioritário mais ágil e acessível. A equivalência entre projetos públicos e privados nesse processo é essencial para garantir segurança jurídica e previsibilidade regulatória, fatores determinantes para a atração de capital privado.

Em um contexto de alta demanda por infraestrutura logística, especialmente no transporte de cargas de longa distância, a expansão da malha ferroviária é estratégica para a redução de custos operacionais, aumento da competitividade das exportações e promoção do desenvolvimento regional. O PDL 203, da nossa autoria, portanto, contribui para a modernização da política de infraestrutura nacional, sem comprometer os princípios da sustentabilidade ambiental.

Só gostaria de lembrar, Presidente, por exemplo, que nós temos dois modelos para se trabalhar uma concessão: a concessão antiga, um modelo já usado há muito tempo; e o modelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da autorizada ou de autorização. Quer dizer, a concessão antiga é tratada de um jeito; a outra, a autorizada, de outro jeito. Se todo mundo é legal, se todo mundo está no marco legal das ferrovias no Brasil, por que uma portaria do Governo prioriza um modelo e deixa o outro fora, como se o outro não fosse legal, se o outro também não fosse uma política pública, como se o outro também não fizesse parte desse contexto de se trabalhar a construção de ferrovias no país?

Daí a necessidade de alguma coisa que venha corrigir esse tipo de visão e esse tipo de erro cometido dentro do Ministério dos Transportes que a gente acha até um tanto deselegante. Mas a gente não pode permitir que isso avance dessa forma. A concessão e a autorização podem e devem conviver harmonicamente. Quem optar pela autorização, toca o barco, sabe da sua responsabilidade, do risco que está correndo e assim por diante. Quem quer optar pela concessão tradicional, que o faça. Claro, o Governo vai ter que ter tempo para arrumar dinheiro para botar as coisas nos seus devidos lugares e poder soltar aquilo para andar.

Eu, particularmente, olho para o futuro. Vendo a situação econômica e financeira do país, entendo que o modelo de autorização vai prosperar e avançar muito mais. Só não avança, no modelo de hoje, porque nós temos alguém chamado Ibama, que está lá abarrotado de projetos, de pedidos de licenças para que esse modelo de autorizada possa avançar.

Agora, condicionar que alguém que queira espontaneamente investir através de debêntures à licença ambiental prévia, isso é impor, digamos assim, uma barreira de captação de recursos para que o projeto ande.

Vamos fazendo aquilo que se precisa fazer e deve fazer sem o licenciamento enquanto o licenciamento roda, cumpre a sua pauta lá dentro do Ibama, e, amanhã, chega todo mundo junto ao mesmo ponto, sem perda de tempo nem para um lado, nem para outro.

Feliz aqui pelo resultado e grato a V. Exa. pelo trabalho que fez.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Cumprimento V. Exa. pela iniciativa, e, apenas à guisa de observação, são modelos criados para incentivar o investimento, com um setor de infraestrutura tão carente de investimento, e as debêntures de infraestrutura foram uma solução criada justamente para fazer frente à escassez de recursos do setor público.

O setor público não dá conta de fazer os investimentos; então, você cria mecanismos para atrair o setor privado para investir ou mesmo pessoas físicas para fazerem os investimentos, mas, a todo momento, se observam novos critérios e novas regras, e naquilo que foi um caminho de facilidade para atrair o investimento você cria uma regra para criar uma dificuldade nova, ora burocrática... Essa aqui é de um cunho um pouco mais com a pegada ambiental, trazendo elementos que criam mais burocracia, exigência de mitigação de efeitos, transição energética, resiliência climática e tudo isso. E aí o empreendedor menor vai ter que gastar, investir mais com consultorias, preparação, afastando aquilo que era um atrativo para esse tipo de investimento.

E, por outro lado, nós estamos diante de uma matéria que também está tramitando no Parlamento e que, para mim, vai também gerar dificuldades nesse setor, que é a taxação. E aí há uma outra matéria que está tramitando agora, em que temos a LCA, LCI e debêntures de infraestrutura, todas entrando no rol, nessa busca por arrecadação a qualquer preço, criando situações que acabam por afastar o investidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, acho que o Parlamento tem uma missão, a missão de ser filtro, cuidadoso, cauteloso, para não gerar mais dificuldades. O Brasil já é um país extremamente deficiente em termos de investimentos em infraestrutura.

Já disse aqui antes e repito, nós somos um gigante em termos de produção, mas somos extremamente deficientes, ineficientes, em termos de infraestrutura, a nossa infraestrutura é muito ruim. O volume de investimentos que se tem na infraestrutura, em todos os segmentos, é muito baixo. Quem é chamado a fazer isso, neste momento, de maneira mais assertiva, é o setor privado, mas o setor privado o faz quando encontra facilidades e vantajosidade para fazê-lo. Agora, quando o setor público cria um caminho e, daqui a pouco, ele começa a estabelecer mecanismos que geram mais burocracia, geram mais custo e tornam inatrativo, enfim, a lei se torna letra morta.

Então, parabenizo V. Exa. pela iniciativa.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Permita-me um rápido comentário dentro disso aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Pois não.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Essa mudança de regra durante o jogo termina frustrando todo mundo. Todo mundo quer previsibilidade, todo mundo quer segurança jurídica, e que aquilo que está no papel aconteça.

Mas, só lembrando, V. Exa. coloca essa dificuldade logística que a gente precisa resolver, e se resolve. Se a gente limpar o caminho para o setor privado construir, vai acontecer, não é? Desde que o Ibama ali também seja reforçado para produzir as licenças, com todo o cuidado, e a gente avança.

Agora tem um outro também em que a gente precisa... Como é que é? Tomar uma dose de "semancol", né?

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É. Essa é antiga, hein? Isso revela idade. (*Risos.*)

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – É com relação ao outro lado da produção.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente, "semancol" é da época do Cibalena. (*Risos.*)

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Também.

É com relação à questão dos fertilizantes, não é? Nós temos praticamente todos os macronutrientes aqui do NPK e depois, a partir deles, os micronutrientes. Por que a gente tem que depender a vida toda de importar isso se nós podemos ser autossuficientes nisso também?

Então, é um negócio que a gente tem que olhar com muito carinho e com muita urgência. A logística de um lado e os macronutrientes e micronutrientes, o fertilizante, de modo geral, do outro lado. Já ouviu aquela história de o camarada falar para o outro assim: "Segura aí no pincel que eu vou tirar a escada". Não é? Não dá conta. Se o mundo quiser parar o Brasil, é só segurar a importação do NPK, não é? A gente tem, pode explorar, produzir, atender nossa demanda, mas nós temos um problema seriíssimo de estar comprando isso toda hora do mundo afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui exemplos de que a gente pode tratar. Por exemplo, só lá para o Amazonas, em... Como é o nome do município perto de Manaus, a cento e poucos quilômetros? Autazes?

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Autazes. Só a mina de Autazes é capaz de suprir a demanda do Brasil em um terço – só uma. Quer dizer, se a gente buscar um pouco mais... Isso aí é no que diz respeito ao potássio, que a gente importa 95%. Os outros a gente importa um pouco menos, mas também em grande quantidade.

E uma das coisas, Excelência, que deixa, assim, a gente preocupado – aqui nós temos um problema sério, não podemos explorar nada em terra indígena – é que a gente não explora em terra indígena aqui, mas compra de indígenas do Canadá boa parte daquilo que a gente precisa para trabalhar em nossas lavouras. Quer dizer, é um negócio que precisa ser revisto, repensado. Por que a gente compra dos indígenas do Canadá, e aqui nossos indígenas também não podem produzir, não podem até melhorar de vida vendendo tudo isso com muita tranquilidade, para o mercado que já é nosso naturalmente?

Mas são coisas sobre as quais a gente precisa fazer uma reflexão para futuro, para, de repente, contribuir de forma muito efetiva.

Muito obrigado.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Brasil tem que ser estudado, né?

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Essa região de Autazes... Aliás, a Amazônia brasileira é riquíssima, extraordinária. Quem vive lá e conhece a riqueza que nós temos no subsolo, no solo, é algo extraordinário. Dessa região, com o potencial que tem lá de potássio, a gente teria material para produzir tudo que nós precisamos e ainda para atender para fora, fertilizantes e tudo, ou seja... E a gente dependente, o tempo todo, de outros países, preço alto, risco alto, e com produto dentro de casa.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – E problema de geopolítica...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Não, o problema de geopolítica, enfim... Hoje, nós estamos no meio dessa discussão toda.

Senador, estou apenas dando o debate paralelo aqui com assuntos aleatórios, enquanto a gente alcança o quórum da votação do item 3, que é matéria terminativa.

Pois não, Senador Mecias.

**O SR. MECIAS DE JESUS** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Perfeito, Presidente Marcos Rogério.

Dentro desses temas aleatórios, o que é pertinente, eu gostaria de ouvir o Senador Zequinha Marinho dizer se o mundo... Foi o Senador Zequinha ou foi V. Exa. que falou assim: "Se o mundo quiser parar o Brasil?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O mundo não precisa parar o Brasil; o Ibama para. A Funai para o Brasil, já parou. Nós temos, no Brasil todo, essa questão de Autazes, essa questão da mineração toda paralisada pelo próprio Brasil, que não tem interesse.

Disse aqui, com conhecimento de causa, Senador Zequinha: aqui, no Brasil, nós não podemos explorar nas comunidades indígenas, mas nós compramos produtos de comunidades indígenas no Canadá e em outros países, e importamos para cá.

Eu me lembro de que, em 2024, eu, o Senador Veneziano e o Senador Irajá fomos, a uma missão oficial, Senador Zequinha e Senador Jaime, em Moscou, e lá nos reunimos com o Congresso russo, com empresários russos, e tivemos lá uma confirmação, inclusive triste. O Senador Irajá chegou a propor para o presidente da associação de produtos que fornecem para nós aqui adubos e essas questões todas, e o Senador Irajá disse que o Brasil cresceria, nos próximos dez anos, cerca de 40% na produção agropecuária. E, logicamente, a pergunta foi se a Rússia teria como manter e aumentar os produtos exportados para o Brasil. O presidente da associação russa olhou para mim, para o Senador Veneziano, para o Senador Irajá, sorriu e disse: "Por que vocês querem importar se vocês têm, lá no Brasil, muitas vezes mais do que nós temos aqui? Vocês vão continuar comprando de nós caríssimo, quando vocês podem explorar lá no país de vocês? Nós não temos condições de exportar para vocês a mais do que já exportamos".

Ou seja, nós temos, em Autazes, o potássio necessário que o mundo todo quer, e a gente compra da Rússia. E, se a Rússia decidir que não vai mais mandar o potássio para nós, aqui, o adubo, acaba o nosso agro – acaba o nosso agro –, porque o Brasil não autoriza a exploração aqui dentro do nosso próprio país.

O Ibama vive com a Funai e outros mecanismos criando esse tipo de coisa, e às vezes eu lamento, Presidente, por ver o próprio Congresso Nacional fraquejando nisso, e eu vou dizer por quê.

Nós aprovamos aqui, em 2022, inclusive com o apoio de V. Exa., do Senador Zequinha, dos colegas desta Comissão, o Projeto de Lei 3.475, de minha autoria, que autoriza a liquidação ou o parcelamento de dívidas vencidas de produtores rurais, decorrentes de multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama). São mais de R$16 bilhões de multas, Sr. Presidente, e esses produtores estão impedidos de financiar nos bancos, estão impedidos, estão com os nomes no Cadin, no Serasa.

A minha proposta, a nossa proposta, aprovada pelo Senado, que dorme em berço esplêndido nas gavetas da Câmara dos Deputados – eu quero aproveitar e fazer um pedido à bancada do agro, à bancada da agricultura lá na Câmara dos Deputados: esse projeto é para os pequenos e médios produtores, para produtor que tem cem hectares de terras, mas que foi multado e que está perdendo a terra dele, em função de uma multa. Se ele vender a terra, ele não consegue pagar a multa –, a nossa proposta é tão somente para que o Ibama parcele em até 60 vezes o pagamento, sem juros e sem correção, para quem for lá pessoalmente possa pagar isso. Isso ajudará, de certa forma, o Brasil inteiro, e essas pessoas voltarão a produzir. O Brasil não pode anular o Brasil que quer produzir. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço a V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessa questão do potássio, você vê que é um tema tão sensível... O Brasil pode ser autossuficiente em potássio, em fertilizantes. O acordo está... Tinha ali inicialmente uma discussão com a comunidade indígena, e a informação é de que já tem acordo com a comunidade.

Com relação ao licenciamento ambiental para a fase inicial, já existe a licença de instalação. Acho que ainda carece da licença de operação, e o insumo que é indispensável lá, a energia, a infraestrutura de energia ainda não tem. Agora, é um projeto que está sendo discutido há 20 anos.

Veja, o Brasil está sentado em cima de uma mina estratégica para o desenvolvimento nacional e por 20 anos está discutindo algo de que nós somos dependentes, de que o nosso agro depende, e você não tem... Há um potencial de geração de emprego ali superior a 16 mil empregos diretos e indiretos. Ou seja, é um negócio que não tem como você explicar. Em qualquer lugar do mundo, você não consegue dar uma explicação de por que isso acontece no Brasil. Enfim, vamos continuar trabalhando aqui, insistindo, porque essa questão da Rússia, especialmente, não é só uma questão de logística, é uma questão da geopolítica. Nós estamos hoje no meio de uma situação que, a qualquer momento, pode gerar um impacto para o Brasil e deixar o nosso agro, especialmente, numa situação muito difícil, a partir das relações no patamar em que estão de comprometimento. Hoje, essa briga toda lá em cima, com Estados Unidos, Rússia e outros mais, afeta o Brasil e a qualquer momento pode nos comprometer nesse aspecto.

Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Eu já vou ter que me retirar e ir à CAE, mas deixe-me só fazer só um comentário.

Essa jazida de Autazes, para as pessoas entenderem... Nós estamos falando tanto em logística, hidrovia, ferrovia, transporte marítimo...

Vai mandar para o Brasil inteiro por água, inclusive voltando a Porto Velho por água, pode ir a Manaus, pode ir lá ao Rio Grande do Sul, tudo por transporte hidroviário ou marítimo – encostando no mar, no Rio Amazonas. Então, é uma questão muito assim... Nós não conseguimos entender. Como falou aqui o Senador Mecias, nós importamos o potássio do Canadá, e ele provém de reservas indígenas lá, elas recebem *royalties*. Por que aqui no Brasil não pode funcionar da mesma maneira? Então, temos tantas outras coisas que travam dentro da questão ambiental, igual nós vemos aí essa ferrovia que é a Ferrogrão que está parada há cinco anos aí, por uma questão que... Está aí a iniciativa privada, que quer fazer, mas fica sempre parando, sempre nós...

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Por causa de um trecho de cinquenta e poucos quilômetros.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – É, sempre tendo um entrave aí sempre na questão ambiental, mas nós precisamos debater e resolver esse problema.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Obrigado a V. Exa., nobre Senador Jaime Bagattoli.

Nós já estamos com onze votos registrados. Portanto, com apenas mais um, alcançaremos o quórum e aí passaremos ao último item da pauta. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto não alcançamos o quórum para a votação do item 2, eu apregoo o item 3, que já deixo anunciado para a gente fazer a votação na sequência também, que é o projeto de resolução... (*Pausa.*)

Aliás, não. Esse é o que está sendo votado. É o item 4.

**ITEM 4**
**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 67, DE 2025**
**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a comparecer a esta Comissão, a fim de debater a proposta de privatização dos serviços de água e esgoto no Estado de Rondônia, atualmente prestados pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd),*

**Autoria:** Senador Marcos Rogério (PL/RO)

São convidados: o Exmo. Sr. Marcos Rocha, Governador do Estado de Rondônia; o Sr. Cleverson Brancalhão da Silva, Presidente da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (Caerd); a Sra. Verônica Sánchez da Cruz Rios, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA); o Sr. Caetano Neto, Presidente da Associação de Defesa dos Direitos da Cidadania em Rondônia; e o Sr. Hildon Chaves, Presidente da Associação Rondoniense de Municípios.

E me foi sugerido também – e aí estou incluindo de ofício – um representante do BNDES, que foi justamente quem fez a modelagem. Então, não havendo divergência, fica acolhida de ofício a inclusão de um representante do BNDES.

Tão logo alcancemos o quórum para o item anterior, submeteremos à votação também esse requerimento de audiência pública.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – O Senador Wilder informou que está já procedendo com a votação.

Portanto, alcançaremos o quórum. (*Pausa.*)

Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira exercer o direito de voto neste momento, declaro encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Votaram SIM 11 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto contrário.

Portanto está aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

O item 4, já também apregoado, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Está aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e cinquenta e oito minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Pedro Chaves, Izalci Lucas, Paulo Paim, Wellington Fagundes e Sérgio Petecão, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes, Jorge Seif e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência registra que a reabertura de prazo para apresentação de indicações das Emendas RP8 à LOA 2025 perante a Comissão ocorreu em 27 de agosto do corrente, tendo sido amplamente divulgado mediante comunicados em reunião e no site do Senado Federal, bem como via e-mail para todos os Senadores, Senadoras e suas assessorias. O prazo seguiu aberto até 29 de agosto. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Indicações das Emendas RP8 - 2º Ciclo**. **Finalidade:** 2º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: - Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** As indicações das emendas RP8 da LOA 2025 foram aprovadas conforme relatório apresentado e planilha anexa, na qual constam 116 indicações. Antes de encerrar, a presente ata é aprovada, tendo dispensada a sua leitura, e será encaminhada a publicação no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e sete minutos.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

# TABELA DE INDICAÇÕES EM REVISÃO

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/02

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 2 de setembro de 2025.

Comunico o recebimento do Ofício 822, de 2025, do Sr. Marcelo Freixo, Diretor-Presidente da Embratur. O documento se refere a uma audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional, realizada em 19 de agosto de 2025, apresenta as respostas aos questionamentos formulados por internautas durante a reunião por meio do Portal e-Cidadania. Informo que o ofício está disponível para consulta na página da CDR na internet.

Informo ainda que não foram recebidas as alterações orçamentárias no segundo prazo, de 22 a 31 de agosto de 2025, estabelecido pela Secretaria Especial da SRI. Conforme o cronograma divulgado pela SRI, informamos que haverá mais um período para envio de pedidos de alterações orçamentárias, de 22 a 31 de outubro.

Comunico que a Comissão recebeu o convite para participar da 9ª reunião extraordinária do Conselho Nacional de Turismo, que será realizada no durante o evento da Equipotel e do Conotel de 2025, respectivamente 62ª e 65º, na modalidade híbrida, em 17 de setembro, no Expo Center Norte, em São Paulo.

A Comissão recebeu um convite para participar do 7º Fórum Clia Brasil 2025, evento consolidado no calendário turístico nacional, que será realizado em 3 de setembro, na sede da Confederação Nacional dos Municípios (CNM). O fórum reunirá lideranças do setor público e privado, executivos da indústria de cruzeiros, Parlamentares, especialistas para debater temas estratégicos como competitividade, infraestrutura, sustentabilidade, regulação, custos e promoção do turismo.

A presente reunião destina-se à deliberação do segundo ciclo de indicação das emendas RP 8 do Orçamento de 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, do art. 45-A da Resolução 01, de 2006, do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que a reunião ocorre de modo semipresencial.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso de "levantar a mão" ou *chat* da ferramenta para os Senadores que queiram participar.

Gostaria de registrar que as indicações deliberadas nesta data foram enviadas para apreciação desta Comissão no período de 27 a 29 de agosto de 2025, tendo esse novo prazo sido divulgado mediante comunicados em reunião, no *site*, bem como via *e-mail* para todos os Senadores e Senadoras e suas assessorias, com os prazos e orientações para o envio e utilização do sistema Sinec.

O sistema permaneceu aberto até as 18h do dia 29 de agosto de 2025.

A coordenação das sugestões de indicação nesta Comissão ficou a cargo desta Presidência, que recebeu exclusivamente pelo sistema 116 indicações, Anexo 1, após 11 serem retiradas por seus autores, mediante ofício direcionado a esta Presidência. Retiraram indicações os Senadores Carlos Viana, Flávio Arns, Soraya Thronicke e Efraim Filho, conforme o relatório apresentado.

Farei a leitura do relatório com breves considerações.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, e da Resolução nº 1, de 2006-CN, com redação dada pela Resolução nº 1, de 2025-CN, compete a esta Comissão apresentar indicações para a execução de programações decorrentes de emendas de comissão à Lei Orçamentária Anual.

Esta Comissão apresentou emendas nas programações abaixo:

1. Emenda 60110001

1.1. Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

1.2. Ação: 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

1.3. Função/Subfunção: 15 - Urbanismo / 244 - Assistência Comunitária

1.4. Subtítulo: 0001 - Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1.5. Valor: R$700 milhões

2. Emenda 60110002

2.1. Programa: 2323 - Turismo, esse é o destino

2.2. Ação: 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

2.3. Função/Subfunção: 23 - Comércio e Serviços / 695 - Turismo

2.4. Subtítulo: 0001 - Nacional

2.5. Valor: R$400 milhões

No prazo concedido por esta Comissão, foram apresentadas as indicações listadas no Anexo 1.

Este é o relatório.

Vale registrar que as propostas constantes no Anexo 2 não foram incluídas na presente análise, em razão de manifestação posterior dos autores, por meio de ofício, solicitando a retirada e/ou a desconsideração de suas indicações anteriormente formalizadas.

Nosso voto é pela aprovação das indicações elencadas no Anexo 1.

Antes de abrir a discussão, quero esclarecer que se trata da segunda aprovação de indicação encaminhada a esta Comissão.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a tabela com a totalidade das indicações válidas, Anexo 1, conforme constante do relatório apresentado, que será encaminhada à Comissão Mista de Planos, Orçamento Públicos e Fiscalização (CMO), juntamente com a presente ata.

As Senadores e os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas as indicações constantes no Anexo 1, publicado e agora a ser enviado para os ministérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata e a aprovação da Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2025, em atendimento à Resolução do Congresso Nacional nº 1, e submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da presente reunião.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*. (*Pausa.*)

O sistema Sinec será reaberto e ficará disponível para novas indicações a partir de amanhã, quarta-feira, e serão aprovadas as indicações até perfazer o total disponível nas emendas aprovadas na Lei Orçamentária de 2025, garantindo o direito de indicação a todos os Senadores e Senadoras.

Informo que, após esta reunião, realizaremos a nossa reunião deliberativa com requerimentos e projetos em pauta. Solicito a participação presencial ou remota das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e dez minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho e Augusta Brito, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Efraim Filho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Jussara Lima, Zenaide Maia, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Pedro Chaves, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Eduardo Gomes e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 16, de 2025 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 14/2025, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), seja incluído o seguinte convidado: representante da Federação Única dos Petroleiros." Autoria: Senador Beto Faro (PT/PA). Resultado: Adiado. ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 30, de 2025 que: "Requer autorização para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo indicar representantes para participar da FESTURIS - Feira Internacional de Turismo de Gramado, que ocorrerá de 6 a 9 de novembro de 2025, na cidade de Gramado/RS." Autoria: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO). Resultado: Aprovado. ITEM 3 - Projeto de Lei n° 4042, de 2020 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências." Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). Relatoria: Senador Laércio Oliveira (*Ad hoc*), substituiu Senador Alan Rick. Relatório: Pela rejeição. Resultado: Designado relator "ad hoc" o senador Laércio Oliveira, sendo lido o relatório e rejeitado o projeto. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 3035, de 2023 - Terminativo - que: "Inclui no calendário turístico oficial do País o evento Pingo da Mei Dia, realizado no Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Zequinha Marinho (*Ad hoc*), substituiu Senador Alan Rick. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Designado relator "ad hoc" o senador Zequinha Marinho, foi lido o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório e aprovado o projeto. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 2932, de 2024 - Terminativo - que: "Institui a Rota Turística dos Lençóis Maranhenses e Delta, no Estado do Maranhão." Autoria: Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o projeto. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 4275, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer limites à retenção de recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) em razão da existência de dívidas previdenciárias dos entes recebedores." Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação com emendas. Resultado: Retirado de pauta a pedido da relatora para reexame. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 2117, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Cid Gomes. Relatório: Pela prejudicialidade. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei n° 4686, de 2023 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para proporcionar a conclusão, a legalização e a entrega das unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – Modalidade Oferta Pública, às famílias beneficiárias." Autoria: Senador Eduardo Gomes (PL/TO). Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra. Relatório: Pela aprovação. Resultado: Aprovado o relatório. ITEM 9 - Projeto de Lei n° 479, de 2024 - Não Terminativo - que: "Institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU; e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB." Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA). Relatoria: Senador Chico Rodrigues. Relatório: Pela aprovação com 1 emenda que apresenta. Resultado: Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/02

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, dia 2 de setembro de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados à Comissão, ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem pelo aplicativo. Aqueles que não conseguirem registrar o voto no aplicativo serão chamados para o declararem verbalmente.

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso "levantar a mão" ou no *chat* da ferramenta para os Senadores que participam remotamente. (*Pausa.*)

Eu peço ao Senador Zequinha Marinho que assuma a Presidência da Comissão, para que eu possa relatar o item nº 2, um requerimento de minha autoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos.

**ITEM 2**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO Nº 30, DE 2025**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Requer autorização para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo indicar representantes para participar da FESTURIS - Feira Internacional de Turismo de Gramado, que ocorrerá de 6 a 9 de novembro de 2025, na cidade de Gramado/RS.*

**Autoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO/TO)

Quero convocar, para a leitura do requerimento, a sua autora, Professora Dorinha.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, e do art. 142 do Regimento, autorização para que esta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo indique representantes para participar da Solenidade de Abertura da 37ª edição do Festuris (Feira Internacional de Turismo de Gramado), no dia 6 de novembro, no Palácio dos Festivais. Informo que o evento ocorrerá de 6 a 9 de novembro, conforme convite em anexo, na justificativa.

Esse é o nosso requerimento, para que a Comissão se faça representar. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Em votação o Requerimento.

Os Srs. Senadores que acompanham remotamente, também com a presença da autora...

A votação será simbólica.

Quem concorda permanece como se encontra. (*Pausa.*)

Aprovado o Requerimento.

Item de nº 3, né? (*Pausa.*)

Cinco. Cadê? Está seguindo aqui. Desculpem.

Muito bem, item de nº 5.

**ITEM 5**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI Nº 2932, DE 2024**

**- Terminativo -**

*Institui a Rota Turística dos Lençóis Maranhenses e Delta, no Estado do Maranhão.*

**Autoria:** Senadora Ana Paula Lobato (PDT/MA)

**Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.*

Concedo a palavra à Senadora Professora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

A presente proposição visa conferir o *status* de rota turística oficial a um dos mais emblemáticos destinos do Brasil, o circuito que integra os Lençóis Maranhenses e a porção maranhense do Delta do Parnaíba. A competência para legislar sobre turismo é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal, conforme o art. 24, inciso VII, da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, a iniciativa é oportuna e meritória. O turismo é um vetor de desenvolvimento econômico e social de reconhecida importância, e a sua estruturação, por meio de rotas turísticas, tem se mostrado uma política pública eficaz.

A Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771, de 2008, é o principal diploma legal que estrutura a Política Nacional de Turismo no Brasil. Ela define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. O art. 4º, parágrafo único, da Lei nº 11.771, de 2008, elenca, entre os princípios da Política Nacional de Turismo, a descentralização e a regionalização. O projeto de lei, ao focar na criação de uma rota na região dos Lençóis

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Maranhenses e do Delta do Parnaíba, está em perfeita consonância com o princípio da regionalização do turismo, que busca dar protagonismo aos estados e municípios no planejamento e na gestão do turismo, aproveitando suas particularidades.

Trata-se, portanto, de uma medida de baixo custo para o Erário, mas de grande impacto simbólico e prático para o fortalecimento da economia no Estado do Maranhão e em todo o Brasil.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.932, de 2024, de autoria da Senadora Ana Paula Lobato, para instituir a rota turística dos Lençóis Maranhenses e do Delta do Parnaíba, no Estado do Maranhão.

Parabenizamos a autora.

Este é o nosso voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado.

A matéria está em discussão.

Senadores que remotamente estão acompanhando a sessão, por favor, se quiserem nos dirigir a palavra, têm oportunidade. (*Pausa.*)

Bem, com certeza todo mundo está correndo atrás dos seus afazeres.

Sendo assim, eu encerro a discussão e coloco o projeto em votação.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei nº 2.932, de 2024, nos termos do relatório apresentado.

Os Srs. Senadores que votam com a Relatora devem votar "sim"; naturalmente, os outros devem votar "não".

Quero solicitar à Secretaria da Mesa a mobilização dos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Enquanto a gente espera os Srs. Senadores votarem, vamos avançando um pouco agora, com o item 8 da nossa pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**ITEM 8**

**PROJETO DE LEI Nº 4686, DE 2023**

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para proporcionar a conclusão, a legalização e a entrega das unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida – Modalidade Oferta Pública, às famílias beneficiárias.*

**Autoria:** Senador Eduardo Gomes (PL/TO)

**Relatoria:** Senadora Professora Dorinha Seabra

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*A matéria, posteriormente, será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.*

Durante a discussão, se não presente o Relator... E, no caso, está presente; então é um item que não vai ser levado em consideração.

Portanto, concedo a palavra à Professora Dorinha Seabra, para a leitura do seu relatório.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Obrigada, Sr. Presidente, ao tempo que parabenizo o Senador Eduardo Gomes pelo projeto, pela importância deste projeto.

Passo direto à análise.

O PL 4.686, de 2023, ao alterar a Lei 11.977, de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, é, indiscutivelmente, objeto de análise desta Comissão, e a análise se restringe ao mérito da proposição, uma vez que os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa serão avaliados pela CAE, que irá se pronunciar em caráter terminativo deste projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na análise do mérito, a justificativa oferecida pelo autor é bastante clara, no sentido de ilustrar a necessidade de que sejam oferecidos recursos adicionais por parte do Governo Federal para viabilizar a conclusão de unidades habitacionais.

A legislação vigente permite que instituições e agentes financeiros com unidades habitacionais pendentes de conclusão, na modalidade "Oferta Pública", do Programa Minha Casa, Minha Vida, possam manifestar interesse na conclusão e entrega das unidades, mas não permite a liberação de recursos da União para complementar o valor necessário para essa conclusão. Para resolver o problema, a proposição retira a vedação à liberação de recursos da União para esse fim.

Adicionalmente, tendo em vista que se trata de unidades habitacionais em municípios de menor porte, a proposição estabelece o limite de R$60 mil por família beneficiária, valor equivalente ao estabelecido para as unidades não concluídas do Programa Nacional de Habitação Rural na Portaria do Ministério das Cidades nº 146, de 2023.

Tendo em vista que, em decorrência do cenário de maiores custos após a pandemia de covid-19, benefício similar foi concedido para as operações com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana, e para as operações contratadas do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), integrantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, parece razoável que as operações contratadas na modalidade "Oferta Pública" também possam receber recursos adicionais para a conclusão das unidades habitacionais.

Nesse contexto, a solução apresentada pela proposição parece pertinente e necessária, evidenciando aqui o seu mérito.

O voto nosso é pela aprovação.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito obrigado, Senadora.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão e coloco a matéria em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos. (*Pausa.*)

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Presidente, eu queria fazer um esclarecimento. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Com a palavra a Senadora Professora Dorinha Seabra.

**A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA** (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Como Relatora.) – Sr. Presidente, quanto ao item 6, de minha relatoria, que foi apresentado pelo Senador Rogério Carvalho, ele é um projeto extremamente importante, porque ele estabelece limites para a retenção dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios em razão da existência de dívidas previdenciárias.

Hoje, muitos municípios nossos têm ficado com um grande comprometimento mensal quando recebem os seus fundos de participação e têm dívidas previdenciárias que têm consumido, em muitos casos, mais de 50% do orçamento. Então, ele é um problema...

Esse projeto é de 2021. E, como nós vamos votar – é a nossa expectativa – a PEC 66, que trata de tema semelhante, pela preocupação em relação ao comprometimento dos municípios, em particular a partir de julho, quando o Fundo de Participação dos Municípios começa a cair, como agora este mês tem uma queda já substancial, isso é cíclico, quando municípios pequenos, que nós chamamos de 0.6, têm que pegar mais da metade para pagar, às vezes, precatórios existentes, e em muitos casos são dívidas enormes do INSS, eles não conseguem sequer pagar a folha... Então, o projeto aqui coloca limitações nesses percentuais.

Mas nós vamos aguardar. Retirei de pauta o projeto. A PEC, a emenda constitucional está na pauta do Plenário. Em sendo votado, nós vamos discutir com o autor e também com a própria Consultoria Legislativa se ainda cabe a aprovação desse projeto, uma vez que a PEC talvez seja mais ampla e venha regular esse grande problema dos municípios brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso, eu o retirei de pauta, a pedido do próprio autor.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Só para fazer algumas considerações, Senadora, nós temos um projeto de que a Liderança do Governo pediu vista e não devolveu. Levando em consideração que o servidor público não pode usar em consignados mais do que 30% do valor do seu salário, ali nos inspiramos para elaborar um projeto de lei com relação aos municípios também.

A previdência dos municípios, que a senhora acaba de citar, praticamente não deixa nada. Nós temos um município no Estado do Pará chamado Aveiro, na margem direita do Rio Tapajós, e eu vi aquele município fechado numa certa época, porque tudo que conseguia arrecadar, alguns minutos depois, a Receita Federal do Brasil já tinha captado, porque o processo é automático. E o município ficou inviável por muito tempo, no sentido de poder pagar, de fazer o mínimo do mínimo que deveria fazer pela população ou até mesmo pagar os seus servidores.

E a gente sabe que essa dívida dos municípios com a previdência social é uma dívida sem fim. Se não colocarmos limites nisso, a gente está fadado, daqui a uns tempos, a ter que ver algumas prefeituras fechando as portas. Não há como sobreviver na marcha que vai. Não adianta pensar em outras... Tem que esticar essa dívida e dar um limite para que a previdência não venha comprometer pelo menos os serviços básicos da prefeitura e atender o mínimo a sua população. Da forma como está, ninguém suporta, ninguém realmente dá conta de tocar uma prefeitura que não tenha arrecadação praticamente nenhuma.

Os municípios menores de 0.6, como V. Exa. já mencionou, são vítimas diretas disso. Quando eu fiz esse apanhado, nós tínhamos em torno de mais de 30%, 36% dos municípios brasileiros praticamente vivendo nessa situação.

Então, parabéns pela autoria e também pela compreensão de V. Exa. em fazer um relatório pela aprovação!

Já podemos encerrar ali, né? Esse aqui era o item 3? É o item 4, né? (*Pausa.*)

Bom, já temos o resultado da votação para o item 4, Projeto de Lei nº 3.035 de... Desculpem-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, nós temos o resultado de votação para o item 5, Projeto de Lei nº 2.932, de 2024, que é terminativo nesta Comissão, onde a Senadora Relatora é a Professora Dorinha, que acabou de proferir o seu relatório.

Vamos ao resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Foram 11 votos SIM; nenhum NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum total, com o Presidente: 12 votos.

Parabéns, Senadora, pela aprovação!

Bom, agradeço aqui a oportunidade de estar colaborando na Comissão e eu devolvo a palavra à sua Presidente, Professora Senadora Dorinha Seabra.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Agradeço imensamente ao Senador Zequinha Marinho pela sua colaboração como nosso Presidente. E, ao mesmo tempo, ele se colocou à disposição para proferir a leitura do relatório do item 4, Projeto de Lei nº 3.035, de 2023.

Item 4.

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 3035, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Inclui no calendário turístico oficial do País o evento Pingo da Mei Dia, realizado no Município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Relatoria:** Senador Zequinha Marinho

**Relatório:** Pela aprovação

**Observações:**

*1. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação.*

*2. A matéria constou na pauta da reunião deliberativa do dia 26/08/2025, tendo sido adiada.*

É de autoria da Câmara dos Deputados, do Deputado Federal Paulinho Freire, do União, do Rio Grande do Norte.

A relatoria é do Senador Alan Rick; o Relator *ad hoc* é o Senador Zequinha Marinho.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho, Relator *ad hoc,* para a leitura do seu relatório.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. Como Relator.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu peço permissão para iniciar a partir da análise do projeto.

Nos termos do art. 104-A, VI, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes ao turismo, caso do projeto em análise.

Ainda segundo essa mesma norma, conforme estabelecido nos arts. 49, inciso I, e 91, §1º, inciso IV, foi confiada à CDR a competência para decidir sobre o projeto, razão pela qual lhe cumpre apreciar seu mérito.

Ademais, em virtude do caráter exclusivo do exame da matéria, compete subsidiariamente a este Colegiado, em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pronunciar-se sempre acerca dos aspectos constitucionais, jurídicos, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e regimentais da proposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à constitucionalidade formal do projeto, consideram-se atendidos os aspectos relacionados à competência legislativa da União (art. 24, inciso VII, Constituição Federal), às atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal) e à legitimidade da iniciativa parlamentar – neste caso, ampla e não reservada (art. 61, *caput,* da Constituição) –, bem como ao meio adequado para veiculação da matéria.

Verificado o atendimento aos requisitos constitucionais formais, parecem igualmente atendidos os requisitos constitucionais materiais, de forma que não se observam, na proposição, vícios relacionados à constitucionalidade da matéria.

No que tange ao mérito, a inclusão do evento Pingo da Mei Dia – interessante – no calendário turístico oficial do país reveste-se de indubitável importância cultural, social e econômica. Realizado anualmente no Município de Mossoró, o Pingo da Mei Dia constitui festividade que resgata tradições locais, promovendo assim a identidade cultural da região do Rio Grande do Norte.

A origem deste evento remonta ao ano de 2009, quando foi idealizado com a finalidade de marcar o início dos festejos juninos. Desde então, a festividade cresceu exponencialmente, consolidando-se como uma das principais expressões da cultura nordestina.

Na edição de 2024, o festival inaugurou os festejos do “Mossoró Cidade Junina” e registrou a participação de mais de 230 mil pessoas, evidenciando seu impacto significativo e crescente na mobilização social e no turismo. A expressiva presença foi contabilizada por meio de tecnologia de ponta, com a utilização de *drones* para o monitoramento e a análise fotográfica do público ao longo do percurso.

A história do Pingo da Mei Dia é, outrossim, marcada pela sua capacidade de congregar a comunidade em torno de questões sociais, celebrando a cultura local e os laços de solidariedade e cooperação entre os cidadãos. O evento tem se tornado um espaço de manifestação cultural em que são valorizadas as tradições nordestinas, como danças, músicas e pratos típicos da região, contribuindo para a formação da identidade cultural da região.

Por fim, cumpre destacar que a apropriação do espaço público para a celebração do Pingo da Mei Dia fomenta a participação comunitária e o engajamento social, elementos essenciais para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a construção de uma sociedade mais justa e democrática. O fortalecimento de laços comunitários e a promoção do voluntariado são aspectos que o evento estimula, impactando positivamente o bem-estar social.

Portanto, a proposição deve ser aprovada, já que representa valorização legítima e necessária de uma manifestação cultural que constitui patrimônio da comunidade de Mossoró, devendo, por suas características singulares, ser compartilhada com toda a nação.

O voto, Sra. Presidente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.035, de 2023.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Muito obrigada, Senador Zequinha Marinho, pela leitura do relatório como Relator *ad hoc*.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será nominal.

Em votação o Projeto de Lei 3.035, de 2023, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores que votam com o Relator votam "sim".

Os Senadores e Senadoras já podem votar.

Eu vou abrir o painel e vou suspender a reunião por cinco minutos.

*(Procede-se à votação.)*

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Presidente, por favor.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Pois não, Sr. Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Peço também para fazer a leitura, como Relator *ad hoc*, do item nº 3, um outro projeto do Senador Alan Rick. Veja aí a possibilidade.

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Só poderia ser após esses cinco minutos de intervalo da votação em aberto. Se V. Exa. puder esperar...

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Essa votação aqui é nominal?

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Essa é nominal, e eu tenho que fazer uma relatoria, então estou suspendendo a reunião por cinco minutos. Caso eu retorne e V. Exa. ainda tenha essa disposição, nós faremos a...

(*Procede-se à votação.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E, Senador, também não poderia ser feito como nós fizemos no outro caso, ao mesmo tempo, porque esse relatório aqui é pela rejeição, então, ele tem que ser feito separadamente.

**O SR. ZEQUINHA MARINHO** (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA. *Fora do microfone.*) – Eu também estou precisando ir para uma outra...

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Então, eu agradeço a sua disposição e a colaboração conosco nesta reunião.

A reunião está suspensa pelo tempo de cinco minutos.

(*Suspensa às 10 horas e 38 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 55 minutos.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Bom dia, bom dia a todos e a todas, Senadores e Senadoras, assessoria, imprensa, comunicação aqui presente.

Dando continuidade aos trabalhos da Comissão, nós estamos na votação do Projeto de Lei 3.035, de 2023, nos termos do relatório que já foi apresentado.

E agora eu gostaria de consultar se todos já votaram.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à apuração.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) –

Já tendo aqui o número regimental de votos, a gente declara encerrada a votação do Projeto 3.035.

Pronto, já dando o resultado da votação.

Foram 12 votos SIM; NÃO, nenhum.

Abstenção também nenhum.

E um quórum de 13 Senadores e Senadoras.

Então, o projeto foi aprovado. (*Pausa.*)

É, já estamos aqui dando continuidade. Com muito carinho e respeito, vamos passar aqui para o Senador que vai fazer agora a leitura do relatório do projeto... Você tem aí, só para eu anunciar aqui qual é o projeto? (*Pausa.*)

Ah, só um instante até a gente ver qual é o projeto cuja relatoria o Senador Laércio vai fazer agora aqui, para que a gente possa anunciar. É o item 3?

Enquanto isso, quero aqui agradecer a assessoria da Comissão, agradecer ao Senador que veio também fazer a sua relatoria.

Pronto, e agora o item 3 da pauta.

**ITEM 3**

**PROJETO DE LEI Nº 4042, DE 2020**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

**Relatoria:** Senador Laércio Oliveira

**Relatório:** Pela rejeição

**Observações:**

*1. A matéria possui parecer aprovado da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), pela rejeição da matéria;*

*2. Após a deliberação terminativa da CDR, a matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para prosseguimento da tramitação;*

*3. A matéria constou na pauta da reunião deliberativa do dia 26/08/2025, tendo sido adiada.*

Relatoria do Senador Alan Rick.

Mas agora ele vai fazer a leitura do relatório.

*Ad hoc*, é Senador?

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE) – É.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Está aqui, pronto.

Exatamente, então será um prazer ouvi-lo, pode fazer a sua relatoria

**O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SE. Como Relator.) – Senadora Augusta Brito, é um prazer muito grande estar aqui nesta Comissão de Desenvolvimento Regional com a sua Presidência.

Com muita honra, eu substituo meu colega Alan Rick, que me pediu que fizesse a relatoria. Agradeço a sua bondade. Nesses atropelos de Comissão, em que a gente precisa estar... Neste instante, nós estávamos juntos na Comissão de Assuntos Econômicos, e agora já estamos aqui.

Com a sua permissão, eu gostaria de passar para a análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cabe à CDR, nos termos do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre a matéria.

Por se tratar de apreciação em decisão terminativa, analisaremos também a constitucionalidade e a juridicidade da proposição.

Não identificamos quaisquer óbices quanto à regimentalidade do projeto de lei aqui analisado.

Entretanto, no tocante à constitucionalidade e à juridicidade, entendemos que o PL possui vícios, que serão apontados adiante.

No mérito, ratificamos, aqui, todos os argumentos utilizados pela CI para rejeitar a matéria. A gestão responsável e econômica da faixa de domínio é um imperativo estratégico que deve ser priorizado.

Entre os argumentos do parecer da CI, está o fato de que parte da redação do art. 2º do PL já está contemplada na lei, que é exatamente a possibilidade da redução da faixa não edificável das rodovias. Essa alteração se deu por meio da Lei nº 13.913, de 25 de novembro de 2019. Ademais, com relação às ferrovias, durante a tramitação do Projeto de Lei nº 693, de 2019, que deu origem à lei supra, o Congresso Nacional entendeu que a faixa não edificável desse modo de transporte deve merecer tratamento diferenciado e, por isso, a faixa mínima de quinze metros para cada lado foi mantida naquela ocasião, embora, veremos, havendo outras exceções já positivadas em lei.

Se é verdade que há recorrentes invasões nas faixas de domínio e muitas construções ilegais nas áreas não edificáveis contíguas às ferrovias, também é verdade que aprovar uma liberalização ampla aos municípios iria agravar ainda mais o problema de segurança e de urbanismo ao longo das linhas férreas brasileiras.

As reduzidas larguras das faixas de domínio das ferrovias brasileiras, muitas vezes centenárias, restringem ou mesmo inviabilizam um uso mais otimizado do modo de transporte ferroviário. Aboli-las totalmente iria na contramão da segurança operacional. Ademais, as faixas de domínio e não edificáveis também têm relevância em função de higiene e conforto ambiental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(térmico, acústico, luminoso e energético). O valor mais importante a se proteger, em todo caso, é a ampliação da segurança.

A manutenção da existência de uma área não edificável com 15 metros a partir da faixa de domínio, na maioria dos casos, é uma garantia à população do entorno para a mitigação de riscos relacionados à atividade ferroviária e seus impactos potenciais, principalmente se o Brasil, de fato, desejar implementar trens mais velozes e eficientes.

Além das questões já citadas, a proposta pode ser vista como antijurídica por falta de inovação legislativa. A Lei das Ferrovias (Lei nº 14.273, de 21 de dezembro de 2021) já criou a possibilidade de edificações serem construídas pelos operadores ferroviários, inclusive metroferroviários, sobre ou sob a faixa de domínio de sua via férrea, observado o plano diretor e o respectivo contrato de outorga com o poder concedente, na forma do seu art. 73.

A lógica da Lei das Ferrovias é a de que os operadores ferroviários são os atores interessados mais aptos a aproveitarem o potencial construtivo das faixas de domínio com segurança e racionalidade econômica. A aprovação da proposição enfraqueceria não apenas a segurança não apenas a segurança ferroviária, como também a capacidade dos operadores ferroviários, principalmente os de passageiros, obterem receitas imobiliárias dos entornos das estações.

Finalmente, vislumbramos inconstitucionalidade de parte da proposta, ao permitir que as faixas de domínio e as áreas não edificáveis das ferrovias sejam prescindidas por leis municipais e distritais, sem observar a competência federal para dispor sobre o trânsito e o transporte ferroviário federal.

Vou ao voto, Sra. Presidente.

Ante o exposto, votamos pela rejeição do PL 4.042, de 2020.

É o relatório, Sra. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Obrigada, Senador Laércio, pela leitura do relatório *ad hoc*.

A votação será nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero botar em votação o Projeto de Lei 4.042, de 2020, nos termos do relatório apresentado.

Os Senadores e as Senadoras que votam com o Relator votam "não".

Os Senadores e as Senadoras já podem começar – eu queria pedir para abrir a votação nominal – a votar.

(*Procede-se à votação.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Peço às assessorias aqui presentes para já avisarem que podem votar de forma virtual e que quem vota com o Relator vota "não".

Vamos dar um tempo para que a gente possa aguardar aqui...

Eu já posso ir dando aqui o aviso, enquanto esperamos a votação?

Então, já vou aqui fazendo o aviso, enquanto a gente espera os Senadores e as Senadoras votarem.

Nós informamos que hoje, às 14h30, neste mesmo Plenário, ocorrerá a 3ª Audiência Pública Interativa com a finalidade de analisar a execução do Programa 2.322 (PPA de 2024-2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho de Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A reunião será conduzida pelo Senador Jorge Seif, Relator da política pública e Vice-Presidente desta Comissão.

Enquanto isso, vamos esperar aqui a votação. (*Pausa.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Precisamos de que todos os Senadores e todas as Senadoras votem. Inclusive, eu já vou aqui votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todos os Senadores e Senadoras já votaram.

Senhoras e senhores, vamos agora, então, encerrar a votação.

Pedimos aqui que a gente abra para ver como foi o resultado da votação, por favor.

(*Procede-se à apuração.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Augusta Brito. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - CE) – Não está dando para... (*Pausa.*)

Pronto.

Então o projeto acaba de ser rejeitado, conforme o parecer do Relator.

Foram 4 votos SIM; e 6 votos NÃO.

Então, agora já temos como rejeitado o Projeto nº 4.042.

Parabéns, Relator, pelo belíssimo trabalho.

E, não havendo mais nada a tratar, eu já quero aqui agradecer a toda a assessoria que esteve aqui presente, Senadores e Senadoras, e quero desejar realmente um ótimo dia, uma ótima semana a todos e a todas.

A gente declara encerrada a presente sessão.

(*Iniciada às 10 horas e 10 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Seif, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Plínio Valério, Alessandro Vieira, Alan Rick, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Astronauta Marcos Pontes, Augusta Brito, Beto Faro, Ana Paula Lobato, Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às quinze horas e oito minutos e reaberta às quinze horas e vinte e oito minutos. Passa-se à apreciação da pauta: **3ª Audiência: Avaliação de Política Pública - Saneamento**, atendendo aos requerimentos REQ 12/2025 - CDR, de autoria Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, e REQ 29/2025 - CDR, de autoria Senador Jorge Seif (PL/SC). **Finalidade:** 3ª (terceira) Audiência Pública Interativa com a finalidade de analisar a execução do Programa 2322 (PPA 2024–2027), critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da Avaliação da Política Pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR". **Participantes:** Sr. Gesmar Rosa dos Santos, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; Sra. Luana Pretto, Presidente Executiva do Instituto Trata Brasil; Sra. Veronica Sánchez da Cruz Rios, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA; Sr. Alison Fiuza, Coordenador de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina – ARIS; Sr. Carlos Ivan Sturzbecher, Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN; Sra. Vanessa Fonseca, Gerente de Captação de Recursos e de Relações com os Investidores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN; e Sr. Joel de Jesus Macedo, Gerente de prospecção de recursos da Sanepar e Coordenador da Câmara Técnica de Recursos para Investimento da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento – AESBE. **Resultado:** Audiência Pública interativa realizada. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/02

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Senhoras e senhores, muito boa tarde.

Hoje são 2 de setembro de 2025, e, havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nessa data, 2 de setembro de 2025, sob a proteção do nosso Senhor Deus.

A presente reunião destina-se à realização da terceira audiência pública interativa com a finalidade de analisar a execução do Programa 2.322 (PPA 2024-2027) e os critérios de repasse e acesso a recursos federais para saneamento básico, como parte do plano de trabalho da avaliação da política pública sobre o apoio técnico e financeiro federal aos entes federados e às entidades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que atuam no setor de saneamento, no âmbito da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, em atenção ao Requerimento 29, de 2025, de minha autoria.

Eu, imediatamente, quero convidar o Dr. Gesmar, que está aqui presencialmente, a tomar assento junto conosco. Obrigado pela presença, Dr. Gesmar. Ele é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Bem-vindo!

A D. Veronica Sánchez Cruz, que é Diretora-Presidente da ANA (Agência Nacional de Águas), já, já está chegando.

Há um pedido da Sra. Luana Pretto, que quer iniciar as falas devido a um compromisso posteriormente.

De forma remota também, participarão conosco Alison Fiuza, que é Coordenador de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina; Luana Pretto, Presidente-Executiva do Instituto Trata Brasil; Carlos Ivan, Diretor Financeiro de Relacionamentos com Investidores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan); Vanessa Fonseca, Gerente de Captação de Recursos e Relacionamentos com Investidores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan); e Joel de Jesus Macedo, Gerente de Prospecção de Recursos da Sanepar e Coordenador da Câmara Técnica de Recursos para Investimento da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe).

Comunico ainda que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/e-cidadania ou pelo telefone do Senado: 0800 0612211.

Todos que estão acompanhando esta audiência podem enviar suas perguntas.

O relatório completo com as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos.

Ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos, queria perguntar para a Mesa se nós temos algumas perguntas aqui dos nossos internautas. (*Pausa.*)

Bom, a Ludmylla, de Goiás – obrigado pela participação, Ludmylla –: "Como a [...] [Agência Nacional de Águas] está apoiando estados e municípios na adequação às normas nacionais de saneamento?".

O Fábio, de São Paulo, pergunta: "Qual o papel da [...] [Agência Nacional de Águas] na implementação do Programa 2.322 e na superação de desafios do saneamento básico?".

O André, de Pernambuco: "Como o PPA garantirá saneamento universal sem excluir municípios vulneráveis, evitar tarifas abusivas e assegurar continuidade política?".

A Edes, de minha Santa e bela Catarina: "A ANA, [...] [a Agência Nacional de Mineração] e órgãos estaduais de outorga não têm papéis duplicados, quando se trata de utilização de águas?".

O Samuel, de Tocantins: "Uma cidade que propõe um saneamento básico e não consegue atender todo o município está tendo um saneamento supérfluo e desigual". É um comentário, na verdade.

O Sérgio, de Minas Gerais. "Os governos deveriam investir em tratamento de esgoto e incentivar o uso de fossa séptica biodigestora em locais mais remotos". Também é um comentário.

O Alan, do Rio de Janeiro: "Saneamento básico deveria ser prioridade nº 1 do governo, pois cada real gasto em saneamento básico diminui R$11 na conta da saúde". É verdade, Alan. Nós temos estatísticas muito semelhantes a essa.

E o Kaio, de Goiás: "Deixe o setor privado tomar conta e tire os impostos".

Eu quero passar imediatamente à Sra. Luana Pretto, a quem eu já agradeço a participação. Ela é Presidente-Executiva do Instituto Trata Brasil. Participa conosco remotamente. Dra. Luana, a senhora tem dez minutos para suas exposições. Muito obrigado por sua participação. (*Pausa.*)

Não te escuto aqui. Se a senhora puder conferir só o áudio aí... Não escuto a senhora. (*Pausa.*)

Ainda não escuto a senhora. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tenta de novo aí, por gentileza. Espera aí, só um minutinho. (*Pausa.*)

Eu não sei se a equipe pode nos ajudar aqui. Tem aqui uma opção. (*Pausa.*)

É o dela? Dra. Luana, eu acho que é o... O pessoal está mexendo aqui, mas parece que é da sua parte aí.

Tem uma opção aqui, conectar áudio, mas eu não preciso mexer aqui, não, né? (*Pausa.*)

Vou aguardar a senhora aqui. A senhora quer... Ah, então, o pessoal está ouvindo, mas eu não... O pessoal da mesa de som está conseguindo ouvi-la, mas aqui, na Comissão, nós não a ouvimos. Aumenta o som aí, por gentileza. (*Pausa.*)

O pessoal que está *online* consegue ouvir, mas aqui, na Comissão, nós não conseguimos. Um minutinho, Luana, nós estamos mexendo aqui. Essas coisas da modernidade, né? Volta e meia nós temos alguns problemas de áudio.

Mas o engraçado é que o pessoal *online*, olha, tanto o Joel quanto a Vanessa e o Carlos também estão ouvindo. (*Pausa.*)

Ainda não. Não é lá, não; senão os outros convidados não a estariam ouvindo. É um problema nosso aqui. Só um pouquinho, Luana, estamos mexendo aqui. (*Pausa.*)

Vamos aguardar, porque ela tem horário ali.

Ainda não. (*Pausa.*)

O pessoal está mexendo ali?

Só um minutinho, Luana, com paciência, por gentileza.

Luana, nós vamos para o segundo aqui. (*Pausa.*)

Não, o Gesmar me pediu para participar por último, após as discussões.

Se nós chamarmos alguém aqui, no Zoom, vai ter o mesmo problema, é isso? É.

Pessoal, eu vou, eu vou suspender a sessão por dez minutos, para nós buscarmos a resolução desse problema. Luana, perdoe-me; perdoe-me.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu suspendo a sessão por dez minutos para a nossa equipe técnica aqui verificar o que está havendo com o áudio.

Obrigado.

(*Suspensa às 15 horas e 08 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 28 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Oi, pessoal.

Retomando aqui os trabalhos, peço perdão, mais uma vez, pelos problemas técnicos e passo imediatamente para a Dra. Luana Pretto, que vai fazer os seus comentários durante dez minutos.

Fica à vontade, a palavra é da senhora. Muito obrigado pela participação.

**A SRA. LUANA PRETTO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Primeiramente, quero agradecer o convite para estar aqui, principalmente por ter tantos conterrâneos também de Santa Catarina. Também sou cidadã catarinense.

Eu vou trazer aqui um pouquinho do que nós, como Trata Brasil, temos visto em relação ao marco legal do saneamento e à regulação, de uma maneira geral, também em relação ao saneamento básico.

Bom, por esses números acho que todos nós já sabemos, enfim, o quanto ainda precisamos avançar com o saneamento do nosso país. Eu gosto de olhar sempre para esse indicador de investimento médio em reais por ano, por habitante, porque o investimento vai se traduzir em obras, que vai se traduzir no maior percentual da população com acesso ao serviço. Então, esse é um indicador muito importante de acompanharmos quando a gente pensa na universalização do acesso ao saneamento básico no nosso país.

E aí, quando a gente olha as diferentes regiões, nós vemos que, tanto no acesso à água tratada, coleta e tratamento dos esgotos quanto em relação ao investimento, a gente tem uma disparidade muito grande nas diferentes regiões do Brasil. Enquanto aqui, na Região Sudeste, temos um investimento médio de R$171 por ano, por habitante, lá na Região Norte temos um investimento médio de R$66 por ano, por habitante. Então, temos indicadores piores e, por outro lado, um investimento abaixo do que deveríamos estar investindo. De acordo com o Plansab, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nosso investimento médio deveria ser de R$223 por ano, por habitante, em saneamento básico, nos municípios brasileiros.

Tivemos o marco legal do saneamento lá em 2020, que colocou, principalmente, uma mesma regra para os mais de 5.570 municípios. Então, todos eles precisam atingir a universalização até o ano de 2033: 99% da população com acesso a água, 90% com acesso a coleta e tratamento de esgotos, e chegar também a 25% de perdas de água, reduzindo de 40% para 25% até o ano de 2034.

O tripé do marco legal é um dos temas que está sob análise nesta Comissão. A regulação é um dos três pontos importantes do marco legal, né? Então, o marco legal trouxe a centralização na ANA para a adoção das normas de referência, para que as mais de cem agências infranacionais pudessem ter uma base a ser seguida dessas normas de referência. Trouxe a questão da competição para alavancar o volume de investimentos em saneamento básico. E a questão da eficiência, que também é garantida por meio da atuação dessas agências reguladoras e, enfim, dessas normas, que precisam ser seguidas para que haja a correta operação e expansão do serviço de saneamento básico.

Bom, mas por que tudo isso é importante? Nós, do Trata Brasil, sempre olhamos sob a ótica da população. Então, a gente está falando de levar água e coleta e tratamento de esgoto, promovendo saúde, educação e geração de renda. Qual é a lógica? A partir do momento em que a gente melhora as condições de saúde... Tivemos, no Brasil, 344 mil internações e mais de 11,5 mil óbitos por conta de doenças relacionadas ao saneamento inadequado. Então, quando a gente leva água e saneamento básico para essas pessoas, a gente diminui o número de doenças. As crianças conseguem ter um melhor desenvolvimento, conseguem ter uma melhor escolaridade média. Essa diferença é de 1,8 anos de escolaridade média entre quem tem ou não acesso ao saneamento. Temos uma maior produtividade, uma diferença de salário de quase R$1,2 mil – de R$3,2 mil para R$2 mil – entre quem tem ou não acesso ao saneamento no Brasil, em média. Temos um melhor desenvolvimento do turismo, uma possibilidade de gerar R$80 bilhões ao Brasil com a universalização do saneamento. E uma melhor valorização ambiental: deixaremos de jogar, por dia, mais de 5,2 mil piscinas olímpicas de esgoto bruto na natureza. Essa é a realidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um pouquinho dos números que eu já falei de saúde, mas, enfim, quando a gente tiver a universalização, nós vamos ter um ganho de mais de R$1,4 trilhão. Como que isso vai acontecer? Redução de custo com saúde, ganho com turismo, ganho com produtividade, melhores salários, melhor perspectiva futura de desenvolvimento para as crianças e melhor valorização imobiliária de uma maneira geral.

E quem é a população mais beneficiada com essa universalização? É a população mais vulnerável. Nós fizemos um estudo do instituto que apontou que, hoje, o perfil de quem não tem acesso ao saneamento no Brasil são pessoas com até 20 anos de idade, na sua grande maioria, pessoas jovens; autodeclaradas pretas, pardas e indígenas; pessoas cuja soma da renda da família não ultrapassa R$2,4 mil; pessoas, enfim, que acabam tendo uma perspectiva futura comprometida por conta da falta do acesso ao saneamento.

O Instituto Trata Brasil fez um estudo que avalia os avanços do marco legal do saneamento e como está a situação dos municípios em relação a esse tema. Esse estudo foi publicado em julho deste ano, e aí chegamos à conclusão de que, dos 5.570 municípios que o Brasil possui, em 1.557 municípios já houve uma captação de recursos, por meio de concessões parciais, plenas, PPPs, com R$370 bilhões captados. Esses municípios estão em 21 estados, são 66 projetos já realizados e, em fase de estruturação, temos, então, outros 1.460 municípios com um possível alcance de mais 36 milhões de pessoas.

Além disso, temos municípios que estão buscando financiamentos nacionais e internacionais para poderem alavancar também esses investimentos em saneamento. No total, entre municípios que já têm esse recurso garantido, via participação privada, municípios que estão em estruturação, nós temos aí 115 milhões de pessoas com potencial de impacto, o que representa 54,3% da população brasileira.

Lá em 2021... Então, todos esses 5.570 municípios precisaram passar – todos eles não, as companhias estaduais de saneamento precisaram passar por um processo de comprovação de capacidade econômico-financeira, lá em 2021, para garantir que teriam recurso financeiro para universalizar em 2033. Em 2021, nós tínhamos 1.106 municípios, dos praticamente 3 mil municípios que são operados por companhias de saneamento estaduais. Sobre isso o colega da Aesbe vai poder falar melhor, esse número, mas desse total de municípios operados por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

companhias estaduais, 1.106 municípios estavam irregulares, não houve a comprovação da capacidade econômico-financeira. Isso lá em 2021.

Agora, em 2023, com dados de 2023, esse número passou para 374 municípios. Ou seja, a gente vê se reduzindo o número de municípios que estão irregulares, o que é muito bom, porque se há um contrato estabelecido com uma companhia de saneamento – independentemente de ela ser pública, privada, estadual, enfim –, esse contrato vai garantir que metas sejam estabelecidas e que haja um investimento necessário, com uma fiscalização adequada das agências reguladoras para o cumprimento das metas do marco legal do saneamento. Então, a gente vê que esse número tem se reduzido, seja porque houve a comprovação, seja porque houve um processo de captação de parcerias público-privadas para alavancar esses investimentos em saneamento.

E aí, quando a gente olha o cenário dos municípios que estão isentos de ter essa comprovação de capacidade econômico-financeira, que estão regulares ou que estão irregulares, nós vemos que existem 79 milhões de pessoas vivendo em municípios que estão isentos. Esses municípios são operados majoritariamente pelas companhias municipais de saneamento, por autarquias, por secretarias dentro dos municípios. Nós temos 115 milhões de brasileiros vivendo em municípios que estão regulares, ou seja, que têm agora a comprovação da capacidade para efetivar o investimento, e nós temos 6,7 milhões de pessoas que vivem em municípios que estão irregulares.

A gente vê que existe uma disparidade muito grande entre os indicadores, principalmente dos municípios que são regulares ou que estão irregulares. A gente vê, por exemplo, que o atendimento de água, na média dos municípios regulares, é de 83%; nos irregulares, 63%. Nos municípios regulares, vai a 57%; nos irregulares, 27%. E aqui a capacidade de investimento: nos regulares, essa média de investimento é de R$121 por ano, por habitante, enquanto nos irregulares é de R$53 por ano, por habitante – lembrando que a gente deveria estar investindo em média R$223 por ano, por habitante.

Aqui é um mapa do Brasil que demonstra onde estão esses municípios que estão como irregulares. A gente vê que existe uma predominância em municípios das Regiões Norte e Nordeste. No caso de Roraima, por exemplo, 100% dos municípios estão com situação irregular; no caso da Paraíba, 63%; no Acre, 56% da população reside em municípios que estão irregulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E assim sucessivamente a gente vai vendo onde estão concentrados esses municípios em situações irregulares.

Nesse estudo, a gente sempre faz uma análise, então, de o quanto falta para a gente atingir o marco do saneamento. O Plansab tem um cálculo de que nós precisamos investir R$516 bilhões, e a gente sabe que existem, enfim, diferentes números. A Abicom fala de um número muito maior do que isso, muitas vezes existem outros estudos que trazem valores entre R$500 bilhões e R$800 bilhões, mas o fato é que estamos investindo, no último ano, R$25 bilhões e deveríamos estar investindo em média R$45 bilhões. Então, temos aí que correr contra o tempo para alavancar esses investimentos e conseguirmos, então, atingir as metas do marco legal do saneamento básico.

A gente vê que, ao longo dos anos, esse número tem aumentado. Então, todos esses dados estão na mesma base de dados para eles poderem ser comparados. A gente vê que houve um acréscimo em relação ao investimento, mas ainda longe do necessário, que são aqueles R$223 por ano por habitante.

Quando a gente olha a perspectiva da regionalização no Brasil, então, a gente vê que grande parte dos estados já fez o processo de regionalização, que é uma das premissas do marco legal, mas, em grande parte desses estados, não há operacionalização dessa regionalização. Não existe uma entidade de governança interfederativa, unindo municípios e estado, para que possa ser deliberada a questão do saneamento básico, que é uma das premissas de união de municípios grandes e pequenos, para que haja, enfim, a universalização para todos os municípios, independentemente do tamanho.

Quando a gente olha os projetos que estão sendo desenvolvidos, principalmente por BNDES, ou que estão em elaboração via Radar PPP, a gente vê que existem casos, que estão em verde, em que já foram feitas a licitação e a privatização; outros, que estão em estruturação, que são os casos em amarelo; outros, com PPPs ou companhias em modelos de negócio nesse sentido; e alguns sem projetos de licitação que a gente pudesse verificar em *sites* públicos que monitoram esse tipo de situação.

Bom, nós temos um *site*, o Painel Saneamento Brasil, que traz dados em relação aos 5.570 municípios no nosso país. O nosso objetivo é trazer dados de saneamento básico, de escolaridade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

média com e sem saneamento, de renda média com e sem saneamento, de número de doenças, sempre mostrando que o saneamento é um assunto transversal que precisa acontecer na ponta, né? Por isso essa discussão, nesta Comissão – principalmente em relação à atuação das agências reguladoras, em como conduzir esse processo para que o saneamento efetivamente aconteça na ponta –, é algo muito importante.

Contem com o Instituto Trata Brasil nesse processo, porque tudo o que a gente quer é ver a dona-maria com acesso à água tratada, coleta e tratamento de esgoto e munir a população de dados, informação e conhecimento, porque ela tem a conscientização de também de que isso vai mudar a vida do seu filho, vai mudar a vida do seu neto e que isso precisa estar na pauta da agenda do dia a dia, enfim, dos governantes dos 5.570 municípios.

É isso, agradeço o tempo de exposição e me coloco à disposição de uma maneira geral.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Luana, maravilhosa a sua exposição. Ainda sobrou algum tempinho, e se você quisesse falar... Normalmente o pessoal brinca que as mulheres falam um pouquinho mais. Olha, você foi supereconômica, uma apresentação bacana demais. (*Risos.*)

Eu quero até, primeiramente, te pedir perdão pelos problemas técnicos que nós tivemos e também quero te dizer que o trabalho que o Instituto Trata Brasil faz é sensacional, maravilhoso. Inclusive, quando vocês publicaram a 17ª edição do Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil, nós o divulgamos nas minhas redes sociais, enquanto Senador da República.

Quero também parabenizar não só a senhora, como toda a equipe do Trata Brasil, e dizer que nós estamos utilizando essa 17ª edição do Ranking do Saneamento para reavaliar a política pública em andamento aqui na Comissão. Foi isso o que nós propusemos.

Nós entendemos, como você bem falou no finalzinho, que a D. Maria tenha água e esgoto em todos os rincões do Brasil. Esse é o nosso objetivo.

Temos visto que, apesar dos avanços do marco do saneamento, na prática seguimos investindo pouco e ele segue sendo uma pauta sem a devida tratativa, sem a devida prioridade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós sabemos que água e esgoto são questões de dignidade. Não é luxo nenhum você tomar um banho no chuveiro, você ter saúde, você inclusive proteger a natureza, rios, córregos... Muitas vezes, esgotos são lançados a céu aberto, destruindo a vida, trazendo doenças etc, etc.

Então, eu quero te agradecer, de um catarinense para uma catarinense, pelo trabalho maravilhoso que vocês fazem.

Saibam que o trabalho que vocês fizeram e publicaram está em nosso poder, no das nossas assessorias, e nós estamos revendo a política de saneamento no Brasil também baseados em muitas informações que vocês nos disponibilizaram.

Então, Luana, eu quero te agradecer imensamente pela sua participação. Muito obrigado.

Estamos aqui também abertos a sugestões e realmente buscando soluções.

Você sabe que a maioria dos nossos Prefeitos – gestores públicos, de uma forma geral – estão desesperados, porque o marco legal trouxe prazos que são inexequíveis com os orçamentos que os municípios têm; são inexequíveis porque muitos pequenos municípios ou consórcios de pequenos municípios não conseguem ter atratividade para fazer PPP, parceria público-privada. Então, nós estamos buscando aqui realmente uma solução para a população e para o gestor público: como nós podemos buscar soluções para que esse gestor não seja penalizado amanhã, e, ao mesmo tempo, para que a população comece a ter a percepção de que o saneamento no Brasil, especialmente na área de esgoto, que é vergonhoso, como você trouxe ali os números, como as pessoas podem ter dignidade de ter esgoto tratado no mínimo de tempo possível?

Nós sabemos que saneamento básico custa muito caro, demanda uma grande infraestrutura, e, como nós dissemos, político não gosta de obras que são enterradas; ele gosta de fazer praça pública, gosta de fazer asfalto, gosta de fazer ponte, gosta de fazer parques, porque isso o povo vê, mas é uma questão, acima de tudo, de dignidade e de saúde de todos os brasileiros.

Com essas palavras, Luana, eu te agradeço imensamente e mando um abraço a todos do Instituto Trata Brasil pelo excelente trabalho que vocês fazem.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. LUANA PRETTO** (*Por videoconferência*.) – Muito obrigada. Seguimos à disposição.

Um abraço.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

Pessoal, dando continuidade aqui às nossas discussões e aos nossos expositores, eu quero passar a palavra para o Sr. Alison Fiuza, que é Coordenador de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa – e bela – Catarina (Aris), que participa conosco remotamente.

Ele está por aí?

**O SR. ALISON FIUZA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde a todos. Conseguem me ouvir?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Opa, consigo sim.

Alison, obrigado pela sua participação e da sua equipe, que nós estamos vendo aqui.

O amigo tem dez minutos para suas exposições.

Obrigado mais uma vez.

**O SR. ALISON FIUZA** (*Por videoconferência*.) – Novamente, boa tarde a todos.

Quero, primeiramente, agradecer o convite na pessoa do nosso Senador Jorge Seif, aqui do nosso estado.

É uma satisfação enorme para agência reguladora intermunicipal participar de um debate e poder contribuir para encontrar, como o Senador comentou há pouco, uma santa ideia, sempre encontrar soluções para que a gente possa, sem dúvida nenhuma, alcançar o marco regulatório, alcançar uma maneira que seja sustentável e módica para a população e que, consequentemente também, os nossos Prefeitos não sejam penalizados, como muito bem comentou o nosso Senador.

Pois bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, eu quero informar que o nosso Diretor Geral, Adir Faccio, não pôde estar presente aqui conosco hoje. Então, ele pede escusas por não estar presente.

No nosso estado, durante esta semana, nós temos um evento realizado pela Federação Catarinense de Municípios, que congrega todos os municípios aqui do estado. É um evento, um congresso de Prefeitos, e o Adir tem agenda lá durante esse evento. Inclusive, durante o evento, será tratado em um painel o tema específico do saneamento, ao qual nós, da Aris, estaremos presentes.

A Aris, só para a gente também conhecer um pouquinho, é uma agência reguladora especificamente de saneamento. Nós regulamos, aqui no estado, 210 municípios de Santa Catarina – então, é quase a grande maioria dos municípios – e nós temos algumas peculiaridades aqui no nosso estado...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Alison, perdão. Perdão.

Eu não consegui ouvir quantos municípios o senhor mencionou. Perdoe-me. Se puder repetir, por gentileza...

**O SR. ALISON FIUZA** (*Por videoconferência.*) – São 210 municípios que nós estamos regulando. E, dentro desses municípios, a gente regula, por exemplo, Joinville, que é o maior do estado, e também regula o menor município do estado, que é Santiago do Sul. Então, a gente tem essa devida peculiaridade entre os extremos.

Além dessa peculiaridade entre tamanhos de municípios, pela qual a gente precisa ter especificidades para regular cada um deles, nesses 210 municípios existem diferentes tipos de prestadores.

O maior prestador que a gente regula está aqui conosco na sala, a Casan. A gente regula 151 municípios que são prestadores da Casan – são 14 concessões, contratos de concessões – e, além disso, a gente tem outros 42 de prestação direta – são aqueles conhecidos como departamentos, secretarias ou mesmo autarquias municipais próprias.

Então, é uma grande especificidade aqui do nosso estado, fazer essa regulação para essas diferentes tipos de prestadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, para gente tentar auxiliar os municípios, a gente tem um escritório regional aqui em Florianópolis e também outros seis escritórios espalhados dentro do estado, em regiões específicas. Ou seja, a gente tenta estar mais próximo à população, mais próximo ao poder concedente, para que possa auxiliá-los tanto para a tomada de decisão, bem como para a proposição de soluções e alternativas aos prestadores.

O meu foco aqui, para contribuir com o tema, vai ser uma fala sobre três eixos de atuação da agência.

A agência, o objetivo dela, o foco dela é fiscalizar e regular tarifa – esses são os dois principais eixos em que nós atuamos –, mas, como a gente também é parte do poder concedente, tem um ponto em que a gente tenta auxiliá-los, que são dois projetos em que nós atuamos durante os últimos anos.

O primeiro projeto, em que a gente atua desde 2013, mais ou menos, a gente o chama de TRATASan. Esse projeto... Qual é o objetivo dele? É a gente fazer um diagnóstico, dentro dos municípios de Santa Catarina, especialmente nos municípios abaixo de 15 mil habitantes, e identificar, em cada residência, qual é a solução de esgotamento sanitário que essa residência possui. Ou seja, a gente avalia se possui uma fossa séptica, se essa fossa é uma fossa rudimentar ou se é uma fossa com todas as características da ABNT.

Esse projeto foi importante, porque a gente conseguiu entender, no nosso estado, algumas características que, inclusive, hoje são essenciais para alcançar o marco regulatório.

Quais são essas características? Geralmente, nos municípios pequenos, para a expansão do serviço ou para a criação do serviço de esgotamento sanitário, geralmente se trabalha muito com as redes coletoras, aquelas grandes infraestruturas de saneamento em que os investimentos são muito pesados, né? Então, a nova lei do saneamento, o marco regulatório, trouxe uma alternativa, que são as soluções individuais, poder utilizar o sistema de soluções individuais como uma alternativa para alcançar o marco regulatório.

Quando a gente fez esses diagnósticos, a gente conseguiu entender que grande parte dos nossos municípios possuem esses sistemas individuais de fossa, filtro e sumidouro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que é que faltava para a gente fazer com que esse serviço fosse um serviço alternativo e, por conseguinte, eficiente para alcançar o marco regulatório? Geralmente, faltava ter uma coleta programada e uma limpeza desses serviços.

Aí, uns dois anos atrás, três anos atrás, a agência criou uma normativa, dentro do seu estoque regulatório, em que a gente definiu quais são os procedimentos para essa coleta anual da fossa séptica, ou seja, foi uma solução implementada que auxilia a você ter, então, um serviço de atendimento ao esgotamento sanitário, inclusive com menor custo para o marco regulatório.

Então, esse (*Falha no áudio.*) ... há muitos anos, e a gente o vê como uma alternativa para se buscar o marco regulatório.

Outro ponto importante também foi que, quando houve a nova lei do marco regulatório, em 2020, houve uma diretriz de que os municípios precisavam modificar os seus planos municipais, inserindo nos seus planos municipais as metas para o atendimento de água, no caso 99% da população, e de esgoto – 90% da população.

O nosso papel foi auxiliar esses municípios no desenvolvimento desses planos, para que esses planos, então, já nascessem com uma sustentabilidade e com as metas específicas para esse atendimento.

Então, é um papel com que nós auxiliamos os municípios, foge um pouco do nosso institucional, mas a gente vê como importante para o desenvolvimento do nosso estado.

Para finalizar, nós também temos um papel importante... Inclusive, a ANA vai estar aqui conosco, a nossa Presidente, e, desde já, eu gostaria de agradecer o papel da ANA na criação das normas de referência, que é um papel fundamental para que a gente possa regular e uniformizar a prestação de serviço dentro do nosso estado e dentro do país.

Hoje, a ANA já possui, no seu estoque regulatório, 12 normas de referências. Ela já publicou. Dentro dessas normas, algumas delas têm um tempo para você se adequar a essas normativas, e, com outras, inclusive, já estamos no período de comprovação da adesão a essas normas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós, aqui da agência, hoje, já conseguimos construir um estoque regulatório e, dessas 12 normas, 10 delas a gente já tem como normas vigentes em aplicação, atendendo às diretrizes da ANA.

E uma delas, que é fundamental, que eu comentei no primeiro projeto, trata sobre a regulamentação desses serviços de soluções alternativas para alcançar o marco regulatório.

Então, a partir dessa norma de referência – e a agência já tinha, no seu estoque regulatório, uma norma para isso –, a gente conseguiu definir isso como uma prioridade, advindo da normativa da ANA como base concreta.

Enfim, eu gostaria aqui de também, novamente, agradecer a oportunidade, continuando à disposição para dúvidas gerais, e de dizer também que, no nosso estado, a gente está sempre buscando trabalhar em conjunto com as demais agências aqui – aqui, além da Aris, são outras três agências que existem aqui no nosso estado. E, quando a gente trabalha em conjunto, a gente consegue buscar ainda mais uma eficiência.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Alison, obrigado pela participação da Aris. Inclusive, também quero agradecer o material de vocês – nós utilizamos aqui.

Inclusive, estava vendo aqui a Diretoria, e são amigos, políticos queridos que eu respeito: o Oscar Martarello, que é o Presidente; a Juliana, lá de Canoinhas, uma querida amiga; o Adriano Silva, grande gestor de Joinville; o Alexandre Ribas, lá de Itapiranga; o Freccia, que é lá Prefeito de Palhoça...

Então, que bacana conhecer essas pessoas e saber que elas também estão envolvidas e interessadas na questão da resolução de saneamento básico.

Quero agradecer a sua participação e também contar com a habitual ajuda de vocês para nós modificarmos a política de saneamento do Brasil, propondo melhorias e novas políticas públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é um grande desafio para todos nós, aqui da Comissão, para nossa Presidente Dorinha Seabra e para mim, que propus, como Vice-Presidente, essa ação este ano, mas justamente muito conectados com Prefeitos de todo o Brasil, especialmente de Santa Catarina, que têm nos procurado.

Temos feito reuniões aí no estado, inclusive aí na sede em que você está agora concedendo esta audiência aqui conosco. Estivemos aí, inclusive com ministérios, com o MDR, que agora mudou de nome... É MDIR – é isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – MIDR.

Tem pessoas ali que já têm bastante experiência e têm nos ajudado, percorrendo aí, fazendo audiências públicas e...

Como que fala, Marcielly? (*Pausa.*)

Diligências externas.

Já fizemos em Santa Catarina, faremos no Acre – bateu na trave, mas faremos –, Tocantins, São Paulo, e tem outros Senadores de outros estados também nos propondo.

Isso porque, vendo as realidades de diferentes pontos do Brasil, Alison, nós podemos fazer uma política pública que seja realmente abrangente, de acordo com as tantas diferenças... inclusive, na apresentação da Luana Pretto, nós vimos ali quantos estados são em sua maioria irregulares, com pouco saneamento básico.

Então, o nosso objetivo e o que nós temos que fazer aqui são leis federais que valham para todos os estados e todos os municípios, mas buscando, entendendo as diferenças de tamanho, a diferença de orçamento, a dificuldade de financiamento, enfim, levando em consideração todas as faces do saneamento básico e dos desafios que o saneamento nos impõe.

Eu quero agradecer, mais uma vez, a você e à sua equipe, que está aí nos acompanhando e auxiliando-o. Muito obrigado, eu te deixo um forte abraço e até a próxima, se Deus quiser.

**O SR. ALISON FIUZA** (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pessoal, eu quero, primeiramente, saudar a Sra. Veronica Sánchez da Cruz Rios, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Obrigado pela presença da senhora, por estar prestigiando esta Comissão.

Antes de passar para o próximo expositor, que é o Sr. Carlos Ivan Sturzbecher, Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, a nossa querida Casan, eu queria também colocar mais algumas participações de internautas, aos quais eu agradeço muito por estarem participando, enviando perguntas e sugestões.

Adrians, de São Paulo, pergunta o seguinte: "Como o Programa 2322 e a ANA superam os desafios de financiamento e regulação para universalizar o saneamento no Brasil?".

Depois eu vou deixar a Sra. Veronica responder.

Bárbara, de São Paulo: "Qual a frequência de fiscalização do andamento do programa? Há cidades já foram 100% atendidas por meio [...] [desse] programa?".

Elenild, daqui do Distrito Federal: "Como essa política vai ser divulgada para a população, especialmente em áreas rurais e favelas?".

Guilherme, de São Paulo: "Como equilibrar as diferentes estruturas de saneamento [...] proporcionais ao tamanho das cidades brasileiras?".

Excelente pergunta também, Guilherme.

E um comentário aqui da Helena, do Rio de Janeiro: "Como a população [...] [saberá] que a verba foi [...] enviada e [...] bem utilizada? Não vejo transparência nas ações divulgadas".

Helena, essa eu já vou te responder.

Nós temos órgãos de controle: tribunais de contas dos estados (TCEs) e Tribunal de Contas da União. Todo esse dinheiro que seja destinado pelo Governo Federal e governos estaduais, são esses os órgãos que fiscalizam na aplicação de recursos públicos em obras. Então, os TCEs e o TCU fazem informativos, relatórios anuais, mostrando onde teve problema, fazem julgamentos, fazem investigações. Então, são os tribunais de contas estaduais e o da União que são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsáveis por fiscalizar esses recursos que são destinados a tudo e também a saneamento básico, tá?

Bom, eu passo a palavra agora para o Sr. Carlos Ivan, que é Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento, a nossa gigante Casan, uma empresa que faz grandes contribuições para o desenvolvimento da nossa Santa – e bela – Catarina.

Eu passo a palavra imediatamente para o Sr. Carlos.

Sr. Carlos, obrigado pela sua participação, pelas suas contribuições. O senhor tem dez minutos para o uso da palavra.

Muito obrigado.

**O SR. CARLOS IVAN STURZBECHER** (*Por videoconferência*.) – Alô, me ouvem?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Positivo. Estamos ouvindo perfeitamente.

**O SR. CARLOS IVAN STURZBECHER** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Então está bem.

Muito obrigado, Presidente.

Boa tarde a todos.

Eu não vou falar muito diferente da própria Luana, do que ela falou e também o pessoal da Aris. A gente tem um desafio aqui em Santa Catarina, e tem no Brasil – não é? –, porque nós fizemos parte da Aesbe. Então, a gente tem, sim, os nossos números, os desafios ali para a universalização, dentro da esteira do que os outros colegas já falaram.

A gente sabe que a gente investe, que investimos nos últimos 20 anos só 17 bilhões por ano, e precisamos investir 50 bilhões por ano. Isso é fato. Desses 350 bilhões que foram investidos, nos últimos anos, 92% foram as companhias estaduais de saneamento que o fizeram. Então, a maior parte desses investimentos foram feitos pelos prestadores públicos. Então, nós, aqui da Casan...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Casan representa, hoje, metade do sistema. A outra metade está fora do sistema Casan, que são os outros municípios maiores – leia-se Joinville, Blumenau, Itajaí e assim vai.

Então, nós temos, aqui dentro da Casan, dentro do Governo do Estado de Santa Catarina, uma meta para subir muito rápido as coberturas, principalmente, de esgotamento sanitário, que estão próximas de 30% aqui no estado.

Como bem falou o colega da Aris, temos alguns modelos para a gente poder financiar e dar viabilidade a esse tipo de cobertura, até porque a gente sabe que esgotamento é caro, fazer aquela obra convencional, com a rede de coleta, com uma estação de tratamento de esgoto e com a disposição final do efluente tratado. Tudo isso demanda muitos recursos e demora muito para ser pré-pago. E, como o colega da Aris falou, nós temos aqui também o esgotamento sobre rodas, que vai dar viabilidade para atender a pequenos municípios. Então, a Casan está fazendo...

Tem bastante desafio. Nós vamos investir, nos últimos dois anos, de 2024 a 2026, R$2 bilhões, prioritariamente, mais em esgoto do que em água, mas em água a gente continua investindo.

Então, a gente sabe que a gente precisa ter uma diversificação de...

Ah, queria dar um outro dado ainda: todo o esgoto, todo o saneamento que foi financiado, no passado, foi financiado basicamente com 55% de recursos próprios; 30% com recursos de terceiros, financiamentos; 15%, mais ou menos, com recursos não onerosos, da União.

É óbvio que a Casan tem acesso a pouco desse tipo de recurso não oneroso, mas a Casan usa sua alavancagem para fazer a captação dos recursos de terceiros, que é um recurso que é mais barato do que o capital da nossa geração de caixa, que é um capital próprio.

Então, há um desafio para a gente equilibrar essa conta de todos os prestadores e de todo mundo que investe no saneamento, e é preciso capital barato, capital de terceiros, para poder usar, porque, senão, não tem a viabilidade, a companhia não é sustentável a longo prazo. As obras de esgoto são muito caras. Então, é preciso equilibrar essa balança.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A companhia vem fazendo o seu dever de casa aqui há muitos anos, captando recursos, principalmente com bancos internacionais, de desenvolvimento internacionais, e também com a Caixa Econômica Federal, via FGTS.

O FGTS é um ponto importante, porque, no momento, por uma regra do CMN – lá do endividamento público, em que a Caixa pode emprestar para companhias como a companhia catarinense, a Casan –, nós entramos ali num mesmo pote de todo o endividamento público do qual a Caixa tem um limite, um limitador. Então, isso faz com que o melhor para investir em saneamento no Brasil não seja atingido amplamente por todas as companhias estaduais de saneamento. Eu estou falando aqui Casan, Sabesp... Desculpem-me: Casan, Sanepar, Cagece, todas do Brasil todo.

Quando a gente fala em habitação, a gente vê FGTS como o grande financiador. E por que não o saneamento? A gente tem muito pouco ainda desse recurso disponível para nós investirmos no saneamento.

Então, a gente espera que esses mecanismos de defesa do endividamento da Caixa impostos pelo CMN, o Conselho Monetário Nacional, sejam corrigidos, até para a gente poder acessar muito mais fácil esse tipo de recurso via FGTS. Este é um ponto: é um recurso muito barato, que não depende de variação cambial, é um recurso com um prazo longo para pagar, e ele se encaixa perfeitamente para fazer os investimentos.

A Casan aqui, sem esse tipo de investimento, sem esse tipo de *funding*, de recurso do FGTS, nós temos que ir atrás dos organismos internacionais. Então, a gente fechou ali com o Japão, com a área francesa, com um banco alemão, agora temos um contrato com o Banco Europeu de Investimento, mas a gente sabe que a gente precisa otimizar a estrutura de capital, porque, senão, ela não é sustentável.

A companhia, no seu portfólio de municípios, tem 193 municípios. Desses 193 municípios, 154 municípios têm menos de 20 mil habitantes. Então, eles não têm uma viabilidade para a gente fazer uma obra convencional com todos os componentes que um sistema de esgotamento sanitário ou um sistema de abastecimento de água necessitam ter. Então, a gente tem que usar a criatividade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso que o colega da área lembrou ali das fossas sépticas, e nós temos um projeto, aqui dentro da Casan, que está em avaliação também pela ANA... Desculpem-me: pelas agências reguladoras, e está em piloto, e nós o estamos implantando nos municípios, escalando dia após dia.

Então, aqui do nosso lado, a gente quer que todos esses desafios ali sejam vencidos ,como a questão do endividamento da Caixa, e que os recursos cheguem mais facilmente, principalmente para as companhias estaduais de saneamento, que foram as que mais investiram nos últimos anos.

Está bom? Era isso. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Carlos, quero agradecer a sua participação. Eu queria só, primeiro, fazer uma observação e até dar uma palavra de gratidão, porque, se nós ainda temos parte do Brasil coberto por água e esgoto, é pelas companhias estatais, né? Nós devemos isso, o Brasil deve muito às companhias de água e esgoto dos estados. E agora, logicamente, que eu destaco aqui o papel da Casan, porque, se ainda temos parcialmente alguma coisa – ainda não temos na totalidade –, mas é graças ao trabalho de empresas como a Casan, que, ao longo dos anos, vem, trabalhando, muitas vezes no prejuízo, com a necessidade de aportes dos governos do estado.

E outra questão que também é importante ressaltar, Carlos, é que as empresas muitas vezes são privatizadas, primeiro, pela dívida dos estados; os estados acabam utilizando essas empresas como uma forma de fazer fluxo de caixa e se livrar de endividamento; e, segundo, pela incapacidade de continuar reinvestindo, porque água e esgoto são uma necessidade de reinvestimento sempre – cano quebra, cano estoura e faz asfalto, tira asfalto, dá chuva e tem problemas climáticos... Então, muitas vezes os estados já são muito deficitários nas suas empresas de água e esgoto e, por outro lado, também lhes faltam recursos para continuar investindo nessa área, então, eles preferem, por fim, privatizar.

Como tudo na vida, eu sou um cara que prefere as empresas, Carlos, nas mãos da iniciativa privada. Não tenho nada contra nenhuma estatal, mas eu acho que funciona melhor, pelas minhas experiências, meus estudos e minha formação. No entanto, existem empresas estatais que realmente são sucesso e cumprem com sua função social, conforme elas foram planejadas lá atrás

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelos governos. E uma dessas é a Casan. Com certeza, precisamos reconhecer que a Casan faz um grande trabalho. Existem já discussões sobre privatização, mas o Governador Jorginho Mello não tem esse interesse por reconhecer os grandes profissionais, os grandes técnicos que a Casan possui e também o trabalho relevante que a Casan faz pelo Estado de Santa Catarina.

Eu quero também te dizer que eu gostei muito da tua sugestão do FGTS. Realmente, nós não temos nenhum fundo de financiamento, se não for realmente Banco Mundial ou BNDES. Essa sugestão é bacana. Márcia, anote aí para vermos algum fundo público – o FGTS, por exemplo, entre outros – que possa ajudar os nossos municípios a fazerem suas obras de infraestrutura.

Eu queria só que você repetisse, Carlos, antes da sua palavra final: você falou que dos 193 municípios em que a Casan atua, 154 têm menos de quantos habitantes?

**O SR. CARLOS IVAN STURZBECHER** (*Por videoconferência.*) – Vinte mil habitantes. São municípios muito pequenos, tá? Nós temos hoje somente Florianópolis, Chapecó, Criciúma, Rio do Sul e Indaial como os maiores municípios. Depois disso, eles se diluem em 1% e menos de 1% dos municípios que a companhia atende, tá?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Carlos, mais uma vez... Carlos Ivan Sturzbecher, Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), que participou conosco.

Muito obrigado, meu amigo. Deus o abençoe. Bom trabalho para você. Um abraço em todos os amigos aí da Casan, que fazem um brilhante trabalho para cada um de nós, catarinenses. Muito obrigado.

**O SR. CARLOS IVAN STURZBECHER** (*Por videoconferência.*) – Agradeço a oportunidade. Tchau, tchau.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Imediatamente, eu quero passar a palavra para a Sra. Vanessa Fonseca, que também trabalha na Casan, Gerente de Captação de Recursos e de Relações com os Investidores, que participa conosco remotamente.

Vanessa está por aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. VANESSA FONSECA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde. Estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, estamos ouvindo-a, sim.

**A SRA. VANESSA FONSECA** (*Por videoconferência*.) – Então, como o Carlos é da Casan também e ele já explicou muito bem como é que funciona aqui, eu acho que não tem necessidade de eu falar mais alguma coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sim, se a senhora quiser, D. Vanessa, só complementar alguma informação do Carlos, eu lhe agradeço.

**A SRA. VANESSA FONSECA** – Não, não tem necessidade, não; ele já falou muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Está bom, Vanessa. Agradeço ter aceitado o nosso convite.

**A SRA. VANESSA FONSECA** – Obrigada também.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito obrigado.

Quero passar a palavra agora para o Sr. Joel de Jesus Macedo, que é Gerente de prospecção de recursos da Sanepar e Coordenador da Câmara Técnica de Recursos para Investimento da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento (Aesbe), que participa conosco remotamente.

Sr. Joel, a palavra é do senhor, por dez minutos, para suas exposições.

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Perfeito. Obrigado, Senador Jorge.

Em primeiro lugar, eu quero cumprimentá-lo pela pauta, quero cumprimentar a Comissão de Desenvolvimento Regional. Temos acompanhado os trabalhos e sabemos o quão importante é esse trabalho que vocês vêm fazendo.

A gente costuma falar, Senador, na Aesbe, que essa bandeira do saneamento não é apenas um gesto simbólico, ela é uma bandeira que protege, gera saúde, multiplica as oportunidades e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garante a dignidade às famílias. É uma causa que tem todo o louvor em ser erguida, ela transforma a vida.

Então, Senador, fica aí a provocação... Eu sempre digo também que eu uso dois chapéus, o chapéu da Sanepar e o chapéu da Aesbe. Hoje eu estou com o chapéu da Aesbe, então quero fazer essa provocação da Aesbe para o senhor, para erguer essa bandeira do saneamento, que essa bandeira vai prosperar, ela muda a vida das pessoas.

Já foram falados vários indicadores aqui pelo pessoal do Trata Brasil, o quanto isso impacta na vida das pessoas, e nós não temos dúvida nenhuma de que isso faz grande diferença no desenvolvimento econômico. Eu tenho vários trabalhos sobre essa questão do desenvolvimento humano, não temos dúvida de que o saneamento é a mola propulsora do desenvolvimento humano.

Bom, se o pessoal puder passar a apresentação... Ou eu passo por aqui? Deixe-me ver, eu toco por aqui mesmo, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor pode passar por aí mesmo, Dr. Joel.

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – Está bom, perfeito (*Pausa.*)

Estão visualizando?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Positivo, estamos, sim.

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – Então vamos lá.

Rapidamente aqui, hoje estou usando o chapéu da Aesbe, então. Nós somos uma associação cuja sede fica em Brasília. São 25 empresas associadas. Inicialmente eram as companhias estaduais e, agora, com as privatizações, parte das empresas privadas tem aderido à Aesbe. Nós representamos, como o Carlos, nosso colega, comentou, atualmente mais de 80% dos financiamentos do setor. Então, estamos presentes, nos municípios de concessão, no guarda-chuva da Aesbe, em mais de 3 mil municípios e representamos em torno de 88% do abastecimento para a população urbana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, contextualizando a questão do saneamento, também já foi apontado pelo pessoal do Trata Brasil a necessidade de investimento. Isso aqui é um trabalho que a Aesbe realizou uns dois, três anos atrás, e nós verificamos uma necessidade de investimento de R$550 bilhões para universalizar. Também tem um trabalho do Ministério das Cidades, em que esse número conversa para R$550 bilhões também. Tratam as quatro vertentes do saneamento, que é água, esgotamento, resíduos sólidos e drenagem. E esse valor vai para R$1,1 trilhão. Então, se a gente olhar as quatro vertentes, a gente precisa de R$1 trilhão para universalizar todas as quatro vertentes.

É importante também destacar que tem um estudo da Cbic que diz que tem um efeito de multiplicador de renda de cinco vezes na economia. É óbvio que ela tem uma histerese e esse efeito se propaga, mas você teria cinco vezes também conversa com o número. A colega Luana, do Trata Brasil, comentou de uma geração de economia da ordem de R$1,4 trilhão, então o número mais ou menos conversa com esse que a gente vem apontando.

Aqui, esses gráficos são apontados no estudo do ministério, destacando aí R$250 milhões de necessidade de investimento para água – bilhões, desculpa – e R$300 bilhões para a universalização do esgotamento sanitário.

E de novo aqui, Senador, chamo a atenção de que nós devemos tratar o saneamento como saúde pública. Quando a gente estava discutindo a Lei 14.026, que é o novo marco do saneamento, a gente estava na torcida para que o saneamento fosse visto como saúde pública. Ele tem que ser visto como saúde pública. Os números estão bem parametrizados, e a colega do Trata Brasil comentou das mortes. Se a gente olha para Santa Catarina, Santa Catarina, em média, tem 70 mortes por ano. O Estado do Paraná tem em torno de 50 óbitos por ano por problemas decorrentes aí do saneamento básico não bem prestado, né? E, em nível de Brasil, esse número é bem alarmante também. Então, o saneamento tem que ser tratado como saúde pública, porque ele gera qualidade de vida e, principalmente, desenvolvimento econômico, como os pontos ali de valorização imobiliária, índice de desenvolvimento humano, que a colega do Trata Brasil já abordou.

E a Aesbe, Senador, defende – e gostaria de nos colocar à disposição de vocês – um espaço permanente do saneamento nos repasses federais. Então, para você levantar essa bandeira, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor levantar essa bandeira e colocar o saneamento como prioridade quando estiverem olhando para a questão dos repasses federais.

Aqui, como o contexto é para a gente melhorar a questão das políticas públicas voltadas para o saneamento, nós temos, enquanto Aesbe, algum ponto para colocar. Hoje nós temos o problema que o Carlos comentou, que é o limite de endividamento com o setor público da Caixa. Até então ela era o principal fomentador do FGTS em nível de Brasil. A Aesbe tem feito um trabalho junto aos bancos privados para também repassar o FGTS – o BNDES vai começar a repassar –, para suprir essa limitação que a Caixa teve agora, recentemente.

Então, nós temos hoje, além desse problema... nós pedimos aqui mais celeridade no ministério. No passado recente, um projeto, quando entrava no ministério, poderia demorar até dois anos para a gente ter o ministério aprovando, a portaria publicada. E a gente só consegue assinar um contrato com o agente financeiro depois que o ministério olha o projeto sob a ótica da engenharia e o ministro publica a portaria. Então, até este momento, nenhuma companhia, seja pública, seja privada, consegue acessar o recurso. Então, passa por toda uma análise do ministério.

E aproveitando ali um ponto que o senhor falou também para um participante, sobre a fiscalização, sobre quem fiscaliza o recurso público, também cabe destacar que, para gente assinar um contrato, o ministério exige que o poder concedente, o município, tenha um comitê, um comitê que avalie o investimento. Então, tem que ter um comitê com representação da sociedade civil organizada, representação pública. Em todo município, mesmo que seja uma companhia como a Sanepar, a Casan ou qualquer outra que vá tomar o recurso, naquele município para onde é destinado, a gente tem que apresentar que existe esse comitê para fazer essa fiscalização da aplicação do recurso.

Então, toda essa análise o ministério faz quando a gente demanda uma autorização dele para acessar o recurso do FGTS. Todo recurso precisa passar por essa análise, que começa, nasce com uma portaria. E essa portaria, Senador, tem demorado bastante para sair. Então, as companhias, em geral, associadas da Aesbe têm reclamado que tem muita coisa paralisada lá no ministério. Para a gente dar celeridade, para a política pública acontecer, para o PPA sair do papel,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer e para a gente universalizar, a gente precisa dessa celeridade. Então, temos essa necessidade de ter fluxos mais ágeis, de termos prazos...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Joel, perdão. São portarias de quem?

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – Do Ministério das Cidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, o.k. Pode continuar.

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – Então, passa por essa análise de engenharia lá do ministério e o ministro precisa publicar as portarias no *Diário*; depois de publicadas, os agentes estão aptos a formalizar os contratos com os tomadores.

Então, o que precisamos lá no ministério é de fluxos mais ágeis e de ter prazos definidos, porque tem históricos de companhias que estão há cinco anos, sete anos procurando um financiamento. Associados lá da Aesbe... A gente tem essa câmara técnica, pela qual eu estou falando hoje, que é onde estão as 25 empresas, e a gente discute os problemas de cada uma delas, as dores. E a gente tem esse histórico.

Precisamos então de uma previsibilidade que garanta segurança e acesso ao crédito do FGTS, como o colega ali, o Carlos, comentou.

Recurso do FGTS ele tem muito. O saneamento (*Falha no áudio.*) ... é o maior tomador de recurso do FGTS. Quando a gente pensa em saneamento, nós prestadores de serviço pensamos no FGTS. É uma linha de crédito barata: comparada com todas as outras linhas, historicamente, em 30, 40 anos, se você fizer uma curva de taxa de juros ali, você vai ver que é uma taxa barata. Isso vai impactar na tarifa do usuário. Se a gente toma recurso barato, ele vai ser barato na tarifa. É o que a gente chama de modicidade tarifária. Se a gente toma recurso caro, vai impactar numa tarifa que precisa de um recurso mais caro.

Como a taxa de juros de mercado hoje está no patamar de 15% e, em geral, o saneamento remunera na tarifa 11%, 12%, veja que, se a gente tomar recurso no mercado para fazer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investimento real, investimento físico, a gente estará pagando para investir. Você recebe 11% bruto na tarifa, ou 12%, vai lá e capta 15. Não faz o menor sentido.

Então, para efeitos de universalização, a gente precisa de linhas de crédito barato, como é o caso do FGTS. Mesmo tendo disponibilidade do recurso do FGTS, a gente precisa superar esse gargalo de publicação de portarias e acelerar a liberação do uso do FGTS, o que vai beneficiar, no final do dia, os próprios trabalhadores, que são os detentores do fundo.

Aqui é a questão do papel da ANA, já em linha com a Lei 14.026. Nós temos as normas de referência, que trazem a padronização e segurança jurídica para os negócios. Isso é importante. Até recentemente, nós tínhamos cada região, cada agente regulador infranacional, que ia ali e promulgava, ditava as suas normas regulamentadoras. Agora nós teremos uma norma nacional que vai balizar as infranacionais. No entanto, desse artigo 4-B, Senador, o §2º nos incomoda um pouco, porque ele diz que só acessa o financiamento quem adotar as normas da ANA. E quem vai fazer o *checklist* ali são os reguladores locais. No nosso entendimento, enquanto Aesbe, não são todos os estados que estão na mesma linha – e o pessoal das regulações que está aí, presente, pode comentar o assunto. Não são todos os reguladores que estão nos mesmos níveis de técnica e disponibilidade de pessoal para fazer todo esse implemento, então, a gente teme que esse arcabouço regulatório possa comprometer o financiamento, porque você tem que comprovar que está atendendo todo o normativo para ter acesso a recurso público.

A nossa proposta, enquanto Aesbe, é que tenha um plano gradual de implementação para que o aspecto regulatório não vire uma barreira para a universalização. Esse é um segundo ponto que a gente acredita que precisa melhorar no âmbito da universalização e do cumprimento do PPA.

Um outro ponto refere-se aos critérios de desempenho das companhias e das empresas em geral referentes aos índices de perda de água. Nós temos uma Portaria 490, de 2021, que define umas metas que as companhias precisam atingir todo o ano. Até 2033, nós precisamos chegar a um nível de 25% de perda e, além dos 25%, em 216 litros por segundo. Então é um e outro: precisa atingir 25%, no máximo, de perda e 216 litros. Em algumas situações, você consegue atingir os 25%, mas não consegue atingir os 216, e isso tem gerado uma barreira. Hoje, se fosse aplicar *ipsis litteris* o que fala essa portaria, eu diria que todas as capitais, ou a maioria delas, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiria acessar recurso público. A gente tem conversado com o Ministério das Cidades para melhorar esse aspecto da gradualidade de a gente atingir esse índice de universalização ao longo do tempo, se não nós não passamos nem na primeira etapa de análise dos projetos lá no Ministério, se não estivermos atendendo essa portaria. Porque, para você combater uma perda abaixo ali, sei lá, dos 35%, dos 40%, muitas vezes, não é viável economicamente, ela não dá viabilidade econômica para a sociedade. Imagine você ter que combater uma perda no centro do Rio de Janeiro, quebrar calçada, perfurar, para atingir, às vezes, de 25% para 20%, de 30% para 28%? O esforço é gigante, o esforço econômico, e o ganho que isso traz, o ganho ambiental ou social, é muito pequeno.

Então, o que a gente pede aqui é que a gente possa também tratar isso aqui sob a ótica da justificativa da viabilidade econômica do combate dessa perda. Nós temos dentro das companhias uma prática que se chama perda econômica: até um determinado intervalo, a ela é viável economicamente você combater – não economicamente sob a ótica da companhia, mas sob a ótica social da capacidade do pagamento. Então, nessa questão do critério de desempenho, nós temos essa questão dos limites de consumo *per capita* e de eficiência, o que é um problema que a gente precisa superar.

Defendemos aqui umas metas mais realistas e mais progressivas, compatíveis com a capacidade de pagamento da sociedade, né? Como eu falei, a gente tem técnicas de perdas econômicas, e isso precisa ser visto caso a caso, porque, às vezes, a meta do ano é de 30%, e a gente está com 31%, 32% de perda e em determinado município – porque aí ele olha por município – e você não consegue atingir o nível de perda, você não consegue acesso ao financiamento.

Então esse é um... (*Falha no áudio.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Luís, o senhor está nos ouvindo aqui ou não? Aliás, Dr. Joel, perdão, está nos ouvindo? (*Pausa.*)

Perdemos ele? (*Pausa.*)

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – É, na NR-8, de atendimento com rede de distribuição de água, nós chamamos de Iarda e Iarce, que é o Índice de Atendimento com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Rede Coletora de Esgoto, e agora eles estão mudando o nome desses indicadores, estão sendo mudados para ICE...

Oi, vocês estão me ouvindo?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Joel, oi, está nos ouvindo aqui também?

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – Estou.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, nós estamos te ouvindo. O que eu ia pedir para o amigo? Começou aqui o Plenário do Senado Federal, nós fomos avisados lá. Então ainda temos dois expositores. Eu queria que o amigo, se possível, pudesse ir para as conclusões finais.

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E depois nossa equipe... Nós começamos a anotar aqui as suas observações. Eu estou aqui com a Veronica, que é a Presidente da ANA, que está concordando com as suas palavras e está falando que, realmente, é uma dificuldade e tal, está nos ajudando aqui, mas devido a uma questão de tempo, e, como nós tivemos problemas técnicos para começar, aí a nossa plenária começou e a gente precisa encerrar aqui.

Então, gostaria... Peço perdão para o amigo, porque está nos dando aqui uma verdadeira aula e nos ajudando, mas toda a tua contribuição vai ser utilizada, tá? Eu só peço uma compreensão do amigo, devido ao Plenário do Senado já ter iniciado os trabalhos.

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Aqui eu continuo, Senador, ou paro por aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Não, eu queria que o senhor pudesse fazer suas considerações finais.

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – Está bom. Então, vamos, vamos para o finalmente aqui. Então, já, em dois minutinhos, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, quanto a esses indicadores regulatórios, nós defendemos que tenha uma adoção, então, aí – principalmente pelo pessoal da ANA que está participando –, uma adoção cuidadosa para que isso também não vire um entrave para a universalização.

E aqui o último eslaide, então, Senador, os três pilares para a gente avançar na universalização, o que a gente tem discutido muito no ambiente das companhias:

– celeridade e prazos bem definidos para que as empresas tenham esses repasses federais;

– que tenhamos metas realistas, principalmente sobre as perdas;

– e segurança regulatória com transição gradual, de modo que se estabeleçam as regras e as normas regulatórias, e não se comprometa o acesso ao financiamento.

E a Aesbe e as companhias em geral têm um compromisso, Senador, com o PPA: estamos sempre à disposição, assim como nós temos com os objetivos do desenvolvimento sustentável da ONU.

Agradeço aí pelo tempo adicional, e deixamos a Aesbe à disposição, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Joel, deixe-me só fazer umas considerações sobre suas falas. Obrigado pelas suas sugestões. Você falou bastante coisa que nossa assessoria aqui está anotando, inclusive para propormos também mudanças nesse trabalho que estamos fazendo.

Agora, o que eu mais ouço aqui, tanto na nossa Comissão quanto dos nossos Prefeitos de Santa Catarina, inclusive corroborado pelo Denilson, que faz um grande trabalho lá no Ministério do Desenvolvimento Regional, é realmente a dificuldade que os municípios têm de buscar recursos, de pegar recursos. É um trabalho muito burocrático, porque precisa de estruturação de projeto, precisa de não sei o quê, precisa de licença disso... Enfim, é um processo que eu entendo até que seja necessário, mas, de alguma forma, impede muitas vezes o gestor público que está preocupado, que quer investir, que já não é a grande maioria – nós sabemos que não é. Mas aquele que quer tem muita dificuldade, muita gente na fila há muitos anos, muitas prefeituras... Não vou nem falar Prefeito, porque muda de um para outro. Mas muitos deles enviam projetos difíceis de serem avaliados, difíceis de serem aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando nós nos propusemos a rever a política de saneamento básico no Brasil, a política pública de saneamento, é para realmente ouvir vocês, ouvir entidades, ouvir as agências reguladoras, ouvir o Ipea, enfim, ouvir as companhias estaduais e as companhias privadas também, ouvir as dificuldades, ouvir os Prefeitos, os gestores públicos e os Governadores. Isso aí, com certeza, vai nos ajudar a aprimorar a política pública para que realmente o que você falou aí de proteger a vida, promover saúde, transformar vidas e trazer dignidade para a população... Eu gostei dessas quatro frases aí, porque realmente é o que o saneamento proporciona: água e esgoto, especialmente, e também resíduos e drenagem.

Então, quero te agradecer imensamente. Obrigado pela sua participação. Quero colocar a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo à disposição do amigo. E tenha a certeza, Joel, de que a nossa equipe vai buscar opiniões, dicas, sugestões para que essa política realmente fique redonda, por assim dizer, e que possamos juntos, como brasileiros, como Senador, como gestor que você é também e entendido da área de saneamento, fazer políticas públicas possíveis de serem executadas, com financiamentos adequados, com menos burocracia, etc., etc., etc.

Eu te agradeço, Joel. Muito obrigado. Peço perdão pela indelicadeza, mas é que nós atrasamos um pouquinho aqui para começar e tem mais dois expositores. Mas agradeço ao amigo pela participação na nossa audiência.

Muito obrigado.

**O SR. JOEL DE JESUS MACEDO** (*Por videoconferência.*) – Perfeito.

Obrigado, Senador.

Estamos à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu gostaria de passar agora a palavra para a Dra. Veronica Sánchez da Cruz Rios, que é Diretora-Presidente da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).

Inclusive, entreguei aqui para a Dra. Veronica várias perguntas, e muitas delas são ou diretamente para a ANA ou de algum assunto transversal que a Veronica vai saber com mais profundidade. E também quero lhe agradecer porque, como gestora de uma agência reguladora, pode nos ajudar muito na política pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço aqui publicamente, Veronica, ao seu convite de visitar a ANA, conhecer lá os técnicos, os profissionais, e por se colocar à disposição da Comissão para que essa política pública seja realmente aprimorada e que possa atender aos nossos 200, quase 220 milhões de brasileiros.

Então, com a palavra a Sra. Veronica Sánchez, pelo tempo regimental de dez minutos. Muito obrigado pela presença da senhora.

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** (Para expor.) – Boa tarde a todos. Senador Seif, queria lhe agradecer pelo convite para participar dessa audiência aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Agradecer também à Senadora Dorinha, com quem tive a oportunidade de estar numa missão para conhecer as soluções e tecnologias de prestação de serviços de destinação dos resíduos sólidos urbanos. E ver o entusiasmo dela em trazer esse conhecimento para a gente aplicar no Brasil para extinguir os 3 mil lixões que ainda temos no Brasil, que é um dos braços do saneamento básico, exatamente a gestão de resíduos sólidos, um problema ambiental e social gigante que o Brasil tem, é ... Temos tanto tecnologias brasileiras como estrangeiras para trazer soluções para esse grande problema, e a Senadora Dorinha certamente é uma das lideranças nesse tema também, Presidente da Comissão, da CDR, agora presidida pelo Senador Seif, a quem agradeço também.

Senador, eu acho que durante esta audiência tivemos a oportunidade de ouvir os colegas das associações, da agência reguladora estadual do Estado de Santa Catarina, a Dra. Luana Pretto, do Instituto Trata Brasil, que traz os dados com as análises mais qualificadas, mais atualizadas a respeito dos números do setor de saneamento básico. São dados que... Quando a gente olha para o mundo, às vezes a gente tem algumas críticas em relação aos dados. Às vezes, a gente tem os dados, por exemplo, como os que ela apresentou hoje, que são os dados referentes ao ano de 2023, porque demora um ano para que os municípios insiram os dados no sistema, que é o Snis, e agora o Sinisa (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico ); agora é um sistema integrado. A gente verifica os dados, faz o batimento dos dados para verificar se tem inconsistências e, um ano depois, a gente publica os relatórios anuais com a evolução dos indicadores do saneamento básico.

O que nós temos visto é que, durante muitos anos, Senador, o Brasil investiu menos do que 1% em infraestrutura de forma geral, e em saneamento básico de forma recorrente. E lá, em 2016,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2017, à época, a Casa Civil nos solicitou um diagnóstico a respeito do setor de saneamento básico, porque, quando a gente observava os outros setores de infraestrutura, estávamos numa crescente de ampliação dos serviços e das infraestruturas do Brasil na parte de energia, na parte de petróleo e gás, na parte de transportes, na parte de escolas, enfim, uma série de investimentos em infraestrutura em todos os setores, e o setor de saneamento era o único que não crescia, a gente não conseguia avançar nos investimentos no setor de saneamento básico. Tínhamos um número, Senador, de mais de 100 milhões de brasileiros sem acesso à coleta e tratamento de esgoto. E isso quer dizer o quê? Que as pessoas jogam os seus esgotos ou na frente das suas casas, ou no rio que está próximo, ou no mar que está próximo, sem nenhum tratamento, causando impactos tanto na saúde da população como no meio ambiente. E também 35 milhões de brasileiros sem acesso a água tratada – e 35 milhões de brasileiros, 35 milhões de pessoas é maior do que a população do Canadá.

Então, quando a gente tem esses números superlativos, que trazem o tamanho do problema e do desafio brasileiro... À época, o Governo Federal, solicitou um diagnóstico de quais eram os entraves que atrasavam, impediam o avanço na prestação do serviço de saneamento básico e quais soluções que a gente poderia trazer para incentivar a ampliação e a universalização do acesso a esses serviços também no setor de saneamento básico.

Foi feito um grande diagnóstico, foi feita a construção a muitas mãos com todas as associações do setor, com o Governo Federal, com os Governos estaduais, com os pesquisadores, enfim, universidades, todos os conhecedores do setor de saneamento básico. Isso se transformou em uma medida provisória, que foi apresentada ao Congresso Nacional em 2019, se não me engano. Não, acho que foi 2019. Não, foi 2019. A 844, depois a 868 e depois se transformou na Lei 14.026, que foi aprovada em 2020, à época com o empenho e o entusiasmo do Senador Rogerio Marinho, que estava como Ministro do Desenvolvimento Regional, que abraçou essa causa e trouxe a aprovação dessa medida aqui no... assim, os elementos para formar o convencimento aqui do Congresso Nacional, das duas Casas, porque foi amplamente debatida em inúmeras audiências, enfim, para aprimorar o projeto, que se transformou nessa lei que traz, de fato, o aprimoramento de uma lei anterior de 2007, que é a Lei do Saneamento Básico, e traz as balizas do setor do saneamento básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei de 2020, então, aprimora e traz alguns elementos importantes com um objetivo muito objetivo, Senador: garantir a universalização do acesso aos serviços para todos os brasileiros até 2033. E como? Estabelecendo metas com prazo muito objetivo. Então, garantir o acesso a 99% da população à água tratada e 90% da população com acesso à coleta e tratamento de esgoto até 2033. Por que 2033? Porque é o prazo do Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico), que havia sido feito àquela época, em 2003, é um plano de 20 anos com o objetivo de trazer a universalização dos serviços ao Brasil.

Estabeleceu-se essa meta, que é ousada, difícil: 99% de água e 90% de esgoto. Esses foram os dois grandes números e parâmetros trazidos pela nova legislação. E por que se estabeleceram essas metas tão ousadas e tão objetivas? Porque sem isso a gente não consegue mobilizar todos os entes federados. E por que todos os entes? Porque diferente dos outros setores regulados, Senador, em que tem uma agência única federal que regula o serviço em nível nacional, no saneamento básico, o titular, o poder concedente, o dono, vamos dizer assim, tanto da responsabilidade como da atribuição de prestar os serviços, é o município. E nós temos 5.570 municípios, com realidades e disparidades sociais, econômicas, geográficas, de disponibilidade hídrica, de capacidade de pagamento da população, que são muito diversas. Então, é uma necessidade de fazer realmente uma concertação em todos os níveis federativos, município, estado, Governo Federal, e também um grande pacto nacional para garantir a universalização dos serviços.

Em 2020, após amplo debate em contexto de pandemia, em que o próprio Congresso Nacional optou por tratar prioritariamente todos os aspectos relacionados à saúde e atendimento à emergência do covid, o tema saneamento básico surge e ganha relevância na agenda nacional exatamente por trazer um elemento essencial à higiene de todas as pessoas. Como é que eu vou lavar as mãos para me proteger de um vírus da pandemia se eu não tenho água na minha casa? Então, esse tema é trazido à agenda do Congresso, os Parlamentares se sensibilizam com a necessidade de tomar uma ação enérgica e urgente para tratar essa questão da falta do acesso ao serviço de saneamento básico no Brasil de forma muito pragmática e objetiva. A partir da aprovação da lei... A partir, não, em paralelo, Senador, já acontecem movimentos no sentido de estudar alternativas para garantir a universalização do serviço por meio da regionalização dos serviços.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o BNDES, desde 2016 – à época, a Presidente do BNDES era a Presidente Maria Silvia –, estrutura modelos de concessão dos serviços, abrangendo 14 estados da Federação. Esses 14 estados da Federação avançam nos estudos de regionalização e em diversos modelos. Alguns estados optaram por fazer concessão parcial dos seus serviços, ou seja, a parte de distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto, outros por fazerem a concessão plena de todos os serviços, outros optaram por modelo de privatização das suas empresas e outros optaram por capitalizar as suas empresas públicas para ampliar sua capacidade de fazerem os investimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Só um minutinho. Então, algumas PPPs?

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – PPPs, concessões plenas, concessões parciais dos serviços, que são em várias etapas, privatizações, como no caso da Corsan, no Rio Grande do Sul, isso alinhado à estratégia de regionalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – E algumas concessões parciais, é isso?

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – Concessões parciais dos serviços apenas de distribuição de água, ou apenas de coleta e tratamento de esgoto. Enfim, cada estado...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Basicamente são esses quatro modelos...

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – Basicamente são esses quatro, Senador.

Cada estado escolheu aquele modelo que era mais adequado para sua realidade. Para isso, com o objetivo de trazer escala e ter uma estratégia que inclua todos os municípios, como o colega da empresa do Estado de Santa Catarina traz, tem municípios – e são 80% dos municípios brasileiros – que têm menos do que 20 mil habitantes. Então, como é que a gente inclui municípios com as populações relativamente menores do que os outros em processos...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – ... em que você garanta modicidade tarifária, ou seja, uma tarifa que caiba no bolso das pessoas, que as pessoas consigam pagar por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse serviço, e, ao mesmo tempo, que haja os investimentos necessários para que as pessoas tenham acesso ao serviço.

Regionalização, ganho de escala: quando a gente regionaliza – e a lei traz quatro possibilidades de regionalização –, regiões metropolitanas, que já têm uma lei específica, microrregiões, RIDEs (Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico) ou...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Rural?

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – Incluem as áreas rurais ou os planos que são feitos aqui, pelo Governo Federal, e disponibilizados aos estados, como no caso de Mato Grosso, Tocantins, a que o Governo Federal fez a proposta dos planos regionais e disponibilizou para os estados para avaliarem se era interessante. A gente regionaliza, inclui todos os municípios, entende qual que é a viabilidade econômica para você garantir a inclusão daquelas populações com menor capacidade de pagamento e fazer o que a gente chama de subsídio cruzado: que aqueles municípios que podem pagar mais, populações com maior capacidade econômica em níveis tarifários, subsidiem aqueles que podem pagar menos. Isso pode ser entre municípios, dentro de um município – um bairro mais rico com um bairro mais pobre –, pode ter um aporte público para garantir a viabilidade econômica de uma PPP. Enfim, tem vários modelos que são possíveis para garantir a inclusão de todas as pessoas nesses modelos.

Nisso, Senador, o que a gente tem de resultados até o momento é: um aumento dos investimentos na ordem de mais ou menos R$14 bilhões ao ano, somados recursos públicos em nível federal, estadual, municipal, de empresas públicas, de empresas privadas, para um aumento de R$50 bilhões ao ano de investimentos em cinco anos. São os dados que já tivemos, de 2020 para 2024, que são os dados que a gente tem; a gente está em 2025.

(*Intervenção fora do microfone*.)

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – De 2019, desculpe; 2019, quando a gente fez o diagnóstico antes da aprovação da lei, mais ou menos R$14 bilhões ao ano, para um aumento de R$50 bilhões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que a gente precisa desse aumento tão significativo? Porque estamos muito atrasados. A gente precisa mais ou menos de entre R$700 bilhões e R$900 bilhões para universalizar. Por quê? Para aumentar a rede de água, aumentar a rede de esgoto, melhorar as infraestruturas que têm mais de 60 anos. Então, são infraestruturas que você precisa trocar. Tem cano ainda de ferro, tem canos, tem estruturas antigas nas cidades mais antigas que precisam ser trocadas. Para quê? Para reduzir as perdas, para garantir maior eficiência, melhorar os medidores e, além disso, ampliar as redes para atender ao crescimento natural das cidades. Além disso, o maior desafio é incluir populações em áreas irregulares, como favelas, como palafitas, como grotas, áreas irregulares, não em áreas de risco, mas áreas irregulares que já estão consolidadas.

Então, a lei prevê, num artigo específico, que aglomerados urbanos informais consolidados, nos quais não haja intenção declarada do poder público de retirar as pessoas dali e não estejam em área de risco, há o dever do concessionário de prestar o serviço. A lei traz uma série de elementos que trazem segurança jurídica para garantir o aumento dos investimentos no setor.

Então, a lei traz necessidade de aumento de investimentos, e os investimentos só vêm, só ocorrem, só tem aumento de investimentos se você tem segurança jurídica, ou seja, você vai respeitar um contrato, porque o contrato é válido, porque ele não vai ser questionado a cada quatro anos. E que haja estabilidade regulatória, ou seja, regras claras que a gente sabe que a gente vai seguir e que elas vão garantir a continuidade daquele serviço por 30 anos, porque os contratos, na sua grande maioria – sejam eles contratos de programa, que era o que vigia até anteriormente à publicação da lei de 2020, sejam contratos de concessão, de PPPs, que são os contratos assinados após a aprovação da lei –, são de 30 anos. E o investidor que vai ter um investimento de prazo longo, só investirá se ele tiver segurança jurídica para garantir que ele terá um retorno para o seu investimento e que um regulador vai verificar se o serviço que ele está prestando está adequado.

E aí entra o papel do regulador, Senador, que é um ponto bem importante que foi tocado não só em algumas perguntas, mas nas falas de alguns dos colegas, que é muito importante. Por quê? Não adianta você ter mais investimentos se o regulador não está verificando se aquele investimento está indo para prestação de serviço, para o resultado. Então, durante muitos anos o que a gente viu era uma disponibilização de recurso, inclusive do Governo Federal, por inúmeros programas que se sucederam ao longo das últimas décadas, em que o recurso ia para um repasse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para uma obra específica no município X. Tinha problema na licitação, a obra não se concluía. Quando se concluía, não operava. Quando operava, faltava equipamento, faltava o técnico, faltava o material químico para prestar o serviço. Então, o nosso foco é serviço.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só peço perdão para a senhora... A D. Helena, do Rio de Janeiro, perguntou justamente isso, né? Ela colocou: "Como a população [...] [saberá que a verba] foi [...] [enviada e] [...] bem utilizada?". Eu falei com a senhora, D. Helena, sobre Tribunal de Contas Estadual e Federal, o Tribunal de Contas da União, mas a Dra. Veronica está nos trazendo aqui ainda mais subsídios, né? Porque, muitas vezes, o dinheiro vai, mas a obra ou fica mal feita, ou não é concluída, ou a obra não é executada por erro de projeto, e esse tipo de coisa que acabou também, além da falta de investimentos, atrasando tanto aí a universalização do saneamento no Brasil.

Dra. Veronica, eu vou conceder para a senhora mais três minutos.

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – Já estou concluindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tá. Obrigado.

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – Eu agradeço, Senador, pelo aporte e essa contribuição.

Então, de fato, Senador, acho que a grande mudança é focar no resultado, em que as pessoas de fato tenham acesso à água tratada nas suas casas, que o esgoto das suas casas seja coletado e tratado adequadamente e que não vá para os mares, que não vá para os rios, que não contamine as praias. E aí um elemento importante, Senador: a Comissão, além do desenvolvimento regional, traz o turismo como uma das suas prioridades.

Nas cidades, nas belas cidades brasileiras que têm o turismo como uma das suas principais atividades econômicas, às quais as pessoas vão para apreciar as belíssimas praias...

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – No caso, Santa Catarina.

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – No caso, Santa Catarina, a bela ilha de Santa Catarina... não apenas Santa Catarina, mas todas as cidades litorâneas, que têm praias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

belíssimas que brasileiros e estrangeiros podem usufruir, a gente gostaria de ter a certeza de que a gente vai estar tomando banho numa praia limpa, de que a praia vai ter uma bandeira azul, que garante que você não vai pegar uma doença de pele, que a ostra que você vai comer lá, no Ribeirão da Ilha, vai ser produzida num mar que tem qualidade, e não com uma série de outros elementos patogênicos, que podem causar uma série de doenças.

Então, a associação do saneamento básico com a qualidade de vida e com o desenvolvimento do turismo é uma das linhas que vários países no mundo têm adotado. Para atrair turistas, você garante o que eles chamam de "bandeira azul", praia limpa, que garante que a condição de balneabilidade daquela praia é adequada, que vai atrair o turista e que o turista não vai ficar doente, não vai pegar uma doença, não vai se contaminar com uma comida contaminada.

Então, essa associação do saneamento com o turismo é um dos elementos importantes que a gente precisa considerar, não só saúde, desenvolvimento econômico, escolaridade, enfim, geração de empregos e de renda para as populações, mas também a garantia do turismo equilibrado e saudável e a qualidade ambiental das cidades.

Aproveito, Senador, para convidá-lo e a todos que estão nos assistindo, para dizer...

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** – ... que a ANA trabalha também no apoio às agências reguladoras infranacionais. Hoje são mais de 107 agências.

Amanhã, Senador, nós estamos realizando, aqui em Brasília, no auditório da ANA, o segundo Encontro Nacional das Entidades Reguladoras Infranacionais. Temos mais de 400 pessoas que irão participar presencialmente desse encontro, que é um grande encontro nacional, para reunir todos os reguladores de saneamento do Brasil, para discutir os principais temas, como é que a gente está fazendo, se está tudo o.k., quais são os problemas, quais são os próximos desafios...

Então, aproveito para convidá-lo e a todos que estão nos assistindo, para prestigiarem o nosso evento amanhã, que, de fato, vai ser um debate rico, para que a gente garanta que os serviços aconteçam com a qualidade e com a tempestividade e a seriedade que o tema merece, para garantir acesso aos serviços de qualidade para todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dra. Veronica, eu quero agradecer imensamente as contribuições da senhora.

Hoje, a ANA, a Agência Nacional de Águas, vem aqui, até nossa Casa, que é o Senado da República, mas eu me comprometo com a senhora, também vou convidar a nossa Presidente, Dorinha Seabra, para visitarmos a ANA e conversarmos, fazermos um amplo debate lá, porque a ANA tem um papel fundamental e crucial, como agência reguladora, e pode, sim, contribuir sobremaneira na formulação de novas políticas públicas, acima de tudo, não para complicar, não para burocratizar, mas para discutirmos soluções.

Amanhã... Eu não sabia dessa reunião.

Você sabia dessa audiência?

Eu queria que a senhora nos passasse, por gentileza, mais informações, pelo menos para, se eu não puder ir, mandar um representante.

**A SRA. VERONICA SÁNCHEZ DA CRUZ RIOS** (*Fora do microfone*.) – Será uma honra recebê-lo.

Obrigada, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – E quero agradecer imensamente a visita da senhora e o prestígio que a senhora nos dá, a esta Comissão, especialmente, nesse assunto tão relevante, que é afeto aí a milhares de brasileiros, que é a questão do saneamento, da universalização.

Por fim, pessoal, vocês, que estão aí conosco até agora, hoje o Senado está pegando fogo, tem outros temas também ocorrendo em outras Comissões e também lá no Plenário do Senado, mas eu já passo imediatamente a palavra para o Dr. Gesmar Rosa dos Santos, que é Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que nos prestigia com a sua presença aqui, na CDR.

E eu quero agradecer ao senhor, Dr. Gesmar, pela presença e lhe passo a palavra pelo tempo regimental de dez minutos, para suas exposições.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. GESMAR ROSA DOS SANTOS** (Para expor.) – Obrigado, Senador.

Em nome do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), uma instituição ligada atualmente ao Ministério do Planejamento, agradeço o convite mais uma vez.

Só lembrando que, no dia 1º de julho, teve também uma audiência aqui, e eu citei também a ideia da necessidade de ter um fundo específico, no Governo Federal, formado por recursos orçamentários e outros do Governo Federal ou, quem sabe, de outros governos, para fomentar a universalização do saneamento.

Por que é que estou dizendo isso? Olha só: na época do Planasa, teve-se a ideia de que o financiamento público iria alavancar o saneamento por meio de empresas estaduais. Foi fortalecida e enfraquecida a gestão municipal, e as empresas estaduais tomaram as rédeas, ganharam escala e se propuseram a fazer investimento.

No início, teve grande investimento, depois passaram-se 20 anos, da década de 80 até o início da década de 90, sem ter investimento.

Aí depois veio a 11.445, de 2007, que, de novo, delegou ao Estado maior condição de ter financiamento.

De 2002 até 2013, o Brasil passou por grande etapa de financiamento público, basicamente recurso federal, e de recursos das companhias... Quando eu digo recursos das companhias estaduais de saneamento, ou empresas privadas também de saneamento, ou empresas, autarquias municipais de saneamento, nós estamos dizendo "tarifa", nós estamos dizendo que usuário pagou a conta e usuário continua fazendo investimento, operado ou feito através da companhia estadual de saneamento, ou feito através de empresas ou autarquias pelos recursos pagos pela tarifa, pelos recursos pagos pelo cidadão, pelos recursos pagos pelo usuário.

Então... Por que é que eu estou falando isso? Porque chegou, em 2017, a ideia de que o recurso pago, o saneamento pago, arcado pelo cidadão, via tarifa, deveria ser o novo rumo, como já previa a Lei 11.445, de 2007.

Qual é a diferença? A diferença é que, lá no Planasa e entre 2002 e 2013, a grande parcela de investimento para aumentar a oferta do serviço foi dada via tributo, e quem paga o tributo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também o cidadão. Então, o que se regou a tese é o seguinte: com a crise fiscal, a tendência é que a parte do tributo para a infraestrutura seja reduzida. Então, os serviços passam a ser arcados mais localmente pela tarifa do que o investimento via tributo.

Aí vem o debate de 2017 até 2020, que gerou a lei, e parece que mudou o mundo, mas não, Senador; é a mesma coisa. Ou seja, a tese de que a tarifa vai ter um papel maior no financiamento do setor só é viável se tiver regulação clara, que é que dá a capacidade de investimento, que é que dá a garantia de segurança jurídica, se o ente regulador anterior, que basicamente eram entidades estaduais e federal, ou o ministério, que tem mais interferência política, vamos dizer assim.

Então, a tese que ganhou foi "olha, vamos retirar o político, parte do que o político faz, vamos passar para agências reguladoras". Passou-se pelo meio do caminho, porque se deixou o meio rural.

O que eu quero dizer com isso? É que, para universalizar, é necessário que as agências reguladoras ajudem, auxiliem os municípios ao fazer os contratos de concessão; que a Funasa ajude os municípios a fazer o contrato de concessão; que o Governo Federal e os estados ajudem os municípios na hora de fazer o contrato de concessão e na hora de fazer os processos licitatórios. Porque o que acontece é o seguinte: de toda forma, o que manda é esse contrato que é feito. Com as companhias públicas ou privadas, ele tem que ter viabilidade econômica, mas ele tem que ter o que se falou aqui, que se falou também no caso da Cosan: subsídio cruzado. É novo? Não, é antigo. Nós temos que mantê-lo. Tentou-se eliminá-lo entre 2017 e 2020, ainda bem que não...

O que é que eu estou falando? Um usuário, grande usuário doméstico, paga um pouco mais pela tarifa e pelo volume de água para ajudar a tarifa social da água, do mesmo jeito que o custo da rede para esse usuário grande é mais alto do que o custo para o usuário que paga menos. Então, o que nós estamos falando é justiça social dentro do saneamento. É importante que tanto prefeituras como estados, como União e como agências reguladoras e companhias grandes estejam alinhados com isso.

O saneamento continua dependendo de isenção de tributos. Com essa mudança de lei, continua do mesmo jeito. As possibilidades de financiamento são exatamente as mesmas. Já tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Caixa, já tinha o BNDES, já tinha as mesmas linhas que existem hoje, debêntures incentivadas... Nós tivemos aqui Sabesp, Copasa, Sanepar, Corsan e Compesa. Para onde essas companhias foram quando a crise fiscal do saneamento falou assim, "olha, o Governo Federal não tem mais dinheiro"? O Governo Federal chegou a aportar 0,025% do PIB em 2013 para o saneamento. Isso passou a 0,042%, ou seja, próximo de R$300 milhões em 2020, e chegou a zero em 2022. Foi isso.

Qual é a mensagem que é passada? "Olha, estamos esperando a regulação vigorar, a nova regra, para ver o que melhora." A regulação não mudou os fundos, não mudou a forma de chegar a universalização para quem não está dentro do sistema urbano, ou seja, o saneamento rural. Saneamento rural, Senador, nesse fundo que eu estou falando, e fora dele, o Governo tem Programa Minha Casa, Minha Vida com versão rural. O saneamento tem que vir via esse programa para a área rural. Para as favelas, o subsídio cruzado, a tarifa social têm que ser o foco. E, nesse foco, eu creio que tanto agência reguladora local como as prefeituras como o estado têm que viabilizar seu próprio fundo para continuar viabilizando a tarifa social da água, que é quem consome menos, quem tem casa precária etc. conseguir.

Outra coisa que é essencial é que o Governo Federal, durante vários anos, lançou o Programa Cisternas e atingiu muita gente, a população, mais de 1 milhão de cisternas, o.k., meio rural. A mulher, a menina, o menino e às vezes o homem também não têm as condições de higiene local, dentro. Então, o saneamento que chega até a rede, que chega até a cisterna no meio rural, ele tem que chegar até uma pia, alguma coisa que tenha política habitacional. Por que eu estou falando isso? Para lembrar que o saneamento hoje no Brasil, a água, principalmente, não depende mais somente do setor de saneamento. É uma solução necessária com outros setores, com outras políticas. Então você vai lá para fora.

Mas só para finalizar, Senador, e agradecendo mais uma vez a oportunidade, eu quero dizer o seguinte: é importante, sim, o que o Carlos, da Casan, falou: para acessar recurso tem que ter fluxo facilitado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – É verdade.

**O SR. GESMAR ROSA DOS SANTOS** – Tem que ter regras claras e mais fáceis aqui. Eu não estou dizendo que é muito difícil, mas eu peguei a regra hoje, fui ler e fiquei pensando: pequenos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

municípios não têm condições sequer de entender, pessoal. A ideia do fundo seria mais ou menos assim: o município terá Progestão, da ANA. Tem um programa na ANA, tem o Arpa, no Ministério do Meio Ambiente. São programas que dizem o seguinte: "Município, entidade de gestão de recursos hídricos do estado, faça a sua parte minimamente, que nós vamos viabilizar recursos para você continuar a gestão".

(*Soa a campainha.*)

**O SR. GESMAR ROSA DOS SANTOS** – Esse modelo tem que vir para o saneamento: "Prefeito, o senhor não tem técnico na área"; "Tá, mas a Secretaria de Obras tem? A de infraestrutura tem? Dentro do consórcio é possível?"; "Estado, como você viabiliza essa parceria para fazer bons projetos?"; "Funasa, você vai reestruturar-se ou não? Você vai acabar?". Porque até o Governo Federal não sabe o que faz com a Funasa, se acaba ou se não acaba. Então, essa concertação, que bem falou-se a palavra aqui, para que se busquem recursos, ela é necessária.

E, por fim, eu creio que em algum momento, Senador... Bom, primeiro, de novo, parabéns, porque o Senado Federal, a Câmara, estando abertos a alguma mudança na legislação, isso é importante mesmo. Porque quanto a algumas questões a lei de 2020 foi muito em cima dos municípios, e eles estão dificultados.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Sim, é verdade.

**O SR. GESMAR ROSA DOS SANTOS** – Então, em algum momento eu gostaria de entrar, e peço e me disponho a entrar neste debate, de facilitar como o município tem que ser mais visto. E como essa questão do financiamento tem que ser bem enfocada, para que não repitamos o que aconteceu com a energia elétrica. Energia elétrica, dois movimentos. Um, privatizações de qualquer forma, e outro, interferência em formas de concessão, em formas de atualizar a tarifa, em formas de conceder futuros financiamentos. Isso levou a que ela dobrasse de preço real em dez anos. Tomara que isso não aconteça com a água, porque esse cenário pode ser um pouco perigoso, e eu acho que para o Brasil é muito ruim a gente ter perspectiva de aumentar muito o preço da água e do esgotamento sanitário.

Obrigado, Senador, desculpe pelo tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Gesmar, eu faço questão aí... e precisamos, na verdade, e falo aqui em nome de toda a CDR, da ajuda de pessoas como o senhor, como a D. Veronica e tantos outros que nós temos chamado aqui para dar o seu depoimento, fazer as observações. Agora, eu acho que a Dra. Veronica, com muita sabedoria, foi muito feliz no que ela chamou de pacto nacional. Porque o que o senhor acabou de relatar, e está aqui a Marcielly, que trabalha conosco no nosso Legislativo, no suporte aí a Prefeitos e gestores públicos... O que o senhor falou é o que eu ouço, quando trato do assunto, praticamente diariamente, ou por telefone ou por mensagem.

O que acontece? Os municípios são pequenos, tem pouca gente qualificada ou capacitada, especialmente para a área de saneamento, não sabem fazer, não têm uma empresa para fazer um Evtea, não têm uma empresa para fazer planejamento. Se realmente não houver esse pacto nacional proposto pela Dra. Veronica, em que pede de um lado, Senado do outro, ANA de outro, Prefeitura de outro, Governo do estado, BNDES, FGTS, Caixa Econômica, se nós não fizermos essa coalizão em prol do saneamento no Brasil, vai ficar muito difícil.

Mas essa coalizão, inclusive, parte por essa revisão que nós estamos propondo aqui, eu acho que, aqui no Senado, eu considero um dos grandes nossos projetos, que foi a revisão dessa legislação, justamente porque, por mais que tenha algum êxito, alguma evolução... Por exemplo, a Dra. Veronica nos comentou que saímos, em 2019, de R$14 bilhões para, em 2024, R$50 bilhões, realmente, são avanços importantes!

No entanto, sabemos que a necessidade é muito maior e vai além de financiamento, que, talvez – talvez! –, até recursos para serem emprestados aos municípios tenhamos, mas, por falta de gente, por falta de projeto, falta de gente especializada, falta de orientação de como acessar esses créditos ou esses financiamentos ou a pedir, inclusive, a entidades e instituições financeiras internacionais que tenham interesse no desenvolvimento da parte de universalização de água e esgoto, realmente a coisa não está... Melhorou? Melhorou, mas podemos melhorar muito mais se juntos propusermos melhorias nessa legislação.

Então, com essas palavras, Dr. Gesmar, Dra. Veronica, eu quero agradecer imensamente e vou contar demais com a ajuda de vocês ao final dessa maratona em que nós estamos aqui na Comissão de Desenvolvimento Regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de finalizarmos, quero agradecer imensamente a todos que participaram *online*, a todos que participaram com perguntas. Eu creio que as perguntas foram respondidas ao longo da explicação da Dra. Veronica, porque as perguntas eram mais da parte de regulação e da própria Agência Nacional de Águas.

Mas, antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 23ª Reunião, realizada hoje pela manhã.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Não havendo nada mais a tratar, agradeço a Deus e a presença de cada uma das senhoras e dos senhores *online e* presencialmente, dos expositores, dos nossos convidados que estão aqui e que nos honram com a sua presença no Senado Federal da República.

Agradeço a presença dos senhores e declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 58 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e vinte e três minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Jorge Seif e Zequinha Marinho, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Alan Rick, Chico Rodrigues, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Wilder Morais, Beto Faro, Rogério Carvalho e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Plínio Valério, Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 16, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 14/2025, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), seja incluído o seguinte convidado: representante da Federação Única dos Petroleiros." **Autoria:** Senador Beto Faro (PT/PA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 479, de 2024 - Não Terminativo -** que: "Institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU; e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da comissão, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01 - [CDR]. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 3229, de 2023 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios." **Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN). **Tramita em conjunto com o Projeto de Lei n° 5230, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e dá outras providências, para prorrogar o prazo dos municípios para elaboração de Plano de Mobilidade Urbana." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Relatoria:** Senador Jorge Seif. **Relatório:** Pela aprovação do PL 3229, de 2023, nos termos da emenda substitutiva apresentada; e pela prejudicialidade do PL 5230, de 2019. **Resultado:** Aprovado o Projeto de Lei nº 3229, de 2023, nos termos da emenda substitutiva apresentada (Emenda nº 01 – [CDR]); ficando prejudicado o Projeto de Lei nº 5230, de 2019. **Observação:** A matéria retornará à pauta, em turno suplementar, nos termos do Art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2117, de 2023 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Adiado. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3º Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 9 de setembro de 2025.

A presente reunião é destinada à deliberação de matérias e requerimentos apresentados a esta Comissão.

Bom, o item 1 é requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo de autoria do Senador Beto Faro. Como ele não encontra presente, a gente vai pular para o próximo item. Retiramos de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 1**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 16, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 14/2025, com o objetivo de debater as potencialidades e as possibilidades da exploração econômica dos recursos naturais com ocorrência na Plataforma Continental do Brasil que teve a sua ampliação recentemente reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU), seja incluído o seguinte convidado: representante da Federação Única dos Petroleiros.*

**Autoria:** Senador Beto Faro – PT/PA)

O item 2, Projeto de Lei 479/2024: o Relator Chico Rodrigues ainda não se encontra e por enquanto, momentaneamente, retiramos de pauta.

Vamos ao terceiro item.

**ITEM 3**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**PROJETO DE LEI Nº 3229, DE 2023**

**- Terminativo -**

*Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.*

**Autoria:** Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

**Relatoria:** Senador Jorge Seif

**Relatório:** Pela aprovação do PL 3229, de 2023, nos termos da emenda substitutiva apresentada; e pela prejudicialidade do PL 5230, de 2019.

**Observações:**

*Após a deliberação da CDR, a matéria será encaminha à Secretária-geral da Mesa para as providências cabíveis.*

[Tramita em conjunto: PL 5230/2019.]

Gostaria de convidar o Senador Zequinha Marinho para assumir a Presidência enquanto eu leio o meu relatório, por gentileza, Senador. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Bom dia a todos.

Assumo a Presidência e concedo a palavra ao Senador Jorge Seif para a leitura do seu relatório.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente. Se o senhor me permite, eu vou passar direto para a análise.

O prazo legal para a aprovação dos planos de mobilidade urbana, definido no §4º do art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012, originalmente findava em 2015 para todos os municípios obrigados. Esse prazo passou por sucessivas prorrogações e alterações legais, sendo a mais recente delas dada pela Lei nº 14.748, de 2023. A atual redação do dispositivo estabelece a data de até 12 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abril de 2024 para municípios com mais de 250 mil habitantes e até 12 de abril de 2025 para municípios com até 250 mil habitantes.

Considerando a redação atual da lei, encontram-se prejudicadas as propostas de prorrogação de prazo feitas nas duas proposições e na emenda da CI. Em relação às demais medidas sugeridas, consideramos que a inclusão de art. 24-A proposta pelo PL nº 5.230, de 2019, é meritória e vai ao encontro das disposições do Acórdão 408/2021, exarado pelo Tribunal de Contas da União, que determina que os investimentos federais em mobilidade urbana se deem conforme os planos municipais.

Também, Sr. Presidente, não vislumbramos óbice à alteração proposta pelo PL nº 3229, de 2023, ao §7º do art. 24, pois consiste em atualização de nomenclatura de ministério.

Em relação ao §8º, que trata da proibição de solicitação e recebimento de recursos federais destinados à mobilidade urbana pelos municípios sem plano de mobilidade, o PL nº 3.229, de 2023, traz três inovações: dispensa a aplicação da sanção sobre os municípios de até 50 mil habitantes; restringe a suspensão apenas ao recebimento de recursos financeiros; e permite pagamentos para instrumentos de repasse já celebrados.

No caso da dispensa para os pequenos municípios, a medida nos parece justificada por evitar prejuízos maiores à população, já tão carente de investimentos públicos em infraestrutura. Da mesma forma, Sr. Presidente, permitir a continuidade de repasse para instrumentos já celebrados também é razoável, pois evita a paralisação de obras em andamento, o que geraria muito prejuízo ao Erário e, logicamente, à nossa população.

No entanto, entendemos que permitir que municípios sem plano solicitem recursos mesmo impedidos de recebê-los posteriormente comprometerá o orçamento público com empenhos para contratos que podem não ser levados a termo, gerando custos administrativos desnecessários e contrariando o princípio da eficiência das despesas públicas, previsto no art. 37 da Constituição Federal, motivo pelo qual propomos retificar a redação do dispositivo.

Sr. Presidente, considerando a importância dos temas trazidos nos dois projetos em análise, nos permitimos apresentar nossa proposta na forma de substitutivo ao PL nº 3.229, de 2023, para excluir os dispositivos prejudicados, corrigir os pontos necessários e recepcionar os demais. Com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tais correções, acreditamos que o projeto reúne as condições requeridas para aprovação nesta Comissão.

Voto.

Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos pela declaração de prejudicialidade do PL nº 5.230, de 2019, e pela aprovação do PL nº 3.229, de 2023, e, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº - CDR (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI Nº 3229, DE 2023

Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para dispor sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 24 da Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 24.....

.....

§ 7º A aprovação do Plano de Mobilidade Urbana pelos Municípios, nos termos do § 4º deste artigo, será informada à Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

§ 8º Encerrado o prazo estabelecido no § 4º deste artigo, os Municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes que não tenham aprovado o Plano de Mobilidade Urbana apenas poderão solicitar e receber recursos federais destinados à mobilidade urbana para instrumentos de repasse já celebrados ou caso sejam utilizados para a elaboração do próprio plano.

.....

§ 10. Os Municípios que tenham elaborado Plano de Mobilidade Urbana terão prioridade na obtenção de recursos orçamentários federais destinados a investimentos em mobilidade urbana.

§ 11. A União poderá elaborar e implementar plano de ação com objetivo de apoiar os Municípios no cumprimento do disposto neste artigo.” (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era esse o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A matéria está em votação.

Não havendo quem...

Desculpe-me. Perdão. A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, a matéria está em votação nominal.

Votação nominal do Projeto de Lei nº 5.230, de 2019, nos termos do relatório apresentado.

Os Srs. Senadores que votam com o Relator vão votar "sim".

Solicito à Secretaria aqui da Comissão que, por favor, estabeleça condições e mobilize os Srs. Senadores para que possam participar da votação remota.

(*Procede-se à votação.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – A votação está encerrada.

Solicito à mesa que coloque na tela ali o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - PA) – Muito bem. Houve 9 SIM; nenhum contra.

O projeto está aprovado.

Aprovado o Projeto de Lei nº 3.229, de 2023, nos termos da emenda substitutiva apresentada, a Emenda nº 1, da CDR, ficando prejudicado o Projeto de Lei nº 5.230, de 2019.

A matéria retornará à pauta da Comissão para turno suplementar na reunião deliberativa seguinte.

Quem é que vai ser o... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, aqui já está, já encerrou.

Bom, devolvo a Presidência ao Senador Jorge Seif.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado, Senador Zequinha.

De volta à pauta, item 2.

**ITEM 2**

**PROJETO DE LEI Nº 479, DE 2024**

**- Não terminativo -**

*Institui o Novo Programa de Reestruturação da Região Cacaueira da Bahia – RENOVA CACAU; e dispõe sobre a remissão de dívidas oriundas de operações de crédito rural do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana – PRLCB.*

**Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

**Relatoria:** Senador Chico Rodrigues

**Relatório:** Pela aprovação com 1 emenda que apresenta.

**Observações:**

*1. Após deliberação da CDR, a matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); seguindo, posteriormente, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em decisão terminativa;*

*2. A matéria constou nas pautas dos dias 26/08/2025 e 02/09/2025;*

*3. Em 26/08/2025, após a leitura, foi concedida vista coletiva.*

Passo a palavra para o Senador Chico Rodrigues para a leitura de seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CHICO RODRIGUES** (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Como Relator.) – Presidente, o relatório já foi lido, né?

Nós gostaríamos apenas de sensibilizar os colegas Senadores da importância e da relevância desse projeto, de autoria do Senador Angelo Coronel, em função do programa Renova Cacau, porque, obviamente, é uma cultura que teve uma série de percalços ao longo do seu cultivo, enfim, é uma cultura histórica para a Bahia. Inclusive, hoje ela desponta novamente no cenário mundial como de um valor agregado imensurável.

Obviamente, essa aprovação aqui não é terminativa, porque passaria por outra Comissão.

Portanto, nós gostaríamos de pedir aos colegas Senadores e Senadoras que, aqui na Comissão, fosse votado "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Jorge Seif. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Chico Rodrigues.

Os Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda 01, CDR.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Parabéns, Senador Chico Rodrigues!

O item 4 é do Senador Cid Gomes, que não está presente. Então, nós o retiramos de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

**ITEM 4**

**PROJETO DE LEI Nº 2117, DE 2023**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**- Não terminativo -**

*Altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir a bacia hidrográfica do rio Poti na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf).*

**Autoria:** Câmara dos Deputados

**Relatoria:** Senador Cid Gomes

**Relatório:** Pela prejudicialidade

**Observações:**

*1. A matéria constou nas pautas das reuniões deliberativas dos dias 25/03/2025, 13/05/2025, 10/06/2025, 24/06/2025, 26/08/2025 e 02/09/2025, sendo adiada;*

*2. Após deliberação na CDR, a matéria será apreciada pelo Plenário do Senado Federal.*)

Antes de finalizarmos os nossos trabalhos, submeto à deliberação plenária a dispensa de leitura e a aprovação da Ata da 24ª Reunião, realizada em 2 de setembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Aviso que, após o encerramento desta reunião, ocorrerá a 26ª Reunião da CDR para deliberação de indicações de Emenda RP8, referentes à Lei Orçamentária Anual de 2025. Cordialmente, solicito a presença e a participação das Sras. e dos Srs. Senadores.

Encerramento: não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado, Chico.

(*Iniciada às 10 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 26ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Professora Dorinha Seabra, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Alessandro Vieira, Alan Rick, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Margareth Buzetti, Chico Rodrigues, Jussara Lima, Zenaide Maia, Nelsinho Trad, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Wilder Morais, Beto Faro e Mecias de Jesus, e ainda dos Senadores Sérgio Petecão, Styvenson Valentim, Pedro Chaves e Fabiano Contarato, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Efraim Filho, Plínio Valério, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Augusta Brito, Laércio Oliveira e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação das Indicações das Emendas RP8 - 3º Ciclo**. **Finalidade:** 3º Ciclo de Deliberação das indicações das Emendas RP8 da LOA 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210/2024 e do art. 45-A da Resolução nº 01/2006-CN. Coordenadora das sugestões de indicações na CDR: - Senadora Professora Dorinha Seabra. **Resultado:** Indicações de emendas RP8 aprovadas, conforme o relatório apresentado por sua coordenadora e de acordo com a planilha apresentada no Anexo I, na qual constam 132 indicações aprovadas. Proposta aprovada de cancelamento da votação das indicações referentes ao 2º ciclo de indicações PLOA 2025, realizada na 22ª Reunião da CDR, em 02 de setembro de 2025. Ainda, a Comissão deliberou sobre propostas de alterações de indicações das emendas nºs 60110001 e 60110002 (Indicações código SINEC nºs 9960, 10982, 11807, 11964, 14333 e 14339), nos termos do § 3º do artigo 48 da Resolução nº 01/2006-CN, conforme planilha anexa (Anexo II); e, por unanimidade, a Comissão deliberou e aprovou as propostas de alterações. Registra-se que, a análise do pedido de retirada da Indicação nº 9866 (de autoria do Senador Humberto Costa, aprovada no 1º Ciclo) indicou que não foram constatadas hipóteses de impedimento técnico. Indeferiu-se, portanto, a solicitação de retirada. RETIFICAÇÃO: Com o objetivo de evitar duplicidade, retifica-se o Anexo I, com a exclusão das indicações objeto de alteração constantes no Anexo II. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, assim como a da presente reunião. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos. A presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Professora Dorinha Seabra**
Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/09

**A SRA. PRESIDENTE** (Professora Dorinha Seabra. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza na data de 9 de setembro de 2025.

A presente reunião destina-se à deliberação de indicações das Emendas RP8 da Lei Orçamentária de 2025, nos termos do art. 5º da Lei Complementar nº 210, de 2024, e do art. 45-A da Resolução 001, de 2006, Congresso Nacional.

Antes de darmos início à apreciação das indicações, cumpre informar ao Plenário que após a 22ª Reunião da Comissão, CDR, ocorrida em 2 de setembro, na qual se deliberaram as indicações apresentadas no segundo ciclo para envio de indicações das Emendas RP8 da LOA, constatou-se que havia inconsistências nas indicações recebidas pela Comissão. Assim, esta Presidência optou por suspender o resultado previamente deliberado, a fim de que os devidos ajustes fossem realizados e nova votação pudesse ser realizada. Registro que a referida tabela não foi encaminhada aos ministérios e à Comissão Mista de Orçamento.

Diante disso, submeto à deliberação das Sras. e Srs. Senadores e Senadoras a proposta de cancelamento da votação e desconsideração da tabela final aprovada naquela reunião.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Resultado: Aprovado o cancelamento da votação das indicações referentes ao segundo ciclo nas indicações do Ploa de 2025, realizado na 22ª Reunião da CDR. Fica desconsiderada a tabela divulgada na ocasião.

Agora passamos à deliberação das indicações referentes ao segundo ciclo, com as devidas correções na tabela e com as inconsistências constatadas, assim como das indicações enviadas no terceiro ciclo, cujo prazo de envio encerrou-se na sexta-feira passada, dia 5 de setembro.

A coordenação das sugestões de indicação nesta Comissão ficou a cargo desta Presidência, que recebeu, exclusivamente pelo sistema, 180 indicações – anexo 1 – após 12 serem retiradas – anexo 2 – por seus autores, mediante ofício direcionado a essa Presidência. Retiraram as indicações os Senadores Carlos Viana, Flávio Arns, Soraya Thronicke e Efraim Filho, conforme relatório apresentado.

Farei agora a leitura do relatório e breves considerações. Ainda quero fazer o esclarecimento de que há aprovação das indicações referentes ao segundo e terceiro ciclo, conforme prazos estabelecidos por esta Comissão.

Parecer, nosso relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos da Lei Complementar nº 210, de 2024, da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, dada pela Resolução nº 1, de 2025, Congresso Nacional, compete a esta Comissão apresentar indicações para execução de programações decorrentes de emenda de Comissão da Lei Orçamentária de 2025, Lei 15.121, de 2025.

1. Emenda 60110001

1.1. Programa: 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial

1.2. Ação: 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado

1.3. Função/Subfunção: 15 - Urbanismo / 244 - Assistência Comunitária

1.4. Subtítulo: 0001 - Nacional

1.5. Valor: R$ 700 milhões

2. Emenda 60110002

2.1. Programa: 2323 - Turismo, esse é o destino

2.2. Ação: 10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística

2.3. Função/Subfunção: 23 - Comércio e Serviços/695 - Turismo

2.4. Subtítulo: 0001 - Nacional

2.5. Valor: R$ 400 milhões.

No novo prazo concedido por esta Comissão, foram apresentadas sugestões de indicações de emendas da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Esse é o relatório.

As sugestões de indicações constantes no Anexo II não foram incluídas na presente análise, em razão de identificação de hipóteses de impedimento técnico e de manifestação posterior dos seus autores por meio de ofício, solicitando a retirada e/ou a desconsideração de suas sugestões.

Ademais, em relação às indicações aprovadas em 26 de agosto de 2025, também foram encaminhados, pelos Parlamentares autores de indicações, pedidos de desconsideração de indicações já aprovadas pela Comissão, os quais estão listados no Anexo III.

Nesse sentido, sugere-se a aprovação nos casos em que foram identificadas e corrigidas hipóteses de impedimento técnico nas indicações já aprovadas, a exemplo das indicações com inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não correspondentes à do beneficiário ou indicações de objetos com valor inferior ao montante mínimo exigido para a situação.

Nesse sentido, somos pela aprovação das indicações elencadas no Anexo I.

Esse é o nosso voto como Presidente e Relatora.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, coloco em votação a tabela com a totalidade das indicações válidas, conforme constante do relatório apresentado. Essa tabela será encaminhada para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), juntamente com a ata da presente reunião.

As Senadoras e os Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas as indicações constantes no Anexo I, publicado, que serão enviadas aos ministérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, informo que, após erros identificados nas indicações aprovadas, enviadas aos ministérios, os autores solicitaram a alteração das seguintes indicações, referentes ao primeiro ciclo da votação.

Número das indicações: Indicação 9.960 da Senadora Ana Paula Lobato; Indicação 11.807 e 11.964 do Senador Rodrigo Pacheco; Indicação 10.982 do Senador Pedro Chaves; Indicação 14.333 e 14.339 da Senadora Augusta Brito.

As Senadoras e os Senadores que concordam com as alterações das indicações solicitadas, permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a alteração das indicações acima enumeradas, conforme as novas indicações apresentadas.

A deliberação será comunicada aos respectivos ministérios.

Por fim, registro que a análise do pedido de retirada da Indicação 9.866, do Senador Humberto Costa, aprovada no primeiro ciclo, indicou que não foram constatadas hipóteses de impedimento técnico. Indefere-se, portanto, a solicitação da retirada.

Antes de finalizarmos nosso trabalho, submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 25ª Reunião realizada hoje, assim como a ata da presente reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovadas as atas, serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 11horas e 36 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO I**
**INDICAÇÕES APROVADAS - 26ª REUNIÃO DA CDR**
**LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2025**

LEI Nº 15.121/2025, LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025.

| EMENDA | Cod. Parlamentar | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | o Final (Execução Direta | nicípio Indicação Vincula | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Ação | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Vitória do Jari | Vitória do Jari | 00.399.857/0001-26 | AP | VITORIA DO JARI | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Veículos | R$ 240.402 |
| 60110001 | 4087 | Carlos Alberto Dias Viana | 53000 | 53101 | 00SX | COMPANHIA DE DESENV | MUNICÍPIO DE VARGEM | BONITA | 16.788.309/0001-28 | MG | VARGEM BONITA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de equipamen | R$ 370.000 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Laranjal do Jari | Laranjal do Jari | 00.399.857/0001-26 | AP | LARANJAL DO JARI | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Veículo | R$ 322.500 |
| 60110002 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de | Cabedelo | | 09.012.493/0001-54 | PB | CABEDELO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Execução de Obras | R$ 100.000 |
| 60110002 | 4277 | Sergio Fernando Moro | 54000 | 54101 | 10V0 | Município de Guaíra - PR | | Município de Guaíra - PR | 77.857.183/0001-90 | PR | GUAIRA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Apoio financeiro ao dese | R$ 895.652 |
| 60110002 | 2038 | Flávio José Arns | 54000 | 54101 | 10V0 | MUNICÍPIO DE MAUÁ DA | SERRA | | 95.548.400/0001-42 | PR | MAUA DA SERRA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | OBRA DE INFRAESTRUTU | R$ 617.391 |
| 60110002 | 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | SANTANA DA PONTE PEN | SANTANA DA PONTE PEN | SANTANA DA PONTE PEN | 45.138.088/0001-40 | SP | SANTANA DA PONTE PEN | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 500.000 |
| 60110001 | 4087 | Carlos Alberto Dias Viana | 53000 | 53101 | 00SX | COMPANHIA DE DESENV | MUNICÍPIO DE SERRA DO | SALITRE | 18.468.058/0001-20 | MG | SERRA DO SALITRE | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de equipamen | R$ 370.000 |
| 60110001 | 2969 | Wilder Pedro de Morais | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Posse | | | 01.743.335/0001-62 | GO | POSSE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de maquinário | R$ 1.000.000 |
| 60110001 | 4087 | Carlos Alberto Dias Viana | 53000 | 53101 | 00SX | COMPANHIA DE DESENV | MUNICÍPIO DE PARÁ DE | MINAS | 18.313.817/0001-85 | MG | PARA DE MINAS | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de equipamen | R$ 370.000 |
| 60110001 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Sonora/MS | | | 24.651.234/0001-67 | MS | SONORA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação Asfáltica. | R$ 728.260 |
| 60110002 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de | Serra Branca | | 08.874.695/0001-42 | PB | SERRA BRANCA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Execução de Obras | R$ 1.500.000 |
| 60110002 | 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | APARECIDA D'OESTE | APARECIDA D'OESTE | APARECIDA D'OESTE | 46.605.051/0001-48 | SP | APARECIDA D'OESTE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 500.000 |
| 60110001 | 2969 | Wilder Pedro de Morais | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura de Castelândia | | | 37.275.849/0001-88 | GO | CASTELANDIA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Implantação de Pontes | R$ 500.000 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Santana | Santana | 00.399.857/0001-26 | AP | SANTANA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Veículo | R$ 322.800 |
| 60110001 | 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE BARRA DO OURO | | | 01.612.818/0001-28 | TO | BARRA DO OURO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | PAVIMENTAÇÃO ASFALTI | R$ 1.500.000 |
| 60110001 | 4087 | Carlos Alberto Dias Viana | 53000 | 53101 | 00SX | COMPANHIA DE DESENV | MUNICÍPIO DE LAGOA | GRANDE | 23.097.454/0001-28 | MG | LAGOA GRANDE | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de equipamen | R$ 592.173 |
| 60110001 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Paranaíba/MS | | | 03.343.118/0001-00 | MS | PARANAIBA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação Asfáltica. | R$ 1.000.000 |
| 60110001 | 4087 | Carlos Alberto Dias Viana | 53000 | 53101 | 00SX | COMPANHIA DE DESENV | MUNICÍPIO DE GUIMARÂNIA | | 18.602.052/0001-01 | MG | GUIMARANIA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de equipamen | R$ 370.000 |
| 60110002 | 3794 | Omar José Abdel Aziz | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de | Silves | | 04.477.634/0001-90 | AM | SILVES | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Construção de orla turíst | R$ 3.065.214 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Porto Grande | Porto Grande | 09.203.665/0001-77 | AP | PORTO GRANDE | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 268.500 |
| 60110002 | 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | Santa Salete | Santa Salete | Santa Salete | 01.611.211/0001-23 | SP | SANTA SALETE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 500.000 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Cooperativa de Alimento | Cooperativa de Alimento | 09.203.665/0001-77 | AP | MACAPA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinários e Veículos | R$ 1.451.634 |
| 60110002 | 3794 | Omar José Abdel Aziz | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de | Santa Isabel do Rio Negro | | 04.194.239/0001-09 | AM | SANTA ISABEL DO RIO NI | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | edificações de uso públic | R$ 2.000.000 |
| 60110001 | 4087 | Carlos Alberto Dias Viana | 53000 | 53101 | 00SX | COMPANHIA DE DESENV | MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE | DE MINAS | 18.306.670/0001-04 | MG | SAO ROQUE DE MINAS | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de equipamen | R$ 370.000 |
| 60110001 | 3794 | Omar José Abdel Aziz | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de | Barreirinha | | 04.283.040/0001-49 | AM | BARREIRINHA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | construção e pavimentaç | R$ 8.739.131 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de | Teixeira | | 08.883.951/0001-68 | PB | TEIXEIRA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 1.500.000 |
| 60110002 | 2038 | Flávio José Arns | 54000 | 54101 | 10V0 | MUNICÍPIO DE FAROL | | | 95.640.124/0001-48 | PR | FAROL | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | OBRA DE INFRAESTRUTU | R$ 600.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de | Sao Bento | | 09.069.709/0001-18 | PB | SAO BENTO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 1.500.000 |
| 60110002 | 2038 | Flávio José Arns | 54000 | 54101 | 10V0 | MUNICÍPIO DE BOA ESP | ERANÇA DO IGUAÇU | | 95.589.255/0001-48 | PR | BOA ESPERANCA DO IGU | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | OBRA DE INFRAESTRUTU | R$ 650.000 |
| 60110002 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de | Manaira | | 09.148.131/0001-95 | PB | MANAIRA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Execução de Obras | R$ 500.000 |
| 60110002 | 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 54000 | 54101 | 10V0 | PREFEITURA DE TAGUATINGA | | | 02.306.900/0001-97 | TO | TAGUATINGA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | REVITALIZAÇÃO E AMPLI | R$ 2.086.956 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Pedra Branca do Amapar | Pedra Branca do Amapar | 09.203.665/0001-77 | AP | PEDRA BRANCA DO AMA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 244.374 |
| 60110001 | 3794 | Omar José Abdel Aziz | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de | Nhamundá | | 04.283.594/0001-46 | AM | NHAMUNDA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | construção e pavimentaç | R$ 4.000.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de | Barra de Santana | | 01.612.535/0001-86 | PB | BARRA DE SANTANA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 1.000.000 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Oiapoque | Oiapoque | 00.399.857/0001-26 | AP | OIAPOQUE | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Veículos | R$ 240.292 |
| 60110002 | 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | TRES FRONTEIRAS | TRES FRONTEIRAS | TRES FRONTEIRAS | 46.601.944/0001-15 | SP | TRES FRONTEIRAS | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 400.000 |
| 60110001 | 4277 | Sergio Fernando Moro | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Bandeirante | | | 76.235.753/0001-48 | PR | BANDEIRANTES | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Apoio financeiro à infraes | R$ 1.217.391 |
| 60110002 | 4277 | Sergio Fernando Moro | 54000 | 54101 | 10V0 | Município de Cruzeiro do Oeste- PR | | | 76.381.854/0001-27 | PR | CRUZEIRO DO OESTE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Apoio financeiro ao dese | R$ 495.652 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de | Campina Grande | | 08.993.917/0001-46 | PB | CAMPINA GRANDE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 800.000 |
| 60110002 | 3805 | Wellington Antonio Fagundes | 54000 | 54101 | 10V0 | Ministério do Turismo | Prefeitura Municipal de J | | 15.023.955/0001-31 | MT | JUSCIMEIRA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Infraestrutura | R$ 2.086.956 |
| 60110001 | 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE LAGOA DA CONFUSÃO | | | 26.753.137/0001-00 | TO | LAGOA DA CONFUSAO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | PAVIMENTAÇÃO ASFALTI | R$ 1.000.000 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Amapá | Amapá | 09.203.665/0001-77 | AP | AMAPA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 639.000 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Laranjal do Jari | Laranjal do Jari | 09.203.665/0001-77 | AP | LARANJAL DO JARI | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 639.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de | Areial | | 08.701.062/0001-32 | PB | AREIAL | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 1.000.000 |
| 60110001 | 4277 | Sergio Fernando Moro | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Capanema - PR | | | 75.972.760/0001-60 | PR | CAPANEMA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Apoio à infraestrutura pro | R$ 1.217.391 |
| 60110001 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Dois Irmãos do Buriti/MS. | | | 24.616.187/0001-10 | MS | DOIS IRMAOS DO BURITI | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação Asfáltica. | R$ 500.000 |
| 60110002 | 4277 | Sergio Fernando Moro | 54000 | 54101 | 10V0 | Município de Capanema - PR | | | 75.972.760/0001-60 | PR | CAPANEMA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Apoio financeiro ao dese | R$ 695.652 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de | Ouro Velho | | 08.872.459/0001-97 | PB | OURO VELHO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de Maquinário | R$ 700.000 |
| 60110001 | 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Batayporã/MS | | | 03.505.013/0001-00 | MS | BATAYPORA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação asfáltica | R$ 500.000 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Laranjal do Jari | Laranjal do Jari | 00.399.857/0001-26 | AP | LARANJAL DO JARI | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Veículos | R$ 240.292 |
| 60110002 | 4138 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 54000 | 54101 | 10V0 | Município de Croatá | Município de Croatá | | 10.462.349/0001-07 | CE | CROATA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Apoio a Projetos de Infraa | R$ 1.086.000 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Laranjal do Jari | Laranjal do Jari | 09.203.665/0001-77 | AP | LARANJAL DO JARI | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinários | R$ 20.694 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Ferreira Gomes | Ferreira Gomes | 09.203.665/0001-77 | AP | FERREIRA GOMES | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 268.500 |
| 60110002 | 2038 | Flávio José Arns | 54000 | 54101 | 10V0 | MUNICÍPIO DE GUAÍRA | | | 77.857.183/0001-90 | PR | GUAIRA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | OBRA DE INFRAESTRUTU | R$ 600.000 |
| 60110002 | 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 54000 | 54101 | 10V0 | PREFEITURA DE NOVO ACORDO | | | 01.067.933/0001-69 | TO | NOVO ACORDO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | CONSTRUÇÃO DO COMI | R$ 3.130.434 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de | Santa Ines | | 01.612.693/0001-36 | PB | SANTA INES | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 500.000 |
| 60110001 | 4087 | Carlos Alberto Dias Viana | 53000 | 53101 | 00SX | COMPANHIA DE DESENV | MUNICÍPIO DE CRUZEIRO | DA FORTALEZA | 18.468.041/0001-72 | MG | CRUZEIRO DA FORTALEZ | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de equipamen | R$ 370.000 |

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO I**
**INDICAÇÕES APROVADAS - 26ª REUNIÃO DA CDR**
**LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2025**

LEI Nº 15.121/2025, LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025.

| | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 2969 | Wilder Pedro de Morais | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE MAMBAI | | | 01.740.463/0001-52 | GO | MAMBAI | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | OBRA DE INFRAESTRUTU | R$ 652.173 |
| 60110002 2969 | Wilder Pedro de Morais | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura de Mambaí | | | 01.740.463/0001-52 | GO | MAMBAI | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Implantação de moderni | R$ 1.086.956 |
| 60110001 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Bataguassu/MS. | | | 03.576.220/0001-56 | MS | BATAGUASSU | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação Asfáltica. | R$ 450.000 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Caapora | | | 08.865.644/0001-54 | PB | CAAPORA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 500.000 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Barra de Santa Rosa | | | 08.993.925/0001-92 | PB | BARRA DE SANTA ROSA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de Maquinário | R$ 570.000 |
| 60110002 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Ouro Velho | | | 08.872.459/0001-97 | PB | OURO VELHO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Execução de Obras | R$ 500.000 |
| 60110002 2038 | Flávio José Arns | 54000 | 54101 | 10V0 | MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO OESTE | | | 76.381.854/0001-27 | PR | CRUZEIRO DO OESTE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | OBRA DE INFRAESTRUTU | R$ 900.000 |
| 60110002 3794 | Omar José Abdel Aziz | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã | | | 04.278.818/0001-21 | AM | NOVO ARIPUANA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Construção e revitalizaçã | R$ 3.000.000 |
| 60110002 3794 | Omar José Abdel Aziz | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Itapiranga | | | 04.495.644/0001-59 | AM | ITAPIRANGA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Modernização de ilumina | R$ 1.500.000 |
| 60110002 4138 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 54000 | 54101 | 10V0 | Município de Piquet Carn | Município de Piquet Carneiro/CE | | 07.738.057/0001-31 | CE | PIQUET CARNEIRO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | APOIO A PROJETOS DE IN | R$ 1.000.000 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Ouro Velho | | | 08.872.459/0001-97 | PB | OURO VELHO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 1.000.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Porto Grande | Porto Grande | 09.203.665/0001-77 | AP | PORTO GRANDE | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 639.000 |
| 60110002 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | Nova Canaã Paulista | Nova Canaã Paulista | Nova Canaã Paulista | 65.711.954/0001-58 | SP | NOVA CANAA PAULISTA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 500.000 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Pombal | | | 08.948.697/0001-39 | PB | POMBAL | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de Maquinário | R$ 520.870 |
| 60110002 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Guarabira | | | 08.785.479/0001-20 | PB | GUARABIRA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Execução de Obras | R$ 3.034.783 |
| 60110001 3794 | Omar José Abdel Aziz | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Boca do Acre | | | 15.811.318/0001-20 | AM | BOCA DO ACRE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | construção e pavimentaç | R$ 3.000.000 |
| 60110001 3794 | Omar José Abdel Aziz | 53000 | 53101 | 00SX | prefeitura Municipal de Tapauá | | | 04.530.390/0001-62 | AM | TAPAUA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | construção e pavimentaç | R$ 4.000.000 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Alcantil | | | 01.612.470/0001-79 | PB | ALCANTIL | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 3.000.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Oiapoque | Oiapoque | 00.399.857/0001-26 | AP | OIAPOQUE | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Veículo | R$ 322.800 |
| 60110001 4095 | Rogério Carvalho Santos | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Riachão do Dantas | | | 13.107.180/0001-57 | SE | RIACHAO DO DANTAS | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Calçamento | R$ 2.500.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Calçoene | Calçoene | 09.203.665/0001-77 | AP | CALCOENE | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 268.500 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Piloezinhos | | | 08.788.903/0001-90 | PB | PILOEZINHOS | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 600.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Oiapoque | Oiapoque | 09.203.665/0001-77 | AP | OIAPOQUE | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 179.800 |
| 60110001 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE BRASILANDIA DO TOCANTINS | | | 37.420.718/0001-47 | TO | BRASILANDIA DO TOCAN | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | PAVIMENTAÇÃO ASFALTI | R$ 1.500.000 |
| 60110002 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Itapororoca | | | 09.165.176/0001-78 | PB | ITAPOROROCA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Execução de Obras | R$ 1.500.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Cooperativa de Alimento | | 00.399.857/0001-26 | AP | MACAPA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Veículos | R$ 216.263 |
| 60110002 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 54000 | 54101 | 10V0 | Governo do Estado do An | Governo do Estado do Amapá | | 00.394.577/0001-25 | AP | MACAPA | 4 | 30 | Apoio a Projetos de Infra | Obras de infraestrutura T | R$ 5.217.391 |
| 60110002 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Sao Bento | | | 09.069.709/0001-18 | PB | SAO BENTO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Execução de Obras | R$ 1.500.000 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Uirauna | | | 08.924.078/0001-04 | PB | UIRAUNA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 1.000.000 |
| 60110002 2038 | Flávio José Arns | 54000 | 54101 | 10V0 | MUNICÍO DE CONTENDA | | | 76.105.519/0001-04 | PR | CONTENDA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | OBRA DE INFRAESTRUTU | R$ 650.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Mazagão | Mazagão | 00.399.857/0001-26 | AP | MAZAGAO | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Veículo | R$ 322.800 |
| 60110002 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | RUBINEIA | RUBINEIA | RUBINEIA | 45.135.043/0001-12 | SP | RUBINEIA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 500.000 |
| 60110002 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | Vitoria Brasil | Vitoria Brasil | Vitoria Brasil | 01.611.210/0001-89 | SP | VITORIA BRASIL | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 400.000 |
| 60110001 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE LAJEADO | | | 37.420.650/0001-04 | TO | LAJEADO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | PAVIMENTAÇÃO ASFALTI | R$ 652.173 |
| 60110002 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Cabedelo | | | 09.012.493/0001-54 | PB | CABEDELO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Execução de Obras | R$ 900.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Itaubal | Itaubal | 00.399.857/0001-26 | AP | ITAUBAL | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 324.000 |
| 60110001 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE NOVA ROSALANDIA | | | 24.851.495/0001-20 | TO | NOVA ROSALANDIA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | PAVIMENTAÇÃO ASFALTI | R$ 1.500.000 |
| 60110001 3794 | Omar José Abdel Aziz | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Maraã | | | 04.505.640/0001-04 | AM | MARAA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | construção e pavimentaç | R$ 4.000.000 |
| 60110001 4087 | Carlos Alberto Dias Viana | 53000 | 53101 | 00SX | COMPANHIA DE DESENV | MUNICÍPIO DE TAPIRA | | 18.140.806/0001-40 | MG | TAPIRA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de equipamen | R$ 370.000 |
| 60110002 3794 | Omar José Abdel Aziz | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Barcelos | | | 04.271.037/0001-05 | AM | BARCELOS | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Ampliação do terminal ac | R$ 2.000.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Cooperativa de Alimento | Cooperativa de Alimento | 00.399.857/0001-26 | AP | MACAPA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 624.399 |
| 60110001 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Santa Rita do Pardo | | | 01.561.372/0001-50 | MS | SANTA RITA DO PARDO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação de vias Urb | R$ 652.173 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Oiapoque | Oiapoque | 09.203.665/0001-77 | AP | OIAPOQUE | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinários | R$ 20.694 |
| 60110001 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Camapuã/MS | | | 03.501.517/0001-52 | MS | CAMAPUA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação Asfáltica. | R$ 500.000 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Sume | | | 08.874.935/0001-09 | PB | SUME | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 1.000.000 |
| 60110002 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | SANTA RITA D'OESTE | SANTA RITA D'OESTE | SANTA RITA D'OESTE | 45.138.336/0001-53 | SP | SANTA RITA D'OESTE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 500.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Vitória do Jari | Vitória do Jari | 09.203.665/0001-77 | AP | VITORIA DO JARI | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinários | R$ 20.694 |
| 60110001 4087 | Carlos Alberto Dias Viana | 53000 | 53101 | 00SX | COMPANHIA DE DESENV | MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO PACUÍ | | 01.612.474/0001-57 | MG | SAO JOAO DO PACUI | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de equipamen | R$ 100.000 |
| 60110001 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Bodoquena/MS | | | 15.465.016/0001-47 | MS | BODOQUENA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação Asfáltica. | R$ 1.000.000 |
| 60110001 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE PEDRO AFONSO | | | 02.070.589/0001-20 | TO | PEDRO AFONSO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | PAVIMENTAÇÃO ASFALTI | R$ 1.000.000 |
| 60110002 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | SANTA CLARA D'OESTE | SANTA CLARA D'OESTE | SANTA CLARA D'OESTE | 45.135.944/0001-04 | SP | SANTA CLARA D'OESTE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 517.931 |
| 60110001 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE PEQUIZEIRO | | | 25.086.604/0001-23 | TO | PEQUIZEIRO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | PAVIMENTAÇÃO ASFALTI | R$ 1.000.000 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Catingueira | | | 08.885.287/0001-96 | PB | CATINGUEIRA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de Maquinário | R$ 570.000 |
| 60110001 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Vitória do Jari | Vitória do Jari | 00.399.857/0001-26 | AP | VITORIA DO JARI | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 324.000 |
| 60110001 4277 | Sergio Fernando Moro | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Londrina | COHAB Londrina - PR | | 75.771.477/0001-70 | PR | LONDRINA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Apoio financeiro à infraes | R$ 1.217.391 |
| 60110001 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Junco do Seridó | | | 09.084.054/0001-57 | PB | JUNCO DO SERIDO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 500.000 |
| 60110001 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Dourados | | | 03.155.926/0001-44 | MS | DOURADOS | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação de vias urb | R$ 3.000.000 |
| 60110002 4094 | Mara Cristina Gabrilli | 54000 | 54101 | 10V0 | VERA CRUZ | VERA CRUZ | VERA CRUZ | 72.887.078/0001-80 | SP | VERA CRUZ | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Desenvolvimento do turis | R$ 400.000 |
| 60110001 4086 | Soraya Vieira Thronicke | 53000 | 53101 | 00SX | Município de Anastácio | | | 03.452.307/0001-11 | MS | ANASTACIO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Pavimentação Asfáltica. | R$ 800.000 |

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO I**
**INDICAÇÕES APROVADAS - 26ª REUNIÃO DA CDR**
**LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2025**

LEI Nº 15.121/2025, LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Superintendência do Des | Pracuúba | Pracuúba | 09.203.665/0001-77 | AP | PRACUUBA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 639.000 |
| 60110002 | 2038 | Flávio José Arns | 54000 | 54101 | 10V0 | MUNICÍPIO DE RONCADOR | | | 75.371.401/0001-57 | PR | RONCADOR | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | OBRA DE INFRAESTRUTU | R$ 600.000 |
| 60110002 | 2038 | Flávio José Arns | 54000 | 54101 | 10V0 | MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE | | | 76.002.658/0001-02 | PR | CAMPO DO TENENTE | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | OBRA DE INFRAESTRUTU | R$ 600.000 |
| 60110001 | 2919 | Randolph Frederich Rodrigues Alves | 53000 | 53101 | 00SX | Companhia de Desenvol | Cooperativa de Alimento | Cooperativa de Alimento | 00.399.857/0001-26 | AP | MACAPA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Maquinário | R$ 324.000 |
| 60110001 | 4186 | Carlos Eduardo Torres Gomes | 53000 | 53101 | 00SX | PREFEITURA DE SANTA ROSA DO TOCANTINS | | | 24.851.503/0001-39 | TO | SANTA ROSA DO TOCAN | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | PAVIMENTAÇÃO ASFALTI | R$ 978.261 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Itatuba | | | 08.865.628/0001-61 | PB | ITATUBA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 1.000.000 |
| 60110002 | 3794 | Omar José Abdel Aziz | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal do Careiro | | | 04.332.995/0001-49 | AM | CAREIRO | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Adequação do terminal n | R$ 2.000.000 |
| 60110001 | 4138 | Luis Eduardo Grangeiro Girão | 53000 | 53101 | 00SX | Departamento Nacional | Departamento Nacional de Obras Contra as Secas | | 00.043.711/0001-43 | CE | FORTALEZA | 4 | 90 | Apoio a Projetos de Dese | Aquisição de Máquinas, E | R$ 3.652.173 |
| 60110002 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 54000 | 54101 | 10V0 | Prefeitura Municipal de Teixeira | | | 08.883.951/0001-68 | PB | TEIXEIRA | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Infra | Execução de Obras | R$ 900.000 |
| 60110001 | 4270 | Efraim de Araújo Morais Filho | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz | | | 08.767.154/0001-15 | PB | BREJO DO CRUZ | 4 | 40 | Apoio a Projetos de Dese | Execução de Obras | R$ 1.000.000 |

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**
**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE**
**LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2025**

LEI Nº 15.121/2025, LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025.

| *INDICAÇÕES ALTERADAS* |
|---|
| 9960, 10982, 11807, 11964, 14333, 14339 |

**DE:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110002 | 4283 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 54000 | 54101 | 10V0 | PINHEIRO | PINHEIRO | PINHEIRO | 01.562.914/0001-09 | MA | PINHEIRO | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DO PIER DE PINHEIRO | R$ 1.717.393 |

**PARA:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110002 | 4283 | Ana Paula Dias Lobato Nova Alves | 54000 | 54101 | 10V0 | PINHEIRO | PINHEIRO | PINHEIRO | 06.200.745/0001-80 | MA | PINHEIRO | 4 | 40 | CONSTRUÇÃO DO PIER DE PINHEIRO. | R$ 1.717.393 |

**DE:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Capinópolis | | | 18.245.167/0001-88 | MG | CAPINOPOLIS | 4 | 40 | Máquina | R$ 1.000.000 |

**PARA:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Capinópolis | | | 18.457.234/0001-28 | MG | CAPINOPOLIS | 4 | 40 | Máquina | R$ 1.000.000 |

**DE:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Japonvar | | | 18.457.242/0001-74 | MG | JAPONVAR | 4 | 40 | Obra Rural | R$ 500.000 |

**PARA:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4140 | Rodrigo Otavio Soares Pacheco | 53000 | 53101 | 00SX | Prefeitura Municipal de Japonvar | | | 01.612.476/0001-46 | MG | JAPONVAR | 4 | 40 | Obra Rural. | R$ 500.000 |

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

**ANEXO II**
**ALTERAÇÕES DE INDICAÇÕES DE BENEFICIÁRIOS DE EMENDAS DE COMISSÃO PERMANENTE**
**LEI ORÇAMENTÁRIA DE 2025**

LEI Nº 15.121/2025, LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2025
ANEXO A ATA DA REUNIÃO DA CDR, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025.

**DE:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4555 | Pedro Pinheiro Chaves | 53000 | 53101 | 00SX | CODEVASF | Goianésia | | 26.643.262/0001-68 | GO | GOIANESIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 623.865 |

**PARA:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110001 | 4555 | Pedro Pinheiro Chaves | 53000 | 53101 | 00SX | CODEVASF | Goianésia | | 01.065.846/0001-72 | GO | GOIANESIA | 4 | 90 | Motoniveladora | R$ 623.865 |

**DE:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110002 | 4281 | Augusta Brito de Paula | 54000 | 54101 | 10V0 | CHOROZINHO | | | 23.555.279/0001-75 | CE | CHOROZINHO | 4 | 40 | Infraestrutura turística. | R$ 2.508.695 |
| 60110002 | 4281 | Augusta Brito de Paula | 54000 | 54101 | 10V0 | RUSSAS | | | 07.535.446/0001-60 | CE | RUSSAS | 4 | 40 | Infraestrutura turística. | R$ 100.000 |

**PARA:**

| EMENDA | d. Parlamen | Parlamentar Solicitante | Cod. Órgão | Cod. UO | Cod. Ação | Favorecido | (Execução | Indicação | CNPJ | UF | Município | GND | Mod | Objeto | Valor Indicado |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 60110002 | 4281 | Augusta Brito de Paula | 54000 | 54101 | 10V0 | CHOROZINHO | | | 23.555.279/0001-75 | CE | CHOROZINHO | 4 | 40 | Infraestrutura turística. | R$ 2.608.695 |

**JUSTIFICATIVA**

Foram identificadas e corrigidas hipóteses de impedimento técnico nas indicações aprovadas, a exemplo de indicações com inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) não correspondentes à do beneficiário (LC nº 210/24, art. 10, XVII) ou indicações de objetos com valor inferior ao montante mínimo exigido para a situação, conforme o relatório aprovado em 09/09/2025, na 26ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 24ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e trinta minutos do dia dois de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Efraim Filho, Margareth Buzetti, Angelo Coronel, Jorge Seif, Rogerio Marinho, Wilder Morais, Carlos Portinho, Marcos Rogério, Astronauta Marcos Pontes, Hamilton Mourão e Luis Carlos Heinze, e ainda dos Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Dr. Hiran e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Pedro Chaves, Fabiano Contarato, Ana Paula Lobato e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A reunião é suspensa às quinze horas e quatro minutos e reaberta às quinze horas e cinquenta e oito minutos. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 4/2025 - CSP, de autoria do Senador Eduardo Girão (NOVO/CE). **Finalidade:** Colher informações sobre a atuação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID em território brasileiro. **Resultado:** Audiência pública adiada. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 18/2025 - CSP, de autoria do Senador Magno Malta (PL/ES). **Finalidade:** Discutir os fatos descritos no relatório investigativo intitulado "Arquivos do 8 de Janeiro: por dentro da força-tarefa judicial secreta para prisões em massa", publicado pela organização internacional Civilization Works, sob autoria do jornalista Michael Shellenberger. **Participante:** Sr. Eduardo Tagliaferro, Ex-chefe da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação (AEED) do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). **Resultado:** Audiência pública realizada. **3ª Parte - Deliberação de providências da Comissão a partir de informações obtidas nesta reunião**. **Finalidade:** Deliberação de providências a serem adotadas pela Comissão a partir de informações obtidas nesta Audiência Pública. **Resultado:** A Comissão aprovou as seguintes providências: 1. Encaminhamento de Relatório sobre as informações obtidas pela Comissão na Audiência Pública com a participação do Sr. Eduardo Tagliaferro aos Presidentes do STF, TSE, CNJ, CNMP e OAB; 2. Pedido de suspensão do julgamento em curso dos processos dos réus do 8 de janeiro; 3. Disponibilização dos documentos fornecidos na reunião a todas as defesas dos réus do 8 de janeiro (procedimento sobre a disponibilização a ser informado oportunamente, de forma a atender a legislação pertinente); 4. Encaminhamento ao Governo da Itália de pedido de proteção ao Sr. Eduardo Tagliaferro; 5. Encaminhamento ao Ministério da Justiça e Segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pública de solicitação de proteção aos familiares do Sr. Eduardo Tagliaferro; 6. Encaminhamento do relatório ao Governo dos Estados Unidos da América sobre Alexandre de Moraes e Paulo Gonet. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Flávio Bolsonaro**
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/02

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

O objetivo da presente audiência, dividida em duas partes, é:

1 - Discutir os fatos descritos no relatório investigativo intitulado Arquivos do 8 de Janeiro, por dentro da força-tarefa judicial secreta para prisões em massa, publicado pela organização internacional Civilization Works, sob a autoria do jornalista Michael Schellenberg, em atendimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ao Requerimento nº 18, de 2025, CSP, para ouvir Eduardo Tagliaferro, ex-assessor do Ministro Alexandre de Moraes; e

2 - Colher informações sobre a atuação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USaid) em território brasileiro, em atendimento ao Requerimento nº 4, de 2025.

Comunico que a audiência pública será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/e-cidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

Eu sei que outros Parlamentares também estão fazendo a transmissão ao vivo, quem me acompanha aqui pelo YouTube, Flávio Bolsonaro, também está acompanhando ao vivo esta audiência.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que foram utilizadas pelos expositores.

Então, passando à primeira parte da nossa audiência, com o objetivo de discutir os fatos descritos no relatório investigativo intitulado Arquivos de 8 de Janeiro, por dentro da força-tarefa judicial secreta para prisões em massa, publicado pela organização internacional Civilization Works, sob a autoria do jornalista Michael Schellenberg, foram convidados três expositores, mas apenas o Sr. Eduardo Tagliaferro confirmou a sua presença e participará de forma remota.

Os outros dois convidados, o Sr. Marco Antonio Martin Vargas, Juiz Substituto em segundo grau do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ex-Juiz auxiliar do gabinete de Alexandre de Moraes e o Sr. Airton Vieira, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e ex-Juiz Instrutor no gabinete do Ministro Alexandre de Moraes justificaram suas ausências por motivos pessoais.

Inicialmente, será concedida a palavra ao nosso franqueado e, ao final de sua exposição, a palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Lembro, já que grande parte da imprensa aqui nos acompanha, que esta audiência pública foi marcada para hoje, porque toda terça-feira é o dia da nossa reunião ordinária aqui da Comissão de Segurança Pública. O Sr. Eduardo Tagliaferro teve o convite para trazer aqui mais informações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre o que ele já vem denunciando, ao longo do tempo, num requerimento de autoria do Senador Magno Malta.

E, coincidentemente, hoje também começou aquela farsa no Supremo Tribunal Federal que estão chamando de julgamento do Presidente Bolsonaro e do núcleo ali acusado da tentativa de golpe de Estado da Disney. Uma narrativa completamente mentirosa, sem amparo probatório nenhum, num processo completamente manipulado pelo Ministro Alexandre de Moraes desde o seu início, que já tem uma sentença condenatória pronta há muito tempo. E tudo isso que já foi apresentado, nas matérias da *Folha de S.Paulo,* pelo jornalista Glenn Greenwald, junto com o jornalista Fábio Serapião, numa sequência de matérias que foi interrompida, acredito eu, por medo de Alexandre de Moraes... Damos continuidade, no Congresso Nacional, no Senado da República e nesta Comissão de Segurança Pública, com mais arquivos, provas materiais e testemunhais daquele que era ali o responsável, era o demandado pelo Ministro Alexandre de Moraes para que fabricasse relatórios e produzisse conteúdos que pudessem manter atrás das grades qualquer pessoa que fosse oposição ao candidato Lula, qualquer pessoa que tivesse manifestado, em suas redes sociais, algum apoio a Bolsonaro, que estivesse vestindo uma camisa amarela, que estivesse postando coisas com a Bandeira do Brasil. Isso, como já denunciado, era um fator determinante para a manutenção ou não das pessoas que foram presas no 8 de janeiro, como se fosse algo normal alguém decidir se o outro fica preso ou não conforme a postagem em rede social, e não conforme a sua responsabilidade e as suas atitudes individualizadas, que sugerissem a manutenção ou não de suas prisões.

Então, se todos concordarem, para a gente iniciar – porque se a gente for dar a palavra para cada um fazer uma consideração inicial, eu acho que vamos passar bastante tempo aqui –, eu queria sugerir que nós pudéssemos passar a palavra para o Eduardo Tagliaferro, para que fizesse as suas considerações, pelo tempo que entender cabível. Ele também tem eslaides para mostrar aqui e fazer apresentações, para mostrar alguma coisa que ele pediu que a assessoria aqui da nossa mesa disponibilizasse. Então, ele vai fazer a sua apresentação, falando, mostrando alguma coisa também, alguns eslaides.

E aí, na sequência, nós passamos para que os Senadores inscritos aqui possam fazer uso da palavra e fazer os seus questionamentos ao Sr. Eduardo Tagliaferro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, bem rapidinho. Se bem que hoje é o dia de nós passarmos muito tempo aqui, quem sabe o dia inteiro, porque hoje é o dia da vergonha. É o dia da vergonha.

E hoje, Senador Marcio Bittar, eu protocolo um projeto de lei, Senador Marcos Rogério, para que o dia 2 de setembro de 2025 fique marcado na história do Brasil como o dia da vergonha, o dia da farsa – o dia da farsa.

Então, penso, Sr. Presidente, que hoje é o dia, nesta Comissão de Segurança Pública, em que nós temos uma das principais testemunhas oculares, o Tagliaferro, que está bem distante daqui – e que Deus o guarde e o proteja onde ele estiver, para que não seja alcançado por esse abutre chamado Alexandre de Moraes – e na esperança de que tudo isso terá um fim, porque o mal, Senador Girão, não pode triunfar.

Então, eu acato a consideração de V. Exa., só fazendo este comentário e reafirmando que hoje é um dia em que nós precisamos passar muito tempo aqui, porque temos muito o que falar e que ouvir também com o depoimento do Tagliaferro.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem, rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Eu sei que a expectativa é enorme para a gente ouvir o Eduardo Tagliaferro. Não é a primeira vez que a gente tenta. A gente já tinha tentado outras vezes, mas não foi possível para ele e para a agenda dele, enfim. A gente compreende o receio do Sr. Eduardo Tagliaferro, mas hoje, finalmente, ele vai falar para o Senado.

Eu queria apenas registrar que um dos requerimentos aprovados, junto a esta solicitação para ouvirmos o Eduardo Tagliaferro, é do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, que, pela enésima vez, não comparece a uma sessão, aqui, do Senado Federal, mostrando realmente um desrespeito com esta Casa. Inclusive, fez uma declaração ontem horrível,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mostra o seu viés politiqueiro – não é nem político, é politiqueiro –, quando ele fala que vai apagar os extremismos do Brasil ou uma coisa parecida, um negócio tão surreal de a gente ouvir.

**O SR. HAMILTON MOURÃO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – Vai varrer.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Que vai varrer o extremismo.

Isso é coisa de politiqueiro.

Então, nesse convite estava também o Sr. Roberto Barroso – foi um aditivo que eu fiz –, e, infelizmente, ele não veio e preferiu ficar lá nesse... Na verdade, não é um julgamento; eu chamo isso de execução, porque está resolvido tudo desde antes de começar. Já sabem quem é culpado e quem não é, pelas entrevistas dos Ministros.

Agora, neste depoimento que a gente vai ouvir aqui, eu queria ter visto esta sala cheia de câmeras, como a gente já viu aqui em algumas outras audiências de interesse do regime do STF e Governo Lula – era cheio de câmeras aqui. É estranho que este assunto... E o Senador Marcos Rogério foi brilhante ontem na tribuna do Senado falando exatamente que ninguém da chamada grande mídia brasileira tem interesse neste assunto, Senador Astronauta Marcos Pontes.

Agora, isto aqui, neste dia 2, que é o dia da vergonha – o senhor vai fazer o projeto de lei, e eu assino com o senhor –, este aqui, o dia 2, é realmente uma data que vai ter o contraponto com independência e com a verdade, em uma coisa escandalosa.

O que as senhoras e os senhores vão ouvir aqui hoje... E eu quero dizer que a Rádio AuriVerde está transmitindo ao vivo para todo o Brasil e outros veículos também independentes, o que é raro, hoje, no Brasil, Senador Hamilton Mourão e Senador Marcio Bittar. O que nós vamos ouvir aqui, realmente... Que vocês tirem as suas próprias conclusões.

A gente já o viu soltar alguma coisa na rede social: o Eduardo Tagliaferro. Ele está de parabéns pela coragem, porque a capacidade de reflexão do ser humano é muito importante num momento delicado da nossa história, mas, como o Senador Magno Malta, falou: o bem vai vencer, a verdade e a justiça vão triunfar na nossa nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, meu querido Presidente, Senador Flávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Girão.

Quero agradecer também ao Pittoli pela transmissão.

Peço a todos que estão assistindo que repliquem nas redes sociais, divulguem o *link* desta audiência pública de agora. Isso vai ser muito importante até para contrapor toda essa farsa que está sendo dita pela Alexandre de Moraes agora na audiência no Supremo Tribunal Federal.

Eu quero agradecer ao Sr. Eduardo Tagliaferro e parabenizá-lo pela sua coragem. Eduardo, Deus levanta os improváveis para fazer o impossível e várias digitais de Deus estão ao longo desse processo. Quando o imponderável acontece, as denúncias vêm, pessoas que nós não esperávamos se levantam, porque se arrependeram ou porque foram tocados ali por Deus para fazer justiça, para contar o que sabem e para restabelecer a verdade e a democracia no nosso país, muitas vezes com sacrifício da sua vida pessoal, com sacrifício da sua família.

O senhor, Eduardo Tagliaferro, hoje, talvez seja mais um dos grandes símbolos da nossa nação daquele que quer denunciar crimes do Alexandre de Moraes, e ele próprio inverte o jogo, transforma o denunciante em criminoso. Então, alguém que está denunciando um crime, hoje, o próprio denunciado, Alexandre de Moraes, coloca o Eduardo Tagliaferro como um investigado no processo sob a sua presidência acusado de estar vazando informações sigilosas de um inquérito que já terminou. Não tem nenhuma lógica para isso acontecer, mas é mais um símbolo do *modus operandi* dessa pessoa que tortura a legislação, que tortura a Constituição, que destrói a nossa democracia e que não tem limites para impor a sua vontade sobre os demais, para impor a sua vontade inclusive sobre a vontade soberana do Congresso Nacional.

Então, Eduardo Tagliaferro, que Deus o abençoe, que lhe dê sabedoria para fazer uso da palavra a partir de agora, para que você traga ao Brasil também ainda mais denúncias do que o senhor já trouxe, para esclarecer ao Brasil, porque o que nós vivemos hoje é uma guerra de narrativas e quem está do lado da verdade sempre vai levar vantagem, por isso a minha convicção aqui hoje de que vamos trazer a verdade para milhões de brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu espero que a grande mídia repercuta, porque – como eu já disse e passo a palavra ao Sr. Eduardo Tagliaferro – todo mundo que se colocou no caminho de Alexandre de Moraes passou a ser perseguido por ele, e não só pessoas, princípios, ideias.

Hoje nós não temos mais liberdade de opinião. Hoje nós não temos mais a garantia da imunidade parlamentar. Muitos veículos já não têm mais a liberdade de imprensa. E, antes que isso se escale ainda mais, eu peço à imprensa: já que não querem defender a verdade porque ela está do lado do Bolsonaro, defendam-se a si mesmos, defendam o sagrado direito de vocês de terem liberdade de publicar os fatos e parem de dar suporte para alguém que obviamente não tem mais a capacidade mental, a sanidade mental para ser um Ministro da Suprema Corte do Judiciário deste país.

Então, feitas as introduções, eu passo a palavra ao Sr. Eduardo Tagliaferro, pelo tempo que achar necessário.

Sr. Eduardo, mais uma vez, agradeço a sua presença, ainda que virtualmente, aqui nesta Comissão.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Sr. Senador Flávio Bolsonaro. Bom dia, Senador Jorge Seif e Senador Magno Malta.

Peço desculpa ao outro Senador, o qual eu não conheço – eu não tenho muita familiaridade política, tanto política quanto com aqueles que Alexandre de Moraes perseguiu. Eu tenho um total desconhecimento... Hoje, muitos deles eu acabei conhecendo e acabei me familiarizando com seus nomes.

Ao Senador Girão, também, o meu muito obrigado.

Quero dizer que, infelizmente, eu não pude comparecer nas outras vezes justamente por uma questão de segurança pessoal, de estratégia, porque, como todos sabem, estando próximo ou estando no país, isso seria um tanto quanto difícil. Vocês estão acompanhando aí a dificuldade na qual eu me encontro, não é? A perseguição, o pedido de extradição, o pedido de prisão, o bloqueio das minhas contas, o bloqueio dos cartões de crédito, de imóveis e de veículos. As minhas filhas, no Brasil, estão aí sem recursos, porque ele bloqueou tudo. Mas a gente consegue resolver, Deus há de prover.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um dia importantíssimo para mim: desde 2022, na verdade, eu venho esperando a oportunidade de, em segurança, trazer ao povo brasileiro – não só a esta Casa, mas também ao povo brasileiro – tudo o que aconteceu nas eleições de 2022. É um fato muito importante que a nação – não só o Brasil, mas o mundo inteiro – precisa saber.

Obrigado, meu muito obrigado a todos. Espero que o meu trabalho aqui colabore, ajude a fazer um Brasil melhor.

E, em nome dos membros que compunham a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação no período no qual eu estava à frente como Chefe de Gabinete, eu peço – em nome deles – desculpas por tudo o que aconteceu. Peço também desculpas à nação. Mas, infelizmente, a gente não tem... Não é que a gente não tinha outra opção. É evidente, é claro o que Alexandre de Moraes fazia com todos que a gente estava acompanhando, e nós ao lado também corríamos esse risco. E, no meu caso ainda, em especial, que tinha, não tanta proximidade quanto o povo imagina, mas óbvio uma proximidade profissional, em muitos momentos, precisei me fazer de um deles, mostrar que eu estava inteirado, empenhado no desejo dele, até mesmo para poder adquirir confiança e ter acesso a todo o material. Porque, se eu fosse contra o sistema, de certa forma, eu não estaria aqui hoje tendo esta oportunidade de contar tudo, tampouco teria todo esse material para apresentar e, talvez, teria até a minha vida ceifada.

Então, foi necessário; não tive outra opção. Foi uma estratégia minha, naquele momento, não apagar nada dentro do momento em que eu percebi que algo grave estava acontecendo, para que eu pudesse posteriormente trazer provas a todos.

Agradeço muito e estou aqui à disposição desta prestigiada Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Tagliaferro.

Vamos começar aqui, então, as falas dos Parlamentares, para que possam fazer as perguntas. E o senhor sinta-se completamente à vontade para falar o que quiser, para mostrar o que quiser, porque a minha intenção aqui, ao final desta audiência, é juntar esse material para dar ainda mais força para a CPI ou CPMI, que está assinada já, do abuso de autoridade. Acho que são fatos concretos, delimitados no tempo, que ensejam a fiscalização, do Poder Legislativo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – CPI da "vaza toga".

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É a CPI da "vaza toga", ou de abuso de autoridade.

(*Intervenção fora do microfone.*)

Então, são duas, na verdade, não é?

A ideia é, obviamente, trazer a público todas as arbitrariedades e excessos cometidos pelo Ministro Alexandre de Moraes.

Então, passo a palavra ao primeiro autor do requerimento e já estou aqui com as inscrições.

Temos aqui, *online*, também, o Senador Esperidião Amin e o Senador Carlos Portinho, mas vou passar a palavra primeiro aos autores do requerimento. Depois, aqui, na ordem de inscrição, que já começou a ser feita aqui por esta Presidência.

Então, passo a palavra ao Senador Magno Malta para fazer os seus questionamentos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Presidente Flávio – obrigado –, Srs. Senadores, Senadora Damares, Deputado Bilynskyj, Deputado Evair, se o assunto, de fato, não tivesse qualquer relação com a figura de Jair Messias Bolsonaro, certamente este Plenário estaria lotado. Se fosse uma audiência para discutir se o pedófilo é criminoso ou é um pobrezinho doente, eles estariam aqui. Se fosse uma audiência pública para proibir até de se usar os textos religiosos – aí me refiro ao Alcorão, à Bíblia –, as crenças daqueles que acreditam na vida contra a cultura da morte e para legalizar o aborto, isso aqui estaria lotado, com toda a mídia aqui. Qualquer coisa em que se perdeu o sentido a palavra liberdade e foi trocada por libertinagem, isso aqui estaria lotado. Mas, vergonhosamente, não está.

Por outro lado, isso nos traz uma outra reflexão, Senador Marcos Rogério. Qual é a outra reflexão? O fato é que nós, neste momento, temos mais audiência nesta sessão do que todas as TVs abertas, Senador Mourão. É por isso que eles querem censurar as plataformas, porque é possível que no YouTube do Flávio, no meu, no seu, lá, hoje, agora... Antes de começar esta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

audiência, a Auriverde tinha 50 mil pessoas ao vivo esperando, o que eu acho que a grande mídia não tem, principalmente em seus canais fechados. Não tem. Por isso, esse desespero.

Nós temos hoje uma oportunidade. E não vou pedir desculpa a ninguém por falar muito, porque eu falo pouco, mas hoje eu vou falar mais ainda, entendeu? Porque hoje é um dia muito especial. É o dia da vergonha, é o dia do sofrimento, é o dia da dor, é o dia de nós nos congratularmos e tentarmos entender o sofrimento, as dores física, psicológica e emocional, Senador Bittar, de um ser humano chamado Jair Messias Bolsonaro. Esse cidadão não cometeu qualquer tipo de crime, Deputada Bia, que pudesse levá-lo a essa execração pública.

E hoje é o dia em que, lembrando-me do episódio de Minas Gerais, o Silvério dos Reis de capa preta expõe publicamente o Tiradentes deste momento. Golpe e traição da pátria é o que eles fizeram com maestria e com narrativas, com achismos, com invenções, só com a tara, a tara de que este país se torne um país totalitário, uma ditadura numa terra com dimensões geográficas de uma riqueza que o mundo inveja. Agora, pelo poder, para pegar a riqueza, o suor, a energia, a luta do povo brasileiro, para dividir e financiar o terrorismo, financiar países totalitários que oprimem os seus, que matam os seus.

E, por final, nós estamos vivendo um momento, um dia, uma semana, um mês, um ano de dor, só de imaginar que eles conduziram. Eles, porque quem destruiu a segunda instância foram eles, quem foi fazendo modificações foram eles, e nós chegamos a um momento em que este país está aliado ao eixo do mal.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Presidente.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Senador Magno, pela ordem aqui.

Eu só queria dizer que, com todo o respeito a todos os Parlamentares que prestigiam esta audiência, nós estamos com o ex-assessor de Alexandre de Moraes, na Itália, disposto a falar todas as arbitrariedades e os crimes de Alexandre de Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós teremos todo o tempo do mundo para depois fazermos os nossos comentários, mas o cara está lá na Itália esperando que nós, Comissão de Segurança Pública, façamos as perguntas para ele expor definitivamente.

Enquanto de um lado da Praça dos Três Poderes está se fazendo uma vergonha, uma perseguição que o mundo inteiro já sabe, desse lado nós vamos expor a verdade, mas precisamos usar essa grande testemunha que, com coragem, se disponibilizou e está hoje no Senado Federal da República, via remota, para responder as nossas perguntas sobre o criminoso Alexandre de Moraes.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para fazer um registro aqui, eu vou...

Tem Deputados Federais aqui também. E, obviamente, quando os Senadores acabarem de falar, terão a palavra à vontade aqui também para fazer uso. Está bom?

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Se o Magno me permite, primeiro eu queria dizer que o Magno teve uma iniciativa acertadíssima.

O Senador Magno Malta teve uma iniciativa acertadíssima de propor esta audiência pública com a participação num depoimento importante, fundamental para o esclarecimento do que aconteceu com o Eduardo Tagliaferro.

Mas eu faria também uma ponderação no sentido de cada um de nós que estamos aqui procurar – porque ele fez uma fala inicial ali se colocando à disposição, ele não apresentou nada na fala inicial, ele vai fazer isso a partir das perguntas, dos questionamentos que cada um de nós vamos fazer –, então, no sentido de procurarmos realmente fazer as perguntas certas para dar a ele a possibilidade de trazer a informação e as evidências que vão escancarar aquilo que aconteceu, quebrando a lógica do chamado devido processo legal.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu acolho V. Exa., mas só para que quem está assistindo em casa não entenda essa interferência do Senador Jorge e nem a sua fala como um atraso à audiência pública, eu sou o autor do requerimento e eu tenho falado, eu tenho conversado e eu preparei tudo isso para que acontecesse dessa forma, inclusive a introdução da minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Tagliaferro, que está lá na Itália – e quem sabe eu conheça um pouco mais do que ele está vivendo lá do que V. Exa. –, sabe exatamente. Aprouve a Deus que fosse hoje. Aprouve a Deus que nos desse a luz e a sabedoria, e ao Flávio, que, por via de consequência, é filho de Jair Bolsonaro. Aqui do alto da minha luta, eu não vou esperar para que a audiência que está hoje neste momento... Ela vai se esvaindo, vai se esvaindo, as pessoas se cansam de ficar com o celular na mão, tão somente neste momento importante que está acontecendo no Supremo, elas fiquem sem qualquer tipo de informação ou a minha indignação, que eu acho que é a indignação de todos aqui, é a indignação de todos aqui. Então, tudo é parte de um somatório, tudo é parte de algo combinado para que esta sessão realmente tenha todos os detalhes.

O que eu estou colocando aqui é uma imoralidade jurídica – nunca vi isso –, *strip-tease* moral em praça pública, que certamente será desmontado ponto a ponto por alguém que assessorou Alexandre de Moraes. Se a gente não tivesse Tagliaferro do outro lado... Eu só estou fazendo essa introdução porque ele está do outro lado, ele está do outro lado, e existem pessoas ou que se esqueceram, ou que não estão se lembrando, ou que tão somente estão tomadas e assaltadas por uma indignação pela frieza do que está acontecendo neste momento no Supremo, como se não se estivesse tratando da vida de um ser humano, da vida de um cidadão que representa tantos outros que já há dois anos estão submetidos ao mesmo sofrimento.

Sr. Presidente, neste primeiro bloco aqui, eu tive o cuidado de fazer por escrito, porque o que o Tagliaferro vai falar é coisa muito técnica, para que a gente possa ter muita noção dessa narrativa de Alexandre de Moraes e dos seus comparsas. Graças a Deus, pela dissidência do Tagliaferro, e ele revela que a dissidência dele veio do coração dele, do sentimento dele, do sofrimento dele de começar a ver coisas contra a vida de pessoas, contra cidadãos, contra a família e que realmente não condiziam com a verdade.

Neste primeiro bloco, eu pergunto para o Tagliaferro o seguinte: Tagliaferro, o senhor confirma a existência de uma força-tarefa informal no TSE e STF para monitorar cidadãos e emitir certidões positivas sem provas materiais? Se sim, pode apresentar atas, ordens escritas ou mensagens de WhatsApp, audiências de custódia que autorizaram legalmente essa estrutura?

Essa é a minha primeira pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sr. Senador Magno Malta, obrigado pela pergunta. O senhor tem me acompanhado já há um bom tempo. A nossa conversa não se iniciou aqui hoje, nesta sessão do Senado, a gente já vem conversando há muito tempo, como tenho falado com demais Parlamentares, tanto da Câmara quanto do Senado.

Confirmo, sim, e, de fato, não só no sentido das certidões feitas com relação ao 8 de janeiro, mas em todo o trabalho no período eleitoral, houve-se não um monitoramento, mas, sim, um direcionamento determinado por Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal e, à época, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, em que ele enviava a mim e a outras pessoas vídeos, publicações em redes sociais, nomes, para que nós fizéssemos um levantamento e até então confeccionássemos um relatório que seria encaminhado para o Tribunal Superior Eleitoral, para o seu gabinete, ou para o Supremo Tribunal Federal, para o seu gabinete de lá, para que ele, via STF ou via TSE – o que, naquele momento, ele achava que era o melhor porque, uma observação muito importante, muitas coisas acabavam saindo pelo Tribunal Superior Eleitoral, visto a menor burocracia, uma vez que Alexandre de Moraes era o Presidente. Então, muitas vezes, isso era escolhido por ele. Quando não possível, ou quando não tão urgente, ou com uma maior necessidade de – como vou explicar? – um trabalho mais elaborado, de uma participação da Polícia Federal ou de outros órgãos, era encaminhado para o Supremo Tribunal Federal, e lá, sim, ele fazia toda essa maracutaia judicial que todos aí estão vendo e todos já sabem. Mas havia, sim, de fato, um direcionamento de cunho político feito por ele e por sua equipe, por seus colaboradores mais próximos, com o objetivo de, naquele momento, denegrir a imagem de um polo político e exaltar a imagem de outro polo político. Isso é gravíssimo e atentou contra as eleições.

Diante aqui da Comissão, eu talvez não apresente agora as coisas, até por uma questão de dinâmica, mas, ao final, eu peço que eu tenha a oportunidade de mostrar algumas coisas – e são muitas coisas – importantes para que todos vejam que existe, sim, um material e que o material é verdadeiro, já inclusive atestado – e eu não deixaria de tomar esse cuidado – por um perito chamado Wanderson Castilho, para que ele atestasse todo o material que eu estou apresentando e que eu vou colocar à disposição dessa Comissão. É um material fidedigno, com os seus devidos *hashes*, com a sua cadeia de custódia preservada. É um material garantido, sem qualquer tipo de manipulação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, voltando à sua pergunta, nobre Senador, sim, de fato, existia.

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Pela ordem.) – Senador, uma questão de encaminhamento.

O nosso Tagliaferro está dizendo que, de acordo com cada afirmação dele, ele tem provas.

Talvez, Flávio, nosso Presidente, seja o caso de que, no momento em que ele entender que em uma pergunta feita a ele, ele tem, além da resposta oral, material para ser exibido, talvez seja conveniente que ele fosse exibindo de acordo com o tema, porque nós não sabemos a hora que vai terminar. Então, é conveniente que ele vá mostrando o material de acordo com as perguntas...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Marcio, eu acho que o Sr. Tagliaferro deve estar com uma organização ali pronta, uma dinâmica da sua apresentação que pode ser até que ele não tenha ali a velocidade para mostrar alguma coisa; lembrar que a pergunta está relacionada a alguma outra coisa.

Vamos deixá-lo ficar à vontade, porque eu, assim com todo... eu, hoje, não tenho nenhuma preocupação com relação ao horário. Como ele está com tudo preparado para mostrar numa certa ordem, eu, até para que ele não esqueça de detalhe nenhum – eu acho que ele se preparou para fazer essa apresentação em algum momento –, eu acho que a gente pode fazer o seguinte: vamos ouvir aqui os autores dos requerimentos. Os Senadores fazem as perguntas para ele, e, se ele quiser, em vez de esperar até o final, após o Senador Magno Malta e o Senador Girão, que são os autores dos requerimentos, fazerem os seus questionamentos, se ele se sentir à vontade de fazer já neste momento a apresentação, acho que atende à expectativa também de quem está assistindo, não é?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu vou fazer a minha segunda pergunta aqui, mas eu quero propor a você, Presidente, que, para gente dar um pouco de dinâmica, porque parece que vai ficando um pouco monótono – um pergunta, o outro fala e tal –, e toda a audiência pública tem suas dificuldades, principalmente quando é para ouvir autoridade. Quando você convoca alguém – nós precisamos mudar isso urgentemente aqui e também na Câmara –, você não tem que ter tréplica; você pergunta para o cara, espera cinco perguntarem e, no final, ele faz uma enrolação, não responde nada, nem para nenhum, nem para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum outro, nem para os cinco, e você não tem tréplica de nada... e debocha como fez o Flávio Dino aqui, debochando, né? Porque você não tem tréplica, não pode falar nada.

Então, eu vou fazer essa segunda pergunta e a terceira desse bloco, e aí eu cederia para o Senador Girão, que é o segundo proponente, para fazer também mais duas perguntas, e, depois, ou ele voltaria para mim, de uma forma dinâmica, para que eu possa encerrar, ou passava para outro fazer mais duas, para que tivesse mais dinamismo o encaminhamento, aqui na Comissão.

Eu vou perguntar: o senhor recebeu ordem de Alexandre de Moraes ou de Cristina Kusahara, via *e-mails* pessoais ou WhatsApp, para coordenar essa força-tarefa? Quem foi que convidou? Foi a Cristina que lhe chamou ou foi o próprio Alexandre de Moraes? Pode fornecer cópias como prova, considerando que a ausência de canais oficiais pode configurar organização criminosa?

Se o senhor não me entendeu, eu posso repetir: O senhor recebeu ordem de Alexandre ou da Cristina Kusahara – que, segundo eu sei, é a secretária dele –, via *e-mail* pessoal ou WhatsApp, para coordenar essa força-tarefa? Quem o convidou, quem o chamou e quem deu as ordens para fornecer cópias como prova, considerando que a ausência de canais oficiais pode configurar organização criminosa?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Senador, na verdade, o convite não partiu da Cristina, tampouco do Ministro Alexandre de Moraes. É uma coisa que eu já até comentei em algumas redes sociais aí, em algumas entrevistas. Foi por um acaso, eu jamais esperava que isso fosse acontecer.

Um certo dia eu fui a um clube de tiro, ao qual eu tinha o hábito de ir para me divertir, para estar treinando, colocando as minhas armas sempre em uso, e, naquele dia, não sei se infortunadamente ou por sorte, eu conheci, estava presente um juiz – que hoje eu sei que é o Juiz Marco Vargas – e ele me acompanhou, nós passamos algumas horas atirando e tudo.

E, como sempre, como de praxe, após o término dos treinos – porque a gente foi, eu fui com alguns juízes –, eu fui, nós fomos para um restaurante.

Nesse restaurante, através de uma pequena brincadeira, eu mostrei algumas habilidades, a pedido de um colega juiz, que falou: "Olhe, Tagliaferro, ligue para o telefone do Marco com o seu aparelho, mas de forma que apareça no telefone dele o meu número". Existia – hoje no Brasil isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está proibido – um aplicativo que fazia isso. Então, acabei fazendo isso, e isso encantou os olhos dele. A partir deste momento, foram feitas conversas, tudo. Acredito que, se eu não me engano, isso foi ou no final de 2021 ou no começo de 2022.

Quando posteriormente eu fiquei sabendo que ele trabalhava com o Ministro Barroso e a troca aconteceria do Tribunal Superior Eleitoral... A partir disso eu comecei a ser procurado para que eu prestasse alguns serviços ao tribunal. Fui, sim; posteriormente, encaminhei meu currículo, como me pediram. Fizeram uma pesquisa toda do meu trabalho junto aos tribunais – material, laudos, tudo, minha escolaridade –, para ver se de fato eu tinha competência. A princípio me foi dito que eu seria perito no Supremo Tribunal Federal, uma vez que o perito da Polícia Federal que estava lá era um perito um pouco lento, era um perito que resistia a algumas coisas, que questionava muito. Só que eu não me liguei nisso, e, assim, aceitei.

Fui, passei depois por uma entrevista feita com a Cristina, com o Airton e com o Marco. Conversamos por algum tempo e posteriormente eu fui chamado para compor o Tribunal Superior Eleitoral, mas, a princípio, era para eu estar somente no Supremo Tribunal Federal. Eu estava inclusive na Itália, o próprio Marco Vargas virou e falou para mim... Ele me telefonou, quando eu estava na Itália, dizendo que o Ministro queria alguma coisa um pouco maior e perguntando se eu aceitava assumir um gabinete no Tribunal Superior Eleitoral, uma vez que ele passaria a ser o Presidente de lá.

Eu, a princípio, fui bem claro, dizendo que como administrador eu sou uma péssima pessoa, não tenho qualquer afinidade – eu sou mais, mesmo, um técnico –, e a mim foi proposto que outra pessoa assumisse aquilo, na prática, e eu ficasse somente assinando, somente dando a minha cara. Eu discordei e eu assumi o papel, dizendo o seguinte: "Não, eu aceito o convite, eu vou tocar o gabinete [até então também não sabia o que era], e, se eu me sentir desconfortável, não gostar, não der conta do trabalho, ou mesmo se os senhores sentirem que eu não tenho competência para tal, eu me desligo do gabinete".

Foi assim que eu cheguei ao Supremo Tribunal Federal – na verdade, ao Tribunal Superior Eleitoral –, direcionado por essas pessoas.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O senhor citou o Airton e o Marco Vargas. Esses dois nunca aceitaram vir aqui, e eles estão no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você saberia informar e nos dizer qual o tipo de envolvimento deles, já que um deles foi quem te convidou, e ao longo desse tempo em que lá você esteve, qual era o comportamento deles diante... Porque era uma imposição de sofrimento; você percebeu rapidamente que havia ilegalidade, mas, como esses dois sempre são convocados... Eu pelo menos já assinei aqui umas três vezes com o Senador Girão convocando-os; convidando-os aliás, porque nós não temos, a não ser numa CPI, e eles nunca aceitaram.

Por que eles nunca aceitaram vir aqui?

Qual é o tipo de envolvimento deles?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Com relação aos convites, eu não sei lhe dizer, porque eu nunca... (*Falha no áudio.*)

... com qualquer um deles. Desculpa.

Já em relação às pessoas, o que eu posso lhe dizer é que o Airton Vieira sim, de fato, tem uma proximidade muito grande com o Ministro Alexandre de Moraes, um relacionamento mais próximo, além do tribunal. Porém, Marco Vargas não. Marco Vargas é uma pessoa que caiu no gabinete de Moraes. Ele já vinha no Supremo Tribunal Federal, ele já vinha no Tribunal Superior Eleitoral, trabalhando com outros juízes e, com a troca da Presidência, ele permaneceu lá.

O que eu vi também, que eu presenciei, é que o Marco Vargas não tinha sequer uma grande afinidade com o Ministro, não; ao contrário, o Ministro era bem rude, bem enérgico, não o tratava bem, entendeu? Não era uma... E se percebia claramente que não tinha ali uma amizade. Era simplesmente um relacionamento profissional. Então, no que tange ao Marco Vargas, eu posso afirmar com o que eu vi que ele não tem assim proximidade, afinidade, que é somente, de fato, um trabalho que ele exercia.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu vou fazer essa terceira pergunta aqui, Sr. Presidente, e vou conceder ao Senador Girão da maneira que eu propus, para que a gente possa andar com os trabalhos.

Que evidências o senhor possui de que o TSE tinha competência para investigar os crimes do dia 8 de janeiro, diante de pressões como "Não podemos nos dar o luxo de ficar filosofando". A frase é depositada na conta da Sra. Kusahara, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual era a base legal para que o TSE atuasse em matéria criminal após o 08/01, já que a AEED foi criada apenas para monitoramento eleitoral? Então, a pergunta é esta: tinha base legal ou foi criada somente para monitoramento eleitoral?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Pois não, Senador.

Na verdade, a assessoria foi criada justamente para os trabalhos eleitorais. Eu me recordo, inclusive, que foi redigida pelo Frederico Alvim, que era um servidor do próprio gabinete em que eu era o chefe. É uma resolução com poderes de polícia, para que o gabinete, após a aprovação do Ministro Alexandre de Moraes e dos demais Ministros em Plenário, tivesse poder de polícia e pudesse atuar. Não me recordo se esse documento foi somente por um período eleitoral ou se se estendeu pós esse período, porque nós não tínhamos acesso a esse material.

E com relação aos trabalhos realizados em 8 de janeiro, o que eu posso lhe afirmar é que, no dia 9 de janeiro de 2023, Alexandre de Moraes fez uma decisão na qual a única pessoa que teve o nome escrito lá foi o meu, sou eu, determinando que à Polícia Federal fossem encaminhadas as imagens, ao Tribunal Superior Eleitoral, sob a coordenação do assessor da Presidência – no caso, meu nome –, fossem determinadas as análises e levantamentos de dados civis, ou seja, em todo e qualquer sistema disponível, para que fossem identificadas todas as pessoas, presas ou não, do 8 de janeiro.

Então, os trabalhos, naquele momento, dentro da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, foram lastreados com uma decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no dia 9 de janeiro de 2023.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tagliaferro, só para passar ao Senador Girão, então, foi criada uma resolução. Prestem atenção! Que coisa séria! Só CPI tem poder de polícia e de justiça fora do âmbito judicial, dentro do âmbito legislativo.

Ele cria uma resolução com poder de polícia, um poder paralelo – e ele acaba de afirmar –, tão somente para poder atuar nessa área do dia 8 nos telefones presos. Por isso, a peça do PGR é uma colcha de retalhos de narrativas e invenções, e, assim, qualquer leigo, ao terminar de ler, se é que a pessoa aguenta ler aquilo, vai ter que dar uma risada no final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um poder paralelo, uma resolução que Alexandre de Moraes criou. Olhem o crime desse cidadão!

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone*.) – Magno, a resolução só foi para a eleição.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim, para a eleição, com poder de polícia. Quer dizer, o Tagliaferro e o grupo dele agiam com poder de polícia; iam lá, abriam um telefone e, se tivesse uma foto da bandeira do Brasil, pau. Então, o cara lá está com uma foto do Bolsonaro, a polícia... Eles eram polícia.

Então, eles tinham uma coisa absolutamente absurda.

Eu vou agradecer... Estou tomando esta anotação aqui e espero a gravidade disso, porque, até onde eu sei, poder de polícia tem em uma CPI. Nem uma Comissão Permanente tem poder de polícia no Legislativo, só uma CPI; aliás, mais ou menos. Com este Judiciário que está aí, nem CPI hoje tem tanto poder assim, porque é só recorrer lá, e eles, então, despacham de forma invertida.

Sr. Presidente, na minha primeira parte aqui, no meu primeiro bloco, eu encerro e passo para o Senador Girão, para que a gente possa ter mais dinamismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vou passar para o Senador Girão.

Só duas coisas importantes aqui que eu queria que o Sr. Tagliaferro me confirmasse.

Primeiro, o que o senhor está dizendo é que todos os relatórios que o senhor produzia não passavam pelo processo; eram enviados direto para o *e-mail* pessoal do Ministro Alexandre de Moraes ou mesmo pelo WhatsApp também de alguém. Esse é um ponto importante. Obviamente, um advogado, quando vai fazer a defesa de um cliente, vai procurar, no processo lá, do que o seu cliente está sendo acusado, e simplesmente não tem; não tem, porque é uma coisa completamente paralela, à margem da lei e informal.

E a outra coisa gravíssima, pelo que eu entendi, é que a estrutura do TSE tinha alguma espécie de *login* e senha para acessar bancos de dados criminais, e só é concedido esse acesso às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

autoridades policiais, por determinação de um juiz que está atuando na esfera criminal; mas o Sr. Tagliaferro conseguia ter acesso a esse banco de dados, também com uma senha e *login* fornecidos por uma pessoa, e, em tese, quem está na Justiça Eleitoral não teria acesso. É isso, Sr. Tagliaferro?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Não, não, Senador, na verdade, o sistema GestBio é o sistema do Tribunal Superior Eleitoral, é um banco de dados cível no qual estão todos os cadastros de todos os eleitores e, hoje, no Brasil, é o maior cadastro de pessoas no país, uma vez que a cada dois anos esse cadastro é atualizado e fica à disposição do Tribunal Superior Eleitoral.

Esse cadastro, na verdade, eu não acessei, quem acessou foi o pessoal da minha equipe, mas esse cadastro, o GestBio, foi autorizado pelo Ministro Benedito, à época, até então ele era o Ministro Corregedor, no qual poderia somente ele dar esse acesso a qualquer outra pessoa.

Foram feitos dessa forma os acessos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pelo contrário, na verdade ele usava a estrutura autorizada para uso do TSE e instruía processo no Supremo.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Exatamente, exatamente.

Em relação ao... Tem muita coisa grave, Senador.

Em relação ao caso, ao que o senhor me perguntou: se era enviada por WhatsApp...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – O processo físico também para ele.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim.

Se era enviada por WhatsApp ou se era encaminhada em *e-mail* pessoal? Não! Era recebido por grupos, por grupos de WhatsApp, ou no *direct*, como a gente fala, tanto por um juiz de um tribunal quanto um juiz de outro, quanto, às vezes, pelos dois no mesmo grupo, mas, também, esses pedidos eram recebidos, enviados pelo Capitão Wellington, pela Adaires, que era a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretária de Transporte do Tribunal, eram encaminhados pela Giselly Siqueira, que era ninguém mais ninguém menos do que a nora da Míriam Leitão, que era a Secretária de Comunicação da Secom, do TSE.

Então, era recebido, assim, por um monte... um monte de gente enviava. Porém, a Aeed encaminhava tudo via SEI com ofício para o gabinete do Ministro Alexandre de Moraes. Nós, sim, fazíamos o trabalho oficial.

Recebíamos de uma forma que, no meu entender, não era a forma correta, mas até chegamos a argumentar, porém o que nos foi dito é que precisa de celeridade e, se fosse usar a burocracia, iria demorar muito e a democracia precisava de uma solução, precisava ser amparada.

Era isso que era falado. (*Risos.*)

E, realmente, é para se rir mesmo.

Mas, além disso, se usava um denominador comum, que era a pessoa do Ministro Alexandre de Moraes. Também escutava isso: "Olha, não se preocupe, porque existe na pessoa do Alexandre de Moraes, tanto como Presidente do Tribunal Superior Eleitoral quanto Ministro do Supremo Tribunal Federal". Então, era uma única pessoa, se misturavam essas competências, esses tribunais, e era feito dessa forma.

Era assim que chegava até a gente.

Muitas...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tagliaferro.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Oi, pode falar.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Você poderia repetir os nomes que você falou?

Eu não sei se nesta audiência pública, Sr. Presidente, a gente poderia votar um convite a todos esses nomes aí, porque essas informações desse tribunal paralelo, com poderes e sem poderes, exatamente por conta de um espectro político, eu acho que, Senador Girão, nós precisamos, Senador Jorge Seif, voltar de novo aos tribunais internacionais, onde nós fomos, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levar novas coisas, porque o Tagliaferro, infelizmente, está escondido, está caçado pelo Alexandre de Moraes, está sendo procurado e, essas informações de agora, nós precisamos voltar com elas aos tribunais para que o mundo continue tomando conhecimento dessas barbaridades.

Você pode repetir os nomes para mim, por favor?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sim, Senador, não só os nomes que eu falei, como eu posso, se o senhor quiser, dar outros nomes, inclusive falar para o senhor onde estão essas pessoas hoje colocadas pelo Ministro Alexandre de Moraes.

Posso fazer dessa forma?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pode fazer dessa forma e eu agradeço.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Giselly Siqueira, Secretária de Comunicação do Tribunal Superior Eleitoral, no período eleitoral; Ludmila Boldo Maluf, Assessora-Chefe do Gabinete da Presidência, Assessora-Chefe do José Levi, que é um ex-Advogado-Geral da União – hoje, ambos, tanto Ludmila como Levi, estão lotados no Cade: ele como Conselheiro e ela como assessora dele; esse foi o prêmio que se deu pelos trabalhos realizados –; José Fernando Chuy, hoje Corregedor da Abin. Inclusive é aquele caso de que todo mundo sabe, pois saiu aí na imprensa tudo, em que ele estava tentando denegrir, sei lá, acusar uma ex-diretora ou uma ex-corregedora da Abin. Quem mais? Adaires, que era a Secretária de Transporte.

Todas essas pessoas de que eu estou falando eram pessoas que contribuíam enviando pedidos para a gente por WhatsApp e trabalhando junto com o Alexandre de Moraes, direta ou indiretamente, todas no mesmo propósito.

Quem mais? Ah, da Giselly Siqueira, eu já falei; o Chuy; a Cristina, que estava no STF; o Airton; o Marco. Dentro do gabinete, eu não sei qual era a atuação lá no TSE e no STF, mas tinha o atual Desembargador, que acabou de tomar posse, Rogério Marrone, que é um amigo pessoal de Alexandre de Moraes – e Moraes, inclusive, esteve na posse dele no Tribunal de Justiça de São Paulo – e teve a Larissa, mas eu não sei e não posso dizer que esses dois participavam disso porque eu nunca recebi nada deles, mas eu sei que eles eram juízes e estavam lá instruindo o Ministro Alexandre de Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deixe-me ver mais quais nomes aqui me veem à cabeça de forma rápida e fácil: Ludmila, Chuy...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Enquanto o senhor está pensando, Tagliaferro, assim, eu fico impactado, porque o senhor está falando aí que as demandas eram feitas por pessoas que não têm fé pública. A gente não está trabalhando...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sim, inclusive o Capitão Wellington mandava, que é o segurança pessoal de Alexandre de Moraes.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor não está falando de policiais ou de membros do Ministério Público impulsionando, buscando, fazendo investigações, não. Trata-se de um troço completamente informal. Provavelmente, pessoas que tinham um lado político, ou seja, eram a favor de Lula e contra Bolsonaro, demandavam, faziam as supostas denúncias para que providências fossem tomadas, já que estavam agradando ao chefe Alexandre de Moraes por perseguir aquelas pessoas de determinado polo político.

Então, quem fala hoje em dia que Alexandre de Moraes interferiu nas eleições, não está mentindo, não está mentindo.

Mas, Sr. Tagliaferro, então, se o senhor quiser depois também anotar com calma e nos enviar para a Comissão por escrito, acho que é até melhor para a gente organizar, e a gente vota aqui os requerimentos no momento oportuno.

Então, passo a palavra ao Senador Eduardo Girão, também para fazer os seus questionamentos.

Só lembrando que todos os Parlamentares que estão aqui, Senadores e Deputados, vão ter o uso da palavra. No momento em que os Senadores fizerem as suas intervenções, passo a palavra para os Deputados também.

Senador Eduardo Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Flávio Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olha, eu acho que esses 40 minutos que a gente já começou aqui a ouvir um pouco o Eduardo Tagliaferro já renderiam – você imagine depois que os Parlamentares fizerem as perguntas aqui – um resumão, um relatório com documentos para se mostrar para o mundo, Senador Flávio. Isso aqui tem que ser protocolado em organismos internacionais, porque é algo muito grave!

Eu repito, Deputado Evair: as pessoas do regime Lula e STF não querem ouvir. A chamada grande imprensa não quer ouvir uma coisa que anularia, de cara, todo esse julgamento, essa farsa de Carla Zambelli, dos presos políticos, de Bolsonaro e de tantas outras pessoas que estão injustamente sendo perseguidas, sendo cassadas e sendo presas.

Dr. Eduardo, em primeiro lugar, eu quero lhe pedir desculpa, porque nós somos Parlamentares que vivemos este momento sombrio aqui, Deputados e Senadores presentes, e, de uma certa forma, nós somos corresponsáveis por este caos institucional que o Brasil está vivendo. Somos minoria, denunciamos – os Parlamentares que aqui estão sempre se posicionaram –, mas nós não conseguimos, não tivemos força ainda para que se volte à normalidade do Estado democrático de direito. Não temos isso no Brasil, é uma ditadura da toga.

Então, o senhor... A câmera pela qual eu acho que ele me vê é aquela ali, não é? O senhor, Dr. Eduardo Tagliaferro, era para estar aqui conosco, mas eu entendo: a democracia é relativa. Se o senhor colocar o pé no Brasil, o senhor será preso por falar a verdade, por denunciar abusos. Por um serviço que o senhor está prestando à nação, se o senhor colocar o pé no Brasil, o senhor será preso. Estão vendo a caçada? O senhor está longe da sua família; a família sofre.

O senhor não é o primeiro exilado do Brasil, do seu próprio país. Tem aí o Rodrigo Constantino, o Paulo Figueiredo, o Allan dos Santos, o Didi Red Pill, o Monark, o Eduardo Bolsonaro. Isso é verdade. Então, eles querem condenar o mensageiro, que é o senhor; querem perseguir o senhor e não olhar a mensagem. Isto é gravíssimo, a questão da mensagem.

Eu digo aqui uma coisa, já encaminhando aqui para as perguntas: não é à toa que o Ministro Alexandre de Moraes é o campeão de pedidos de *impeachment* no Senado Federal – são mais de 30. E esse último superpedido conseguiu a maioria dos Senadores da República, 41 Senadores. Estamos esperando, a partir dessa maioria absoluta, com paciência até demais, o Presidente Davi Alcolumbre fazer a sua parte, colocar para votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse pedido de *impeachment*, Senadora Damares, foi assinado por dois grandes juristas brasileiros – não é uma peça qualquer –: Dr. Sebastião Coelho e Dr. Rodrigo Saraiva Marinho, constitucionalista; foi assinado por 150 Deputados Federais; e são mais de 2 milhões de brasileiros apoiando. Isso aqui é fato. A liberdade de expressão, a dignidade da pessoa humana e a própria separação dos Poderes estão em jogo no Brasil.

Então, eu pergunto ao senhor de forma muito objetiva, se puder me responder, o que vai dentro de uma lógica para gente investigar esse tribunal secreto, esse gabinete paralelo... Apareceu o gabinete paralelo do ódio! Agora apareceu, não é?!

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E a milícia paralela. É verdade.

Então, eu pergunto para o senhor: quem fomentou e autorizou a criação dessa força-tarefa secreta, que operava em grupos de WhatsApp e outros canais extraoficiais, sem respaldo legal, Dr. Eduardo Tagliaferro?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Ah, Senador Girão, quando eu entrei na Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, ela já existia, não foi criada no momento em que eu comecei a participar. Salvo engano, ela foi criada na época do Fachin ou do Barroso. Isso não era um gabinete, era uma comissão que atuava somente no período eleitoral, mas eles viram a necessidade de que isso fosse um gabinete constante dentro do tribunal e fizeram com que essa assessoria se tornasse um gabinete e não mais uma comissão ou algo temporário. O que eu posso dizer para o senhor é que, pelo que sei, foi um pedido feito pelo Fachin ou pelo Barroso. Eu não tenho certeza de quem fez isso, não consigo precisar essa resposta.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

Mas, quando o senhor chegou lá, o senhor contou, pouco tempo atrás, como o senhor foi contactado e quando o senhor começou a trabalhar, já existia esse grupo de WhatsApp, ele já existia? Quem era o administrador desse grupo que o incluiu lá? Ou foi criado depois da sua entrada, Dr. Eduardo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não, esses grupos já existiam, não eram grupos novos, não foram criados depois que eu assumi o gabinete. O único grupo novo, aliás, os únicos dois grupos novos que foram criados quando eu passei a integrar o gabinete foram um grupo chamado STF-TSE, ou TSE, não me recordo direito, eu o tenho aqui, e o grupo Aeed. Os demais, que são das checadoras, os parceiros do Tribunal Superior Eleitoral, já existiam, eram administrados por Frederico Alvim e por Thiago Rondon, e eu fui adicionado a esses grupos por essas pessoas, apesar de eu nunca ter tido qualquer tipo de manifestação nesses grupos. E interessante dizer, aproveitando o gancho, que um desses grupos era o grupo da UFRJ.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Universidade Federal do Rio de Janeiro?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Isso, tinha da FGV, tinha de várias universidades. E neles atuava inclusive a atual Diretora da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Samara Castro. Eu tenho aqui conversas em que ela me envia, no meu privado, diversos monitoramentos que eles faziam de grupos de direita para que fossem autuados.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, rapaz, o negócio não é brincadeira não, viu?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É um grupo de universitários organizados para levantar e ajudar o Alexandre de Moraes na defesa da democracia, é isso? Universitários pró-Lula. Se tivesse um grupo de universitários pró-Bolsonaro fazendo isso, qual ia ser a reação?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É claro.

Esses seriam presos.

Mas vamos lá. Outros Ministros do Supremo Tribunal Federal ou do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) tinham ciência da existência desses procedimentos paralelos de perseguição política, bem como desse grupo de WhatsApp chamado Audiência de Custódia? Se sim, qual ou quais Ministros, Dr. Eduardo?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sim, sim, sim. Tinham, dentro do Tribunal Superior Eleitoral – estou até procurando aqui no WhatsApp –, todos sabiam, todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabiam. Era uma coisa – como eu vou dizer? – de conhecimento de todos: o Ministro Benedito – é que eu não tinha muita familiaridade com ele –; a Ministra Maria Claudia Bucchianeri, acho que era uma coisa mais ou menos assim, sabia; o Ministro Lewandowski. Inclusive, algumas vezes, a assessoria era consultada, porque eles estavam com processos lá, com autos em análise para decisões, e a assessoria era consultada para dar um auxílio em materiais que eles tinham: "Isso aqui estava na rede", "Isso aqui não sei o quê". Usaram também, poucas vezes, mas usaram o próprio gabinete para consultas dos seus gabinetes. Eles todos tinham conhecimento, sim.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

Já que o senhor falou pela segunda vez no Ministro Benedito Gonçalves, eu pergunto se o senhor detém algum conhecimento acerca daquela frase de que todo brasileiro se pergunta qual o contexto, quando ele diz o seguinte: "Missão dada é missão cumprida" no Plenário do Tribunal Superior Eleitoral. Em caso positivo, qual teria sido a missão dada? Por quem?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Senador...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Há alguma evidência nesse sentido?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Senador, eu não tinha proximidade nenhuma com eles, muito menos com o próprio Ministro Alexandre de Moraes. Eu tive contato com ele, umas três ou quatro vezes pessoalmente, em reuniões, no dia da posse – eu acredito até que um pouco mais, umas cinco ou seis –, mas as demais vezes foram feitas, duas ou três, por reuniões virtuais, então, sequer tive contato. Eu não posso dizer para o senhor referente a isso, porque eu também vim saber disso pela própria imprensa, eu tinha desconhecimento disso. Então, o teor dessa frase a mim não é familiar, dentro do tribunal, e acredito que ele devia ter os propósitos dele, que eu desconheço.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá. Eu lhe agradeço.

Por que os pareceres da PGR (Procuradoria-Geral da República), contrários à manutenção das prisões de brasileiros, foram ignorados pelo TSE?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Esses pareceres não chegavam à assessoria. A assessoria não tinha um poder jurídico. Os processos a que a gente às vezes tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acesso, e até quando eu tinha que ir dentro do PJe assinar, eram referentes a relatórios que eram pedidos ou por parte A, ou por parte B, ou pelo próprio ministro para que fossem acostados nos autos. Ou mesmo a sua própria assessoria enviava alguns relatórios, dentro do Tribunal Superior Eleitoral, como inicial para estartar um processo judicial ali dentro.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Certo.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Mas eu não tive acesso a essas coisas, não.

O que eu posso dizer em relação à PGR e à PGE, no caso, é que eles só vinham a ter conhecimento dos fatos posteriormente às ações.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O.k.

Houve ordem judicial específica que autorizasse o acesso e o cruzamento de dados sensíveis no sistema GestBio?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sim, houve autorização dentro do SEI, que é o Sistema Eletrônico de Informações, usado no Governo Federal e também no Judiciário, foi colocado lá um pedido formal para que fosse analisado o acesso a esse sistema pela Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, e foi autorizado pelo Ministro Benedito. Só que esse sistema nunca foi utilizado, esse sistema foi ser utilizado somente em 8 de janeiro. Porque o Ministro já sabia que a gente tinha uma certa dificuldade para o acesso disso, por questão de conhecimento, de treinamento, e o Iuri, que era o coordenador desse departamento, desse gabinete que cuidava disso e do e-Título, tinha um certo cuidado, um certo... Não sei se cuidado ou preocupação com que pouquíssimas pessoas a acessassem.

Então, diante disso, com o Ministro sabendo disso na época do 8 de janeiro, eu entendi que a decisão proferida por ele, no dia 9 de janeiro de 2023, pelo Supremo Tribunal Federal, autorizando... Aliás, autorizando não, ordenando que a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação acessasse o sistema, foi por conta desses obstáculos colocados pelo Iuri.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já vi uma resposta do senhor, em uma das entrevistas que o senhor deu, mas eu preciso perguntar aqui, é meu dever, de ofício, perguntar nesta audiência oficial do Senado Federal, para que fique claro e para constar aqui no nosso relatório: qual a motivação para utilizar estruturas paralelas de monitoramento em vez de acionar os instrumentos legais já previstos no ordenamento jurídico?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Essa estrutura, Senador, já existia dentro da própria assessoria, que são os grupos lá, que faziam a checagem, que eram a Palver... Eu não me recordo de muitos porque eu não tive muito contato com eles, eu fui adicionado aos grupos, mas eu sequer fiz contato. Eram a Palver, se eu não me engano, a FGV, a UFRJ, alguma coisa da Universidade Federal de Minas Gerais também, o Lupa; tudo isso já existia e eles já faziam esse trabalho antes mesmo de eu entrar na Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação.

Inclusive, o que as pessoas pensavam, que esses monitoramentos desses Parlamentares e dessas figuras conhecidas, como Allan dos Santos, Constantino e Figueiredo, eram feitos pela Polícia Federal? Não, eram feitos pelo gabinete, eram pedidos pelo Alexandre de Moraes, chegavam ao gabinete da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, nós relatávamos ali, colocávamos se o conteúdo que de fato era a nós entregue existia dentro das redes sociais, a URL, e encaminhávamos isso daí ao TSE, ao gabinete da Presidência ou ao Supremo Tribunal Federal, para que eles, sim, dessem o andamento. Mas essa estrutura já existia e nunca foi informado o porquê de ser dessa forma, simplesmente foi falado e colocado assim: "Façam".

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor considera que os atos praticados pelo senhor, por Marco Antônio Martins Vargas, pelo Airton Vieira e pela Sra. Cristina Kusahara configuram uma violação direta da Lei Geral de Proteção de Dados e da privacidade de cidadãos inocentes?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Eu não posso falar por eles porque eu não sei o acesso que eles tinham, eu posso falar por nós da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação.

Toda a informação constante em relatórios foi obtida através de redes sociais, de pesquisas de internet, através de pesquisas a bancos de dados abertos, conhecidos como Osint (Open-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

source intelligence). Então, são dados que estavam ali à disposição de qualquer pessoa, não só do Tribunal Superior Eleitoral, dentro do gabinete o qual eu presidia, mas qualquer um do povo poderia entrar ali no perfil de A, B, C, D ou E e ver que aquela informação estava ali. Já no caso do acesso dentro do sistema GestBio do Tribunal Superior Eleitoral, volto a reforçar que foi um sistema autorizado pelo Ministro Benedito, que era o corregedor da época, para acesso. Então, não entendo como uma violação da Lei Geral de Proteção de Dados, uma vez que também os dados obtidos no GestBio nunca foram divulgados.

O que caracteriza a Lei Geral de Proteção de Dados? Dados que são disponibilizados, que você consegue identificar e chegar à pessoa. Então, RG, um CPF, um endereço, um telefone, e isso nunca foi passado pela assessoria. Foi tratado dentro das certidões, para fim de investigação e encaminhamento lá, sei lá, de intimações, mas nunca foi público.

Eu tornei público agora.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, esse pessoal dessa militância de universidades, que auxiliava, pegava dados abertos, é isso? Eles iam atrás dos perfis dos brasileiros para ver se criticavam o Lula ou o Bolsonaro, se eram de direita, é isso?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Exatamente isso. Todo o trabalho feito por esses grupos de parceiros e pela assessoria foi lastreado no Open-source intelligence, que é um banco de dados abertos. Foram procurados na internet, em redes sociais, em grupos de WhatsApp abertos, nunca grupos fechados, privados, porque não dava para se acessar isso. Sempre em fontes abertas.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O fato de criticar Ministros do Supremo já entrava na lista negra?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sim. Sim. Não só criticar Ministros do Supremo, como as instituições e como, até mesmo, pelo que eu percebi, as urnas, as eleições, o atual Presidente, na época, candidato, Lula.

Há um fato muito interessante, que ninguém comenta, mas eu publiquei lá na minha rede social, que é a questão do atual Ministro Zanin, que, enquanto advogado, acho que em meados de janeiro de 2023, estava no aeroporto de Brasília e houve aquele incidente no banheiro, em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma pessoa entrou com o celular, o filmou e começou a ofendê-lo e o Ministro Alexandre de Moraes pediu para que a assessoria identificasse aquilo, pedisse para a Polícia Federal dados referentes ao aeroporto, para que ele, dentro do processo, pudesse pegar a pessoa que o ofendeu. Isso também eu acho que foi um absurdo e que não fazia parte da competência da assessoria, tampouco da do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral, o Zanin como um simples advogado e não um Ministro com foro privilegiado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Senador Girão... Tagliaferro, me responda só uma pergunta aqui, bem rapidinho, dentro disso que o Senador Girão falou.

Você citou, diversas vezes, o Ministro Benedito: "Missão dada, missão cumprida". E a gente sabe o que é missão dada, missão cumprida. Você tem algum conhecimento? Porque essa missão dada, missão cumprida... Em seguida, veio uma Aije em que ele era o Relator e, nessa Aije, colocou de Jesus Cristo a Bolsonaro – Flávio Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, eu, Nikolas, Bia, Carla Zambelli, Gayer, dezenas de Parlamentares. Tem alguma coisa a ver com essas pessoas que tinham influência nas plataformas esse inquérito, então, chamado de Aije, que ainda está lá?

E eu tive informação agora, com o meu advogado, de que tudo que está acontecendo no Supremo, desde o julgamento, que eles começaram com o bloco 1, bloco 2, bloco 3, que todo esse resultado, seja o que for, está sendo jogado dentro dessa Aije em que o Benedito foi o Relator e deu para o Alexandre de Moraes aquela notícia: "Missão dada, missão cumprida".

Tem a ver com essas pessoas, inclusive eu e o Presidente Flávio, que aqui está, e outros que estão sentados aqui, que tinham influência nas redes sociais e que enfrentavam o Supremo pelas redes sociais? Você sabe de alguma coisa, alguma ligação dessa Aije que existe hoje?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Senador, eu não tive contato com essa Aije, desconheço essa Aije, porque ela não era de competência, à época, do gabinete, a gente não tratava disso. E assim, o único contato que eu tive, nem sei se posso considerar contato, com o Ministro Benedito, foi justamente pelo pedido no SEI para que ele avaliasse a possibilidade de a assessoria ter acesso ao cadastro eleitoral, com o objetivo de identificação de algumas pessoas, a pedido do Ministro Alexandre de Moraes. Mas eu desconheço, eu não posso, infelizmente, não tenho como ajudar nesse ponto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em áudio, Sr. Eduardo, o Juiz Airton Vieira, que atuou com Alexandre de Moraes, relatou que, abro aspas, "estava perdendo higidez mental", fecho aspas, e que teve, também abro aspas, "família extremamente prejudicada", fecho aspas. Como o senhor convivia ali com as pessoas, como é que era o ambiente lá dentro? Como é que se dava essa pressão, essa caça às bruxas de Alexandre de Moraes sobre as pessoas, os brasileiros, por posições políticas, através desse grupo clandestino de trabalho?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Senador, era das piores possíveis. De fato, o Desembargador – agora, né –Airton Vieira, não só naquele incidente, naquele áudio, tinha me relatado aquilo, como, algumas vezes, em encontros pessoais, em ligações, ele sempre frisava, sempre trazia isso. Inclusive, ele me trouxe um fato que foi anterior às eleições de 2022, que foi um sete de setembro, em que ele desmaiou. Ele estava, acho que em Ubatuba, de tanto nervoso, de tanta pressão, acabou desmaiando, passando mal. E assim, era terrível o ambiente de trabalho.

Eu tentava não passar isso para os servidores que estavam no meu gabinete, mas eu recebia uma carga muito negativa, uma carga muito pesada, com palavras até que não eram tão boas, com ameaças de exoneração de servidores que abaixo de mim estavam, não era um ambiente bom, não. A gente até, se reparar em conversas minhas, o Airton é uma pessoa muito brincalhona, não só no trabalho, mas no seu dia a dia, é uma pessoa que tira sarro de tudo, que brinca, que faz piada. Então, ele leva isso para a vida profissional, óbvio que não com todo mundo, mas com alguns grupos com que tem um relacionamento mais próximo. E eu também tentava, dentro da assessoria, não passar a pressão, salvo quando eu via que tinha algum problema ali e precisava mostrar para eles "Olha, gente, está difícil. Eu estou tendo essa pressão, eu não sei o que fazer, eu preciso ajudar vocês, mas vocês têm que me ajudar". Mas a gente tentava, dentro da própria assessoria, ter um ambiente mais sadio, o que era meio difícil, um ambiente mais tranquilo. A gente levava lanches, fazia refeições ali dentro. Sabe, a gente tinha um pouco mais de proximidade, até para tentar tirar esse estresse, que era gerado pelo próprio Alexandre de Moraes e pela Cristina, em cima da gente.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor falou agora há pouco que o Juiz Airton Vieira, que hoje é desembargador, e foi justamente durante esse período que ele se torna desembargador, o senhor vê alguma relação, alguma ajuda de Alexandre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Moraes nesse sentido, como um reconhecimento à prestação desse serviço clandestino feito por ele para alçar, chegar a ser desembargador?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Eu não tive acesso a isso também. Desconheço, mas eu sei da proximidade deles, que são pessoas próximas, mas, com relação à influência dentro do tribunal, sei que o Alexandre de Moraes é não só influente no Tribunal de Justiça de São Paulo como também no Ministério Público do Estado de São Paulo, inclusive interferindo em processos os quais absurdamente foram instaurados, com todas as provas mostrando que eu não fiz, vítima dizendo que eu não fiz, que não teve isso e que não teve aquilo, mas, mesmo assim, o Ministério Público atuou de forma totalmente diferente e contra o que a própria vítima, as próprias testemunhas e eu falamos. Então, a gente sabe que, de fato, Alexandre de Moraes tem uma tremenda influência no tribunal. Acredito que ele poderia, de fato, influenciar, mas eu não posso afirmar.

Inclusive, neste exato momento, há coisa de cinco ou dez minutos, no Supremo Tribunal Federal, o gabinete do Alexandre de Moraes movimentou, mais uma vez, o processo. Neste mês, já foram, agora, 57 vezes – ou seja, uma movimentação a cada dois dias – em que encaminharam alguma coisa para a Vara de Caieiras.

Então, é assim, é dessa forma que ele trabalha, ameaçando, mas ele tem, de fato, grande influência dentro do Tribunal de Justiça de São Paulo.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – A influência dele eu acho que transcende... Não sei se pelo medo, acredito que sim, mas influencia, inclusive, veículos de comunicação. A gente vê que denúncias como essa do senhor o senhor encontrou dificuldade para fazer e para um veículo publicar... Parou o Twitter Files, que, em algum momento, começou a ser divulgado por um grande veículo de comunicação, mas misteriosamente parou de ser divulgado. Então, a influência transcende realmente... E isso é muito ruim, eu acho, para a democracia.

Estou me encaminhando para o fim, Sr. Presidente.

As pessoas foram presas, processadas, condenadas por curtir, compartilhar ou criticar autoridades em redes sociais, foram mantidas presas. O senhor reconhece – é um dever de ofício

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lhe perguntar isto, quero deixar claro aqui para o relatório – que isso representa um atentado à liberdade de expressão e à dignidade da pessoa humana?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim, sim, reconheço. E todo o trabalho feito por Alexandre de Moraes não só foi um atentado à liberdade de expressão como também foi à democracia do país.

Eu mesmo hoje sofro isso. Eu não posso me manifestar, eu não posso falar. Aliás, eu não posso falar a verdade sobre o que aconteceu que eu sou tratado como um criminoso por ele, perseguido por ele, ou seja, com o medo e com a autoridade, ele impõe o medo nas pessoas, para que elas se mantenham caladas. E, de fato, aos meus olhos, isso é um atentado contra a dignidade humana, contra a pessoa, contra as instituições e contra o povo brasileiro.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o senhor cantou essa pedra. Eu vi uma entrevista do senhor, não me recordo se foi na *Oeste,* na *Gazeta do Povo* ou em algum outro veículo independente do Brasil, o que é raro, estranhamente raro, em que o senhor cantou esta pedra de que seria perseguido, de que eles iriam fazer de tudo para rapidamente processá-lo e incriminá-lo. Tudo o que o senhor falou – eu vi essa entrevista há uns dois meses, no máximo – aconteceu, com essas movimentações rápidas do seu processo, extradição e tudo isso. Realmente, é uma caçada implacável que nós estamos vendo no Brasil.

Agora, na sua opinião, Sr. Eduardo, qual a linha divisória entre combater desinformação e criminalizar opiniões políticas divergentes?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Aos meus olhos, Senador, a linha que divide tudo isso é simplesmente a verdade; é, de fato, o material ser mentiroso, montado com o intuito de enganar o povo ou utilizado como forma de perseguição. Então, essa linha que divide os trabalhos realizados ali é bem clara e é bem evidente. Pode pegar todo o grupo do Tribunal Superior Eleitoral, do qual chegavam as denúncias, e ver que não existe nem sequer uma denúncia, para monitorar, para fazer relatório, para relatar, de qualquer pessoa pertencente ao grupo político esquerdo. Todos, 100%, foram de direita. Inclusive, esse foi o motivo – um dos motivos, tem um outro que é muito mais grave que esse – que me despertou a atenção, porque algo estava errado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Quer dizer que o alvo – o alvo – era o espectro político de direita? O alvo dessa turma aqui, nesse gabinete paralelo, nesse tribunal secreto, é caçar pessoas de direita. Confere?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Confiro e desafio o Alexandre de Moraes a trazer o grupo – que eu acredito que ele deve ter apagado – e mostrar que, nesse grupo, em todos os pedidos, inclusive em todos os *e-mails* oficiais que eu enviei para o Supremo Tribunal Federal, existam ali qualquer tipo de pesquisa, de investigação, seja lá como quiserem enquadrar isso, referente ao espectro da esquerda. Não existe.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sim ou não? Se o senhor puder responder, basta sim ou não. O senhor reconhece que o TSE, que é uma invenção do Brasil... A gente sabe que isso não existe em nenhum lugar do mundo, um tribunal de bilhões de reais que nós pagamos, o povo brasileiro, com o suor dos seus impostos. E eu pergunto para o senhor: o senhor reconhece que esse tribunal, o TSE, ao extrapolar suas competências e atuar fora do período eleitoral, com finalidade penal, incorreu em desvio de finalidade institucional por violar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade administrativa na condução dessas ações?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Se aquela resolução do poder de polícia, de fato, ficou limitada somente ao período eleitoral, eu acredito que não parcialmente... Aliás, acredito que sim. Agora, se ela foi além daquele período – porque eu ouvi alguma coisa dizendo isto em algum momento, que a deixaram pelo período total, todo, posterior às eleições –, se de fato isso aconteceu, com ressalvas, houve um pouco de legitimidade, é óbvio que dentro da resolução, mas fora da realidade, porque a realidade era bem clara: perseguição ao espectro político de direita.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

Não lhe parece que tais práticas consolidam o estado policial, em que as garantias fundamentais são suspensas, por motivações políticas ideológicas? Sim ou não, por favor.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sim, sim, sim. De fato, foram suspensos todos os direitos das pessoas de direita, às vezes até nem de direita eram, mas que expressassem qualquer simpatia ou que encaminhassem qualquer coisa referente ao ex-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Jair Bolsonaro, alguma manifestação ou alguma crítica ao atual Presidente Lula, lembrando que existiam critérios para isso: contas com mais de mil visualizações, com mais de quinhentos seguidores. Então, existia um parâmetro, não eram todas as contas, eram as contas que, num cálculo feito por eles, entre a primeira publicação e as possíveis multiplicações, alcançariam um volume muito grande de informação ao povo brasileiro.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – No quesito das imagens do dia 8 de janeiro, que foram negadas à CPMI de que nós participamos aqui, o senhor teria alguma informação adicional, ainda não divulgada, sobre aquelas imagens do que é que aconteceu, de fato, naquele tumulto aqui em Brasília? Em caso positivo, qual informação? Seria possível o compartilhamento?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – O que chegou até mim referente ao 8 de janeiro foi o pedido de certidões, positivas ou negativas, com os parâmetros já informados, mas as imagens e as câmeras de vídeo não chegaram ao Tribunal Superior Eleitoral, salvo algumas pessoas do Senado, da Câmara – da Polícia do Senado e da Polícia da Câmara – e da Polícia Federal, que acabaram enviando uma imagem ou outra estática, porque eles estavam com dificuldade de reconhecer dentro dos bancos deles e sabiam que os bancos do Tribunal Superior Eleitoral eram mais robustos e tinham uma chance maior de se localizarem as pessoas, mas o Tribunal Superior Eleitoral não teve, dentro do meu gabinete, acesso a isso.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Além das certidões positivas relacionadas às postagens nas redes sociais dos manifestantes, o senhor ou alguém do gabinete foi forçado a produzir provas incriminatórias contra alguém? Em caso positivo, poderia relatar mais acerca disso? Contra quem? Qual prova produzida? Há registros que comprovem isso?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Olhe, dentro do gabinete, não só nessa situação, mas em todas as outras, em todo o trabalho realizado pelo gabinete, o que eu posso dizer é que nunca houve um aliciamento para que fosse feito qualquer tipo de produção de material fraudulento, salvo uma situação, que é a situação dos empresários, de que eu vou comentar daqui a pouco, daquela busca e apreensão, mas, dentro do próprio trabalho realizado pela assessoria, não, não teve. A assessoria nunca fez um material criminoso que fale contra A ou contra B. Ela simplesmente fez o seguinte: vamos imaginar aqui os Srs. Senadores e Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que estão, neste momento, aí nesta Comissão, os senhores todos têm redes sociais, o senhor agora faz lá um vídeo ou publica uma coisa dizendo que as urnas foram fraudadas ou que as eleições não são justas, esse material, esse vídeo, esse *link* desse vídeo ou desse perfil, seria encaminhado pela assessoria, e a assessoria simplesmente se certificaria se aquilo, de fato, era verdade, se existiu, se ainda estava lá, pegava aquilo, printava, colocava no relatório, colocava a URL, e esse relatório seria assinado e encaminhado para o Tribunal Superior Eleitoral, ao gabinete da Presidência, ou ao Supremo Tribunal Federal, ao Gabinete de Ministro Alexandre de Moraes. Não tinha nenhum "prenda", "puna", não existia isso. Era simplesmente o que eu estou falando aqui.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Sr. Alexandre Gomes Machado foi exonerado em 2022, após enviar um *e-mail* para Ludmila sobre a falta das inserções da campanha do Bolsonaro. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Fiquei sabendo disso entre conversas de corredor dentro do tribunal e por barulho dentro do meu próprio gabinete, porque foi uma coisa lá que gerou grande barulho, todo mundo falava, mas, para ser sincero, eu nem sabia do que se tratava. Eu sei que quem fiscalizava isso era a Ludmila Boldo Maluf e que alguma coisa aconteceu, que houve um atrito, que se gerou um PAD. Eu nem sabia que ele tinha sido exonerado; eu sabia que ele estava afastado do Tribunal Superior Eleitoral, mas essa é a história que a mim chegou. Nunca tive contato, mesmo porque esse servidor não ficava no 9º andar, que era o andar da Presidência. Pelo que eu sei, ele ficava em andares inferiores, e a esses andares a gente não tinha acesso.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Olhe, Sr. Presidente, esse Sr. Alexandre Gomes Machado a gente até já tentou trazer aqui ao Senado. Seria bom a gente reiterar, porque é uma peça-chave. Nós fizemos uma audiência aqui no Senado Federal – acho que de 12 horas, foi um negócio... – quando nós ouvimos, se não me engano, no dia 30 de novembro de 2022, exatamente sobre essa fraude nas rádios. Foram milhares ou milhões de inserções, eu não lembro bem, do Bolsonaro, que teriam mais de 1 milhão de minutos que teriam sido subtraídos na campanha do rádio. Se isso não desequilibra uma eleição, eu não sei o que é que realmente significa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Olhe, está aqui: "Fraude nas rádios. Servidora que recebeu informação é casada com ex-chefe de gabinete de Moraes. Servidor exonerado [que é esse, o Alexandre] avisou sobre as irregularidades à chefe de gabinete da secretária-geral do TSE, Ludmila Boldo Maluf".

Quem era Adaíres Aguiar Lima, Sr. Eduardo?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Adaíres Aguiar Lima era Secretária de Transporte do Tribunal Superior Eleitoral no período em que eu estive lá.

Reforçando, só voltando um pouquinho atrás, ao que o senhor falou...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – ... agora na sua última pergunta, Senador, que é importante, que ninguém ainda citou, mas eu fui procurado para isto. Diversos servidores dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, em especial uma maioria do Estado do Paraná, foram perseguidos, eu fiquei sabendo agora, e foram exonerados em seus PADs justamente por ter opiniões de direita. Eu não sei se os senhores também estão sabendo disso.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não, essa informação é muito importante. Cada hora é uma, tem mais. Parece que vai puxando o fio e vai saindo. É importante.

Agora, qual o papel dessa Sra. Adaíres Aguiar Lima nesse contexto de perseguição política flagrante no Brasil?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Eu acredito que ela... Moraes nem sabia do que ela fazia, mas o papel dela justamente era, por ideologia política, perseguir a direita. Via-se claramente que ela era uma militante de esquerda, extrema esquerda, por sinal, e ela tinha o prazer de tentar derrubar a direita ou trazer fatos que prejudicassem a direita. Ela era Secretária de Transporte do tribunal e não tinha qualquer função dentro disso.

E não existia só ela, não. Não sei se os senhores ouviram falar da tal da "bruxa do TSE", a "bruxa da UnB", que é a Letícia Sallorenzo – eu vou pegar o nome dela direitinho. Essa, sim, se intitulava amiga da esposa do Ministro. Curiosamente, ela frequentava festas que nem nós, como chefe de gabinete ou juízes instrutores do gabinete de Alexandre de Moraes, tínhamos acesso, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ela, sim. Mandava uma chuva, uma chuva de pedidos, uma chuva de denúncias, uma chuva de vídeos. Ela, em vídeo, enviou o grupo de empresários, no dia 27 de agosto de 2023, no qual ela deu para a gente o grupo todinho dos empresários, ou seja, após busca e apreensão... Esse é um fato, o dos empresários, é um fato muito importante, que mostra uma fraude processual. E mais para frente, eu vou falar aqui.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor, quando fala "extrema esquerda", referindo-se a essa Sra. Adaíres, o senhor pode dizer qual partido? Já teve alguma indicação de alguma tendência partidária ou relação dela? Quem é? É o PT, é o PSOL? Que partido de extrema esquerda é esse?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – É o PT.

Ela é militante do PT, mas ela é uma militante – como eu vou dizer? – com fortes... com o ânimo mais exaltado, entendeu? Ela se infiltrava dentro de festas bolsonaristas – eu até achava aquilo absurdo.

Quando eu disponibilizar aqui o whatsapp de conversas dela comigo, vocês vão ver que na maioria das vezes eu falava: "Não dá", "Não faço", "E a PF?", e não sei o quê. Eu tentava de toda forma me esquivar dela, mas infelizmente ela ia para os juízes auxiliares, que acabavam me entregando o material que ela passou. Eu até brincava e falava assim: "Isso veio através da bruxa, né? Eu neguei para ela, mas vocês me trouxeram isso".

Mas ela tinha esse hábito aí louco, insano, de frequentar, viajar quilômetros e quilômetros, ir para outros estados para entrar e se infiltrar em festas bolsonaristas para obter informação. É uma pessoa, no meu entender, psicopata. Ela é admiradora extrema de Alexandre de Moraes. Ela colocou, inclusive, no currículo Lattes que ela foi servidora, entre aspas, "*freelancer*" do tribunal, da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, e ela tinha aí desejos fortes de trabalhar. Ela fazia constantemente... Ela mandava constantemente coisas para o Tribunal Superior Eleitoral.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O Sr. José Levi foi Secretário-Geral do TSE, onde a Ludmila era chefe de gabinete. O senhor confirma isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Confirmo, sim. Ele não só foi o chefe de gabinete, o Secretário da Secretaria da Presidência lá do TSE, como ele foi o Presidente da comissão que tratava das redes sociais lá. Eu não me recordo bem do nome da comissão, mas é uma comissão que foi feita para falar sobre a regulamentação das redes sociais. Ele foi o Presidente, e eu fui o Secretário. Tudo que o Moraes pedia, ele (*Falha no áudio.*) ... *online*, naquele momento, com o Moraes.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E o senhor sabe informar se ambos, tanto a Ludmila como o Sr. José Levi, estão hoje no Cade?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim, sim. Pelo que eu levantei, pelo que eu vi e pela informação que eu tive de servidores do Tribunal Superior Eleitoral, eles estão, ambos estão no Cade. Ele foi primeiro e ele a puxou como servidora, porque, se não me engano, o marido dela trabalha em Brasília, eles moram em Brasília com família, e ela não podia voltar para São Paulo – porque ela é uma servidora do Tribunal de São Paulo, ela é uma técnica judiciária de lá e estava morando em Brasília.

Então, ela está com ele, sim. Ele é o Conselheiro do Cade e ela é a chefe de gabinete dele, assessora dele, alguma coisa assim.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Importante.

Última pergunta, Sr. Presidente.

Sr. Eduardo, o senhor demonstrou desconfiança num possível retorno ao Brasil, já que as Forças Armadas e a Polícia Federal poderiam não garantir a sua segurança, a sua integridade física. O senhor ratifica essa insegurança? Em caso positivo, o senhor teria alguma prova concreta da interferência direta ou indireta do Ministro Alexandre de Moraes no comando das Forças Armadas ou da Polícia Federal?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Das Forças Armadas eu não tenho, Senador, mas o que eu posso dizer é: sim, de fato, eu tenho receio, não só por mim, mas pela minha família. Vou trazer para o senhor aqui um fato curioso que mostra uma das formas com as quais ele ameaça, persegue as pessoas e coloca as pessoas em risco, tá?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dentro do meu inquérito policial da Polícia Federal, conduzido pelo Thiago Peixe – que é, na verdade, um peixe dele dentro da Polícia Federal –, em nenhum momento tem o endereço da casa em que então residiam as minhas filhas, que foi a casa em que eu residi e na qual não resido mais há muito tempo, nem minhas filhas residem mais nesse imóvel. Mas nunca teve esse endereço dentro do inquérito; na petição, na procuração do meu advogado, o meu endereço era o escritório dele. Foram adicionados mais dois advogados; não tem meu endereço na procuração.

A única coisa que teve com esse endereço foi justamente quando a minha ex-mulher foi depor e ela deve ter dado o endereço lá.

Mas Alexandre de Moraes, agora, na semana passada, pediu a minha extradição na Itália, ou seja, ele encaminha para a Itália pedido para que eu seja extraditado. Porém, ele manda um oficial de justiça, ele deixa isso público no processo, público – poucas coisas ficam públicas. Ele coloca lá um pedido, uma intimação para que seja cumprida – é uma nota de informação, uma coisa assim –, no antigo endereço onde morava a minha família, em especial, as minhas filhas. Ele colocou lá, deixou público para que eu fosse intimado lá e me manifestasse sobre a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República. Ou seja, ele tenta, de uma forma criminosa, me ameaçar e expor a segurança das minhas filhas. Mas, graças a Deus, elas não moram mais lá – era uma coisa que eu já vinha articulando, porque não tinha condições, mesmo porque ele sabia do endereço –, e em lugar nenhum nesse processo da minha pessoa tem esse endereço.

Então, isso mostra aí uma atitude criminosa da parte dele.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente Flávio Bolsonaro, eu estou satisfeito.

Muito obrigado, Sr. Eduardo.

Eu fico muito preocupado, Presidente. Como o exemplo não vem de cima, daqueles que deveriam dar o exemplo, resguardando a Constituição; não vem de cima, estão aqui... pelas perguntas feitas, ficaram muito claras as violações do Ministro Alexandre de Moraes, e isso está se irradiando pelo Brasil, viu? A gente toma conhecimento todo dia de juízes que se espelham na "injustiça suprema" hoje da nossa nação. Nós temos um exemplo agora, desta semana, por exemplo, lá da Rádio AuriVerde – que está transmitindo agora –, do Pittoli, que foi condenado por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma fala no Senado Federal, convidado nosso na Comissão. E não quiseram, a Justiça lá não quis ouvir a testemunha: "Não, dispensa!".

Então, olhe a que ponto nós chegamos: a Constituição foi para o lixo, o devido o processo legal não existe. E isso é bom que fique claro para que as pessoas de bem deste país – independente de questão partidária, política, direita, esquerda – olhem para isso enquanto é tempo, para que a gente... o restinho de democracia que a gente tem, que a gente possa, de alguma forma, voltar ao Estado democrático de direito.

E para isso é preciso haver ação de gente do bem se posicionando, escrevendo para jornal, falando nos condomínios. Eu acho que esse é um trabalho. E dia 7 de setembro, Sr. Presidente, é um dia em que nós temos o dever cívico – os brasileiros de bem deste país, pelos filhos e netos da gente, pela justiça, pela ética, pela liberdade – de voltarmos às ruas, pelo bem da nossa nação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Girão.

Bom, após os dois autores dos requerimentos usarem a palavra por quase duas horas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... eu queria pedir aqui para os demais Parlamentares – óbvio que vamos ter tolerância com o tempo, sem problema nenhum – que colocassem um tempo base de dez minutos para que possam fazer os seus questionamentos ao Sr. Eduardo Tagliaferro.

Só antes de passar a palavra aqui para o Senador Marcos Rogério, o Senador Esperidião Amin está com a mão levantada aqui há três horas. Ele só quer fazer alguma coisa sobre um requerimento, já que ele é autor da CPI do abuso de autoridade, e ele quer apresentar algum requerimento aqui.

Senador Esperidião Amin, pode fazer sua intervenção rapidamente para eu passar a palavra para o Senador Marcos Rogério na sequência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Presidente, eu serei muito breve.

Primeiro, eu quero cumprimentar V. Exa. pela condução desta reunião, pela realização desta reunião; aos requerentes, tanto Marcos Rogério quanto o Magno Malta, ao Senador Girão. Já prestaram um serviço extraordinário à verdade.

Eu quero saudar o Sr. Eduardo Tagliaferro para lhe dizer o seguinte: eu sou nascido no dia de São Tomé e eu não acreditava que o senhor ia participar da reunião. Eu fico muito feliz por vê-lo no vigor da busca da verdade, com coragem.

Nós temos que achar, Presidente Flávio Bolsonaro, uma forma legal de darmos a liberdade com garantia de vida, com garantia de deslocamento para o Sr. Eduardo Tagliaferro prestar o serviço que está prestando ao Brasil com honra.

O senhor está nos ajudando a chegar à liberdade, porque o senhor tem documentos, conhece os fatos, não foge deles e não os exagera. Então, eu quero cumprimentá-lo.

E apenas quero registrar o seguinte: nós já apresentamos, com mais do que o número legal devido, o requerimento de instauração da CPI da "vaza toga", que é a sua história com documentos. Portanto, o senhor, que teve essa preocupação de certificar os documentos de que dispõe, é a peça mais valiosa desta CPI, que, na verdade, já começou. Isso que já foi apurado aqui, que já foi informado, já é parte da CPI, e são essas informações que têm que nos fazer, Senador Flávio Bolsonaro, com que as lideranças partidárias, as lideranças dos partidos de oposição, exijamos, conforme manda a lei, a Constituição e as decisões do Supremo, a instauração dessa CPI, sem prejuízo da CPMI, que eu também subscrevi, mas que ainda não tem o número legal e vai ter que ser lida – o requerimento vai ter que ser lido – numa sessão do Congresso Nacional. Então, eu só gostaria de capturar um evento e pedir mais informações.

A Assessoria de Enfrentamento à Desinformação, que era liderada pela Sra. Cristina, de posse de um pedido de soltura de um preso do 8 de janeiro – não sei se eu me faço entender... Dos 1,7 mil, chegam da Procuradoria-Geral da República pedidos para libertar, ou a solicitação para que se dê liberdade a duas pessoas: A e B. O que fazia a assessoria, pelo que eu entendi do seu roteiro? Com base na resolução e, portanto, a resolução tratava do pós-8 de janeiro... Isso é um inquérito policial, isso é um inquérito que deveria ser entregue ao Ministério Público e não ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TSE, nem mesmo ao STF. Quem tem o monopólio para fazer essa investigação é o Ministério Público. Quem pode dizer se pode soltar ou não se baseava numa pesquisa da vida da pessoa, pelo que eu entendi, que é o GestBio, programa GestBio. E o A e o B, de quem não se tinha obtido nenhuma prova de ter participado de ato de vandalismo no dia 8 de janeiro, ou seja, foi preso, naquele sistema de pescaria, não, de tarrafa – foi preso. Não quebrou relógio, não pichou, não passou batom na estátua da justiça. Então não havia como individualmente incriminá-lo.

Era para esse A e para esse B que se expediam certidões. Confere?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – (*Falha no áudio.*)

... Alexandre de Moraes no Supremo Tribunal Federal. E os pedidos dela vinham, sim, por aquele grupo chamado Custódia, salvo engano. E a nós, tinha até os comentários dentro de grupo, daquele grupo, mas a gente não tinha, eu, por exemplo, e minha equipe não tínhamos tempo hábil, não tinha tempo para dar atenção para aquilo, porque o pedido, se vocês puderem olhar, vai ser, muitas vezes, de forma agressiva, de forma mal educada, não é? E com oito servidores, fazer uma análise de mais de 1,5 mil pessoas, num prazo recorde, é praticamente impossível.

Então o que foi feito não é uma investigação dentro do sistema GestBio do TSE. O sistema GestBio do TSE era justamente para poder verificar a face da pessoa, ou um... Alguns vinham com CPF, com o nome completo. E verificar se aquela pessoa, de fato, era ela. E confrontar com as redes sociais daquela pessoa. Falar: "Ah, sim, essa pessoa é de São Paulo, o nome dela é fulana de tal, está batendo, a foto é a mesma, é contemporânea a isso", para dizer se era positiva ou negativa.

Então, quando a certidão, dentro do meu gabinete, era negativa, nós tínhamos a ideia de que eram pessoas que seriam liberadas, mas nunca foi colocado isso para a gente. E quando fosse positiva, dentro daqueles parâmetros esdrúxulos definidos por eles, seriam pessoas que se manteriam na custódia, presas. Mas assim, a gente não teve acesso.

E eu fiquei sabendo, agora no começo do ano, que muitas das negativas continuaram presas e continuam presas até hoje.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Só queria complementar isso com duas informações: era Vildete ou Valdete? A que foi solta e depois foi "represa", ou seja, foi solta e depois foi presa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não me recordo.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Vildete ou Valdete? Uma senhora que foi presa, depois foi solta e depois foi presa.

E finalmente eu queria que o senhor fizesse um brevíssimo relato da questão da soltura das mulheres na véspera do dia das mulheres, que não foi possível completar o número, que me parece, era de 148 ou 149 mulheres que se pretendia, que o Ministro Alexandre de Moraes pretendia liberar na véspera, numa programação de celebração do Dia Internacional da Mulher. O senhor poderia só relatar e saber, o que eu quero saber é se o senhor tem a documentação disso.

No mais, eu agradeço a sua presença. V. Sa. está salvando a chance da liberdade no Brasil.

O senhor vai responder ainda à minha pergunta, mas eu quero antecipadamente dizer o seguinte: nós podemos celebrar que, enquanto na Primeira Turma do Supremo, se procura mascarar a narrativa, para intimidar a todos nós e para humilhar o ex-Presidente Jair Bolsonaro, aqui, graças à sua presença corajosa, nós estamos achando o clarão que vai iluminar a verdade e vai mostrar que este dia 2 de setembro é o final de uma narrativa que será desmoralizada, pela forma como se estabeleceram as culpas das pessoas do suposto golpe de Estado, que não aconteceu.

Mas eu aguardo a sua resposta e me dou por satisfeito, cumprimentando a todos os que estão construindo... nós estamos construindo o fundamento de uma CPI que vai fazer justiça ao Brasil.

Por favor. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Agradeço, Senador. Eu quero parabenizar o senhor aí pelas iniciativas, pela garra, pela força em prol do Brasil. Lembro que não se trata de um lado político, e sim, de um país, não é? E de uma Justiça justa, correta, digna, que hoje a gente já não vê mais isso acontecendo. Infelizmente o poder está tomado por pessoas que não têm boas intenções, e o trabalho do senhor aí é um trabalho essencial para o país.

Desde já, coloco aqui público, a todos os Senadores, Deputados e a todo o país, me coloco à disposição de toda e qualquer Comissão, de toda e qualquer CPI, eu faço questão de estar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

presente, salvo... Óbvio que se eu estiver vivo ou solto, porque morto ou preso, infelizmente, eu não vou ter como participar.

Mas aproveito também para dizer que o material será encaminhado a essa digna Comissão, será encaminhado a todos aqueles que querem, em prol do Brasil, promover a liberdade de expressão, tirar das garras de Alexandre de Moraes todo esse poder, que é absurdo.

Já em relação à sua pergunta do dia 8 de maio, acho que era, não é?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Oito de março, 8 de março.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Março, desculpa. Eu sou muito ruim com data. Já vou tomar uma bronca das mulheres aqui.

Eu sei que chegou ao grupo, se eu me recordo, um pedido. E pelo que eu entendi naquele momento – eu falei que a gente não tinha tempo para processar –, parecia se tratar de alguma coisa que ele fosse fazer para mostrar para...

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. *Por videoconferência*.) – Festiva.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – ... as mulheres, exatamente, que ele não era tão ruim quanto pensavam, que ele se preocupava com a mulher.

Mas eu fiquei sabendo que parece que aquilo não... Elas não foram soltas, salvo engano. Eu não tenho essa informação precisa, porque o que acontecia na AEED e o que acontecia naquele grupo ficava, só ficava limitado ao nosso trabalho para a gente. O que era depois e o que era antes, a gente não sabia. A gente vinha a saber através de uma matéria jornalística, através de um barulho que se fazia ali dentro, ou alguma pessoa de meu relacionamento que vinha me comentar.

Mas eu também não sabia que, de fato, aquelas senhoras, aquelas mulheres, que deveriam, sim, estar soltas, nem eram para estar presas, ficaram presas mesmo tendo suas certidões negativas.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Elas saíram dia 9, não foi dia 8.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos dar sequência aqui então, só para falar a ordem de inscrição. Agora o Senador Marcio Bittar. Aí, na sequência, Marcos Rogério, Marcos Pontes, General Mourão, Seif, Damares. Tem mais alguém ainda que chegou? O Senador Heinze. Aí depois passo para os Deputados.

Então, com a palavra o Senador Marcio Bittar.

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, cumprimento a todos, colegas Deputados Federais que nos visitam, que participam desta audiência, através da Deputada Bia Kicis. Mais uma vez, eu agradeço a presença dela, o vídeo que V. Exa., Flávio, também fez.

Fiquei sabendo, agora há pouco, que o Presidente Bolsonaro assistiu aos vídeos da nossa filiação ao PL. Eu fiquei satisfeito, porque foi uma forma de dar um abraço nele, mesmo à distância. Então, muito obrigado, mais uma vez, a todos que participaram.

Hoje é um dia grave e histórico. De um lado da praça, está o último capítulo sendo encenado hoje, que é o capítulo da farsa: claramente comprovado que criaram um crime, inventaram um crime, o tal do golpe de Estado. E, de lá para cá, a narrativa é para cumprir o objetivo, que é tirar Jair Messias Bolsonaro da urna no ano que vem. Tudo que foi feito, que está sendo feito, é prova disso.

Não houve tentativa de golpe de Estado. O que há é uma narrativa, que criou um crime primeiro e busca, no capítulo final de hoje, dar a pena, que deve ser... Se pessoas que escreveram "perdeu, mané" pegaram 15 anos, 17 anos de cadeia, então, imagino qual é a... Carta marcada completamente.

O Ministro Barroso, ainda ontem... Aqui, entre aspas: "Em breve, vamos colocar o extremismo à margem da história" – fecho aspas. E o Ministro Moraes, antes do voto, faz um discurso, dizendo da soberania nacional, que não pode ser negociada.

Isso aqui é só mais um exemplo de que o Presidente Bolsonaro já está condenado. Hoje se encerra esse último capítulo da farsa de um lado da praça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só que, do outro lado da praça, está – e, aí, eu quero aproveitar para fazer aqui o agradecimento ao Eduardo Tagliaferro –, aqui, no Congresso Nacional, mais especificamente na Comissão de Segurança Pública, um depoimento que põe por terra toda a narrativa construída desde o dia 8. E não só a do dia 8 de janeiro de 2023, mas que reforça a convicção de que as eleições de 2022 foram manipuladas, um termo até brando. Elas foram fraudadas, porque, claramente, houve um trabalho do TSE, com o Supremo Tribunal Federal coordenando, na figura de uma só pessoa, que trabalhou incansavelmente para dar a um lado, a um aspecto ideológico da eleição, condições favoráveis de vencer.

Além do que já foi citado aqui, poderia colocar mais: quantas vezes o Presidente Bolsonaro foi proibido de veicular imagens, assuntos... Foi proibido, por exemplo, de vincular a figura do Lula da Silva às ditaduras pelo mundo afora. Então, isso está claro.

Então, Sr. Presidente, as perguntas... Eu não quero agir para ganhar tempo, prejudicando os colegas. Então, as perguntas que eu tinha, elas já foram respondidas.

O Sr. Tagliaferro já disse da existência de uma força-tarefa entre STF e TSE; já disse que as mensagens reveladas... Foram mantidas pessoas presas não pelo que fizeram, mas pelo que eram ou são: bolsonaristas, patriotas, críticos...

O nosso querido Amin acabou de fazer a outra pergunta, e já está respondida, que o senhor sofreu pressão direta – e o grupo – para que pessoas que a própria PGR pediu para soltar fossem mantidas presas.

Portanto, quero fazer apenas duas perguntas: se, na sua avaliação, Eduardo Tagliaferro, as revelações do que já está conhecido como "vaza toga" já são suficientes para anular todos os processos derivados do 8 de janeiro, e, a segunda, é que V. Sa., o senhor disse aqui que iria esmiuçar aquela busca e apreensão em grupos de empresários... Inclusive, o Presidente, um dos donos da Havan, parece-me que foi um dos penalizados. Então, eu gostaria que o senhor aprofundasse isso.

E, ao terminar, Presidente, Senador Flávio Bolsonaro, eu quero apenas aqui fazer uma saudação, uma homenagem ao Eduardo Tagliaferro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é fácil, eu imagino isso, pela minha experiência... Eu digo sempre, quando estou cansado, quando estou achando que a bronca está grande demais, eu olho para o meu líder, que é o Presidente Bolsonaro. Eu não fui esfaqueado, eu não estou respondendo ao processo a que ele está respondendo, eu não tive sete cirurgias, eu não estou com a família devassada como ele está, perseguida, caçada. Então, isso me anima a continuar.

Da mesma forma, e o Flávio disse no começo, veja, não importa se, no passado, Sr. Eduardo Tagliaferro, o senhor participou de alguma coisa de que possa até hoje ter se arrependido. A história está cheia desse tipo de exemplo. Talvez um dos maiores, nos últimos séculos, nas últimas décadas, seja o do sul-africano Nelson Mandela. Ele também participou de grupo de esquerda radical. O partido africano lá de que ele fazia parte criou um grupo paramilitar, praticamente, que promoveu explosões – a finalidade era paralisar a economia. E, décadas depois, depois de passar 27 anos na cadeia, ele evita uma guerra civil na África do Sul pelo seu comportamento. Ele sai de 27 anos de cadeia pronto a dizer aos seus que o único caminho da pacificação era o da democracia. Então, talvez, mal comparando exemplos, Sr. Eduardo Tagliaferro, nós vivemos um momento histórico gravíssimo no Brasil, e o senhor contribui com muita coragem, sofrendo as sanções que já está sofrendo. Como já foi dito aqui, e eu quero apenas reforçar, hoje as pessoas que trazem provas, denúncias de atitudes gravíssimas de autoridades maiores do Brasil, do Supremo Tribunal Federal, ao invés de serem abraçadas e ouvidas, são perseguidas, como o senhor está sendo perseguido agora.

Então, eu quero aqui, em nome de todos nós, lhe agradecer, parabenizá-lo.

E todos nós aqui passaremos – não vai durar muitas décadas, nós todos seremos passado –, mas a história vai marcar as pessoas que fizeram o mal que estão fazendo hoje ao Brasil, como também a história reservará capítulos importantes àqueles que resistiram. E, com certeza absoluta, nesse livro da resistência, o Sr. Eduardo Tagliaferro terá um capítulo especial.

Muito obrigado, e eram estas duas perguntas: na sua avaliação, as revelações do que é conhecido como "vaza toga" já são suficientes para anular todo o processo derivado do dia 8 de janeiro? E o senhor mesmo mencionou sobre a busca e apreensão em grupos de empresários: o senhor poderia esclarecer mais sobre esse assunto?

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, muito obrigado por suas palavras.

Não sei se está transmitindo, porque eu estou vendo, aqui na imagem, o Senador Flávio.

Obrigado por suas palavras, Senador Bittar. É um dever meu como brasileiro denunciar tudo isso, é um dever meu como cidadão, como pai de família, como simples brasileiro denunciar – desculpa, é porque eu me emociono um pouco quando eu falo isso – todas essas atrocidades, barbaridades. É em prol da nossa sociedade, do nosso país, do bem do nosso país. E eu me sentiria muito mal se eu não fizesse isso.

Desde que eu descobri que algo estava gravemente acontecendo dentro do Tribunal Superior Eleitoral, eu já comecei a me enturmar mais, a me mostrar mais parceiro, até mesmo para que eu pudesse sobreviver e ter ali acesso a coisas que, se eu agisse de outra forma, eu não teria – e sobreviver também, entendeu?

Um dos pontos que eu nunca falei e eu faço questão de falar nesta Comissão é com relação aos empresários que o senhor acabou de citar. O Brasil acredita que aquela busca e apreensão feita, salvo engano, em 22 ou 23 de agosto de 2022, que tinha o Meyer, o Morongo, o Hang, entre outros personagens famosos empresários do Brasil, não se lastreou somente naquela publicação do Amado no *Metrópoles*, que ela se lastreou em uma investigação prévia que aconteceu antes daquilo.

Bom, agora, de fato, eu vou contar a verdade aqui e, se quiserem, eu posso abrir e mostrar. São dois fatos bem graves: é esse fato e o fato do Procurador, o atual Procurador-Geral da República, que inclusive está sendo reconduzido ao cargo, que tem que ser, neste momento, tratado aqui.

O que aconteceu naquele período? Apareceu a matéria do Amado, salvo engano, no dia 18 ou dia 19...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Em 17 de agosto foi a matéria; e a busca e apreensão foi dia 23.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Exatamente, era uma coisa mais ou menos... Eu tenho pouca lembrança da data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que aconteceu de grave naquilo? De fato, sim, ele se baseou somente naquela matéria do Amado no *Metrópoles*. Ele pediu naquele dia que fosse feita, através de seus juízes auxiliares, a matéria, a análise daquela publicação, retiradas dali aquelas conversas que estavam na matéria do Amado em WhatsApp, tentando identificar uma coisa ou outra – o que não era possível porque se tratava de conversas de grupo privado, e isso sim seria um ato criminoso da minha parte se eu fizesse –, e colocar no relatório para que ele pudesse encaminhar à Polícia Federal – ou seja, ele já tinha a decisão – somente para ela cumprir o que ele queria.

Bom, eis que aconteceu aquela apreensão. Ela era para acontecer numa segunda-feira, e, se eu não me engano, ela aconteceu numa terça. Ele estava desesperado para que aquilo acontecesse e não foi... Foi na terça. E surgiu naquela semana uma forte repercussão da mídia, em que todo mundo estava brigando e dizendo: "Olha, que absurdo! Foi feito somente com base na matéria jornalística do Amado, não sei o quê". Sim, de fato, foi feito somente na matéria jornalística do Amado. Quando chegou próximo de sexta-feira, foi pedido, para mim, através do Airton Vieira – eu tenho aqui não só a última conversa com ele, porque as anteriores foram apagadas, e, naquele momento em que eu vi que tinha algo errado, eu comecei a manter dali para frente –, foi um pedido através do Alexandre de Moraes para que se construísse – para que se construísse – um ambiente, aliás, uma história. O que acontece aqui? O Airton Vieira não tem qualquer familiaridade com o computador, ele não sabe usar o computador e ele precisou da minha ajuda para montar aqueles mapas mentais que foram abertos numa segunda, numa terça-feira, quando o Alexandre de Moraes tirou o sigilo do processo para dizer que existiu uma investigação preliminar.

Então, foram encaminhadas para mim as PETs, e circuladas, nessas PETs, quais os objetivos, quais os alvos que ele queria que colocasse nos mapas mentais. Foi pedido para que se confeccionasse um parecer, um relatório com data retroativa, e eu assinando pelo Supremo Tribunal Federal, para o qual eu não era nomeado – eu não era nomeado. Foi pedido para fazer toda essa história, encaminhada para o Airton, para que o Airton, dentro do processo físico – físico –, fizesse da forma como ele acha. Eu acredito que foi feito, colocado isso anteriormente. Então, não existiu... Se quiserem aqui, eu compartilho esse material, eu compartilho um cronograma para que vocês olhem a data em que esse material chegou em minhas mãos, a data em que essas PETs chegaram circuladas, a data em que o mapa mental que todo mundo da imprensa viu no dia que ele tirou foi confeccionado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor, por favor. Se o senhor puder mostrar para a gente aqui...

Enquanto, o senhor está preparando aí para mostrar para nós... Pelo que eu entendi, há uma matéria jornalística, o Ministro Alexandre de Moraes dá ordem para essa assessoria de combate à desinformação produzir algum relatório, ele determina a busca e apreensão somente com base na matéria de jornal, sem saber se aqueles diálogos eram verdadeiros ou não, se tinham autenticidade ou não. Depois, o outro desembargador, que é juiz auxiliar dele, pede ao Sr. Eduardo Tagliaferro para ajudá-lo a confeccionar um novo fundamento da decisão. É isso?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Exatamente, Senador.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, o senhor consegue provar que o fundamento para a busca e apreensão foi feito depois da busca e apreensão. Então, houve uma fraude no documento. É isso?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Exatamente. Isso me deixou um tanto quanto preocupado, e entendi por que todos os processos são físicos, e ele só tira o sigilo no momento em que ele acha interessante e nas peças que ele acha interessante.

Bom, aqui... Os senhores estão conseguindo ver?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, sim. Pode prosseguir.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Bom, aqui eu fiz um PDF super simples, até mesmo porque isso seria matéria da CNN, e ela se recusou a fazer, tá? Ela me enrolou por quase dois meses e se recusou a fazer.

Então, aqui mostra a data em que aconteceu a matéria do Amado, o *link* dessa data, e aqui o pedido de Alexandre de Moraes, de 19 de agosto, em que ele vai lá e fala o que precisa fazer. Aqui tem tudo, a matéria jornalística do dia em que ele fala, que foi no dia 23/8/2022, que está bem aqui, e em que aconteceu a busca e apreensão. Porém, se os senhores observarem, os relatórios datam... Todo o material que a mim foi passado para montar aquela farsa é dos dias 26,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

27 e 28 de agosto. Está aqui tudo preservado, tudo periciado, mostrando que não teve qualquer adulteração ou manipulação da minha parte. Então, isso aqui é só o ilustrativo, e eu vou mostrar o arquivo agora, tá? Está aqui: mapas mentais... Se os senhores olharem, esse mapa aqui foi o mapa – não sei se os senhores se recordam disso – que estava no processo, foi o mapa mental feito por mim – por mim – neste dia aqui, 29 de agosto de 2022.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tagliaferro, o que é mapa mental? Só para que a gente possa entender.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Mapa mental é um organograma ilustrativo para que as pessoas entendam os relacionamentos que... Sei lá, às vezes, pode ser usado para processo, pode ser usado para coisas de informática, em que a gente consiga, só de bater o olho, entender quem é o personagem e qual é o relacionamento dele com a história, entendeu?

Então, se o senhor olhar aqui, o senhor vai ver que esse mapa mental que relacionava, como foco principal, o Allan dos Santos...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Esse é o Allan?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Exatamente. Allan dos Santos. E ele relacionando aqui com o Küster, com o Salomão, com o Portella, com o Enzo Momenti, com o Bezerra, com o Rafael Moreno, com todos os personagens, até chegar aonde? Ao financiamento suposto por...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Luciano Hang.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – ... Luciano Hang, entendeu? Pro Tork, e tudo... Onde colocaram os 18 caminhões... Dez caminhões, desculpa, na frente do Supremo Tribunal Federal.

Esse documento foi apresentado por Alexandre de Moraes, quando ele tirou o sigilo, para justificar que existia uma investigação preliminar e que toda a busca e apreensão não foi lastreada somente no Amado... Para ele se justificar e não ficar tão ruim, foi confeccionado por mim, a pedido de Airton Vieira, uma vez que Airton Vieira... Não era para eu ter feito, tá? Airton Vieira não sabia mexer com computador. Então, isso chegou nas minhas mãos, por acaso. Se o senhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhar aqui, tem todas as PETs. Olhem a data. Essas PETs aqui Moraes nem sabia que o Airton Vieira tinha me passado. Airton Vieira pediu para mim: "Não fale nada, tá?" Está tudo aqui: os relacionamentos, os mapas bonitinhos, todos que foram feitos foram feitos por mim. Está aqui a data do mapa mental, bonitinha, mostrando aqui 29 de agosto, o horário; ou seja, nada foi confeccionado antes. Bem como esse relatório feito, que eu assinei pelo Supremo Tribunal Federal, para o qual eu não era, em momento algum, nomeado, para que fosse feito o quê? A porcaria da busca e apreensão um dia depois – um dia depois.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Que loucura do caramba!

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Olhem a data da confecção deste documento: 28 de agosto de 2022, e não 22 de agosto de 2022, como eles colocaram, tá? Então, aqui está a comprovação de um crime, uma fraude processual gravíssima.

Se aconteceu nesse caso, imaginem o que não acontece em todos os processos físicos – físicos – em posse de Alexandre de Moraes... Então, a gente tem que tomar muito cuidado com o gabinete dele e com os processos. Lembrando que, em tudo que eu fiz, tirei *hash*, justamente para não ter contestação. Isso já está lastreado por um laudo pericial, tudo bonitinho – tudo bonitinho. Está vendo? As datas, 28, tudo bonitinho.

Agora eu vou abrir outro relatório. Deixe-me ver se eu consigo compartilhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Enquanto o senhor está abrindo, só para confirmar também, essa preocupação dele de esquentar essa operação de busca e apreensão sem embasamento nenhum... Essa é a comprovação daquilo que chamam de pescaria probatória, né? Você primeiro pega os telefones, vê o que tem, depois você justifica, fraudando um laudo, como o senhor está mostrando, já que tem os metadados desse documento, que depois oficialmente ele apresentou como sendo um fundamento para autorizar a busca e apreensão. Ele foi produzido... Por esses metadados que o senhor tem no Word, ele foi produzido alguns dias após efetivamente ter sido feita a busca e apreensão. Para quê? Para justificar para os advogados que pediram acesso aos autos?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Eu acredito que sim, e para justificar para a imprensa, que estava batendo pesado nele, dizendo que ele tinha feito isso somente com...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com base numa matéria jornalística.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – ... base numa matéria jornalística do Amado, o que de fato foi.

Eu estou com um pouco de dificuldade de parar o compartilhamento aqui e poder trazer o novo. Deixe-me olhar aqui, espera aí.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, o senhor fique tranquilo aí. Pode procurar tranquilamente.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não, eu já achei, está aqui. Compartilhar. Se quiser trazer na tela, acredito que os senhores já estão vendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está na tela já.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Estão conseguindo ver quando eu deixo o azul aqui?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, sim.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Beleza.

Não é isto aqui, não. Isto aqui é a cronologia, tá? Isto é a cronologia que eu apresentei aos senhores agora.

E tudo isso está aqui, está aqui dentro. Olhem as datas: 26 de agosto, tudo – tudo... Olhem as datas. Tudo que a mim foi passado referente às buscas e apreensões, tá?

Se os senhores olharem... Inquérito... Deixe-me ver se é isto aqui, que eu também não me recordo muito... Deixe-me abrir aqui. Estão vendo aí?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não abriu ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Todo o material que a mim...

Não abriu?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Inquérito 4.828, volume 1.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência. Fora do microfone.*) – Deixe-me ver o que eu faço aqui, porque eu estou com um pouco de dificuldade nisso.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pode ficar tranquilo aí.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Só um minuto.

Eu vou interromper e vou colocar de novo, mas é uma situação gravíssima, e não tem como contestar.

Deixe-me olhar aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O fundamento da decisão foi no dia 26, e a busca e apreensão foi três dias antes, dia 23 de agosto de 2022. A busca foi no dia 23 de agosto.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Exatamente.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quer dizer... Senhores, o Presidente Jair Bolsonaro está sendo humilhado neste momento, massacrado neste momento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. BIA KICIS** (Bloco/PL - DF. *Fora do microfone.*) – Por um bandido.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Por um bandido...

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone.*) – Por um marginal, por uma quadrilha.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... que produziu fraude, fraude o tempo inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ou este Senado impitima esse marginal... Um marginal...

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Quadrilha, uma quadrilha.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ou impitima esse marginal... E nós temos todo o dever de buscar internacionalmente a proteção desse cidadão chamado Tagliaferro, que se dispôs... Esse cara se dispôs... Porque esse cara, como marginal, com as relações que ele tem, ele vai encontrar esse rapaz em qualquer lugar do mundo.

Agora, Senador Girão, Senador Flávio Bolsonaro, Presidente desta Comissão, nós vamos convocar essas pessoas que ele falou para virem aqui para ouvir. Mas ou nós instalamos uma CPI, ou saímos daqui para procurar o Davi Alcolumbre onde ele estiver e nos reunirmos com ele, com esses documentos, porque não tem sentido mais esta palhaçada de não colocar o *impeachment* desse cara.

Jordy, você está vendo aí por que teve uma busca na sua casa? Todas foram assim – todas foram assim.

Olha, eu... Só falta ver chover para cima. Eu não tenho outra palavra para falar.

Por isso, as grandes emissoras, a mídia não quis dar, Bia Kicis, não quis mostrar. Se tivesse mostrado isso aí, o Brasil não estaria vivendo o que está vivendo neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Medo. Eles têm medo do Alexandre de Moraes, a imprensa tem medo do Alexandre de Moraes.

Está no ponto aí, Sr. Eduardo?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Eu não estou conseguindo abrir, compartilhar, na verdade. Estou com certa dificuldade, mas eu faço questão. Eu mando, eu mando para o senhor...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós vamos esperar.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Os senhores podem ficar... Eu estou tentando aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se o senhor olhar aqui – olhe as datas, está vendo? –, esse aqui são os inquéritos que eu tentei mostrar. Aqui, 27 de agosto, 27 de agosto. Tudo. Aqui, essa imagem é de conversa de WhatsApp. O grupo de WhatsApp.... Ah, eu estou conseguindo aqui agora. O grupo de WhatsApp, olha isso aqui, o absurdo, a data, no grupo de WhatsApp, da conversa. Aqui, eu vou abrir para os senhores, tem todas as conversas do grupo. Esse grupo de WhatsApp foi dado pela Letícia. A Letícia é a tal da bruxa da UnB. Olha, toda a conversa do grupo desde o dia 24/04/2022. Assim, são milhares de páginas, tá? Toda a conversa do grupo. E posterior...

Então, não teve nenhuma investigação. Não se sabia se, de fato, esse grupo estava falando coisas de atos antidemocráticos. Foi simplesmente pela matéria do Amado que o Alexandre de Moraes resolveu fazer uma busca e apreensão e pagar para ver.

E todo esse material chegou posteriormente. Está periciado, está garantido, não tem o que questionar, tá? A isso ele não teve acesso justamente porque não está no meu telefone, isso está no meu *notebook*. Diversas vezes, quando eu morava em São Paulo, antes de eu vir para cá, eu cansei de acordar às 3h da manhã, pegar todos os meus computadores, pegar os meus celulares, colocar no veículo, ir a outras ruas do condomínio, dormir no carro, dormir no meu veículo para que, se a Polícia Federal ou qualquer outra polícia batesse na minha casa, não tivesse acesso a esse material, porque era um material importantíssimo – importantíssimo. Então, eu ficava no veículo, no meu carro, até umas 7h, 8h da manhã, após o momento em que já tinha luz do dia, ligava para minha esposa e perguntava: "Posso voltar? Apareceu alguém?". Fiz tudo isso justamente para preservar todo esse material, que é um material criminoso.

Vocês estão vendo aí? Eu estou correndo na tela. Vocês estão vendo correr na tela ou não estão?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está aparecendo para nós aqui a tela com os arquivos, a data de modificação, o tamanho, o tipo, mas não está abrindo o arquivo, né?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Bom, esperem aí que eu vou interromper...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – De qualquer forma, o senhor envie para a Comissão esses arquivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Agora abriu, agora abriu.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Vocês estão conseguindo ver? Bom, vamos lá. Tem a data aqui, vocês podem olhar. Esse é o grupo de WhatsApp, né? Está aqui a data dele. E ele vai embora, vai embora, vai embora... São mais de mil páginas de conversa, tá? Aqui, mais de mil páginas de conversa. Vamos colocar aqui...

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Presidente, esse material tem que ser encaminhado hoje para o Ministro Barroso e ele, de ofício, tem que interromper aquele julgamento. Aquele julgamento está contaminado, as provas estão contaminadas. Qualquer estudante de Direito sabe que tem que interromper aquele julgamento hoje. Chega, gente! Olhe só, as provas estão aí.

Eu sou militante de direitos humanos há mais de 35 anos. O que nós estamos vendo aqui é uma grande violação de direitos humanos. Pessoas foram acusadas, buscas e apreensões foram feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A comprovação da caça.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Pessoas foram presas com provas falsas, provas forjadas por um magistrado. Esse magistrado tinha que ser preso hoje. E o Ministro Barroso... Olhe, eu vou dizer uma coisa: eu tenho diferenças com o Barroso, mas ele é um jurista sério. Ele teria que interromper esse julgamento hoje. O Brasil precisa ver o que nós estamos vendo aqui. Barroso tem que ter acesso a esse material hoje e tem que tomar uma providência, e o Davi Alcolumbre também. Que raio de Senado nós somos se, depois de tudo isso aqui, a gente não fizer nada ainda hoje?

Está aqui a minha indignação.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Eduardo, por favor, envie imediatamente aqui para a Comissão esses documentos para que a gente tome as providências tanto no Supremo quanto aqui no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é só isso. Não é só isso, né?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Eu vou enviar um *link* para o senhor baixar, porque é grande, entendeu? Tem acho que duzentos e poucos megas, e talvez eu não consiga enviar direto.

Deixe-me colocar mais alguma coisa aqui para que os senhores vejam.

É absurdo... É absurdo o que foi feito, tá?

Deixe-me achar aqui se tem mais coisa. *Prints*, *prints*.

Então, se esse processo, por infortúnio, por infelicidade do Alexandre de Moraes, chegou às minhas mãos sem ele saber, por um ato de extrema confiança do Airton à minha pessoa, imagine os que não chegaram à minha mão de outros processos sigilosos, físicos, dentro do Supremo Tribunal Federal, no gabinete do Alexandre de Moraes. Imagine quanta manipulação não existe – não existe. É um fato gravíssimo.

Eu estou fechando aqui só, pessoal.

É um fato gravíssimo. Eu estou aqui... Estou tentando... É que, assim, é muita coisa e a minha internet não ajuda muito. Mas quer ver? Eu vou trazer mais uma coisa aqui para os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Enquanto o senhor está procurando aí, é só para deixar pública a indignação, porque tem Parlamentares falando fora do microfone. É o que a Senadora Damares falou, o Deputado Zucco está aqui dizendo também. Esse processo, esse julgamento, esse linchamento que está acontecendo hoje no Supremo... Hoje está comprovado o *modus operandi* ilegal, fora da lei, marginal que foi utilizado pelo Alexandre de Moraes para produzir, fabricar provas, requentar provas contra os seus alvos predeterminados.

O que é isso, Sr. Eduardo?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Senador, isso aqui é nada mais, nada menos que a minha conversa com o Airton. Lembra que eu comentei que um período atrás era deletado porque ele pediu e, quando eu descobri que tinha coisa errada, eu preservei? É que a resolução não está boa, mas isso eu vou mandar para os senhores. É nada mais... Esse arquivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nada mais, nada menos é do que o mapa mental e a conversa na data que aqui está, 28 de agosto – 28 de agosto –, da conversa do Airton, em que ele me pede e eu encaminho para ele o mapa mental, juntamente com todo esse material, entendeu? A maioria das conversas foi feita por telefone, mas o material está aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Tagliaferro...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Pode falar, Senador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Sr. Tagliaferro, a Comissão de Segurança Pública... O senhor tem falado com a Comissão de Segurança Pública, com alguns membros da Comissão de Segurança Pública, através do seu advogado.

Então, eu gostaria, assim, que, de forma muito imediata, mais rápido do que imediatamente, nós pudéssemos evitar a morte moral e, quem sabe, física de um cidadão e de centenas e dezenas de mães e pais neste país e evitar o caos que se avizinha à nação brasileira.

Eu gostaria que o senhor... O seu advogado, que tem feito contato com alguns membros aqui da Comissão que falam com o senhor... Estávamos esperando junto com você, pacientemente, que a emissora desse... Essa emissora, depois de checar todos esses fatos, com peritos, aí no exterior, que eles são verdadeiros, com perícia particular e perícia dessa grande empresa de comunicação, que está aqui no Brasil também, mas tem a sua base nos Estados Unidos... V. Sa. resolveu mostrar, hoje, depois de muita luta interior e muito convencimento, porque houve o medo de não ter o alcance, o que também nós imaginávamos, mas, graças a Deus, você mostrou, e que ele chegasse... Nós temos o Presidente da Comissão, nós temos os advogados aqui e os nossos, que temos falado com V. Sa., inclusive eu, que isso chegasse a nós, porque nós precisamos tomar uma providência urgente e, quem sabe, ainda no dia de hoje – no dia de hoje.

Se nós formos esperar, Presidente, ter uma outra reunião, e outra reunião, mais outra reunião...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nós vamos fazer agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós não podemos perder o *timing* – nós não podemos perder o *timing*. Nós podemos evitar a morte do cidadão que está sendo prejudicado agora.

**O SR. ZUCCO** (Bloco/PL - RS. Pela ordem.) – Presidente...

Presidente, uma questão de ordem – uma questão de ordem – até pela brevidade, e o Senador tem a propriedade.

Eu sugiro a V. Exa., de forma emergencial, que a gente chame não só uma coletiva de imprensa... Nós temos juristas capacitados para montar uma peça, entregar em mãos ao Ministro André Mendonça, que hoje é o Relator.

Nós podemos, hoje, mostrar para o Brasil os crimes que estão sendo cometidos. Isto é gravíssimo. Nós temos essa ferramenta.

O Ministro André Mendonça, com certeza, irá receber essa peça jurídica, porque essas comprovações, hoje, fazem com que esse julgamento pare.

Esse julgamento não pode continuar. Nós temos que mostrar para o Brasil e para o mundo as provas materializadas do *modus operandi* de um gabinete paralelo. A "vaza toga" é uma realidade, e temos como comprovar.

Por isso, Sr. Presidente, eu peço que seja marcada uma coletiva de imprensa e a entrega por esses Senadores e Deputados de oposição para o Ministro André Mendonça. Precisamos mostrar o que está sendo colocado aqui.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Zucco.

Eu vou, como sugerido aqui pela Senadora Damares e o Senador Magno Malta aqui também... Eu quero pedir aqui à Advocacia do Senado, que estiver nos ouvindo, para que venha imediatamente aqui, até a Comissão, para que possa ver, em tempo real, as denúncias que estão sendo feitas, que vão chegar para nós o mais rápido possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço ao Sr. Eduardo Tagliaferro que envie para cá o mais rápido possível, que seja por *link*, enfim, a forma...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Já subiu 62%.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode ser pelo *e-mail* aqui com que a Comissão contactou o senhor. O senhor pode, em resposta a esse *e-mail,* mandar esse *link*.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Nós podemos receber também. Eu posso receber no meu telefone...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu compartilho, eu compartilho aqui com...

Para ficar pela via oficial, a gente vai encaminhar aqui pelo... Eu encaminho para todos os integrantes aqui desta Comissão e quem mais está presente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para que a gente tome as providências.

Então, peço à Advocacia do Senado, que estiver nos ouvindo aí, já que está sendo transmitido ao vivo pela TV Senado, que venha até aqui, a esta Comissão, para que a gente possa imediatamente saber como vamos formalizar esse encaminhamento, seja para o Ministro André Mendonça, seja para o Presidente do Supremo, Ministro Barroso...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Para ambos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... ou para o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Para todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para que seja aditado aqui aos pedidos de *impeachment*, porque aqui há comprovação de uma fraude processual cometida pelo Ministro Alexandre de Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Quantos dos Srs. Senadores ou dos advogados estão nos gabinetes?

Eu gostaria de convocar todos os advogados nossos, o meu, do Senador Flávio, de todos os Srs. Senadores, para que, neste momento, se reunissem, ou na sala aqui da Comissão... O meu gabinete está à disposição lá, porque tem uma sala grande, tem uma...

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Magno, como está sendo mostrado na Comissão de Segurança, a Advocacia-Geral do Senado tem que descer para cá agora. Vai ter que ser uma ação da Comissão do Senado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Peço o auxílio, o auxílio da Advocacia do Senado.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF) – Eles têm que vir para cá agora, junto com os nossos assessores jurídicos.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Está explicado o porquê dos processos serem físicos e não processos digitais. Nós estamos num mundo digitalizado, no entanto, eles faziam tudo no papel, justamente para manipular.

É uma quadrilha que se apoderou da Justiça brasileira, para perseguir politicamente seus adversários. Isso é gravíssimo, e nós precisamos de providência. Inclusive, não podemos deixar de notificar e enviar esse material para a Procuradoria-Geral da República e convocar uma...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos... Jorge Seif, vamos fazer uma, vamos fazer uma...

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Uma coletiva de imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A gente define aqui como é que a gente vai dar um encaminhamento.

Mas o Sr. Tagliaferro tem mais alguma consideração a fazer, para eu passar a palavra para o próximo Senador?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Por favor.

Então, com a palavra o Sr. Eduardo Tagliaferro.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Sim, Senador, já foi encaminhado para o meu advogado, para o Eduardo Kuntz, ele está encaminhando aí.

E eu não encaminhei só isso.

Eu estou com uma dificuldade de abrir aqui, para mostrar no Zoom, as conversas entre Lucas, que era o Secretário-Executivo do Vice-Procurador Geral Eleitoral Paulo Gonet, na época, e conversas do Gonet em que Gonet pede coisas para o Ministro Alexandre de Moraes e pedem para que eu entregue e que eu encaminhe. Ou seja, a mesma situação que aconteceu na Lava Jato, e a Lava Jato toda caiu.

Então, eu já encaminhei para o Kuntz, para que ele encaminhasse ao senhor, e o senhor pudesse colocar em tela, se o senhor quiser, mas já está aí. O Kuntz já está encaminhando tudo para os senhores.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está.

A Secretaria da Mesa acabou de informar que já está vindo para cá um advogado-geral aqui do Senado, para que a gente possa tomar aqui os encaminhamentos rapidamente.

E vou passar a palavra então ao Senador Marcos Pontes, que é o próximo inscrito para falar.

Senador Marcos Pontes.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Bom, hora de colocar as coisas em pratos limpos, né?

Do jeito que a gente viu agora, com todas essas provas acontecendo, num dia que é um dia triste para o Brasil, um dia em que, realmente, o tal do atentado à democracia, o atentado ao Estado democrático de direito acontece, lá, pelo STF, por incrível que pareça, que deveria proteger a Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a gente vê toda essa narrativa construída em torno de um golpe imaginário, que hoje culmina nesse julgamento, e nós estamos aqui, ao mesmo tempo, levantando provas de que tudo aquilo que aconteceu lá foi falso, tudo aquilo que aconteceu foi fraude.

Então, sem dúvida nenhuma, isso que nós vamos fazer agora, de acionar a Assessoria Jurídica aqui do Senado, para que prepare esse material, para que seja entregue aos Ministros, primeiro o Barroso, porque é importante ele saber lá também, né? É importante trazer esse material também para a imprensa, para que a imprensa coloque – embora eles não tenham muita vontade, aparentemente, de mostrar a verdade aqui no Brasil.

E é bom lembrar o seguinte, que essa mesma assessoria jurídica que vai fazer essa análise desse material aqui, no Senado, também é responsável – essa parte é importante – por analisar o *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes. Ou seja, não existe uma razão para que eles venham para a gente e falem assim: "Olha, isso aí foi analisado, não tem embasamento jurídico". Tem mais do que razão de embasamento jurídico para que aquelas 41 assinaturas, a maioria aqui dos nossos Senadores, façam valer o início desse processo de *impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes aqui no Senado, que tem a responsabilidade, junto ao nosso país, junto às pessoas do nosso país, de colocar ordem no nosso Brasil, em termos de equalizar esses Poderes.

Então, esse é o momento extremamente importante para o futuro da nação, e não importa de que ideologia sejam as pessoas. Elas têm que perceber que o que está acontecendo agora é libertar o nosso país de uma ditadura, uma ditadura que começa cerceando a liberdade.

Eu vou fazer... A maior parte das minhas perguntas aqui também já foram respondidas, mas eu vou fazer algumas perguntas, só para, vamos dizer assim, ressaltar e enfatizar alguns pontos, ao nosso Eduardo Tagliaferro – e eu aproveito aqui para elogiar a atitude e a coragem de ser um brasileiro de verdade, que defende este país, defende a verdade aqui neste país, por estar conosco aqui nessa batalha, para defender o futuro dos brasileiros como um todo.

Então, lembrando, eu vou fazer...

Sr. Eduardo Tagliaferro, pode responder de forma sucinta, mas é só para colocar os pontos, certificar esses pontos aqui, ressaltá-los.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A primeira pergunta aqui: os atos de interferência do Ministro Alexandre de Moraes começaram somente após os fatos de 8 de janeiro de 2023 ou já vinham sendo articulados antes, durante e logo após as eleições de 2022?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, é um prazer falar com o senhor. Obrigado pela pergunta.

De fato, a gente está hoje diante de uma atrocidade jurídica, de um criminoso que está acabando com tudo.

Com relação à sua pergunta, não; aconteceram bem antes. Eu percebi que...

Se o senhor colocar a data da minha nomeação, vai ver que o fato dos empresários ocorreu uma ou duas semanas após eu estar dentro do Tribunal Superior Eleitoral. E, nessa primeira semana, eu já achei estranho o fato de ter somente assuntos, só material de direita, e nunca de esquerda. Nunca recebi – nunca recebi – material de esquerda.

Com o advento empresários, sim, eu tomei consciência e vi: "Opa, tem coisa errada". Então, deixa eu me proteger, proteger a minha família e transformar, sair do perfil de um perito para um perfil de um infiltrado, e tentar coletar o máximo de coisas possíveis.

Então, desde que eu entrei nesse (*Falha no áudio.*) ... eu acredito que, inclusive, antes disso, existe interferência de Alexandre de Moraes.

O 8 de janeiro foi só uma continuidade dos trabalhos dele.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

Na sua proteção, na sua condição de servidor do TSE, o senhor sente que foi compelido a praticar atos que extrapolavam a legalidade e a finalidade institucional da Justiça Eleitoral?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Com certeza, Senador, não tenho dúvidas disso.

A todo momento, não só eu como a minha equipe éramos obrigados, com palavras grosseiras, com ameaças, com tom de voz agressivo, tanto de um quanto de... tanto dele quanto de sua assessora. A gente era coagido a fazer o trabalho dentro dos moldes deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Na unidade do TSE em que o senhor atuava, destinada a combater desinformação eleitoral, essa unidade tinha competência constitucional ou legal para realizar investigações criminais após as eleições de 2022, quando o pleito já estava encerrado?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Senador, eu não sei lhe responder essa pergunta com precisão, visto que me recordo de que – eu não lembro se foi posterior ao primeiro turno – foi criada aquela resolução, redigida por Frederico Alvim, para dar o poder de polícia. Só não me recordo se a data que se encerrava era a data do período eleitoral, o que era correto, porque essa é a atribuição do Tribunal Superior Eleitoral, ou se eles estenderam isso, porque eu não tive acesso. Mas, até então, se eles não estenderam isso, as atribuições do Tribunal Superior Eleitoral se encerraram quando da diplomação dos eleitos.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O senhor confirma que a sua equipe elaborava certidões positivas ou negativas, sem valor legal, mas que, na prática, determinavam a manutenção da prisão ou a libertação de cidadãos?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Senador, em relação a ser legal ou ilegal, eu não posso também questionar, comentar isso, porque, de fato, chegou ao nosso conhecimento, no Tribunal Superior Eleitoral, uma decisão proferida em 9 de janeiro de 2023, do Alexandre de Moraes.

É a mesma decisão que afastou o Governador do Distrito Federal; se os senhores buscarem lá, vão ver que, nessa decisão, ele determinava que o meu gabinete atuasse em cima disso, tá? Foi esse o trabalho realizado dessas certidões.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Nessas certidões, quanto aos critérios utilizados para rotular uma pessoa como positiva, bastava criticar o STF ou o Presidente da República nas redes sociais ou alguma crítica desse sentido?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Senador, eram tão esdrúxulas que iam além disso, não se limitavam só a críticas com relação a um certo polo político, né? Na verdade, bastava um cidadão estar de verde e amarelo, fosse com a camisa do Brasil ou não, bastava um cidadão curtir um perfil de direita, bastava um cidadão ofender... Ofender não digo; questionar,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

usar o seu direito à liberdade de expressão e falar bem da direita e mal da esquerda, ou encaminhar...

O senhor sabe que, no período eleitoral, foi uma enxurrada de vídeos, uma enxurrada de postagens, que todo mundo encaminhou. Então, essas pessoas, infelizmente, acabaram encaminhando também esse material, muitas vezes até em desconhecimento, e isso também foi usado como parâmetro para que as certidões fossem positivas.

Vale ressaltar que, neste momento, desde que eu comecei a dar as declarações nesta Comissão, o processo de Alexandre de Moraes contra mim já movimentou duas vezes. Ou seja, o tribunal está assistindo e ele já está agindo para tentar não calar só a mim, como calar todos os senhores.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Houve acesso ao banco biométrico GestBio, do TSE, para identificar manifestantes, ainda que o sistema tivesse finalidade exclusiva eleitoral?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim, Senador, houve acesso, não da minha parte, mas dos meus servidores, e, com o auxílio do Iuri também, que era um servidor lá que cuidava disso, eles fizeram todos esses acessos. Fizeram, na verdade, a comparação biométrica, a facial, para saber se, de fato, A era A, se A não era B, tá?

Ressalto aqui que as certidões todas foram assinadas – que é um fato importante de dizer – por mim, em parceria com o servidor que elaborou a pesquisa, justamente porque todos, todos nós estávamos com medo daquilo que estava acontecendo. A gente entendia que não era atribuição do Tribunal Superior Eleitoral fazer aquilo, a gente estava sendo pressionado, com oito servidores, em prazos recordes, impossível de se fazer um trabalho digno, justo. Então, quando, eles todos com medo, inclusive eu com medo... Eu com medo...

É que meu advogado mandou um negócio para mim. Desculpa aqui.

Eu, com medo, junto com os meus servidores, eu falei: "Gente, a gente não está nesse barco sozinho. Então, vocês vão assinar, e eu faço questão de assinar uma por uma com vocês. Se vocês forem penalizados, eu vou ser penalizado com vocês. Não é justo todos nós termos que ficar à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mercê dessa pessoa e fazer o que ela quer, sem ter um respaldo jurídico, sem ter uma chance de mostrar para o mundo a verdade".

Então, eu assinei todas as certidões junto com o pessoal. Eu não confeccionei, mas assinei.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Foram utilizados agentes externos, como jornalistas, universidades ou agências de checagem, para obter informações sigilosas? Quem autorizou essa participação?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Ah, não me recordo de ter acontecido isso.

Com relação a essas agências, não foi algo fraudulento, justamente porque eles eram parceiros. Eles tinham acho que um contrato, dentro do Tribunal Superior Eleitoral, para fazer isso.

Em momento algum, apesar de falar daqueles acessos que tiveram na Polícia Civil de São Paulo, que eu pedi para o Alexandre Bizarro, desculpem-me, Leandro Bizarro Bjorklund verificar – foi um pedido pessoal – aquelas pessoas que iriam trabalhar na casa do Ministro, que foi a única coisa que foi feita, nunca sequer, no sistema da Polícia Civil do Estado de São Paulo, no sistema do Estado de São Paulo, foi realizada qualquer tipo de pesquisa, com cunho político, ou dos perseguidos ou dos presos políticos, dos presos do 8 de janeiro – nunca. Foi sempre feito dentro do próprio tribunal.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Obrigado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Para interpelar.) – Astronauta, só um minutinho...

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Pois não.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tagliaferro, pergunta de uma família, já que a sua última frase foi sobre as pessoas investigadas e está dentro do que ele perguntou.

No caso do Clezão, especificamente. Clezão. Qual foi a reação deles, a reação do pessoal, do seu próprio pessoal, lá dentro do TSE, quando eles tiveram a notícia de que Clezão morreu e que a oposição depositou... E é verdade. Ele morreu nas mãos do Estado, nas mãos do Alexandre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Moraes. Qual foi a reação, por conta das negações que foram feitas de soltura dele, mesmo pedida pelo PGR? Você tem alguma coisa para nos falar da reação deles lá, na hora em que tiveram a notícia do falecimento do Clezão?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Ah, com relação ao Clezão, assim... As pessoas...

Volto a ressaltar que, tanto políticos quanto os *influencers*, eu não tinha conhecimento, eu não conhecia ninguém. Eu conhecia poucos nomes da política, eu não era uma pessoa que tinha o hábito de seguir política, tá? Agora, com relação ao Clezão, eu acabei de ver, eu fui inclusive consultar aqui, no meu telefone: Clezão morreu no dia 20 de novembro de 2023, e eu já não estava mais dentro do Tribunal Superior Eleitoral. Minha saída se deu no dia 09/05/2023.

Então, eu não tive qualquer contato com isso e eu não sei como eles se sentiram ou o que que aconteceu, porque eu não tinha mais contato com eles.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Tá.

Eduardo, só para encerrar essa série de perguntas aqui, eu gostaria de focar um pouco no Sr. José Fernando Moraes Chuy, atualmente Corregedor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, e isso pode levar a desdobramentos que são sérios para a nossa democracia também.

O senhor confirma que o Delegado José Fernando Moraes Chuy, atual Corregedor da Abin, esteve envolvido diretamente nos trabalhos ou relatórios que serviam de base para investigações contra opositores políticos do atual Governo?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim, ele fazia pedidos, ele colocou a gente em contato com a Polícia Federal, aproximou... Inclusive, eu tinha um grupo dentro do meu telefone... Eu nunca... Deus me perdoe o que vou falar, mas eu nunca fui de esquerda e prefiro ser chamado de qualquer outra coisa menos esquerdista. Não me identifico com nada, mas esquerdista, pelo amor de Deus.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Eu fui colocado dentro de um grupo chamado Inteligência da Presidência, ou uma coisa assim, que era composto por agentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Polícia Federal que faziam a segurança do Presidente Lula, e eles me pediam constantemente para eu poder monitorar... "Olha, o Lula vai em tal lugar. Veja como é que está a situação dentro da rede social, desse lugar, para a gente fazer a segurança".

Então, essa aproximação toda entre a Aeed, entre TSE e Polícia Federal, se deu por conta dele.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O senhor tem alguma prova, alguma coisa que podemos utilizar aqui com relação a essas afirmações?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Senador, eu tenho todo o meu telefone, todo o material guardado e preservado e à disposição não só do Senado, mas da Câmara e de qualquer Justiça verdadeira que queira seguir em frente com isso.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Excelente!

O senhor tem conhecimento se o Delegado Chuy foi responsável por determinar, orientar ou conduzir diligências voltadas especificamente contra Parlamentares, jornalistas ou cidadãos com posicionamentos críticos ao Governo ou ao Ministro Alexandre de Moraes?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não, porque ele era assessor nível CJ-2, que a gente fala, da Secretaria da Presidência. Ele estava subordinado à Ludmila Boldo Maluf, que, por vezes, era subordinada ao José Levi. Então, eu não sei responder a essa pergunta.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Eu sei que isso está um pouco fora, aparentemente, do seu alcance, mas é importante checarmos isso.

O senhor pode informar se houve uso da Corregedoria da Abin, sob chefia de Chuy, para produzir dossiês, relatórios ou levantamentos com finalidade de desmoralizar servidores ou ex-dirigentes da própria agência?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Eu vi, com relação a jornal, porque, conforme todos sabem, a minha saída se deu em maio de 2023, e o Chuy assumiu a Abin muito depois. Depois de alguns meses, ele assumiu a Aeed, que virou Ciedde. Depois que acabou o mandato do Alexandre de Moraes no TSE, ele foi encaminhado para a Abin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – O senhor tem conhecimento de que o Delegado Chuy foi indiciado pela Polícia Federal por obstrução de investigação, prevaricação ou coação no curso de processo?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Não tenho, Senador. Não tenho.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – De forma geral, dado o passado desse delegado, na sua visão, esses indícios comprometem a isenção necessária para o exercício do cargo de Corregedor-Geral da Abin?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Não tenho dúvidas disso. Primeiro, porque foi colocado lá por influência de Alexandre de Moraes, como outras pessoas também viraram adido, foram para o Cade... A Samara Castro está na Presidência da República, o Dário Durigan, que era do WhatsApp e interagia com a gente, hoje é o número 2 do Haddad... Então, essas pessoas, aos meus olhos, não têm a menor condição de estar dentro desses cargos, uma vez que elas estão dentro de um esquema envolvendo o Alexandre de Moraes e todas as pessoas que, acredito, estão em torno dele.

**O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Sr. Eduardo Tagliaferro, gostaria de parabenizá-lo novamente pela sua atitude e agradecer-lhe por prestar um serviço enorme para o Brasil agora, para a verdadeira democracia e para o futuro deste país.

Eu tenho certeza de que as providências que nós vamos começar a tomar agora, neste Senado, terão efeito, e, se não tiverem efeito, o resultado disso para o país vai ser terrível.

Então, muito obrigado.

Sr. Presidente, obrigado pelo tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Marcos Pontes.

Antes de passar a palavra ao próximo Senador inscrito, o Senador Jorge Seif, só uma dúvida aqui: nesses pedidos informais aí, fora do processo, Sr. Eduardo Tagliaferro... Havia pedidos também para incluir Parlamentares nessas investigações?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olha, assim, eu não sei te precisar ou falar muito bem sobre isso, porque já tem um tempo. Eu sei que a família Bolsonaro era foco de observação dele, Allan dos Santos, Constantino, Figueiredo, Zambelli, Daniel Silveira, Silvério, Silveira – eu não me recordo do nome –, Bia Kicis, Damares... Quem mais? Magno Malta nunca chegou para mim, é incrível isso. Outras pessoas de que talvez eu não me recorde... Zé Trovão...

Olha, eu vou dizer uma coisa que eu já falei para o Allan dos Santos: a minha vida se tornou um pesadelo, um pesadelo. Eu não conhecia ninguém, e, assim, eram 24 horas chegando na minha cabeça: "Allan, Allan, Allan, Allan..." Foi terrível, foi terrível.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É impressionante, porque, mais uma vez...

Eu estou vendo... A gente viu uns trechos aqui de Parlamentares do linchamento, da farsa que está acontecendo neste momento lá no Supremo, e a todo momento o Ministro Alexandre de Moraes começa dizendo: "Respeitado o devido processo legal...". E tudo que a gente está vendo aqui é o contrário. O próprio Ministro, o juiz da causa, manda para esse mecanismo aqui dele no TSE quem são os alvos que ele quer investigar. Não passam pelo Ministério Público, não passam pela Polícia Federal...

Que devido processo legal é esse? Que ignora Ministério Público, que ignora Polícia Federal, que só pega Parlamentares de direita, como o senhor falou aí agora – só Parlamentares de direita. Será que nenhum Parlamentar de esquerda, Senador Jorge Seif, era suspeito de publicar alguma *fake news*? Quer dizer, ele próprio... A obsessão dele era tamanha, que ele próprio tomava conta, ele próprio mandava o pedido de produção de relatórios, para ele próprio decidir.

E, pelo que eu vi aqui, numa mensagem que já foi enviada...

Já chegou aqui alguma coisa, Sr. Eduardo Tagliaferro... Eu vi aqui agora alguns *prints* de comunicações com...

O senhor começou a falar, Sr. Eduardo, do Lucas – né? –, que é o assessor do Procurador-Geral da República, o Sr. Paulo Gonet. O senhor poderia só explicar...

O senhor não conseguiu colocar para a gente aqui na tela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chegou aqui para a gente, já nesse documento que o senhor enviou para a Comissão, um diálogo do Lucas com o Sr. Eduardo Tagliaferro, e em algum momento se confunde – está aqui salvo o contato também –, como o senhor falando direto com o Paulo Gonet. É isso?

O que é que o senhor falava direto com o Paulo Gonet? O que é que o senhor falava direto com o Lucas, que era assessor dele? Quais eram as demandas, porque eu não consegui ler rapidamente aqui e entender?

O senhor poderia explicar para gente qual era o seu diálogo com o Sr. Paulo Gonet ou com o Sr. Lucas? O que é que eles pediam?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Aqui está bem claro, Senador. Está assim: "Boa tarde, Eduardo. Tudo bem? Aqui quem fala é Lucas, Secretário-Executivo da Procuradoria-Geral Eleitoral. O Dr. Paulo Gonet, Vice-PGE, me pediu para entrar em contato com você sobre um assunto que o Dr. Paulo tratou com o Ministro Alexandre hoje cedo".

Está aqui, ó.

Eu não consegui enviar, mas a conversa está aqui dentro do meu telefone, entendeu?

E o que é que foi pedido? Eles pediram para a gente para enviar, porque, assim, foi um número gigantesco de pessoas que o TSE e o STF colocaram para frente.

Na verdade, o processo foi ao contrário. O processo se estarta. A gente sabe, aqui, quem é da área do Direito, que ele se estarta de uma investigação, de uma denúncia, e não de um magistrado já dando a sentença e montando todo o processo inverso, entendeu? Então, ele pediu, em certo momento, para que a gente levantasse todos os processos em andamento, tudo que tinha lá, e até mesmo orientar quem seriam as pessoas que iriam... Um pacotinho de 100, 200 seriam denunciadas, para serem encaminhados para os TRFs.

E o que eu falei com o Dr. Paulo Gonet... Porque eu não respondi para o Lucas propositalmente. Eu não enviei. Eu enviei...

Esses documentos, eles estão aqui, ó. Eu enviei...

Aqui, ó. Eles estão aqui, ó.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu enviei pro Gonet. Aqui, ó... Pro Gonet, Paulo Gonet. Eu enviei pessoalmente pra ele os pedidos que o Moraes combinou com ele, e foi através do Lucas. Eu enviei diretamente ao WhatsApp do Paulo Gonet.

Está aqui, ó.

Esse aqui, acho que os senhores conhecem, né? Esse aqui é Paulo Gonet.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mais uma vez, é importante que o senhor encaminhe para nós aqui na Comissão esses *prints*, essas conversas também, para...

Acho que está no material que o senhor está encaminhando para cá tudo isso, para a gente fazer uma análise rápida, mas...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – O material... Já foram todos...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... é estarrecedor.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Já foram todos, já foram todos encaminhados.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Sr. Eduardo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – O material, o material todo, Sr. Presidente, está sendo impresso agora, e eu mandei imprimir algumas cópias para entregar para a imprensa – vamos ver se elas se encorajam agora – e para que os Srs. Parlamentares que estão aqui possam ter todo o material do Tagliaferro impresso, na sequência, como ele colocou, não é?

Ele acabou falando alguns nomes aqui que eram especiais e deveriam ser vigiados. Eu só me assustei porque ele falou que ficou assustado porque não viu o meu nome lá no meio, né? De qualquer maneira, é uma grande informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é uma grande informação também, Jordy, para você e sua família, para o Gayer, para todos vocês que tiveram as suas casas invadidas, com busca e apreensão – não é, Flávio? É uma grande informação dada por ele a de que toda essa coisa foi arrumada, foi armada, foi pedida, foi montada, para que esses alvos fossem alcançados. Então, nós estamos diante...

Neste momento, dia 2, eu protocolo, Srs. Deputados, um projeto de lei, para que o dia 2 de setembro de 2025 se torne o dia da vergonha. No Brasil, neste momento, a gente tem toda a verdade revelada, enquanto Bolsonaro está sendo linchado no Supremo Tribunal Federal por uma mentira, por uma armação, por um desejo de sangue, por um desejo de poder por poder desse marginal, desse bandido chamado Alexandre de Moraes.

Hoje mesmo, depois de imprimir, de impresso aqui o documento, o Presidente da Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Esse encaminhamento é que eu queria dar, Senador Magno.

O Senador Seif aqui está, é o próximo inscrito. Vamos passar a palavra para ele, e, na sequência, a Advocacia do Senado já está aqui, na sala, nos aguardando, para que a gente possa dar um encaminhamento.

Eu, após a fala do Senador Seif, vou sugerir que a gente possa suspender a sessão rapidamente. Vamos aqui à sala atrás.

A gente conversa com a assessoria, mostra qual é a denúncia que nós queremos fazer, definimos o encaminhamento e voltamos para cá, para tornar de conhecimento público qual será a nossa iniciativa.

Senador Jorge Seif.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu não estou conseguindo ouvir minha voz. Consegue aumentar aqui o som do meu... Estão ouvindo bem aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ah, então está bom.

Pessoal, vamos lá. Para quem está chegando agora, para quem está nos ouvindo de todo o Brasil de todos os veículos de imprensa que estão transmitindo esta reunião, eu vou explicar para vocês em rápidas palavras o mais didaticamente possível.

O Dr. Eduardo Tagliaferro era assessor direto do Ministro Alexandre de Moraes, e, em quase três horas aqui de depoimento, ele trouxe mais uma leva de ilegalidades, de ordens ilegais: não tinha processo legal, tinha pesca probatória, tinha falsificação de documento, tinha alvo, tinham ordens ilegais...

E, na verdade, o Supremo Tribunal... Esse gabinete de Alexandre de Moraes era uma quadrilha formada pelo cabeça da quadrilha, Alexandre de Moraes, um criminoso que perseguia o Presidente Bolsonaro, persegue todos nós aqui, porque eu não estou vendo, inclusive, nenhum Deputado de esquerda, nenhum Senador de esquerda, para fazer um questionamento para o Tagliaferro. Só que eles quebraram a cara que o Tagliaferro teve o cuidado... Quando começou a receber ordens ilegais, ele começou a se municiar e, em caso de explosão... Que é o que está acontecendo hoje! E não existe coincidência, existe "jesuscidência". No dia da vergonha, um tribunal político que deveria ser constitucional, um tribunal político que está condenando um homem inocente, que estava nos Estados Unidos da América no dia daquela baderna aqui, que não foi golpe de Estado, coisa alguma... No mesmo dia, coincidiu...

Eu tenho falado, Eduardo Tagliaferro é minha testemunha, Allan dos Santos é minha testemunha, Paulo Figueiredo é minha testemunha, Eduardo Bolsonaro é minha testemunha, e o Tagliaferro, que está aqui, é minha testemunha.

Quantas vezes, Flávio, eu tentei fazer uma audiência na CDH ou aqui na Comissão de Segurança Pública e aprouve a Deus que fosse no mesmo dia da condenação... Nós sabemos que Bolsonaro já está condenado. Alguém tem dúvida no Brasil? Bolsonaro já está condenado por uma corte de Ministros indicados pelo ladrão descondenado Luiz Inácio Lula da Silva.

Tagliaferro, deixe-me falar algo para o senhor. Eu quero agradecer-lhe como brasileiro e como Senador da República, porque a sua vida está em risco, a sua família está em risco, a sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

carreira foi jogada no lixo. O senhor hoje tem que escapar de um juiz brasileiro, o senhor hoje teve que se refugiar, autoexílio na Itália, porque o senhor sabe que o senhor... Inclusive, quando nós conversamos, o senhor falou: "Olha, eu estou preocupado inclusive com a minha vida aqui na Itália, porque esse cara é poderoso e tem tentáculos em todo o mundo". Eu não duvido. Palavras do senhor para mim.

Então, eu tenho algumas perguntas e acho que a audiência inclusive já podia terminar, mas tem mais. Tem vários Parlamentares aqui que vão fazer perguntas muito pertinentes. Eu fiz algumas rápidas perguntas, mas eu tenho uma dúvida.

Primeiro, eu quero lhe agradecer pela sua coragem e pelo seu patriotismo. Teve um diálogo do senhor que veio à tona... Por isso que a imprensa tem medo dele, e eu vou comprovar agora. Teve um diálogo entre o Juiz Instrutor Airton Vieira, que era do gabinete do STF de Moraes, que lhe mandou um *link* de uma reportagem da *Oeste*. O texto não trazia irregularidade alguma; críticas. Todos nós somos servidores públicos e podemos criticar decisões; podemos criticar condutas, posturas; podemos criticar a roupa, o cabelo, o careca, o cabeludo – não tem problema, isso faz parte. Servidor público passa por críticas e elogios, é normal, mas ele não. Então, o texto não trazia irregularidades claras.

Eu quero que o senhor me contextualize essa conversa com Airton Vieira e quem era Airton Vieira para o Brasil que está nos assistindo. Ele escreveu assim: "Use a sua criatividade". Ou seja, no meu entendimento – e eu quero que o senhor me confirme –, é o seguinte: "Olha, invente, crie narrativas, crie provas de forma a mandar a *Revista Oeste*...", para enquadrar a *Revista Oeste* como uma revista que promovia desinformação para criar justificativa de censura.

Eu passo a palavra para o senhor, agradecendo-lhe mais uma vez a sua coragem.

**O SR. ZUCCO** (Bloco/PL - RS. Pela ordem.) – Senador, só para pedir um aparte novamente.

Nós temos reunião de Líderes lá na Câmara, agora, Presidente Flávio. Eu gostaria de pedir a V. Exa. se a gente consegue fazer um compilado. Eu sei que é uma missão audaciosa e gostaria de, inclusive, levar isso para o Presidente Hugo Motta, para que ele fique ciente de que nós estamos diante desse crime com materialidade e precisamos, de forma urgente, mostrar para o Brasil esses crimes. Nós temos juristas qualificados. A reunião começa só a partir das 15h. Peço a V. Exa. – e se algum Senador puder acompanhar –, porque nós precisamos dar voz para o que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está sendo dito aqui. As materialidades não são discursos políticos. Nós precisamos mostrar para o Brasil que o Presidente Bolsonaro, além de injustiçado, perseguido, agora tem, sim, a clareza dos fatos que estão sendo comprovados na data de hoje. Então, eu peço a V. Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Zucco, como eu tinha dado o encaminhamento, a gente está só esperando o Seif fazer as interpelações dele, e a gente vai suspender a sessão para a gente conversar aqui sobre qual vai ser o encaminhamento, porque... Só para quem está chegando agora e está nos assistindo, há denúncia grave de fraude processual por parte de Alexandre de Moraes. Essa é apenas uma. Em um processo físico, pode haver dezenas, ou todas elas podem ter sido com o mesmo *modus operandi*, o que é muito grave para a democracia e para o próprio Supremo.

Então, vamos ter aqui a tranquilidade de conversar com os técnicos também, para a gente dar um encaminhamento em conjunto...

**A SRA. BIA KICIS** (Bloco/PL - DF) – Pela ordem...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... com todos dando aqui também a sua opinião.

Deputada Bia.

**A SRA. BIA KICIS** (Bloco/PL - DF. Para expor.) – Presidente, muito brevemente, só para dizer que todos fiquem tranquilos que essa não é a primeira fraude que é comprovada. No caso da suspensão do processo do Presidente Bolsonaro e do Ramagem, que, como Deputado, nós tivemos que apreciar na CCJ, eu relatei, com as provas, que o Ministro Alexandre adulterou a sua decisão e que a ata do julgamento foi adulterada para informar à Câmara sobre o pedido de suspensão, com base numa petição do Líder Lindbergh, do PT. Para delimitar o que nós poderíamos ou não fazer, o Ministro adulterou. Eu provei isso, levei para a CCJ e ainda fui representada pelo Grupo Prerrogativas, que mandou para o Ministro Alexandre e para a PGR.

Então, não é a primeira vez que é comprovada uma adulteração, fraude processual do Ministro. Como essas, deve haver muitas outras.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Seif, para a gente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu passo a palavra para o Dr. Eduardo Tagliaferro, para que ele nos explique o contexto desta frase: "Use sua criatividade", para perseguir e enquadrar a *Revista Oeste* como uma revista que promovia desinformação.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, recordo muito bem desse fato, inclusive, já não só divulgado agora, mas no ano passado também na imprensa.

Eu entendo que aquela conversa do Airton Vieira ele fez até mesmo com um tom de gozação, foi um tom de... Eu entendo dessa forma, espero que não seja, de fato... Aliás, que seja, de fato, isso que eu estou interpretando. É uma brincadeira, porque, como eu já falei, ele era uma pessoa que brincava muito, muito gozador, mas, de forma alguma, como os senhores puderam ver... Meu trabalho sempre foi pautado na honestidade, na justiça, nas coisas certas. Eu tenho aqui a minha consciência tranquila que dentro do material... Eu tenho todo o material comigo; tudo que foi feito das minhas mãos não foi injusto, não foi para penalizar ninguém, foi tudo certinho. Tudo que as pessoas falavam foi reproduzido, entendeu? Tudo certinho.

Eu penso que aquela fala foi uma fala desgraçada, naquele momento, do Airton Vieira, mas não foi usada a criatividade em momento algum. Eu sempre olhei todo o material com um olhar muito sério e muito imparcial.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para interpelar.) – Dr. Eduardo Tagliaferro, quem autorizava sua equipe a acessar os dados dos cidadãos influenciadores sem ordem judicial em específico? O senhor pode afirmar que era o Ministro Alexandre de Moraes e seu entorno?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Na verdade, Senador, não foram acessados os dados dessas pessoas, desses influenciadores... Todo o material foi acessado via internet, via banco de dados abertos, né? A única coisa que foi acessada, inclusive, não foi deles, foi no banco do TSE, no GestBio, com referência às certidões do 8 de janeiro. Todos os demais atos praticados pela Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação foram feitos com base em banco de dados abertos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Eduardo Tagliaferro, as plataformas de redes sociais colaboravam espontaneamente ou havia pressão do TSE e STF para que cumprissem ordens de remoção em poucas horas?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Não, elas não tinham o desejo de colaborar muito rápido, principalmente Telegram, que era uma plataforma bem resistente aos trabalhos. Porém, a gente tinha um ou outro para o qual a gente acabava encaminhando, mandava via oficial e mandava... Por exemplo, o Durigan, o Ruf, que é da Meta... Algumas pessoas a gente encaminhava direto para eles, justamente até para que se evitasse que essas plataformas injustamente tomassem multas de 50 mil por hora, 100 mil por hora, entendeu? Mas elas não gostavam de fato de colaborar com isso não.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Dr. Eduardo Tagliaferro, havia relatórios internos que nunca foram tornados públicos listando Parlamentares, jornalistas, influenciadores e pessoas perseguidas ou monitoradas pelo gabinete de ódio – esse, sim! –, gabinete de ódio de Alexandre de Moraes?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Eu não faço ideia, Senador, justamente porque todo o material produzido na assessoria e encaminhado, tanto para a Presidência do TSE quanto para o gabinete do STF, não ficava mais no nosso controle. Então, a gente já não sabia o que acontecia dali para frente. Mas pressuponho que... Houve relatórios que nunca foram apresentados, nunca foram divulgados. Por que eu cheguei a essa presunção? Porque eu ainda recebo questionamentos referentes ao material. Muita gente me fala: "Ah, porque foi criminoso. Ah, porque é isso". E, se fosse de fato divulgado, todos perceberiam que ali não tem nada demais. Ali não tem nada. Eu volto a reforçar que era somente a fala do Parlamentar, a fala do influenciador, a URL e uma assinatura – nada além disso. Era a reprodução *ipsis litteris* do que estava dentro das redes sociais.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ou seja, crime de opinião. Nós éramos perseguidos por Alexandre de Moraes por crime de opinião, por crime de crítica. Isso, para mim, está claríssimo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber se esses relatórios da assessoria do senhor e dos demais que auxiliavam Alexandre de Moraes eram arquivados no TSE ou se o senhor sabe se era exclusivo para uso do gabinete de Alexandre de Moraes, seu uso próprio.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Senador, só me repita a pergunta, porque eu vou dizer para o senhor o que aconteceu agora, tá? Alexandre de Moraes acabou de derrubar o meu canal no YouTube, que estava retransmitindo toda esta audiência aqui no Senado, tá? Ele acabou de derrubar neste momento. O pessoal que está trabalhando lá para retransmitir, levar essa informação para o povo... Moraes acabou, seu gabinete acabou de derrubar o canal no YouTube.

O senhor poderia só, por favor, repetir?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele vai derrubar o de todo mundo, então. Vou até o olhar o meu aqui.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Como diria o Galvão Bueno: "Tino, sentiu, sentiu". Isso aí é a prova, ele quer calar o senhor. E o senhor está fazendo um trabalho espetacular. O Brasil recomeça hoje através do seu testemunho e das provas que o senhor está demonstrando aqui.

Eu perguntei para o senhor se esses relatórios que eram produzidos eram arquivados ou enviados... Eram tornados públicos para outros ministros, outras autoridades, ou eram de uso exclusivo do gabinete de Moraes?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Era de uso exclusivo do gabinete de Alexandre de Moraes, a quem qualifico como um jogador de xadrez e não um Ministro.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Maravilha.

O senhor recebeu orientações para não registrar oficialmente algumas ordens ou pedidos de levantamentos de dados?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Para não levantar? O senhor poderia repetir porque cortou aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vou repetir: o senhor recebeu orientações para não registrar oficialmente ordens e pedidos de levantamentos de dados?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não, não, nunca recebi isso. Se essa era a intenção dele, todo o material que eu produzia na Aeed era encaminhado oficialmente para os gabinetes.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

Qual era o critério usado para definir o que era desinformação, Tagliaferro?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Na verdade, não existia nenhum critério, não existia nenhum monitoramento, existia encaminhar... Encaminhavam, né? Ele encaminhava para os seus juízes auxiliares, que por vezes encaminhavam para mim, o que ele queria relatar, o que ele queria derrubar ou o que ele queria punir. Não existia critério, existia a vontade dele.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ou seja, era um critério muito mais pessoal do que processual. Dependendo de quem estava falando o quê, era incluído, né? É isso o que eu estou entendendo. O senhor pode me confirmar?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Exatamente. Exatamente, era tudo de cunho pessoal.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Obrigado.

O senhor presenciou discussões de Alexandre de Moraes ou das equipes subordinadas a ele sobre o risco de essas práticas serem vistas como censura, perseguição ou como delituosas? Ou seja, alguém que participava desses gabinetes paralelos, desse verdadeiro gabinete de ódio, tinha medo de isso explodir um dia e de serem responsabilizados e serem acusados de censores ou perseguidores?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sim, existem áudios, existem conversas no meu telefone que mostram uma certa preocupação do Airton Vieira com base no que a Cristina pedia, até conversa minha que eu publiquei no meu Instagram, em que se mudasse a regra da forma como vai agir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – ... STF e TSE.

Mas, assim, existem áudios que falam "Vamos mudar a estratégia, justamente porque isso pode gerar um grande problema para o Ministro lá na frente. A coisa está tensa, está todo mundo de olho nele".

Não só isso, mas se eu não me engano, teve um outro áudio no qual o Airton Vieira fala claramente que o Ministro sabe das consequências, mas que infelizmente não tem o que fazer, porque quem assina é ele, ele que resolve, entendeu? Mas ele tem o conhecimento jurídico para o que ele está fazendo.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Tagliaferro, durante os atos de 8 de janeiro, houve pressão para produzir relatórios que justificassem prisões em massa? Existia a meta de incriminar o maior número de pessoas ligadas à direita, a Bolsonaro, etc., etc.?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – No meu gabinete, não, nunca chegou isso. No meu gabinete chegava o quê? Só os pedidos para poder verificar se nas redes sociais aquilo era verdade, colocar a URL e passar para frente. Além disso, nada.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – O senhor pode me confirmar o que o senhor já falou anteriormente, que os senhores só recebiam denúncias orientadas a conteúdos digitais da direita, ignorando página de esquerda que propagavam *fake news*?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Confirmo sim, Senador. Era exatamente desse jeito.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sr. Tagliaferro, já estou chegando ao fim.

Havia advogados, partidos ou autoridades externas que tinham acesso aos senhores e pediam acesso aos relatórios produzidos por sua equipe, por exemplo, Senadores, Deputados, pessoas externas ao TSE e ao Supremo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Que eu saiba, não. Talvez tenha tido alguma coisa que eu lembre do Deputado Homero Marchese: ele pediu alguma coisa lá, e eu o auxiliei. Foi feita alguma coisa fora do padrão, errada lá.

Mas deveria sim, eu lembro que a Beatriz, que era a minha secretária, falava: "Ah, isso aqui estão pedindo...". Só que, assim, esses acessos não partiam do gabinete. Eles deveriam ser liberados lá pelo STF ou pelo gabinete da Presidência do TSE. Não cabia a gente, a gente não tinha como fazer isso.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Penúltima pergunta, Tagliaferro.

Depois que o senhor deixou o TSE, o senhor sofreu pressões, ameaças ou tentativas de silenciamento para não revelar esses bastidores?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Com certeza, está muito mais que clara a movimentação processual. Agora, somando aqui, são 170 movimentações em menos de 365 dias, lembrando que tem o recesso judicial; somente nesse mês, aqui passamos aí de quase 60. E isso mais... Claro que é uma perseguição. Ele acabou de derrubar o canal no YouTube, o qual era exclusivamente para retransmitir esta audiência para todo o povo brasileiro.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ou seja, essas pressões...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Então, é claro.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ...essas pressões, ameaças e tentativas de silenciamento partiram de Alexandre de Moraes?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Exatamente. Ele me persegue, ele tenta me calar, mas ele não vai me calar.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Parabéns, Tagliaferro.

A última pergunta: o senhor como... Qual é a formação jurídica do senhor?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sou formado em Direito.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Qual a formação acadêmica, desculpa?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Engenharia e Direito.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Maravilha.

O senhor – enquanto brasileiro, um homem formado, um homem que trabalhou no TSE, com seu juízo e de acordo com o que o senhor está vivendo e com que sua família está vivendo – acredita que Alexandre de Moraes é um bom juiz, um bom constitucionalista, um servidor exemplar da República Federativa do Brasil ou ele é um quadrilheiro, um criminoso que hoje toma o Brasil de refém?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – A segunda e última opção. Ele não é um juiz imparcial, ele está envolvido com muitas coisas, e isso está claramente exposto pelas atitudes que ele tomou, pelas coisas que ele fez, de 2022, quando eu tive acesso, até hoje. Ele não é um juiz imparcial, ele não é um juiz justo.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tagliaferro, eu quero agradecer ao senhor e dizer que eu também, eu também, Jorge Seif, eleito com quase 1,5 milhão de votos de cidadãos catarinenses, sou um perseguido de Alexandre de Moraes, que fez de tudo para me cassar no TSE. Estou aguardando meu julgamento, no qual ganhei duas vezes, de sete a zero, no meu estado. Vieram provas negativas robustas – prova negativa significa que me beneficiavam –, e até hoje estou aguardando o julgamento por parte do TSE de crimes que não cometi. Tudo isso porque eu também sou corajoso como o senhor e denuncio as condutas delituosas desse criminoso Alexandre de Moraes, diuturnamente, aqui no Senado Federal.

Muito obrigado por sua coragem, por seu patriotismo, o senhor está mudando o Brasil hoje. Obrigado.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Jorge Seif.

Só um segundinho para fazer duas comunicações rápidas.

Antes de passar a palavra ao Senador Marcos Rogério, para breve comunicação, e ao Deputado Marcel van Hattem, em primeiro lugar, vamos disponibilizar aqui – determino à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Secretaria da Comissão que disponibilize – todo o material que foi recebido a todos os membros da Comissão, na página da Comissão do Senado, a página oficial, para que todos tenham acesso ali ao que quiserem em tempo real. Uma parte está impressa aqui, que é o que eu vou querer conversar com a Advocacia do Senado.

E, antes de passar as palavras aqui para os últimos dois, para depois a gente fazer a nossa reunião rápida ali, Sr. Tagliaferro, eu percebo na fala do senhor, até em função do que acabou de acontecer, da derrubada da sua página, do claro acompanhamento em tempo real, por parte de alguém no Supremo, do que está acontecendo nesta audiência, e já há duas movimentações no seu processo somente ao longo da ocorrência desta audiência pública... O senhor quer que esta Comissão oficialmente encaminhe ao Governo italiano um pedido de proteção a V. Exa.?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Gostaria sim, Senador, e não só ao Governo italiano, como proteção à minha família que está no Brasil. Eu tenho minha mãe lá sozinha, com 72 anos, com início de Alzheimer, numa condição difícil, entendeu?

Como todos sabem, todas as minhas contas, todas as minhas coisas foram bloqueadas. Inclusive este mês eu não pude pagar o meu imóvel, eu tenho um financiamento bancário lá, é um imóvel de alto valor, o financiamento até que é pouco, por conta dos bloqueios que ele fez, ou seja, ele está tentando colocar a minha família, inclusive, na rua, crianças na rua.

Então, tudo que o senhor puder fazer para proteger, tanto aqui quanto lá, eu agradeço.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos fazer dessa forma.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Presidente, com muito boa vontade, o Ministério da Justiça italiana, após a visita que a Senadora Damares, eu e o Senador Girão fizemos à Embaixada da Itália – fomos levar informações sobre Carla Zambelli –, nós recebemos hoje uma autorização do Ministério da Justiça da Itália para nos receber lá na Itália e termos acesso à Carla Zambelli, ao processo dela lá, e os advogados dela também. Nós vamos nos deslocar para a Itália, e, dentro do pedido do Presidente da Comissão aqui, Flávio Bolsonaro, eu acho que a gente deve formalizar também ao Ministério da Justiça, Presidente, porque essa comitiva pode aumentar também, não sei, para que a gente possa ir pessoalmente ao Ministério da Justiça da Itália tratar da questão do Tagliaferro, que é muito grave. É muito grave

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a violação dos direitos humanos no Brasil. Hoje a fotografia veio; veio a fotografia, né? Nós que praticamos atos antidemocráticos, nós que queremos acabar com a soberania do Brasil... Aqui está a foto, aqui está a foto, a verdadeira foto e a face de quem pratica crime e violação no Brasil.

Então, assim, a Senadora Damares e o Senador Girão já receberam também a comunicação, é só a gente determinar – e tem que ser o mais rápido possível, porque a informação que eu tenho é que a Carla Zambelli está passando um momento difícil, não só porque está presa, mas por conta da saúde dela e onde ela está –, a gente deslocar o mais rápido possível para a gente poder interceder no sentido de que... Juridicamente, a gente não sabe como é o andamento na Itália. A gente sabe como é aqui, que não tem, né? A gente sabia como tinha; hoje não sabe como tem. Para que a gente possa, pelo menos, pedir e interceder, como Parlamentares, para que ela tenha uma prisão domiciliar até que se finde, o processo dela tenha fim, lá na Itália, e para que a gente possa interceder pelo Tagliaferro.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Vamos fazer os encaminhamentos?

Então, Senador Marcos Rogério e, na sequência, Deputado Marcel van Hattem.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, eu agradeço a V. Exa. a oportunidade de fala.

Fiquei atentamente ouvindo as manifestações do Dr. Eduardo Tagliaferro, as intervenções dos colegas Senadores também e dos Deputados que aqui estão. E são denúncias graves, denúncias que apontam para a violação do Estado de direito, né? O devido processo legal parece, diante das evidências que foram apresentadas aqui, ser peça de ficção para alguns magistrados.

Mas a pergunta... Eu não vou me alongar na fala, porque já foram esgotadas aqui as perguntas e muitas evidências foram apresentadas, mas eu queria fazer uma única pergunta ao Eduardo Tagliaferro.

Diante das evidências, diante das provas, diante da convicção de que ilegalidades foram cometidas, crimes foram cometidos, eu pergunto a V. Sa.: houve o encaminhamento dessas provas a alguma autoridade do Ministério Público, da Polícia Federal? Houve a formalização de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

denúncia em relação a isso ou apenas a divulgação de parte desse conteúdo que está em posse de V. Sa.?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Marcos Rogério, infelizmente, isso não pôde ser feito, justamente porque tanto a Polícia Federal quanto a Procuradoria-Geral da República estão contaminadas. A diretoria de inteligência policial em Brasília serve a Alexandre de Moraes, ela é exclusivamente uma servidora de Alexandre de Moraes. E, como fazer uma denúncia na Procuradoria-Geral da República, vendo que... Inclusive a minha denúncia é totalmente fundamentada em algo inacreditável, inexistente. Então a gente não tem como fazer, justamente por conta de esses dois órgãos não serem mais, dentro do nosso país, órgãos sérios.

**O SR. MARCOS ROGÉRIO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Eu estou perguntando isso, Sr. Presidente, porque muitos recortes estão sendo divulgados pela imprensa brasileira e até por canais internacionais, mas seria importante, mesmo que não haja nenhuma providência tomada por aquele que é o titular da ação penal, seria importante que se formalizasse essa denúncia. V. Exa. está, como Presidente de uma Comissão, recolhendo esse material, vai se reunir com a Advocacia do Senado Federal para verificar quais são os canais próprios legais para encaminhar esse acervo probatório, mas eu estou fazendo esse questionamento, porque, embora com as afirmações feitas de parcialidade ou de uma espécie de associação nesse método de investigação – hoje nós estamos diante de uma situação em que o Ministério Público Federal está apequenado, porque o papel de investigador, o papel de acusador, o papel de julgador, de executor de pena está concentrado numa única figura, numa única pessoa, em afronta ao chamado devido processo legal –, dentro da separação dos papéis, é papel do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da República investigar esse tipo de denúncia.

Eu entendo que seria importante, mesmo com as considerações feitas por V. Sa., que esse conteúdo fosse encaminhado à Procuradoria-Geral da República, porque, em algum momento, alguém vai responder pelo que fez e pelo que não fez. Agora, se esse material não chega lá, ninguém pode ser acusado de prevaricação ou de qualquer outra coisa.

É apenas a ponderação que faço, cumprimentando mais uma vez o Senador Magno Malta, o Senador Girão, que tomaram a iniciativa de apresentar o requerimento, e o Presidente Flávio Bolsonaro, que coloca esse tema em debate na Comissão de Segurança Pública do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deputado Marcel van Hattem, para depois a gente suspender a sessão; e o Deputado Gustavo Gayer quer fazer a questão de ordem na sequência.

Por favor, Marcel van Hattem.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Para expor.) – Certo. Bom, Sr. Presidente, eu estou inscrito na fila como os demais, então eu gostaria, em primeiro lugar, que, depois da suspensão, se retomasse...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim, sim...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – ... porque eu quero o momento adequado para fazer perguntas, até porque esta é a audiência mais importante de tantas audiências importantes que nós já tivemos.

Agora eu só quero fazer um comentário, porque estou saindo aqui para a reunião de Líderes com o Deputado Hugo Motta e os demais Líderes – eu quero fazer um comentário apenas.

Nós falamos muitas vezes: "Caiu a República". Eduardo Tagliaferro demonstrou que não existe mais República para cair. Na verdade, o que nós podemos fazer, com essas informações, é derrubar a ditadura. Precisa ficar claro.

Quando ele mostra – e depois as minhas perguntas eu vou ter a oportunidade de fazer – que houve inclusive meios de comunicação envolvidos, possivelmente, para incriminar e prender pessoas inocentes; quando ele demonstra que Alexandre de Moraes mandou forjar provas e inserir retroativamente, e comprova com os originais, com aquilo que está mantido na sua integralidade, na sua integridade – teremos obviamente de verificar todas as informações, mas estão aí nas mãos do Senador Magno Malta, inclusive, cópias de conversas de WhatsApp, e nós fomos apresentados aos documentos salvos no computador –; e quando – e talvez essa seja a cereja do bolo, o *crème de la crème*, o pior de tudo – o Sr. Eduardo Tagliaferro mostra uma conversa de WhatsApp com o Paulo Gonet, Procurador-Geral da República, no seu aplicativo pessoal, denunciando pessoas diretamente, se comprova que tudo isso é mais do que uma farsa: é uma forma de perseguir opositores e corroer a democracia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, no mesmo momento em que ele diz tudo isso, e apresenta ao mundo, e é retirado do ar o seu canal do YouTube, se comprova mais uma vez que Alexandre de Moraes não tem limites, não tem escrúpulos e vai atrás de qualquer um que o desafie.

Por isso – e concluo, Sr. Presidente –, saindo daqui, vou à reunião de Líderes, e peço escusas aos colegas por ter pedido esse minuto antes, porque talvez não terei oportunidade de fazer perguntas depois, mas vou, junto com a Liderança da Oposição, exigir do Deputado Hugo Motta que instale a CPI do abuso de autoridade, porque nós já estamos denunciando isso há anos, e que não permita que nada mais aconteça nessa Câmara dos Deputados nem aqui no Senado da República antes que votemos o *impeachment* de Alexandre de Moraes aqui e se instale a CPI do abuso de autoridade lá.

Muito obrigado, Sr. Presidente. E anistia já!

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Marcel van Hattem.

Gustavo Gayer, quer fazer uma questão de ordem, só para eu suspender a sessão?

**O SR. GUSTAVO GAYER** (Bloco/PL - GO. Para expor.) – Presidente, eu vou tentar ser o mais breve possível, até pela suspensão.

Quero dar boa-tarde ao Eduardo Tagliaferro e já informar que, na terça-feira que vem, na Câmara dos Deputados, na Subcomissão sobre o Combate à Censura, da qual eu sou Presidente, o Eduardo Tagliaferro também vai fazer mais uma apresentação. Acredito que, com a quantidade de crimes, de aberrações jurídicas, de desrespeito à Constituição, de aprofundamento totalitário, serão necessárias duas audiências como essa. Então, eu já deixo aqui todos os que estão presentes convidados: na próxima terça-feira, na Subcomissão sobre o Combate à Censura, que acontece na Comissão de Comunicação, o Eduardo Tagliaferro estará lá também para responder às perguntas dos Deputados Federais.

E, para concluir, Presidente, neste momento, Sr. Flávio Bolsonaro, o seu pai está sendo julgado num dos julgamentos mais abomináveis da história do país, de qualquer país democrático ocidental. E o que me chamou a atenção é que o seu pai está prestes a ser condenado, e nós sabemos disso, pela delação de um ex-assessor dele, um ex-assessor dele que não apresentou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhuma prova, que foi torturado e que teve a família dele ameaçada caso ele não cantasse ou não cantasse exatamente como Alexandre de Moraes queria.

Curiosamente, neste momento, nesta audiência, nós temos aqui também um ex-assessor, um ex-assessor do Alexandre de Moraes. Aí eu pergunto, Eduardo: o senhor sofreu alguma ameaça de que, se você não falasse o que você está falando hoje, a sua família seria presa? O senhor sofreu alguma ameaça de prender o seu pai, sua avó, sua mãe, sua filha se você não falasse o que você está falando aqui hoje? Ou o senhor sofreu ameaças ao contrário, de que, se falasse a verdade, sofreria as consequências?

Então, chamo a atenção, Senador Flávio Bolsonaro: o seu pai pode ter a vida destruída na mão do Alexandre de Moraes por uma denúncia sem provas de um ex-assessor, e aqui nós temos um ex-assessor com toneladas de evidências sendo mostradas ao vivo para o Brasil inteiro ver, mas que a Justiça ignora.

Só isso que eu queria falar, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Gustavo Gayer. Não vai ignorar porque a gente vai formalizar. Só vamos ver agora a melhor forma de formalizar isso, porque isso vai ser protocolado, a princípio, se for essa orientação jurídica aqui, inclusive pedindo a suspensão do julgamento que está acontecendo no STF neste momento, porque, em se comprovando tudo isso aqui, para mim está muito claro: não tem o que fazer – não tem o que fazer –, a não ser cancelar todo esse processo.

Eu vou suspender a sessão para... Convido os Parlamentares...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Tem que suspender o julgamento e prender o Alexandre de Moraes. É caso de prisão!

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois é, vamos tratar disso aqui agora, para ver a melhor forma de formalizar isso e a quem nós vamos formalizar isso.

Eu peço só ao Eduardo Tagliaferro que, se puder, continue no *link*. Pode botar sem imagem e sem som aí que, quando nós retornarmos, nós chamamos o senhor novamente para estar aqui, com som e imagem, perante a Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, suspendo, rapidamente, e convido os Parlamentares aqui e a assessoria jurídica para nós conversarmos nessa sala aqui atrás mesmo.

Está suspensa a sessão.

(*Suspensa às 15 horas e 04 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 58 minutos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está reaberta a sessão para que possamos passar diretamente aqui às deliberações, até por causa do horário, para que não invadamos o horário do Plenário.

Então, quero colocar aqui em deliberação nesta Comissão, os seguintes encaminhamentos.

Em primeiro lugar, a elaboração de um relatório com as denúncias trazidas aqui pelo Sr. Eduardo Tagliaferro, em especial, quanto à fraude processual de Alexandre de Moraes e quanto à atuação fora do processo do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, e esse relatório ser encaminhado ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, para que analise as denúncias e também avalie a possibilidade de suspensão do julgamento em curso neste momento na ação penal dos réus do 8 de janeiro e o encaminhamento também desse relatório ao Presidente do TSE; ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o CNJ; ao Conselho Nacional do Ministério Público, o CNMP; ao Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Essa é uma primeira deliberação.

A segunda deliberação, que vamos votar em bloco, é a disponibilização de todas as provas trazidas pelo Sr. Eduardo Tagliaferro a todas as defesas dos réus do 8 de janeiro para que entrem em contato oficialmente aqui com a Comissão de Segurança Pública do Senado, mediante a identificação, para que isso possa ser disponibilizado, para que esses advogados tomem as providências que acharem cabíveis dentro de cada processo dos seus defendidos.

Em terceiro lugar, quero encaminhar ao Governo italiano um pedido de proteção ao Sr. Eduardo Tagliaferro, que se encontra neste momento nesse país, na Itália, para que se preserve a vida, a integridade física dessa importante testemunha que está se sentindo ameaçada, como aqui publicamente exposto, e também um pedido aqui ao Governo brasileiro, ao Ministério da Justiça, para que garanta também a integridade física dos seus familiares que estão aqui no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em quarto lugar, quero encaminhar também esse relatório ao Governo americano para que tomem ciência de mais violações aos direitos humanos por parte do Ministro Alexandre de Moraes, para que oficialmente tenham ciência de mais acusações graves contra o Sr. Alexandre de Moraes e também o Sr. Paulo Gonet, já que também participou, segundo aqui as denúncias, desse verdadeiro conluio para uma condenação, com atuação fora do processo, nos casos trazidos aqui e já evidenciados.

Eu acho que é importante que isso tenha uma consequência, porque situações como essa podem ter acontecido dezenas, centenas de vezes, já que se trata de um processo físico. E foi provado aqui que não tem como se atestar se esse processo pode ter sido manipulado em outras ocasiões também.

Então, coloco em deliberação aqui essas questões trazidas.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade, peço à Secretaria da Mesa e às assessorias jurídicas dos Parlamentares que comecem a tomar as providências para que isso seja concretizado.

Também é preciso colocar em votação aqui a realização de sessão extraordinária para amanhã, da Comissão de Segurança, ou só convocar?

Convoco, para amanhã, na parte da manhã, vamos informar os horários aqui, uma reunião extraordinária da Comissão de Segurança Pública para tratar da continuidade dos próximos atos, até porque as assessorias jurídicas estão conversando sobre qual é o melhor instrumento legal para que haja uma ação coletiva tanto no Supremo quanto no TSE ou no Ministério Público Federal e sobre qual é a melhor forma de oficiar, comunicar, de maneira legal, para que essas provas possam ser aproveitadas e as providências possam ser tomadas.

Então, essa é uma coisa que está em análise, não está em deliberação aqui, mas está em análise por todas as assessorias jurídicas.

Vamos, então, amanhã, nessa sessão extraordinária, tratar da continuidade também disso.

Então, vamos dar continuidade aqui à nossa audiência enquanto o Plenário não começa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O próximo Senador inscrito para fazer os questionamentos ao Sr. Eduardo Tagliaferro, que já está aqui de volta conosco ao vivo...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, só pela ordem, um minutinho.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Seria o Senador Marcos Rogério.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – É Marcos Rogério, mas pessoas sempre o atravessam com esse negócio de questão de ordem. Mas é muito rápido desta vez.

É porque a imprensa vai ficar perguntando para todos nós. A gente tem que falar uma coisa só e é muito simples: tivemos uma audiência pública, ouvimos o Sr. Tagliaferro, com toda a documentação que ele tentou que a grande mídia apresentasse, e eles não quiseram – acho que foi a CNN, essa grande empresa de comunicação, nos Estados Unidos, que o enrolou por dois meses; fez, auditou tudo com o corpo jurídico nos Estados Unidos, comprovou a veracidade, mas depois resolveu não publicar. E ele resolveu, então, já que um grande veículo não o faz, ele o fez nesta Comissão.

Então, acho que nós temos que dizer o seguinte: nós assistimos à violação de direitos humanos feita por Alexandre de Moraes de forma documental – de forma documental. Está documentada a violação de direitos humanos e a violação do direito, a violação do ordenamento jurídico. Ele criou – ele criou – um corpo, ele criou um grupo e deu a eles poder de polícia para que paralelamente pudessem agir dando legitimidade às violações que ele fez. Ponto. Até porque nós vamos votar aqui – o Jurídico ainda vai preparar – os pontos que o Presidente colocou aqui e nós não temos nada mais além do que isso para falar.

Nós temos os *links*, eu tenho todos os espelhos, mas você vai sair explicando espelhos... Aqui tem todas as conversas de WhatsApp que envolvem desde o Procurador-Geral a Alexandre de Moraes, falando em zap particular, tratando as coisas de um golpe de Estado de forma violada em telefones particulares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que amanhã, com essa documentação pronta depois de a nossa assessoria e da assessoria do Senado... Certamente, esse fato é um fato novo, e nós não temos nada mais do que isso para poder falar para a imprensa, porque, fora disso, é invenção. É uma violação de direitos humanos com documento, e os documentos serão disponibilizados.

Acho que amanhã ou hoje mesmo, Presidente, estará no *link* da Comissão, aqui no *site* da Comissão...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu tinha falado inicialmente de deixar público, mas fui alertado para o fato de que pode ter muita coisa ali que seja conversa privada e que pode acabar expondo as pessoas. Então, eu pedi para a Secretaria tirar, que não disponibilizasse mais esse conteúdo ao público, que deixasse à disposição dos advogados para que pudessem fazer uma análise daquilo que pudesse ser útil para os seus clientes, para que isso fosse protocolado em cada ação, em cada defesa que eles estão fazendo no Supremo Tribunal Federal.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas e os advogados vão ter acesso onde?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – No *link* da... Ou vão entrar em contato com a Comissão de Segurança Pública. Tem um telefone aqui, tem um *e-mail* oficial, vai se identificar e vai pedir acesso ao... Pode ter pessoa que se passe por advogado? Pode ter, mas a gente vai aqui pelo menos ter uma identificação de quem está pedindo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu acho que a gente tem a associação das famílias dos presos...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode ser um caminho melhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... que são os advogados... E a associação das famílias dos presos, eu acho que seriam eles, porque esses advogados todos já estão checados...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só vamos deixar público qual é o contato, então. Por mim, não tem problema. Pode deixar aqui com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão ou até deixa com essa associação dos perseguidos políticos. Só preciso de um contato para que o público saiba onde liga, onde manda *e-mail*, como é que faz.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tem assessoria jurídica, e, inclusive, uma das assessoras advogadas é a assessora do Senador Girão, que é advogada da Comissão. Ela está até reunida lá dentro agora...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, rapidamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Girão.

A próxima a falar é a Senadora Damares Alves.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, é um encaminhamento.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Presidente, eu queria me manifestar depois também.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está inscrito, Senador Cleitinho. O Bagattoli, depois você, depois o Marinho, depois os Deputados.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Uma das revelações que o Dr. Tagliaferro trouxe aqui, Eduardo Tagliaferro, trouxe, muito impactante, para mim, que já tinha feito uma sessão aqui em 2022 sobre a fraude nas inserções eleitorais na época, 1 milhão de minutos que teriam sido subtraídos da campanha presidencial de Jair Bolsonaro, até hoje ninguém teve uma explicação sobre isso. Estou entrando com um requerimento extrapauta para amanhã, Sr. Presidente... extrapauta, não... Eu peço que o senhor inclua na pauta para a gente ouvir o Sr. Alexandre Gomes Machado. Inclusive, já falamos com o advogado dele, ele está disponível para vir, ele que foi exonerado duas vezes, Senador Marcio Bittar, demitido duas vezes, em 2023, está sem receber salário, uma demissão já foi revertida, e eu queria fazer esse convite para que ele venha a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não entendi, Senador. Alexandre Gomes Machado é o quê?

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Ele foi o pivô daquela questão que denunciou a subtração do 1 milhão de minutos das rádios da campanha presidencial do Bolsonaro, e isso aqui é uma coisa que desequilibrou completamente a eleição, mostrou a parcialidade e a manipulação. Então, eu gostaria de ouvir amanhã, o requerimento está sendo dada entrada agora, Senador Flávio, se o senhor puder incluir extrapauta, eu lhe agradeço, para a gente votar.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só vou colocar em votação aqui também o requerimento do Senador Girão, de convocação do Sr. Alexandre Gomes Machado.

Os senhores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, passo a palavra à Senadora Damares Alves, lembrando que o Sr. Eduardo Tagliaferro está *online* aguardando aqui os questionamentos.

**A SRA. DAMARES ALVES** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - DF. Pela ordem.) – Vou abrir mão da minha fala, porque eu acho que os encaminhamentos todos feitos são assim espetaculares.

Quero agradecer ao depoente por ter tido a coragem de mostrar, sei que ele tem muito mais coisa para falar. Talvez, num certo momento, se precisar de uma reunião reservada com ele, a gente pode fazer esta reunião, mas a gente caminhar na direção da proteção dele. Vamos à Itália, nos próximos dias, vamos conversar com as autoridades da Itália, e aqui a proteção de quem fica dele aqui. Então, a gente pode caminhar nessa direção.

E parabenizá-lo, Presidente Flávio, parabenizar.

Só quero dizer o seguinte: nós temos muita gente no país orando, porque a gente sabia que precisaríamos também de uma intervenção divina em tudo que está acontecendo. Alguns movimentos estão acontecendo, se você me dissesse, um ano atrás, eu ia dizer "é mentira". Um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ano atrás nós não tínhamos um tarifaço, nós não tínhamos uma Magnitsky, nós não tínhamos o controle de uma CPMI que vai chegar a muita gente, nós não tínhamos o que aconteceu aqui hoje. Esses movimentos não são do acaso. Deus está no controle desta nação. As orações que estão sendo feitas nos últimos três anos não foram vãs, Deus está no controle, porque o Deus que eu acredito é o Deus do órfão e da viúva, e ele não suporta mais ver tanta criança sofrendo por causa da decisão de um magistrado, não suporta mais ver as mulheres em vulnerabilidade sofrendo.

Esta Comissão fez história hoje. Daqui a 50 anos, esta reunião de hoje vai estar nos livros de história. O dia que era para ser o dia da vergonha vai ser o dia da restituição da justiça no país. Tu vais ter que mudar seu projeto logo, logo.

Que Deus te abençoe e parabéns pela forma como conduziu. Sr. Eduardo, que Deus te abençoe.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senadora Damares.

Vamos passar a palavra ao Senador Jaime Bagattoli.

Já saiu também?

Senador Cleitinho.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Eduardo Tagliaferro por tudo que ele falou. Acho que ele já provou, já comprovou tudo. Não tem mais nada para perguntar para ele. É violação de direitos humanos, isso é questão de fraude processual.

Então, quero chamar a atenção não dos Senadores que estão aqui, mas da Casa, do Senado aqui, dos outros 80 Senadores. O que mais falta a gente fazer para passar este Brasil a limpo e fazer justiça neste país aqui? O que mais vai faltar?

Lembro que o Gonet, que vai fazer parte disso agora também, novamente voltará aqui para ser sabatinado. Aí, eu faço uma pergunta: esse cidadão será votado novamente? Ele vai ser novamente votado aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora tem uma CPI da "vaza toga" aqui. O que mais falta? *Impeachment* do Ministro Alexandre de Moraes.

Eu faço uma pergunta aqui para o Presidente do Senado, o Davi Alcolumbre, porque eu não votei, mas quem votou nele... Ele está, aqui, sendo o Presidente do Senado. O que mais falta para impitimar o Ministro Alexandre de Moraes, para colocar ele na cadeia?

Está tendo um ex-Presidente agora sendo julgado aqui, um teatro, uma palhaçada que estão fazendo com este país aqui, por uma tentativa de golpe que não existiu. O golpe que está tendo aqui ele acabou de mostrar para nós, qual foi o golpe.

O que mais falta? Porque eu não aguento mais sair na rua e falarem assim: "O que os Senadores vão fazer?". Você passa por isso, Magno; você passa por isso, Flávio; você passa por isso, Damares. Magno, você passa por isso também. O que mais os Senadores vão fazer? O que mais precisa ser feito? Pois eu espero que os outros Senadores, inclusive os de direita que votaram no Davi Alcolumbre, tomem atitude e que o Davi Alcolumbre também tome atitude. Ou a gente vai ter que novamente olhar para a população brasileira e falar assim: "Não, a gente não consegue fazer mais nada".

Eu faço uma pergunta aqui, eu clamo: o que mais é preciso para colocar o Alexandre de Moraes na cadeia? As minhas mãos estão limpas. Eu não tenho medo, eu não devo nada, eu não tenho processo dentro do STF, não. Eu não baixo a cabeça para o STF, não.

Então, o que a gente precisa aqui é tomar atitude. Chega de a população brasileira... No meu WhatsApp, é toda hora: o que o Senado vai fazer? O que o Senado...

Tem mais prova do que isso que ele mostrou para nós aqui? Querem mais prova?

Então, o manifesto que eu estou fazendo aqui é que eu espero que todos os Senadores agora, com todo o respeito a todos, a todos, de esquerda, de direita... Porque se fosse com o Lula que estivesse acontecendo o que está acontecendo com o Bolsonaro hoje, eles também estariam gritando. Se estivessem esses manifestantes de esquerda vendo o que está acontecendo aqui, a mesma esquerda estaria se manifestando aqui. A imprensa estaria doida. Imaginem se fosse com o Lula o que está acontecendo aqui?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou além, Senador Cleitinho. Imagine se o beneficiado por todas essas fraudes fosse o Bolsonaro!

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Como é que o sistema reagiria? Iriam estar falando até em cancelamento de eleição.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, chegou a hora de a gente parar de olhar capa de processo, quem vai ser o beneficiado ou o prejudicado, e cumprir a lei, que é o que a gente está pedindo aqui.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Isso. É o que eu quero que façam aqui. Eu espero aqui que tenha "vaza toga", tenha a CPI também de abuso de autoridade, coloquem tudo. A gente tem que passar este país a limpo.

Esses dias recordou-se novamente aqui, pegando a fala daquele Joesley Batista, que foi preso lá, um áudio dele falando: "Ah, não, não vai acontecer nada com a gente, não; a gente não vai ser preso, não. Deixa o Zé manifestar que o Zé acaba com o STF". Ô, gente, pelo amor de Deus!

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – Você sabe quem é o Zé, não é?

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – Pelo amor de Deus! Sei quem é o Zé?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. *Fora do microfone*.) – É o Zé Eduardo.

**O SR. CLEITINHO** (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - MG) – É isso mesmo. Eu não tenho medo de Zé, eu não tenho medo de Joesley Batista, eu não tenho medo de STF. Aqui tem que acabar com isso. É um vexame mundial escutar isso e a gente não fazer nada, e não ter uma CPI aqui para poder colocar essas pessoas no devido lugar delas. Quer saber qual que é o devido lugar deles? É na cadeia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Cleitinho.

Senador Jaime Bagattoli, vai querer fazer uso da palavra? V. Exa. é o último Senador aqui, para depois eu passar para os Deputados que estão presentes.

Senador Jaime Bagattoli.

**O SR. JAIME BAGATTOLI** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero aqui agradecer a todos os Senadores, Deputados Federais, Deputados que estiveram aqui ouvindo essas denúncias gravíssimas do Eduardo Tagliaferro, esse envolvimento que o próprio Procurador-Geral da República tem, o Paulo Gonet.

Quero dizer para vocês – e concordo com você, Senador Cleitinho – que nós precisamos, Presidente Flávio Bolsonaro, ir diretamente, mais uma vez, ao Davi Alcolumbre, mais duas, mais dez, quantas vezes possível for. Nós precisamos votar a anistia do dia 8, nós temos que acabar com esse foro privilegiado e nós temos que parar o Alexandre de Moraes – nós precisamos parar o Alexandre de Moraes. Isso aí está corroendo qualquer pessoa que está no Brasil. Se tivesse... se fosse para o povo brasileiro decidir, tem mais de 80%, Senador Cleitinho, que não aceitam mais o que está fazendo o nosso Ministro Alexandre de Moraes. Chega, acabou. Fora, Alexandre de Moraes. Precisamos tomar as atitudes, e este Senado tem o compromisso de fazer isso, porque a população nos cobra.

Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Bagattoli.

Então, dos Deputados que estão aqui presentes... (*Pausa.*)

Eu acho que ele está nos ouvindo. Só lembro que o Sr. Eduardo Tagliaferro está aqui, *online*, à disposição para mais esclarecimentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dos Deputados Federais presentes, o próximo inscrito é o Deputado Carlos Jordy.

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ. Para expor.) – Obrigado, Sr. Presidente...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Jordy, só para perguntar ao Tagliaferro – ele está ao vivo aí, ele está ligado – se ele quer fazer alguma consideração, algo novo que, enquanto a gente parou, ele acabou descobrindo...

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – Eu acho que não teve nada novo. Vai ter agora, vai ter agora.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tagliaferro, se você quiser se manifestar antes do Senador Jordy...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Obrigado, Senador. Vamos continuar...

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – Opa, agradeço, recebo.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu falei "Senador", foi?

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – Falou. Muito obrigado.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu só vou lhe avisar que eu tenho boca de profeta, viu, irmão?

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – Amém.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, Deputado Jordy, com a palavra.

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – Boa tarde a todos.

Eu estou com fome, estou sem almoçar até agora, mas para mim esta é a audiência mais importante da história do Senado Federal. Eu estou aqui porque realmente fui também uma das vítimas de todo esse abuso de autoridade, de provas ilegais que foram também feitas contra mim numa busca e apreensão. E tenho sido uma voz ativa sempre denunciando toda essa arbitrariedade, truculência por parte do Ministro Alexandre de Moraes e seus cúmplices.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho falado, inclusive, com o Eduardo Tagliaferro. Ele, até recentemente, falou comigo que ele estava se sentindo abandonado. E eu falei para ele que não, que nós estávamos atuando, que, inclusive, eu estou buscando assinaturas para fazer uma CPMI. E, quando soube que ele estaria aqui, é evidente que não hesitei de permanecer até agora para falar a respeito de tudo isso que tem acontecido e também fazer meus questionamentos ao Eduardo Tagliaferro, que tem sido um importante instrumento para que nós possamos desvendar todo esse esquema que vem sendo feito por Alexandre de Moraes.

Mas vamos lá. Além de tudo que já foi trazido aqui, e todo mundo já sabia da existência desse gabinete paralelo, desse esquema que tem sido feito por Alexandre de Moraes, de que, inclusive, Eduardo Tagliaferro tem falado muito, e muitos têm, inclusive, menosprezado, desprezado tudo que ele vem fazendo, dizendo que, na verdade, era tudo bravata, que ele não tinha muitas provas, mas nós vimos aqui que tudo que ele falava sobre censura de jornalistas, perseguição a opositores, todas as provas que foram feitas ilegalmente, forjadas para prender pessoas do 8 de janeiro, tudo realmente condizia com a verdade do que ele falava, mas o que mais me chamou a atenção foi a fraude processual.

Porque todos estamos falando há muito tempo que o que está acontecendo no julgamento de Jair Bolsonaro é uma fraude. É uma fraude que, na verdade, ela, muitas vezes, estava somente na questão de uma narrativa, mas hoje nós vimos uma fraude processual. Para mim é a fraude processual mais escandalosa de todos os tempos.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS. *Fora do microfone*.) – Documentada.

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – E a população tem que entender realmente o que é essa fraude.

Eduardo Tagliaferro, eu quero dizer a V. Sa. que errar é humano, você errou, mas hoje você está se redimindo. O que você trouxe para o público, para o Senado Federal é importantíssimo para que nós possamos anular todo esse processo. Não tem nem que se falar mais em anistia, porque anistia é o perdão para uma sentença condenatória, para um processo. O processo tem que ser anulado, completamente anulado. A população tem que entender o que o Eduardo Tagliaferro trouxe aqui hoje. Ele trouxe que, no dia 17 de agosto de 2022, houve uma matéria do Guilherme Amado, do *Metrópoles*, em que ele falava sobre o envolvimento de empresários com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente Bolsonaro, como se eles estivessem agindo ilegalmente. No dia 23 de agosto, Alexandre de Moraes determina uma busca e apreensão nesses empresários. No dia 27 de agosto, os assessores de Moraes, percebendo que não havia uma prova, não havia nada que pudesse embasar juridicamente aquela busca e apreensão, eles pedem a Eduardo Tagliaferro, ex-assessor de Moraes, para que ele fizesse uma história, criasse um ambiente para justificar a busca e apreensão que foi feita no dia 23. E aí ele faz um esquema mental, um mapa mental, no dia 22, aliás, no dia 27, com data retroativa para o dia 22, para justificar a busca e apreensão feita no dia 23. Se isso aqui não é fraude processual, nada mais é. Isso por si só já pode fazer a anulação do processo, é um tribunal de exceção: um ministro da Suprema Corte utilizando o aparato da Justiça para forjar provas. Aliás, nós vimos até aqui também ele trazendo o próprio Procurador de Justiça Gonet, de forma ilegal, se comunicando com ele, pedindo a produção de provas.

Eu não sei por que o Eduardo Tagliaferro tomou a decisão de romper com o Ministro, mas ele está fazendo um bem enorme à nação neste momento. Nós precisamos fazer com que a imprensa, que está calada diante de tudo isso, comece a falar a respeito. Aliás, até hoje eu estava me perguntando por que a imprensa não estava falando sobre essa fraude. Hoje nós sabemos: porque esse processo, tudo que o Eduardo Tagliaferro vinha trazendo e que não tinha muitas provas cabais, bem fundamentadas, isso pode fazer com que esse julgamento caia por terra, seja anulado. E agora, com isso aqui, fica evidente que nós temos que buscar a anulação do processo.

Mas eu ouvi também alguns Senadores falando aqui que é necessário fazer o convite para algumas das pessoas que faziam parte de todo esse esquema criminoso que foi trazido por Tagliaferro, pessoas que trabalhavam no gabinete paralelo de Moraes forjando provas e aquelas outras que alimentavam também as provas pelo gabinete paralelo. Falou-se aqui de Letícia Sallorenzo, que é a famosa bruxa; Giselly Siqueira; Ludmila Boldo; José Fernando Chuy; Adaíres; Airton; Marco... Mas esqueçam o convite – nenhuma dessas pessoas vai vir aqui a convite –, esqueçam! Nós temos que fazer uma CPI.

Eu sei que o Senador Esperidião Amin já coletou as assinaturas, mas a CPI, infelizmente, fica nas mãos de Alcolumbre. E Alcolumbre, todo mundo sabe que está assim com o Moraes. Ele é cheio de rabo preso, essa que é a grande verdade. Ele não vai pautar essa CPI.

E por isso que inclusive eu falei com o Senador Esperidião Amin. Eu protocolei um pedido de CPMI da "vaza toga". Nós já temos 12 assinaturas de Senadores, 89 de Deputados – nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisamos de 27 de Senadores e 171 de Deputados. Eu creio que hoje, com tudo isso que foi trazido aqui, nós vamos acelerar esse processo. E eu peço a colaboração de vocês todos aqui, porque CPMI é automática. De acordo com o Regimento do Congresso, após as assinaturas coletadas, protocola-se, já tem que ser aberta na primeira sessão do Congresso Nacional. E eu peço que vocês possam colaborar para fazer com que os Senadores... Já foram mais de 27 que assinaram a CPI...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – vinte e nove de Senadores para a CPI.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Deputado Jordy, para cooperar.

Eu estava falando aqui com o Presidente. Essa CPI pode ser para investigar a denúncia dele, ou seja, no departamento em que ele comandava toda essa ilegalidade. A denúncia dele já é um fato determinado. Então, se a gente faz a CPI para investigar o departamento dele, que foi criado, onde ele dirigia e recebeu o poder de polícia, isso dá uma CPI para dois anos...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Uma CPMI, porque ele é um...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Uma CPMI, aliás, desculpe.

Então, como nós temos esse fato determinado, eu acho que essa CPMI tem que ser com esse fato determinado, porque aí pega todo mundo. Esse pessoal que a gente iria convidar aqui agora, que você falou que por convite eles não vêm, e realmente não vêm – não vêm –, mas com a CPMI vão ter que vir.

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – É, eu acredito que com o pedido de CPMI nós vamos instalar, vamos ter o poder de polícia aqui para convocá-los, fazer todas as inquirições. Eu acredito que já temos provas robustas de toda a fraude processual cometida por Alexandre de Moraes.

Eu acho que a maior missão nossa agora é o *impeachment* de Alexandre de Moraes, instalar essa CPMI para que nós possamos fazer as provas, produção de provas, inclusive para anular o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

julgamento do Presidente Bolsonaro, que está sendo vítima de um criminoso que faz uma fraude para poder desequilibrar a nossa democracia.

Parabenizo novamente aqui o Tagliaferro e quero fazer algumas perguntas, alguns questionamentos aqui diante de algumas coisas que ele disse. Ele disse que ele trabalhou com o Ministro Alexandre de Moraes até o dia 9 de maio de 2023. Queria saber em que período que ele começou e por qual razão ele parou de trabalhar com o Ministro Alexandre de Moraes.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Deputado! Tudo bem?

Aproveitando o momento aqui, eu preciso falar de um fato de extrema importância.

Todo o material apresentado a esta Comissão, todo o material que eu tenho comigo já foi entregue às autoridades americanas para que elas tomem as devidas providências com relação ao Supremo Tribunal Federal, a Alexandre de Moraes e à Procuradoria-Geral da República.

Então, os Estados Unidos já têm, as autoridades americanas já têm a posse desse material, tá?

Em relação ao período, eu não me recordo a data de início, mas foi no começo de agosto, salvo engano, agosto ou julho, eu não me recordo direito, faz muitos anos. A saída se deu por aquele fato criminoso que imputaram a mim, o disparo de arma de fogo, quando eu fui exonerado. Inclusive, no processo, a vítima, que é a minha ex-mulher, a vítima diz claramente que não teve violência doméstica. Ela fala que não teve disparo, que eu era cauteloso com arma, que foi um disparo acidental, justamente porque o Leandro Bizarro Bjorklund, que era o policial civil que foi à minha casa, sem qualquer tipo de expressão, me cumprimentou e foi direto pegar a minha arma. E eu, com duas crianças, a primeira coisa que eu fiz foi jogar essa arma longe, elas saíram da residência, eu corri para o meu quarto. Dentro do meu quarto, que era o local em que eu me abrigava, onde tinha o meu cofre, e ele também lá. Em disputa com ele, que queria pegar a arma, essa arma acabou disparando na mão dele e causou todo esse transtorno aí que vocês já conhecem, inclusive, com laudo residuográfico negativo na minha mão. Ele também não fez exame nenhum. Mas tudo isso foi uma coisa forjada para que denegrisse a minha imagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, graças a Deus, se tornou um milagre porque eu pude me livrar das mãos de Alexandre de Moraes, uma vez que eu já vinha tentando isso há muito tempo. Foram entre sete e oito pedidos de exoneração. Eu sempre falei e volto a reforçar que eu me tornei motivo de chacota no tribunal porque eu era o cara que mais pedia exoneração. Acho que, toda semana, eu pedia exoneração.

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – Perfeito.

Nesse período que você trabalhou com ele, você foi orientado a forjar provas ou produzir materiais contra Parlamentares?

Se sim, há algum desses Parlamentares aqui?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Essa pergunta já foi respondida por uma pergunta de outro Senador.

Não, isso não, nunca aconteceu.

Foi somente esse fato isolado. Na verdade, não foi pedido a mim, foi pedido ao Airton Vieira, que, por desconhecimento em computação – ele não sabia usar um computador –, pediu para que eu fizesse e o ajudasse.

Ele me mandou todas as coisas do STF, me disse como que queria, me falou quem eram os personagens, e eu montei no computador e enviei para ele, ou seja, Moraes não contava com isso, porque me foi pedido sigilo, para que eu não contasse para ninguém.

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – E, quando você forjou essas provas por determinação de Moraes, você tinha consciência da ilegalidade desses atos?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Com certeza, eu tinha consciência. Eu sou um cara da área do Direito, não teria como não ter consciência.

O que eu fiz foi dar corda para ele, guardei as provas para que, no momento oportuno, eu pudesse denunciar, que é o que eu estou fazendo hoje.

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – Para concluir, a Vice-Presidente do TSE à época, Cármen Lúcia, sabia do que Moraes fazia durante as eleições?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Na época, ela não era Vice-Presidente. Vice-Presidente, na época, era Ricardo Lewandowski.

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – E ele sabia?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não sei, porque eu não tinha contato.

**O SR. CARLOS JORDY** (Bloco/PL - RJ) – Perfeito.

Bom, finalizo por aqui, mais uma vez agradeço o trabalho que você tem prestado ao Brasil. Parabenizo-o pela sua coragem.

Como eu disse, você, evidentemente, errou ao trabalhar com Alexandre de Moraes. Todos nós podemos errar. E o melhor de tudo é podermos nos redimir. E você está fazendo um grande serviço à nação trazendo tantas ilegalidades, fraudes processuais do criminoso Alexandre de Moraes, que, com certeza, poderão dar ensejo a reverter esse cenário caótico de ditadura do Judiciário.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Carlos Jordy.

Antes de passar a palavra para os dois últimos Deputados presentes aqui, que, na sequência, serão o Zé Trovão e o Mauricio Marcon, o Senador Carlos Portinho está aqui há um tempão já também pedindo para falar.

Tem o Evair de Melo na frente, desculpa. Tem o Evair de Melo agora.

Você não estava aqui quando eu chamei o Jordy. Você estava antes dele, inclusive.

Vou chamar, agora, o Senador Carlos Portinho, que está *online*.

Aí eu volto aqui no Evair de Melo, Zé Trovão, porque ele estava na frente, tá? Evair de Melo, Zé Trovão e, depois, o Mauricio Marcon.

O Senador Portinho está *online*?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Carlos Portinho com a palavra.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para interpelar. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Senador Flávio Bolsonaro. Parabéns pela sua iniciativa, com todas as deliberações que foram tomadas no caminho certo, o caminho do direito.

Eu sou advogado de formação. Eu estou abismado com o que eu ouvi hoje.

Ao Tagliaferro, parabéns pela sua coragem também.

Eu estou abismado com o que eu ouvi hoje. Nenhum advogado, nenhum estudante de Direito podem achar que isso é o devido processo legal.

A título de defender a democracia, estupraram o devido processo legal.

Aí eu queria dirigir duas perguntas ao Eduardo Tagliaferro. A primeira é exatamente com base nesta questão dos empresários do zap, inclusive, muitos conhecidos, que empregam, que geram riqueza para o país.

O que eu compreendi e todos – Jordy também falou muito bem; parabéns também pela sua CPMI, Jordy, é necessária –, pelo que eu entendi, nesse caso, praticamente no início de tudo, que assustou a todos, e agora a gente entende o porquê, primeiro, o Juiz Alexandre de Moraes tinha uma decisão própria e, depois, ele instruía o processo de acordo com a decisão prévia que ele já tinha tomado.

É a subversão do devido processo legal.

O devido processo legal obriga uma fase de instrução, e, depois, o Juiz, provocado, vai dar a sua decisão; se for um órgão colegiado, o seu acórdão.

Então, eu estou entendendo que, nesse caso emblemático, desde o início, o Ministro Alexandre de Moraes partia à instrução da sua decisão prévia tomada.

A minha pergunta: isso se repete também no caso do Presidente Jair Bolsonaro, hoje, sendo julgado, já com uma decisão? É aquela história, é o livro que começou pelo final da história, né? E, depois, se construiu o enredo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode-se dizer que o mesmo *modus operandi* com relação aos empresários do zap, que foi usado, agora está sendo usado no julgamento Jair Bolsonaro? Partiu-se de uma decisão de afastar o Presidente Jair Bolsonaro, condená-lo, para aí, sim, começar a instrução, o enredo de toda essa história?

Essa é a primeira pergunta.

A segunda: com base nisso, podemos dizer que vivemos um Estado judiciário de exceção?

São as duas perguntas, Sr. Presidente.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Carlos Portinho, boa tarde. Obrigado pela pergunta.

De fato, não foi somente no caso dos empresários e nem somente no caso de Jair Messias Bolsonaro.

Todos os casos de perseguição começaram com a inversão do rito, né? Ele não começa com uma investigação ou com uma denúncia, ele já começou com um julgamento, ou seja, Alexandre de Moraes já tinha em sua mente o planejamento de tudo o que ele queria. Aqueles alvos já estavam sentenciados. Então, eles só precisavam do quê? Montar todo o rito dentro, teoricamente, de um possível processo legal, para que ele executasse a sua vontade.

Com relação à sua última pergunta, sim, a gente não tem mais um Estado democrático de direito, a gente já não tem mais um Judiciário imparcial, um Judiciário justo; nós fizemos um estado de exceção.

**O SR. CARLOS PORTINHO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Carlos Portinho.

Passo a palavra agora, então, ao Deputado Evair de Melo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES. Para expor.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Bolsonaro, parabéns por ter construído, junto com o Senador Magno Malta e outros proponentes, essa agenda.

O Magno Malta ontem, segunda-feira, já me dizia que não sabia o quê, não sabia de onde, mas que hoje nós teríamos alguma coisa diferente. Magno Malta, como uma profecia. No dia de hoje, teríamos alguma informação que viria de algum lugar, alguma coisa nova para poder ressurgir a esperança dentro de nós, diante do que nós, de certa forma, já dávamos com o certo, que era essa injustiça, essa covardia, essa crueldade liderada por Alexandre de Moraes.

Eduardo Tagliaferro, suas provas e os seus depoimentos são muito convincentes. No meu pouco tempo de investigação, eu estou convencido da veracidade dos documentos que você apresenta.

A pergunta para a sociedade vai ser sempre esta: o depoimento do ex-assessor do Bolsonaro vale para condená-lo? Ele que não tem um documento, não tem uma prova, é só em cima de "ouvi dizer, ouvi falar, fiquei sabendo", e todo mundo, o mundo sabe do assédio moral que foi feito em cima do Cid, para que o Cid desenhasse; nem contasse, ele desenhasse uma fantasia para que o Alexandre de Moraes pudesse colocar no seu corpo, revestir e tomar suas decisões.

Mas aí a pergunta: por que, então, a mesma imprensa, os mesmos órgãos que deram tanta credibilidade para o depoimento do ex-assessor de Jair Messias Bolsonaro não dão, então, para o ex-assessor do Alexandre de Moraes? Por que não vale o depoimento dele? Isso é uma peça... Parece uma pergunta simples; um processo investigativo é importante, porque literalmente são dois pesos e duas medidas diferentes. Isso é grave, porque diria o ditado que pau que dá em Chico tem que dar em Francisco, mas no STF não é assim. É o ditado popular, mas o STF mostra que a regra é outra.

Eduardo Tagliaferro, eu digo que você é a pessoa certa que estava no lugar certo. Nós precisávamos, diante desse longo processo, dessa confusão que o STF arrumou no Brasil, nos últimos anos, de algum momento em que surgisse alguém que nos desse essa nossa esperança. Pela forma com que você mostrou os dados e as alterações – e vocês, naturalmente, cumpriram ordens –, eu estou, assim, espantado e admirado com o amadorismo do método de investigação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Alexandre de Moraes. É algo assim: não é nem coisa de quinta série; é coisa de primário. Eu jamais iria imaginar que alguém que chegou aonde chegou, a Ministro do Supremo, fosse tão amador na construção e na condução de um processo. É algo que realmente, por si só... Se fosse uma prova de validação, teria ficado reprovado, porque ele mostra que não tem nem competência, nem habilidade ou inteligência; ou Deus agiu de certa forma para que ficasse essa brecha.

Aí eu vou fazer uma provocação agora, depois das duas perguntas. Eu acho que o Barroso, Senador Magno Malta, Senador Flávio, tem a oportunidade de corrigir o rumo, diante desses fatos. Os Ministros do STF – e V. Exa. vai repostar a todos eles – e o Barroso, como Presidente daquela casa e que está de saída, têm a oportunidade de corrigir esse rumo em cima de provas, não de suposições, de achismo, não precisa nem de jurisprudência, de tão claro que é isso.

Então, agora, Eduardo Tagliaferro, eu faço a pergunta para você. São duas perguntas muito simples, mas para mim são importantes. Você tem notícia do fim que tomaram os outros assessores que trabalhavam com você? Se permanecem lá, se foram remanejados, se saíram por depressão, se teve algum assédio, se saíram de lá, se ainda estão todos lá, ou se muitos deles já saíram de lá.

E minha última pergunta é se você aceitaria uma acareação com o Alexandre de Moraes, que vai ser o nosso sonho. Se o Alexandre de Moraes é o machão que é, o bravão que é, o corajoso que é, eu gostaria muito de ver uma acareação de vocês dois. A minha pergunta é: se a gente fizer o convite, se você aceitaria.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Deputado Evair de Melo, obrigado pela pergunta.

Eu fui, como o senhor disse, eu fui a pessoa certa no lugar certo. Na verdade, o que aconteceu foi que eu não sabia qual era o trabalho e, se eu soubesse que era esse o trabalho, jamais estaria lá. E uma vez já estando lá, em uma semana, no máximo duas semanas, eu já vi algo errado e, com esse fato, que é com relação à fraude processual, eu certifiquei, aliás, eu tive certeza de que está tudo errado. Então, por estar lidando com uma pessoa altamente poderosa, ditadora, que fica tomando conta, mandando em todo mundo, e eu vendo que todo mundo estava sendo punido, eu reforço que eu me mantive quieto, me mostrei cooperando com eles, até mesmo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poder conseguir mais provas. E, por infelicidade, eles caíram nisso e foram me municiando do que eu precisava para, no momento oportuno, divulgar para o povo.

Com relação à sua pergunta sobre notícia de assessores, eu não tive mais notícia de ninguém, eu não tive mais contato com ninguém no Tribunal Superior Eleitoral, tampouco no Supremo Tribunal Federal. Não sei qual hoje é a composição do gabinete, se servidores estão lá ou não estão lá, se alguns foram para outras áreas ou se alguns que eram de TREs voltaram para seus TREs.

E com relação à sua segunda pergunta... Aliás, aqui eu anotei e perdi, Senador. Deixe-me só tentar... Poderia refazer, por favor?

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) – Se você aceitaria uma acareação com o Alexandre de Moraes, caso ele tenha realmente essa coragem de enfrentá-lo. Se você aceita uma acareação com ele.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Seria o meu maior prazer nesta vida: poder estar de frente com ele e falar tudo o que eu tenho aqui, e que ele sabe por que, no dia 15 de dezembro de 2024, ele teve acesso ao meu WhatsApp. É óbvio que ele não teve acesso aos empresários, porque não estavam no meu WhatsApp, estavam no meu computador, mas seria um prazer imenso poder estar de frente com ele e levar tudo isso e ver qual seria a reação dele.

**O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO** (Bloco/PP - ES) – Eu peço ao Senador Flávio que encontre com a assessoria um movimento e faça essa provocação para que o Alexandre de Moraes, inclusive, tenha a oportunidade de se defender diante das acusações que estão sendo feitas. Acho que esta Comissão tem a obrigação de fazer essa provocação. E ele, naturalmente, espero que ele aceite, pelo bem do Judiciário brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Ministro Alexandre de Moraes, assim como o Ministro Barroso, estava convidado para participar desta audiência aqui, aprovada por esta Comissão, mas, obviamente, ignoraram o convite.

Fica aqui o desafio público ao Alexandre de Moraes: Alexandre de Moraes, topa uma acareação aí com o Tagliaferro? Ele próprio, aqui, aceitou esse desafio.

Passo a palavra ao Deputado Zé Trovão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ZÉ TROVÃO** (Bloco/PL - SC. Para expor.) – Sr. Presidente, quero iniciar minha fala parabenizando o senhor por presidir uma tão importante Comissão do Senado. Quero dizer do orgulho que eu tenho deste nome que o senhor carrega: Bolsonaro – Flávio Bolsonaro, Eduardo Bolsonaro, e tantos Bolsonaros, Carlos Bolsonaro, o nosso pequenininho que está lá em Santa Catarina, o garotinho, Jair Renan Bolsonaro, e, em especial, o nosso Presidente Bolsonaro. Quero dizer da gratidão que eu tenho de fazer parte de um time que luta ao lado desses que nunca se acovardaram e nunca baixaram a cabeça.

Quero parabenizar o Dr. Eduardo Tagliaferro e dizer que ele nos traz muito orgulho. Um homem honrado, que trabalhou para um dos maiores tiranos do mundo. Se a gente for equiparar, dá para equiparar Alexandre de Moraes a Hitler. Só para quem conhece a história de um ditador a fundo pode dizer que Alexandre de Moraes é imagem e semelhança de Hitler. Está ficando louco, Deputado? Não. Ele assassinou o Clezão na cadeia. Ele matou o Clezão. A responsabilidade, este sangue está nas mãos de Alexandre de Moraes, quando o Ministério Público mandou que o soltasse pelos problemas de saúde aquele homem, e ele negou. E digo mais: ele pode já ter matado Daniel Silveira ou vai matar, porque, pela última reportagem que eu vi, nem um advogado sabe como está Daniel Silveira.

Então, nós estamos falando de um homem que é um tirano e que fez muita maldade com este Deputado aqui: me colocou na cadeia, me deixou 18 meses de tornozeleira, acabou com a minha vida nas redes sociais, tirou, bloqueou, fez um inferno na minha vida. Ele só não matou. E como dizia meu pai, eu sou bananeira que dá cacho. Você pode cortar no meio que depois cresce de novo e dá fruto. E eu não tenho medo de Alexandre de Moraes, assim como Tagliaferro, eu tenho que parabenizar esse homem.

E quero te exortar em uma coisa: esses dias você deu uma entrevista dizendo que nós, que muitos Deputados tinham te abandonado, infelizmente, eu não tenho seu contato, mas, se eu puder ter, vai ser um prazer estar falando contigo e te dando força moral, porque é o que nós podemos fazer.

O que nós conseguimos fazer hoje na política é a força moral verbalizada, porque todas as nossas ações legislativas são todas destruídas pelo Ministro Alexandre de Moraes ou, quando não por ele, por Barroso, por Flávio Dino, por toda aquela corja, porque, se juntar tudo, não dá um. É comunista, é socialista, é tudo da pior espécie.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Sr. Tagliaferro, o que eu tenho para dizer para o senhor é que nós estamos aqui tentando reverberar de maneira prática e absoluta tudo que V. Sa. está fazendo por este Brasil. E Deus, Deus é muito bom, porque Deus escolheu, no meio dos loucos, um louco que ia se manifestar. E sobre isso eu conheço um pouco – não tão bem quanto o senhor, Senador Magno Malta, que é um dos maiores letrados, depois do nosso Pastor Silas Malafaia, na Bíblia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. ZÉ TROVÃO** (Bloco/PL - SC) – Mais loucos. E Deus te escolheu para estar no lugar certo, na hora certa, porque tudo o que V. Exa. está trazendo aqui, hoje, porque o senhor já falou sobre tudo isso na imprensa, mas o peso que se tem, trazendo isso a uma Comissão no Senado Federal, é um peso 10, é um peso ímpar. E é, através da sua ação, em conjunto à ação que será tomada pelo nosso Presidente Flávio Bolsonaro, junto com todos os Senadores, que dará início... E marquem a fala deste Deputado: "Hoje é o início não da condenação de Jair Messias Bolsonaro, o nosso Presidente da República; hoje é o início do fim da ditadura de Alexandre de Moraes!", um homem que eu ainda verei atrás das grades pelos crimes que cometeu.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer ao senhor, Sr. Tagliaferro

**O SR. MARCIO BITTAR** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - AC. *Fora do microfone.*) – Pergunta das urnas eletrônicas.

**O SR. ZÉ TROVÃO** (Bloco/PL - SC) – Nenhuma pergunta. Mas eu gostaria apenas que o senhor reverberasse algo que me deixou assustado: a perseguição aos Parlamentares. Quando eu ouvi, quando me mandaram o vídeo em que ele cita inclusive o meu nome... Fui muito perseguido e, em alguns momentos, houve fases em que a gente não sabia o que ia ser. Eu, tinha dias, Senador, que eu não sabia se eu seria preso ou morto, porque a gente fica todos os dias desesperado. Eu, desde que assumi como Deputado Federal, nunca dormi uma noite completa. Não tem um dia que eu consigo repousar no meu travesseiro, porque todos os dias, desde que eu pisei no Congresso Nacional, eu espero a Polícia Federal na minha porta novamente às 6h da manhã.

Então, hoje, nós estamos aqui transformando o sonho do povo brasileiro em realidade. Gravem isso, todos os que nos assistem: está caindo por terra toda a maldade de Alexandre de Moraes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Meus parabéns, Dr. Tagliaferro, pela sua postura, pela sua coragem. Que o Pai, que o nosso Pai Eterno, nosso Senhor Jesus Cristo, esteja sempre ao lado do senhor e da sua família. E, em breve, eu quero receber o senhor ou no aeroporto de Brasília, ou no aeroporto de São Paulo, ou no do Rio de Janeiro, onde o senhor quiser, em grande festa, porque todos os perseguidos políticos um dia retornarão ao Brasil em um país livre, longe da ditadura do Judiciário brasileiro e longe de bandidos como Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência.

Nós devolveremos a cadeira ao nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro. Esse é o único homem que mostrou ao Brasil a máfia e a cara ruim de toda a ditadura que acontece no país, o sistema e como ele age.

Meu muito obrigado e que Deus o abençoe.

Estamos juntos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Zé Trovão. (*Palmas.*)

Passo a palavra então ao Deputado Mauricio Marcon.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Para finalizar, não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Chegou o Coronel Meira agora.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS. Para expor.) – Chegou o Coronel Meira.

Tagliaferro, boa tarde. Boa tarde a todos. Eu quero, em primeiro lugar, pedir-lhe desculpas se, eventualmente, eu fizer alguma pergunta que o senhor já tenha respondido. O voo chegou perto das 14h e, assim que eu cheguei, me desloquei para cá. Então, se eventualmente eu for indelicado e perguntar algo que já foi perguntado, peço que responda.

Bom, em primeiro lugar, eu quero dizer que Jesus Cristo, quando estava na cruz, Tagliaferro, tinha um bandido de um lado e um cara que se arrependeu do outro. E a gente vê pelas suas falas que certamente você é o cara que se arrependeu. Quando Deus o colocou no Supremo Tribunal Federal, mais precisamente no TSE, onde era o cargo que você ocupava, certamente, você foi um instrumento do Senhor para que hoje nós pudéssemos estar aqui, apreciando essas revelações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assombrosas que o senhor trouxe para nós e expondo todo o esquema de perseguição contra inocentes promovida pelo Ministro Alexandre de Moraes.

Admiro-me muito, senhores, que esses cidadãos ainda digam defender a democracia perante revelações tão bombásticas como a que você trouxe hoje. A gente não pode esquecer, Presidente Flávio, Senador Magno Malta e colegas, que Lula está solto e presidindo o Brasil, porque acharam uma conversa de compadres entre duas pessoas que, em qualquer processo, seria tratada como normal, mas esses mesmos que dizem que aquilo foi uma fraude processual hoje, talvez entendam que uma fraude comprovada como a que você trouxe não traga argumentos suficientes, para impedir todo esse processo de perseguição à direita que vem tendo aqui no nosso país.

Bom, em primeiro lugar, se você me permite a indelicadeza, mas dentre os pontos bombásticos que você trouxe, há a questão da fraude processual. Os vídeos que estão correndo na rede social... Eu sou economista, não sou advogado, nem sou ligado ao direito. Eu queria pedir-lhe uma gentileza, em poucas palavras, Tagliaferro, que você pudesse explicar para minha sogra, lá do interior de Caxias do Sul, entender o tamanho do absurdo do que foi vivido e o que foi feito sobre essa questão de fraude processual. Você consegue explicar para nós, em poucas palavras, como isso aconteceu, como isso fere o direito e por que esse fato deveria anular todos os processos que foram perpetrados por Alexandre de Moraes?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Deputado Mauricio Marcon, boa tarde, obrigado pela pergunta. Esperamos que todo esse trabalho, toda essa dedicação e o sofrimento de muitas pessoas, tanto perseguidas quanto exiladas, sejam recompensados com uma solução para o país – vamos torcer por isso.

Com relação à sua pergunta, eu vou responder de fato como responderia para um leigo, para uma pessoa que não conhece nada, que fique bem claro: trata-se de uma manipulação, de uma criação de uma investigação que nunca existiu – nunca existiu –, colocada anterior à data da busca e apreensão, justamente para justificar que essa busca e apreensão não se deu somente com base numa matéria jornalística produzida pelo Amado, do *Metrópoles*, e sim, fraudulentamente, com base em uma investigação que nunca existiu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se os senhores pegarem e olharem a divulgação, ou seja, as matérias que saíram na imprensa do dia que ele tirou o sigilo desse processo – e ele apresentou as provas dizendo que tinha uma investigação preliminar –, vocês vão ver todo esse material que eu apresentei, inclusive os mapas mentais. Ele não tem como negar, não tem como negar.

Então é isso, é a fraude, a mentira contada, em um processo, fora da sua fase. Isso faz com que o processo seja totalmente inválido, que ele não tenha qualquer tipo de segurança jurídica, que ele seja invalidado, que ele seja invalidado.

E eu volto a reforçar que, se ele fez isso nesse, que por infortúnio, por azar dele, o Airton Vieira acabou me confidenciando, me passando, por não saber fazer e precisou dos meus apoios, dos meus auxílios informáticos, se esse chegou até mim, imagine quantos outros que não chegaram até mim, porque todos os processos dentro do gabinete de Alexandre de Moraes são processos físicos, inclusive o meu, o que eu respondo. Ele só libera o que é de interesse dele. Ele manipula, ele faz naquele gabinete um grande jogo de xadrez, em que os processos estão com ele, e ele lida, está jogando com as pessoas, dando xeque-mate, assim como se fosse uma pecinha de xadrez.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Tagliaferro, então para minha sogra, lá do interior, entender de uma forma bem simples: ele mandou fazer uma operação sem nenhum tipo de processo contra essas pessoas, e depois, para justificar esta operação ilegal, ele mandou criar um processo *fake* para dizer que o que ele tinha sido feito tinha veracidade, sendo que esse processo *fake* foi colocado com uma data anterior do que realmente teria acontecido. É isso em linhas gerais?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Exatamente isso.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – É... Então, tu falaste uma coisa bem importante: este caiu na tua mão, mas a gente pode afirmar que este *modus operandi*, assim... Esse modo de operação que ele fez, tu podes dizer se foi somente no teu? Ou se recai a suspeita em que isso teria sido feito sobre outros processos também, inclusive de perseguidos pelo 8 de janeiro? A gente tem diversos aí "copia e cola" de processos. Enfim, quanto isso se alastrou pelo Supremo ou foi só neste caso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Olha, eu não tenho notícias com relação a outros casos. O que eu posso dizer é que, alguns relatórios, alguns procedimentos, ele guardou na manga para usar em momento oportuno. O que seria o momento oportuno para ele? Quando ele tivesse um ataque – isso é o que eu entendo, tá? –, quando ele tivesse que usar isso politicamente. Um exemplo claro disso é a busca e apreensão, aliás, a prisão de Roberto Jefferson, tá? Aquele material foi confeccionado numa sexta-feira, ele fez um escândalo, ele obrigou todo mundo a trabalhar fora do horário, porque segunda-feira ia ter uma operação da Polícia Federal para isso. Então, ele precisava... (*Falha no áudio.*) ... chegou na (*Falha no áudio.*) ... como um cachorro na sexta-feira, e não aconteceu – segunda, terça –, e eu questionei o Airton Vieira. Eu falei: "Olha, mas por que não aconteceu? (*Falha no áudio.*) ... trabalhamos aí (*Falha no áudio.*) ... com aquela pressão, com toda aquela tortura, pô!". Ele usou esse relatório, ele fez essa busca e apreensão 30 dias depois na casa do Roberto Jefferson.

Então é claro que ele tem material, ele fez bastante material, não só produzido pela Aeed, mas por outros órgãos e por outras pessoas, que ele usa na hora em que ele quer. Disso, não duvido que ele solte alguma coisa agora, que foi produzida no passado, foi produzida dois, três anos atrás, um mês atrás. Essa é a forma de agir dele. Ele não é um juiz, ele é um jogador.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Tudo isso de uma forma ilegal.

E falando em ilegalidade, tu trouxeste também a questão do Gonet, né? Ele pedia, então, para produzir provas, pelo que eu consegui entender. Isso, no meu ponto de vista, juridicamente, como um leigo, é totalmente ilegal, e me corrija se eu estiver errado.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sim, sim, é totalmente ilegal. Todos os procedimentos que ele fez de perseguição, de começar um processo já após a sentença, são ilegais.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Tá.

Então, o Paulo Gonet, a gente pode afirmar com tranquilidade que ele estaria em conluio com as ilegalidades promovidas por Alexandre de Moraes. E é bom a gente deixar bem claro, para a D. Maria que está em casa acompanhando, de que tudo isso que tu estás afirmando tu tens provas documentadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Eu jamais estaria fazendo isso sem ter qualquer prova. Eu sou um perito e trabalho com provas. Então, não seria diferente, no caso no qual eu estou envolvido, fazer as provas para que não houvesse contestação de nenhuma das partes em momento e para que isso fosse tratado como de fato verídico, verdade como que é, entendeu?

E, com relação a Paulo Gonet, sim. Inclusive o material que está aí junto com os senhores é bem claro, dizendo que ele conversou... o Secretário dele me passou que, em conversa com o Ministro Alexandre de Moraes, eles trataram alguma coisa. E a gente sabe que não existe tratativa entre Ministério Público e magistrado. Por menos, Deltan e Sergio Moro tiveram todo esse problema; por menos, a Lava Jato (*Falha no áudio.*) ... que não pode acontecer, que, quando se trata de amigos, a operação, o processo cai; e, quando se trata de inimigos, não existe, não tem fala, não tem ilegalidade.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Eu não sei se tu estás sabendo, mas o *UOL* pegou a tua fala sobre Paulo Gonet e publicou que tu aproveitaste esta sessão do Senado para divulgar o telefone do Paulo Gonet de uma forma como se fosse... para que ele fosse perseguido. Em vez de eles darem o contexto da ilegalidade que tu trouxeste, eles trouxeram dessa forma, como se tu fosse aí alguém que estivesse querendo expor.

Eu quero te perguntar...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Eu vou dizer...

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Perdão...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Eu vou dizer uma coisa para o senhor, desculpa te interromper...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Deputado Marcon... Só um minutinho, Tagliaferro.

Em nenhum momento o Tagliaferro divulgou o telefone de Gonet.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Tem que avisar o *UOL*.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Escute.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles estão mentindo. Isso aqui está tudo gravado. Ele falou, expôs, e todos os *links* estão com a Comissão. Inclusive eu estou aqui com as conversas de Gonet, com o espelho das conversas de Gonet, que certamente vai ser reconduzido, vai ser ressabatinado. Eu estou com as conversas dele aqui. Então não há divulgação de nada dele, né? Não há divulgação.

A divulgação é da burla do processo legal que eles faziam no entorno fora do processo legal, até porque não tem processo legal de maneira nenhuma, né? Mas eles faziam burla e trocavam mensagem em WhatsApp pessoal. Se falar em WhatsApp pessoal é o número de alguém, ele falou em WhatsApp pessoal. E aqui realmente tem coisas, né? E nós tomamos o cuidado, o Presidente da Comissão, o Flávio, de não colocar o *link*, todos os *links*, todos, que já estão com a Comissão, no *site* da Comissão e deixar tão somente à disposição dos advogados da associação da família dos presos do dia 8, para que eles tenham contato.

Então, se o *UOL* divulgou que o Tagliaferro divulgou celular de Gonet para que Gonet fosse perseguido, assim, a gente vê a velha mídia a serviço da mentira, a serviço de narrativas, tentando descredibilizar essa testemunha completamente credibilizada não pela fala, mas pelos documentos, pela documentação, pelas datas, pelos números de inquérito, pelas trocas de conversa, pelas orientações.

Então, assim, Deputado Marcon, eu o interrompi, de maneira que a gente também nem sabia dessa informação que V. Exa. deu de que eles deram isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... exatamente para proteger o Tagliaferro, porque em nenhum momento ele deu o número de telefone de ninguém aqui.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Tagliaferro, para a gente... Tu falaste sobre a CNN, que tu terias enviado esses documentos que são, meu Deus do céu, me falta até adjetivo para descrever. Qual foi a desculpa da emissora para não fazer divulgação deste material que tu trouxeste hoje aqui no Senado?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Deputado, com relação à divulgação do telefone, em momento algum eu divulguei o telefone do Dr. Paulo Gonet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um fato importante, e tem que ser dito aqui neste momento, que a própria Polícia Federal – em conluio, com a autorização de Alexandre de Moraes – no momento em que teve acesso ao meu WhatsApp, a todo esse conteúdo que os senhores estão vendo aí, no processo, na data de 15 de dezembro de 2024, inclusive a agenda telefônica do meu celular pessoal, eles deixaram tudo isso aberto, autoridades, número de autoridades, tanto do Brasil como de fora, membros da OEA, o próprio Diretor da Polícia do Senado, Diretor da Polícia Federal, delegados federais, Deputado, o próprio Paulo Gonet.

Então, isso ficou aberto por um tempo, conversas pessoais entre mim e a minha esposa ficaram abertas, com o objetivo de difamar. E os meus advogados peticionaram os autos pedindo para que isso fosse fechado, não por questão das minhas conversas, mas sim pela exposição de pessoas importantes dentro do Brasil, feita por Alexandre de Moraes e pela Polícia Federal. Não sei se isso foi fechado, como que está, porque eu não tive mais acesso.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – É...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Com relação à pergunta do senhor... Pode falar, Deputado.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Não, eu ia... Eu queria que tu me respondesses, e tu vais me responder... desculpa, pode complementar.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Com relação à CNN, a desculpa que ela me deu foi a seguinte. Eu converso com o âncora da matéria da CNN há quase um ano, quase um ano. Ele escreve, reescreve, ele foi entendendo tudo. Na verdade, ele viu tudo e, assim, o que ficou mais forte para ele eram os empresários e a PGR – e eu fiz questão de falar aqui.

No começo de julho, a gente começou as tratativas para isso, e ele passou isso para o que chamam de tríade. Então, a tríade sabia o que tinha, sabia do que precisava, e em momento algum questionou o material.

Então, começou a se escrever, escrever, escrever a matéria, reescrevia, ele me fazia perguntas, eu falava. Eu cheguei a gravar áudios, a pedido do âncora, para caso eu fosse preso ou assassinado, para que essa matéria já estivesse pronta, não só com o vídeo, mas com os áudios – caso não desse com o vídeo, com os áudios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o que aconteceu no último dia? Porque eu fui dando prazo, prazo, prazo, prazo. Aí eu falei: "O dia é agora". No último dia, eu tive a triste notícia de que a tríade da CNN virou e falou que se precisava fazer uma prova pericial. E, inclusive, o perito que invalidou as provas ligou para eles, e eles não quiseram, ligou antes de eles falarem isso.

Aí eu falei: "Como os senhores vão fazer uma prova pericial, se o material está comigo, vai vir alguém até aqui? Porque o telefone não chega até aí". Aí eles falaram: "A gente vai dar um jeito". Aí eu falei: "Porque em *print* os senhores não fazem prova", em *print* não fazem.

Conclusão, eles tiveram acesso desde o começo, sabiam do que se tratava e, em vez de, naquele primeiro momento, partir primeiro para uma perícia, para depois fazer a matéria, eles fizeram toda a matéria e vieram com a desculpa da perícia.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – E esse material é o mesmo que tu já colocaste aí para emissoras internacionais, na Europa, Parlamento, que tu citaste em algumas entrevista? Ou tem mais ainda alguma coisa que a gente tem que esperar, algum absurdo maior ainda?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Deputado, é o mesmo material que está nos Estados Unidos, em posse do Governo americano, é o mesmo material que está junto ao Parlamento europeu, ao Parlamento italiano.

Com relação a ter mais, tem muito material, mas é mais do mesmo, tá? São simplesmente as certidões, são diversas conversas que mostram claramente uma perseguição a um lado político e não ao outro. São pedidos de várias pessoas do tribunal, pedidos feitos pelo segurança do Ministro, pedidos feitos por aquela Letícia, pedidos feitos por várias pessoas em prol de um ataque à direita. Isso tem bastante e acredito que seja mais do mesmo.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – E eu quero te fazer uma pergunta que... Já para encerrar, Presidente. Tu recebeste, em algum momento, algum pedido para censurar, perseguir, gerar prova ou fazer qualquer coisa desses absurdos feitos por Alexandre de Moraes em retaliação a alguém da esquerda? Porque a gente viu diversas vezes, durante a campanha, absurdos sendo falados, coisas sendo escondidas, enfim. Em algum momento o Ministro Alexandre de Moraes, o PGR... Houve, em algum momento, algum pedido nesse sentido para algum Parlamentar da esquerda, ou eles eram todos tratados como santos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Nunca aconteceu um pedido, uma solicitação, tanto pelo Ministro como numa denúncia teoricamente anônima pelo canal do TSE, por qualquer servidor dentro do TSE ou qualquer pessoa em volta do Ministro, com relação à esquerda. Sempre foram todos de direita.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – É, então, assim...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Esse foi um dos questionamentos que eu fiz para uma servidora que eu tinha lá: "Por que não vem matéria de esquerda? A esquerda não faz nada, é só a direita?". Aí ela, indignada, fez assim para mim, justamente este sinal, e eu já entendi.

**O SR. MAURICIO MARCON** (Bloco/PODEMOS - RS) – Presidente Flávio, a gente tem aqui... Tu falaste muito sabidamente, anteriormente, que, se fossem trocados os artistas – Lula tendo sido perseguido por um ministro indicado aí por um inimigo político, algo do gênero –, a eleição seria cancelada. Isso é um fato... Quando se fala que não houve fraude na eleição, a gente pode estar dizendo das urnas, mas, sobre a questão de perseguição, isso é claro. O Presidente Bolsonaro foi obviamente prejudicado por toda essa perseguição que aqui está, e agora a gente a tem documentada.

Então eu acho que a gente realmente precisa levar isso a sério. A imprensa, a gente viu nas palavras do Tagliaferro, talvez tenha medo do Ministro Alexandre de Moraes. E é justo que tenha, porque ele é um superpoderoso, em que o Poder moderador, que era o Senado, conseguiu avançar até certo ponto, mas a gente tem restrições, né? E o que a gente viu aqui hoje é que foi um processo completamente viciado e que Lula administra um país sem legitimidade, no meu ponto de vista.

Muito obrigado, Tagliaferro, parabéns pela coragem!

Obrigado, Presidente, agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu concedo a palavra ao Deputado Coronel Meira, do nosso querido Pernambuco.

**O SR. CORONEL MEIRA** (Bloco/PL - PE. Para expor.) – Boa tarde, Brasil. Boa tarde, meu Pernambuco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Iniciando, quero parabenizar esse belo trabalho da Comissão de Segurança Pública aqui do Senado Federal, em parceria total – é bom que o Brasil saiba – com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara Federal. A gente tem trabalhado muito essas pautas, principalmente no combate ao crime organizado, em que a gente está bem focado, para que a gente consiga realmente dar uma segurança pública melhor para o povo brasileiro.

Mas, Tagliaferro, eu vou ser bem direto nas perguntas. Assisti a boa parte, mas tive que ir fazer um trabalho agora das guardas municipais, estava lá no Nereu Ramos. Eu queria saber de você, Tagliaferro, sobre a PET 10.775 do Supremo Tribunal Federal. Tem um pedido seu – seu – para o bloqueio das contas da filha adolescente, de 16 anos de idade, do Oswaldo Eustáquio, a Mariana.

Com base nesse pedido feito e assinado pelo senhor, o Ministro Alexandre de Moraes determinou o bloqueio das contas dela, de Mariana; ou seja, o gabinete de Alexandre de Moraes pediu o bloqueio pelo TSE e julgou o seu próprio pedido no STF, sem passar pelo Ministério Público. O senhor lembra – essa é a pergunta – quem pediu para o senhor bloquear as contas de Mariana Eustáquio? Essa é a primeira pergunta que eu tenho a fazer.

A segunda... Eu acompanhei – está certo? – os *prints* da Abin, a gente viu, eu tenho aqui, eles inclusive estão aqui comigo, onde você é bastante ativo na perseguição aos alvos, e, agora, depois desta audiência pública aqui, a gente está vendo como foi realmente que aconteceu, com Carla Zambelli, Constantino, Fiúza, Oswaldo Eustáquio, Paulo Figueiredo, enfim, a todos.

Também li que o senhor disse que a intenção de Alexandre de Moraes era ser Presidente da República. Eu quero que o senhor confirme isto: que Alexandre de Moraes disse que queria ser Presidente, Presidente da República.

Então a minha pergunta se divide em duas. Em que momento o membro ativo da organização paralela de Alexandre de Moraes percebeu que era um erro o que estavam fazendo? Em que momento pulou fora do barco? Mais ou menos o amigo já explicou – está certo? – tudo que aconteceu.

Mas aí eu quero, exatamente, focar... Atenção, Senadores! Atenção, Senado! Atenção, Brasil! Considerando a informação que o senhor trouxe acerca da tentativa de chegar à Presidência, é correto afirmar que o julgamento que acontece neste momento – neste momento – no STF, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está acontecendo agora, é uma ação de Moraes para tirar Bolsonaro do caminho, para deixar Bolsonaro sem poder disputar a próxima eleição à Presidência da República? São as duas perguntas que eu tenho.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Deputado Coronel Meira. Obrigado pela pergunta.

Com relação à PET 10.775, que eu anotei aqui, que pediu o bloqueio das contas da Mariana Eustáquio, eu me recordo de que veio um pedido do Ministro Alexandre de Moraes, ou através do gabinete de algum juiz auxiliar, dizendo que ela já possuía por volta de 300 mil, 400 mil em Pix na conta. Foi pedido para relatar, possivelmente virou um relatório e algum servidor do meu gabinete colocou isso no PJE para que fosse feito pelo TSE, por ser mais rápido.

Eu não acompanhei esse processo, não tive... Não sei nem qual foi o resultado. Acredito que tenha sido bloqueado imediatamente, da mesma forma como ele fez...

**O SR. CORONEL MEIRA** (Bloco/PL - PE) – A conta continua bloqueada. Até para ir a um dentista, Tagliaferro...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Eu imagino.

**O SR. CORONEL MEIRA** (Bloco/PL - PE) – ... ela precisa exatamente de ajuda. E ela tem hoje mais de 500 mil na conta.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Eu imagino, porque deixei de pagar a casa onde moram as minhas filhas, eu deixei de pagar a escola, eu estou deixando de dar alimentos, um monte de coisas para as minhas filhas, que não é tão diferente. Essa é a forma como ele tem de agir. Isso não se deu só com ela, não; se deu com mais pessoas que a gente já sabe.

Então, esse pedido veio dele, foi colocado no PJE, com certeza por algum dos meus assessores, e a assinatura saiu, porque saía em lote um monte de assinaturas. Então eu não tenho muita noção do que foi para frente, mas eu tenho certeza de que foi bloqueada.

Com relação ao momento em que eu descobri – essa aqui é a terceira vez que eu sou perguntado dentro desta Comissão; inclusive é até bom para que eu reafirme, mais uma vez, o momento –, foi justamente o momento em que, primeiro, na primeira semana, eu percebi que só

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tinha coisas de direita e nada de esquerda, como eu falei agora há pouco; e o segundo momento foi o momento em que apareceu essa situação referente ao caso dos empresários, essa fraude processual, que isso, sim, me deixou totalmente preocupado, indignado. Nada do meu material foi apagado. Eu preservei, me fiz de – como eu vou dizer?... O senhor é policial, o senhor sabe como funciona. A gente acaba dando uma de infiltrado, a gente concorda com o sistema justamente para a gente adquirir a confiança do sistema e conseguir o máximo possível de provas.

Eu tenho toda essa formação, sou um perito e soube muito bem como conduzir isso, tanto que estou aqui, neste momento, trazendo toda essa verdade, não só para esta Casa como para todo o Brasil.

Então, esse foi o momento em que eu percebi que algo... tive certeza de que algo estava errado.

Com relação ao julgamento, o que eu penso do julgamento, não só de Bolsonaro, mas, sim, de toda a direita, de todos as figuras em evidência da direita, de fato, é evidente, é claro que se trata de uma perseguição para que eles se tornem inelegíveis e não sejam candidatos, para que a oposição – talvez aí o partido de Alexandre de Moraes, eu não sei quem que é amigo, eu não sei dizer –, ou até mesmo ele, para que eles não concorram, não vençam, dando chance para outros.

Sobre a questão de ser Presidente da República, eu ouvi não só dele... dele que eu digo, assim... A Cristina foi bem clara com isso: ele não sairia do STF este ano agora que vem, sairia no próximo, porque ele deseja ser Presidente da República. E também tive essa mesma afirmação de uma aluna à época em que ele estava saindo da Faculdade do Largo de São Francisco, da USP, e ele já, na época de estudante, afirmava que o sonho dele era que ele iria ser Presidente da República.

**O SR. CORONEL MEIRA** (Bloco/PL - PE) – Muito obrigado.

Realmente está aí, Brasil: o objetivo de Alexandre de Moraes é ser Presidente da República do Brasil.

Esse ditador não respeita nem as crianças. O que é que tem Mariana a ver com o Eustáquio?

Então, está mais do que... E a gente tem que agradecer esse trabalho da Comissão. Está provado o objetivo de Alexandre de Moraes: quer ser, Helio Bolsonaro, Presidente da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado, Coronel Meira.

Eu disse aqui que o Tagliaferro não havia mostrado, mas foi num momento em que eu não devia estar aqui, em que ele mostrou a tela do celular dele, com as mensagens do Procurador Gonet.

E, realmente, quando você põe algo fotografado, aparece de trás para frente, invertido, e alguém disse que estava na mídia que ele tinha mostrado o telefone do Dr. Gonet, o Procurador-Geral. Realmente é sim, mas não é tão visível quando ele virou a tela.

Mas eu quero aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele mostrou o diálogo tão somente, não quis mostrar telefone de ninguém, mas eu gostaria de fazer essa palavra, porque eu reafirmei que ele não mostrou. Eu não percebi exatamente este momento e, se vi, não prestei atenção em nenhum número de telefone que ali estava. Por isso eu quero refazer a minha fala aqui daquilo que está na mídia, porque realmente ele mostrou a tela, que foi essa tela que está aqui na minha mão.

Tem mais alguém inscrito?

O Deputado Helio está inscrito? (*Pausa.*)

Porque, quando ele...

O Deputado Caveira...

Bom, sobre o desejo de Alexandre ser Presidente, ele pode ser; sonhar não paga. Agora, tem muito lugar vago aí. Por exemplo, o Idi Amin Dada já morreu. Quem sabe a pessoa mais próxima da mente de Idi Amin Dada seja ele. Então, ele seria uma pessoa indicada para substituir esse ditador sanguinário, Idi Amin Dada, e o mundo assistiu as perversidades que esse indivíduo fez quando Presidente no país da África.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você me deu o país.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi Ruanda? Uganda? Foi Ruanda ou Uganda?

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É Uganda, Idi Amin Dada.

Quem sabe lá agora tenha eleições livres e diretas, seja uma democracia.

Eu concedo, então, a palavra ao Deputado Caveira por cinco minutos.

**O SR. DELEGADO CAVEIRA** (Bloco/PL - PA. Para expor.) – Sr. Presidente, é uma honra muito grande estar participando aqui desta reunião da Comissão de Segurança Pública no Senado Federal.

Quero dizer da minha indignação por um Presidente da República que nada fez, nada roubou e está sendo julgado de forma totalmente contra o que está nos manuais de direito. Eu me envergonho muito de a Suprema Corte, que é a guardiã da Constituição Federal, fazer manobras ideológicas e políticas para querer condenar um Presidente honesto, bem como diversos generais e diversos outros que participaram do Governo que mais fez pelo Brasil, o Governo que mais lutou e que mais deu resultado ao nosso país.

Sr. Tagliaferro, faço algumas perguntas para que esclareça melhor ao povo brasileiro, principalmente ao povo do Estado do Pará, o que de fato aconteceu nas entranhas, nas vísceras do STF, a mando do ditador da toga Alexandre de Moraes.

Pergunto: durante o período em que o senhor prestou serviços ao Supremo Tribunal, ao Brasil principalmente, direcionando ao Supremo Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral, presenciou ou tomou conhecimento de decisões, ordens que fugiam do amparo legal, de caráter político ou ideológico?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Deputado, boa tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com relação à sua pergunta, já respondi diversas vezes também. Trata-se de ações feitas por Alexandre de Moraes e pedidos, sim, que estão totalmente fora do rito, feitos por WhatsApp, através de seus juízes auxiliares, nos quais ele claramente mostrava uma perseguição a um certo espectro político, intitulando, dizendo que se tratava de defesa da democracia.

Com relação a processo, o que eu posso lhe garantir é somente com base nesse processo referente aos empresários. Com os demais processos, graças a Deus, eu não tive qualquer tipo de contato e espero nunca ter.

**O SR. DELEGADO CAVEIRA** (Bloco/PL - PA) – Segunda pergunta: houve episódios em que o Ministro ou ministros ou assessores impuseram censura, restrição de informações ou direcionamento de investigações de forma a beneficiar determinados grupos políticos?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim, todo o material, todas as análises, todos os pedidos feitos no grupo TSE, ao qual pertenciam dois juízes e eu, são claramente perseguições de um espectro político. Como eu volto a afirmar, de esquerda não tinha nada, somente de direita. Então, foi somente esse espectro político que foi perseguido por Alexandre de Moraes.

**O SR. DELEGADO CAVEIRA** (Bloco/PL - PA) – Terceira e última pergunta: o senhor pode relatar situações concretas em que servidores, ou até o senhor mesmo, ou contratados foram pressionados a agir contra a lei ou contra a Constituição Federal, dentro das diversas instituições?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Ah, contra a lei, acredito eu que foi o caso dos empresários, que está totalmente fora da lei, fora do que eu aprendi na faculdade de Direito e fora do que se faz. Agora, quanto aos demais outros casos, dentro da própria Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, tratava-se só de um relatório.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Como eu volto a afirmar, era um relatório que buscava o que o Parlamentar, ou o que o *influencer*, ou o que uma pessoa comum tinham falado na rede social, confirmava-se que era aquilo, colocava a URL, o *print* daquilo e encaminhava. Então, não tinha nada de, entre aspas, "criminoso", mesmo porque tratava-se de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma análise em fontes abertas, era justamente o material que a própria pessoa que estava tendo ali a sua rede analisada fazia – nem mais, nem menos.

**O SR. DELEGADO CAVEIRA** (Bloco/PL - PA) – Muito obrigado pelos esclarecimentos.

Quero deixar aqui nos Anais desta Casa a minha indignação quando se trata do Ministro perseguidor, sanguinário, ditador Alexandre de Moraes, que quer colocar o STF na contramão da Lei das Leis, da Carta Política, da Constituição Federal.

Ditador da toga, eu tenho certeza de que, se não for neste plano, em outro plano, o senhor pagará por tudo que está acontecendo e tudo de errado que está fazendo com o Brasil.

Bolsonaro livre!

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Boa, Caveira. Ainda bem que você... O apelido Caveira é só um apelido, mas aquele cidadão lá um dia será caveira de verdade.

**O SR. DELEGADO CAVEIRA** (Bloco/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Concedo a palavra ao Deputado Rodolfo... Não, primeiro é o Coronel Assis, do Mato Grosso, meu estado.

Não, eles têm um despeitozinho. Quando é Mato Grosso do Sul e você fala só Mato Grosso, eles falam: "Não, Mato Grosso do Sul".

**O SR. CORONEL ASSIS** (Bloco/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas está tudo bem aí, né?

**O SR. CORONEL ASSIS** (Bloco/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Tudo bem, tudo bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Coronel Assis, com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CORONEL ASSIS** (Bloco/UNIÃO - MT. Para expor.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar esta Casa, através desta Comissão, em poder trazer esses esclarecimentos e essa luz no fim do túnel, justamente num caso que choca todo o Estado brasileiro.

Nós sabemos que o Presidente Bolsonaro é a maior vítima das injustiças praticadas por um sistema que hoje usa a Justiça e se utiliza dela como instrumento para poder assassinar a reputação de uma pessoa, numa gestão que eu tenho plena convicção, Senador, de que foi escaneada – foi passado justamente um *scanner* em toda a sua gestão, nos anos em que o Presidente tomou conta do nosso país e fez muito bem ao nosso país. Eu tenho plena convicção de que, se o Presidente Bolsonaro tivesse desviado R$1 sequer de dinheiro público, ele já estaria preso, condenado, processado devidamente há muito tempo, mas, como não tem isso, parte-se do princípio de criar-se uma narrativa, tentar colocar a situação de uma insurgência dentro do Estado democrático de direito, e isso realmente nos deixa muito preocupados, justamente por conta do que traz de reflexo ao nosso país.

E hoje, com o depoimento do ex-assessor Tagliaferro, nós sabemos aí que as coisas estão se descortinando e muitas verdades foram, sim, expressadas e mostradas a todo o Brasil.

Aqui, Sr. Tagliaferro, eu queria também parabenizar V. Exa. pela sua coragem de poder estar colocando essas verdades para que esta Casa aqui possa externá-las ao povo brasileiro.

Eu tenho também duas perguntas e eu gostaria de fazê-las aqui a V. Exa. Primeiro: o senhor acredita que essas ações e decisões tomadas pelo Ministro Alexandre de Moraes nessa situação foram tomadas e motivadas por razões pessoais, políticas ou institucionais? Poderia detalhar, dentro do que o senhor já falou até agora aqui e do que o senhor sabe, viveu e tem prova, nesse contexto, como esses abusos aconteciam, de forma sistematizada, motivada por esse Ministro que, com certeza, usava e abusava do seu poder em relação aos seus subordinados?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Deputado Coronel Assis, obrigado pela pergunta.

O que eu posso falar para o senhor aqui com relação à sua pergunta, se eu acredito que essas ações tinham cunho pessoal, político ou institucional, é muito difícil eu ter essa certeza justamente porque eu não convivia com ele, eu não tenho contato com as pessoas com as quais ele convive. O que eu posso afirmar é que, pelo conteúdo, pelo que foi passado, aparentemente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trata-se de uma perseguição a um lado do espectro político, no caso a direita, tá? Muitas coisas também entendo como tratado de forma pessoal: o caso do Allan dos Santos, o caso do... Principalmente do Allan dos Santos e principalmente do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro. Acredito que ele saiu da esfera jurídica e foi para a esfera pessoal. Isso é uma coisa muito terrível e que não deveria acontecer.

**O SR. CORONEL ASSIS** (Bloco/UNIÃO - MT) – Ótimo.

Uma outra pergunta que eu queria fazer aqui para a gente poder encerrar também: dentro do tempo que você ficou trabalhando lá nesse serviço para o qual você foi designado, você também conseguiu identificar, dentro dessas determinações advindas do Ministro ou de pessoas que estejam ligadas direto ao Ministro, há alguma evidência que pudesse externar ao povo brasileiro que isso estaria sendo realmente levado a efeito justamente pela questão do abuso de poder que estava sendo praticado naquele momento pelo Ministro Alexandre de Moraes?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – É claro que tudo que ele faz trata-se de abuso de poder. A gente não pode ter qualquer tipo de dúvida com relação a isso. Por todos os processos, por toda a forma de agir, até por ele não querer comparecer, por ele não se manifestar, ele se sente ali dentro um rei, um imperador, e ninguém infelizmente consegue contestá-lo. Alcolumbre, sentado em sua poltrona, em berço esplêndido, não faz nada, não se mexe. É uma vergonha nacional. Então, eu tenho certeza de que ele tem aí garantias de que é um intocável, garantias de que nada vai lhe acontecer, só que, assim, eu nunca identifiquei alguma coisa que externasse tudo isso, somente o material e os pedidos da forma como foram feitos. Isso de fato deixa a gente um pouco preocupado, um pouco atento, mas Alexandre de Moraes é um tanto quanto complicado, é um tanto quanto narcisista, é um tanto quanto perigoso.

**O SR. CORONEL ASSIS** (Bloco/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, mais uma vez, evidencia-se aqui a coragem do depoente frente a esta Comissão.

Eu quero parabenizar, mais uma vez, a coragem de V. Exas., Senadores da República, que possuem a atribuição e a prerrogativa constitucional de poder fiscalizar aquele outro Poder, principalmente no tocante a verificar a ação desta situação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ninguém pode, numa democracia, estar acima do bem e do mal. Sempre tem que ter alguém para ser o freio e o contrapeso. E V. Exas. têm que pegar tudo o que foi externado hoje aqui e mostrar aos outros Parlamentares desta Casa e também a todos os brasileiros, para que eles cobrem os Senadores da República, para que possam dar uma resposta a isso.

Nós não estamos falando, aqui, de promover uma exclusão ou um *impeachment* tacitamente. Tudo aqui segue um rito, segue um processo, no qual as pessoas terão oportunidade de se defender e mostrar que, talvez, não cometeram isso ou deixaram de fazer aquilo. Eu tenho plena convicção da isenção desta Casa e de que, com certeza, se isso acontecer, V. Exas. entrarão para a história da nossa nação, num período em que nós vivemos tempos sombrios.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Muito obrigado, Coronel.

Eu queria fazer uma pergunta a Tagliaferro, antes de passar para o Deputado Rodolfo.

Quero perguntar ao Tagliaferro, porque ele citou o Presidente do Senado, que, enquanto tudo isto acontece, ele está sentado aí na sua cadeira ou deitado em berço esplêndido: o senhor acha que é medo? Medo por medo? Porque medo por medo é você ter medo de uma outra pessoa, ter medo de um animal, ter medo de um cara, porque ele é maior do que você ou porque ele é metido a brabo. É medo por medo ou é dívida? Porque quem deve é chantageado.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador, da mesma forma que Rodrigo Pacheco segurou todas as coisas de Alexandre de Moraes, foi conivente com tudo que viu, vivia no gabinete de Alexandre de Moraes... Sabe, ele chegava ao Tribunal Superior Eleitoral parecendo um chefe de Estado, em seu carro, escoltado por dois à frente e dois atrás, com *highlights* e praticamente sirenes soando.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Pacheco?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – O Pacheco.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ele ia muito lá?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Ia, sim, estava sempre por lá.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enquanto eu via isso... Eu acredito que, se o senhor vir hoje como ele age, é claro e evidente que, talvez, ele tenha feito isso com a intenção de se tornar um Ministro do Supremo Tribunal Federal, porque a gente já ouvia isso no Tribunal Superior Eleitoral, que esse era o anseio e o desejo dele, tanto que um dos juízes que estavam no gabinete de Alexandre de Moraes – o Rodrigo Pessoa, de Minas Gerais, de Belo Horizonte, um Juiz federal – foi colocado, até quando eu ouvi e até onde eu sei, pelo Pacheco; ele foi indicado pelo Pacheco ao gabinete de Moraes. Essa é a informação que eu tive.

Agora, com relação ao Alcolumbre, ele pode, sim, estar envolvido com coisas que estão *sub judice* de Moraes, mas ele também pode ter algum interesse um pouco maior que a gente ainda não sabe, mas em momento certo nós vamos saber.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Será que ele quer ser Presidente da República também? Não tem lugar para tanta gente, não.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Seria um absurdo. Daqui a pouco...

Só tem um Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu vou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, agora é o Rodolfo, de Mato Grosso; o Cabo Gilberto depois; e acho que o último é Helio Bolsonaro, aquele jovem ali.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Não, Helio Moreno.

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É com você, Rodolfo.

**O SR. RODOLFO NOGUEIRA** (Bloco/PL - MS. Para expor.) – Boa tarde, Senador Presidente Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar aqui o Senador Flávio Bolsonaro por esta audiência importante, que trouxe, realmente, um esclarecimento e que talvez seja a chave de todo esse processo ilegítimo que hoje corre contra o nosso Presidente Bolsonaro.

Hoje é um dia triste, Flávio, um dia vergonhoso. É um absurdo jurídico o que estão fazendo com o seu pai, com o Presidente Jair Bolsonaro. O Presidente Bolsonaro é um homem que nunca teve um processo; vasculharam a vida dele, vasculharam a vida do seu pai inteira. E seu pai está sendo condenado hoje e julgado porque ele não se dobrou ao sistema, Flávio, porque ele não se dobrou à corrupção.

O Presidente Bolsonaro não está sendo julgado porque ele tem um triplex, porque ele tem um sítio em Atibaia, porque ele roubou os velhinhos do INSS; o Presidente Bolsonaro está sendo condenado hoje porque ele não se dobrou ao sistema. É justamente por isso, é justamente porque ele não atravessou a rua.

E, hoje, nós sabemos que essa injustiça que estão praticando contra o seu pai, contra a sua família também, contra o seu irmão Eduardo, que está hoje praticamente exilado nos Estados Unidos, e contra o Brasil... Mas tudo isso, Flávio, Senador, é porque o seu pai hoje lidera todas as pesquisas, é porque ele é o único que vence o Lula, com toda a certeza. Esse é o julgamento do Presidente Bolsonaro.

Hoje, realmente, é um dia triste para todo brasileiro de bem, todo brasileiro que é trabalhador, todo brasileiro que defende a sua família, todo brasileiro que tem os seus princípios cristãos. Hoje é um dia muito triste, Flávio.

E, ao mesmo tempo em que a gente vê essa injustiça sendo praticada, essa perseguição implacável sendo praticada contra o Presidente Bolsonaro, hoje nós temos aqui o Eduardo Tagliaferro. Realmente, foi uma surpresa divina esse cara sair de trás das malhadas e hoje estar aqui neste Senado, neste dia tão importante.

Eu quero parabenizar o Eduardo pela coragem de vir aqui e trazer a transparência, mas principalmente a verdade dos fatos que ocorrem em cima desse processo ilícito contra o Presidente Bolsonaro e contra grande parte dos seus apoiadores. Eu quero dizer aqui que, realmente, com tudo o que eu escutei do Eduardo, não traz nenhuma sombra de dúvida de que esse processo tem vícios, que esse processo está condenado à suspensão, sim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria... Primeiro, eu tenho três perguntas aqui, rapidamente, para não ser delongado para o Eduardo Tagliaferro, que eu queria realmente perguntar para ele. Primeiro questionamento, Eduardo: como funcionava essa pescaria probatória do Supremo Tribunal Federal?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Deputado Rodolfo, boa tarde. Obrigado pela pergunta.

Na verdade, não tinha uma pescaria. Existia um monitoramento dentro do gabinete da Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação.

Como eu já disse aqui algumas vezes, todo o material, todas as coisas eram encaminhadas pelo gabinete do STF ou pela Presidência do Tribunal Superior Eleitoral e até mesmo por outros servidores que ficavam ao redor de Alexandre de Moraes.

**O SR. RODOLFO NOGUEIRA** (Bloco/PL - MS) – Mediante tudo que a gente viu sobre o Sr. Airton Vieira, diante das mensagens, eu queria perguntar para o senhor qual o papel executório nessa engrenagem toda do Juiz Airton Vieira.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – O Juiz Airton Vieira somente cumpria as ordens, as determinações de Alexandre de Moraes. Muitas vezes, ele questionava a mim, confidenciava dizendo "Puxa, não aguento mais, está difícil, não sei o quê", mas a gente sabe que, quanto mais próximo, pior é. Ele somente cumpria as ordens dentro do que Moraes tinha traçado, acredito eu, como estratégia processual.

**O SR. RODOLFO NOGUEIRA** (Bloco/PL - MS) – Mas ele sabia que algumas coisas que ele estava pedindo e fazendo eram atos ilícitos?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Óbvio, estamos falando de um desembargador criminal de renome no Estado de São Paulo. Sim, não só sabia como dizia que, embora estivesse ali, no seu cargo de desembargador auxiliar, ele sabia que as coisas ali não estavam indo tão bem, mas que Alexandre de Moraes é que estava assinando, e não tinha que questionar.

**O SR. RODOLFO NOGUEIRA** (Bloco/PL - MS) – Para finalizar, Sr. Eduardo, o senhor é advogado, o senhor foi assessor ali do Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal, ou seja, o senhor tem uma base, um embasamento jurídico muito bom para poder estar ali, dando essa assessoria para o Ministro Alexandre de Moraes. Na sua opinião, diante de tudo isso que o senhor apresentou de provas materiais concretas, qual a sua posição sobre a suspensão imediata desse processo que corre hoje contra o 8 de janeiro?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Bom, Deputado, lá eu não estive com base na minha formação jurídica, né? A minha participação... Eu fui procurado com base na minha *expertise* pericial, na minha *expertise* de localização, de rastreamento, esse tipo de coisa, mas, com relação aos processos, sim, diante das fraudes ou da fraude cometida dentro do caso dos empresários, em um processo físico... Lembrando que todos os processos dentro do gabinete de Alexandre de Moraes são processos físicos, e todos os advogados, todo mundo, inclusive a própria Ordem dos Advogados do Brasil, sabem que ele só disponibiliza as provas, só disponibiliza acesso ao que ele quer e na hora que ele quer, dificultando o trabalho da defesa. Então, a gente não tem dúvidas... A gente fica preocupado que, se nesse... que, por azar dele, cair em minhas mãos, sem ele saber, essa fraude, eu coloco aqui a questão: imagina em todos os outros processos.

O gabinete de Alexandre de Moraes é um gabinete confiável, os processos físicos... Por que tanto processo físico? Por que processos com cinco, seis anos? Qual a necessidade disso, se todo o Brasil, se todos os tribunais hoje são digitalizados, hoje estão indo para um digitalizado? Então, por que ele mantém tudo isso físico? Essa é a pergunta.

**O SR. RODOLFO NOGUEIRA** (Bloco/PL - MS) – Bom, muito obrigado, Sr. Eduardo Tagliaferro, pela coragem novamente que eu falo.

Eu quero agradecer aqui ao Senador Flávio Bolsonaro, Presidente desta Comissão, mas, principalmente, quero dizer, Senador, que nós estamos diante de uma denúncia gravíssima. Isso aqui não é brincadeira.

Por tudo que esse homem falou aqui, teve a coragem de falar e mostrar com provas, com certeza, já documentado através de laudo pericial, eu digo que o Presidente do Supremo hoje, Ministro Barroso, e o nosso Ministro que se encontra nesse grau, que é o Ministro Fux, têm que estar cientes disso. E, realmente, hoje o Fux tem o dever de pedir vista desse julgamento, para que sejam apurados esses crimes que o Tagliaferro acabou de denunciar aqui nesta Comissão. Então, o Ministro Fux hoje tem realmente o dever com o Supremo Tribunal Federal, com a Justiça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil e principalmente com vários réus ali que estão sendo condenados, que serão condenados... Porque nós sabemos qual vai ser já o veredito dessa corte; esse foi um julgamento em que todos nós já sabíamos que não teria chance de livramento nenhum dos réus. Então, nós sabemos hoje a importância de o Ministro Fux realmente pedir vista, para que sejam apurados todos esses crimes que viciam o próprio processo de julgamento de todos os réus.

Muito obrigado, Presidente, Senador Flávio Bolsonaro.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Rodolfo.

Passo a palavra ao Deputado Cabo Gilberto.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB. Para expor.) – Senhores, boa tarde; boa tarde, Tagliaferro.

Primeiro, eu quero parabenizá-lo pela coragem de expor toda a verdade com provas concretas, viu, Seif? Isto é o que é mais importante: provas concretas materiais, que não deixam dúvidas, Senador Flávio, do que ocorreu, que vem ocorrendo e continua ocorrendo no Brasil.

Quero parabenizar os três Senadores também, pela coragem de sempre, e os 41 Senadores que tiveram coragem de assinar o processo de *impeachment*. Em 201 anos do Senado Federal – 201 anos do Senado Federal –, foi a primeira vez que conseguimos maioria absoluta, que é a metade mais um, de Senadores para avançar o processo de *impeachment*, tão necessário para pacificar o nosso país, com base em vários flagrantes de crimes por parte do Ministro Alexandre de Moraes.

Eu não tenho nenhuma pergunta a fazer a Eduardo Tagliaferro, só quero parabenizá-lo pela coragem e, se não foi solicitado ainda, que a gente possa ver algo com relação à segurança dele, porque ele está correndo risco de morte, obviamente. Sem dúvida nenhuma, ele pode ser alvo, a gente sabe como esse pessoal funciona e trabalha.

Vou aqui ser bastante breve, mas, Srs. Parlamentares, Deputados que estão aqui, população que está nos assistindo, a história irá lembrar desse tempo por que estamos passando. É um tempo muito difícil, em que homens têm que ter coragem para mostrar o que está acontecendo. O Presidente Bolsonaro hoje... Começou o seu julgamento, que é uma farsa que desmoraliza todo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Poder Judiciário brasileiro, através das ações ilegais da Suprema Corte. Isso, sim, é ataque à nossa soberania, quando não existe respeito à Constituição Federal, de forma flagrantemente sendo rasgada, Senador Magno Malta – o senhor, que fala de forma eloquente sempre.

Nós estamos acompanhando um tempo muito difícil do Senado da República e do Congresso Nacional como um todo, porque a Constituição está sendo rasgada reiteradas vezes, e esta Casa não está fazendo o seu dever de casa, através do art. 49, que é o sistema de freios e contrapesos, para impedir que o Ministro continue fazendo tanta maldade em nosso país.

O povo brasileiro esquece as coisas rápido, mas vamos lembrar aqui o dia 8, Senador Flávio. O Ministro Moraes afastou o Governador reeleito no primeiro turno do Distrito Federal! Eu pergunto aos senhores...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – De ofício.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – De ofício, de ofício, sem ser provocado. Mesmo que ele fosse provocado, ele não tinha essa autoridade, porque era o STJ – está na Constituição Federal, meus amigos. Eu pergunto aos senhores: onde está na Constituição qualquer artigo que permita que o Ministro afastasse o Governador reeleito, no primeiro turno, aqui do DF?

Vejam só: ações ilegais com inquéritos que foram feitos também, de ofício, pelo Ministro Dias Toffoli, sem sorteio, colocado para ele. Eu e Helio Negão, a gente foi vítima desse inquérito, depois de seis anos. Helio fez um protesto, de forma pacífica, lá na Praça dos Três Poderes, com base no art. 5º da nossa Carta Magna, e o Ministro Moraes autorizou a nossa prisão, Senadores. Eu lá na Paraíba, eu lá na Paraíba, e ele autorizou a minha prisão! A minha, a de Hélio Negão, a de Sóstenes, a do Deputado Rodrigo e a do Deputado Chrisóstomo . Veja só que barbaridade! Aí, então, se eu estivesse aqui, eu ia ser preso? E o art. 53 fica onde?

Então, os senhores acompanharam atentamente a exposição do Eduardo Tagliaferro, com provas concretas da contaminação do processo que nós estamos denunciando, já há seis anos, de que o Ministro vem rasgando a Constituição, sem o devido processo legal. No Brasil, o sistema é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acusatório, não é inquisitório, em que ele é vítima, ele é o juiz, ele é o delegado de polícia, ele é o promotor, em que ele é tudo! Aí agora fica com esse joguinho, com esse Gonet, que é uma vergonha – rasgou a história desse Gonet. Quando ele chegou aqui, eu estava... Não era nesta Comissão, era na outra, não era?

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Na sabatina.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – Na sabatina. Eu pensei: "Não, ele é um cara correto, ele é um cara que vai honrar a sua biografia". E olha bem o papel a que ele está se passando, o Gonet.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Em biografia, porque ele não leu a biografia dele antes.

Porque é o seguinte: o IDP...

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Subserviente. É um PGR que mancha a história do Ministério Público. É subserviente, capacho de Moraes, vergonha para ele, para a família dele, para a instituição. Só se o Tagliaferro está mentindo, o que eu não acredito, porque inclusive precisou se exilar em outro país. Olhe o que ele... Aliás, não tem como estar mentindo porque ele mostrou... Ou seja, Moraes manda e desmanda em Gonet. Cadê a independência dos Poderes? Cadê a independência do Ministério Público Federal? Cadê os demais Procuradores da República, que estão vendo isso aqui e vão ficar calados, vão coadunar com essa covardia, com essa subserviência de Paulo Gonet? Paulo Gonet é um subserviente, é um covarde, é um capacho de Moraes. Ele mancha a história do Ministério Público Federal, onde já tivemos grandes Procuradores da República.

Olhe para o que o Tagliaferro trouxe, não para o que ele falou. É o que ele trouxe, lá no início da sessão: que o assessor dele, o assessor de Paulo Gonet... O Moraes pediu para o Gonet algumas coisas, e ele falou para o assessor: "Não, eu vou mandar direto para o Gonet.", e mandou direto para o Gonet. Alexandre de Moraes manda no Ministério Público Federal, e os Procuradores da República deste país vão ficar calados diante dessa postura subserviente e vergonhosa?! É inacreditável! Não basta a OAB ficar quietinha, com medo? Ou seja, falam tanto do Senado, e já temos 41 assinaturas para o *impeachment* desse marginal, desse criminoso. E vem cá: cadê a OAB? Cadê os homens da OAB? Cadê os homens e mulheres de verdade, com postura, com caráter,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com ética, do Ministério Público Federal? Vocês não estão olhando isso aqui, não? Estão olhando para onde?

Obrigado e desculpa.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – Que isso! Nós entendemos perfeitamente a sua revolta, a revolta do povo brasileiro, com tantos desmandos que estamos acompanhando, com tantos atos de covardia, de humilhação e de perseguição a um espectro político da sociedade. Não só os procuradores: cadê os demais delegados da Polícia Federal, cadê os demais agentes da Polícia Federal? Cadê as demais autoridades? Cadê os desembargadores? Cadê os juízes? Todas as autoridades serão lembradas na história, as que estão caladas neste momento.

A qualquer momento, o senhor pode ter a Polícia Federal na sua casa. O senhor, Senador, o senhor, Senador, eu, os Deputados que aqui estão, por a gente estar falando, como já ocorreu, com várias fraudes e busca e apreensão, sobre as quais até hoje ninguém sabe. O Deputado Jordy, Líder da Oposição... Só em ditaduras que a oposição é perseguida da forma como é no Brasil! Uma foto falsificada, ele foi vítima de uma busca e apreensão, até hoje não devolveram nada – um ano e oito meses. O Deputado Gayer foi acusado de usar a cota parlamentar para os atos de 8 de janeiro, mas em 8 de janeiro ele não podia usar a cota parlamentar, meu Deus do céu! Ajude-me, Senador Magno Malta! Foi lá a busca e apreensão e até hoje não devolveram nada dele. O Delegado Ramagem foi estuprado literalmente.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Marcos do Val, Senador da República, multa de R$50 milhões.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – Como é que ele vai pagar?

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Rapaz!

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – Então, veja só, para finalizar, Senador, é uma situação muito grave em que o Brasil se encontra e a história não irá se lembrar dos covardes.

Então eu vim aqui hoje só para fazer um apelo aos senhores, eu sabia que os senhores estavam aqui. O Sr. Gonet, já que a questão do *impeachment* do ditador da toga, o criminoso Alexandre de Moraes, que comete crimes reiteradas vezes no Brasil e tem um alicerce de proteção, Senador, que eu jamais vi na história... Eduardo Cunha, quando abriu o processo de *impeachment*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Dilma, caiu pouco tempo depois; o Ministro Moraes rasga a Constituição reiteradas vezes, ataca todos os Poderes da República e tem um arco de proteção que eu jamais vi aqui na história do Brasil. Nunca vi, nunca vi algo dessa natureza; eu nunca vi esse cidadão... esse arco de proteção que ele tem.

Então eu vim para cá para parabenizar, primeiro, Eduardo Tagliaferro, mais um exilado político, porque não pode voltar para o Brasil, assim como seu irmão, que a gente defendeu hoje lá no Conselho de Ética. A Deputada Maria do Rosário mentindo que só a peste lá, mas a gente teve que trazer o feito à ordem.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Fala uma novidade para mim.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – Então, Eduardo Tagliaferro, eu quero parabenizá-lo pela sua coragem, lamentar a sua situação de estar fora do Brasil, como vários outros brasileiros estão neste momento.

Mas eu vim aqui fazer um pedido especial aos Senadores da República. O *impeachment* do Ministro Moraes, para pacificar o Brasil e colocá-lo no seu devido lugar – um sancionado internacionalmente por direitos humanos –, depende da caneta do Sr. Alcolumbre, de forma monocrática, já que ele é o Presidente do Congresso Nacional, mas tem algo que depende dos senhores aqui, pelo que os senhores podem lutar.

A recondução do Sr. Gonet, que é uma vergonha para a República Federativa do Brasil um homem que se passa por esse papel que ele está fazendo... Ele foi reconduzido pelo descondenado – presta atenção, Seif –, ele foi reconduzido pelo descondenado Lula, que foi condenado em todas as instâncias da Justiça brasileira e descondenado pela Suprema Corte, que antes atacava e agora elogia. Olha só, olha só, foi reconduzido o Sr. Gonet, por esse papel que ele está fazendo em desagravo à Constituição. Ele vai ser sabatinado pela CCJ novamente, vai ser votado pelo Plenário do Senado novamente. Ele foi aprovado com 63 votos; na CCJ, se não me engano, foram 25, foi uma larga diferença. Então eu espero que os senhores utilizem todo o Regimento – todo o Regimento – para mostrar à nação brasileira que esse Gonet não merece ser reconduzido. Eu sei que é difícil a gente ganhar no voto aqui no Senado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – Não, tudo bem, mas eu não estou falando que é impossível, eu estou falando que é difícil, não é fácil.

Mas eu peço aos senhores que todos durmam bem uma noite antes, venham para cá com todo o gás. A gente vai estar aqui para a gente não deixar esse cidadão, que é uma vergonha para a Justiça brasileira, o Sr. Gonet, que passa por esse vexame... A acusação... Não, olhem o que ele falou hoje – só para finalizar, Flávio –: que só de um Presidente reunir os oficiais já é tentativa. Pelo amor... Vá ler a Constituição, analfabeto. Vá ler a Constituição. Pelo amor de Deus! Nos arts. 136 e 137, está lá na Constituição; no art. 142 da nossa Carta Magna, está lá na Constituição... O Presidente pode se reunir quantas vezes ele quiser, até porque, Flávio, para ter algum efeito, o Congresso tem que aprovar o estado de exceção, o estado de sítio.

Então, o Gonet... Se passar para isso... É uma vergonha o que esse Procurador está fazendo.

Então, eu peço aos senhores que utilizem todo o Regimento para colocar o Sr. Gonet no seu devido lugar, que é bem longe da PGR.

Muito obrigado.

**O SR. RODOLFO NOGUEIRA** (Bloco/PL - MS) – Parabéns, Cabo Gilberto! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Cabo Gilberto.

Deputado Rodolfo.

**O SR. RODOLFO NOGUEIRA** (Bloco/PL - MS. Para expor.) – O senhor tirou da minha boca essas palavras. Eu ia fazer este comentário: no dia 17 de dezembro, vence o mandato do Sr. Gonet aqui no Brasil, e o Senado tem essa missão de reprovar, tanto na CCJ quanto no Plenário – porque ele tem que passar pelo Plenário –, a recondução desse senhor vergonhoso, hoje, diante do processo de julgamento do Presidente Bolsonaro. Vergonhoso!

Gonet, você é uma vergonha para o Brasil, vergonha para a PGR do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Rodolfo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. RODOLFO NOGUEIRA** (Bloco/PL - MS) – Luta, Senadores. Esta luta é nossa, é do Brasil: contra Gonet.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Bom, vou passar a palavra ao Deputado Helio Bolsonaro e, depois, finalmente, à Deputada Bia Kicis, para a gente encerrar, porque estamos aqui desde as 11h da manhã, e o Sr. Eduardo Tagliaferro também está aqui, à disposição da gente, desde as 11h da manhã, respondendo a todos os questionamentos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É meu irmão, né?

Com a palavra o Deputado Helio Bolsonaro.

**O SR. HELIO LOPES** (Bloco/PL - RJ. Para expor.) – Sr. Presidente Flávio Bolsonaro, meu irmão de coração verde e amarelo; Senador Magno Malta, um homem de coragem, bravo; e Jorge Seif, meu irmão também, uma pessoa que eu admiro muito; quero parabenizar a todos pelo dia de hoje, por este evento marcante.

E quero falar aqui, Magno Malta: Idi Amin Dada foi Presidente de Uganda de 1971 a 1979 – olhem como a história se repete. Idi Amin Dada foi considerado o ditador mais brutal e um déspota da história mundial. Mas qual a comparação? Em que a história se repete?

Não vou citar nome, vou citar aqui Idi Amin Dada. Ele se considerava o homem mais importante do mundo: acima de tudo, acima da lei. E – detalhe – ele falava: "Aqui em Uganda, o pessoal tem direito à opinião; eu só não garanto o seu direito após a sua opinião". Qualquer semelhança é mera coincidência. Resumindo: com aquele ditador sanguinário, que matou quase 300 mil pessoas, Idi Amin Dada, lá não se tinha liberdade de expressão.

E eu quero aqui, Eduardo Tagliaferro, perito – eu também sou perito, só que sou perito criminal, e também V. Exa., posso considerá-lo assim pelo ato de bravura e coragem –, eu quero fazer aqui... de repente já fizeram pergunta parecida, mas eu quero saber um detalhe: quando se iniciou essa psicopatia ou psicopatologia do Ministro Alexandre de Moraes, essa perseguição ao meu irmão Jair Messias Bolsonaro? Essa é uma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda: pelo tempo que tu passaste lá, pergunto se mais algum ministro do STF estava sabendo de toda essa trama, e, se puder falar, qual ministro estava presente ou ciente. Senador já falou que tinha Senador; falou de desembargador. Quero saber de ministro do STF.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Deputado Hélio, é um prazer falar com o senhor.

Com relação a quando começou a perseguição não só à família Bolsonaro, mas a todos os outros personagens de direita, políticos, *influencers*, simpatizantes, quando eu cheguei no gabinete isso já existia, não era uma novidade pelo que eu percebi, entendeu?

Já com relação a ministros, que eu saiba, nenhum. O único contato era com o Ministro Alexandre de Moraes. Com o Lewandowski, eu estava a poucos metros do gabinete dele e nunca tive contato; com o Benedito, somente naquela ocasião da liberação de acesso, por ele ser o Ministro Corregedor; e com os demais ministros, nunca, nenhum tipo de contato com relação a isso.

**O SR. HELIO LOPES** (Bloco/PL - RJ) – Muito obrigado.

Quero parabenizá-lo pelo ato de bravura, coragem. E, de alguma maneira, que este Congresso possa solicitar uma segurança, porque você corre risco de vida trazendo essa verdade.

Eu acredito nas suas palavras e quero aqui aproveitar esta Comissão e dizer que Alexandre de Moraes deixou de cumprir os requisitos para se manter como Ministro do STF.

Notório saber jurídico: se tinha, esqueceu, porque não está cumprindo a Constituição. Usou a força policial para me tirar da Praça dos Três Poderes... de uma forma pacífica, e ali estava um Parlamentar. E quando eu estava saindo – vou preservar o nome, porque veio tremendo –, falou: "Deputado, Deputado, chegou outra ordem aqui do Ministro". Eu: "Mais uma?! Que ordem?". "O senhor, o senhor, o senhor..."

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. HELIO LOPES** (Bloco/PL - RJ) – Não lembro. "O senhor, o senhor não pode ficar a 1km da Praça dos Três Poderes, o senhor não pode ficar a 1km da Esplanada e não pode ficar a 1km do quartel."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí fica a pergunta... Essa foi a última determinação dele. Provou-se nesse espetáculo de julgamento que está acontecendo com o meu irmão Bolsonaro que ele fala uma coisa que está escrita, depois outras. Aí tem gente que fala: "Não, Deputado, o senhor pode ir para o quartel, o senhor pode participar de manifestação". Como, se ele não deu uma decisão contrária a isso?

Então, outro quesito por que o Ministro Alexandre de Moraes tem que ser impitimado, impitimado sim: reputação ilibada ele não tem mais. Ele já entrou em outro nível no mundo, porque ele já não é uma pessoa que tem a reputação ilibada, até por causa da lei... É Magnitsky o nome?

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. HELIO LOPES** (Bloco/PL - RJ) – Eu falo assim, sou do morro do tempero lá de Austin, a Baixada é assim mesmo: Magnitsky.

Então, ele não tem uma reputação ilibada.

Sr. Magno Malta, novamente quero parabenizar V. Exa. Eu não falei aqui que foi o Governador, mas o Governador, sim, chegou para ler a ordem. Já achei estranho um Governador ler a ordem, fazendo função de oficial de Justiça. E não estava escrito lá. Aí eu falo: "Governador Ibaneis, V. Exa. usou bloqueador de telefone celular, não estava escrito isso". Não faltava polícia lá. Apagaram as luzes, cercaram a praça, tiraram os jornalistas. O que me restava naquela praça? A narrativa desse time. E o Governador falou que entendia que aquilo não era política, não era isso, não era aquilo.

Agora vai ter uma pessoa que vai tremer, eu não vou dar o nome.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. HELIO LOPES** (Bloco/PL - RJ) – Não é ele, não. É uma pessoa que falou: "Deputado, o senhor já conseguiu os *likes*, pode sair daí" – um dia eu vou falar teu nome –, "Deputado, o senhor já conseguiu os *likes*, agora pode sair daí". Eu falei que isso aqui era pela liberdade de expressão, era pelo Congresso. Uma hora sua máscara vai cair! Vou dar tempo para chegar até mim para pedir desculpa. Por que não se preocupou e falou: "E a mulher?"? Por que não se preocupou e falou: "Deputado, precisa de água, banheiro químico, alguma coisa?"? Falou: "Não. O senhor já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conseguiu os *likes*, pode sair daí. Pensa na polícia, pensa no Governo aqui do DF". Que falta de vergonha na cara, hein!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Agora, se você quisesse dar o troco, se você fosse cheio de mi-mi-mi, o que nós não somos, você podia processar todos eles por racismo. Você estava lá sozinho. Mas como você não é cheio de mi-mi-mi, você não é um ideológico barato – sabe? –, você tem convicções, tem posicionamento, sabia o que é que estava fazendo lá... Mas podia muito bem dizer: "Olha, vocês estão fazendo isso comigo porque eu sou negro – porque eu sou negro". Mas como essa não é a nossa narrativa, e é exatamente isso que o Bolsonaro está sofrendo, um inquérito de narrativas...

E quero dizer aos Deputados que estão preocupados com a volta de Gonet que, se dependesse de mim, ele tinha perdido na primeira já, não é? Mas aqui nesta Casa tem Senadores que votaram no Gonet, que compraram uma mercadoria e quando abriram o pacote era outra coisa.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB. *Fora do microfone*.) – Gato por lebre.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Uma mercadoria que veio estragada.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu votei contra e fiz a ele a pergunta em que ele, pelo amor de Deus... Eu perguntei para ele: "O senhor votou no TSE para deixar Bolsonaro inelegível. Eu gostaria só que o senhor dissesse à Comissão onde o senhor achou amparo jurídico?". Foi minha pergunta. Ele falou: "Não, Senador, veja bem, a gente quando está...".

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – "Eu não quero entrar nessas questões..."

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – "Não, onde o senhor achou amparo jurídico?"

"Não, é porque, quando a gente está sendo sabatinado, a gente..."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Não, onde o senhor achou amparo jurídico?"

"Não, Senador, é porque a gente, na sabatina, a gente imaginou, assim, lá no TSE, a gente..."

"Nós imaginamos", quer dizer, ele não falou nada com nada e a palavra que ficou foi: "nós imaginamos".

Quer dizer, Bolsonaro ficou inelegível com o voto de Gonet, sem amparo jurídico...

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB. *Fora do microfone*.) – Legal.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... legal, porque foi a única palavra que saiu, assim: "Senador, na hora da sabatina, assim, tem muita coisa...". E "achamos", "achamos", "achamos" e "achamos".

Agora, ele mostrou as unhas dele. Todo mundo sabia que no IDP, quando foi aberto, ele era sócio de Flávio Dino e de Gilmar Mendes.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB. *Fora do microfone*.) – Misericórdia!

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, assim, quem me disse: "Votei porque eu não pensei, porque eu não olhei"...

Eu votei contra, vou votar contra, e agora eu tenho muito mais, porque eu tenho os *links*, eu tenho toda a denúncia do Tagliaferro e isso tudo eu vou mandar para o gabinete dos 81 Senadores; dos 81, até os de esquerda vão receber isso aqui. (*Palmas.*)

Porque isso aqui não é que ele violou a Constituição, não, não é que eles estão rasgando. Primeiro eles sepultaram a Constituição – sepultaram! Nós é que ainda falamos em Constituição, ordenamento jurídico, Constituição. Não tem, gente, acabou! É um estado de exceção, eles mandam. Eles mandam, acabou! É conluio, cooperativa, perversidade, só isso! Cooperativa de perversos, ninho de abutres, todos eles.

Agora, um homem não pode ter medo de outro homem. E quando o cara se agacha como os Presidentes destas duas Casas, é porque deve – é porque deve! Porque medo não é não, irmão, medo não é não, é porque deve, e o cobrador é brabo. O cobrador deve ter muita coisa junta e é por isso que ele se tornou o que se tornou no Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será que as pessoas têm medo desse cara em tudo que é lugar? Em tudo que é lugar! Por que é um indivíduo? Não, não, não. É um indivíduo que se acostumou a cobrar caro das pessoas.

Quando o Gonet vier para aqui, vão ser os ministros do Supremo que vão ligar para os Senadores, os votos deles vão ser garantidos assim. Eles não têm é a ousadia de ligar para mim.

Eu sei – ele não está aqui –, ele foi enganado: eu recebi o Gonet no meu gabinete a pedido do Senador Marcos Rogério.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – Magno, eu só esqueci um detalhe...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, espera aí, o Marcos Rogério...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pessoal, deixem-me só... Vamos nos encaminhar para a conclusão, porque a gente está aqui desde 11h da manhã, Magno.

A Deputada Bia esperando para falar, o Sr. Eduardo Tagliaferro está aqui aguardando pacientemente também.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – E graças a Deus que é você que está dirigindo aí, porque, se fosse o Girão, a gente iria até meia-noite, entendeu? (*Risos.*)

Não, eu já estou encerrando.

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – Flávio, só para lembrar um fato importante...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Aí já furou a fila também!

**O SR. CABO GILBERTO SILVA** (Bloco/PL - PB) – Não, é rápido, rápido. Dez segundos, dez segundos.

O Gilberto Kassab, Presidente do PSD, estava com um posicionamento. O inquérito dele estava na primeira instância. O que foi que fizeram com o inquérito dele agora? Botaram para onde? Para o STF. Ele fez o quê? É contra a PEC da prerrogativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, é chantagem ou não é?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim, o medo é por isso...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso passar para a Bia Kicis, Sr. Presidente, meu professor?

O senhor pode falar depois das considerações finais.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, pode passar à mulher, nós da direita respeitamos as mulheres.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Vamos ouvir a nossa Procuradora.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a palavra a Deputada Bia Kicis.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Bia Kicis, nossa Procuradora.

**A SRA. BIA KICIS** (Bloco/PL - DF. Para expor.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento toda a bancada e cumprimento também o Eduardo Tagliaferro. Quero dizer que você é um homem de coragem. Você começou andando pelo mau caminho, mas você enxergou, por ter consciência – todo mundo pode se arrepender quando vê que estava cumprindo uma função, recebendo ordens, mas, de repente, enxergou que tinha muito mais do que cumprimento de ordens –, e resolveu pular fora, graças a Deus. E hoje você está aqui trazendo notícias bombásticas.

Eu postei que o que estava acontecendo já aqui era nitroglicerina pura. E a gente tem que saber o que fazer com isso agora. Nós precisamos buscar os meios de ação para que isso não morra aqui, que a gente não tenha uma explosão de informação, de notícias bombásticas, e depois nada aconteça. Nós temos que trabalhar arduamente aqui, com muita vontade política, com muita garra, para que as consequências de tudo o que foi dito hoje aqui aconteçam. E a gente sabe que está lutando contra um regime perverso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Imagina, Senador Magno Malta, se isso tudo estivesse acontecendo no espectro da direita contra a esquerda... Já teria caído o mundo. Mas a gente viu que o seu depoimento, as suas revelações furaram a bolha. Foi noticiado no portal *UOL* e em outros aí. Então, eu acredito que não vá passar em branco.

Isso aconteceu num dia, de forma muito simbólica, em que eu comecei tuitando que, hoje, pessoas inescrupulosas, Deputado Rodolfo Nogueira, estavam em festa; que, hoje, no banco dos réus, estava o maior líder da direita, um homem amado pelo povo e massacrado por esse regime. Este é o dia da vergonha e é o dia da infâmia, Senador Flávio Bolsonaro, o dia em que o seu pai, esse líder amado pelo povo brasileiro, que não cometeu crimes, um homem que ousou enfrentar o sistema, está lá sofrendo as consequências exatamente da sua ousadia, porque de crime é que não é – ele não cometeu crime algum. Ele se tornou inelegível por receber embaixadores... É tanta coisa errada que, às vezes, a gente não sabe nem por onde começar.

Mas o Eduardo Tagliaferro trouxe fatos que podem parecer simples, mas que, na esfera administrativa, são altamente reprováveis, como, por exemplo, o senhor, que era nomeado para o TSE e prestava serviços ao Supremo Tribunal Federal, com o qual não tinha vínculo.

O Alexandre de Moraes – *l'État, c'est moi* – usa da administração pública, do Estado, como se fosse a casa dele. Ele põe e dispõe como ele quer. Ele usa um servidor do TSE para fazer trabalho no Supremo e por aí vai. Isso pode até não parecer alguma coisa tão grave perto de todo o resto, mas a gente nunca sabe. É o princípio da eventualidade que a gente usa numa petição de direito: você coloca todos os pedidos e você não sabe qual é o pedido que vai impressionar o juízo.

Então, a gente tem uma série de erros, crimes, fraudes, irregularidades, e a gente precisa trazer tudo à tona.

Mas eu também aqui fui citada hoje como um dos Parlamentares perseguidos pelo Alexandre de Moraes. E eu e o Senador Flávio, que preside esta sessão, estamos também juntos numa ação do TSE, que foi movida contra nós porque nós postamos, durante a campanha, o Lula falando que MEI não tem as garantias do CLT, que MEI não é CLT. E nós postamos só isto: se você é MEI, vote em Bolsonaro. Foi isso que nós postamos. E nós fomos condenados a pagar R$30 mil, essa postagem foi derrubada como uma grande *fake news*. E a multa está aí.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. BIA KICIS** (Bloco/PL - DF) – É claro, com certeza. Então, coisas como essas, simples, e coisas gravíssimas, como manter na prisão inocentes, como deixar o Filipe Martins numa solitária durante dez dias e até hoje com tornozeleira, torturando as pessoas; o Clezão, que morreu no presídio, na Papuda; o Presidente Bolsonaro e os aliados, homens honrados. Homens honrados que trabalharam por este país, como o General Heleno, General Braga Netto, Almirante Garnier, Deputado Ramagem, nosso colega, nosso amigo...

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. *Fora do microfone*.) – Anderson Torres.

**A SRA. BIA KICIS** (Bloco/PL - DF) – Anderson Torres e tantos outros. Gente, é revoltante demais! E a mídia fazendo aí cara de paisagem, aliás, sendo cúmplice de tudo isso. Porque se nós tivéssemos uma imprensa que trabalhasse, que funcionasse como imprensa livre, como um quarto Poder, esse regime já teria caído há muito tempo.

Hoje a gente fala, e por mais que a gente fale verdades, elas não repercutem, porque a mídia omite, esconde, desvirtua e mente, e engana o povo brasileiro, para sustentar um regime ditatorial, sanguinário, perverso, que condena mães por uma frase escrita em batom, deixa crianças órfãs, crianças órfãs de pais vivos. É muita crueldade. E mais, gravíssimo, quer acabar com a oposição, quer calar a oposição, quer que a oposição permitida seja como era o PSDB, que posava de direita, quando direita nunca foi. E é essa a direita que eles querem que exista, porque eles querem... A título de varrer do mapa da história do Brasil os extremistas, eles provocam os atos mais extremos, mais violentos e os maiores abusos.

Então, Sr. Eduardo Tagliaferro, muito obrigada, muito obrigada pelo seu depoimento, pela sua coragem, por ter trazido as provas para que a gente possa levar adiante e acabar... fazer de tudo o que a gente puder, que estiver ao nosso alcance, para acabar com essa farsa. A gente sabe que aquelas pessoas que estão ali fazendo essa farsa não vão se impressionar, vão fingir que não estão impressionados com nada disso, é como se nada estivesse acontecendo. Mas o povo está vendo. E, com certeza, muitas pessoas que ainda acreditavam que existia uma justiça, dessa vez estão sendo despertas para saber que aquilo ali é um palco de uma grande farsa. Não existe um julgamento, como postou o Senador Flávio. Não existe um julgamento; existe uma farsa em curso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vamos lutar até o fim, com todas as nossas forças e com tudo o que Deus tem nos dado de presente, como essa CPMI também do INSS. Esse Governo vai se acabar. Hoje, PP e União já desembarcaram, anunciaram que desembarcaram do Governo. Esse Governo vai se acabar, pela desgraça que ele representa, e, junto com ele – junto com ele –, os tiranos serão também engolidos pela força da verdade, da justiça e pela nossa luta.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputada Bia Kicis. Parabéns pelas suas palavras.

Antes de passar a palavra para o Senador Heinze – temos aqui a inscrição do Senador Heinze, do Deputado José Medeiros, do Deputado Marcel van Hattem –, eu convido aqui o Vereador do Rio Rafael Satiê, para se sentar aqui na frente, com a gente, por favor.

Só esclareço aqui que o Deputado Cabo Gilberto disse que o Deputado Ramagem foi estuprado literalmente. Não foi isso o que ele quis dizer. (*Risos.*) Ele foi estuprado processualmente, que eu acho que foi o que V. Exa. quis dizer.

(*Intervenções fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, é para deixar bem claro, até porque já está circulando o vídeo da sua fala em relação ao Deputado Ramagem, e daqui a pouco ele vai ser questionado, porque as pessoas levam ao pé da letra, ignoram o contexto do que V. Exa. estava conversando aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu queria convocar, Sr. Presidente, queria convocar...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deputado Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, é só o rapaz do café aqui, para servir um café. Porque neste horário começa... Nós estamos aqui há quantas horas já?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Desde as 11h da manhã; são quase sete horas e meia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Heinze com a palavra.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, colegas Senadoras, Senadores, Deputados, Deputadas, eu queria primeiro cumprimentar o Tagliaferro pelo que ele está fazendo pelo Brasil. Seguramente, essa história será passada a limpo, e o teu trabalho, Tagliaferro, é fundamental para que a gente possa conduzir o Brasil nesse rumo.

Tagliaferro, em novembro de 2022, apresentei questionamentos formais a respeito da contratação sem licitação da empresa Oracle do Brasil Sistemas pelo Tribunal Superior Eleitoral, até hoje sem resposta do que eu havia colocado naquela ocasião. A contratação envolveu o fornecimento de supercomputadores e o serviço de Cloud at Customer para contagem dos votos e administração do pleito. À época, chamava atenção o histórico da Oracle, condenada por práticas de corrupção e suborno no exterior, além de suas relações com regimes que afrontam a nossa democracia.

Diante da gravidade do tema, especialmente por envolver a soberania nacional e a lisura do processo eleitoral, gostaria de dirigir a V. Sa. algumas perguntas objetivas.

Quais foram os fundamentos técnicos e jurídicos utilizados pelo TSE para dispensar a licitação, considerando que existem outras empresas aptas a fornecer serviços semelhantes de computação em nuvem e infraestrutura?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senador Luis Heinze, boa tarde. Obrigado pela pergunta.

Com relação à pergunta do senhor, infelizmente, eu não tenho como responder, porque a área de tecnologia do Tribunal Superior Eleitoral não ficava sob a minha responsabilidade, e sim sob a responsabilidade do Júlio, que era o Secretário de Tecnologia do Tribunal Superior Eleitoral. Eu não tive qualquer acesso a urnas, a computadores, a *softwares* e a licitações referentes à área de tecnologia do Tribunal Superior Eleitoral.

**O SR. LUIS CARLOS HEINZE** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - RS) – A preocupação que nós temos, Tagliaferro, é como justificar uma empresa duplamente condenada por corrupção nos Estados Unidos... Houve também condenações na Índia, na Turquia e nos Emirados Árabes. Esta é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma preocupação que, naquele instante, nós apresentamos, com 15 Senadores que assinaram junto. O Seif assinou. O Flávio assinou. Também o nosso Senador Magno Malta assinou.

Nós questionávamos... Está bom. É só para fazer esta colocação, que é uma preocupação, porque isso tem a ver diretamente com o resultado das nossas eleições, que é o que esse povo que foi às ruas naquele momento questionava. E essa indagação eu cheguei a fazer e não obtive resposta por ela.

Então, essa é uma colocação.

Agradeço a tua resposta. Então, é de uma outra área, mas isso ocorreu no processo eleitoral quando nós, em novembro e em dezembro, questionávamos estas e outras questões.

E esse povo está condenado hoje, a partir do 8 de janeiro, em cima de uma narrativa que envolveu a Casa aqui, a nossa Casa, de que era o Rodrigo Pacheco o Presidente, o Arthur Lira na Câmara, o próprio Presidente lá do Supremo Tribunal Federal e o Presidente da República Lula. Um conluio em que eles montaram uma narrativa e essa narrativa se tornou verdade, com a prisão de quase 2 mil brasileiras e brasileiros condenados, como é o caso da Débora, a 17 anos de prisão.

Naquele instante se falava isso e, já numa CPI que esta Casa fez, atropelaram a CPI, Seif. As pessoas estão hoje presas e nós lutamos para que a gente possa fazer a liberação dessas pessoas em cima da votação que precisamos fazer sobre a anistia ampla, geral e irrestrita sobre essas pessoas.

E aqui tem parte do processo. Por isso eu fiz esta colocação a V. Sa.

Obrigado, Tagliaferro, e parabéns pelo teu trabalho! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado. Parabéns, Senador Heinze.

Passo a palavra ao Deputado José Medeiros. (*Pausa.*)

Registro a presença aqui de Maguinha Malta também. Obrigado pela presença aqui no plenário conosco.

Deputado José Medeiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco/PL - MT. Para expor.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos da Mesa e parabenizá-los por este momento tão importante, um momento histórico da vida brasileira.

Esta audiência aqui talvez seja uma das mais importantes e também uma em que coisas mais graves da República foram expostas. É quase um furúnculo quando ele é exposto e sai de dentro mais putrefação do que a gente jamais imaginaria que sairia dali.

Pelo que foi dito hoje aqui, pelo que foi trazido pelo ex-Diretor do TSE, se o Brasil tivesse normalidade jurídica, o camburão da PF já teria levado o Ministro Alexandre algemado. E eu falo isso não com base em ilação, opinião. Eu faço isso de acordo com o código alexandrino, porque, se fosse para medir o Alexandre com a régua com que ele tem medido Jair Bolsonaro, ele estaria preso. Não teria como.

O que foi dito aqui hoje envergonha o Senado brasileiro, envergonha a República, envergonha a Câmara dos Deputados, Senador Heinze. Não é possível que um país em que, por muitos anos, nós tivemos o sonho de uma segurança jurídica, a gente veja ministros simplesmente sem nenhum pudor dizerem: "Esse autoprotagonismo da corte veio para ficar". Ou ainda mais, um ministro terminar de ler um relatório que ele sabe ser *fake* e dar uma risada cínica, sarcástica na cara do povo brasileiro. Aquilo foi sarro, aquilo foi riso do povo brasileiro. Mas esse ovo de serpente vem eclodindo faz tempo, desde quando o hoje Presidente da corte, Presidente Flávio Bolsonaro, disse em alto e bom som que o papel do STF é contramajoritário, iluminista e representativo.

Àquela época, eu ainda estava no Senado e eu falei na tribuna: "Ministro, o que o senhor está dizendo é da mais alta gravidade. O papel representativo é de quem põe botina e vai pedir voto, o senhor não pode falar isso", mas eles vieram batendo na mesma tecla a tal ponto que todos se convenceram, sim, a ponto de o Ministro Flávio Dino, há poucos dias, dizer que há um presidencialismo de coalizão, em que o STF conduz a coisa toda.

Então aqui só tem banana? Então isso aqui não serve para nada? Aliás, o primeiro sujeito que falou isso, lá na Comissão que nós fizemos, ainda na época do mandato do Presidente Jair Bolsonaro, naquela última sessão, o Cacique Rony, que falou mais ou menos isso, foi condenado agora pelo Ministro Alexandre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não temos a menor segurança jurídica, a menor regularidade jurídica. E eu queria parabenizar a coragem e as falas do ex-Diretor do TSE, porque nos deu provas e esgarçou para o país inteiro ver o que nós já suspeitávamos com muita certeza.

Eu encerro aqui, Presidente, mais uma vez o parabenizando e conclamando o povo brasileiro a lutar pelo marco temporal.

Que marco temporal é esse? É outubro de 2026, porque se até lá esse santo norte-americano que ainda está vivo, se até lá São Trump não nos salvar, nos resta esse marco temporal de 2026, para que a gente possa fazer a substituição daqueles que não honram seus mandatos, daqueles que vivem pelos cantos, buscando a sobrevivência com mais competência do que qualquer barata, de conversa o tempo inteiro e conchavos com ministros.

Não é possível que, em uma reunião, Senador Magno Malta, uma reunião de pauta da Câmara dos Deputados, o Presidente da Câmara a esteja conduzindo de um jeito, daí a pouco receba um telefonema de um ministro do Supremo, mude totalmente o rumo da reunião e fique branco que nem uma folha de papel A4. Isso é a situação do Brasil.

Nós servimos aqui para quê? Para nada, porque um ministro só conduz tudo. E a gente bate nessa tecla e parece que os ouvidos das grandes lideranças... E eu pergunto: qual o sentido da vida dos Líderes partidários da Maioria do Congresso? O que eles falam em casa? O que eles explicam para os seus eleitores? Qual o sentido da vida dessas pessoas? Porque o mandato deles não vale nada, vale o que ele acorda ali.

Agora, eu digo o seguinte, e aqui eu falo direto para o Ministro Alexandre. Ministro Alexandre, quando da Bastilha, diz-se que, às 6h da tarde, por volta das 6h da tarde, o oficial de dia foi passar o serviço para outra equipe e escreveu no relatório da prisão, daquela unidade prisional: "Serviço bom, tempo bom, tudo sem alteração". E passou o serviço com tranquilidade para a outra equipe. Por quê? Porque eles achavam que estava tudo normal. E ele ainda colocou uma observação: "Só alguns arruaceiros, alguns vândalos, fizeram arruaça" e tal. Uma hora depois, estava a cabeça dele espetada numa lança, sendo levada pelas ruas de Paris.

O que eu posso dizer é o seguinte, Ministro Alexandre: não estamos falando aqui nada contra a sua vida, mas a sua vida como Ministro já não existe mais, porque o senhor não tem se comportado como Ministro. Então, o senhor pode ter certeza de que tudo o que o senhor imputa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Jair Bolsonaro, porque o senhor acha que, cortando a cabeça de Jair Bolsonaro, o senhor acaba com tudo isso... Esqueça. Esqueça. Eu vou reprisar este chavão, que já é bem conhecido: não se mata uma ideia, não se aprisionam ideias. E essa ideia começou em 2013, com o povo nas ruas, continuou e escolheram Jair Bolsonaro. Ele é escolhido. O senhor tire Jair Bolsonaro, e surgirão dez que ele apontar.

Boa noite, se puder, Ministro Alexandre.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado José Medeiros.

Passo a palavra ao Deputado Marcel van Hattem.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Para expor.) – Olá. Boa noite a todos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Já é boa-noite.

Obrigado, Senador Magno Malta, só porque estamos junto com V. Exa., que tem sido muito generoso, aliás, um líder de todos nós. Eu tenho o prazer de aprender muito com o senhor e de estar ao seu lado aqui no Congresso Nacional, porque é algo que eu nunca imaginei na minha vida, poder um dia chegar aqui, neste momento, inclusive, no Senado da República, e me sentar ao seu lado – quem sabe no ano que vem, ou melhor, no próximo, como Senador. Será um privilégio ampliado e uma bênção.

Eu gostaria de dialogar um pouco com o Sr. Eduardo Tagliaferro, se o senhor me permitir, Presidente, fazendo algumas perguntas que eu acho que são pertinentes.

Eu só inicio ainda, Eduardo, agradecendo a sua disposição de estar conosco, falando e expondo todos esses absurdos que aconteceram. E eu inicio dizendo que eu fui vítima da Aeed, dessa divisão orwelliana dentro do Tribunal Superior Eleitoral, que derrubou contas de Parlamentares, que censurou cidadãos comuns, fez uma devassa na vida de muita gente. Eu recebi um *e-mail* do YouTube com uma decisão secreta, dois dias após o segundo turno das eleições, do Tribunal Superior Eleitoral, obrigando a remoção de um conteúdo da minha página no Facebook, e depois eu fui descobrir, mais tarde apenas, que, quando... Meu advogado, aliás, nem ficou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sabendo, teve acesso aos autos quase seis meses depois, e só porque eu dei um discurso cobrando a OAB da tribuna para que ajudasse a ter acesso aos autos. Imagina quem não tem esse poder. Aliás, muitos Deputados jamais tiveram acesso aos autos do processo.

**O SR. JOSÉ MEDEIROS** (Bloco/PL - MT) – Eu nunca tive acesso aos autos.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Pois é. Pois bem, eu ainda dei um discurso na tribuna e ainda consegui, a pau e corda, a ajuda da OAB, que depois se manteve omissa e, aliás, nunca mais moveu uma palha em meu favor, muito antes pelo contrário, só prejudicou.

Mas eu gostaria de lembrar que naquele episódio também foram ordenados... Eu lembro que houve depois o Twitter Files, a revelação do que aconteceu no meu caso específico. E houve a reação dos advogados das *big techs*. No caso específico do Twitter, Twitter Files ou no X, antigo Twitter, foi muito curioso, porque o X recorreu dizendo que aquele *post* que eu havia feito no dia de sábado, antes das eleições, criticando, sim, duramente o Ministério Público do Trabalho, e foi interpretado como um ataque às instituições, ao sistema eleitoral, que aquele material que eu havia postado em todas as redes, praticamente, que eu administro, Facebook, YouTube, não estava no X, portanto, não poderia ter sido alvo de uma sanção do Ministro Alexandre de Moraes, porque ele não está publicado no X. E sabe o que o juiz auxiliar do Alexandre de Moraes disse em resposta? Em vez de dizer: "Não, realmente nos enganamos, não está no X, não precisa fazer nada", que seria o mínimo, disse: "Não, você não entendeu, é para derrubar a página inteira". Manda derrubar minha página inteira sem que eu tivesse feito aquele *post*, objeto da ação. Mas eu não quero entrar tanto no detalhe do meu caso.

Eu quero lembrar depois, Tagliaferro, que nós tivemos uma reunião com o Arthur Lira, e foi feita uma solicitação para que todas as páginas derrubadas dos Congressistas fossem restituídas. E aí eu fiquei sabendo que havia essa ordem de derrubar a minha página, porque eu nem fiquei sabendo, a não ser mais tarde, como aconteceu no Twitter Files, mas, quando chegou a decisão de Alexandre de Moraes, restituindo as páginas de Nikolas Ferreira, de Gustavo Gayer, de Major Vitor Hugo, de Carla Zambelli e de vários outros Parlamentares, lá estava meu nome, e a minha página não havia sido derrubada. Bom, o Estado, a gente vê que é incompetente, muitas vezes, até para cumprir as ordens ilegais emanadas desse tipo de órgão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu queria começar perguntando para o Sr. Tagliaferro se o senhor tinha, de alguma forma, participação nessa derrubada de contas de Parlamentares e se em algum momento o senhor teve de fundamentar para o Alexandre de Moraes algum tipo de decisão para derrubar páginas de Parlamentares, porque isso interessa muito ao Congresso Nacional.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Boa tarde, Deputado Marcel. Tudo bem?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Sim.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Com relação à interferência vinda da Aeed para a derrubada de perfis, *sites*, qualquer coisa assim, ela não tinha qualquer poder sobre isso. Isso era feito em decisões feitas pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior Eleitoral, dependendo da ordem que o Ministro colocava. Ele somente pedia para a gente, chegava lá para a gente uma publicação... Vamos lá, vamos citar. No caso da tua, não me recordo bem qual era, mas alguma coisa do Ministério Público do Trabalho. Colocava isso, e a gente checava, lá no perfil do senhor, se tinha, de fato, essa publicação, se não era mentira o que passaram para ele, recortava essa publicação, colocava num documento, e o que acontecia? Colocava-se a URL ali, entendeu? Então, não tinha, de fato, nada de intervenção, nada de trabalho que justificasse derrubada da própria assessoria. Era somente uma assessoria para poder certificar e levantar a URL para que eles lá, sim, na outra ponta, tomassem algum tipo de providência.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – O.k.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Ah! E minutar, só retornando, a assessoria não minutava as decisões. Ele tinha um gabinete próprio para isso.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – O.k.. E um pouco depois dessas derrubadas de páginas no período eleitoral e dias depois da eleição, teve um momento em que o Ministro Alexandre de Moraes deu uma declaração num evento em Brasília, no dia 14 de dezembro, saiu em toda a imprensa, dizendo... Aqui é a matéria do G1, da Globo, inclusive: "Sem dar detalhes, Moraes diz que 'ainda tem muita gente para prender e muita multa para aplicar'" – ainda tem muita gente para prender e muita multa para aplicar. Isso foi dia 14 de dezembro de 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria saber se o senhor, na época, tinha alguma ideia do que ele queria dizer com isso, já que a imprensa disse sem dar detalhes, e o pessoal ficou meio sem saber o que era.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Como volto a reforçar, isso não era de competência do gabinete, era sim lá do Supremo Tribunal Federal ou do gabinete dele e da Presidência do TSE. Acredito que talvez seja com relação ao volume de coisas que ele pedia, relatórios que ele pedia, para que se certificassem todas as coisas que ele recebia no WhatsApp dele, todas as coisas que eles recebiam num grupo no STF, ao qual eu não tinha acesso, e reencaminhavam para ele. Muitos relatórios de confirmação do conteúdo que tinha e a URL, muitos foram encaminhados para eles, porém acredito que nem todos tiveram alguma ação efetiva da própria Corte.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – E o senhor sentia, assim, esse ambiente de perseguição política em relação à direita ou a qualquer pessoa que desagradasse o Ministro, por isso talvez ele tivesse dito que ia aplicar muita multa ainda?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Com certeza. Já falei, acho, isso aqui umas duas ou três vezes: de fato, existia, evidentemente, uma perseguição à direita, né?, a um polo político, a um lado político. Foi quando eu percebi que tinha algo errado.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Até me perdoe se eu estou repetindo algumas perguntas, inclusive, eu ouvi algumas respostas, é mais para embasar aqui, mas se você não quiser responder e disser que já respondeu, também não tem problema, porque eu não quero tomar o tempo dos demais e também não tenho tantas perguntas aqui para fazer. Mas eu tenho uma pergunta que eu considero talvez uma das mais importantes para o dia de hoje.

Eu acompanhei as suas falas anteriores, mas, me corrija se eu estou enganado, aquela matéria sobre o grupo de WhatsApp dos empresários, que saiu no Metrópoles, é isso?, assinada por Guilherme Amado – inclusive, ela embasou o nosso pedido de CPI de abuso de autoridade –, se eu não estou enganado, você falou que primeiro tentaram na CNN e depois mandaram para o Guilherme Amado. É isso?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Não, não, não, não. Eu falei...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Essa é outra, essa é atual, essa é mais recente. Pode repetir?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Não, o que eu falei justamente foi com relação àquela ação de busca e apreensão dos empresários, em agosto de 2022, na qual ele se lastreou somente na matéria jornalística do Jorge, acho que é Jorge Amado, não é?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Guilherme Amado.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – É, desculpa. Guilherme Amado.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Mas a imprensa foi provocada por alguém do tribunal, por Polícia Federal, ou algo nesse sentido, para publicar essa matéria, ou essa matéria foi feita independentemente pelo jornalista e depois chegou à assessoria de vocês?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Na assessoria, só chegou a matéria. Nunca vi nada provocado por Polícia Federal. Em todo o tempo que eu trabalhei dentro da assessoria, nada chegou de provocação da Polícia Federal ou da PGR; tudo do próprio gabinete dele.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Como nós estamos falando de Polícia Federal, você teve alguma relação com a Coordenação de Contrainteligência da política federal – da Polícia Federal, perdão... Política federal até pode ser. Da Polícia Federal, da qual o Delegado Fábio Shor faz parte?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Tive contato com o Fábio Shor numa reunião, por vídeo, para tratar de algum assunto, não me recordo se era o assunto do Roberto Jefferson, eu não me recordo especificamente de qual, porque foram muitos e muitos trabalhos. E lembro que, dessa reunião, participamos eu, salvo engano, o Airton Vieira e o Marco Martin Vargas.

Não lembro se o Ministro participou, mas só isso, não tinha mais...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – E o que foi tratado nessa reunião?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não me recordo. Provavelmente alguma coisa... É aquilo que eu falei, não lembro se era com relação a Roberto Jefferson ou uma outra coisa. Eu não consigo te trazer precisamente o que aconteceu.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas deixe-me aproveitar aqui, Eduardo, a pergunta do Deputado Marcel, o senhor lembra se por acaso o Delegado Fábio Shor solicitou alguma coisa para o senhor, mas que o senhor não lembre do assunto...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... algum relatório, algum estudo, algum levantamento, nada?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Nunca a Polícia Federal pediu nada para o Tribunal Superior Eleitoral, para a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, com relação às eleições. Nunca. A única coisa que aconteceu é que foi montado um grupo em comum com a Polícia Federal para o qual eles mandavam algumas coisas, algumas fotos estáticas, para tentar identificação, visto que algumas pessoas estavam de boné e óculos, e eles não conseguiam fazer a identificação no banco deles. Isso foi passado para as pessoas dentro do TSE.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Mas então o senhor trocava mensagem com policiais federais assim como o senhor fazia com o Procurador Paulo Gonet? O senhor trocava mensagem ou diretamente ou em grupos de WhatsApp com policiais federais? Acho que essa pergunta é importante, Presidente.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Sim, sim. Existia um grupo que chamava Grupo de Atos Antidemocráticos, que foi criado, e me colocaram dentro desse grupo justamente para tratar com relação ao 8 de janeiro.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Então, o senhor participava de grupo de mensagens com policiais... Nunca trocou nenhuma mensagem direta com um policial federal, correto? Direta?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não, nunca direto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Mas no grupo tinha policiais federais. O senhor podia dar os nomes dos policiais federais que estavam nesse grupo? O senhor tem essa relação ainda?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Eu preciso pegar. Eu prometo que eu passo para o pessoal da Comissão, mas eu lembro que estava o Chuy, estava... Eu não lembro se o Scarpelli estava. Eu preciso ver, porque talvez eu seja... Tenho medo de falar o nome de pessoas que não estavam.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Você ainda tem o grupo ou o grupo foi apagado no seu telefone?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Não, não. Tem coisas que não estão no meu telefone, mas estão no material pericial que foi certificado já. Espera aí, deixe-me ver aqui. Atos...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Se o grupo inteiro já foi...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Não, o grupo está aqui, o grupo está aqui.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, você pode passar o grupo para a gente.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Aqui. É esse grupo aqui.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – O Delegado Rogério Galloro, por acaso, que foi assessor do Moraes no TSE e depois assumiu a Diretoria-Geral do Tribunal, o Delegado Rogério Galloro, por acaso, está no grupo ou o senhor teve alguma relação com ele?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Não, não. Inclusive acredito que esse grupo esteja reduzido, porque ele tinha mais gente. Acredito que algumas pessoas saíram, mas eu passo para vocês. Esse nome eu desconheço. Eu nunca...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas você pode passar, Tagliaferro, para a Comissão o grupo inteiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim, sim, vou passar.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tá.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Sim, sim. Eu faço o *export* do grupo e mando.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Seria da mesma...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – No grupo. No grupo aqui que eu estou vendo, está...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Assim como vieram os outros documentos.

Eu queria fazer uma pergunta ainda dentro disso, porque o grupo que queria o voto impresso e auditável, esse grupo virou alvo, né? Que falava nesse tipo de voto, e esse grupo trabalha muito, batalha muito, pelo menos aqui em Brasília. Eles estão na Câmara, estão no Senado, estão todo dia, assim... São pessoas, assim, que pagam a sua própria passagem, dormem por aí, voltam para cá, assim, numa luta muito grande.

Essas pessoas eram alvo? Quem falava mal das urnas ou quem dizia que as urnas não eram confiáveis? Tinha determinação de que elas fossem alvo?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Qualquer pessoa que falasse mal das urnas, que falasse referente ao art. 142, que pedisse intervenção militar, qualquer pessoa que falasse nesse sentido iria, chegava até a gente, tá? É óbvio que tinha alguns filtros – se eu não me engano – que era uma quantidade de usuários, de seguidores que ela tinha, de *views* que ela tinha, uma coisa mais ou menos assim, mas tudo era encaminhado.

Senador, eu já acabei de passar para o WhatsApp do senhor.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Tá. Obrigado.

Isso tem alguma coisa a ver com pessoas presas no dia 8 que não estavam aqui, mas que acabaram sendo presas nas suas casas, ou com outras que foram presas em hotéis, exatamente, sem participar. Hoje, elas também estão de tornozeleira, outras já estão condenadas, exatamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque falaram do art. 142, porque falaram que as urnas não eram confiáveis. Tem pessoas nessa lista de condenados que foram colocadas dentro do inquérito?

A gente sempre fala no nome de Alexandre de Moraes, mas a gente não pode esquecer que o pai desse negócio também é o Toffoli. Quem criou esse estômago de elefante foi o Toffoli, com base no Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que nada tem a ver.

Mas, voltando à questão em si, existem pessoas que foram condenadas, que estão hoje sentenciadas, exatamente porque falaram mal das urnas ou porque pediram o art. 142, o que eu cansei de pedir – está nas minhas redes sociais desde sempre, eu não tinha mandato, mas cansei de pedir isso – e outras pessoas que falaram em qualquer outro tipo de postagem relacionada às urnas? Você tem conhecimento, você acompanhou, mesmo de longe, essas condenações ou esses nomes?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Condenação, Senador, eu não acompanhei nenhuma; processo eu não acompanhei nenhum. Isso porque, como eu falo, a gente já tinha tanta atribuição, tanta demanda ali dentro que a gente não tinha tempo de ver outras coisas, principalmente as que não pertenciam ao nosso gabinete.

Sei que vinha, de fato, muita coisa referente a golpe, a art. 142, a Exército, a urnas, a esse tipo de coisa, mas era feito o relatório atestando que, de fato, aquela mensagem, aquele vídeo ou aquele texto estava lá no perfil da pessoa. Era colocada a URL e encaminhado ao STF ou à Presidência do TSE. Mas, dali para frente, a gente não tinha qualquer contato, não sabia o que acontecia.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Deputado Marcel van Hattem.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Para expor.) – Eu queria voltar à questão da busca ativa, porque eu estava num grupo de busca ativa. O meu nome estava num grupo de busca ativa, Senador Magno Malta. É por isso que, segundo... A decisão judicial diz isso. Eu acabei tendo um *post* censurado e eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para entender, busca ativa é algum sistema automático...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – É o que eu quero entender.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... que ficava monitorando um alvo específico a cada postagem?

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – É o que eu queria entender dele. Ele já explicou isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, não, não.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Então, se puder explicar, Eduardo: o que era essa busca ativa que era feita? E quantas pessoas estavam nessa busca ativa? Que tipo de pessoas? Era uma empresa contratada para isso? Vocês mesmos faziam? Se puder nos explicar um pouco melhor o que seria essa busca ativa...

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Na verdade, Deputado, dentro da própria Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação, a gente não tinha nenhum sistema de monitoramento, de busca, esse tipo de coisa. Eu estou até abrindo aqui a pasta para eu dar uma olhada.

Quando eu entrei no TSE, já existiam parcerias com empresas de checagem, como DX/TSE, CETSE, FGV Dapp, GTechBiz, NetLab, Palver – deixem-me ver outras aqui –, UFMG, ITS Rio, Apura. A Apura tinha um sistema, que era o Boitatá, o BTT, que fazia o monitoramento. Mas eu não tinha... Apesar de eu estar nesse grupo por ser um chefe de gabinete, eu nunca interagi com esse grupo. Quem cuidava desse grupo era o Thiago Rondon e o Frederico Alvim. Então, a esse grupo eu não tive acesso, eu não nunca olhei...

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Falando nessas duas pessoas, eu quero aproveitar também... Aí é uma coisa mais de sentimento pessoal seu, tá? Você sentia que essas pessoas, até você, também achavam que estavam fazendo alguma coisa errada, que era algo ilegal, que não ia terminar bem, que, enfim, não deveriam estar fazendo aquilo, mas acabaram cumprindo as ordens, porque, enfim, não viam, talvez, outra alternativa? Você sentia esse clima? Tem pessoas ali que você acha que sabidamente estavam fazendo algo que consideravam errado e estavam desconfortáveis com isso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Dentro do gabinete, tinha pessoas que se manifestavam, que tinham esse sentimento de problema, mas também tinha pessoas que, de qualquer forma, não estavam preocupadas com isso, não.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – O senhor se importaria de dizer quais são as pessoas que achavam que tinha problema e quais não?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Posso dizer que eu não gostaria de dizer, não, mas eu vou falar os nomes: Juliana, Maira, Lara, de fato, tinham aí uma certa preocupação com o que acontecia. Bia era uma secretária, não se intrometia nisso, não fazia nada. Diogo, Vítor e Frederico, por outro lado, faziam; eles são militantes de esquerda e não tinham problema algum. E Thiago – eu tive muito pouco contato com o Thiago Rondon –, eu não sei o que ele pensava.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Eu propus a CPI do abuso de autoridade duas vezes, uma no final de 2022, que foi engavetada, porque estava encerrando-se o mandato, Arthur Lira não instalou porque o recesso estava próximo, e a segunda vez no final de 2023, quando faleceu, lamentavelmente, o Clezão; nós obtivemos as 171 assinaturas, quase dez meses depois, e até hoje não foi instalada.

Eu queria saber se em algum momento você ouviu comentários sobre a CPI do abuso de autoridade dentro do TSE, no STF, e se havia algum tipo de receio dessa iniciativa do Congresso Nacional, ou se você nunca ouviu nenhum comentário sobre a possibilidade de instalarmos uma CPI para investigar todos esses crimes que aconteceram?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – A mim nunca chegou nada com relação a isso, nunca fiquei sabendo, estou sabendo agora pelo senhor. E quando infelizmente faleceu o Clezão, eu já não estava mais no Tribunal Superior Eleitoral. A única coisa que eu fiquei sabendo dentro do TSE: um ofício enviado pela Deputada Carla Zambelli perguntando de mim algumas coisas, o qual foi respondido para a Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, e não sei se chegou até ela, mas, quando a mim chegou, eu de pronto encaminhei para quem era de direito dentro do tribunal.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Eu vou fazer uma última pergunta, depois só algum comentário final, Presidente. Eu só queria perguntar ainda sobre o caso do Filipe Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu sei que o senhor que já não estava mais no tribunal eleitoral, e o caso do Filipe Martins foi muito mais vinculado à atuação do STF, mas com os mesmos atores: Alexandre de Moraes, Fábio Shor, etc. E aí eu me pergunto, porque há uma suspeita de que possa ter havido até uma coordenação internacional de esforços para fraudar um registro de entrada de um cidadão brasileiro nos Estados Unidos. A gente está vendo tanto absurdo sendo relatado em relação às... E às vezes até, Presidente, confesso, parece tão amador, com todo o respeito ao próprio Tagliaferro, que tem informação e tudo, mas tão amador no sentido de hoje estar tão exposto tudo que aconteceu, Tagliaferro, que eu me pergunto se você acha que seria possível haver até uma coordenação internacional nesse sentido, dado o caso Filipe Martins, o quanto você conhece também esse caso, porque esse é talvez o mais aberrante de todos os casos, por envolver uma entrada num país estrangeiro que nunca aconteceu para manter uma pessoa presa, inclusive com confinamento solitário, por seis meses, em solitária por dez dias. Então, eu queria saber se o senhor acha que faz sentido supor um tipo de coordenação, inclusive internacional, para realização de fraudes no processo legal no Brasil.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Quando aconteceu o caso do Filipe Martins, eu já não me encontrava, não trabalhava mais no Tribunal Superior Eleitoral. Não acompanhei esse caso, vi muito pouco nas mídias, porque eu vejo muito pouco televisão. É um meio de comunicação que não me interessa, eu não assisto televisão, mas – diante da sua pergunta e diante de todos os fatos aqui apresentados e de tudo que eu vivi, inclusive vendo pessoas fazendo aí um arrastão de direita –, eu não duvidaria. Eu não posso afirmar que aconteceu de fato alguma manipulação, mas eu também não duvidaria.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Pelo avançado da hora, Presidente, e também porque eu sei que o próprio não é depoente, é convidado... Mas espero que em breve nós tenhamos também depoimentos aqui no Congresso Nacional para passar essa história limpo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – É um cooperador.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – E até fazer um conserto, porque alguém disse assim, fazendo uma pergunta a ele, dizendo: "Que bom que o senhor se arrependeu", que não sei o quê. Não, ele nunca entrou, ele não entrou lá. A história dele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está contada para fazer o mal. Quando ele percebeu que, lá no departamento, tão somente eles usavam aquilo como instrumento para punir pessoas que se manifestavam, de direita, contrárias ao espectro político de esquerda, ele começou a ficar de ouvido aberto e foi guardando o que ele podia.

Eu diria que seria um espia que Deus colocou no terreno dos filisteus, para que pudesse nos informar como era a terra.

Assim, para mim, tudo é mundo espiritual. O mundo espiritual é tão real quanto isto aqui, quanto isto aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mais até.

Então, não é à toa. Esta audiência seria segunda-feira, terça-feira passada. O Presidente repassou para esta terça-feira.

Ontem à noite, quando eu saí do avião, tem gente que zomba da Bíblia, que zomba das coisas de Deus, e o comunista normalmente é assim. Eles debocham das coisas, mas eu creio plenamente num Deus que está vivo, vendo e conduzindo todas as coisas. Eu saí do avião e disse para o Deputado Evair... Ele falou: "Para onde você está indo?", porque ele saiu na minha frente. Eu falei: "Não, eu estou indo à casa do Presidente Bolsonaro". Ele disse: "Alexandre de Moraes liberou você?". Eu disse: "Não". Ele perguntou: "Ué, o que você vai fazer lá?". Eu falei: "Eu vou orar". E fui para lá. Fiquei três horas em frente ao condomínio, encostado naquele poste ali, e orando.

Eu não tenho domínio sobre nada. Eu não tenho onde me agarrar. Eu não tenho como ir lá na casa do Fux, dizer: "Fux, pelo amor de Deus, peça vista disso. Fux, faça isso, tal". Bem que eu gostaria, tenho até uma relação amistosa, respeitosa com ele. Assim, eu não tenho a quem pedir. Nós chegamos a um ponto que você não tem.... E dizer assim, quem seria uma pessoa em comum que consegue conversar com esse indivíduo para dizer: "Olha, pensa um pouco". Nós não temos mais nada, acabou, zero, zero, zero. É dizer: "Deus, o Senhor é Senhor de todas as coisas. Eu só vim aqui lhe pedir para dar uma noite de conforto a Bolsonaro. Ele é um ser humano. Ele está esvaído nas suas energias, nas suas forças. Ele está enfraquecido no corpo, mas quando o senhor permitiu que Satanás tocasse em Jó, o Senhor disse uma coisa só: 'Não toque na alma dele, mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o resto eu restituo depois'. O Senhor continua sendo o mesmo Senhor, e eu estou aqui para agradecer, porque estou vivo". E disse a Deus, ontem à noite: "Eu não me esqueci de que eu vi Jair Bolsonaro nos braços da morte, lá em Juiz de Fora, dentro da UTI", eu, Flávio, este aqui, Eduardo e Carlos, estou certo? Eu disse ao médico e a eles quando nós entramos: "Nós entramos aqui para mandar embora o espírito da morte". Foi isso? Coloquei minha mão em cima dele, um pouco acima, porque ele não podia pegar uma infecção, e eu disse: "Deus, nós entramos aqui para mandar o espírito da morte embora. Esta nação não vai ficar órfã, porque o Senhor levantou esse homem". Essa foi a minha oração. Quando eu encerrei a minha oração, Jair Bolsonaro, anestesiado, abriu os olhos. É uma cena de que ele não se lembra. E ele falou, pela primeira vez, naquele primeiro vídeo que circulou dele balbuciando, falando com dificuldade. Fui eu que filmei. Fui eu. Não estava ao seu lado? Eu disse ontem: "Deus, eu o vi nos braços da morte e vi quando o Senhor o tirou dos braços da morte. E o Senhor pode tirá-lo de qualquer situação".

Veja que as grandes televisões, os grandes meios de comunicação não quiseram ouvir esse rapaz. Negaram isso a esse rapaz. Ele mostrou esse material e eles periciaram. É verdadeiro. Vão colocar no ar. E, no dia de colocar, dizem para ele que não vão mais.

Eu disse para o Evair ontem: "Amanhã vai acontecer alguma coisa". Aconteceu. Era hoje que ele tinha que mostrar o material? Hoje, no dia da vergonha, em que eles estão fazendo um linchamento público de um homem que não cometeu o crime que eles estão dizendo que ele cometeu, porque Jair Bolsonaro é humano, não é santo – nem eu, nem ele, nem você –, mas o crime de lesa-pátria, as infâmias que eles têm atribuído a esse homem...

Deus tem um propósito muito sério com isso, Marcelo. Deus tem um propósito muito sério com tudo que está ocorrendo com o Brasil. E me desculpem usar o tempo, mas as pessoas precisam ouvir isso. Há uma cobertura de oração sobre a vida desse homem no Brasil hoje como nunca se viu, como nunca se viu.

E aí, relembro o Apóstolo Paulo, que disse: "Nossa luta não é contra sangue nem carne, mas contra potestades e principados". E a nossa luta é exatamente aqui. Nós estamos lutando com entidades de alta patente. Eles estão sendo envergonhados publicamente, mas isso não mexe com eles. Eles estão absolutamente calejados, estão absolutamente calejados. Mas a sociedade...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas coisas são assim. A gente não sabe de onde vem o vento, nem para aonde ele vai, diz a Bíblia, mas Deus sabe. Então, eu não sei o porquê de nada disso. Eu só sei de uma coisa, para encerrar: quando os discípulos perguntaram a Jesus: "Por que esse rapaz nasceu cego? O que houve com a família dele lá atrás, para ele nascer cego? Por que ele é cego de nascença?". Jesus disse: "Nada, nada, ele nasceu cego para que se cumpra a glória de Deus". O que está acontecendo hoje aqui é para que se cumpra a glória de Deus.

Certamente o mundo verá o que vai acontecer com este país depois desse furacão que nós estamos enfrentando.

Desculpe aí, Presidente. (*Palmas.*)

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Com essas palavras, até tenho pouco a acrescentar, Presidente. Não tenho a menor dúvida de que nós estamos aqui numa batalha muito maior do que aquela que nos é dada no espaço terreno.

Eu quero agradecer ao Eduardo Tagliaferro pela colaboração, por estar conosco nesta tarde.

E de novo, Presidente, eu ouvi mais cedo a preocupação com a segurança dele, com tudo que possa acontecer. Nós precisamos fazer de tudo para informar às autoridades do país em que ele estiver, aliás, todas as autoridades de todos os países em que há hoje brasileiros asilados ou exilados têm sido informadas para que a gente possa dar mais conforto, dentro do limite do possível, a essas pessoas, porque não é uma situação confortável para ninguém.

E eu gostaria aqui, Tagliaferro, de lhe agradecer, como cidadão brasileiro, por estar contribuindo com o futuro da nação, porque eu tenho certeza de que a sua contribuição neste momento crucial – como disse o Senador Magno Malta e tem reforçado o Senador Flávio Bolsonaro, proponente aqui, junto com o Senador Eduardo Girão, que falou mais cedo nesta reunião –, eu tenho convicção de que a sua participação na história do Brasil já está registrada e, com a vontade de Deus e com o apoio do povo brasileiro, nós vamos superar isso.

Muito obrigado, Sr. Eduardo Tagliaferro.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Marcel van Hattem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra ao Deputado Allan Garcês.

**O SR. ALLAN GARCÊS** (Bloco/PP - MA. Para expor.) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Senador Flávio, inicialmente, gostaria de parabenizar sua pessoa pela proposição desta audiência e parabenizar também o colega Senador Magno Malta.

O momento hoje é histórico. Julga-se ali do outro lado, no STF, e aqui a gente está debatendo um verdadeiro crime que aconteceu contra a democracia deste país.

Sr. Tagliaferro, eu tenho uma pergunta para lhe fazer, mas antes eu gostaria de lhe dizer o seguinte: o seu nome é um nome forte, o sobrenome Talhaferro ou Tagliaferro vem de *tagliare*, cortar. O significado do seu sobrenome não poderia ser, Sr. Eduardo, mais oportuno neste momento histórico. Ele veio justamente para cortar as fortalezas que pareciam inabaláveis, estruturas que se sustentavam pela imposição e pelo abuso de poder.

Não é coincidência, Senador Magno, que, logo após as declarações do Eduardo Tagliaferro, o seu próprio canal do YouTube tenha sido cortado.

A verdade incomoda essa turma da esquerda. A verdade sempre os incomodou, mas a verdade precisa ser dita, nem que se meta o dedo na ferida. E foi isto que corajosamente Tagliaferro trouxe hoje para o Senado e para o Brasil: a verdade.

Sr. Eduardo Tagliaferro, o senhor é um guerreiro corajoso, um homem que hoje está escrevendo história, denunciando, pela primeira vez, um Ministro do Supremo Tribunal. Pela primeira vez, a gente também vê no Brasil um ministro sendo acusado nesta Casa, a Casa do povo.

E o Senado, Senador Magno Malta, não pode se acovardar. O Senado tem que tomar o seu papel, o seu posicionamento, depois das gravíssimas denúncias, com provas documentais que foram apresentadas aqui. O Senado tem um papel importante de fazer a justiça que o povo brasileiro está ansioso para que aconteça.

A minha pergunta, a que eu tenho aqui ao Sr. Tagliaferro, eu anotei aqui: Sr. Eduardo, o que fez o senhor tomar a decisão de se colocar contra todas as arbitrariedades do Ministro Alexandre de Moraes depois de o senhor seguir à risca as ordens que ele havia colocado? Eu sei que sua família pode estar sendo ameaçada, mas é importante o senhor, hoje, falar aqui sobre isso para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, hoje, e para que esta Casa possa anotar nos *Anais* o que o senhor passou, o que o senhor enfrentou e o que fez o senhor tomar essa decisão corajosa.

E eu lhe digo: nós precisamos muito de homens corajosos e patriotas como o senhor, que veio trazer aqui a podridão que acontece no STF, a podridão que acontece naquela Corte. O senhor é um homem de coragem e tem o respeito da Casa do povo, tanto dos Deputados Federais como dos Senadores.

Eu gostaria que o senhor agora, se possível, pudesse responder a minha pergunta.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Deputado Allan, boa tarde. Obrigado pela pergunta.

É ótima essa pergunta, porque já me perguntaram algumas vezes, e eu vou reforçar aqui a resposta para o senhor. Em momento algum eu entrei dentro do tribunal sabendo qual era o trabalho. Eu sabia que eu ia gerir um gabinete de desinformação e, ao meu entender, desinformação seria uma coisa séria dentro do tribunal. Aliás, desinformação é uma coisa séria quando se trata da forma séria.

Na primeira semana, eu já percebi, estando lá dentro, que alguma coisa estava meio esquisita – só vinham denúncias de direita, nunca de esquerda – e tive a certeza de que algo estava errado quando eu presenciei a fraude no processo dos empresários, conforme eu já falei aqui nesta Comissão. Diante daquilo, eu tive certeza de que algo era errado, de que ali as coisas não andavam corretamente, e eu comecei a fazer provas do que eu precisava para, em momento oportuno, eu trazer isso para o povo.

Tentei sair algumas vezes – entre sete e oito vezes. Virei um motivo de chacota dentro do tribunal, de que eu era o Eduardo da exoneração. Tinha até figurinha de WhatsApp com essa gozação da minha pessoa, mas eu não deletei nada, eu guardei tudo. Conquistei cada vez mais a confiança de todos, me fiz de um deles para que eu pudesse ter, assim, de fato, acesso ao material e a tudo que eu pudesse para fazer prova.

Fiquei ali tranquilo, fiquei quieto – é óbvio que preocupado; mas quieto, tranquilo –, fazendo o que eu podia para não prejudicar algumas pessoas, para poder trazer o material e para poder fazer toda a prova de que eu precisava e que eu iria apresentar em momento oportuno. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nunca entrei dentro do tribunal já com um direcionamento, antes, do trabalho. Não conhecia o trabalho e vim conhecê-lo entre uma e duas semanas após eu estar já dentro do TSE. Não tinha contato algum com o Alexandre de Moraes. Nunca tive contato com ele antes de estar no TSE, e foi dessa forma que eu trabalhei dentro do Tribunal Superior Eleitoral.

**O SR. ALLAN GARCÊS** (Bloco/PP - MA) – O senhor sofreu ameaça direta ou velada? A sua posição hoje é extremamente importante. O senhor se considera uma pessoa com risco de morte? O senhor sofreu algum tipo de ameaça direta à sua vida ou à da sua família, ou de forma velada?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência.*) – Ainda não.

Diretamente, ninguém me fez nenhum tipo de ameaça, exceto alguns militantes de esquerda que, dentro do meu perfil do Instagram, escrevem algumas coisas absurdas, que seriam ameaças. De dentro do tribunal, não; uma ameaça direta não, mas uma ameaça velada talvez sim, porque, desde que eu comecei a trazer esses fatos ao público – não é de hoje, eu já venho tentando há muito tempo –, eu venho sendo ameaçado processualmente.

Eu tive expostas conversas, tenho a agenda de telefone dentro do processo da Polícia Federal, do inquérito, que eles colocaram público, para que todos vissem, inclusive houve o comentário com relação à exposição do telefone do Dr. Paulo Gonet. Eu vi que, quando foi feito aqui, quando eu virei o telefone, assim, estava tudo borrado, não tinha nem como identificar de uma forma mais precisa o número dele.

Meu processo é um processo anormal; talvez hoje seja o processo mais veloz da história do Supremo Tribunal Federal, com uma movimentação de quase 170 movimentações em menos de um ano, ou seja, entre 1,5 e 2 vezes... A cada dois dias existe uma movimentação. Só neste mês foram aproximadamente 60 movimentações. Isso é um tipo de ameaça para que eu me cale.

Inclusive, eu já comentei que ele pediu a minha extradição aqui na Itália. Ele sabe que eu estou na Itália, ele fala da Itália, porém ele pediu, ele mandou, lá na residência onde eu já morei – hoje não moro mais, nem minha família mora mais lá. Ele deixou isso público; ele mandou lá, ele colocou nos autos um pedido, uma manifestação... Eu fiz uma manifestação referente à denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República. Ele deixou exposto, publicamente, para todo mundo ver, o endereço onde, no passado, morou minha família, sem ter qualquer vínculo desse endereço comigo e sem ter em procuração, em dados, dentro tanto da Polícia Federal quanto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Supremo Tribunal Federal, um relacionamento desse endereço comigo. Ele sabe que nesse endereço já morou a minha família e ele usou isso de forma a me ameaçar, a me assustar, mas não me assustou.

Então, eu tenho recebido constantemente ameaças processuais – como ele faz com alguns Parlamentares, o que a gente já sabe.

**O SR. ALLAN GARCÊS** (Bloco/PP - MA) – Quanto aos militantes de esquerda a que o senhor se refere, o senhor identificou em algum momento algum Parlamentar de esquerda, ou do Senado ou da Câmara Federal, nessas acusações ou agressões verbais ou até ameaças de forma velada? O senhor identificou algum Parlamentar?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Não, porque, diferente de mim, que dou minha cara, dou meu nome, não escondo o perfil, boto a minha cara a tapa para poder fazer as denúncias, eles são tão covardes, tão covardes que eles criam perfis *fake*, sem foto ou com foto que não tem nada a ver. A gente percebe que é um perfil *fake*, um perfil novo por onde eles fazem as ameaças: eles me chamam de traidor, falam que eu sou mentiroso, falam que eu vou ser preso, falam que eu mereço morrer, que eu vou morrer, esse tipo de coisa, mas não consigo identificar porque eles são tão covardes que eles não têm coragem de falar quem são.

**O SR. ALLAN GARCÊS** (Bloco/PP - MA) – O.k., Sr. Eduardo. Mais uma vez, eu o parabenizo pela sua atitude.

Fica aqui, Senador Flávio e Senador Magno Malta, a responsabilidade desta Casa de também resguardar a vida desse homem. Nós precisamos dar cobertura para que ele possa permanecer vivo e denunciando os fatos para que o Brasil, a gente, apure, de forma legal, tudo que está acontecendo.

Muito obrigado.

Eu agradeço a oportunidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Deputado Allan Garcês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, partindo aqui para a conclusão dos trabalhos, só para esclarecer mais uma vez, a disponibilização de todo esse conteúdo que foi enviado pelo Sr. Eduardo Tagliaferro aqui para esta Comissão, aos advogados de defesa, é amanhã na nossa sessão extraordinária. A gente vai tornar público o procedimento, mas, obviamente, se chegar por algum Parlamentar que já tem acesso direto a essa documentação, isso pode ser disponibilizado aos advogados. Mais uma vez, é só para evitar que qualquer conteúdo ali que seja privado seja mal utilizado por qualquer pessoa que tenha acesso a esse documento, por isso que a gente tomou a providência aqui de fazer essa triagem antes de fornecer a íntegra desse material trazido pelo Eduardo Tagliaferro.

E, para concluir, então, quero só deixar mais uma vez registrado o que foi aprovado aqui nesta Comissão: o encaminhamento de relatório que está sendo elaborado pelas assessorias sobre as informações obtidas pela Comissão nesta audiência pública, por intermédio do Sr. Eduardo Tagliaferro – esse relatório vai ser encaminhado aos Presidentes do STF, TSE, CNJ, CNMP e OAB, inclusive, com pedido ao Presidente do STF da suspensão do julgamento em curso dos processos dos réus de 8 de janeiro –; a disponibilização dos documentos fornecidos na reunião a toda as defesas dos réus, como já expliquei aqui; o encaminhamento ao Governo da Itália de pedido de proteção ao Sr. Eduardo Tagliaferro, inclusive reconhecendo a sua condição de exilado político; e um encaminhamento que foi feito também de proteção da família, dos familiares do Sr. Eduardo Tagliaferro – e aqui o Senador Magno Malta me fez um questionamento sobre se seria pedido ao Ministério da Justiça, ou seja, à Polícia Federal, ou ao Secretário de Estado de Segurança Pública de São Paulo, que é onde reside a família do Eduardo Tagliaferro, para que essa proteção fosse feita pela polícia estadual.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu faço essa ressalva, porque o Ministro da Justiça, Lewandowski, não tem isenção, ele é ideológico, ele faz parte desse consórcio.

A Polícia Federal que hoje opera no Brasil, para a nossa tristeza, e sempre respeitamos, e o país, a Polícia Federal... É muito mais seguro que V. Exa. possa fazer o contato com o Governador de São Paulo, com o nosso Derrite, que é o Secretário de Segurança Pública, respeitadíssimo, que tem policiais qualificados e podem – querendo o Tagliaferro, tenho certeza de que o Governador Tarcísio não negará, nem o Derrite – assumir a proteção dessa família enquanto o Brasil estiver vivendo essa turbulência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – E, por fim, o encaminhamento do relatório que está sendo elaborado aqui também ao Governo dos Estados Unidos da América, especificamente sobre as denúncias em relação a Alexandre de Moraes, tanto de fraude processual, e ao Sr. Paulo Gonet, também como uma pessoa que, usando meios informais aqui, fazia todos os ofícios, os requerimentos diretamente ao Sr. Tagliaferro, como aqui demonstrado e, portanto, completamente fora do processo, reforçando essa alcunha de violadores de direitos humanos, pelo menos já reconhecida oficialmente com relação ao Sr. Alexandre de Moraes.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, rapidamente, eu sei que está no encerramento...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pois não, Senador Girão.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para interpelar.) – Não é só violador de direitos humanos, é um violador contumaz reconhecido globalmente a partir da Lei Magnitsky.

Mas o Dr. Eduardo Tagliaferro está ainda *on-line* ou já...?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está, sim. Eu imagino que já seja mais de meia-noite lá onde ele está.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – É, porque já são nove horas de sessão aqui.

Se ele puder só me responder – eu não sei, porque eu tive outras Comissões, tive que sair – uma coisa, uma pergunta. Eu não sei se alguém já fez aqui, mas, Sr. Eduardo Tagliaferro, o senhor tinha conhecimento, de alguma forma, durante o período em que o senhor estava lá... Porque o Ministro Barroso – que faltou, faltou a esta audiência mais uma vez, porque foi chamado, convidado – já falou que procurou, na época, os Estados Unidos para, de certa forma, supervisionar aqui as eleições do Brasil. Então, eu pergunto se o senhor tinha conhecimento de que a USaid interferiu nas eleições brasileiras do ano de 2022. O senhor tem alguma coisa a falar a respeito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Obrigado pela pergunta, Senador Girão, mas eu não tinha qualquer conhecimento disso. Eu vim saber da USaid acredito que no final do ano ou neste ano; eu não tive qualquer conhecimento. Eu sei que dentro do TSE, no período eleitoral, ficavam membros da OEA, se eu não me engano, ficavam dentro do gabinete, ficavam em alguns lugares estratégicos lá para acompanhar as coisas, mas da USaid eu não tive qualquer informação, nem qualquer contato.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tá.

Presidente, só uma perguntinha para o Eduardo aqui que me veio, mas eu prometo que é a última mesmo, porque está todo mundo cansado, mas é só para confirmar.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Se V. Exa. quiser, pode assumir a Presidência, e vai tocando mais um... (*Risos.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Para concluir, o gabinete, essa Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação – nome bonito, né, Deputado Marcel, que a turma arruma para isso? –, o senhor falou, inclusive numa pergunta para mim, que já existia esse grupo de perseguição política, que está muito claro hoje, mas ele foi criado... Quem transformou esse gabinete especial, quem transformou-o num instrumento de perseguição política? Foi o Alexandre de Moraes, foi o Barroso, foram os dois? Quem foi que usou este para fins nada republicanos, Dr. Eduardo?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Senador, quando eu entrei, esse gabinete já existia. Eu não sei se ele foi criado... Não. Ele foi tornado permanente eu acho que pelo Ministro Fachin. Eu assumi o posto do Federico Alvim, mas, sobre o que aconteceu no passado, eu não tenho informação. Não duvido que isso já acontecia, mas posso falar do momento em que eu entrei para a frente. Do momento em que eu entrei para a frente, sim, de fato, ele claramente era um gabinete de perseguição a um polo político.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Comandado pelo Ministro Alexandre Moraes, confere?

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (*Por videoconferência*.) – Confere, exatamente isso!

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente...

Sr. Eduardo, muito obrigado, viu? Muito obrigado pela atenção!

Eu queria só sugerir ao Presidente Flávio Bolsonaro, a título de encaminhamento, viu, Presidente? Eu não sei... O senhor já falou que está encaminhando, oficiando várias entidades, mas acho que a OEA seria outro organismo internacional... A gente já foi lá, o Senador Magno Malta, o Deputado Marcel...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Eu acho que não custa nada a gente voltar, levar e entregar na mão...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – E oficiar também, porque são dados novos.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – São novas denúncias...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Isso.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... são novas informações. Nós devemos voltar a todos os órgãos a que nós já fomos, refazer o mesmo caminho, Senador... Já ia chamar Van Hattem de Senador, mas, quando eu falo, as coisas acontecem – Deus é bom comigo.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Que seja comigo também. (*Risos.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Que Deus nos ajude a ter essa força aqui, já que o Senador Girão está se despedindo e contra a nossa vontade.

(*Soa a campainha.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu não sei se é a vontade de Deus também você se despedir, não, viu? É preciso orar mais, viu? Acho que é tempo de ficar, é tempo de guerra – é tempo de guerra, é tempo de ficar.

A gente voltaria levando essas novas. A gente pode... A OEA, a gente sabe onde é que eles estão ligados, né? Chega lá naquela...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS. Para expor.) – Senador, se me permite, além de levar à OEA, de novo – eu estava mesmo comentando com o Senador Flávio –, ao Governo da Argentina...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Ah! Boa!

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – ... à instituição lá, a Conare, ao Judiciário argentino...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sim.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Eu até faria para ambos, porque tem processo judicial correndo lá.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É verdade.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – Tem o Governo argentino lá na Conare, que precisa saber das informações, porque aqui tem informação que prejudicou, inclusive, aqueles que estão presos lá...

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Exatamente.

**O SR. MARCEL VAN HATTEM** (NOVO - RS) – ... e tantos outros que estão por ser extraditados.

E eu incluiria mais países – acho que todos os países em que nós sabemos que tem asilados... Por exemplo, na Espanha, em que está Oswaldo Eustáquio, o Tribunal Recursal já reconheceu que ele é um perseguido político. Não custa mandar as informações para confirmar mais uma vez com eles que eles estão corretos.

E tem outros países. Ouvi falar em Polônia. Países em que tiver asilados... Eu ajudo depois o Presidente a fazer a pesquisa aqui, e todos que nós sabemos. Paraguai tem. Eu acho importante a gente mandar principalmente para esses países em que nós sabemos que já há asilados ou exilados políticos, para que eles saibam da situação.

Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Só para a gente poder também ter a formalidade atendida, porque esses foram encaminhamentos que eu coloquei e submeti à votação aqui.

Então, quero fazer um aditamento, para que a gente possa também deliberar – e peço à Secretaria aqui da Comissão que informe a quem está fazendo já esses relatórios para envio – o encaminhamento também desse relatório com as denúncias do Sr. Eduardo Tagliaferro às instituições do Judiciário ou comissões que acompanham esses perseguidos políticos nos seus países e também aos respectivos Governos dos seguintes países: Argentina, Itália, Paraguai, Espanha, Polônia, incluindo aqui também a OEA e o Parlamento Europeu, que também vai ser um próximo local ali, um próximo ambiente em que essas denúncias vão chegar em relação ao que está acontecendo aqui no Brasil.

Então, coloco em votação.

Os Senadores que concordam, que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Bom, eu quero agradecer, então, Sr. Eduardo Tagliaferro, mais uma vez, pela sua disponibilidade, pela sua coragem, pela sua paciência de colaborar aqui com os trabalhos desta Comissão. Que o senhor tenha a consciência da importância que isso tem para o nosso país.

Hoje, nós estamos aqui escrevendo mais um capítulo da nossa história de resgate da democracia, que nós defendemos de verdade, e não o contrário, né? Este é um princípio da extrema esquerda: xingue-o do que você é, acuse-o de fazer o que você faz. Então, quem hoje está dizendo que defende a democracia é porque, na verdade, estuprou, destruiu, acabou com a democracia, usando a caneta que o Estado lhe deu, o poder, para que fosse usado para promover justiça, e promove perseguição a quem ele bem entende. Então, vai encontrar sempre aqui no Parlamento, pelo menos numa parte dele, esta resistência, sim, de defender a democracia, de denunciar ao mundo, de não se intimidar com o que está acontecendo com o nosso Brasil, porque nós vamos, sim, fazer a nossa parte antes que seja tarde demais.

Então, quero agradecer a todos aqui da Comissão, às assessorias, aos advogados. Vamos encerrar aqui, mas dando continuidade aos trabalhos, promovendo aqui os relatórios, e eu vou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pedir a ajuda de todo mundo, e que todos os assessores que têm ali essa atuação jurídica, pelo menos, que entrem em contato conosco, lá com o meu gabinete, para que possamos fazer a várias mãos, o mais rápido possível.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tem duas assessorias que têm trabalhado muito essa questão que envolve os presos e os condenados do dia 8, que é a assessoria do Novo, juntamente com a assessoria do Senador Girão, e eles estão de parabéns, porque pegaram essa causa de fato, 24 horas por dia. Se eles aceitarem a delegação, nós vamos estar bem servidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, por favor, vamos combinar o seguinte: as assessorias, amanhã, talvez 10h da manhã, se puderem, vão até o meu gabinete para servir de base ali, para, enfim, pensar junto e concluir os documentos para que sejam encaminhados, tá? Já deixo aqui, então, combinado dessa forma.

E amanhã eu falo qual vai ser o horário da nossa reunião extraordinária, Senador Girão, para que a gente possa se programar também, porque tem que ver disponibilidade de plenário, mas acabei de ser informado que a CCJ foi cancelada amanhã, né?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Foi, foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, certamente, um plenário nós já temos para fazer a nossa...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – O horário vai ser o mesmo?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu acho que seria bom ser na parte da tarde.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Melhor.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Porque as Comissões funcionam de manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone*.) – Para dar mais tempo para estudar.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É, mas, a princípio, 2h da tarde eu acho que é um horário bom para a gente fazer a nossa extraordinária da Comissão de Segurança Pública.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Flávio...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Tagliaferro, o senhor quer fazer as considerações finais aí?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Eu queria agradecer a ele.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Espere aí, deixa ele falar, Magno. (*Risos.*)

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Não, eu queria agradecer a ele. Eu achei que você já ia encerrar. Eu queria agradecer ao Tagliaferro, eu queria agradecer. Ou a gente deixa que ele faça as considerações dele, e a gente agradece no final, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode ser, pode ser.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pode ser? Tagliaferro está com a palavra.

**O SR. EDUARDO TAGLIAFERRO** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu agradeço muito a oportunidade a mim dada de participar desta Comissão. Eu tinha um grande desejo de estar aqui, não é de hoje, já é de antes. Infelizmente, não tive condições, justamente por questão de segurança. Fico feliz por poder trazer a esta Comissão todas essas denúncias, por poder trazer ao povo brasileiro tudo o que aconteceu, mostrar a verdade, mostrar que, de fato, o que eu tenho é uma coisa sólida, é uma coisa verdadeira, é uma coisa que mostra a realidade que aconteceu nas eleições de 2022 e nos dias posteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coloco-me inteiramente à disposição sempre que for necessário, que vocês precisarem de mim, ou de qualquer outra Comissão. Enquanto eu tiver a minha liberdade, a minha vida, estou aqui à disposição para lutar pela democracia, pela verdadeira democracia do nosso país.

Obrigado, Senador Magno Malta, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Jorge Seif, Senador Girão e demais Senadores.

Fico aqui inteiramente à disposição.

E Deus abençoe o nosso país.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Flávio, quero agradecer a V. Exa. Hoje foi um dia marcante na história do Brasil.

Eu, já há uma semana ou mais, venho dizendo ao Senador Girão, e também tinha dito a V. Exa. um pouco atrás, eu venho sempre dizendo o seguinte: dia 2 será o dia da vergonha – o dia da vergonha. E a história vai registrar o dia 2 de setembro de 2025, Vereador Satiê, como o dia da vergonha, mas o dia da vergonha – a Bíblia diz que a glória da segunda casa será maior que a da primeira – também será o dia do registro de uma intervenção divina na vida deste país.

Eu quero dizer ao Tagliaferro que você foi um instrumento, está sendo um instrumento. E, quando alguém percebe que é um instrumento de Deus e que está cumprindo missão, essa pessoa passa a não temer pela própria vida, essa pessoa passa a fazer as coisas com destemor.

Eu não temo pela minha vida. Quando as pessoas me perguntam, eu não sei nem como responder, porque eu tenho uma missão, eu vou cumprir uma missão, e isso me faz viver sem temor.

O desprendimento dele mostra realmente que ele não é alguém que estava lá fazendo maldade e se arrependeu; é o de alguém que caiu em algum lugar. Ele falou da maneira como foi parar lá, fruto de uma brincadeira com um amigo. As habilidades dele o levaram para lá, e ele acabou descobrindo que lá era, de fato, uma indústria de produzir mentiras, narrativas, para prejudicar pessoas que criticavam, ou que não faziam parte, ou que não engoliam, não gostavam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do espectro político da própria Corte, que não deveria ser uma Corte política, politizada, mas uma Corte de justiça, tão somente e mais nada que isso.

Então, a sua coragem... Eu vou repetir: você foi um dos espias no arraial dos filisteus, um dos espias que foi olhar a terra e voltou dizendo: "Não vi gigante nenhum. Eles viram, mas eu não vi; eu vi Deus".

Então, com esse espírito, Senador Flávio Bolsonaro, aprouve a Deus – lá na frente saberemos o porquê das coisas que não sabemos agora, porque não nos foram reveladas, mas um dia serão e nós as veremos como são – que V. Exa., filho de Jair Bolsonaro, primogênito, primogênito... E a primogenitura é algo muito sério no mundo espiritual. A primogenitura é algo muito sério. V. Exa. é primogênito de Jair Bolsonaro. Alguém explicaria por que é V. Exa. que está sentado aqui exatamente no dia 2, no dia do linchamento do seu pai? É difícil juntar essas coisas no mundo físico. E eu tenho me assentado aqui será por quê? – com a minha primogênita aqui na minha frente. Essas coisas não têm por quê. É o que Jesus disse: "Para que se cumpra a glória de Deus".

É tão difícil tratar com essas coisas! Quando o Marcel van Hattem fala: "Temos que levar para a Argentina", aí me vem tudo na cabeça: uma família de que tem a síndrome de ossos de vidro, com crianças com as pernas quebradas e o pai no presídio; brasileiros que foram para lá porque o Presidente disse: "Venham", e eles foram. Receberam asilo de três meses e, quando foram renovar, foram presos, mas é porque o Milei recebeu a Argentina como o Bolsonaro recebeu o Brasil. O Brasil estava todo minado de 30 anos de esquerda, de universidades, médicos, advogados, profissionais liberais, esquerdistas formados em 30 anos, a sociedade tomada. E a gente não sabe por que coisas não puderam acontecer, coisas não aconteceram. E lá nós vimos, no sistema penitenciário, Senador Flávio, em que nós tivemos tanta dificuldade, os nossos irmãos tão maltratados, porque são pessoas ligadas às mesmas figuras daqui do Brasil.

Que propósito Deus tem com a América Latina se nós temos promessa de que este país será o celeiro do mundo e, proporcionalmente, já é o celeiro de alimento do mundo, o celeiro do Evangelho, a pátria do Evangelho no mundo? Então, no mundo espiritual, parece que é normal que o inferno se levante, que o comunismo se levante, porque a barreira que o comunismo tem diante de si é o Evangelho, que ele não pode romper e nunca vai romper, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer ao Tagliaferro, agradecido, que quem recebe a missão entende e cumpre a missão, tem que entender que missão é difícil. Os dias são difíceis, mas é compensador. Nós nos alegramos, eu me alegro na sua pessoa, me alegro na sua coragem, falando de cabeça erguida, com os olhos abertos o tempo inteiro. Não se negou a falar absolutamente nada daquilo que se propôs. E, quando a grande mídia não quis, Tagliaferro, é porque tinha que ser hoje e aqui, no dia 2, com Flávio Bolsonaro dirigindo a Comissão, no dia da vergonha, no dia do linchamento, mas que também será o dia que será marcado por essa honra de tudo que aconteceu aqui hoje.

Então, em nome e por Jair Bolsonaro, eu convoco o Brasil que me vê e me ouve. Eu convoco para que todos nós, dia 7, estejamos na rua por Bolsonaro. Se formos por Bolsonaro, porque Bolsonaro é o catalisador de tudo que nós de direita pensamos, é o catalisador do discurso da vida, dos valores, dos princípios, da ética, da moralidade, do direito à terra e à posse, do respeito à família tradicional... Tudo ele catalisou – ele catalisou. Então, dia 7, nós vamos à rua pela anistia, nós vamos à rua pelo *impeachment* de Moraes, nós vamos à rua por tudo isso.

Mas Deus tirou um homem do final da fila. Gente, eu era um Senador conhecido. Por que não fui eu? Por que não foi outro? Por que não foi o outro? Gente preparada, gente com mandato de Vereador, de Prefeito, de Governador. "Não, eles têm condição, eles são gestores." É até uma conversa que está em voga hoje: gestor. Não, mas Deus falou: "Não, é Bolsonaro. É aquele que vocês acham que não é nada. É aquele que vocês não querem". E, se tem alguém chateado com isso, se você ainda não conhece Jesus, se aproxime dele porque você vai ter oportunidade, depois que passar para a outra vida, de perguntar para Deus, porque eu não sei explicar: por que Jair Bolsonaro? Pergunte para Deus, insista se lhe chateia tanto, morda a língua, dê uma cabeçada na parede, faça qualquer negócio, mas eu não tenho como te explicar isso.

Então, dia 7, eu convoco a nação. Dia 7, eu convoco o meu estado, o povo do Espírito Santo. E ao povo do Espírito Santo eu quero dar o horário: meio-dia no Posto Moby Dick. Nós vamos subir a ponte. Nós vamos subir a ponte para mostrar aos abutres, ao consórcio de perversos, que este país se ama, que este país quer o seu país de volta. Dia 7. Vamos até a Praça do Papa. O povo do meu estado e o povo dos outros estados. Você que é brasileiro de fato, que nos acompanhou até agora, você está convocado, em nome da vida, em nome do nascituro, para ir às ruas dia 7.

Flávio, que Deus abençoe você e sua família, seus irmãos, sua mãe, sua avó, seu avô. Que Deus cegue os homens maus, que livre eles do homem mau, do dia mau, do homem perverso e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

malvado; que a casa dos seus avós, da sua mãe, seja guardada, seja coberta, porque Deus é bom, e nós não temos a quem recorrer senão a Ele. Deus abençoe.

Sei que foi uma sessão longa, sei que todo mundo teve oportunidade de falar, e falar o que quisesse falar. Deputados e Senadores se manifestaram, e você aprendeu, graças a Deus, a ter a paciência de Girão, a ter a longevidade... (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Estou quase batendo o recorde do Girão de audiência pública. Estamos indo pra quase nove horas de audiência. O Girão bateu o recorde. Foram 12 que você fez aqui, não foi?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas ele não, ele não bateu o recorde de Mão Santa...

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sem ir no banheiro.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... você ter a longevidade de Mão Santa conduzindo uma sessão aqui no Congresso Nacional.

Deus abençoe vocês!

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Deus abençoe, Tagliaferro!

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Amém. (*Palmas.*)

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, 30 segundos, não mais do que isso, só para dizer que se tem uma palavra, se você pegar esta sessão e traduzir em uma palavra, é sempre bom a gente marcar, né? É a palavra jagunço.

O senhor se lembra daquele título, daquela... Juiz auxiliar de Moraes fala em mandar jagunços para prender Allan dos Santos. Lembra-se disso?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Lembro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. EDUARDO GIRÃO** (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Então, o que a gente ouviu aqui, a gente entende bem isso hoje. Inclusive, o Conversa Timeline transmitiu também – do Allan dos Santos, do Lacombe –, transmitiu a sessão.

Muito obrigado. Parabéns pela condução, Deus te guie, te abençoe! Amanhã estamos aqui, dia 7 estaremos nas ruas de todo o Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Girão. (*Palmas.*)

Agradeço aí, então, ao pessoal da Timeline, ao pessoal da Auriverde, até agora transmitindo, tinham quase 4 mil pessoas ainda assistindo à Auriverde, com mais de 11 horas de transmissão aqui. E obrigado a todos vocês internautas, que fizeram com que os dois assuntos mais falados do dia, no Twitter, o dia inteiro, fossem "Bolsonaro *free*" e "Tagliaferro". (*Palmas.*)

O Brasil aprendeu a escrever o seu sobrenome, Eduardo Tagliaferro. Veja a importância, a simbologia de que, o que você fez, está representando para todo o país, reacendendo a chama na esperança de que nós vamos conseguir resgatar nossa democracia, porque, como eu disse no início, Deus levanta os improváveis para fazer o impossível. E a gente jamais imaginaria que, há alguns meses, existiria alguém, um Tagliaferro, que se disponibilizaria a trazer tudo que o senhor trouxe aqui ao conhecimento do Brasil hoje, mostrando as entranhas de como fazia o Alexandre de Moraes para usar a sua caneta ilegalmente, covardemente, desrespeitando completamente o devido processo legal.

Eu não sei se, neste processo que está em curso lá, vai dar tempo de ter consequências práticas do que foi feito aqui hoje, mas tenha certeza, Tagliaferro, de que o senhor entra hoje para a história do Brasil.

Que Deus continue te iluminando e te dando sabedoria, força, resiliência!

E, no que depender de nós aqui nesta Comissão, tudo que nós deliberamos vamos fazer o mais rápido possível, para lhe dar o amparo, tanto na questão do país onde você se encontra, quanto aos seus familiares aqui no Brasil, porque é nossa obrigação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns ao senhor pela coragem! Muito obrigado, de coração, pelo que o senhor fez hoje pelo nosso Brasil.

Bom, nada mais havendo a tratar, agradeço aqui a paciência e a presença de todos, inclusive os que nos acompanharam até agora pelas redes sociais e pela internet, desejando uma boa noite a todos. Fiquem com Deus!

(*Iniciada às 11 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 19 horas e 45 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE SETEMBRO DE 2025, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia nove de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Flávio Bolsonaro e Magno Malta, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Alessandro Vieira, Sergio Moro, Styvenson Valentim, Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Margareth Buzetti, Pedro Chaves, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Jorge Seif, Rogerio Marinho, Wellington Fagundes, Marcos Rogério, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Esperidião Amin e Hamilton Mourão, e ainda dos Senadores Izalci Lucas e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Ana Paula Lobato e Randolfe Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberação de providências da Comissão, a partir de documentos recebidos na 24ª Reunião**. **Finalidade:** Deliberação sobre encaminhamento de ofícios, medidas judiciais e outras providências cabíveis, a partir dos desdobramentos e documentos fornecidos pelo Sr. Eduardo Tagliaferro, em audiência pública, na 24ª Reunião, realizada em 2/9/2025. **Resultado:** Realizada a reunião, a deliberação é adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Flávio Bolsonaro**
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/09

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 24ª reunião, realizada em 2 de setembro.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que, nas votações nominais, os Senadores poderão votar tanto nos computadores localizados neste plenário quanto por meio do aplicativo Senado Digital, desde que tenham registrado presença pessoalmente na Casa.

Eu informo à Comissão que acabou de chegar aqui para a gente um parecer da Advocacia do Senado Federal. Já que a nossa pauta hoje estava convocada para apreciar o encaminhamento que daríamos em relação às denúncias feitas pelo ex-assessor de Alexandre de Moraes, o Sr. Eduardo Tagliaferro, então foi solicitada aqui uma consulta. O parecer acabou de ficar pronto, e a gente colocou à disposição dos Senadores para que possam tomar conhecimento.

Até em função disso e em função de também mais um parecer técnico, que se tornou público agora, dando validade já à parte do que foi dito aqui pelo Sr. Eduardo Tagliaferro, antes de passar a palavra aos Senadores, eu vou sugerir que a gente não faça deliberação hoje para que todos tomem conhecimento do parecer técnico e também do parecer da Advocacia do Senado e nós possamos, na próxima audiência, fazer a deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero só ler aqui a conclusão a todos vocês, que será muito rápido, já agradecendo à Advocacia do Senado pelo trabalho muito técnico, hercúleo, sério, dedicado. Vou ler só a conclusão, mas o parecer está para todo mundo disponibilizado.

> Diante do exposto, conclui-se que não é possível atender à consulta nos exatos termos em que formulada, uma vez que os documentos encaminhados apresentam origem, natureza e conteúdo heterogêneos, não havendo como esta Advocacia do Senado Federal atestar, de forma segura e categórica, se cada um deles está ou não submetido a regime de sigilo legal, processual ou judicial.
>
> Sabe-se, porém, que tais documentos fazem parte de inquéritos instaurados no Supremo Tribunal Federal, notadamente os de nºs 4781, 4847, 4879 e 4828, e que os três primeiros tramitam em segredo de justiça, o qual não pode ser levantado por comissão alguma do Senado Federal.
>
> Assim, a partir do que foi exposto, é possível afirmar que a documentação apresentada pelo senhor Eduardo Tagliaferro, em parte de natureza sigilosa e vinculada a investigações em curso, deve ser tratada com a máxima cautela, nos estritos termos do Regimento Interno do Senado Federal, da legislação processual e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
>
> Em resposta à consulta formulada, e no intuito de assessorar a Comissão de Segurança Pública, tem-se as seguintes alternativas regimentais [e aqui eu chamo a atenção de V. Exas. para que, na próxima audiência, nós possamos deliberar sobre essas três alternativas sugeridas ou outra que porventura nós entendamos que também seja cabível]: (i) arquivar o material, na forma do art. 143 do RISF; (ii) manter o exame sob regime de sigilo, com eventual realização de reunião secreta, nos termos do art. 144 do RISF; (iii) encaminhar a documentação às instâncias competentes — inclusive o Poder Judiciário, órgãos de persecução penal, ou o relator do Habeas Corpus nº 260918 — para que procedam à gestão de acesso e utilização, de acordo com os precedentes da Operação Spoofing e do Tema 990 da repercussão geral [essa é aquela operação famosa, a chamada "vaza toga"; é um material que foi extraído ilegalmente de conversas entre autoridades e que foi aproveitado, depois, processualmente, no caso, inclusive, de anulação das condenações de Lula; tem um quarto na verdade, não são três]; e/ou (iv) oficiar entidades que detenham interesse legítimo na defesa dos afetados pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

documentação, comunicando-as da existência do material, sua natureza e demais fatos apurados na Comissão, sem o envio do material, para que tomem as medidas judiciais cabíveis à sua obtenção.

Ressalte-se que este parecer tem caráter técnico e opinativo, e que toda decisão concreta a ser tomada deve ser resultado de deliberação da Comissão, recomendando-se que, seja qual for a providência a ser escolhida, se resguarde o dever de preservação do sigilo, com observância das normas regimentais, do Código de Ética e Decoro Parlamentar e das responsabilidades políticas e penais associadas. Desse modo, a Comissão preservará sua atuação dentro dos limites constitucionais e regimentais, evitando riscos de responsabilização institucional ou individual de seus membros em virtude de eventual divulgação indevida.

E assinam aqui os advogados do Senado Federal.

Essa é apenas a conclusão de que eu fiz a leitura, mas só para tentar traduzir um pouquinho do que eu acho que estava aqui na cabeça da assessoria que nos sugeriu. É porque, em função de todo esse documento ter sido trazido à tona nesta Comissão pelo Sr. Eduardo Tagliaferro, ele – no meu ponto de vista, ilegalmente e arbitrariamente – se transformou em investigado por parte de Alexandre de Moraes, após ele fazer denúncias exatamente de abusos por parte de Alexandre de Moraes, mas é mais uma investigação surreal e completamente em afronta à Constituição e à legislação, que está em aberto. Então a preocupação aqui, da Advocacia do Senado, no primeiro momento, é evitar que... E ele está sendo acusado de vazamento de informações sigilosas. Então, evitar que algum Senador também possa ser dragado para dentro dessa investigação por Alexandre de Moraes por estar, de alguma forma, colaborando com a disponibilização de conteúdos que são sigilosos – e parte realmente do que o Eduardo Tagliaferro trouxe é sigilosa. E, nesse mundo que nós vivemos hoje, alguém concorda que isso não é altamente possível que aconteça, mesmo com todas as garantias constitucionais que nós Parlamentares tínhamos até algum tempo atrás, apesar de isso ser uma letra morta na Constituição Federal? As nossas prerrogativas são a todo momento atropeladas.

Então, acho que essa foi, no primeiro momento, uma primeira preocupação nesse parecer da Advocacia do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segunda, que eu acho que também é válida e, após o encerramento dessa audiência, vamos discutir entre os membros que tiverem interesse, porque há um encaminhamento feito aqui, Senador Amin – já passo a palavra a V. Exa. –, que, sem dúvida alguma, pode ser um caminho para que esse conteúdo seja aproveitado e tenha validade legal. É o que está escrito aqui nesse parecer, né? E eu, no primeiro momento, concordo com isso, mas é muito similar ao que aconteceu na Operação Spoofing, em que as provas foram ali... as provas ilegais foram aproveitadas como legais. E eu me recuso a acreditar que agora, só porque o Bolsonaro é que seria beneficiado, que o procedimento não será exatamente o mesmo.

Então, vamos aqui conversar entre nós, para que, na próxima semana, nós tomemos a decisão em conjunto votada aqui pelo Plenário da Comissão de Segurança Pública sobre qual o melhor encaminhamento a ser dado com relação a isso que foi trazido pelo Eduardo Tagliaferro aqui, as denúncias gravíssimas, qual vai ser o procedimento que nós vamos tomar.

Isso não tem nada a ver com as notícias das últimas pouco mais de 24 horas, desse parecer técnico, que já se tornou público, que é exatamente feito pelos peritos Reginaldo Tirotti e Jacqueline Tirotti, um parecer técnico, o exame documentoscópico digital, que, traduzindo para o bom português, Senador Magno Malta, nada mais é do que a comprovação de que a sentença que fundamentou aquela operação contra um grupo de empresários do WhatsApp, pessoas altamente perigosas, que geram milhões de empregos pelo Brasil, estariam organizando um golpe de Estado no privado... Essa é aquela operação contra aquele grupo de empresários em que o célebre joinha serviu como base para que esse empresário tivesse a busca e apreensão do seu telefone determinada por Alexandre de Moraes, a quebra do sigilo financeiro de toda a sua empresa e também a sua privada, no seu CPF, além da suspensão de perfis em redes sociais, no meu ponto de vista, numa óbvia decisão ilegal que não tinha outro objetivo senão tirar do ar os perfis em redes sociais do empresário Luciano Hang, lá do estado de V. Exa., com milhões de seguidores, que tinha uma atuação obviamente muito focada ali, muito determinada em pedir votos ao então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro.

Então, essa parte sobre a qual eu quero inclusive convidar todos para que possamos dar uma coletiva à 1h30 da tarde, aqui na frente da Presidência do Senado, para que possamos esclarecer o que nós vamos fazer a partir de agora, com relação a esse parecer técnico que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzido, e também a que autoridades nós vamos encaminhar um relatório com relação a essas denúncias gravíssimas feitas aí pelo Eduardo Tagliaferro.

Então, só para concluir, vamos, na próxima sessão, já com um relatório que nós vamos apresentar para ser apreciado aqui pelo Plenário da Comissão de Segurança Pública, incluir, que não estava incluído, esse parecer técnico e também esse parecer da Advocacia do Senado.

Senador Esperidião Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu já pedi para colocar aqui na... Está disponível para os Senadores já o parecer técnico aqui da Advocacia. (*Pausa.*)

Tá, mas de qualquer forma vamos disponibilizar a todos os Senadores aí que tiverem interesse.

Senador Esperidião Amin.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu quero primeiro, mais uma vez, cumprimentá-lo pela sessão da semana passada, que eu acompanhei remotamente e foi realmente uma sessão histórica – histórica até pelo fato de que ela não foi descoberta pela grande imprensa. Ela permaneceu velada, não foi revelada pela grande imprensa, mas as redes sociais deram realmente uma demonstração de capilaridade, porque nunca vi tantos temas técnicos serem tratados com tanta exatidão. E quero cumprimentar, inclusive, o Senador Magno Malta pelas suas intervenções, que permitiram contextualizar aquilo a que nós assistimos.

Quanto ao que fazer, eu tenho duas sugestões bem objetivas. Primeiro, aquilo a que nós assistimos na semana passada foi o *trailer* da CPI da "vaza toga", um *trailer* com dados, comprovações e legitimações muito expressivos. Ou seja, como é que se produzia a certidão do positivo e a certidão do negativo, utilizando um aplicativo para saber que mensagens um daqueles que foi tarrafeado no dia 8 de janeiro trocou, dando conta do seu perfil ideológico, partidário ou político? Era isso que determinava a edição de uma certidão positiva ou negativa. Valendo o quê? Quem nunca tenha falado mal da esquerda pode soltar; quem de alguma forma fez alguma crítica

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não pode ser solto. Ou seja, cadastro positivo era para continuar prisioneiro sem fato incriminatório.

Outro evento realmente eloquente é este das datas, no mês de agosto, se não me engano, 18 de agosto, 22 de agosto, ou seja, a decisão oficial de ir ao encalço dos empresários foi posterior ao fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Posso só fazer um parêntese a V. Exa. aqui, porque olha que interessante, está aqui. Vou ler só um trecho da conclusão. A gente vai aprofundar depois lá na coletiva.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Olha a conclusão deste parecer técnico: "Os peritos examinaram o documento questionado, chegando à conclusão de que o referido documento foi antedatado. A data declarada, 19 de agosto de 2022, diverge da data técnica de compilação, 29 de agosto de 2022, e não apresenta assinatura digital, apenas um transplante de assinaturas, não sendo possível lhe atribuir autoria inequívoca".

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ou seja, é um arranjo para criar um álibi...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Exatamente.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – ... e para evitar a demonstração evidente de autoritarismo, de voluntarismo que se observou não apenas neste caso, mas ao longo desse processo investigatório.

Mas as duas sugestões que eu tenho: primeiro, isso aí é subsídio para a "vaza toga". A CPI está lá. Na semana passada, eu cobrei do Presidente do Senado, ele nem sequer tinha numerado o requerimento subscrito por 29 Senadores e Senadoras, ou seja, mais do que o número exigido pela Constituição. Segundo, ao requerer a CPI e não ter as iniciativas tomadas...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Amin, eu vou só pedir licença porque eu vou sair rapidinho e já volto. Eu vou passar a Presidência aqui para o Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – A minha sugestão sobre a CPI é que se insista na sua instalação, e a outra, já que o senhor está de saída momentânea, tome nota do seguinte: há um mandado de extradição, há um pedido de extradição do Sr. Tagliaferro feito pelo Ministro Alexandre de Moraes, e não é para que ele venha falar, é para selecionar alguma masmorra.

Então, nós temos que dar um jeito legal de favorecer uma delação premiada ao Sr. Tagliaferro. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – O Senador Amin encerrou ou vai continuar? (*Pausa.*)

O Senador Amin encerrou? (*Pausa.*)

Encerrou ou vai continuar?

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Só queria rememorar duas sugestões.

Primeiro, que nós façamos um esforço junto ao Presidente da Casa para que ele cumpra o Regimento. Nós temos 29 assinaturas e o assunto é candente e é internacional. Portanto, exigir a instalação da CPI, que já tem um capítulo inaugural, que foi a audiência da semana passada. Inaugural concreto!

Segundo, nós temos que estudar uma forma jurídica, porque quem pede delação premiada é o Ministério Público. Eu não vejo nenhum interesse espontâneo do Ministério Público Federal em fazê-lo, então nós temos que fazer um documento da Comissão de Segurança Pública instando o Ministério Público.

E lembrem-se bem: o Procurador-Geral da República vai ser sabatinado daqui a alguns dias. Ele já foi... a mensagem reindicando-o já está aqui no Senado. Então, uma diligência, uma *démarche* pedindo que seja concedida a delação premiada ao Sr. Tagliaferro, para que ele possa vir ao Brasil para não ser preso, e, sim, para relatar os fatos pormenorizadamente que ele remotamente já fez chegar a esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Obrigado, Senador Amin.

Nós estamos avançando, parece que a mídia tradicional começa a entender, porque eles nunca apareceram aqui, e a Rede Globo está aqui. Parece que nós estamos avançando.

A delação do Tagliaferro, a participação dele depois de diversas rejeições do seu material por órgãos de imprensa no Brasil a que ele ofereceu... A *Folha de S.Paulo* começou a dar alguns detalhes e de repente desapareceu. O Sr. Tagliaferro ofereceu isso a uma emissora internacional, que já se sabe que é a CNN, que pegou todo o material, que periciou aquilo que ele disse, porque ele não é tolo. Nunca foi tolo esse rapaz de entregar o material nas mãos deles. E, uma vez periciado, Senador Jorge, eles estavam prontos para colocar no ar para o mundo, mas, faltando três dias, eles comunicaram a ele que não iriam fazer.

A tríade, como eles chamam, dentro dessas grandes empresas – sei lá, eu já ia falar um nome pejorativo aqui, mas não vou não –, decidiu que não ia mais colocar no ar. Não sei se tríade e conluio é a mesma coisa – não sei. Eu sei que eles são ligados ao Democratas dos Estados Unidos.

E eu disse ao Tagliaferro: "Você está com esse material que você diz que é verdade; venha à Comissão, fale na Comissão, entre ao vivo. É a maneira que você tem". E ele veio à Comissão.

Bem, o material exposto está periciado, Senador Jorge – não sei se V. Exa. já recebeu –, e a Advocacia do Senado comprova a legalidade da perícia das denúncias das chicanas criminosas, até porque o julgamento é criminoso em si, porque não tem base no ordenamento jurídico do país. Partindo do princípio de que essas pessoas são primárias, sem prerrogativa de foro, deveriam estar na primeira instância, assim como o Presidente Jair Bolsonaro.

O Lula foi julgado por uma primeira instância. O Lula teve todo um período de defesa. O seu advogado, hoje Ministro, cara de pau, andou o Brasil, andou os tribunais, peticionou, foi e acompanhou. Por três Colegiados, Senador Jorge, ele foi condenado, e o TRF4 ainda aumentou a pena dele. E o Sr. Zanin peticionou, peticionou, peticionou. Aliás, é engraçado que ele peticionou tanto que emocionou Gilmar Mendes. Quando o cogitaram para ser Ministro do Supremo, ele foi tratado como o grande advogado que conseguiu soltar o Lula. O advogado não foi ele, foi o advogado Fachin que o soltou, porque, na verdade, ele não achou uma brecha jurídica, ele achou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma brecha geográfica. Não é em Curitiba; é em Brasília. Tem que começar tudo por Brasília. Ele nunca foi inocentado dos seus crimes.

E o Ministro Zanin agora faz parte da turma. O advogado do Lula faz parte da turma que está no julgamento de Jair Bolsonaro. Por si só é ilegal. Nenhum deles se julga impedido, e eles formaram maioria para não se julgarem impedidos em qualquer processo de consanguíneo, de banca de advogado, de família, de mulher, de filho, de genro, do caramba a quatro.

Então, nós estamos vivendo numa ditadura judicial fora do ordenamento jurídico nacional. O Jair Bolsonaro...

Eu queria pedir silêncio.

Fora do ordenamento jurídico nacional. O ordenamento jurídico não está em voga nem a Constituição, mas, mesmo fora do ordenamento jurídico, o Moraes criou um departamento ilegal, que tinha uma única responsabilidade: dar legalidade às suas loucuras. E – Deus sabe o porquê disso – o diretor era o Sr. Tagliaferro.

Aliás, Senador Amin, nós estamos indo dia 16 à Itália. Não sei se V. Exa. está indo também ou o Senador Jorge, mas eu estarei indo, com o Senador Girão e a Senadora Damares. Vamos nos encontrar com o Vice-Presidente – ou o Vice-Primeiro-Ministro, que dá quase no mesmo, mais ou menos – e nos encontrar com a Suprema Corte, exatamente para tratarmos dos dois assuntos: Zambelli e a segurança de Tagliaferro.

Repito que pedir uma delação premiada de Tagliaferro, no Brasil, é prender Tagliaferro, é colocá-lo na cadeia. Aqui não tem delação premiada, aqui não há segurança jurídica nem moral, para que se possa trazer esse homem para cá, porque ele vai preso com tudo. É só nos lembrarmos do que ele fez com Cid. É verdade que Cid fazia uma narrativa; para justificar as mentiras de uma narrativa, ele fazia outra, na outra, na outra, ele fazia outra, porque a Bíblia diz que um abismo chama outro abismo. O Cid, por medo, criou um abismo. Para justificar o abismo, ele fez outro abismo... Para justificar o ponto do Alexandre de Moraes ser o inquiridor dele, essa pobre vítima dizia a ele: "Olha, ou você fala, ou eu vou prender sua filha, sua mulher e seu pai". O juiz!

Então, trazer Tagliaferro para cá é jogá-lo para os bichos. Então, nós vamos esperar, na minha visão, Senador Jorge, o nosso encontro na Suprema Corte, porque a direita, na Itália, é diferente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da direita dos Estados Unidos, de outros lugares. Eles mesmos disseram para nós, aqui, no consulado, que a direita, na Itália, não é militante. A direita, na Itália, se comporta igual ao centrão.

É tanto que a repercussão do caso Zambelli, lá, uma defesa daqueles que se dizem de direita, é quase zero. E quem jogou isso tudo na rua foi um Deputado de esquerda, um Deputado de esquerda, que fez todo esse bafafá, e a gente sabe que a esquerda é a esquerda no mundo inteiro, que o comunismo é o comunismo no mundo inteiro, que eles estão interligados, e nós sabemos o porquê da intervenção no processo eleitoral no Brasil: porque era o Democrata que estava no poder, e o Democrata tinha todo o interesse que o Lula estivesse no poder no Brasil. É tudo que nós sabemos que a USaid descobriu, que houve intervenção aqui no Brasil. Por isso acho muito importante.

Existem outros arquivos do Tagliaferro. Ele até propôs, Senador Jorge – não falei ainda com o Presidente Flávio, que saiu para ter um encontro –, que nós pudéssemos ouvi-lo hoje novamente, porque ele tem mais informações. Ele, sabidamente, tem feito isso a conta-gota – a conta-gota –, exatamente para a sua autoproteção.

Eu passo a palavra a V. Exa. – só estamos nós dois aqui –, enquanto o Presidente Flávio chega, para que a gente possa dar continuidade.

Só faço um registro: ontem à noite...

Gostaria de que a minha assessoria estivesse muito atenta ao que eu vou falar – que a minha assessoria estivesse muito atenta ao que eu vou falar – e que realmente me filmasse aqui. Se não filmar, fica gravado aí.

Ontem à noite, o MST – ontem à noite, o MST – invadiu a Caixa Econômica no centro de Vitória. O Governador é um Governador de esquerda, Governador do PSB – penso que é o Secretário-Geral do PSB, fundador do PSB –, e que realmente não tem qualquer interesse na miséria que o MST tem feito no Espírito Santo, a desgraça que o MST tem feito principalmente no norte do estado, invadindo terras produtivas, em que não há qualquer desprendimento de maneira imediata por ordem judicial de que as terras sejam desocupadas. Mas esse homem está querendo vir para cá e será mais um defensor de Alexandre de Moraes aqui nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bem, esse movimento invadiu a Caixa Econômica. O prédio é federal – veja só, é Caixa Econômica Federal e o prédio é federal. O resumo de tudo isso é o seguinte: o Movimento Nacional de Luta por Moradia invadiu o prédio da Caixa Econômica com faixa dizendo: "Nenhuma família sem casa, nenhum trabalhador sem direitos". O prédio seria usado pela Câmara Municipal de Vitória – acho que estava tudo acertado com essa mudança de aluguel, e eu não sei qual é o acordo com o Governo Federal –, propriedade federal. E invasão de propriedade federal é crime. Mas o movimento acredita sempre na impunidade. Arrombou o imóvel, como tática de guerra urbana, para pressionar os políticos a liberarem para que seja um lugar de habitação. É mais uma ocupação ilegal sob pretexto de justiça social. Invadir prédio público é crime.

Em 2016, o MST, juntamente com a CUT, juntamente com o PT, juntamente com toda a "esquerdalha", invadiu os prédios públicos aqui na Esplanada dos Ministérios e tocaram fogo em todos os ministérios – um dilema, porque o Governador era o Rollemberg, do PSB. Mas ele não teve... Ele colocou a polícia militar para conter os vândalos, os *black blocs*, os vândalos que destruíram, que botaram fogo.

Eu me lembro de que o Senador Humberto Costa esteve lá, eu me lembro de que ele voltou e estava na tribuna – e me lembro da cena – reclamando do Governador, porque o Rollemberg tinha colocado a polícia, a polícia estava colocando gás de pimenta e bomba de gás lacrimogêneo. Ele chegou e disse que o olho dele estava lacrimejando daquela má ação da Polícia Militar de Brasília.

Qualquer cidadão que já esteja aqui há algum tempo se lembra da invasão de 2016, se lembra da invasão da Câmara e se lembra da invasão do Supremo Tribunal Federal, mas só é crime mesmo o dia 8/1!

Eu quero chamar a atenção do povo do meu estado, do povo do Estado do Espírito Santo, das autoridades, dos Deputados Estaduais, principalmente do meu partido, para que nós entremos com uma ação urgentemente para que haja desocupação do prédio federal. E aí envolve a Polícia Federal. Eu vou oficiar a Polícia Federal neste momento. Eu vou oficiar o Superintendente da Polícia Federal para que haja desocupação do prédio federal feito pela Polícia Federal. Quando você pega uma organização criminosa, uma organização terrorista, como o MST e os seus puxadinhos, que invade um prédio no centro, na capital, é porque, na verdade, eles acreditam na impunidade, pois sabem quem está por trás e quem pode passar a mão na cabeça deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui a informação, com a minha indignação, do que está acontecendo no meu estado. Recebo essas informações do Dárcio Bracarense, que é um dos Vereadores atuantes do nosso partido e que vem acompanhando de perto tudo o que lá está acontecendo.

E aqui, meu povo, receba de mim todo empenho para que esse desmando seja desmanchado de forma muito urgente para respeitar o povo do Estado do Espírito Santo, que vive esse sofrimento no campo. O nosso estado é o quinto estado mais vilipendiado pelo MST, que é uma organização criminosa como o Hamas, como o Hezbollah, como qualquer outra, mas que não tem reconhecimento deste Governo. E aí vocês vejam. Um Governador de esquerda vai fazer o quê? Passar a mão na cabeça desses infelizes.

Passo a palavra ao Senador Jorge. Não vou falar tempo, não, pois eu não sei a hora em que o Presidente vai chegar. V. Exa. fique à vontade.

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente Magno Malta, senhoras e senhores, servidores da Casa, pessoal que nos assiste ao vivo aí pela TV Senado, na semana passada – é só rememorar cada um das senhoras e dos senhores –, nessa mesma audiência na Comissão de Segurança Pública, nós recebemos um ex-assessor do Ministro Alexandre de Moraes. O nome desse senhor é Eduardo Tagliaferro.

Tagliaferro trabalhou diretamente com Alexandre de Moraes por ocasião das eleições de 2022, num órgão chamado "controle de desinformação".

Então, o Brasil, Magno, atravessa um momento muito decisivo. A cada dia... Obrigado pela presença, Senador Esperidião Amin. A cada dia surgem novas revelações, Amin, que apontam para práticas inaceitáveis no seio, no coração do Poder Judiciário, um poder, Amin, que, pela Constituição, deveria ser guardião da lei, da imparcialidade e da justiça. E quando Tagliaferro vem aqui, nesta Comissão, e revela o que ele nos mostrou, com documentos certificados, com *e-mails* trocados, com WhatsApp, com ordens ilegais, com comunicação com a Procuradoria-Geral da República, com comunicação com a Polícia Federal, este Parlamento precisa reagir. Já não é uma questão de direita ou de esquerda, ou de Lula ou de Bolsonaro. Nós estamos falando de realmente vilipendiar, desrespeitar, rasgar e ignorar a Constituição Federal.

A audiência com o Tagliaferro, que foi assessor de Alexandre de Moraes, trouxe à luz fatos que não podemos de forma nenhuma ignorar. Tagliaferro, Senador Flávio, que retorna aqui, hoje

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exilado, autoexilado, e declaradamente perseguido, apresentou documentos e relatos que expõem a existência de uma força-tarefa paralela, criminosa, operando às margens da legalidade e utilizando-se de aplicativos pessoais, *e-mails* privados e até sistemas do TSE fora de sua finalidade. Eram para cometer crimes, para perseguir adversários políticos e opositores e fabricar processos. Isso não é grave: isso é a essência do autoritarismo, Esperidião.

Assim como em outros momentos da nossa história, quando foram abertas CPIs cruciais para frear abusos e restabelecer o equilíbrio entre Poderes, é urgente – e eu subscrevi – instalar a CPI da Lava Toga. O Brasil aguarda e anseia por isso. Não é para atacar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**O SR. JORGE SEIF** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – "Vaza toga". Não é, Amin, de forma nenhuma, para perseguir e atacar o Judiciário, mas protegê-lo da contaminação política, que nós já temos mais do que comprovada, né? A CPI é o único instrumento parlamentar com poderes equivalentes aos das autoridades judiciais para investigar a fundo, convocar, requisitar informações e responsabilizar culpados.

E aqui o ponto central foi a delação, será a delação premiada do Eduardo Tagliaferro, que, na última semana, já nos trouxe uma palhinha, por assim dizer, de tudo o que aconteceu.

Então, Sr. Presidente, sem mais delongas, esta Casa precisa dar uma resposta à sociedade: instalar essa CPI da "vaza toga", requisitar formalmente a colaboração premiada de Tagliaferro – que hoje é um ameaçado de Alexandre de Moraes, mais um ameaçado de Alexandre de Moraes –, encaminhar ao Judiciário, com os devidos cuidados, todo o material que nós recebemos e assegurar que nenhuma autoridade, nem Supremo, muito menos Alexandre de Moraes, está acima da lei. Por mais alta que seja, não pode estar acima da lei e da Constituição Federal.

E o Senado, Senador Flávio, não pode assistir calado, enquanto se consolida uma ditadura de toga. A democracia brasileira exige coragem de cada um de nós Senadores. E a coragem aqui significa investigar, expor e corrigir os abusos que, em nome da Constituição, da liberdade e do povo brasileiro, nós precisamos defender.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. PRESIDENTE** (Magno Malta. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Passo a palavra ao Presidente, neste momento, para que o Presidente assuma e, em seguida, passe a palavra para mim de novo.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Assumo a Presidência.

Eu só não sei se o termo correto é delação premiada, porque isso você faz com quem comete crime, né? A quem cometeu um crime você dá um prêmio para, em retribuição, colaborar.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC. Pela ordem.) – Mas ele é acusado. A gente tem uma dúvida...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ele é acusado... Não vamos inventar uma nova expressão.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Ele é acusado de ter participado...

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O que vocês acham de colaboração garantida ou algo do tipo, porque ele vai colaborar sendo inocente, como ele é.

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – No caso, o Senador Magno Malta alertou para alguma coisa fática. O que é que aconteceria de fato com ele em matéria de segurança efetiva aqui no Brasil?

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nós já aprovamos na sessão anterior, Senador Esperidião Amin, um pedido formal da Comissão aos familiares dele aqui no Brasil, e vai ser encaminhado à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, estadual, e também um pedido ao Governo italiano para que promova, garanta a segurança dele na condição de perseguido político que ele é.

Devolvo... Passo a palavra ao Senador Magno Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Aliança/PP - SC) – Bom, pelo menos, se formos à Itália, eu faço questão de visitar duas cidades, para lhe mostrar que eu tenho... A minha avó é de Santa Maria di Feletto, Treviso, e vocês são de Allegro di Venezia, Treviso também.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, Anguillara Veneta, que é próximo.

Senador Magno Malta.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Senador Flávio, nós precisamos realmente deliberar sobre esse material. Nós vamos fazer a coletiva às 15h.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Às 13h30. Daqui a uma hora.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Às 13h30, daqui a uma hora. A minha sugestão é que todos os órgãos recebam, que nós não deixemos faltar um.

Nós vamos voltar à OEA? Vamos. E o mais rápido possível, porque esse assunto...

Hoje está lá a Suprema Corte brincando, brincando de desenhar a Constituição conforme a vontade, o humor e a maldade de cada um deles, fazendo o julgamento de Jair Bolsonaro. Já soube que houve um entrevero, porque não se pode discordar do "mandatário-mor", que é o Sr. Alexandre de Moraes. E a discordância de Fux com ele... Já houve um entrevero, porque ninguém pode discordar dessa sumidade, a sumidade de violações. Ele é considerado hoje o maior violador de direitos humanos do mundo, não é só do Brasil.

E o Tagliaferro tem mais arquivos, não são só esses que foram já revelados. De maneira sábia, ele tem feito isso a conta-gotas.

Para mim, como afirmo em todos os lugares que o Brasil vive um problema espiritual e moral – aqui nós estamos cumprindo enquanto cidadãos da terra, porque nós temos cidadania terrena e cidadania espiritual –, nós não podemos ficar aqui achando que o céu não vai ser amanhã, nós estamos aqui na terra e aqui nós temos que lutar. Mas esse cidadão foi colocado no terreno e no arraial dos filisteus como um infiltrado para que nós pudéssemos chegar a este momento. Quando nós já não estávamos mais enxergando nenhuma luz no final do túnel, essa luz aparece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com legalidade – aparece com legalidade. Protegeu-se e fez tudo certo. Então, ainda há coisas a serem reveladas. Se o Sr. Alexandre de Moraes não sabe, como a sua assessoria, há coisas a serem reveladas.

Pois bem, Sr. Presidente, eu gostaria de falar sobre ontem à noite. Nós encerramos às 2h da manhã a audiência de oitiva do ex-Ministro Lupi, que foi mandado embora pelo Lula por corrupção. Para uma pessoa ser demitida por Lula por corrupção, o trem é muito brabo – é muito brabo. A primeira demissão transbordou. Quando foi Ministro do Trabalho, ouvido na Câmara dos Deputados, quando foi acusado de corrupção no seu ministério, ele disse: "Presidente Dilma, eu te amo. Presidente Dilma, eu te adoro". Ele fez uma declaração de amor para Dilma. E, no outro dia, Dilma o demitiu por corrupção apesar da declaração de amor. Não sei se isso foi um problema também. Juntou essa declaração aos erros que vinham sendo cometidos, e ela, então, aproveitou e o demitiu. Então, essa figura está sempre no meio de um furacão desse em governos onde tem corrupção.

Ele, lá na Câmara dos Deputados, antes de ser demitido, disse que sabia uma coisinha aqui, mas era coisa pouca, uma coisinha ali, mas era coisa pouca. Se fosse uma denúncia só, era preciso investigar. Se fosse só uma pessoa, era preciso investigar.

Eu disse, Senador Amin, que tem pessoas que têm problemas de pele. Nasce uma feridazinha no braço, ela acha que é só uma bolha; nasce no outro braço, ela não vai ver; nasce uma terceira, ela vai ao médico. O médico diz: "Não, infelizmente vou te dar uma notícia ruim, isso aí tudo é câncer". E esse câncer que se estabeleceu dentro do INSS, esse assalto, o maior assalto dos últimos tempos, acho que um assalto maior do que a Petrobras...

O Lupi, sendo ouvido ontem, foi assaltado pelo complexo de Luiz Inácio Lula da Silva: "Não sei de nada, não vi nada, não participei". "Sou amigo dessa pessoa, mas não vi nada". "Não respondo". "Não respondo". "Não respondo". "Não, eu não sabia".

"O que é que o senhor conversava com o Presidente Lula?". "Não, a gente falava de política." "Nunca tocaram no assunto do INSS?". "Nunca tocamos em assunto de INSS".

Agora, eu queria fazer um desenho aqui, Senador Amin, porque é tão interessante o *looping* que está sempre no meio desses furacões. Eu disse ontem, Senador Flávio Bolsonaro, que em duas coisas eu concordo com o Lupi. Primeiro, eu continuo falando mal das urnas como o senhor fez.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a segunda coisa é uma pergunta que o Marcon fez. Quando o senhor deu uma entrevista dizendo que o PT extrapolou, passou de todos os limites, roubou muito, assaltou a Petrobras de forma covarde, mas assaltou valendo, roubou muito, roubou muito. Ele respondeu: "Não, senhor, e tal, eu falei essas coisas, mas é no calor de uma eleição, foi no calor de uma eleição". E o Marcon deu a data e disse: "Não, não, não era eleição. Foi nessa data aqui que o senhor disse, dando uma entrevista, que o PT assaltou, roubou e roubou muito". Nisso eu concordo. Nisso nós temos convergência: que roubou e roubou muito. Agora o senhor volta...

Sabe a gracinha que ele fez ontem? É que ele estava muito feliz porque ele só conhecia dois homens que foram presos injustamente, que são os dois maiores Líderes do mundo: Nelson Mandela e Lula.

Eu não sei se Mandela roubou a Petrobras lá da África do Sul, nem sei se tem. Eu não sei se Mandela roubou fundo de pensão, nem sei se lá tem. Eu não sei se Mandela assaltou o Ministério da Previdência, se lá tem um Paulo Bernardo. Aqui tem um Paulo Bernardo, esposo da Gleisi, que, na época que foi preso, algemado por fazer empréstimos consignados em cima do contracheque dos aposentados sem que eles soubessem.

Ontem, Senador Flávio, no aeroporto, Senador Jorge, duas senhoras... Eu estava sentado aguardando uma conexão longa e assistindo... Vieram perto de mim, com lágrimas nos olhos, dizendo: "Olha, quando eu fui aposentada, eu fui aposentada com R$1,4 mil. Tem quatro empréstimos consignados que eu nunca fiz. Eu estou recebendo menos de R$200. Não nos deixe, não nos abandone!"

Ora, mas o Senador Randolfe deu um show a partir daí. Na fala dele, ele com calhamaço na mão: "Vou provar que tudo isso aconteceu a partir de 2019, do Governo Jair Bolsonaro." Em 2019 não!

Senhores, a TV Senado está ao vivo? Está, né?

Senhores, em 2016, era o Governo Temer. No Governo de Jair Bolsonaro, ele criou uma medida provisória para botar uma trava nesse ensaio de roubo que já se fazia. E foi, no Governo Bolsonaro, que você tem o número mais baixo de tudo isso. E tem uma grande escalada, a partir de 2023, no Governo Lula, mas aí acontece o milagre. E não foi um milagre feito por Jesus, nem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

foi um milagre feito dentro da igreja, não foi um milagre que alguém impôs as mãos sobre alguém, foi um milagre! Como o milagre de "eu não vi, eu não sabia, eu não estava lá".

Em 2019, olha que coisa, Jesus quebrou a matemática. Foi o único que quebrou a matemática. É ciência exata, mas Jesus quebrou a matemática. Jesus curou 10, um voltou para agradecer. É a única vez na história em que um ficou maior que nove. E agora, na segunda vez na história, acontece alguma coisa biológica, biologia... Acontece alguma coisa fisiológica, que ninguém nunca tinha visto. A partir de 2019, o Frei Chico deixa de ser irmão de Lula e passa a ser irmão de Bolsonaro. Não é um milagre? É coisa para contar. Se vocês têm pastor aí, se tem padre aí, se tem gente que fala na igreja, por favor, esse moço merece uma canonização. Frei Chico passou a ser "Frei Bolsonaro". Seu tio. Seu tio, Flávio.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tio Chico.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – É. Olha só aonde essa gente chega. E, se eles não têm quem os rebate, olhando nos olhos, eles fingem que a vida começou hoje.

Aquele rapaz que estava tão impetuoso, gritando... O rapaz é o Randolfe, viu? Ele se esqueceu do mensalão, ele acha que todo mundo sofre de amnésia. Ele se esqueceu do petrolão. E se esqueceu da corrupção acontecida ao longo dos seus governos. E se esqueceu da corrupção da Copa do Mundo aqui no Brasil.

Segundo a música de Eduardo Costa, trocaram os estádios pelos hospitais. Vendeu, vendeu a alma para o Diabo – vendeu a alma para o Diabo! E agora o Lula tem uma fala que está aí nas redes sociais, que o nosso Governo desbaratou essa quadrilha que começou em 2019. O nosso Governo! Não, não, não, não. Ficou sabendo pelo *Metrópoles*. E quem fez isso foi a Polícia Federal, o que ainda resta na Polícia Federal, homens e mulheres decentes que fizeram essa operação já dentro deste Governo. Fizeram essa operação homens e mulheres da Polícia Federal que não fazem parte da "*gestapo*" de Alexandre de Moraes – que não faz parte da "*gestapo*" de Alexandre de Moraes.

Eu precisava fazer esse complemento, porque ontem o Lupi começou a fala dele, e aí você não tem muito tempo. O Jorge Seif ontem falou e saiu, não viu a minha fala. O Lupi começou a fala dele dizendo o seguinte: "É claro que não é um momento de felicidade para ninguém". "Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

é um momento de felicidade pessoal para mim [ele disse], porque a injustiça só dói em quem sofre injustiça. Ela é dolorosa, mas a gente procura a força da verdade para, com humildade, vencer." Até agora eu não sei se ele estava falando sobre ele ou sobre os aposentados roubados, mas eu quero acreditar... Se não é para os aposentados, eu quero trazer para os aposentados. Só sente a dor da injustiça quem é injustiçado.

Quando a primeira denúncia apareceu, e ele disse que sabia de uma aqui, de outra ali, ele tinha que ter tomado providência com esse injustiçado. E, se ele está sofrendo essa dor da injustiça, trazendo para ele, eu acho que é se vitimar demais, porque milhões, milhões de homens e mulheres, os mais simples, os aposentados do Funrural, pessoas aposentadas com um salário mínimo e meio, pessoas que deram toda a sua vida, gastaram suas energias fazendo uma poupança, porque a aposentadoria não é nada mais do que uma poupança ao longo da sua vida para que possa desfrutar, e hoje elas não conseguem comprar remédio... Ele encerra a sua fala dizendo o seguinte: "Eu já senti a dor da injustiça". Possivelmente foi quando Dilma o demitiu.

Como falei no início, eu gosto muito de ler trechos da Bíblia – sei lá, a Bíblia diz que alguns a leem para a sua própria condenação –, trechos da Bíblia que marcaram minha vida, e lá está escrito: os injustiçados serão enaltecidos. Eu aguardo, eu tenho uma vida pela frente para aguardar o tempo de ver quem cometeu o crime ser preso e assistir ao nosso aposentado e pensionista ter uma vida digna.

Os senhores acham que um ministro é uma Rainha da Inglaterra? Que quem é nomeado ministro é uma Rainha da Inglaterra?

Ele disse que não sabia nada sobre o INSS porque ele é uma autarquia. Quem é que nomeia? Quem faz a portaria? Quando eu passo uma procuração para o senhor, o senhor está falando no meu nome. Então na autarquia, quando você assina uma portaria nomeando o Diretor do INSS, você está dando poderes para ele em seu nome.

Então eu precisava fazer esse reparo aqui, Senador Jorge; eu precisava fazer esse reparo aqui, Senador Flávio, dessas falas indignas, todas que ontem foram colocadas no colo, tentando colocar de forma indigna e imoral no colo do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Veja que se está falando de injustiça, certamente está falando do Presidente Jair Bolsonaro e de todos aqueles que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

são injustiçados no Brasil, porque de inocente esse rapaz não tem nada. E o nosso Relator da CPMI, que é um homem preparado, certamente pedirá a quebra de todos os sigilos.

**O SR. PRESIDENTE** (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Magno Malta.

Você veja a incoerência, né? Ele é Ministro, o INSS subordinado a ele, ele fala que não sabe de nada. Aí ele quer acusar um Presidente da República de outro Governo, como se soubesse de tudo ou fosse o culpado. É um canalha, não tem outra palavra.

Informo que o Parecer nº 655, de 2025, da Advocacia do Senado Federal, ficará disponível no resultado da reunião de hoje, na página da Comissão na internet.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência.

Desejo uma boa tarde a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 37 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e três minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Plínio Valério, Pedro Chaves, Alan Rick, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Teresa Leitão e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Jorge Seif, Styvenson Valentim, Izalci Lucas, Ciro Nogueira e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Chico Rodrigues, Romário, Eduardo Girão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 20/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Promover, na forma de Seminário, diálogo sobre a formação esportiva dos jovens no Brasil. 2º Painel - Iniciação Esportiva e Inclusão Social nos Territórios. **Participantes:** Sra. Mariana Dantas Mendonça Gois, Secretária de Estado do Esporte e Lazer do Estado de Sergipe (representante de: Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte); Sr. Fernando Vanin, Secretário Municipal de Esportes e Lazer de Campinas e Representante Titular da Associação Brasileira dos Secretários Municipais de Esportes e Lazer (ABSMEL) no Conselho Nacional do Esporte (CNE); Sr. Tharcísio Anchieta da Silva, Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF); Sra. Roseane Estrela, Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP); Sra. Andrezza Correia da Silveira, Gerente Jurídica do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP); Sr. Rodrigo Lema Del Rio Martins, Diretor Científico da Direção Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE); e Sr. William Fernando Boudakian de Oliveira, Diretor Executivo da Rede Esporte pela Mudança Social (REMS). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora Leila Barros**
Presidente da Comissão de Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/03

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 3 de setembro de 2025.

Sras. Senadoras, Srs. Senadores, autoridades, atletas, dirigentes, profissionais da área esportiva, senhoras e senhores que nos acompanham nesta audiência pública, é com enorme satisfação que declaro aberta esta audiência pública da Comissão de Esporte do Senado Federal, convocada a partir de requerimento de minha autoria e aprovada por este Colegiado.

O tema que hoje nos reúne é um dos mais caros ao futuro do nosso país: a formação esportiva dos jovens no Brasil, com ênfase na iniciação esportiva e na inclusão social nos territórios.

O Brasil tem tradição em formar campeões, mas, antes de qualquer medalha ou troféu, precisamos compreender que o esporte é, sobretudo, uma política de Estado capaz de transformar realidades. É na escola, nos clubes de bairros, nas associações comunitárias e nas praças esportivas que as crianças e adolescentes encontram oportunidades de aprendizado, disciplina, convivência e cidadania. O esporte de base não é apenas um celeiro de atletas, é uma ferramenta concreta de inclusão social e de combate às desigualdades.

A justificativa desse requerimento nasceu exatamente desta percepção de que precisamos dar centralidade ao debate sobre o esporte como direito de todos e não apenas como um espaço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de alto rendimento. Iniciativas locais, seja em pequenas cidades, seja nas periferias dos grandes centros, têm mostrado que quando o poder público apoia a iniciação esportiva, os resultados aparecem em diversas dimensões: na melhoria da saúde física e mental dos jovens, na redução da evasão escolar, na prevenção à violência e até no fortalecimento da economia criativa ligada ao esporte.

Por isso, convidamos para este seminário representantes de secretarias estaduais e municipais, do Conselho Federal de Educação Física, do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, da Rede Esporte pela Mudança Social e do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. São vozes que somadas nos ajudarão a construir uma visão abrangente de como estruturar políticas que integrem esporte, educação e desenvolvimento social.

Quando observamos os resultados recentes do nosso país, vemos como uma base sólida é fundamental.

Nesse sentido, como sempre faço antes de iniciarmos os nossos debates, eu apresento as principais notícias do esporte nacional.

No surfe, o Yago Dora tornou-se campeão mundial, levando adiante a força do Brasil no Brazilian Storm. Parabéns ao nosso mais novo campeão!

Olhem aí, nós temos mais um novo nome do surfe brasileiro, já figurando o campeão mundial no surfe, nesse esporte que cada vez mais representa o talento brasileiro no mundo esportivo. Parabéns ao Yago!

No basquete, vencemos a Argentina e conquistamos o pentacampeonato da AmeriCup, com Yago Santos, eleito o melhor jogador do torneio. Esse é um torneio da Federação Internacional de Basquete.

E, no vôlei feminino, seguimos firmes no Mundial da Tailândia.

Inclusive eu não sei, o jogo deve estar acontecendo ainda, começou às 7h de hoje, enfim, vamos torcer para as nossas meninas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No judô de base, uma adolescente de 14 anos, a Clarisse Valim já escreve, tão nova, o seu nome na história dessa modalidade que formou tantos judocas campeões, tantos atletas incríveis, ao se tornar campeã mundial cadete. Parabéns aí à Clarisse!

Essas conquistas nos enchem de orgulho, mas também nos lembram que para cada Yago Dora, para cada Clarisse, há milhares de jovens brasileiros com talento e potencial que não chegam a ter acesso a uma quadra, a uma piscina, a um tatame ou a uma bola, e é por isso que nós estamos aqui neste debate.

A diferença entre o sucesso e a invisibilidade muitas vezes, está no investimento que fazemos ou deixamos de fazer em políticas de iniciação esportiva. A nossa tarefa, enquanto legisladores, é garantir que o esporte esteja acessível em todos os territórios, em todos os rincões deste país, especialmente nos lugares mais vulneráveis; que não seja privilégio de poucos, mas um direito de todos.

O esporte precisa ser parte integrante de uma estratégia nacional de desenvolvimento humano e é por isso que esta audiência é tão importante. Ela nos dá a chance de ouvir, de aprender e de propor caminhos concretos para que o Brasil tenha uma política estruturada de esporte, principalmente o esporte de base, sustentável e a longo prazo, que é a nossa grande preocupação.

Ao abrir esta audiência, reafirmo o meu compromisso pessoal e institucional com esse projeto. Como atleta... Aqui está escrito ex-atleta, mas, como eu falei, a gente sai do esporte, mas ele não sai da gente, então... Como atleta que fui por mais de 20 anos, nos meus 54 anos, quase 54 anos, e agora como legisladora, sei bem o que o esporte pode fazer na vida de um jovem, na vida de qualquer cidadão e cidadã deste país. Acredito que juntos podemos fazer com que ele seja motor de transformação para milhões de brasileiros.

Eu declaro aberta esta audiência pública e desejo que os nossos debates de hoje sejam produtivos, inspiradores e capazes de gerar resultados práticos para o futuro do nosso esporte nacional, em especial o esporte de base.

Muito obrigada. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de registrar a presença do Sr. Felipe Rodrigues da Costa, da Faculdade de Educação Física da UnB e Presidente da Associação Brasileira sobre Dupla Carreira Esportiva (ABDC).

Cadê o Felipe? (*Palmas.*)

Seja bem-vindo!

Iuri Miranda, Daniel Veloso, Jose Monteiro, Isadora Silva e Raphael Negreiros, todos da Faculdade de Educação Física da UnB, do Grupo de Pesquisa sobre Formação Esportiva e Carreira do Atleta (DuCa) e da Associação Brasileira sobre Dupla Carreira Esportiva.

Sejam todos bem-vindos, gente!

Por favor. (*Palmas.*)

David Baker, da Confederação Brasileira de Vela, um grande parceiro aqui; Ricardo Vidal, da Confederação Brasileira de Atletismo; José Carlos Pinheiro, que é do Comitê Olímpico do Brasil (COB); e Maria Paula, do Cref1.

Sejam todos muito bem-vindos à nossa audiência! (*Palmas.*)

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de promover, na forma de seminário, diálogos sobre a formação esportiva de jovens no Brasil. Este é o segundo painel que trata de iniciação esportiva e inclusão social nos territórios, em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2025, CEsp, de autoria desta Presidência.

Eu convido para tomar lugar à mesa – já estão presentes aqui, e outros estão por videoconferência...

Por videoconferência, está a Sra. Mariana Dantas Mendonça Gois, Secretária de Estado do Esporte e Lazer do Estado de Sergipe e representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte – participará por videoconferência. (*Palmas.*)

O Sr. Fernando Vanin, Secretário Municipal de Esportes e Lazer de Campinas e representante titular da Associação Brasileira de Secretários Municipais de Esporte e Lazer no Conselho Nacional do Esporte (CNE), que também participará por videoconferência. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Sr. Tharcísio Anchieta da Silva, Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física (Confef), aqui, ao nosso lado. (*Palmas.*)

A Sra. Roseane Estrela, Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos, aqui, ao lado.

Bem-vinda, Roseane! (*Palmas.*)

A Sra. Andrezza Correia, Gerente Jurídica do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP), que está chegando. (*Palmas.*)

O Sr. Rodrigo Lema Del Rio Martins, Diretor Científico da Direção Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, que também participará por videoconferência. (*Palmas.*)

E o Sr. William Fernando de Oliveira, Diretor-Executivo da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems), que participará também por videoconferência. (*Palmas.*)

Sejam todos muito bem-vindos!

Antes de passar a palavra aos nossos convidados, comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer uso da palavra por até dez minutos. E, ao fim das exposições, a palavra será cedida aos Parlamentares inscritos, para fazerem suas perguntas ou comentários.

Eu passo a palavra, para a nossa primeira exposição, à Sra. Mariana Dantas Mendonça Gois, Secretária de Estado do Esporte e Lazer do Estado de Sergipe, que participará por videoconferência.

Seja muito bem-vinda, Sra. Mariana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MARIANA DANTAS MENDONÇA GOIS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos os presentes. Bom dia, Senadora Leila Barros, nossa campeã olímpica, sempre campeã olímpica para a gente.

Para mim, é um prazer muito grande estar aqui com vocês participando desta audiência num tema tão rico e tão importante, que debate o futuro dos nossos jovens – e eu diria além – não somente no esporte brasileiro, mas na sociedade brasileira. A gente precisa ter em mente que o esporte é muito mais do que o que a gente vê nas quadras, nas piscinas e nas pistas, mas, sim, um agente de transformação e de oportunidades.

Eu não vou me estender muito nessa fala propriamente dita, porque falar de esporte com quem é esportista é muito fácil. A gente está aqui entre colegas, entre parceiros, então a gente poderia passar o dia todo aqui falando sobre isso, mas acho que a gente, enquanto gestores públicos que somos, mesmo sendo gestores de entidades privadas, como estou vendo aqui entidades privadas com interesse público, tem a obrigação de passar essa mensagem e de trabalhar para que a gente possa fazer essa integração e fazer, de fato, chegarem as iniciativas, as políticas e as ações à nossa sociedade.

Então, o que eu queria trazer para esta audiência, em nome do Fórum Nacional de Secretários, Senadora Leila e demais presentes, é que, na verdade, o nosso país precisa estruturar melhor o nosso sistema esportivo. A gente tem aí a Lei Geral do Esporte, mas ela ainda não atende na plenitude, pois tivemos muitos vetos, muitas coisas que acabam ali sobrepondo ou até mesmo contradizendo uma coisa ou outra, e isso acaba fazendo com que os entes federativos tenham sobreposição de papéis, não somente a sobreposição de papéis entre os entes federativos, mas também entre as próprias entidades existentes, porque hoje a gente tem as federações, que são filiadas às confederações. Se a gente tivesse um sistema redondinho e funcionando, quem deveria manter essas federações seriam as confederações, que, por sua vez, seriam mantidas pelos seus comitês, e a gente sabe que, na realidade, não funciona dessa maneira.

Hoje eu vou trazer a realidade do Estado de Sergipe, mas é a realidade de muitos estados e de muitos municípios também: nenhuma entidade, nenhuma federação esportiva estadual faz os seus campeonatos estaduais se não tiver um apoio governamental. Elas não são sustentáveis, não são autossustentáveis, elas precisam desse apoio governamental, e a gente faz isso. Só que,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando a gente entra nesse apoio governamental para o esporte de alto rendimento, vamos dizer assim, propriamente dito, a gente tira recurso de outros campos e de outras áreas em que a gente poderia atuar.

Então, esse é o primeiro ponto, que precisa ser discutido e para o qual se precisa encontrar uma alternativa, uma saída, para que a gente tenha esses papéis bem definidos e a gente faça realmente chegar o recurso a quem de direito, lembrando e enaltecendo aqui que todos os entes são extremamente importantes. A gente tem o Comitê Olímpico, a CBDE, a CBDU, o CBCP, o CPB, várias entidades e os governos estaduais, municipais e federal, e cada um precisa ter realmente o seu papel.

Na semana passada, nós recebemos o Presidente do Comitê Olímpico do Brasil, o Sr. Marco La Porta, na reunião da Câmara Temática dos Esportes do Consórcio Nordeste, em que nós debatemos de que maneira conseguimos integrar o Comitê Olímpico, que tem, no seu *know-how*, tratado do esporte de excelência, mas a gente sabe que, para chegar ao esporte de excelência, precisa ser fomentada toda uma base, toda uma cadeia para que sejam filtrados justamente esses atletas excepcionais que estarão representando o nosso país em Jogos Olímpicos, jogos mundiais, etc.

Como é que a gente pode fazer isso? Hoje, a gente tem alguns produtos maravilhosos no Brasil, que são os Jogos da Juventude, organizados pelo próprio Comitê Olímpico do Brasil; a gente tem os JEB's, que são os Jogos Escolares Brasileiros; a gente tem as Paralimpíadas Escolares, organizadas pelo Comitê Paralímpico Brasileiro; os JUBs, que são os Jogos Universitários Brasileiros, organizados pela CBDU. Isso para falar de quatro grandes eventos esportivos, dessas quatro entidades que trabalham muito bem nas suas áreas de atuação, mas nós sentimos falta de ter justamente essa integração, esse plano de carreira do atleta. E, quando eu estou falando de atleta, eu não estou falando de atleta de alto rendimento, não. Eu estou falando justamente de a gente dar oportunidades aos nossos atletas de base, a todo mundo que está ali na comunidade, de ter a oportunidade de participar desses eventos esportivos, porque a gente sabe que mudam realidades.

A gente criou, em Sergipe, o Time Sergipe, que é um time formado por atletas campeões dos nossos Jogos Escolares. Os nossos Jogos Escolares estaduais atenderam quase 12 mil atletas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desses 12 mil, mais ou menos duzentos e poucos atletas foram selecionados para os JEB's, cento e poucos para os Jogos da Juventude, e eu tenho mais uns 40 que foram para as Paralimpíadas Escolares. E tem todos os outros milhares que não estão participando dessas atividades, e não há problema em relação a isso. Mas a situação é que, através do Time Sergipe, através desses eventos, a gente conseguiu oportunizar a esses jovens muito mais do que um resultado esportivo, mas, sim, a possibilidade de fazer um intercâmbio, de conhecer outras culturas, de ter acesso a uma outra realidade que, muitas vezes, se não fosse o esporte na vida deles, isso não seria possível.

Quando a gente vai embarcar os meninos de avião, por exemplo, para muitos deles que vieram de povoados do Alto Sertão ou do Agreste, é a primeira vez na vida que estão vendo uma escada rolante, que vão entrar numa aeronave então isso nem se comenta. Então, muitas vezes, para esses jovens, o que menos importa ali é o resultado esportivo. E, para a gente, enquanto gestor público, isso tem muito valor, porque a gente sabe que está fazendo a diferença na vida dessas crianças, na vida desses jovens, através do esporte. Então, é esse *link* que precisa estar sempre correlacionado para que a gente não perca o foco e faça realmente chegar a quem tem direito programas e projetos bem definidos para que a gente tenha um sucesso absoluto no sentido de fazer chegar.

Eu costumo dizer que a gestão pública é um eterno enxugar gelo, porque você sana problemas que estão acontecendo ali naquele momento para aquele público e, quando você os sana, vão surgir outras pessoas com aquelas mesmas necessidades, e isso é muito bom, porque significa dizer... Não é muito bom o fato de ter o problema, mas o fato de você conseguir fazer chegar à política pública efetivamente falando, porque, quando você cria programas e você está atendendo ali centenas de pessoas e daqui a pouco você passa a ter uma demanda de milhares de pessoas, isso significa dizer que a informação está chegando, que as pessoas sabem e podem ter acesso àquele projeto, àquela ação, àquela informação. E assim, efetivamente, a gente consegue fazer essa transformação.

Uma outra fala que eu gostaria de trazer aqui, Senadora, é que eu entendo que é praticamente impossível a gente falar do desenvolvimento esportivo para essa faixa etária sem a gente trazer a educação para a mesa. A gente tem que estar sempre relacionado com o sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educacional do nosso país para que a gente faça, de fato, chegar o esporte, os benefícios do esporte para essa camada da nossa sociedade.

Eu costumo dizer também que os municípios, as cidades, os estados, enfim, qualquer que seja a esfera, podem ter... A cidade em si, vamos ser bem mais específicos... Pode até ser que tenha uma cidade que não tenha um saneamento básico, que não tenha uma iluminação elétrica, que não tenha uma estrutura, mas ela tem uma escola e, se ela tem uma escola, ela tem que ter esporte – é intrínseco isso, não dá para dissociar.

E a gente poderia estar mais forte nesse movimento no sentido de, por exemplo, as escolas em tempo integral terem a obrigatoriedade, no currículo, de ter o esporte, porque hoje esse currículo é flexível. O currículo da escola em tempo integral, em relação ao esporte, é flexível. Então, se a federação entende que é importante ter o esporte como uma matriz curricular, vai ter, mas, se não tiver esse entendimento, fica a critério de ser uma matéria eletiva, uma matéria eletiva à qual o estudante vai ter acesso por um... (*Falha no áudio.*) ... e, no segundo semestre, pode ser que ele não opte por aquela matéria e aí perde-se todo um trabalho que foi feito, não se consegue dar continuidade, e a gente sabe que os benefícios do esporte não acontecem do dia para a noite: é um trabalho de formiguinha e tem que ser alimentado no dia a dia. A gente tem várias pesquisas que apontam que há maior probabilidade de um adulto ser ativo fisicamente justamente se ele começou com essa atividade esportiva já lá na infância, já lá na sua adolescência.

Quando a gente fala de ter uma atividade esportiva, de ter uma atividade física presente na rotina da criança e do adolescente, a gente não (*Falha no áudio.*) ... de desempenho esportivo, a gente está falando de saúde, a gente está falando de qualidade de vida, a gente está falando de um sistema público de saúde que vai ficar bem menos sobrecarregado.

É muito além daquilo que... É muito pouco a gente restringir a resultado esportivo quando a gente fala de esporte para a juventude enquanto desenvolvimento desse cidadão.

Então, eu trago aqui esses três pontos que eu considero extremamente importantes para serem avaliados, para serem discutidos, para serem colocados na mesa, que são, justamente, o nosso sistema esportivo, para que a gente tenha os papéis bem definidos e a gente possa otimizar os recursos que se tem – porque eu entendo que não faltam recursos, mas faltam, muitas vezes, bons projetos e bons direcionamentos para que isso aconteça, como a vontade política, a vontade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

das pessoas que estão à frente das entidades, para que a gente faça, de fato, acontecer essa informação para o povo –, como também essa situação de a gente ter um sistema de educação que entende a importância do esporte para essa formação, a formação cidadã e o índice de evasão de escola, que a gente sabe também que diminui – o rendimento escolar a gente sabe que aumenta quando a criança está ali envolvida no esporte – e essa questão da saúde pública, porque o esporte pode, deve e precisa estar presente nessas discussões, nessas mesas de discussões, não somente aqui, como a gente está falando, numa Comissão de Esporte, na Câmara e no Senado, mas que esteja presente também numa Comissão de Saúde, numa Comissão de Educação, para que a gente faça chegar essa mensagem e a gente possa fortalecer essa nossa bandeira que a gente levanta, que é tão importante e que é tão barata de ser investida. Se a gente for comparar com outras áreas, o investimento na área do esporte acaba que é muito pouco em relação ao benefício gigante que ele nos traz.

Aqui em Sergipe mesmo, eu tenho conversado muito com o Secretário de Saúde em relação a isso, porque, recentemente, saiu uma pesquisa do... (*Falha no áudio.*) ... da Finlândia (*Falha no áudio.*) ... que lá eles começaram a adotar uma técnica com os médicos psiquiátricos, pela qual eles passaram a... (*Falha no áudio.*) ... a corrida (*Falha no áudio.*)

...vezes por semana para pacientes psiquiátricos. E a evolução desses pacientes foi notória, inclusive na redução da utilização de medicamento.

A gente sabe que tem vários níveis, vários problemas e nem tudo vai ser resolvido com atividade física – a minha fala aqui não é essa. Não é que o esporte vá resolver todos os problemas, mas ele ajuda, sim, e muito, e é algo que tem que ser discutido para além da mesa do esporte.

É isso. Minha fala é essa.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mari, nós que agradecemos a sua participação, a sua fala. Enfim, é muito pela experiência como secretária de estado... Eu fui também Secretária de Esporte, e a gente sabe das inúmeras dificuldades que a gente enfrenta dentro de uma estrutura governamental, e a maior barreira é a compreensão da importância do esporte justamente para quem comanda. Digamos que seja os Governadores, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prefeitos entenderem o quanto o esporte pode ser um grande parceiro na questão social, na questão educacional, como você falou. Concordo plenamente quando se fala dessa relação do esporte com o sistema educacional.

Ainda, nós temos inúmeras barreiras a transpor, e a gente tem que fazer esse debate. Foi ótima a sugestão com relação à escola integral, de fazermos este debate aqui, de se ter a obrigatoriedade, porque nós não estamos falando do esporte só pelo esporte: "porque vamos treinar e vamos fazer uma nação olímpica"; não, é para que esse jovem, já de pequenininho, tenha o acesso à atividade física e que se coloque, que se faça com que a atividade física esteja imbuída, digamos, no seu dia a dia. E é na escola, sim, que a gente começa esse trabalho. Então, é sensacional.

E, com relação à Lei Geral do Esporte, fui Relatora, fizemos um belo trabalho, tivemos mais de 300 vetos – todos acompanharam os 390 vetos. E a Lei Geral do Esporte prevê justamente esse sistema, esse tão sonhado sistema, as atribuições de cada um, as suas atribuições dentro desse sistema esportivo.

Então, a gente tem trabalhado muito isso na Casa. A grande barreira é política, por causa dos vetos que a gente ainda tem que finalizar. Ainda temos aí um percentual alto de vetos para serem analisados, o que é de interesse tanto do setor esportivo... Um deles é a isenção nos equipamentos. Vocês sabem, todos vocês sabem a importância da isenção nos equipamentos para a maioria dos atletas que precisam – nós temos aqui a Rô, que representa o paradesporto –: para o basquete de cadeira de rodas, para a bocha, assim como o nosso tiro com arco e o pessoal do remo, do iatismo, da vela, da vela adaptada.

Enfim, nós temos inúmeros desafios. Eu falo isso porque eu estou à frente desses desafios, diariamente tratando na Casa.

Então, a gente tem um primeiro passo, que é finalizar esses vetos. Torço para que, nas próximas sessões do Congresso que teremos, a gente possa finalizar, porque eu já tenho conversado com o Ministério da Economia, tenho conversado com o Ministério do Planejamento sobre essas isenções, que são a grande expectativa, essa é uma das grandes expectativas do nosso setor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também tem a questão de preencher algumas lacunas. Nós sabemos que a gente precisa fazer os vetos e aí tem a questão da Lei Pelé, porque a lei tem um conflito com a Lei Pelé. Então, nós temos que retirar, suprimir a Lei Pelé, para que, de fato, a Lei Geral possa ser regulamentada e comece realmente a estar vigente nesse processo todo.

Nós temos alguns desafios, mas vocês têm o meu total compromisso – não só meu, mas de alguns Parlamentares, aqui, que entendem essa expectativa e a necessidade de a gente, o mais rápido possível, tratar dessa regulamentação, mas, primeiro, nós temos a barreira dos vetos, de que nós vamos tratar. Já estou em cima do Presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Bom, obrigada, Mariana Dantas Mendonça Gois, que é a Secretária de Estado do Esporte e Lazer do Estado de Sergipe.

Agora, eu vou passar a palavra para o Sr. Fernando Vanin, que é o Secretário Municipal de Esportes e Lazer de Campinas e representante titular da Associação Brasileira dos Secretários Municipais de Esportes e Lazer no Conselho Nacional do Esporte (CNE), que participará por videoconferência.

Seja bem-vindo, Sr. Fernando, Secretário Fernando.

**O SR. FERNANDO VANIN** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia a todos e a todas; bom dia, Senadora Leila.

Quero, primeiro, parabenizá-la pelo trabalho. Acho incrível essa discussão, essa iniciativa, esse momento que a gente (*Falha no áudio.*) ... vivendo, não só com a discussão da Lei Geral do Esporte, mas com aquela possível implementação do nosso Sistema Nacional do Esporte.

Eu vou fazer só uma complementação, porque eu acho que a nossa colega Mariana fez um discurso muito bem feito. É uma leitura de que praticamente todos os gestores municipais – e ela como estadual – fazemos a mesma ideia.

Quando a gente fala de formação esportiva, a gente não pode deixar de lado os gestores da parte educacional, seja no federal, estadual ou municipal, principalmente. A gente sabe que, dentro das cidades onde acontece o esporte, uma iniciação começa, tanto é que, no pacto que foi assinado por muitas entidades, que está sendo construído sobre o Sistema Nacional do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte, nas cidades é onde foca mais a formação esportiva, dentro das escolas, seja na iniciação, seja no esporte educacional. Sobre isso, para nós tem que ter uma discussão ampla e bem consistente dentro do nosso sistema educacional no município.

A gente tem visto – e eu digo aqui na cidade de Campinas – escolas cada vez mais integrais. As crianças não saem da escola, e isso é importante até para a parte educacional; fica uma discussão, uma briga para tentar tirar as crianças das escolas. Então, fazer com que o esporte aconteça lá dentro, aproveitando até mesmo... A Mariana falou do problema de orçamento. Nós sabemos que não conseguimos fazer política pública sem orçamento, e a gente sabe que os 25% dentro da educação são um volume muito grande – às vezes tem muitas dificuldades de gastar esses 25%.

Então, vamos utilizar esses 25% da educação com o esporte dentro das escolas! Todo projeto de escola de esporte a gente sabe que dá muitos frutos. A Mariana falou muito bem que a gente não tem só o foco de formar atletas, mas também da cultura esportiva para essas crianças. A gente sabe que, pós-pandemia, e até mesmo antes, o sedentarismo, o diabetes na criança têm sido uma vertente muito evidente. Eu acho que isto é missão das secretarias de esporte, de todos os entes que trabalham com esportes: ter essa prerrogativa como (*Falha no áudio.*) ... e como objetivo. Além disso, a gente sabe também que há muitos problemas de disciplina dentro das escolas, e o esporte é transformador, é muito importante para isso.

Então, eu acredito que ter essa sinergia com a educação, ter essa voz que a gente está tendo cada vez mais... Por isso eu tenho aqui que enaltecer o trabalho das Comissões de Esporte, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados, de dar voz às entidades e de dar voz onde acontece o esporte.

A gente tem procurado sempre pontuar as dificuldades, mas também colocar virtudes dentro do que a gente tem trabalhado, não só nos municípios, como nos estados, e eu tenho certeza de que no federal também.

A gente tem que, nesta semana mesmo... Aproveitar até a oportunidade e parabenizar todos os profissionais de Educação Física, porque segunda-feira foi o dia do profissional de Educação Física, que é a força motriz do esporte e da atividade física do nosso país. Nas pessoas de todos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os profissionais, parabenizo a todos, até mesmo o Tharcísio, que está aí representando o Confef, porque são eles que fazem acontecer.

Só para complementar um pouquinho o que a Mariana disse, apesar dos vetos – eu tenho aqui os vetos, que foram muito bem debatidos, e acho que a Senadora é uma das grandes lutadoras para que as coisas acontecessem –, a gente tem que pensar muito no que chega aos municípios.

Então, não adianta a gente falar do sistema nacional, se os municípios não estão preparados para isso. O Cref, aqui, em São Paulo, tem feito um trabalho muito grande, a Absmel tem feito um trabalho enorme, que é a Associação Brasileira de Secretários Municipais, para que as secretarias de esporte das cidades do Brasil como um todo implementem o seu fundo municipal e o seu conselho municipal, porque tem muitos que não têm conselho, e é importantíssimo ter o conselho, com a sociedade civil e o poder público fazendo discussões importantes da sua cidade, além do seu plano municipal.

Em conversas com muitos secretários de cidades menores – a gente sabe que o Brasil tem uma pulverização muito grande –, alguns não sabem nem como construir ou o que é um plano municipal. E, para isso, tem que ser trabalho de formiguinha e o pacto está sendo instituído junto à inteligência esportiva, lá no instituto do Paraná. Eu acho que tem um trabalho, uma espinha dorsal, para que, a meu ver, a implementação do sistema nacional seja feita.

Para isso, a gente tem que ter aquelas delimitações – a Mariana falou perfeitamente – dos entes federativos e também de todas as entidades, confederações e federações. Bate-se muita cabeça. Muitas confederações e federações batem às cidades, querendo fazer os seus campeonatos, e a gente não sabe de quem é a criança.

E a gente perde tempo e perde até relacionamentos bons, porque a gente não sabe de quem é a responsabilidade. E, nesse sentido, eu acho que o sistema vem para sanar todo este tipo de percalço que tem acontecido na saúde, e a gente tem que ver que tem sistemas que são bem reconhecidos, como o SUS e o Suas. E eu acho que nada mais é do que seguir essa mesma linha.

Então, nesse sistema, a gente tem essa incumbência, na Absmel, de ter essa pontuação de forma consistente, para que a gente possa fazer este debate, cada vez mais, com progressos e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

daí, a gente consiga fazer, cada um com o seu papel – e, aqui, nesta audiência pública, falando de formação esportiva –, com uma incumbência muito forte, das prefeituras e das secretarias municipais de esporte, de envolver as suas crianças e ter essas oportunidades, porque não adianta nada a gente falar de rendimento, se a gente não começar lá...

Eu acho que estou chovendo no molhado, falando dos colegas aqui, quando a gente fala de esporte.

A gente sabe que não são linhas paralelas, elas se convergem, e a gente precisa trabalhar em conjunto, mesmo porque no esporte a gente está com uma dificuldade cada vez maior de iniciar as crianças. A gente está brigando cada vez mais com celular, computador e videogames e a gente está querendo que elas vão às praças e às escolas.

Então, a formação esportiva, eu acho que é o berço de tudo, e a gente não consegue discutir outro tipo de vertente se não for a formação, não digo só para as crianças, a gente tem aqui o pessoal do CBCP e todos que trabalham com o paradesporto. A iniciação é tardia para esse público específico. Muitos provêm de algum problema, às vezes, de acidente ou, então, de algum problema de saúde e começam tardiamente, mas isso não deixa de ser uma formação, uma iniciação, e também isso é incumbência das prefeituras.

A briga por orçamento é sempre, dentro dos nossos limites no município, mas eu acho que a importância é enorme de a gente conversar com a educação. A gente tem visto muitos debates, até mesmo no COB Expo e em outras esferas do município e federal, e não temos nas nossas discussões.

Então, assim, eu faço votos e também chancelo a própria fala da colega Mariana.

Por fim, parabéns aí a todos pela iniciativa, pela discussão e pelo formato que tem sido conduzido no nosso país. Parabéns aqui à nossa Senadora Leila por essa liga de vontade de querer fazer o esporte acontecer, então, na escola pública.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Secretário Fernando.

Secretário, só uma pergunta, antes de eu passar para o próximo expositor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Lei de Incentivo ao Esporte já contempla como proponentes as escolas públicas, as escolas de um modo geral. Eu gostaria de saber se você tem algum levantamento, por exemplo, aí em Campinas, no seu município, enfim, alguma estatística ou alguma notícia de que as escolas tenham de alguma forma aproveitado a possibilidade de serem contempladas na Lei de Incentivo ao Esporte. É só uma pergunta.

**O SR. FERNANDO VANIN** (*Por videoconferência*.) – Sim, sim. Tem alguns projetos, principalmente do Governo Federal, que são incentivados na linha de ação de esporte educacional. São bem pontuais, mas, aqui em Campinas, a gente conseguiu institucionalizar. A gente fica com medo até mesmo desse processo esportivo apenas de quatro anos, a gente tem que pensar nos médio e longo prazos também. Então, a gente instituiu por lei o Programa Escola de Esportes com o orçamento da própria educação.

Então, isso, por ser por lei e perene, tem uma prerrogativa mais a longo prazo. E também, nos projetos que são de lei federal, a gente tem um pouco de medo por ela ter o início, meio e fim, às vezes, meio curto.

A gente tem alguns projetos nas escolas – isso é importante, muito importante –, porém, a maioria dos projetos que são incentivados estão em praças de esportes, não estão ligados direto à educação, porque muitos deles estão em formação esportiva e rendimento, outros em paradesportos, que não têm a estrutura de que se precisa dentro das escolas. Um exemplo disso é o esqueite; as escolas não têm esqueite, mas as praças de esporte das cidades conseguem absorver essa demanda.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito.

Obrigada!

Grata pela sua exposição.

**A SRA. MARIANA DANTAS MENDONÇA GOIS** (*Por videoconferência*.) – Senadora, me permite?

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. MARIANA DANTAS MENDONÇA GOIS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Só uma coisinha. Mariana Dantas aqui.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Mariana, pois não.

**A SRA. MARIANA DANTAS MENDONÇA GOIS** (*Por videoconferência*.) – É porque eu achei muito pertinente a palavra do Fernando, da Absmel, e eu queria só fazer duas provocaçõezinhas aqui.

Primeiro, quero reforçar o importante papel que a senhora tem nessa discussão da Lei Geral do Esporte. Na verdade, a gente sabe da sua luta mesmo por nós, e a gente agradece muito por isso. E quero falar que, inclusive, a própria Lei de Incentivo ao Esporte... Muitas escolas municipais do sistema educacional não têm conhecimento que elas podem ter acesso à lei de incentivo. Então, se tivesse um trabalho – sabe? – do Ministério da Educação, trazendo isso, essa informação para as escolas, isso seria muito importante.

E a outra provocação que eu gostaria de fazer é se a gente não conseguiria, no formato de lei, fazer com que tivesse a obrigatoriedade de que as escolas municipais e as prefeituras fizessem os seus jogos escolares municipais, porque, se eles tivessem a obrigatoriedade de utilizar o recurso da educação para fazer os jogos escolares municipais, obrigatoriamente iria ter esporte na escola, porque você não vai fazer uma competição sem os meninos estarem participando ali ao longo do ano, sem a gente ter as equipes ali e tal.

Então, veja, uma coisa vai levando à outra. Aí isso também iria tirar a sobrecarga do estado, que muitas vezes tem que fazer os jogos estaduais em todos os municípios, porque eles não fizeram a sua parte; iria tirar a sobrecarga dos outros comitês e dos outros entes, porque a gente vai estar lá selecionando para as competições nacionais.

Enfim, é uma provocaçãozinha aí, para ver se a senhora e os demais Parlamentares que levantam a nossa bandeira do esporte, se a gente não consegue levar adiante para que tenha uma parcelinha ali do recurso da educação que seja obrigatória para fazer os jogos escolares municipais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Bom, a gente está aqui, Mari, enquanto você está falando, conversando, até com o Prof. Marcelo Ottolini. Na Lei das Loterias, o art. 16 prevê essa obrigatoriedade dos jogos escolares municipais das escolas municipais.

**O SR. ROSEANE ESTRELA** (*Fora do microfone*.) – É a destinação dos recursos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – É a destinação, aliás. É a destinação dos recursos para as escolas promoverem esses jogos municipais, tá?

Na verdade, existe...

**A SRA. MARIANA DANTAS MENDONÇA GOIS** (*Por videoconferência*.) – Mas é das loterias, né? Se a gente tivesse uma verba carimbada no recurso da educação, isso seria mais forte, sabe? Porque o recurso das loterias é proporcional à aposta de cada estado.

Então, por exemplo, para vocês terem uma ideia, Sergipe, que é o menor estado da Federação, recebe no ano, em média, R$1,6 milhões. A gente não conseguiria fazer os jogos escolares municipais em todos os 75 municípios. Isso eu estou falando em Sergipe, que é o menor estado. Se você pegar um estado como Minas Gerais, por exemplo, que tem mais de 800 municípios, isso seria muito difícil.

Então, se a gente tivesse essa obrigatoriedade, como tem o recurso da educação de que você tem que gastar 25%, obrigatoriamente e tal, se a gente tivesse algum mecanismo legal nesse sentido, eu tenho certeza de que, daqui a alguns poucos anos, a gente teria realmente uma nação esportiva.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeita a sugestão.

Eu já levei aqui para a assessoria, já estão olhando aqui, e para a consultoria. Está todo mundo acompanhando a fala de vocês. Nós vamos buscar aqui esse mecanismo.

Obrigada, Mariana. Obrigada aos dois Secretários: à Mariana Dantas Mendonça Gois e ao Fernando Vanin, Secretário Municipal de Campinas. Grata aos dois pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu vou passar a palavra para o Sr. Tharcísio Anchieta da Silva, Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física (Confef), que está aqui presente conosco.

Bom dia, Tharcísio.

**O SR. THARCÍSIO ANCHIETA DA SILVA** (Para expor.) – Oi, bom dia. Tudo bem?

Roseane Estrela, é uma satisfação estar contigo; e, mais uma vez, com a Senadora Leila.

Primeiramente, obrigado pelo convite. Parabéns pela luta, parabéns por ser, de fato, uma defensora do esporte aqui nesta Casa. A gente acompanha as lutas e sabe que não é fácil, mas parabéns porque é uma discussão e luta necessárias, que valem muito a pena.

Eu tinha uma apresentaçãozinha e acho mais interessante a gente discutir em cima dos pontos de atenção, sobre essa questão da iniciação esportiva e da inclusão nos territórios.

Primeiro, quero falar que à colega Mariana e ao meu colega Vanin – o Vanin é um colega lá do Conselho Nacional de Esportes também, e a Mariana já esteve por lá – que nós estamos 100% alinhados a essa fala, a essa percepção do que é necessário para gente ter, de fato, um desenvolvimento do esporte no Brasil.

O Sistema Confef/CREFs, como um órgão regulador, um órgão de fiscalização profissional, coloca-se, neste momento e em todos os momentos em que a gente discute esporte, como uma entidade parceira, uma entidade que está próxima, uma entidade que tem reflexões importantes para trazer sobre isso.

É importante a gente dizer que, sobre o Sistema Confef/CREFs, no Confef nós tratamos de fiscalização, sim, mas nós somos profissionais de educação física, estamos na ativa e estamos trabalhando. Eu sou professor, sou da área do esporte, fiz mestrado e doutorado na área do esporte e eu presido hoje a Câmara de Esporte do Confef. A gente tem ali reflexões que vão muito ao encontro do que já foi falado aqui pela Mariana e pelo Vanin, e eu vou destacar alguns pequenos pontos de atenção para a gente discutir aqui, trazer como discussão.

Primeiro, ao falar da importância do esporte, a gente considera – e eu posso dizer isso com tranquilidade – que o esporte é o maior fenômeno sociocultural que existe na humanidade. Tem uma capacidade extraordinária de unir pessoas, uma capacidade extraordinária de fazer com que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as pessoas estejam ligadas ali às questões axiológicas, questões de valores, de lutar, de lutar pela vitória. São questões importantes não só lá na infância, mas também durante toda a vida. Na vida, a gente luta o tempo todo, e o esporte consegue mostrar muito isso.

E há uma coisa importante de a gente dizer: o esporte não é um fim em si mesmo. O esporte precisa também – e aí é uma atenção que a gente sempre coloca – ser bem orientado. A gente precisa ter, na dinamização do esporte no Brasil – e, quando a gente fala de iniciação, é mais importante ainda a gente falar desse ponto –, ter ali um profissional de educação física orientando esse esporte, porque o esporte, da mesma forma que gera inúmeros benefícios, também pode trazer situações complicadas.

A Senadora Leila falou aqui de umas questões que são relacionadas ao hábito, de esse hábito estar inserido na vida das pessoas que praticam esporte, de saber que o esporte não é só ali naquele momento quando você está numa competição esportiva, mas, sim, um hábito que vai te gerar saúde, uma saúde integral para toda a vida, e isso depende muito de um esporte bem orientado.

Há um ponto de atenção importante para a gente tratar, e já foi falado aqui também. Nós, profissionais de educação física, conseguimos atuar com três pontos que são prerrogativas da Constituição Federal: educação, saúde e o esporte. A gente precisa lincar todos esses aspectos e considerar que, dentro da Lei Magna, dentro da Carta Magna, a gente coloca que todo brasileiro precisa passar pela escola. A gente tem que lembrar que na escola existe uma disciplina obrigatória, que é a Educação Física. Não é responsabilidade da Educação Física formar atletas, mas a Educação Física tem a capacidade de fazer com que a base ali seja fomentada na disciplina Educação Física, dentro da escola.

Todo mundo passa pela disciplina de Educação Física. É importante a gente formar ali, a gente ter ali realmente a literacia física, a gente fazer com que essas crianças tenham o conhecimento, o componente motor, um repertório motor bem elaborado, para que os talentos e as habilidades possam ser ali direcionados para os centros mais especializados, para gente ter ali uma iniciação esportiva mais especializada, mais voltada a algumas atividades esportivas, modalidades esportivas específicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A escola é a base disso tudo. A gente não pode, em hipótese alguma, desconsiderar a possibilidade que a escola nos apresenta quando a gente pensa em iniciação esportiva e – por que não dizer? E é importante dizer – sobre os aspectos da inclusão social. A escola é para todos, então, a gente tem que fazer com que essa possibilidade de conhecimento das questões do esporte seja dinamizada para todas as pessoas no Brasil.

As questões que tratam de infraestrutura também estão relacionadas a essa questão da escola. Ainda hoje, nós temos muitas escolas que não apresentam uma infraestrutura adequada para as aulas de educação física, e essa é uma briga que a gente precisa ter constantemente.

O Sistema Confef/CREFs tem feito isso bastante, nos municípios, nos estados, mas é uma briga que precisa ser absorvida pelo poder público federal. A lógica é entender que não adianta, não basta ter ali uma escola com uma sala de aula que possibilita a aula de Português e Matemática; a gente tem que considerar a educação física escolar tão importante quanto matemática, português e ciências, e, para isso, são necessários espaços adequados para as aulas de educação física. Se a gente faz a ligação de uma iniciação esportiva... E, reforço, não é obrigação da disciplina Educação Física escolar formar atletas, mas existe ali uma possibilidade enorme de formar uma base esportiva para o Brasil, e a gente precisa de infraestrutura adequada.

Quando a gente fala de infraestrutura adequada, a gente pode também sair das escolas e pensar nas lógicas que já foram construídas em diversos governos, os programas e projetos, nas construções de centros especializados em algumas modalidades, mas de maneira equivocada: num país de dimensões continentais, normalmente esses centros especializados estão na Região Sul e na Região Sudeste, e nós temos diversas possibilidades de avanço em modalidades esportivas na Região Norte, na Região Centro-Oeste, na Região Nordeste.

Eu falo da necessidade de descentralização desse tipo de política, porque eu moro no Estado do Amazonas, por exemplo, e, no Estado do Amazonas, dentro da lógica da população, nós temos escolas em zona rural, ribeirinhas, para onde as crianças vão para a escola remando nas suas canoas. Não é possível – não é possível – que esse gestual motor a que elas estão habituadas a fazer todo dia não possa ser aproveitado em esportes como a canoagem, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Interessante...

**O SR. THARCÍSIO ANCHIETA DA SILVA** – Então, o que falta para uma lógica de iniciação, de inclusão, considerando os territórios? Olhar para o Brasil como um todo e descentralizar essas possibilidades, que o COB, que o CPB, que o Ministério do Esporte, que todas as estruturas que fazem e elaboram políticas públicas para o esporte olhem para o país como um todo, considerando as especificidades de cada região, considerando as potencialidades de cada região.

Eu trago, mais uma vez, outro exemplo interessante, que são os Jogos Indígenas, que acontecem também de maneira bem forte na Região Norte. Nós já tivemos atletas oriundos de diversas etnias que, com os aspectos relacionados ao arco e flecha e ao tiro com arco, participaram, depois indo para um gestual técnico específico com grandes possibilidades.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Aquela corrida...

**O SR. THARCÍSIO ANCHIETA DA SILVA** – Pronto.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – A corrida...

**O SR. THARCÍSIO ANCHIETA DA SILVA** – Nós temos grandes possibilidades, Senadora Leila, e isso a gente precisa aproveitar como país. A gente não pode desconsiderar isso como país.

De novo, Senadora e colegas, o Sistema Nacional do Esporte precisa... Isso é algo que... Eu sou uma testemunha da luta da Senadora Leila, mas a esses vetos, a gente precisa achar uma solução para isso.

O Vanin, que falou sobre... Quanto ao SUS, você pode encontrar diversos elementos para oferecer uma crítica ao SUS, mas você não pode, em hipótese alguma, desconsiderar que ele é espetacular, que ele é maravilhoso, que ele é necessário, que ele é exemplo para o mundo todo, porque ele é um sistema único, e a gente precisa disso no esporte. A gente precisa ter bem definido qual é a função dos municípios, qual é a função dos estados, qual é a função do Governo Federal, em que aspecto pode o Comitê Olímpico Brasileiro atuar junto às confederações das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

federações, o Comitê Paralímpico Brasileiro, o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. A gente precisa ter isso muito bem definido.

O Sistema Confef/CREFs... E aí, de novo, é importante a gente, nesse aspecto, sempre afastar a questão, que é uma questão sempre colocada, de fiscalização, e, muito mais do que isso, lembrar que o Sistema Confef/CREFs tem como missão institucional proteger a sociedade, para que as pessoas todas sejam atendidas adequadamente no que diz respeito às atividades físicas e esportivas.

E é por isso que a gente sempre está aqui, a gente sempre se senta para discutir, a gente sempre traz as nossas reflexões, a gente se senta e discute, porque é necessário, porque somos uma entidade nacional com uma preocupação com o desenvolvimento do esporte no Brasil, com o desenvolvimento do esporte como uma ferramenta de inclusão social. A gente sabe do potencial magnífico que o esporte tem, mas ele precisa ser desenvolvido de maneira adequada. Então, discutir o Sistema Nacional do Esporte é algo fundamental que a gente faça o quanto antes – o quanto antes.

Por último, e não menos importante, falar da valorização do profissional de educação física. A valorização do profissional de educação física é um ponto central quando a gente discute iniciação esportiva. E, hoje, a gente tem, com a nova Lei Geral do Esporte, possibilidades que se abriram para essa discussão sobre o profissional de educação física. A gente considerar as especificidades, o conhecimento de ex-atletas e entender que esses ex-atletas são importantíssimos nesse processo, mas entender que esses ex-atletas precisam se sentar nos espaços adequados para conhecer as questões fundamentais, para que eles se tornem treinadores e dinamizem realmente, pedagogicamente, de maneira adequada, essas questões. Então, que esses ex-atletas se sentem nos bancos universitários e tenham a estrutura de conhecimento científico também, que, aliada à sua experiência de vida, vai fazer com que, realmente, o esporte se desenvolva de maneira adequada.

Hoje, o Sistema Confef/CREFs abre uma possibilidade, tendo ali... E a gente escutou isso por muito tempo, e com razão. A gente não desconsidera a razão de alguns ex-atletas, quando colocam que: "Poxa, o curso de Educação Física é muito complexo e amplo e, por vezes, a nossa ação é muito mais específica". Então, existem, hoje, as possibilidades dos cursos superiores em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnologia conexos à educação física, que são aqueles cursos de esporte. Eles formam, especificamente, esse ex-atleta para ele atuar como um treinador desportivo. Essa compreensão também é importante, mas que todos entendam que a preocupação do Sistema Confef/CREFs, como um todo, é a valorização desse profissional, para que esse profissional, de fato, possa atuar num sistema esportivo bem-estruturado, com orçamento, com as questões de infraestrutura bem delimitadas e olhando para o país como um todo.

É isso.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Tharcísio. Foi muito boa a sua explanação.

O Tharcísio é Conselheiro do Conselho Federal de Educação Física (Confef). Mando um abraço a todos os Conselheiros do nosso Confef.

É isso, eu acho que é realmente muito importante o papel do Conselho. E quero agradecer. Vocês sempre estão juntos aqui com a gente.

Na segunda-feira, nós fizemos, no início desta semana, uma Sessão Especial em homenagem ao Dia do Profissional de Educação Física, celebrado dia 1º de setembro, que foi agora na segunda-feira. Então aproveito, já na fala do Tharcísio, para parabenizar a todos os profissionais de educação física, não só do DF, mas do nosso país, que realmente cumprem uma função importantíssima.

É necessário, sim, nas academias, nos centros de treinamento, profissionais habilitados, qualificados para lidar com as especificidades. Cada ser humano é individual e realmente requer, daquele profissional que está ministrando a aula, seja para uma criança de cinco anos até um idoso de 80 anos, essa qualificação necessária para obter o melhor resultado possível e sem causar danos. E essa é outra coisa que é importante. Às vezes, a gente fala, vou fazer um *crossfit*, não é, Tharcísio? Está todo empolgado lá, e, às vezes, não tem uma aula bem-ministrada. Ao invés de trazer saúde, pode trazer uma lesão crônica e pode até trazer sérios danos físicos àquela pessoa. Isso já aconteceu comigo, tá? (*Risos.*)

E com alguns aqui que eu conheço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, realmente é muito importante e é necessário esse papel do conselho. E reconheço isso na sua pessoa aqui e junto ao conselho, tá? Inclusive mando um abraço ao Boschi, que é o nosso Presidente.

Bom, eu vou passar a palavra agora para a nossa querida Roseane Estrela, que é Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).

Seja muito bem-vinda, Roseane, que é uma parceira nossa, está sempre aqui nas audiências, nas reuniões da Comissão.

Antes de você falar, eu queria só registrar a presença dos representantes do povo pataxó, das regiões de Santa Cruz de Cabrália, Porto Seguro e Prado, na Bahia. (*Palmas.*) Ô, Bahia, que terra maravilhosa! Então estão aqui presentes conosco o Zeca, o Geovane, o Reinaldo, o Diego e a Valdivina. Sejam todos muito bem-vindos à nossa Comissão, à reunião.

Com a palavra a Roseane.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** (Para expor.) – Senadora, primeiro quero agradecer a oportunidade que nós do comitê estamos tendo, não só para falar sobre esse tema, mas também para apresentar um pouco do nosso trabalho.

A Andrezza, nossa Gerente do Departamento Jurídico, acabou de chegar. Estava uma loucura aqui para entrar no Congresso, uma fila enorme, sem falar da dificuldade de estacionamento.

Eu vou dividir esta fala com ela. A gente está no comitê desde o início, então a gente tem trocado ideias nesse crescimento do nosso trabalho.

Mas, antes de iniciar a nossa apresentação propriamente dita, eu queria primeiro fazer uma fala em público que eu já fiz no seu ouvido, de dizer o quanto que... Vou dizer "você", porque a gente tem quase a mesma idade, não é? Não é falta de respeito, não, viu? (*Risos.*) Não é falta de respeito à autoridade, não.

Mas você me representa como mulher, como eleitora, como comunidade esportiva. Então eu tenho um orgulho enorme pelo seu trabalho. E é isso. Tenho certeza de que tem contribuído muito, tem feito a diferença aqui no Senado e lá na ponta, na vida das pessoas. Tão importante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto ter um bom trabalho é a gente sentir, lá na ponta, que a coisa está mudando de verdade. Não é verdade?

Então, olha, eu fui Parlamentar também, mas para mim, de todos os títulos de que eu posso falar aqui, o mais importante é dizer que eu sou atleta. Uma vez atleta, sempre atleta. E aí, eu posso falar um pouco do que os dois Secretários já falaram, o Confef também, e dando, ainda mais, a visão de quem enfrenta mais dificuldade do que a maioria da população, que não tem algum tipo de deficiência.

Eu me tornei atleta aos 15 anos. Até então eu era só a filhinha superprotegida da D. Eleusa, e toda a família se envolvia para que eu tivesse qualidade de vida. Inclusive, eu venho também de uma família de atletas. Eu tenho um irmão que foi jogador de futebol, outro de vôlei. E, graças a Deus, eu me tornei atleta de natação.

Mas eu fui para a Adefal para me livrar da fisioterapia e aí me tornei atleta de natação. E digo que aí eu me entendi como pessoa, porque, até então, eu era só a filha da D. Eleusa, que nem entendia que era tão diferente do mundo. E aí me entendi como pessoa, cidadã de direitos. Graças a Deus, a minha família me proporcionou condições de estudar, e eu me envolvi também nesse movimento social em busca dos nossos direitos de pessoas com deficiência e de comunidades vulneráveis.

Enfim, como atleta – eu estou com 52 anos de idade, comecei com 15 –, vivi a fase antes do Comitê Paralímpico, quando a gente não tinha... Se a gente ainda tem uma dificuldade, o Sistema Nacional do Desporto ainda não é tão definido quanto a gente deseja, imaginem do paradesporto... Não tinha nada aquela época, no início da década de 90.

Então, foram muitas batalhas vencidas, e, algumas delas, eu ainda vejo hoje, principalmente na base. Eu me lembro de que para viajar a gente fazia pedágios, porque a gente não tinha dinheiro para as passagens; vendia flanelinha; ou quem tinha um pouquinho mais de condições contava com o "paitrocínio". E a gente ainda vê essa realidade.

A gente vê hoje uma pirâmide meio que invertida. O alto rendimento, graças a Deus, está muito estruturado e precisa continuar sendo bem estruturado, mas a base continua ainda com o pires na mão. Não foram uma, nem duas as vezes em que eu viajei de ônibus e tive que fazer xixi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no copinho, porque a gente não conseguia ter um apoio para descer do ônibus, ter um ônibus adaptado para viajar. Se parasse no meio da estrada, a gente não tinha um banheiro que conseguisse acessar. Isso era uma realidade, porque viajar de avião era coisa inacessível naquela época. Mas a gente ainda vê essa realidade e precisa, realmente, pensar em como redistribuir o recurso.

E aí, no esporte educacional, assim como qualquer cidadão, a pessoa com deficiência também precisa ser alvo da prática esportiva ainda na fase escolar, ou iniciando na fase escolar. Eu só vim ter esse contato com o esporte aos 15 anos, porque, em todas as escolas por que passei, todos os anos, eu era obrigatoriamente dispensada por conta da minha condição.

Infelizmente ainda existe isso hoje. A realidade mudou? Mudou. Hoje a gente tem os Jogos Paradesportivos Escolares. Isso é um avanço enorme, mas ainda não alcança todas as pessoas, ainda não alcança todo mundo que está na escola que tem algum tipo de deficiência. E ainda muitos são orientados ou são dispensados da educação física. Isso ainda é uma realidade. Então, a gente precisa, de fato...

Ainda tenho uma fala direcionada para o Confef, que eu sei que tem se esforçado muitíssimo – tenho contato direto com Maria Paula, a gente tem trocado muitas figurinhas sobre isso: mas também tem que ter incentivo na formação, na qualificação dos profissionais a também trabalharem com o público com deficiência, desde a fase escolar, passando pelas academias ou em qualquer fase de vida que estejam.

Eu tenho uma dificuldade enorme, por exemplo: eu pago muito mais caro por uma *personal* porque eu sei que ela só trabalha com pessoas com deficiência e com idoso, então ela tem um olhar diferenciado. Se eu for para uma academia, eu tenho dificuldades, entende? Então, a gente precisa ter esse...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – É, estimular desde a formação, nas faculdades, que também eles se despertem, porque, gente, é um público que também tem dinheiro, viu? Isso dá dinheiro também. E aí digo do alto rendimento, que, graças a Deus, hoje já fica catando ali o profissional que tem um pouco mais de bagagem, de capacidade e qualificação para lidar com esse público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era isso que eu queria dizer, como atleta que já vivenciou essas fases da iniciação, do alto rendimento, o quanto o esporte transforma a vida das pessoas. E, se isso vai para a pessoa com deficiência, é uma transformação muito maior. Eu me transformei em cidadã, eu conheço hoje... Conheço, não, mas eu já visitei todas as capitais do país por conta das competições de que eu participava. Isso é um ganho, não é? Viajar de avião...

Na primeira competição, a minha mãe nem queria deixar eu ir, porque eu não saía sozinha, e aí ela disse: "Como é que ela vai tomar banho?". Eu não tomava banho sozinha, não vestia a calcinha sozinha! Então, tudo isso, que é coisa da vida diária, cotidiana, foi o esporte que me trouxe, e isso, com certeza, muitos vivem ainda hoje. É o nosso público, né? A gente tem todo o cuidado lá no CBCP, o nosso Presidente tem essa sensibilidade. Quem chega que não tem ainda essa sensibilidade, às vezes até leva umas broncas da gente. Aí a gente vê que precisa, inclusive, capacitar e, principalmente, sensibilizar, porque para trabalhar com esse público tem que ter um olhar diferente, e a gente está nesse contexto.

Agora eu vou fazer a minha fala do CBCP... (*Risos.*)

Vou ver o tempinho que nos resta, né, Andrezza? E aí...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – É.

Como é que coloca aqui? É só apertar no meio? (*Pausa.*)

Bom, eu acho que é aqui.

Eu não estou sabendo usar... Achei.

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** (*Fora do microfone.*) – Você quer que eu vá apertando, Roseane?

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Quero.

Bom, quem somos? O CBCP é uma associação, uma instituição sem fins lucrativos que representa, com orgulho, entidades que formam atletas com deficiência em todo o país, tais como clubes, associações e organizações dedicadas ao paradesporto. Nascemos em 2020. O CBCP atua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para dar autonomia a quem está na base do esporte paralímpico, corrigindo desigualdades no Sistema Nacional do Esporte. A gente tem toda essa sensibilidade, já foi falado aqui das dificuldades que a gente precisa enfrentar.

Com o apoio da Lei 13.756, de 2018, que nos proporciona ter recursos, nós temos como foco fortalecer quem faz a diferença no dia a dia, que são as entidades de prática paradesportiva, lá na ponta.

Próximo, Andrezza.

De nossa missão, visão e valores, eu não vou falar; depois vocês visitam lá o *site* e conhecem a gente melhor.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Nosso Presidente e o nosso Vice-Presidente. O João Batista está aí na comunidade paradesportiva desde antes de mim, até, na década de 80. É uma pessoa que não tem deficiência, mas é esposo de uma pessoa com deficiência, também cadeirante, como eu. Ele foi o primeiro Presidente do CPB e também fundou a Confederação Brasileira de Vôlei Sentado e a Associação Brasileira de Futebol de Amputados. Então, três grandes entidades paradesportivas que têm feito a diferença aí na vida da gente.

E o nosso Vice-Presidente, o Sileno, é técnico em educação física e já foi técnico da equipe de basquete várias vezes. É um profissional que tem uma capacidade, um conhecimento de gestão incrível. Tem sido, assim, um grande diferencial na nossa gestão. É Doutor... Eu não sei nem qual é a área.

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** (*Fora do microfone.*) – É em Educação Física para pessoa com deficiência.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Em Educação Física para pessoa com deficiência.

Enfim, estamos aí com a direção maior nos dando o norte para o nosso trabalho.

O João não pôde estar presente hoje – inicialmente era ele quem viria –, mas a gente vai se esforçar aqui para trazer a mensagem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, nascemos em 2020. Foram 11 instituições de pessoas com deficiência, instituições que já têm, cada uma delas, no mínimo 20, 30 anos de existência, que se juntaram. E fundamos o CBCP e, no mesmo ano já, vou dizer assim, pegando carona naquela lei da época da pandemia, que trazia ações e recursos...

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Para a área do esporte.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – ... para a área do esporte, a gente conseguiu apresentar uma emenda, e este Congresso já nos absorveu, nos reconheceu, fazendo parte do Sistema Nacional do Desporto. Isso para a gente é um grande ganho.

Em 2021, a gente trabalhou aqui no Congresso articulando para que a gente conseguisse fazer parte também da Lei das Loterias, que traz recursos para gente conseguir realmente, de fato, funcionar.

A gente conseguiu em dezembro de 2022, de fato, receber esses recursos – aliás, em 2021 –; em 2022, em janeiro, começamos a receber...

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** (*Fora do microfone*.) – Fevereiro.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Em fevereiro. E, de fato, começamos...

Pega o seu microfone, Andrezza, por favor, e vem assim trocando figurinha e complementando o raciocínio.

Em 2022, nós começamos a nossa atuação. Esse primeiro ano foi o ano de estruturar a equipe. A gente não tinha nada, nada, nada, sede, nada. Então, começamos a estruturar uma equipe e fizemos algumas ações pontuais: o basquete em cadeiras de rodas foi para o mundial com o nosso apoio; o futebol de nanismo foi também para o mundial com o nosso apoio; fizemos competições locais – locais que eu digo são campeonatos nacionais –; também de basquete em cadeira de rodas...

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** (*Fora do microfone*.) – Futebol de amputados.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Futebol de amputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pega esse microfone.

Enfim, foram ações pontuais para gente começar a estruturar o nosso trabalho.

Também conseguimos fazer parte da portaria que define, regulamenta a distribuição dos recursos e como a gente vai atuar aí com os recursos das loterias.

Em 2022, ainda iniciamos também um diagnóstico sobre essas instituições de pessoas com deficiência que são o nosso alvo, nosso público-alvo. Fizemos um credenciamento voluntário e ouvimos mais de 120 instituições; ali, tiramos o norte de qual seria a nossa atuação.

Nosso principal diagnóstico, Senadora, foi a dificuldade dessas instituições de gestão. Havia dificuldade de gestão organizacional. Muitas ainda tinham estatuto fundamentado no antigo Código Civil e documentalmente eram superfragilizadas, não tinham nenhum conhecimento sobre o Sistema Nacional do Esporte, sobre a Lei de Incentivo, sobre a certificação.

Então, com esse diagnóstico em mãos, nós lançamos a nossa primeira grande ação, que eu digo que foi o marco inicial: "CBCP em Ação".

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Por meio desse projeto, nós visitamos 14 estados, mas conseguimos trazer os 27 estados para uma discussão – foram as cinco regiões; de cada estado, a gente trazia dois, três . Aí levamos informação sobre gestão e captação de recursos, falamos de emendas, sobre a Lei de Incentivo e da importância de ter certificação e, claro, também mostramos uma oportunidade de se filiar ao CBCP. Ao longo desse trabalho, no início de 2022, tínhamos 11 instituições fundadoras filiadas e, ao final do ano, tínhamos 120. Então, crescemos bastante, e aí a gente já tinha um público direcionado para iniciar o nosso trabalho com muita vontade.

Também, em 2022, lançamos o nosso primeiro edital para as nossas 11 entidades filiadas, que disponibilizava para as instituições participação em competições, passagens e hospedagens, materiais e equipamentos. Depois, eu vou passar um eslaide, que traz algumas coisas que nós fizemos nesse primeiro edital. Finalizamos a execução dele em 2023. Em 2024, nós – ajude-me aqui, Andrezza – lançamos já o Edital nº 002.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Você quer passar para ela?

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** (*Fora do microfone*.) – Você quer que eu fale?

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Quero.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu só vou aproveitar para dizer que já passaram os dez minutos, e eu vou dar mais cinco.

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – Eu acho que é o necessário.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Beleza!

Obrigada, Roseane. Depois, eu agradeço a todos.

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** (Para expor.) – Então, pessoal, vamos dar uma corrida aqui para tentar acabar a apresentação no tempo que foi concedido.

Eu acho que o importante desse eslaide é entender que nós temos cinco anos de existência; desses cinco anos, apenas três anos recebendo recurso lotérico.

O CBCP nasceu justamente de uma fragilidade que foi diagnosticada de associações e clubes que desenvolvem o esporte para a pessoa com deficiência e aos quais não chegava recurso. Antigamente, tinha o CBC, que, pela Lei 13.756, tinha que destinar 15% para as entidades que desenvolvem o paradesporto e o paralímpico, sendo que ele tinha uma dificuldade, e foi essa dificuldade que a gente sentiu no "CBCP em Ação". E eu digo isso porque eu trabalhei no CBC, tive a oportunidade de trabalhar também na área jurídica lá e, depois, fui para o CBCP. São realidades, gente, assim, gritantes. A gente pega um clube olímpico que tem uma estrutura e uma gestão muito mais eficientes do que as de uma entidade paralímpica, que não sabe nem que o presidente tem que ter poder alternativo de quatro em quatro anos.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Isso.

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – Eu fiquei, assim, assustada. Eu fiquei: "Meu Deus, como a gente vai cuidar dessas entidades para começar?". Por esse recurso ser um recurso público, a gente tem que ter zelo e o dever de cautela. A gente não pode pegar um recurso e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

passar para um terceiro que não sabe geri-lo. Então, assim, além de ter a certificação, que é um ponto que tanto o ministério como o TCU nos fiscalizam e nos impõem, existe a capacidade técnica e operacional daquela entidade saber utilizar aquele recurso.

Então, a gente começou a fazer uma mentoria – a gente tem uma área de mentoria no CBCP – para ensiná-los a gerir esse recurso tanto em relação aos projetos que o CBCP publica em edital como também terem a oportunidade de ir para a Lei de Incentivo e conseguir recurso dela e também por emenda parlamentar. Então, foi nesse âmbito que a gente teve esse "CBCP em Ação", como Roseane bem falou.

Em seguida, a gente teve esse aumento exponencial de filiação e a gente começou a publicar editais.

Hoje, a gente tem 170 filiados, não é, Roseane?

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** (*Fora do microfone*.) – São 175.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – E começaram com 11!

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – Com 11.

A gente tem 175... Olhem o dado: de 175, apenas 20 têm certificação. Então, olhem como ainda tem várias entidades que ainda não conseguem preencher os requisitos da Portaria 115, do Ministério.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – E tem alguma expectativa, com relação ao CBCP, de tentar ajudar essas entidades que têm dificuldade com essa certificação?

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – Sim, a gente tem uma área de mentoria dentro do CBCP, em que, justamente, a gente pega essa entidade – pega pela mão mesmo, como eu falo –, pega o estatuto e ensina até como falar no cartório para registrar o estatuto, porque eles não conseguem nem saber que precisa de um registro do estatuto. A gente pega a documentação, verifica o que está faltando, dá todo esse apoio justamente para que eles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consigam entender que podem crescer, que podem ser um diferencial, tanto no ramo paralímpico e paradesportivo como também para a pessoa com deficiência. Então, a gente tem esse cuidado.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Andrezza, hoje temos 175 filiados, dos quais 55 são entidades certificadas; das 155, de 25 fomos nós que iniciamos todo o processo de certificação, através dessa mentoria.

Esse departamento de mentoria está se preparando agora para mentorá-los para a lei de incentivo e também para iniciá-los – a lei de incentivo é até em um segundo momento – na construção de projetos, com vistas a captar recursos de emendas ou de editais públicos e também da lei de incentivo.

Então, a gente está preparando uma mentoria sobre projetos e, principalmente, para os nossos projetos, porque, quando a gente lança edital, seguindo todas as regras que são bem definidas nos nossos editais, eles ainda têm dificuldade até para apresentar projetos para a gente mesmo.

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – Isso.

Paralelamente a essa linha de capacitação, que é uma linha que está no Plano de Aplicação de Recurso do CBCP, que foi aprovado em assembleia e no conselho de administração, a gente também tem linhas de apoio à participação de campeonatos, que são os nossos editais.

Eu acho, Roseane, que pode até passar um pouco

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Eu não estou conseguindo passar aqui. É aqui?

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – É.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Então, aí são o nosso número de filiadas por região.

Eu não consigo passar. Vocês vão passando aí? (*Pausa.*)

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – Obrigada.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Nós temos, como eu já falei, o número de filiadas mentoradas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo o nosso recurso, hoje, não é descentralizado, Senadora, porque a lei exige que, para a gente descentralizar, as instituições tenham certificação. Se nós temos 175 filiados e apenas 50 têm certificação, seria fazer mais do mesmo: só direcionar o recurso para quem tem mais condições. E a gente quer realmente auxiliar quem ainda não conseguiu acessar nenhum tipo de recurso.

Então, a gente definiu, no primeiro mandato e no segundo mandato, que a gente não vai descentralizar recurso. A principal causa é essa, sem falar que também, internamente, a gente vai precisar se estruturar para esse próximo passo e a gente ainda está nesse processo de estruturação interna.

(*Soa a campainha.*)

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Aí é o número de filiadas que têm a certificação, que foram mentoradas por nós.

Aí é como nossos filiados recebem recursos, que é através dos editais. Como a gente colocou, a gente não faz descentralização, faz sempre a entrega direta, através dos editais.

Pode passar. Pode passar.

Aí é o Edital nº 1, sobre o qual a Andrezza pode falar.

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – Então, o Edital nº 1 foi um edital para campeonatos, materiais e equipamentos. Nesse edital, a gente teve a oportunidade de adquirir uma quadra, porque eles não tinham nem quadra, então, a gente conseguiu adquirir essa quadra. Tudo a gente fazendo internamente para que o benefício chegasse para eles, já que a gente não poderia descentralizar, porque eles não tinham certificação. Então, foram adquiridos caiaques, remos, materiais esportivos, uniformes, como também foram adquiridos equipamentos para blocos de natação. Enfim, a gente conseguiu fazer esse edital misto.

Em seguida, a gente fez o Edital nº 2, que teve o apoio de 227 projetos. Aí já foi um edital que foi após o CBCP em Ação, então, teve uma gama muito maior. E, nesse edital, a gente tinha R$15 milhões, que eram destinados para as entidades, e foram utilizados R$12,6 milhões. Quais eram os benefícios? Eram passagens, hospedagens e translados. Por que o translado? Porque a gente tem esse cuidado, como Roseane bem falou, tem que ser um translado adaptado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diferenciado, que tenha um carrinho acoplado que leva a cadeira de rodas. Não é só a cadeira de rodas que ele utiliza no dia a dia, é a cadeira de rodas também do esporte. A gente sabe que basquete com cadeira de rodas, *rugby*, enfim, e paraciclismo têm uma cadeira de equipamento esportivo, como ele também tem uma cadeira de roda que é pessoal. Então, a gente tem que pensar nesse panorama como um todo, até para o atleta realmente ter o benefício completo, desde a entrada até a saída do campeonato, tendo todo o benefício do deslocamento.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – O Edital 2 foi em 2024, terminando aqui, em 2025, o ano de vigência, e foram beneficiados 1,8 mil atletas: atletas, apoiadores e atletas-guias, porque sempre uma grande parte precisa de cuidador, de acompanhante, então, foram 1,8 mil pessoas com passagens, hospedagens e translados. A gente compra passagem, há também a hospedagem com todo o cuidado de ser um quarto adaptado, um quarto acessível, enfim...

O Edital 3, agora em vigência.

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – Então, o Edital 3 foi publicado agora em junho e, em julho, a gente começou a receber os projetos. A gente já recebeu 116 projetos em menos de dois meses. Então, você vê que, assim, o aumento foi... Em dois meses, a gente já bateu um ano do Edital 2. Ele foi um edital que teve um valor maior, de R$20 milhões, sendo R$15 milhões para entidades filiadas e R$5 milhões para confederações, aquelas confederações paraolímpicas ou olímpicas que desenvolvem o paradesporto ou o paraolímpico.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – A gente tem todo esse cuidado, Senadora, de estar nessa interlocução e nessa parceria, porque quem desenvolve de fato a modalidade é a confederação. Então, a gente tem todo um acompanhamento junto com elas.

Hoje já temos assinados os termos de cooperação, de parcerias com 15 confederações, por modalidade. E, seguindo a Lei de Incentivo ao Esporte, também a nossa proposta é transformar o Edital 3 num edital perene, que dure para sempre, e já está no forno para o início do próximo ano os Editais 4 e 5. O Edital 4... Os Editais 4, 5 e 6, acredito. Um só para equipamentos e materiais esportivos; outro só para uniformes; e outro só para passagens e hospedagens, que é esse que vai ser perene.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar, agora, só alguns números das medalhas que o alto rendimento conquistou, só para confirmar que de fato o atleta é formado no clube. Das 279 medalhas que...

Pode passar isso aí.

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** – Pode passar dois eslaides, por favor.

É o próximo.

Obrigada.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Das 279 medalhas que conquistamos na Paralimpíadas, 120 foram de atletas que estão ligados a algum clube filiado a gente, o que representa 43% das medalhas. E, com certeza, ao fim desse ciclo paraolímpico, teremos aí uma maior confirmação de que os atletas são formados no clube. Sem demagogia nenhuma, a gente pode estender isso, muito mais, se a gente fizer a formação de atleta desde a iniciação escolar.

Então, para finalizar, mais uma vez, quero agradecer a oportunidade tanto de trazer essa contribuição para pensar na iniciação do esporte, também nessas peculiaridades para o esporte para a pessoa com deficiência, quanto a de apresentar o nosso trabalho desenvolvido nesses cinco anos.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Roseane e Andrezza.

Eu tenho uma pergunta que fizeram, da nossa assessoria, que eu acho interessante perguntar para vocês. É sobre essa questão de interlocução de clubes e escolas. Existe um fluxo para que os alunos com deficiência sejam encaminhados aos clubes paraolímpicos para praticar esportes? Em outro sentido, os clubes encaminham atletas jovens para as escolas, acompanham o rendimento desses paratletas nas escolas?

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Então, eu já fui dirigente de instituição, que é também filiada ao CBCP, que desenvolve o paradesporto, e a grande maioria traz uma condição: você pode ser atleta, de participação, de alto rendimento, desde que comprove que está também matriculado na escola e seguindo a sua vida enquanto cidadão. É uma condição na grande maioria dos clubes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é uma condição que a gente possa impor enquanto comitê, mas a gente tem conhecimento de que a maioria dos clubes fazem.

Agora, a gente está com um projeto no forno – inclusive é uma coisa que estou construindo –, para fazer uma interlocução não só com os secretários de estado e do município de esporte, como também com os secretários de estado e município da pessoa com deficiência, para trazer os clubes para perto. Por quê? Porque a gente quer fazer esse *link de* quem está na escola e que participou dos jogos escolares serem direcionados por algum clube, porque a gente sabe que a participação é superimportante, a inclusão acontece, mas ali vão nascer também grandes atletas de alto rendimento. Se a gente não direcionar para quem de fato vai se formar, ele pode se perder no meio do caminho. Então, a gente está nessa interlocução, desenhando uma atuação junto com o Fórum Nacional de Secretários de Esporte, com o Fórum dos Secretários Municipais, também ligando, trazendo esse *link* para as escolas e para os clubes.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Excelentes os esclarecimentos, Roseane e Andrezza.

Eu lembro que, à época, para tomar a decisão dos recursos para o CBCP – eu fui a Relatora, não tenho o menor problema de dizer –, existia um recurso muito represado, porque era um volume muito grande. Ficamos eu e a minha equipe, a consultoria, para tomar essa decisão sobre uma entidade jovem: se naquele momento o CBC não conseguia fazer a execução, será que esta conseguiria? Eu fiquei numa tremenda dúvida e deixei para que o Plenário... Eu me lembro disso até bem. Eu falei: "Não, não vou fazer nenhum tipo de movimento no sentido". Porque o Relator tem essa força de chegar, conversar, colocar a pulga atrás da orelha, e convencer os colegas: "Olhem, essa entidade não tem condições ainda, quem sabe...", mas não, eu deixei para os colegas decidirem, e foi ali, de alguma forma, autorizado pelos colegas.

Hoje, vendo o trabalho de vocês, eu penso, assim: "Que bom!", porque eu acho que, no processo legislativo, muitas vezes, o lado humano... E eu, com conhecimento do sistema, falei: "Será que vai conseguir?". E, aí, eu posso dizer – neste momento, depois do tempo passado e de todo o trabalho que vocês vêm concluindo –, eu não tenho o menor problema de olhar e de falar: "Poxa, que bom, que bom que eles insistiram, que bom que os colegas chancelaram, e que hoje o CBCP é uma realidade!". Não é? Quem ganha é a comunidade do paradesporto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu fico muito feliz de estar aqui, de alguma forma, sempre contribuindo, sempre vendo com os colegas as questões de orçamento, porque a gente fala de políticas, pessoal, mas o cobertor para o esporte... O cobertor, de um modo geral, tratando de orçamento, é minúsculo. E o esporte, nessa fatia, fica quase com um pedacinho ali daquele cobertor, quase nada, quase naquela parte da... Ai, gente, esqueci o nome.

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** – Do remendo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Só do remendo... É exatamente, é o remendo; não é foco central, nem nada.

E aí, eu quero parabenizar, depois de toda essa trajetória, pelo trabalho de todos vocês, o envolvimento do próprio Presidente, o João Batista, que à época, nos procurou no gabinete, e o Yoram está até aqui...

Eu gosto de fazer esses resgates, porque eu já estou no Senado há sete anos. Foram tantos trabalhos, tantas lutas em prol do esporte. Além desse, a lei geral, a lei de *bets*, enfim, a lei de incentivo. E em todos, procurando fazer o certo, porque eu acho que o mais importante que o esporte trouxe para minha vida, além dessa capacidade do diálogo, é o tal do *fair play*: jogar limpo, fazer o certo, porque eu não sou Senadora, eu estou Senadora, e tudo na vida é muito efêmero. E esse é o legado que eu quero sempre deixar para o setor esportivo, essa minha capacidade de diálogo, deixar as portas do meu gabinete, da minha assessoria abertas.

E neste momento, quero dizer a vocês, de forma muito humilde, assim, que bom. Parabéns pelo trabalho de vocês e pela luta de vocês! Foi naquele momento que a roda girou, a porta se abriu, e hoje a gente vê uma realidade aí dos clubes paraolímpicos, dando a sua contribuição de fato e demonstrando, não só a este Congresso, a esta Relatora, quão fundamental é o trabalho de vocês para os nossos paratletas, porque se hoje o Brasil é uma potência paraolímpica, certamente, como você falou, é o trabalho dos clubes ali, junto com as outras entidades do terceiro setor que desenvolvem junto com os nossos atletas e paratletas.

Obrigada, meninas, obrigada mesmo pela participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Rodrigo Del Rio Martins, que é Diretor Científico da Direção Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), que participará por videoconferência.

Seja bem-vindo, Sr. Rodrigo! (*Pausa.*)

Estão tentando entrar em comunicação com ele. Eu posso passar, então, para o Sr. William? (*Pausa.*)

Então, eu vou colocar na sequência aqui o senhor...

Ah, o Sr. Rodrigo.

Bom dia, Rodrigo! O áudio está desligado.

**O SR. RODRIGO LEMA DEL RIO MARTINS** (*Por videoconferência.*) – Agora está desligado?

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Não, está o.k.

**O SR. RODRIGO LEMA DEL RIO MARTINS** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Está o.k.? Tá. Peço desculpa aí pelo problema tecnológico.

Então, bom dia a todos e todas que nos acompanham, presencialmente e remotamente! Quero começar agradecendo, Senadora Leila, o convite à nossa entidade, ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. E, ao saudá-la, saúdo todos os demais colegas que participam.

É muito importante esta Casa de Leis, a partir da Comissão de Esporte e da iniciativa da Senadora, trazer para o debate um tema que é tão rico, caro, urgente e necessário para pensarmos, na sociedade brasileira. Então, a partir do CBCE, eu quero direcionar a minha participação, a minha contribuição aqui, a partir, primeiro, do lugar de onde eu falo, que é uma entidade científica que se dedica ao debate sobre esporte, saúde, educação, desde 1979. Hoje, inclusive, estamos aqui nesta semana, na USP, realizando o nosso congresso bianual, que é o congresso brasileiro e o congresso internacional de ciências do esporte. Então, é a partir dessa ótica que eu vou tentar contribuir com este debate, além disso, como alguém que estuda, sobretudo, a relação esporte e educação na universidade, no meu grupo de pesquisa, e também como alguém que foi professor de escola por 12 anos – então, professor de escola, no ensino médio, no ensino fundamental, na educação infantil – e alguém que também tinha a sua atuação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em sala de aula com os meus alunos, mas também um pé na prática esportiva, nos campeonatos escolares, como foi destacado aqui.

Eu quero, dialogando com a ementa que nos foi passada nesse convite, pensar essa relação do esporte, da escola, mas com ela permeada pela ideia de inclusão social. Então, o primeiro destaque que eu quero fazer aqui, Senadora e demais colegas, é o quanto precisamos ter uma clareza, uma diferenciação entre o que é educação física escolar e a prática esportiva dentro das escolas, com as escolas. A gente precisa pensar que a aula de educação física escolar, como um componente curricular obrigatório trazido pela LDB, não pode se confundir com uma prática de iniciação esportiva, porque se a gente fizer isso, a gente não está caminhando na direção da inclusão, ao contrário. O esporte é maravilhoso, ele é importante, ele é uma ferramenta de transformação social indiscutivelmente, mas, se for todo voltado, como alguns sinalizaram, à escola como um lugar inicial do sistema esportivo, uma espécie de celeiro de atletas, a gente vai estar causando (*Falha no áudio.*) ... A escola, inclusive, é muito importante para dar acesso ao esporte, sobretudo, em comunidades em que esses equipamentos não existem de maneira comunitária, acessível ao público. Mas, volto a repetir, a gente só não pode confundir a aula de educação física, até porque alguns tocaram na questão da formação, dizendo da complexidade que é a formação em Educação Física, e essa formação em Educação Física, pelo menos do ponto de vista da licenciatura, que é o pré-requisito para ser professor de escola, ele não nos prepara para ser treinadores. Então, a gente tem que ter esse certo cuidado, até porque muitas das nossas crianças, adolescentes e até mesmo os adultos que se encontram na EJA (Educação de Jovens e Adultos) querem ter a educação física para outras finalidades, e não necessariamente para prática esportiva.

Então, eu quero pontuar isso e dizer que isso nos coloca um outro enorme desafio, Senadora, qual seja, o de a gente ter nesses equipamentos condições (*Falha no áudio.*) ... dados do censo da educação básica do Inep – eu posso me remeter aos de 2023 – mostram que 40% das escolas têm alguma infraestrutura esportiva, e não se está medindo, inclusive, a qualidade delas. Um terço dos professores relatam que precisam adquirir e levar os seus próprios materiais esportivos para fazerem a aula de educação física acontecer. Então, nós temos que ter um cuidado até em pensar, assim, numa certa obrigatoriedade de que todas as escolas, todas as redes municipais de ensino tenham que participar de jogos escolares, mas tem uma coisa que precede:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais as condições que nós temos para tal? Eu não sou contra, volto a dizer, inclusive sou um professor que ficou por 12 anos na educação básica e que tinha essa premissa de fazer treinamento, de levar meus alunos para competições escolares e aquelas que não eram dos jogos de rede, aqueles jogos mais amplos que vão classificando para as etapas nacionais.

A questão é que muitas das vezes o professor não tem essa condição dentro do próprio colégio, então, tem uma questão que precede, que tem a ver com formação, com remuneração, com condições de trabalho, até porque a carga de trabalho dos professores de escola, como aula de educação física, nem sempre o permite, inclusive, treinar equipes escolares para participar de competições. Então, acho que a gente ainda tem um passo anterior para pensar de que maneira é possível fazer isso.

A conciliação entre o atleta e o aluno, e aí nós temos no Plenário um professor da UnB, o colega Felipe da UnB, que tem até uma *expertise* mais aprofundada sobre a relação da dupla carreira, que é uma vertente dessa relação com o esporte. Agora, existem outras vertentes que envolvem, que impactam os alunos, as crianças, os adolescentes que estão na escola, que é o acesso básico a poder ter práticas esportivas dentro das suas aulas de educação física.

Então, veja, esse acesso ao esporte, que é um direito social inegável, a gente ainda não chegou a conquistá-lo plenamente. Eu acho que é necessário, se for pensar em alguma legislação ou em algum tipo de verba carimbada, que minimamente a gente tivesse estrutura e material para tal, antes mesmo de querer exigir que todos os professores necessariamente levem os seus alunos para participar de jogos escolares. Porque, em que condições? Eu mesmo trabalhei em muitas escolas que tinham alguma quadra e eu posso afirmar, em 90% delas não tinham tabela de basquete. Então, por exemplo, uma modalidade que é hipertradicional e que historicamente, no Brasil, inclusive, sempre teve uma grande repercussão no cenário internacional no basquete, a gente não tinha a menor condição de ofertar a esses alunos.

Em que horário e que momento da jornada de trabalho o professor pode se dedicar a essa finalidade? Entendendo que a gente não pode confundir educação física com iniciação esportiva, se a gente quer, de fato, pensar em inclusão social. E aí não dá para fazer isso também dissociado do terceiro setor ou pensar nos institutos, nas instituições que se dedicam a projetos sociais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caráter esportivo, que esses, sim, podem inclusive se apropriar e aproveitar a estrutura da escola, caso a gente tenha.

Na era dos megaeventos esportivos, em que teve um fortíssimo investimento no esporte de alto rendimento, mas nas escolas que continuaram, que seriam, para muitos, a base, a gente não teve investimento. Então, eu acho que a gente poderia e deveria pensar numa condição de trabalho para esse professor para que ele de fato dê primeiro o básico, que é o acesso às aulas de educação física, e, depois, inclusive, poder potencializar a estrutura da escola para o acesso comunitário ao esporte, mesmo para que aqueles que são alunos da escola tenham no seu contraturno, pensando na escola de tempo parcial ou na de tempo integral, para que ele possa, aí, sim, ter a prática esportiva como um elemento de aprofundamento do seu interesse, seja focalizando no esporte de alto rendimento, se tornar atleta, ou mesmo para uma participação mais de socialização, de integração, assumindo o esporte nessa outra vertente de participação. Eu estou falando isso pensando na inclusão social, que é a temática desse nosso painel. Entende? Então, eu pelo menos penso assim.

A gente vai precisar pensar também a formação. Eu acho que retomar a Rede Cedes era um mecanismo muito importante, inclusive para a produção de pesquisas que vão acompanhando essas políticas, programas e projetos esportivos na interface com a escola, na interface com a saúde e na interface até mesmo com a assistência social, a formação de professores e, também, a formação daqueles que querem se dedicar como treinadores esportivos, porque são questões bem distintas.

A gente não pode confundir essa relação, inclusive, para pensar que esse professor da escola é um professor, não é um treinador. Inclusive por isso a gente tem empreendido uma luta muito grande no Parlamento nesse estudo, que é a dispensa do registro de Cref para esse professor da escola, porque ele não é um treinador esportivo. As aulas de educação física pela BNCC, que é o currículo oficial, e pela própria LDB direcionam para uma outra vertente, sem negar o acesso ao esporte. As nossas escolas precisam ser um local para a prática esportiva também comunitária e também para o aluno da escola. Agora, eu preciso ter carga horária e remuneração para eu fazer também essa tarefa, que é uma coisa que a gente ainda não resolveu muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a partir do CBCE, desse histórico que a gente tem da produção de pesquisa, de estudo sobre a relação esporte e escola, é essa contribuição que eu trago aqui para este painel, agradecendo mais uma vez o convite.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Prof. Rodrigo. Inclusive, eu gostaria de pedir se o senhor poderia encaminhar esses estudos aqui para a nossa Secretaria da Comissão. Vai ser muito importante a gente ver esse aprofundamento desta relação da atividade física, da educação física com relação aos espaços de educação, nas escolas, já concordando com você.

Eu sou de uma geração privilegiada, eu não experimentei o esporte num projeto social, realmente eu experimentei o esporte na escola pública. Eu tenho 53 anos e eu acho que essa relação até se deteriorou. A impressão que me dá é que houve um distanciamento da escola com relação à educação física. Essa é a minha impressão, porque eu vejo muito claro nas audiências de que eu hoje participo, conversando tanto com a educação como também com os profissionais do esporte, da educação física, a gente percebe claramente que houve, a partir dos anos, sei lá, 80, 90, parece que um distanciamento da educação física com a escola de um modo geral. Essa é a minha impressão!

Mas, enfim, concordo plenamente quando o senhor coloca que nós temos que, quando a gente fala de escola, partir do básico. É isso aí, é o acesso à educação física, à prática de atividade física, pensando no esporte como inclusão, o experimentar da criança, já muito jovem ali, naquele espaço, naquele equipamento, apenas experimentar. Eu concordo plenamente, esse é o nosso intuito, depois a gente vê o restante de todo esse sistema, mas esse acesso ainda está precário. Existe uma dificuldade, que para mim é clara, além de gestão, de relação. E a gente tem que quebrar essas barreiras para voltar novamente a dar essa condição de experimentar a educação física da forma como ela deve ser na escola a todos, independentemente de classe social, de região, a todos!

Obrigada, Prof. Rodrigo Del Rio Martins.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. William Fernando de Oliveira, que é o Diretor-Executivo da Rede Esporte pela Mudança Social (Rems), que também faz um belíssimo trabalho e representa o terceiro setor, que faz muitas vezes o trabalho que o Estado, por causa do cobertor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que é pequeno... São esses caras – falando bem no popular – que oportunizam, nas áreas mais vulneráveis deste país, para aqueles jovenzinhos que de fato não têm isso na escola e nos seus municípios, esse acesso das crianças ao esporte e à atividade física. É isso.

Obrigada.

Dr. William, Prof. William, seja bem-vindo!

**O SR. WILLIAM FERNANDO BOUDAKIAN DE OLIVEIRA** (*Por videoconferência.*) – ... professor, Senadora...

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – William, seja bem-vindo, seja bem-vindo! (*Risos.*)

**O SR. WILLIAM FERNANDO BOUDAKIAN DE OLIVEIRA** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senadora Leila.

Falo aqui do Rio Grande do Sul. É uma honra estar aqui representando a Rems (Rede Esporte pela Mudança Social). E, Senadora, é sempre uma alegria poder colaborar com o nosso ponto de vista.

E adorei agora a fala do Prof. Rodrigo, pois eu acho que ela conversa muito com o que a gente representa.

E a Senadora já introduziu um pouco o que é a Rems. A gente representa organizações que atuam exatamente nesses vazios das políticas públicas, esse é o lugar que a gente ocupa enquanto terceiro setor. A gente ocupa as periferias, a gente ocupa os interiores, a gente ocupa os becos, as vielas deste país. Somos uma organização que reúne centenas de lideranças comunitárias, pessoas apaixonadas pelo esporte, pelo seu efeito, por tudo aquilo que a gente tem já de evidência científica ou de experiência empírica mesmo de que a cultura do movimento nos provoca. Então, é uma honra a gente estar aqui.

A gente tem um dado recente publicado do relatório PIB do Esporte de que para cada R$1 investido a gente tem R$12,83 de retorno, quando a gente pega esse indicador econômico. E a gente também tinha uma pesquisa da GV que trazia para a gente, já de alguns anos atrás, que para cada R$1 investido nós tínhamos R$8,59 de retorno. Essa pesquisa da GV olhava muito para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

este diálogo do efeito da atividade física esportiva quando a gente está olhando para a saúde, para a assistência social, para a educação. E o PIB do Esporte amplia para toda essa cadeia, a gente está falando de geração de trabalho, de renda, de eventos, então, ele transcende.

A gente está falando do esporte também como direito, como um direito que está previsto, e tem um arcabouço jurídico estruturado na Lei Geral do Esporte, que tem seus desafios, mas que tem um gargalo quando a gente olha as esferas municipais. Por quê? Porque é no município onde a vida acontece. Eu lidero organização da sociedade civil que atua com esporte já há mais de 20 anos, a Rems também, nesse grande coletivo, tem 18 anos, e a gente está, o tempo todo, enquanto terceiro setor, dialogando nesses espaços de que o Rodrigo falou, né? Que escola pública é essa que não tem estrutura? Que quadra municipal é essa que está ali degradada? – ou mesmo um quintal muitas vezes de uma associação, que é um espaço. E são nesses espaços que a gente insere programas, projetos e atende toda uma população.

Eu queria reforçar aqui alguns pontos, dividindo assim em uma dimensão que eu chamo de ética e política, uma de (*Falha no áudio.*) ... e outra de técnica operacional.

Então, do ponto de vista de uma dimensão ética e política, nós, enquanto organização da sociedade civil, pensamos assim: esse esporte é para quem? – olhando para essa vulnerabilidade da criança, do adolescente e, especificamente do tema da mesa, da juventude. Qual é o contexto que esses jovens estão hoje enfrentando no Brasil? Então, a gente tem que colocar, nessa agenda, a questão da crise climática, a gente precisa colocar nessa agenda a questão de uma alteração brusca do ambiente onde a vida acontece, né? O Brasil tem enfrentado catástrofes, seja no Norte, seja no Nordeste, seja no Sul, seja no Sudeste, que vêm surpreendendo governos e afetando as infraestruturas.

A gente também tem, dentro desse olhar de dimensão ética e política: quem é esse jovem que está vivendo os resultados da desigualdade social, os resultados de processos muitas vezes de violência, de uma construção e de uma visão de mundo centrada num consumo exacerbado? Esse jovem está lidando com tudo isso. E a gente tem, enfim, já declarado pela ONU que mais de 1 bilhão de habitantes no planeta vêm enfrentando crise de saúde mental. Então, quando a gente olha o jovem que está vivendo nesse contexto, a gente reconhece o fenômeno cultural que nós humanidade inventamos chamado esporte já com inúmeras evidências de potencial suporte,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acolhimento, como uma maneira de gerar autoexpressão, inclusão, justamente numa juventude que está recebendo de nós adultos um planeta completamente sem estrutura, numa visão mais macro.

Então, quando olhamos do ponto de vista teórico e metodológico, o que nós temos para nos guiar e apoiar os nossos processos aqui? No nosso país, nós inventamos, para auxiliar a organização e o ordenamento, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, temos a LOA. A gente tem um processo para estruturar, desde a União, o estado e o município, as políticas públicas. E a gente minimamente – minimamente – precisa definir plano, ou seja, é diretriz, objetivo, meta e resultado.

Então, eu vejo como um grande gargalo nosso é que... Tudo bem, a gente tem a Lei Geral do Esporte, que nos traz essa provocação, mas ela precisa, assim, escalonar para baixo. Já foi falado aqui: tem uma confusão de divisão de papéis ali, a gente compreende. Mas a gente tem uma necessidade de que, quando a gente vai lá, onde a vida acontece, que é no município, há problemas básicos de processos, que um secretário de esporte ou mesmo um diretor de esporte ligado a alguma secretaria, por não conhecer minimamente os ritos de desenvolvimento da política pública.

Então, a gente precisa, de um lado, alinhar a visão de mundo de que esporte é esse de que estamos falando. E, para alinhar essa visão do ponto de vista ético e político, eu tenho que reconhecer e racializar o meu diagnóstico, territorializar o meu diagnóstico e observar os aspectos que envolvem diversidade, gênero. Então, eu preciso entender: quem é essa população, quem é esse jovem, para a gente entender que vulnerabilidades são essas a que essa juventude está exposta. Então, quando eu consigo cruzar uma dimensão ética e política olhando quem é esse jovem, do ponto de vista de observar os processos e métodos que nós já inventamos, a gente tem um potencial, e aí eu vou para a terceira dimensão, técnica, operacional, ou seja, de entregar algo real que precisa fazer uma escuta desse território, que precisa fazer uma escuta dessa juventude.

E, aí, entra um problema na hora de a gente operar política. A gente precisa de mais espaços como esse, Senadora, só que em outras esferas. A gente precisa implementar conselhos municipais de esporte, conselhos estaduais, que em alguns estados vêm funcionando, para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente criar e, para além desses conselhos, complementando, fóruns nos quais possam sentar-se aqueles que representam tanto as ONGs, quanto o Governo, quanto federação, quanto confederação, e a gente possa pensar junto o que cada um realiza para construir, de fato, um esporte que promova essa inclusão dessa nossa juventude. Então, eu vejo esse como um grande desafio que nós temos para que, de fato, a gente consiga, juntos, construir esse caminho.

E, obviamente, a gente não tem conferências, o que também seria um outro instrumento para a gente possibilitar um levantamento de como que estão as políticas públicas e a gente trazer as entidades e organismos para fortalecer esse diálogo; sem diálogo é impossível a gente construir. Então, esses são os pontos que eu gostaria de destacar. (*Falha no áudio.*)

A Mariana Dantas falou muito do recurso da educação, mas eu queria defender que a gente pudesse ter de fato... Quando a gente olha, lá no começo da minha fala, o PIB do Esporte, o retorno que os estudos da GV trazem do esporte, ou seja, o esporte precisa de um orçamento, porque o impacto que ele gera na redução de despesas, quando a gente está falando em saúde, em assistência social, quando a gente está falando em educação, é muito significativo. Então, eu acho que não dá para fazer um puxadinho para o esporte em outras políticas. Eu acredito que em nosso país, o esporte, as atividades físicas esportivas e, dado o momento em que a gente construiu a Lei Geral do Esporte, a gente precisa ter um orçamento específico.

E, como foi bem lembrado pelo Prof. Rodrigo, termos muita clareza de qual é o papel da educação física e qual é o papel desse fenômeno esportivo chamado esporte, porque o fenômeno esporte vai agregar na educação física, mas a vivência cultural de prática, de fim em si mesmo, inclusive, do próprio esporte, precisa ser considerada e tudo o que a gente tem, olhando no esporte educacional, associado como conteúdos, trazendo temas, trazendo a inclusão, trazendo uma série de abordagens que permitem esse jovem, naquele tempo e naquela experiência, ressignificar muitas vezes a sua vida, aprender sobre si mesmo, aprender para além da competência e da habilidade motora, física, técnica e tática, aprender sobre a vida real, aprender competências que transcendem aquele momento e impulsionam esse jovem a construir seu projeto e seu plano de vida.

Obrigado pelo tempo e pela oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – William, é sempre um prazer contar com o seu apoio, com a sua participação e com a sua fala, você que representa tão bem a Rems e o terceiro setor.

Sempre deixo claro para todo mundo o meu respeito ao trabalho daqueles que desenvolvem essa relação com o público mais vulnerável, que oportunizam mesmo esse experimentar além da escola e os projetos sociais que envolvem o terceiro setor.

Nós estamos aqui procurando a última Conferência Nacional do Esporte, porque você levantou aí uma pulguinha atrás da minha orelha, porque eu já participei, do ano passado para cá, da Conferência Nacional da Educação, da Conferência Nacional de Cultura, da conferência nacional da mulher... Estão acontecendo agora as locais, as municipais e as estaduais. Certamente, em breve, nós teremos a nacional. E a do esporte, gente? Você sabe, William?

Segundo a consultoria aqui, foi em 2010, gente. Estamos aqui para fazer essa provocação, porque, sem conferências e sem a gente debater o esporte, desde a base, nas conferências municipais e estaduais, para chegarmos à nacional, realmente fica difícil a gente ter um diagnóstico preciso da realidade daqueles que fazem essa política de alguma forma chegar à população.

Então, eu vou fazer realmente esta provocação ao Governo Federal, ao Ministério do Esporte: onde estão as nossas conferências? Cadê a Conferência Nacional do Esporte? Este debate é tão necessário: trazer a educação, trazer os clubes, trazer as confederações, trazer os projetos do terceiro setor, enfim, trazer todos aqueles que, de fato, fazem parte do sistema.

Obrigada pela sua participação, William.

Nós já estamos encerrando, já passou do meio-dia aqui. Eu queria dar, para os nossos expositores, dois minutos de fala para finalizarem o pensamento, enfim, a participação deles.

Eu vou passar a palavra para Mariana Gois – não sei se ela ainda está *online* – por dois minutinhos.

**A SRA. MARIANA DANTAS MENDONÇA GOIS** (*Por videoconferência.*) – Estou aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Por favor, Secretária, dois minutinhos.

Obrigada demais pela sua participação, pelas suas contribuições.

**A SRA. MARIANA DANTAS MENDONÇA GOIS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Estou aqui. Obrigada, gente.

Quero parabenizar também o Prof. William pelo trabalho que realiza. Como ele citou a questão sobre a qual eu falei, do orçamento na secretaria de educação... Foi pelo simples motivo de que, infelizmente, nós ainda não temos todos os municípios brasileiros com secretarias municipais de esporte. Então, se a gente fosse alocar esse recurso para as secretarias municipais de esporte, por exemplo, a gente ia demorar ainda mais do que nós já estamos demorando. E, como ninguém em sã consciência neste país vai acabar com as secretarias de educação, a exemplo do que fizeram com as secretarias de esportes, que já foram ministério, deixaram de ser ministério... Com essa mudança de terem deixado de ser Ministério do Esporte para serem uma secretaria especial, aconteceu um efeito cascata nos estados e municípios, onde muitas secretarias estaduais também deixaram de ser secretarias para serem um departamento na secretaria de educação ou em outras secretarias. Os municípios, por sua vez, muitos deles têm uma diretoria de esporte dentro de uma secretaria de esporte, lazer, cultura, turismo, trabalho, etc. e tal. Então, quando eu trago a minha fala sobre ter um recurso obrigatório na secretaria de educação é justamente para que a gente tenha mais segurança de o recurso, de fato, chegar a quem de direito, já que nós estamos falando do mesmo público, porque o nosso público infantil, o nosso público jovem, o nosso público das crianças está na escola, obrigatoriamente essas crianças têm que estar na escola. Nada impede que seja feita uma parceria com as secretarias de esporte, que de fato têm o *know-how* técnico para executar, a exemplo do que nós estamos fazendo em Sergipe. A gente tem um termo de cooperação com a secretaria de educação, em que eles transferem o orçamento da secretaria de educação para a secretaria de esporte, para que a gente execute os jogos escolares estaduais. Então, isso é feito a muitas mãos. A gente pega a força da secretaria de educação, o orçamento e coloca todo o nosso *know-how* técnico para que a gente possa realmente fazer chegar. Os nossos jogos escolares estavam praticamente falidos e, quando a gente fez esse modelo de cooperação técnica – ave-maria –, a gente pulou para atender todos os 75 municípios do nosso estado. Hoje todos eles participam dos nossos jogos escolares, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

demos um salto para o dobro de participantes e de participações também, em diversas modalidades.

Então, foi essa a minha fala da defesa do recurso para esse aspecto e para a educação, para que a gente tenha mais segurança dentro do esporte.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Isso é perfeito, Mariana. Na verdade, quando estive como Secretária de Esporte aqui, eu estava inserida na secretaria de turismo. Então, parabéns a você por ter essa capacidade de diálogo com a secretaria de esporte, porque é fundamental. Se o detentor da pasta do esporte – que seja um braço, seja da secretaria de educação – tem essa capacidade de diálogo com o secretário, as coisas fluem, o que muitas vezes a gente não encontra em vários municípios. Então, realmente a gente vai ter que repensar essa questão, essa sua sugestão sobre percentuais, enfim, a gente vai ter que fazer realmente um debate aqui, para essa garantia de termos esse acesso à atividade física nas escolas, a garantia desse pequeno percentual, quem sabe, junto às secretarias de educação municipais, estaduais, para que os jovens e principalmente as crianças tenham acesso à prática esportiva.

Eu vou passar a palavra agora para o Sr. Fernando Vanin, que é o Secretário de Esporte e Lazer de Campinas.

**O SR. FERNANDO VANIN** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Primeiro, obrigado pela oportunidade de estar aqui com todos vocês. Eu acho que é uma contribuição enorme essa discussão. A Absmel está à disposição para fazer novas discussões.

Eu acho que, diante de tudo que foi falado, a gente tem que pensar, sim, esporte tem ferramenta, mas a gente tem que pensar que ela é o objetivo final também. Eu acho que é isso que a gente sempre tem que colocar em mente, a gente também tem que colocar essa discussão e essa briga não só no orçamento municipal, mas em todos.

Só para terminar, pontuar um pouco a fala: acho que a Mariana falou bem desse efeito cascata. E, nesse efeito cascata, em que a gente não coloca como objetivo principal o esporte, mas só a ferramenta, é por isso que a gente, ao se tornar ferramenta, fica na simbiose de outras secretarias, quero colocar também a importância de ter capacitações dos nossos gestores. A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sabe que o esporte, às vezes, a pasta de esporte passa por negociações, algumas vezes, político-partidária, lá depois de todas as negociações na saúde, na educação, no serviço público e na segurança. Vão praticamente gestores que não têm nem experiência, muitas vezes nem vontade, e, aí, quem sofre são as crianças e o esporte como um todo. Então, é ter um olhar um pouco mais especial até mesmo para os gestores que estão nessas pastas, para que possam fazer frente a essa importância que a gente tem que levar.

Por fim, parabéns a todos. Parabéns, Leila. Eu acho que o seu trabalho é incrível, não só no esporte, dentro da quadra, mas fora, em que está ganhando muitos ouros.

Agradeço.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu é que agradeço, Secretário Vanin.

Inclusive, você falou certo, infelizmente, mas é uma grande realidade: a pasta do esporte é vista como moeda de troca política. E não tem o menor problema – o menor problema – de falar isso para todos que estão nos ouvindo. A gente se preocupa... Quando se fala de secretário de educação, há um especialista na pasta; em saúde, geralmente está ali também um especialista... No esporte, é o que sobrou: "Ah, no esporte, vamos lá colocar ali...". Enfim, é a conveniência política, que muitas vezes não entende sobre a questão de elaboração de qualquer política esportiva. Tendem sempre a atender aos apelos políticos de quem está à frente de governo, à frente de outras pastas. Isso é uma realidade que a gente tem que enfrentar também, com muita maturidade. Isso é uma realidade. Como eu falei, a secretaria de esporte é sempre braço do turismo, braço do trabalho, braço da educação, mas não é tratada com o devido respeito. Eu concordo plenamente com você.

Obrigada pelo apoio e pela participação, Secretário Vanin e Secretária Mariana.

Vou passar a palavra agora para o Tharcísio da Silva, que é Conselheiro do nosso Confef.

**O SR. THARCÍSIO ANCHIETA DA SILVA** (Para expor.) – Senadora Leila, colegas, quero agradecer, mais uma vez, por esta audiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta conversa é muito importante. A gente consegue tirar daqui coisas que são bem interessantes e que podem ser discutidas e levadas à frente. A Senadora, com uma coragem enorme... É interessante ficar aqui ao lado da Senadora Leila, porque ela vai comentando algumas questões...

E é isso, Senadora. Por vezes, acontecem situações, nessa nossa lógica de discussão sobre o esporte, que fogem ao nosso controle, mas a gente tem que se fortalecer.

E digo que, mais uma vez, o Sistema Confef/CREFs está à disposição para fortalecer a todo processo esportivo, a todos os profissionais que atuam no âmbito do esporte. Acho que a gente precisa muito estar junto, a gente precisa estar junto dos órgãos, das entidades que fazem o esporte no Brasil, dos órgãos que fazem o esporte como uma ferramenta de inclusão social, das entidades que dirigem o esporte e do poder público. Então, a gente se coloca sempre à disposição, com as nossas possibilidades, com as nossa reflexões. A Senadora sabe que a gente sempre está aqui, e a gente sempre vai estar, para fortalecer o que a gente entende como um ideal.

A gente acredita muito no poder do esporte, no poder da educação física, o esporte como uma ferramenta da educação física escolar, como foi aqui colocado. Não é missão da escola formar atletas, mas é uma possibilidade enorme de que, lá dentro da nossa educação física escolar, a gente consiga fazer com que as pessoas, as crianças tenham essa literacia física, tenham essa base e tenham uma experimentação. Ali é que gera a vontade de conhecer, de fato, o vôlei e, depois, de ir participar dos Jogos Olímpicos.

Obrigado pela participação.

E nós estamos sempre à disposição.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Tharcísio, mais uma vez agradecendo a participação do Confef aqui. Toda vez que é convocado, é sempre um grande parceiro nas nossas audiências.

Vou passar a palavra agora para a Roseane Estrela, que é a Diretora de Relações Institucionais do Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos (CBCP).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. ROSEANE ESTRELA** (Para expor.) – Senadora, para além daquilo que eu já coloquei, pensando na questão do contato com a educação física nas escolas, no despertar para a prática esportiva nas escolas, na dificuldade que ainda hoje se encontra, se enfrenta, também bem pontuado por alguns, há a questão do espaço físico que não existe nas escolas nem para o desenvolvimento da prática desportiva, da educação física, mas ele acessível, ele adaptado... Isso é um grande desafio, para além de tê-lo, ter também possibilidade de acesso para quem tem alguma deficiência. A capacitação dos professores, a qualificação dos professores educadores físicos nas escolas, e o despertar para quem vai atuar na área do paradesporto, tudo isso é um conjunto de dificuldades que se tem que pontuar quando se pensa nesse público específico.

Trago aí também, ainda nesse âmbito, a questão de que muitas pessoas adquirem deficiência ao longo da vida e passam por um processo de reabilitação e, nesse processo de reabilitação, se descobrem atletas. E a gente tem muitos aí dos que foram medalhados nas Paralimpíadas nessas condições. Hoje a gente tem um trabalho desenvolvido pela Secretaria Nacional do Paradesporto, e eu deixo registrada uma fala que não é minha, que é do próprio CBCP, de que tem sido desenvolvido um trabalho muito bom através do Secretário Fábio Augusto, inclusive, numa interlocução com o Ministério da Saúde, trazendo para a rede de reabilitação no âmbito do SUS a obrigação de ter um educador físico na equipe de reabilitação. E isso vai direcionar, com certeza, mais ainda a iniciação na prática esportiva de quem adquire a deficiência ao longo da vida. Então, acho que isso tem que ser bem pontuado também, para que os centros de reabilitação também tragam essa perspectiva de ter um espaço de desenvolvimento da prática esportiva como uma terapia. Eu também passei por isso, saí da fisioterapia para a natação, porque não aguentava mais ginásio de fisioterapia e me descobri atleta nesse sentido. Então, é isso que a gente tem que pontuar.

Para finalizar, eu vou deixar que a Andrezza finalize a fala do CBCP, já que eu já usei meus dois minutos; senão, falo demais como sempre.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Roseane. Mais uma vez, grata aí pela sua participação, grande parceira nossa aqui nas sessões, nas audiências da Comissão de Esporte do Senado Federal. E quero mandar também um grande abraço à turma do CBCP, que você tão bem representa aqui nesta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar a palavra agora para Andrezza Correia. Toda hora, eu a estava chamando de Larissa, gente, e falei: "Releve, porque eu ando dormindo pouco". Desculpe, Andrezza. Seja bem-vinda. Obrigada. (*Risos.*)

**A SRA. ANDREZZA CORREIA DA SILVEIRA** (Para expor.) – Este seminário é importante para a gente ver como o segmento esportivo abrange todas as áreas. A gente às vezes fica na televisão em casa e acha que é só no alto desempenho, e não. Ele vai do escolar ao *master* e pega pessoa com deficiência e pessoa sem deficiência. Então, é um segmento enorme a que quase ninguém dá a importância devida.

E eu estou aqui ao lado da Senadora, estou tendo essa oportunidade de sentar ao lado dela e vejo como ela quer abraçar a causa. Eu fiquei até... Quero até parabenizar pela propriedade de fala – está na moda esse negócio de falar assim –, até por você ser ex-atleta, mas por querer realmente fazer a melhoria do segmento esportivo.

Falando pelo CBCP, a gente já fez muito em pouco tempo. Eu falo até que o Sr. João está igual o plano do JK de cinquenta anos em cinco anos, mas a gente sabe que tem muito, muito a fazer. A gente sabe que tem que melhorar, tem que buscar o atleta na escola, também tem que fazer a capacitação do profissional de educação física. A gente já tem uma linha de aplicação para isso que a gente vai implementar. A gente tem principalmente essa questão de gestão das entidades. Como eu falei anteriormente, a gente sabe que é um ponto frágil que a gente está querendo melhorar. A gente já fez muito, mas a Diretoria, principalmente o Sr. João, como Presidente, que entende a causa e está há bastante tempo nesse segmento, está tentando aplicar políticas que melhorem realmente o esporte como um todo, mas, como o nosso segmento é o paraolímpico, é abraçar a pessoa com deficiência.

Ele fala de um exemplo que me chocou bastante. Ele fala que Gabrielzinho era um fardo para a família, e hoje ele é o sustento: só de medalhas, ele já conseguiu mais de R$900 mil. Então, é uma janela de oportunidades para aquela pessoa com deficiência que, às vezes, não tinha perspectiva nenhuma e agora consegue ser o sustento.

Acho que a luta do CBCP é justamente esta: ser uma janela de oportunidades e contribuir para o esporte paralímpico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada, Senadora, novamente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Somos nós que agradecemos, Andrezza, a sua participação e o apoio à Roseane. Grata às duas.

Vou passar a palavra agora para o Rodrigo del Rio Martins, que é o Diretor Científico da Direção Nacional do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), que está conosco...

Está presente?

**O SR. RODRIGO LEMA DEL RIO MARTINS** (*Por videoconferência*.) – Sim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não, Prof. Rodrigo.

**O SR. RODRIGO LEMA DEL RIO MARTINS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Eu quero encerrar agradecendo-lhe mais uma vez, Senadora.

Para mim, foi um prazer muito grande dividir este momento de reflexão com os demais colegas. Acho que é justamente a partir de múltiplos olhares que a gente consegue pensar a complexidade que é o esporte, sobretudo pela vertente da inclusão social.

Contem conosco. O Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte está a sua inteira disposição e de toda a Comissão de Esporte do Senado Federal, para colaborar nesse empreendimento que precisa ser, de fato, coletivo, contemplando todos esses olhares, esses pontos de vistas. Acho que a gente se soma com isso. Então, eu quero, em nome do CBCE, agradecer a oportunidade e registrar que a gente continua à disposição do seu mandato e de toda a Comissão de Esporte do Senado.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Somos nós que agradecemos, Professor. Você deu grandes contribuições aqui para o nosso debate. A intenção aqui nestas reuniões da Comissão é que a gente consiga, ao final, apresentar alguma proposição no sentido de, de fato, garantir o acesso à educação física, à atividade física, principalmente nesses ambientes, nas áreas mais vulneráveis e nesses espaços em que a gente sabe que pode ter, sim, essa promoção da atividade e o acesso a esses jovens, a todas as faixas etárias. Certamente, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa equipe da Comissão vai usar muito essa grande parceria com o corpo docente do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Muito obrigada.

Eu vou passar a palavra agora para o William de Oliveira, que é o Diretor Executivo da Rems.

Está conosco ainda, William?

Ele é um grande parceiro também e está sempre com a gente nas audiências, acompanhando as sessões.

É com você, William.

**O SR. WILLIAM FERNANDO BOUDAKIAN DE OLIVEIRA** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Maravilha.

Bom, nós da Rems, da Rede Esporte, agradecemos a oportunidade desse diálogo. É sempre uma alegria. E, realmente, como já foi dito, você traz uma qualidade muito grande para este debate.

Nós, enquanto rede, estamos nessa luta já há 18 anos. O nosso grande propósito é democratizar o acesso às atividades físicas e esportivas. Então, a inclusão social e a cidadania colam junto com o desenvolvimento humano, criando esses espaços de fortalecimento de vínculo, o que faz parte da realidade das organizações da Rems desde o norte até o sul. E assim a gente vem implementando programas, projetos... E é uma grande luta para essas organizações sobreviverem.

Captar recurso via lei de incentivo, que está aí, é uma coisa que a gente precisa olhar, Senadora. É que isso foi aprovado e precisa sair do Senado para ir para a Presidência da República. Então, a gente está um pouco de olho nisso e apreensivo. Por mais que a nossa pauta aqui seja a inclusão da juventude no esporte, a lei de incentivo é o principal instrumento de financiamento de política pública, olhando para o terceiro setor. Então, que possam ter uma atenção a essa saída do documento que foi aprovado aí no Senado para ir para a Presidência da República e ser sancionado. A informação que a gente tem é que ele ainda não saiu. Então, que a gente possa dar uma olhada nesse ponto, que para nós é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí a gente continua com a nossa mobilização social, que é o nosso papel – mobilização e sensibilização do poder público –, e que vocês também possam acessar e conhecer o trabalho da Rede Esporte pela Mudança Social, acessando rems.org.br.

Todas as organizações que estão aqui hoje podem se associar à Rems também. A Rems tem as portas abertas; sejam muito bem-vindos! A gente tem mapeado no Brasil mais de 800 mil ONGs que atuam com esporte e desenvolvimento humano. Então, a gente tem muito ainda para crescer.

E a agenda do esporte precisa de que todos nós continuemos aqui de mãos dadas para a gente conseguir, de fato, fazer esse direito acontecer na prática.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Perfeito, William. Eu só vou lhe dar uma pequena resposta, sendo pragmática. Existe um componente político-orçamentário. O projeto já está aprovado, gente, só que precisamos ter garantias orçamentárias, e isso depende de alguns passos legislativos, enfim, que garantam esse orçamento e a perenidade da lei, como já foi acordado e aprovado aqui na Casa. São pequenos detalhes que serão sanados em breve, porque nós estamos já discutindo o Orçamento na Casa. Nós vamos ter essa garantia em breve, e o Senado vai encaminhar para a sanção do Presidente, sem nenhum tipo de veto, enfim... Na verdade, é a garantia política e também orçamentária para que não haja veto, para que não haja surpresas, como nós tivemos na Lei Geral do Esporte, com 300 vetos, meu amigo. É nesse sentido.

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Como o setor já está traumatizado, eu estou trabalhando junto com outros Senadores para a garantia de que o projeto seja integralmente sancionado. É isso, mas eu peço ao setor um pouquinho de paciência, porque nós já estamos finalizando esse processo. Nós estamos tratando de Orçamento na Casa, e em breve a gente vai ter essa sanção. Está bom? É isso.

Pessoal, eu gostaria demais de agradecer. Inclusive, a gente teve perguntas no e-Cidadania, e eu quero agradecer a participação de todo mundo. Não deu para ler, porque já está avançado aí o horário desta audiência pública. Quero agradecer aos nossos convidados, aos expositores; ao pessoal que está aqui sempre na plenária conosco, representando as instituições; à galera que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gosta do esporte, que acompanha o esporte. É uma Comissão pequena, mas é uma Comissão aguerrida. Eu quero agradecer a meus servidores também, aqui, na figura do nosso Secretário Flávio; ao Vinícius ali, o nosso Consultor do esporte. Vamos dar trabalho nesta Casa, gente! E eu conto muito com vocês

Eu vou finalizar, agradecendo mais uma vez a todos.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta presente audiência pública.

Até a próxima semana! Vamos para a quarta-feira aqui, que ainda vai pegar fogo! Tchau, tchau! (*Palmas.*)

(*Iniciada às 10 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ESPORTE DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2025, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia dez de setembro de dois mil e vinte e cinco, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Leila Barros, reúne-se a Comissão de Esporte com a presença dos Senadores Efraim Filho, Pedro Chaves, Mara Gabrilli, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes e Augusta Brito, e ainda dos Senadores Angelo Coronel, Wilder Morais, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Fabiano Contarato e Nelsinho Trad, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Confúcio Moura, Plínio Valério, Romário, Eduardo Girão, Teresa Leitão e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 20/2025 - CEsp, de autoria Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Finalidade:** Promover, na forma de Seminário, diálogo sobre a formação esportiva dos jovens no Brasil. 4º Painel - Perspectiva Comparada: Modelos e Experiências e Internacionais. **Participantes:** Sr. Jorge Knijnik, Professor na Western Sydney University; Sr. Martin Camiré, Professor na University of Ottawa; Sra. Carine Collet, Doutora em Educação Física e Esporte, docente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e consultora esportiva. (representante de: Professora Paula Korsakas); Sr. Billy Graeff Bastos, Professor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG e Membro da Cátedra UNESCO Esporte para o Desenvolvimento, a Paz e o Meio Ambiente (representante de: Profesora Simona Šafaríková); e Sr. Vinícius Machado Calixto, Consultor Legislativo do Senado Federal. **Resultado:** Audiência Pública realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Esporte n° 37, de 2025** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de reunir e compreender as avaliações qualificadas sobre a execução e os impactos do Programa Segundo Tempo (PST)." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Ao anunciar a matéria para deliberação, a presidente da Comissão, Senadora Leila Barros, subscreveu o requerimento. Antes de encerrar a reunião, a presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 20ª reunião, realizada em 27 de agosto de 2025, e da 21ª reunião, realizada em 3 de setembro de 2025, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**Senadora Leila Barros**
Presidente da Comissão de Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2025/09/10

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todas e todos! Vamos para mais uma sessão da nossa Comissão de Esporte. Eu agradeço a todos a presença e peço desculpas pelo atraso.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 22ª Reunião da Comissão de Esporte da 3ª Sessão Legislativa Ordinária e da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 10 de setembro de 2025.

Senhoras e senhores, Senadoras, Senadores, autoridades e representantes do esporte, convidados e todos os que nos acompanham nesta reunião, hoje damos continuidade ao seminário diálogo sobre a formação esportiva dos jovens no brasil, chegando ao seu quarto painel dedicado à perspectiva comparada, que são os modelos e experiências internacionais.

Este painel nos permite dar luz sobre as experiências consolidadas em outros países, analisando como diferentes nações estruturam políticas públicas para o esporte de base. É uma oportunidade de aprender com modelos internacionais, conhecer boas práticas e refletir sobre como aplicá-las na realidade do nosso país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para isso, temos, como convidados, especialistas de renome, como o Prof. Jorge Knijnik, da Western Sydney University, na Austrália; o Prof. Martin Camiré, da University of Ottawa, no Canadá; a Profa. Carine Collet, que é doutora em Educação Física e Esporte na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e consultora esportiva; e o Prof. Billy Graeff Bastos, da Furg, e membro da Catedra Unesco Esporte para o Desenvolvimento, a Paz e o Meio Ambiente. Cumprimento todos os nossos expositores e agradeço, mais uma vez, a participação.

Esse diálogo é fundamental, porque o esporte de formação é mais do que um capítulo específico da política esportiva; ele é a base sobre a qual se constrói cidadania, inclusão e principalmente desenvolvimento humano. Precisamos reconhecer que a ausência de um projeto nacional articulado fragiliza a estrutura esportiva brasileira. É hora de pensar o esporte de base como prioridade, com políticas justas, sustentáveis e principalmente intersetoriais.

Antes de encerrar esta abertura, eu registro alguns fatos recentes que nos tocam profundamente e nos inspiram à reflexão nesta Comissão.

Eu começo por lamentar profundamente mais um episódio de racismo no futebol brasileiro, após o fim de uma partida realizada em Santa Catarina, com mando do Clube Brusque, pela Série C. O atacante do Clube Náutico, de Pernambuco, o Igor Bolt, denunciou um torcedor da equipe catarinense por tê-lo chamado de macaco – mais um caso doloroso que reforça a nossa responsabilidade em combater o preconceito com rigor e firmeza, dentro e fora dos gramados. Nossa solidariedade ao Igor e à equipe.

Mas também celebramos conquistas. Na Série D do Campeonato Brasileiro, quatro equipes garantiram o acesso à Série C: São Raimundo, de Roraima; Maranhão; Itabuna, da Bahia; e Pouso Alegre, de Minas Gerais. Eu parabenizo cada uma dessas equipes, seus atletas, dirigentes e torcedores por essa vitória que valoriza o futebol regional e leva novos protagonistas ao cenário nacional.

O Bahia também brilhou ao conquistar de goleada a Copa Nordeste deste ano, 2025, celebrando a força do futebol nordestino e se transformando no maior vencedor da competição.

No vôlei, nossa seleção feminina conquistou a medalha de bronze no mundial, em campanha marcada por emoção, superação e muito aprendizado, lembrando que é uma geração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito jovem e que brilhou muito, uma semifinal duríssima contra a Itália, 3 x 2, e conquistando, com placar de 3 x 2 também, a medalha de bronze contra o Japão. A Gabi, nossa capitã, foi eleita a melhor ponteira do torneio, entrando para a seleção do campeonato e reforçando o protagonismo do Brasil na modalidade.

No cenário das artes marciais, o Brasil alcançou sua melhor campanha em dez anos no Mundial de Wushu realizado no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, com grandes conquistas brasileiras. Na modalidade Sanda, Beatriz Silva, da categoria até 56kg, levou a prata; e o João Oliveira e a Nathália Briquezi ganharam a medalha de bronze. Parabéns aos nossos atletas!

Na ginástica artística, celebramos os dois ouros conquistados por Caio Souza, no Campeonato Brasileiro, consolidando sua posição como um dos maiores nomes da modalidade no país.

E novamente, aqui em Brasília, nós vamos ter o retorno, após uma década, do Challenger Internacional – tivemos, né? – de Basquete 3x3, reforçando o papel da capital como espaço de grandes eventos esportivos.

E por fim, eu destaco com entusiasmo: ontem eu estive em uma recepção, uma homenagem aos Parlamentares do Comitê Olímpico do Brasil. Junto com o Governo aqui do Distrito Federal, fizeram uma homenagem aos Parlamentares que são parceiros do esporte, do setor esportivo. Lá estavam várias confederações, ex-atletas, atletas, enfim, o Governo local, alguns representantes também no Governo Federal.

E todos aqui estão celebrando essa semana que vai ter os Jogos da Juventude em Brasília, lembrando que a primeira edição foi em 2000, aqui em Brasília; em 2017, nós tivemos um segundo retorno à cidade – à época eu era Secretária de Esporte aqui, e a gente trouxe; foi uma grande celebração. E agora, novamente, em Brasília, vamos ter a participação de 4,7 mil atletas, um evento que celebra a nossa juventude esportiva, promove integração entre os estados, e é claro, Jogos da Juventude é sempre um espaço de revelação de novos talentos nas mais diversas modalidades no nosso país. E mais do que uma competição, os Jogos da Juventude são um exemplo prático do tema que debatemos neste seminário: a importância de estruturar o esporte de base como caminho de formação, inclusão e cidadania. Que as vitórias recentes e o debate de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje nos inspirem a trabalhar com ainda mais determinação pelo futuro do nosso esporte nacional!

Obrigada.

Eu estou aqui ao lado do Vinícius Calixto, que é nosso Consultor Legislativo aqui do Senado. Que bom que você está aqui do meu lado, Vinícius!

E vamos para o nosso debate. O objetivo da reunião... A presente reunião está dividida em duas partes: a primeira é a audiência pública interativa e a segunda, deliberativa. A primeira parte destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de promover, na forma de seminário, diálogos sobre a formação esportiva dos jovens no Brasil. Esse é o quarto painel, Perspectiva Comparada: Modelos e Experiências Internacionais, em atenção ao Requerimento nº 20, de 2025, CEsp, de autoria desta Presidência.

Participam desta audiência pública... Já foram citados os nomes de todos eles.

E antes de passar a palavra aos nossos convidados, só quero fazer um pequeno lembrete, um breve lembrete de que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800 0612211.

O relatório completo com todas as manifestações estará disponível no portal, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos nossos expositores.

Na exposição inicial, cada convidado poderá fazer o uso da palavra por até dez minutos e, ao fim das exposições, a palavra será concedida aos Parlamentares inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários.

Bom, vamos começar o nosso debate.

Eu vou passar a palavra ao Prof. Jorge Knijnik, da Universidade do Oeste de Sydney, na Austrália.

Seja muito bem-vindo, Professor. Desculpa a pronúncia aí do seu sobrenome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. JORGE KNIJNIK** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Olá a todos e a todas. Saudação à Senadora Leila.

Knijnik, é assim que fala meu sobrenome, um sobrenome que tem muita tradição aí no Rio Grande do Sul.

Agradeço ao Vinícius o convite. Saúdo todos os meus colegas participantes: Prof. Martin, Profa. Carine, Prof. Billy; e todos os Senadores e Senadoras e todo mundo que está presente.

Eu estou falando aqui de Sydney, na Austrália, onde já são 10h40 da noite, de modo que se porventura eu sair um pouco antes da sessão, é porque eu já estou quase caindo aqui.

Mas o que eu gostaria de falar, brevemente, sobre o tal do modelo australiano, é que esse modelo ainda é uma é uma construção, ele não existe de fato. Em 2018, o governo australiano e diversas entidades fizeram um programa chamado Esporte Austrália 2030, que tinha quatro pilares estratégicos.

O primeiro é o esporte participação, no sentido de ampliar a participação das pessoas de todas as gerações, de todas as idades, esporte comunitário, esporte escolar e assim por diante.

O segundo pilar é a integridade no esporte, abarcando questões de *doping*, combate ao *doping*, combate à corrupção, combate às apostas, e duas partes das quais eu participo: combate ao abuso infantil no esporte e por uma maior equidade de gênero.

O terceiro pilar, claro, é o esporte de alto rendimento, apoio a atletas, integração, sobretudo integração do famoso Instituto Australiano do Esporte com as federações. E o terceiro pilar é promover a indústria esportiva, indústria recreativa, tanto de materiais e equipamentos quanto de participação, mais oferecimento, mais pessoas formadas para trabalhar no esporte.

Eu gostaria de falar um pouco basicamente da questão do esporte de base, né? O esporte de base aqui é fundamentalmente promovido e tocado pelas comunidades, com muita participação voluntária. Então, são os diversos clubes locais e associações que acabam promovendo esse esporte, muitas vezes por meio de voluntários, técnicos voluntários, coordenadores, administradores, uma grande força voluntária e que tem um custo. É claro, a participação não é gratuita em geral. Os pais, as famílias, as entidades pagam. E o que acontece

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com isso? Esse custo acaba, de um lado, afugentando muita gente do esporte e de outro lado favorecendo os esportes que, por diversas razões, têm mais poderio financeiro. Por exemplo, o *rugby* aqui, os esportes mais populares, os esportes que têm, em termos profissionais, os maiores contratos com patrocinadores, com as televisões e outros meios aí de difusão. E o próprio... o que se chama aqui de *Australian football rules*, que é um outro esporte, não é o nosso futebol, que são esportes aí bilionários, e esse dinheiro acaba também indo para o esporte de base, favorecendo as comunidades – por exemplo, comunidades indígenas no norte do país, ou comunidades mais marginalizadas – a trazer essas crianças para os esportes deles com custo baixo, ou mesmo sem custo, e com muito apoio. Outros esportes não contam com esse favorecimento.

Então, esse programa que eu mencionei no início, o Esporte Austrália 2030, passou por uma avaliação recente, no ano passado. Apesar de diversas tentativas de apoios governamentais, governos estaduais lançando *vouchers* para as famílias poderem usar para pagar os custos de participação dos seus filhos, seja em esporte competitivo, seja em aulas de esporte, em aulas de artes marciais, ou, enfim, outras técnicas, outros esportes, tênis, assim por diante, isso não foi adiante. O que tem acontecido na Austrália, as pesquisas mais recentes aí do ano passado, deste ano mostram que o custo do esporte comunitário subiu por diversas questões: aluguel de equipamentos, aluguel de locais, seguros e assim por diante, e a participação neles diminuiu, né? As pesquisas mais recentes também mostram que os esportes nos quais a participação aumentou são aqueles esportes com pouca ênfase na competição, mas com muito mais ênfase na participação, na integração social, na alegria de se conviver junto, de um lado, e que são praticados informalmente, né? Como eu disse, com baixa ênfase na competição em si, mas com pouca organização, com muito mais informalidade, sem ter compromisso de todo sábado ir lá, participar, jogar, ganhar e assim por diante.

De outro lado, o que se viu na questão do incentivo ao esporte, até um pouco do esporte de rendimento, foi uma descentralização. Antigamente, as pessoas, os grandes atletas, os promissores jovens iam para a capital, para Camberra, ficar no Instituto Australiano de Esporte. Hoje em dia, esse instituto já dá mais recursos, sejam esses recursos financeiros, ou recursos técnicos de assessoria para as federações e institutos locais, nos estados mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma iniciativa que tem tido sucesso, é um dos pilares que eu mencionei inicialmente do plano, que é a integridade. Existe um órgão que recebe denúncias sobre diversos problemas e malfeitos no esporte, muitas denúncias de abuso em questões de gênero, né? As denúncias podem ser feitas anonimamente, e eles investigam denúncias sobre corrupção e esporte, ou seja, o setor de integridade nesse plano está bem desenvolvido.

Mas, voltando ao esporte de base, ele continua tendo a sua maior base mesmo, o seu maior fundamento nas comunidades, que é onde eu atuo, também na promoção e na educação de técnicos, que são familiares, pais, mães, irmãos mais velhos e pessoas da comunidade que querem ajudar as crianças a participarem.

Por outro lado, há ações importantes também de organizações não governamentais que às vezes contam com o apoio governamental em termos de recursos financeiros para promover o esporte nas comunidades indígenas, que eu acho que no Brasil vocês chamam de aborígenes australianos, né? Seja no norte do país ou em outras localidades, esse tipo de participação também tem aumentado. Inclusive, na Copa de 2014, teve uma delegação do norte australiano, de uma cidade, de uma localidade, de uma comunidade indígena bem afastada que foi para a Copa, né? A gente conseguiu que oito adolescentes, de 13 a 15 anos, quatro meninos e quatro meninas, fossem para a Copa no Brasil e acompanhassem o time australiano Socceroos, lá em Vitória. Isso foi um grande sucesso. E tem acontecido um pouco mais de favorecimento para, sobretudo as meninas e moças, jovens mulheres de comunidades indígenas, participarem do esporte.

Eu reitero que acredito que o grande aprendizado na Austrália ou que vem da Austrália é a questão do esporte comunitário e como favorecer esse esporte comunitário informal que promova realmente a sociabilidade e, com isso, favoreça bastante as questões de saúde mental coletiva, né? Eu acho que realmente, no esporte comunitário, daqui a grande lição que fica é o apoio às comunidades, não as questões mais propensas a patrocínios e vinculadas a questões financeiras. E, claro, as comunidades vão se organizar para conseguir suporte dos governos locais, estaduais e federais para darem cada vez mais suporte em termos de instalações, em termos de cursos e apoios para os técnicos e outras pessoas para as crianças também participarem, seja com uniformes, equipamentos e viagens. Está certo? Então, acho que a grande lição mesmo da Austrália vem do esporte comunitário e dessa integração entre profissionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que, para iniciar, era isso o que eu tinha que falar.

Agradeço de novo o convite.

Estou aberto a quaisquer questionamentos dos participantes.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Prof. Jorge Knijnik.

Professor, rapidamente, quero aproveitar que o senhor... Sei que já está quase de madrugada aí. Uma pergunta: sobre essa questão do esporte na escola, nós entendemos que é o comunitário, mas ele também é desenvolvido na escola? E a questão de estrutura? Sendo desenvolvido na comunidade, como é essa questão da estrutura para ser desenvolvido? Que tipo de equipamento? Que tipo de atividade é desenvolvida nessas comunidades?

**O SR. JORGE KNIJNIK** (*Por videoconferência.*) – Olhe, Senadora, em geral, existem as estruturas locais, que são as estruturas das cidades, que aqui são os cálcios, né? E as associações ou os clubes alugam, fazem uma espécie de permuta, mas pagam para alugar, pagam a luz, enfim, esses são os custos que mais encarecem o aluguel das quadras ou dos campos. E os clubes, as associações se comprometem a cuidar disso durante as temporadas esportivas, ou seja, cuidar... Se é um campo de futebol, fazer a grama, essa coisa toda.

Depois do esporte comunitário, num segundo nível, já tem aí as associações que peneiram os talentos, fazem times mais competitivos, e aí muitas dessas já têm os seus próprios locais de treinamento, contando com os seus associados, com patrocinadores, e assim por diante.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Professor. Grata pela sua participação aqui.

Eu vou passar a palavra agora para o Prof. Martin Camiré, que é da Universidade de Ottawa, no Canadá.

Seja bem-vindo, Professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**O SR. MARTIN CAMIRÉ** (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução por profissional habilitado*.) – Muito obrigado. Bom dia a todos. Eu gostaria de começar hoje agradecendo a todos pelo convite para participar desta audiência pública. É uma grande honra e um grande prazer conversar com todos vocês aqui hoje.

Baseado no objetivo desse painel, que é discutirmos os modelos internacionais, experiências internacionais, eu vou levar alguns minutos esta manhã, para discutir isso com vocês e explicar como o sistema canadense atua no esporte como uma grande prioridade que nós temos.

Então, no Canadá, nós temos uma entidade governamental chamada de Sport Canada. É o programa prioritário para esportes no Canadá. Então, o Sport Canada funciona sob um dos ministérios. Ele fornece assistência a diferentes setores do sistema esportivo canadense. Então, por exemplo, se a gente analisar os esportes de alto desempenho, esse Sport Canada, através de um programa, fornece 33 milhões de dólares canadenses anualmente para financiar 19 mil atletas para que eles possam pagar por suas carreiras.

O Sport Canada também fornece 179 milhões de dólares canadenses em financiamento para 58 organizações esportivas nacionais que nós temos. E esses fundos visam fortalecer o sistema esportivo nacional no Canadá. Então, através da canalização desses fundos, o Canadá tem uma política nacional, que é chamada Política Canadense de Esportes. É um documento que é revisado a cada dez anos, e foi projetado para aumentar as oportunidades para todos os canadenses participarem de esportes.

Então, essa política, desde que foi criada, provou ser uma ferramenta poderosa para melhorar a saúde dos canadenses, ao criar uma cultura esportiva que está focada na participação e na excelência. E, ao fazermos isso e ao promovermos os valores de diversão, segurança, desenvolvimento pessoal, inclusão, respeito e *fair play, e*ntão esses são os valores que atualmente estão guiando a política esportiva do Canadá.

Então, se a gente der uma olhadinha agora nos esportes para jovens no Canadá, a gente pode falar que eles são mais jogados através de duas estruturas. A primeira é o que nós tradicionalmente chamamos de um clube ou uma estrutura comunitária de esportes. É aqui que a maioria das crianças e jovens canadenses pratica esportes. Então a gente tem clubes em comunidades, em todo o país, que estão oferecendo oportunidades para eles jogarem, praticarem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esportes, isso para milhões de jovens canadenses. A segunda estrutura também é muito popular: é a estrutura escolar de esportes. Então, esses são esportes que são praticados dentro de escolas e são governados pelas escolas, e nós temos 750 mil alunos que são desportistas também. A maior missão deles é promover e defender o bom desportista, e também eles promovem isso através dessas escolas.

Então o que vemos no Canadá é que, ao longo dessas duas estruturas, na comunidade, nos clubes e também na estrutura escolar para os canadenses, a razão pela qual temos essas estruturas é porque queremos construir um sistema desportivo que tenha uma visão para os esportes que seja centrado, mas que compartilha valores de equidade, de segurança, de inclusão. A gente também quer que os esportes sejam acessíveis, que eles sejam fáceis de os pais pagarem, que eles possam acessar os esportes através desses programas. Queremos engajar os jovens nesses esportes para que depois eles possam ficar envolvidos em atividades, ao longo de toda a sua vida – esportes sustentáveis.

Se dermos uma olhadinha nas pesquisas agora sobre o desenvolvimento de jovens e os esportes para jovens, isso é uma pergunta muito complexa. A evidência científica diz que há pares a algumas evidências de que há desenvolvimento e de que a educação acontece através dos esportes. No entanto, eu acho que a discussão precisa continuar, e a evidência ainda está inconclusiva. Precisamos de evidências mais robustas nessa área da pesquisa para fazermos declarações definitivas que poderão ser generalizadas para toda a nossa população.

No entanto, a pesquisa que já foi feita nos informa sobre algumas coisas. Nos próximos minutos, vou discutir algumas dessas coisas, e eu vou focar em três elementos principais que fazem com que os esportes valham a pena para o desenvolvimento.

Então, qualquer sistema esportivo deveria focar no seguinte: ter um sistema de esportes para jovens, e eles têm que ser gerenciados por pessoas competentes e pais, porque a pesquisa nos informa que a qualidade da relação entre os treinadores e os atletas é muito, muito importante e grandemente impactou o desenvolvimento de jovens.

A segunda recomendação seria de que nós não deveríamos deixar o desenvolvimento para o acaso. O que eu quero dizer com isso? Dentro dos sistemas esportivos, temos que ter oportunidades tangíveis e diretas que são oferecidas aos jovens para que eles possam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolver habilidades. Sim, nós podemos desenvolver habilidades físicas, habilidades técnicas, mas a gente deveria estar desenvolvendo habilidades sociais, assim como habilidades diferentes para a vida como um todo.

A terceira coisa que eu quero enfatizar é que os esportes para jovens têm tudo o que nós fazemos na sociedade. Então, se a gente quer nutrir e fomentar o desenvolvimento através de esportes, nós precisamos de esforços comunitários que são guiados pelos pais, pelos treinadores, pelos diretores de escolas, pelos líderes comunitários. Só trabalhando juntos é que poderemos otimizar o desenvolvimento dos nossos jovens.

Eu queria dizer que o sistema de esporte dos jovens não é perfeito. O sistema canadense está sofrendo pressão de muitos âmbitos que outros países não sofrem. Então, por meio da profissionalização, o que eu quero dizer é que eu não estou falando que as pessoas jovens estão sendo pagas para praticar os esportes, mas a profissionalização quer dizer que nós estamos vendo as abordagens, as estruturas de treinamento e a mentalidade do esporte profissional entrarem nas comunidades e nos esportes escolares. E o que nós vemos nos últimos 20 anos no Canadá é que isso tem efeitos gigantes.

Desde o começo do século XXI, no Canadá, houve um aumento da popularidade dos esportes nas escolas. Eles são demandados e desenhados para os atletas passarem metade do dia praticando o esporte e a outra metade do dia tendo atividades acadêmicas. Então, essas escolas especializadas no esporte têm uma equipe de esporte muito forte – *coaches*, psicólogos, fisiologistas –, e nós queremos ajudar esses atletas a atingir níveis internacionais de competição.

Então, o que nós estamos vendo é que alguns valores que a gente discutiu antes... os valores dos esportes estão baseados em *performance*, em equidade, e a profissionalização que a gente está vendo nessas escolas é que essas escolas estão se encontrando com o desenvolvimento, a educação e a participação que a gente devia promover nas comunidades e nessas escolas esportivas.

Então, se eu poderia dar uma mensagem final nesta manhã, é que, se nós considerarmos a porcentagem pequena de atletas que vão competir em nível nacional ou internacional, é uma vergonha que nós estamos vendo que as forças de profissionalização estão permitindo a participação baseada... A minha pergunta é: por que a gente deveria ser um sistema que serve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos de 1%, de forma que não beneficia 99% da nossa população? Então, nós precisamos pensar sobre por que nós estamos promovendo sistemas que estão ajudando a profissionalização em vez de priorizar acesso, inclusão, educação e desenvolvimento dessas crianças.

Todas essas coisas são mais fáceis de falar do que fazer. Eu já percebi que é difícil implementar esse tipo de sistema, considerando as forças de organização que a gente está encarando, mas o desenvolvimento tem que ser priorizado nos nossos sistemas de esporte. Eu acho que todas as partes têm que trabalhar em conjunto, para implementar políticas em que o esporte possa servir como uma iniciativa de saúde pública que vai beneficiar o desenvolvimento pessoal para todas as pessoas da sociedade.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós é que agradecemos a sua participação e os esclarecimentos, Prof. Martin. É muito importante ouvir isso, cabe muito no nosso modelo aqui.

A gente tem, no nosso país, a discussão sobre o PND, que deveria ser discutido a cada dez anos, da mesma forma como é no Canadá, e aí nós vemos o quanto nós estamos atrasados nesse debate, nesse diálogo, principalmente aqui, dentro do Congresso Nacional, e nessa relação com o Executivo, com os governos: passam governos, o PND eu acho que já está aqui há mais de 20 anos, essa discussão do primeiro ainda, e não tivemos nada ainda muito claro passado para o sistema esportivo brasileiro.

Parabéns pelo trabalho e por esse modelo que, de fato, já se torna uma inspiração para nós, aqui, do esporte brasileiro.

Eu vou passar a palavra agora para a Profa. Carine Collet, que é Doutora em Educação Física e Esporte na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e consultora esportiva.

Seja bem-vinda, Profa. Carine.

**A SRA. CARINE COLLET** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Bom dia. Eu agradeço a oportunidade, na pessoa da Senadora Leila, agradeço o convite e a oportunidade de estar aqui, de falar sobre a formação esportiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço a presença de todas as Senadoras e Senadores, autoridades, meus colegas professores e todas as pessoas que acompanham a gente.

É muito gratificante, para mim, poder falar sobre a formação esportiva, é um tema que eu estudo e em que atuo, trabalho há mais de 20 anos, principalmente dentro de universidades, mas também em projetos sociais, nas escolas, em clubes, em instituições esportivas, e eu gostaria de destacar cinco pontos importantes que a gente tem olhado e estudado nessa formação esportiva.

Eu vou colocar aqui uma apresentação, para a gente conseguir visualizar um pouco melhor esses principais pontos. (*Pausa.*)

Desses principais pontos, eu gostaria de começar com a compreensão de que essa formação esportiva precisa acontecer em longo prazo. O desenvolvimento esportivo não é algo em que a gente precise de uma resposta imediata, de resultados imediatos; é um processo de muitos anos, um processo que envolve várias questões, como o Prof. Jorge e o Prof. Martin já mencionaram.

A gente tem olhado muito aqui no Brasil, a partir desses modelos internacionais, inclusive do modelo canadense, do modelo australiano e outros modelos internacionais, que vêm falar para a gente principalmente isso que o Martin falou, que todas as pessoas precisam ter direito a esse esporte.

A gente precisa olhar para os 99% das crianças e jovens envolvidos nesse esporte e também ter um caminho possível para aquele 1% das pessoas que têm interesse, condições e possibilidades de seguir até o alto rendimento.

É importante, olhando para a formação, respeitar essas etapas, não é? É um processo de evolução, é um processo de longo prazo e que pode ter várias saídas. A gente pode ter que as muitas pessoas, a grande maioria das pessoas precisa ser bem formada, para que leve o esporte por toda a sua vida, e também ter essas possibilidades de formar atletas que vão participar de competições nacionais, internacionais, nos modelos de alto rendimento.

A partir desses modelos, a gente olha para a formação como etapas iniciais. Então, a gente olha para as crianças com características que precisam desenvolver atividades diversificadas, atividades lúdicas, precisam experimentar, precisam brincar de esporte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas primeiras etapas da formação são brincar de esporte, experimentar, vivenciar uma grande possibilidade, um grande leque de modalidades, para que a criança, quando começar a virar adolescente, virar jovem, comece a se direcionar, a direcionar os seus esforços a modelos, a esportes mais específicos, aqueles esportes pelos quais ela mais se interessa, em que ela mais se sente competente, em que ela tem condições de investir e de se especializar. E, a partir disso, a partir dessa especialização, essa escolha se o esporte vai ser para toda a vida – e uma escolha que é carregada aí de contextos – ou se vai seguir para o caminho da excelência.

Outro ponto importante para a gente destacar é em que local que esse esporte acontece: qual é a estrutura? Qual é a característica da comunidade? Quais são os interesses, principalmente da comunidade – não é? –, as modalidades principais que são desenvolvidas, os esportes de maior interesse dessas pessoas? Construir, junto com essas pessoas, entendendo esses locais, esses contextos, e entendendo também que diferentes instituições promovem esse esporte.

E é preciso uma conexão entre essas instituições. Muitas vezes, a universidade não conversa com clubes, com federações, com confederações, ou a escola não conversa lá com a ONG que está desenvolvendo também modalidades e esportes para crianças. Então, promover alguns espaços ou momentos de conexão, porque a gente está trabalhando com as mesmas crianças, não é? A gente tem um olhar aí dessa diversificação, dessa diversão dentro do esporte em todos esses locais. Então, uma conexão e troca entre esses locais que promovem o esporte são muito importantes para que a gente consiga aí fomentar essa cultura esportiva cada vez mais para esse olhar da formação mais diversificada e ampla possível.

Outro ponto importante é quem está tendo oportunidade para acessar esses espaços esportivos, não é? A gente lembra que o esporte é um direito constitucional, é um direito que está destacado dentro da nossa Constituição Federal, mas a gente já tem aí estudos e relatórios de que nem todas as pessoas têm acesso e conseguem permanecer nesse ambiente esportivo. Principalmente, quando a gente olha para as questões de gênero, as meninas têm tido menos oportunidades, e tem estudos que trazem uma maior desistência das meninas, quando passa de uma etapa da infância para a adolescência. É preciso entender por que isso vem acontecendo. A gente tem alguns estudos que vêm falar da questão das transformações corporais, da negligência de profissionais, a partir dessas transformações, e também das demandas que, culturalmente, tradicionalmente, muitas meninas têm de cuidados com a casa e de cuidados familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É importante considerar essas questões também, além das questões de raça, porque as pessoas negras têm menos oportunidades e menos acesso ao esporte, e as pessoas de classes sociais menos favorecidas têm menos acesso... Então, políticas afirmativas, ações afirmativas que tragam essas pessoas também para dentro dos contextos. A gente tem explorado bastante isso, em termos de estudos e em parcerias em consultorias com entidades e com locais que oferecem os esportes.

Por último, e não menos importante, é a qualificação dos profissionais e das pessoas que atuam nesses locais, que atuam com o esporte.

Muitas vezes, a gente vê modelos tradicionais de ensino que focam muito nas questões técnicas, questões físicas, mas isso favorece somente aquelas pessoas que têm uma habilidade maior, que já têm um envolvimento maior, que tiveram maiores experiências. Quando a gente passa a olhar para o ensino, para o treino, a partir das questões mais amplas do esporte, o esporte requer um desenvolvimento, um desempenho tático, técnico. Ele é carregado de sentidos e significados para aquelas pessoas.

Essa modalidade de esporte é construída historicamente. Então, a gente teve muitas mudanças, muitas transformações do esporte, ao longo do tempo, que vão influenciar diretamente naquelas crianças, naqueles jovens que estão ali, praticando o esporte.

O profissional é peça (*Falha no áudio.*) ... para poder atuar (*Falha no áudio.*) ... pensando numa perspectiva mais ampla de compreensão do esporte e, principalmente, em atuar qualificadamente.

A gente tem, no Brasil, uma necessidade, uma obrigatoriedade de formação universitária, o que dá mais qualidade e fundamentação, inclusive teórica, para poder qualificar essa atuação, diferentemente de outros países do mundo.

Os professores anteriores trouxeram um exemplo de modelo. Nós temos, aqui no Brasil também... Em função das nossas parcerias, a gente tem trabalhado em cima de um modelo que foi desenvolvido em parceria com o Comitê Olímpico do Brasil e universidades do país, olhando para o caminho de desenvolvimento de atletas, e o próprio Comitê Olímpico reconhece que essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

base, a formação inicial, envolve o esporte de participação, que é o esporte de formação para todas as pessoas.

As características principais das três primeiras etapas que envolvem infância e a adolescência são de experimentar e brincar o esporte, passa para uma etapa de brincar e aprender, para depois entrar numa etapa de aprender e treinar. É importante que a gente não pule essas etapas. Depois dessa formação ampla para todas as pessoas, pensando nos direitos, no acesso e na permanência dessas pessoas, a gente tem aí a continuidade de possibilidade do esporte para toda a vida. São aquelas pessoas que vão praticar esporte, que vão assistir a esporte, vão para o estádio torcer para sua equipe, para o seu time, respeitando as pessoas que estão jogando, entendendo toda uma cultura esportiva, para saber, inclusive, torcer da melhor forma. E há também aquelas possibilidades de as pessoas que têm mais condições, mais competência e interesse, entrarem para o caminho da medalha, intensificando seus treinamentos e competições, buscando também competir e vencer para uma etapa de vencer e inspirar, quando consolida uma carreira internacional, pensando também no inspirar e reinventar-se, pensando numa pós-carreira em longo prazo.

Então, a ideia é que, mesmo que a gente fale de atletas ou busque olhar para atletas de alto rendimento, a gente tem uma formação que é ampla, que é culturalmente desenvolvida a partir de princípios pedagógicos, de princípios que respeitem as pessoas que estão praticando esporte num olhar mais amplo e mais holístico, e não especificamente com relação a rendimento ou alto desempenho.

Então esses são alguns pontos iniciais que a gente tem estudado e trabalhado junto com federações, confederações e universidades do país inteiro. E sigo aqui à disposição também para a gente conversar um pouquinho mais sobre isso na sequência.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, professora.

Estou aqui num dilema, ouvindo os nossos primeiros três expositores, ao lado do Vinícius aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando as pessoas olham para mim, naturalmente elas acham: "A Leila quer fazer do Brasil uma potência olímpica". Claro que é um sonho, é um sonho, mas, mais do que isso, foi o que a senhora falou: o experimentar é na infância, na adolescência, e é justamente o foco.

O nosso foco hoje, falando para aqueles que nos acompanham nesta Comissão, é justamente proporcionar o acesso à criança, ao adolescente, principalmente nos primeiros anos, à atividade física, à promoção da saúde, à questão de socializar.

A gente perdeu muito essas conexões por causa de pandemia, principalmente essa geração, e a gente vê os recursos...

Eu trato muito aqui de recursos, recursos para as entidades esportivas, a gente tem um ministério, mas eu vejo o Estado brasileiro colocando essa responsabilidade muito nessas entidades e esquecendo o seu papel, que é a promoção de uma política pública consistente, uma política pública que propicie o contato dessa criança, desse adolescente, nos espaços, seja na rua...

Eu sou de uma geração... Eu tenho mais de 50 anos, e tem muita gente que está aqui e sabe o que eu vou falar: eu sou de uma geração privilegiada, porque comecei a experimentar o esporte na rua. Eu brincava na rua, pique-bandeirinha, jogava vôlei, colocava uma cordinha de uma ponta a outra de um poste, e ali eu brincava com os meus colegas. Eu não tinha assédio, violência, nenhum tipo de violência, nada. Então, assim, eu sou de uma geração que podia estar numa quadra até 11h da noite, enfim, eu aproveitava aquele momento. Eu sou de uma geração que curtia, na grade horária da escola, de duas a três aulas-horas semanais de educação física. A gente também não vê isso, essa garantia.

Então, o nosso objetivo aqui, a gente pode tratar de tudo, pensar no alto rendimento – gente, o alto rendimento é uma consequência –, mas o meu foco, enquanto Presidente desta Comissão, não é o alto rendimento.

O alto rendimento tem recurso, o alto rendimento vai ter patrocínio, o alto rendimento, de alguma forma, sobrevive, porque sabe os caminhos, mas, até chegar ao alto rendimento, que é uma consequência, e isso depende de inúmeras situações para se chegar, que é menos de 1%...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vocês falaram em 1%, mas eu acho que, enfim, eu comecei a atividade na escola e lembro, com mais de 200, 300 meninas, brincando cada uma em inúmeras atividades, e só eu me tornei uma atleta, atleta olímpica.

Então, esse não é o foco. O foco é a questão de proporcionar à população brasileira, em especial aos jovens... Nós temos uma geração já sedentária, porque essa questão da tecnologia é muito séria. Você vai ver uma menina brincando, ela não tem coordenação para correr. Hoje eu vejo as meninas brincando na rua, brincando com os colegas, e elas não têm coordenação. E isso vai gerar um desgaste físico. Ela vai ter sérios comprometimentos na fase adulta, porque não teve a devida instrução ou o devido contato com esse tipo de atividade, de correr, de brincar, de pular. Enfim, essa é a minha preocupação. O que vai ser das futuras gerações se elas não têm esse contato, nos primeiros anos, ou na escola, ou nas comunidades, ou nos clubes, com a atividade física, para a promoção da saúde, o contato com os colegas para lidarem com as diferenças, socializarem-se? Esse é o nosso foco, o qual eu quero deixar muito claro a todos vocês aqui.

Eu não estou preocupada, nesse primeiro momento – quando eu falo de tratar do esporte de base, da atividade física para a base –, com a formação de atletas, porque isso é uma consequência. Nós estamos preocupados hoje com os números. Pelos números, nós temos hoje, para cada três brasileiros, um obeso. E isso vai piorar, porque, com o advento da tecnologia, com os jovens cada vez mais presos em casa, com pouca oferta de esporte, de atividade física na escola e em outros espaços, nós estamos com sérios comprometimentos, seja na área da segurança, da saúde, em várias outras políticas. Então, o foco, reforço, e já agradeço à Profa. Carine, ao Prof. Martin e ao Prof. Jorge, por mais que a figura aqui sejam os 20 anos dentro do esporte de alto rendimento, o foco aqui, de fato, é o acesso e a como oportunizar às crianças e aos jovens, principalmente nos primeiros anos, anos iniciais, seja na escola, seja nas comunidades, a atividade física e o esporte. É isso.

Obrigada, Dra. Carine.

Eu vou passar a palavra agora para o Vinícius. (*Pausa.*)

Perdão, perdão. Eu peço até desculpas. Eu vou passar para o Billy.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Billy, desculpe-me, eu me empolguei aqui na fala. Billy Bastos é o nosso Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e membro da Cátedra Unesco Esportes para o Desenvolvimento, a Paz e o Meio Ambiente.

Seja muito bem-vindo, Professor Billy.

**O SR. BILLY GRAEFF BASTOS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado. Quero apenas um segundo para eu compartilhar a minha apresentação. Parece-me que não vai ser possível por conta de questões técnicas. Como eu recebi o acesso só agora, vamos ver aqui se eu consigo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Professor Billy, se não tem condições de apresentar, o senhor fique à vontade para o uso da palavra.

Eu acho que... Enfim, peço até desculpas.

**O SR. BILLY GRAEFF BASTOS** (*Por videoconferência*.) – Não, sem problema. É porque parece que tenho de liberar alguma questão no sistema aqui e vai levar algum tempo, ou eu vou ter que sair da reunião e voltar.

Então, eu gostaria muito de agradecer o convite à nossa Cátedra para participar dessa atividade e, ao fazer isso, eu saúdo a Senadora Leila pela iniciativa, e à Comissão por ter dado e estar dando espaço à discussão do esporte num dos maiores cenários da República, que é o Senado.

Meu nome é Billy. Eu sou Professor da Universidade Federal da Paraíba e membro do Comitê Executivo da Cátedra Unesco Esporte para o Desenvolvimento, a Paz e o Meio Ambiente. Essa cátedra foi proposta à Unesco há dois anos pela Profa. Karen Petry, da Universidade do Esporte da Alemanha, em Colônia, pelo Prof. Tegwen Gadais, da Universidade de Quebec, em Montreal, Canadá, pela Profa. Simona Šafaríková, da Universidade Palacky, em Olomouc, na República Tcheca, e por mim, que à época estava na Universidade Federal do Rio Grande, a Furg, Senadora. Nós temos desenvolvido atividades ao longo desses últimos dois anos, desde que a cátedra foi aprovada.

Acho que a senhora vai, talvez, gostar de algumas coisas que eu vou trazer, porque eu acho que sigo na linha da sua mais recente fala nesta sessão. Nós temos atuado justamente onde o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado falta, Senadora Leila. Nós nos organizamos, sobretudo, a partir da história de uma área específica, que é o SDP (*sport for development and peace)*, que no Brasil é muito associada à atividade dos projetos sociais esportivos. O nosso diagnóstico vem mostrando que essa área se desenvolve em grande parte pelo abandono do Estado de populações vulneráveis. Eu vou explicar mais especificamente logo em seguida.

Então, nós nos organizamos, sobretudo, a partir da presença massiva da questão do esporte na Agenda 2030 da ONU e em relação aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Aqui é importante fazer um parêntese e dizer que a palavra esporte é a palavra que mais se repete ao longo do documento da Agenda 2030 relativa aos objetivos de desenvolvimento sustentável. Nós trabalhamos, sobretudo, em relação aos SDGs 3, 4, 5, 8, 10, 13, 16 e 17, que lidam com questões como a desigualdade de gênero, a questão do trabalho decente e a questão do meio ambiente.

Nós temos realizado atividades na tentativa de construir uma relação horizontal com os nossos parceiros e parceiras, atuando, sobretudo, em formação e em pesquisa. Nós realizamos o lançamento da cátedra em Colônia, na Alemanha, ano passado, e este ano a reunião anual no Canadá, em agosto. Essa cátedra deve se encontrar, em 2027, no Brasil, e ano que vem, certamente na República Tcheca. À medida que nós fazemos esses encontros, também promovemos a formação de quadros locais. Este ano, então, realizamos uma escola de verão para estudantes canadenses da Universidade de Quebec, em Montreal.

Nós trabalhamos com quatro eixos principais, Senadora, organizados a partir do que a área do esporte para o desenvolvimento e a paz, em diálogo com a Unesco, identificou como as principais questões que têm sido lidadas nesse contexto: o eixo educação, saúde e desenvolvimento social; o eixo meio ambiente, natureza, mudanças climáticas e atividades outdoor; o eixo gênero e equidade; e o eixo paz e coesão social.

Talvez nesse eixo seja necessário que a gente explique que, para nós brasileiros e brasileiras, sobretudo, a paz pode ser um conceito bastante discutível em função de o nosso país não ter se envolvido em conflitos armados, em guerras, nas últimas décadas, mas nós sabemos também que grande parte das nossas comunidades não vive em paz. Então, paz não é ausência de guerra; paz é uma condição humana de sobrevivência que depende muito mais de condições do que simplesmente da ausência de armas nas ruas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa área na qual nós estamos intervindo é entendida – eu achei importante explicar, Senadora – como uma área que se desenvolve e cresce, sobretudo a partir dos encontros de Bretton Woods, ao final da Segunda Guerra. Bretton Woods, uma pequena cidade nos Estados Unidos, reuniu as principais lideranças mundiais a partir de 1942, quando os aliados tinham a perspectiva de vencer a Segunda Guerra Mundial contra o Eixo do Mal. Foi nessa cidade que foram firmados acordos que criaram o Banco Mundial, o FMI e as Nações Unidas e se pensou então uma nova ordem mundial, sobretudo com a mudança do eixo do lastro econômico do ouro para o dólar e uma nova forma de organizar o Estado, a partir de uma ideia de um Estado do bem-estar social, que nem mesmo nos países desenvolvidos foi a pleno, mas que, durante algum tempo, criou, por exemplo, a expectativa do emprego pleno, pelo menos nos Estados Unidos. Essa mudança foi bastante grave para os países periféricos, como o Brasil. Sobretudo a partir do abandono dessa ideia e da entrada do neoliberalismo, há ainda um abandono maior do Estado, que cria um vácuo que é ocupado por várias entidades sociais, entre elas o tráfico, a igreja e, em grande parte, também o esporte.

À medida que avança a história, nós tivemos então um grande orador, chamado Nelson Mandela, que um dia fez um discurso bastante emocionado a partir da sua ideia de que o esporte poderia ajudar a manter a unidade no seu país, que estava socialmente destruído pelo *apartheid*. Essa ideia deu bastante certo, e a gente pode ver isso no filme Invictus, que mostra Mandela usando, de certa forma, a sua relação com o esporte, naquele caso, a seleção de *rugby,* e, de certa forma, consegue unificar o seu país. Ele consegue levar a Copa do Mundo de Rugby para a África do Sul e ganhar aquela Copa do Mundo. Aquilo dá tão certo que ele tenta levar uma copa do mundo de futebol, então, e consegue. Em 2010, antes de vir para o Brasil, essa Copa do Mundo vai para lá.

O impacto desse discurso e dessas ações fez abrir os olhos da ONU, e o esporte passa a ter então, a partir desses acontecimentos, entre outros, uma grande participação nas políticas da ONU, de tal modo que, entre 2002 e 2017, a ONU teve um escritório específico para o esporte, para o desenvolvimento e a paz. O escritório foi fechado pelo atual Presidente da ONU e toda a herança desse escritório foi passada para o Comitê Olímpico Internacional, o que a área tem julgado como um erro histórico, porque, como tu dissestes bem, Senadora, existe uma perspectiva muito forte de que o esporte de competição, sobretudo representado por grandes instituições

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transnacionais como o COI e a FIFA, acabe criando um desequilíbrio em relação, sobretudo, ao financiamento e organização do esporte que não visa à formação de atletas ou o desempenho esportivo.

Eu tinha preparado aqui eslaides e gostaria de fazer uma propaganda descarada de um livro que eu liderei e que foi lançado no passado, que se chama The Routledge Handbook of the Global South in Sport for Development and Peace, que pode ser achado nas livrarias, o *handbook*, o manual do esporte para o desenvolvimento no Sul Global, com mais de cinquenta textos e mais de cem autores de todo o Sul Global, entre eles dois textos, acredito, do nosso talentoso colega Jorge Knijnik, da Austrália.

Eu encerro por aqui, apresentando essa perspectiva transnacional, Senadora, a partir dos problemas sociais que têm sido identificados por batalhadores e batalhadoras de projetos sociais esportivos ao redor do mundo e me colocando à disposição para o debate.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós é que agradecemos, Prof. Billy.

Na verdade, é isso... Eu, como agente pública agora, tenho muito contato com o terceiro setor. Acho que, nesses sete anos, foram mais de 190 projetos. E, de fato, esta é uma realidade: o terceiro setor está nas bases, é ele que proporciona essa política pública que, muitas vezes, o Estado não consegue elaborar nem atingir, que são essas bases, principalmente, das camadas mais vulneráveis do nosso país.

Então, a gente tem uma grande missão. O senhor falou que o senhor se põe à disposição, eu falo para o senhor que eu me ponho totalmente, absolutamente à disposição não só do terceiro setor, mas da universidade, de todos aqueles que estudam há anos essa questão do acesso, essa complexa relação das várias camadas que envolvem o nosso sistema esportivo, essas desigualdades, essas distorções.

A gente tem que, enfim, fazer essa avaliação, porque, por mais que a gente pense no alto rendimento, quem abastece o alto rendimento, pensando pragmaticamente, é justamente essa base que está sendo abandonada também. Além do esporte, do acesso ao esporte e à atividade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

física, eu também me preocupo com essa base. A gente está vendo alguns resultados em algumas modalidades que poderiam estar muito melhores, porque justamente as próprias entidades mesmo... E falo, com absoluta propriedade, que essas entidades abandonam essa base, e é essa base que alimenta o sistema que traz, digamos assim, os heróis esportivos. São essas bases que criam e que alimentam todo o sistema para que tenhamos esses expoentes que são, de certa forma, exemplos para esses jovens que estão ali e que muitas vezes a gente está deixando para trás também por falta de incentivo.

Não só a oferta, mas, acima de tudo, a valorização dos profissionais é uma coisa que me preocupa muito, porque muitas vezes aquele profissional de educação física, aquele técnico e aquele professor que está na escola fazem uma função de família. Além de um professor, de um docente, de um educador, ele também abraça aquele jovem muitas vezes por questões familiares. Assim, a assistência, o assistir a esse profissional também é uma coisa que...

Eu estou aqui, neste momento, dentro do Congresso e quero, de alguma forma, trabalhar nesse sentido. Eu estou ao lado aqui do Vinícius, que é o nosso Consultor. Eu estou deixando-o doido, assim como a Comissão, do quanto que nós vamos apresentar numa sugestão legislativa, porque tudo isso passa por uma proposição legislativa. Por mais que tenhamos a academia, que tenhamos os profissionais, os setores, as entidades e tudo, nós precisamos revisitar legislações, nós precisamos pensar questões orçamentárias, de estrutura, porque, assim, a gente também depende de um olhar que muitas vezes falta para o gestor público, para um Governador, para um Prefeito, para um secretário, para um Ministro. Este olhar muito mais abrangente do que é o esporte é o que me preocupa. E aí a gente vai ter que de fato provocar, às vezes mexer na ferida, talvez... Por mais que tenhamos a boa intenção, muitas vezes ao mexer em ferida, a gente mexe com situações não tão favoráveis à gente. Mas eu estou absolutamente convencida de que a gente realmente precisa, seja conversando com as outras Comissões aqui, Comissão de Educação, né? Porque a gente sabe que a educação é fundamental nesse processo de diálogo, de oferta, como eu falei, do esporte, principalmente nas escolas, por causa de questão de segurança pública, de espaços, de oferta de espaços para a atividade. A gente tem que começar um processo. Onde será? Acredito que é o trabalho com o terceiro setor, a valorização desse setor tão fundamental e também é dentro da educação e na escola.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou passar a palavra aqui para o Vinícius, nosso Consultor, porque ele quer fazer algumas perguntas para os nossos expositores.

Mais uma vez estou agradecendo a colaboração e a fala de cada um.

**O SR. VINÍCIUS MACHADO CALIXTO** (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

A gente, quando pensou nesses seminários compostos por essas audiências públicas, a gente pensou exatamente num dos pontos levantados pela Profa. Carine, que foi nessa falta de espaço de conexão entre os entes que pensam e fazem o esporte no Brasil, especialmente o esporte de formação, né? Como a gente conseguiria reunir, em alguns encontros, as opiniões sob a perspectiva de cada entidade: clubes, escolas, confederações, comitês.

A gente observa que o esporte de formação no Brasil passa por alguns gargalos, e esses gargalos estão muito ligados a essa falta desses espaços de conexão. E, ao mesmo tempo, a gente pensou também em como a gente consegue trazer um pouco de experiências internacionais que são exitosas e que, embora estejam ligadas às particularidades de cada local, podem, em certa medida, ser incorporadas em algum aspecto para cá, né?

Por exemplo, eu até anotei aqui a questão do esporte na Austrália, de formação, baseado muito no fortalecimento desses laços comunitários e na questão do voluntariado, né? Eu acho que esse é um ponto em que a gente no Brasil, claro, por diversos fatores, ainda pode avançar um pouco em termos de também legislação, política pública, essa questão do voluntariado, essa questão dos laços comunitários, como a gente consegue fortalecer isso.

No Brasil, por exemplo, a gente tem o Sistema S, uma especificidade nossa que a gente vê que funciona com as suas questões também, mas o esporte é muito praticado em Sesi, Sesc, como a gente consegue pensar talvez no esporte comunitário voltado a esse sistema e tudo mais, né?

Então, a gente viu aqui também o Prof. Martin comentar sobre a preocupação com a hipercompetitividade no esporte escolar, no esporte educacional. E eu estava lembrando que a nossa legislação, a Lei Geral do Esporte é bem recente, mas ela já é bem avançada em vários aspectos. Inclusive, nesse ponto, a gente tem lá o artigo 10º, que fala sobre o esporte educacional, tendo como princípio evitar a seletividade e a hipercompetitividade. Então, assim, você vê um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

problema que o Canadá está enfrentando e que a gente já conhece, embora, na prática, a gente enfrente desafios, a gente tenta superar.

Eu iria até perguntar para o Prof. Martins, se ele ainda estiver com a gente, responsável por trazer algumas luzes aí do Canadá para gente, sobre essa questão da preocupação com essa hipercompetitividade, se isso é algo também do Estado, se o Estado também se preocupa com isso. Como que o Estado canadense tem visto essa questão, se tem tomado algum tipo de medida prática também, porque a gente aqui no Brasil tem na nossa lei, mas é isso, como transformar isso em política pública?

E também pergunto para o Prof. Martin, como é que funciona em termos de descentralização as políticas esportivas no Canadá. Ele mencionou a questão de uma política nacional, que é revista a cada dez anos no Canadá. A gente tem aqui, no Brasil, também esse mecanismo em várias áreas. No esporte, a gente está enfrentando este momento de lidar com essa política nacional, com esse plano nacional, e como é que o Canadá atua nisso, se é algo unificado, federalizado, ou se os estados e os seus municípios, os seus entes menores têm essa autonomia para dispor sobre a política esportiva canadense. Eu fiquei curioso com relação a isso.

E também quero perguntar para ele, aí no Canadá, também como que tem sido vista a questão da tecnologia nas escolas, do uso da tecnologia, porque no Brasil a gente teve uma medida muito recente que a gente ainda não está vendo, agora, os resultados que foi a questão da proibição do celular nas escolas, como que isso impacta também na atividade física. E, se o Canadá tem feito políticas com relação a isso também, para diminuir, além da hipercompetitividade, a hiperconectividade dos estudantes, dos jovens.

Eu queria perguntar também para a Profa. Carine, até para gente aproveitar este momento de trazer informações, porque ela comentou sobre essa questão dos espaços de conexão entre os entes, que eu também acho muito relevante a gente focar nisso. E eu queria saber dela sobre pesquisas, dados, se ela tem ou teria alguma coisa para comentar sobre a questão da evasão também da prática de atividade física, para atividade prática de atividade esportiva nos jovens meninos e meninas, né?

A gente sabe que ela comentou sobre essa questão do Direito Constitucional e das diferenças que o Estado deve também apresentar com relação ao tratamento de meninas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

questão de gênero, questão de políticas para políticas afirmativas. A gente sabe que a prática de meninas, no esporte, enfrenta outras dificuldades também, né? Há uma evasão grande de também meninas na prática esportiva.

Então, eu acho que o legislador tem esse dever de trazer essas perspectivas práticas para poder fazer, de fato, uma política. Eu lembro aqui a questão do Bolsa Atleta, da atleta gestante. É isso, é um projeto de lei que foi aprovado, é uma lei que está lá hoje na nossa Lei Geral do Esporte, a Senadora foi a Relatora. É isso. Então, é uma observação de que as atletas gestantes enfrentavam um problema que só elas, obviamente, enfrentavam, que era a questão do Bolsa Atleta. Então, quais são os problemas que as meninas enfrentam também, específicos, na prática inicial esportiva, na vivência esportiva, na aprendizagem.

E quero perguntar, por fim, ao Prof. Billy, aproveitando a experiência dele com relação a vários contextos e a vários países, sobre em que lugar está o Brasil, de uma forma comparativa, uma perspectiva comparativa, nesse campo do esporte para o desenvolvimento e a paz, com relação a outros países, outros lugares, especialmente do Sul Global, né? O Brasil, na sua visão, Professor, tem sido exitoso nessa política de terceiro setor com relação, por exemplo, à utilização da Lei de Incentivo ao Esporte, à utilização dos mecanismos que tem em termos práticos? A gente sabe que o Brasil tem uma gama de organizações esportivas, que se dialogam em alguma medida, enfim. Ou o Brasil ainda tem muito a trazer de experiências internacionais com relação a esse esporte praticado, voltado especificamente a regiões de vulnerabilidade, à prática esportiva para promoção, de fato, de desenvolvimento e paz?

Então, eu acho que são essas questões.

A gente aqui na Consultoria está à disposição.

É isso. Vamos buscar construir e aperfeiçoar essa legislação, que é recente – a nossa Lei Geral tem dois anos.

E conte conosco, Senadora.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Obrigada, Vinícius.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu já concedo a palavra, então, aos nossos expositores, a quem queira, enfim, falar a respeito das perguntas do Vinícius.

Eu agradeço. Obrigada.

**O SR. BILLY GRAEFF BASTOS** (*Por videoconferência*.) – Senadora...

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Pois não.

**O SR. BILLY GRAEFF BASTOS** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Senadora, eu gostaria de falar – eu tenho outros compromissos às 11h, infelizmente –, porque acho que o Vinícius fez uma provocação bastante importante, aliás, diversas provocações bastante importantes, e eu adoraria ouvir meus colegas que estão aqui, a Carine e o Martin, suas respostas, porque o Vinícius foi pontual e foi bastante preciso nas suas perguntas, né?

O Vinícius levanta a questão do desenvolvimento da área no Brasil. Vinícius, é preciso levar em conta uma questão bastante marcante nesse campo, que é a seguinte: a divisão Norte Global e Sul Global se manifesta de maneira muito forte nesse campo.

Em 2016, um colega da Austrália realizou um estudo sobre a literatura internacional nesse campo, uma revisão de literatura, e identificou que 90% das pesquisas realizadas sobre esse tema são realizadas no Sul Global e que 90% do financiamento e dos autores dessas pesquisas são do Norte Global. E, lá no interior do Rio Grande do Sul, em Teutônia, de onde eu venho, tem um dito bastante característico que diz o seguinte: "Quem paga a banda escolhe a música". Então, a gente tem visto que a maior parte dos problemas são levantados a partir do Norte Global e que muitas vezes esses problemas não condizem com a realidade.

Eu queria dar um exemplo bem prático e que responde a sua pergunta em relação ao desenvolvimento da área no Brasil. Eu realizei um pós-doutorado na USP em 2022, e a minha pergunta era: por que e como atletas e ex-atletas investem tempo e dinheiro em projetos sociais esportivos? Foi muito difícil, porque existe uma série de interesses envolvidos. Eu entrevistei diversos atletas e diversos participantes de projetos sociais esportivos. E as nossas conclusões, a partir dos dados levantados, foram que existe uma grande dificuldade de entendimento de para que esses projetos servem. Então, se usa o esporte para qualquer coisa, sem nenhuma finalidade, né?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas em relação à sua pergunta específica, gostaria de dizer que no mundo inteiro tem acontecido um fenômeno bastante parecido, que é o seguinte: existem agentes e atores muito mais bem preparados para ter acesso a recursos. E à medida que vão sendo destinados à área dos projetos sociais esportivos, esses atores acabam tomando o lugar de outros agentes e atores que estão desenvolvendo trabalhos nesse campo. Um exemplo é a Lei de Incentivo ao Esporte, que, de certa forma, é necessário que seja bastante cuidadosa, né? Mas, na medida em que estabelece a sua burocracia, de certa forma também impede atores menos preparados de ter acesso a recursos. Então, nós encontramos uma série de o que a gente chama de exércitos de uma pessoa só, ou seja, pessoas que fazem trabalho de base nas suas comunidades usando o esporte para prevenir, por exemplo, a relação de jovens com as drogas e o abandono à escola e que não têm condições de preparar uma proposta, não conhecem empresários para buscar os recursos e ter acesso às leis de incentivo. Isso tem acontecido no mundo inteiro com grandes instituições, ONGs que são instrumentalizadas por grandes empresas e sobretudo empresas que utilizam o esporte para o desenvolvimento e a paz como parte da sua ferramenta de *marketing*, tomando o lugar e o espaço de instituições e pessoas que têm dedicado a vida à promoção do esporte em favor das comunidades menos favorecidas.

Espero ter ajudado com a resposta, Vinícius.

**O SR. VINÍCIUS MACHADO CALIXTO** – Obrigado, Professor, ajudou bastante, sim.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Profa. Carine, deseja contribuir?

**A SRA. CARINE COLLET** (Para expor. *Por videoconferência*.) – Claro. Obrigada pelas considerações, Vinícius. Isso é muito importante, a gente vem estudando bastante, principalmente a presença das meninas e mulheres no esporte. Tem uma questão cultural que é muito forte. A gente tem aí um esporte que muitas vezes olha e valoriza muito mais o esporte para os homens, né? O esporte praticado por homens.

Mas a gente vê ao longo da história... Eu vou te dizer que a gente não tem dados específicos de evasão, a gente tem um relatório de 2017 que mostra que há uma diminuição dos níveis de atividade física ao longo da vida, principalmente entre as mulheres. E aí as mulheres negras, as mulheres... as pessoas com deficiência, as pessoas com menos renda familiar têm cada vez menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esse acesso, essas oportunidades de esporte. Mas o que a gente tem estudado, principalmente com relação às meninas, é que culturalmente, desde criança, as meninas não são estimuladas ao esporte. Os próprios brinquedos das crianças são com relação à casa, aos cuidados, às bonecas, enquanto os meninos ganham bola, ganham carrinho. Então, com isso, a gente já vai culturalmente desestimulando as meninas a praticarem o esporte desde casa. Essas oportunidades de brincar na rua, como a Senadora Leila comentou, para as meninas é muito menor, é menos possível que isso aconteça, em função das violências, em função dos assédios que são percebidos também.

E a gente precisa que esses ambientes que favorecem e oferecem esportes sejam seguros para as meninas e para todas as pessoas, obviamente, mas principalmente com relação às mudanças corporais que vão acontecendo da infância para a adolescência, das oportunidades. Por exemplo, se todas as meninas têm acesso a absorventes, porque, em uma prática esportiva, enquanto a menina ou a pessoa que menstrua está no seu ciclo menstrual, precisa ter esse cuidado. A questão dos sutiãs também; é um desconforto praticar esporte quando a gente está começando a se desenvolver e precisa desse suporte, nessas questões estéticas, inclusive, que são mais exigidas das meninas e das mulheres. É uma série de falta de investimento também.

Quando a gente vai olhar para clubes formadores ou para ambientes das categorias de formação, a gente tem um número muito menor de oferta de esporte para as meninas e muito maior para os meninos, mais equipes, uma quantidade maior de equipes de meninos. Há a própria desvalorização, muitas vezes social e cultural do esporte das mulheres, o excesso de julgamento, uma pressão muito grande.

Isso vai se refletir também na questão da falta da presença de lideranças femininas no esporte, na questão de se ter treinadoras mulheres, de se ter gestoras que vão orientar, muitas vezes, esse cuidado um pouco maior, porque historicamente existe um olhar muito de desempenho, de força, que a gente geralmente não associa às meninas, inclusive de liderança, que, preconceituosamente, não se associa às mulheres.

E aí a presença de mulheres treinadoras, orientando esse processo de formação, é uma representatividade muito importante para as meninas, principalmente quando começam a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

competir, pois se sentem muito mais seguras – inclusive as famílias – para viajar com outras mulheres, com outras lideranças femininas.

Então, a gente percebe que há uma série de questões que não... E as pessoas costumam julgar que as meninas não têm interesse ou que as meninas não têm vontade de jogar, de praticar esporte, seja na escola, seja em outros locais, mas existem tantos contextos sociais e culturais que vão interferir nessa, entre aspas, "escolha" de as meninas participarem do esporte que precisam ser observados. Isso passa muito pela qualificação de quem está atuando nesses ambientes para considerar esse olhar mais amplo do esporte, para além das questões do desempenho físico e técnico, pensando em questões socioculturais, em desenvolvimento de valores, em desenvolvimento socioeducativo dentro desses ambientes, para que esse esporte seja cada vez mais seguro e mais possível para todas as pessoas em questões de gênero, em questões de raça, de classe social e para que a gente possa ampliar esse acesso e permitir a permanência, para evitar a evasão dessas pessoas dentro do ambiente esportivo, quando a gente está falando de uma formação mais ampla e como um direito para todas as pessoas.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu vou deixar o Vinícius, falar daqui a pouco, Professora, mas a sua observação é muito pertinente.

Inclusive o COB esteve aqui, no último painel, e apresentou para nós um programa inovador, que é o Mira, que trata justamente sobre a qualificação de treinadoras. Então tinha ali várias treinadoras de algumas modalidades, seja no judô, seja no voleibol. Realmente é uma iniciativa que é pioneira até então.

Como a senhora falou aí, essa predisposição do sistema em incentivar as mulheres à participação, a estarem se qualificando para serem gestoras, para serem treinadoras realmente isso é uma iniciativa muito recente. Eu até cumprimentei o COB, na figura da sua Vice-Presidente, Yane Marques, que também é a primeira mulher a compor a gestão. Assim, quero parabenizar a atual gestão.

Mas é isso, nós estamos muito aquém, e eu concordo com a senhora que as meninas não são estimuladas à prática esportiva. Eu falo isso porque... A senhora trouxe uma fala muito pertinente ao momento que eu vivo hoje, que é a questão da política: "Ah, a mulher não gosta de política, a mulher não gosta de esporte". É óbvio: a mulher não tem apoio, não tem incentivo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ela... É claro que... Como é que a pessoa vai se interessar? Internamente ela tem toda uma aptidão, todo um interesse, mas, enfim, pelo contexto social que a senhora mesmo falou, a gente tem inúmeras barreiras a transpor nesse sentido. Então é muito desafiador esse processo para nós.

Quero agradecer a todos vocês pela participação. O nosso painel, este debate não vai terminar. Nós vamos ter o quinto ainda e, se precisar, nós vamos ter ainda outras oportunidades.

Antes de eu passar a palavra para o Vinícius, eu vou passar a palavra para o Prof. Martin, que quer também fazer o uso.

Pois não, Prof. Martin, e obrigada.

**O SR. MARTIN CAMIRÉ** (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – Muito obrigado pela oportunidade de contribuir hoje. É maravilhoso ver que o Brasil está levando essas questões muito a sério! Eu valorizo a Senadora Leila e a sua paixão genuína para discutir esses temas.

Eu também acredito que o Sr. Vinícius fez uma pergunta muito, muito importante. Baseado nas conversas, eu me lembro das três perguntas e vou tentar responder às três rapidamente.

A primeira, os embates entre a profissionalização e a participação. Isso é uma situação extremamente difícil no Canadá. Então, nós temos essas escolas profissionalizantes de esportes que estão entrando no sistema de esportes, e eles estão treinando os melhores desportistas. Eles vão jogar contra uma outra escola e eles vão ganhar por 14 a 0. Então, o equilíbrio de competitividade está torto, está errado. Muitas associações estão tentando evitar com que essas escolas profissionais joguem contra as escolas amadoras.

Então, isso está sendo analisado pelo Judiciário canadense. Eu estou envolvido nessa batalha jurídica. Ainda continua sendo uma situação muito questionável por causa da profissionalização que vimos no sistema.

Quanto à segunda pergunta, Sr. Vinícius, é importante também entendermos que, se nós tivermos políticas no nível nacional, como entender e como fazer com que elas vão para os outros níveis da Federação? Nas atividades diárias das pessoas, isso é um desafio muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a política esportiva canadense é implementada por 58 das nossas organizações, vai para as províncias, depois vai para os municípios, mas isso é muito difícil e exige trabalho diário para que essas políticas sejam implementadas da forma correta.

E eu também queria reforçar que essas conversas são muito importantes. Elas não podem parar agora, elas precisam continuar, porque, como a Profa. Carine, o Prof. Billy e o Prof. Jorge disseram, há muitas, muitas variáveis que precisamos continuar a debater.

Então, por exemplo, os direitos das mulheres nos esportes para que elas possam se expandir. Quando a gente pensa no esporte para o desenvolvimento da paz, é claro que há desequilíbrios entre o Sul Global e o Norte Global; precisamos retificar, consertar esses desequilíbrios. Os esportes comunitários têm que estar lá para a comunidade, e os esportes precisam continuar a se desenvolver.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos a sua participação e a colaboração, Prof. Martin.

Vou passar agora a palavra para o Vinícius, para as colocações finais.

E gostaria de só pedir aos nossos convidados para que eles também pudessem fazer o uso da palavra por até dois minutinhos para finalizar as participações aqui na nossa Comissão, mais uma vez agradecendo.

Vinícius, por favor.

**O SR. VINÍCIUS MACHADO CALIXTO** (Para expor.) – Bom, da minha parte, Senadora, somente quero agradecer aos demais painelistas, agradecer pelo contato inicial, pela disponibilidade de estar aqui; o Prof. Jorge, num horário bastante difícil para ele na Austrália, foi muito importante a compreensão. Que bom que a gente conseguiu reunir todos! E a gente vai dar sequência, com certeza, Prof. Martin. As conversas não vão parar por aqui, a gente vai continuar debatendo e tentando aperfeiçoar a nossa legislação.

Obrigado, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu que agradeço, Vinícius.

Vou passar a palavra para o Prof. Billy Bastos. Professor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Saiu, é verdade.

Profa. Carine.

**A SRA. CARINE COLLET** (Para expor. *Por videoconferência.*) – Muito obrigada. Mais uma vez, eu agradeço a oportunidade, o convite para estar aqui falando sobre isso, sobre o esporte, sobre a formação, que é algo que eu gosto muito.

Também tentei ser atleta de voleibol, Senadora, mas, como os caminhos me levaram para... Tracei outros caminhos. Hoje sou professora universitária. Pela paixão, com o esporte na formação, eu segui estudando e segui ensinando, envolvida com o esporte e praticando o esporte, na participação ao longo da minha vida. Então, o quanto é importante que essas experiências na formação inicial sejam positivas e que a gente entenda que o esporte faz parte da sociedade! Ele não é algo que está à parte, ele está inserido em toda a cultura, em todas as dificuldades, nas barreiras com que muitas pessoas têm acesso ou não têm acesso aos seus diferentes direitos.

Lembro que, até em termos de lei, as mulheres por um tempo foram proibidas de praticarem alguns esportes, e isso culturalmente vem sendo reproduzido ao longo do tempo. Então, essa compreensão de trabalhar com esporte com um olhar mais amplo de que ele não se restringe a questões tático-técnicas ou a questões físicas é superimportante para que a gente consiga ir transformando esse fenômeno social em possível, acessível para todas as pessoas que possam participar e que possam se envolver com seus diferentes sentidos, seus diferentes significados com esse fenômeno.

Então quero agradecer, mais uma vez, a oportunidade e me colocar à disposição e colocar a universidade também à disposição para a gente continuar com esse debate e essas conexões, como o Vinícius falou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Eu que agradeço, Professora. Não se tornou atleta, mas a universidade ganha pesquisa também e o esporte. Através do seu trabalho dentro da universidade, com essas pesquisas, nós vamos poder fazer uma grande dobradinha, quem sabe uma dupla aqui, que vai poder, enfim, trazer algum trabalho realmente para que a gente consiga, de alguma forma, apresentar à comunidade esportiva e acima de tudo, na questão, como nós falamos aqui e tanto insistimos, do esporte de participação, da promoção da saúde e da qualidade de vida da nossa população. Obrigada pela participação.

Eu vou passar a palavra agora para o Prof. Martin.

**O SR. MARTIN CAMIRÉ** (Para expor. *Por videoconferência*. *Tradução simultânea*.) – O.k., obrigado.

É muito bom ter essas discussões internacionais porque todos nós podemos aprender uns com os outros. Embora entre o Brasil e o Canadá haja diferenças em termos de língua, de cultura, algo que compartilhamos é que nós temos países muito, muito grandes geograficamente e nós temos muitas diferenças regionais. Então, esses são desafios que o Canadá enfrenta, que o Brasil enfrenta. Eu acho que precisamos manter essas conversas fluindo, precisamos trocar informações uns com os outros, aprendermos uns com os outros.

Eu já visitei o Brasil em várias ocasiões e eu fui muito feliz em relação a isso. E tenho trocas com a Profa. Carine, com outros colegas. Tenho colegas em Campinas, em Florianópolis. E eu queria dizer que o Brasil está em boas mãos, porque há excelentes acadêmicos aí no Brasil fazendo as perguntas certas: Como podemos melhorar o sistema esportivo? Encorajo o Senado Federal, encorajo a Senadora Leila a trabalhar com a comunidade acadêmica. Como podemos tornar os esportes melhores para todas as pessoas no Brasil?

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Leila Barros. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PDT - DF) – Nós que agradecemos, Professor. Tenho certeza de que sua participação aqui conosco neste debate será a primeira de muitas ainda, tá? Muito obrigada por sua participação.

Bom, quanto aos demais, o Prof. Jorge saiu e o Prof. Billy também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas é isso, eu quero agradecer a participação de todos.

Nós temos perguntas no e-Cidadania que eu vou encaminhar aos nossos expositores.

E é isso.

Eu vou passar agora para a segunda parte da nossa reunião, agradecendo mais uma vez aos professores que estiveram conosco aqui representando as universidades, a academia e a pesquisa na área do esporte, tão importante.

Bom, vamos para a segunda parte.

A presente reunião é destinada à deliberação de requerimentos apresentados a esta Comissão.

**2ª PARTE**

**ITEM 1**

**REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ESPORTE Nº 37, DE 2025**

**- Não terminativo -**

*Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de reunir e compreender as avaliações qualificadas sobre a execução e os impactos do Programa Segundo Tempo (PST).*

**Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

A autoria deste requerimento é da Senadora Teresa Leitão, subscrito por mim.

Eu coloco em votação, que será simbólica, o requerimento.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o requerimento.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 20ª reunião, realizada em 27 de agosto de 2025, e da 21ª Reunião, realizada em 3 de setembro de 2025.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Bom, eu agradeço a participação de todos nesta quarta-feira, na manhã desta quarta-feira. Agradeço aos profissionais aqui, os servidores do Senado Federal, nas pessoas do Flávio, nosso Secretário, e também do Vinícius Machado, nosso consultor do Senado Federal.

Também agradeço aos expositores, que trouxeram suas experiências do Canadá, da Austrália, enfim. Tem brasileiro aí fazendo um trabalho lindo, tem muita gente boa. Nossa academia pode nos ajudar muito neste debate aqui sobre o esporte de base e a promoção da saúde.

E vamos para o quinto painel. É isso. Semana que vem vai ter mais, e nós vamos continuar aqui esse trabalho que eu tenho certeza de que vai ser – já está sendo – muito profícuo, e teremos frutos.

Nada mais havendo a tratar, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

Boa quarta para todo mundo.

Obrigada.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 09 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C9B9136E00707682.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.